

I SEMINÁRIO



SOCIOLOGIA *e* POLÍTICA

DA UFSC

20 E 21 DE SETEMBRO
2018

CFH - UFSC -
FLORIANÓPOLIS

INSCRIÇÕES ATÉ 01 DE JULHO NO SITE:

<https://www.even3.com.br/seminariosociologiapoliticaUFSC>

I SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFSC

ANAIS DO I SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFSC

FLORIANÓPOLIS/SC

UFSC

2018

I SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFSC

2018

Equipe organizadora: Rodrigo da Rosa Bordignon, Ana Martina Baron Engeroff, Fábio Henrique Silva Luiz, Márcia Inês Schaefer, Treicy Giovanella Da Silveira, Tsamiyah Carreño Levi

Número ISBN: 978-85-45535-68-3

Apoio: Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP/UFSC) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PROGRAMAÇÃO	7
GRUPOS DE TRABALHO (SESSÕES)	8
GT1 Ciência, saúde e meio ambiente	8
GT2 Instituições, comportamento político e políticas públicas	9
GT3 Movimentos sociais, participação e democracia	11
GT4 Teoria Sociológica	13
GT5 Teoria Política	14
GT6 Representações Sociais e Produções simbólicas	16
GT7 Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro	19
TRABALHOS COMPLETOS	21

APRESENTAÇÃO

O I Seminário de Sociologia e Política do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC foi construído a partir da iniciativa de discentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC), no ano de 2018. Por meio desta iniciativa, intentou-se construir um espaço de diálogo e de debate para as pesquisadoras e pesquisadores em formação, em um ambiente aberto para o compartilhamento de resultados de pesquisas, práticas e metodologias, assim como das dificuldades enfrentadas nos trabalhos de campo e em relação às teorias.

O I Seminário ocorreu nos dias 20 e 21 de setembro de 2018, utilizando diversos espaços do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e Centro das Ciências da Educação (CED), contando com amplo apoio institucional, em especial do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP). O evento teve como público alvo estudantes e pesquisadores de pós-graduação do Programa de Sociologia Política local, mas também seus egressos, pesquisadores de outros programas e departamentos e de toda a comunidade acadêmica.

Durante os dois dias de seminário foram apresentados 92 trabalhos em 07 Grupos de Trabalho (GTs), com pesquisadores oriundos de diversas cidades de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Maranhão, Rio Grande Norte, entre outros. Os grupos de trabalhos foram coordenados por professores do PPGSP, em suas diferentes linhas de pesquisa, participando como debatedores alunos, professores e egressos do PPGSP, além de professores de outros departamentos, como da História e da Metodologia de Ensino.

A presente publicação tem a satisfação de disponibilizar os trabalhos selecionados e provenientes destes Grupos de Trabalho. Os artigos apresentados demonstram a importância da divulgação do trabalho científico e refletem o cuidadoso debate realizado na academia e nos grupos de trabalho. As diferentes pesquisas, com seus diversos aportes teóricos e metodológicos, são fontes riquíssimas para o desenvolvimento do conhecimento na área, para novas perspectivas e crescimento intelectual dos pesquisadores.

O I Seminário ainda teve a honra de promover atividades variadas, com a palestra do professor doutor Luís Felipe Graça (PPSGP/UFSC) sobre o seu premiado livro “O Governo do Estado e a Assembleia Legislativa: Entre a Submissão e os Limites da Independência”, lançamento de livros do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO) e oferecimento de café com produtos orgânicos de agricultura familiar produzidos pela Comuna Amarildo, da região de Florianópolis. A palestra de encerramento foi proferida pelo prof. Doutor Rogério Bastos Arantes (Ciência Política/USP), lotando o auditório com o tema “A política das instituições de Justiça”.

Esta primeira e engrandecedora experiência não teria sido possível sem o engajamento da equipe organizadora, mas também de todas as mais de 200 pessoas que passaram pelo evento. Esperamos que o Seminário de Sociologia e Política da UFSC entre para o calendário oficial do PPGSP e que não percamos este desejo corajoso de congregar, aprender, discutir e criar. Agradecemos a todas e a todos. Até o próximo Seminário!

Equipe organizadora



PROGRAMAÇÃO

DIA 20 DE SETEMBRO

Tarde

13h30 - Abertura do evento. *Local: Mini-Auditório do CFH*

14h00 às 17h00 - Apresentação dos trabalhos nos GTs (Grupos de Trabalho)

18h30 - Apresentação do livro “**O Governo do Estado e a Assembleia Legislativa: Entre a Submissão e os Limites da Independência**”, de **Luís Felipe Graça (PPGSP/UFSC)**, premiado pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2018. *Local: Mini-Auditório do CFH*

DIA 21 DE SETEMBRO

Manhã

09h00 às 12:00h - Apresentação dos trabalhos nos GTs (Grupos de Trabalho)

11h30 às 12h30h - Lançamento de livros LASTRO. *Local: Mini-Auditório do CFH*

Tarde

14h00 às 17h00 - Apresentação dos trabalhos nos GTs (Grupos de Trabalho)

19h00 - Palestra de encerramento com o **Prof. Dr. Rogério Bastos Arantes (USP)**: “A política das instituições de Justiça”. *Local: Auditório anexo do CFH (Bloco E - térreo)*

GRUPOS DE TRABALHO (SESSÕES)

GT1 Ciência, saúde e meio ambiente

Coordenadora: Profa. Dra. Márcia Grisotti (PPGSP/UFSC)

Sessão 1: Debates sociopolíticos sobre Saúde e alimentação

Coordenação: Profa. Dra. Márcia Grisotti (PPGSP/UFSC)

Debatedor: a definir

Data: Quinta-feira (20/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CFH-310

1. O primeiro atendimento das vítimas de violência sexual: a representação dos enfermeiros. *Ana Julieta Parente Balog*
2. A governança internacional da saúde e a participação do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. *Ane Elise Brandalise*
3. Noções de genética e ambiente: discursos médicos em um evento sobre neurogenética. *Beatriz Demboski Búrigo*
4. A face feminina Do HIV e Sida: um estudo sobre as experiências de mulheres infetadas pelo HIV na cidade de Maputo, Moçambique. *Helio Bento Maungue*
5. Alimentos industrializados como disseminadores do nutricionismo: uma análise da formação profissional dos engenheiros e cientistas de alimentos. *Manuela de Souza Diamico e Diego Faust Ramos*
6. Mercados institucionais para a agricultura familiar e a participação feminina: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). *Jéssica Sbroglia*

Sessão 2: Debates sociopolíticos sobre ciência e meio ambiente

Coordenação: Profa. Dra. Márcia Grisotti (PPGSP/UFSC)

Debatedor: a definir

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CFH-310

- A injustiça socioambiental na cidade de Pelotas. *Alexandre Silveira Vergara e Rafael Braz da Silva*
7. Espaço urbano sustentável: uma abordagem à luz das políticas públicas. *Laini Souza*
 8. Uma fuga da insustentabilidade ambiental do carvão em Santa Catarina. *Julio Cesar Lopes Borges, Renata Carreira Corvino*
 9. A rede de pesquisadores e instituições vinculados ao Darpa: sobre os esforços relativos à biologia sintética. *Lucas Buosi*

GT2 Instituições, comportamento político e políticas públicas
Coordenador: Prof. Dr. Tiago Borges (PPGSP/UFSC)

Sessão 1: Eleições e instituições políticas

Coordenação: Prof. Dr. Tiago Borges (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Daniel R. Castelan (RI/UFSC)

Data: Quinta-feira (20/09)

Horário: 14h - 17h

Local: Sala de reuniões do PPGSP

1. Alienação eleitoral nas eleições presidenciais de Moçambique: olhar sobre as condições socioeconômicas. *Acrisio Pereira Victorino, Carlos Augusto de Souza e Nilton Garcia Sainz*
2. Conflitos sociais antes e pós eleitoral em Moçambique. *Jose Joaquim Franze e Pedro Rodolfo Bode*
3. Modos de legitimação do clientelismo num município do Rio Grande do Sul. *Laís Kussler*
4. O cotidiano político durante o regime de Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no estado do Rio Grande do Sul. *Taiane Fabiele da Silva Bringhamti e Suliane da Silva Cardoso*

[Intervalo]

5. Disputa no campo jurídico e delação premiada na Operação Lava Jato: uma análise da Adin N.º 5508. *Lucas e Silva Batista Pilau*
6. O desenho de implementação das eleições diretas no Parlasul em paralelo aos sistemas eleitorais domésticos. *Gabriel Mendes*
7. O papel do poder legislativo: uma revisão. *Luiza Brandes de Azevedo Ferreira*
8. O Parlamento Europeu e a crise humanitária de 2016. *Matheus Felten Fröhlich*

Sessão 2: Partidos políticos, recrutamento e carreiras

Coordenação: Prof. Dr. Yan Carreirão (PPGSP/UFSC)

Debatedora: Dr. Cíntia Pinheiro Ribeiro (PPGSP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 09h-12h

Local: Auditório do Anexo E (CFH)

1. Criação e trajetória de novos partidos no sistema partidário brasileiro: o caso do Partido Da Mulher Brasileira (Pmb). *Larissa Hannah Gregório Kerber Macedo*
2. Os desafios da representatividade feminina no poder local. *Aline do Rocio Neves e Samira Kauchakje*

3. Participação política dos filiados ao Partido Dos Trabalhadores. *Filipe Vicentini Faeti e Éder Rodrigo Gimenes*
4. Um retrato dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande-RS. *Daniela Andrade Torres de Bem Hissayasu*
[Intervalo]
5. As Carreiras Políticas Dos Senadores Do Bipartidarismo Antes E Depois Da Ditadura Civil-Militar: Continuidades Ou Rupturas? *Oscar Augusto Berg*
6. O capital celebridade como elemento essencial para o político. *João Francisco Hack Kamradt*
7. Quem são os “Vices”? A carreira e a ambição política dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-1996). *Nilton Garcia Sainz e Acrísio Pereira Victorino*
8. Recrutamento e carreiras políticas em Sergipe: lugar de mulher é na política. *Vanderson de Gois Santos*

Sessão 3: Opinião pública e políticas públicas

Coordenação: Prof. Dr. Julian Borba (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Prof. Dr. Luís Felipe Graça (PPGSP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 14h-17h

Local: Auditório do Anexo E (CFH)

1. Congruência entre eleitores e representantes em relação a políticas públicas de cunho moral no Brasil pós-1988. *Fábio Henrique Silva Luiz*
2. O Conceito de justiça como equidade de John Rawls para a política pública de cotas. *Maria Carolina Gurgacz*
3. Polícia administrativa no império: reflexões sobre a política de segurança no século XIX. *Patrícia Marciano de Assis*
4. Vitimização, medo do crime e confiança nas instituições no Brasil. *Gabriela Ribeiro Cardoso*
[Intervalo]
5. A Construção de um modelo binacional de ensino entre Brasil e Uruguai. *Márcio Estrela de Amorim*
6. Elites científicas locais: concentração de poder nos processos de desenvolvimento e decisões das políticas de ciência e tecnologia em São Carlos/SP. *Nathália G. Zaparolli*
7. O subsistema da educação superior na Bolívia: avanços e desarticulações. *Sergio Mario Orellano Narvaez*
8. Políticas Públicas: pensando nos desastres socioambientais. *Manoella Treis*

GT3 Movimentos sociais, participação e democracia
Coordenadora: Profa. Dra. Lígia Helena Lüchman (PPGSP/UFSC)

Sessão 1

Coordenação: Profa. Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann (PPGSP/UFSC)

Data: Quinta-feira (20/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CED-636 (Bloco A)

Debatedor: Julian Borba (PPGSP/UFSC)

1. Sidney Tarrow e a decolonialidade: para uma epistemologia subalterna dos movimentos sociais latino-americanos. *Gabriel Dauer.*
2. A abordagem da mobilização de recursos: limites e contribuições. *Rubens Vinícius da Silva e Diego Marques Pereira dos Anjos*
3. Os estudos recentes e a construção do conceito de democracia digital. *Licemar Vieira Melo*

[Intervalo]

Debatedor: Ernesto Seidl (PPGSP/UFSC)

4. Ocupações secundaristas: organização e insurgência estudantil. *Luciana Ribeiro de Brito*
5. Formação de identidade política de juventude e suas dinâmicas entre ruas, redes e mídias. *Bany Narondy Cabral Lima e Rodrigo José Fernandes de Barros*
6. A “ralé” do lulismo: política e pesquisa no movimento Lula Livre em Curitiba. *Diane Southier*
7. A criminalização de protestos em rede: uma análise de comentários na web sobre as manifestações contra o assassinato de Marielle Franco. *Mariana Pinto Zoccal e Jessica Santiago Cury*
8. Vem pra Rua: protagonismo do movimento e organização dos protestos recentes. *Vinícius de Souza Sturari*

Sessão 2

Coordenação: Profa. Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann (PPGSP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CFH-306

Debatedora: Renata Andrade

1. “Desenvolvimento pra quem?”: As consequências da construção de uma hidrelétrica no distrito ribeirinho de São Carlos do Jamari – RO. *Anelise Fabiana Paiva Schierholt*
2. Territorialização do capital e luta pela terra no Brasil. *Douglas Menezes de Oliveira*

3. O ativismo da Rede Mulher e Mídia e a luta pela cidadania da imagem: redes e políticas públicas no Brasil. *Vera Gasparetto*
4. O ativismo político em rede na Primavera das Mulheres. *Zeila Aparecida Pereira Dutra*
5. “Tem o político e tem nós”: As concepções políticas de mulheres negras ativistas populares do Morro da Polícia/ Porto Alegre. *Thaís da Rosa Alves*
6. Militâncias no quadrinho Transitorizada: a potência da arte como veículo de discussão social para as questões das pessoas transexuais no Brasil. *Talita Sauer Medeiros*

[Intervalo]

Debatedora: Gabriela Cardoso

7. Fórum dos trabalhadores de Blumenau: a voz dos trabalhadores na sociedade civil. *Valdir da Silva e Valmor Schiochet*
8. Associativismo de defesa de direitos da pessoa com deficiência em Santa Catarina. *Márcia Inês Schaefer*
9. Instituições Participativas: análise das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e sua importância para a sociedade. *Beatriz Elena Barud Silva*
10. Participação no licenciamento ambiental: estudo de caso envolvendo projetos minerários no Rio Grande do Sul. *Carlos Alberto Seifert Junior, Jaqueline Durigon e Alfredo Alejandro Gugliano*
11. (Re) pensando a participação e o seu papel na democracia à luz do pragmatismo: um estudo ao Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis. *Cintia Moura Mendonça, André Manoel, Carolina Andion*

GT4 Teoria Sociológica
Coordenador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell (PPGSP/UFSC)

Sessão 1: A atualidade dos clássicos

Coordenação: Dr. Adan Christian de Freitas (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell (PPGSP/UFSC)

Data: Quinta-feira (20/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CED-634 (Bloco A)

1. A ideia de Estado no pensamento sociológico de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. *Julio Marinho Ferreira*
2. As dimensões da Ética Religiosa na obra de Max Weber. *Bruna dos Santos Bolda*
3. Max Weber fragmentado: apontamentos para análise da importação seccionada das ideias intelectuais. *Márcio J. R. Carvalho*
4. Max Weber e o debate sobre a secularização. *Marieli Machiavelli*

Sessão 2: Teoria Crítica

Coordenação: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza (PPGSP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 09h - 12h

Local: sala 10 do Programa de Pós-graduação da História

1. Dialética da racionalidade: a sociologia de Max Weber na Teoria Crítica de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. *Bruna Ávila*
2. As contribuições de Raymond Williams à teoria social marxista: a crítica ao modelo base e superestrutura. *Vinícius Milani*
3. A fantasia social: apontamentos para uma teoria žižekiana da ideologia. *Rodrigo J. F. de Barros e Bany N. C. Lima*

Sessão 3: Desafios contemporâneos e Teoria social brasileira

Coordenação: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Dr. Adan Christian de Freitas (PPGSP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CFH-316

1. Por uma sociologia dos discursos a partir de Pierre Bourdieu. *Bruno Costa Barreiros*
2. De Heidelberg a Frankfurt: Norbert Elias no círculo de “mandarins” alemães pós 1920. *Débora Previatti*
3. Lampião como agente da luta de classes: usos do cangaço na sociologia marxista. *Felipe Trindade de Souza*
4. Uma sociologia crítica a brasileira: a atualidade de Guerreiro Ramos. *Flavia Aline de Oliveira*

GT5 Teoria Política
Coordenador: Prof. Dr. Ricardo Silva (PPGSP/UFSC)

Sessão 1: Democracia, práticas políticas e instituições

Coordenação: Prof. Dr. Ricardo Silva (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Artur Fabro (NEPP/UFSC)

Data: Quinta-feira (20/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CED-626 (Bloco A)

1. Transição ou recessão? O dilema contemporâneo das democracias liberais. *Fábio Hoffmann*
2. Democracia e representação: o debate normativo e algumas questões problemáticas. *Osmar Santos Rezende Junior*
3. O liberalismo moderno em Leo Strauss. *Iann Endo Lobo*
4. Os marcos normativos sobre os cartórios no Brasil: contextos políticos, disputas e manifestações patrimonialistas. *Joel Dutka*
5. Práticas diplomáticas, práxis política e soberanias limitadas em Maquiavel: o sistema de relações intercomunais na Itália renascentista e o interestatal pós-westfaliano. *José Antonio Fogolari*

Sessão 2: Ideologia e Pensamento Político

Coordenação: Prof. Dr. Ricardo Silva (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Roger Laureano (NEPP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 09h - 12h

Local: sala CFH-318

1. Iurisdictio, imperium e instituições: o poder de 'dizer o direito' na política romana. *Márlcio Aguiar*
2. A política como conflito: a noção de antagonismo na teoria de Ernesto Laclau. *Leticia Baron e Bianca de Freitas Linhares*
3. A América Latina e o projeto pós-neoliberal: o exemplo da Bolívia. *Lara Agra Nunes*
4. Pelo povo ou para o povo? Contradições de uma utopia democrática na trajetória política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso (1973-1988). *Ricardo Duwe*
5. O texto no contexto: Dias Gomes e a telenovela brasileira. *Ana Maria de Medeiros*

Sessão 3: Legitimidade, anarquismo e biopolítica

Coordenação: Prof. Dr. Ricardo Silva (PPGSP/UFSC)

Debatedora: Isadora Coan (NEPP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CFH-309

1. Legitimidade: relação de não-conflito. *Peterson Roberto da Silva*
2. Anarquismo e os silêncios convenientes sobre o debate de violência e não-violência. *Carlos André dos Santos*
3. Socialismo Libertário na América Latina: história e possibilidades de ação na atualidade. *Daniel Scheren da Cruz*
4. Biopolítica: um conceito chave para a compreensão da ecologia política latino-americana no século XXI. *Tônia Andrea Horbatiuk Dutra*
5. Verdade, política e fake news: reflexão à luz da obra de Hannah Arendt. *Saulo Vinicius Souza Barbosa*

GT6 Representações Sociais e Produções simbólicas

Coordenadores: Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira (PPGSP/UFSC) e Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon (PPGSP/UFSC)

Sessão 1: Ciências Sociais e Educação

Coordenação: Prof. Dr. Amurabi de Oliveira (PPGSP/UFSC)

Debatedora: Dra. Alexandra Alencar (NIGS/UFSC)

Data: Quinta-feira (20/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CED-619 (Bloco A)

1. A precarização do trabalho docente e o futuro incerto dos professores de sociologia do ensino médio. *Carolina Monteiro de Castro Nascimento*
2. Como pensar a implementação da Lei 10.639/03 nos documentos educacionais – uma Proposta. *Loren Marie Vituri Berbert*
3. Famílias Waldorf[®]: escolha da escola e relação família-escola. *Tsamayah Levi*
4. Uma forma de ‘empreendedorismo social’, uma forma de ‘politização’: trajetórias e perspectivas de agentes em duas iniciativas distintas de cursinho popular. *Luana Lopes*
5. Diagnóstico e prognóstico da nação: sentidos da institucionalização do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Sabrina Cesar Freitas*
6. Apontamentos para a compreensão da trajetória docente feminina na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná de 1950 a 1964. *Patrícia Dotti do Prado*
7. As diretrizes para o ensino médio/ secundário de Sociologia e Ciências Sociais em Argentina, Brasil e Venezuela no início do século 21 – análises acerca da colonialidade e da diferença colonial. *Natália de Oliveira de Lima*
8. Engenharia, ciência, tecnologia e sociedade: uma análise e comparação de projetos pedagógicos de curso. *Iuri Barcat, Thais Ananda dos Santos e Gilson Queluz*

Sessão 2: Memória e Produção Cultural

Coordenação: Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon (PPGSP/UFSC)

Debatedora: Profa. Dra. Letícia Borges Nedel (PPGH/UFSC)

Data: Quinta-feira (20/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CED-621 (Bloco A)

1. Formulação de políticas públicas para os Museus. *Ana Ramos Rodrigues e Carlos Alberto Steil*
2. Construções e representações da cultura “Cultura popular maranhense” em museus etnográficos de São Luís. *Déborah Arruda Serra*

3. O museu sobrevivente: a memória da força expedicionária brasileira através do patrimônio histórico. *Suliane da Silva Cardoso e Taiane Bringhenti*
4. Entre o “povo” e a “elite”: Cultura popular e apropriação diferencial à luz da prática do folclore “alemão” no Brasil. *Lucas Voigt*
5. Desmistificando sonhos: uma análise configuracional dos discursos de pacificação entre refugiados(as) do campo de Kakuma (1992-2015). *Juceli Aparecida da Silva*

Sessão 3: Direito, Cidadania e Pensamento Social

Coordenação: Prof. Dr. Amurabi de Oliveira (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Prof. Dr. Antônio Alberto Brunetta (CED/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 09h - 12h

Local: Sala de Reuniões do PPGSP

1. Um esboço sobre o perfil do grupo dominante na produção acadêmica em Sociologia do Direito no Brasil. *Treicy Giovanella da Silveira*
2. Os juristas e a formação da sociologia no Brasil: um estudo a partir de biografias. *Ana Martina Baron Engerroff*
3. A judicialização do cuidado infantojuvenil por demanda escolar e sua dimensão simbólica. *Lucilene Cristina Calza e Fagner Carniel*
4. Atuação universitária, produção e transmissão de representações sobre o “direito” e a “justiça” no Maranhão. *Lorena de Maciel Dominici*
5. Representações do crime no jornal Diário de Santa Maria e nos comentários on-line. *Luciano Fischborn*
6. Nelson Werneck Sodré e o primeiro ISEB: a “Introdução aos Problemas do Brasil” (1956). *Eduardo Russo Ramos*
7. “Ao conhecer a doutrina integralista, mais um operário abandona o comunismo”: estudo das notícias Sindicais no periódico integralista “Flamma Verde” (Florianópolis 1936-1938). *Gustavo Tiengo Pontes*

Sessão 4: Mídia, Gênero e Produção Cultural

Coordenação: Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon (PPGSP/UFSC)

Debatedora: Dra. Ana Maria de Medeiros (PPGSP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 14h - 17h

Local: sala CFH-317

1. Masculinidades e família: representações masculinas no âmbito familiar (Revista Veja década de 1970). *Douglas Josiel Voks*
2. O fracasso feminino: usos discursivos e representações sociais da mulher gorda no site Ego. *Natalia Fonseca de Abreu Rangel*
3. Mídias Digitais, Feminismo(s) e Reconhecimento: Um Estudo de Caso. *Isadora da Silva Binot*
4. O Instagram no processo de celebrização influenciadoras digitais. *Gabriela Pedroso dos Santos*
5. Jorge Amado: vida e literatura no Rio da Prata. *Marina Siqueira Drey*
6. Entre acordes e afetos: a música de Luis Alberto Spinetta como elemento de identificação. *Karin Helena Antunes de Moraes*
7. Entre Versos e Rimas: estudo sobre os poemas de Jorge Amado produzidos entre 1941 e 1942. *Roberta de Fátima Martins*
8. A relação da concessão de emissoras radiofônicas e as gestões dos Presidentes da República – o caso das rádios maranhenses. *Nayane Cristina Rodrigues de Brito*

Sessão 1

Coordenação: Prof. Dr. Jacques Mick (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Prof. Dr. Ary Cesar Minella (PPGSP/UFSC)

Data: Quinta-feira (20/09)

Horário: 14h - 17h

Local: mini-auditório do CFH

1. No interesse dos acionistas: a governança das estatais brasileiras conforme o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Ricardo Bez Claumann*
2. O Estado e a internacionalização das empresas brasileiras: Análise da atuação do BNDES no período 2002-2017 - *Juliana Maria Fischer*
3. Os governos do PT e o sistema financeiro internacional: uma análise a partir da relação com as agências de rating - *Pedro Lange Netto Machado*
4. Ação e participação política do empresariado da Região Metropolitana Florianópolis: estudo comparativo da ACIF, AEMFLO, CDL/SJ e CDF/Fpolis - *Rogeli Lucia Marmitt*
5. A atuação das grandes corporações no sistema financeiro nacional e o endividamento público brasileiro - *Luciana Raimundo*
6. A Sociologia Fiscal e seu potencial como campo de investigação social no Brasil. Notas a partir de pesquisa sobre as disputas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF - *Ricardo Fagundes da Silveira*

Sessão 2

Coordenação: Prof. Dr. Jacques Mick (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Prof. Dr. Jacques Mick (PPGSP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 09h - 12h

Local: mini-auditório do CFH

7. O “culto da performance”: as novas estratégias de gestão de trabalhadores do século XXI. *Thiago Alencar da Rocha*
8. Descobrimo a legalidade neoliberal: a reconfiguração do Estado de direito na era do neoliberalismo. *Ana Catarina de Alencar*
9. Análise da tentativa de contrarreforma da Previdência Social no Brasil entre os anos 2016 e 2018. *Mauri Antonio da Silva*
10. A atuação do SEBRAE no fomento da figura do microempreendedor individual. *Helena Peres de Avila*

11. A assistência externa dos Estados Unidos na América Latina: influências através de redes de organizações da sociedade civil. *Letícia Cristina Bizarro Barbosa*

Sessão 3

Coordenação: Prof. Dr. Jacques Mick (PPGSP/UFSC)

Debatedor: Profa. Dra. Maria Soledad Etcheverry (PPGSP/UFSC)

Data: Sexta-feira (21/09)

Horário: 14h - 17h

Local: mini-auditório do CFH

1. A Reforma Trabalhista brasileira de 2017 e superexploração da força de trabalho. *João Pedro Vazquez, Daniel da Cunda Corrêa da Silva*
2. O fim da “indústria do dano moral” ou o silêncio dos trabalhadores? Análise dos impactos da lei nº 13.467/17 na demanda judicial por violências psicológicas no trabalho. *Mateus Bender*
3. Da “desprecarização” à crise: os impactos da indústria naval no mercado de trabalho em Rio Grande/RS. *Rafaella Egues da Rosa*
4. Migração e Trabalho: o debate sobre os refugiados sírios no Brasil. *Melissa Gabriela Lopes B. Coimbra*
5. Haitianos e senegaleses em Porto Alegre: trajetórias e estratégias no mercado de trabalho. *Ana Julia Guilherme*

TRABALHOS COMPLETOS

TRABALHOS

GT1 Ciência, saúde e meio ambiente



A face feminina do HIV e SIDA: um estudo sobre as experiências de mulheres infetadas pelo HIV na cidade de Maputo, Moçambique

Hélio Bento Maúngue¹

GT1 - Ciência, saúde e meio ambiente

¹Doutorando em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina/Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF/SPO/UFSC); Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM)/Moçambique; helio.maungue@gmail.com; Bolsista CNPq/PEC-PG.

Resumo

O presente trabalho apresenta e discute as experiências cotidianas que 20 mulheres pobres e infetadas pelo vírus do HIV residentes na cidade de Maputo, têm. Procura entender como elas estruturam o seu cotidiano no contexto das relações sociais que estabelecem, com objetivos de identificar como o fato de ser infetada pelo HIV influencia o cotidiano das mulheres; perceber o contexto das relações familiares e comunitárias das mulheres infetadas pelo HIV; perceber como as mulheres infetadas pelo HIV lidam com a questão do estigma e do preconceito e; identificar as experiências das mulheres infetadas pelo HIV face ao TARV. A pesquisa de campo se baseia em entrevistas grupais e individuais, acompanhadas, antes e depois, de uma revisão da literatura. A proposta é colocar em comunicação questões de gênero e outras questões socioculturais em contato com o campo da saúde, neste sentido tomamos gênero e saúde como referencial de análise e em comunicação. Estas mulheres experimentam um cotidiano marcado por obstáculos, desafios e enfrentamentos como parte da face feminizada do HIV e SIDA. Elas lidam com diferentes manifestações de vulnerabilidade antes e pós-infecção, onde as relações de gênero e as práticas culturais e tradicionais contribuem para a feminização do cenário da soroprevalência. As questões de gênero, as práticas culturais e tradicionais não as tornam diferentes de outras mulheres, mas o estado sorológico torna tudo mais esforçado no cotidiano das mesmas. O fato de serem mulheres pobres e dependentes economicamente são também obstáculos com que elas lidam. Essas questões influenciam no processo de infecção e de experiência com a doença. O cotidiano das mulheres demonstra que o HIV ainda é uma doença clandestina. Elas vivem momentos de estigma, discriminação, segregação e preconceito que fazem com que omitam seu estado sorológico. Para elas viver e conviver com mulheres infetadas são formas de reorganizar e dar um novo sentido à vida. A pesquisa reforça a ideia de que o HIV e SIDA não deve ser encarado como uma fatalidade inevitável, mas que existem questões e determinantes sociais fortemente integradas no processo saúde-doença-cuidado.

Palavras-chave: Feminização do HIV. Vulnerabilidade social. Relações de gênero. Pobreza.

Introdução

Desde que foram registados os primeiros casos de infecção pelo HIV e AIDS no mundo, no início da década 1980, com passar do tempo e a mundialização da epidemia, ela passou a ser preocupação global. Primeiro constituiu uma preocupação na perspectiva biomédica e, relacionado a isso, uma preocupação dos governos. Depois da atenção das ciências biomédicas, a epidemia despertou o interesse das Ciências Sociais e Humanas e outras, passando a ser tratada, em termos científico e acadêmico por Guimarães (2011) como um *fenômeno social total*, ou seja, um sistema simbólico de construção coletiva que se encarna em uma experiência individual concreta.

Passadas três décadas, esta epidemia continua sendo um dos maiores desafios do mundo. Mesmo sendo uma epidemia global, ela tem marcas diferentes, contextos diferentes e é atravessada por diferentes experiências de acordo com as questões políticas, sociais, econômica

diferentes. Para Parker (2000), se vislumbra que a epidemia afetou e tem afetado as nossas maneiras de viver e pensar. A doença passou, então, a estruturar e organizar o *mundo da vida* das pessoas direta e indiretamente infetadas e afetadas pela epidemia, ou seja, desencadeou-se uma nova configuração nas nossas formas de ser e estar, quer seja local, quer seja globalmente.

Nesse processo de configuração das maneiras de viver e pensar, das formas de ser e estar, o cenário mais impactante é sem dúvida aquele que ocorre com a pessoa infetada. Diante deste fato, em que os modos de vida das pessoas infetadas pelo HIV podem se alterar, procuramos neste estudo abordar as mudanças nas formas de estar na sociedade que a condição de soropositivo proporciona num grupo de mulheres infetadas pelo HIV na Cidade de Maputo, em Moçambique. Queremos destacar que o diagnóstico positivo nessas mulheres gera transformações nas suas vidas, na relação com elas mesmas (suas subjetividades) e nas diversas relações sociais que estabelecem com os outros pertencentes aos contextos em que vivem. Para tal, nosso esforço foi, através do contato com essas mulheres, olhar para o mundo delas, compreender e interpretá-lo tendo em conta as suas percepções e práticas para, depois, enquadrá-las num plano de escolhas e comportamentos sociais.

Procuramos apreender como é que essas mulheres constroem e interpretam a realidade que a condição de soropositivas lhes impõe, partindo do pressuposto que elas têm interpretações distintas dessa realidade, fruto de subjetividades igualmente distintas, mas que, no entanto, são reflexo de uma relação e interação com a sociedade no geral. Isto é, ao tomarmos as experiências cotidianas dessas mulheres, assumimos que estamos dialogando com a sociedade em que este fenômeno, o HIV e AIDS, é parte presente. Neste sentido, vamos estudar uma realidade específica, que é desse pequeno grupo de mulheres, o que não quer dizer que sejam situações distantes das que ocorrem com outras mulheres na cidade de Maputo, em Moçambique, em África e no resto do mundo.

A prevalência do HIV e AIDS no mundo, na África Subsaariana, em Moçambique e sua face feminina.

O HIV e AIDS é uma epidemia mundial, mas tem suas especificidades históricas e sociais que variam, de acordo com os contextos, países e continentes, onde os índices de infecção, o comportamento epidemiológico e os impactos nos indivíduos são, também, diferenciados. No

entanto, os dados mundiais mostram que a epidemia vem crescendo desde 1981, quando foi reconhecida como a epidemia mais grave da história recente da humanidade.

A África Subsaariana², concretamente a África Austral, região de onde Moçambique é parte integrante, continua sendo a região do mundo mais infetada e afetada. De acordo com a United Nations Programme on HIV/AIDS (2014), em finais de 2013 estimava-se que 24.7 milhões de pessoas estava vivendo com HIV na região, representando aproximadamente 71%³ da prevalência no mundo todo. Num total de 10 países – Etiópia, Quênia, Malawi, **Moçambique**, Nigéria, África do Sul, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabuê – contabiliza-se 81% de todas as pessoas vivendo com HIV na região. Os países com maior índice de infecção são Nigéria e África do Sul, respectivamente.

No mundo inteiro, as mulheres correspondiam a 52% de todas as pessoas vivendo com HIV em países de renda baixa e média e os homens, 48%. No entanto, na África Subsaariana, o centro da epidemia global, as mulheres representavam aproximadamente 57% de todas as pessoas adultas vivendo com HIV (UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS, 2013; Id., 2014), quer tenham ou não parceiro com quem estejam a coabitar, enfatizam Pullum e Staveteig (2013).

Nesta parte do mundo, as desigualdades de gênero e normas nocivas de relacionamento entre mulheres e homens, que promovem sexo inseguro e reduzido acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, continuam contribuindo para a vulnerabilidade relacionada com o HIV por parte das mulheres. Adicionalmente, a sua condição biológica diante da infecção, as desvantagens sociais, legais e econômicas que elas enfrentam reduzem a capacidade das mesmas de se protegerem contra essa infecção e diminui o acesso aos serviços básicos em saúde sexual reprodutiva, destaca a United Nations Programme on HIV/AIDS (2014). Estes fardos que essas mulheres acabam carregando, principalmente depois de infetadas, espelham as situações de violências que elas são sujeitas no seu mundo da vida, sem esquecer o desigual acesso à educação e ao emprego.

De acordo com Agha (2012) e Cau (2014), Moçambique é um dos países do mundo seriamente afetados pelo HIV e SIDA, fazendo parte do *ranking* dos 10 países mais infetados

² Região do continente africano que se encontra abaixo do Deserto do Saara, também chamada de África Negra, totalizando 47 países.

³ Em 2011 representava em 69%, como indica a United Nations Programme on HIV/AIDS (2012).

(CONSELHO NACIONAL DE COMBATE AO SIDA, 2014; UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS, 2014).

Globalmente, na África Subsaariana, em Moçambique e em Maputo, as mulheres são o segmento da população cujo índice de prevalência em HIV é mais marcante, o que vislumbra uma face feminizada da epidemia. Para este fato contribuem questões biológicas das mulheres e também questões sociais, isto é, os fatores biológicos, fatores socioculturais (normas e representações sociais, casamento precoce, sexo entre gerações diferentes, violência de gênero e fatores econômicos), limitado acesso e controlo dos recursos e pobreza, são os fatores que contribuem para que a epidemia do HIV e AIDS tenha um rosto feminizado e que a situação das mulheres esteja sendo deteriorada comparativamente à dos homens em Moçambique, apontam Cruz e Silva et al. (2007) e Tvedten, Paulo e Montserrat (2008).

Estes fatores estão intrinsecamente ligados à forma como as desigualdades de gênero⁴, de acordo com Kula (2009), colocam a mulher numa posição de subordinação em relação ao homem e a torna mais vulnerável. Mesmo se reconhecendo a importância da desigualdade de gênero na configuração da epidemia e seus efeitos em Moçambique, a resposta está ainda longe do desejado e, conseqüentemente, a resposta à feminização do HIV tem sido fraca (Ibid.). Essa fraca resposta à feminização do HIV no país é também reflexo de como a desigualdade de gênero está sendo tratada. Os índices de desigualdades entre mulheres e homens e, também, as normas culturais e tradicionais que discriminam as mulheres são pouco combatidas e não variam muito entre os diferentes segmentos sociais.

No processo de feminização do HIV, de acordo com Guimarães (2001), os estereótipos associados à figura do “aidético” fazem com que certas mulheres sejam culpadas pela disseminação do HIV, tendo que carregar o peso dos tabus, medos e estereótipos ligados à sexualidade, enfatizam Cruz e Silva et al. (2007). Contudo, não há uma preocupação com o modo como elas contraíram o HIV e muito menos como dão, ou se dão, conta da sua condição de infetadas.

⁴ Sendo que a desigualdade de gênero é vital numa resposta efetiva ao enfrentamento do HIV, há necessidade de se criar condições no mundo inteiro de eliminação destas desigualdades de gênero, das violências baseadas em gênero e também aumentar a capacidade das mulheres se protegerem do HIV (United Nations Programme on HIV/AIDS, 2014).

Neste sentido, os aspectos aqui problematizados, conseqüentemente, fazem antever que “sem que haja uma transformação das relações desiguais de poder de gênero que existem em toda sociedade, as mulheres do mundo inteiro continuarão a ser alvos preferencias da infecção por HIV e serão incapazes de negociar e garantir sua própria segurança” (PARKER, 2000, p. 107).

Metodologia e trabalho de campo

A presente pesquisa segue uma abordagem qualitativa, tendo como referenciais teorias que se baseiam na realidade social do cotidiano e do conhecimento que os sujeitos de pesquisa têm da realidade, como parte integrante dela. Para recolha de informação e dados optamos pelo enfoque de multi métodos, proposto por Gaskell (2004) e Morgan (2004), no sentido de procurar uma comunicação e complementariedade entre eles, respeitando os limites e insuficiências de cada um deles. Constituíram os métodos para coleta de informação e dados os seguintes procedimentos: revisão da literatura, grupos focais e histórias de vida. O critério de seleção das mulheres foi por via de indicação, na medida em que para abordar esta questão tão sensível e carregada de muito preconceito e estigma na sociedade moçambicana, dificilmente conseguiríamos selecionar ao acaso as mulheres infetadas pelo HIV para fazerem parte do estudo. Acabamos conversando com 20 mulheres infetadas pelo HIV e em tratamento e, com as mesmas, constituímos dois grupos focais compostos por 10 mulheres cada.

Ademais, há que ter em conta que o fato de o proponente da pesquisa ser um homem e estar a pesquisar sobre a saúde de mulheres foi um constrangimento no processo da elaboração das entrevistas e grupos focais, incluindo neste aspecto o fato de se tratar de um assunto sensível e delicado para as mulheres, em particular, e para sociedade em geral. Para contornar a questão, justificamos o caráter eminentemente acadêmico da pesquisa, bem como garantimos o total anonimato das participantes, sigilo e confidencialidade das informações. Aqui as mulheres e o pesquisador assinaram um termo de doação de entrevista oral.

A análise dos dados foi temática. Depois de gravadas em áudio, as entrevistas foram transcritas. Depois procuramos captar as interpretações, nem sempre convergentes, do cotidiano dessas mulheres que espelham os objetivos da nossa pesquisa. Esta fase constituiu-se na transcrição das entrevistas na íntegra e bem detalhadas, como propõe Myers (2004), para

encontrar uma correspondência entre a linguagem e a comunicação das entrevistadas com a realidade em análise.

Apresentação e discussão dos resultados

A discussão dos resultados desenvolve-se na análise das experiências que as mulheres têm com a infecção. A intenção, portanto, é trazer uma contribuição para o conhecimento da experiência de sujeitos concretos com a infecção e ver como o seu cotidiano é estruturado por essa condição.

As mulheres enquanto sujeitos de pesquisa

O perfil das mulheres entrevistadas mostra que, quanto à idade, a mais nova tinha 34 anos e a mais velha 52 anos. Quanto ao estado civil, seis são casadas, sendo que cinco casaram num casamento coletivo e beneficente organizado pela Associação *Hixikwane*⁵ (AH); três são divorciadas; cinco são solteiras, duas sem nenhum relacionamento, uma namorando, duas vivendo maritalmente; e seis são viúvas. Quanto ao nível de instrução, a menos instruída estava fazendo alfabetização e a mais instruída tem o 12º ano completo, sendo essa a mais nova das entrevistadas. Somente três delas declararam estar empregadas, sendo esse vínculo empregatício com a creche comunitária da AH. O número de filhos das mulheres varia de um a sete filhos. A idade menor para ter o primeiro filho entre elas foi de 17 anos e a maior é de 30 anos.

Quanto à composição dos agregados familiares (AF), o menor é de três pessoas e o maior é de 13 pessoas. Este dado é importante porque, de acordo com o Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Estatística e ICFI (2013), o tamanho da família e o sexo do seu chefe pode influenciar nos níveis de bem-estar. Pelos nossos dados, das 20 entrevistadas, 11 podemos considerar como sendo chefes dos agregados, das quais somente uma faz parte das três que trabalham na creche da AH. Mas o fato de as outras viverem com seus parceiros (duas fazem parte das que trabalham na creche) e serem desempregadas influencia negativamente no fato de não poderem contribuir para o orçamento familiar. Consequentemente, todas elas atravessam

⁵ Em uma das línguas nativas de Moçambique, o *Ronga*, significa estamos juntos.

problemas para dar conta das necessidades cotidianas e das diretamente relacionadas ao cuidado de sua saúde, como veremos mais em frente.

Se essas mulheres se encontram no limiar da pobreza e dispõem de orçamentos fracos, as características de suas habitações também são informativas sobre o seu bem-estar. Todas elas residem em bairros suburbanos ou periféricos da cidade de Maputo. Das 20 mulheres, 18 vivem em casas que podem ser consideradas como próprias, sendo que dessas 18, cinco têm as particularidades de, respectivamente, morar em casa do sogro (duas), morar com os pais, morar em casa dos falecidos pais e morar em casa partilhada com o cunhado. As duas restantes vivem, respectivamente, em casa emprestada e alugada. No entanto, as características dessas casas, isto é, pela descrição fornecida por elas sobre as condições físicas das habitações e acesso a serviços básicos como, por exemplo, água e eletricidade, elas vivem em condições “precárias” e de vulnerabilidade.

Nenhuma das casas das mulheres tem fossa séptica, todas têm banheiro separado ou fora da casa, 19 tem cozinha separada ou fora da casa e só uma tem cozinha dentro. Em todas as casas o banheiro e a cozinha não têm canalização para água. A fonte de água é uma torneira fora da casa, no quintal, portanto, o banho não é de chuveiro. Os alimentos são confeccionados fora e a louça também é lavada fora. Quanto à parte elétrica, cinco das 20 casas não dispõem de instalação elétrica.

Entre as entrevistadas, 17 fizeram o exame para o diagnóstico do HIV depois da manifestação da doença em seus parceiros, tendo tido a experiência de acompanhá-los, as três restantes quando fizeram o pré-natal durante a gravidez. Fato que vislumbra a manifestação da infecção em relacionamentos estáveis. Segundo Fishel et al. (2011), nos últimos anos, tem aumentado o interesse na propagação do HIV em parceiros sexuais com relações estáveis. Reforçando, para Guilhem e Azevedo (2008), este fato não é somente resultante das relações de gênero, mas também da vulnerabilidade conjugal.

Das três que ficaram sabendo durante a gravidez, duas foram infetadas pelos anteriores parceiros, mas os atuais são soronegativos. Uma delas aponta não saber como se infetou, porque está com o parceiro há muito tempo e ela ficou sabendo da infecção quando ficou grávida e ele é soronegativo. A outra se separou do parceiro que a infetou. Entre as mulheres que atualmente têm parceiros (11), seis delas constituem casais HIV positivo e cinco casais discordantes, onde elas é que são as infetadas. Este fato, em que nos casais discordantes as mulheres é que têm a

tendência de serem as infetadas, também pode ser tomado como um dado para mostrar o atual cenário da feminização do HIV.

O TARV da vida

Há que destacar que em Moçambique o Tratamento Antirretroviral (TARV) é universal, gratuito e coordenado pelo Ministério da Saúde. Havendo algumas ONGs como, por exemplo, os Médicos Sem Fronteiras e a Comunidade Santo Egídio, que também prestam alguma assistência. Porém, os antirretrovirais não são produzidos em Moçambique e provêm de doações internacionais.

Nos primeiros momentos de introdução do tratamento houve certo receio e reserva. De acordo com Matsinhe et al. (2008), até ao ano 2001 Moçambique manteve uma posição oficialmente contrária à inclusão do TARV como parte da campanha de enfrentamento ao HIV e SIDA. O argumento era do elevado custo associado, limitações laboratoriais, falta de recursos humanos e até dúvidas sobre a capacidade e condições dos infetados de aderirem de forma integral a um programa de tratamento antirretroviral, descrito como “altamente complexo”. No entanto, o ano de 2003 é oficialmente considerado como o de início do TARV, sendo que a expansão começou em meados de 2004.

Entre os critérios de elegibilidade para o acesso à terapia, fora do nível do CD4, contam-se a capacidade de provar de que a pessoa dispõe de mínimas condições de seguimento e adesão como, por exemplo, dispor de recursos para suportar as despesas do tratamento (de infeções oportunistas) e controle biológico contínuo, alimentação adequada, transporte, endereço fixo⁶, de modo a comparecer às consultas regulares de controle (Ibid.). Também como parte dos requisitos para aderir ao tratamento, a pessoa infetada deve escolher, levar e apresentar na Unidade Sanitária (US) onde está inscrita para receber assistência médica uma pessoa de sua confiança. Essa pessoa é comumente denominada de *confidente*⁷ e pode ser um familiar, amigo ou qualquer outra pessoa escolhida.

As entrevistas individuais e grupais, indicam que questão alimentação é um dos obstáculos, se não o principal, que elas têm que suportar para poder dar conta do tratamento, começando pelo número de refeições diárias. Aqui, importa apontar que, dependendo das

⁶ Apesar de não ser uma questão aqui trabalhada, a questão de endereço fixo é importante porque os serviços de saúde têm deparado com casos de desistência do tratamento, bem como casos de indivíduos que por não aceitar o diagnóstico positivo ao HIV indicam um endereço falso.

⁷ O *confidente* é uma figura instituída pelos serviços de saúde que, tal como o requisito de endereço fixo, serve como mecanismo para garantir a continuidade do tratamento e, em algumas situações, tem credibilidade para receber o TARV quando a pessoa infetada não pode fazê-lo.

condições, o comum é ter quatro refeições, o café da manhã, o almoço, o café da tarde ou lanche no fim da tarde e o jantar. Mas, se considera razoável que o AF tenha três refeições diárias, excluindo o lanche.

O fato de serem mulheres desempregadas, na sua maioria, pode ser um entrave para que tenham condições econômicas para poderem ter o número de refeições que desejariam, bem como a “qualidade” desejada. Pelas falas das mulheres, o fato de terem poucas refeições, estando infetadas e algumas terem que fazer hortas familiares para seu sustento, mostra o quão elas estão em situação de vulnerabilidade social e econômica e, conseqüentemente, em vulnerabilidade alimentar. Também, o fato de serem desempregadas agrava essa situação, porque desempregadas elas acabam ficando economicamente dependentes. Aqui a feminização da pobreza fica evidente.

Nessa necessidade de alimentação para as pessoas infetadas, a AH, quando pode, oferece uma cesta básica para as mulheres que fazem parte da associação. Ao fazer isto, a AH procurar suprimir uma das tarefas difíceis que o Estado devia atender para as infetadas.

A questão da alimentação, o fato de serem mulheres, na sua maioria, desempregadas e com fraco poder econômico se manifesta como importante para entender o cenário de vulnerabilidade vivido por estas mulheres no cotidiano. Mas esse cotidiano com o TARV não é somente atravessado pelo tratamento, mas também pelo acesso ao mesmo, isto é, pelo deslocamento para a unidade sanitária (US) e, conseqüentemente, se relacionar com os serviços de saúde. Para Delmira e Said (2010), esses fatores são apontados como motivadores para interrupção do tratamento, isto é, longas distâncias e mau atendimento podem desmotivar a aderência e continuidade do tratamento. No entanto, as mulheres que entrevistamos não interromperam o TARV por questões ou dificuldades de alimentação, também não o fizeram devido ao deslocamento e acesso.

Para elas, ter que deslocar-se a US para serem vistas pelo médico e/ou para receber o coquetel de antirretrovirais torna esse dia um dia cansativo. O que torna a jornada de ida ao médico ou à farmácia para receber os antirretrovirais difícil e complicada é o fato de ter que acordar muito cedo, dificuldades com transporte e ter que passar longas horas na US. No entanto, esse continuar com o tratamento é acompanhado de desafios e obstáculos, tornando o cotidiano delas, no que se refere ao acesso aos serviços de saúde, problemático. Algo enfatizado por Loforte (2011), ao apontar os obstáculos que as mulheres infetadas pelo HIV enfrentam. Elas raramente têm dinheiro próprio e a procura de meios para pagarem a viagem representa uma barreira adicional para acederem ao tratamento.

Ter um sinal corporal de alerta ou alguém da família para lembrar o horário de tomar o medicamento funciona como estímulo para o cumprimento do tratamento no cotidiano (DELMIRA; SAID, 2010), assim, depois que as mulheres começaram o tratamento, passou a ser algo que faz parte de suas vidas, um prolongamento dessas vidas e, conseqüentemente, algo com o qual elas dão sentido à vida.

Entre o silêncio e a revelação do estado sorológico

O HIV e AIDS era e continua uma epidemia que carrega com ela muito preconceito, discriminação, estigmatização, segregação, abandono e outros males sociais. Esses males fazem com que as pessoas infetadas vivam com o dilema de revelar ou não o seu estado sorológico; se se mantêm em silêncio ou em segredo; se vivem isoladas ou não; se vivem sem convívio social (família ou com vizinhos e/ou membros da comunidade de onde fazem parte). Isso, porque as pessoas infetadas pelo HIV são vistas como desviantes e a doença é tida como “dos outros”, entre outros aspectos.

Pessoas infetadas e vivendo com o HIV e AIDS fazem parte da categoria particular de indivíduos ou grupo de indivíduos que, nas várias relações, na família ou na comunidade/vizinhança presentes no cotidiano, passam por momentos de estigmatização e são considerados *outsiders*. Passam por dilemas de ter ou não vida coletiva. Passar por esses momentos pode fazer com que o estado sorológico das PVHS piore e, conseqüentemente, levar a morte. Para as mulheres por nós contatadas, a situação de pobreza e dependência econômica, aliada ao estigma faz suas vidas mais complicada ainda. Para fugir ou lidar com as possibilidades de estigma gerados pela doença, Castellanos e Nunes (2005) destacam que os indivíduos reorganizam seu mundo da vida adotando estratégias para lidar com essa questão social.

Pesquisando sobre o estigma em Moçambique, Cau (2014) aponta que, nos esforços de enfrentamento ao estigma do HIV, deve-se prestar mais atenção aos grupos menos favorecidos, os que sejam menos escolarizados, os residentes nas áreas rurais ou pertencentes às famílias pobres, como são as nossas entrevistadas. Momentos de estigma fazem parte das experiências cotidianas que as mulheres que entrevistamos têm nas relações sociais com familiares e vizinhos nos bairros onde residem. Elas também passam por situações onde acabam omitindo ou ficando em silêncio sobre o seu estado sorológico, construindo estratégias para fugir ao

estigma. Contudo, a situação mais preocupante de estigma que as mulheres são sujeitas é aquela que ocorre no grupo de convivência onde elas deviam ter mais acolhimento e carinho, a família.

E este aspecto é uma das causas sociais que pode levar a morte e, conseqüentemente, uma das barreiras no enfrentamento do HIV e AIDS, como destacam Ministério da saúde, Instituto Nacional de Estatística e ICFI (2013); Sambisa, Curtis e Mishra (2010) e United Nations Programme on HIV/AIDS (2013).

Diante destes cenários, isto é, como estratégia de fugir ao estigma e discriminação, as mulheres tendem a esconder o seu estado sorológico, ficando em silêncio ou omitindo o estado. Reforçando as razões que podem estar por de trás da omissão/silêncio, Delmira e Said (2010) destacam que comunicar à família que está infetada pelo HIV e que está a fazer o TARV pode ter muitas implicações. São essas implicações: abandono do parceiro, rejeição por parte da família do parceiro, perseguição por parte de parentes, perda de filhos e da casa. Estigmas, preconceitos, discriminação, segregação, abandono e perseguição são atos socialmente desvalorizadores com que lidam as mulheres infetadas pelo HIV, conferindo-lhes uma espécie de “morte social”⁸.

AH: solução, fuga ou convivência positiva

A condição de infetadas deu a estas mulheres uma nova vida coletiva. Vida coletiva essa que vai além da vida familiar e de vizinhança. Elas acabaram com isso entrando em uma nova família, “família positiva” e/o “família soropositiva”. Essa família lhes confere vida coletiva, estruturando e configurando o mundo da vida delas.

Sair de casa para a AH e se encontrar com as “irmãs”, para além de fugirem do estigma, elas encontram um lugar de solidariedade. Um lugar de partilha de sofrimento. Um lugar de partilha de conhecimento e de troca de experiências. Nesse encontrar as irmãs, elas aliviam os estresses e dificuldades que apontamos antes. Porém, aliviam e esquecem essas questões por momentos, porque ao saírem da AH voltam às outras redes de convívio, família e vizinhança. E o drama de ser infetada pelo HIV volta a manifestar-se. Para Goffman (1988), os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros pertencem à mesma categoria. Quando um membro da categoria entra em contato

⁸ Para mais pormenores sobre a questão de “morte social” ver Goffman (1974).

com outro, ambos podem dispor-se a modificar o seu trato mútuo, devido à crença que fazem parte do mesmo grupo.

Passando por momentos de pouca aceitação social, as mulheres têm no contato com outras mulheres infetadas uma ocasião para elevar a sua autoestima. É como se elas ganhassem uma nova identidade. Identidade essa que contrapõe à identidade desvalorizada que marca a pessoa infetada. É uma oportunidade para fugir aos rótulos e conotações negativas que a sociedade lhes impõe. A convivência com mulheres infetadas passou a ser uma maneira de elas mesmas darem sentido à vida. É um mecanismo de coesão na construção de suas identidades soropositivas. O espírito familiar que as mulheres invocam estando na AH manifesta-se também no fato de a associação oferecer cesta básica. Essa convivência mútua também é um lugar de aprendizado. Muitas delas não sabiam o que era o vírus do HIV antes de infetadas. Estando na associação, partilhando experiências e conhecimentos, elas ganham *inputs* que servem como formas de empoderamento em matéria de enfrentar o vírus do HIV.

O “ter uma família” para elas é que, estando entre elas, conseguem ter aquele apoio moral que esperavam ter em casa, junto dos familiares. Fazendo parte desta “família”, as mulheres, como aponta Goffman (1988), compartilham o mesmo estigma, por isso se definem umas às outras como iguais. Este autor acrescenta que os membros de um grupo de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais, onde os membros se sentem pertencendo a mesma categoria. Paralelamente, Pereira e Costa (2013) apontam que esse encontro com iguais é crucial, por ser compreendido como um pedido de participação no jogo relacional para a construção da subjetividade da portadora de HIV. Algo que tem a função de manter ou redefinir a sua identidade de excluída.

Com o conhecimento adquirido sobre o HIV, elas se tornam ativistas no enfrentamento à infecção. Aqui se manifesta o vínculo ativo com a AH. É um sentimento de pertença e de participação na mitigação dos efeitos do HIV. É também um aprendizado de novas maneiras de interagir, onde desenvolvem habilidades e talentos para cuidar de outros infetados. A possibilidade das mulheres fazerem visitas domiciliares para prestar cuidados a infetados lhes confere liberdade e autonomia de ir e vir. Abre-lhes oportunidades de estabelecerem outras relações sociais no cotidiano, fazendo parte de suas experiências como infetadas pelo HIV. Elas são assim ativas, porque o fazem por iniciativa própria, conferindo-lhes certo poder de decisão em suas vidas.

E a vida continua...

Outra das experiências cotidianas que as mulheres têm diz respeito ao futuro delas. Isto é, como diante das dificuldades e desafios que mostramos antes, elas ainda pensam no futuro de maneira positiva. Mas, esse futuro é encarado positivamente se ultrapassadas as dificuldades e desafios do presente. O fato de estas mulheres terem aderido ao tratamento e continuarem em tratamento lhes confere possibilidade de uma “vida normal”. “Normal” como de uma pessoa não infetada.

Igual a uma pessoa não infetada, elas também têm direitos e desejos, que gostariam de materializar. Elas estão cientes que o tratamento mudou a vida delas e que o fundamental é continuarem para seguirem vivas. Aqui, elas também estão cientes que mudanças de comportamento como, por exemplo, não consumir bebidas alcoólicas, não perder noites, pode ser a garantia de mais anos de vida. Segundo Delmira e Said (2010), recuperar-se de estados mórbidos, passando a sentir-se bem, motiva a manutenção do tratamento.

Para estas mulheres, o futuro só é futuro se conseguirem um emprego ou fonte de renda. O emprego é que lhes pode conferir uma boa alimentação. Com rendimento mensal, elas melhoram as condições habitacionais e, conseqüentemente, de higiene e saneamento. Este rendimento ajudaria nas despesas cotidianas e possibilitaria a satisfação das necessidades básicas dos seus filhos e/ou dependentes, como por exemplo, efetuar a matrícula escolar e comprar material escolar, entre outros aspectos essenciais. Assim, elas pensam também no futuro dos filhos e/ou dependentes. No final de tudo, o futuro passa por melhorar a saúde e a qualidade de vida. De acordo com Barroso et al. (2006), os filhos constituem um motivo para que as mães infetadas pelo HIV continuem na luta pela vida e não desanimem frente aos obstáculos.

Além da preocupação com os filhos, em seus sonhos e projetos, o desejo de casa própria tem sempre lugar de destaque. A casa própria aparece como uma representação de liberdade, de conforto e recompensa pelo trabalho, enfatizam Pinto et al. (2011). Assim, o fato delas, mesmo pouco escolarizadas, almejarem um emprego nos faz tê-las como mulheres que encaram a infecção pelo HIV positivamente e sem perder todas as esperanças.

Considerações finais

A preocupação que nos fez elaborar esta pesquisa, sob a perspectiva das relações de gênero e sua articulação com o campo da saúde, está relacionada com o fato de querermos

entender como, nas mulheres entrevistadas, se manifesta a questão da feminização do HIV. Aqui, há que destacar que todas as informações sobre essas mulheres são, de acordo com Scott (1995), informações sobre os homens. Assim, o mundo da vida aqui retratado é um mundo dos homens, isto é, o mundo da vida das mulheres entrevistadas faz parte do dos homens. E, através destas experiências, entendermos como o cotidiano delas está estruturado e é influenciado pelo e no contexto das relações sociais que estabelecem. Com isto, se enquadra as experiências destas mulheres no campo de conhecimento que relaciona as questões de gênero com as de saúde. Mas também demonstrar que o cotidiano delas é marcado por momentos de vulnerabilidade individual, programática, social e cultural, antes e pós-infecção.

De acordo com os resultados apresentados e discutidos, as mulheres entrevistadas experimentam um cotidiano onde a condição de infetadas pelo vírus do HIV é marcada por obstáculos, desafios e enfrentamentos que mostram como se manifesta a face feminizada do HIV. Também já não se deve olhar para as mulheres em relacionamentos estáveis como um segmento excluído da infecção pelo HIV. Principalmente em um país como Moçambique, e em toda a África Subsaariana, onde a transmissão heterossexual do HIV é marcadamente alta.

Os mesmos resultados reforçam a ideia de que a feminização do HIV ultrapassa o fato de serem as mulheres o segmento da população, estatisticamente em Moçambique, com os índices mais elevados de soroprevalência, pois há outros indicadores da feminização. Os dados apresentados no perfil das mulheres entrevistadas nos mostram que a principal via de infecção é sexual. As mulheres são infetadas pelos companheiros e em relações estáveis. Quando uma mulher é detectada com o HIV/SIDA, o marido não é obrigado a fazer os exames, portanto pode ficar fora das estatísticas.

Os resultados nos indicam que para estas mulheres as dificuldades em alimentação fazem parte dos desafios e obstáculos para uma experiência positiva com o vírus do HIV. O que mostra, também, que as condições socioeconômicas delas são fonte de dificuldade alimentar. Constatamos que a fraqueza econômica, ou seja, a pobreza delas faz com que criem estratégias de sobrevivência, que passam por poucas refeições e cultivo de pequenas hortas familiares para terem o que comer.

A condição de infetadas força-as a entrar em relação com as US's. Mas essa relação é turbulenta, primeiro pelas dificuldades de transporte. A questão da viagem de casa para a US e

vice-versa faz parte das experiências negativas que elas têm, da corrente das fragilidades econômicas para custear as passagens de transporte.

Os resultados avigoram a ideia de que não revelando que são HIV positivas, as mulheres estão fugindo ao estigma, preconceito, discriminação, segregação, entre outros males sociais muitas vezes associados às pessoas infetadas pelo HIV. Consequentemente, a omissão e o silêncio quanto ao estado sorológico vão se mantendo, na mesma proporção em que a desvalorização social da pessoa infetada também prevalece.

Constatamos que estas mulheres se sentem aceitas quando próximas de pessoas iguais, isto é, mulheres também infetadas pelo vírus do HIV. Verificamos que esse se aproximar à AH traz consigo as seguintes conclusões: elas experimentam um cotidiano de inclusões e exclusões sociais, isto é, quando próxima às outras mulheres infetadas vivem momentos de inclusão social, mas quando em casa ou na vizinhança, vivem momentos de exclusão social;

A continuação do papel de cuidadoras “inatas” que a prática do ativismo lhes confere reforça a ideia de que as mulheres infetadas, além de cuidarem de sua saúde, cuidam também da saúde dos outros, neste caso específico não de familiares delas. Isto agrava a situação de que as mulheres são o segmento da população que ocupam os papéis dóceis ou pouco valorizados. Situações estas que lhes fazem vivenciar cenários de vulnerabilidade individual e social.

Pesquisas tendem em focar aspectos negativos das mulheres, no que diz respeito às posições e papéis sociais desvalorizados, comparadas aos homens. Às vezes, as mulheres são projetadas como passivas e oprimidas. Mas, o fato das mulheres que entrevistamos quererem sair da dependência econômica em que se encontram, bem como fugir aos assistencialismos, querendo um emprego ou fonte de renda, é uma maneira de elas responderem a posição generalizada de socialmente fracas e dependentes. Isto é, elas respondem e encaram com esperança a condição de infetadas pelo vírus do HIV. Mas, a falta de emprego ou fonte de renda é uma questão conjuntural que afeta, claro, principalmente às mulheres, o que se agrava para nossas entrevistadas por serem infetadas. Assim, a compreensão que se teve aqui é de que o HIV não torna estas mulheres diferentes das outras ou de todas as mulheres. O HIV apenas torna tudo mais forçoso para elas. Porque acresce à preocupação de cuidar de si, a de cuidar dos filhos, da casa, do companheiro e, como ativistas, do cuidado de outras pessoas infetadas.

Referências

- ALVES, P. C.; RABELO, M. C. O status atual das ciências sociais em saúde no Brasil: Tendências. In: _____ (Org.). **Antropologia da saúde: traçando identidade explorando fronteiras**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 13-27.
- AGHA, S. Factors associated with HIV testing and condom use in Mozambique: implications for programs. **Reproductive Health**, Washington, v. 9, n. 20, p. 1-9, set., 2012.
- AQUINO, E. M. L. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: a constituição de um novo campo na saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 198-199, fev., 2003.
- ARNFRED, S. **Sexuality & gender politics in Mozambique: Rethinking gender in Africa**. Woodbridge: James Currey, 2011.
- AYRES JR. et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (Org.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999, p. 49-72.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1995.
- BARBOSA, R. H. S. AIDS e saúde reprodutiva: novos desafios. In: GIFFIN, K; COSTA, SH. (Org.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- BARROSO, M. et al. Mulheres com HIV/AIDS: subsídios para a prática de enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 67-73, maio./ago., 2006.
- BECKER, H S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.
- BECKY, L. et al. Assessing HIV/AIDS stigma and discrimination in developing countries. **AIDS Behav**, New York, v. 12, n. 5, p. 772-780, sep., 2008.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

BERGH-COLLIER, E. V. **Um perfil das relações de gênero edição atualizada de 2006: Para a igualdade de gênero em Moçambique.** Estocolmo: Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ASDI), 2007.

BUTLER, J. P. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity.** New York: Routledge, 1990.

BORIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 101-121, jun., 2014.

BOTTI et al. Conflitos e sentimentos de mulheres portadoras de HIV/AIDS: Um estudo bibliográfico. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 79-86, jan., 2009.

CABANES, R. El enfoque biográfico em sociologia. In: GODARD, F.; CABANES, R. **Uso de las historias de vida em las ciencias sociales.** Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 1995, p. 57-74.

CASIMIRO, I. M. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique.** Maputo: Promédia, 2004.

_____. Samora Machel e as relações de gênero. **Estudos Moçambicanos**, p. 55-84, set., 2005.

CASTANHA, A. R. et al. Avaliação da qualidade de vida em soropositivos para HIV. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 23-31, jan./mar., 2007.

CASTELLANOS, M. E. P.; NUNES, E. D. A Sociologia da saúde: Análise de um manual. **PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2 p. 353-371, 2005.

CAU, B. O estigma do HIV e SIDA e a testagem de infecção pelo HIV entre adolescentes e jovens em Moçambique. **Gazeta de População e Saúde**, n. 3, p. 1-33, maio., 2014.

CHANTY, S. H. **Gender, generation and poverty: exploring the feminization of poverty in Africa, Asia and Latin America.** Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

CONSELHO DE MINISTROS. **Plano estratégico nacional de resposta ao HIV e SIDA 2010-2014.** Maputo: Conselho de Ministros, 2010.

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO. **Perfil do município de Maputo.** Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2013.

CONSELHO NACIONAL de COMBATE AO HIV E SIDA. **Global AIDS response progress report: Country progress report, Mozambique.** Maputo: CNCS, 2014.

CRUZ e SILVA, T. et al., 2007. **Representações práticas da sexualidade entre jovens e a feminização do SIDA em Moçambique:** estudos de caso no Centro e Sul do país. Maputo: WLSA, 2007.

CRUZ e SILVA, T.; ANDRADE, X. Feminização do SIDA em Moçambique: a cidade de Maputo, Quelimane e distrito de Inhassunge na província da Zambézia como estudos de caso. **Outras vozes**, n. 10, p. 1-9, fev. 2005.

DELMIRA, P.; SAID, R. **Adesão ao tratamento antirretroviral:** desafios comportamentais. Maputo: Johns Hopkins University/Bloomberg School of Public Health/Center For Communication Programs, 2010.

DIJK, T. A. V. Discourse as interaction in society. In: DIJK, T. A. V. (Ed.). **Discourse as structure and process.** (Discourse studies, a multidisciplinary introduction). London: SAGE, 1997, p. 1-37.

EKSTROM, A. M.; RAGNARSSON, A.; THORSON, A. **Gender and HIV/AIDS in Eastern Europe and Central Asia.** Estocolmo: World Health Organization, 2004.

FISHEL, J. D. et al. **HIV no seio dos casais em Moçambique:** estado serológico, conhecimento do estado e factores associados com a serodiscordância do HIV. Análise profunda ao Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA) 2009. Calverton, Maryland: ICF International, 2011.

FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPUPULAÇÃO. **Igualdade de gênero e empoderamento da mulher em Moçambique.** Maputo: FNUAP Moçambique, 2006.

GASKEL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 64-89.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 244-269.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GROSSI, M.; HEILBORN, M.L.; RIAL, C. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, jan. 1998.

GUILHEM, D.; AZEVEDO, A. M. F. Bioética e gênero: moralidades e vulnerabilidade feminina no contexto da AIDS. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, p. 229-240, fev., 2008.

GUIMARÃES, C. D. **AIDS no Feminino: Por que a cada dia mais mulheres contraem AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

HEILBORN, M. L. Gênero, sexualidade e saúde. In: **Saúde, sexualidade e reprodução: compartilhando responsabilidades**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

HOULE, G. A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 317-334.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA; ICF MACRO. **Inquérito nacional de prevalência, riscos comportamentais e informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique 2009**. Maputo: INS; INE, ICF Macro, 2010.

KALICHMAN, S. C.; SIMBAYI, L. C. HIV testing attitudes, AIDS stigma, and voluntary HIV counselling and testing in a black township in Cape Town, South Africa. **Sex Transm. Infect.** London, v. 79, n. 6, p. 442-447, dec., 2003.

KALIPENI, E.; GHOSH, J.; MKANDAWIRE-VALHMU, L. As múltiplas dimensões da vulnerabilidade ao HIV/SIDA em África: Uma perspectiva das ciências sociais. In DEGREGORI, M. C. Á. et al (Org.). **Mulher, SIDA e o acesso à saúde na África Subsahariana, sob a perspectiva das ciências sociais**. Barcelona: Medicus Mundi Catalunya, 2007, p.45-60.

KLAVEREN, M. V. **Visão geral do trabalho e emprego das mulheres em Moçambique**. Amsterdã: Amsterdam Institute for Advanced labour Studies (AIAS), 2009.

KLUGMAN, B. **Gender analysis in health**: a review of selected tools. Geneva: Department of Gender and Women's Health, World Health Organization, 2002.

KULA. **Plano nacional de acção multissetorial sobre género e HIV e SIDA 2010-2015**. Kula: Maputo, 2009.

LIMA, M.L. C.; MOREIRA, A. G. AIDS e feminização: os contornos da sexualidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 103-118, mar., 2008.

LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o género do trabalho. In: De OLIVEIRA e COSTA, Albertina e BRUCHINI, Cristina. **Uma questão de género**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1992, p. 252-265.

LOFORTE, A. M **Género e Poder entre os Tsongas de Moçambique**. Lisboa: Ela por Ela, 2003.

_____. Inequidades e valores em saúde reprodutiva: vulnerabilidade das mulheres num contexto da feminização da SIDA. In DEGREGORI, M. C. Á. et al. (orgs.). **Mulher, SIDA e o acesso à saúde na África Subsaariana, sob a perspectiva das ciências sociais**. Barcelona: Medicus Mundi Catalunya, 2007, p.27-35.

_____. Mulheres e cuidados domiciliários num contexto de HIV e SIDA. **Outras Vozes**, Maputo, n. 35-36, p. 1-9, agos./nov., 2011.

MARQUES, A. M. Género e saúde: Uma relação ainda oculta. In: STREY, Marlene N.; NOGUEIRA, Conceição; AZAMBUJA, Mariana R. de. (Org.). **Género & Saúde**: diálogos ibero-brasileiros. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

MATSINHE, C et. al. **Análise da situação do HIV e SIDA e o acesso ao tratamento em Moçambique**. Maputo: Kula, 2008.

MATSINHE, C. **“TABULA RASA”, Dinâmica da resposta moçambicana contra o HIV/SIDA**. 2005. 220 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva em Moçambique: Uma análise sobre a cultura organizacional e os obstáculos institucionais. In DEGREGORI, M C. Á. et. al (Org.). **Mulher, SIDA e o acesso à saúde na África Subsaariana, sob a perspectiva das ciências sociais**. Barcelona: Medicus Mundi Catalunya, 2007, p.19-26.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA; ICF ININTERNATIONAL. **Moçambique: Inquérito demográfico e de saúde 2011**. Calverton, Maryland: MISAU; INE; ICFI, 2013.

MONTEIRO, A. P A. **HIV/AIDS prevention intervention in Mozambique as conflict of cultures: The casa of Dondo and Maringue in Sofala province**. 2011. 318 p. Tese (Social Sciences, Social Anthropology). University of Witwatersrand, Faculty of Humanities, Johannesburg, 2011.

MORESCHI, C. et al. Mulheres e vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Saúde (Santa Maria)**, Rio Grande do Sul, v. 38, n. 2, p.85-94, out., 2012.

MORGAN, D. L. Focus groups. In: HESSE-BIBER, S.; LEAVY, P. (Ed.) **Approaches to qualitative research: reader on theory and practice**. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 262-283.

MYERS, G. Análise da conversação e da fala. In: BAUER, Martin W; GASKEL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 271-291.

NASCIMENTO, A. M.G; BARBOSA, C. S.; MEDRADO, B. Mulheres de Camaragibe: representação social sobre a vulnerabilidade feminina em tempos de AIDS. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 5, n. 1, p. 77-86, jan./mar., 2005.

OSÓRIO, C. Algumas reflexões sobre a abordagem de gênero nas políticas públicas sobre o HIV/SIDA. **Outras Vozes**, Maputo, n. 6, p. 1-4, fev., 2004.

PEREIRA, B. S. et al. Enfrentamento da feminização da epidemia da AIDS. **FG Ciência**, Guanambi, v. 1, n.1, p. 1-18, jan./jul., 2011.

PEREIRA, M. H.; COSTA, L. F. Santa pecadora ou execrada santa? O autocuidado em mulheres soropositivas para HIV. **Psico-USF**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 103-110, jan./jun., 2007.

PALMA, A.; MATTOS, U. A. de O. Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 567-590, set./dez., 2001.

PAULILO, M. I. S. Mulher e Cidadania. **Serviço Social em Revista**, Londrina-PR, v.2, n. 2, p. 227-244, 2000.

PAULO, M.; ROSÁRIO, C.; TVEDTEN, I. “**Xiculungo**”: Relações sociais da pobreza urbana em Maputo, Moçambique. Maputo: Direção Nacional de estudos e Análise de Políticas (DNPO), Ministério de Planificação e Desenvolvimento, 2008.

PARKER, R. **Na contramão da AIDS: Sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

PARKER, R.; CAMARGO JR., K. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 89-102, 2000.

PINTO, R. M. F. et al. Condição feminina das mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar., 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2013**. A ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado. Washington: Communications Development Incorporated, 2013.

PROGRAMA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO. **Vulnerabilidade alimentar urbana nas cidades de Maputo e Matola**. Maputo: PMA, Moçambique, 2008.

PULLUM, T.; STAVETEIG, S. **HIV status and cohabitation in Sub-Saharan Africa**. DHS Analytical Studies No. 35, Rockville: ICF International, 2013.

QUIVE, S.; ZANDAMELA, G. S.; CABRAL, A. K. **Gênero e desenvolvimento: Uma perspectiva sociológica com enfoque nos sectores de educação e saúde**. Maputo: Grupo Moçambicano da Dívida, 2004.

REIS, A. L.; XAVIER, I. Mulher e AIDS: rompendo o silêncio de adesão. **Ver. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 28-34, 2003.

SAMBISA, W.; CURTIS, S.; MISHRA, V. AIDS stigma as na obstacle to uptake of HIV testing: evidence from a zimbabwean national Population-based survey. **AIDS Care**. New York, v. 22, n. 2, p. 170-186, 2009.

SANTANA, J. Mulheres de Moçambique na revista Tempo: o debate sobre o *lobolo* (casamento). **Revista de História**, Bahia, v. 1, n. 2, p. 82-98, 2009.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez., 1995.

TAQUETTE, S. Feminização da AIDS e adolescência. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 33-40, jan./mar., 2009.

TVEDTEN, I.; PAULO, M.; MONTSERRAT, G. **Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique**. Noruega: CHR. Michelsen Institute (CMI), 2008.

TVEDTEN, I. **Mozambique country case study: Gender equality and Development**. [S. l.]: World Bank, 2011.

UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS. **2004 report on the global HIV/AIDS epidemic: 4th global report**. Geneva: UNAIDS, 2004.

_____. **Global Report: UNAIDS Report on global AIDS epidemic 2012**. Geneva: UNAIDS, 2012.

_____. **Global Report: UNAIDS Report on global AIDS epidemic 2013**. Geneva: UNAIDS, 2013.

_____. **The GAP report**. Geneva: UNAIDS, 2014.

VILLELA, W. V. Prevenção do HIV/AIDS, gênero e sexualidade: Um desafio para os serviços de saúde. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (Orgs.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999, p. 199-213.

VILLELA, W.; MONTEIRO, S.; VARGAS, E. A incorporação de novos temas e saberes nos estudos em saúde coletiva: o caso do uso da categoria gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4p. 997-1006, abr., 2009.

World Health Organization. **Integrating Gender into HIV/AIDS programmes**: a review paper. Geneva: World Health Organization, 2003.

_____. Gender and Health. Disponível em: <<http://www.euro.who.int/en/health-topics/health-determinants/gender/gender>>. 2014. Acesso em: 08 nov. 2014.

ZAMPARONI, V. **Entres narros e mulungos**: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890 – c. 1940. 1998. 582 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.



Alimentos industrializados como disseminadores do nutricionismo: uma análise da formação profissional dos engenheiros e cientistas de alimentos

Manuela de Souza Diamico¹

Diego Faust Ramos²

GT 1 – CIÊNCIA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

¹ Dra. Em Sociologia Política pelo PPGSP-UFSC. manudiamico@gmail.com. Pesquisa financiada pela CAPES

² Me. Em Antropologia Social pelo PPGAS-UFSC. diegofaustamos@gmail.com. Pesquisa financiada pela CAPES.

Introdução

Partimos de uma abordagem construcionista baseada na Teoria Ator-Rede de que os conhecimentos científicos são co-produzidos e que embora tenha seu caráter técnico inegável, é constituído, ou legitimado e disseminado, perpassando diversos atores, humanos e não humanos. O sucesso de uma inovação, entendendo inovação como a materialização de um novo artefato técnico em produto e, portanto, comercializável, se dá em função do êxito no convencimento da rede de que tal inovação é necessária – uma necessidade diversa para cada ator da rede. De acordo com Latour (2000; 2005) e Callon (1980; 1983; 1986; 2004) esse momento do convencimento é fundamental para compreender o que está em jogo: o que define, delimita e move os atores na conformação da rede. Os autores citados nos oferecem um arcabouço teórico metodológico para seguir os atores e compreender como se dá esse processo de convencimento que, em poucas palavras, trata-se de um processo de “tradução”. A tradução é entendida como um mecanismo de “fazer sentido”; de “dar” o sentido necessário a cada ator que deve ser arrolado para formar uma rede de promoção do fato ou artefato empreendido. Trata-se do processo de intercambiar os interesses, fundamentando-se, para tanto, na importância dada por cada ator em determinado aspecto associado a rede ou ao empreendimento. Ou seja, trata-se de fazer equivaler os interesses. No caso estudado, buscamos entender o papel dos peritos na produção industrial de alimentos no que se refere à construção e disseminação de conhecimentos ditos saudáveis, materializados nos produtos alimentícios com o apelo de saudável. Esses atores são parte importante na formação de uma rede entorno da produção industrial de alimentos que ajudam a “mobilizar” atores, em especial os consumidores, por meio da tradução dos interesses do consumidor em produto alimentícios. Eles operam em especial na identificação da apelação de interesses e na sua materialização em produtos. Entendemos que estes peritos traduzem o “saudável” no alimento na medida que se apropriam de um conhecimento específico, o nutriente, conectado à interesses também específicos, o do estilo de vida saudável, amplamente disseminado na sociedade contemporânea, nas formas de apelo estético, mas também de saúde pública e de responsabilidade individual. Associando esses dois conhecimentos, cria inovações alimentícias e divulga o que o consumidor quer comprar. É um conhecimento, portanto, compartilhado. Desse modo o perito, cujo interesse é desenvolver inovações para o mercado, dialoga com o interesse do mercado, focado nos novos nichos e na agregação de valor aos produtos, e converge também para o interesse do consumidor com base em uma demanda específica pelo saudável.

O faz, então, absorvendo o conhecimento científico nutricional, ou parte interessante (para ele) deles. O conhecimento interessante, no caso, por ser mais divulgado, passa a ser também o mais cobiçado. Assim têm-se que nas pesquisas de tendências de mercado surgem como pontos importantes para os consumidores em termos de saúde, os nutrientes. Não iremos discutir aqui as concepções nutricionais de saúde. Discutimos esse tema na tese de doutorado (DIAMICO, 2016). Cabe, no entanto, chamar a atenção para o compartilhamento de conhecimentos e interesses e para as controvérsias geradas. Exatamente porque a temática da alimentação entra em contato com a da saúde pública, as definições de saúde e saudável têm levantado tensões. Destacamos aquela problematizada por Scrinis (2013) como a Era do Nutricionismo. Essa controvérsia diz respeito a própria definição de alimento saudável. No livro “Nutritionism: the science and politics of dietary advice.” Scrinis mostra como os conhecimentos nutricionais e a associação entre alimentação e saúde têm ganhado diferentes significados na história, mas que entre a década de 1990 até hoje tem-se a predominância de uma concepção de alimentação saudável focada quase que completamente no nutriente e na composição nutricional do alimento. Essa concepção deixa de lado as discussões sobre a produção e preparo dos alimentos, fixando mesmo seu fim nas tabelas nutricionais. Essa concepção seria uma visão reducionistas da nutrição, porquê contraditória aos atuais estudos que defendem a integralidade do ato de alimentar-se e a importância da qualidade do processo de produção de alimentos mais do que à tabela nutricional. Leva-se em consideração as formas de produção e preparos dos alimentos, bem como tradições e hábitos culturais, além da comensalidade. Esse debate está presente no último Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), que se posiciona a favor de uma concepção mais abrangente, em que a qualidade do saudável está na origem e manipulação do alimento, assim como nos modos de preparo, comensalidade e cultura alimentar. Esta última, mais complexa e, podemos dizer, mais difícil de ser ensinada. O reducionismo nutricional, por seu turno, escolhe alguns nutrientes bem específicos a serem vigiados, dessa maneira tornando mais fácil para o paciente/consumidor gravar e entender quais seriam as variáveis que deve prestar atenção ao comprar. Essa facilidade na comunicação é o principal mote de apropriação da indústria de alimentos voltadas para o saudável. O marketing entorno desses produtos focam em informações bastante simples como “enriquecidos” ou “zeros”, que ajudam o consumidor a fixar a informação/conhecimento e reproduzi-lo. É neste sentido que vimos os alimentos industrializados como uma materialização do saudável ou, pelo menos de uma concepção de saudável, a concepção reducionista. É neste sentido, também, que identificamos os peritos na produção industrial de alimentos como tradutores. Buscamos então compreender como esses peritos interpretam o saudável e como enxergam sua posição nesse processo.

Este artigo apresenta uma parte dos achados da pesquisa de doutoramento (DIAMICO, 2016). O artigo então está dividido em 3 partes. A primeira debruça-se sobre o conceito de tradução e do fazer científico. Partindo do pressuposto do primado do conhecimento científico e radicalizando essa concepção apontamos, a partir de Latour e Callon, o próprio mecanismo de fazer da ciência. Considerando uma abordagem construcionista, apontamos o conhecimento como processo em construção, e por isso, passível de controvérsias e tensões. Na segunda parte apresentamos uma análise das comunicações científicas entre os peritos da produção industrial de alimentos. Seguindo uma das pistas colocadas por Callon (1983), entendemos que os conhecimentos compartilhados nos periódicos científicos são fundamentais para compreender o etos desses profissionais. Na terceira e última parte apresentamos algumas considerações com base nas entrevistas realizadas com profissionais da UFSC e da Universidade de Liège. Queremos chamar atenção, nas considerações finais, para alguns pontos importantes na formação desses profissionais, que colaboram para esse olhar “tradutor”. Ou seja, queremos evidenciar algumas constantes em suas formações que os permite olhar para essa rede do saudável. A principal delas é de sua formação estritamente técnica. Veremos que embora sejam atores importantes na divulgação do conhecimento sobre o saudável, são alheios a esses debates, colocando-se na posição exclusivamente de técnicos que apenas reproduzem o conhecimento científico na materialidade de suas inovações. Outro ponto importante é seu posicionamento com relação a pesquisa. Esse ponto é importante, pois ao discutir o papel da universidade e das empresas privadas no desenvolvimento do setor, verificamos uma percepção de mercado e de seu papel como aquele que supri as demandas do mercado, não havendo uma relação com o consumidor, para além dele ser importante para o mercado. Fato que reforça seu caráter eminentemente técnico (em contrapartida a um caráter mais holístico, se assim podemos chamar; uma abertura para aspectos mais gerais do conhecimento, mais científico e/ou social).

Conectando o dialeto:

Em “Ciência em Ação” (2000) Latour mostra como a ciência se realiza em meio a associações e a criação de redes de colaboradores, constantemente crescentes, que auxiliam no processo de formação do que chama de caixa-preta. A caixa-preta é entendida como um fato ou artefato considerado verdadeiro e que, por isso, não é questionado. Cada caixa-preta é

potencialmente um ponto de partida para o engendramento de outros fatos e artefatos. Latour questiona a maneira como essas caixas-pretas são construídas ou, a maneira como se constrói a verdade incontestável da ciência. Tal questionamento é fundamental, pois a maioria das decisões na sociedade moderna são embasadas e/ou legitimadas por argumentos científicos, considerado conhecimento objetivo, coletivo, comprovável e, por tanto, isento.

Mas será que o conhecimento científico é de fato objetivo e isento? No referido livro Latour mostra como a percepção de que o discurso científico é isento é uma construção operacionalizada por diversas negociações, envolvendo diversos interesses. Para relativizar a ideia de conhecimento científico “neutro”, demonstra como essas negociações são realizadas. Aí tem-se um passo importante para compreender as controvérsias científicas, pois durante as discussões no decorrer da controvérsia é comum parecer que um lado da controvérsia esteja sendo tendencioso e o outro não. Latour mostra que todos os lados são tendenciosos, pois estão imbuídos dos mais diversos interesses.

Latour argumenta que para que o conhecimento científico tenha legitimidade, ele precisa desqualificar qualquer outra lógica, apresentando-se, assim, como única possibilidade verdadeiramente racional, objetiva, lógica e desinteressada. Esse conhecimento é tomado como o único capaz de compreender e explicar as verdades sobre o mundo, agindo como se houvesse uma realidade extra-social que está pronta para ser captada, bastando resgatá-la para obter a verdade sobre o mundo. Essa autocaracterização da ciência como única forma de se obter a verdade é parte da sua estratégia de diferenciação, que limita o número de objetores ao fato/artefato inventado, pois limitado é o número de pessoas que são munidas dos códigos e instrumentos necessários para tanto.

Outro aspecto importante dessa estratégia de legitimação diz respeito ao convencimento de que o conhecimento científico reflete a realidade do maior número de pessoas possível. Tem-se, portanto, como aspectos da estratégia de legitimação, a delimitação do número de pessoas que compartilham os mesmos códigos e que podem legitimamente contestá-los por um lado e, por outro, a divulgação para o maior número possível de pessoas dos resultados alcançados e das realizações obtidas pelo conhecimento técnico científico.

A ciência, conforme descreve Latour, desenvolveu um modo próprio de inscrição e comunicação caracterizado pela matematização (fato também descrito por Bourdieu ao abordar a autonomia do campo científico). A matematização é a propriedade que permite reinterpretar a realidade em forma de planilhas de cálculos. Essa conversão, ou essa linguagem re-

conversiva³, é partilhada por poucos e é assim que deve se manter. Dessa forma é tomada como uma especialidade que é própria e limitada a um “conjunto de pessoas muito especiais com inteligência acima da média”. Esta característica confere por si só um status importante no processo de convencimento de que suas pesquisas serão importantes e úteis. Tal é verificado no compartilhamento das informações nutricionais, que são codificadas em grandezas internacionalmente reconhecidas, como a calorias, traduzida em kcal ou kj.

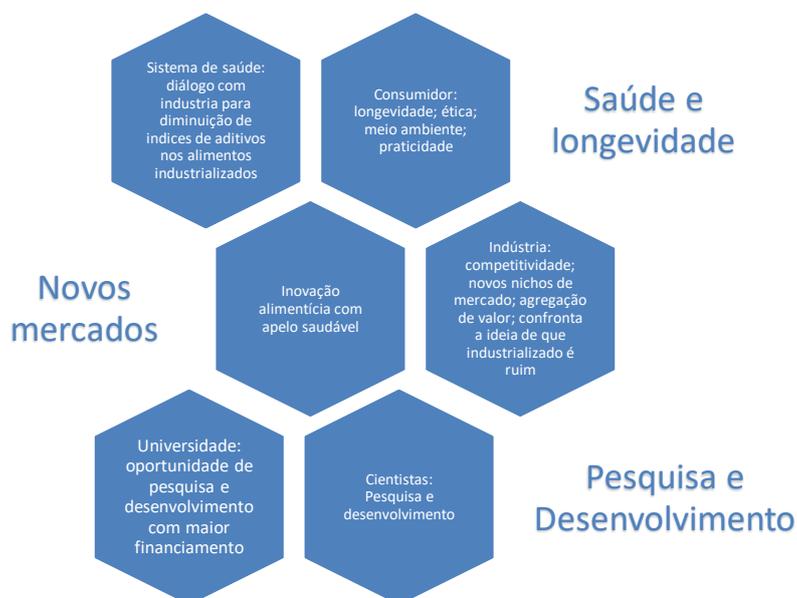
Não basta, então, para o cientista, limitar sua atenção às pessoas que compartilham a mesma capacidade excepcional de ter “mentes brilhantes”. Para que o conhecimento científico seja legítimo ele precisa ser compartilhado. Ele precisa se transformar em coisas concretas e, para tanto, é vital a obtenção de recursos e apoio para o próprio desenvolvimento de pesquisas. É aqui que se inicia o processo de construção de uma rede. Esse processo envolve convencimento e mobilização de interesses, ações às quais Latour dá o nome de tradução e translação. Estas são partes estratégicas para interessar outros atores à pesquisa do cientista. Mas, como fazê-lo se quem não é cientista não partilha nem se interessa pelos códigos próprios da ciência? É preciso identificar afinidades por outros e diversos caminhos, que não o argumento científico “puro”. Esse processo de translação demanda um “acerto de interesses”, que dependerá da forma como se traduz o objetivo do cientista ao interesse do outro, depende, portanto, da especificidade de cada ator, de quem ele é, de qual sua função e posição na rede. A maneira como o cientista irá proceder à translação ou o envolvimento e mobilização de novos “nós” à sua rede, envolve traduzir seus códigos para uma linguagem que permita o entendimento de alguma função/aplicação daquele conhecimento.

Neste sentido o procedimento chamado “interestment” é central para a efetivação deste processo. É o movimento de identificação dos interesses dos atores a serem convencidos e de “tradução”, que se dá pela resignificação do fato artefato científico naquilo que é interessante para determinado ator. No que se refere ao desenvolvimento de novos artefatos alimentares, ou inovações alimentares, verificamos que a vinculação da concepção de saúde ao alimento possibilitou o desenvolvimento de uma nova gama de produtos alimentícios⁴. Traduz-se aqui o interesse do consumidor pelo alimento saudável ao da indústria alimentícia pela oportunidade de colocar novos produtos no mercado. Considerando as críticas que os alimentos

³ O termo re-conversão remete a ideia de um movimento dialógico, em que a algo é convertido e outra coisa e volta a ser convertido ao que era. Remete a ideia de que a realidade pode ser capturada em forma de dados e que estes dados podem ser verificados na realidade. Há uma conversão e em seguida um retorno, uma re-conversão. Essa característica é elementar à ciência, pois sua realização é a garantia de que a racionalização científica é confiável e legítima, afinal, é preciso “ver” os resultados para que se acredite nos dados científicos.

⁴ Diferenciamos produtos alimentícios de alimentos para enfatizar o caráter mercadológico do produto alimentício.

industrializados têm recebido nos últimos anos, verifica-se que o interesse da indústria em “melhorar sua imagem” é cada vez mais importante; além disso, ganha novos mercados com os debates éticos como sustentabilidade e direitos animais, dentre outros nichos. Os cientistas, por sua vez, veem nesses nichos a oportunidade de financiamento em pesquisas, dentro e fora das universidades. Oportunidades que as universidades, como instituições, também tentam usufruir.



Alimentação saudável para os peritos de produção industrial de alimentos

O discurso científico é recebido pelos consumidores como conhecimentos dados, como caixas-pretas, na terminologia de Latour (2000). As caixas-pretas são fatos ou artefatos reproduzidos socialmente, mas não questionados, como é o caso do conhecimento nutricional. Embora hajam discussões e diferentes abordagens, não há o questionamento de fundo sobre sua eficácia, ou mesmo sua formação; o questionamento limita-se às afirmações momentâneas. Por exemplo, podemos citar os conhecimentos disseminados sobre as gorduras. É ponto pacífico que “gordura trans faz mal à saúde”. Ainda que sejam gorduras produzidas pelos próprios cientistas no processamento industrial dos alimentos, ou, mesmo, que a ciência seja a responsável pela criação desse nutriente “maligno”, ainda assim, confia-se nos mesmos cientistas para balizar a decisão de não consumir esse nutriente. Além disso, o discurso científico tem uma força coercitiva muito forte. Isso pode ser verificado no dia-a-dia, quando, por exemplo, pergunta-se a um consumidor se ele consome gordura trans, com uma

probabilidade muito grande ele dirá não contundentemente, embora talvez sinta-se desconfortável, pois ele sabe que consome (pois na pizza pronta que ele comprou para a sexta-feira à noite tem gordura trans). Esse desconforto vem do dilema entre escolher o que consumir baseado exclusivamente nos conhecimentos nutricionais ou baseado também no paladar ou tradição. O desconforto é causado, também, porque o fato de ingerir produtos que contenham gorduras trans é visto socialmente como um ato de “ignorância”, pois consumir a tal gordura trans, uma vez que “todos sabem” que “gordura trans faz mal à saúde”, é sinal ou de ignorância ou, pior, de irresponsabilidade. Por outro lado, se se pergunta ao consumidor sobre a composição química da gordura trans ou como acontece o processo de interação dessa substância no organismo humano, não se obtém uma resposta, pois o conhecimento difundido é “gordura trans faz mal à saúde”. Não é preciso ser cientista para saber isto. É apenas a caixa-preta sendo reproduzida.

A reprodução da caixa-preta é um processo complexo, mas podemos identificar alguns pontos da rede que está por trás dela: os meios de comunicação, os médicos, os nutricionistas e o Ministério da Saúde, através dos Guias Alimentares, entre outros. Em todos esses meios verifica-se a apresentação dos argumentos científicos, dos fatos e artefatos criados por cientistas e engenheiros, no entanto, não se conhece sobre o processo de construção desses fatos e artefatos. Todos os fatos e artefatos (conhecimentos e produtos) criados por eles são apresentados de maneira que sejam compreendidos por todos e consumidos por todos, como algo pronto e dado. Entre a criação do fato e o artefato e seu consumo final há, no entanto, um processo de intermediação. Processo esse que apresenta as inovações como parte evolutiva de um processo homogêneo, uniforme (não contraditório, portanto) e harmonioso. Mas como a criação de fatos e artefatos é entendida e vivenciada pelos cientistas e engenheiros de alimentos? De acordo com Latour (2012), a construção da caixa-preta, enquanto conhecimento compartilhado, aceito e reproduzido, requer a intermediação por atores importantes que conformam uma rede de informações, de circulação de informações e de convencimento integrados. Esse convencimento acontece por meio das traduções que determinados atores realizam ao divulgar a informação de modo a convencer o outro a compartilhá-lo. Os cientistas e engenheiros de alimentos são aqui entendidos como atores centrais nessa divulgação e compartilhamento da caixa-preta. Por esse motivo apresentamos a seguir uma rápida análise do conteúdo científico a partir das comunicações internas ao conhecimento científico acadêmico, os artigos científicos.

Como os peritos traduzem o saudável:

Em função do nosso foco ser o produto alimentício com alegação de saudável, buscamos fundamentalmente compreender como e o quê os cientistas consideram alimento saudável e quais as variáveis a eles associadas. Investigamos primeiramente suas comunicações através dos artigos científicos por eles compartilhados em periódicos científicos. Nada melhor para entender como os cientistas e engenheiros articulam suas ideias do que averiguar quais fatos e artefatos compartilham (CALLON, 1983), quais são aceitos e quais são criticados. Esse exercício auxilia também na captação das críticas elaboradas por eles próprios, bem como o que é considerada evidência ou não.

Analisamos os números de artigos relacionados a termos referentes aos debates sobre alimento saudável e aos conhecimentos nutricionais. Escolhemos cinco periódicos a partir da recorrência de publicação por parte dos professores entrevistados na UFSC. São periódicos internacionais, que apresentam ampla perspectiva sobre produção industrial de alimentos.

1. Food Control;
2. International Dairy Journal;
3. Innovative Food Science and Emerging Technologies;
4. Journal of Food Engineering; e
5. Trends in Food Science and Technology.

As palavras-chaves buscadas nestes periódicos foram relacionadas à alimentos saudáveis: saúde, saudável, risco, nutritivo, nutriente e aditivos. Essas palavras podem evidenciar a maneira como o assunto alimento e saúde são tratados nas comunicações científicas. Apresentamos as variações saúde/saudável e nutritivo/nutriente, pois têm significados diferentes e podem evidenciar diferentes tipos de referências nas revistas estudadas. A palavra “aditivo” foi escolhida por representar a discussão que vem sendo realizada sobre os malefícios dos conservantes (como as discussões e instruções internacionais e nacionais para a diminuição da quantidade de sódio nos produtos industrializados.), que são tipos de aditivos, e porque na disputa pela hegemonia no que se refere aos conhecimentos nutricionais como mencionado na introdução, os alimentos ultra processados são altamente discriminados exatamente por causa dos aditivos.

Escolhemos também as palavras: consumidor e risco. Consumidor para identificar a frequência com que o consumidor é mencionado nas comunicações científicas e à quais assuntos estão relacionados. E risco para compreender como a produção industrial de alimentos entende e discute possíveis riscos associados à alimentação e saúde. Acreditamos que estas palavras, presentes nos discursos midiáticos sobre alimentos saudáveis, fornecem uma boa referência sobre o que é discutido nas comunicações acadêmicas dos cientistas e engenheiros do setor de produção industrial de alimentos.

Em primeiro lugar apresentamos a distribuição do número de artigos cuja temática contém cada uma dessas palavras-chaves, segundo o site de busca *Science Direct*⁵.

Figura 1- Crescimento da incidência de palavras-chave por periódico - períodos 2000 a 2010 e 2010 a 2018

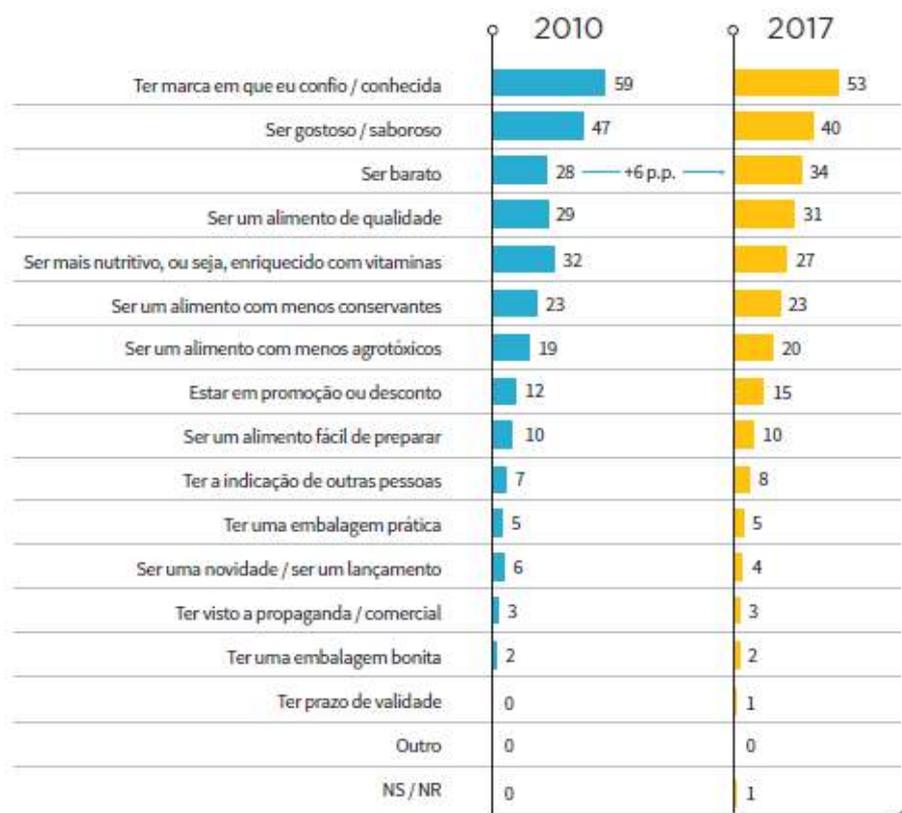
Título do periódico	Palavras-chave																				
	Health			Healthy			Nutritive			Nutritious			Risk			Additives			Consumers		
	2000-2010	2010-2018	%	2000-2010	2010-2018	%	2000-2010	2010-2018	%	2000-2010	2010-2018	%	2000-2010	2010-2018	%	2000-2010	2010-2018	%	2000-2010	2010-2018	%
1	978	3064	68	176	664	73	30	72	58	37	123	70	816	2658	69	315	999	68	838	2619	68
2	573	691	17	173	191	9	27	33	18	12	24	50	225	298	24	146	143	-2	408	486	16
3	223	645	65	70	250	72	31	319	90	26	76	66	142	342	58	118	318	63	263	692	62
4	555	946	41	170	304	44	127	83	-53	61	68	10	360	504	29	467	566	17	916	1090	16
5	629	966	35	260	507	49	51	98	48	54	116	53	477	802	41	243	427	43	587	907	35

Verificamos que no período de 2010 a 2018 houveram maior quantidade de artigos relacionados aos temas pesquisados do que entre 2000 a 2010. Esses números, no entanto, são de difícil leitura: por um lado vemos uma maior atenção por parte dos cientistas a esses temas, por outro, por parte dos consumidores, como apontado na pesquisa da Fiesp de 2017, a partir de 2014, aproximadamente, há uma nova configuração no mercado. Existe uma busca crescente entre os anos 2000 a 2015 por produtos saudáveis e éticos. Tal tem uma guinada a partir principalmente de 2015, com o agravamento da crise financeira (FIESP/CIESP, 2017), momento em que as atenções acabam retornando mais ao preço. Claro que os nichos de mercado estabelecidos não somem, pelo contrário, o mercado dos nichos especializados ganham ainda mais valor agregado. O que acontece é que de maneira geral esses nichos delimitam ainda mais

⁵ Site de busca disponível em < <http://www.sciencedirect.com/> >. Acesso em 07/08/2018.

os seus consumidores. A pesquisa da FIESP/CIESP faz uma comparação dos hábitos de consumo de alimentos em 2010 e 2017. A primeira constatação foi a de que os 2 principais motivos que levam o consumidor a comprar determinado alimento não mudaram: marca de confiança e sabor. No entanto o terceiro motivo para escolha é que foi afetado pela crise econômica. Em 2010 o terceiro lugar ficava com a condição de saudabilidade do alimento. Já em 2017 esse critério é o preço. “Entre 2010 e 2017, “preço baixo” ganhou 6 pontos percentuais (p.p.) em termos de importância no processo de compra de alimentos industrializados e se tornou um dos principais drivers de escolha da categoria” (FIESP/CIESP, 2017, p. 16). É importante destacar que os itens “saudabilidade” e “preço baixo” têm a terceira e quarta posição na escolha dos consumidores, segundo a referida pesquisa. Mudando de posição um com outro, mas ainda assim mantendo-se a frente, por exemplo, das características de praticidade ou gourmeticidade.

Figura 2 - Pesquisa comparativa das principais características que levam o consumidor a escolher um produto



Cabe ainda salientar que embora na pesquisa divulgue-se que a qualidade do alimento tem ganhado menor importância, há quatro itens referentes a qualidade do alimento: “ser um alimento saudável”; “ser mais nutritivo, ou seja, enriquecido com vitaminas”; “ser um alimento com menos conservantes” e “ser um alimento com menos agrotóxicos”.

Essa constatação é importante, pois trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em questionário fechado. Ou seja, os entrevistados escolhem entre as categorias já estabelecidas. Essas categorias, por sua vez, estão baseadas na pesquisa de 2010 cujo objetivo era, assim como a de 2017, identificar tendências do mercado de alimentos. Assim, verifica-se que a temática da saudabilidade, nutrição, aditivos está ainda presente e é parte do fazer, do habitus profissional nessa área. Não o era tradicionalmente, mas, diante da demanda, passa a ser.

Para nosso objetivo reflexivo iremos precisar algumas terminologias, pois elas aparecem tanto nos artigos científicos como nos discursos de nossos entrevistados. Os termos nutrição, saudabilidade, risco, aditivo e consumidores, pesquisados nos periódicos têm um entendimento peculiar.

Primeiramente gostaríamos de destacar a diferença entre os termos “health/healthy” e “nutrition/nutritious”. Conforme vimos, as informações correntes sobre alimentos saudáveis apresentam alguns conceitos como nutritivo (nutritious) e saudável (healthy). Ao averiguarmos a recorrência destes termos nas comunicações científicas, verificamos que estes são menos citados do que nutriente e saúde. Isto porque as variações apresentadas nos textos referem-se mais às “influências à saúde” do que a definição de “saudável”. Com relação ao nutriente, este é mais citado do que nutritivo, pois os artigos referem-se às substâncias, aos nutrientes, (incorporadas a novos alimentos) e não ao que é considerado ou não nutritivo. Essa distinção foi feita com base em leituras prévias dos artigos científicos e seus abstracts e na escolha de alguns para leitura integral com base em sua relevância relativa ao tema alimentação saudável (escolhemos os artigos mais recentes com as palavras alimentação saudável). Diferenciação também identificada nas entrevistas com peritos na UFSC e na Universidade de Liège.

Com relação aos aditivos, as discussões são sobre o desenvolvimento de novos aditivos ou a melhoria da eficiência dos já existentes. Não verificamos debates sobre a classificação de aditivos em naturais ou artificiais (tema abordado pelos entrevistados na pesquisa de campo). As categorias a eles associadas referem-se a mecanismos de melhoramento da eficácia, substituições de substâncias ou processamentos.

As variações dos significados relacionados à risco não estão presentes necessariamente na variação da palavra, mas nas temáticas a ela relacionadas. Uma destas temáticas é a referente aos riscos associados ao consumo dos alimentos, vinculado ao risco de desenvolver alguma doença relacionada a ingestão de determinados nutrientes, como hipertensão ou obesidade, referindo-se então à segurança alimentar; a outra temática associa-se a doenças ligadas as

contaminações microbianas nas diferentes etapas do processo produtivo, ao que se refere à sanidade de alimentos⁶.

Com relação ao termo consumidor, os artigos abordam as pesquisas de aceitação de novas substâncias ligadas a funções nutricionais, ou então, ao combate de algum agente microbiano causador de enfermidades. Aqui também as atenções se dividem entre controle higiênico sanitário (segurança de alimentos), por um lado, e a utilização de nutrientes em novos produtos alimentícios (visão nutricional), por outro.

As revistas pesquisadas são voltadas principalmente à apresentação de experimentos envolvendo inovação na aplicação de técnicas e processos de beneficiamentos (moagem, extração de polpas, de sucos, de óleos, etc.); tratamentos térmicos (pasteurização, esterilização, congelamento, liofilização, etc.); biotecnologia (fermentação, tratamentos enzimáticos, etc.); e emprego de ingredientes e matérias-primas⁷.

A pesquisa nos jornais e revistas visou identificar de que maneira a noção de alimento saudável é abordada pelos cientistas e engenheiros nas comunicações científicas e de que forma se relacionam ao conhecimento corrente sobre alimentos. Dentre os artigos encontrados selecionou-se para a leitura dos abstracts aqueles que continham as palavras saudável no título. E dentre eles foi selecionado 20 artigos para leitura do texto completo, escolhidos em função da relevância das noções de saúde e risco no abstract.

Verificou-se que as discussões sobre saúde estão voltadas à utilização de novos processos ou materiais para produção de alimentos “inteligentes”, melhorando suas propriedades nutricionais (seja pela diminuição de nutrientes indesejáveis como gordura e sódio, ou enriquecimento com nutrientes desejáveis como vitaminas ou ácidos graxos considerados importantes como o ômega 3). As preocupações com o enriquecimento nutricional dos alimentos estão mais relacionadas à redução de doenças cardiovasculares como a obesidade e hipertensão. São apresentados muitos experimentos considerados inovadores para indústria de alimentos, invocando a sua importância tanto para a indústria quanto para os consumidores.

As discussões relacionadas aos riscos, por sua vez, estão relacionadas ao controle higiênico sanitário, reportando principalmente à implementação do HACCP (*Hazard Analysis*

⁶ É importante aqui destacar a diferença entre “segurança de alimentos” de “segurança alimentar”. Assim como no inglês os dois termos se referem o primeiro ao controle higiênico sanitário no processamento dos alimentos (food safety) e o segundo ao controle da distribuição suficiente de uma alimentação nutritiva às populações (food security).

⁷ Fato congruente com a expectativa proposta nos cursos: a utilização dessas técnicas e processos visando “o controle das condições que proporcionam os padrões de qualidade desejados; a evolução de técnicas tradicionais; e a viabilização de produtos inéditos no mercado (ABEA, [20--]).

and Critical Control Points), que consiste em um sistema de análise e controle de riscos biológicos, químicos e físicos desde o recebimento da matéria prima até o produto final⁸.

O sistema HAACCP é utilizado também como certificação de segurança de alimentos. A aplicação desse sistema é exigida para certificação pela ISO 22000 (*International Organization for Standardization*), sendo, portanto, um sistema globalmente exigido para certificação das indústrias de alimentos.

Um termo não utilizado como palavra-chave para a pesquisa nos periódicos, mas que é bastante presente nas comunicações científicas e nas entrevistas é inovação⁹. A inovação parece ser o motor da produção científica na área. De acordo com Airton Vialta, vice-diretor do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), “as grandes inovações ocorrem principalmente na área de formulação de ingredientes e aditivos, alimentos funcionais, transgênicos e embalagens.” (GOUVEIA, 2006, p. 4). Segundo Gouveia “os aditivos alimentares se tornaram virtualmente obrigatórios na alimentação moderna, sobretudo por sua capacidade de manter a qualidade e a validade dos alimentos vendidos em supermercados. Entretanto, há estudos que associam a utilização “inadequada” desses componentes a efeitos prejudiciais à saúde, como o aparecimento de câncer, alergias e outras enfermidades.” (GOUVEIA, 2006, p. 5).

O objetivo de criar inovações alimentares evidencia-se, inclusive, quando a palavra-chave utilizada na pesquisa é ‘consumidor’. Os artigos que apresentam essa palavra em geral discutem a aceitabilidade do consumidor a alguma inovação, seja em termo de embalagens ou inserção ou redução de algum nutriente. Um exemplo é o estudo feito na Universidade Federal de Viçosa, sobre os efeitos do apelo de saudável sobre a aceitação de sucos exóticos brasileiros. Nessa pesquisa Vidigal et. al. (2011) demonstram que embora o apelo de saudável seja um elemento importante e que influencie na aceitação de novos alimentos, ele não se sobrepõe ao paladar. Se um produto não agrada ao paladar dificilmente será aceito, ainda que tenha o apelo de saudável.

É interessante notar como os cientistas e engenheiros de alimentos comunicam a temática de alimento saudável. Verificamos que suas problemáticas estão relacionadas aos

⁸ “HACCP is a management system in which food safety is addressed through the analysis and control of biological, chemical, and physical hazards from raw material production, procurement and handling, to manufacturing, distribution and consumption of the finished product.” (USA, 1997)

⁹ A noção de inovação empregada pode ser definida em termos gerais como aperfeiçoamento. Ou, mais precisamente, como definido no “Oslo Manual”, da OECD (2005): “An innovation is the implementation of a new or significantly improved product (good or service), or process, a new marketing method, or a new organisational method in business practices, workplace organisation or external relations”. A discussão sobre inovação não se restringe esta definição. Embora ela seja standart, as discussões sobre inovação estão bastante avançadas e derivando muitas e novas abordagens e pesquisas. Não abordaremos esta temática nesta tese, apesar de esta ter se mostrado um rico campo de análise para pesquisas futuras.

riscos higiênicos sanitários e à área de nutrientes. Apresentam discussões sobre inovações tanto em processos, equipamentos e ingredientes e levam em consideração a aceitabilidade pelo consumidor. Mas verificamos também que os artigos não se referem necessariamente ao saudável ou ao nutritivo, e sim à aplicação de técnicas que permitam a produção de inovações alimentícias e que levem em consideração essas noções.

Isso nos remete ao fato de haver um compartilhamento entre cientistas e engenheiros sobre qual é a demanda do consumidor e a consequente busca por suprir essas demandas se sobrepõem ao esforço de produção dos conhecimentos que embasam as mesmas, afinal, é a ciência que informa e justifica tais demandas. O trabalho deste perito gira entorno principalmente de criar inovações, sendo a saudabilidade um dos motes que ampliam as possibilidades para isto. No entanto, verifica-se também que estes peritos não questionam o que é considerado ou não saudável, nem se os produtos que criam “funcionam”, no sentido de criar esse estado de saudável. Sendo seu trabalho, portanto, limitado a materialização dos conhecimentos nutricionais, ou seja, a criação de inovações em produtos alimentícios.

Como já referenciado, há um processo intermediário que traduz os conhecimentos científicos para os consumidores e as demandas dos consumidores para os cientistas.

Conclusão

A definição de alimento saudável traz consigo duas preocupações de fundo, a da segurança de alimentos e a da nutrição. Daí que para os engenheiros e cientistas de alimentos esta base cognitiva se desdobra em estratégias de produção e divulgação de novos alimentos, bem como de políticas e processos ligadas à segurança (de alimentos e alimentar). A problemática assim delineada permite visualizar a diversidade de perspectivas e chaves interpretativas de um conhecimento amplamente compartilhado na sociedade contemporânea e que passa a ser visto como algo homogêneo, uniforme. Por entendermos a ciência como um importante ator neste debate sobre alimento saudável, buscamos problematizar a própria ideia de ciência, desmistificando sua suposta formação como uma instituição hermética e autônoma, o que leva a nossa hipótese de que os cientistas e engenheiros de alimentos não constroem o discurso do saudável, mas ajudam em sua divulgação (reprodução) na medida em que oferecem

artefatos que materializam os conhecimentos produzidos por outros cientistas (médicos e nutricionistas).

O sucesso de uma inovação dependerá, segundo Latour, da capacidade do cientista mobilizar associados e estender suas redes sociotécnicas (que envolvem atores humanos e não-humanos). Capacidades que, por sua vez, dependem de estratégias de convencimento, implicando a identificação dos interesses dos possíveis colaboradores. O que verificamos aqui, neste sentido, é que a disputa pela hegemonia do chamado nutricionismo tem se disseminado entre os consumidores na medida que essa corrente conseguiu associar outros atores, no referido caso a indústria de alimentos e seus experts, à sua rede.

Referências Bibliográficas

ABEA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS DE ALIMENTOS (Brasil). O que é Engenharia de Alimentos? [20--]. Disponível em: <<http://www.abea.com.br/principal.php>>. Acesso em: 31 out. 2013.

AMORIM, M.L. Qual Engenheiro? – Uma Análise Dos Projetos Político-Pedagógicos Dos Cursos De Engenharia Da Universidade Tecnológica Federal Do Paraná (Utfpr). Revista de Ensino de Engenharia, v. 35, n. 1, p. 23-33, 2016. Disponível em <<http://107.161.183.146/~abengeorg/revista/index.php/abenge/article/viewFile/370/517>>

Acesso 31 de agosto de 2018. BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

CALLON, Michel. “The State and technical innovation: a case study of the electrical vehicle in France”. Research Policy, n°9, 1980, pp. 358-376. _____ Some elements of a sociology of translation: the domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, J. (Ed.). Power, action & belief: a new sociology of knowledge? London: Routledge & Kegan Paul, 1986. p. 196-223. _____ Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. IN: PARENTE, A. (Org.) A trama da rede. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CALLON, M; COURTIAL, J-P; TURNER, W. A; & BAUIN, S. From translations to problematic networks: An introduction to co-word analysis. Social Science Information. Vol 22, Issue 2, 1983. pp. 191 - 235. disponível em <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/053901883022002003#articleCitationDownloadContainer>> Acesso em 09 de setembro de 2018. CATANI, A., M.; OLIVEIRA, J., F & DOURADO, L.,F. Política Educacional, Mudanças No Mundo Do Trabalho E Reforma Curricular Dos Cursos De Graduação No Brasil. Educação & Sociedade, ano XXII, no 75, Agosto/2001. PP. 67-83. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf>> Acesso em 31 de agosto de 2018.

COSTA, T., A. A noção de competência enquanto princípio de organização curricular. Revista Brasileira de Educação. Maio /Jun /Jul /Ago 2005 No 29. PP. 52-62. Disponível em

<https://social.stoa.usp.br/articles/0016/3173/A_noA_A_o_de_competA_ncia_enquanto_princa_pio_de_organizaA_A_o_curricular.pdf> Acesso 31 de agosto de 2018.

DIAMICO, M. A academia, seus peritos e a produção industrial de alimentos. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2016. FIESP/ITAL (São Paulo). **Brasil Food Trends 2020**. São Paulo: Fiesp, 2010. Disponível em: <http://www.brasilfoodtrends.com.br/Brasil_Food_Trends/files/publication.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013.

FIESP/CIESP (São Paulo). A Mesa dos Brasileiros: Transformações, Confirmações e Contradições. 2018. Disponível em <<http://hotsite.fiesp.com.br/amesadosbrasilereiros/amesadosbrasilereiros.pdf>> Acesso em 09 e setembro de 2018.

GOUVEIA, Flávia. Indústria de alimentos: no caminho da inovação e de novos produtos. **Inovação Uniemp**, Campinas, v. 1, n. 5, p.32-37, Não é um mês valido! 2006. Disponível em: <http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-23942006000500020&lng=es>. Acesso em: 24 out. 2013.

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory*. New York: Oxford University Press, 2005. 301 p.

MUSCIO, A. & NARDONE, G. The determinants of university–industry collaboration in food science in Italy. *Food Policy*, 37, Elsevier, 2012. pp. 710-718.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The Measurement Of Scientific And Technological Activities: Proposed Guidelines For Collecting And Interpreting Technological Innovation Data**. 3. ed. Oslo, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/9205111e.pdf?expires=1455068054&id=id&accname=guest&checksum=0C82B28AB838E70C3706957ADC8DFD30>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SCRINIS, Gyorgy. *Nutritionism: the science and politics of dietary advice*. New York: Columbia University, 2013.

USA. FDA - FOOD AND DRUG ADMINISTRATION. . **Food Code: Annex 5: HACCP Guidelines**. Washington: Fda, 1997. Disponível em: <<http://www.fda.gov/Food/GuidanceRegulation/RetailFoodProtection/FoodCode/ucm054471.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

VIDIGAL, Márcia C.t.r. et al. Effect of a health claim on consumer acceptance of exotic Brazilian fruit juices: Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), Camu-camu (*Myrciaria dubia*), Cajá (*Spondias lutea* L.) and Umbu (*Spondias tuberosa* Arruda). **Food Research International**,[s.l.], v. 44, n. 7, p.1988-1996, ago. 2011. Elsevier BV. DOI: 10.1016/j.foodres.2010.11.028. Disponível em: <<http://api.elsevier.com/content/article/PII:S0963996910004618?httpAccept=text/xml>>. Acesso em: 05 nov. 2013.



A INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DE PELOTAS

VERGARA, Alexandre Silveira¹
SILVA, Rafael Braz da²

GT1 – CIÊNCIA, SAÚDE E MEIO
AMBIENTE

¹ Mestrando em Sociologia na Universidade Federal de Pelotas, Graduado em Ciências Sociais e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail - alexandrevergara@yahoo.com.br.

² Doutor em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. E-mail – rafael-braz@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Pelotas é uma cidade de porte médio, localizada na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, que tem uma população de aproximadamente 340 mil habitantes. A cidade tem pouco mais de 200 anos e historicamente sempre dependeu da economia de setor primário, vinculada à criação de gado e a agricultura. O núcleo urbano se desenvolveu em áreas de cotas baixas enquanto os seus distritos estão situados na zona alta, conforme ADOMILI e KARPINSKI (2012):

O município de Pelotas está localizado no Estado do Rio Grande do Sul na sua porção meridional, a 280 km da capital Porto Alegre. Encontra-se numa área com altitude média de 7m em relação ao nível do mar. Sua posição “geográfica está entre os meridianos 31° 45’ 43”, de latitude Sul e 52° 21’ 00”, de longitude Oeste. Está situada na encosta do Sudeste, às margens do Canal São Gonçalo, que liga a Laguna dos Patos à Lagoa Mirim, na Planície Costeira. Ocupa uma área de 1.609 km². Seus distritos estão situados na zona alta, Serra dos Tapes. A zona urbana fica na zona baixa, constituídas de várzeas e áreas alagadiças, planície (ADOMILI; KARPINSKI, 2012, p.4).

A produção do charque teve importância fundamental na constituição econômica do município, logo nos primeiros anos do século XIX, as charqueadas já operavam as margens do arroio Pelotas, beneficiando e salgando a carne de rês que servia para abastecer aos mercados externos. A localização próxima a corpos d’água era necessária para lançar os dejetos da atividade de produção saladeril, como sangue e ossos, além de escoar a produção. Segundo VOLOSKI e MEDVEDOVSKI (2013):

Historicamente o município de Pelotas destaca-se pela produção do charque que teve papel importante para a economia e desenvolvimento da cidade. Durante o século XIX, charqueadores portugueses instalaram-se na região ao longo do arroio Pelotas, próximo ao canal São Gonçalo, dando origem à população que demarcou o início do município (VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, 2013, p.4).

A região da Balsa, localizada as margens do Canal São Gonçalo, cresceu muito demograficamente a partir dos anos 50 e 60, neste período muitos trabalhadores, procuraram ali se instalar, em função do funcionamento de um

frigorífico que empregava uma boa quantidade de mão-de-obra na cidade. Houve uma mudança no perfil dos moradores do bairro, a grande maioria agora era de trabalhadores do frigorífico, e não mais de servidores da Prefeitura do setor de serviços públicos urbanos ou ainda de funcionários do porto. O nome do bairro tem origem na balsa, local onde eram feitas as travessias do Canal São Gonçalo, para o município de Rio Grande, antes da construção da ponte.

A metodologia adotada parte de uma revisão bibliográfica das duas pesquisas importantes realizadas na cidade de Pelotas, citadas acima; e foi realizado um diálogo com as teorias da Justiça Ambiental de Acselrad e com alguns temas fundamentais da gestão urbana. Tal processo se estabelece como as bases fundamentais da pesquisa de mestrado que ora se realiza, com o intuito de analisar justamente o tema da justiça ambiental e a da gestão democrática no contexto do mesmo município em foco, Pelotas exatamente.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. No capítulo dois, é apresentado um conceito central do texto, que é o de justiça ambiental; nele é feita uma breve contextualização histórica do surgimento deste movimento. Em seguida, a partir da inserção das falas dos moradores do bairro da Balsa torna-se mais evidente situação de vulnerabilidade ambiental em que vivem estes moradores.

No capítulo três são apresentados dados socioeconômicos como: nível de renda das famílias, condições das habitações, acesso à rede de água, e a coleta de lixo, comparando os indicadores do bairro da Balsa com a média dos indicadores das outras regiões da cidade de Pelotas. Os dados das tabelas são relativos ao censo do IBGE do ano de 2010 e buscam corroborar a sobreposição espacial da degradação ambiental com os baixos níveis dos indicadores socioeconômicos no bairro da Balsa.

No capítulo quarto é feita uma discussão teórica problematizando os instrumentos de gestão urbana como os Planos Diretores, o Estatuto da Cidade e outras ferramentas que estão à disposição dos municípios, e que se bem empregadas, juntamente com políticas de gestão mais democráticas da cidade podem trazer soluções ao problema da injustiça ambiental. O último capítulo é dedicado as considerações finais.

1. A INJUSTIÇA AMBIENTAL NO CONTEXTO DO BAIRRO BALSÁ

O movimento por justiça ambiental surge nos Estados Unidos na década 80 e se constituiu a partir das populações negras reivindicando equidade de tratamento a outros grupos étnicos. Eles demonstraram através de estudos que a população negra estava mais exposta a diferentes tipos de risco ambientais, porque entre outros fatores, moravam mais próximos de fontes poluidoras como fábricas e depósitos destinados a receber lixo por exemplo. Segundo AcseLRAD:

A constituição deste movimento afirmou-se, porém, a partir de experiência concreta de luta desenvolvida em Afton, no condado de Warren, na Carolina do Norte em 1982. A partir de lutas de base contra iniquidades ambientais no plano local, similares à de Afton, o movimento elevou a “justiça ambiental” à condição de questão central na luta pelos direitos civis. Ao mesmo tempo, induziu a incorporação da desigualdade ambiental na agenda do movimento ambientalista tradicional (ACSELRAD, 2002, p.53).

AcseLRAD faz um breve apanhado histórico da luta desenvolvida na cidade de Afton e da pesquisa que relacionou a distribuição dos rejeitos tóxicos diretamente com a localização e instalação de bairros onde moravam populações negras, demonstrando que o fator raça era mais decisivo inclusive para o problema que o próprio fator renda e classe social. Segundo ACSELRAD (2002):

Notadamente, recorreu-se aos resultados de pesquisas multidisciplinares promovidas sobre as condições da desigualdade ambiental no país. Momento crucial desta experiência foi a pesquisa mandada realizar em 1987 pela Comissão de Justiça Racial da *United Church of Christ*, que mostrou que, “a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área”. O fator raça revelou-se mais fortemente correlacionado à distribuição local dos rejeitos perigosos do que o próprio fator baixa renda. Portanto, embora os fatores raça e classe de renda tenham se mostrado fortemente interligados, a raça revelou-se um indicador mais potente da coincidência entre os locais onde as pessoas vivem e aqueles onde os resíduos tóxicos são depositados (ACSELRAD, 2002, p.53).

AcseLRAD elenca uma série de fatores preponderantes para a situação de vulnerabilidade ambiental de determinados grupos sociais e aponta a falta de representatividade e de poder político, aliada ao pouco conhecimento destes

mesmos grupos e a disponibilidade por terras baratas nessas localidades, além da pouca mobilidade espacial destas populações perante a mobilidade do capital.

Segundo Acselrad (2002) o movimento da justiça ambiental surgiu da necessidade dos negros de fazerem frente aos problemas ambientais a que estavam sendo expostos nos seus bairros, nesse sentido eles foram compelidos a se organizarem politicamente para exigirem do Estado políticas públicas de igualdade social e racial.

Conforme ADOMILI e KARPINSKI (2012), os moradores do bairro da Balsa, de alguma forma também se organizam para lutar politicamente juntamente ao poder público por melhores condições para o bairro, mas sem força política necessária, a mudança é mais difícil. Os terrenos do bairro, originalmente em zonas de banhado, foram sendo aterrados aos poucos pelos moradores, para construírem suas casas. Devido às dificuldades de moradia do local, os moradores do bairro da Balsa se organizaram para poder demandar junto ao poder público, por melhores condições de infraestrutura e transporte. Para isso, criaram no ano de 1969 a Associação dos Amigos da Balsa, o que transparece nos relatos de um morador:

“Após a ocupação do espaço e a construção de suas moradias, os trabalhadores enfrentaram a falta de água potável, de esgotos, de energia elétrica e transporte coletivo, entre outros. Iniciaram de forma coletiva as negociações junto ao poder público e as concessionárias dos serviços pela solução desses problemas. Para resolverem a falta de água potável e energia elétrica, os moradores da Rua Paulo Guillayn criaram a Associação dos Amigos da Balsa, em 1969; essa associação evoluiu, promovendo a organização dos moradores e possibilitando sua atuação nas áreas social médica e de lazer...” (JESKE, 1999, p.87 *apud* VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, 2013, p.6).

O mesmo morador descreve os problemas da falta de infraestrutura do bairro, trata-se de um testemunho das injustiças ambientais que essa população enfrenta no seu cotidiano.

“O resto do bairro continua igual, só veio chegando mais gente, mais gente. Continuamos sem esgoto, sem pavimentação, sem meio fio, com a lixeira dos catadores que não tem um local adequado para este serviço. A segurança é nula” (ADOMILI; KARPINSKI, 2012, p.9).

As mulheres reclamam do problema da poeira pela falta de pavimentação das ruas e das conseqüências relacionada com problemas respiratórios, além de sujar as casas e as roupas estendidas nos varais. E além do problema da falta de drenagem e da falta de pavimentação das ruas e da poeira, ADOMILI e KARPINSKI (2012) apontam a carência de áreas verdes no bairro, espaços que seriam destinados ao lazer da população e ao convívio social. A degradação ambiental compromete inclusive as formas de vidas daqueles que dependem da pesca como atividade principal de renda segundo ADOMILI e KARPINSKI (2012).

A poluição dos lugares das classes populares, seja por esgotos a céu aberto ou canais e galerias que levam esgotos diretamente para os rios, comprometem a saúde dessas populações, uma vez que, no caso da Balsa, muitos moradores são pescadores e vivem da pesca nas águas do Canal São Gonçalo. Além da poluição da água, corre-se o risco da poluição do solo, do ar e da manifestação de insetos (ADOMILI; KARPINSKI, 2012, p.9).

Para Acselrad o fator mobilidade torna-se uma grande vantagem de determinados agentes, que podem através do capital, escolher áreas ambientalmente mais seguras. Esta mobilidade na globalização atingiu inclusive o capital e configura-se numa enorme fonte de força de poder.

Para ADOMILI e KARPINSKI (2012) quando houve o fechamento do frigorífico a cidade sofreu com o desemprego, mas principalmente os moradores do bairro que majoritariamente eram empregados do frigorífico, sua condição econômica desfavorável não permitiu que saíssem do bairro, conforme alerta Acselrad na questão da mobilidade do capital e de determinados agentes sociais.

Um elemento de poder diferencial se evidencia no espaço social – a capacidade de certos agentes sociais se subtraírem espacialmente à proximidade da localização das fontes de contaminação. O capital, por seu lado, mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos. Os atores com menos força para escolher seus ambientes, por sua vez, organizam-se para resistir à degradação forçada que é imposta a seus ambientes ou ao deslocamento forçado a que são submetidos quando seus ambientes interessam à valorização capitalista (ACSELRAD, 2002, p.57).

ADOMILI e KARPINSKI (2012) entrevistaram Lúcio, filho de um funcionário do frigorífico e morador do bairro justamente sobre as dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores:

[...] muitas pessoas chegavam para trabalhar no frigorífico. Na época de corte, a fábrica empregava até 4.000 funcionários. Lembra ouvir seus pais comentarem que o pagamento nunca atrasava, mas também recorda que jamais interferiram no desenvolvimento de infraestrutura do bairro. As pessoas que vinham morar aqui tinham que construir suas casas, fazer instalações de luz e água sem qualquer ajuda da prefeitura, que não fazia nenhum investimento, apesar de ser um lugar de prosperidade econômica (ADOMILI; KARPINSKI, 2012, p.7).

Com o decorrer dos anos, aparentemente a condição dos moradores do bairro, não sofreram melhoras significativas, no que dependeu das administrações que passaram na gestão da cidade, segundo ADOMILI e KARPINSKI (2012):

No bairro da Balsa é perceptível essa falta de cuidado com o ambiente. Ali, estão as mazelas da administração pública, a falta de projetos de urbanização, energia, saneamento básico, transporte, educação, saúde, cultura e preservação da natureza. O que se vê são as conseqüências do descuido socioeconômico e socioambiental da modernidade. Contudo, existem grupos organizados, associações de bairro, liderança comunitária, que buscam valorizar seu território, querem o direito de ter, no seu lugar, uma infraestrutura concreta de urbanidade (ADOMILI; KARPINSKI, 2012, p.2).

Com estes dados qualitativos levantados na importante pesquisa de 2012, pelos autores acima mencionados, foi possível estabelecer um primeiro panorama de um contexto de injustiça que estabelece conexões fundamentais entre as dimensões sociais e naturais da vida coletiva, especialmente no que se refere ao contexto empírico ora verificado.

2. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DO BAIRRO DA BALSA

De acordo com o que foi exposto no capítulo anterior, a seguir, são apresentados alguns dados do censo do IBGE do ano de 2010, que corroboram que o quadro da injustiça ambiental está diretamente ligado aos níveis de renda e as

condições de moradia, segundo os indicadores apresentados nos quadros abaixo, como por exemplo, a presença de banheiro e quantidade de moradores por domicílio.

Quanto ao número de moradores por domicílio o percentual é bem maior de moradores no bairro da Balsa que residem com cinco ou mais moradores por domicílio se comparado a média do município, conforme o quadro 1:

Quadro 1- Quantidade de moradores por Domicílio. Pelotas – Zona da Balsa

Quant. de morador(s)	Pelotas		Zona da Balsa	
	Nº	%	Nº	%
1	20.776	19,21	233	16,39
2	31.448	29,08	362	25,4
3	28.521	26,37	389	27,3
4	18.991	17,56	279	19,63
5 ou +	8.388	7,75	158	11,11
Total	108.124	100	1.421	100

Fonte: (VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, 2013, p.26)

O quadro abaixo deixa mais claro a diferença de renda da população da Balsa no contexto nacional e municipal, enquanto 71,9% da média da população nacional recebem até dois salários mínimos em Pelotas 39,32% da população e na Balsa 93,41%, um número muito acima da média do município:

Quadro 2- Classe de Rendimento nominal mensal domiciliar em percentuais. Pelotas – Zona da Balsa

Quant. de Salário(s) Mínimo	Brasil		Pelotas		Zona da Balsa	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 1	39,2	71,9	14,73	39,32	71,81	93,41
De 1 a 2	32,7		24,59		21,60	
De 2 a 5	18,9		38,36		6,00	
De 5 a 10	6,1		14,63		0,47	
+ de 10	3,1		7,64		-	

Fonte: (VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, 2013, p.26)

Segundo (VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, p28, 2013) na maioria dos casos, a rede geral é a única forma de abastecimento de água. A situação de posse não têm sido um impeditivo para a ligação à rede geral. O que demonstra a falta de fiscalização do poder público diante às ocupações irregulares.

Quadro 3- Domicílios particulares permanentes segundo Abastecimento de água. Pelotas - Zona da Balsa

Abastecimento de Água	Pelotas		Zona da Balsa	
	Nº	%	Nº	%
Rede Geral	107.225	94,1	1.915	95,75
Poço ou nascente na propriedade	4.648	4,07	-	-
Outra forma	2.068	1,8	85	4,25
Total	113.941	100	2.00	100

Fonte: (VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, 2013, p.28)

Segundo (VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, p29, 2013) o destino do lixo se dá, em maioria, na forma de coleta. De acordo com entrevistas, embora haja coleta, não existem recipientes adequados para o depósito do lixo a ser coletado:

Quadro 4- Domicilios particulares permanentes segundo o destino do lixo. Pelotas - Zona da Balsa

Forma de Coleta		Pelotas			Zona da Balsa		
		Nº	%	Soma	Nº	%	Soma
Coletado	Por serviço de limpeza	97.057	85,17	11.0606	1.964	98,2	1.966
	Em caçamba de serviço de limpeza	13.549	12		2	0,1	
Queimado/Enterrado (na propriedade)		2.662	2,33	-	-	-	-
Jogado em terreno baldio/ logradouro/rio/mar		183	0,16	-	18	0,9	
Outro destino		500	0,43	-	15	0,75	
Total		113.951	100	-	1.999	100	

Fonte: (VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, 2013, p.30)

Na média o número em percentuais de domicilios sem banheiro exclusivo dos moradores da balsa é quase o dobro da média municipal conforme quadro 5:

**Quadro 5- Domicílios particulares permanentes segundo Banheiro ou Sanitário.
Pelotas - Zona da Balsa**

Banheiro ou Sanitário	Pelotas		Zona da Balsa	
	Nº	%	Nº	%
Com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário	113.137	99,3	1.980	98,6
Sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitários	814	0,7	27	1,34
Total	113.951	100	2.007	100

Fonte: (VOLOSKI; MEDVEDOVSKI, 2013, p.30)

A partir dos dados qualitativos e quantitativos até aqui apresentados, observa-se que a luta pelo poder entre os grupos sociais acontece dentro de dois planos, no plano da real distribuição dos efeitos ambientais, ou seja, nos grupos mais pobres e com menos poder político recaem as maiores mazelas sociais e ambientais. Mas Acselrad destaca também a luta pela legitimação dos discursos que impõem ou que busca o convencimento de uma determinada visão de mundo e como sendo aquela que serve a essa distribuição desigual sobre os recursos ambientais.

A ação coletiva contra uma ordem ambiental tida como injusta manifesta-se simultaneamente em dois planos: a) no plano da distribuição objetiva dos efeitos ambientais das práticas sociais, que exprime a diferença de poder sobre os recursos ambientais entre os distintos grupos sociais; e b) no plano discursivo no qual vigoram distintos esquemas de representação do mundo, do ambiente, da justiça etc. É neste último plano que coloca-se em jogo a legitimidade do padrão de distribuição do poder sobre os recursos ambientais (ACSELRAD, 2002, p.49).

No capítulo seguinte far-se-á a problematização da relação da justiça ambiental com os instrumentos de gestão urbana, e como estes instrumentos previstos em lei, podem servir aos diferentes discursos nas lutas dos campos de poder dentro do espaço urbano. Seja aos interesses do mercado, através do discurso da busca da sustentabilidade através das “tecnologias verdes” ou por outro

do lado buscando promover uma sociedade menos fragmentada através de um urbanismo integrador.

3. A INJUSTIÇA AMBIENTAL E OS INSTRUMENTOS DA GESTÃO URBANA

Para Acselrad diferentemente dos autores da teoria da sociedade do risco, como a do sociólogo Ulrich Beck os riscos ambientais não estão distribuídos de forma igual para todos na sociedade, como afirma Beck. Pelo contrário, determinados grupos étnicos e classes sociais estão muito mais expostas aos perigos ambientais e agentes poluidores. A mudança não deve passar por uma “modernização ecológica”, de acordo com o que apregoam determinados discursos de sustentabilidade, voltados exclusivamente a promover políticas e formas de diminuir os desperdícios energéticos e aumentar os ganhos de eficiência através do uso de novas tecnologias, disponibilizados no mercado. A superação da crise ambiental passa pela via do aprimoramento da democracia e pela construção de ferramentas capazes de integrar realmente de forma igualitária estes grupos excluídos.

Os sujeitos sociais que procuram evidenciar a importância de uma relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental são aqueles que não confiam no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e da promoção dos princípios do que se entenderia por justiça ambiental. Estes atores consideram que há clara desigualdade social na exposição aos riscos ambientais, decorrente de uma lógica que extrapola a simples racionalidade abstrata das tecnologias. Para eles, o enfrentamento da degradação do meio ambiente é o momento da obtenção de ganhos de democratização e não apenas de ganhos de eficiência e ampliação de mercado. Isto porque supõem existir uma ligação entre o exercício da democracia e a capacidade da sociedade de se defender da injustiça ambiental. Ao contrário, portanto, tanto da perspectiva da modernização ecológica como da teoria da Sociedade de Risco, não haveria, nesta ótica, como separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos. Formas simultâneas de opressão seriam responsáveis por injustiças ambientais decorrentes da natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero (ACSELRAD, 2002, p.51).

Somente através do aperfeiçoamento da democracia e da organização destes grupos, visando reivindicar seus direitos junto ao Estado, é que se pode fazer frente

perante esse quadro de injustiça, a que se deve muito pela mobilidade do capital. Cabe ao Estado desenvolver mecanismos jurídicos e de gestão como planos urbanísticos que enfrentem esta situação e que os coloquem realmente em prática, retirando-os do papel, a fim de acabar com a fragmentação da cidade e a conseqüente divisão entre a “cidade oficial” e “cidade invisível”.

Para MARICATO (2003) existem duas cidades a “cidade oficial” e a “cidade invisível”. A “cidade oficial” é a cidade legal que está contemplada nos Planos diretores municipais, a cidade dos que tem capital, de certa forma, uma “cidade cenário” que representa um plano-discurso. A “cidade oficial” os governantes, os gestores e os urbanistas ignoram as ocupações ilegais do solo urbano que criam as “cidades invisíveis”.

Assim como para Acselrad, o aprofundamento dos instrumentos de participação e gestão democrática nas cidades, são formas de inclusão assim como para Maricato. Os Planos diretores devem ser mais que instrumentos discursivos plenos de boas intenções, mas que ignoram os problemas da maioria da população, eles deveriam colocar em primeiro plano as questões de habitação social, do transporte público de drenagem urbana e do saneamento.

Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática. Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns... (MARICATO, 2003, p.124).

Maricato aponta a falta de fiscalização, a leniência do poder público, a lógica do capital e do mercado imobiliário daqueles que podem pagar, como os fatores que acabam criando as condições para as ocupações ilegais por parte daqueles que estão excluídos. As áreas que não são interessantes ao mercado, vão sendo ocupadas de forma ilegal, e se constituindo como “cidades invisíveis” normalmente essas áreas são as ambientalmente mais frágeis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo correlacionar os indicadores de exposição a riscos de degradação ambiental e condições socioeconômicas a partir dos dados do censo do IBGE, como nível de renda, condições de moradia, acesso a água e a coleta de lixo, no bairro da Balsa no município de Pelotas/RS. Foram trazidas falas dos moradores do bairro que caracterizam e corroboram a condição de injustiça a que estão expostos cotidianamente.

A organização social e política de grupos organizado em movimentos que lutavam por justiça ambiental nos EUA foi o caminho democrático de participação e uma forma de buscar incluir na agenda estatal soluções aos problemas ambientais. Em direção semelhante, no bairro da Balsa ainda nos anos 60, os moradores criaram uma associação de moradores Amigos da Balsa para justamente incluir suas pautas e demandas por melhores condições de moradia junto aos órgãos públicos como a prefeitura.

Do ponto de vista histórico do surgimento e consolidação do bairro, pode-se observar que nem o frigorífico, que teve um forte poder de atração da população na busca de empregos, se preocupou em viabilizar moradias, pois não construiu vilas operárias, diferentemente do que aconteceu com outros locais da cidade. Nem o poder público fez sua parte, ao não construir a infraestrutura do bairro, isso é depreendido em diversas falas dos moradores do bairro.

Conforme Maricato, as zonas mais suscetíveis a alagamentos e que não são interessantes para o mercado acabam sendo ocupadas de forma ilegal e se constituem como “cidades ocultas” ou “invisíveis” perante aos olhos da “cidade legal” ou “oficial”. Os instrumentos de gestão urbana como os Planos Diretores devem deixar de legislar somente sobre a “cidade legal”, ou seja, para o mercado e se voltar às questões que atingem a grande maioria da população como a falta de infraestrutura, falta de áreas verdes e de habitações voltadas ao interesse social.

O discurso hegemônico legitima as diferenças ambientais e os diferentes acessos aos recursos naturais, conforme Acselrad, o discurso da sustentabilidade tem lado, porque esvazia as reivindicações políticas das populações mais suscetíveis a lógica do capital com pouca capacidade de mobilidade, reduzindo a

questão ambiental ao campo da técnica e das novas tecnologias de eficiência energética das chamadas “tecnologias verdes” voltadas para o mercado.

A gestão democrática da cidade, passa pela participação inclusiva de todos os cidadãos e de planos de gestão urbanos realmente comprometidos com a realidade de nossas cidades, e não apenas com o urbanismo *fashion*, modista e um plano-discurso repleto de boas intenções. Um cuidado no olhar às zonas especiais de interesse sociais da “cidade invisível” por parte do poder público, fiscalizando e cobrando os princípios da função social da propriedade, o IPTU progressivo e outras ferramentas presentes no Estatuto das Cidades (2001), são algumas das ferramentas disponíveis para buscarem soluções aos seus dilemas urbanísticos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5 p. 49-60. jan./jun. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1159>> Acesso em: 06.06.2018.

_____. **Discursos da sustentabilidade urbana**. R.B Estudos urbanos e Regionais, n 1 p.79-90, maio 1999. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>> Acesso em 07.06.2018.

ADOMILI, Gianpaolo Knoller; KARPINSKI, Lila Fátima. **Educação ambiental: bairro da Balsa e os conflitos socioambientais na criação do Campus Porto da UFPel/RS**. Ver. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 29, julho a dezembro de 2012. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/3805>> Acesso em 05.05 2018.

MARICATO, Ermínia. **Planejamento urbano do Brasil: as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção zero à esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000.

VOLOSKI, Ivy Pereira; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. **Programa de aceleração do crescimento em Pelotas: memória de projeto e execução do PAC Anglo**. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/arquitec/PMCMV/arquivos/11-6_Estudo%20de%20caso%20PAC%20Anglo%20Pelotas_Versao%20resumida.pdf> Acesso em: 05.05. 2018.



Uma fuga da in sustentabilidade ambiental do carvão em Santa Catarina.

Júlio Cesar Lopes Borges ¹

Renata Carreira Corvino²

GT 1 – Ciência, saúde e meio ambiente

¹ Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Especialista em Economia e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Graduado em Economia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC, e-mail: jlopesborges@yahoo.com.br

² Acadêmica do Curso de Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC; Especialista em História e Cultura Afro Brasileira pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI; Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. E-mail: renatacorvino@unesc.net

Considerações Iniciais

A partir da segunda metade do século XVIII, a natureza e o uso de seus recursos naturais não renováveis passou a ser compreendida. Neste contexto de intensa transformação, também das relações humanas, surge um novo modo de produção, o sistema capitalista revolucionário, que determina as necessidades de produção de uma determinada sociedade e como tais consequências, em termos ambientais, são visíveis em longo prazo. Ao considerar estas dimensões históricas busca-se também maior compreensão acerca da produção de carvão na Região Sul de Santa Catarina, sua relação com o sistema econômico moderno, com os produtos de mercadorias, centros dinâmicos, seus problemas ambientais e a busca por um desenvolvimento sustentável. Diante das novas tecnologias capazes de atenuar impactos ambientais causados pela mineração e suas políticas de regulamentação, busca-se imprimir estudo. A extração de carvão da região de Criciúma é fonte de diversos estudos publicados em Santa Catarina e a busca pelo seu entendimento é de suma importância, dentre outros, para a compreensão de alguns aspectos da sociedade e economia catarinense.

Deste modo:

Rever alguns trabalhos clássicos torna-se importante para comprovar que os debates sobre a questão ambiental não são atuais, não são restritos a um grupo social (o movimento ambientalista, por exemplo) ou tem caráter marcadamente ideológico (‘pró’ e ‘contra’ o carvão), como tentam convencer aqueles que tradicionalmente se beneficiaram da mineração e que atualmente se isentam dos debates sobre o meio ambiente da região, assim como se omitem das responsabilidades geradas pela degradação (CÂMARA, 2010, p.13).

O autor argumenta que se faz necessário “ [...] realizar uma releitura de forma integrada das pesquisas e perceber o debate realizado, especificamente, avaliar e refletir sobre a degradação ambiental gerada pela exploração carbonífera ” (CÂMARA, p.13).

A metodologia utilizada para esta investigação foi a seleção de textos para análise, leitura, interpretação e, após esta etapa, buscou-se de forma descritiva entrelaçar as ideias pontuais de cada autor a respeito da indústria carbonífera na Região Sul de Santa Catarina para um entendimento e questionamento acerca da produção de carvão, dando maior ênfase à referida produção de carvão no município de Criciúma. Leis e decretos, estaduais e nacionais,

foram investigadas com o intuito de perceber dinâmicas econômicas referentes aos governos brasileiros.

Como aporte teórico, foi utilizado o método interdisciplinar de LEFF, que reconhece como complexo os problemas ambientais “nos quais intervêm processos de diferentes racionalidades, ordens de materialidade e escalas espaços- temporais (2000, p.34), e um “método interdisciplinar que permita a integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura (UNESCO, 1986).

Este autor aponta que a crise ecológica gera uma mobilização no processo de produção e apropriação de conceitos ambientais o que reflete no aproveitamento sustentável dos recursos (LEFF, op cit, 39-40).

Sobre a discussão da degradação ambiental percebe-se que “[...] o conceito de degradação ambiental é vasto e se trata de uma questão não solucionada (CAROLA, 2004, p.243). Sendo assim, qualquer forma de intervenção humana é considerada degradação.

1 A Produção de Carvão Mineral em Criciúma

Em um momento histórico de atividade econômica mais intensa do setor carbonífero, Criciúma já foi considerada a “Capital Nacional do Carvão“ e este período histórico foi objeto de investigação por inúmeros pesquisadores que buscam entender a relação histórica e econômica dos aspectos ambientais naquilo que concerne à exploração do carvão nesta região. O carvão como mercadoria se tornou um elemento indispensável ao desenvolvimento da cidade no período compreendido entre 1960-1980, também durante o chamado ”Milagre Econômico”, momento de grandes obras e intensa demanda energética. Este de possui importância nos dias de hoje, quando problemáticas ambientais são consideradas quando se busca compreender o desenvolvimento das grandes cidades e a gestão dos recursos energéticos.

A produção de carvão mineral da região de Criciúma pode ser destacada em 4 momentos distintos: o primeiro, compreende o período que trata a descoberta do carvão no município e vai até 1919, ano que a ferrovia foi implantada. A segunda momento, foi até meados dos anos 40, incluindo usinas de beneficiamento, termoelétricas e produção de gás e coque.

As principais empresas mineradoras do período foram a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá S.A., em 1917; a Companhia Carbonífera Urussanga S.A., em 1918; a Companhia Carbonífera Próspera S.A, em 1921; a Companhia Carbonífera Ítalo-Brasileira

Ltda, também em 1921; e a Companhia Nacional Mineração Barro Branco S.A, em 1922 (HEIDEMANN, 1981, p.11).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), o carvão e a indústria catarinense ganharam grande projeção no mercado nacional e internacional, uma vez que a guerra na Europa fez crescer a demanda por matérias primas e produtos industrializados, o que levou à consolidação da indústria carbonífera catarinense.

A criação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em 1941 e o DECRETO LEI nº2677 de 1940 fizeram com que a produção carbonífera de Santa Catarina ganhasse mais um impulso, uma vez que estipulava o consumo de carvão nacional para no mínimo 20%.

Vale ressaltar que na Era Vargas (1930-1945), o governo federal concentrou atenção também à atividade mineradora, criando Diretrizes para a mineração, como o Código de Mineração Brasileiro. Esta é uma diretriz criada através dos Decretos de nº24.642, de 10 de julho de 1934 (BRASIL, 1934) e aperfeiçoada pelo Decreto nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (BRASIL,1940).

O quarto momento da produção de carvão em Criciúma se inicia a partir da criação da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional- CEPCAN em 1953, sucedida pela Comissão do Plano de Carvão Nacional- CPCAN em 1960, que tinha como objetivo ampliar a pesquisa a respeito de lavra, beneficiamento, transporte, distribuição até o consumo do combustível nacional.

Já nos anos de 1965, um ponto de virada na indústria do carvão em Criciúma foi a inauguração da Usina Jorge Lacerda, uma obra inserida no Plano de Metas do Governo (PLAMEG) de SC, com o intuito de suprir a demanda energética em energia elétrica e também desenvolver o setor carbonífero.

O quarto momento foi marcado pela mecanização das minas e da busca pela produção mais limpa.

Na década de 1970, o complexo industrial em Criciúma era constituído por minas onde a extração já ocorria de forma consolidada, juntamente com a usina de beneficiamento em Capivari de Baixo e a usina termoeletrica no município de Tubarão.

A partir de 1973, com a crise do petróleo no Oriente Médio, a atividade de extração do carvão se intensificou, passando a ser explorada “em minas com extração mecanizada, novos lavadouros, usinas de beneficiamento, e implantadas novas frentes de lavra de forma descontrolada” (BALANÇO ENERGETICO NACIONAL, 2005).

Segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral, entre os anos de 1972 a 1989 80% da extração total de carvão no município, carvão ROM (Run of mine), o minério bruto extraído diretamente da mina, que não sofreu nenhum beneficiamento.

Este estímulo na produção de carvão na região gerou impactos ambientais e sociais significativos, que levou à inutilização de grande áreas, tornando águas fluviais inutilizadas e comprometendo o ar e a saúde da população.

Sobre o crescimento demográfico em regiões onde se desenvolvem atividades de mineração:

O processo dinamizador associado às atividades de mineração, propiciou o agravante de problemas característicos da urbanização descontrolada. Imprimindo marcas profundas nos ecossistemas locais, a mineração responde por processos de desmatamento, erosão, deslizamentos e poluição dos solos, ar e água, além de outros impactos destrutivos de ordem sócio cultural, política e institucional. Tais repercussões contribuíram para afetar em maior e menor grau a qualidade de vida dos seus habitantes (MILIOLI, 1995).

Assim sendo, “as comunidades tiveram que aprender a conviver com a poluição do carvão que atingiu principalmente seus rios e lençol freático, bem como afetou a paisagem de toda a região da bacia carbonífera” (RAVAZZOLI, 2013, p.2).

O governo não mediu esforços na construção de vilas operárias, estradas, instalações que levavam ao Porto de Imbituba, também desenvolvendo serviço de assistência social às famílias mineradoras. Assim a indústria atingiu seu auge na produção de carvão em 1980 (SCHEIBE, 2002).

A respeito das vilas operárias, elas nos remontam à primeira revolução industrial, sendo uma das suas características a migração do campo para as cidades e suas novas formas de vida urbana. No caso do município de Criciúma, essa migração acontecia em grande escala do litoral para as regiões da bacia carbonífera, parecendo borbulhar de progresso.

Conforme VOLPATO (1984) durante a década de 1980 houve um aumento populacional no município de Criciúma de 20.500 habitantes para 50.854 habitantes.

Com relação ao aumento da produção carbonífera nos anos de 1970 e 1980, percebesse que:

A mineração de lavra manual com métodos precários, como foi praticada até as décadas de 50 oferecia poucos danos a natureza. Nas minas de poço e de encosta, a seleção do carvão era feita no fundo das minas. Todo o entulho de pedra, pirita e barro ficavam nas galerias das minas e só o carvão era retido. Nas bocas de minas havia uma segunda escolha; porém os rejeitos significavam quantidades reduzidas frente ao volume dos rejeitos atuais. À medida que os processos de lavra foram se mecanizando, a poluição ambiental tornou-se incontrolável. Foram extraídos aproximadamente 70 milhões de toneladas de carvão pré-lavrado de 1920 até hoje. Metade desta quantia era carvão siderúrgico que foi consumido pelas usinas nacionais. Outra metade de carvão energético. Foi sendo estocado em extensas áreas de céu aberto no banhado da estiva de Capivari, município de Tubarão, que as termelétricas e outras indústrias não esgotam, pois estas reservas são continuamente renovadas pela mineração (VOLPATO,1984).

O desenvolvimento das atividades carboníferas não coincide com problemáticas da ordem ambiental antes de 1970.

No entanto, após os anos de grande crescimento econômico brasileiro, alicerçada em sua maior parte no financiamento de capitais públicos, o setor presenciou mais uma vez a insustentabilidade econômica em Santa Catarina, quando passou por um período de desabrigo por parte do capital estatal.

Na década de 1980 ocorre a maior crise vivenciada no setor carbonífero, sendo a causa mais impactante a retirada de subsídios por parte do Governo Federal. Aqui merece destaque a Portaria n.801, de 17 de setembro de 1990 (BRASIL,1990), a qual decretou a desregulamentação da atividade carbonífera.

O setor ainda impunha ao empresariado local a necessidade de se investir em novas tecnologias nas exigências da legislação ambiental. Empresas foram redimensionadas e passaram a prestar serviços a outras indústrias. Ainda, é importante perceber que os grupos econômicos ligados à mineração não foram tão afetados pela crise, ou seja, tais grupos atuavam também em outros setores da economia local.

Com o fim da produção do carvão metalúrgico, a indústria carbonífera brasileira restringiu-se ao segmento do carvão energético e isto trouxe consequências diretas ao mercado catarinense, desta forma rompeu-se a produção do carvão metalúrgico, fazendo com

que a indústria siderúrgica passasse a importar a totalidade do carvão consumido (CAROLA, 2004).

No início de 1990, há uma diminuição no número de minas em operação na região, de quinze reduziu para seis. Isso levou também a uma redução no número de trabalhadores envolvidos na atividade mineradora.

A desregulamentação da atividade carbonífera se deu a partir da década de 1990, durante o governo Collor, estabelecendo o fim da obrigatoriedade da compra do carvão nacional, a liberação dos preços do carvão metalúrgico e energético e a decisão de importar todo o carvão consumido pela CSN, que esgotou as atividades estatais ligadas à produção de carvão.

A economia carbonífera de Criciúma e região, durante a década de 1990, sobreviveram em virtude dos contratos de compra do carvão garantidos pelo complexo termelétrico Jorge Lacerda, que ampliou suas atividades, naquela década, em função da ativação de uma de suas usinas. O mercado das carboníferas catarinenses continuava a salvo pelas cláusulas do contrato de privatização da CSN, que obrigava a multinacional Tractebel Energia, empresa controladora do Complexo Jorge Lacerda, a continuar comprando o carvão catarinense (SANTOS,1995).

2- Aspectos da Mineração e Algumas Legislações

Partindo de uma visão econômica e ecológica, a exploração do carvão mineral em Criciúma ocasionou um desgaste ambiental decorrente do modelo extrativista:

[...] privilegiou apenas o lucro fácil e imediato não considerando a perspectiva dos custos sociais e ambientais, atinge proporções alarmantes, principalmente no que diz respeito aos índices de poluição do sistema hídrico. A problemática fica evidenciado tanto na degradação dos elementos da natureza (água, ar, solo, vegetação e fauna) quanto naqueles da sociedade (GONÇALVES; MENDONÇA; 2007).

Apesar dos agravantes ambientais, a demanda frequente por carvão nos remete a sua importância no cenário mundial pelos seguintes aspectos: como a dependência de muitos países pelo carvão; as grandes reservas que se encontram disponíveis em praticamente todo o mundo e de forma explorável e de baixo custo e a estabilidade de seu preço e as novas tecnologias de seu uso.

Nisto, tem-se a ênfase que é dada ao aspecto econômico na exploração dos recursos naturais, no entanto, mesmo que o carvão seja amplamente utilizado como fonte de energia mundialmente, a busca por fontes renováveis e alternativas de geração de energia é cada vez mais crescente. Neste sentido, o Brasil apresenta-se na frente pela utilização majoritária da hidroeletricidade na geração de energia elétrica (MME,2014; BRASIL).

Em Santa Catarina, a ocorrência deste mineral está toda localizada na região Sul do Estado. O principal mercado para o carvão catarinense é a produção de energia elétrica e o principal cliente é a Gerasul. A perspectiva é de redução da atividade carbonífera dependendo de novas usinas hidrelétricas e das condições climáticas (SIECESC, 2016). Ainda, o dado estatístico advindo do setor atualmente participa com cerca de 3.600 empregos diretos. Portanto a produção mineral em Santa Catarina, mais especificamente em Criciúma, foi de R\$ 291.620 milhões no último ano, sendo que a produção de carvão mineral respondeu por 48% deste valor.

A respeito da legislação ambiental, foi somente a partir de 1980 que surgiu a preocupação do Governo Federal em reconhecer os danos e formas inadequadas de extração do carvão. Visto que o Decreto nº 85.206 de 25 de setembro de 1980, traz em seu artigo 8º a Região Sul do Estado de Santa Catarina como sendo a 14ª Área Crítica Nacional.

Sobre o assunto PREVE (2013) aponta que com o Decreto nº 85.206 (BRASIL, 1980) o governo reconhece os danos ambientais causados pela atividade de exploração carbonífera feita de forma inadequada, assim como os demais malefícios causados. Atesta também a ausência de controle do Estado diante da atividade mineradora de carvão, servindo de base para futuras ações e medidas quanto à atividade de extração do carvão na região de Criciúma.

Diante disso, em 1981 é implantada por meio da Lei nº6.938/1981 (BRASIL,1981), a Política Nacional do Meio Ambiente que permite a criação de políticas públicas, com o objetivo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida no país com relação a atividade extrativista carbonífera.

Vamos ter medidas de caráter de urgência por parte das carboníferas objetivando conter a degradação ambiental, através da Portaria Interministerial nº 917, de 06 de julho de 1982 (Brasil, 1982).

A partir da resolução nº 001 de 23 de janeiro de 1986 (BRASIL, 1986), o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, é apresentada a obrigação da licença ambiental para o funcionamento da atividade minerado, visando combater os danos sócios ambientais realizados por ela.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225, que todos temos direito ao meio ambiente equilibrado impondo ao Poder Público e a coletividade o dever de defender e preservá-lo. Aqui começa a aparecer os princípios da Responsabilidade Integracional, o princípio do Desenvolvimento Sustentável e Prevenção.

Sobre essa questão FIORILLO esclarece que

[...] o advento da Constituição proporcionou a recepção da Lei 6,938-81 em quase todos os seus aspectos, além da criação de competências legislativas concorrentes (incluindo as complementares e suplementares dos Municípios, previstas no art. 30, I e II da CF), dando prosseguimento à política nacional de defesa do meio ambiente. Essa política ganha destaque na Carta Constitucional, ao ser utilizada a expressão ecologicamente equilibrado, porquanto isso exige harmonia em todos os aspectos facetários que compõem o meio ambiente (2011).

Em 1989 vamos ter o Decreto nº 97.632/1989 (BRASIL, 1989), que regulamenta o artigo 2º, inciso VII da Lei nº 6.938/81 (BRASIL, 1981) e a “necessidade de um Plano de Recuperação de Área Degradada pela Mineradora- PRAD”.

De acordo com CORREA (2004), “O PRAD consiste no conjunto de medidas tomadas para recuperar as áreas degradadas em decorrência do empreendimento. Havendo exigência de apresentação de outros instrumentos, como o Relatório de Controle Ambiental – RCA e o Plano de Controle Ambiental – PCA.”

Com o objetivo de diagnosticar e buscar ações para a reabilitação socioeconômica e ambiental de região Sul de Santa Catarina, o Governo Federal cria o Projeto de Recuperação da Qualidade de Vida na região Sul de Santa Catarina - PROVIDA.

No levantamento foi constatado diversas falhas quanto a fiscalização e proteção do meio ambiente, e não sendo incluso os custos da recuperação ambiental decorrentes da atividade mineradora no Sul de Santa Catarina. (PREVE 2013).

Preve (2013) ainda aponta que com o aparecimento do PROVIDA, foram impulsionadas as primeiras ações do Ministério Público Federal – MPF em face às empresas carboníferas na região em estudo.

4 Desenvolvimento In Sustentável

A ideia de produção vinculada ao desenvolvimento sustentável surgiu no final do século XX, e a compreensão deste termo pela sociedade ainda é um desafio, condicionando a atividade humana à superação e desafiando o legado para nossos descendentes em prol do planeta. Além disso, à medida que esse conceito se consolida e evolui na sociedade, surgem importantes e graves compromissos para com as gerações futuras. (COSTA,2004).

Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável

Trata-se fundamentalmente da reavaliação do conceito de desenvolvimento predominantemente ligado à ideia de crescimento vinculado à ausência de limites para a exploração de recursos da natureza, contrapondo-se claramente à noção de crescimento contínuo da sociedade industrial (CASTILHOS, 2011, p. 238).

Sendo assim

A sustentabilidade implica, de modo mais geral, o enorme desafio de promover uma mudança de ordem civilizacional, para que se entendam as restrições de ordem ambiental ao processo de acumulação de capital e aos padrões de consumo que lhe são correspondentes (ROMERO APUD CASTILHOS, op cit , p. 238)

O Estado, em princípio, é fundamental no processo de adaptação da mineração às exigências do desenvolvimento sustentável, devendo atuar não só nos campos regulatório, fiscal e tecnológico, mas também como mediador em busca da compreensão e proteção dos interesses das minorias menos favorecidas. As empresas, por seu termo, devem buscar, da mesma forma, contribuir para a melhoria da percepção pública dos custos (sobretudo ambientais) e dos benefícios decorrentes de suas atividades com vistas a reduzir os impactos de sua atividade sobre o meio ambiente A sociedade atual está em busca da preservação e/ou conservação ambiental (CHAVES, 2008).

Desta forma devemos aprofundar as discussões de forma harmônica, assegurando a competitividade dos produtos do carvão frente a outros concorrentes. Faz-se necessário colocar critérios de responsabilidade do setor produtivo, como também dos agentes reguladores e fiscalizadores, levando em consideração os possíveis impactos econômico-sociais-ambientais na rentabilidade e viabilidade da atividade, especialmente para aquelas

comunidades ali instaladas e dependentes direta ou indiretamente da atividade de mineração (Carola, 2004).

As questões ambientais as relações sociais e econômicas interagem com o todo. No decorrer da história, observa-se que não ocorreu de forma harmônica, pois nessa relação a busca pelo poder econômico e o interesse em desenvolver o setor de Carbonífero em Criciúma não se preocupou com os passivos acumulados ao longo do tempo (CAROLA, 2004). A relação do homem com o carvão produziu impactos e perturbações a respeito dos ambientes naturais, modificando e alterando seu equilíbrio e sua estabilidade. Desta forma, considerando o processo desde a lavra até seu tratamento, há um longo caminho a ser percorrido ao se buscar os preceitos do desenvolvimento Sustentável. Ainda, o progresso, trazido pela exploração do carvão fez-se acompanhar de intensa degradação ambiental que compromete cada vez mais a utilização dos recursos hídricos, apresentando interesses conflitantes no planejamento territorial.

É claro que a atividade carbonífera proporcionou, ao longo das décadas, alterações na dinâmica de ocupação do território. Houve migrações em massa para atividade carbonífera que representava o progresso na região Sul de Santa Catarina, porém, atualmente verifica-se que, mesmo com a diminuição da atividade mineradora de carvão, os passivos ambientais e sociais deixados pela atividade, interferem na organização e na qualidade de vida da população em geral.

Na exploração desse recurso natural não renovável, ao qual fizeram parte da cidade nas últimas décadas, tem ocorrido um conjunto expressivo de impactos destrutivos. A recuperação das áreas mineradas, pela adoção de recomposição da paisagem e o monitoramento das águas superficiais se torna indispensável, assim como as subterrâneas e dos solos, desta maneira formando uma saída alternativa (CAROLA, 2004). A definição dos usos do solo a cada área deve considerar o tempo e grau de recuperação da qualidade ambiental para um planejamento territorial que visa recuperação das áreas usada pela mineração e arredores.

Conforme aponta o trabalho de KLEIN; SANTOS e ZANETE (2009), intitulado a Regeneração natural em área degradada pela mineração de carvão em Santa Catarina, Brasil, verificou-se que algumas espécies podem desenvolver-se em áreas degradadas pela mineração do carvão. Esta hipótese pode ser ponto de partida para futuros estudos de recuperação ambiental.

O Ministério Público representa a possibilidade no que tange a melhora e redução de agressões ambientais causadas pela atividade mineradora de carvão.

Considerações Finais

A atividade mineradora sempre teve como pauta no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, motivado pelo progresso econômico e sem preocupação com relação ao meio ambiente; ao licenciamento pelas autoridades governamentais e suas políticas adotadas, disponibilizando financiamentos e investimentos a fim de interligar o desenvolvimento do país; aos subsídios do transporte ao consumo, pode-se perceber que a indústria carbonífera ficou vulnerável também às ações e especulações promovidas pelo governo estadual e federal. Ou seja, a exploração das minas sempre careceu de planejamento técnico e tecnológico de controle ambiental.

Deixando subtendido que a mineração, como atividade econômica, deve se comprometer, não só em buscar a maximização do uso do carvão sob o ponto de vista técnico e econômico, mas contribuir para construção de um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de gerar condições de acumulação de capital e tecnologia e, ao mesmo tempo de assegurar o meio ambiente (ACSELRAD,1992).

Como forma de minimizar os impactos ambientais provocados pela extração e processamento do carvão são necessários investimentos tecnológicos limpos e investimentos públicos e privados. Verificando as possibilidades de alternativas de mudança na matriz energética brasileira e acompanhamento do processo a nível global.

Referências Bibliográficas

ABMC. (2008). Associação Brasileira de Mineração de Carvão. Disponível em: <http://www.carvaomineral.com.br/index.php> acesso em: 15 de agosto de 2018.

Balanço Energético Nacional 2005: Ano base 2004. **Ministério de Minas e Energia - Brasil. Empresa de Pesquisa Energética** - Rio de Janeiro: EPE, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. D.O.U., de 5/10/1988. D.O.U. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicaocompilado.htm>> Acesso em 15 de agosto de 2018.

BRASIL. Decreto- Lei nº1.985, de 29 de março de 1940. D.O.U de 29/03/1940. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/1937-1946/DEL1985.htm>> .Acesso em: 18 de agosto de 2018.

BRASIL. Decreto nº 24.642 de 10 de julho de 1934. D.O.U de 10/07/1934. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil03/decreto/1930-1949/D24642.htm>>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

BRASIL. Decreto nº 85.206 de 25 de setembro de 1980. D.O.U. de 25 /10/1980. Disponível em<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85206-25-setembro-1980-434622-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

BRASIL. Decreto nº97.632 de 10 de abril de 1989. D.O.U. de 10/04/1989. Disponível em : <<http://wwwplanalto.gov.br/ccivil03/decreto1980-1989/D97632.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

BRASIL, Lei nº1.866 de 26 de maio de 1953. D.O.U. de 25?05/1953 Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/1950-1969/L1866.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. D.O.U. de 31/08/1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/16938compilada.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

Brasil. Departamento Nacional de Produção Mineral. Portaria nº 917 de 06 de julho de 1982. D.O.U de 08/07/1982. Disponível em: <<http://www2.dnpm.gov.br/conteúdo.asp?IDsecao=67&IDPagina=84IDLegislacao+50>>. Acesso em : 20 de agosto de 2018.

ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. In: ACSELRAD, Henri (org). **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: Ibase, 1992b, p. 18-42.

CÂMARA, Mauricio Ruiz. A Região Carbonífera Catarinense Apresentada em Pesquisa: O Ambiente em Discussão. In: CAROLA, Carlos Renato (ORG). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC,2010, p. 12-36..

CAROLA, C R. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 11-34.

CASTILHOS, Zuleica C. Impactos Socioambientais da Mineração Brasileira. In: CAROLA, Carlos Renato (ORG). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC,2010, p. 238- 266.

CHAVES, A. P. Os problemas do Carvão em Geral e do Carvão Brasileiro em Particular. In: **Carvão Brasileiro: Tecnologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, CETEM/MCT, pp. 13-24, 2008.

CORRÊA, J. Atividade Mineraria no Sul de Santa Catarina: Impactos Ambientais Decorrentes da Exploração do Carvão. In; Revista de Direitos Difusos e Coletivos, ano V, vol. 25. São Paulo: ADCOAS/APRODAB/IBAP, 2004, p.3507 – 3522. Disponível em:<<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/26429-26431-1-PB.pdf>> Acesso em: 19 de agosto de 2018.

COSTA, S. S. **Atividade Carbonífera no sul de Santa Catarina e suas Consequências Sociais e Ambientais, Abordadas através de análises Estatísticas Multiderivadas.** Florianópolis, UFSC. 2002

Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

FIORILLO.C.A.P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 12 ed.,ver .Atual. Ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.p.886

GONÇALVES, T.M; MENDONÇA, F.A. **Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma/SC (Brasil).** Curitiba: Editora UFPR, 2007, n.14, p. 55-65

HIEDEMANN, Eugenia Exterkoetter. **O carvão em Santa Catarina, 1918-1954.** Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em História do Brasil, opção História Econômica, da Universidade Federal do Paraná, para obtenção do Grau de Mestre em História do Brasil. Universidade Federal do Paraná, 1981

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Rio de Janeiro. IBGE. 2016

KLEIN,A.S; ZANETTE, V.C; LOPES,R.P.; SANTOS,R. Regeneração natural em área degradada pela mineração de carvão em Santa Catarina, Brasil. Rem: Revista Escola de Minas, vol.62, nº 3, Ouro Preto, Jul/ set- 2009. <<http://dx.doi.org/10.1590/s0370-4467200900030007>>. Acesso em 24 de agosto de 2018.

LEFF; Enrique. Complexibilidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. IN: **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** Org. A. Philippi Jr. < C.E.M. Tucci, D.J.Hogan , R. Navegantes. –São Paulo: Signus Editora, 2000.

MILIOLI, G. **Mineração de carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina: Estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma.** Criciúma: Luana,1995.

PREVE, D.R. **Legislação e Recuperação Ambiental: Instrumentos Jurídicos na Recuperação de áreas degradadas pela exploração carbonífera em Criciúma/SC.** 2013. (Mestrado em Ciências Ambientais) –Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, 2013.

RAVAZZOLI, CLAUDIA. A problemática ambiental do carvão em Santa Catarina: sua evolução até os termos de ajustamento de conduta vigente entre os anos de 2005 e 2010.

<[In:revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/6516/5769](http://revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/6516/5769)>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

SANTOS, M. A. **Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC. 1995.

SCHEIBE, L. F. O Carvão em Santa Catarina: Mineração e Consequências

Ambientais. In: **Meio Ambiente e Carvão: Impactos da Exploração e Utilização**. Porto Alegre, FINEP / CAPES / PADCT / GTM / PUCRS / UFSC / FEPAM, pp. 45- 66, 2002

SIECESC. Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina. **Carvão Mineral – Dados Estatísticos: 2007**, Criciúma. 2008.

VOLPATO, T.G.A. **A pirita humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis, SC: Ed. UFSC; 1984.



APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A COMPOSIÇÃO E PAPEL DO DARPA-BTO (DEFENSE ADVANCED RESEARCH PROJECTS AGENCY - BIOLOGICAL TECHNOLOGIES OFFICE) E SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA.

Lucas Buosi¹

GT1 Ciência, saúde e meio ambiente

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. Dr. José Miguel Rasia, com trabalho intitulado **“A ciência acerca das bio-capacidades no DARPA, tópicos sobre precisão, performance, saúde e sociedade: um estudo a partir das redes de pesquisa relativas à “evolução dirigida”/ “melhoramento humano”**, financiado pela CAPES/CNPQ. É Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, com ênfase em Sociologia e Ciência Política. E-mail: kabulosi@protonmail.com ou buosi@ufpr.br.

1. INTRODUÇÃO²

O BTO (Biological Technologies Office) é um dos 6 escritórios que compõe o núcleo de pesquisa e desenvolvimento (R&D – Research and Development) do DARPA (Defense Advanced Research Projects Agency), foi o último escritório a ser criado entre eles, em 2014. O DARPA, por sua vez, foi criado em 7 fevereiro de 1958 como ARPA (Advanced Research Projects Agency) e foi, naquela altura, a resposta formal do governo federal dos Estados Unidos da América ao lançamento do Sputnik pela União de Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 4 de outubro de 1957. Está implícito, tendo em vista o contexto de sua criação, que sua orientação foi historicamente atrelada a antiga disputa entre essas duas potências pela supremacia política e militar, momento esse compreendido pela chave da Guerra Fria. Apesar da dissolução da URSS no início dos anos 90, a identidade dessa instituição continua fortemente associada ao cálculo de cunho estratégico, de que a manutenção e exercício do Poder pelos Estados Nacionais depende da capacidade de criar e reagir com eficiência às contingências decorrentes da disputa pela vantagem técnica. Nesse contexto social são conjecturadas “surpresas”, em outras palavras, métodos e produtos potencialmente disruptivos que possam ser mobilizados de modo à promover vantagens competitivas, em caso de conflito à nível regional, nacional e internacional. Além disso, a concentração de recursos humanos e financeiros acerca dos problemas científicos fronteiriços, o que passa necessariamente pelas limitações técnicas vigentes, faz da Agência – quando bem sucedida – um agente relevante nas relações de produção e mercado, pois, tal como Schumpeter colocou, resulta na criação de novas demandas e conseqüentemente transformação Cultural³.

A formação do ARPA se deu dentro do escopo do Departamento de Defesa (DoD - Department of Defense), que devido à essa posição subordinada se consolida a partir de relações de cunho executivo e burocrático com, na ponta da pirâmide, o Secretario de Defesa e, implicitamente, o Presidente da Republica, chefe das Forças Armadas, exercendo o mando potencial. Tal como qualquer outro órgão do Governo Federal suas receitas são aprovadas

2 Para a elaboração desse trabalho foram consultados além das informações disponíveis no site institucional do DARPA (> <https://www.darpa.mil/><), videos e podcasts disponíveis no canal da agência no YouTube (><https://www.youtube.com/user/DARPAtv/playlists><), especificamente quatro playlists: i) Wait, What? A Future Technology Forum; ii) Biology is Technology - New York City; iii) Biology is Technology - San Francisco; iv) "Voices from DARPA" Podcast.

3 Cito: “A própria inovação está hoje reduzida à rotina. O progresso tecnológico se transforma cada vez mais em atividade de grupos de especialistas, que fornecem o que se lhes encomenda e fazem o produto operar de uma maneira previsível. A auréola de romance da antiga aventura comercial começa a minguar rapidamente, pois um número cada vez maior de coisas pode ser rigorosamente calculado, quando outrora podia ser apenas visualizado num relâmpago de gênio.” (SCHUMPETER, 1961; p.167.)

anualmente pelo congresso, apesar de que, em alguns momentos de sua história, tal prerrogativa não foi respeitada, ou seja: foram aprovados fundos via liminar executiva, no entanto tudo indica terem sido ocasiões específicas e de relevância limitada.⁴⁵

2. A RIQUEZA APLICADA NO DOD/DARPA/BTO E SUAS VANTAGENS INSTITUCIONAIS

A maior parte dos recursos financeiros e humanos destinados ao DARPA estão atrelados ao orçamento do DoD, que em 2017 foi de 582,7 bilhões de dólares (aproximadamente 1 trilhão e 858 milhões de reais, considerando a média do cambio comercial do mesmo ano de 3,19 dólares/1 real), desse valor foram injetados no DARPA aproximadamente 2 bilhões e 973

4 Ver “O Escândalo do Pentágono” de William Mc Gaffin e Erwin Knoll, de 1974, para consultar um registro pormenorizado dos excessos cometidos por agentes empossados em altos cargos durante a corrida armamentística entre os EUA e a antiga URSS.

5 No contexto da Guerra Fria a influência dos altos círculos militares se expandiu de maneira acentuada. Além disso estar relacionado as consequências do desfecho nefasto da Segunda Grande Guerra Mundial com o bombardeamento em Hiroshima e Nagasaki (Japão), duas cidades civis, o evento que demonstrou a escala de destruição virtualmente ao alcance das principais potências militares e econômicas da época, também obriga-nos a encarar o conflito entre os Estados no pós-guerras tendo em consideração o risco de – no limite – a extinção da vida biológica. Portanto, a Guerra não mais se encerra na submissão das forças adversárias. (ARENDDT, 1983) A influência dos militares tornou-se comparativamente destacada na economia, de tal modo que a indústria armamentística nos EUA tornou-se um dos setores líderes. Tais acontecimentos estão relacionados, segundo Wright Mills, à uma transformação concomitante, mas subterrânea, que envolve a disseminação da “metafísica militar” para outras esferas sociais. Assim, podemos compreender como a posição do Secretário de Defesa sai fortalecida, de modo que a partir de justificações atreladas à juízos de valor relativos a “importância nacional” de um dado programa torna-se possível destinar recursos que não foram aprovados pelo congresso ao Pentágono. Tal interpretação visa destacar a descaracterização de funções civis, ou sua contaminação, como a da Diplomacia ou a Acadêmica, por um conjunto de orientações de conduta informado pela ambição supremacista acerca da capacidade de exercer Violência contra instituições rivais. Disso resulta num processo de desvalorização de valores como a capacidade de negociar, convencer e na impossibilidade da aliança abster-se, entre as Elites no controle do Estado, que se tornam mais propensas à intervenção em assuntos externos e civis e a subtrair do espaço Público a decisão política. Tal pontuação é de extrema importância para a compreensão da função e justificação do “Segredo” na Academia dos EUA desde a Guerra Fria e, implicitamente, sua associação com o DoD. A título de exemplo, destacamos o caso da campanha militar contra o Vietnã e a utilização de armamentos criados em parceria com laboratórios em universidades prestigiosas, fenômeno esse que foi duramente combatido por movimentações estudantis durante os anos 60. Podemos ressaltar o ativismo de intelectuais como Noam Chomsky, então professor no MIT (Massachusetts Institute of Technology), uma das principais instituições parceiras do ARPA-DARPA desde sua fundação até o presente momento. Tal associação não é um fato inconsciente ou inocente, tal como podemos perceber numa das colocações do atual diretor do BTO, Justin Sanchez: “I am a neuro-technologist by training...I was just at my lab at the University of Miami and I got a call out of the blue, at the order end of the phone there’s a person says: - We need you to come immediately to Washington DC and come to DARPA. And, that’s really where the whole story begins. [...] Now, what’s really important in all of this is that at DARPA when we think about the brain, we think about the people we serve, so make no mistake about it. We’re part of the Department of Defense (DoD), that we serve military personnel. Now, the part that really struck me so much when I came to DARPA was how hard a job these military personnel have to protect our freedoms , protect our families and protect our way of life”. Em Direct Neural Interface & DARPA - Dr Justin Sanchez (Newcastle University, AccentureTechnology and Shout), Janeiro de 2017; disponível em: (><https://www.youtube.com/watch?v=nvUHDK59Igw><)

milhões de dólares (aproximadamente 9 bilhões e 480 milhões de reais), desse valor foram empenhados no BTO aproximadamente 300 milhões de dólares (957 milhões de reais). Somase ao orçamento do DARPA recursos de outras fontes como o NIH (National Institute of Health) e do NSF (National Science Foundation), também instituições governamentais do EUA.⁶ O DARPA conta com 210 funcionários/os contratados dos quais entre 90 a 110 pessoas estão empregadas como Gerentes de Programa (Program Manager).⁷ É este o grupo que particularmente realiza pesquisa e desenvolvimento. O BTO conta hoje com 12 Gerentes,

6 Os números impressionam, porém sua importância é apenas relativa e, conseqüentemente, só adquire função elucidativa quando comparada. Tomemos como parâmetro os recursos que o Governo Federal brasileiro empenhou em 2017 nos Ministérios de Defesa e Educação. Atento ao/a leitor/a de vincular seu exame tendo em conta os limites e especificidades da organização econômica e política do Estado brasileiro, para assim não reduzirmos o debate a questão a gerência dos recursos; apesar de ser um tópico importante, é preciso ter em vista a procedência dos recursos captados sob forma de juros e títulos, pois, tal como já amplamente discutido pela sociologia brasileira, os agentes nacionais foram assimilados ao sistema global de produção capitalista a partir de uma posição periférica e com sérias desvantagens e “estrangulamentos”. Por essa razão, não devemos inferir dos números colocação tais como “- o copo está meio vazio”, e somente fazer um exercício de imaginação sociológica a cerca das condições que tais recursos podem proporcionar, sem nos arriscarmos hipóteses de razão determinista. Tendo em conta que o orçamento dos ministérios brasileiros foi duramente reduzido pela PEC 241/2016, conhecida como PEC de teto/congelamento de gastos ou de “fim do mundo”, os recursos dotados nesse ano para o Ministério da Educação (ME) são inferiores aos anos anteriores, conseqüentemente precisa ser lido no contexto de sua conjuntura política – coisa que não poderá ser empreendida nesse artigo.

Em 2017 foram dotados para o ME 115 bilhões e 545 mil reais, foram repassados para a CAPES (Coordenação de Pessoal de Nível Superior) 4 bilhões e 682 milhões de reais, desse valor foi empenhado em **pesquisa** (não é possível através do Painel do Orçamento Federal apresentar distinções internas) 81 milhões e 215 mil reais, distribuídos entre os Programas de Pós Graduação Públicos e Privados, considerando-se as Bolsas de Estudo foram empenhados 3 bilhões e 822 milhões de reais. Examinando-se as proporções, 81.63% investidos diretamente como salários e 1.73% investidos diretamente em pesquisa que a atuação de pesquisadores/as no Brasil passa por gargalos moderados à graves, a depender do campo e do problema de pesquisa colocado. Somase a esse valor de 81 milhões outros 304 milhões e 863 mil reais investidos diretamente pelo ME, valor composto por dois planos orçamentários de pesquisa de 69 milhões e 081 mil e 89 milhões e 471 mil, mais 4 milhões e 183 mil pagos para graduandos no exterior e 142 milhões e 128 mil para pós-graduandos. Não há especificação relativa à laboratórios ou campos de saber nas informações contidas no Painel relativo ao ME.

Se considerarmos especificamente as informações acessíveis, no tocante a pesquisa em Biotecnologia, os esforços empreendidos no Brasil somados são difíceis de serem mensurados, pois não há especificação na planilha orçamentária da CAPES e não há, no tocante ao Ministério da Defesa, nenhum Projeto Especial ou setor relacionado ao tema que nos interessa, a não ser um Plano Orçamentário referente à ‘Pesquisas de Biossegurança’, no qual dos 298 mil e 423 reais foram liquidados 114 mil e 844 reais. Disso podemos inferir que ainda é um tópico marginal nessa instituição. A única referência particular encontrada está no orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicação, que empenhou em 2017 **628 mil e 833 reais** em Biotecnologia de uma soma empenhada de 9 bilhões e 141 mil reais. Há outros gastos que podem estar, na prática, relacionados devido a ambigüidade de tempos como “Empreendedorismo”, “Tecnologias Estratégicas” e etc. Essa longa, mas necessária, exposição da circunstância relativa a Ciência brasileira é importante para termos uma dimensão alegórica da capacidade do DARPA e, para o nosso caso, o BTO em promover pesquisa de ponta. É preciso ter em mente, já que os esforços desse núcleo concerne a ‘construção de novas capacidades’, ou seja: de meios superiores e mais efetivos para a instrumentalização da ciência e criação de novos produtos, que os custos são de longe superiores àquilo que chamamos de ciência normal. São poucos agentes que possuem os recursos financeiros e humanos disponíveis para tal, conseqüentemente, essas pesquisas se dão em ‘ecossistemas’ privilegiados. Os/as pesquisadores/as do DARPA têm plena consciência desse fato, a ponto que a história dessa instituição é bem conhecida pela comunidade acadêmica estadunidense e pela iniciativa privada devido seu papel fundamental na promoção das chamadas tecnologias disruptivas.

7 Números citados pelo Dr. Geoff Ling durante a comunicação “Fomenting Technological Revolution, DARPA/Biology is Technology” (09/07/2015); disponível em: ><https://www.youtube.com/watch?>

todos/as quais administram pelo menos um programa de pesquisa (ver ‘Tabela1’ na sessão Anexo). Há pesquisadores/as que administram mais de um programa, isso se deve a expectativa da Diretoria de que os resultados findem em “primeiras gerações” de produtos seguros o suficiente para a aprovação do FDA (Food and Drug Administration) para, então, serem mobilizados para fins de Defesa e/ou questões Civis. Trocando em miúdos: avalia-se a qualidade de um dado programa em termos de relação entre os custos para tornar-se viável e a virtual extensão de suas aplicações, ou seja, sua capacidade de derivar outras aplicações – sejam elas de ordem específica, de desenvolvimento, ou como emprego auxiliar em iniciativas exteriores. Opera-se aqui tal como nas relações de mercado, com a importante diferença que o DARPA trabalha com parâmetros de limitação e contenção extraordinariamente largos quando comparação à outros laboratórios. Não atoa é frequente a alusão para o papel do DARPA em ‘remover barreiras’.

Contudo, o pretexto para grandes custos é atenuado pela consideração utilitária acerca das patentes que, mesmo quando o aparelho é rudimentar ou parcial, possibilitam relações de comércio inexploradas, nas quais não há competidor imediato.⁸ Além disso, talvez o mais importante, resultam num conjunto de conhecimentos experimentais atualíssimos que permitem àqueles que têm seu acesso um discernimento vasto, um “realismo fantástico” sobre o estado da arte referente à um dado problema, dado que os resultados são o efeito do

[v=F71fSgpYN5c&index=2&list=PL6wMum5UsYva5aoxvLejhB9eirt0TVD-K](http://arcprograms.net/geoffrey-ling/)<. Geoff Ling foi o diretor-fundador do BTO entre 2014-2016. Anteriormente foi Gerente do Programa “Revolutionizing Prosthetics” no Defense Sciences Office (DSO), entre 2004-2013. Ver resumo de sua trajetória profissional em <http://arcprograms.net/geoffrey-ling/><.

⁸ Tomar aparelho apenas como um termo indicativo para um conjunto amplo de criações, podem ser elas máquinas, softwares, medicamentos, próteses ou modelos de ação. O que nos interessa aqui é ressaltar a característica fundamental dessas realizações: elas devem ser aprimoradas pelos parceiros. O DARPA coloca-se para seus parceiros como uma instituição capaz de remover os riscos iniciais, que sejam por razões financeiras ou logísticas, tornar o negócio pouco atrativo a iniciativa privada. Isso é de extrema importância para a compreensão do caráter dessa instituição e das personalidades á ela vinculadas, são recorrentes colocações ‘afetuosas’ e de comprometimento pessoal com o serviço prestado ao DARPA pelos/as pesquisadores/as, uma empolgação que poderia parecer aos mais céticos como consequência de uma ilusão subjetiva em relação ao trabalho. Porém, não é disso que tratamos aqui. Os apelos ao caráter mágico, ambicioso e revolucionário da Instituição e dos Iniciados não podem ser tomados ao pé da letra, só devem nos interessar tendo em vista a alusão ao “Ecossistema” de Pesquisa e Desenvolvimento que o DARPA proporciona, uma das poucas Instituições de relevância global que põe ao alcance de seus quadros o acesso ao “estado da arte” de diversos campos, bem como a contratação de parceiros diversos congregados num mesmo problema ou meta. Tal diferencial têm interessado lideranças políticas da Europa, como o presidente francês Macron que em Setembro de 2017 durante uma comunicação na Universidade de Sorbonne propôs as lideranças da zona do euro instituir uma agência análoga ao DARPA; informação disponível em:><https://euobserver.com/science/141697>< e ><http://international.blogs.ouest-france.fr/archive/2017/09/29/macron-sorbonne-verbatim-europe-18583.html><. Portanto, é importante considerar os aspectos de vinculação pessoal, consequentemente as valorações de ordem afetiva que implicam esses agentes e expõem os contrastes nesse engamento, mas sem perder de vista as condições materiais proporcionadas pela Instituição.

tensionamento de provas conceituais mais diversas, mas dispersas. Por essas e outras razões as conferências e salões organizados pelo DARPA contam tanto como plateia como anfitriões sobre o palco parceiros externos, como CEO's de grupos de investimento (Ventures Capitalists), fundadores de Startups, acadêmicos, chefes de indústria, cirurgiões e etc.⁹ Todos esses agentes se congregam, formam as 'trincheiras' que os distinguem de outras associações, a partir do comprometimento profissional e pessoal com a geração de "*capabilities*"/*capacidades*. Termo que por ser genérico só pode ser adequadamente compreendido em seu contexto, tendo em vista os fatores análogos na socialização desses indivíduos e como eles podem ter condicionado a formação dessa rede. Para isso é necessário considerar as biografias de maneira articulada com o cenário mais amplo – mas não menos necessário – de relações, tanto as de tipo econômico quanto de tipo moral e Cultural, caso contrário poderíamos incorrer no erro de apenas reeditar a autoimagem informada por papéis bem simplistas como o do aventureiro/pioneiro, muito corrente ao grupo em questão quando são convidados a refletir sobre as intenções que poderiam ter levado-os à carreira de pesquisa e desenvolvimento¹⁰.

O DARPA está vinculado a outras entidades por aproximadamente 2000 contratos, que formalizam a Parceria entre o Poder Público e a Iniciativa Privada, também é possível – a depender do caso – parceira como outras Nações e instituições estrangeiras, porém estão reguladas por acordos de outra ordem que envolvem outros círculos na Casa Branca. Ou seja, parcerias desse último tipo são consequência de alinhamentos de natureza política, podemos citar como exemplo a parceria de atores de Singapura com o DARPA no tocante ao combate

9 A exemplo de Sue Siegel, hoje Gerente Executiva de Inovação e Negócios na RAND Corporation, National Capital Association. Que ao ser convidada pela então diretora do DARPA, Arati Prabhakar, em março de 2015, tece amplos elogios à Agência com o intuito de convencer e incorporar outros grupos de investimento acerca dos programas então iniciados pelo BTO. Ver "Fireside Chat: Sue Siegel CEO GE Ventures"; disponível em: ><https://www.youtube.com/watch?v=vZdiZeFHO30&list=PL6wMum5UsYvZnisi5VjUUjhpXoIMTSCwx&index=2><.

10 Ver, por exemplo, a colocação do anterior diretor do BTO durante a comunicação já citada na nota 7, entre os 5 min de vídeo aos 11min. Destaco na digressão apontada as seguintes colocações, que ilustram bem o tom das comunicações públicas dos gerentes: "[...] porque nós somos tão apaixonados quanto vocês são em relação as realizações que irão ver. Mas, cientistas são cientistas, tecnólogos são tecnólogos... vocês sabem, eles vêm algo impressionante e se interessam, logo estão perseguindo o problema até ser esgotado, são como as crianças no parquinho de sua esquina. Mas os Gerentes de Programa no DARPA não tem sossego, estão sob constante avaliação e constantemente estarão avaliando vocês. Toda a ideia compartilhada é que se você quer se seja ótimo, você irá fazê-lo, você irá fazê-lo. Se você quer mudar o mundo e se alguém quer ajudá-lo... se você é um gênio, um tecnólogo brilhante, eu gostaria de financiá-lo nessa empreitada... É esse o tipo de pessoa que quero trabalhar, aquelas que se dedicam totalmente... Eu queria fazer algo (falando sobre o início de sua carreira no DARPA) e tive muita sorte, porque eu gerenciava um programa no DARPA e um gerente no DARPA pode fazer qualquer coisa e isso que era o legal. Nós somos os melhores, falem vocês agora: - nós somos os melhores." Tradução do autor.

as epítêmias resultantes da proliferação de mosquitos, como o *Aedes*, vetor de doenças como a Malária, Dengue, Zika e etc.¹¹ Os termos desses contratos não puderam ser verificados para esse trabalho, no entanto, foi dito publicamente por um dos representantes do DARPA-BTO que existem reservas específicas garantidas aos Governos dos EUA. Primeiramente, o DARPA não é, necessariamente, o proprietário intelectual das patentes, mas todo caso têm assegurado o direito de empenhá-las em seus programas com autonomia e além disso pode mobilizá-las para elaborar produtos e procedimentos necessários para operações relacionadas ao DoD, como também pode emprega-las com fins de Segurança Nacional.¹² Por exemplo, caso seja elaborado uma terapia capaz de controlar e combater possíveis infecções – e consequente inflamações – produzidas por determinadas comunidades de bactérias nocivas ao organismo humano (caso esse do Programa “Pathogen Predators” gerido pelo Dr. Brad Ringeisen) está o DoD autorizado distribuí-lo entre todo seu Staff, caso julgue necessário. Não poderá, de todo modo, comercializar essa tecnologia, disponibilizando-a para toda população civil, *salvo a situação de ameaça de terrorismo biológico*, cenário em que o “Parceiro” deve ser capaz de produzir em escala suficiente o produto para toda a população, cabendo ao Governo Federal arcar com os custos de produção.

3. A COMPOSIÇÃO DOS ESCRITÓRIOS

O processo de iniciação e seleção dos Gerentes é pautado, geralmente, por um contrato temporário de 4 anos. Num primeiro momento o pretendente ao cargo deve elaborar uma proposta e ele deve ter implicações técnicas específicas, pois interessa ao DARPA o desenvolvimento de uma primeira geração de produtos ‘inovadores’ que proporcionem ao Estado e seus Parceiros vantagens competitivas, sejam elas militares ou econômicas. Tal associação é constitutiva e já está posta no ponto de partida. Será avaliado a capacidade do pretendente em avaliar o estado da arte dos campos fundamentais para o sucesso do programa, bem como a consistência teórica e a trajetória profissional do/a pesquisador/a. Caso o Programa proposto não alcance resultados satisfatórios ele poderá ser descontinuado e em

11 Ver o artigo “Genetic Characterization of Spondweni and Zika Viruses and Susceptibility of Geographically Distinct Strains of *Aedes aegypti*, *Aedes albopictus* and *Culex quinquefasciatus* (Diptera: Culicidae) to Spondweni Virus”, DOI [10.1371/journal.pntd.0005083](https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0005083), que foi contada com apoio do DARPA; disponível em: ><https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5082648/><.

12 Sobre esse ponto ver a comunicação de Geoff Ling “Fomenting Technological Revolution” de março de 2015; disponível em: ><https://www.youtube.com/watch?v=aU1U7JUV87k&list=PL6wMum5UsYvZnisi5VjUUjhpXoIMTSCwx&index=3><.

situações de problemas com a liderança incumbida poderá ser nomeada outra pessoa para assumir a Gerência.

A ocasião para a submissão de ideias pode derivar tanto das ambições do Diretor do Escritório, promovendo uma chamada pública, convite pessoal ou partir da iniciativa do/a interessado/a em ser nomeada pelo DARPA, através da constituição de redes que possam proporcionar informações decisivas, experiência de trabalho e etc.¹³ Há possibilidade de permanecer no Escritório e até mesmo a promoção para o cargo de Diretor (como o caso de Sanchez), porém ambas as situações dependem da qualidade das realizações anteriores. O DARPA têm priorizado que suas lideranças desenvolvam capacidades como comunicação pública, principalmente para o público de possíveis investidores. Também é patente a orientação simpatizante para com a política institucional do DoD e a valorização da história e função do Departamento, por parte dos/as gerentes e diretor.

Não é incomum a trajetória de pesquisadores/as contratados/as como Gerentes conte, no passado, com ligações envolvendo serviços terceirizados pelo DARPA, sendo, geralmente, parceiros no passado, ora como consultores na iniciativa privada – como companhias especializadas em consultoria para assuntos relacionados a Defesa Nacional (situação específica àqueles com alguma trajetória nas Forças Armadas, caso do Dr. Al Emondi ou que permaneceram sempre vinculados às Forças Armadas, caso do Col. Matthew Hepburn) ou em empresas de biotecnologia (situação específica àqueles mais jovens, que depois de formados se lançaram no mercado por Startups ou laboratórios já consolidados, caso da Dra. Dr. Renee Wegrzyn). Parte dos Gerentes são recrutados entre o corpo docente de universidades nacionais, nessas situações parece ser comum o convite por parte do Diretor de Escritório, que acaba por “roubá-lo” da Academia, nessas circunstâncias é importante ter em consideração os espaços de divulgação de trabalho e de encontro entre pares, círculos restritos à pesquisadores iniciantes. Esse é o caso do Dr. Justin Gallivan, ex-professor associado da Emory University no Dep. de Química, bem como do atual diretor do BTO¹⁴.

O prestígio advindo de compor os quadros do DARPA, principalmente os de Gerência, deve-se a tradição criada em torno da agência, como um espaço no qual o futuro começa a

13 Tal afirmação se fundamenta pelo que os Gerentes contam quando questionados sobre seu ingresso no DARPA. Informações mais detalhadas podem ser encontradas na série “Voices from Darpa”, composta por uma série de entrevistas com os Gerentes em atuação; disponível em: ><https://www.youtube.com/watch?v=oAyij6RSGzM&list=PL6wMum5UsYvaypWrb1GrpMV7o9oCcTtUS&index=22><.

14 Ver Nota 13.

partir da promoção e amparo de ideias ambiciosas e custosas, para não dizer quase proibitivas. Essa identidade fundamentada na divulgação e valorização das condições técnicas e humanas que o DARPA proporciona aos seus pesquisadores resulta em laços de fidelidade e reconhecimento pessoal próprio, coisa que podemos constatar em sua história a partir de exemplos emblemáticos que se tornam para seus/suas pesquisadores/as, ou são reivindicados por eles/as, como compondo um padrão institucional. Reconhecido, ou idealizado, como o contexto por excelência de grandes realizações e de relevância histórica em âmbito global, são frequentemente mencionados como mentores pesquisadores/as que foram capazes de agregar em torno de si as condições necessárias para produzir impacto social a partir da inovação científica. Programas como: MAC (Mathematics And Computation) em 1964, que redundou numa primeira geração rudimentar de computadores pessoais; ARPANET em 1969, a prova técnica da capacidade que levaria o desenvolvimento da Internet; MOSIS (Metal Oxide Silicon Implementation Service) um semi condutor integrado em larga escala, 1981; GPS portátil (Global Positioning System), 1983; em 2002 a primeira assistente digital, que se tornou a SIRI da Apple; são lembrados pelo seu caráter exemplar, resultados daquilo que seria o “padrão DARPA”.

4. A CIÊNCIA: CONFLITO DE INTERESSES?

O DARPA, desde de sua fundação, conta com um orçamento amplo, tendo em vista seu Staff limitado. Isso se deveu aos imperativos sociais formados no contexto da Guerra Fria no qual se cristaliza aquilo que C. Wright Mills chamou de “metafísica militar”. Esse termo faz referência tanto á uma estrutura de caráter como um processo cultural, em que a valoração coletiva da ‘superioridade sociotécnica’ passa a estar associada de modo mais intenso com juízos de necessidade em esferas que idealmente – segundo a Teoria Clássica do Estado – deveriam ser autônomas ou artificialmente preservadas, isto é: as esferas da vida civil e política. Mills relata que a Diplomacia nos EUA a partir da década de 1950 passa a ser informada cada vez mais pelo cálculo acerca das capacidades duma dada Nação – ou melhor, os altos círculos nacionalmente relacionados e organizados em torno do Poder – em submeter pela supremacia militar grupos externos. Ou seja, trata-se de uma forma de conduta que passa pela ameaça que evoca o uso da violência, ação essa que difere do tipo “profissional/burocrático de política”, no qual utiliza-se como fator de conquista planos

fundamentados na assimilação/isolamento comercial, parcerias e transferência de tecnologia em troca de acesso a recursos necessários e etc., meios tão efetivos quanto, mas que estão pautados por um respeito relativo ao princípio da “Soberania Nacional”. Mills aponta que na mesma década em que o DARPA foi criado (anos 50) diversos diplomatas civis são substituídos por quadros das Forças Armadas de modo generalizado. E, no que nos interessa aqui, estreitam-se mais e mais os laços entre as Universidades e as “necessidades de defesa nacional” de modo que relação sempre presente entre a Ciência e o Poder já não é mais dissimulada, na verdade quer-se como dado desejável e necessário.

Esse processo não é novo, mas surpreende porque há diferentes valores Culturais em disputa pela ideia de Modernidade. Consequentemente, esses empasses expressam relações amplas que ecoam do geral para o particular e vice-versa, produzindo um mal-estar do qual não há desvio, é intimamente constitutivo. Tal problema foi discutido pela Escola de Frankfurt que provavelmente é caso mais emblemático: a Europa sob trevas, um racionalismo a serviço de ambições totalitárias e sectárias. O quão débeis se tornaram os valores do Iluminismo? Tratar-se-ia apenas de um discusso ou uma colocação hipócrita? Pensamos ser mais adequando organizar essa herança intelectual tendo em consideração possíveis compromissos a respeito da “responsabilidade” sobre os diversos cursos pelos quais sociedades foram e são aproximadas, constituindo cadeias de efeitos com proporções globais e que foram e são muitas vezes constituídas a partir hierarquias sociais de baixíssima mobilidade ascendente, quando não puramente excludentes. O que representa, dentro de uma leitura atenta e de folego, a permanência de formas de socialização incompatíveis com os valores correntes acerca da liberdade individual e mérito, pois apesar do descrédito dos valores “aristocratas” ainda há condescendência em relação a marginalização social de amplos contingentes dos círculos de influência. E isso tampouco de deve ao “azar” de uns e a “sorte” de outros, é preciso examinar como o acaso perde importância a medida em que relações de dependência e condicionamento social são naturalizadas, como dados inevitáveis e modulares para a formação da pessoa.

O conteúdo do tipo ideal de “comunidade científica” que Merton postulou, no qual estão assimilados valores democráticos e liberais como divulgação, parceria e competição justa, associação e reconhecimento inclusivo entre pares – assentados automaticamente pela participação no ‘ofício’ – e etc, são fatores que não são notáveis em todos os casos, apesar de serem em alguma medida relevantes na constituição dos campos científicos. Ou seja, apesar

de constituírem um conjunto desejável que se inscreve num processo iniciado por valores Iluministas, no qual o acolhimento do indivíduo torna-se a mais elevada das metas sociais e inclusive a justificação fundamental para a transformação institucional das relações de mando e obediência, não constituem por si só prova de que a realidade corresponde ao modelo e que portanto o “Progresso” é um processo orgânico. Com isso queremos dizer que, caso queira-se corresponder uma definição democrática da “Modernidade” relacionando à ela uma imagem otimista de progresso e de ‘interesses’ (sejam no âmbito dos grupos ou do indivíduo), tal como se fosse um fim em si mesmo, seria necessário admitir, devido a dinâmica do argumento, a existência da “sobrevivência” de fatores pré-modernos e, portanto, representar nessa chave valores e juízos associados à percepções de “obscurantismo”/ desconhecimento, hostilidade, fantasia e etc. Tal maneira de interpretar os fenômenos históricos e sociais passa mais por um comprometimento pessoal de Merton, ou filosófico, do que o exame literal do jogo aqui compreendido.

Não trata-se de ser pessimista, tal como se houvesse uma recusa deliberada em enxergar as possibilidades de um engajamento democrático pela e na Ciência ou de atribuir intenções perversas aos participantes, mas de reconhecer que a composição dos tipos característicos de personalidade em questão e conseqüentemente seus agrupamentos estão vinculados à processos de socialização, que se assemelham na medida em que incubam valores congruentes. É possível que, em alguns casos, a socialização pode ocasionar formas de racionalidade de tom emancipatório, seja ela economicamente engajada num liberalismo radical (da recusa inegociável dos privilégios hereditários, dos fatores relevantes para a mobilidade de classe) ou em formas comunitárias de propriedade (do controle pelo grupo das possibilidades de mando e destaque). Porém, esse não é o nosso caso. Portanto, é preciso compreender os possíveis conflitos de interesse, bem como a ‘pacificação’ de valores morais aparentemente contrastantes, especificamente a ideologia acerca da liberdade e mérito pessoal – e o conseqüente destaque dado ao pioneiro e empreendedor – em relação as vantagens em termos sociais e técnicos proporcionados pelo DARPA, que como já exposto é atravessado por “metafísica militar” que opera de maneira a assegurar a superioridade com base numa organização robusta e quase proibitiva. Uma outra possibilidade, que de alguma maneira pode ser à essa colocação complementar, pode ser o silêncio e o segredo em relação aos impasses expostos, situação trabalhada com detalhe na Sociologia da Ciência, Tecnologia e Militares.¹⁵

15 Ver: RAPPERT, Brian; BALMER, Brian; STONE, John. Science, technology and the military: priorities, preoccupations and possibilities.

5. CONCLUSÃO:

Não é realista distender Poder e Saber em esferas distintas, é preciso entender como – a depender do momento e da posição de um dado grupo para com redes sociais mais amplas – essas duas expressões imanentes à dinâmica de associação entre indivíduos acabam por criar “dispositivos”¹⁶ que resultam em formas de sujeição, ou seja, de continuidade histórica, docilidade, obediência ou – em termos mais clássicos à Sociologia – em *reprodução social*. A percepção da sujeição do indivíduo é tema que merece sua devida consideração, devido a complexificação e divergências patentes aos processos de socialização. Ou seja, a heterogeneidade patente a formação do conjunto de grupos a quais se está afeiçoado, bem como a intensidade relativa desses laços, cria fatores de **contradição pessoal**. Tal aspecto foi entendido por Sociólogos como Simmel e Elias como efeito da diferenciação social, que implica como o outro lado da moeda uma profusão correspondente de códigos de conduta numa mesma personalidade, dificilmente harmonizados.¹⁷

Desse modo, é preciso admitir que a “metafísica militar” não é uma presença de todo aglutinadora, de tipo simples, há fatores importantes que para com ela estão combinados e que não eram evidentes na altura em que Mills examinou o problema, tal como a poderosa expectativa de que as ciências computacionais e de materiais em associação com os modelos desenvolvidos pelas engenharias proporcionassem aos agentes do Estado e Mercado a possibilidade de conjecturar e desenvolver uma “evolução dirigida”, da qual resultar-se-ia correções e melhoramentos relativos ao funcionamento do corpo humano.¹⁸ Não trata-se de,

16 Faço referência aqui a elaboração feita pelo filósofo Michel Foucault em relação ao processo de transformação da ética religiosa, do poder pastoral, para uma outra forma de ‘dispositivo’ social, que genealogicamente pode ser atrelado a formação do Estado Policial ou Disciplinar. Portanto, dispositivo é uma categoria indicativa para aquilo que comunalmente se chama de ordem social, sistema social e etc, com a importante particularidade referente ao interesse do analista, que privilegia em sua interpretação os mecanismos, a dimensão operacional, mobilizadora e produtiva do Poder. Ver: FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1999.

17 Ver Simmel, Georg. "A metrópole e a vida mental." O fenômeno urbano (1979): 11-25 e ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Zahar, 1994.

18 Entende-se como “Evolução Dirigida” uma ideia, ainda em disputa, acerca da relevância da inventividade do ser humano e suas sociedades no processo de seleção e criação de ‘capacidades’ úteis a sobrevivência e performance do indivíduo a população, que só se torna um fator relevante para o campo das ciências naturais com a consolidação de campos como a biotecnologia, nanorobótica, ciência da computação e informação, que devido ao arranjo de ações e intervenções deles derivadas resultaria num padrão de “Evolução da Espécie” em alguma medida pós-darwiniano. Ou seja, trata-se de um debate a nível conceitual, e envolve, portanto, formulação e demonstração de hipóteses, e menos a atuação/modificação consciente pela ciência ‘de ponta’ no funcionamento do organismo humano, pois isso em alguma medida já ocorre e não é novidade. O que importa, nessa discussão, é a relevância dada a possível “predominância” dos fatores criados pela ciência moderna sobre aqueles fatores ditos dados, naturais, portanto é tópico especulativo que só faz sentido tendo em vista as articulações e transformações recentes no que toca ao tema da capacidade de saber-poder sobre o sistema de processos orgânicos, acerca de como registrar e se apoderar de “complexos” de difícil apreensão. Tem se

nesse caso, corresponder esse acontecimento àquelas circunstâncias específicas do século XX acerca da Eugenia e Superioridade Racial, pois inexistem evidências que possibilitem qualquer evidência que permita equipará-los. Trata-se, antes de mais nada, compreender como numa circunstância de sociedade de mercado feroz e com forte tendência à concentração de capitais de ordem financeira e cultural, em associação com instituições públicas orientadas para a manutenção e fortificação de suas posições, estão associadas quanto a empreendimentos em biotecnologia e relacionados dos quais os resultados são promissores e custosos, *considerando que* a inclusão tecnológica se deu até o presente momento de maneira consideravelmente desigual. Recusar indistintamente o resultado de Pesquisa e Desenvolvimento relacionado ao DARPA além de ser uma colocação antes de mais nada fracassada – pois nada altera as relações de Poder em jogo – resulta num impedimento dogmático em relação aos aspectos positivos advindos das capacidades que hoje podem ser criadas. A Ciência, apesar de estar intimamente relacionada com o exercício do Poder, não se torna por isso numa atividade menos coletiva e portanto menos dependente de realizações dispersas que proveram de diferentes contextos. É preciso destacar que sua força se deve justamente à essa dinâmica dispersa e diversa. É um erro reiterar por inconsequência uma opinião que só reforçaria o preconceito de que dadas sociedades são mais hábeis ou adaptadas ao esforço científico do que outras. Portanto, sejamos consequentes com o “bebê na banheira”, o parentesco dele ou dela é mais rico do que poderíamos inferir de maneira imediatista.

Caso pudéssemos ser exaustivos o suficientes em análise histórica, perceberíamos que no conjunto seria bem adequado atribuímos o enriquecimento ocidental em termos materiais e teóricos, ao saque sistemático fundamentado na violência do colonialismo. Então, a Ciência – enquanto prática – não é, não foi e não será ‘estadunidense’ ou de qualquer outra nacionalidade, ela é uma maneira de realização que inclui por definição todo o aprendizado e decorrente da demonstração e explicação de como em dadas circunstâncias dadas relações de causa e efeito são possíveis. A elaboração de hierarquias internas, “juízos de valor”, são problemas de segunda ordem e muito relativos, por exemplo: a experimentação milenar com a mistura de plantas, realizadas lentamente, porém bem efetivas no tratamento de dados problemas de saúde, não podem ser julgada como ‘inferior’ às modernas práticas

apostado que a chave para essa transformação radical, em termos relativos de preponderância desses fatores evolutivos, está no crescimento exponencial da capacidade de computar dados, bem como na sofisticação de sistemas informatizados inteligentes.

laboratoriais, pois proceder assim seria assumir que o presente poderia ter sido em alguma medida “adiantado” por saltos hipotéticos, intelectos superiores ao seu “tempo”, tal como se ideias procedessem de uma racionalidade metafísica. O aprendizado é um processo histórico e muito complexo.

É imperativo cogitar interpretações que sejam adequadas ao escopo do problema, por isso não é possível explicar a motivação dos quadros vinculados ao DARPA, no desenvolvimento de ‘uma nova geração de técnicas e modelos’, como se decorresse de uma predileção individual. É uma pergunta relevante, mas de segunda ordem, saber se a motivação está vinculada à uma imagem de “destino”, “divindade” ou “mérito próprio”. Antes, é evidente um conjunto de situações mais ou menos delimitadas e impostas, relacionadas de maneira específica com acontecimentos simultâneos que constituem o material para a formação do tipo de personificação em questão. O fato da natalidade, que tanto inaugura como continua (novidade e hábito), pode ser inscrita numa teoria dinâmica dos conjuntos em que a relatividade implica simultaneamente pertencimento e diferença; isto é: (i) atribuições estruturadas só podem ser transformadas quando uma “contradição” reverbera e ameaça o status quo – seja como força ou organização; (ii) os eventos decisivos numa dada trajetória individual quando estão vinculados à possibilidades de grande alcance social, tal como a conquista ou promoção à um cargo de chefia, envolvem incerteza e concernem também à agência do indivíduo, *no entanto, nada seriam caso o quadro geral de relações não pudesse ser compreendido ou representado pelo sujeito como possível ou desejável*. É pouco vantajoso, nesse caso, fazer votos de exclusividade com a operação somática dos casos específicos em detrimento de explicações pertinentes ao tópico mais geral.

A implicação do indivíduo para com fatores sociais e históricos é uma tese que implica necessariamente uma compreensão distinta da antiga formula religiosa de “um valor para si”, em que atrela-se a intenção do agente à expressão duma entidade metafísica. Ela se atêm à compreensão do conjunto de efeitos que, apesar de não serem visivelmente “rastreadáveis”, estão relacionados ora como fatores de reiteração ora como fatores de distensão que possuem sentido e podem, por isso, serem explicados. Consequentemente, devemos entender a agência e até mesmo a racionalidade, como um fenômeno de contingência e não como expressão imanente, misteriosa e inatingível. Tal digressão teórica nos importa, justamente, para apontar de maneira lógica que não é sequer possível examinar de maneira séria e realista o problema do engajamento científico sem considerar que a socialização no mundo contemporâneo requer

um tratamento teórico, ou mesmo um *modelo sociológico*, que inscreva a transformação como realização condicionada de forma sistemática. Não o fazer resulta em mistificação. Isso posto, é um erro teórico grave analisar grupos de pesquisa e desenvolvimento avançado em ciência e tecnologia pondo no centro da problemática o auto-juízo as vezes cômodo e agradável que dos ‘agentes’ acerca de qualificações de superioridade coletiva, semelhantes aquelas duma aristocracia natural: de gênios, pessoas de destaque que impulsionam o saber por serem naturalmente habilidosos. O mérito não passa de um *discurso* sem fundamento enquanto não forem suficientes as razões sociais para se inferir que a mobilidade do indivíduo deve-se, preponderantemente, a realização de “sua vontade” ou trabalho, de modo que poderíamos enquanto sociólogos admitir que aqui e acolá há exemplos de destaque inexplicáveis ou naturais. Até lá, é pomos em conta a antiga, mas igualmente válida e provocativa, colocação de Walter Benjamin feita em 1913:

Portanto, camaradas, começamos a voltar-nos impulsivamente para nós mesmos. Tornamos a tão achincalhada juventude individualista dos super-humanos. Realmente não foi nenhum milagre termos nos bandeado jubilosos para o lado do primeiro que nos chamou a nós mesmos, que nos chamou ao espírito e à sinceridade. Esta com certeza foi a missão de Friedrich Nietzsche entre a juventude escolar: ele lhe apontou alguma coisa sobre o amanhã, o ontem e o hoje das tarefas escolares. Ela não conseguia mais carregar esse fardo. **E até mesmo essa ideia ela acabou transformando em pose afetada, já que sempre fora obrigada a proceder assim.**

Agora vou falar da coisa mais triste de todas. **Nós, que com Nietzsche quisemos ser aristocráticos, diferentes, verdadeiros, belos, não dispúnhamos de qualquer ordem embasada na verdade, de nenhuma escola de verdade. Muito menos temos um lugar da beleza. Já não dispomos mais de formas de dizer tu uns para os outros sem que isso soe vulgar. Em virtude das eternas poses ideias que a escola nos obriga a adotar, em razão de sua solenidade frouxa, tornamo-nos tão inseguros que já nem conseguimos mais ser livres e nobres ao mesmo tempo uns com os outros. Ao contrário: ou livres e ignóbeis ou nobres e cativos.**

Precisamos de uma comunidade bela e livre em que se possa falar das coisas gerais sem ser vulgar. Ainda não temos essa possibilidade, mas queremos criá-la para nós. Não nos pejamos de dizer que ainda temos de ser triviais quando falamos dessas coisas juvenis. (Ou temos de assumir um gestual acadêmico alheio ao mundo ou um gestual estético). Ainda somos tão incultos em nossa dimensão comunitária que a sinceridade se torna algo banal. (BENJAMIN, W. 2015)

6. BIBLIOGRAFIA:

ARENDT, Hannah. **A condição humana**, trad. Roberto Raposo, v. 7, 1983.

BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. Boitempo Editorial, 2015.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Zahar, 1994

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1999.

GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. **Carater e estrutura social a psicologia das instituições sociais**. Civilização Brasileira, 1973.

MCGAFFIN, William & KNOLL, Erwin. **O Escândalo do Pentágono**. 1974

MERTON, Robert K. **The sociology of science: Theoretical and empirical investigations**. University of Chicago press, 1973.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 3ºed. 1975.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

RAPPERT, Brian; BALMER, Brian; STONE, John. **Science, technology and the military: priorities, preoccupations and possibilities**.

Simmel, Georg. **A metrópole e a vida mental**. O fenômeno urbano.1979,P11-25

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 1961

7. ANEXO

TABELA1¹⁹.

NOME	DATA DA CONTRAÇÃO (MÊS-ANO)/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA / ANO FINAL	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	PROGRAMAS CHEFIADOS
Dr. Justin Sanchez; Sanchez, J. C.	?/2015 como Gerente de Programa; promovido em 05/2016 como Diretor de Escritório.	Doutorado e Mestrado em Engenharia Biomédica, Bacharel em Engenharia, formação integral pela Universidade da Florida . (2004	Foi Professor Associado ao Dep. de Engenharia biomédica na Universidade de Miami; diretor do Neuroprosthetics Research Group. Serviu antes como consultor para o NIH e o DoD.	i) Neuro Function, Activity, Structure, and Technology (Neuro-FAST); ii) Restoring Active Memory (RAM); iii) Restoring Active Memory (RAM) Replay; iv) Revolutionizing

19 As informações sistematizadas aqui foram coletadas a partir dos perfis dos pesquisadores no LinkedIn (><https://www.linkedin.com><), na plataforma Scopus (><https://www.scopus.com><), no site do DARPA (><https://www.darpa.mil/about-us/offices><).

				Prosthetics; v) Systems-Based Neurotechnology for Emerging Therapies (SUBNETS).
Dr. Alfred Al Emondi; Emondi, A. A.	06/2017 como Gerente de Programa.	Doutor em Neurociência pela Universidade Syracuse e Mestre em Engenharia Elétrica pela mesma Universidade. Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Wilkes. Pesquisador visitante na Universidade da Califórnia, São Francisco, no Centro Keek para Neurociência Integrativa. (2008)	Pesquisador Senior na SPAWAR Atlantic (Space and Naval Warfare System Center), foi antes Chefe do Escritório de Tecnologia e depois Gerente de Portfólio na mesma Agência. Já foi colaborador externo ao DoD. Escreveu para a Revista Scientific American.	i) Hand Proprioception and Touch Interfaces (HAPTIX); ii) Neural Engineering System Design (NESD); iii) Next-Generation Nonsurgical Neurotechnology (N3).
Dr. Blake Bextine; Bextine, B. R.	03/2016 como Gerente de Programa.	Doutor em Entomologia pela Universidade do Estado de Oklahoma, Pós-Doutor pela Universidade da Califórnia, Riverside. Mestre em Entomologia pela Universidade Técnica do Texas; Bacharel em Biologia pela Universidade de Iowa do Norte (University of Northern Iowa). (2005)	Foi Professor Associado ao Dep. de Biologia na Universidade do Texas, Tyler.	i) Advanced Plant Technologies (APT); ii) Insect Allies.
Dr. Brad Ringeisen; Ringeisen, B. R.	12/2016 como Gerente de Programa.	Doutor em “Chemical Physics” pela Universidade de Winconsin-Madison. Bacharel em Química pela Wake Forest University. (2000)	Durante 14 anos foi Chefe da Seção de Bioenergia e Biofabricação do Laboratório de Pesquisa da Marinha dos EUA. Foi Gerente de Ciência e Tecnologia da Agência de Defesa e Redução de Riscos (Defense Threat Reduction Agency).	i) Battlefield Medicine; ii) Microphysiological Systems (MPS);iii) Rapid Threat Assessment. iv) Pathogen Predators;

Dr. Christian Sund. Sund, C. J.	06/2018 como Gerente de Programa.	Doutor em Microbiologia e Imunologia pela Universidade da Carolina do Leste. Bacharel em Biologia pela Commonwealth Univesity. (?)	Foi líder do Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento “Bio-systems Team” do Laboratório de Pesquisa do Exército (Army Research Laboratory – ARL).	Não consta. ²⁰
Dr. Eric Van Gieson; Van Gieson, E. J.	08/2017 como Gerente de Programa.	Doutor em Engenharia Biomédica e Bacharel em Engenharia Química pela Universidade de Virgínia. (2002)	Foi Gerente-Senior de Ciência e Tecnologia, depois promovido para Chefe da Divisão de Diagnóstico e Prevenção de Doenças (Diagnostics and Disease Surveillance Division) na Agência de Defesa e Redução de Riscos. Foi Diretor de Pesquisa e Devolvimento em Diagnóstico e “Biosurveillance” na companhia MRIGlobal. Chefe e Diretor do Escritório de Pesquisas Estratégicas no Instituto Nacional de Pesquisas Estratégicas na Universidade do Nebraska. Juiz na Competição “Qualcomm Tricorder Xprize”.	i) Electrical Prescriptions (ElectRx).
Dr. Justin Gallivan; Gallivan, Justin.	01/2014 como Gerente de Programa.	Doutor em Química pela CalTech, Instituto Tecnológico da Califórnia. Bacharel em Química pela Universidade Illinois, Urbana-Champaign. Pós-doutor pelo Prêmio Nacional de Pesquisa do NIH, na CalTech.	Foi por uma década Professor Associado no Dep. de Química na Universidade Emory.	i) Biological Robustness in Complex Settings (BRICS); ii) Engineered Living Materials (ELM).

²⁰ Tudo indica que nesse caso específico o Programa ainda esteja em fase de contração de parcerias externas, já que Sund acabou de ser contratado pelo Departamento. Em seu perfil no endereço online do DARPA há a vaga referência aos tópicos de Bio-complexidade, Bio-sistemas, Biologia Sintética. Em seus artigos disponíveis na plataforma NBCI/PubMed é mais recorrente menções ao estudo da expressão e regulação genética em bactérias, especificamente: *clostridium acetobutylicum* e *escherichia coli*, características como fermentação, oxidação/stress e sobrevivência (time factors) são destacadas. Ambas são bactérias particularmente valiosas para fins comerciais e terapêuticos.

		(2002)		
Dra. Lori Adornato; Adornato, L. R.	07/2017 como Gerente de Programa.	Doutora em “Chemical Oceanography” pela Universidade do Sul da Florida. (2007)	Foi pesquisadora na SRI International (Stanford Reseach Institute) nas áreas de Engenharia-Química e Oceanografia.	i) Persistent Aquatic Living Sensors (PALS)
Coronel Matthew Hepburn; Hepburn, M. J.	?/2013 como Gerente de Programa.	Doutor e Bacharel em Engenharia Biomédica pela Universidade Duke. Fez Residência e especialização em doenças infecciosas no Centro Médico Brooke Army. (?)	Foi Diretor do “Medical Preparedness” na Secretaria Nacional de Segurança na Casa Branca. Foi Chefe do Escritório Médico durante a guerra contra o Iraque. Diretor de Pesquisa Clínica no Instituto de Pesquisa em Doenças Infecciosas do Exército. Trabalhou como Oficial de governo no Reino Unido. Foi Chefe da residência no Brooke Army.	i) Autonomous Diagnostics to Enable Prevention and Therapeutics (ADEPT); ii) Dialysis-Like Therapeutics (DLT); iii) In Vivo Nanoplatfoms (IVN) ; iv) Pandemic Prevention Platform (P3); v) Prometheus; vi) Technologies for Host Resilience (THoR) .
Dr. Paul Sheehan; Sheehan, P. E.	07/2017 como Gerente de Programa.	Doutor em “Chemical Physics” pela Universidade Harvard. Bacharel em Engenharia Química e de Materiais pela Universidade do Norte da Carolina, Chapel Hill. (1997)	Foi pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa no Laboratório de Pesquisa da Marinha. Sendo promovido para Diretor da Secção de Nanociência (Surface Nanoscience) e Sensores nesse mesmo laboratório. Alí permaneceu por mais de uma década.	i) Biological Control; ii) Friend or Foe.
Dra. Renee Wegrzyn; Wegrzyn, R. D.	?/2016 como Gerente de Programa.	Doutora em Biologia Molecular e Bioengenharia e Bacharel em Biologia pelo Instituto de Tecnologia da Geórgia. (2003)	Foi pesquisadora mo Centro de Segurança em Saúde do Centro Johns Hopkings. Foi “Senior Lead Technologist” na companhia Booz Allen Hamilton, onde prestou assessoria ao DARPA nas áreas de biosegurança, biodefesa, biologia sintética e etc. É Membro do Grupo de Assessoria Científica da	i) Living Foundries; ii) Safe Genes.

			companhia Revive & Restore, também é membro do Grupo de Assessoria em Biosegurança da companhia NTI (Nuclear Threat Initiative).	
Dr. Tristan McClure-Begley; McClure-Begley, T. D.	10/2017 como Gerente de Programa.	Doutor em Fisiologia e Bacharel em Comportamento Genético pela Universidade do Colorado, Boulder. Pós-doutorado na Escola de Medicina e no Centro Neuroproteomics da Universidade de Yale. (2010)	Foi Pesquisador Associado na Universidade do Colorado, depois promovido ao cargo de Professor Assistente no Dep. de Biologia Molecular, Celular e Desenvolvimento.	i) Targeted Neuroplasticity Training (TNT).

TRABALHOS

GT2 Instituições, comportamento político e políticas públicas



Conflitos sociais e políticos antes e pós-eleitoral em Moçambique

José Joaquim Franze¹

Pedro R. Bodê de Moraes²

GT-Instituições, Comportamento Político e Políticas Públicas

¹ Doutorando em Sociologia pela UFPR, Mestre em Sociologia e Mestre em Counseling pela Universidade do Zimbabwe. E-mail: josefranze1@gmail.com, CAPES.

² Doutor, professor adjunto do Programa, de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR.

Resumo

O presente artigo aborda a questão de conflitos sociais e políticos antes e pós-eleitoral em Moçambique. Ele vai cingir-se na análise do período que vai desde a realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias, realizadas em 1994 até as quintas eleições, realizadas em 2014, visando identificar o móbil desses conflitos sociais e políticos verificados, com o fito de chamar a reflexão das elites políticas e a sociedade civil em geral, no sentido de estancar a existência destes conflitos, dada as suas nefastas consequências para a imagem do país, por um lado. Por outro lado, para a credibilidade deste processo democrático. Para a efetivação deste trabalho, recorreu-se a pesquisa empírica, bibliográfica e análise documental. Importa salientar que fez-se uma breve análise sociopolítica das duas guerras ocorridas em Moçambique (guerra pela libertação nacional e a guerra civil), para melhor compreender como é que se deu o processo de transição democrática no país.

Palavras Chaves: Transição democrática. Conflitos sociais e Políticos. Partidos políticos e Democracia.

Introdução e Contextualização

Moçambique é um país, localizado no sudeste do continente africano e vem do confronto de duas guerras, a guerra pela independência nacional contra os portugueses, guerra essa, que durou cerca de 10 anos (1964- 1974) e em junho de 1975 é proclamada a independência nacional entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o Governo Português. Decorrido um ano, neste caso em 1976, eclodiu a guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), tendo durado cerca de 16 anos, saldando em milhares de vítimas humanas (BOUENE, 2005).

O principal intuito da guerra civil era a substituição do sistema do partido único (considerado como ditador e responsável pelas assimetrias sociais entre regiões sul, centro e norte do país) pelo sistema multipartidário. Com a pressão político – militar (FRELIMO X RENAMO) foi aprovada a Constituição de 1990 que facilitou a implementação do sistema multipartidário, dando espaço para a paz que veio a ser declarada em 04 de outubro de 1992, em Roma-Itália, entre a FRELIMO e a RENAMO, e consequente transição do sistema monopartidário para um Estado de Direito democrático e do multipartidarismo (NCOMO, 2004).

Em 1994, na sequência deste acordo de paz, realizaram-se às primeiras eleições presidenciais e multipartidárias em Moçambique, tendo se candidatado mais de 20 partidos políticos emergentes, aonde foi consagrado legítimo vencedor, o candidato do partido FRELIMO, com 53.30% de votos contra 33.73% de votos do candidato do partido RENAMO. Essas eleições foram consideradas como livres, justas e transparentes pelos observadores nacionais e internacionais, embora a RENAMO tenha reclamado fraude durante o pleito eleitoral (MAZULA, 2003).

Em 1999, a RENAMO volta a perder nas segundas eleições presidenciais, a favor da FRELIMO com 52.3% de votos contra 47% de votos, daí ela ameaça retornar a guerra civil, acusando a FRELIMO de fraude eleitoral em conivência com a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). Nestas eleições, os observadores internacionais igualmente acusaram a Comissão Nacional de Eleições de atuar de forma parcial e favorável à FRELIMO.

Na sequência desta inconformidade com os resultados eleitorais, a RENAMO organizou uma megamanifestação geral em todo o país, manifestação essa, prontamente reprimida pela polícia nas cidades da Beira (centro do país) e Montepuez (Província nortenha de Cabo Delgado),

tendo resultado nesta última província, “mais de uma centena de mortes nas celas policiais por asfixia” (LDH, 1999; MAZULA, 2003, p3).

Para além de acusação de fraude eleitoral, outras motivações das manifestações centravam-se no incumprimento por parte do governo da FRELIMO, do plasmado no Acordo Geral de Paz de 1992, uma vez que os requisitos para a celebração daquele acordo e cessação das hostilidades militares era efetivamente a implementação do multipartidarismo e a integração equitativa dos guerrilheiros da RENAMO nas forças de defesa e segurança de Moçambique, em 50% para a RENAMO e 50% para a FRELIMO, perfazendo um exército apartidário de 30 mil homens, sendo 15 mil por cada partido político (AGP, 14 out. 1992).

Embora aconteçam regularmente eleições presidenciais e parlamentares no país desde 1994 e autárquicas desde 1998, para cá, o processo democrático tem sido marcado por atos de violência e discursos belicistas de retorno à guerra entre os dois signatários do Acordo Geral de Paz, com violências constantes em períodos que antecedem e precedem as eleições, quer presidenciais e quer autárquicas, em que os membros e simpatizantes destes dois partidos se envolvem em pancadarias, motivadas por provocações mútuas. Nestes atos de violência, a polícia tem sido acusada de agir de forma parcial, optando pela detenção dos membros do partido na oposição.

É neste contexto que este artigo pretende compreender e identificar os motivos que estão por detrás das incertezas quanto à possibilidade de consolidação da paz e da democracia em Moçambique. Igualmente pretende se fazer uma análise comparativa entre o processo democrático moçambicano com o dos outros países africanos, com intuito de identificar ações concretas que podem ser levadas a cabo pelos governantes, partidos políticos, sociedade civil e a população moçambicana no geral de modo que a paz e a democracia no país sejam duradouramente consolidadas.

1. Processo de transição e a participação democrática em Moçambique

Moçambique, como já se disse, é um país africano que tem um histórico violento, pois passou por duas guerras, sendo a primeira contra os portugueses e a segunda foi o conflito armado, tendo esta última saldado em milhares de vítimas humanas, dentre elas, mortais, para além da destruição de infraestruturas sociais e econômicas, tornando o país mais pobre do mundo (PEREIRA, 2010).

As negociações pela paz em Moçambique, iniciaram em 1988 por intermédio da comunidade católica Santo Egídio e um ano depois, os presidentes do Zimbabwe e do Quênia, Roberto Mugabe e Daniel Moyo, respectivamente, encetaram sem sucesso as conversações com o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, visando criar condições de aproximação das partes em conflito para um diálogo sério com vista ao alcance da paz. Em meados da década de 90, ambas partes em conflito, aceitaram a intermediação da comunidade católica Santo Egídio como mediadora das negociações, tendo começado em Roma, capital Italiana (TOLLENAERE, 2006).

Já em 1992, com o amadurecimento das sucessivas negociações entre a FRELIMO, representada por Joaquim Chissano, então presidente da República e a RENAMO, representada por então saudoso Afonso Dhlakama, apadrinhadas pela comunidade católica Santo Egídio, foi possível a assinatura de acordos de paz em Roma, Capital Italiana, pondo termo ao conflito armado, dando passo rumo a um Estado de Direito Democrático. Em 1994, na sequência deste acordo de paz, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias no país (Idem).

Recordando que o processo de democratização teve início no Sul da Europa, tendo se espalhado para América Latina, em finais da década de 1970. Este processo, posteriormente teve reflexos em África, embora com uma interpretação e implementação difusa e equivocadas (LIMA; SÁ, 2013).

No entender de Rustow (1970), a democracia é o resultado da implementação consciente das regras e procedimentos democráticos por parte das elites políticas. Conforme o autor, existem paradigmas compostos por três momentos, nomeadamente: (i) momento de preparação, caracterizada pela luta de poder entre as elites políticas. Esta fase emerge do insucesso do anterior regime antidemocrático e vai até formação e edificação de instituições democráticas; (ii) momento da decisão, em que o novo sistema político entra em funcionamento, aceitando as regras de jogo democrático por parte das elites emergentes e (iii) momento de habituação de regras e procedimentos democráticos, quer por parte dos escrutinados, quer por parte dos eleitores, em que ambos ficam expectantes em ver seus conflitos resolvidos e seus interesses salvaguardados.

Na visão de Rustow (1970), o processo democrático emerge de duas dimensões, sendo a primeira, a incerteza quanto a sua concretização e a segunda inerente a decisão das partes em relação ao anterior regime autoritário, ao papel desempenhado pelas forças armadas durante o regime autoritário, a fase de transição, o papel de novos atores políticos e por último a realização das eleições multipartidárias. O processo de transição democrática em Moçambique partiu de um

diálogo entre as partes em conflito (FRELIMO e RENAMO), onde consensualizaram as garantias de perdão entre elas, avançando para a escolha de mediadores que foram responsáveis pela condução do processo de transição e implementação imediata do processo democrático, depois da assinatura do cessar fogo, culminando com a realização das eleições gerais para a escolha do governo pelo povo.

Moçambique e outros países africanos, passaram por longos conflitos até a sua democratização, mesmo o Brasil, nos anos de 1964 a 1985, passou por um período de ditadura militar, conhecida como os anos de chumbo. Em 1988, entrou em vigência a nova Constituição da República, conhecida como Constituição cidadã, que serviu como alavanca para a democratização do país, resgatando todos os direitos e garantias dos cidadãos, outrora desrespeitados. As novas leis foram sendo emanadas para permitir que o processo político decorresse num ambiente dialogante.

A semelhança do Brasil, Moçambique, como já se referiu anteriormente, passou por dois momentos sangrentos, sendo de 1964-1974, a guerra contra os portugueses e de 1976-1992, o conflito armado, mas depois de um logo período de diálogo entre os principais atores políticos, foi possível a assinatura de acordo de paz em 1992, onde o país passou a denominar se de “Estado de Direito Democrático “ e as leis foram sendo mudadas para adequar a realidade democrática, tendo em 1994, realizado as 1^{as} eleições gerais e multipartidárias, onde concorreram mais de 20 partidos políticos, sendo os mais representativos a FRELIMO e a RENAMO (BRITO, 2014). Esse período de transição (1990-1994) trouxe avanços significativos para a reconciliação nacional e a credibilidade do país perante a comunidade internacional, sem descurar os avanços registrados nas relações sociais e econômicas, dada a ausência de medo e insegurança.

Em África, a África do Sul representa um país, cuja transição democrática é tida como de muito sucesso a nível mundial, mesmo os seus processos eleitorais sempre foram caracterizados por uma transparência, evitando caos sociais, diferentemente de Moçambique, Zimbabwe, Angola, Guine Bissau, Mali, entre outros países africanos, em que o momento de pleitos eleitorais, em vez de constituir um momento de festa, tem se virado um momento de dor e luto para os seus povos, devido à violência letal praticada por membros e simpatizantes de partidos políticos, por um lado. Por outro lado, pelas próprias autoridades públicas em defesa de um determinado partido político. Por exemplo: as eleições de 30 de junho deste ano no Zimbábue³, saldaram em vítimas humanas,

³ <https://www.voaportugues.com/a/morreram-duas-pessoas-devido-%C3%A0-viol%C3%A2ncia-p%C3%B3s-eleitoral-em-harare-zimbabue/4509232.html>. Acesso em 23.08.2018.

dentre elas mortais. Esta violência foi protagonizada pela polícia, no momento em que os membros da oposição, acusavam a comissão eleitoral local de fraude a favor do partido no poder, ZANU PF e do seu candidato.

Outra violência brutal ocorreu no dia 29.08.2018, durante as eleições gerais no Mali, em que o chefe da assembleia de voto em plena atividade eleitoral, foi alvejado mortalmente por um indivíduo até ao momento desconhecido⁴

Voltando para Moçambique, nestas primeiras eleições gerais e multipartidárias de 1994, a FRELIMO consagrou se legítimo vencedor com 53.30% de votos contra 33.73% da RENAMO nas presidenciais e 44.33% da FRELIMO contra 37.78% da RENAMO nas legislativas (STAE, 1994), tendo a RENAMO não se conformado com os resultados, alegando fraude. Abaixo, a tabela ilustrativa dos resultados eleitorais das primeiras eleições gerais e multipartidárias em Moçambique, expressos em percentagens por cada candidato e seu partido político.

Tabela 1-Resultados das 1ªS Eleições Gerais e multipartidárias de 27-29 de outubro de 1994

Candidato e seu partido Político	Números de votos	Percentagens de votos
Joaquim Chissano (FRELIMO)	2.633.740	53.73%
Afonso Dhlakama (RENAMO)	1.666.965	33.73%
Wehia Ripua (PADEMO)	1.41.905	2.87%
Carlos Reis (UNAMO)	120.708	2.44%
Máximo Dias (MONAMO-PMSD)	115.442	2.34%
Campira Momboya (PACODE)	58.848	1.19%
Yaqub sibindy (PIMO)	51.070	1.03%
Domingos Arouca (FUMO-PCD)	37.767	0.76%
Carlos Jeque (Independente)	34.588	0.70%
Casimiro Nhamitambo (SOL)	32.0360	0.65%
Mário Machel (Independente)	24.238	0.49
Padimbe Kamat (PPPM)	24.208	0.49%

Fonte: Secretariado Técnico de Administração Eleitoral-STAE, 1994.

⁴ <https://observador.pt/2018/08/12/responsavel-de-mesa-de-voto-no-mali-morto-por-homens-armados/>. Acessado em 22.08.2018.

Nestas eleições, houve 6.148.842 eleitores registrados, dos quais 5.402.940 votos depositados, sendo 461.425 votos inválidos e 4.941.515 votos válidos.

As eleições gerais subsequentes, foram caracterizadas por altos índices de abstenções, conflitos sociais e políticos, manifestações violentas, carregadas de acusações de fraudes eleitorais e corrupção generalizada nas instituições públicas.

Conforme dados do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), nas segundas eleições de 1999, a FRELIMO consagrou-se vencer nas presidenciais com 52,3% de votos contra 47,7% da RENAMO. Em 2004, a mesma FRELIMO venceu com 63.7% contra 31.7% a RENAMO. Em 2009, a FRELIMO venceu com 75% de votos contra 16% da RENAMO. Em 2014, a FRELIMO, venceu com 57.03% contra 36.61 % da RENAMO.

As que mais trouxe maior violência letal foram as de 1999, onde na sequência destas manifestações, a Polícia deteve numa única cela centenas de manifestantes da RENAMO, na província nortenha de Cabo Delegado, cela essa, sem capacidade para tal, tendo se registrado centenas de óbitos por asfixia., tendo contrariado os ditames de um Estado de Direito Democrático.

Outrossim, desde as primeiras eleições gerais até as quintas eleições de 2014, a participação política foi caracterizada por uma aderência cada vez mais decrescente, com elevados números de abstenções, votos em branco e nulos.

A seguir a tabela ilustrativa dos resultados eleitorais desde 1994-2014.

Ano	Nº eleitores	Votantes	%	Abstenções	%	Votos em branco	%	Votos nulos	%	Votos validos	%
1994	6.146.842	5.402.940	87.9	745.902	12.1	461.425	8.5	—	—	4.941.515	91.46
1999	7.099.105	4.753.394	66.9	2.345.711	33.04	463.011	9.7	239.172	11.34	4.051.211	85.23
2004	9.871.949	3.329.167	36.4	5.812.984	63.6	96.684	2.9	130.997	3.9	3.144.168	94.4
2009	9.871.949	4.387.250	44	5.484.699	55.56	349.499	7.9	164.398	3.7	3.873.359	88.29
2014	10.964.978	5.333.665	48.6	5.631.313	51.4	290.186	5.4	213.310	3.99	4.830.169	90.5

Ano Nº de novos eleitores

1994	—
1999	950.263
2004	2.043.046
2009	729.798
2014	1.093.029

Fonte: STAE

Nos países onde as democracias não são consolidadas, caso de Moçambique, o seu exercício sempre apresentou muitos embaraços, porque o poder é controlado pelo mesmo partido que governou o país antes da democracia, continuando com o mesmo carácter na sua governação, embora tenha discursos democráticos, forma por si encontrada de persuadir a opinião pública.

É importante frisar que num Estado de Direito Democrático, toda atuação do poder público tem como fundamento, critério e limite a lei, ou seja, todas as instituições públicas, visam atender o interesse público em detrimento do interesse individual, de forma imparcial, mas nestes Estados africanos com democracias não consolidadas, o poder público atua em benefício individual ou grupal, onde o ser da oposição, representa enormes riscos para a sua progressão profissional. Nestes Estados, as eleições nunca foram transparentes, o que faz com que o partido que levou o país a independência permaneça no poder de forma eterna, e como não bastasse a forma de governação nunca se mudou tendo em conta a dinâmica do mundo atual, são casos de Zimbabwe, Angola, Guiné Equatorial, entre outros países africanos.

2. Origem de conflitos durante a participação democrática em Moçambique

O sistema político moçambicano é presidencialista, em que o presidente da República é: chefe do governo; Comandante em chefe das forças de defesa e segurança; alto magistrado da nação e ao mesmo tempo é presidente do seu partido. Ele tem poderes de nomear todos ministros, governadores, administradores, procurador geral da República, Juiz do supremo tribunal, Comandante Geral da Polícia, Chefe do Estado Maior General das Forças armadas, vezes sem conta é acusado pelos atores políticos na oposição de dificultar a atuação imparcial dos três principais poderes (legislativo, executivo e judicial), bem como atuação policial.

Moçambique, é um país que passou por várias fases violentas, sendo assim, conheceu vários momentos conturbados da sua criação como Estado, a semelhança de outros países africanos. A sua democratização sempre se mostrou como um processo inacabado, dificultando a sua construção e consolidação como Estado de Direito Democrático, sendo que o desafio que se impõe é a construção e consolidação da confiança mútua entre os proeminentes atores políticos (MAZULA, 2015).

Recordar que em 4 de outubro de 1992, Joaquim Chissano, então presidente da República de Moçambique e Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, depois de vários diálogos intermediados pela comunidade Católica Santo Egídio, assinaram o Acordo Geral de Paz, sob apadrinhamento do

governo Italiano, na presença de Roberto Mugabe e outros líderes Africanos. Este Acordo Geral de Paz (AGP) mais tarde viria a ser transformado em lei.

O próprio Acordo Geral de Paz, é um documento com caráter vinculativo em seus principais pontos, nomeadamente: (a) Protocolo 1 (dos princípios fundamentais); (b) Protocolo 2 (dos critérios e das modalidades para formação e reconhecimentos dos partidos políticos); (c) Protocolo 3 (dos princípios e das leis eleitorais); (d) Protocolo 4 (das questões militares); (e) Protocolo 5 (das garantias); (f) Protocolo 6 (cessar fogo); (g) Protocolo 7 (da conferência dos doadores).

Neste acordo, ambos atores políticos comprometeram-se a respeitar a unidade nacional, a legitimidade das eleições multipartidárias, tanto como os princípios de democracia internacionalmente reconhecidos e a estabilidade política como garantia do desenvolvimento socioeconómico.

É neste contexto que dois anos depois da assinatura deste acordo, concretamente entre 27 e 29 de outubro de 1994, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas, em que participaram doze candidatos, tendo sido vencidas pela FRELIMO.

Este acordo Geral de Paz, como um documento base para a cessação das hostilidades militares, possui compromissos consensuais e vinculativas entre as partes envolvidas, mas a realidade mostra que alguns princípios foram e estão sendo violados de forma flagrante, colocando em causa o processo democrático e a paz moçambicana. São exemplos elucidativos destas violações do acordo, constantes embaraços no desarmamento dos guerrilheiros da RENAMO e sua integração no exército e noutras forças de defesa e segurança moçambicana, devido a desconfiança mútua dos atores políticos, ficando límpido que um dos objetivos do Acordo Geral de Paz não foi cumprido e as partes continuam sem consenso nesta matéria, por um lado.

Por outro lado, os processos eleitorais sempre foram caracterizados por reivindicações e desconfianças desde 1994 a 2014, nos quais a RENAMO sente-se sempre injustiçada e roubada em quase todos pleitos eleitorais. Em 1998, a RENAMO decidiu não participar das primeiras eleições autárquicas, exigindo a alteração das formas de descentralização alegadamente impostas pela FRELIMO, tanto como da própria lei eleitoral e constituição dos órgãos eleitorais, como forma de tornar o processo cada vez mais credível e transparente. Em 1999, a RENAMO, protestou os resultados eleitorais alegando fraude em todo o processo e exigia a nomeação de seus governadores em seis províncias onde alegava ter ganho, nomeadamente: Sofala, Manica, Zambezia, Tete, Nampula e Niassa. Essa exigência não foi ouvida pela FRELIMO, simplesmente a FRELIMO

propôs a RENAMO a fazer parte de Conselho de Administração de empresas públicas (BRITO, 2014).

De acordo com Mendes (2005), na perspectiva sócio-política, a crise política, é vista como um rompimento coletivo do sentido compartilhado das funções sociais coletivas, de natureza meramente de ordem social, dos valores e crenças considerados como comuns a todos os membros da sociedade. A crise política como acima fez se referência, foi se agudizando de eleições para eleições, motivada pela falta de confiança mútua entre os atores políticos e pela desconfiança dos órgãos eleitorais na orientação do processo eleitoral de forma transparente e justa, ou seja, a RENAMO em todos os processos eleitorais sempre acusou a FRELIMO de influenciar os órgãos eleitorais através dos seus membros responsáveis pelo processo, alegadamente porque todos os representantes da Comissão Nacional de Eleições (CNE), tanto como do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral são oriundos do partido FRELIMO.

Desta feita, de eleições pós eleições, a RENAMO, através do seu braço armado, tem vindo ameaçar tomar o poder a força nas províncias onde sempre alega vencer, desde as eleições de 1994-2014, posto isso, tem vindo a mobilizar os membros e simpatizantes do seu partido no sentido de manifestarem se perante o governo da FRELIMO. Durante estas manifestações, ainda que legais no âmbito da lei das manifestações vigente em Moçambique, tem sido prontamente repelidos pela Polícia, causando detenções dos mesmos. Em 2012, este processo considerado absurdo pelo partido RENAMO, fez com que se estendesse braço de ferro entre as duas forças militarizadas tal como aconteceu em 1976.

A crise política em Moçambique sempre ocorreu nas vésperas de pleitos eleitorais, por exemplo em 2012, a RENAMO impôs uma série de exigências para que se realizassem eleições autárquicas do dia 20 de novembro de 2013, porque na sua opinião, sem paridade de membros na Comissão Nacional de Eleições e no Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, entendia que a FRELIMO já havia de forma antecipada ganho as eleições, via fraude. Exigia igualmente a composição da Comissão Nacional de Eleições na sua maioria por membros dos partidos com assento parlamentar e menor número da sociedade civil, alegadamente porque a própria sociedade civil é representada por organizações influenciadas por partidos políticos, o que foi deliberadamente impugnado pela FRELIMO, sendo assim a RENAMO novamente recusou-se a participar destas eleições autárquicas a semelhança de 2008.

Nestas eleições autárquicas de 2013, concorreram em todas autarquias do país, a FRELIMO e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), neste período, a RENAMO pressionava a FRELIMO por meio do seu braço armado, pressão essa que fez com que as eleições autárquicas decorressem no ambiente de medo e insegurança, mostrando sinais de que as eleições presidenciais de 2014, decorreriam no meio de conflito armado.

Conforme Tsandzana (2015), o grande problema das eleições moçambicanas é o fato de que depois de um conflito eleitoral, somente sentam na mesma mesa de diálogo para resolver suas diferenças políticas, os dois atores políticos, que coincidem com os mesmos que protagonizaram o conflito armado e como não bastasse com seus braços armados, sem abertura de opiniões de outros políticos e da sociedade cível, dada a sua relevância para o interesse público. O autor salienta que, mesmo com esta sentada a dois, todos os processos eleitorais sempre foram caracterizados por acusações de desaparecimento de editais, boletins de voto, enchimento de urnas, o que mostra uma total ausência de preparo de partidos políticos na organização de todo o processo. Por outro lado, mesmo com a paridade de membros nos órgãos eleitorais, a RENAMO nunca ganhou as eleições e a crise sempre tem se intensificado.

Em 2014, depois de perder as eleições gerais, a RENAMO, volta a exigir de forma ameaçadora a nomeação dos governadores nas seis províncias que tradicionalmente ganha eleições. Face a ameaça de retorne a guerra, a FRELIMO, voltou a ter um diálogo com a RENAMO, com três pontos de agenda, nomeadamente: (a) a governação das províncias ganhas pela RENAMO; (b) despartidarização do Estado e (c) desarmamento da RENAMO e consequente integração dos seus guerrilheiros nas forças armadas de Moçambique, conforme o Acordo Geral de Paz de 1992, assinado pelos mesmos atores políticos.

Um dos problemas que emanam dos órgãos eleitorais moçambicanos, na visão da RENAMO é a partidarização dos órgãos eleitorais, o que implica a sua ação a favor do partido FRELIMO. Ainda mais, os órgãos eleitorais (Comissão Nacional de Eleições-CNE e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral-STAE) são acusados de evitar o recenseamento das populações nas áreas de maior influência do partido RENAMO, impedindo a sua participação em pleitos eleitorais, como alternativa de evitar votos contra si (FARIA, 1999; CHICHAVA, 2010).

A par disso, outras acusações se prendem com o tratamento desigual na canalização de fundos do nível central para os Municípios, onde se constatou se que os municípios pequenos sob gestão da FRELIMO, partido no poder, beneficiam de grande apoio se comparado com outros sob

gestão da oposição, tanto em termos quantitativos, como em termos de rapidez no desembolso de valores, são exemplos de alguns municípios da província de Gaza sob gestão da FRELIMO, comparado com a cidade da Beira que está sob gestão da Oposição (FORQUILHA, 2007).

De acordo com Tsanzala (2016), um dos problemas que comprometem o exercício da democracia em Moçambique é a intolerância política que se verificada no país. Esta intolerância política tem estado a vitimar políticos e cidadãos que pensam de forma contrária em relação aos ideais de detentores do poder. Exemplo disso é o assassinato, ocorrido em 08 de outubro de 2016, de Jeremias Pondeca, membro do Conselho de Estado, supostamente pela sua verticalidade nas negociações para a consolidação da paz. Neste contexto de assassinato, tem se aumentado a desconfiança da existência de esquadrão da morte, considerado como criminosos bem organizados pelas elites políticas, para executar membros e simpatizantes de partidos políticos ou pessoas que defende posições contrárias as elites políticas no poder.

Considerações finais

Muitos países africanos, possuem ainda democracias não consolidadas, ou seja, as suas leis constitucionais não funcionam, permanecendo na pratica atitudes autoritárias.

A falta de confiança mútua entre os principais atores políticos africanos, bem como a ausência de respeito pelas diferenças de ideologias políticas estão por detrás destes conflitos sociais e políticos.

A institucionalização popular da fraude eleitoral concorre para o elevado nível de abstenções em todas eleições moçambicanas.

O radicalismo das elites dos partidos na oposição aumenta com os custos de oportunidade em assumir cargos públicos ou simples admissão na administração pública, por falta de reconciliação nacional entre os atores políticos signatários de Acordo de Paz.

A má implementação do Acordo Geral de Paz em Moçambique, mormente ao desarmamento e integração equitativa dos guerrilheiros da RENAMO nas forças de defesa e segurança, é responsável pelas constantes ameaças em momentos eleitorais, dado ao fato dos grandes protagonistas destes conflitos terem ainda seus braços armados.

A intolerância política prevalecente em muitos países africanos, como Moçambique, Zimbabwe, Angola, Mali, concorre para a perpetração generalizada da violência antes e pós-eleitoral, uns em defesa do poder, outros exigindo a justiça social.

As elites políticas no poder deviam considerar a participação de outros atores políticos como um passo importante para o aprofundamento da democracia no país e não a diabolização dos membros de partidos na oposição.

A pratica recorrente da violência política representa uma incapacidade de resolução das diferenças via diálogo e isso vem comprometendo uma convivência democrática, contrariando os ditames de um Estado de Direito Democrático.

Uma das melhores formas de evitar constantes conflitos ligados a fraude eleitoral em África e em Moçambique em particular, seria a introdução do sistema de voto eletrónico, para além de aprofundar cada vez mais a descentralização de poderes.

Referências bibliográficas

Acordos Gerais de Paz. Lei n 15/ 92, de 14 de outubro de 1992.

BRITO, Luís. **Uma reflexão sobre o processo de Paz: Desafios para Moçambique**: IESE, Maputo, 2014.

CHICHAVA, Sérgio. **Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana**. Cadernos do IESE, Maputo, 2010

FARIA, Fernanda et al. **Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique**. Maputo, 1999.

LIMA, Maria Regina. Soares de; HIRST, Monica (Orgs). **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novos Desafios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MAZULA, Brazão. **A Universidade na lupa de três olhos: Ética, Investigação e Paz**, Imprensa Universitária. Maputo, 2015.

MAZULA, Aguiar. Quadro institucional dos distritos municipais: **Autarquias Locais em Moçambique - Antecedentes e Regime Jurídico**. Maputo, 1998.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Imprensa Nacional de Moçambique. Maputo, 1990.

NCOMO, Barnabe Lucas. **Urias Simango – um homem, uma causa**. Maputo: Createspace, 2004.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;

PEREIRA, Anthon. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, João. “Antes o „diabo” conhecido do que um „anjo” desconhecido”: as limitações do voto econômico na reeleição do partido FRELIMO. *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), p. 419-442, 2008.

RUSTOW, Dankwart Alexander. **Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model.**

Reviewed work(s): Source: *Comparative Politics*, Vol. 2, No. 3, pp. 337-363, 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/421307>>. Acesso em 23 de setembro de 2017

TOLLENAERE, Joanna. **Apoio a democratização de Moçambique pós-conflito: intenções e resultados-relatório de trabalho 37. Projeto de transição democrática na sociedade em sistema de pós-conflito.** Institute-Netherlands Institute of International Relations, 2006.

SOARES, Gláucio Ari. **A Democracia Interrompida.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.



O PAPEL DO PODER LEGISLATIVO: uma revisão

Luiza Brandes de Azevedo Ferreira¹

GT 2 – Instituições, comportamento político e políticas públicas

¹ Mestranda em Sociologia Política pela UFSC, e-mail: luizabaf@gmail.com, bolsista CNPq.

RESUMO: A concepção predominante na literatura especializada que trata da relação Executivo/Legislativo no Brasil é de que, em âmbito federal, o processo decisório é dominado pelo Poder Executivo, enquanto o Congresso se comportaria mais como uma espécie de instância homologatória. Contudo, estudos recentes têm demonstrado que o Legislativo brasileiro não pode ser bem avaliado apenas como aprovador de leis do Executivo. O objetivo desse trabalho é revisar o papel do poder Legislativo no processo decisório do presidencialismo de coalizão brasileiro. Para tal, primeiro apresenta-se um levantamento dos diagnósticos dos estudos legislativos. Em seguida os debates que se instalaram sobre eles. E, por fim, os principais achados dos estudos que se centraram na participação do legislativo na produção legal. Conclui-se que o poder Legislativo tem papel relevante na produção legal mesmo nos projetos de autoria do Executivo, através de emendas, e que esse poder tem ganhado preponderância nos últimos anos.

Palavras chave: Poder Legislativo; estudos legislativos; processo decisório.

Introdução

O objetivo deste trabalho é revisar o papel do poder Legislativo brasileiro no presidencialismo de coalizão, para tal, apresenta-se um levantamento dos estudos legislativos que traçaram os contornos mais gerais da configuração do processo decisório no sistema político nacional, levado em consideração os incentivos que as regras institucionais criam para o comportamento dos atores.

Na primeira seção apresenta-se dois diagnósticos do trabalho vinculados aos estudos legislativos. Os estudos primeiros estudos partem dos incentivos eleitorais e veem o Legislativo como um entrave para a democracia. Por outro lado, os estudos que dão relevância aos incentivos internos ao processo decisório avaliam que o Executivo é dominante na arena legislativa, e tem poderes para fazer o Legislativo cooperar.

Contudo, tanto a capacidade de dominar quando a do Legislativo cooperar tem sido alvo de intensa divergência. Na segunda seção apresenta-se os principais debates em torno desta questão.

Por fim, focaliza-se nos estudos que se centraram na atuação do Legislativo. A partir deles é possível avaliar que o Legislativo tem papel relevante na produção legal mesmo nos projetos de autoria do Executivo, através de emendas, e que esse poder tem ganhado preponderância nos últimos anos.

1. Estudos Legislativos no Brasil

Os estudos legislativos compõem a área da Ciência Política em que mais se desenvolveram pesquisas no Brasil e que mais exerceu influência no âmbito da política comparada. Embora o que o nome pode sugerir, eles não se restringem ao poder Legislativo. Esse campo foi sendo definido de forma incremental a partir de uma série de estudos que abrangem todo o sistema político. Ancorada sob a concepção neoinstitucionalista, podemos dizer que, de modo mais geral, essa área buscou avaliar a influência das instituições na atuação dos políticos (FREITAS; VASQUEZ, 2017). A questão fundamental que orientou a literatura que perpassa os 30 anos desde a nova ordem constitucional, engendrada a partir da constituição de 1988, era saber se e em que condições seria possível sustentar a governabilidade democrática no país, a partir da relação entre Executivo e Legislativo, nas bases do que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão.

Os primeiros estudos construídos nessa seara se deram por autores comparativistas e brasilianistas, para os quais, os sistemas político e eleitoral adotados no país foram considerados nocivos à estabilidade da democracia. Destaca-se nesse primeiro momento a influência de Juan Linz, um dos maiores críticos do presidencialismo. Segundo esse autor, dadas as principais características do sistema presidencialista: 1) legitimidade democrática do presidente, que precisa ser eleito pelo voto popular; 2) tempo fixo do mandato presidencial (LINZ, 1990), nada garantiria o alinhamento político entre os interesses do chefe do Estado e os do poder Legislativo. Assim, caso a maioria dos congressistas divergisse das preferências adotadas pelo presidente, o que seria provável, a relação entre os poderes se daria de forma conflituosa, podendo trazer resultados dramáticos, pois, “não existe um princípio democrático sobre qual dos dois realmente representa a vontade do povo, para resolver as disputas entre o executivo e a legislatura” (Linz, 1990, p. 63, tradução minha²).

As regras eleitorais também dariam seu quinhão para tornar a governabilidade tortuosa. Os estudos de Scott Mainwaring (1991; 2001) e Barry Ames (2001) são emblemáticos nesse sentido. Segundo eles, o processo decisório no país seria problemático principalmente porque as regras eleitorais geram: 1) conexões eleitorais distintas, levando os congressistas a perseguirem políticas paroquialistas enquanto o chefe do Estado buscaria políticas de cunho nacional; 2) falta de disciplina partidária, decorrente do sistema proporcional de lista aberta que fortalece a figura do político em detrimento do partido,

² No original: “no democratic principle exists to resolve disputes between the executive and the legislature about which of the two actually represents the will of the people”.

levando os políticos a atuarem de forma individualista; 3) o multipartidarismo extremo, que dificultaria a formação de coalizões estáveis. Desse quadro resultaria uma relação conflituosa entre os dois poderes, com excesso de *veto players*³ (AMES, 2001; MAINWARING, 1997; LAMOUNIER; 1992; ABRANCHES, 1988).

O ponto nodal dessa perspectiva é caracterizado pela influência da abordagem norte-americana chamada distributivista⁴. Dela deriva a aposta de que a fraqueza dos partidos na mediação dos políticos, observada na arena eleitoral, se repetiria no Congresso. Orientados pela ambição de serem reeleitos os parlamentares agiriam como atores unitários buscando aprovar políticas que beneficiem seus eleitores, também chamadas *pork*⁵, o que divergiria da agenda do Executivo que visa aprovar políticas mais amplas.

Diante desses incentivos institucionais, as expectativas de governabilidade são baixíssimas, o que se espera são: ineficiência de alocação de recursos, entraves constantes, tendências à paralisia decisória e, até mesmo, colapso do sistema. O Executivo enfrentaria muitas dificuldades para aprovar sua agenda diante de um Congresso recalcitrante e ávido por recursos e políticas que beneficiem seus redutos eleitorais. Para reverter esse quadro os presidentes teriam de se valer de recursos que debilitassem ou excluíssem o Congresso, abusando de sua capacidade legislativa, especialmente pela edição de medidas provisórias (PALERMO, 2000).

Em contraposição, os estudos seminais de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi produzidos inicialmente entre 1995 e 1998⁶, desafiaram a leitura acima colocada. Inspirados pelos estudos legislativos norte-americano deram contribuição original para o debate da governabilidade no país ao destacar a importância de se considerar as variáveis internas ao processo decisório para avaliar o funcionamento das instituições democráticas e os incentivos que elas criam para o comportamento dos atores envolvidos. A partir da observação das regras de distribuição dos recursos políticos que organizam as relações interpoderes e a demonstração empírica de seus desdobramentos, essa literatura chama atenção para duas

³ *Veto players*, ou atores com poder de veto, de acordo com Tsebelis (2009), são atores cuja concordância é necessária para a alteração do *status quo* (legislativo).

⁴ A corrente distributivista considera que os partidos não tem papel relevante na organização do processo legislativo nem nas preferências dos eleitores ou congressistas, de modo que para colher bens eleitorais, especialmente a reeleição, os congressistas teriam preferência por políticas com benefícios concentrados em seus eleitores, e custos dispersos na população (MAYHEW, 1974; SHEPSLE, 1978 *apud* MELO, 2016).

⁵ *Pork*: *Pork* ou *pork barrel* é o conceito utilizado na Ciência Política para se referir à política cujos benefícios econômicos ou serviços são concentrados em uma área circunscrita geograficamente, ou seja, localista, ao mesmo tempo que seus custos são disseminados.

⁶ Período em que os autores desenvolveram o projeto de pesquisa “Terra Incógnita” de que resultaram vários artigos posteriormente compilados no livro de 1999: *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*, que está sendo utilizado aqui como principal referência. Ainda que muitas das questões defendidas no livro tenham sido recolocadas em diversos textos que o sucederam, não houve modificações substanciais.

questões centrais: *os poderes legislativos do presidente e a organização dos trabalhos parlamentares.*

Figueiredo e Limongi (1999) destacam que a constituição 1988 não significava um retorno à constituição de 1946, que vigia quando as relações entre Executivo e Legislativo traduziram-se em paralisia decisória, imputada como principal causadora do golpe militar de 1964 (SANTOS, 1973). Ainda que se tenha mantido o sistema de governo: regime presidencialista e o sistema eleitoral: multipartidário e proporcional de lista aberta, essas características não exauririam as regras que passaram a vigorar sob o novo texto constitucional à influenciar os atores políticos (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; LIMONGI, 2010; SANTOS, 1997). De acordo com Fabiano Santos (1997), que compara a constituição de 1946 e à de 1988, havia, no primeiro período, um Legislativo com prerrogativas decisórias importantes, fazendo com que a agenda política fosse uma *agenda compartilhada*. Por outro lado, com a redemocratização, o autor avalia que o alargamento dos poderes do Executivo, conferidos pela constituinte, tornou a agenda política uma *agenda imposta* por esse poder.

Ressaltam-se, das regras conferidas pela nova carta magna que estabeleciam amplos poderes ao Executivo, o monopólio nos projetos que versam sobre medidas orçamentárias e tributárias, além da preservação de algumas das medidas de fortalecimento do presidente adotadas durante o regime militar, como a capacidade de editar medidas com força de lei, antes chamadas decreto-lei e agora medidas provisórias, bem como a prerrogativa de solicitar urgência às matérias de sua autoria e possibilidade de vetar, total ou parcialmente os projetos aprovados pelo Congresso. Deste quadro resulta, conforme esses autores, “que o Poder Executivo, em virtude de seus poderes legislativos, comanda o processo legislativo, minando assim o próprio fortalecimento do Congresso como poder autônomo. O resultado é a atrofia do próprio Legislativo e a predominância do Executivo, principal legislador de *jure* e de fato” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 41).

O poder legislativo do presidente estaria confirmado empiricamente, pois, o controle do Executivo seria traduzido em altas taxas de sucesso⁷ e dominância⁸ nos projetos propostos por esse poder. A taxa de dominância média encontrada pelos autores é em torno de 85,6% e a de sucesso é superior a 70% entre 1988 e 2006 (LIMONGI, 2006).

Outro fator que contribui para a preponderância do poder Executivo, ainda de acordo com Figueiredo e Limongi (1999), é a organização interna do próprio Legislativo. Dada a

⁷ A taxa de sucesso representa o percentual de projetos de iniciativa do Executivo aprovados em relação ao total de projetos de iniciativa do Executivo.

⁸ A taxa de dominância representa o percentual de projetos de iniciativa do Executivo aprovados em relação ao total de projetos aprovados.

configuração montada pelos regimentos do Congresso, ao contrário do que era previsto pela perspectiva anterior, o processo decisório ocorreria por princípios partidários. Os autores defendem que as regras das atividades legislativas centralizam os recursos nos líderes partidários tornando-os capazes de controlar, organizar e orientar as votações em plenário, principal lócus de deliberação. De acordo com essas regras, os líderes também determinam, junto aos presidentes das casas, quais as matérias que irão à votação e podem solicitar urgência para apreciação dos projetos. Assim, mesmo que as regras eleitorais produzam efeitos que enfraquecem os partidos em prol da figura do político, estes seriam anulados pelas regras no interior do Congresso, que tornam escassas as possibilidades de os parlamentares influírem nos trabalhos legislativos se não através dos partidos e da formação de maioria.

A concepção partidarista do funcionamento interno do Congresso, baseada no controle dos recursos centralizados nos líderes, bem como o reflexo desta no sucesso do Executivo, têm como indicativo as altas taxas de disciplina partidária⁹, observadas nas votações nominais. Segundo Limongi em “mais de 90% das votações, pelo menos 80% dos deputados votavam com a maioria de seu partido” (LIMONGI, 2010) isso resultaria na previsibilidade dos resultados nas votações e aumento da certeza de apoio à agenda do Executivo.

A concentração do processo decisório no Executivo e líderes partidários dotariam esses atores da capacidade de determinar o tempo e a temática do que será votado, conferindo poder de agenda ao Executivo sob os trabalhos no legislativo. O poder de agenda é fundamental para garantir que os projetos sejam devidamente processados pelas casas legislativas, permitindo a tomada de decisão e o funcionamento do governo. Sobre isso, os autores sintetizam:

O poder Executivo domina o processo legislativo porque tem poder de agenda e esta agenda é processada e votada por um poder Legislativo organizado de forma altamente centralizada em torno de regras que distribuem direitos parlamentares de acordo com princípios partidários. No interior desse quadro institucional, o Presidente conta com os meios para induzir os parlamentares à cooperação. Da mesma forma, parlamentares não encontram o arcabouço institucional próprio para perseguir interesses particularistas. Ao contrário, a melhor estratégia para a obtenção de recursos visando a retornos eleitorais é votar disciplinadamente (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 22-23).

Assim, os presidentes não precisariam negociar com os parlamentares individualmente para a provação de sua agenda. Eles construiriam sua base de apoio

⁹ A disciplina partidária um índice calculado de acordo com a proporção de deputados que vota de acordo com a indicação do líder nas votações nominais.

formando coalizão com o Congresso através de distribuição de pastas ministeriais entre os partidos como forma de obter maioria¹⁰. Ou seja, na prática o presidencialismo não seria colocado em risco pelo multipartidarismo, nem funcionaria de forma radicalmente diversa do parlamentarismo¹¹. Sendo assim, são injustificadas as previsões deletérias sobre esse sistema de governo, em comparação ao parlamentarismo, enquanto formador de agenda dual e conflitiva entre Executivo e Legislativo.

A partir da formação de coalizão os dois poderes agiram em conjunto para aprovar a agenda do Executivo, estando esse último institucionalmente capacitado para formar e forçar a cooperação dos parlamentares. Desse modo, não se deveria falar em agenda do presidente, nem mesmo em agenda do Executivo, mas em *agenda do governo* ou *agenda da maioria* (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009). Nesse sentido argumenta Limongi:

Se o presidente é o principal legislador, não segue que este subjugue o Congresso. A maioria deve se mostrar capaz de coordenar as ações dos dois ramos do poder e, sendo assim, à maioria legislativa pode interessar delegar a iniciativa legal ao presidente. Dado o quadro institucional vigente, essa é a melhor estratégia para a maioria. Em lugar de usurpação, teríamos um tipo de delegação (LIMONGI, 2010).

Sob esse ponto de vista, as medidas provisórias, que antes foram vistas como ferramenta utilizada pelo Executivo para obstruir a ação do Congresso, enquanto ação unilateral, passa a ser vista enquanto delegação de “poderes legislativos ao Executivo visando superar problemas de ação coletiva, coordenação e instabilidade das decisões” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 126) aos quais o parlamento estaria sujeito. Porém, essa delegação só seria efetiva se houvesse o apoio da maioria do Congresso, caso contrário, as medidas provisórias seriam passíveis de serem substancialmente alteradas e rejeitadas, assim como os outros projetos de lei (LIMONGI, 2010).

A partir das constatações de Figueiredo Limongi, depreende-se que o papel do Legislativo no processo decisório, dado que em “última análise, a atuação dos parlamentares é circunscrita aos limites definidos pelo governo”(LIMONGI, 2010), se limitaria à coordenação dos parlamentares para a votação disciplinada nos projetos de lei do Executivo. Desse modo, compreende-se que existe um baixo esforço legiferante dos congressistas.

Por seu turno, mesmo o presidente tendo amplos poderes, a governabilidade depende fortemente da disciplina dos congressistas que compõem os partidos apoiadores do governo.

¹⁰ Essa afirmação é baseada nas demonstrações de Abranches (1988) e Amorim Neto (1995).

¹¹ Mas é preciso considerar que no presidencialismo as coalizões minoritárias ou a perda de apoio parlamentar não resulta na queda automática do chefe de governo. A eminência de queda do governo ou ameaça de renúncia aumentaria os custos dos parlamentares votarem contra o governo, de modo que no parlamentarismo os impasses raramente se traduzem na derrota do governo em plenário (AMORIM NETO, 2000).

Isso quer dizer que problemas de gerenciamento e negociação da coalizão, podem levar à perdas significativas no apoio e até oposição ao Executivo.

2. Debates

Como se buscou demonstrar, na seção anterior, os poderes legislativos do presidente seriam confirmados, de acordo com Figueiredo e Limongi (1999), pelos indicadores de taxa de sucesso e taxa de dominância, enquanto que a centralização e organização partidária no Congresso seria representada pela taxa de disciplina. Contudo, a forma como as taxas são avaliadas e as interpretações delas derivadas têm sido fonte de debate e divergência na literatura.

A taxa de sucesso do Executivo seria superestimada por duas razões: 1) o Executivo antecipando a ação dos congressistas não enviaria projetos cuja derrota fosse prevista. Portanto, a taxa não consideraria a agenda latente do Executivo que deixa de ser enviada (AMES, 2001); 2) não levaria em conta as transformações que os projetos de lei do Executivo sofrem pelas alterações que são feitas pelos Congressistas (AMES, 2001; SAMUELS, 2011).

A taxa de dominância também vem sendo questionada. Ainda que menos polêmica, posto que diante das prerrogativas de iniciativa exclusiva do Executivo em importantes matérias legais, naturalmente que esse poder prevaleceria no total de projetos propostos, de acordo com Suely Araújo e Rafael Silva (2012), do total de projetos iniciados pelo Executivo entre 2003 e 2010, 48% dos projetos tratavam de temas cuja iniciativa é compartilhada, ou seja, a maioria dos projetos dispõe sobre temas cuja iniciativa é exclusiva do presidente. No mesmo sentido, os atores afirmam que das leis produzidas após 1988¹², 42% versavam sobre temas pontuais, como abertura de crédito e outras autorizações, portanto, tinham conteúdo pouco significativo em termos de capacidade legislativa.

Especificamente os projetos de lei orçamentária (PLN) são regidos de forma que fazem com que as taxas de sucesso e dominância do Executivo se elevem. Esses projetos são de iniciativa exclusiva do Executivo e tratam comumente do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e da própria lei orçamentária anual que é chamada de “peça de ficção” por estar sempre sendo mudada pelo Executivo, o que gera um número excessivo de projetos¹³. Esses projetos, contudo, dificilmente são rejeitados pelos parlamentares posto que rejeita-los

¹² O artigo não informa a o ano final que abrangeu a análise.

¹³ A partir de um levantamento dos projetos de origem do Executivo por tipo de legislação, no site da Câmara dos Deputados, foi possível verificar que, entre 2003 a 2016, 31% eram projetos de lei orçamentária (PLN).

implica na não possibilidade de propor um projeto alternativo, ao passo que a melhor maneira de o Legislativo influenciá-los é através de emendas¹⁴ (MELO, 2016).

De forma mais contundente, a afirmação de que regras internas do parlamento seriam capazes gerar um processo de decisão partidarizado e centralizado nos líderes, com ênfase no indicador de disciplina partidária para comprovar essa tese, também tem sido objeto de intenso debate e objeção. Essa perspectiva insularia o poder Legislativo dos incentivos externos, não considerariam as diferenças estruturais das organizações partidárias (PERES; CARVALHO, 2012) e trataria disciplina e coesão como equivalentes (MELO, 2016).

Em relação aos incentivos que incidem sobre a atuação parlamentar, a primeira linha interpretativa, abordada na seção anterior, afirmava que as regras eleitorais levariam os congressistas a atuarem de forma individual e perseguirem políticas de tipo *pork*. Já a segunda perspectiva abordada, defende que os incentivos desagregadores do sistema eleitoral seriam revertidos pelas regras internas das casas legislativas que forneceriam incentivos centralizadores levando à atuação partidária dos congressistas. Carlos Pereira e Bernardo Muller (2003), contudo, defendem que ambos os incentivos coexistem atuando como forças antagônicas no cálculo do voto dos legisladores. A busca por ganhos distributivistas seria reforçada pelo próprio Executivo, pois o

padrão partidário de comportamento parlamentar está estreitamente associado a três elementos institucionais básicos: aos poderes legislativos assegurados constitucionalmente ao presidente; à centralização do processo decisório dentro da Câmara; e principalmente à centralização da distribuição de recursos orçamentários controlados pelo Executivo, recursos estes utilizados pelos parlamentares nas suas respectivas arenas eleitorais para maximizar suas chances e estratégias de sobrevivência política. O Executivo tem usado a distribuição dos recursos para recompensar legisladores fiéis, aprovando suas demandas locais, e ao mesmo tempo punir os parlamentares que não seguem suas preferências, negando-lhes com mais frequência o acesso a tais recursos (PEREIRA; MULLER, 2003).

Assim, mesmo que parlamentares queiram ganhar recursos para investir no seu eleitorado os autores não concordam que isso levaria a atuação individual dos parlamentares. Na verdade, o Executivo sabendo que eles importam para os parlamentares faria uso estratégico desses recursos para incentivar o comportamento partidário. Portanto, para Pereira e Muller (2003,), existe um falso dilema colocado entre esses dois incentivos.

Por outro lado, os autores acima chamam atenção para outras estratégias, menos custosas do que votar contra um projeto, que podem ser utilizadas pelos parlamentares nas votações nominais, que não são consideradas na taxa de disciplina, a abstenção e a ausência.

¹⁴ Contudo, há várias restrições às emendas nesse tipo de projeto.

De acordo com o relato de um membro do ministério citado por Pereira e Muller (2003), a maior dificuldade do governo não seria conseguir apoio aos projetos, mas conseguir quórum necessário para aprova-los.

Além disso, a disciplina partidária explicaria mais sobre o funcionamento do plenário do que sobre a relação do Executivo com o Legislativo, posto que a fidelidade partidária não significa concordância destes com o Presidente em uma determinada política, mas com o líder. Como pondera Palermo:

Definitivamente, não parece correto avaliar certezas e incertezas analisando somente o trecho final da formulação de uma lei, ou seja, sua votação na Câmara - a disciplina medida levando-se em consideração como votam os deputados uma vez que os líderes se pronunciaram sobre uma matéria. Isto dá certezas no que se refere ao funcionamento do Plenário (embora também sejam registradas exceções significativas), o que sem dúvida representa um bem político de extraordinário valor, mas não dá certezas ao presidente ou ao Executivo na hora de decidir lançar ou formular uma política que suponha tratamento legislativo (PALERMO, 2000, on-line)

Por fim, Figueiredo e Limongi (1999) ao tratar da disciplina, acabam por colocá-la como equivalente à coesão. Contudo, enquanto disciplina diz respeito à capacidade que o partido tem para controlar os votos de seus membros em um parlamento, a coesão corresponde à similaridade de preferências, ou proximidade ideológica, entre os membros de um determinado partido ou coalizão. Assim, quando a coalizão for formada por partidos ideologicamente próximos, a tendência é que esses partidos sigam a mesma orientação nas votações, não necessariamente porque são disciplinados, mas porque suas preferências são convergentes. Já quando a coalizão é heterogênea, os partidos da coalizão podem ser atraídos pela oposição em votações cujas preferências destes sejam mais próximas.

Isso quer dizer que coalizões formadas por partidos não contíguos ideologicamente podem aumentar as chances de os projetos não estarem de acordo com as preferências médias dos partidos da aliança, levando a perdas de apoio dos congressistas sem que haja diminuição da disciplina partidária. Aparentemente foi isso que ocorreu nos últimos momentos do mandato de Dilma Rousseff, período no qual “as taxas de disciplina em relação ao governo caíram para cerca de 60%, as taxas de disciplina em relação aos partidos se mantiveram estáveis nos patamares de 80%” (FREITAS; VASQUEZ, 2017).

Esse fato também evidencia que o comportamento no Legislativo é de fato partidário. Assim, a coordenação do Executivo com o Congresso se dá através dos partidos políticos, tal como prevê a solução para governos multipartidários pelo presidencialismo de coalizão. Como vimos a cooperação entre essas duas instâncias pode ser facilitada pelas regras que

regulam o processo interno de tomada de decisão, especialmente as ferramentas de que dispõe Executivo e a centralização da organização parlamentar nos líderes. Contudo, essa parece ser uma condição *necessária*, mas não *suficiente* para garantir o sucesso do Executivo.

3. O Poder Legislativo em foco

Para além da coordenação das votações disciplinadas e dos incentivos que os parlamentares têm para votar a favor dos projetos iniciados pelo Executivo, por quais outros meios pode ser expressa a participação do Legislativo? Se como afirma Limongi (2010), a agenda do governo é uma agenda negociada e construída pela maioria, qual o papel do Legislativo nesse processo? De forma mais específica, de que maneira podemos ver como esse poder opera na elaboração das leis e até que ponto podemos considerar que o Legislativo é menos relevante que o Executivo nessa arena?

Embora não se possa descartar a possibilidade de os congressistas buscarem conquistar políticas de tipo *pork* visando retornos eleitorais, diversos estudos tem reiterado que esse tipo de política tem pouco espaço na preferência dos congressistas (AMORIM NETO, 2003; RICCI, 2003).

Amorim Neto e Santos (2003) analisaram todos os projetos dos deputados transformados em lei entre 1985 e 1995, bem como os que foram apresentados em 1995. Quanto aos convertidos em lei, a conclusão é que possuem, majoritariamente abrangência nacional, ou seja, afetam indiscriminadamente todos os grupos de cidadãos, estados regiões e municípios (72,4%); trazem mais benefícios do que impõe custos (49,1%); e tratam de questões sociais (57,1%). Quanto aos projetos apresentados pelos deputados, os resultados apontam no mesmo sentido. Ou seja, a maioria tem abrangência nacional (72,4%), efeitos benéficos (55,5%) e versam sobre matéria social (57,1%). Além de propor projetos de abrangência nacional de cunhos social, o Congresso é a principal arena de conformação dos projetos oriundos do Executivo.

Como se viu na seção anterior, a tese da preponderância do Executivo seria superestimada a partir da ênfase dada nas taxas de sucesso e dominância. Em primeiro lugar, a taxa de sucesso não considera existência de intervenções feitas pelos parlamentares nas propostas oriundas do Poder Executivo. Os legisladores possuem a sua disposição recursos institucionais de promover emendas ou substitutivos que permitem promover alterações nos textos das proposições apresentadas, o que de fato ocorre.

Márcia Cruz (2009) avalia que dos 191 projetos de lei de autoria do poder Executivo apresentados entre 1999 e 2006, que foram transformados em lei, mais de 76% receberam emendas ou substitutivos dos congressistas. De acordo com a autora, as alterações realizadas no Congresso ocorreram tanto em projetos que tramitaram no plenário como nas comissões, e independente de terem recebido pedido de Urgência. Cruz (2009) afirma, no entanto, que a aprovação ou não das emendas propostas aos projetos geralmente dependerá do parecer do relator lhes ser favorável ou não. Segundo a autora, isso é importante para o governo, pois, o relator de projeto que tramita em plenário é escolhido presidente da Câmara, ao passo que o relator de projeto que tramita em comissão é nomeado pelo presidente da comissão, que normalmente são membros da base governista. Por isso, conclui:

Em muitos casos, o relator age como um ator institucional, ou seja, como um representante do governo no Congresso, papel fundamental no processo de elaboração do texto a ser aprovado no Congresso. Nestes casos, o Legislativo não atua como um órgão separado e conflitivo com o Executivo, mas como parte do governo (CRUZ, 2009, p.103).

Por outros meios, Andréa Freitas (2016) também chega numa conclusão parecida. A autora avalia que existe uma relevante participação do Legislativo a partir da alteração dos projetos de lei do Executivo. Conforme seu levantamento, entre 1995 a 2010 cerca de 40% dos dispositivos do texto final legal foram inseridos pelos legisladores. A autora defende que essas alterações se dariam por cooperação pela maioria governista.

Rafael Freitas (2010), também analisa as alterações feitas pelo Legislativo nos projetos do Executivo e avalia que elas ocorrem pelo compartilhamento da agenda entre Executivo e Legislativo, cujo ator preponderante passa a ser a maioria Legislativa. O autor afirma, no entanto, que o predomínio da maioria não significa exclusão da minoria do processo decisório. Nesse mesmo sentido Samuel Moura (2011) também sustenta que a oposição também participa da produção legislativa, obtendo relatoria e alterando as leis de maneira quase que proporcional às cadeiras que ocupa no Congresso.

Também é comum que se superestime o poder do Executivo pela prerrogativa de edição de medidas provisórias, por esse tipo de dispositivo ter força de lei no momento de sua publicação, ou seja, antes mesmo da aprovação do Congresso. Contudo, o Legislativo pode modificar esses projetos, e isso é bastante frequente, através de Projeto de Lei de Conversão (PLV), o que inclusive torna a aprovação das medidas provisórias (doravante MP) mais frequente. Conforme Jacobsen (2016):

O percentual de conversão em lei de MP com PLV é de 90,7% nos três governos (Lula I com 91,8%, Lula II com 89,1% e Dilma com 90,8%). E o percentual de conversão em lei de MP sem PLV baixa para 72,7% (Lula I

com 88,2%, Lula II com 73,9% e Dilma com 40,4%). Há também a presença ou não de vetos aos PLVs apresentados pelo Legislativo. Ora, a média de apresentação de vetos é de 48,1% (Lula I com 35,6%, Lula II com 58,2% e Dilma com 56,2%). Se a casa de percentual de apresentação de PLV pelo Legislativo nos três governos é de aproximadamente 60%; a casa de apresentação de vetos aos PLVs é de 50% (Jacobsen, 2016, p. 156).

Sob esse ponto de vista, podemos notar que o poder Legislativo tem papel bastante expressivo na formulação de leis, cuja observação de entrada e saída dos projetos não permite captar. Além disso, uma modificação nas regras de apreciação das medidas provisórias tem sido considerada importante na alteração na participação desse poder. A EC 32 de 2010 alterou a tramitação das medidas provisórias impedindo que elas sejam reeditadas indefinidamente e condicionou a validade legal do ato à aprovação explícita da matéria pela maioria. A emenda determina que, quando uma medida provisória não tiver sido examinada pelo Congresso após 45 dias de sua edição, ele entrará automaticamente em regime de urgência trancando a pauta para outras votações. Na prática, esse dispositivo força os parlamentares a se posicionarem sobre a MP dentro de um curto prazo. Contudo, ao contrário da esperada a EC não levou à diminuição das MP, mas ao trancamento constante das votações no Congresso.

De acordo com Fernanda Machiaveli (2009), esse fenômeno tem levado os parlamentares a buscar influenciar o processo de aprovação dos projetos por outros meios. Nas comissões os projetos que tramitam de modo conclusivo oferecem maiores oportunidades de atuação dos membros parlamentares. Migrar para essas instâncias tem sido alternativa que permite contornar o Plenário sempre trancado.

Em estudo recente, Acir Almeida (2016) defende ter ocorrido uma importante alteração nos padrões de delegação legislativa ao Executivo. Avaliando as leis não orçamentárias iniciadas pelo Executivo e pelo Legislativo, que foram convertidas em lei entre 1989 a 2014, o autor verifica uma diminuição da dominância do Executivo e consequentemente um aumento do protagonismo legislativo do Congresso com o do crescimento de lei originárias desse poder a partir de 2002. Ao mesmo tempo, ao observar os projetos de leis ordinárias de acordo com a arena principal em que ocorreu a deliberação (plenário, comissão ou ambos), entre 1990 e 2014, o autor verifica um aumento na aprovação dessas leis pelas comissões, em caráter conclusivo¹⁵, especialmente a partir de 2005. Isso resultaria no distanciamento do modelo de organização parlamentar centralizado nos líderes

¹⁵ Quando não ocorre deliberação em plenário.

da maioria, para um modelo descentralizado nas comissões, onde as minorias parlamentares são mais influentes. De acordo com Almeida, isso ocorreu por dois motivos:

(i) as coalizões de governo terem passado a incluir preferências políticas mais heterogêneas e, na média, menos distintas das preferências da minoria opositora; e (ii) o localismo fiscal ter diminuído entre os deputados federais. Essas duas mudanças ocorreram por meio de dinâmicas distintas, a primeira na forma de quebra em relação ao padrão que vigorara até 2002, de coalizões relativamente mais homogêneas, e a segunda, de mudança gradual, ao longo do pós-1988¹⁶ (ALMEIDA, 2016).

Assim, o aumento da heterogeneidade das coalizões e a maior importância das comissões, ocorridos nos últimos anos, poderiam estar induzindo um realinhamento das forças entre Executivo e Legislativo com dispersão de poderes, aumentando a relevância do Legislativo no processo decisório.

Mas, se como se viu, por um lado, a dispersão de poderes visto na agenda compartilhada entre Executivo e Legislativo foi considerada uma questão fundamental para a ingovernabilidade e colapso do sistema que vigia sob a constituição de 1946 (SANTOS, 1997), por outro lado, o desequilíbrio nos poderes concedidos em favor do Executivo na constituição de 1988 tornaria a governabilidade possível (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Assim, podemos considerar que esse possível realinhamento eleva os *veto players* e pode incentivar impasses intragovernamentais?

¹⁶ O localismo fiscal diz respeito aos parlamentares que buscam políticas distributivas. O autor avalia a queda desse tipo de atuação pela combinação da diminuição de eleitos por votação dominante (concentrada em poucos municípios) e decréscimos das emendas orçamentárias destinadas a municípios, que seriam característicos do localismo fiscal.

REFERÊNCIAS:

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 31, no 1, 1988, pp. 3-55.

ALMEIDA, Acir. A política da mudança institucional processo legislativo no Brasil pós-1988. **ANPOCS**. 2016.

AMES, Barry. **The Deadlock of Democracy in Brazil**. The University of Michigan Press. 2001.

AMORIM NETO, Octavio. Cabinet formation and party politics in Brazil. In: **XIX Congresso da Latin American Studies Association**, Atlanta, 1995.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, conselho eleitoral e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582000000300003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000300003>.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.

ARAÚJO, S.; SILVA, R. Reflexões e Novas Agendas de Pesquisa para os Estudos Legislativos no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, v. 2, n. 1, p. 58–74, 2012.

CRUZ, Márcia Rodrigues. **Legislativo transformador?** As modificações do Legislativo nos projetos de lei do Executivo. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Centro de Formação da Câmara dos Deputados, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**, Rio de Janeiro, FGV. 1999.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Poder de agenda e políticas substantivas. In: **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**, Belo Horizonte, Editora UFMG. 2009.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos CEBRAP**. v.36, n. 03, p.79-97. 2017.

FREITAS, Andréa. **O Presidencialismo da Coalizão Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

FREITAS, A.; VASQUEZ, V. Estudos legislativos no Brasil. **Cadernos Adenauer**, n. 2, p. 169–194, 2017.

FREITAS, Rafael. **Poder de agenda e participação legislativa no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo. 2010.

JACOBSEN, Helen L. G. **Interação estratégica entre os poderes executivo e legislativo: as Medidas Provisórias editadas nos mandatos de Lula e Dilma (2003-2014)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

LAMOUNIER, Bolívar. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In REIS VELLOSO, João Paulo dos. **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. In: CEBRAP no.76 São Paulo Nov. 2006.

LIMONGI, Fernando. Estudos legislativos. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência**. n. January, p. 1–27, 2010.

LINZ, Juan J.. The perils of presidentialism. **Journal Of Democracy**, Cambridge, v. 1, n. 1, p.51-69, jul. 1990.

MACHIAVELI, Fernanda. **Medidas Provisórias: os efeitos não antecipados da EC 32 nas relações entre Executivo e Legislativo**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAINWARING, Scott, P. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada. **Novos Estudos Cebrap**, 29, p. 34-58. 1991.

MAINWARING, Scott, P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV. 2001.

MELO, Rafeal. C. **A Preponderância Legislativa do Executivo no Presidencialismo de Coalizão**. Tese (Doutorado), Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

MOURA, Samuel. **MAIORIAS, MINORIAS E OPOSIÇÃO: PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA NO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO BRASILEIRO**. Dissertação (Mestrado) - Ciência Política. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000.

PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. RELIGANDO AS ARENAS INSTITUCIONAIS: UMA PROPOSTA DE ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS NOS ESTUDOS LEGISLATIVOS **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 81-106, out. 2012 p. 81-106, 2012.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a instalação eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582003000400004&lng=&nrm=iso>. acesso em 08 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S001152582003000400004>.

POWER, Timothy J.. Presidencialismo de coalizão e o design institucional no Brasil: o que sabemos até agora?. In: SATHLER, André; BRAGA, Ricardo (Org.). **Legislativo pós-1988: reflexões e perspectivas**. Brasília: Edições Câmara. Cap. 1. p. 15-46. 2015.

RICCI, Paolo. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 4, p. 699-734, 2003.

SAMUELS, David. Ambición política, reclutamiento de candidatos y política legislativa en Brasil. **Postdata**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 16, n. 2, dic. 2011.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3. 1997.

TSEBELIS, George. **Atores com poder de veto**: como funcionam as instituições políticas.
Rio de Janeiro, Editora FGV. 2009.



Criação e trajetória de novos partidos no sistema partidário brasileiro: o caso do Partido da Mulher Brasileira (PMB)

Larissa H. G. Kerber Macedo¹

GT 2 – Instituições, Comportamento Político e Políticas Públicas

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: larissahgkerber@gmail.com. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

1 Introdução

Em uma matéria, do dia 15 de julho de 2017, o jornal *O Estado de São Paulo* descreve o problema da fragmentação partidária no Brasil, o texto afirma que “a multiplicidade de partidos ideologicamente inconsistentes e de baixíssima representatividade é um mal que em algum momento precisa ser enfrentado”. Em outra matéria, de 13 de junho de 2018, a revista *Exame* ressalta que o Partido da Mulher Brasileira (PMB), “apesar do nome, [...] lançou nesta terça-feira, 12, um homem como pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul”. De fato, o debate sobre fragmentação do sistema partidário brasileiro e seu baixo nível de representatividade é tema recorrente na literatura jornalística. Não apenas nos jornais, mas também em vários trabalhos da ciência política voltados para o caso brasileiro, sublinha-se como o nível de fragmentação partidária é latente no legislativo. Todavia, novos partidos continuam surgindo no Brasil. Entre os anos de 2011 e 2015, oito partidos são registrados oficialmente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). PSD, PPL, PATRI, PROS, SD, NOVO, REDE e PMB surgiram em um sistema partidário que, no presente, soma 35 partidos nominais. Dentre esses novos partidos, como visto acima, está o Partido da Mulher Brasileira (PMB), o último a ter estatuto deferido. O caso do PMB é um tanto curioso, como ressalta uma matéria do jornal *Folha de São Paulo*, de 28 de agosto de 2017. “O PMB, nascido no fim de 2015, chegou a reunir 24 deputados, em suas primeiras semanas de existência. No entanto, perdeu quase todos os parlamentares durante a janela de troca de legenda aberta em 2016”. Esse exemplo mostra a emergência de se buscar analisar mais a fundo esses partidos – no presente trabalho, o PMB especificamente².

Os partidos políticos são engrenagem fundamental no funcionamento dos regimes democráticos modernos. Cientistas políticos, desde o início do século XX, levantam esforços para compreender como os partidos surgem. Isso é reflexo, também, do reconhecimento da literatura em relação à importância dessas instituições para a democracia. A literatura internacional apresenta, em termos gerais, abordagens que enfatizam a gênese dos partidos como externa às instituições (pressões de baixo, demandas provindas da sociedade) ou de origem interna às instituições (pressões de cima, mobilização de elites políticas, constrangimento de regras). No que tange à literatura específica sobre o caso brasileiro, houve

² O trabalho em questão é um esforço analítico inicial que está situado em um recorte maior de uma pesquisa em andamento, a qual pretende analisar novos partidos no sistema político brasileiro, considerando a fragmentação do mesmo sistema e os partidos criados entre 2011 e 2015. Para o *Seminário de Sociologia e Política da UFSC* e, mais especificamente, para o *GT2 - Instituições, Comportamento Político e Políticas Públicas*, será apresentado, então, o caso do PMB, um dos oito partidos que estão com estudo em desenvolvimento.

uma grande produção teórica em torno da formação de partidos contextualizada nas condições políticas existentes no processo de redemocratização pós-ditadura militar.

Na conjuntura política atual, com uma Câmara Federal fragmentada, novos partidos – pequenos ou grandes – passam a apresentar mais relevância do que antes. Analisar a criação e trajetória desses partidos é, portanto, um trabalho significativo. O PMB não é exceção ao caso. Desse modo, dentro do contexto exposto, como entender o Partido da Mulher Brasileira? Há coerência entre a realidade do partido e as demandas as quais ele se propõe a corresponder?

Tendo em vista o problema apresentado, a pesquisa se inicia com uma revisão teórica sobre a literatura internacional e nacional que aborda o processo de formação dos partidos; como também, com um levantamento bibliográfico de trabalhos sobre fragmentação partidária no que diz respeito ao caso brasileiro. Em seguida, busca-se analisar, especificamente, o caso do Partido da Mulher Brasileira (PMB) a partir da análise estatística descritiva de dados. Para tanto, é feito um levantamento de dados com informações sobre: filiados; a trajetória da legenda na Câmara dos Deputados; e os candidatos(as) a deputado(a) federal pelo partido nas eleições 2018. Procura-se apontar o vínculo entre o que o PMB propõe como objetivo de ação – representação feminina – e a realidade da legenda nos dados encontrados. Por fim, há uma breve conclusão a respeito das questões abordadas.

2 A origem dos partidos modernos e a abordagem sociológica sobre criação dos sistemas partidários

Pasquino (2009) afirma que a democracia moderna é pensada a partir da consideração de que os partidos são elemento central para sua própria existência. Sartori (1982, p. 48) reitera que:

(...) os partidos que são partes (no plural) encontraram sua razão de ser essencial e seu papel insubstituível na implementação do governo representativo e sensível. Os partidos tornaram-se os meios de expressão juntamente com a processo de democratização da política. Ao mesmo tempo, o governo responsável tornou-se “sensível” precisamente porque os partidos ofereceram os canais para articulação, comunicação e implementação das demandas dos governados. Foi, então, a progressão cumulativa e autossustentada da facção para o partido, do governo responsável para o governo sensível, e do partido parlamentar para o partido eleitoral, que estabeleceu a função fundamental, o papel funcional e a situação sistemática dos partidos.

Nesse sentido, quanto à gênese dos partidos modernos, Duverger (1980) afirma que esse fenômeno pode ter sido alavancado no interior da estrutura parlamentar da Europa do século XIX, com deputados mobilizados em grupos organizados no contexto dos colégios eleitorais; e, em contrapartida, com grupos externos ao parlamento, os quais se organizaram fora dessa

estrutura em defesa de interesses outros que não os da elite política parlamentar. O que passou, posteriormente, a predominar no século XX foi a criação de partidos de massa³.

Ressalta-se que Duverger (1980) se refere a uma trajetória histórica ocidental europeia. Enfatiza-se, em *Os Partidos Políticos*, que em novas democracias (tendo em vista o contexto geopolítico internacional da primeira metade do século XX) “o desenvolvimento de partidos está em harmonia com o primeiro tipo descrito [partidos de origem endógena]” (ibid., p. 33). Em sua perspectiva, os partidos de massa seriam o modelo partidário que caracteriza o perfil do partido moderno do início do século XX, sendo estes de origem exógena.

Ainda sobre origem dos partidos modernos, Sartori (1982) apresentou, em seu trabalho, a seguinte questão: “como passamos do partido aristocrático, fechado no grupo parlamentar, para o partido eleitoral, voltado para fora do grupo e, em última análise, orientado para democracia?” (ibid., p.41). Para o autor, essa reconstituição pode ser feita com clareza: o governo responsável, perante um parlamento, passa a se tornar responsável perante o olho popular – estando ele atento à voz do povo e sendo influenciado pelo mesmo⁴. Por esse prisma, portanto, os primeiros partidos modernos canalizaram pressões que se originam da sociedade. Percebe-se que, ao invés de colocar o partido no papel de porta-voz de uma elite política, Sartori afirma que a instituição representava, inicialmente, demandas externas. Para ambos (DUVERGER, 1980; SARTORI, 1989), portanto, os partidos modernos se formam devido à emergência de demandas externas à estrutura parlamentar da época, às pressões providas da esfera social. A expansão do sufrágio, nesse caso, apresenta papel fundamental para canalizar preferências que se encontravam no plano popular, as quais eram marginais aos interesses das elites políticas.

Esse processo de agregação de preferências de grupos sociais também é explorado por Lipset e Rokkan (1967). Os autores, porém, enfatizam como oposições e conflitos de agremiações sociais dicotômicas culminam em sistemas partidários no século XX. A partir de

³ Duverger (1980) define sua tipologia sobre partidos políticos como se segue: partidos de massa (origem exógena) e partidos de quadro (origem endógena). Partidos de massa apresentam uma organização interna rígida, a partir de uma gênese extraparlamentar, com forte doutrinarismo e subordinação alta por parte dos seus membros; partidos de quadro são originados de um contexto parlamentar, com estrutura nacional descentralizada e com ausência de critérios de adesão que sejam claros.

⁴ O autor sistematiza uma sequência de mudanças estruturais político-institucionais, as quais foram os principais motores de influência para criação dos partidos políticos modernos. Sartori (1982, p. 41) afirma que esses fatores são organizados desta forma: (1) O que havia anteriormente era um governo responsável, caracterizado pela estrutura parlamentar e orientado internamente, o qual, devido ao (2) sufrágio, passa a ser cada vez mais marcado pela (3) formação de partidos eleitorais (granjeadores de votos). À medida que esse processo se torna mais expressivo, o governo, que era responsável, torna-se (4) sensível, e, com o advento da (5) solidificação de um sistema partidário, o (6) governo passa, também, a ser partidário. Por último, (7) o voto se torna generalizado com a expansão do sufrágio, o que incentivou a (8) formação de partidos de massa (orientados externamente).

uma leitura da trajetória histórica da formação de clivagens sociais, é proposta uma abordagem essencialmente sociológica sobre a formação de sistemas partidários. Enquanto a Revolução Francesa fomentou um conflito profundo entre Estado e Igreja, a Revolução Industrial traz consigo divisões profundas entre os interesses do rural e do urbano, e interesses agrícolas *versus* interesses industriais, além de gerar conflitos dentro da próprio complexo urbano-industrial, os quais seriam entre os empregadores burgueses e os trabalhadores. Essa explicação predominantemente sociológica é feita em torno de uma perspectiva macro. Os sistemas partidários são analisados a partir de sequências históricas, considerando como ponto de partida as linhas de divisões de agrupações e interesses de clivagens sociais na consolidação do Estado-nação. Os partidos, portanto, devem ser entendidos dentro desse processo de formação, eles são resultado da estruturação de sistemas partidários a partir de pressões existentes em conflitos na esfera social.

Diferentemente da abordagem sociológica os trabalhos da seção subsequente são derivados de um processo de desenvolvimento teórico que se inicia em meados do século XX, o qual busca o retorno das instituições como variáveis fundamentais para reformulação do método e das teorias na ciência política. Há nesse retorno, portanto, a ênfase de que “as instituições importam”. Os partidos, nessa perspectiva, originam-se em função das elites políticas e a partir de estratégias endógenas a instituições pré-estabelecidas; ademais, a racionalidade dos atores passa a ser fundamental para compreender a linha argumentativa dessas teorias.

3 Uma abordagem teórica voltada para instituições: o método da escolha racional e a origem dos partidos

Em meados do século XX, o comportamentalismo econômico passa a ser interesse de estudo de alguns analistas políticos (ARROW, 1951; DOWNS, 1957; BLACK, 1958; RICKER, 1962; BUCHANAN e TULLOCK, 1962). Pode-se afirmar que um dos trabalhos mais importantes que marcam o início do processo de desenvolvimento dessa política analítica formal encontra-se em Downs (1957). Sua perspectiva concebe o comportamento dos atores no jogo político a partir de premissa básica de racionalidade dos indivíduos, os quais articulam suas preferências e escolhas com base na maximização da utilidade. No modelo downsiano, portanto, a ação dos atores é estrategicamente dirigida, os indivíduos atuam no sistema tendo em vista a lógica do custo-benefício. Esse comportamento dos atores no interior do sistema político é premissa que funciona como semente para futuros trabalhos da teoria da escolha racional (DIERMEIER e KREHBIEL, 2010).

O novo institucionalismo surgiu em resposta à abordagem comportamentalista que predominava nas ciências sociais no cenário internacional pós Segunda Guerra Mundial (PERES, 2008; RIBEIRO, 2012). Esses trabalhos marcam uma nova abordagem a partir de esforços teóricos que procuram enfatizar a importância das instituições. Há uma procura por mudança de perspectiva, a qual fuja de uma ótica sociológica. Logo, o estudo sobre os partidos e sua criação não é exceção. Diermeier e Krehbiel (2010) assinalam que as teorias institucionais são melhor identificadas como construções base para a formulação de teorias mais gerais. O institucionalismo como metodologia, nesse caso, pode ser visto como a pesquisa que toma um desenho institucional como dado - exógeno ao modelo - e define fixos os postulados de comportamento dos atores, para que, assim, possa ser analisado o equilíbrio resultante dos arranjos institucionais estudados. Enquanto este último modelo se refere a teorias institucionais - instituições exógenas⁵ -, a leitura a partir da teoria das instituições pressupõe que algumas instituições são objeto de ação coletiva, da escolha estratégica dos atores e, por isso, com origem funcional a determinados objetivos orientados racionalmente - instituições endógenas.

Os trabalhos desenvolvidos por Aldrich (1995) e Cox (1987), por exemplo, retomam a questão sobre a criação dos partidos no contexto político dos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX⁶ e da Inglaterra do século XIX a partir da abordagem neoinstitucional, explicando a formação dos partidos como endógena à estrutura de regras no contexto parlamentar. Para Aldrich (1995), os partidos foram escolhidos como a melhor opção devido a sua maior probabilidade de alcançar os objetivos dos seus membros, o que resolve o problema de ação coletiva devido à criação de um equilíbrio institucional⁷. Isso posto, a criação dos partidos é endógena, e consequência das ações das elites políticas que estão situadas no congresso. Os partidos políticos são, nessa perspectiva, funcionais à estratégia dos agentes que se encontram dentro do escopo institucional político.

⁵ Instituições exógenas ao modelo, consideradas como “dadas”, remetem justamente a defesa de que “as instituições importam”. Pierson (2004) afirma que a estruturação do comportamento pelas instituições se daria por diversos mecanismos. As instituições estabelecem as regras do jogo das lutas políticas e influenciam na tomada de decisão dos atores. As escolhas dos atores políticos são endógenas ao contexto institucional no qual eles estão inseridos. O arranjo institucional tanto restringe as preferências, como também as molda e as estrutura.

⁶ Aldrich (1995) trabalha em seus estudos com os partidos Federalista e Republicano, o desenvolvimento dos partidos de massas durante o período histórico já citado e, também, as características dos Democratas, Whigs e Republicanos.

⁷ Aldrich (1995) afirma que a teoria da escolha racional, com o passar dos anos, passa a focar em esforços teóricos para explicar a questão da ação coletiva nos sistemas partidários. É no cerne dessa questão que se encontra sua explicação para a origem dos partidos políticos. Muito mais do que canalizadores da pressão popular, os partidos surgem como um instrumento de agregação de preferências, o qual é muito mais benéfico para os seus membros - no sentido de ganhos eleitorais - do que se os mesmos estivessem agindo sozinhos. Em suma, os membros de um partido têm mais a ganhar sendo parte dele do que aderindo a uma coalizão ou atuando independentemente. Estar em um partido reduz a incerteza dos resultados do jogo político.

Cox (1987), por sua vez, estuda a relação executivo-legislativo no século XIX, e aponta como mudanças no aparato institucional – regras sobre procedimentos parlamentares – refletiram em um congresso orientado para partidos. Ao se iniciar uma transição institucional que priorizava as questões de governo em detrimento dos interesses individuais dos parlamentares, os membros do parlamento perceberam que seus projetos dependiam cada vez mais dos ministros do Gabinete⁸. Essa concentração de poder estimulou os parlamentares a agir coletivamente, os quais se utilizaram dos partidos para alcançar a influência necessária no Gabinete para concretizar seus objetivos.

Em suma, sob o prisma dessa abordagem, os partidos são funcionais aos atores e endógenos a uma estrutura institucional. Na perspectiva neoinstitucional, a influência social é colocada em segundo plano. Duas perspectivas diferentes podem ser assinaladas, então: por um lado, a origem dos partidos provém de pressões externas, no plano das demandas sociais; por outro, essa origem se situa na escolha estratégica de elites políticas e dentro dos constrangimentos de um arranjo institucional. No caso do Brasil, como se verá agora, a literatura é predominantemente neoinstitucional, as propostas se dividem em menos ou mais “pessimistas” quanto ao sistema partidário, no entanto, partem do mesmo ponto: o foco está nas instituições e nas elites⁹.

4 O caso do Brasil

Limongi (2006) ressalta como o quadro partidário brasileiro atual é marcado por sua origem. Mesmo que novos partidos tenham surgido com a reforma de 1979¹⁰, os que foram estabelecidos ao longo da ditadura não desapareceram com o processo de redemocratização,

⁸ Em questão de décadas, a *British House of Commons* passou de uma instituição regida por membros individuais para uma onde predominavam as lideranças partidárias. As eleições, pois, se voltaram mais para uma orientação partidária e menos focada em candidatos individuais. O autor argumenta que esse processo se inicia devido a uma mudança de regras no contexto do Gabinete de governo e do Parlamento.

⁹ Braga (2006) afirma que os estudos sobre sistema partidário brasileiro abordam, em termos gerais, a reimplantação do multipartidarismo; ou investigam os mecanismos institucionais que afetam o sistema partidário; outros analisam a função representativa dos sistemas eleitoral e partidário. Essa literatura apresenta uma abordagem predominantemente institucionalista. Segundo a autora, tais trabalhos se dividem em duas linhas. A primeira linha de análise prioriza o sistema partidário e os partidos, com o objetivo de mostrar que a estrutura institucional não é impedimento para que o sistema funcione coerentemente. A segunda seria a mais pessimista quanto ao regime democrático brasileiro, e congrega a maioria das análises, focando em críticas a variáveis institucionais, como questões eleitorais e partidárias, sistema de governo e o arranjo federativo.

¹⁰ O presidente Geisel inicia um processo de liberalização em 1973, o qual restaura de modo gradual diversos direitos políticos que haviam sido suspensos na década de 1960. Foi possível, assim, o crescimento de movimentos que reivindicavam a restauração da democracia. E, por mais que os militares tivessem o interesse de se manter no controle desse processo de transição, em 1979, uma reforma partidária extinguiu o sistema bipartidário artificialmente criado em 1966, o que permitiu o surgimento de novos partidos com o desmantelamento dos partidos ARENA e MDB (KECK, 2010).

mas foram renomeados ou transformados devido a cisões ou rupturas, sobrevivendo, de certa forma, ao enfraquecimento e ao desmonte do regime militar (LIMONGI, 2006, p. 23):

O retorno à democracia é acompanhado por uma forte assimetria na competição partidária. Há partidos que, por assim dizer, nascem grandes, como o PDS (depois PPR, PPB e PP), PFL, PMDB, PSDB. Estes partidos herdam o capital eleitoral e organizacional acumulado ao longo do bipartidarismo pela ARENA MDB. De outro lado, estão os novos partidos, criados praticamente do zero com a reforma de 1979.

Dos novos partidos, Limongi (2006) salienta que apenas o PT consegue se impor como grande partido. A maioria dos partidos que se formam após a reforma apresentam dificuldades em se impor como atores relevantes na competição eleitoral. Sendo assim, quanto à origem dos partidos pós-ditadura, é consenso na literatura brasileira que o PT é exceção à regra, já que seu processo de formação tem bases sólidas na sociedade civil mobilizada (BRAGA, 2006; LIMONGI, 2006; KECK, 2010; AMARAL, 2011). Ainda, nesse processo gradual de abertura à democracia iniciado na década de 1970, Keck (2010) ressalta que há duas realidades no plano institucional político que merecem atenção: por um lado, vê-se as formas tradicionais de predominância das elites buscando seu reforço e manutenção no poder; e, por outro, novas formas de organizações social e política, as quais buscam questionar e se opor ao status quo. Isso posto, há dois “Brasis” que se contrapõem.

Braga (2006), por sua vez, afirma que o sistema partidário brasileiro, formado a partir de condições político-institucionais do processo de redemocratização, permite a entrada de partidos diferenciados na disputa política, o que resulta, com o tempo, em uma competição relativamente estável, mesmo que concentrada no seu início. Em suma, “essa estrutura de competição interpartidária, de um lado, deu unidade nacional às organizações partidárias relevantes na Federação e, de outro, atuou para constranger e direcionar as preferências eleitorais” (ibid., p. 57). Figueiredo e Limongi (1998) acrescentam que os partidos na Câmara Federal apresentaram um índice alto de disciplina partidário ao longo dos anos 1990-1995. A coalizão partidária, ademais, consistiu ideologicamente com posições expressivamente delineadas entre esquerda, centro e direita. Há, portanto, um comportamento parlamentar significativamente coeso e partidariamente consistente, o que resulta em condições que permitem governabilidade.

Outras análises do modelo constitucional brasileiro, todavia, no que tange ao sistema eleitoral e partidário, mostraram-se um tanto pessimistas. De acordo estas, a forma como se configurou institucionalmente a democracia brasileira pós-1985 deu margem à instabilidade e ao déficit de governabilidade. Estudos sobre a arena eleitoral e o sistema partidário, como os

de Mainwaring e Torcal (2005), apontam para a baixa institucionalização partidária e a consequente volatilidade nas escolhas do eleitorado.

Para Kinzo (2004), o sistema partidário brasileiro é altamente fragmentado. A combinação entre lista aberta e um sistema de representação proporcional reflete em eleições para deputados federais e estaduais que são marcadas com o voto personalista, é “primordialmente uma disputa entre candidatos individuais” (ibid., p. 28). As regras eleitorais, ainda, incentivam a formação de coligações, principalmente em disputas proporcionais, com alianças eleitorais formadas por uma grande variedade de partidos, o que influi, também, na volatilidade eleitoral. Esses fatores são evidência de que “ao longo desses dezoito anos de democracia [a autora se refere ao período 1985-2003], os avanços em direção à consolidação do sistema partidário foram bastante modestos” (ibid., p. 35).

5 Fragmentação partidária e novos partidos no sistema partidário brasileiro

O caso da fragmentação partidária no contexto brasileiro é um tema amplamente discutido. Nicolau (2015) salienta que a hiperfragmentação deriva não somente do sistema proporcional, mas também da possibilidade de coligação e da lista aberta. Essa combinação pode refletir em eleições com inúmeros partidos sem a necessidade de uma coesão ideológico-partidária sólida, com coligações mais flexíveis, compostas por vários partidos menores, os quais dispersam ainda mais a bancada da Câmara Federal.

O sistema partidário brasileiro, atualmente, apresenta 35 partidos registrados oficialmente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao se analisar o início dos anos 2000, nota-se que o sistema partidário brasileiro contava com 24 partidos, todos oficializados pelo TSE ao longo da década de 1980 e 1990. Kinzo (2004), já apontava que era preocupante o fato de 19 partidos terem conseguido um lugar na Câmara em 2003, com dados que mostraram que apenas 4 partidos conseguiram mais de 10% das cadeiras na bancada.

No entanto, apesar do número expressivo de partidos já existentes, há a criação de três partidos no período 2005-2006, e, num período de cinco anos, que vai de 2011 a 2015, a criação de mais oito novos partidos (PSD, PPL, PATRI, PROS, SD, NOVO, REDE e PMB). Em cinco anos, esses partidos surgem em um contexto parlamentar com níveis altos de fragmentação. Se for observada a situação atual da Câmara dos Deputados, dados de 2018¹¹ mostram que 25 (vinte e cinco) partidos estão presentes na bancada da Câmara dos Deputados. Dentre esses

¹¹ Ressalta-se que os dados foram retirados da página oficial da Câmara dos Deputados em agosto de 2018, quaisquer mudanças após essa data não foram computadas.

partidos, cinco foram legendas registradas oficialmente entre os anos de 2011 e 2015. Na composição da bancada do legislativo, quase 75% das cadeiras é dividida entre onze partidos¹², sendo a maior bancada, com 14%, do Bloco PP/PODE/AVANTE, e PT sendo o único partido com mais de 10% das cadeiras¹³.

Isso posto, como entender partidos sendo criados em um sistema partidário já fragmentado?¹⁴ Partidos novos e/ou pequenos mostram-se cada vez mais relevantes nesse contexto, à medida que formam blocos, passam a ter mais peso nas negociações e influenciam nas decisões quando em conjunto com outros partidos médios. O Partido da Mulher Brasileira (PMB) surge em meio a esse cenário, sendo o último partido a ser oficializado pelo TSE. A análise de sua trajetória na Câmara dos Deputados, apontando como se deu sua criação e seus objetivos como instituição, faz parte de um recorte de pesquisa maior, no qual outros sete partidos são estudados. Sendo assim, o PMB – mesmo pequeno e recente – encontra-se em uma conjuntura particular do sistema partidário brasileiro. O que a próxima seção apresenta é, portanto, uma tentativa inicial de compreender o PMB no que tange à sua criação, sua presença na Câmara dos Deputados, e a conexão do seu objetivo com o eleitorado que ele se propõe a representar.

6 O Partido da Mulher Brasileira (PMB)

De acordo com o programa do partido, o PMB foi fundado por Suêd Haidar, no ano de 2008, e “nasceu de bases populares que lutavam por melhores condições sociais e da vontade e determinação de uma brasileira – Suêd Haidar, mulher, negra, que desde muito cedo fez parte de movimentos sociais, inicialmente lutando por melhores condições de vida para região onde

¹² Os partidos são: Bloco PP/PODE/AVANTE; PT; MDB; PSDB; DEM; PR; PSD; Bloco PTB/PROS. Para informações mais detalhadas ver o **Anexo 1**.

¹³ Há uma tendência de fragmentação evidente na Câmara dos Deputados. Os dados apresentados no **Anexo 1** mostram que, com o passar das legislaturas, os partidos maiores perderam força e a bancada da Câmara passa a ser composta, cada vez mais, por partidos médios e pequenos. Enquanto que, em 1999, o maior partido detinha 105 assentos e o segundo maior apresentava 99, na legislatura atual, o Bloco PP/PODE/AVANTE apresenta 72 assentos, seguido do PT, com 61.

¹⁴ Uma ressalva, no entanto, deve ser feita. As teorias apresentadas nas seções 2 e 3 se referem à criação de partidos modernos em um contexto no qual sistemas partidários e instituições desse cunho não existiam. Ao se aproximar essas teorias da leitura que se faz da criação de partidos no contexto brasileiro atual, deve-se levar em conta que os partidos brasileiros se formam em condições institucionais já consolidadas, as quais foram desenhadas há três décadas. Analisar partidos criados em um contexto institucional relativamente constante e estável por um período considerável de tempo é considerar, também, que o marco teórico internacional supracitado se aproxima, mas não explica essas condições apropriadamente. No que tange à literatura específica sobre o caso brasileiro, como já foi explicitado, a formação de partidos está entrelaçada às condições políticas existentes na transição do regime ditatorial militar para uma democracia; de fato, há uma análise predominantemente institucional, a qual fundamenta suas assunções e seus argumentos na estrutura institucional, no conjunto de normas estabelecidas e na trajetória histórica dessas instituições

nasceu” (PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA, 2018, p. 1). O registro da legenda foi deferido, no entanto, apenas em 2015. No estatuto de 2015, o PMB colocava como uma de suas “funções permanentes” adotar a mulher brasileira como seu referencial primário, defendendo como prioridade “a igualdade de direito entre gêneros” (idem, 2015a, p. 2). No estatuto atualizado em 2017 - em sua terceira versão -, consta que o objetivo da instituição no curso de suas ações políticas é “apoiar as causas femininas que visem garantir os direitos das mulheres” (idem, 2017, p. 1).

Um trabalho minucioso de investigação do processo de formação do partido reflete a dificuldade de acesso a informações mais detalhadas. Sabe-se que Suêd Haidar, de acordo com informações do próprio partido, formou a legenda juntamente com “um grupo de mulheres”. Os detalhes sobre o processo de recolhimento de assinaturas e os grupos e ações mobilizadoras que culminaram na oficialização do partido em 2015 ainda são nebulosos. Nada mais do que algumas entrevistas em mídias virtuais e em literatura jornalística foram encontradas na tentativa de pesquisar mais profundamente o desencadeamento dos fatos e as articulações que tomaram a frente da formação da instituição¹⁵. O que o partido procura ressaltar são suas origens sociais e sua “nova forma de fazer política”; o PMB enfatiza sua criação como exógena aos arranjos políticos existentes, já que há “a percepção de que os partidos políticos seguem atendendo às demandas de grupos de interesse, e não chegam ao cerne das questões sociais” (idem, 2018, p.1).

O que se pode analisar, portanto, como concreto em relação à coerência do PMB com seus objetivos, principalmente no que tange a sua enfática luta pela igualdade de gênero, são dados de filiados e candidatos, os quais se mostram não tão alinhados com as ideias que o partido se propõe a defender. Além disso, a trajetória do partido na Câmara Federal dos Deputados é um caso curioso, devido a um crescimento abrupto da bancada do partido de 2015 para 2016, o qual chegou a receber 25 deputados(as) ao todo. Sendo o partido mais novo no sistema, ter alcançado esse número de assentos em um parlamento que, nas últimas eleições, vem mostrando uma tendência de fragmentação, revela a necessidade de se olhar mais atentamente a situação de representação e eleitoral do partido.

Quando analisadas as estatísticas do eleitorado brasileiro, sabe-se que 52% dos eleitores são mulheres no Brasil (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018c). No que tange aos

¹⁵ O PMB foi contactado pela autora do presente trabalho, foram diversas tentativas em busca de detalhes da história – pequena e recente – do partido. Os representantes nos principais endereços disponíveis para contato, em Brasília e no Rio de Janeiro, não souberam responder ou dar acesso a informações e documentos que tratem sobre a trajetória da criação do partido. Um retorno com essas informações foi prometido, o qual não ocorreu até o momento.

filiados do sexo feminino do PMB, a porcentagem é maior do que a de filiados do sexo masculino, com 55% e 44,8% respectivamente. Nesse caso, no que diz respeito à filiação, o PMB supera o percentual nacional.

Tabela 1
Número de filiados ao PMB

Mulheres	23.475	55%
Homens	19.128	44,8%
Não Informado	16	0,2%

Fonte: elaborado pela autora com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Todavia, quanto à representação de mulheres na câmara baixa federal, o partido vai ao encontro da estatística que evidencia a baixa presença feminina no Congresso. Com sua oficial criação em setembro de 2015, em janeiro de 2016, o PMB já contava com 21 (vinte e um) deputados(as), número que cai para 19 (dezenove) em fevereiro e para apenas 1 (um) deputado em março. Ao todo, 25 parlamentares passaram pelo PMB. Passaram, literalmente, já que no ano de 2017 a legenda não contava com nenhum representante na Câmara – situação que permanece até o momento. Dos parlamentares, apenas 2 (dois) eram mulheres, 8,3% da bancada no seu maior tamanho alcançado¹⁶.

Apesar da súbita ascensão e derrocada no Congresso em um período curto de tempo, a trajetória partidária dos deputados(as) que passaram pelo PMB requer um mínimo exercício de análise. Os partidos dos quais migraram os parlamentares e seus números são: PTB (2); AVANTE (1); PSL (1); PROS (2); PDT (2); PRP (3); PT (3); DC (2); PTC (1); MDB (1); PMN (3); PV (3); SD (1); e DEM (1)¹⁷. Destes, cinco são considerados de esquerda, centro apenas um e de direita oito¹⁸. Não há como reduzir a postura do PMB na Câmara como incoerente exclusivamente com a colocação dos partidos no espectro ideológico direita-esquerda. Todavia, não é descartável a observação de que, para um partido que se classificava como centro-

¹⁶ Uma análise mais aprofundada sobre o que foi discutido entre o partido e os deputados que migraram para ele (tarefa provavelmente inatingível) e sobre a legislação partidária não foi operacionalizada no trabalho em questão. Mas cabe ressaltar que uma discussão interessante sobre a relação de fragmentação, migração e instituições encontra-se em Stoll (2013), a qual assinala que a permissividade das instituições (arranjos e legislação) pode fomentar esses processos.

¹⁷ O partido Democracia Cristã (DC) é o antigo Partido Social Democrata Cristão (PSDC), com mudança de nome em 2018, assim como, no mesmo ano, mudou-se o nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 2017 o Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) mudou seu nome para AVANTE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018a, 2018d)

¹⁸ A classificação ideológica de cada partido, segundo Krause *et al.* (2017), seria como se segue: direita - PTB, AVANTE, PSL, PROS, DC, PTC, SD, DEM; centro - MDB; esquerda - PDT, PRP, PT, PMN, PV.

esquerda na época das migrações¹⁹, receber parlamentares, em sua maioria, provindos de uma trajetória partidária de direita é, no mínimo, contraditório²⁰. Julgando pelos objetivos dispostos no estatuto do partido na época, quando há a afirmação de que o “PMB terá como seus maiores compromissos a defesa da igualdade de direito entre sexos e da não submissão da mulher em relação ao poderio ainda dominante do homem brasileiro” (PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA, 2015b, p. 3), há uma distância entre o tema de uma agenda majoritariamente de orientação de (centro) esquerda e um número de parlamentares que se filiaram ao partido, sendo sua maioria de direita²¹. Analisando a lista de projetos de cada deputado, por exemplo, nenhum dos parlamentares (homens) apresenta projetos, até aquele momento, que estivessem relacionados com políticas que refletissem uma agenda sobre igualdade de gênero²².

Ademais, para um partido que se compromete a priorizar a mulher brasileira, é notável a discrepância de ter apenas 2 (duas) mulheres presentes em sua trajetória pela Câmara em comparação com 22 (vinte e dois) homens, resultando num percentual menor que o percentual de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em 2014, o qual foi de 9,9%²³. Sendo assim, considerando-se um partido que levanta a bandeira da igualdade de gêneros, o PMB está aquém do esperado em representação. No Brasil, onde mais da metade dos eleitores são mulheres, a presença do PMB na Câmara está na direção contrária à representatividade feminina. Se for levantado, por exemplo, o número de representantes da legenda nas câmaras baixas municipais, dos 270 (duzentos e setenta) vereadores eleitos em 2016, apenas 52 (cinquenta e dois) são mulheres, 23,8% dos eleitos²⁴.

Visto o apontado em 2015 e 2016, é necessário considerar, ainda, o déficit de representação feminina na lista de candidatos para deputado(a) federal nas eleições de 2018. Quando se verifica as candidaturas submetidas ao TSE, nota-se que a porcentagem de mulheres com candidatura pelo PMB, na soma nacional, é superior ao percentual exigido pela Justiça

¹⁹ O PMB, atualmente, classifica-se como centro (PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA, 2018).

²⁰ No **Anexo 2**, são apontados o nome e a trajetória de filiação partidária de cada um dos(as) 25 (vinte e cinco) parlamentares que passaram pelo PMB.

²¹ Apesar da utilização de ideologia, aqui, apenas para apontar uma contradição entre agenda e postura do PMB, ressalta-se que o debate sobre esse tema deve ser ponderado, como reitera Machado (2017), tendo em vista o contexto de relações entre os grupos políticos, como também a conjuntura histórica. “O sistema partidário é complexo, não apenas pela diversidade de partidos, mas também devido a questões históricas e regionais que marcam profundamente e dão o contorno das agremiações partidárias, implicando diferentes cursos de ação” (ibid. p. 45). O elevado multipartidarismo e o personalismo, que Kinzo (2004) aponta como característica do sistema partidário brasileiro, também produzem posicionamentos ideológicos não muito claros.

²² Para ver a lista de projetos, basta acessar a plataforma virtual da Câmara dos Deputados, na qual há a biografia e o histórico de projetos de cada deputado.

²³ Foram 51 (cinquenta e uma) mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2014 (SENADO FEDERAL, 2014).

²⁴ A lista de vereadores encontra-se na plataforma virtual do partido.

Eleitoral de 30%²⁵. Se comparado o percentual de candidatas do PMB ao percentual nacional de 31,2% de candidatas nas eleições 2018, o partido encontra-se 8,8 pontos percentuais acima deste. Todavia, dos 19 (dezenove) estados com candidatos(as), 7 (sete) deles apresentam maioria masculina e em 5 (cinco) deles há somente homens.

Tabela 2
Candidatos(as) a deputado(a) federal por estado

ESTADO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL	% mulheres	% homens
ACRE	1	-	1	100	-
ALAGOAS	-	-	-	-	-
AMAPÁ	-	-	-	-	-
AMAZONAS	3	7	10	30	70
BAHIA	1	-	1	100	-
CEARÁ	-	-	-	-	-
DISTRITO FEDERAL	-	2	2	-	100
ESPÍRITO SANTO	3	4	7	42	58
GOIÁS	-	1	1	-	100
MARANHÃO	3	-	3	100	-
MATO GROSSO	-	1	1	-	100
MATO GROSSO DO SUL	1	-	1	100	-
MINAS GERAIS	3	4	7	42	58
PARÁ	1	-	1	100	-
PARAÍBA	-	-	-	-	-
PARANÁ	2	-	2	100	-
PERNAMBUCO	-	-	-	-	-
PIAUÍ	-	-	-	-	-
RIO DE JANEIRO	14	26	40	35	65
RIO GRANDE DO NORTE	-	2	2	-	100
RIO GRANDE DO SUL	6	6	12	50	50
RONDÔNIA	2	5	7	28	72
RORAIMA	-	2	2	-	100
SANTA CATARINA	-	-	-	-	-
SÃO PAULO	6	7	13	46	54
SERGIPE	-	-	-	-	-
TOCANTINS	-	2	2	-	100

ABRANGÊNCIA NACIONAL	MULHERES	HOMENS
TOTAL	46	69
%	40	60

Fonte: elaborado pela autora com dados disponibilizados pelo Repositório do TSE

²⁵ Dados disponibilizados pelo repositório do TSE, os quais se referem às eleições de 2018. Os partidos notificados pelo TSE pelo não cumprimento da cota de 30% para candidatas mulheres nas listas submetidas ao Tribunal tem até 15 de setembro de 2018 para regularizar a lista de candidaturas com o mínimo previsto. Portanto, os dados os quais a presente pesquisa apresenta podem sofrer alterações até a data prevista pela Justiça Eleitoral.

Sendo assim, a tendência de contradições e baixa representatividade em 2016 – se são considerados o que próprio partido defende no estatuto e a justificativa que ele mesmo atribui à sua origem – permanece em certa medida em 2018. Por mais que acima da porcentagem nacional, quando desagregados em estados, os números mostram variações mais significativas. Em termos gerais, para um partido que reclama sua condição de origem como representativa das mulheres brasileiras, percebe-se um descolamento entre discurso e prática, desde a oficialização do seu estatuto até o momento. Tendo em vista, também, as coligações nas eleições proporcionais de 2018, o PMB encontra-se coligado com partidos que vão do DEM e DC ao PV e o PSOL²⁶. Ao se coligar, as conexões do partido são grande parte de direita. Nesse sentido, vale salientar que o partido mudou de orientação quanto à ideologia, denominando-se centro recentemente²⁷.

No que tange ao estatuto, há uma mudança de orientação quanto à defesa da igualdade de gênero. Enquanto que em setembro de 2015 o partido coloca como um dos principais objetivos - já citado acima – a defesa “da igualdade de direito entre sexos e da não submissão da mulher em relação ao poderio ainda dominante do homem brasileiro” (PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA, 2015b, p. 3), um estatuto aprovado posteriormente reduz a ênfase na figura da mulher e afirma buscar “o reconhecimento, a consolidação e a valorização tanto do **homem** quanto da **mulher** no cenário do mundo globalizado” (idem, 2015a, p. 1, grifo do autor). Na terceira versão do estatuto, permanece a linha de raciocínio que a luta pela igualdade de direitos deve ser em prol da “consolidação e a valorização da **mulher** e do **homem** no cenário político nacional” (idem, 2017, p.1, grifo nosso). Verificando, assim, a postura do partido, a instituição é da “mulher brasileira” mais no nome do que nos seus objetivos e no seu caráter representativo.

6 Considerações Finais

O presente trabalho buscou trazer uma análise do tema sobre origem de partidos no contexto do sistema partidário brasileiro. Para tanto, fez-se necessária a apresentação de uma literatura que, majoritariamente, caminha entre duas abordagens, uma societal e outra neoinstitucional. No plano teórico, a delimitação da origem partidária é mais fácil de ser

²⁶ Para ver a lista completa de coligações ver o **Anexo 3**.

²⁷ De acordo com Machado (2017), a classificação sobre consistência ideológica entre os partidos coligados é a abordagem mais comum utilizada pelos autores para tratar de coligação no caso Brasileiro. A consistência, nesse caso, é avaliada a partir da aproximação – ou distância – dos partidos no *continuum* direita-esquerda. Salienta-se, ainda, que o presente trabalho não limita essa inconsistência ideológica nas coligações como característica única do PMB.

definida, partidos ou são originados externamente ou internamente às instituições políticas. Do mesmo modo, ao se pensar nessa quase-dualidade, que na realidade pode ser vista mais como um entremeado de conexões não tão óbvias, parece também simples a conexão – ou não conexão - entre o partido e a esfera social.

O estudo de caso aqui apresentado é um esforço inicial de alcançar, de certa forma, alguns objetivos que apontem para a explicação da criação de um partido e em que medida este pode se conectar com suas origens. Há como afirmar que a origem do PMB é exógena ou endógena? Para pergunta tão ambiciosa a resposta não é simples e os resultados vistos acima não são suficientes para responder, positiva e enfaticamente, a questão. O que se pode observar até o momento - e até aonde o estudo avançou – é que, no caso do PMB, o partido é “da mulher” muito menos na prática do que o nome permita supor. A baixa representação de mulheres no número de eleitos é um exemplo disso. O partido enfatizava sua origem exógena e feminina em oposição às instituições tomadas “pelo poderio ainda dominante do homem brasileiro”, mas se perde no caminho ao dar muito mais espaço ao homem – principalmente no caso de vereadores e deputados federais – do que à mulher. Nesse sentido, por mais que mais da metade dos filiados da legenda seja de mulheres, a tradução desse número em representação efetiva nas instituições políticas se revela, ainda, muito inferior.

Por mais que haja uma ênfase do próprio partido nas suas origens sociais devido a demandas por igualdade de gênero, no final, o PMB parece ter sido “engolido” – voluntariamente ou não - pela realidade das instituições e elites políticas, a qual é marcada pela presença dominante dos homens. É digno de nota, ainda, que a desigualdade presente na arena política não pode ser delimitada à origem institucional, suas causas podem ser conectadas, principalmente, às relações sociais de séculos, baseadas na desigualdade entre o masculino e o feminino. Um estudo mais aprofundado, contudo, deve ser feito em relação à legislação partidária, à migração parlamentar, à permissividade institucional, entre outros arranjos, que aborde mais detalhadamente o contexto institucional no qual surge o PMB. São os mais diversos fatores que influenciam a criação de partidos. Haja vista esse tema, portanto, as dinâmicas sociais e institucionais parecem ser muito mais associadas do que opostas.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, John. **Why Parties?:** The Origin and Transformation of Political Parties in America. The University of Chicago Press: Chicago, 1995.
- ARROW, Kenneth, J. **Social choice and Individual Values.** 2nd ed. New York: John Wiley, 1951 [1963].
- AMARAL, Oswaldo. Ainda Conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública.** Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p.01-4
- _____. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates.** Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.
- BARTOLINI S., MAIR P. **Identity, Competition, and Electoral Vailability:** the stabilisation of European electorates 1885-1985. 1990.
- BATISTA, Carlos M.; FERREIRA, Denise P.; STABILE, Max. A Evolução do Sistema Partidário Brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública.** Campinas, vol. 14, n. 2, novembro, 2008, p. 432-453.
- BLACK, Duncan. **The Theory of Comitees and Elections.** London: Cambridge University Press, 1958.
- BORGES, Tiago D. P. **Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de São Paulo: São Paulo, 2007.
- BRAGA, Maria do S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro:** padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2006.
- BUCHANAN, James; TULLOCK, Gordon. **The Calculus of Consent.** University of Michigan Press, 1962.
- CARREIRÃO, Yan. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política,** v. 14, 2014 (p. 255-295).
<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n14/0103-3352-rbcpol-14-00255.pdf>
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Após janela partidária, bancadas devem mudar na Câmara. Brasília: Câmara Notícias, 2018a. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/553972-APOS-JANELA-PARTIDARIA,-BANCADAS-DEVEM-MUDAR-NA-CAMARA.html>>. Acessado em: mar. 2018.
- _____. Bancada Atual. Brasília: 2018b. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/bancadas/bancada-atual>>. Acessado em: fev. 2018.

_____. Movimentação Parlamentar. Brasília: 2018c. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/pesquisaHistorico.asp#.WzDzxzFxu7c.email>>. Acesso em: jul. 2018.

_____. Plenário aprova proibição de coligações partidárias a partir de 2020. Brasília: Câmara Notícias, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/543199-PLENARIO-APROVA-PROIBICAO-DE-COLIGACOES-PARTIDARIAS-A-PARTIR-DE-2020.html>>. Acesso em: ago 2018.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1970.

GELAPE, Lucas de O.; PEREIRA, Rodolfo V. Anacronismo do Sistema Proporcional de Lista Aberta no Brasil: ocaso das razões originárias de sua adoção. Ano 52, n. 205, jan-mar, 2015.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**. 1998, n.44, pp.81-106.

_____. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

KECK, Margaret. **PT - A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010.

KINZO, D'Alva, G. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 19, n. 54, fevereiro, 2004, p. 23-40.

KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis F. **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. **Cleavages Structures, Party Systems and Voter Alignments: na Introduction**. Free Press: New York, 1967.

LIMONGI, Fernando. Apresentação *in* BRAGA, Maria do S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro**: padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2006.

MACHADO, Carlos. Coligações Revisitadas: metodologias e encruzilhadas *in* KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis F. **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 249-286.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**. n. 28-29, 1993 (p. 21-74). Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

_____. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada. **Novos Estudos**. N. 29, 1991, pp. 34-58.

_____. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/ Mercado Aberto, 2001.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, vol. 16, n. 31, p.121-142, novembro, 2008.

MENEGUELLO, Rachel. Partidos e Governo no Brasil Contemporâneo (1985-95). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NORRIS, Pippa. **Driving Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2008.

NICOLAU, Jairo M. **A Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1991-1996)**. Monitor Público, n. 10, 1996a.

_____. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1996b.

_____. Como Aperfeiçoar a Representação Proporcional no Brasil. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, jan-junho 2015

PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA. Alteração do Estatuto do Partido da Mulher Brasileira – PMB. Brasília: PMB, 2017. Disponível em:
<<http://www.pmb.org.br/divulgacao/>>. Acesso em ago. 2018.

_____. Alteração Estatutária do Partido da Mulher Brasileira – PMB. Brasília: PMB, 2015a.

_____. Estatuto do Partido da Mulher Brasileira – PMB. Brasília: PMB, 2015b.

_____. Programa. Brasília: Portal PMB, 2018. Disponível em: <<http://www.pmb.org.br/o-programa-do-pmb/>>. Acesso em: ago. 2018.

PASQUINO, Gianfranco. **Curso de Ciência Política**. Editora Principia: Portugal, 2009.

PEDERSEN, Morgens. **Electoral Volatility in Western Europe: 1948-1977** in MAIR, Peter (org.). *The West European Party System*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

PERES, Paulo S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, núm. 68, outubro, 2008, pp. 53-71.

_____. **O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

PIERSON, Paul. **Politics in time: history, institutions and social analyses**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

REVISTA EXAME. Partido da Mulher Brasileira lança homem como pré-candidato em RS. Editora Abril, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/partido-da-mulher-brasileira-lanca-homem-como-pre-candidato-em-rs/>>. Acesso em: ago. 2018.

RIBEIRO, Fernando. Institucionalismo da Escolha Racional e Institucionalismo Histórico: divergências metodológicas no campo da ciência política. **Pensamento Plural**. Pelotas, 89-100, janeiro-junho 2012.

RIKKER, William. **The Theory of Political Coalition**. New Haven: Yale University Press, 1962.

SANDERS, Elisabeth. **Historical Institutionalism**. In: RHODES, R. A. W., BINDER, S, ROCKMAN, B, *The Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

SENADO FEDERAL. Número de mulheres deputadas cresce 8,5% em relação à bancada atual. Brasília: Senado Notícias, 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/17/numero-de-mulheres-deputadas-cresce-8-5-em-relacao-a-bancada-atual>>. Acesso em: ago. 2018.

STOLL, Heather. **Changing Societies, Changing Party Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. **Social Cleavages, Political Institutions and Party Systems: Putting Preferences Back into the Fundamental Equation of Politics**. 2004.

THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Politics. **Annual Review of Political Science**, 2: 374-77, 1999.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Aprovada mudança do nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Brasília: TSE, 2018a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/aprovada-mudanca-do-nome-do-partido-do-movimento-democratico-brasileiro-pmdb>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Estatísticas Eleitorais: Candidatos 2018. Brasília: TSE, 2018b. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Mulheres Representam 52% do Eleitorado Brasileiro. Brasília: TSE, 2018c. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Partidos Políticos Registrados no TSE. Brasília: TSE, 2018d. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Repositório de Dados Eleitorais: Candidatos. Brasília: TSE, 2018e. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Três partidos pedem ao TSE mudança de nome. Brasília: TSE, 2018f. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Janeiro/tres-partidos-pedem-ao-tse-mudanca-de-nome>>. Acesso em: ago. 2018.

Anexo 1

Tabela 3 - Distribuição da bancada da câmara dos deputados na posse (1999-2007)

1999			2003			2007		
PARTIDO	BANCADA	%	PARTIDO	BANCADA	%	PARTIDO	BANCADA	%
PFL	105	20,4	PT	90	17,5	PMDB	90	17,5
PSDB	99	19,2	PFL	75	14,6	PT	83	16,1
PMDB	84	16,3	PMDB	69	13,4	PSDB	64	12,4
PPB	60	11,6	PSDB	63	12,2	PFL	62	12
PT	59	11,5	PPB	43	8,3	PP	41	7,9
PTB	31	6	PTB	41	7,9	PR	34	6,6
PDT	25	4,8	PL	33	6,4	PSB	28	5,4
PSB	17	3,3	PSB	28	5,4	PDT	23	4,4
PL	12	2,3	PPS	21	4	PTB	21	4
Partidos na bancada: 18			Partidos na bancada: 16			Partidos na bancada: 20		

Tabela 4 - Distribuição da bancada da câmara dos deputados na posse (2011-2015) e bancada atual (2018)

2011			2015			2018		
PARTIDO	BANCADA	%	PARTIDO	BANCADA	%	PARTIDO	BANCADA	%
PT	87	16,9	PT	69	13,4	PP/PODE/AVANTE*	72	14
PMDB	78	15,2	PMDB	65	12,6	PT	61	11,8
PSDB	53	10,3	PSDB	54	10,5	MDB	51	9,9
PP	44	8,5	PP	38	7,4	PSDB	49	9,5
DEM	43	8,3	PSD	36	7	DEM	43	8,3
PR	40	7,7	PSB	34	6,6	PR	40	7,7
PSB	34	6,6	PR	34	6,6	PSD	37	7,2
PDT	26	5	PTB	25	4,8	PTB/PROS*	27	5,2
PTB	22	4,2	PRB	21	4	PSB	26	5
Partidos na bancada: 22			Partidos na bancada: 28			Partidos na bancada: 25		

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

*Partidos - Blocos 2018		
PARTIDO	BANCADA	%
PP	50	9,7
PODE	17	3,3
PTB	16	3,1
PROS	11	2,1
AVANTE	5	0,9

Anexo 2

Tabela 5 - Trajetória de filiação partidária dos(as) deputados(as) federais que migraram para o PMB entre 2015-2016

Deputado(a)	Trajetória Partidária
Adalberto Cavalcanti	PTB, 2015; PMB, 2015-2016; PTdoB, 2016; PTB, 2016-2017; AVANTE, 2017-
Franklin	PTdoB, -2015; PMB, 2015; PTdoB, 2015-2016; PP, 2016-.
Macedo	PSL, -2015; PMB, 2015; PSL, 2015-2016; PP, 2016-
Valtenir Pereira	PT, 2004-2005; PSB, 2005-2013; PROS, 2013-2015; PMB, 2015-2016; PMDB, 2016-2017; PSB, 2017-.
Abel Mesquita Jr.	PDT, -2015; PMB, 2015-2016; DEM, 2016-
Alexandre Valle	PRP, -2015; PMB, 2015-2016; PR, 2016-
Assis do Couto	PT, 1987-2015; PMB, 2015-2016; PDT, 2016-.
Aluisio Mendes	PSDC, -2015; PMB, 2015-2016; PTN, 2016-2017; PODE, 2017-.
Brunny	PTC, -2015; PMB, 2015-2016; PR, 2016-.
Carlos Henrique Gaguim	PTB, 1991-2002; PMDB, 2002-2015; PMB, 2015-2016; PTN, 2016-2017; PODE, 2017-2018; DEM, 2018-.
Dâmina Pereira	PMN, 2014-2015; PMN, 2014-2015; PMB, 2015; PMB, 2015-2016; PSL, 2016-2018; PSL, 2016-; PODE, 2018-.
Domingos Neto	PSB, 2009-2013; PROS, 2013-2015; PMB, 2015-2016; PSD, 2016-.
Sinval Malheiros	PV, -2015; PMB, 2015-2016; PTN, 2016-2017; PODE, 2017-
Ezequiel Teixeira	SD, -2015; PMB, 2015-2016; PTN, 2016-2017; PODE, 2017-
Fábio Ramalho	PTB, 1999-2005; PV, 2005-2015; PMB, 2015-2016; PMDB, 2016-.
Hiran Gonçalves	PMN, -2015; PMB, 2015-2016; S.PARTIDO, 2016; PP, 2016-
Juscelino Filho	PRP, -2015; PMB, 2015-2016; DEM, 2016-.
Luiz Carlos Ramos	PSDC, -2015; PMB, 2015-2016; PTN, 2016-2017; PODE, 2017-.
Marcelo Álvaro Antônio	PRP, -2015; PMB, 2015-2016; PR, 2016-2018; PSL, 2018-.
Major Olímpio	PDT, -2015; PMB, 2015-2016; S.PARTIDO, 2016; SD, 2016-
Pastor Luciano Braga	DEM, -2016; PMB, 2016-.
Ricardo Teobaldo	PTB, -2015; PMB, 2015-2016; PTN, 2016-2017; PODE, 2017-.
Toninho Wandscheer	PT, -2015; PMB, 2015-2016; PROS, 2016-.
Victor Mendes	PV, -2015; PMB, 2015-2016; PSD, 2016-2018; PMDB, 2018-
Weliton Prado	PT, 1999-2015; PMB, 2015-2017; PROS, 2017-.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral

Anexo 3

Tabela 6 - Coligações* do PMB por estado (eleições 2018)

Estado	Coligação
ACRE	PSOL / PV / PPL / PRP / PRB / PODE**/ PROS / PMB
ALAGOAS	-
AMAPÁ	PROS / PTB / PMB
AMAZONAS	-
BAHIA	PT/PMB/ PSD/ PR/PDT/PODE/PRP/PROS/PP/PSB/AVANTE PMN / PTC / PRP / PMB
CEARÁ	-
DISTRITO FEDERAL	PROS / PMB / PMN
ESPÍRITO SANTO	PTB / PMB
GOIÁS	PRTB / PTC / PMN / PMB
MARANHÃO	MDB / PV / PSD / PSC / PMB / PRP
MATO GROSSO	DEM / PDT / PSD / MDB / PMB
MATO GROSSO DO SUL	PSDB / PATRI**/ PSD / PMB / DEM / PP
MINAS GERAIS	PATRI / PTC / PMB
PARÁ	MDB / PSD / PR / PP / PTB / PSC / PSL / PRB / PMB / PHS / PODE
PARAÍBA	-
PARANÁ	
PERNAMBUCO	PSC / PMB / DC
PIAUI	-
RIO DE JANEIRO	PP / PTB / DEM / PMN / PMB / PSB / PSDB / PROS
RIO GRANDE DO NORTE	PRB / PTB / PR / PPS / PMB / PTC / PSB / PRP / PSDB / PSD / AVANTE / PROS
RIO GRANDE DO SUL	PDT / PMB / PV
RONDÔNIA	-

Estado	Coligação
RORAIMA	PPS / DEM / PSDB / PMB
SANTA CATARINA	-
SÃO PAULO	PMB / PHS / PODE
SERGIPE	-
TOCANTINS	PSL / PMB / PRP / PMN

Fonte: elaborado pela autora com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

* A proibição das coligações que entraria em vigor já nas eleições de 2018, será, de fato, válida apenas em 2020. Em setembro de 2017, foi votada no plenário da Câmara e aprovada a vigência a partir de 2020 da PEC 282/16, a qual também prevê cláusula de desempenho para os partidos.

** O partido Patriota (PATRI) era, até 2017, o Partido Ecológico Nacional (PEN), assim como o Podemos (PODE), era anteriormente chamado de Partido Trabalhista Nacional (PTN).



Quem são os “vices”? A carreira e ambição política dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1985-1996)

Nilton Garcia Sainz¹

Acrísio Pereira Victorino²

GT 2 – Instituições, Comportamento Político e Políticas Públicas

¹ Graduado em Ciências Sociais Bacharelado/UFPEL; mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPEL; graduando em Jornalismo/UFPEL; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS/CAPES); e-mail: niltonsainz@ig.com.br. Um agradecimento especial ao nosso orientador Prof. Dr. Alvaro Barreto pelo auxílio com a pesquisa.

² Mestre em Ciência Política/UFPA; doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPEL; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS/CAPES); e-mail: acrisio.victorino@gmail.com.

Introdução

Os estudos que analisam carreira e trajetória política no Brasil surgem no final do século XX e ganham espaço na Ciência Política brasileira durante o século XXI (ver MARENCO DOS SANTOS, 2000; LEONI, PEREIRA, RENNÓ, 2003; MIGUEL, 2003; SANTANA, 2008; PEGURIER, 2009; SANTOS, PEGURIER, 2011). Além dos estudos que foram produzidos no Brasil, autores brasilianistas também ganharam destaque no tema (ver SAMUELS, 2003; LODOLA, 2009; BORCHERT, 2009, 2011; ALCÁNTARA, 2016). No entanto, grande parte dessa literatura gira em torno de carreiras no legislativo, assim, poucos são os estudos que voltam sua atenção para investigar carreiras políticas no Poder Executivo (ver MASSIA, 2013; BARRETO, 2017). Essa pesquisa vai de encontro com questões ainda em abertas na Ciência Política brasileira, que são os estudos sobre carreiras políticas no executivo e mais especificamente sobre aqueles que optam pelo cargo de Vice-Prefeito das capitais estaduais.

Em geral, o cargo de “vice” no Brasil, mesmo assumindo o protagonismo ao longo de nossa história, nunca foi o foco prioritário de investigações da Ciência Política ou de áreas relacionadas. Por exemplo, ao analisarmos o texto constitucional brasileiro, onde as atribuições do vice-presidente estão mencionadas no artigo 79, que define as suas funções como a de ser o substituto do presidente em casos de impedimentos e quando convocado para missões especiais (BRASIL, 1988, p.36). Já os cargos de vice-governador e de vice-prefeito ficam como encargo das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais. Segundo a definição de Meirelles (2006, p.733), o cargo de vice-prefeito municipal é entendido como “substituto, nos afastamentos, e o sucessor, no caso de vaga do prefeito”. O que deixa, de uma certa forma, pouco explicada as reais incumbências, as formas de atuação e os significados deste cargo em um governo e no sistema político. No entanto, sabemos que um vice pode atribuir outros valores na hora de formar uma chapa ou um governo. O cargo pode contribuir para agregar forças, formando uma coligação que possibilite maiores recursos para a campanha, como Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Outra possibilidade que o cargo proporciona é de uma mistura de características políticas em relação ao prefeito, possibilitando assim uma coligação com perfis políticos diferentes e que atraiam eleitorado e articulações políticas mais amplas e abrangentes. Além disso, em teoria, o cargo sinaliza uma “parceria” preferencial entre os partidos, o que serve como uma moeda de troca na hora de montar governos. E, para além desses aspectos citados, os cargos de vice possuem outras singularidades próprias, como o fato de ser o único cargo do executivo que pode ser acumulado com outra atividade pública não remunerada (por exemplo, ao mesmo tempo, cumpre o mandato de vice-prefeito, é nomeado

secretário municipal) e tem a possibilidade de concorrer a outro cargo eletivo, preservando o mandato (TSE, 2016)³.

Portanto, esse estudo tem como objetivo investigar as carreiras político-eleitorais dos vice-prefeitos das capitais brasileiras eleitos entre 1985 até 1996, e responder a seguinte pergunta: qual o padrão de carreira político-eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras? A hipótese geral que está sendo verificada ou recusada nesse estudo, parte do princípio de que a estrutura de oportunidades geradas pelo sistema político brasileiro irá resultar num padrão de comportamento político dos vice-prefeitos que os levam a arriscarem candidaturas no legislativo na primeira oportunidade que terão. Além de um número maior de oportunidades (todo ano eleitoral está disponíveis cargos para o legislativo), o sistema político brasileiro proporciona aos vice-prefeitos baixos custos e riscos quando lançam uma candidatura para o legislativo devido às regras eleitorais para aqueles que possuem o cargo.

Ainda fazem parte da composição deste texto uma revisão de literatura sobre os estudos de carreira política, buscando realizar um apanhado de teorias e achados sobre o tema. Também uma seção destinada a explicar a metodologia adotada para a realização deste artigo, assim como uma parte para apresentação dos resultados parciais dessa investigação, e por fim as considerações finais que resultaram deste trabalho.

Revistando o tema

Buscaremos nessa revisão de literatura compilar algumas referências que tragam explicações sobre o “problema” da carreira política e, para ser mais preciso, o problema da carreira política no Brasil. Como foi citado anteriormente, existe uma ampla gama de trabalhos que giram em torno das questões, conceitos e categorias que fazem parte dos estudos sobre carreira política. No entanto, começaremos por um marco teórico clássico da Sociologia Política. Max Weber, na obra “Ciência e Política: duas vocações” que a política começa a ser entendida como profissão e que levaria à possibilidade de uma carreira política. Para o autor alemão a política poderia ser executada como profissão secundária ou como profissão principal, além de poder ser posta em prática de maneira cotidiana, como a expressão do voto em eleições. A política como profissão secundária fica caracterizada por ser aquela atuação de cargos de confiança, ou cargos internos em partidos políticos e outros similares, que, basicamente, passam a ideia de uma vida independente da política, tanto no sentido material, quanto no sentido moral

³ As possibilidades e impossibilidades de disputar outro cargo eletivo estão apontadas no Código Eleitoral Brasileiro. Resumidamente: o que impossibilitaria o vice de pleitear outro cargo eletivo é o fato de ter assumido o cargo de prefeito seis meses antes da eleição.

(WEBER, 2011, p.76). A política como profissão principal deve ser compreendida em duas formas de atuação: aqueles que vivem “para” política e os que vivem “da” política. Os que vivem para política são aqueles que encontram um sentido de vida na atuação política, seja lutando por uma causa, seja por um ideal, tornando a política um “fim” para a sua vida. Já os que vivem da política são aqueles que fazem da política sua forma de renda, e que está diretamente ligada a questões econômicas (WEBER, 2011, p.78). Para Weber, o Estado moderno, diante do processo de burocratização, levava à profissionalização política.

Outro autor que pode nos ajudar a definir o que é essa profissionalização política é Angelo Panebianco. Segundo Panebianco, o profissional da política são todos aqueles que dedicam a sua vida de trabalho ou parte dela à política e dessa atividade que ganham condições para as suas subsistências (PANEBIANCO, 2005, p.437). Com esse processo ocorrido ao longo do tempo nos Estados modernos, carreiras políticas vieram a ser consolidadas, em decorrer disso uma série de transformações foram ocorrendo na classe política e junto a isso no processo de profissionalização da política (PANEBIANCO, 2005, p.438; CODATO, 2008, p.167).

Partindo desse processo de profissionalização da política, chegaremos a outro marco na literatura da Ciência Política, que é o estudo de Nelson Polsby sobre “A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos”. De forma simplificada, o estudo de Polsby se caracteriza pelo poder das instituições diante das carreiras políticas. Segundo o autor, quanto mais organizada a instituição política maiores são os limites das oportunidades de carreira, e quanto mais institucionalizada, maior será a estabilidade de carreira para os membros pois:

[...] a entrada torna-se mais difícil e a rotação de seus membros menos frequente. Sua liderança profissionaliza-se e perdura. O recrutamento de liderança tem mais chance de ocorrer a partir de dentro e o período de aprendizado alonga-se. Assim, a organização estabelece-se e endurece seus limites exteriores (POLSBY, 2008, p.223).

Mas, como observa Araújo, a visão de Polsby é otimista em relação ao processo de institucionalização, e a principal questão analítica acerca do tema é entender como se dão as tomadas de decisões como processo de ação coletiva, além de que a “multiplicidade de motivações diferenciais dos membros de uma organização pode levar a diferentes modelos de institucionalização” (ARAÚJO, 2012, p.3). Nesse sentido, é importante trazer a contribuição de Borchert (2004), segundo a qual o que ocorre é uma troca de influências, assim, os modelos de carreiras podendo interferir nas instituições e as instituições influenciando as carreiras (apud ARAÚJO, 2009, p.4). Logo, em sistemas multiníveis e com possibilidades de atuação em diferentes tipos de governos, como transnacionais, nacionais, regionais e locais e diversas

instituições como executivos, legislativos, judiciários, partidários e entre outras, o resultado é a possibilidade de múltiplos padrões de carreira (ARAÚJO, 2009; BORCHERT, 2011).

A partir da noção da institucionalização e sua atuação nas carreiras políticas, abordaremos a teoria da ambição política formulada por Joseph Schlesinger (1966), outro marco de grande influência nos estudos sobre carreira política. Tanto na teoria de Schlesinger como na proposta de outros autores como Black (1972) ou Rohde (1979), mora uma lógica de ação racional nos passos que vão conduzir as escolhas dos políticos nas suas carreiras. Na teoria da ambição política proposta por Schlesinger, a principal premissa na escolha do político vai de encontro com a estrutura de oportunidades que o sistema político oferece para ele, por exemplo: o número de oportunidades de se lançar candidato, número de candidatos para o cargo, chance de ser eleito, duração de mandato e outros. Além disso, o político através de um cálculo de oportunidades sabe os custos e riscos que determinado movimento na carreira pode gerar, não guiando seus passos somente através de vontades e de desejos. Seguindo esse raciocínio, Rohde (2012) diria que se dependesse apenas do desejo do político, a tendência seria sempre uma ambição por cargos maiores na carreira:

Acreditamos que quase todos os deputados têm ambição progressiva e aqui trabalhamos explicitamente com essa premissa. Ou seja, partimos da ideia de que, se um deputado, no primeiro dia do seu mandato, recebesse uma oferta para ser senador ou governador sem custos nem riscos, ele aceitaria. Sendo assim, a ambição estática não é algo escolhido a priori, e sim um padrão de comportamento manifestado por um deputado em função dos riscos da estrutura de oportunidade específica na qual ele se encontra, e sua propensão ao assumir esses riscos (ROHDE, 2012, p.211).

Como ressalta Barreto (2015, p. 5) podemos considerar a proposta desenvolvida por Schlesinger muito mais voltada a um olhar sobre trajetória (e principalmente o passo seguinte do político), do que um estudo que aborde a carreira dos políticos como um todo. Schlesinger apresenta três tipos de ambição que prevalecia nas trajetórias dos políticos no congresso norte-americano, resumidamente, são elas: a) ambição progressiva, que significa o desejo de alcançar um cargo mais alto na carreira; b) ambição estática, que pode ser entendida como a vontade de se reeleger, permanecendo no mesmo cargo; c) ambição discreta, que é quando o político ocupa por um mandato o cargo e resolver se retirar da vida pública.

Manuel Alcántara (2016), ao discorrer sobre o tema da ambição também traz colocações interessantes para pensarmos sobre os sentidos das escolhas nas carreiras políticas. Para o autor espanhol a ambição pode ser avaliada conforme quatro motivações: a primeira é em relação ao valor do cargo político e a capacidade de influenciar no processo político; a segunda gira em torno de uma hierarquia dos cargos e da necessidade de entrada na política, conforme ele

explica, alguns cargos são “pré-requisitos” para alcançar outros - usando de exemplo o sistema político brasileiro, uma opção viável é o começo pelo cargo vereador, o que pode credenciar o político a tentar um cargo mais elevado dentro da estrutura de oportunidade em outro momento; a terceira motivação é a remuneração salarial que cada cargo político reserva e a melhoria financeira que pode trazer; e por último, é a motivação psicológica e ideológica que ambição por cargos políticos pode gerar, como status ou a admiração que um cargo elevado pode dar ao indivíduo perante a sociedade e também o poder de tocar projetos baseados nos seus ideais políticos (ALCÁNTARA, 2016, p.110).

Voltando nossa revisão de literatura sobre carreira para o Brasil, abordaremos alguns trabalhos que revelam as estruturas do sistema político e a hierarquia de cargos que são resultados disso, assim como outras propostas de ambições que foram identificadas a partir do caso brasileiro. A começar por David Samuels (2003), que investiga a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro a partir das esferas da federação (municipal, estadual e federal). O autor parte de uma análise em que é considerado crescimento na carreira conforme o nível federativo (um exemplo seria passar da esfera municipal para estadual ou federal) e uma queda na carreira quando acontece o movimento contrário. Para entender a estrutura de oportunidades das carreiras políticas no Brasil, Samuels (2003) faz uma análise a partir dos custos e benefícios dos cargos, considerando que os atores fazem as escolhas de suas carreiras racionalmente (considera os fatores apresentados anteriormente) e que permite entender como os políticos percebem e hierarquizam os cargos (BOTERO, 2011, p.181). Através dessa análise, Samuels (2003) indica que existe a preferência dos políticos brasileiros pelos cargos do Executivo (em qualquer das esferas), como explica Araújo (2012, p.10) “entre o legislativo federal e o executivo estadual, o último apresenta uma valoração maior por parte dos agentes políticos.” Assim, os cargos do legislativo, por mais que em esferas superiores não necessariamente significam ter uma importância maior na estrutura do sistema político brasileiro, por vezes descer de âmbito pode proporcionar maiores benefícios aos políticos (BOTERO, 2011; ARAÚJO, 2012; DE LIMA, 2017). O que acaba sendo contestado no estudo realizado por Pegurier, que coloca a causa dos legisladores buscarem cargos no executivo na estrutura de oportunidades que é oferecida a eles, em que as regras eleitorais permitem que os deputados arrisquem uma candidatura ao executivo sem grandes custos e riscos (PEGURIER, 2009, p. 14).

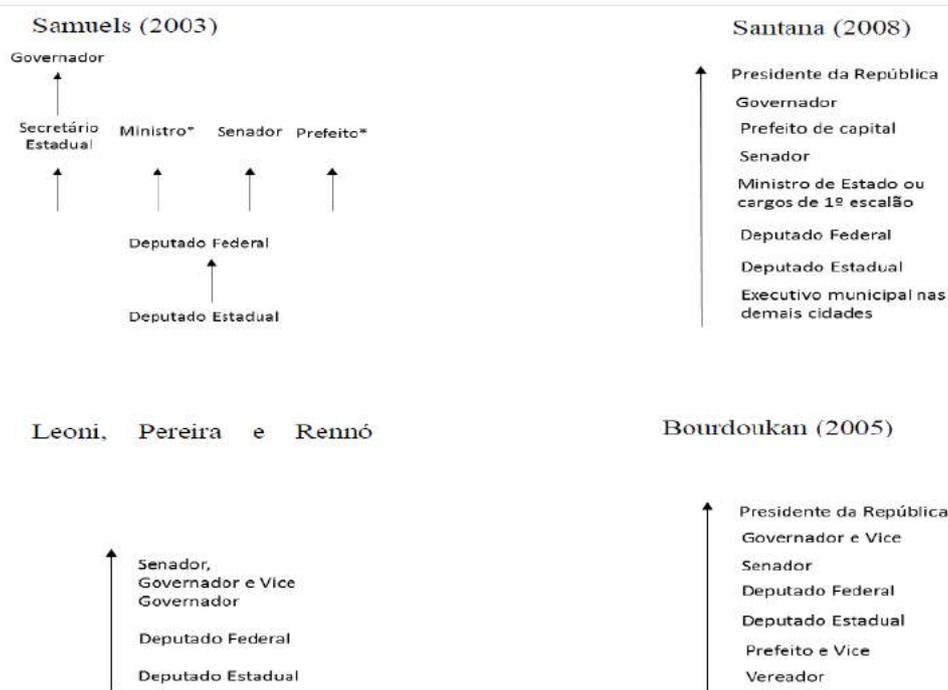
Outra contribuição importante é a de Leoni, Pereira e Rennó (2003), que, ao analisarem a Câmara dos Deputados e os fatores que vão influenciar a escolha do cargo a concorrer, apontam para a existência de uma “ambição regressiva” por parte dos deputados, que optam

por concorrer a deputado estadual. Isto demonstra que alguns candidatos, ao calcular as oportunidades e a relação de custos e riscos no próximo passo, vão confiar ser mais seguro descer ao legislativo estadual. Diferentemente do que apontou Samuels (2003), Leoni, Pereira e Rennó (2003, p.59) mostram que a tendência é que os “piores” deputados buscam deixar a Câmara, e não tentar a reeleição como aponta o autor norte-americano.

Mesmo a ambição progressiva sendo a principal tendência daqueles que são credenciados a tal, os candidatos considerando os custos e riscos da ambição política e por mais “qualificados” podem optar por uma tentativa de reeleição (ARAÚJO, 2012, BARRETO, 2015). Luciana Santana (2008) também nos auxilia a entender melhor a realidade brasileira. Ao contrapor o estudo de Samuels (2003), a autora aponta para uma porcentagem considerável de candidatos que buscam a reeleição no país, além disso, o que acontece quando não buscam a reeleição é a ambição por cargos mais altos, seja nos governos estaduais, seja em prefeitura de capitais (SANTANA, 2008, p. 148). A autora soma a literatura ao identificar em sua investigação a “ambição ziguezague” ou “ambição dinâmica”, que fica caracterizada pela alternância entre o Executivo municipal e o cargo de Deputado Federal (SANTANA, 2008, p.148) e que logo mais é interpretado por Di Martino como uma estratégia “de “maximização” de oportunidades políticas” (OLIVEIRA, 2009, p.126).

Uma grande questão imposta ao tema e de complexa definição no caso brasileiro é em relação à hierarquia de cargos no sistema político brasileiro. De Lima (2017) ao reunir em uma imagem um compilado de propostas onde compara as abordagens de autores sobre os postos políticos no Brasil, contribui para entendermos o debate:

Figura 1: Comparação entre abordagens de hierarquia de postos políticos no Brasil



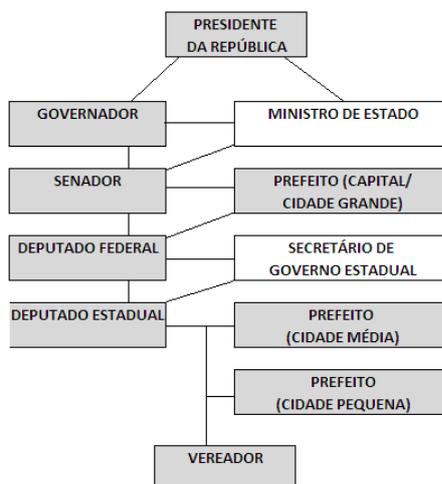
*Segundo Samuels (2003), o valor dos cargos de Ministro e Prefeito são relativos, a depender da quantidade de recursos à disposição e autonomia na condução de políticas públicas.

Fonte: De Lima (2017, p. 32)

De Lima (2017, p.33) ressalta que mesmo com a importante contribuição destes trabalhos para compreendermos os movimentos de carreiras políticas no Brasil e a tentativa de distanciar dos paradigmas norte-americanos sobre ambição política, “esses autores continuam partindo do mesmo pressuposto, que é a compreensão de uma estrutura de oportunidades linear”. Como é apontado por De Lima (2017, p.32) e fica evidenciado na imagem, não é tarefa simples interpretar a hierarquia de cargos políticos no Brasil, resultado dessa dificuldade são as interpretações diferentes de cada um.

Uma outra possibilidade de interpretação é desenvolvida por Miguel (2003). Como é possível analisar na Figura 2, o autor montou de forma intuitiva a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro, onde vereador é o mais baixo da hierarquia e presidente o mais elevado. Barreto (2015, p.7) sinaliza que “a vantagem dessa proposta é que ela opera com os cargos efetivamente existentes no país, e não com um modelo abstrato”.

Figura 2: Estrutura de carreira política no Brasil



Fonte: Miguel (2003, p. 117)

Diante da dificuldade de analisar a estrutura de oportunidades que oferece o sistema político brasileiro, devemos fazer algumas ponderações: como pode ser observado na figura 1, baseada em De Lima (2017), todas as propostas elaboradas acerca das estruturas de oportunidades no Brasil possuem uma espécie de déficit em relação a cargos que não conseguiram contemplar e o valor dos mesmos, não existindo um consenso na literatura da área. No caso da formulação de Miguel (2003), a não contemplação dos cargos de vice-Prefeito, vice-Governador e vice-Presidente, o que é mencionado pelo autor (MIGUEL, 2003, p.117), e também será referido por Barreto (2015), deixa de certo modo uma lacuna em relação aos cargos de “vice” dentro da estrutura de oportunidades formada pelo sistema político brasileiro. Afinal, vale mais a pena para elite política ser Vice-Presidente ou Senador? E ser Vice-Governador ou Deputado Federal? Ser Vice-Prefeito de uma capital ou Deputado Estadual?

Finalizando a revisão de literatura, abordaremos o estudo realizado pelo autor alemão Jens Borchert, que retorna à teoria da ambição política clássica de Schlesinger e que vem predominando nas investigações mais recentes sobre o caso brasileiro. Como explica Pegurier (2009, p.44), Borchert considera que a estrutura de oportunidades políticas vai variar por conta de diferentes estruturas institucionais. Assim, ele considera seis elementos que compõe estruturas de oportunidades e que são determinantes nas escolhas das carreiras políticas: a) estrutura do Estado; b) o sistema eleitoral; c) papel do legislativo nacional; d) estrutura do legislativo e) partidos políticos e grupos de interesse; f) financiamento das atividades políticas.

Ao analisar o caso brasileiro, Borchert (2009) identifica a existência de um ambiente integrado de oportunidades, segundo o autor, é difícil encontrar um sentido de direcionamento

nas carreiras políticas no Brasil, pois, o sistema (multinível) possibilita uma livre movimentação entre as esferas de governo e os tipos de instituições. Dessa forma, o autor aponta para a não existência de uma hierarquia unidirecional na estrutura de oportunidades (BORCHERT, 2009, 2011). Fabiano Santos (2010) reforça o argumento do autor alemão, e ressalta que a complexidade existente no sistema político brasileiro forma carreiras políticas com alto grau de movimentação, sendo possível a adoção de carreiras com movimentações intensas ou mais estáticas, ambicionar um cargo específico ou acumular o mesmo cargo, ambicionar cargos mais altos no sistema político ou percorrer “idas e vindas pelos diversos níveis de governo existentes no sistema” (SANTOS, 2010, p.111) . E sobre a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro Santos diz que:

Existe um número grande de posições disponíveis no interior da estrutura institucional; padrões estabelecidos de carreira, e hierarquias de atração em múltiplos níveis. Alta volatilidade e alto risco de substituições involuntárias, compensadas, por seu turno, por significativa quantidade de posições alcançadas por meio de nomeações e que servem de reserva, também caracterizam tal sistema (SANTOS, 2010, p. 112).

Em suma, saber que possuímos um sistema político que gera um ambiente integrado na estrutura de oportunidades deixa demarcada a complexidade de definir uma hierarquia dos cargos públicos no Brasil. Assim, são variadas as formas de percorrer caminhos progressivos ou regressivos na carreira política, além de não existirem empecilhos para começar uma carreira política através de um cargo mais alto, ou tentar um salto de patamar em algum momento da vida pública, como também é possível por meio de uma trajetória percorrendo de um cargo para o outro (BARRETO, 2015, p.10).

Metodologia aplicada à pesquisa

A fim de responder o problema de pesquisa e confirmar, ou não a hipótese principal, será necessário coletar dois tipos de dados.

O primeiro momento de coleta de dados é através dos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de cada estado, para mapear as chapas eleitas nas capitais estaduais do país e os respectivos vice-prefeitos. Vale ressaltar que no caso de não existir a informação nos sites oficiais da Justiça Eleitoral outros portais da internet ajudarão a completar as informações. Através da coleta desses dados, será possível organizar os vice-prefeitos eleitos das capitais e também os partidos que pertencem quando eleitos, assim como o partido que lançou o candidato a prefeito. Outro importante acréscimo da opção por duas etapas da coleta de dados, é que, neste primeiro momento, já mapeamos os casos onde a

trajetória dos vice-prefeitos é interrompida por morte, o que nos leva no próximo passo da coleta a um ponto final na análise da trajetória político-eleitoral.

O segundo momento de coleta de dados será para traçar as trajetórias político-eleitorais dos vice-prefeitos das capitais e as respectivas candidaturas que eles lançaram. Com essas informações, será possível responder qual o padrão das escolhas em relação às carreiras políticas e as ambições políticas que existem para aqueles que ocuparam ou ocupam o posto de vice-Prefeito. Será através desses dados das trajetórias político-eleitorais que responderemos se os vice-prefeitos das capitais possuem resultados satisfatórios nas urnas após deixarem o cargo, também a permanência dos atores no cargo (se buscam terminar ou não o mandato de vice).

Resultados parciais da investigação

Os resultados apresentados nesse artigo são referentes às carreiras político-eleitorais dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras eleitos em 1985, momento que são retomadas as eleições diretas nas capitais após 21 anos de ditadura civil-militar. Esse período compreende a análise da trajetória de 25 indivíduos⁴. O estudo percorreu a trajetória político-eleitoral dos atores a partir de 1985, momento que foram eleitos, e acompanhou as trajetórias até 2018, somando um total de 18 oportunidades de concorrer a cargos eletivos.

Das 25 trajetórias analisadas, 11 delas foram interrompidas por conta da morte dos indivíduos, não totalizando as 18 eleições que estão prestes a completar esse ano. No entanto, não considerando o ano em que vieram a falecer, elas somam 100 oportunidades de concorrer a um cargo eletivo. Já as 14 análises completas, proporcionaram um total de 252 oportunidades de se lançar candidato. Juntas, as trajetórias interrompidas e as completas somam um total de 352 oportunidades de concorrer.

Começaremos analisando através do Quadro 1, a primeira oportunidade que os vice-prefeitos tiveram de concorrer a outro cargo, nesse caso as eleições gerais de 1986. Considerando que todos os 25 vice-prefeitos puderam concorrer, 11 deles lançaram candidatura e se dispuseram a largar o posto de vice-Prefeito.

⁴ O estado de Tocantins foi criado em 1988, logo a situação de Palmas não entra nessa análise.

Quadro 1: Movimento dos vice-prefeitos eleitos em 1985 nas eleições gerais de 1986

Movimento	%	N	Eleitos
Vice-Governador	4,0	1	0
Senador	4,0	1	0
1° Suplente de Senador	4,0	1	0
Deputado Federal	20,0	5	4
Deputado Estadual	12,0	3	3
Não concorreu	56,0	14	-
Total	100	25	7

Fonte: TSE e TREs – Elaboração do autor.

Como é possível ver no Quadro 1, a maioria dos vice-prefeitos escolheu permanecer no cargo na primeira oportunidade eleitoral que surgiu, mesmo com uma estrutura de oportunidades favorável a tentar outro cargo eletivo. Nota-se que, dos 11 vice-prefeitos que buscaram outro cargo eletivo, apenas um cobiçou um cargo do Poder Executivo e que configuraria uma ascensão de cargo (passando para o Executivo estadual), porém, ele não obteve sucesso, o que é explicável por conta da dificuldade dos postos dos executivos que estavam disponíveis naquele momento (Executivo estadual e Executivo Federal). Os demais vice-prefeitos buscaram cargos nos legislativos, porém, não podemos apontar que tiveram um crescimento na carreira ou uma queda, mas é possível notar que 70% obteve resultados positivos, quando migraram para os cargos intermediários dos legislativos.

No Quadro 2, veremos a escolha dos vice-prefeitos que foram eleitos em 1985 diante do fim dos mandatos de vice (1988) e da oportunidade de buscar uma ascensão até o Poder Executivo municipal. Nessa análise consideraremos 23 vice-prefeitos, por conta de 2 deles acabaram falecendo.

Quadro 2: Movimento dos vice-prefeitos eleitos em 1985 nas eleições municipais de 1988

Movimento	%	N	Eleitos
Prefeito de Capital	22,0	5	0
Vereador	4,0	1	0
Não concorreu	74,0	17	-
Total	100	23	0

Fonte: TSE e TREs – Elaboração do autor.

O primeiro ponto que podemos destacar é o número considerável de vices que resolveram não concorrer em 1988. Destes 17 indivíduos, 4 foram eleitos em 1986 a outro cargo eletivo e preferiram não disputar o pleito seguinte. Outro dado interessante é o número de vice-prefeitos que encerraram suas trajetórias político-eleitorais no final desse mandato, um total de 10 indivíduos, caracterizando uma ambição discreta. Dos indivíduos analisados, 5 deles buscaram uma ambição progressiva no pleito de 1988, tentando assim o cargo de chefe do Executivo municipal. E apenas um vice-Prefeito buscou descer até o cargo de Vereador (o que caracteriza uma ambição regressiva), porém, sem sucesso.

O Quadro 3 irá demonstrar para onde foram os vice-prefeitos eleitos em 1985 no decorrer desses anos. Até agora, sabemos que 10 deles após terem encerrado o mandato de vice-prefeito em 1989 não concorreram a outros cargos eletivos. E os demais indivíduos quais movimentos buscaram em suas carreiras políticas após o mandato?

Quadro 3: Número de candidaturas dos vice-prefeitos após o término do mandato por âmbito federativo e cargo desejado (1990-2018)

Federal			Estadual			Municipal		
Movimento	N	Eleitos	Movimento	N	Eleitos	Movimento	N	Eleitos
Senador	6	0	Deputado Estadual	17	7	Vice-Prefeito	2	1
1º Suplente de Senador ⁵	4	3	-	-	-	Prefeito de cidade pequena	4	3
Deputado Federal	9	3	-	-	-	Vereador	8	1

Fonte: TSE e TREs – Elaboração do autor.

O Quadro 3 traz de forma ampla quais os cargos político-eleitorais os vice-prefeitos eleitos em 1985 mais buscaram após encerrar os seus mandatos em 1989. O cargo que mais retém tentativa dos políticos analisados ao longo das suas carreiras foi o de Deputado Estadual. O cargo de Deputado Federal possui um número consideravelmente menor em relação ao mais desejado. No entanto, é próximo ao número de tentativas que guarda o cargo de Vereador, terceiro mais desejado. O ponto em comum dos três âmbitos é a predominância do interesse por parte desses vice-prefeitos nos cargos dos legislativos, e uma baixa ambição por cargos de maior relevância dos executivos.

⁵ Um dos analisados está concorrendo a 1º Suplente de Senador no atual pleito para o senado, o que nesse momento impossibilita a nós sabermos o resultado.

Considerações

Apesar de o artigo revelar resultados parciais de um projeto de pesquisa, ele insere ao debate acadêmico o cargo de Vice-Prefeito como foco principal de uma investigação. Através da revisão de literatura que o texto trouxe e compondo com os resultados que estão divulgados, é possível refletir acerca da pergunta proposta na introdução do artigo: qual o padrão de carreira político-eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras? Podemos, através dos resultados trazidos aqui, dizer que o padrão de carreira política dos vice-prefeitos das capitais estaduais tende a migrar para os poderes legislativos. Ainda que seja pequeno o universo apresentado nesse artigo, é possível notar uma preponderância no número de tentativas eleitorais por parte dos indivíduos aos cargos legislativos. Em nenhuma das análises realizadas os cargos do Poder Executivo tiveram maiores intenções por parte dos analisados. Isso nos leva a indicar algumas coisas: a) os vice-prefeitos ao calcular os custos de uma candidatura ao Executivo não demonstram crer em um sucesso eleitoral; b) o fato disso acontecer, demonstra que assumir o cargo de vice-prefeito, por mais que de uma capital estadual do Brasil, não legitima ou concede grandes capitais políticos aos indivíduos; c) o índice de sucesso nas eleições para os vice-prefeitos ocorre mais nos legislativos, o que passa aos indivíduos a crença em ter sucesso quando disputam esses cargos.

Referências bibliográficas

ALCÁNTARA, Manuel. **A profissionalização da política**. Curitiba. CPOP-PPGCP. UFPR. 2016. 380 p.

ARAÚJO, Simone. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. **I seminário nacional de sociologia e política**. GT 2, UFPR, 2009.

ARAÚJO, Simone. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. 36º Encontro Anual da Associação Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **GT 10 Estudos Legislativos**, São Paulo, 2012.

BARRETO, Alvaro. Como a ciência política analisa os que vivem da política no Brasil contemporâneo: tendências, linhas interpretativas, e aportes analíticos. **I Encontro Latinoamericano de Teoría Social. 2015**. Disponível em: <http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/ponencias/Mesa%2021/_ICLTS2015_Mesa21_Barreto.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

BARRETO, Alvaro. Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). **Opin. Pública**, v.23, n.1, p.194-229, Abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000100194&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2017.

BLACK, G.S. A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives. **American Political Science Review**. v. 66. n.1, p. 144-159. 1972.

- BORCHERT, Jens. **Ambition and opportunity in federal systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany and the United States**. Universidade de Frankfurt, 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1450640>. Acesso em: 10 out. 2017.
- BORCHERT, Jens. Individual ambition and institutional opportunity: a conceptual approach to political careers in multi-level systems. **Regional & Federal Studies**, v.21, n.2, p. 117-140, 2011.
- BOTERO, Felipe. Carreras políticas en América Latina. Discusión teórica y ajuste de supuestos. **PostData**, v.16, n.2, p.167-187, 2011.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Assembleia Legislativa, Estado do Rio Grande do Sul, 1988.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. Brasília: TSE, Secretaria de Gestão da Informação, 2016.
- CODATO, Adriano. **Elites e instituições no Brasil: Uma análise contextual do Estado Novo**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política). UNICAMP, São Paulo.
- DE LIMA, Iana. Alves. **Carreiras e ambição política em sistemas multinível: um estudo de caso da circulação política no Brasil (1995-2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opin. Pública**, v.9, n.1, p.44-67, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2017.
- LODOLA, G. (2009). La Estructura subnacional de las carreras políticas en Argentina y Brasil. **Desarrollo Económico**, v.49, n.194, p.247-286.
- MARENCO DOS SANTOS, A. (2000). **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. Doutorado em Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre.
- MASSIA, L. P. (2013). **A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010)**. Mestrado em Ciência Política. UFPel, Pelotas.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.
- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, n.20, p.115-134, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 out. 2017.
- OLIVEIRA, M. D. M. F. **A política como profissão. Uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)**. 2009. 141 f. Tese (doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partidos: Organizações e poder nos partidos políticos**. São Paulo. Martins Fontes, p. 535, 2005.
- PEGURIER, F. **Carreiras Políticas e a Câmara dos Deputados**. 2009. 124 f. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

POLSBY, N. A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v.16, n.30, p. 221-251, 2008.

ROHDE, David. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais dos Estados Unidos. **Rev. Bras. Ciênc. Polit.**, n.8, p.209-236, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522012000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 out. 2017.

SAMUELS, David. Ambition theory and political careers in Brazil. In: SAMUELS, D. **Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: University Press, 2003. Disponível em: <<http://assets.cambridge.org/97805218/16717/sample/9780521816717ws.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2017.

SANTOS, F. (2010). Câmara dos Deputados e estrutura de oportunidades políticas no Brasil – alguns apontados sobre a eleição de 2010. **Cadernos Aslegis**, n.40, p.109-126.

SANTOS, F. G. M.; PEGURIER, F. J. H. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 165–183, 2011.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria & Sociedade**, v.16, n.2, p.130-155, 2008.

SCHLESINGER, Joseph. **Ambition and politics: Political careers in the United States**. Chicago: Randy McNally. 1966.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.



Recrutamento e carreiras políticas em Sergipe: *lugar de mulher é na política*

Vanderson de Gois Santos¹

GT 2 - Instituições, comportamento político e políticas públicas

¹ Vanderson de Gois Santos. Mestre em Antropologia Social. Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Antropologia. Cidade universitária Prof. José Aloísio de Campos. Av. Marechal Rondon, s/n Jardim Rosa Elze Prédio da Didática II, Pavimento superior. CEP 49100 – 000 São Cristóvão – SE. vandinhogois@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido numa linha de estudos sobre processos de recrutamento e participação política, voltada à análise das modalidades de inserção política, os recursos acionados e as formas de atuação de agentes e grupos no espaço político (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, a preocupação analítica central aqui se situou, em termos mais gerais, na apreensão das relações entre modalidades de participação política e recursos sociais e culturais (idade; titulações, sobretudo, escolar e profissional; experiências profissionais; trajetórias de vida; formas de apresentação de si, entre outros.), acionados de acordo com as lógicas subjacentes ao jogo político; e, num nível mais específico, interessou à investigação a análise dos elementos simbólicos presentes no que estamos chamando aqui de *simbologia da representação política feminina*, constituída pela presença da participação das mulheres em atividades político-partidárias. O caminho foi tentar analisar os discursos, os signos, as classificações e as formas de ação contextualmente construídos por agentes sociais localizados em situações específicas, em torno da presença da *mulher* no jogo propriamente político. O estudo também visou à análise das bases e lógicas sociais subjacentes às definições que visam a classificar ações ou atores como sinais de “competência política” (Bourdieu, 1983).

Dessa maneira, o ponto de partida da pesquisa, como problema analítico, são algumas observações anteriores, citadas acima, e, principalmente, indicações de trabalhos sobre o processo de participação política mediado pela análise das condições e recursos sociais postos em pauta (Coradini, 2002, 2007; Oliveira, 2008); sobre as práticas cotidianas de viver e pensar a “política” (Bezerra, 1999; Kuschnir 2000), assim como, sobre modalidades postas em prática na apresentação e legitimação de candidaturas no período eleitoral (Barreira, 1998; Coradini, 2001) e formas de participação política nesse período (Palmeira & Goldman, 1996), que apontam, sobretudo, o fato de a principal forma de legitimar posições ocupadas dentro do campo político ou pretensões à ocupação em tais cargos é a referência a algum tipo de “competência”, a algum trunfo julgado por agentes específicos como sinal de credenciais à inserção ou ao deslocamento na política, dentre os quais se destacam a condição prévia de “líder”, a obtenção de titulações escolares e/ou profissionais, características pessoais e naturais – cor, idade, gênero – condições socioeconômicas, enfim, alguma forma de apresentação de si que lhes possibilitem notoriedade entre seus pares.

Investigaram-se as correlações entre condicionantes culturais e sociais, trajetórias e formas de inserção política; as principais ações cotidianas ligadas ao exercício parlamentar; os símbolos, imagens e representações acionados em distintos momentos e, principalmente, em

torno da identificação de gênero na participação cotidiana. O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação mais ampla sobre os diversos planos de ação em que as atividades são construídas, como a relação entre a instituição partidária, os princípios do mandato parlamentar, o contato com as bases eleitorais e as atividades rotineiras do gabinete. Além disso, pretendeu-se compreender essas atividades como possibilidades e estratégias de reconversão em recursos eleitorais.

Em tal estudo foram realizadas entrevistas biográficas semidirigidas na tentativa de construção da trajetória de Goretti Reis, das condicionantes que fundamentam sua inserção política e suas ações dentro de seu mandato. Além disso, foram realizadas observações etnográficas sobre as principais atividades desenvolvidas pelos assessores nos gabinetes e em outros espaços de atuação; a relação entre essas atividades e as possibilidades e as estratégias de apresentação de si, tendo por base a identificação de gênero; os usos sociais da noção de *mulher*, os discursos produzidos em torno dessa noção, o contexto em que são produzidos, os interlocutores presentes nessas enunciações. Por outro lado, procuramos “ultrapassar” o nível da observação das práticas rotineiras e apreender, à medida do avanço da pesquisa em campo e das possibilidades, os sentidos, os significados construídos por esses agentes em torno da participação política (Weber, 2001; Geertz, 1973) que atuam como elemento de orientação de suas ações.

Nesses termos, procuramos investigar, num primeiro momento, as propriedades sociais das seis mulheres parlamentares presentes nesta última legislatura (17^a – 2011 a 2015), concentrando-se mais detidamente no exercício cotidiano das atividades políticas da deputada Goretti Reis (Partido Democratas), cuja assessoria direta é composta por quatro (4) assessores que dividem a organização e o funcionamento de seu gabinete no prédio da Assembleia Legislativa. Além dessa equipe, encontram-se *pessoas de confiança* da deputada em Lagarto – município de Sergipe no centro-sul considerado sua *base eleitoral* –, na casa de apoio Artur Reis, onde se desenvolvem cursos profissionalizantes de pequeno porte (artesanato, corte e costura, beleza e estética) e uma consultoria jurídica para a população de baixa renda. O universo político que tais atividades se desenvolvem foi um lugar sociológico privilegiado devido a algumas particularidades observadas em relação ao ingresso na esfera político-partidária, à constituição do capital político e à posição política notadamente assumida dentro da Casa. Observaram-se, nesse caso, não só seu posicionamento de esquerda ao governo do estado, como também a presença constante em suas atividades cotidianas de indicações legislativas para a cidade de origem da deputada (município de Lagarto). Além disso, a posse de um capital político fundado na herança familiar de participação política nas três esferas do

poder é considerada decisiva para entrada nesse universo, tido inicialmente pela parlamentar como um espaço onde as formas de atuação masculina eram mais legítimas.

RECURSOS SOCIOCULTURAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA: CREDENCIAIS E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA

Toda estrutura política supõe regras variáveis, nas quais coexistem elementos considerados necessários para que os atores sociais desempenhem um papel dentro de um específico cenário político. São qualidades que incluem atributos naturais (gênero, idade e cor), ao lado de outros determinantes socioculturais, relativas à experiência política, à riqueza material, à titulação escolar. Em outras palavras, as possibilidades de um indivíduo participar ou não de atividades consideradas próprias da “política” – sindicatos, associações, partidos, cooperativas, ONGs, por exemplo - podem ser analisadas através de uma série de fatores sociais e culturais. Entre o interesse, a inclinação e a participação efetiva em algum movimento coletivo, em defesa de alguma “causa” entrelaçam-se diversos fatores que combinam condicionantes culturais e sociais (origem social, convívio familiar, socialização religiosa e política, trajetória social, “experiências” vividas) com conjunturas pessoais e históricas (contexto político, “eventualidades”, “dom”, “oportunidades”). Dessa maneira, a tentativa de reconstituição dessas propriedades sociais das seis parlamentares que atualmente ocupam a Casa Legislativa do Estado foi ponto de partida da observação realizada.

Observa-se que a faixa etária dessas mulheres parlamentares compreende um intervalo entre os 50 e pouco mais dos 60 anos (apenas um caso com 63 anos), como se verifica na tabela 01. Essa concentração não apenas nos mostra um envelhecimento de trajetórias marcadas por experiências em postos de comando de diversas naturezas – militância em associações (sindicato e filantropia), cargos no Executivo (chefe municipal, secretarias municipal e estadual) e no Legislativo (assessoria parlamentar estadual e legislatura municipal), mas também, permite-nos visualizar que suas primeiras participações em atividades de caráter de direção coincidem com o período entre os 20 e 30 anos (apenas dois casos com 38 anos), cujas ocupações predominam em suas respectivas áreas de formação profissional. Dessa maneira, podemos observar que essa fase atua como um dos momentos principais na formação do sentimento de competência e de segurança considerados necessários à notoriedade e legitimidade políticas, pois nessa fase os indivíduos através de suas experiências entram em contato com diversos espaços que tendem a orientar suas referências, suas marcas intelectuais que definem as respectivas trajetórias.

Tabela 01: Engajamento e participação política

Fonte: TRE – SE e Assembleia Legislativa de Sergipe

DEPUTADAS	NASCIMENTO	CARGO POLÍTICO ANTERIOR	INFLUÊNCIA POLÍTICA
SUZANA AZEVEDO	17/05/1949	VEREADORA (ARACAJU) (1993-1994)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
MARIA MENDONÇA	10/03/1954	ASSESSORA PARLAMENTAR (1987-1995)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
DRA. ANGÉLICA	07/12/1954	PREFEITA (JAPOATÃ) (1992 – 1996)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
ANA LÚCIA	11/08/1958	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO (ARACAJU) (2000 – 2002)	MILITÂNCIA SINDICAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA
GORETTI REIS	01/12/1961	SECRETÁRIA DE SAÚDE (LAGARTO) (1997 – 2002)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
CONCEIÇÃO VIEIRA	13/02/1961	VEREADORA (ARACAJU) 2005 - 2007	MILITÂNCIA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA

Constata-se que o exercício anterior de atividades de direção caracteriza os itinerários sociais que podem explicar em parte o atual cargo político exercido por elas. Existe uma convergência de fatores socioculturais e políticos que fundamentam em diferentes escalas os sucessivos mandatos parlamentares em nível estadual. Nesse sentido, observou-se ainda que as dinâmicas de configuração do *capital político* indicam que em tal situação o processo de participação político-partidária não se caracterizou pela imposição das competências como o requisito principal dos processos de constituição e apresentação de dos programas políticos dessas parlamentares em diferentes contextos. Pelo contrário, os usos da formação escolar e atuações profissionais estão sempre associados às influências familiares e/ou à militância político-social e são esses respectivos vínculos que fundamentam tanto as perspectivas e os desdobramentos de suas atuais atuações políticas quanto suas intervenções nas instâncias formais das instituições políticas. Nesses termos, destacamos duas modalidades de inserção política, a partir do peso atribuído pelas próprias parlamentares como fator responsável em seus respectivos ingressos na esfera político-partidária. De um lado, há um ingresso notadamente marcado pela influência de ascendentes familiares que tiveram cargos na esfera partidária, constituindo-se como uma espécie de “heranças políticas”. Por outro lado, a inserção é explicada pelas atuações na militância estudantil, sindical e social, na qual a família apresenta

apenas as condições de socialização para uma inclinação política, como o gosto pela leitura, discussões de teor esquerdista, envolvimento com arte engajada, entre outros.

Além disso, verifica-se que essas mulheres na maior parte são oriundas de cidades do interior (apenas as deputadas Ana Lúcia e Suzana são naturais de Aracaju, ver tabela 02). A mudança para a capital coincide com a necessidade de concluir os estudos secundaristas ou ingressar no ensino superior – em geral combinados. Neste momento, são encontrados condições e formas de convívio social fundamentais a uma socialização política, principalmente através de cargos de direção em suas respectivas áreas de formação superior. Tal formação dessas deputadas promove uma sociabilidade que lhes permite aglutinar recursos e atributos como sinais de notoriedade em seus respectivos campos profissionais. Assim, Ana Lúcia formada em Pedagogia pela UFS, na qual participa exaustivamente da militância estudantil e de projetos de extensão, defendendo e atualizando suas concepções de esquerda formadas inicialmente no seio familiar, é presidente de uma associação sindical de professores por dois mandatos que funciona como trampolim para sua visibilidade política e candidatura para o legislativo estadual.

Do mesmo modo, Goretti Reis (DEM), após sua mudança para a capital para concluir seus estudos, ingressa na faculdade de enfermagem pela UFS e decididamente assume cargos de direção em postos de saúde e maternidades em Aracaju, o que lhe assegura não só um capital social decisivo para sua notoriedade na *saúde*, como também indicação para a secretaria municipal de saúde em Lagarto em 1997, época em que seu irmão Jerônimo Reis assume o Executivo municipal e desconhecia de sua eficácia técnico-administrativa, visto que, como ela própria atesta, ele morava em Lagarto e não tinha conhecimento com profundidade de seu exercício como enfermeira. Nesse sentido, a socialização política ou a inclinação para a formação de atributos pessoais e ou profissionais como garantia de sucesso e de destaque em determinados espaços sócio-políticos é em grande medida definida a partir dos vínculos criados nesse período de graduação ou de exercício profissional, configurando-se como um importante elemento norteador para o exercício de suas atuais posições, obviamente combinado, em níveis diferentes, com a socialização e a herança familiares numa simbiose sociocultural convertidas em capital político.

COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES: A (RE) CONSTRUÇÃO DO NOME GORETTI REIS

Existem diferentes atividades de gabinete e, conseqüentemente, também formas específicas de atuação. Avança-se, assim, na compreensão dos valores e das concepções a respeito das atuações parlamentares e de questões mais gerais, como suas definições de “política” e de representação, ao se examinar o funcionamento da organização existente no gabinete, os princípios de atuação e as estratégias de ação dos assessores e parlamentar envolvido diuturnamente nessas atividades. Consiste na tarefa central dessa seção considerar mais detidamente como esses trabalhos são realizados, o tipo de preocupação e interesse desses personagens ao atendimento da população e para “levar” positivamente o nome da parlamentar para as comunidades/cidades que formam sua *base eleitoral*. Em outras palavras, essas esferas de atuação são espaços socioantropológicos privilegiados, considerados por nós, para compreender a dinâmica de atividades que atravessam e marcam seu cotidiano parlamentar. Além disso, compreender as formas de atuação, de apresentação de si, do jogo e interesses políticos que se constrói a partir dessas ações e os valores que se interpenetram com essas práticas. Uma tentativa de reconstituição do universo de atuação da deputada e as noções de representação política que se estabelecem e promovem sentido para os atores sociais que mantém em diferentes níveis contatos e relações mais diretas com a parlamentar.

A rotina das atividades de gabinete desempenhadas pelos assessores pode ser organizada em três planos de ação: atividades administrativas, legislativas e “políticas”. As atividades propriamente de gabinetes são compostas não só de atividades burocrático-administrativas, como também de recepção de pessoas que por diversos motivos aparecem todos os dias, que consiste, sobretudo, em saber identificar e selecionar as pessoas que devem realmente ser atendidas, assim como, reunir previamente informações sobre essas demandas. Esse serviço é considerado uma função intermediária, porque quem estabelece realmente as condições e as possibilidades de atendimento é a própria parlamentar. Nesse sentido, existem diferenças de atenção às solicitações. Há um processo de seleção responsável pela separação dos pedidos que tenham condições de ser atendidos daqueles em que as condições de realizá-los são remotas.

Essas indicações coincidem com aquelas apontadas por Bezerra (1999) em relação à atuação dos parlamentares em Brasília dirigida para a liberação de recursos públicos federais para suas *bases eleitorais*. O autor destaca que os parlamentares definem critérios sobre o atendimento ou não dos *pleitos*. Existe uma hierarquização, segundo o autor, dos pleitos e, por conseguinte, dos laços sociais que se tecem em torno do atendimento desses pedidos. O julgamento da possibilidade ou não de atender as demandas depende do cruzamento de uma série de elementos: partido, região, votação, “honestidade” do solicitante, das condições efetivas do parlamentar de intervir em favor da demanda. Nesse sentido, a concepção de que o

acesso aos parlamentares deve ser feito sem nenhum obstáculo, orientada sob a ideia da representação simbólica que não procura distinguir a população, é definida na prática pela seleção de demandas baseada em critérios que apontam para a preocupação dos parlamentares e assessores com o estabelecimento e manutenção de vínculos que possam gerar, em última instância, votos e notoriedade política.

As atividades que consideramos como legislativas compõem as atuações voltadas para a elaboração de atos legislativos – moções, ofícios, requerimentos, proposições, projetos de lei e indicações. Nessa atuação, a parlamentar necessita do trabalho de assessores que estão diretamente ligados com a rotina de atividades na Casa legislativa. Esses assessores procuram orientá-la sobre os principais acontecimentos do dia e as discussões do plenário. Por isso, a leitura de jornais é considerada fundamental para essa atividade. É muito comum ver assessores lendo diversos tipos de jornais que abordam questões econômicas, políticas, sociais e culturais presentes em Sergipe e na esfera nacional.

No gabinete, os assessores buscam constantemente informações na mídia julgadas por eles como de interesse de seus parlamentares. Assinalam matérias, escrevem resumos para apresentar de forma sucinta essas notícias. Procurar essas informações sobre os principais fatos e notícias, como eles definem essa atividade, não é simplesmente uma questão de “estar informado”, mas sim um mecanismo de definição das estratégias de atuação dos parlamentares analisados nas sessões ordinárias e nas comissões permanentes das quais fazem parte.

Geralmente, na elaboração dos textos e discussões dos pontos que precisam ser redigidos nos projetos, a parlamentar necessita de um trabalho mais técnico, mais acurado e objetivo. Esse é um momento no qual as participações dos assessores são restritas, valendo-se da necessidade de uma formação e de experiências técnico-burocráticas desses agentes. O processo de elaboração desses atos legislativos consiste na leitura de estatísticas, de relatos, de discussões mais gerais que permitem um posicionamento mais fundamentado, mais preciso de suas pronúncias e elaborações. Assim, existe um pedido constante de consultorias cujas áreas não apresenta um domínio.

As consultorias são alternativas encontradas para assumir posições mais coerentes e sábias para aqueles que se definem como a base de sua representação política. É uma forma de atuar, assim, em benefício da atuação do parlamentar como uma pessoa legítima para proferir discursos, opiniões e questionamentos com um máximo de eficácia possível, através, sobretudo, dos subterfúgios de informá-la sempre sobre as discussões julgadas como interessantes ao seu mandato, ou seja, uma forma de agir de forma positiva no mundo social a partir do conhecimento que esses agentes possuem acerca desse mundo (Bourdieu, 1996). O êxito de

suas atuações é definido pelo domínio que o político adquire da “cultura parlamentar” em jogo (Kuschnir, 2000). Suas atividades propriamente legislativas exigem o convívio com um universo social com regras específicas e bem definidas, uma forma de atuação em que a formalidade e a objetividade das informações orientam essas práticas. Essa interação implica negociação permanente, regras formais de tratamento, de organização das falas, dos textos, do tempo e do espaço, que obedecem, assim, a uma etiqueta específica, muito diferente dos princípios de tratamento concedidos em seus gabinetes, que em muitos casos a informalidade opera nesse tipo de relações, sem uma elaboração mais requintada de tratamento, linguagem, tom das conversas e gestos.

As atividades “políticas” constituem como “campanha permanente” das atividades parlamentares. Essas ações que podem ser definidas por esse termo estão relacionadas exclusivamente com a função de intermediar o contato da parlamentar com a população em geral. O atendimento a eleitores, o contato com diversos grupos (comunitários, profissionais, entre outros) e a tentativa de resolução dessas reivindicações constituem o que definimos como a dimensão “política” das atividades de gabinete. A deputada costuma receber em seu gabinete pessoas oriundas das cidades do interior do Estado, sobretudo, daquelas que obteve votação. São eleitores, amigos, autoridades políticas – vereadores dessas cidades.

Os contatos estabelecidos entre a deputada e a população e autoridades municipais são estabelecidos de duas maneiras. De um lado, o atendimento no gabinete de eleitores, principalmente, das cidades consideradas a “área da deputada”. Os eleitores que a procuram são provenientes de seu colégio eleitoral, definido pela alta concentração de votos no município de Lagarto e algumas cidades nas quais a votação é relativamente menos expressiva. Nesse polo, as demandas são mais referentes às necessidades individuais e não necessitam muito do contato direto com a deputada, o chefe de gabinete é responsável, sobretudo, por esses atendimentos. Por outro lado, existem as reivindicações da população da *área da deputada*. Esse tipo de atendimento exige a presença física da deputada nessas localidades, geralmente, feita por contatos de assessores em Lagarto e de pessoas que se deslocam até seu gabinete em Aracaju. É interessante observar que esse tipo de pedido, classificado pela deputada como “questões regionais”, diz respeito aos problemas que afetam uma coletividade.

As possibilidades de atendimento ou não constituem um dos elementos de distinção dos parlamentares. A maior “facilidade”, as “chances” de resolver problemas e solicitações de coletividades definem o poder social do parlamentar (Bezerra, 1999) e distingue-os do cidadão comum. O desempenho desses políticos é avaliado, em termos práticos, pela demonstração pública do interesse por essas demandas pessoais ou coletivas e pelo esforço em resolvê-las.

No entanto, existem condições nas quais a resolução dessas solicitações torna-se “complexa”, porque no trabalho do parlamentar há limitações que o impedem de atendê-las, obrigando-o “fazer o que pode”, relativas às atribuições legais e ou ao posicionamento político que desempenha no jogo de interesses na obtenção de recursos que garantam resolver as demandas dirigidas à parlamentar.

Os assessores, dessa forma, atuam como intermediários entre as comunidades e a deputada, são aqueles que não só pertencem à cidade ou tem “conhecimento” com os moradores, mas também possuem as chances de contatar o poder público para intervir nessas comunidades. Kuschnir (2000) apresenta em seu estudo sobre o cotidiano de atividades do mandato de Marta Silveira, uma vereadora de votação concentrada no subúrbio carioca, o *duplo vínculo* dos assessores de Marta que atuam no “trabalho de rua”, o pertencimento e a comunicação com outros universos. Destacando, nesse caso, as diferentes atuações desses agentes e os códigos acionados em situações específicas, exigindo-lhes traduções de interesses e necessidades de uma esfera para outra, nas quais as lógicas de interação parecem não se combinarem ou são traduzidas em termos não identificados claramente nos respectivos campos de atuação.

AS DIMENSÕES SUBJETIVAS EM TORNO DO COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES

As atividades desenvolvidas no gabinete apontam, basicamente, para duas formas de contato com a população. Em um polo, atividades voltadas, sobretudo, para o atendimento de necessidades individuais. No outro extremo, encontra-se o esforço para resolver problemas que estão ligados a determinadas comunidades / cidades, que afetam diversas pessoas. São solicitações que exigem diferentes formas de ação da parlamentar e de sua assessoria. Esses padrões de relacionamentos com a população são classificados pelos assessores e pela parlamentar, em intensidades diferentes, como “pessoais” e “políticos” ou “comunitários”. Uma distinção não elaborada para indicar que esses agentes dedicam-se exclusivamente a uma ou a outra, pois atuar nesses dois planos não é algo excludente.

Essa separação parece marcar, sobretudo, as concepções a respeito das atribuições parlamentares, nas quais é preciso atuar em benefício da “população” da cidade/do Estado, de forma geral, sem qualquer distinção, assim como, “ajudar” os “eleitores” que os procuram, correspondendo às expectativas daqueles que deram credibilidade. Essas duas frentes de atuação estão presentes na rotina de atividades e encontram-se objetivadas na própria organização do gabinete, no qual encontramos assessores cuja tarefa principal é tratar de

questões legislativas e outros responsáveis para o contato mais direto com as *bases eleitorais*. No entanto, há um esforço em privilegiar, por parte dos assessores e da deputada, um contato mais “político”, que questões referentes à coletividade sejam discutidas em detrimento às relações mais “pessoais”, vistas de um ponto de vista ideal como menos legítimas de participação política. Além disso, sinaliza as diferentes interpretações de alguns eleitores e da parlamentar analisada a respeito de suas atribuições políticas. Nesse sentido, esses dois padrões de relacionamento são definidos e redefinidos em termos práticos, nos quais a atenção dada a um ou ao outro é vista de forma negativa pelas pessoas que por alguma forma os procuram.

Dessa maneira, a importância concedida a esses dois pólos de atividades sinaliza a concepção de tais agentes sobre quais elementos são considerados eficazes em relação a suas práticas de “fazer política”. As atividades dentro do mandato parlamentar são constantemente avaliadas e reorganizadas sob a orientação de atingir uma eficácia política, definida pelo raio de atuação que seus trabalhos possam alcançar e serem reconhecidos pela população. Assim, os elementos considerados fundamentais para o exercício dos respectivos princípios que pautam seu mandato apontam, sobretudo, para uma definição de política como uma atividade que necessita de uma constante elaboração de estratégias de contato com os eleitores. Uma definição que procura distanciar-se daquelas que consideram as campanhas eleitorais o momento mais legítimo e oportuno para um contato mais direto. A valorização da atividade permanente, ao longo de todo o mandato é uma tarefa primordial para esses assessores.

O “trabalho de gabinete”, nesse caso, é definido negativamente, pois se refere ao ambiente fechado dos gabinetes, sem um contato mais amplo possível com a “comunidade”, que permite formulações como *fulano é um político que trabalha no gabinete*. Em contraposição, atuar na área externa significa, nesses termos, “ir à rua”, “trabalhar”, desenvolver um “trabalho de base” que possibilite um reconhecimento positivo, através dos votos. Atribui-se, assim, um sentido para suas tarefas que consiste no trabalho constante, diferentemente das concepções que procuram localizar no tempo essas atividades, principalmente, no período eleitoral. Esse significado de atividade constante aponta para a concepção de campanha permanente, organizada em torno de “visitas” e “conversas” no interregno entre as eleições. Assim, “dar sustentação a esses votos, aos amigos” figura como um valor primordial na organização das atividades que compreendem cada gabinete.

Dessa forma, atuar em contato com os eleitores, com as pessoas que de alguma forma os procuram é outro valor que fundamenta a noção de “campanha permanente”. Como as atividades políticas são identificadas pela população em geral como distantes de suas interações e ações cotidianas, é preciso, de algum modo, torná-las visíveis (Palmeira, 2006). Além de

visitas, de atendimento nos próprios gabinetes, os parlamentares e suas assessorias procuram, em níveis diferentes, estar presentes no cotidiano das pessoas. Uma das possibilidades é a inauguração de obras, participação e promoção de eventos, entrevistas concedidas às diferentes mídias, enfim, todos os meios possíveis de tornar-se visível frente àqueles que identificam um tempo certo para essas atividades. Dessa maneira, existem atividades de comunicação elaboradas nos gabinetes que visam, sobretudo, informar à população sobre os benefícios que os parlamentares conseguiram realizar, suas discussões e questões defendidas.

No gabinete, o trabalho de assessoria de comunicação é definido para aproximar os eleitores. Para tanto, a construção do site de Gorette Reis é um indicativo dessa atuação, pois a divulgação de notícias sobre suas indicações e atuações e sua agenda política é uma tentativa de transparência de seu mandato. Outro aspecto, é a divulgação, nesses três últimos anos de mandato, de um boletim informativo das atividades, uma espécie de jornal que sintetiza suas principais atuações em três grandes domínios: denúncias sobre ações tidas como irregulares do governo do Estado e do município de Lagarto, marcando sua posição política de oposição; suas indicações na Casa de benefícios para sua *base eleitoral*, o município de Lagarto; e as principais visitas e homenagens que visam a destacar sua notoriedade e reconhecimento político dentro de diversas esferas sociais e políticas em Sergipe. Essas práticas não só assinalam a necessidade da constante aproximação, mas também, revelam uma concepção política cujos termos se inclinam para uma atuação nominal e direta do parlamentar, através de concessões de indicações e benefícios para Lagarto, concebidas como espaço de atuação legítimo que lhe rende visibilidade e distinção política.

Os valores e as estratégias de ação que orientam essas atividades podem ser agrupados em torno das concepções de *proximidade*, *identificação* e *transparência*. As diferentes atividades convergem, em diferentes níveis, para o objetivo de ajustar essas práticas em torno de tais eixos de orientação. Nas situações observadas, o contato com o “povo” é muito valorizado, revelando a articulação entre os parlamentares e os eleitores. O significado elaborado de “campanha permanente”, estar em constantes “visitas”, atender as pessoas que chegam até os gabinetes exprimem bem essa ideia de *proximidade*. Além disso, as atividades de comunicação, nas quais a informação das ações e atuações no cenário político-social, as constantes entrevistas em diferentes mídias, a confecção de jornais, calendários e a elaboração de um site são práticas que privilegiam as relações como objeto de contato mais amplo com a população. A função da *proximidade* significa tornar público o nome da parlamentar, na busca de prestígio e reconhecimento diante de seus pares. Estar no centro de notícias, dos

acontecimentos ou estar próximo fisicamente constituem, portanto, uma das estratégias rotineiras das atividades pensadas pelos assessores nos gabinetes.

A ideia de *identificação* sugere uma proximidade mais profunda, através da explicitação de características ou condições semelhantes entre a parlamentar e eleitores, acionadas em momentos oportunos, nos quais a dimensão pública das atividades de mandato e do gabinete está em evidência. No caso da deputada, a afirmação em atividades públicas, como eventos, seminários e conferências, de sua condição de mulher, de sua luta pela garantia e efetivação de direitos aos funcionários públicos, principalmente, os profissionais de enfermagem do Estado e sua defesa aos movimentos sociais organizados, conferindo-lhe experiência e uma visão real dos problemas dessas parcelas sociais, apontam como elemento que visa identificar com aqueles que a procuram e votaram. Da mesma forma, a expressão de sua cidade de origem, onde nasceu e viveu desde a infância e que conhece as necessidades da cidade e da região circunvizinha sinaliza também para esse aspecto. Assim, se a ideia de *proximidade* revela distâncias que precisam ser minimizadas entre os parlamentares e as pessoas, percebidas nas formulações *fazemos visitas aos nossos amigos*, a *identificação* sugere semelhanças de condições e repõe as diferenças eufemizadas.

Os valores alusivos à *transparência* permitem colocar o funcionamento da “política” em questão. É comum ouvir entre os assessores formulações a respeito das possibilidades em “resolver um caso”. Quando as pessoas os procuram, eles tentam reunir informações sobre as características dos problemas, para informar os procedimentos que têm que ser adotados e se estão dentro dos limites de atuação da parlamentar, funcionando, assim, como uma espécie de freio, de filtro das demandas. No caso de impossibilidade de resolução, são expressos os recursos e os acessos de que dispõem e os trâmites burocráticos que organizam as decisões e a “política”, na tentativa de denunciar os limites impostos pela burocracia do governo e seus esforços em tentar resolver. Assim, apresentar para “aqueles que não sabem” os caminhos que precisam fazer para atender aos pedidos, ou seja, evidenciar os “bastidores” em detrimento das impossibilidades de resolução consiste num valor que procura transparecer as regras para que não sejam enganados com falsas promessas aqueles que os contatam.

A eficácia dessa tarefa é, portanto, definida pelo *potencial de metamorfose* (Velho, 2004) desses políticos, ou seja, pela capacidade que possuem de desempenhar diferentes papéis em universos específicos. Uma *competência* (Bourdieu, 1983) reconhecida socialmente que os caracteriza como aptos e mais propensos para adquirir os recursos necessários para desempenhar essas atividades. Dessa maneira, as atividades que compreendem o funcionamento rotineiro do gabinete e das atividades em geral de seu mandato parlamentar

podem ser vistas como um trabalho de representação, que procura definir na prática quais questões e discussões constitui o perfil de sua atuação, de seu mandato, emergindo, assim, uma disputa sobre as formas legítimas de visões e de divisões de mundo. Uma tarefa também de apresentar a parlamentar, suas ideias e vínculos, com o intuito de manutenção da credibilidade firmada em outros contextos, principalmente, nas eleições e que possibilite também novos trunfos para as próximas disputas. Tais atividades constituem formas de reconstrução do sentido da política, nas quais a “transparência” que se revestem as atividades possibilita demonstrar “outro lado” da política, distanciando-se de formulações de opacidade e de distância que muitas vezes caracterizam o universo das atividades políticas. Assim, os valores e os símbolos elaborados em torno desse universo se alimentam dos signos e códigos vigentes nas práticas culturais, tornando-se eficazes pelo conhecimento que os agentes possuem acerca do mundo social (Barreira, 1998; Bourdieu, 1996).

CONCLUSÃO

O objeto deste trabalho foi definido como sendo o estudo das relações, práticas e concepções sociais produzidas a partir da atuação feminina em atividades político-partidárias no legislativo estadual em Sergipe. Uma análise das bases e lógicas que se circunscrevem no jogo propriamente político de definição e classificação de atores ou ações como sinais de *competência* e notoriedade dentro um espaço atravessado pelas constantes redefinições de *forças* e participação política. As evidências produzidas levam à constatação de que esta atuação inscreve-se num sistema complexo de relações de dependências mútuas, constituído, entre outros, pelos “políticos” e “eleitores”, no qual as classificações e as referências de gênero parecem não ganhar visibilidade nessas interações.

Esta rede de contatos e ações funda-se em concepções sobre a política e, especificamente, sobre a representação parlamentar em que ocupam um lugar privilegiado noções como o atendimento de demandas mais particulares e pessoais, a indicação de projetos e medidas governamentais para a localidade à qual os parlamentares encontram-se politicamente vinculados. Desse modo, ao analisar essas relações baseadas na construção de uma notoriedade política, torna-se evidente uma estrutura social cuja análise permite dar inteligibilidade às formas de ação, discursos e classificações construídos como produtos políticos que precisam ser divulgados num espaço onde existem diversas definições sobre o mundo social.

Este empreendimento analítico lançou mão de um conjunto de análises cujos pressupostos teóricos e metodológicos incorporam uma perspectiva nova ao estudo das atividades identificadas como políticas. Procurando identificá-lo no âmbito das discussões em torno da

temática do estudo de elites, em especial de elites parlamentares, buscou-se ampliar a perspectiva de análise aplicada a esse estudo ao se tentar aglutinar diferentes referenciais cujos pressupostos analíticos contrastam em certa medida com aqueles até então utilizados nas abordagens da literatura pertinente. Procurou-se privilegiar a análise sobre o processo de participação política mediado por noções de legitimação do profissional da política através de referências de suas propriedades sociais acionadas especificamente em determinados contextos, julgados por esses agentes como trunfos, credenciais à inserção ou ao posicionamento de seus programas políticos.

Essas indicações nos permitem afirmar que existe uma noção de representação parlamentar definida nessa ideia de mediação entre universos definidos como distintos, que não se aproximam e que precisam de estabelecimento de contatos, visto que a política para esses agentes é definida como um “espaço onde se decide tudo”. Nesses termos, o universo político partidário reveste-se de lógicas sociais e culturais, convertidas em indicações e proposições de intervenção nas regras e na burocracia das instâncias políticas, nas quais expectativas e interesses são revelados em diferentes níveis e contextos.

Cria-se uma lógica de ação caracterizada sob a ótica da conversão de códigos e linguagens para diferentes campos de atuação. Demandas provenientes de localidades ou grupos vistos como a *base eleitoral* da deputada precisam ser ajustadas em termos formais, em que predominam fatores que precisam ser controlados pela parlamentar para poder manter essa rede de relação. Predominam nesse nível termos mais formais da atuação parlamentar, no qual o conhecimento dessas regras e a eficácia na mobilização de recursos para garantir que as demandas sejam efetivadas são elementos imprescindíveis na constituição e manutenção de laços pessoais conjugados com a impessoalização da burocracia do Estado.

Dessa maneira, a referência às condições de gênero não predominam nessas atuações. Esse universo pesquisado permite-nos afirmar que as noções de *competência* e *notoriedade* são os indicadores de eficácia política. As constantes referências à formação na “área da saúde” e o acompanhamento das ações do governo nessa área são as principais formas de legitimação de seus programas, indicações e atuação dentro do legislativo estadual. Verifica-se que essas indicações não abrem espaço para definições de *mulher* ou características comumente associadas a esse grupo, em que os recursos sociais e culturais que a parlamentar apresentar como trunfos nesse jogo político constituem seu capital político e credencial na intervenção da ordem burocrática que se inscreve sua postura como parlamentar e nas localidades e grupos aos quais está vinculada politicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRA, Irllys A. F. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 1998.
- BEZERRA, Marcos O. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A representação política: elementos para a constituição do campo político*. In: Idem. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual*. In: Idem. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. SP: Edusp, 1996a.
- _____. *Cultura e Política*. In: Idem. *Questões de sociologia*. RJ: Marco Zero, 1983.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 2001.
- _____. *"Escolarização, militância e mecanismos de 'participação' política"*. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. *Como se Fazem Eleições no Brasil?* RJ: Relume-Dumará, 2002.
- _____. *Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas*. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, jun. 2007.
- GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura*. In: Idem. *A interpretação das culturas*. RJ: Zahar, 1973.
- KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. RJ: Jorge Zahar Ed, 2000.
- OLIVEIRA, W. J. F. de. *Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais*. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PALMEIRA, M. *Eleição municipal, política e cidadania*. In: PALMEIRA, M. & BARREIRA, C (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. RJ: Relume Dumará, NuAP / UFRJ, 2006.
- PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M (org.). *Antropologia, representação e voto*. RJ: Contra Capa Livraria, 1996.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7ª ed. RJ: Jorge Zahar, 2004.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad.: Augustin Wernet. 4. ed. SP: Cortez, Campinas, SP Editora da UNICAMP. V. 2, 2001.



Congruência entre eleitores e representantes em relação a temas morais no Brasil pós-1988

Fábio Henrique Silva Luiz¹

GT 2 - Instituições, comportamento político e políticas públicas

¹ Bacharel em ciências sociais e mestrando em sociologia política (UFSC). Bolsista do CNPq. E-mail: fabiohsluiz@gmail.com.

Introdução

Os estudos de *congruência política*² examinam se há ou não uma correspondência entre as preferências dos eleitores e as preferências ou ações dos representantes políticos. Apesar de estudos de congruência serem vastos nos EUA e na Europa, ainda é escasso esse tipo de pesquisa no país.

Inspirado na agenda de pesquisa proposta por Carreirão (2015), este trabalho – parte de uma pesquisa maior em andamento – realiza um estudo de congruência no contexto do Brasil pós-1988 analisando, especificamente, temas morais, ou seja, assuntos que se relacionam a “conflitos morais” entre “conservadores” e “progressistas”. É notório que esses embates estão ganhando papel de destaque no país nos últimos anos, se assemelhando aos debates do contexto americano dos anos 1980 (cf. Hunter, 1991).

Em relação a sete temas – união entre pessoas do mesmo sexo; legalização do aborto; descriminalização da maconha; adoção homoparental; criminalização da homofobia; “lei da palmada”; ensino do criacionismo nas escolas –, de um lado, examinamos a opinião dos cidadãos e, de outro, a atuação parlamentar federal. Até por conta da falta de estudos de congruência política no país, não encontramos nenhuma análise com o enfoque da nossa³.

Primeiramente faremos uma breve apresentação sobre nosso tipo de pesquisa, falando sobre responsividade e congruência política. Na próxima seção expomos nosso método de trabalho para, por fim, realizar nossa análise.

Responsividade e congruência política

É um ideal normativo básico da democracia representativa que os representantes, em suas ações, sejam *responsivos* aos desejos dos cidadãos, isto é, que eles adotem políticas públicas sinalizadas como preferidas pelos eleitores⁴. Pitkin (1967), por exemplo, argumenta

² Seguindo a proposta de Carreirão (2015), o termo “congruência política” é uma forma concisa de se referir à “congruência em relação a políticas públicas”. O autor lista outros termos possíveis para o mesmo tipo de estudo: estudos de “correspondência”, “policy congruence”, “congruência representacional”, “policy representation”, “policy responsiveness”, dentre outros.

³ O trabalho de Boas e Smith (2017, no prelo) analisa a congruência entre a opinião dos parlamentares e a dos cidadãos em relação a sete temas, dentre os quais alguns que poderiam ser classificados como de cunho moral: casamento entre pessoas do mesmo sexo, cotas raciais e sociais e aborto. O foco da pesquisa dos autores é, porém, distinto do nosso, pois busca comparar “opinião com opinião” e, mais especificamente, se determinados segmentos do eleitorado e do Legislativo compartilham preferências.

⁴ Essa definição de responsividade está presente, por exemplo, em Manin, Przeworski e Stokes (1999). Os autores complementam: “These signals may include public opinion polls; various forms of direct political action,

que “representar (...) significa agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles.” (p. 209, tradução nossa⁵). Na perspectiva da autora, o representante não deve se encontrar constantemente em desacordo com as preferências dos representados sem que haja um bom motivo para tanto⁶. Dahl, por sua vez, apresenta como característica-chave dos regimes democráticos “a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos” (2005, p. 25).

Esse anseio da democracia fornece o embasamento teórico para os estudos de congruência política, análises que tentam verificar se as preferências manifestas dos eleitores acerca de políticas públicas correspondem ou não com as preferências e/ou as ações dos legisladores. Vale salientar, como Powell (2004), que uma correspondência entre os desejos dos cidadãos e as políticas públicas desenvolvidas pelos representantes não é resultado necessariamente de um processo de responsividade, como no ideal proposto por Pitkin e Dahl⁷. Também se deve notar, como Rehfeld (2009), que uma congruência entre representantes e representados não é sinônimo de uma “boa representação”. Caso contrário, “Representantes, por exemplo, que votem em uma lei justa que, digamos, defenda os direitos de minorias, seriam maus representantes se seus eleitorados quisessem privar o grupo minoritário desses direitos.” (REHFELD, 2009, p. 216, tradução nossa⁸).

A despeito de algumas ressalvas, definir se há ou não uma congruência política nos parece ser o passo mais básico antes de prosseguir em análises mais avançadas de representação. Os estudos de congruência política para o contexto brasileiro são, porém, escassos. Carreirão (2015) argumenta que, apesar da literatura sobre representação política no país ser significativa, há pouca coisa desenvolvida por aqui quando se pensa nesse conceito em termos de congruência⁹. Contrariamente, são vastas as pesquisas do tipo nos últimos 50 anos nos Estados Unidos e na Europa.

Os estudos de congruência política se iniciaram por volta da década de 1960. Miller e Stokes (1963) desenvolveram um dos estudos pioneiros, com uma análise que comparava os

including demonstrations, letter campaigns, and the like; and, during elections, votes for particular platforms.” (p. 9).

⁵ No original: “(...) representing (...) means acting in the interest of the represented, in a manner responsive to them.”

⁶ O argumento de Pitkin (1967) – e também o de Dahl – se enquadra naquilo que a autora chama de visão *substantiva* de representação, a qual foca na qualidade, na “substância” do ato de representar.

⁷ Cf. a respeito Carreirão (2015).

⁸ No original: “Representatives, for example, who vote for a just law, that, say, upholds minority rights, would be bad representatives if their constituents wanted to deprive that minority group of those rights.”

⁹ O estudo de Ames, Pereira e Rennó (2011) se aproxima das análises de congruência política, mas apresenta um foco distinto. Vale assinalar que há um crescimento contínuo de estudos relacionados à congruência política com foco no contexto brasileiro sendo feitos nos últimos anos, como os de Carreirão e Melo (2014), Pederiva e Rennó (2015) e o trabalho no prelo de Boas e Smith (2017).

representantes, individualmente, com seus respectivos eleitorados. Esse tipo de estudo foi criticado posteriormente por Weissberg (1978), que o chamou de “representação diádica”; para o autor era mais relevante comparar quão os representantes, como um todo, representavam o conjunto dos cidadãos, o que ele chamou de “representação coletiva”. Esse tipo de análise foi o que mais se popularizou.

Carreirão (2015) examinou as principais literaturas nos Estados Unidos e na Europa sobre congruência desde a década de 1960 que comparam as preferências dos cidadãos com:

a) as preferências políticas dos representantes, ou b) as posições dos partidos sobre políticas públicas, expressas em seus manifestos, ou c) os votos dados pelos parlamentares no processo decisório, ou d) as políticas efetivamente aprovadas pelo Legislativo ou implementadas pelo Executivo. (p. 393).

O autor conclui que o “o quadro geral é preponderantemente positivo”, ou seja, que os parlamentares em geral estão de acordo – tanto em termos de suas opiniões quanto de suas ações – com a opinião majoritária da população. Esse resultado de certo modo coloca em xeque o diagnóstico comum de que vivemos uma “crise de representação”, ideia que remete a uma “desconexão” entre representantes e representados¹⁰.

Por outro lado, no Brasil, com a lacuna de estudos empíricos de congruência política,

Não temos respostas para algumas perguntas centrais: em que medida há congruência entre as preferências dos cidadãos e as dos representantes, em relação a diferentes políticas públicas? As políticas efetivamente aprovadas no âmbito do Legislativo e as implementadas no âmbito do Executivo estão em acordo com as opiniões da maioria dos cidadãos? Em caso positivo, a formação da opinião dos cidadãos é anterior e influencia as preferências e decisões dos principais *policy makers*, ou são estas que influenciam a opinião pública? (CARREIRÃO, 2015, p. 393).

Método

Enquanto determinados estudos de congruência miram verificar uma relação de causalidade entre a alteração na opinião dos cidadãos e a alteração nas políticas públicas (cf. Page e Shapiro, 1983, Stimson, MacKuen e Erikson, 1995, e Soroka e Wlezien, 2010), nosso estudo é mais parecido com os de Monroe (1979; 1998), cujo objetivo – “mais modesto” – é de averiguar em que medida as decisões dos parlamentares estão de acordo com a opinião dos eleitores.

¹⁰ Na perspectiva de Manin (1997) a ideia de uma crise de representação estaria relacionada à transformação do governo representativo no século XX que desvinculou eleitores e partidos políticos. Até então haveria uma ligação forte entre representantes e representados.

Nosso primeiro passo foi examinar questões de pesquisas de opinião pública de temas de cunho moral desde 1989, visando apurar a opinião majoritária dos eleitores¹¹. Para este trabalho foram selecionados sete temas¹²: união entre pessoas do mesmo sexo; legalização do aborto; descriminalização da maconha; adoção homoparental; criminalização da homofobia; “lei da palmada”; ensino do criacionismo nas escolas. Quando as surveys sobre determinado assunto eram recorrentes, fizemos uma triagem visando escolher questões dentro de três períodos distintos (décadas de 1990, 2000 e 2010), em média com o mesmo intervalo¹³, e com o critério de utilizar o mesmo instituto de pesquisa (de modo a, ao menos de forma aproximada, manter o método e enunciado da questão). Realizamos testes de significância (“teste Z”) para rejeitar ou não a hipótese nula de que não há diferença entre as proporções.

A seguir, classificamos os temas como “salientes” ou “não salientes”, seguindo um dos parâmetros propostos por Page e Shapiro (1983) da *recorrência da questão*. Na perspectiva dos autores, quando determinado tema é questionado de forma frequente, pode-se presumir que os cidadãos estão interessados no assunto, o que, por conseguinte, geraria uma maior chance de congruência¹⁴. Nessa perspectiva, a união entre pessoas do mesmo sexo, a legalização do aborto, a descriminalização da maconha e a adoção homoparental foram classificadas como “salientes”.

Quanto aos representantes – no caso, os parlamentares federais –, em relação aos mesmos temas selecionados investigamos o status da legislação federal pertinente desde 1989. De modo a enriquecer a análise, também verificamos, como um *indicativo de representação*, o resultado de “aprovações representativas” que tenham ocorrido no processo decisório, que, apesar de – ao menos idealmente – representarem proporcionalmente o Congresso, não geram uma decisão final. Isso incluiu aprovações de pareceres em comissões e em apenas uma das

¹¹ Essas pesquisas foram disponibilizadas pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/Unicamp) ou pelos próprios institutos de pesquisa (cf. Apêndice A) e estão agrupadas no Banco de Opiniões dos Eleitores sobre Políticas Públicas, produto de projetos de pesquisa coordenados pelo professor Yan de Souza Carreirão (UFSC).

¹² Dentre inúmeros temas possíveis, esses são os que mais conseguimos avançar na análise até o momento.

¹³ A escolha de uma pesquisa por década acaba inviabilizando análises mais pontuais da opinião dos eleitores, mas, pelo que observamos, resume bem a opinião majoritária e as tendências.

¹⁴ Naturalmente isso poderia significar apenas que quem solicitou a pesquisa (ou que determinado segmento da população) possui interesse no tema (sobre os problemas em relação à opinião pública, ver Bourdieu, 1982). Outra medida proposta por Page e Shapiro (1983) é a porcentagem de respostas do tipo “não sei” e “não respondeu” (quanto menor, mais saliente seria o assunto). No nosso caso, esse tipo de resposta variava nas questões recorrentes, dificultando uma apreensão. Optamos por examinar melhor essa medida em outra oportunidade.

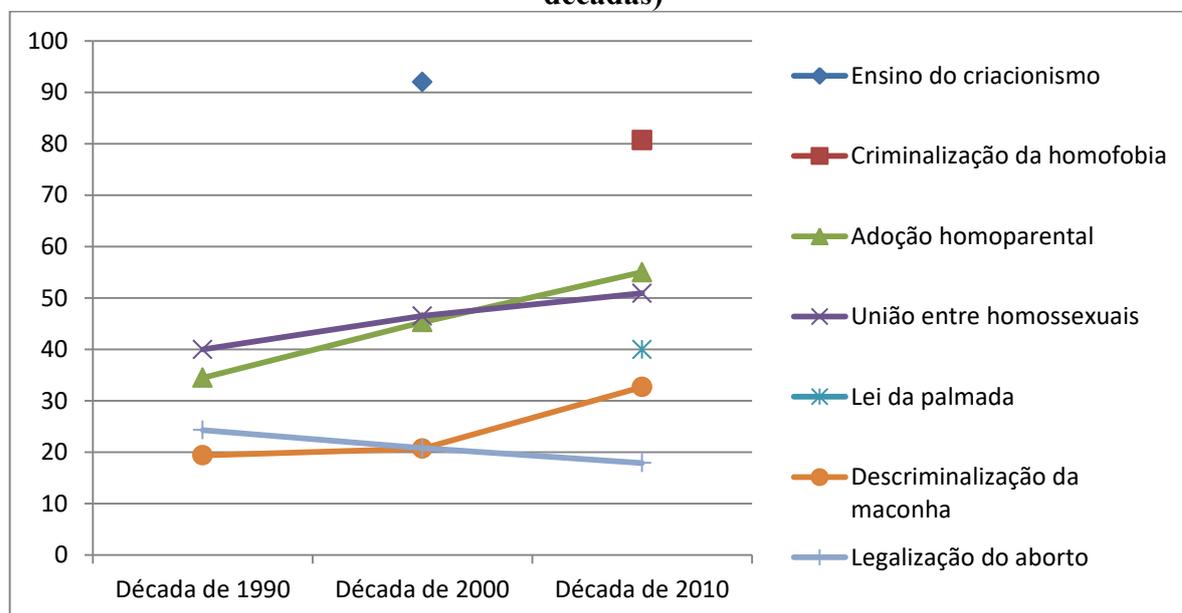
câmaras. Para tanto foram examinadas todas as proposições relacionadas que conseguimos encontrar até o momento¹⁵.

A partir dessas duas faces da investigação, realizamos uma avaliação da congruência entre as ações dos representantes e as opiniões dos representados acerca dos temas levantados.

Análise

Opinião dos eleitores

Gráfico 1 – Favorabilidade a temas morais pelos eleitores brasileiros no pós-1988 (por décadas)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados detalhados no Apêndice A.

O Gráfico 1 ilustra a opinião dos eleitores, focando na favorabilidade. Dentre os temas analisados verifica-se que apenas a criminalização da homofobia e o ensino do criacionismo nas escolas tiveram o apoio da ampla maioria da população (favorabilidade de 80,7% e 92%, respectivamente). A “lei da palmada”, por sua vez, registrou uma minoria favorável (40%).

Nos casos mais notáveis, os eleitores vêm apoiando cada vez mais a união homossexual e a adoção homoparental, a ponto de na década de 2010 registrarmos um “empate técnico” – constatado a partir do “teste Z” – em relação à união (50,9% de favorabilidade) e uma maioria favorável (55%) em relação à adoção.

¹⁵ Para a análise da ação dos representantes utilizamos os seguintes sites governamentais: Portal da Legislação (<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>); Câmara dos Deputados (<<http://www2.camara.leg.br/>>); Senado Federal (<<http://www12.senado.leg.br/hpsenado/>>).

A descriminalização da maconha, a despeito de uma ampla maioria contrária, tem registrado um aumento considerável na favorabilidade (de 19,4% na década de 1990 a 32,7% na década de 2010). A legalização do aborto, por outro lado, vem sofrendo uma rejeição cada vez maior (de 24,3% favoráveis na década de 1990 a 17,9% na década de 2010).

Ação parlamentar

No que tange à ação dos representantes federais, em relação à união entre pessoas do mesmo sexo (dentre diferentes propostas) e à adoção homoparental, verifica-se uma impossibilidade até 2011. Neste ano o Supremo Tribunal Federal (STF) mudou o entendimento acerca da união estável entre pessoas do mesmo sexo (através do julgamento conjunto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 4.277 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade 132), excluindo qualquer interpretação que a impedisse. Isso, na prática, legalizou ambas as questões¹⁶.

A união homossexual registra também “aprovações representativas” no Congresso Federal. O projeto de lei (PL) 1.151 de 1995, que criaria um tipo de “união civil”, foi aprovado em comissão especial da Câmara dos Deputados em 1996. Já o PL do Senado 612 de 2011, que reforçaria a decisão do STF, foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em 2012, e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 2017.

Em relação à legalização do aborto (considerando aqui a liberação “geral”) verifica-se uma impossibilidade desde 1989. Quanto a “aprovações representativas”, o PL 1.135 de 1991, que visava legalizar o aborto, foi rejeitado em 2008 na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Já a “lei da palmada” foi sancionada em 2014 (lei nº 13.010). A criminalização da homofobia, por sua vez, não é prevista em lei, mas chegou a avançar consideravelmente no processo decisório ao ser aprovada pela Câmara dos Deputados em 2006 (PL 5.003 de 2001). Não avançou, contudo, no Senado.

¹⁶ A decisão do Supremo definiu a união homossexual como uma entidade familiar, exatamente como a união heterossexual. Nesse sentido, um casal homossexual passa a ter a mesma possibilidade de adoção que um casal heterossexual (cf. a respeito Arguelhes e Ribeiro, 2017).

Os demais temas não tiveram sua situação alterada, nem constam “aprovações representativas”. A criminalização ao porte de maconha se mantém desde 1989¹⁷ e não há obrigação do ensino do criacionismo nas escolas.

Congruência política

Tabela 1 – Congruência entre a opinião dos eleitores e a legislação e “aprovações representativas” em relação a temas morais no Brasil pós-1988

Tipo	Tema	Congruência			
		Legislação		“Aprovações representativas”	
“Saliente”	União entre pessoas do mesmo sexo ¹	✓	?	X	?
	Legalização do aborto	✓		✓	
	Descriminalização da maconha	✓		—	
	Adoção homoparental	✓		—	
“Não saliente”	Criminalização da homofobia	X		✓	
	“Lei da palmada”	X		—	
	Ensino do criacionismo nas escolas	X		—	

Fonte: elaboração própria.

¹ Congruência dividida no período anterior e posterior a 2011.

Legenda: verde/✓ = congruência; vermelho/X = incongruência; amarelo/? = indefinido.

Após definirmos a opinião dos eleitores e a ação dos representantes, podemos determinar se estes têm agido de acordo com a preferência majoritária da população. Conforme ilustra a Tabela 1, no que se refere à legislação, temos, no geral, um quadro *positivo* de congruência, principalmente se dermos um peso maior aos temas “salientes”. Neste tipo de tema, o único caso em que não podemos afirmar uma congruência é em relação à união entre pessoas do mesmo sexo, e apenas após 2011. Isso porque, na pesquisa da década de 2010, realizada em 2016, houve um “empate técnico”. Vale a pena notar que a situação da

¹⁷ Pode-se argumentar contrariamente a isso, já que desde a lei nº 11.343 de 2006 (art. 28) não há mais a pena de prisão a quem portar drogas para consumo pessoal. Contudo, o fato é que continuam existindo penas “educativas”. O Datafolha parece seguir esse entendimento, pois, em seu histórico de surveys, de 1995 a 2017, nunca deixou de tratar o consumo de maconha como crime.

adoção homoparental e a opinião dos eleitores em relação a essa questão convergiram tanto antes quanto depois da decisão do STF.

Os temas “não salientes”, por outro lado, se mostraram todas incongruentes. Esse resultado vai ao encontro de vários estudos que concluem uma maior congruência em relação a políticas que são, em tese, de maior relevância para a população (cf. Monroe, 1998, e Page e Shapiro, 1983). Por essa lógica, os representantes buscam agir de acordo com a preferência majoritária no que tange a determinado assunto quando a população demonstra se importar mais com ele.

No que se refere às “aprovações representativas” (observando que são poucos os casos existentes) temos também um quadro predominantemente positivo. Novamente vale citar a união homossexual, com uma incongruência antes de 2011, já que foi aprovada em comissão especial em 1996, e uma indefinição após 2011, pois foi aprovada em duas comissões, mas consta o “empate técnico” na pesquisa de opinião da década de 2010. Porém, como já observado, essas aprovações somente podem ser vistas como um indicador de representatividade, já que inúmeros fatores influenciam no posterior desenvolvimento das proposições. Caso o projeto de lei chegue à votação em plenário, o resultado pode ser, inclusive, oposto às aprovações “intermediárias”.

Considerações finais

Em conclusão, pudemos verificar que, em relação aos temas morais trabalhados, nos que classificamos como “salientes” o Legislativo tem se mostrado, no geral, *congruente* com a opinião majoritária dos eleitores. Nos temas “não salientes”, entretanto, os representantes se mostram totalmente *incongruentes* com o desejo majoritário da população. Essa diferença entre temas “salientes” e “não salientes” vai ao encontro de outros estudos de congruência. Já na nossa análise adicional de “aprovações representativas” registramos, no geral, e a despeito dos poucos casos, uma *congruência*. Análises posteriores, com mais temas de cunho moral, poderão mostrar se a nossa conclusão geral se mantém.

Vale notar que o perfil de tema aqui analisado carrega um modelo exemplar do desafio e da complexidade que cerca a democracia representativa, pois uma congruência pode significar um atendimento do desejo da opinião majoritária dos eleitores, mas um desencontro com a demanda de minorias, que se baseiam, muitas vezes, em questões de “direitos

fundamentais”¹⁸. Nesse sentido, os temas poderiam sair da esfera legislativa para a jurídica, como foi o caso da união entre pessoas do mesmo sexo. Por conta desse entrave, que falta ser mais bem trabalhado, diferentemente do ideal que embasa estudos como o nosso, não podemos qualificar como *positivo* o fato de, no geral, termos registrado uma congruência.

REFERÊNCIAS

AMES, Barry; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Famintos por pork. Uma análise da demanda e da oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Org.). **O Congresso por ele mesmo**. Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. **Courts as the first and only legislative chambers?** The Brazilian Supreme Court and the legalization of same-sex marriage. *Verfassung und Recht in Übersee*, v. 50, p. 260-278, 2017.

BOAS, Taylor C.; SMITH, Amy E. **Looks like me, thinks like me?** Descriptive representation and opinion congruence in Brazil. *Working paper*, ago. 2017. Disponível em: <http://people.bu.edu/tboas/looks_like_me.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982.

CARREIRÃO, Yan S. **Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas**: uma revisão da literatura internacional. *Opinião Pública*, v. 21, 2015.

CARREIRÃO, Yan S.; MELO, Débora J. C. **Representação política na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88)**: congruência entre preferências dos cidadãos e políticas aprovadas na Constituição. *Teoria & Pesquisa*, v. 23, 2014.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HUNTER, James D. **Culture wars**: the struggle to define America. New York: BasicBooks, 1991.

LUIZ, Fábio Henrique S. **Homossexualidade e política no Brasil**: um estudo sobre opinião pública e representação política. 2016. 96 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

¹⁸ Nesse sentido é patente a atuação do Supremo Tribunal Federal em relação a temas morais nos últimos tempos, o que gera, por sua vez, acusações de uma atuação enviesada por parte do Judiciário em questões que deveriam, na realidade, ser da alçada do Legislativo (cf. Arguelhes e Ribeiro, 2017).

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Introduction. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan; MANIN, Bernard (Org.). **Democracy, accountability and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MILLER, Warren; STOKES, Donald. **Constituency influence in Congress**. *American Political Science Review*, n. 57, 1963.

MONROE, Alan D. **Consistency between constituency preferences and national policy decisions**. *American Politics Quarterly*, v. 7, n. 1, 1979.

_____. **Public opinion and public policy, 1980-1993**. *The Public Opinion Quarterly*, v. 62, n. 1, 1998.

PAGE, Benjamin; SHAPIRO, Robert. **Effects of public opinion on policy**. *American Political Science Review*, v. 77, n. 1, 1983.

PEDERIVA, João; RENNÓ, Lucio. **Responsividade democrática no Brasil de Lula e na Argentina dos Kirchner**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

POWELL, G. Bingham. **The chain of responsiveness**. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4, 2004.

PRZEWORSKI, Adam. **Una defensa de la concepción minimalista de la democracia**. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 59, n. 3, 1997.

REHFELD, Andrew. **Representation rethought: on trustees, delegates, and gyroscopes in the study of political representation and democracy**. *American Political Science Review*, v. 103, n. 2, 2009.

SOROKA, Stuart; WLEZIEN, Christopher. **Degrees of democracy: politics, public opinion, and policy**. New York: Cambridge University Press, 2010.

STIMSON, James; MACKUEN, Michael; ERIKSON, Robert. **Dynamic representation**. *American Political Science Review*, n. 89, p. 543-65, 1995.

WEISSBERG, Robert. **Collective vs. dyadic representation in Congress**. *American Political Science Review*, n. 72, 1978.

APÊNDICE A – Opinião dos eleitores

Observações preliminares: 1) Os percentuais de favorabilidade foram arredondados e são em relação apenas às respostas favoráveis e contrárias (ou similares), isto é, não se considerou respostas como “indiferente”, “não sei” etc. 2) A coluna “diferença” é em relação às respostas favoráveis e contrárias (nesta ordem).

União entre pessoas do mesmo sexo

Porcentagens de eleitores favoráveis à união entre pessoas do mesmo sexo (1997, 2008 e 2016)

Ano	A favor	Diferença
1997	40	-20
2008	46,5	-7,0
2016	50,9	1,8 ¹

¹ Diferença não significativa estatisticamente.

Fonte: pesquisas de opinião do Datafolha disponibilizadas pelo Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP:

1997: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/954>;

2008: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3148>;

2016: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4173>.

Questão: “Atualmente, a lei no Brasil não reconhece a união de pessoas do mesmo sexo. Muitos casais homossexuais, tanto de homens como de mulheres, querem que sua união seja reconhecida. Você é a favor ou contra a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo?”.

Legalização do aborto

Porcentagens de eleitores favoráveis à legalização do aborto (1996, 2008 e 2016)

Ano	A favor	Diferença
1996	24,3	-51,4
2008	20,8	-58,4
2016	17,9	-64,2

Fonte: pesquisas de opinião do IBOPE. As de 1996 e 2008 foram disponibilizadas pelo Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP:

1996: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/312>;

2008: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/2972>.

A pesquisa de 2016 está disponível (com os resultados agregados) em:

<[http://iboointeligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(imprensa\)-v2.pdf](http://iboointeligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(imprensa)-v2.pdf)> (Acesso em 24 ago. 2018).

Questão: “E falando especificamente sobre aborto, existem propostas de mudar a Constituição atual para que o aborto deixe de ser crime e assim possa ser feito pela rede pública de saúde. Para cada proposta que eu ler, por favor diga-me se concorda, discorda ou se não tem opinião formada a respeito: O aborto ser legalizado em qualquer situação, ou seja, a mulher decide o que quer fazer” (1996). “O(A) sr(a) diria que é a favor ou contra a legalização do aborto no Brasil?” (2008 e 2016).

Descriminalização da maconha

Porcentagens de eleitores favoráveis à descriminalização da maconha (1995, 2008 e 2017)

Ano	A favor	Diferença
1995	19,4	-61,2
2008	20,8	-58,4
2017	32,7	-34,6

Fonte: pesquisas de opinião do Datafolha. As de 1995 e 2008 foram disponibilizadas pelo Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP:

1995: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/1462>;

2008: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3148>.

A pesquisa de 2017 está disponível (com os resultados agregados) em:

<<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/08/b29e802ac9aa4689aa7d66fbc24a52e045d6de.pdf>>

(Acesso em 24 ago. 2018).

Questão: “Atualmente fumar maconha é crime. Na sua opinião, fumar maconha deveria continuar proibido por lei ou deveria deixar de ser crime?”.

Adoção homoparental

Porcentagens de eleitores favoráveis à adoção homoparental (1997, 2007 e 2016)

Ano	A favor	Diferença
1997	34,5	-31
2007	45,3	-9,4
2016	55	10

Fonte: pesquisas de opinião do Datafolha. As de 1997 e 2016 foram disponibilizadas pelo Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP:

1997: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/954>;

2016: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4173>.

A pesquisa de 2007 está disponível (com os resultados agregados) em:

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/religiao_03052007_2.pdf> (Acesso em 24 ago. 2018).

Questão: “E em relação a adoção de crianças por casais de homossexuais, você é a favor ou contra?”

Criminalização da homofobia

Porcentagem de eleitores favoráveis à criminalização da homofobia (2016)

Ano	A favor	Diferença
2016	80,7	61,4

Fonte: pesquisa de opinião do Datafolha disponibilizada pelo Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4173>.

Questão: “Na sua opinião, deveria ou não haver uma lei para punir quem intimidar, constranger ou ofender homossexuais?”.

“Lei da palmada”

Porcentagem de eleitores favoráveis à “lei da palmada” (2010)

Ano	A favor	Diferença
2010	40	-20

Fonte: pesquisa de opinião do Datafolha disponível (com os resultados agregados) em:

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/palmada_27072010.pdf> (Acesso em 24 ago. 2018).

Questão: “Você é a favor ou contra o projeto de lei contra palmadas que proíbe palmadas, beliscões e outros castigos físicos aplicados a crianças e adolescentes?”.

Ensino do criacionismo nas escolas

Porcentagem de eleitores favoráveis ao ensino do criacionismo nas escolas (2004)

Ano	A favor	Diferença
2004	92	84

Fonte: pesquisa de opinião do IBOPE disponibilizada pelo Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP: <https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/2409>.

Questão: “O(a) sr(a) acha que a crença de que Deus criou o homem na forma atual, conforme conta a Bíblia, o chamado criacionismo, deve ou não deve ser ensinado nas escolas?”



Vitimização, medo do crime e confiança nas instituições no Brasil

Gabriela Ribeiro Cardoso¹

GT 2 Instituições, comportamento político e políticas públicas

¹ Doutoranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas NIPP/UFSC, E-mail: grcgabi@gmail.com, bolsista do Cnpq.

Vitimização, medo do crime e confiança nas instituições no Brasil²

Resumo

Pesquisas recentes têm apontado o impacto negativo da criminalidade na confiança nas instituições políticas (DAMMERT, 2012; SILVA e RIBEIRO, 2016). Neste sentido, Carreras (2013) ressalta que a violência afeta negativamente o apoio político, sendo que o seu aumento na América Latina consiste em uma ameaça para a qualidade da democracia na região. Assim, o artigo possui como objetivo principal analisar a relação entre vitimização, medo do crime e confiança nas instituições no Brasil. A metodologia do trabalho contempla modelos de regressão múltipla para o caso brasileiro, utilizando dados do Latin American Public Project – Lapop de 2016/2017. Os resultados encontrados sinalizam a pertinência do medo do crime na desconfiança em diferentes instituições, especialmente às relacionadas à representação política.

Palavras-chave: Vitimização, Medo do crime, Confiança nas Instituições.

Introdução

Pesquisas recentes têm apontado o impacto da percepção de um aumento na criminalidade no declínio da confiança nas instituições políticas, especialmente nas instituições relacionadas ao sistema de justiça e a polícia (DAMMERT, 2012).³ Neste sentido, a insegurança dos cidadãos pode impactar negativamente na governança democrática ao diminuir a capacidade dos indivíduos se envolverem em atividades rotineiras pelo medo do crime, podendo ainda minar o apoio público à democracia (COHEN, LUPU e ZECHMEISTER, 2017).

Por conseguinte, 23,9% dos brasileiros afirmaram terem sido vítimas de crime nos últimos 12 meses, dado próximo à média latino-americana de 23,7%.⁴ No entanto, 66,2% dos brasileiros afirmaram que ocorreram assassinatos na sua vizinhança nos últimos doze meses, dado superior ao de países como Venezuela (64,9%), El Salvador (37,4%) e Honduras (32%). Enquanto em 2014, 51% dos brasileiros reportaram a ocorrência de assassinatos em seu bairro nos últimos dozes meses, no ano de 2017, aproximadamente 2/3 viviam em bairros que

² Agradeço às contribuições do meu orientador professor Julian Borba e de Felipe Mattos Monteiro para o desenvolvimento deste artigo.

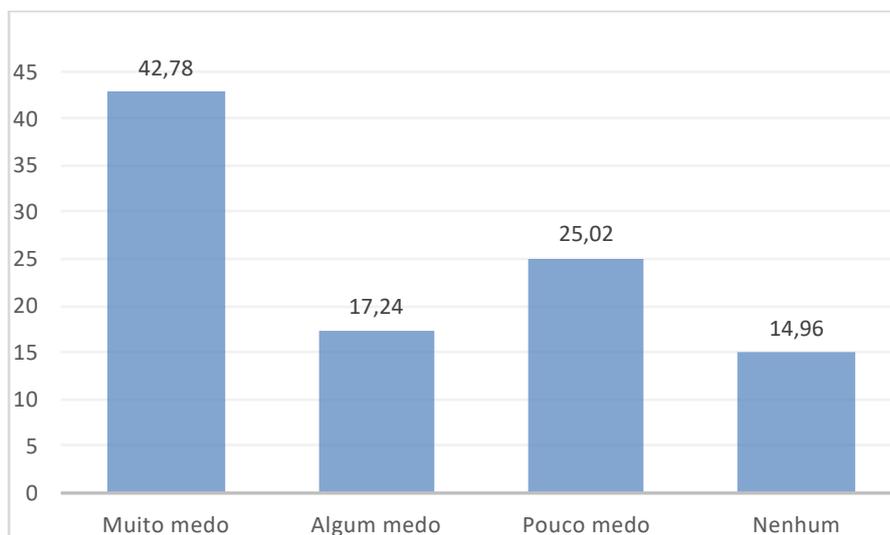
³ “In other words, empirical evidences show that the perception of an increase in crime – related insecurity brings about a decline in trust in the political institutions in general, and, in particular, in the institutions responsible for formal social control like the justice system and the police” (DAMMERT, 2012, p. 103)

⁴ Os dados mencionados neste parágrafo são do Latin American Public Project – Lapop. O Lapop iniciou em 2004 e atualmente abrange 28 países. O Lapop mede valores, comportamentos e atitudes políticas nas Américas.

ocorreram homicídios nos últimos dozes meses, deste total, 19,5% afirmou que os homicídios aconteceram uma vez por semana 19,5%, e 34,07% uma ou duas vezes por mês.

Conforme consta no *gráfico 1*, é possível salientar que 42,78% dos brasileiros possuem muito medo de serem vítimas de homicídios e apenas 14,96% afirmaram não terem medo. Por sua vez, a proporção de indivíduos que se sentem inseguros em decorrência da possibilidade de ser vítima de assalto ou roubo na América Latina é a maior encontrada na pesquisa do Latin American Public Project - Lapop desde 2006, sendo que os níveis mais altos de insegurança em 2016/2017 são observados na Venezuela (38,5%), República Dominicana (30,9%) e no Brasil (29%) (COHEN, LUPU e ZECHMEISTER, 2017).

Gráfico 1: Medo de ser vítima de homicídio no Brasil (2017)



Fonte: Lapop (2017)

Portanto, torna-se relevante analisar quais são os impactos deste nível de violência na confiança nas instituições. Nesse sentido, o artigo possui como objetivo principal analisar a relação entre vitimização, medo do crime e confiança nas instituições no Brasil com base nos dados do Lapop de 2017. A primeira parte do artigo contempla aspectos teóricos sobre o conceito de confiança nas instituições, bem como a literatura que tem explorado a relação entre confiança nas instituições, apoio à democracia e violência. Na sequência é descrita a metodologia do trabalho e as variáveis referentes aos modelos utilizados de regressão múltipla. Por fim, são apresentados os resultados das análises e posteriormente as considerações finais.

1. Confiança nas instituições políticas: aspectos teóricos e empíricos

Para avançar na proposta desse artigo que trata da relação entre confiança nas instituições, vitimização e medo do crime, é necessário abordar aspectos gerais do debate sobre confiança. As origens do interesse de pesquisa sobre confiança política podem ser traçadas como consequências da segunda guerra mundial e da guerra fria. Nesse contexto, os cientistas políticos iniciaram a investigação sobre as condições estruturais para a estabilidade do regime, em um consenso forte sobre a necessidade de que os cidadãos possuíssem valores e atitudes para os princípios democráticos, instituições e atores (ZMERLI, VAN DER MEER, 2017). Na década de 60, Easton publicou a obra “A Systems Analysis of Political Life” que se tornou uma referência importante para o debate.

Convém mencionar que a distinção realizada por Easton entre apoio difuso e apoio específico tornou-se central para compreender a avaliação dos regimes democráticos e embasou uma série de estudos. Enquanto o apoio difuso ocorre de forma mais latente e incondicional às instituições do regime, o apoio específico refere-se à aprovação do desempenho de atores políticos específicos do governo sendo "condicional ao funcionamento das instituições e atuação dessas autoridades" (RENNO et al, 2011, p. 9). Easton acreditava que o apoio vinha da percepção dos cidadãos sobre os resultados das ações das autoridades para os indivíduos, podendo variar em decorrência de benefícios percebidos ou satisfação. O autor argumentou que o apoio difuso era mais durável e independente dos resultados específicos do regime do que o apoio específico (BOOTH e SELIGSON, 2009).

Posteriormente, Norris (2011) retomou as formulações de Easton e enfatizou que o apoio específico enfoca no apoio sobre os políticos eleitos responsáveis por implementar decisões políticas dentro do Estado-nação. Tais indicadores incluem a popularidade do presidente incumbente, primeiros-ministros, líderes partidários, governos municipais, bem como o apoio à partidos políticos em particular. O apoio específico também contempla atitudes em relação às lideranças e autoridades de outras agências públicas como juízes, militares e polícia.

Em relação ao apoio específico para políticos eleitos, Norris (2011) também ressaltou que é esperado que este oscile no tempo em resposta à fatores contextuais, como a performance de administrações específicas, mudanças de políticas públicas ou de lideranças políticas. O apoio específico de políticos eleitos seria mais explicado por fatores de curto e médio prazo que contemplariam a gestão do governo sobre políticas econômicas, sociais e externa, bem como o

impacto de acontecimentos internacionais. Logo, Norris argumenta que a falta do apoio específico de um modo persistente poderia ter consequências na governança em todos os países, mas não mina a legitimidade do Estado-nação. Em contraste, para Easton, o apoio difuso representa sentimentos que são mais abstratos em relação ao Estado-nação e suas agências, pois “instituições políticas persistem até mesmo quando os líderes incumbentes são destituídos do cargo”.⁵

Zmerli e Van der Meer (2017) compartilham da perspectiva de Norris (2011) e destacam que dentro do espectro conceitual do apoio político, a confiança é voltada aos atores políticos e para as performances institucionais, sendo assim bastante volátil. Tal definição de confiança política exclui objetos mais abstratos como a comunidade política e princípios democráticos. Nesse sentido, a confiança política consiste em um indicador que relaciona princípios democráticos abrangentes à atores cotidianos e políticas. Zmerli e Van der Meer definem a confiança política como fundamentalmente *relacional e situacional*, assim, a confiança é relacional porque possui um sujeito que confia e um objeto que é confiado; é também situacional pois é comumente atribuída ou retida pela referência a tipos específicos de ações ou contextos.

Norris (2011) considera que a distinção entre apoio específico e difuso é mais plausível teoricamente e convém ser mantida se for entendida mais como um *continuum* do que uma dicotomia. A partir da noção de Easton, mas empregando-a em termos mais contemporâneos, Norris entende o conceito de apoio político como um fenômeno multidimensional que expressa um *continuum* dos níveis mais difusos para os mais específicos. Desse modo, é possível distinguir entre cinco componentes do apoio político em um modelo aninhado, no qual cada componente corresponde a uma série de medidas empíricas. Nessa perspectiva, a confiança nas instituições consiste em um dos cinco componentes⁶ do apoio político que está mais próximo do apoio específico.

Booth e Seligson (2009) compartilham da perspectiva multidimensional do apoio político de Norris, no entanto, desenvolvem as suas contribuições de um modo mais amplo ao

⁵ “Political institutions persist even though incumbent leaders are removed from office” (NORRIS, 2011, p. 22).

⁶ Os cinco componentes propostos por Norris (2011) são: 1) O pertencimento ao Estado-nação é considerado o mais geral e é exemplificado por sentimentos de orgulho nacional, patriotismo e identidade; 2) A concordância com os princípios fundamentais e valores no qual o regime é baseado; 3) A avaliação das performances do regime em geral (satisfação com a governança democrática e avaliações sobre o funcionamento do processo democrático e práticas); 4) A confiança nas instituições do regime, como o executivo, legislativo, judiciário, forças de segurança, governos locais; 5) Aprovação dos políticos incumbentes, como atitudes sobre líderes partidários, legisladores, funcionários públicos, apoio às lideranças e autoridades dos setores públicos (que seria o mais específico).

considerarem a legitimidade democrática. Por sua vez, Booth e Seligson encontraram em suas análises sobre a América Latina seis dimensões da estrutura da legitimidade democrática⁷, as quais estão agregadas do nível mais difuso ao mais específico, seguindo também a conceitualização de Easton. A confiança nas instituições está relacionada, de um modo geral, à dimensão da legitimidade do *apoio às instituições do regime* (contemplando assim a confiança nos partidos políticos, a confiança no legislativo, a confiança na suprema corte, a confiança no tribunal eleitoral) e também à dimensão do *apoio ao governo local* (que considera a confiança também a confiança no governo local). Convém mencionar que diferentemente de Norris, Booth e Seligson (2009) não contemplam entre as instituições analisadas a confiança no exército e na polícia, no entanto, no presente estudo estas instituições são consideradas.

Ao realizarem o mapeamento da literatura sobre confiança política, Zmerli e Van der Meer (2017) ressaltaram quatro aspectos gerais destes diagnósticos. Primeiramente, os estudos empíricos sobre confiança política sugerem que o declínio na confiança política pode afetar algumas instituições e atores mais do que outros, especialmente políticos e partidos políticos são mais afetados do que o parlamento, o sistema legal e os regimes. Segundo, a erosão pronunciada na confiança política constitui-se de um modo nas democracias estabelecidas (como tem sido observado nos Estados Unidos desde os anos 60) e talvez não possa ser generalizada em todas as outras sociedades democráticas. Terceiro, as análises que cobrem um período curto de tempo podem encontrar resultados diferentes dos estudos que contemplam os últimos cinquenta anos. Quarto, declínios agudos na confiança política talvez possam ser rapidamente restaurados.

No contexto brasileiro, Álvaro Moisés (1995) na obra “Os brasileiros e a democracia” dedicou-se a analisar a formação da legitimidade democrática, enfocando nas transformações políticas na década de 80 e início dos anos 90 no país. Assim, Moisés procurou identificar quem são os democratas brasileiros, bem como quais são os fatores que influenciam a sua formação de atitudes e opiniões políticas. A dimensão da confiança nas instituições é um dos aspectos importantes contemplados na análise, que retoma a distinção de David Easton entre apoio difuso

⁷ Booth e Seligson (2009) apontam seis dimensões da estrutura da legitimidade democrática: 1) A existência de uma comunidade política, que consiste na mais básica e difusa das seis dimensões; 2) Apoio aos princípios do regime, que se refere ao apoio básico às normas-chave da democracia; 3) Apoio às instituições do regime que se refere à conceitualização clássica da legitimidade como sendo enfocada nas instituições do Estado; 4) Avaliação da performance do regime, que considera os itens sociotrópicos da performance econômica; 5) Apoio ao governo local, aspecto pouco considerado nos estudos de legitimidade; 6) Apoio aos atores políticos ou autoridades (BOOTH e SELIGSON, 2009, p. 49).

e apoio específico. A temática da confiança política também é desenvolvida por Moisés em trabalhos posteriores, tornando-o uma das referências na discussão brasileira.

Ao analisar dados de pesquisa de opinião do início dos anos 90, Moisés (1995) salientou que a insatisfação com o desempenho dos partidos políticos é majoritária e haveria uma tendência nacional de rejeição aos políticos e ao modo de funcionar de algumas instituições. No entanto, a adesão normativa à democracia consistiu em um aspecto central da experiência brasileira dos anos 80 e 90.⁸ Ademais, Moisés destacou a relevância da educação para demarcar uma linha divisória entre os que se sentem motivados a participarem da vida pública e os que estão alheios a ela. Nos níveis mais altos de escolarização, os entrevistados revelam-se mais críticos tanto no que diz respeito ao funcionamento das instituições, quanto à performance do governo.

Posteriormente, Moisés (2010) ressaltou que a confiança envolve a crença e as expectativas das pessoas em relação às funções atribuídas às instituições no regime democrático. Nessa perspectiva, Moisés (2010) enfatiza que a confiança afeta a qualidade da democracia, pois a desconfiança dos cidadãos em relação às instituições possibilita um ambiente favorável para o descomprometimento com a vida pública, com os cidadãos recusando-se a cooperar com a vida social e política. A desconfiança generalizada sinalizaria uma percepção negativa dos cidadãos quanto à capacidade das instituições públicas.

1.1 Confiança nas instituições, vitimização e medo do crime

No que refere à literatura recente que tem conectado a relação entre confiança nas instituições, vitimização e medo do crime, destaco aqui as contribuições de Carreras (2013) e Silva e Ribeiro (2016). É relevante destacar que Carreras (2013) enfatiza que até recentemente, o impacto da violência criminal sobre o apoio político foi negligenciado na literatura sobre legitimidade política por se atribuir maior atenção à performance das instituições em outras áreas, especialmente no aspecto econômico.⁹ Desse modo, o autor visa preencher as lacunas

⁸ Contudo, Moisés alertou que “a evidência empírica confirma a existência, no Brasil, de uma ‘reserva preliminar de legitimidade democrática que, apesar do intenso e crescente mal-estar dos cidadãos com funcionamento da política no dia-a-dia, se mantém com base na adesão geral aos princípios normativos da democracia em diferentes segmentos da opinião pública. No entanto, por definição, essa ‘reserva’ preliminar de legitimidade é limitada e, assim, insuficiente para assegurar a continuidade do novo regime democrático no tempo, quaisquer que sejam as condições” (MOISÉS, 1995, p. 230).

⁹ "The literature on political legitimacy has largely neglected insecurity while paying much more attention on the performance of institutions in other areas (mainly the economy). The results of this study suggest that increasing criminal violence may also have a negative impact on the democratic political culture in Latin America, thus undermining one of the building blocks of democratization in the region" (CARRERAS, 2013, p. 101).

identificadas em trabalhos anteriores para possibilitar uma compreensão mais ampla do impacto da violência criminal no apoio político nos países da América Latina.

Em suas análises, Carreras (2013) contempla dados do Lapop¹⁰ de 2004 para dez países latino-americanos e ressalta que os resultados indicam que os respondentes que foram vítimas de crime tendem a expressar menor apoio ao sistema. Além disso, Carreras considera que as variáveis referentes à percepção da violência e vitimização possuem um impacto no apoio às instituições políticas que é comparável ao tamanho de muitas outras variáveis privilegiadas pela literatura de comportamento político.

Contudo, o trabalho de Carreras (2013) não considera o caso brasileiro entre os países estudados. Nesse sentido, as contribuições de Silva e Ribeiro (2016) demonstram que a vitimização afeta as atitudes que os cidadãos possuem em relação à confiança nas instituições, em contextos diferenciados de institucionalização política. Os autores destacam que o impacto de fenômenos traumáticos, como a vitimização, permanece como uma dimensão pouco abordada no debate sobre confiança. Em linhas gerais, Silva e Ribeiro (2016) consideram que ser vítima de crime estaria relacionado a um conjunto de valores que interferem na consolidação democrática.

A partir da análise de dados do Lapop, Silva e Ribeiro concluem que tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil a “vitimização por crime diminuiu a confiança que os indivíduos depositam nas instituições democráticas, em que pese o efeito mais pronunciado naquelas que se encarregam diretamente da administração da criminalidade (polícia e justiça)” (SILVA e RIBEIRO, 2016, p. 79). No entanto, é relevante observar que este trabalho enfoca na experiência concreta de ser vítima de crime, mas não considera variáveis referentes ao medo do crime, como sentimento de insegurança, o que também será contemplado no presente artigo.

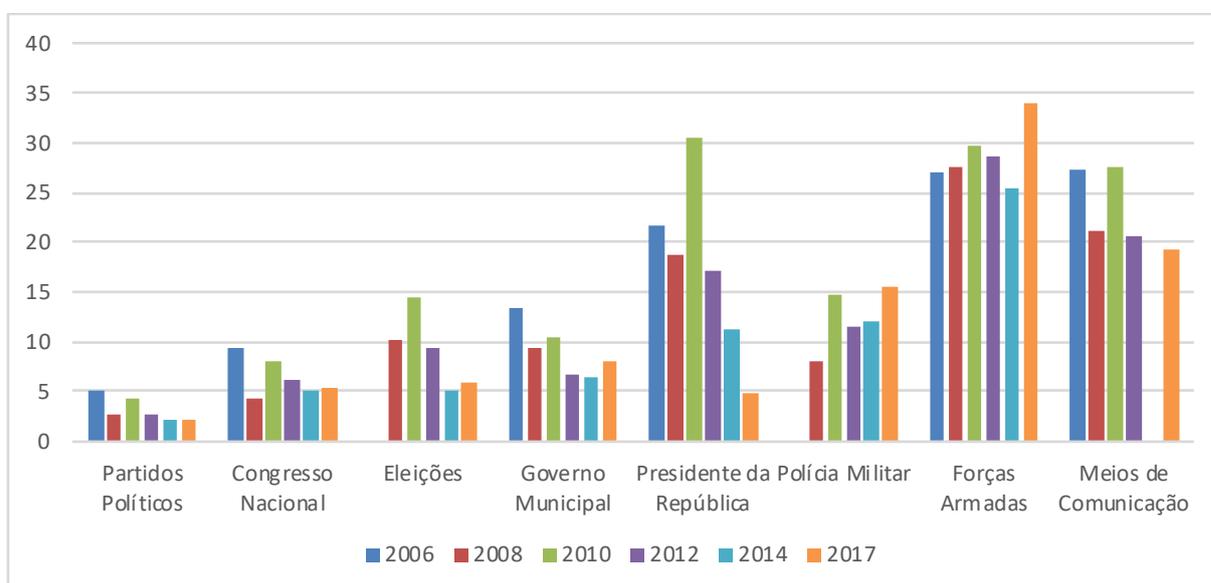
1.2 Confiança nas instituições no Brasil

Antes da análise mais detalhada sobre a confiança nas instituições, vitimização e medo do crime, é relevante analisar descritivamente os dados. A confiança nas instituições é abordada

¹⁰ Os países analisados na América Latina são: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá. A variável dependente consiste na criação de um índice que contempla três variáveis referentes ao apoio ao sistema político: O quanto você respeita às instituições políticas; quão orgulhoso você é de viver sobre o sistema político do país?; O quanto você acha de se deve apoiar o sistema político?

pelo Lapop por meio de uma questão que mensura o nível de confiança em uma escala de 1 a 7¹¹, sendo os brasileiros indagados até que ponto têm confiança nas distintas instituições. Conforme retratado no *gráfico 2*, no contexto brasileiro, a muita confiança nos partidos políticos alcançou o menor percentual na série histórica do Lapop (2006-2017), do mesmo modo, a muita confiança no Presidente da República declinou de 21,7% em 2006 para 4,73% em 2017, o que pode estar vinculado à dimensão contextual da crise política brasileira. Por sua vez, a muita confiança nas Forças Armadas alcançou o maior percentual no período, chamando atenção o aumento de 8,51% ocorrido de 2014 para 2017.

Gráfico 2: Muita confiança nas instituições no Brasil (2006-2017)



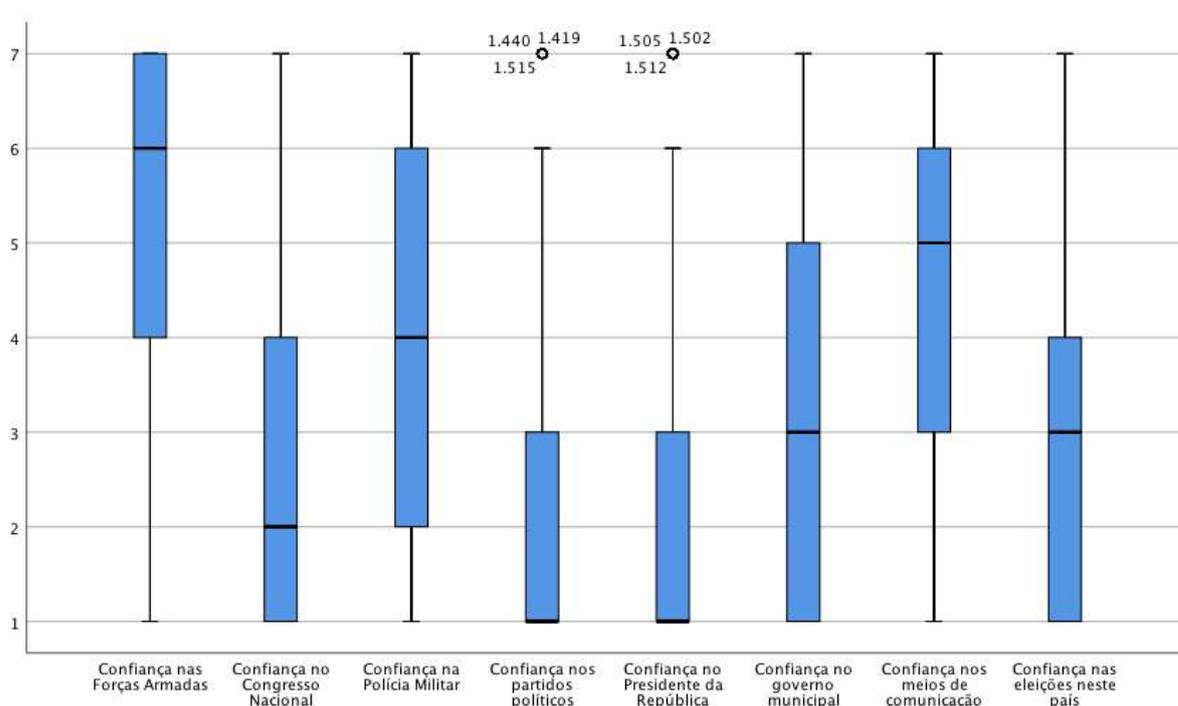
Fonte: Lapop

O *boxplot* (*gráfico 3*) contempla a distribuição da confiança nas instituições para o ano de 2017 e possibilita visualizar de forma mais detalhada a discrepância existente entre as instituições relacionadas à representação política e as demais. Por sua vez, as instituições que concentram a maior desconfiança são: os partidos políticos (55,21%), o Presidente da República (53,61%) e o Congresso Nacional (37,96%). Já as Forças Armadas, os Meios de Comunicação e a Polícia Militar concentram os valores mais elevados de confiança. Tais dados relacionam-se com as considerações de Zmerli e Van Deer Meer (2017) acerca dos estudos empíricos sobre confiança política apontarem que o declínio desta pode afetar algumas instituições mais do que outras, sendo os políticos e partidos políticos os mais afetados.

¹¹ O valor 1 refere-se a nenhuma confiança e o valor 7 a muita confiança.

Salienta-se que tais resultados de fato não são novos pois como observa Moisés (2013)¹², os brasileiros desconfiam das instituições democráticas de um modo geral, especialmente os partidos políticos, o Congresso Nacional e o sistema judiciário. Em contrapartida, “os índices mais altos de confiança referem-se a poucas instituições públicas e privadas que são baseadas em estruturas hierárquicas, como a Igreja e as Forças Armadas” (MOISÉS, 2013, p. 53).

Gráfico 3: Boxplot - Confiança nas instituições no Brasil (2017)



Fonte: Lapop

No contexto latino-americano, Cohen, Lupu e Zechmeister (2017) salientam que o declínio da confiança nas eleições e partidos trata-se de um fenômeno difundido, e atualmente a confiança nos partidos políticos chegou aos níveis mais baixos mensurados pelo Lapop. O Uruguai, por sua vez, apresenta a maior confiança nas eleições, já o Brasil figura entre os países com a menor confiança nas eleições, perdendo apenas para o Haiti. Assim, os pesquisadores destacam que a democracia na América Latina tem enfrentado um conjunto de desafios, os quais envolvem desde a baixa confiança nas eleições, partidos e lideranças políticas, bem como deficiências na garantia do Estado de direito, liberdades básicas e segurança cidadã.¹³

¹² Os dados utilizados por Moisés referem-se à pesquisa realizada em 2006.

¹³ "Democracy in the Latin America and Caribbean region is facing a critical set of challenges, from low trust in elections, parties, and political leadership to deficiencies in the supply of basic liberties, the rule of law, citizen security, and robust service provision (COHEN, LUPU, ZECHMEISTER, 2017, p.26)".

2. Metodologia

Nessa parte do artigo, são apresentados aspectos gerais da metodologia empregada e dos dados utilizados. A pesquisa do Lapop no Brasil entrevistou 1532 pessoas, sendo o trabalho de campo realizado entre os meses de abril e maio de 2017. A amostra brasileira foi estratificada pelas cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste, sendo assim atribuído um peso¹⁴ em decorrência das regiões e ajustes da amostra. É pertinente mencionar que nos questionários aplicados no Brasil, México, Venezuela, El Salvador, Guatemala, Honduras e Guiana, que são os países com as mais altas taxas de homicídios na América Latina, o Lapop aplicou um conjunto específico de questões que tratam sobre homicídios e políticas para a redução destes.

Nas análises de regressão múltipla, as seguintes variáveis de confiança nas instituições foram analisadas separadamente: Confiança nas Forças Armadas; Confiança na Polícia; Confiança nos Meios de Comunicação; Confiança no governo municipal; Confiança no Presidente da República; Confiança nos partidos políticos; Confiança no Congresso Nacional; Confiança nas Eleições. As variáveis referentes ao fato de o entrevistado acreditar que os tribunais garantem um julgamento justo e apoio ao sistema político também foram consideradas.

Nas variáveis independentes, foram abordados diferentes aspectos da vitimização, contemplando tanto a vitimização direta, ou seja, o fato de o próprio entrevistado ter sido vítima de algum tipo de crime nos últimos 12 meses, bem como as experiências de vitimização indireta, focada na ocorrência de homicídios no bairro. A dimensão do medo do crime também foi considerada em duas variáveis, sendo que a primeira se refere ao sentimento de insegurança no bairro e a segunda contempla uma visão mais generalizada sobre o medo de ser vítima de homicídio, enfocando assim em um tipo específico de vitimização.

Desse modo, o medo do crime¹⁵ engloba aspectos subjetivos, ou seja, a compreensão que os indivíduos possuem sobre o seu próprio bairro e a sua cidade enquanto locais inseguros ou seguros; atributos geracionais e de gênero; as próprias experiências de vitimização, não necessariamente reportadas às instituições policiais; e aspectos mais amplos como o papel dos

¹⁴ Seguindo as orientações do Lapop, para os modelos de regressão múltipla foi considerada a variável *wt*, que corresponde ao peso adotado para a amostra.

¹⁵ Hale (1996) ressalta que o medo do crime pode contribuir para o enfraquecimento das relações comunitárias, bem como alterar o vínculo que as pessoas possuem com o espaço público. O medo do crime pode ainda propiciar o aumento da demanda por punição, bem como colaborar para minar a legitimidade do sistema de justiça criminal, ao propiciar que se recorra às saídas não institucionais para a resolução de conflitos. Ademais, “fear causes people to constrain their behaviour and this behavioural response in turn heightens their fear” (HALE, 1996, p. 5).

meios de comunicação na construção simbólica da violência. Na sequência, são descritas as variáveis utilizadas em cada um dos modelos.

No modelo de regressão foram incluídas variáveis referentes ao *status* socioeconômico, como sexo, idade, escolaridade com o intuito de controlar os efeitos das variáveis vitimização e medo do crime. Assim, também foram incluídas variáveis referentes à avaliação sociotrópica¹⁶, que consiste em um indicador do desempenho econômico do regime e à avaliação do indivíduo de sua própria situação econômica. Neste sentido, Carreras (2013) considera que é importante controlar a performance econômica no contexto das frágeis democracias latino-americanas.¹⁷

Modelo 1 da regressão múltipla e as variáveis utilizadas:

- *Vic1ext - Agora mudando de assunto, o(a) sr./sra. foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses? Ou seja, você foi vítima de agressão física, assalto, roubo, sequestro relâmpago, fraude, chantagem, extorsão, ameaças violentas ou qualquer outro tipo de crime nos últimos doze meses?*
(1) Sim; (0) Não
- *Aoj11 - Falando do lugar ou bairro onde o(a) sr./sra. vive, e pensando na possibilidade de ser vítima de um assalto ou roubo, o(a) sr./sra. se sente muito seguro(a), pouco seguro(a), pouco inseguro(a) ou muito inseguro(a)?*
(1) Muito seguro; (2) Pouco seguro; (3) Pouco inseguro; (4) Muito inseguro;
- *Vicbar7 – Ocorreram assassinatos no lugar ou bairro onde o(a) sr./sra. vive nos últimos 12 meses?*
(1) Sim; (0) Não;
- *Fear 11 - Pensando na sua vida diária, quanto medo o(a) sr(a) sente de ser vítima de homicídio? O(a) sr./sra. sente muito medo, algum medo, pouco medo, ou nenhum medo?*
(1) Nenhum medo; (2) Pouco medo; (3) Algum medo; (4) Muito medo;
- Sexo – (0) Homem; (1) Mulher;
- Idade em faixas etárias: – 16 – 30 anos; 31-40 anos; 41-50 anos; 51-60 anos; mais de 61 anos;
- Ed – Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou; (escolaridade em anos de estudo);

¹⁶ Trata-se de uma medida tradicional utilizada em pesquisas de opinião que mensura as visões das pessoas sobre a economia nacional (RENNÓ, SMITH e LAYTON, 2011).

¹⁷ Em síntese, "it is plausible that poor economic performance has much direr consequences for trust in governmental institutions in Latin America than it does in more developed regions of the world" (CARRERAS, 2013, p. 88).

- SOCT2. - O(A) sr./sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses? (1) Melhor; (2) Igual; (3) Pior;
- IDIO2. O(A) sr./sra. acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que a de há doze meses? (1) Melhor; (2) Igual; (3) Pior;
- ETID – (0) Branco; (1) Não-branco;

Modelo 2 da regressão múltipla

Para o segundo modelo de regressão múltipla, em decorrência da relevância das variáveis situação econômica do país e sentimento de insegurança no bairro encontradas no modelo 1, foi criada a variável interativa que agrega as duas variáveis. Nessa perspectiva, Moisés (1995) já apontava para a relevância da interação entre as variáveis ao tratar da legitimidade democrática no Brasil:

A escolha democrática – ou a sua negação – não se determina unilateralmente nem pela avaliação econômica dos governos, nem pela simples avaliação do passado autoritário; importantes, certamente, para gerar legitimidade democrática, essas variáveis potencializam o seu efeito na combinação com as variáveis simbólicas ou políticas (MOISÉS, 1995, 180).

3. Resultados

As tabelas 1 e 2 apresentam os resultados das análises de regressão múltipla para cada uma das variáveis dependentes referentes à confiança nas instituições. Nesse sentido, a vitimização somente apresentou significância para a confiança no governo local, ou seja, o fato de ser vítima de um crime contribui para a diminuição da confiança no governo municipal. Logo, tanto a vitimização direta quanto a vitimização indireta possuem um vínculo maior com a política local. Tal aspecto pode vincular-se às contribuições de Pérez (2015) que considerou o crime como consiste um indicador de performance chave para o apoio ao governo incumbente, ou seja, altos níveis de criminalidade revelariam que o estado falhou em prover um bem público essencial.

Em um trabalho anterior, criei o Índice de Confiança nas Instituições Representativas¹⁸, e analisei parte das variáveis dependentes sobre confiança nas instituições de modo agregado

¹⁸ Em Cardoso (2018), a partir da realização da análise fatorial exploratória para os dados do Lapop (2016/2017) foram criados dois índices: o Índice de Confiança nas Instituições Representativas e o Índice de Confiança na Polícia, no Exército e na Mídia. O índice de Confiança nas Instituições Representativas que agregou as variáveis: Apoio ao sistema político brasileiro, Confiança nos partidos políticos, Confiança no Presidente da República, Confiança no governo municipal e Confiança nas eleições. O índice de Confiança na Polícia, no Exército e na

para o contexto brasileiro (CARDOSO, 2018). Nessa análise, a vitimização nos últimos dozes meses não apresentou significância em nenhum dos modelos testados. Assim, ao analisar as variáveis de confiança separadamente, a vitimização mostrou-se relevante para a confiança no governo local.

É possível observar que a confiança na polícia militar também é afetada pela vitimização indireta, ou seja, o fato de ocorrer assassinatos na vizinhança contribui para o declínio da confiança nesta instituição, sendo este efeito mais elevado do que na confiança do governo municipal. Trata-se de um aspecto importante das consequências das altas taxas de homicídios no país.

A variável sentimento de insegurança não apresentou significância somente para a Confiança nas Forças Armadas, mostrando-se uma variável relevante para a confiança nas instituições de um modo geral. Convém ressaltar que o efeito do sentimento de insegurança é mais elevado na confiança no governo municipal (-0,119) e na confiança no congresso nacional (-0,125).

Conforme já contemplado pelas análises de Moisés (1995), a escolaridade também é uma variável explicativa importante que possui significância em quase todas as análises de regressão, sendo que os mais escolarizados são também os mais críticos em relação à confiança nas instituições. A idade apresenta efeitos distintos, tendo em vista que os mais velhos tendem a confiar mais nas Forças Armadas, na Polícia Militar, no julgamento justo pelos tribunais, no governo municipal e a confiar menos no Congresso Nacional e no apoio ao sistema político.

A satisfação com a economia do país apresenta efeitos em quase todas as variáveis dependentes, com exceção da confiança nos meios de comunicação, sendo este efeito negativo mais pronunciado na Confiança no Presidente da República (-0,201), julgamento justo pelos tribunais (-0,138) e Confiança no Congresso Nacional (-0,126). De fato, a análise realizada reafirma a importância desta variável já clássica nos estudos sobre confiança nas instituições e adesão à democracia de modo mais amplo.

Mídia agregou as variáveis: Confiança na Polícia Militar, Confiança no Exército e Confiança nos meios de comunicação.

Tabela 1: Regressão múltipla e Confiança nas Instituições

Modelo 1	Confiança nas Forças Armadas	Confiança na Polícia Militar	Tribunais garantem julgamento justo	Confiança nos Meios de Comunicação	Confiança no governo municipal	Confiança no Presidente da República	Confiança nos partidos políticos
Vitimização	-0,037 (0,117)	-0,039 (0,127)	-0,009 (0,113)	0,020 (0,122)	-0,046* (0,122)	0,030 (0,111)	-0,002 (0,098)
Vitimização indireta (assassinatos vizinhança)	0,012 (0,105)	-0,080*** (0,113)	-0,019 (0,101)	0,015 (0,109)	-0,062** (0,109)	-0,006 (0,099)	-0,035 (0,087)
Medo de ser vítima de homicídio	-0,054** (0,045)	-0,059*** (0,049)	-0,045 (0,101)	-0,002 (0,047)	-0,089*** (0,047)	-0,031 (0,043)	-0,065** (0,038)
Sentimento de insegurança no bairro	-0,035 (0,049)	-0,088*** (0,053)	-0,047* (0,047)	-0,084*** (0,051)	-0,119*** (0,050)	-0,115*** (0,046)	-0,086*** (0,041)
Sexo	-0,113*** (0,097)	0,000 (0,105)	0,007 (0,094)	-0,019 (0,101)	-0,030 (0,101)	-0,017 (0,092)	0,005 (0,081)
Idade em faixas etárias	0,131*** (0,038)	0,078*** (0,041)	0,046* (0,037)	0,18 (0,040)	0,048* (0,040)	0,017 (0,036)	-0,068** (0,032)
Escolaridade em anos de estudo	-0,083*** (0,014)	-0,050* (0,015)	0,003 (0,037)	-0,098*** (0,014)	-0,055** (0,014)	-0,153*** (0,013)	-0,110*** (0,011)
Situação econômica do país	-0,073*** (0,079)	-0,058** (0,085)	-0,138*** (0,076)	-0,035 (0,082)	-0,088*** (0,082)	-0,201*** (0,074)	-0,056** (0,066)
Situação econômica do indivíduo	-0,054*** (0,067)	-0,055** (0,072)	-0,024 (0,064)	-0,028 (0,069)	-0,043 (0,069)	-0,034 (0,063)	0,009 (0,056)
Não-branco	-0,006 (0,105)	-0,013 (0,114)	0,047* (0,101)	0,060** (0,109)	-0,024 (0,109)	-0,018 (0,099)	0,013 (0,088)
R ²	0,069	0,055	0,034	0,024	0,074	0,089	0,034

Erro padrão em parêntesis. *p<0,10; **p<0,05; ***p<0,01

A variável que considera a interação entre sentimento de insegurança e avaliação da situação econômica do país foi testada para todas as variáveis dependentes. No entanto, na *tabela 2* são apresentados os resultados para os casos nos quais ocorreu a interação¹⁹ que são: a confiança no Congresso Nacional, Confiança nas Eleições e Apoio ao sistema político. A variável apoio ao sistema político contempla aspectos referentes aos princípios do regime

¹⁹ Convém mencionar que para o Índice de Confiança nas Instituições Representativas, desenvolvido em estudo anterior, a variável interativa apresentou significância (CARDOSO, 2018).

democrático e possui um caráter mais difuso em comparação com às demais (BOOTH e SELIGSON, 2009; NORRIS, 2011). Assim, esta interação pode indicar também uma relação a ser melhor investigada entre sentimento de insegurança e satisfação com a economia em níveis mais abstratos.

Tabela 2: Regressão múltipla e Confiança nas Instituições

	Confiança no Congresso Nacional		Confiança nas eleições		Apoio ao sistema político	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
Vitimização	0,035 (0,118)	0,035 (0,118)	-0,007 (0,122)	-0,007 (0,122)	-0,007 (0,128)	-0,007 (0,128)
Vitimização indireta (assassinatos vizinhança)	-0,004 (0,105)	-0,004 (0,105)	-0,015 (0,109)	-0,015 (0,109)	-0,037 (0,114)	-0,036 (0,114)
Medo de ser vítima de homicídio	-0,058** (0,046)	-0,058** (0,046)	-0,024 (0,047)	-0,025 (0,047)	-0,025 (0,049)	-0,026 (0,049)
Sentimento de insegurança no bairro	-0,125** (0,049)	0,093 (0,200)	-0,079*** (0,051)	0,182 (0,208)	-0,069** (0,053)	0,152 (0,217)
Sexo	0,043 (0,098)	0,044 (0,098)	-0,053** (0,101)	-0,052* (0,101)	0,000 (0,106)	0,001 (0,106)
Idade em faixas etárias	-0,051* (0,039)	-0,051* (0,039)	-0,022 (0,040)	-0,022 (0,040)	-0,087** (0,042)	-0,087*** (0,042)
Escolaridade em anos de estudo	-0,162*** (0,014)	-0,163*** (0,014)	-0,008 (0,014)	-0,010 (0,014)	-0,117*** (0,015)	-0,119*** (0,015)
Situação econômica do país	-0,126*** (0,079)	0,001 (0,203)	-0,102*** (0,082)	0,050 (0,210)	-0,084*** (0,086)	0,044 (0,219)
Situação econômica do indivíduo	-0,020 (0,067)	-0,021 (0,067)	-0,031 (0,070)	-0,032 (0,069)	-0,021 (0,073)	-0,022 (0,073)
Não-branco	0,029 (0,067)	0,027 (0,106)	-0,011 (0,109)	-0,013 (0,109)	-0,027 (0,114)	-0,028 (0,114)
Sentimento de insegurança no bairro X situação econômica do país		-0,267** (0,073)		-0,320** (0,076)		-0,270** (0,079)
R²			0,032	0,035	0,034	0,037

Erro padrão em parêntesis. *p<0,10; **p<0,05; ***p<0,01

Considerações Finais

Ao analisar a relação entre confiança nas instituições e vitimização por crime para o Brasil com dados do Lapop de 2010, Silva e Ribeiro (2016) constataram que esta reduziu de modo significativo a confiança em todas as instituições analisadas²⁰, sendo o efeito mais elevado nas instituições de justiça e na polícia militar. De modo distinto dos resultados encontrados por Silva e Ribeiro (2016), nos modelos de regressão múltipla realizados, a variável vitimização nos últimos doze meses somente apresentou significância para a confiança no governo local. Entretanto, a vitimização indireta referente à ocorrência assassinatos no bairro, contribui para o declínio na confiança na Polícia Militar e no governo municipal.

A influência da vitimização trata-se de um aspecto a ser melhor investigado, especialmente para analisar se ocorreu alguma modificação na relação entre confiança e vitimização longitudinalmente. Em contrapartida, a variável sentimento de insegurança no bairro apresentou significância para quase²¹ todas as variáveis referentes à confiança nas instituições, sendo este efeito mais elevado na confiança no governo municipal, na confiança no congresso nacional e na confiança no Presidente da República. Ou seja, a percepção subjetiva da violência possui um efeito mais amplo sobre a confiança nas instituições, não se restringindo à confiança na polícia militar.

Referências

BATESON, R. “Crime victimization and political participation”. **The American Political Science Review**, Vol. 106, Nº 3 (August 2012), pp. 570-587.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. **The Legitimacy Puzzle: Democracy and Political Support in Eight Latin American Nations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CARDOSO, G. R. “Vitimização, medo do crime e democracia no Brasil: um estudo do impacto da violência sobre a confiança nas instituições”. **XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Curitiba, 2018.

CARRERAS, M. “The impact of criminal violence on regime legitimacy in Latin America”. **Latin American Research Review**, v. 48, n. 3, p. 85–107, 2013.

²⁰ Em síntese, “é possível afirmar que eventos traumáticos, por meio de efeitos de contaminação, fazem com que os níveis de confiança das diferentes instituições sofram variações no mesmo sentido (negativo), favorecendo altas cargas de correlação estatística” (SILVA e RIBEIRO, 2016, p. 82).

²¹ Com exceção da Confiança no Exército.

COHEN, M.; LUPU, N.; ZECHMEISTER, E. “The Political Culture of Democracy in the Americas, 2016-2017: A comparative study of democracy and governance”. **Latin American Public Opinion Project**, 2017.

DAMMERT, L. **Fear and Crime in Latin America: Redefining State-Society Relations**. New York: Routledge, 2012.

EASTON, David. *A system analysis of political life*. New York: Wiley, 1965.

HALE, C. **Fear of crime: a review of the literature**. *International Review of Victimology*, 4:79-150,1996.

HAIR, J.; BLACK W.; BABIN, B.; ANDERSON, R.; TATHAM, R. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (Lapop). Barómetro de las Américas, 2014. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da. Legitimidade democrática**. São Paulo: Ática,1995.

MOISÉS, J. A. “A confiança e seus efeitos sobre as instituições democráticas”. In: MOISÉS, J. A. (org). **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp, 2013.

NORRIS, P. **Democratic Deficit: critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PÉREZ, O. “The impact of crime on voter choice in Latin America”. In: RYAN, E CARLIN et al. (Eds.). **The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts**. [s.l.] University of Chicago Press, 2015.

RENNÓ, Lúcio; SMITH, Amy; LAYTON, Matthew; BATISTA-PEREIRA, Frederico. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Intermeios, 2011.

SILVA, G. F.; RIBEIRO, L. M.; “Confiança nas instituições democráticas e vitimização por crime: qual a relação?”. **Revista de Sociologia Política**, v. 24, n. 58, p. 59-84, jun. 2016.

ZMERLI, S.; VAN DER MEER, T. “The deeply rooted concern with political trust”. In: ZMERLI, S.; VAN DER MEER, T. (Org). **Handbook on political trust**. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017.



**Política binacional de educação na fronteira do Brasil e Uruguai:
o grupo focal como técnica de pesquisa exploratória.**

Márcio Estrela de Amorim¹

GT2 - Instituições, Comportamento Político e Políticas Públicas

¹ Doutorando em Geografia no PPGGEO/UFSC. Professor do IFsul, *campus* Gravataí. *Email:* marcioestrela@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo está inserido no percurso investigativo da tese de doutorado cujo título provisório é *Análise da funcionalidade do conceito de fronteira e compreensão da dimensão binacional por meio da política de educação entre Brasil e Uruguai: o caso dos cursos técnicos binacionais na fronteira de Santana do Livramento e Rivera*. Para dar conta dos objetivos da referida tese, surgiu a necessidade de realização de pesquisa exploratória e, para tal, optou-se pela aplicação da técnica de grupo focal. Aqui apresentaremos o caminho metodológico percorrido no planejamento da técnica, os procedimentos de sua realização e a estratégia de análise dos dados. Concluimos que a técnica foi executada com total efetividade e resultou na geração de dados importantes para o prosseguimento da pesquisa.

Palavras-chave: grupo focal, pesquisa qualitativa, fronteira, binacionalidade.

1. Antecedentes e contexto da pesquisa

Este artigo é resultado da aplicação da técnica de grupo focal junto aos alunos das duas primeiras turmas binacionais de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), *campus* Santana do Livramento. Nossa intenção é compartilhar a experiência de planejamento e de execução da estratégia metodológica, mais especificamente a pesquisa qualitativa com aplicação da técnica de grupo focal.

É fundamental destacar que essa técnica compõe um conjunto articulado de procedimentos inseridos na pesquisa e na produção de tese de doutoramento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO/UFSM), cujo título provisório é: “Análise da funcionalidade do conceito de fronteira e compreensão da dimensão binacional por meio da política de educação entre Brasil e Uruguai: o caso dos cursos técnicos binacionais na fronteira de Santana do Livramento e Rivera”.

Com tal estudo, objetivamos, de modo geral, contribuir para a compreensão das políticas binacionais de educação em regiões de fronteira e, especificamente, buscamos analisar a funcionalidade do conceito de fronteira, assim como compreender a dimensão da binacionalidade no desenho da política pública de educação técnica binacional.

Para dar conta de tais objetivos, articularemos diferentes técnicas de obtenção de dados, dentre elas estão previstas a aplicação de questionário com os alunos concluintes dos

cursos binacionais e a realização de entrevistas semiestruturadas junto aos gestores institucionais².

No planejamento da fase empírica de obtenção de dados, identificamos a necessidade de produzir informações preliminares que pudessem contribuir na elaboração mais precisa do questionário e das entrevistas. Dentre os caminhos e técnicas metodológicos disponíveis, a realização de pesquisa exploratória, com aplicação da técnica do grupo focal, mostrou-se a mais viável e promissora.

2. Problema de investigação e delimitação do objeto

Conforme Raupp e Beuren (2013), a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral sobre determinado fato, permitindo o aprofundamento dos conceitos preliminares sobre determinada temática e, assim, contribuir para compreensão de questões inicialmente abordadas. Nesse sentido, Andrade (2002 *apud* RAUPP; BEUREN, 2013, p. 76) destaca como características primordiais da pesquisa exploratória os seguintes aspectos: *i)* proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; *ii)* facilitar a delimitação do tema de pesquisa; *iii)* orientar na fixação dos objetivos e na formulação de hipóteses; ou, *iv)* descobrir um novo tipo de enfoque no assunto.

Uma vez que o estudo contemple ao menos uma dessas finalidades, estará caracterizada a pesquisa exploratória. Explorar o assunto, portanto, significa reunir mais conhecimento, buscando perceber dados inéditos ou mesmo redimensionando o conhecimento já produzido. Seu objetivo é dar subsídios para outros tipos de pesquisa; no nosso caso, a elaboração de questionário e a entrevista.

Como fonte de obtenção dos dados, definiu-se como recorte de análise os alunos concluintes das duas primeiras turmas de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFSul, *campus* Santana do Livramento. A proposta institucional de ensino apresenta-se como binacional, apresentando, dentre outras peculiaridades, a formação de turmas com 50% das vagas destinadas aos estudantes brasileiros e 50% aos estudantes uruguaios. Tais turmas, após quatro anos de vínculo junto à instituição, estavam concluindo seus estudos e, portanto, constituíam-se em um privilegiado referencial para identificação da percepção do público-alvo quanto aos conceitos norteadores da pesquisa: fronteira e binacionalidade.

² O estudo se dá a partir de um olhar sobre os cursos técnicos binacionais oferecidos em parceria pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e o Conselho de Educação Técnico Profissional da Universidade do Trabalho do Uruguai (CETP-UTU), nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, respectivamente.

O encontro com os grupos ocorreu nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, nas instalações do IFSul, *campus* Santana do Livramento. O *Campus* está lotado a apenas três quadras do Parque Internacional – área turística dividida por Brasil e Uruguai – que constitui um marco de limites do território dos dois países. As relações políticas, econômicas e culturais entre as localidades são intensas e constantes, de modo a atribuir ao lugar o título de “Fronteira da Paz”.

O conteúdo, assim como o resultado, gerados com base nas informações obtidas a partir da aplicação da técnica não serão objeto de análise neste momento; aqui trataremos de expor as escolhas e os procedimentos metodológicos adotados.

Para tanto, iniciamos situando o leitor sobre o contexto geral da pesquisa (item 1) e apresentando o objeto deste trabalho (item 2). A seguir, fundamentaremos a estratégia geral e a escolha metodológica adotada (item 3). No item 4, apresentaremos como foram realizados o planejamento da atividade e a elaboração do roteiro de debate. Na sequência, item 5, detalharemos como foi realizada a atividade. O procedimento adotado para analisar os dados produzidos será apresentado no item 6 e, por fim, no item 7, apresentaremos conclusões provisórias a partir da experiência de pesquisa.

3. A escolha metodológica

Considerando as características que diferenciam os métodos quantitativos dos qualitativos³, neste momento, entendemos que o segundo é o caminho que dará conta de produzir as informações e os dados necessários para atender ao objetivo geral da pesquisa doutoral, assim como dar conta da demanda atual deste estudo.

Não se trata de valorarmos tais métodos, mas sim de identificarmos que a natureza da informação que buscamos é discursiva e, portanto, expressa, a partir dos discursos, as formas de representação que o grupo em questão construiu, no decorrer do período de convívio e de estudo, sobre a temática da fronteira e da binacionalidade.

Cabe esclarecer que, devido ao fato de a pesquisa apresentar-se em fase inicial, não descartamos a possibilidade de uso de métodos quantitativos que – pela natureza numérica – permitam o tratamento estatístico sobre informações que possam se fazer necessárias no transcorrer do estudo para fins de complementação. Tal opção será avaliada ao

³ Ver Turra Neto, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte/MG, 2012.

longo da pesquisa, sempre se considerando os riscos de combinação de diferentes metodologias e o compromisso de cumprimento dos requisitos de qualidade de cada uma delas.

A partir da problemática apresentada, cujo foco são a produção de dados e as informações preliminares junto aos estudantes dos cursos binacionais e as visões de mundo a partir da condição de protagonistas de uma política pública, a opção pela realização da técnica do grupo focal mostrou-se a mais adequada e capaz de atender à demanda de produção primária de dados por meio da pesquisa exploratória de campo.

Desde a década de 1980, o prestígio e a utilização do grupo focal têm crescido e assumido posição de destaque no âmbito das pesquisas sociais que trabalham com demandas dos cidadãos. Embora sua impulsão esteja associada ao uso em pesquisas de mercado e, inicialmente, a pesquisas sociais de viés político, os resultados foram tão positivos, que suscitaram sua aplicação em diversas situações (CRUZ NETO, 2002).

Segundo o Cruz Neto, o grupo focal é:

(...) uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate e entre eles, informações acerca de um tema específico (CRUZ NETO, *et all.* 2002, p.5).

A escolha da técnica em questão deu-se após a definição do objeto, dos objetivos e da metodologia a ser empregada. Acreditamos que, por trabalhar com a reflexão – a partir da fala dos participantes e por meio do diálogo e do debate entre eles –, permite que sejam apresentados simultaneamente conceitos, impressões e percepções sobre o tema investigado.

Por entendermos que nenhum processo de pesquisa é capaz de ser portador da verdade incondicional do objeto de estudo, reconhecemos a capacidade interpretativa limitada e parcial do caminho escolhido; contudo, é aquela que foi possível elaborar a partir dos problemas metodológicos apresentados e a que permitirá esclarecermos as questões propostas sob sua escala de análise.

4. O planejamento da atividade

O êxito na realização da técnica de pesquisa passa primeiramente pelo planejamento minucioso de todas as etapas a serem executadas: o contato prévio com os gestores e as autoridades envolvidos; a escolha das ferramentas que instrumentalizarão a

preparação e a execução da técnica; o planejamento de campo; a escolha e a preparação da equipe de apoio; a elaboração minuciosa de um roteiro contextual e, por fim, o contato e a confirmação de presença dos participantes estão entre os principais aspectos a serem contemplados.

Na pesquisa em análise, iniciamos contatando o Chefe de Ensino da Instituição e apresentando brevemente nossa intenção e necessidades. A receptividade, o reconhecimento do mérito e o potencial de contribuição da pesquisa, assim como a disponibilidade em auxiliar no que fosse preciso, foram manifestados de forma marcante nesse primeiro contato.

A partir daí, surgiu a necessidade de contarmos os alunos para verificar disponibilidade e interesse em participar da atividade. Uma vez que, no ano de 2014, o pesquisador teve a oportunidade de atuar como docente nestas duas turmas⁴, já tinha em sua rede de contatos muitos dos alunos pesquisados, portanto optou-se por utilizar a rede social *Facebook*,⁵ criando-se um grupo com os alunos para operacionalizar o processo de comunicação.

Cabe ressaltar que tal ferramenta foi essencial para a realização da atividade, uma vez que a distância física entre pesquisador (residência em Porto Alegre) e objeto (escola em Santana do Livramento) é de aproximadamente 500 km.

Com o uso da rede social, criou-se um grupo privado e adicionaram-se os alunos. Solicitou-se que eles, já no início, envolvessem-se, identificando os colegas que eventualmente não estavam “presentes” e compartilhando o convite. No mesmo dia, o grupo estava completo, com 33 membros. A partir deste momento, a rede social *Facebook* passou a ser utilizada para a comunicação e os acordos entre os integrantes. Questões como horários de cada grupo, seus respectivos membros, confirmação de participação e ajustes quanto ao momento de realização da atividade foram pauta nos tópicos de discussão.

Com base no número total de integrantes, conforme disponibilidade apresentada por eles e pela gestão da escola, assim como pautado nos limites operacionais para aplicação

⁴ Foi no ano de 2014 – a partir do contato com a política binacional de educação em regiões de fronteira e da experiência vivida na condição de professor das duas primeiras turmas de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), *campus* Santana do Livramento – que identifiquei e reconheci o problema central desta pesquisa.

⁵ Para maiores detalhes sobre a conversação mediada por computador e o uso da redes sociais na *internet* ver: RECUERO, Raquel. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n. 38, p. 118-128, 2009.

da técnica⁶, foram propostos três horários de grupos com onze alunos cada, divididos em dois dias.

A dinâmica de cada grupo foi planejada da seguinte maneira: *i)* 30 minutos iniciais para lancharmos⁷, confraternizarmos e conversarmos sobre os assuntos que eles quisessem; *ii)* 1 hora para realização da discussão e do debate; *iii)* 30 minutos para considerações finais e encerramento.

Conforme Cruz Neto (2002), para que a técnica atinja pleno êxito, faz-se necessário o desempenho de seis funções distribuídas em dois macromomentos: *i)* mediador, *ii)* relator, *iii)* observador e *iv)* operador, no primeiro momento; *v)* transcritor e *vi)* digitador, no segundo.⁸ Como nosso objetivo era dar conta do primeiro momento, a função de mediador foi desempenhada pelo pesquisador, e as funções de relator, observador e operador foram desempenhadas por uma cientista colaboradora na pesquisa⁹.

O ponto mais complexo do planejamento foi a elaboração do roteiro de debate¹⁰ (quadro 1). Tal instrumento constitui-se no parâmetro utilizado pelo mediador para conduzir o grupo focal. Embora saibamos que tal roteiro não se trata de instrumento monolítico e estático, sua elaboração deve reunir os tópicos que serão discutidos no grupo articulados numa sequência que permita contemplar os objetivos da pesquisa, obtendo informações elucidativas.

O roteiro foi dividido em cinco momentos que contemplassem três eixos de informações:

i. Questão introdutória: A intenção era deixá-los livres para iniciar o debate pelo ponto que julgassem mais relevante falar, frente aos objetivos da pesquisa;

ii. Eixo 1: *De quais fronteiras estamos falando?* Os objetivos eram a) identificar qual a noção de fronteira existente, quais são as fronteiras percebidas por eles e quais dificuldades a serem efetivamente transpostas; e b) identificar o que se entende por nacionalidade e binacionalidade e quais os elementos identitários imbricados.

⁶ Ver KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais/*Notes for the work with focus group technique*. **Psicologia em revista**, v. 10, n. 15, p. 124-138, 2008.

⁷ Segundo Cruz Neto, oferecer um lanche pode contribuir para o clima de confiança e confraternização (Cruz Neto, *et all.* 2002.p15)

⁸ Para maior detalhamento sobre o papel exercido por cada uma dessas funções, ver Cruz Neto, *et all.* 2002, p7.

⁹ Gabriela Pedroso dos Santos é socióloga e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Tem experiência no âmbito das pesquisas sociais e, por ser esposa do pesquisador, é conhecedora do problema de pesquisa.

¹⁰ Ver COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 148, 1999.

iii. Eixo 2: *Qual é o papel da instituição na formação binacional?* O objetivo era verificar como foi o percurso formativo deles ao longo do tempo na instituição e quais atividades foram significativas.

iv. Eixo 3: *Como estão posicionados quanto à binacionalidade ao término do curso?* O objetivo era identificar elementos para, posteriormente, verificar se a instituição deu conta de instrumentalizar o aluno do ponto de vista da binacionalidade almejada.

v. Questão de finalização: A intenção era abrir espaço para que os alunos trouxessem tópicos que achassem relevantes para os objetivos da pesquisa e que ainda não tivessem sido abordados.

Na intenção de buscar dados e informações que elucidassem os problemas base de cada eixo, foram elaboradas duas perguntas-chave e mais algumas auxiliares para cada um. As perguntas-chave serviriam para propiciar rumo ao debate; as perguntas secundárias foram pensadas para, caso o grupo tivesse dificuldade em interagir, servir de estímulo mais específico para cada objetivo.

No roteiro de debate também foi feito um apontamento dos conceitos, principais e secundários, a serem identificados em cada eixo, permitindo, assim, ao mediador a visualização ágil e rápida dos pontos a serem enfatizados ao longo da atividade.

Quadro 1 – Roteiro de debate

Pergunta inicial: Vocês poderiam falar um pouco sobre como foi a vida de vocês ao longo dos últimos 4 anos?	
Eixo 1 – O projeto	
De quais fronteiras estamos falando?	
<ul style="list-style-type: none"> - Como é viver na fronteira (SL/RIV)? - Quais são os pontos positivos e os negativos? - O que tem de peculiar? - Quais são as ferramentas necessárias? <p>→ Identificar qual a noção de fronteira existente, quais são as fronteiras percebidas por eles e quais são as dificuldades a serem efetivamente transpostas.</p> <p>→ Identificar o que se entende por nacionalidade e binacionalidade e quais são os elementos identitários imbricados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fronteira • Identidade • Binacionalidade • Território • Cultura • Territorialidade • Agentes • Símbolos
Eixo 2 – O caminho	
Qual o papel do IF na formação Binacional?	

<p>- Como é estudar numa escola binacional? - O que o IF Santana tem de diferente dos demais IFS e escolas da região? - Tais fronteiras foram transpostas ou reforçadas ao longo dos 4 anos? - Quais foram as atividades e as ações mais significativas nesse processo para a construção da binacionalidade? - O currículo articula-se coerentemente?</p> <p>→ Verificar como foi o percurso formativo deles ao longo do tempo na instituição e quais atividades foram significativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Currículo • Disciplinas • Professores • Atividades • Ensino • Pesquisa • Extensão
<p>Eixo 3 – O resultado Como estão posicionados quanto à binacionalidade ao término do curso?</p>	
<p>- Vocês recomendariam o IF como escola? - A escola cumpriu o prometido? Atendeu às expectativas? - Como percebem a relação com a outra nacionalidade? - Houve integração? Em que sentido? - Você se sente preparado para atuar profissionalmente em 1, 2 ou mais países? - Existe receptividade para isso? Isso é uma possibilidade? - O que vocês vão fazer agora? Qual é o plano? O que acontecerá na vida de vocês?</p> <p>→ Identificar se a instituição deu conta de instrumentalizar o aluno do ponto de vista da binacionalidade almejada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fronteira • Identidade • Binacionalidade • Território • Cultura • Territorialidade • Mercado de Trabalho • Vida acadêmica • Perspectivas
<p>Pergunta final: Vocês gostariam de comentar mais alguma coisa?</p>	

5. A realização da atividade

A viagem rumo a Santana do Livramento iniciou um dia antes da realização do primeiro grupo. Nossa intenção era ter tempo para efetuar o primeiro contato com os gestores e a equipe pedagógica da escola; reservar e organizar os espaços para a realização da atividade; providenciar a encomenda do lanche e nos ambientarmos novamente com a cidade.

Como pesquisador que pertence ao quadro funcional da Instituição e por ter passado um ano e meio lotado no *campus* Santana do Livramento, tivemos grande receptividade por parte dos gestores e de toda a equipe da escola.

Inicialmente nos foi disponibilizada uma sala totalmente equipada para servir de base para o planejamento da atividade e mais dois espaços que poderiam ser utilizados para o encontro do grupo. A sala foi organizada observando-se a distribuição circular dos assentos, a luminosidade e a climatização, o ajuste dos gravadores, o posicionamento discreto da colaboradora e a montagem da mesa de lanches.

De um total de trinta e três alunos que compõem as duas turmas pesquisadas, tivemos a confirmação de presença de trinta e um e a efetiva participação de trinta alunos. Os Grupo 1 e 3 tiveram onze integrantes cada, e o Grupo 2 teve oito.

De maneira geral, os grupos mostravam-se tímidos na chegada e, nesse aspecto, o lanche desempenhou um papel essencial para deixar os integrantes mais à vontade e proporcionar um momento informal de encontro e diálogo entre pesquisador, colaboradora e alunos.

O momento do diálogo e do debate foi precedido de uma breve explicação para os integrantes do grupo quanto aos objetivos da pesquisa e de sensibilização quanto à importância deles como protagonistas.

Ao realizar a pergunta inicial, espontaneamente os alunos começaram a falar e, em poucos minutos, o debate estava estabelecido entre eles. Segundo Kind (2008), o mediador tem a função de manter o grupo em interação usando de sua habilidade para que o debate flua espontaneamente e em consonância com os objetivos da pesquisa – foi exatamente isso que ocorreu. Os três grupos, espontaneamente, contemplaram todos os pontos do roteiro. A atuação de mediação resumiu-se em chamar para o debate um ou outro participante mais tímido, retomar algumas falas para provocar os demais a posicionarem-se a respeito e indagar pontualmente sobre algum item não esclarecido.

A colaboradora, atuando como observadora, reparou na rede de interações entre os participantes durante a execução da técnica. Produziu doze páginas manuscritas com observações sobre comportamento, postura, expressões e ênfase dada nas falas. Tal material será extremamente relevante para a análise dos dados nas etapas seguintes da pesquisa.

Por fim, os alunos tiveram a oportunidade de manifestar-se quanto a algum ponto que achassem relevante. Em todos os grupos, foram retomados e enfatizados pontos específicos do debate. Além disso, os integrantes demonstraram orgulho e agradecimento pela oportunidade de participarem da pesquisa. A atividade encerrou com a assinatura do termo de autorização para uso dos dados, das informações e das imagens, conforme havia sido combinado previamente, e com o registro fotográfico do encontro.

6. Análise dos dados

Finalizadas as fases de planejamento e de execução da técnica do grupo focal, como pesquisa exploratória, surgiu a mais complexa etapa do trabalho: a análise dos dados.

Primeiramente chamamos a atenção para a dificuldade em lidar com gravações que envolvam diversos participantes. Diferentemente da realização de uma entrevista, em que podemos ter apenas um entrevistado e, dessa forma, a fácil identificação quanto às falas, no caso da técnica em grupo, a identificação pessoal das falas torna-se, muitas vezes, quase impossível de ser realizada, uma vez que a dinâmica natural do debate pode gerar momentos de diálogos sobrepostos.

Frente ao objetivo exploratório da técnica, optamos por selecionar as falas que contemplassem explicitamente os conceitos centrais da pesquisa e aquelas que, de alguma forma, a estes relacionavam-se e pudessem dar indícios de resposta às perguntas elencadas previamente no roteiro de debate.

Ao todo foram registradas 3 horas, 44 minutos e 41 segundos de gravação. Os trechos selecionados resultaram em aproximadamente 22 páginas de transcrição. Em seguida, tais trechos foram agrupados de acordo com a estrutura elaborada no roteiro de debate, com o objetivo de orientar a interpretação das informações e contribuir para a compreensão dos conceitos-chave (quadro 2).

Quadro 2 – Exemplo da organização dos trechos selecionados para análise

Eixo 1 – O projeto	
De quais fronteiras estamos falando?	
<ul style="list-style-type: none"> - Como é viver na fronteira (SL/RIV)? - Quais os pontos positivos e negativos? - O que tem de peculiar? - Quais as ferramentas necessárias? <p>→ Identificar qual a noção de fronteira existente, quais são as fronteiras percebidas por eles e quais dificuldades a serem efetivamente transpostas.</p> <p>→ Identificar o que se entende por nacionalidade e binacionalidade e quais os elementos identitários imbricados?</p>	<p>Grupo 3 (8:45): “para nós não um choque tão grande o curso binacional. Eu estudei em Rivera. Estamos muito acostumados com colegas uruguaios.</p> <p>Grupo 3 (12:36): “ao mesmo tempo que as duas cidades são extremamente integradas, se tu entra lá é totalmente diferente.</p> <p>Grupo 3 (18:03): “a fronteira é quebrada quando eu vejo um uruguaio falando português”.</p> <p>Grupo 2 (23:25): “a experiência binacional acontece mais fora da escola do que dentro”.</p> <p>Grupo 1 (15:43): “quatro anos de convívio e ainda temos dificuldade com a língua”.</p>

7. Conclusões provisórias

A construção do caminho metodológico numa pesquisa, muitas vezes, é marcada por incertezas, angústias e conflitos – no nosso caso, não foi diferente. A iminência do término do ano letivo e a formatura dos alunos dessa primeira turma impuseram curto espaço de tempo para definição, planejamento e execução da metodologia e da técnica escolhidas.

A participação de, aproximadamente, 90% dos alunos, seu total envolvimento com a técnica, a consonância entre os pontos levantados espontaneamente por eles e o roteiro prévio de diálogo – tanto quanto a riqueza dos depoimentos – reforçam a convicção quanto ao caminho definido.

Foi gratificante e estimulante perceber a efetividade e o sucesso da técnica, assim como constatar que as informações produzidas foram promissoras quanto à contribuição e ao embasamento para a pesquisa em andamento.

Nas etapas seguintes, novos desafios far-se-ão presentes, contudo esse primeiro momento nos tranquiliza e incentiva a continuar buscando responder ao problema central da pesquisa, sem descuidar de elucidar cada uma das suas etapas.

Por hora, concluímos que essa etapa foi cumprida em consonância com os objetivos traçados e contribuiu para a delimitação do tema e do objeto de pesquisa, assim como para o aperfeiçoamento dos objetivos e das hipóteses previamente definidos.

8. Bibliografia

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução de Marco Estevão. 3 edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BOGDAN, Robert C. et al. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Cap. 5 – A ética. p75-78. Porto Editora, 1994.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORGES, Camila Delatorre; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista da SPAGESP**, v. 6, n. 1, 2005.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1999.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **Encontro da associação brasileira de estudos populacionais**, v. 13, 2002.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, 2004.

_____. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. **Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora**, 1989.

_____. Estar lá, escrever aqui. **Diálogo**, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência, Araxá**, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais/*Notes for the work with focus group technique*. **Psicologia em revista**, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2008.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. **Revista Contrapontos**, v. 2, n. 2, p. 227-235, 2008.

MARRE, Jacques AL. A construção do objeto científico na investigação empírica. **Cascavel, PR: Mimeo**, 1991.

LEWIN, Cathy; SOMEKH, Bridget. **Teoria e métodos de pesquisa social**. Editora Vozes Limitada, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 1986.

MAY, Tim; MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Artmed, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. Edições Loyola, 2000.

MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p. 15 pgs., 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 76-97

RECUERO, Raquel. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, n. 38, p. 118-128, 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo social**, v. 11, n. 1, p. 189-195, 1999.

ROMANELLI, Geraldo. A entrevista antropológica: troca e alteridade. **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**, p. 119-133, 1998.

TURRA NETO, Nécio. Espaço e lugar no debate sobre território/Space and place in the debate on Territory. **Geograficidade**, v. 5, n. 1, p. 52-59, 2015.

_____. Pesquisa qualitativa em Geografia. Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte - MG, 2012.

_____. Vivendo entre jovens: a observação participante como metodologia de pesquisa de campo. DOI: 10.5212/TerraPlural. v. 6i2. 0004. **Terr@ Plural**, v. 6, n. 2, p. 241-256, 2012.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 2, p. 241-260, 2006.

WERLEN, Benno. Regionalismo e sociedade política. **Geographia**, v. 2, n. 4, p. 7-25, 2000.

WINKIN, Yves. A nova comunicação. Parte II – Da teoria ao trabalho de campo, Cap. Descer ao campo. São Paulo: Papyrus, 1998.



I Seminário de Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis

GT 2 - Instituições, comportamento político e políticas públicas

El subsistema de educación superior en Bolivia hoy: avances y desarticulaciones

Sergio Mario Orellano Narvaez¹

¹ Graduado en Derecho en la UAJMS (Bolivia), Máster Universitario en Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología en la Especialidad en Políticas de la Ciencia e Innovación Responsable en la USAL (España) y Magíster en Ciencias Sociales con Mención en Metodología de la Investigación Social en la UNC (Argentina). Doctorando en Sociología, UFPR, becario OEA-CAPES, sergiorellano@hotmail.com

EL SUBSISTEMA DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN BOLIVIA HOY: AVANCES Y DESARTICULACIONES

Sergio Mario Orellano Narvaez

1. CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL BOLIVIANO

La elección del gobierno de Evo Morales en el año 2005 y la promulgación de la nueva Constitución Política del Estado (CPE) en el 2009, son puntos de inflexión histórica del comúnmente denominado ‘proceso de cambio’ en Bolivia. Dentro de este contexto de transformación social, se ha procedido a la consiguiente implementación de las políticas públicas orientadas hacia la construcción del nuevo Estado boliviano delineado en la Asamblea Constituyente (2006-2008), concretando lo abstracto.

Entre varios otros emprendimientos de este proceso multidimensional, quizás uno de los mayores y veloces avances orientados al cambio cultural que se hayan promovido con las nuevas políticas gubernamentales, al menos de forma discursiva y normativa, sea: la nueva política educativa, orientada hacia una ‘educación productiva, descolonizadora, comunitaria, intracultural, intercultural y plurilingüe’, establecida en la CPE e institucionalizada mediante la Ley N° 070 de Educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez” (2010), que empezó a implementar gradualmente su nuevo currículo desde el año 2013.

Actualmente recién se comienzan a elaborar las primeras evaluaciones a nivel general de las políticas públicas ejecutadas en la última década por el gobierno de Morales (2006-2017). Los primeros estudios a nivel macro resaltan la existencia de una distancia considerable entre los avances discursivos y las prácticas efectivas del proceso de cambio (cf. WANDERLEY, 2014), una sugerente hipótesis a continuar siendo testada. Sería más discreto referirnos tanto a logros y desafíos en múltiples ámbitos –social, cultural, político, jurídico, económico y ambiental– (ALBÓ, 2015). Asimismo, también se inician las respectivas evaluaciones a las políticas educativas².

2. LA EDUCACIÓN SUPERIOR BOLIVIANA

Aunque la mayoría de la población de estudiantes de educación superior se encuentran en instituciones universitarias públicas urbanas y devienen mayoritariamente de la educación

² Una de las primeras evaluaciones académicas a las políticas públicas, avaladas por el gobierno, fueron publicadas en 2017, cf. PAZ, 2017.

secundaria pública (INE, 2017, MINISTERIO DE EDUCACIÓN 2017), es pertinente recordar que Bolivia es uno de los países latinoamericanos con mayor desigualdad en cuanto a la distribución de las oportunidades en la participación de la educación terciaria, entre el quintil más rico y más pobre (BRUNNER, 2011, p. 170). Aproximadamente el 60% de los jóvenes en edades de estudiar (entre 19 y 24 años) en el nivel de educación superior estaban excluidos de la misma (LIZÁRRAGA; NEIDHOLD, 2011; LIZÁRRAGA, 2012; INE, 2017).

Según la Ley N° 70, la estructura del subsistema de la Educación Superior de Formación Profesional, comprende la: Formación de Maestras y Maestros; Formación Técnica y Tecnológica; Formación Artística; y la Formación Universitaria (Art. 30); albergando una población total aproximada de 750.000 estudiantes³, distribuyéndose su demanda de la siguiente forma: Magisterio (4%), Universidad (79 %), Educación técnica tecnológica de instituto (16%) y de universidad (1%) (LIZARRAGA, 2016).

Como señala críticamente Dubet (1998, p. 318), “por regla general las formaciones científicas dominan el juego, y las formaciones más prácticas –las que movilizan menos conocimientos abstractos– se ubican en lo más bajo”. En este sentido, en el caso de la educación superior boliviana, esta estratificación jerarquiza mediante el mayor prestigio académico y social de los diplomas de licenciatura ofertados por las universidades con respecto a las desvaloradas tecnicaturas superiores ofrecidas por los institutos técnicos, estableciendo entre otros efectos, un techo laboral que limita el acceso a ciertos trabajos exclusivos para profesionales diplomados en licenciaturas o ingenierías universitarias y distinguiendo a estos dos perfiles con un diseño curricular que privilegia con relación a la carga horaria de la educación técnica, una enseñanza aprendizaje práctica (70% como mínimo) antes que teórica (30% como máximo) (R.M. Nro. 350/2015, Art. 41), con una orientación antes al “saber hacer” que en el “saber decidir” (MINISTERIO DE EDUCACIÓN s/d, p. 91). Entremedio quedaban las ‘Normales’, urbanas y rurales, que formaban al magisterio de la educación obligatoria, en un nivel intermediario sui generis ubicado entre las licenciaturas y el técnico superior, hasta antes de la gestación de las recientes y actuales ‘Escuelas Superiores de Formación de Maestros’ que otorgan el nivel de licenciatura.

Asimismo, esta estratificación también separa institucionalmente a la educación superior universitaria de la técnica y de la de formación de maestros, negando su articulación

³ Es necesario resaltar la dificultad de encontrar las cifras oficiales de la población matriculada en la educación superior, esta cifra está construida a partir tres distintas fuentes, dos oficiales y una secundaria (CEUB, 2018; MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2017; CONTRERAS, 2016).

académica en términos de continuidad y convalidación recíproca de estudios, estableciendo sub subsistemas alternos, para la formación universitaria, magisterial y técnica y tecnológica o artística (Ley N° 70, Art. 45).

3. LA ARTICULACIÓN COMO TENDENCIA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Como señalan Lemaitre, et al. (2018, p. 46), en Latinoamérica y el Caribe, “un aspecto crítico del contexto de la educación superior es la articulación tanto entre este nivel con otros niveles educativos como al interior del nivel. Este es un tema escasamente abordado, pero que desde el punto de vista de los actores y de sus posibilidades de formación a lo largo de la vida resulta particularmente relevante”.

Asimismo, a fines de demarcar esta categoría, como una de las primordiales tendencias de uno de los tres ámbitos principales de la educación superior en nuestro contexto –los otros dos serían, la demanda y la oferta–, los mismos autores señalan que:

Articulación implica la coordinación de contenidos de cursos o programas dentro y entre instituciones educativas con el objetivo de facilitar el progreso de los estudiantes entre programas, instituciones y entre estas y el medio laboral. Se refiere esencialmente al proceso de reconocimiento de estudios o certificaciones para facilitar las trayectorias de los estudiantes dentro y fuera del sistema educativo, y de este modo, abrir mayores oportunidades de desarrollo personal, profesional y social (LEMAITRE, ET AL., 2018, p. 47).

En este sentido, la articulación en educación superior puede ser abordada al menos desde tres aspectos fundamentales: “la articulación vertical, entre la formación superior y la educación escolar; la articulación al interior de la educación terciaria; y la articulación con el medio laboral o productivo” (LEMAITRE, ET AL., 2018, p. 47).

En nuestro caso, vamos a concentrarnos de manera genérica en la articulación al interior de la educación terciaria, pese a que esta a su vez pueda ser enfocada específicamente, al menos por tres abordajes, desde la articulación entre la formación de ciclo corto y la formación profesional, la articulación entre programas de grado y la articulación entre el nivel de grado y la formación de capital humano avanzado (LEMAITRE, ET AL., 2018).

De esta forma, pasamos a presentar algunos aspectos genéricos de la articulación del subsistema de educación superior y formación profesional boliviano en el actual contexto histórico social denominado comúnmente ‘proceso de cambio’, sosteniendo algunas interpretaciones con base en el análisis de información empírica y documental.

4. PROCESOS SOCIALES Y POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN BOLIVIA HOY

A continuación presentamos en forma alterna, los avances y desafíos pendientes de los tres sub subsistemas de educación superior en el actual contexto histórico social, denotando las relaciones entre estos sub subsistemas y entre estos con el gobierno.

4.1. Formación inicial, recualificación y educación continua de Maestros del Sistema Educativo Plurinacional

En primera instancia, se debe destacar que quizás uno de los mayores logros del Ministerio de Educación (ME), haya sido el de reordenar de forma institucional el Subsistema de Educación Regular –que comprende la: a) Educación Inicial en Familia Comunitaria; b) Educación Primaria Comunitaria Vocacional y c) Educación Secundaria Comunitaria Productiva– y la formación de maestros dentro del subsistema de educación superior, a partir de la profesionalización y recalificación de los maestros de educación primaria –principalmente– y secundaria, en el ‘Modelo Educativo Socio Comunitario Productivo’ (MESCP) –que inserta de forma transversal a los ejes articuladores de la nueva educación (Educación Intracultural-Intercultural y Plurilingüe, Educación en Valores Sociocomunitarios, Educación Productiva, Educación para la Convivencia con la Madre Tierra y Salud Comunitaria) en los currículos de todos los niveles–, a través de:

1. La transformación de las tradicionales Normales rurales y urbanas en 27 Escuelas Superiores de Formación de Maestras y Maestros (ESFM) únicas desde 2008, que pasaron a otorgar exclusivamente el grado de Licenciatura y ya no más el de Normalista, ampliando el currículo de la formación inicial de maestros y maestras del Sistema Educativo Plurinacional de 3,5 a 5 años de estudio, eliminando definitivamente las históricas distinciones entre normales y maestros rurales y urbanos, con sus primeros graduados en 2012.
2. La recalificación profesional de los maestros mediante los Programas de Formación Complementaria para actores del nuevo Sistema Educativo Plurinacional (PROFOCOM–SEP) desde el año 2012, que hizo que aproximadamente 140.000 profesores normalistas de los sub subsistemas de Educación Regular y de Educación Alternativa y Especial se transformaran en Licenciados en Educación en el Programa de Nivelación Académica (PNA) y en el Programa de Profesionalización de Maestros

Interinos (PPMI) –los interinos alcanzaban aproximadamente a un 20% del total de maestros (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2004)–, alcanzando aproximadamente al total de docentes del magisterio público en 2018.

3. La reciente oferta de pos-graduación (diplomado, especialización e maestría) para formación docente en la nueva Universidad Pedagógica (UP) –creada en 2013– en los dos últimos años, de la cual la mayor parte es a distancia y virtual. Cabe resaltar que esta formación está orientada a la especialización como una profundización de la reciente recualificación y nueva formación inicial de los maestros.

De esta manera, el gobierno apoyo consistentemente a la formación de maestros dentro del sub subsistema de educación superior, promoviendo la mantención de la autonomía de una histórica cultura magisterial y consolidando el acuerdo con un sector sindical que tradicionalmente se presentaba como conflictivo para los anteriores gobiernos, a causa de sus continuas reivindicaciones de derechos, pero que en esta última década se encontró mayoritariamente aliado al gobierno, pese a que en una primera instancia, su rechazo postergo el inicio de la implementación de la nueva legislación educativa en al menos un año⁴.

La posición cerrada de la cultura magisterial hacia su articulación con la universitaria principalmente, se debe entre otros motivos, a la competencia por fuentes y estabilidad laboral entre estos tipos de profesionales de la educación, de esta manera, con este pacto con el gobierno, el magisterio consigue cerrar filas para la incompatibilidad de las labores docentes en la educación regular por parte de profesionales licenciados graduados en las universidades, habilitándose únicamente para las compulsas laborales, a los maestros normalistas, a los licenciados en el PROFOCOM y a los nuevos licenciados en las ESMF⁵.

4.2. Formación técnica y tecnológica

Contrariamente a la mayoritaria dependencia pública de los estudiantes universitarios, según información oficial, la mayoría de los institutos técnicos y tecnológicos del país (aprox. 64%), así como la mayoría de su población estudiantil (aprox. 80%) –de una población total de aproximadamente 125.000 estudiantes (CONTRERAS, 2016)– continúan concentrándose

⁴ Cabe resaltar que la recién electa dirigencia sindical del magisterio en 2018, mantiene un discurso crítico radical hacia la actual gestión del gobierno.

⁵ Si observamos desde una perspectiva comparada, al menos en algunos países, por ejemplo como Argentina o Brasil, los profesionales licenciados en las universidades pueden acceder a la docencia de educación regular, principalmente a la del nivel de secundaria, de acuerdo a sus perfiles disciplinares profesionales.

en el sector privado y urbano (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2015, 2017; INE, 2017); a pesar de los esfuerzos recientes del gobierno por contrarrestar esta histórica dependencia privada –es necesario matizar que en las últimas décadas fueron instaurados institutos denominados de convenio que integran una dependencia privada con una pública, promovidos por ONG’s y fundaciones nacionales e internacionales principalmente europeas–, mediante el incremento (aprox. 100%) de institutos técnicos y tecnológicos públicos, ubicados principalmente en regiones rurales (66%), con mayor énfasis en carreras con orientaciones agropecuarias.

De esta forma, aunque la nueva política pública de educación superior técnica, todavía no acaba de luchar contra la privatización de este tipo de formación –es valioso aclarar que existe un debate acerca de la plausibilidad de exclusión del sector empresarial en la financiación y la formación de la educación técnica del país, cf. PIEB, 2012–, es importante resaltar que actualmente, los institutos públicos alcanzaron una mayor presencia en el área rural (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2016, 2017), equilibrando la distribución regional de la oferta, coadyuvando a desmontar la polarización de lo rural y urbano.

Asimismo, inversamente a la procedencia de los estudiantes universitarios, que independientemente de sus adscripciones a universidades públicas o privadas, pertenecen a sectores con los ingresos más altos, la mayoría de los sujetos de la educación técnica (Aprox. 60%) provienen de poblaciones con mayores necesidades de ingresos económicos (LIZÁRRAGA, 2012, p. 30), a pesar de las relativas diferencias socioeconómicas que puedan existir entre los estudiantes que acuden a institutos públicos con respecto a los privados (LIZÁRRAGA; NEIDHOLD, 2011, p. 50).

Por otra parte, la formación superior de educación técnica y tecnológica se ha convertido en uno de los espacios privilegiados del gobierno para implementar las nuevas políticas educativas, ya que el Ministerio de Educación tiene una mayor capacidad de intervención sobre los institutos técnicos y tecnológicos públicos y privados, por lo que ha emprendido una necesaria reglamentación de todos los institutos, a diferencia de sus limitaciones de actuación con respecto a las universidades públicas autónomas, mismas que se encuentran protegidas de la intervención gubernamental por su autonomía institucional.

Uno de los principales avances de la implementación de la ley N° 70 en este ámbito educativo, fue la transversalización de los ejes articuladores de la nueva educación (Educación Intracultural-Intercultural y Plurilingüe, Educación en Valores Sociocomunitarios,

Educación Productiva, Educación para la Convivencia con la Madre Tierra y Salud Comunitaria) en los currículos de todas las carreras técnicas. Además de la inserción de disciplinas de teoría social en gran parte de los ‘Diseños Curriculares Bases’ de la ‘Formación Profesional Técnica y Tecnológica’⁶.

No obstante, ante la falta de capacidad para gestionar las condiciones objetivas – formación docente, libros didácticos, entre otras– para hacer viables estas reformas y ante el rechazo del sector privado, principalmente y hasta del público, a partir del año 2017 se suprimieron estas disciplinas de los currículos para los nuevos ingresantes. Tal vez, este fue el emprendimiento crucial para una educación técnica integral y crítica al capitalismo, que lastimosamente quedo truncado.

Por último, es posible sostener que en el ámbito de la educación superior técnica y tecnológica, el gobierno inicio la tarea de recuperar la oferta y demanda de este nivel, que hasta hace un quinquenio se encontraba mayoritariamente en la administración privada, creando Institutos Tecnológicos (IT) públicos, principalmente ubicados en el área rural. Así como en una segunda fase, amparados en la Ley N° 70, se pretende consolidar la continuidad de los estudios de nivel técnico superior con licenciaturas e ingenierías en los IT, lo que daría inicio a un nuevo sistema universitario-técnico dependiente del Ministerio de Educación al margen del sector universitario boliviano.

Asimismo, denotamos que más allá de los avances discursivos, el apoyo concreto del gobierno a la incrementación de la oferta de educación superior técnica pública frente a la predominancia privada aún es débil.

Por tanto, advertimos de una fragmentación y estratificación del subsistema de formación superior y profesional asociada a una polarización política entre el gobierno y el magisterio con el sistema universitario, motivada entre otras causas por la disputa de fuentes y estabilidad laboral, disputa que parece profundizarse con la reciente promoción del bachillerato técnico y artístico en la educación regular, requiriendo maestros formados complementariamente en carreras técnicas, situación que estrecha más la articulación entre el

⁶ De esta forma se consolido 1 de los 4 ‘Campos de Saberes y Conocimientos’ instituidos en la ley ASEP, el de ‘Comunidad y Sociedad’ (los otros tres son: ‘Cosmos y Pensamiento’, ‘Vida, Tierra Territorio’ y ‘Ciencia, Tecnología y Producción’), constituido por las disciplinas de ‘Idioma Originario’, ‘Historia de Sociedades del Mundo’, ‘Desarrollo de Sociedades’ y ‘Pensamiento Contemporáneo y Cosmovisión’, con el propósito de una educación técnica integral.

magisterio y la educación técnica⁷, distanciándolos simultáneamente más de la formación universitaria.

4.3. Formación universitaria pública

La educación superior universitaria está conformada por: las universidades pertenecientes al Comité Ejecutivo de la Universidad Boliviana (CEUB) que agrupa a 11 universidades autónomas públicas y a 4 universidades de régimen especial; 3 universidades indígenas; y el sistema de universidades privadas, estas dos últimos aglomerados bajo dependencia y regulación directa del Ministerio de Educación.

Las universidades pertenecientes al CEUB –también denominado Sistema de la Universidad Boliviana–, que cobijan aproximadamente a 440.000 estudiantes – el sistema de universidades privadas tiene aproximadamente 140.000–, al no convenir relativamente con el gobierno, se han mantenido distantes a las transformaciones sociales –principalmente con la descolonización, a pesar de la creación en este periodo de 3 universidades indígenas, aunque alternas a este sistema–, parecería que se encubrieron bajo la tierra durante estos tiempos, quedando intactas ante los vientos de cambio⁸, con un blindaje que responde a una decadencia institucional y a una mediocridad académica, principalmente en el ámbito de la investigación científica, donde se ancla exclusivamente la escasa productividad de la investigación científica y tecnológica boliviana, a cuya debilidad institucional se suma un todavía joven y desensamblado sistema de innovación plurinacional –aunque tiene el mérito de haber incluido discursiva y normativamente a los conocimientos tradicionales de los pueblos indígenas como parte constitutiva de este sistema (ORELLANO, 2014)–.

Pese a que existen a nivel interno significativos avances en la producción de la investigación, ya desde una perspectiva comparada en casos con igual población de estudiantes y docentes o con similares presupuestos respecto a otras universidades del continente, según los repositorios SCOPUS o SciELO, las universidades bolivianas producen la mitad de lo que realizan sus semejantes en demografía institucional o financiamiento (ORELLANO, 2015). En este sentido, posiblemente sea el nivel formativo de sus docentes, así como la falta de una cultura académica, algunas de las posibles cuestiones diferenciales centrales.

⁷ Durante la gestión 2018 se convocaron a las primeras cohortes para especialización de los formadores en formación técnica en el nuevo MESCP.

⁸ Un indicio de ello, es la instancia a las universidades a involucrarse en el nuevo currículo del nuevo MESCP, declarada en el “2do Encuentro Pedagógico del Sistema Educativo Plurinacional 2012”.

Por otra parte, el denominado ‘sistema’ de la universidad boliviana nunca fue afín al gobierno de Evo Morales (CEUB, 2012), ni participo de la elaboración de la nueva legislación educativa (PRADA, 2014; CÁRDENAS, 2014), aunque cada vez más el partido de gobierno ha venido ganando espacio político partidario en su interior, por medio de sus vinculaciones a las contiendas electorales internas de las universidades.

No obstante, esta valiosa retaguardia política autonómica en detrimento de la calidad y compromiso social, tiene el mérito de rechazar cualquier avance violento de intervención gubernamental que podría interpretarse como signo de totalitarismo.

Por su parte, a pesar de este distanciamiento político institucional y de las incompatibilidades regulativas, el sistema de la universidad boliviana, se adelantó en más de una vez a tender puentes para vincularse con otras instituciones del ahora actual subsistema de educación superior.

De esta forma, se adelantó en la oferta de profesionalización de docentes de la educación regular mucho antes de la implementación del PROFOCOM, ofertando las primeras Licenciaturas en Pedagogía, Educación y Gestión de la Educación para maestros normalistas desde fines de los años 90’, posibilitando la continuidad de la formación de estos maestros con la cursada de currículos de 2 años para la obtención del nivel de licenciatura – cabe complementar que algunas universidades privadas también dispusieron esta oferta, así como aclarar que la oferta de estas licenciaturas en las universidades públicas también eran pagadas–, oferta que fuera inicialmente promovida principalmente a instancia de directores de escuelas de educación primaria y secundaria.

Asimismo, algunas universidades públicas y privadas del sistema de educación boliviana, están llevando la delantera desde ya hace algunos años, en la construcción de vínculos entre la educación superior técnica y la universitaria, con la oferta de la Licenciatura en Educación Técnica y Tecnológica orientada a cualificar el personal docente de los Institutos Técnicos y Tecnológicos, oferta que en los últimos dos años ha tenido una reactualización e incremento de su demanda, posibilitando la continuidad del nivel técnico a la licenciatura, con un currículo de 2 años, oferta que esta también abierta a Licenciados en general.

Es preciso resaltar que estas acciones han sido plausibles gracias a la autonomía universitaria, ya que sus diplomas no requieren del aval del Ministerio de Educación⁹, lo que abre senderos ante las limitaciones burocráticas que generan incompatibilidades entre niveles e instituciones. Existe un debate teórico acerca de las condiciones para esta articulación, en cuanto a la equiparación de los niveles académicos mínimos de las instituciones, necesarios para estas transiciones.

En síntesis, es posible sostener que el gobierno no pudo obtener el mismo consentimiento que le brindó el sector magisterial, con gran parte de la educación superior universitaria pública, autónoma por excelencia, distanciándose con este sector desde el año 2005 hasta la fecha, con excepcionales convergencias. Hoy se vuelve a poner en juego esta bifurcación, con la nueva lucha de algunas universidades del CEUB por nuevos presupuestos que generaron ya más de un conflicto y hasta víctimas mortales durante la primera mitad de la gestión 2018¹⁰.

A continuación presentamos un cuadro sobre nuestro tópico, conscientes de sus limitaciones intrínsecas a su forma:

⁹ Aunque en la declaración del “2do Encuentro Pedagógico del Sistema Educativo Plurinacional 2012”, las organizaciones sociales e instituciones educativas, instan a que la universidad brinde las diversas articulaciones.

¹⁰ Véase el caso de los conflictos de la Universidad Pública de la ciudad de El Alto (UPEA).

Cuadro 1. *Articulación entre las formaciones del sub sistema de educación superior en Bolivia*

Formación:	Profesores de Educación Regular	Técnica y Tecnológica	Universitaria
Intervención del Gobierno e relaciones políticas	Intervención directa Pactos políticos con la cultura magisterial a cambio de exclusividad	Amplia intervención Recuperación relativa del sector privado y proyecto de un nuevo sistema universitario tecnológico no autónomo dependiente del ME	Limitada en las Universidades Autónomas Públicas. Distanciamiento desde 2005, por cuestiones políticas. Mediana en las privadas. Amplia en las Universidades Indígenas y directa en la Pedagógica
Oferta y Demanda pública o privada	Dependencia pública exclusiva	Mayor presencia del sector privado	Mayor presencia del sector público
Articulación discente (cursos, programas)	Incompatibilidad	Incompatibilidad	Incompatibilidad. Excepcionalmente las universidades privadas convalidan cursos de universidades públicas e institutos con costos altos
Articulación docente	Graduados pueden ser docentes en las Formaciones Universitarias y Técnicas	Graduados no pueden ser docentes en la Formación de Profesores de Educación Regular, ni en las Universidades, además no pueden trabajar en la Educación Regular	Graduados pueden ser docentes en la Formación Técnica y en la Formación de los Profesores de Educación Regular, pero no en la Educación Regular
Articulación de la formación continua	Graduados pueden continuar el pos grado en la Universidad Pedagógica o en las Universidades Autónomas Públicas o Privadas	Graduados pueden continuar la Licenciatura en un programa especial de la Universidad Pública (pagado), pero no en la Formación de Profesores de Educación Regular	Graduados pueden continuar el pos grado en las Universidades Autónomas Públicas o Privadas o en la Pedagógica

Fuente: Elaboración propia.

5. A MANERA DE CIERRE

Observando estas características y procesos, podríamos reflexionar acerca de la conflictividad de intereses sectoriales de los tres formaciones en educación superior que presionan al gobierno, quien a su vez negocia su estabilidad política, generando tensiones sociales que resquebrajan la institucionalidad de un Estado tensionado ya entre una unidad institucional y la diversidad social.

Así el magisterio mediante arreglos sindicales que garantizaran tanto su amplia participación en la gestación de la nueva institucionalidad educativa, así como su pasividad reivindicativa, ha conseguido cerrar herméticamente los posibles y necesarios diálogos entre la cultura magisterial y la formación universitaria, consolidando su exclusividad laboral y

académica en el subsistema de educación regular, en cierta forma, el gobierno ha intercambiado estabilidad política por una limitada intervención y control de la calidad educativa, que ha retrasado y debilitado la transformación educativa al distanciar al magisterio de la universidad, manteniendo un plantel docente etariamente desgastado, hoy debidamente titulado pero históricamente frágil en su profesionalización –consecuencia de la prioridad depositada en la lucha por condiciones laborales ante gobiernos de facto y neoliberales (TALAVERA, 2011)–. No obstante, en la última década, simultáneamente se ha conseguido consolidar una institucionalidad magisterial para la carrera docente anhelada durante un siglo, que valorizo la cultura magisterial forjada con mucho trabajo y valor, aunque bastante desarticulada de otras instituciones de educación superior.

Por su parte, el sistema universitario al no convenir con el gobierno se ha mantenido distante a las transformaciones sociales. Sin embargo, esta valiosa retaguardia política autonómica en detrimento de la calidad y compromiso social, tiene el mérito de rechazar cualquier avance violento de intervención gubernamental que podría interpretarse fácilmente como signo de totalitarismo. Asimismo, es esta autonomía que permitió la libertad necesaria para la creatividad en la articulación de la universidad con la formación de maestros y de técnicos superiores en el nivel de licenciatura, aunque haciendo un negocio lucrativo de esta oferta pública, probablemente consecuencia de esta desarticulación.

Entremedio de las antinómicas ideologías del gobierno, la reciente retomada pública de la formación superior técnica y tecnológica con proyecciones de consolidar un nuevo sector universitario alterno, sugiere curiosos desafíos y deposita amplias esperanzas en una ‘industrialización comunitaria’ que resuelva la problemática económica y laboral de la población, más allá del término del primer ciclo de auge de la exportación multimillonaria de hidrocarburos que hizo posible la considerable transformación material del país en las últimas dos décadas. Sin embargo tal pretensión requiere de una educación de calidad, para lo cual es imprescindible su articulación tanto con el magisterio así como con la universidad.

Por lo tanto, en la actualidad se tiene un sub sistema de educación superior que avanza en tres frentes, alternos y desarticulados, que no parece ser lo más adecuado –por ejemplo para la elaboración de currículos o para la formación de formadores en las tres formaciones, entre otros–, principalmente para brindar las condiciones para una educación a lo largo de la vida.

Un gobierno que discursivamente anuncia utopías, pero que no avanza consistentemente en las condiciones objetivas para hacer posibles a las mismas, anteponiendo sus intereses de poder a los de la educación y a los de una producción del conocimiento local, es al menos susceptible de análisis e interpretaciones críticas, para repensar el modelo de sociedad que nos planteamos, el que devenimos y al que nos encaminamos desde ahora.

Si bien el presupuesto de la articulación entre instituciones de educación superior es una potencial tendencia en Latinoamérica y el Caribe (LAMAITRE, 2018), esta tendencia requiere de su consiguiente contextualización y reflexión al interior de la heterogeneidad de los procesos sociales en cada uno de los países y regiones, con el propósito de observar sus características específicas y rescatar los modos específicos de estas articulaciones como una diversidad constitutiva de la calidad educativa.

Por otra parte, teniendo en cuenta un enfoque crítico a la tradicional sobrevaloración de las instituciones universitarias frente a las magisteriales o técnicas tecnológicas, es posible pensar en los límites de las articulaciones, por ejemplo, en cuanto a que estas articulaciones entre estratos institucionales al interior de la educación superior pueden darse en condiciones latentes de desigualdad, asimismo, también es necesario valorar a las instituciones con trayectorias históricas que pueden perder su autoestima e identidad al subordinarse o transformarse con rumbo a una posible homogenización.

De esta forma es necesario pensar en la simetría, reciprocidad y complementariedad de los aprendizajes que se pueden obtener con la articulación de instituciones en condiciones de igualdad y democracia, valorando las experiencias y profesionalismos de las instituciones educativas de los tres sub subsistemas de educación superior boliviana.

Por último, teniendo en cuenta el nuevo contexto electoral actual¹¹, sería pertinente y relevante, reflexionar en próximos trabajos acerca de, ¿cuál será el peso del magisterio en una nueva configuración política con o sin Evo Morales?, ¿cómo será el posicionamiento del magisterio en esta elección?, ¿la desarticulación del subsistema de educación superior subsistirá con un nuevo escenario político?

¹¹ Valga señalar que en el próximo año 2019 se realizarán las elecciones presidenciales en Bolivia, por lo que ya están iniciadas las contiendas políticas electorales, mismas que se encuentra polarizada entre un apoyo a la continuidad del gobierno con la consiguiente re postulación del presidente y una oposición que agrupa diversos sectores sociales en torno a la no re postulación de Morales rechazada en el Referéndum Constitucional de 2016.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBÓ, Xavier. Tendencias Clave Para El Tercer Gobierno Del MAS, Bolivia 2015-2019. In: *Bolivian Studies Journal* Vol. 21, 2015, p. 1-24.
- BRUNNER, Joaquín et al. *Educación Superior en Iberoamérica. Informe 2011*. Santiago de Chile: CINDA, 2011.
- CAJIAS, Magdalena. La transformación curricular en Ciencias Sociales e Historia en las políticas educativas actuales. In: *Estudios Bolivianos* 20. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Mayor de San Andrés. La Paz: UMSA, 2014.
- CÁRDENAS, Victo Hugo. Algunas dificultades de la aplicación de la revolución educativa. In: *Estudios Bolivianos* 20. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Mayor de San Andrés. La Paz: UMSA, 2014.
- CEUB (Comité Ejecutivo de la Universidad Boliviana). *Estrategia Universitaria Nacional de Ciencia, tecnología e Innovación (2012 – 2015)*. La Paz: CEUB, 2012.
- _____. Información disponible en su página web: www.ceub.bo, 2018.
- CONTRERAS, Apolinar. La oferta y demanda por educación técnica. In: *Formación Técnica Profesional*. Oportunidades para el futuro. Revista Cooperación Suiza en Bolivia 2015-2016. La Paz, 2016.
- CUEVAS, Aleja. Alistan un proceso para medir calidad educativa. In: periódico LA RAZÓN, domingo 22 de noviembre de 2015, p. A21.
- DUBET, Francois. Sociologies de l'école. In: BEILLEROT, J. y MOSCONI, N. (dir.). *Traité des sciences et des pratiques de l'éducation*, Paris: Dunod, 2006.
- DUBET, Francois; MATUCCELLI Danilo, *En la escuela. Sociología de la experiencia escolar*, Buenos Aires: Lozada, 1998.
- GAMBOA, Franco. Modernización conflictiva. Reforma educativa y movimientos indígenas en Bolivia. In: *Ciencia y Cultura* N° 26, Universidad Católica Boliviana, La Paz: UCB, 2011.
- GUTIERREZ, Nelson. Educación Técnica en el contexto de la revolución educativa plurinacional. In: PIEB. *Sistematización de la mesa temática Educación técnica y productiva en Bolivia en el marco de una nueva legislación*. La Paz: Ministerio de Educación; Instituto de Investigaciones Pedagógicas Plurinacional; DANIDA; Fundación PIEB, 2012.

INE, Instituto Nacional de Estadística de Bolivia, 2017. Información disponible en: www.ine.bo

LEMAITRE, María José (Coordinadora). *La educación superior como parte del sistema educativo en América Latina y el Caribe*. Córdoba: UNESCO y UNC, 2018.

LIZÁRRAGA, Kathlen. Educación técnica y producción en Bolivia. In: PIEB. *Sistematización de la mesa temática Educación técnica y productiva en Bolivia en el marco de una nueva legislación*. La Paz: Ministerio de Educación; Instituto de Investigaciones Pedagógicas Plurinacional; DANIDA; Fundación PIEB, 2012, p. 16-34.

_____. Educación técnica en Bolivia: raíces históricas y problemas presentes. In: *Formación Técnica Profesional*. Oportunidades para el futuro. Revista Cooperación Suiza en Bolivia 2015-2016. La Paz, 2016.

LIZÁRRAGA, Kathlen; NEIDHOLD, Christian. *Educación técnica y producción en Bolivia*, La Paz: Fundación PIEB, 2011.

MARIACA, Guillermo. Consideraciones sobre la formación docente y evaluación de la educación. In: *Estudios Bolivianos 20*. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Mayor de San Andrés. La Paz: UMSA, 2014.

MARCONI, Reynaldo. Análisis de las características y del proceso de inclusión social y económica: 2006-2015. In: PAZ, Verónica (Coord.) *Inclusión social en Bolivia: Avances y desafíos (2006-2014)* Política pública, estructura económica y tierra. La Paz: Vicepresidencia de Estado Plurinacional, 2017.

MAYORGA, Fernando (PIEB) *Convocatoria. La nación boliviana en tiempos del Estado plurinacional*. Guía para la presentación de proyectos. La Paz: PIEB, 2012.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE BOLIVIA. Viceministerio de Educación Superior de Formación Profesional. Dirección general de Educación Superior Técnica, Tecnológica, Lingüística y Artística. *Diseño Curricular Base de la Formación Profesional Técnica y Tecnológica*. La Paz, s/d.

_____. *La educación en Bolivia indicadores, cifras y resultados*. La Paz, 2004.

_____. *Guías 2010-2014. Institutos Técnicos Tecnológicos del Estado Plurinacional de Bolivia*. La Paz, 2015.

_____. *Guía de Universidades del Estado plurinacional de Bolivia 2016*. La Paz, 2016.

_____ *Guías de Institutos Técnicos Tecnológicos Fiscales y de Convenio del Estado Plurinacional de Bolivia 2017*. La Paz, 2017.

_____ Información disponible en la página web del Ministerio de Educación de Bolivia: www.minedu.bo.

ORELLANO, Sergio. *Apoyo e indiferencia a los saberes locales y a los conocimientos ancestrales en el Estado Plurinacional de Bolivia: el “vivir bien” y la producción del conocimiento*. Trabajo Final de Máster Universitario en Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología - Facultad de Filosofía, Universidad de Salamanca, España, 2014.

_____. La producción de la investigación: horizontes en la actualidad. In: *Ventana Científica*, vol. 6, núm. 10, Tarija, Bolivia, Universidad Autónoma Juan Misael Saracho, 2015.

PATZI, Félix. La Ley Avelino Siñani y Elizardo Pérez: Propuesta e implementación. In: *Estudios Bolivianos 20*. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Mayor de San Andrés. La Paz: UMSA, 2014.

PAZ, Verónica (Coord.) *Inclusión social en Bolivia: Avances y desafíos (2006-2014)* Política pública, estructura económica y tierra. La Paz: Vicepresidencia de Estado Plurinacional, 2017.

PRADA, Raúl. Epistemología pluralista. In: ZAMBRANA, Amilcar (editor) *Pluralismo Epistemológico*. Reflexiones sobre la educación superior en el Estado Plurinacional de Bolivia. Cochabamba: FUNPROEIB Andes, 2014.

RODRIGUES, Gustavo. Educación superior en Bolivia. In: *Temas de Debate* N° 7 año. Boletín del programa de investigación estratégica en Bolivia. La Paz: PIEB, 2007.

ROJAS, Gonzalo. (Coordinador) *¿Nación o Naciones boliviana (s)?* Institucionalidad para nosotros mismos. La Paz: CIDES-UMSA, 2009.

SAMANAMUD, Jionanny. Transformación actual de la educación. In: *Estudios Bolivianos 20*. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Mayor de San Andrés. La Paz: UMSA, 2014.

SHULTZ, Theodore W. *O capital humano*. Investimentos em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SPEEDING, Alison. La racionalidad del racismo: Reflexiones sobre la ausencia de un debate. In: *Temas Sociales* N° 33 Revista de la carrera de Sociología-UMSA. La Paz: IDIS-UMSA, 2013.

_____. Datos deprimentes, miradas deficientes: La situación laboral de las mujeres en Bolivia. In: *Estudios Bolivianos* N° 21, 2014.

_____. Transición étnica en la provincia Inquisivi. S/d.

TALAVERA, María Luisa. Procesos de titulación en el nivel de educación superior una mirada a la calidad de la formación universitaria 1979-2003. In: *Umbrales* 15, La Paz: Cides-UMSA, 2007.

_____. *Formaciones y transformaciones: Educación pública y culturas magisteriales en Bolivia. (1899-2010)*. PIEB-CIDES, Plural editores, La Paz, 2011.

_____. La educación pública frente a una nueva reforma: avances de investigación. In: *Estudios Bolivianos* 18. La Paz, 2013.

_____. Magisterio boliviano y Reformas Educativas en el siglo XX. In: *Estudios Bolivianos* 20. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Mayor de San Andrés. La Paz: UMSA, 2014.

TROGER, Vincent. Les enseignements technologiques et professionnels : la part d'ombre du système scolaire. In: BEILLEROT, J. y MOSCONI, N. (dir.). *Traité des sciences et des pratiques de l'éducation*, Paris: Dunod, 2006.

WANDERLEY, Fernanda. *¿Qué pasó con el proceso de cambio? Ideales acertados, medios equivocados, resultados trastocados*. La Paz: CIDES-UMSA, 2014.

YAPU, Mario. Síntesis. In: PIEB. *Sistematización de la mesa temática Educación técnica y productiva en Bolivia en el marco de una nueva legislación*. La Paz: Ministerio de Educación; Instituto de Investigaciones Pedagógicas Plurinacional; DANIDA; Fundación PIEB, 2012.

_____. Veinte años de educación en Bolivia: dos reformas y algunos temas de investigación. In: *T'inkasos* 34 (versión electrónica), La Paz: PIEB, 2013.

TRABALHOS

GT3 Movimentos sociais, participação e democracia



Sidney Tarrow e a decolonialidade: para uma
epistemologia subalterna dos movimentos sociais latino-americanos

Gabriel Roberto Dauer¹

GT 3 – Movimentos sociais, participação e
democracia

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA), Universidade de Brasília (UnB), gabrielrdauer@gmail.com.

Resumo

Este artigo busca repensar a epistemologia dos movimentos sociais latino-americanos a partir das obras *Power in Movement* (2011) e *The New Transnational Activism* (2005) de Sidney Tarrow. Para tanto, a metodologia elegida foram os Estudos Decoloniais que, com o Grupo Modernidade/Colonialidade dos anos 1990, vem abrindo novas perspectivas epistemológicas para compreender os sujeitos subalternos e inseri-los como agentes produtores de conhecimento, não meros objetos de estudo da academia. Embora a teoria dos novos movimentos sociais tenha alçado novas discussões sobre o potencial disruptivo da ação coletiva para com a colonialidade, são escassos os estudos acerca das formas pela quais esses movimentos constroem suas epistemologias para uma maior contribuição à decolonialidade. As obras de Sidney Tarrow e a decolonialidade servem para tensionar as pesquisas sobre movimentos sociais em vistas a uma perspectiva decolonial latino-americana da organização e da resistência dos grupos subalternos.

Palavras-chave: Sidney Tarrow. Movimentos sociais. Decolonialidade. América Latina.

Introdução

Os Estudos Subalternos e Decoloniais têm crescido na academia e vêm influenciando diversas pesquisas. A necessidade de trazer a perspectiva dos subalternos ou oprimidos abre espaço para que novos conhecimentos, saberes e experiências sejam visibilizados dentro e fora dos muros da universidade. Nesse sentido, os movimentos sociais na América Latina demonstram os lugares sociais e políticos de suas resistências. Temáticas como o lugar da mulher no campo, os movimentos LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Intersexuais) e negro, grupos contra-hegemônicos e anti-sistêmicos, bem como outros atores não-estatais questionam a produção de conhecimento moderna eurocêntrica e a colonialidade do poder, saber e do ser.

Em vistas a contribuir com o debate sobre os movimentos sociais na região, este trabalho busca a partir dos Estudos Decoloniais analisar duas obras de Sidney Tarrow²: *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics* (2011)³ e *The New Transnational Activism* (2005).

O trabalho divide-se em duas partes. Primeiramente, apresentam-se as principais ideias dos dois livros de Tarrow (2005, 2010). Num segundo momento, abre-se a discussão sobre os Estudos Decoloniais pela formação do Grupo Modernidade/Colonialidade na década de 1990, a fim de

² Tarrow é um dos autores mais citados em relação a movimentos sociais, política contestatória e mobilização legal. Sidney Tarrow (1938-) nasceu nos Estados Unidos, é doutor em Ciência Política (Universidade da Califórnia, 1965), mestre em Direito Público e Governo (Universidade de Columbia, 1961) e bacharel em Estudos Americanos (Universidade de Syracuse, 1960). Atualmente é professor emérito da Universidade Cornell.

³ Originalmente, a obra teve sua primeira edição publicada em 1994 e uma segunda edição em 1998. Para este trabalho, foi utilizada a mais recente em sua terceira edição.

relacionar as contribuições teóricas de Tarrow à discussão sobre os movimentos sociais na América Latina. O objetivo não é realizar um amplo debate sobre todas as facetas da decolonialidade, e sim (re)pensar a epistemologia dos movimentos sociais regionais pela perspectiva do subalterno, dada sua capacidade de produzir conhecimentos e experiências que tensionam as ciências modernas eurocêntricas ocidentais. Quem são esses sujeitos produtores de conhecimento? Como esses movimentos se organizam e disputam espaços e significados com o Estado? Qual o papel da modernidade/colonialidade na construção de uma nova teoria sobre os movimentos sociais na região? Quais são as ausências e os limites da ação coletiva para a América Latina?

1. Movimentos sociais e ação coletiva transnacional em Sidney Tarrow

Para iniciar e auxiliar na discussão sobre o potencial de ação dos movimentos sociais, vale definir o conceito de confronto político, um trabalho teórico conjunto de Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2009). O confronto político inicia-se quando, coletivamente,

[...] as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações por meio de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva (McADAM et al., 2009, p. 11-12, tradução nossa).

Logo, os repertórios representam as ações dos movimentos sociais, constituídos por práticas alternativas ao longo da história que pretendem reivindicar um propósito num embate de ideias inovadoras com seus opositores políticos (McADAM et al., 2009). Já no primeiro capítulo do livro *Power in Movement* (2011), Tarrow complementa o conceito de confronto político como elemento que surge "[...] em resposta às mudanças nas oportunidades políticas e ameaças, quando os participantes percebem e respondem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários e baseados em grupos, de longa data ou episódicos" (TARROW, 2011, p. 16, tradução nossa) ou ainda quando "[...] cidadãos comuns, às vezes encorajados por líderes, percebem oportunidades que diminuem os custos da ação coletiva, revelam aliados potenciais, mostram onde as elites e as autoridades são mais vulneráveis e ativam redes sociais e identidades coletivas a agirem em torno de temas comuns" (TARROW, 2011, p. 33, tradução nossa).

As motivações que levam as pessoas a engajarem-se no confronto político ocorrem quando "[...] padrões de oportunidades políticas e constrangimentos mudam, e quando usam estrategicamente repertórios de ação coletiva, criando novas oportunidades que são usadas por

outros para aumentar seus ciclos de contenção" (TARROW, 2011, p. 28-29, tradução nossa). Destarte, o conflito não é algo anômalo à sociedade, mas um aspecto normal de seu comportamento. O confronto político também não nasce de forma repentina ou isoladamente; ele está culturalmente e socialmente estruturado nas pessoas. Para que uma ação coletiva seja coordenada, elementos como confiança e cooperação devem existir entre os participantes do grupo, os quais também compartilham identidades e ideias comuns (TARROW, 2011).

Do mesmo modo, Tarrow (2011) observa os embates existentes entre os movimentos sociais e o Estado utilizando-se do *framing*⁴ (enquadramento, tradução livre) político:

Na luta pelos significados dos quais os movimentos estão constantemente engajados, é raro que eles não sofram desvantagem quando competem com os Estados, os quais não apenas controlam os meios de repressão, mas possuem ao seu dispor instrumentos importantes para construir significados. A luta entre Estados e movimentos ocorre não apenas nas ruas, mas também na disputa pelos significados (TARROW, 2011, p. 32, tradução nossa).

O embate de interpretações é importante aqui por determinar, em parte, as diversas formas de ação dos ativistas. Uma das características mais marcantes dos movimentos sociais para Tarrow é a sua "[...] capacidade de empregar uma larga variedade de performances e combiná-las em campanhas de confronto que perpassam os limites da política, ao mesmo tempo que desenham um amplo 'repertório de confronto político'" (TARROW, 2011, p. 98, tradução nossa). A longo prazo, as ações transformam-se para acompanhar mudanças nos Estados e no capitalismo; a curto prazo, as mudanças ocorrem devido a variações das oportunidades políticas e de constrangimentos. Tais mudanças nas ações podem fazer com que os atores adotem uma nova forma de ação ou mudem o significado de seu agir para um tom mais transgressor ou mais contido (TARROW, 2011).

Outro conceito importante na obra de Tarrow (baseando-se em Charles Tilly) é o de "performances". Primeiro, performances de protestos exaltam as políticas públicas; em segundo lugar, as performances ajudam a alavancar a solidariedade entre outros grupos por meio da interação dos *performers* (performadores ou atores, tradução livre) em ações de protesto. Mas a razão mais importante de serem atrativos é que as performances de protesto interrompem a rotina e criam um sentimento de esperança que essas ações irão desarmar, desanimar ou atrapalhar seus

⁴ Os movimentos, em sua ação coletiva, enquadram os confrontos políticos. Uma das maneiras de mover estrategicamente informações ocorre por meio do enquadramento ou *framing*. Para Keck e Sikkink (1998), o *framing* é compreendido como o uso estratégico de informações por atores, redes transnacionais de advocacia e demais grupos de pessoas para chamar a atenção do público-alvo e persuadi-lo de que a estratégia utilizada é eficaz, estimulando outras pessoas a tomarem uma atitude. No caso dos ativistas, há a identificação de um problema que deve ser explicado de forma tal que, as causas defendidas pelos grupos sejam convincentes ao ponto de serem a causa de outros atores.

adversários. As performances são guiadas por um objetivo, no qual o significado da performance pode ser manipulado para alcançar o resultado esperado (TARROW, 2011).

Em *The New Transnational Activism* (2005), Tarrow inicia a obra divergindo dos estudos de política transnacional ao dizer que pessoas comuns também desenvolvem atividades transnacionais, não apenas as politicamente engajadas ou que estão em cargos estatais. Mesmo que essas pessoas comuns realizem demandas transnacionais, elas estão envolvidas em recursos, redes e oportunidades locais nas sociedades em que vivem, sendo fundamental observar como esses atores conectam o local e o global. Esse ativismo transnacional é transformador e vem possibilitando que as pessoas se tornem cada vez mais em *rooted cosmopolitans* (cosmopolitas enraizados, tradução livre) (TARROW, 2005) definidos como

[...] pessoas e grupos que estão enraizados em contextos específicos nacionais, mas que se engajam em atividades de confronto político que os envolvem em redes transnacionais de contatos e conflitos. **O que os diferencia dos atores domésticos é a sua habilidade em mudar as suas atividades entre os níveis, ganhando vantagem perante os laços de oportunidades de uma sociedade internacional complexa**" (TARROW, 2005, p. 29, tradução nossa, grifo nosso).

[...] indivíduos ou grupos que **mobilizam domesticamente e internacionalmente recursos e oportunidades** para avançar em suas reivindicações em nome de atores externos, contra oponentes externos, ou em favor de objetivos que possuem em comum com aliados transnacionais (TARROW, 2005, p. 43, tradução nossa, grifo nosso).

O “enraizado” dos atores cosmopolitas refere-se ao movimento construído fisicamente e cognitivamente fora de seus locais de origem. Essas pessoas mantêm seus laços com seus conterrâneos e recursos, suas redes sociais, experiências e oportunidades políticas. Os ativistas locais não migram ao nível internacional, mas movem suas oportunidades e recursos domésticos para transitar dentro e fora de instituições internacionais, processos e alianças (TARROW, 2005).

Outro conceito utilizado por Tarrow (2005) são os quadros de ação coletiva⁵, formados pelos organizadores dos movimentos e que servem para atrair apoiadores, sinalizar as intenções dos movimentos e ganhar atenção da mídia. Esses ativistas são tanto consumidores quanto produtores de material cultural nesse processo. Contudo, os movimentos não são plenamente livres para enquadrar seus objetivos como querem, já que competem numa estrutura desigual onde há aqueles que ditam as regras do jogo – como o Estado e a mídia (TARROW, 2005).

⁵ Os *framings*, ao tornarem os acontecimentos significativos ao permitirem que a experiência pessoal torne-se em ação, produzem *collective action frames* (quadros de ação coletiva, tradução livre): “[...] quadros de ação coletiva são ações orientadas por um conjunto de crenças e significados que inspiram ou legitimam as atividades e campanhas de uma organização de movimento social (OMS)” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614).

2. Para um poder em movimento e um novo ativismo transnacional decoloniais

Dada a breve exposição de alguns pressupostos das obras *Power in Movement* (2011) e *The New Transnational Activism* (2005) de Sidney Tarrow, propõe-se refletir como as propostas decoloniais podem contribuir para uma nova teoria política dos movimentos sociais que questione e denuncie o eurocentrismo. Num primeiro momento, é apresentado como surge o debate da decolonialidade. Posteriormente, apresenta-se o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) e seus principais conceitos, utilizados para analisar as duas obras de Tarrow na tentativa de repensar a epistemologia produzida pelos movimentos sociais na América Latina.

O Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) abriu os Estudos Decoloniais. Formado no final dos anos 1990 enquanto um movimento epistemológico voltado para uma renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina do século XXI, sua proposta visa ampliar o argumento dos Estudos Pós-Coloniais ao continente Americano por meio da noção de “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013). Cunhado por Maldonado-Torres (2005), o giro decolonial é um movimento de resistência teórico-prático, político-epistemológico em relação à lógica da modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2013). A decolonialidade² constitui o terceiro elemento da modernidade/colonialidade, um elemento planetário que não se limita a indivíduos, mas que também se incorpora em coletividades como os próprios movimentos sociais.

Um dos objetivos centrais do Grupo M/C era compreender de que forma os conceitos mudam e o que significa o uso de determinada terminologia. A construção de novas relações entre um “nós” e os objetos de estudo é central para o grupo, cuja proposta não é a criar novos métodos para estudar o subalterno, mas sim aproximá-lo, escutá-lo e reconhecer que ele também é agente produtor de conhecimento, não mero objeto de observação (GRUPO..., 1998).

O Grupo Latino-americano dos Estudos Subalternos questiona as representações nacionais sobre as elites e os grupos subalternos para representar na América Latina a subalternidade, encontrando nela os sujeitos sociais e políticos às margens do Estado-Nação (GRUPO..., 1998). Desse modo, o subalterno é um sujeito mutante e migrante que rompe com os

[...] modelos tradicionais de mobilização vertical e controle social, que questiona as formas hegemônicas de representação e que obriga o Estado e os seus agentes (incluindo-

² A ideia decolonial já estava sendo gestada por Quijano e Dussel enquanto colonialidade do poder e transmodernidade, respectivamente. O uso de decolonialidade sem a letra “s” marca a diferença entre o projeto decolonial do Grupo M/C e a ideia de descolonização de libertação nacional da Guerra Fria. Ainda que tenha influência do Pós-colonialismo (M. Foucault, J. Lacan e J. Derrida), o grupo não pertence ou é filiado a essa corrente (BALLESTRIN, 2013).

se os professores universitários e as instituições de investigação científica) a negociar as políticas sociais e de investigação para que levem em consideração seu próprio projeto de fazer história (GRUPO..., 1998, p. 80, tradução nossa).

Um dos conceitos centrais do Grupo M/C é o da colonialidade do poder. Desenvolvido por Aníbal Quijano (1989), a colonialidade do poder refere-se às relações econômicas e políticas de dominação da metrópole sobre a colônia que não findaram com colonialismo a partir das independências nacionais (BALLESTRIN, 2013). Segundo Grosfoguel (2008), a colonialidade “[...] permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126). A colonialidade do poder é o elemento novo, onde raça e racismo são princípios que organizam e estruturam as diversas hierarquias do sistema-mundo. Há uma tentativa de realizar uma nova crítica do pensamento latino-americano a partir de releituras históricas e de problematizações acerca de novas questões para a região. Visa-se superar a colonialidade do poder, do saber e do ser tendo em conta a permanência da colonialidade na vida privada e coletiva (BALLESTRIN, 2013).

A diferença colonial é outro conceito relevante para o Grupo M/C. Cunhado por Walter Dignolo, a diferença colonial expõe a relação colonial como uma relação antagônica, é a identificação dos povos segundo suas ausências ou excessos, produzida pela colonialidade do poder. Ela constitui um lugar privilegiado epistemologicamente e politicamente que não serve somente para realizar uma crítica que seria impossível dentro da modernidade, mas é a partir dela que os instrumentos para acabar com a colonialidade se articulam. Essa exterioridade da diferença colonial é formada pelo oprimido e pelo opressor: o oprimido não é o único moldado pela diferença colonial, o opressor também é constituído nessa desigual relação (RESTREPO; ROJAS, 2010).

Para analisar as obras de Tarrow (2005, 2011), é útil a advertência de Grosfoguel (2008) pela necessidade de decolonizar a epistemologia e os cânones ocidentais a partir do conceito de pensamento de fronteira. Para o autor, tal conceito seria uma resposta crítica aos fundamentalismos (hegemônicos ou marginais), onde não existe uma única tradição epistêmica que torna possível o alcance da Verdade e da Universalidade. O pensamento de fronteira é

[...] a resposta epistêmica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. [...] não é um

fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (GROSFOGUEL, 2008, p. 138).

A geopolítica do conhecimento (termo de Enrique Dussel) é outro conceito-chave voltado à dimensão epistemológica da colonialidade do saber que denuncia o conhecimento moderno desincorporado e deslocalizado e insiste que todo conhecimento é situado geograficamente e historicamente. O conhecimento parte de seu local de produção, atravessado por outros locais que definem as condições de existência e de enunciação dos sujeitos (RESTREPO; ROJAS, 2010). A geopolítica do conhecimento³ é uma “corpo-política do conhecimento” (GROSFOGUEL, 2008): o lugar de enunciação importa, mas o lugar geopolítico também é marcado pelo corpo enquanto agente político de um sujeito que se expressa. A filosofia e as ciências ocidentais criaram a “ego-política do conhecimento”, um “Ego” não situado que é capaz de “[...] gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistémico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia” (GROSFOGUEL, 2008, p. 119).

Em se tratando das teorias de ações coletivas e dos movimentos sociais, existiram rápidas mudanças em suas concepções a partir da década de 1990. Bringel (2010) analisa os aspectos teórico-metodológicos acerca do ativismo transnacional e as possibilidades para com o debate pós-colonial e o estudo dos movimentos sociais. Busca-se uma interpretação não-eurocêntrica das ações coletivas e dos movimentos sociais contemporâneos, por abordagens mais plurais e inclusivas. Para o autor, isso não significa que os enfoques “clássicos” perderam sua relevância; mas que há a necessidade de uma atualização das teorias sobre movimentos sociais. Por exemplo, não estaria o conhecimento produzido por Sidney Tarrow (e ele próprio) marcado pela sua condição de homem/branco/heterossexual/cis-gênero/classe-alta/estadunidense?

O projeto *contentious politics* (confronto político, tradução livre) dos Estados Unidos, que ganhou projeção global no século XXI, serve-se de interpretações mais relacionais para a contestação política e social. Segundo Bringel (2010), os obstáculos para uma análise não-eurocêntrica dos movimentos sociais existem pois as noções, categorias e conceitos usados

[...] para a ‘sociologia dos movimentos sociais’, emergente na década de 1960, estavam construídos principalmente a partir das experiências europeias e norte-americanas (em

⁷ A ideia de geopolítica do conhecimento também pode ser entendida no que Castro-Gómez (2007) chama de *hybris* do “ponto zero” da modernidade, um local de observação que se intitula como neutro e absoluto, um conhecimento que tem a função de exercer o controle racional sobre o mundo, decompondo a realidade em fragmentos para dominá-la. O ponto zero é uma ciência moderna que observa o mundo na impossível tentativa de ser “Deus”, que se assume como o ponto de vista de todos os pontos de vista, como se não possuísse um local, uma origem de enunciação.

particular, o Maio de 1968 francês na Europa e as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos) e não a partir das lutas anticoloniais e anti-imperialistas estendidas pela América Latina e África (BRINGEL, 2010, p. 187).

Apesar dos processos de independências na América Latina, a colonialidade do poder, do saber e do ser continuam a operar na região. Particularmente, a colonialidade do saber é interessante aqui pois considera a existência de outras racionalidades silenciadas ou desperdiçadas e da reconfiguração de uma nova “geopolítica do conhecimento”, que demarca a relação entre o lugar de enunciação e a produção de conhecimentos. Desse modo, há o entendimento que se deve descolonizar as teorias dos movimentos sociais; para tanto, deve haver uma articulação entre as teorias do Norte global com as teorizações e experiências do Sul global (BRINGEL, 2011).

Para Bringel (2010), os intelectuais da América Latina buscam romper com o monopólio da produção de conhecimento das universidades. Contudo, nessa tentativa, os estudos sobre os movimentos e a ação coletiva são deixados de lado, resultando em análises superficiais dos movimentos sociais e de suas práticas. Carece na região explicações sobre como ocorre a lógica da ação coletiva, bem como a produção e a reprodução de conhecimento dos movimentos sociais.

Flórez-Flórez (2005) contribui ao debate sobre a ação coletiva ao questionar pesquisas que dizem que as lutas dos movimentos latino-americanos se circunscrevem apenas no plano das ideias, ora por reivindicarem objetivos simplórios, ora porque seu principal interlocutor é o Estado, ou ainda porque o contexto de sua luta é atrasado devido aos seus localismos. A visão dicotômica que diferencia e hierarquiza as práticas sociais dos movimentos por seu maior ou menor distanciamento da tradição eurocêntrica moderna limita as possibilidades de compreensão sobre os movimentos sociais. A autora sublinha que para compreender a ação coletiva contemporânea, o cerne de análise é a crise da modernidade, onde os movimentos sociais não só a criticam, como também oferecem alternativas a ela. Eles criam novas mensagens, metodologias, sistemas de ação e redefinem simbolicamente os problemas como atores críticos da modernidade.

O destaque dado por Flórez-Flórez (2005) à agência dos movimentos sociais enquanto atores que constroem e disputam símbolos e epistemologias é representado nas palavras de Tarrow (2011) em que “A luta entre Estados e movimentos não ocorre apenas nas ruas, mas também na disputa pelos significados” (TARROW, 2011, p. 32, tradução nossa). O autor contribui à geopolítica do conhecimento ao reconhecer que os movimentos sociais também são locais de enunciação de poder, de construção de identidades e de memórias dos subalternos. Logo, a ação coletiva é marcada pelos significados que cria, indo além das demandas concretas dos movimentos.

Bringel (2010) afirma que de fato o debate pós-colonial contribuiu para a (re)abertura epistemológica sobre as fontes e os limites do processo de conhecimento sobre os movimentos sociais, em que diálogos horizontais dessa discussão reconhecem as múltiplas diversidades dos movimentos. Todavia, para o autor, o giro epistemológico contemporâneo deve ser melhor “traduzido” aos estudos dos movimentos sociais. Nessa linha, existem alguns desafios teórico-políticos a esses estudos, como a espacialidade e a tradução. A espacialidade seria o espaço não como mero contexto da ação coletiva, mas como lócus de disputas e lutas.

O segundo desafio seria trabalho de tradução, que para Boaventura de Sousa Santos é “[...] entendido como um procedimento que permite **criar inteligibilidade entre as experiências do mundo**, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e das emergências” (SANTOS, 2002, p. 262, apud BRINGEL, 2010, grifo nosso). O ato de tradução não tem lugar neutro nem igualdade absoluta. O próprio ato de traduzir e seus efeitos tem a potencialidade de transformar os lugares e repercutir na ação dos atores sociais (BRINGEL, 2010).

O processo de tradução de Boaventura pode ser relacionado com o cosmopolita enraizado de Tarrow, que “[...] mobiliza oportunidades e recursos domésticos e internacionais para conseguir determinadas demandas e avanços em nome de atores externos, contra opositores externos ou a favor de objetivos comuns com aliados transnacionais” (TARROW, 2005, p. 29, tradução nossa). O cosmopolita enraizado está num contexto nacional específico, porém passível de experimentar um processo de reterritorialização (BRINGEL, 2010), ou melhor, ser agente de seu deslocamento.

Para Tarrow (2005), esses ativistas estão “enraizados” em contextos nacionais específicos, mas imersos em atividades políticas contestatórias que os colocam em redes transnacionais de contatos e em diversas tipologias de ações coletivas. Entretanto, Tarrow (2005) desconsidera que os ativistas possam ter perfis que não estão enraizados num contexto nacional específico por terem várias referências, impedindo-os de agirem num único espaço (como o caso dos migrantes):

A desterritorialização constante de muitos grupos, organizações e movimentos sociais supõe um processo de reterritorialização, no qual os atores sociais reformulam seus referentes, visões e marcos simbólicos e discursivos. Neste caso, o processo ocorre entre diferentes lugares, dentro ou não do Estado-nação (BRINGEL, 2010, p. 201).

Em suma, a espacialidade da ação coletiva (a importância do lugar, da dimensão territorial relacionada à identidade, a construção social de redes e de escalas de intervenção política e a interrelação entre elas), o trabalho de tradução (quem são os tradutores de práticas sociais e saberes e como funciona esse processo em diferentes casos) e as dinâmicas de difusão (que permitem

observar os mecanismos utilizados para difundir no espaço-tempo mensagens, discursos e ações de protesto num imaginário alternativo e transformador) ajudam a compreender como os movimentos sociais funcionam (BRINGEL, 2010). Esses elementos certamente dialogam com conceitos da decolonialidade como a *hybris* do “ponto zero” (CASTRO-GÓMEZ, 2007) e o pensamento de fronteira (GROSFOGUEL, 2008) em se tratando da colonialidade do saber.

Para Grosfoguel (2008), as ligações locais e globais dos movimentos sociais foram desconsideradas pelos teóricos dependentistas da América Latina por privilegiarem em demasia o Estado como unidade de análise, subestimando as dinâmicas culturais e ideológicas dos movimentos que, somada a abordagem economicista da corrente, minimizou o potencial do debate. Estratégicos na intervenção política, os movimentos sociais e os conflitos locais são, portanto, frequentemente ignorados quando voltam seus repertórios de ação primordialmente ao Estado.

Na América Latina a discussão sobre movimentos sociais nunca foi acrítica ou incorporou modelos externos integralmente, e sim uma reflexão crítica de seus problemas específicos (BRINGEL, 2011). Isso não significa que a ação coletiva tenha sido considerada como um aspecto na discussão desses movimentos. Para Bringel (2011), a linha de pesquisa sobre o confronto político permanece limitada tanto no Brasil como na América Latina por conta da renovação de duas tendências:

[...] por um lado, a insistência em interpretações que tenham como foco os movimentos sociais e os sujeitos sociais (e não a ação coletiva de forma mais ampla ou outros atores) e, por outro lado, a busca de novas teorizações que tenham como eixo a busca de análises, pensados especificamente para a realidade latino-americana, que renovem a tradição crítica da teoria social regional (BRINGEL, 2011, p. 61).

Embora tenha surgido na década de 1990 uma nova agenda de pesquisa dos movimentos sociais na região, já nas décadas de 1970 e de 1980 a discussão da temática era intensa num momento marcado pelas ditaduras. Mais para o final do livro *Power in Movement* (2005), Tarrow ressalta que nessa época as oportunidades políticas para a ação direta eram limitadas e custosas, sobrando apenas as táticas de informação como modos de externalizar ao meio transnacional as demandas dos movimentos sociais e grupos de direitos humanos (TARROW, 2005). Na década de 1990 os estudos sobre movimentos sociais consolidaram as abordagens sobre ativismo transnacional, dando pluralismo à teoria dos novos movimentos sociais pelo incremento de interações e da perspectiva da geopolítica do conhecimento (FLÓREZ-FLÓREZ, 2005).

A discussão sobre ativismo transnacional realizada por Tarrow (2005) traz alguns elementos que se encaixam no que a geopolítica do conhecimento e a colonialidade do saber

defendem. Para o autor, o ativismo transnacional não é apenas uma resposta contra a globalização, e sim, uma representação das mudanças de oportunidade na estrutura da política internacional. Enquanto a globalização proporciona temas e incentivos ao ativismo transnacional, é o internacionalismo⁸ que cria oportunidades para a formação de coalizões e pontos focais dos ativistas transnacionais (TARROW, 2005).

Nessa mesma lógica, Tarrow (2005) ressalta que os ativistas transnacionais: 1) nem sempre iniciam sua trajetória no nível internacional, e sim, começam suas atividades no nível político ou social doméstico; 2) tendem a focar mais em suas atividades domésticas, transformados ou não por suas experiências transnacionais; e **3) são pessoas que possuem um nível de educação escolar maior que as outras em geral, são mais conectadas, falam mais línguas e viajam mais.**

Em relação ao modo pelo qual os ativistas transnacionais recorrem ao meio transnacional para externalizar suas demandas, Tarrow aponta que

Até certo ponto, as diferenças nesses três caminhos refletem diferenças entre o Norte e o Sul. As pessoas do Sul recorrem às ONGs, tentam ter acesso aos valores universais para legitimar suas reivindicações, e o fazem de maneira vertical, em grande parte bilateral, que não tiram vantagem das semelhanças de suas reivindicações com as de outras pessoas como elas. [...] Os europeus aprenderam a usar rotinas institucionais para ‘passar por cima dos padrões’ em direção a União Europeia, acessando instituições específicas que foram concebidas para facilitar o acesso e valer-se dos recursos parciais de ‘fusão de soberania’ que marca a cultura política europeia (TARROW, 2005, p. 159, tradução nossa).

Ao colocar que os ativistas transnacionais são pessoas com maior nível educacional e socialmente mais engajadas e conectadas, e ao diferenciar os movimentos do “Norte” e do “Sul”, onde os do “Norte” recorrem mais diretamente às instituições políticas ao contrário dos movimentos do “Sul”, Tarrow (2005) acaba essencializar esses movimentos em relação aos do “Norte”. Limita também a potencialidade, a originalidade e a especificidade das lutas das ações coletivas dos movimentos do “Sul”, que mesmo sem recursos questionam a modernidade eurocêntrica. E ao usar da “cultura” para diferenciar os europeus dos “outros” povos em relação ao modo pelo qual esses movimentos lidam com autoridades, acaba limitar o potencial de ação coletiva dos movimentos do “Sul”.

Voltando-se para Flórez-Flórez (2005), a autora afirma que uma das dificuldades dos movimentos da região é se desvencilharem desses essencialismos eurocêntricos da modernidade. Ela indica sintomas opostos em relação aos obstáculos dos movimentos quando comparado no que

⁸ O internacionalismo é uma “[...] estrutura triangular densa de relações entre os Estados, atores não-estatais, instituições internacionais e as oportunidades que essas relações produzem para que os atores se engajem em ações coletivas em diferentes níveis do sistema” (TARROW, 2005, p. 25, tradução nossa).

Tarrow (2005) expressa ao diferenciar culturalmente os movimentos do “Sul” e do “Norte”, deixando implícito que há nos movimentos sociais do “Sul” ausências de uma colonialidade do poder que os distanciam dos do “Norte” (avançados, modernos). Essa dinâmica essencialista teria negado até o momento a epistemologia das histórias locais dos movimentos sociais (FLÓREZ-FLÓREZ, 2005). A visibilização e o entendimento de como os movimentos latino-americanos estão desenvolvendo estratégias para construir um lugar de enunciação próprio pode ser um caminho para a decolonização dos movimentos sociais da América Latina.

Sobre a questão identitária dos movimentos sociais, Tarrow (2011) frisa que as identidades dos movimentos não são homogêneas, e sim, passíveis de conflitos internos:

Dada a importância de estabelecer legitimidade e certificar que o movimento é um autêntico representante daquilo que advoga, a construção identitária é provavelmente mais importante durante o surgimento do movimento, tornando-se menos importante ao passo que se institucionaliza, e desaparece com o estabelecimento do movimento ao falar de sua constituição. **Visto que muitos indivíduos negociam entre diversas identidades, a identidade política reivindicada pelo movimento deve ser constantemente reforçada, especialmente depois que certo nível da mobilização decaiu** (TARROW, 2011, p. 152, tradução nossa, grifo nosso).

Um dos exemplos de identidade de um movimento social são as emoções, entendidas como um "local para articular as conexões entre as ideias culturais, estruturas desiguais e ações individuais [...] são as emoções que permitem o 'calor' para falar, distinguindo os movimentos sociais de instituições dominantes" (TARROW, 2011, p. 153, tradução nossa). As emoções não são estáticas, modificam-se com o tempo e constroem os repertórios de emoções, podendo ser parte constituinte da epistemologia dos movimentos sociais, indo em oposição à racionalidade moderna eurocêntrica e em direção à construção de ações coletivas decoloniais.

Para Bringel (2011), a ordem dos novos movimentos sociais é mais ontológica (o estudar sobre os movimentos sociais) do que epistemológica (como estudar os movimentos sociais):

No entanto, tenho a sensação de que o giro é de caráter mais ontológico, pois está mais relacionado ao o que estudar que ao como conhecemos as coisas. Trata-se de um avanço fundamental, pois é uma forma criativa de redefinir o objeto de estudo de forma dinâmica superando a fratura clássica entre estruturalistas e os acionalistas que marcou durante muito tempo o estudo dos movimentos sociais. O giro epistemológico permanece como um grande desafio no qual devemos avançar nos próximos anos não só para incluir estudos de novas áreas geográficas não-ocidentais, mas para incorporar também novas visões de mundo e saberes silenciados que podem contribuir muito ao entendimento das novas formas de resistência no mundo contemporâneo (BRINGEL, 2011, p. 69).

A posição deste artigo discorda de Bringel (2011) e considera que a colocação do mesmo é paradoxal. Ao mesmo tempo que o autor defende que a ontologia é mais importante que a

epistemologia, logo após o mesmo considera que existe a necessidade de incorporar “novas visões de mundo e saberes silenciados” para uma nova teoria dos movimentos sociais. Além disso, os Estudos Decoloniais ainda não são visibilizados na região como instrumentos de teorização ou de epistemologia em relação a outros saberes (modernos eurocêtricos), sendo mais reconhecidos como conceitos e pensamentos do que teoria produzida a partir e desde a subalternidade.

O argumento de Scherer-Warren (2010) sublinha essa falta de uma base epistemológica decolonial aos estudos sobre movimentos sociais. Para a autora, nas ciências sociais as teorias de movimentos sociais bebem, em certa medida, de referenciais teóricos relacionados à modernidade e à modernização para embasar suas colocações. Os estudos decoloniais, dessa maneira, possuem contribuições para repensar o papel dos movimentos sociais mais recentes na América Latina:

As grandes narrativas sobre os movimentos sociais na América Latina, baseadas nas teorias de classe, da tradição marxista e nos princípios discursivos da modernidade, enfatizavam tendências universalizantes para os comportamentos coletivos. As explicações para a luta dicotômica entre as classes tornaram-se muitas vezes reducionistas, teleológicas ou previsíveis. Os modelos analíticos foram aplicados de forma generalizada em diferentes situações e contextos históricos (SCHERER-WARREN, 2010, p. 19).

A relação de experiência, de representação e de reconhecimento é viável com a condição de que uma política de experiências acarrete em novas formas de representação. Contudo, essas outras representações só serão libertadoras se forem acompanhadas de uma política de reconhecimento que se concretize na práxis política, seguida de uma política de autorrepresentação (SCHERER-WARREN, 2010).

Buscam-se novas plataformas de um universalismo que contemple as diferenças, em que as comunidades subalternas e diaspóricas não estejam limitadas pela sua localidade. Em oposição ao cosmopolita enraizado de Tarrow, é necessário perceber que as relações desses grupos estão atravessadas por outras relações com atores globalizados, estando sujeitas a esses

[...] **processos de desterritorialização e reterritorialização**, ressignificando-se social e culturalmente, o que traz novos desafios para a construção de plataformas mais inclusivas de direitos humanos e para **um civismo que não reduza esses povos a uma cidadania genérica da modernidade** (SCHERER-WARREN, 2010, p. 23, grifo nosso).

Portanto, urge considerar nas pesquisas sobre movimentos sociais reflexões, experiências e saberes desses povos, bem como suas formações discursivas que surgem de suas práticas políticas; pela intercomunicação entre grupos sociais distintos; pela globalização contra-hegemônica de ações em rede dos movimentos sociais; por redes de solidariedade e de ressignificação simbólica em escala mundial e multi-identitária. Todos esses elementos que originam os discursos dos

movimentos sociais denotam a importância do pragmatismo, da resolução de problemas concretos, de uma política de experiências que esteja atrelada às políticas de autorrepresentação e de reconhecimento de si e do outro como sujeito de diferenças (SCHERER-WARREN, 2010).

Rejeitando a neutralidade e a universalidade epistêmica das ciências ocidentais, Grosfoguel (2008) converge com as ideias de Bringel (2010, 2011) e Scherer-Warren (2010) por também defender que se deve levar em consideração as experiências e os locais de fala dos subalternos na compreensão dos movimentos sociais. Por conseguinte, considerar que todo conhecimento está situado ou no lado dominante ou no lado subalterno das relações de poder é negar a neutralidade e a objetividade da epistemologia eurocêntrica, além de quebrar com o mito ocidental de produção de conhecimento não-situado (GROSGOUEL, 2008).

Todavia, observa-se que ao contrário da afirmação de Bringel (2010) que o mais relevante é o lado ontológico do que o epistemológico dos estudos sobre movimentos sociais, ainda existe a premente necessidade de deslocar o lugar onde os paradigmas são pensados: onde estão localizados corpo-politicamente os movimentos sociais? Qual é a sua produção de conhecimento e como ela adentra pelos muros da comunidade universitária? Se esses movimentos sociais advogam pela decolonialidade em seus confrontos políticos, como o fazem?

Os saberes subalternos estão na intersecção do tradicional e do moderno, criando conhecimentos híbridos e transculturais, formas de resistência que “[...] reinvestem de significado e transformam as formas dominantes de conhecimento do ponto de vista da racionalidade não-eurocêntrica das subjectividades subalternas, pensadas a partir de uma epistemologia de fronteira” (GROSGOUEL, 2008, p. 136). A academia, ao discorrer sobre as teorias dos movimentos sociais, deve compreender quais são os pressupostos teóricos e epistemológicos que mantêm um pensamento dicotômico eurocêntrico; que minimizam o potencial das lutas periféricas e que desconsideram os movimentos sociais enquanto atores críticos da modernidade (FLÓREZ-FLÓREZ, 2005).

A homogeneidade dos movimentos sociais na América Latina está relacionada, parcialmente, pela tendência colonial de reproduzir hierarquias nas periferias do sistema moderno. Nesse processo de homogeneização pela exclusão, a colonialidade do saber opera como um pensamento moderno que, enquanto elemento epistemológico da colonialidade do poder, subalterniza o conhecimento que está fora dos parâmetros da racionalidade eurocêntrica moderna (FLÓREZ-FLÓREZ, 2005; GROSGOUEL, 2008).

Destarte, as teorias dos movimentos sociais tendem a esquecer da teoria produzida na periferia; ainda recusam a produção de conhecimento dos subalternos que, de uma maneira ou outra, combate a colonialidade. Perdem-se oportunidades de compreender no que consiste e no que resulta o pensamento produzido pelos movimentos sociais periféricos. Se esses movimentos não são vistos enquanto agentes produtores de saber, perpetua-se a subalternização do conhecimento. Essas invisibilizações do conhecimento produzido pelos movimentos sociais periféricos limitam o debate epistemológico (e ontológico) e dificultam a construção de uma teoria decolonial dos movimentos sociais para a região da América Latina.

Para não concluir

A intenção de (re)pensar a produção de conhecimento pelos subalternos, especificamente dos movimentos sociais latino-americanos, faz parte da possibilidade da decolonialidade debruçar-se sobre a ação política organizada. Neste artigo, a decolonialidade serviu para ampliar a discussão das obras de Tarrow (2005, 2010), reconhecendo a agência dos movimentos sociais subalternos da América Latina enquanto produtores de conhecimento. Contudo, como bem colocado por Carvalho (2015), as ontologias e as epistemologias de movimentos sociais que fogem da perspectiva clássica regional de estudo (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil ou os Zapatistas no México) ainda não são visibilizadas como deveriam. A hybris do “ponto zero” de Castro-Gómez (2007) ou a “corpo-política do conhecimento” de Grosfoguel (2008) nos leva a questionar conhecimentos que se denominam “universais”, “desincorporados”, “deslocalizados” que ainda isolam a produção epistemológica subalterna na região da América Latina.

As contribuições de Tarrow (2005, 2011) aqui analisadas pela ótica da decolonialidade são inúmeras, principalmente no que se refere à ação coletiva, às identidades dos movimentos sociais e aos seus enquadramentos políticos. Todavia, o autor ainda reproduz essencialismos que hierarquizam o potencial de ação dos movimentos sociais do “Sul” em relação aos do “Norte” e perde a oportunidade de uma crítica mais contundente à modernidade eurocêntrica que ainda prevalece nos estudos sobre movimentos sociais.

Outrossim, são recentes ou exíguos estudos que reconhecem a epistemologia de migrantes; de mulheres camponesas, negras e indígenas; dos sindicatos infantis na Bolívia e no Peru; da recente greve dos caminhoneiros no Brasil e outros movimentos multifacetados que têm muito a dizer sobre a colonialidade, mas que possuem poucos espaços dentro da academia para se expressarem

enquanto sujeitos produtores de conhecimento e não meros objetos de análise teórica.

Bibliografia

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review Sociologic**, V. 26, N. 1974, pp. 611–639, 2000.
- BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, v. 16, n. 2, Recife, 2010, pp. 185-215.
- CARVALHO, Priscila Delgado de. Há lugar para movimentos sociais na teoria decolonial? In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 2015, Lima. **Ponencias**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2015. p. 1 - 20. Disponível em: <<https://bit.ly/2wrEdrl>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la Universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. Em: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- FLÓREZ-FLÓREZ, Juliana. Aportes postcoloniales (latinoamericanos) al estudio de los movimientos sociales. **Tabula Rasa**, 2005, (janeiro-dezembro). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600305>>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, 2008, março, pp. 115-147. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. Manifiesto inaugural. Em: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Orgs). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate**. México: Miguel Angel Porrúa, 1998.
- KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1998.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**, n. 76, São Paulo, 2009, pp. 11 – 48.
- RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

TARROW, Sidney. **The New Transnational Activism.** New York: Cambridge University Press, 2005.

_____. **Power in Movement:** Social Movements and Contentious Politics. New York: Cambridge University Press, 2011.



A abordagem da mobilização de recursos: limites e contribuições

Diego Marques Pereira dos Anjos¹
Rubens Vinícius da Silva²

GT 3 – Movimentos sociais, participação e democracia

¹ Professor do IF-GO Campus Morrinhos. Mestre em Ciências Sociais pela Unesp Campus Marília – SP. Doutorando em Sociologia pelo ELA da Universidade de Brasília (UnB).

² Bacharel em Direito pela Uniasselvi/Fameblu. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

Breve introdução histórica

A MR tem origem num determinado momento histórico da sociedade estadunidense, em virtude de um conjunto de transformações ocorridas em todas as esferas da vida social. Antes de iniciar nosso trajeto nesta abordagem, é fundamental realizar uma breve reconstituição destas mudanças sociais, as quais forneceram as condições de possibilidade para o seu surgimento. No que concerne às transformações ocorridas no interior da esfera científica, na primeira metade do século XX a consolidação do capitalismo privado impulsionado pelos EUA constituiu uma tradição sociológica de matiz funcionalista, expressando um processo de institucionalização segundo os ditames do estado e da classe dominante nacionais. Isso se deu na forma de financiamento de pesquisas e análise dos movimentos sociais e de classe como manifestações de caráter inconsciente, motivadas não por necessidades sociais produto de condições materiais e relações de exploração.

Neste sentido, entre as décadas de 1930 e 1960, a institucionalização da sociologia entrou em nova fase e um dos resultados foi o de criar explicações alternativas às teorias revolucionárias. Diversos autores de tradições político-ideológicas distintas confluíram para uma “tese da desmobilização política” (ALONSO, 2009). A partir de então, a interpretação dos fenômenos sociais teria como enfoque a cultura, a partir das correlações estruturais entre personalidade individual e o restante da sociedade. A hegemonia do individualismo teria produzido seres humanos despolitizados, cujo objetivo de vida se resumiria à autossatisfação. O novo formato assumido pela sociedade capitalista (efetuado através do aumento do poder de consumo das classes trabalhadoras somada à naturalização da competição) teria reduzido a possibilidade de eclosão das mobilizações coletivas aos comportamentos irracionais, na forma de frustrações individuais dificilmente canalizadas pelas instituições. Desse modo, a explicação para estes comportamentos possuía bases psicossociais, produto de emoções coletivas (ALONSO, 2009).

Na virada da década de 1960 para 1970, marcada pelos primeiros sinais de crise e desestabilização do regime de acumulação conjugado³, temos a emergência

³ A história do capitalismo, berço dos movimentos sociais, é a história da sucessão dos regimes de acumulação. Os regimes de acumulação são formas relativamente estabilizadas de um processo das lutas de classes, cristalizada numa determinada correlação de forças marcada por determinada forma assumida pelo processo de

de diversos movimentos de grupos sociais (negro, feminino e pacifista) cuja base social se concentrava na juventude. As reivindicações eram distintas e não visavam a conquista do poder estatal: isso colocou por terra as análises até então hegemônicas acerca das mobilizações, centradas nas frustrações individuais e nas manifestações de ordem não-racional como fundamentos da ação coletiva. É este o contexto que marca o aparecimento da abordagem da mobilização de recursos: a) as críticas à abordagem anterior, cuja explicação desprezava a racionalidade, bem como o caráter organizacional e planejado das organizações resultantes dos movimentos; b) o aumento da burocratização nas universidades estadunidenses, expresso na disputa no interior da esfera científica. A MR retoma elementos das abordagens anteriores, mas analisa outro fenômeno social: não os movimentos sociais em si e sim as organizações dos movimentos sociais (OMSs).

Assim, a dinâmica dos movimentos que apareciam não era mais passível de explicação por uma abordagem que enfatizasse os sentimentos e ressentimentos dos grupos sociais. Além disso, as mobilizações não eram centradas nas condições de privação material e cultural dos indivíduos: isso solapa as hipóteses fundadas na irracionalidade e restritas aos descontentamentos individuais. Um exemplo notório dessa mudança foi o mais importante destes movimentos (pelos direitos civis, conduzido pelos negros estadunidenses visando conquistar direitos sociais legalmente garantidos e até então historicamente negados), o qual constrangeu uma série de pesquisadores a remodelar os pressupostos analíticos para a compreensão destes novos fenômenos sociais. Foi a fragilidade do paradigma tradicional em sua explicação dos movimentos sociais dos anos 50-60 nos EUA, que conduziu à formulação da MR, cuja hegemonia perdurou durante as décadas de 70 e início de 80 (GOHN, 1997).

Deste modo, a explicação fundada nos descontentamentos de grupos e pessoas dá lugar a um ponto de partida segundo o qual os envolvidos em movimentos sociais são orientados segundo ações racionais, através das quais mediam a relação custo-benefício do seu compromisso, além de mobilizarem de modo estratégico os recursos necessários para a realização de seus objetivos

valorização (extração de mais-valor), determinada formação estatal e uma configuração específica das relações entre os estados capitalistas (relações internacionais). O regime de acumulação conjugado, também chamado de intensivo-extensivo, se caracterizou pela hegemonia do fordismo, do estado integracionista (“bem-estar social”) e pelo imperialismo transnacional (VIANA, 2008; 2009).

(NUNES, 2014). Como bem explica Alonso, para a MR mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização:

Longe de emotiva, a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos. (...) mas a ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) da organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos. A criação de associações ou, mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais (ALONSO, 2009 p. 52).

Passadas estas considerações introdutórias acerca da miríade de fenômenos que forneceram o pano de fundo para o aparecimento da abordagem da mobilização de recursos, passaremos ao segundo momento de nosso estudo, dedicado à descrição dos elementos básicos presentes nesta tradição analítica dos movimentos sociais. Para tanto, conforme mencionado, iremos nos valer fundamentalmente das contribuições dos expoentes da primeira fase da MR, John McCarthy e Mayer Zald, os quais no trabalho acima mencionado cumpriram a função de sistematizar de forma coerente as críticas à abordagem centrada no comportamento coletivo e nas frustrações individuais, abrindo caminho para o surgimento dos adeptos da ideologia da mobilização de recursos.

Principais características da MR

No tópico anterior fizemos um apanhado sintético das determinações histórico-sociais que forneceram as condições de possibilidade para a emergência da MR. Agora iremos nos dedicar a enumerar e apresentar as influências ideológicas e autores que sistematizaram os postulados presentes na abordagem, responsáveis pela elaboração de seus principais elementos definidores.

Ao analisar os principais componentes desta abordagem é possível perceber que a base ideológica é composta por elementos do pensamento de Max Weber, em especial a atenção concedida à necessidade de uma organização racionalizada, eficiente e organizada sob a forma burocrática, bem como a escolha e o cálculo racional como estratégias usadas por parte dos participantes dos movimentos sociais, visando explicar a emergência das OMSs (Organizações de Movimentos Sociais). Isso é perceptível, pois nesta abordagem é ressaltada a lógica de custos e benefícios. No mesmo entendimento, a MR é caudatária dos trabalhos da escola marginalista de economia política: os componentes das organizações, setores e indústria de movimentos sociais são vistos como bens a serem adquiridos na forma de recursos obtidos, sendo úteis e necessários à formação e consolidação dos objetivos propostos pelos movimentos.

Do ponto de vista da produção intelectual sociológica acerca dos movimentos sociais, a principal influência dos primeiros escritos dos autores da MR foi a obra de Olson, consagrada ao estudo da ação coletiva. Com McCarthy e Zald temos a consolidação desta abordagem, entendida como uma teoria da mobilização por empresários políticos, consolidando uma interpretação alternativa dos movimentos sociais, na qual são ressaltadas a importância de determinados fatores, tais como: os recursos, a organização e as oportunidades políticas, indo além das hipóteses anteriores centradas no descontentamento (JENKINS, 1994).

Cumprir recordar que o foco desta abordagem é nas organizações dos movimentos sociais, as OMSs. Na primeira fase da MR os principais representantes intelectuais foram John McCarthy, Mayer Zald, Doug McAdam, Anthony Oberschall e Joseph Gusfield, dentre outros⁴. A nova abordagem propunha uma perspectiva calcada na racionalidade dos movimentos: seus partidários se insurgiram contra as explicações calcadas em sentimentos irracionais.

Ademais, partiam da sociologia organizacional, dando especial atenção à analogia das organizações dos movimentos sociais (OMSs, principal elemento explorado nos trabalhos de seus adeptos) com as empresas. As organizações estudadas pelos membros da MR foram basicamente aquelas vinculadas ao movimento negro pelos direitos civis, tais como a NAACP (Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras, cujo grande referencial foi o reverendo Martin Luther King Jr.), a União Americana de Liberdade Civil, o CORE (Congresso da Igualdade Racial) dentre outras hegemônicas por “camadas médias” da população. No que tange ao debate sobre as organizações dos movimentos sociais, o modelo organizacional defendido por McCarthy e Zald se funda numa burocracia centralizada, sustentando a tese segundo a qual uma estrutura formal com uma divisão do trabalho clara maximiza as possibilidades de mobilização (JENKINS, 1994).

A MR enfatiza a base social e as limitações do fenômeno movimento social. Examina a diversidade e ampla gama de recursos a serem mobilizados, as ligações

⁴ Com exceção do texto que serve de base para nosso trabalho, não existem traduções para o português dos trabalhos de autores que partiam da Mobilização de Recursos. Posteriormente, muitos deles iriam se aproximar e basear suas análises na abordagem que procedeu à Mobilização de Recursos, conhecida como Processo Político ou Oportunidades Políticas. Uma síntese deste processo pode ser conferida, no idioma espanhol, em (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996).

entre os MS e demais grupos, sua dependência com relação aos suportes externos (os quais podem garantir ou não o seu sucesso), além das táticas que as autoridades usam visando incorporar ou controlar os MS. Esta abordagem se fundamenta muito mais nas teorias políticas, econômicas e sociológicas do que sua predecessora (fundada a partir das contribuições da psicologia social do comportamento coletivo).

Depois de efetivarem uma série de observações críticas à abordagem tradicional, os autores apresentam a seguinte definição de movimentos sociais: “Um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade⁵” (McCARTHY; ZALD, 2016). Aduzem que inexistente um consenso relativo à definição do que seria um movimento social. Sendo assim, enumeram uma definição inclusiva deste fenômeno. Justificam esta opção com base em dois motivos: a) objetivam relacionar esta produção com a maior quantidade de trabalho possível; b) esta definição permite a possibilidade de um movimento social não ser representado por nenhum grupo organizado e ao mesmo tempo permite incluir organizações que, na sua origem, não representam movimentos sociais.

Deste modo, as organizações de movimento social necessitam de recursos, por mais parcos que estes sejam e independentemente de seu tipo. Somente assim podem trabalhar para a efetiva realização dos objetivos propostos. Nestes casos, indivíduos e outras organizações detêm o controle dos recursos, os quais podem incluir dinheiro, trabalho, instalações e legitimidade. A quantidade das atividades está vinculada aos recursos controlados pelas organizações, sendo que algumas delas dependem do trabalho voluntário e outras de trabalho pago. Nas duas situações, os recursos necessitam de um controle, além de serem mobilizados antes das possibilidades de ação coletiva.

Dentro de um movimento social, há a existência dos aderentes (aqueles indivíduos e organizações que acreditam nos objetivos do movimento) e os

⁵ Talvez a grande referência no estudo dos movimentos sociais no Brasil, Maria da Glória Gohn comete uma série de equívocos ao analisar a MR e a abordagem anterior. Seu raciocínio gira em torno da afirmação segundo a qual a Mobilização de Recursos rejeita aspectos como o papel das crenças compartilhadas e da identidade pessoal. Além disso, no que tange às explicações da abordagem tradicional (anos 30, 40 e 50) ela coloca Erich Fromm no rol dos autores que partilhavam das explicações baseadas na abordagem tradicional dos MS, sendo que o próprio Fromm não escreveu muito sobre o fenômeno e partia de uma perspectiva oposta a de alguns expoentes desta tradição, como Smelser e Kornhauser (GOHN, 1997).

constituintes (aqueles que fornecem os recursos para uma OMS e para os movimentos). A tarefa principal da mobilização de recursos consiste na conversão dos aderentes em constituintes, bem como na manutenção do envolvimento destes últimos. Num nível distinto, há a necessidade de transformar os não-aderentes em aderentes. O público espectador se refere ao conjunto dos não-aderentes que não se opõem aos movimentos sociais e suas organizações. Estes são meras testemunhas das atividades realizadas pelos movimentos sociais. A distinção entre constituintes, aderentes, público espectador e oponentes possui diversas dimensões. Para tanto, McCarthy e Zald se utilizam do termo pool (conjunto) de recursos por estes controlados. Ademais, incluem os termos massa e elite visando uma melhor descrição deste processo.

Assim, a massa de constituintes, aderentes, público espectador e oponentes se referem ao conjunto de indivíduos e grupos que possuem o controle de pools bastante restritos. O conjunto (pool) mais limitado controlado pelos indivíduos é justamente seu tempo e trabalho. Já as elites dizem respeito aos que detêm o controle de pools maiores de recursos. O tamanho do conjunto de recursos que uma pessoa ou organização controla e que pode ser destinado por uma OMS é uma das dimensões relativas à diferenciação acima descrita.

McCarthy e Zald elaboram o seguinte quadro de expressões: organização de movimento social (OMS): organização formal ou complexa que identifica seus objetivos com as preferências de um movimento social (ou um contramovimento) e tenta implementá-los; indústrias de movimentos sociais (IMS): conjunto das OMSs, cujo objetivo é realizar as mais amplas preferências de um movimento social: aqui os autores fazem uma analogia com a definição econômica de indústria; e setor do movimento social (SMS): conjunto das IMS numa sociedade, independente dos movimentos sociais a que estão ligados.

A tarefa posta pelos autores é a resolução da seguinte problemática: como agrupar as organizações de movimento social numa indústria de movimentos sociais? Eis uma tarefa difícil, posto que as OMSs específicas podem ser abrangentes ou se restringirem aos objetos e alvos estipulados. Em quaisquer contextos de ordem empírica, os analistas dos movimentos devem decidir quais critérios usar para definir os limites de uma ou muitas IMS. Todas as OMSs possuem objetivos alvos, ou seja, um conjunto de preferências de mudanças relativas às quais afirma estar existindo. Estes objetivos podem ser amplos ou

restritos: são eles os elementos que vinculam conceitualmente as OMSs com SMS e IMS específicos. Visando justamente tornar mais compreensível a definição de movimento social apresentadas, elencam o que seria um contramovimento:

Um contramovimento é um conjunto de opiniões e crenças em uma população em oposição a um movimento social. Como é evidente, vemos movimentos sociais como nada mais do que as estruturas de preferências voltadas para a mudança social. (...) A fim de prever a probabilidade das preferências serem traduzidas em ação coletiva, a perspectiva da mobilização de recursos focaliza a organização preexistente e a integração dos segmentos de uma população que compartilham preferências (McCARTHY; ZALD, 2016, p. 8-9).

Quanto mais antigas e consolidadas as OMSs, maiores são as possibilidades de se manterem ao longo do tempo. Em contrapartida as OMSs mais recentes tendem a possuir um ciclo de crescimento e em seguida entrar em declínio. No que concerne à estrutura de uma OMS e a posterior tarefa de mobilizar de recursos, McCarthy e Zald dividem o envolvimento e atuação dos seus componentes evidenciando ainda mais a comparação dos movimentos com as organizações burocráticas, na forma de uma rígida divisão social do trabalho:

Primeiramente, há o quadro, os indivíduos que estão envolvidos nos processos da organização da tomada de decisão. Os membros do quadro podem dedicar a maior do tempo a assuntos da organização ou apenas uma parte do seu tempo. Aqueles que recebem compensações, por mais escassas que sejam, e dedicam tempo integral à organização, chamamos de quadro profissional; aqueles que dedicam tempo integral à organização, mas não estão envolvidos em processos centrais de tomada de decisão, nós denominamos pessoal profissional; aqueles que, intermitentemente, dedicam seu tempo às tarefas organizacionais, não ao nível dos quadros, nós usamos o termo trabalhadores (lembre-se, os constituintes são aqueles que colaboram com tempo ou dinheiro) (McCARTHY; ZALD, 2016, p. 19-20).

Devido a esta concepção dos movimentos e suas organizações como similares às empresas capitalistas, para os defensores desta abordagem as OMSs realizariam uma constante competição entre si visando a obtenção de recursos, adesões, apoio de agências governamentais, além de manipulação de imagens veiculadas pelos meios de comunicação. O uso da imprensa e da tecnologia seria uma das principais formas de se dirigir à população, atraindo a atenção do público para os objetivos propostos pelas organizações.

Como o próprio nome já deixa entrever, o foco dos estudiosos desta tradição analítica gira em torno dos recursos. É justamente a obtenção de recursos que origina as OMSs (Organizações de Movimentos Sociais). Cada OMS possui objetivos alvos: uma série de preferências de mudanças, sob as quais se coloca em funcionamento (McCARTHY; ZALD, 2016). O fundamento da dinâmica pela busca e aumento de recursos parte da ideia de cálculo racional, examinando os custos e aduzindo os benefícios oriundos da competição entre as organizações,

com o intuito de obter cada vez mais recursos indispensáveis para a realização dos objetivos almejados. No ensaio, McCarthy e Zald propõem avançar ainda mais com relação à abordagem anterior, chamada pelos autores de tradicional. Esta última estaria centrada nas causas psicossociais do descontentamento e privações, que levariam ao surgimento de reivindicações a partir do compartilhamento de crenças e ideologias. Até então, as influências e fatores estruturais eram ignoradas ou pouco enfatizadas, levando os autores ao seguinte raciocínio: “Queremos passar de uma forte suposição sobre a centralidade da privação e reivindicações a uma fraca, tornando-a um componente, de fato, na geração dos movimentos sociais. No entanto, às vezes, um componente secundário” (McCARTHY; ZALD, 2016).

Um dos argumentos mais consistentes do ensaio gira em torno da tese fundamental desta abordagem: a centralidade na busca de recursos (especialmente tempo, dinheiro e trabalho) para compreender as ações dos movimentos. Os recursos são basilares para o engajamento nos conflitos e por conta disso precisam ser captados, visando atingir os objetivos coletivos. Este processo de busca dos recursos exige o mínimo de organização. Além disso, Zald e McCarthy elencam outros três pressupostos que seriam essenciais para a explicação dos movimentos, a saber: a) o reconhecimento de pessoas e organizações externas à coletividade que o movimento representa; b) o reconhecimento de um modelo de oferta e procura a ser aplicado na dinâmica do fluxo de recursos dos movimentos sociais específicos; c) a importância da lógica de custos e benefícios para compreender os níveis de envolvimento (individual e organizacional) nas atividades dos movimentos, sendo que estes últimos são afetados de modo decisivo pelas atividades das autoridades e também pela estrutura social (McCARTHY; ZALD, 2016).

Por último, é possível sintetizar o modelo de mobilização de recursos proposto por McCarthy e Zald como dotado de ênfase na dinâmica estabelecida entre a quantidade de recursos disponíveis, a preexistência de estruturas de preferência organizadas e as tentativas realizadas com vistas ao atendimento das demandas de preferências. O esforço dos pioneiros da MR busca fornecer elementos para a explicação dos processos de ascensão, estabilidade e queda dos movimentos sociais. Como o subtítulo do ensaio deixa claro, trata-se de uma

teoria (em sentido amplo) parcial, por partir dos dados em movimento que perfazem elementos de uma teoria completa.

A partir de meados da década de 1980 a MR é substituída pela abordagem do Processo Político nos movimentos sociais. Dentre o período de surgimento e consolidação (décadas de 1970 e 1980) foi desenvolvido um conjunto de explicações, estudos de caso, reflexões, seminários e debates: a MR torna-se, neste período, a abordagem hegemônica no estudo dos movimentos sociais e suas organizações. Ganhando força em uma época de transição, resultado da própria atuação dos movimentos sociais da época, a hegemonia da MR é perdida quando finaliza a transição que se iniciou com a crise do regime de acumulação conjugado e a emergência do regime de acumulação integral.

Este processo é resultado de mutações intelectuais geradas pela transformação do regime de acumulação, o neoinstitucionalismo que se torna hegemônico com a Teoria do Processo Político se baseia no deslocamento do foco analítico, sendo que a MR focaliza nas organizações dos movimentos sociais e a Teoria do Processo Político enfoca as ações e questões institucionais e estatais (VIANA, 2016). Na voz de dois de seus principais representantes, a MR é uma teoria parcial, o que significa que ela é parte de uma “teoria completa”. Apesar dos seus redatores não deixarem claro a qual teoria completa eles se referem, iremos demonstrar qual totalidade esta parte pertence. Este é o objetivo do nosso próximo tópico, onde refletiremos brevemente sobre as contribuições e limites da proposta da MR para a análise dos movimentos sociais.

Considerações finais: os limites e contribuições da Mobilização de Recursos

A sociedade estadunidense é uma totalidade concreta. Dessa assertiva pode-se depreender que o conjunto de esforços intelectuais consolidado na abordagem da Mobilização de Recursos forma parte das reflexões acerca de um fenômeno social específico de uma determinada expressão da luta de classes da época, os movimentos sociais. Quem for discutir as ideias da MR e se isolar no seu desenvolvimento interno não pode chegar à conclusão do porquê a ação racional, o cálculo custo-benefício, a ênfase na organização se ergueram como diretrizes do modo de pensar desta ideologia. Porém, uma vez rompido o isolamento das ideias, descobre-se os vínculos sociais: a dinâmica específica desta sociedade, suas lutas

e a época em que determinadas ideias foram produzidas, bem como os interesses de classe as quais correspondem e manifestam.

A sociologia estadunidense tem seu desenvolvimento relativamente autônomo das influências europeias. Com versões próprias das perspectivas holista e individualista, a sociologia nos EUA desenvolve-se a passos largos, desde meados do século XIX. Com relação aos aspectos institucionais, desde as primeiras décadas do século XX deu vários saltos qualitativos. Além da elaboração de duas grandes correntes de interpretação (de um lado o interacionismo da Escola de Chicago, e do outro o estruturalismo parsoniano) desde as primeiras décadas do século XX os EUA viram surgir uma série de instituições, agências, universidades, canais de financiamento, público e privado, que auxiliaram na construção da Ciência Social neste país.

A feição institucionalista que se reforça neste período de consolidação da Ciência Social nos EUA tem origem nas próprias tradições do pensamento social deste país. Isso foi ressaltado por diferentes analistas: trata-se de uma tendência mais conservadora que a gestada com o chamado “pensamento social Europeu”. Neste sentido, tal especificidade foi ressaltada por autores considerados clássicos, como Tocqueville, em *A Democracia na América*. Da mesma forma, foi também aceita nos estudos do século XX, como demonstra a obra *O espírito norte-americano*, de Henry Commager, que aponta para as orientações moralistas e pragmáticas como fundantes do pensamento social e político nos EUA (COMMAGER, 1969).

Entre fins da década de 1940 até os primeiros anos da década de 1960, o modo de produção capitalista vive uma fase de intensa pujança. Este processo ocorreu via ampliação da extração de mais-valor, na forma de aumento da exploração e conseqüente aumento do mercado consumidor para a totalidade do mundo. Ao intensificar o desenvolvimento das relações de produção que lhes são próprias aos demais países do globo, o capitalismo se consolida nos países “industrializados”, ao mesmo tempo em que coloca sob sua dinâmica modos de produção subordinados.

Nesse sentido, pouco se fala do impacto direto destas condições no estudo e análise dos movimentos sociais: tanto que os historiadores atuais voltados para a questão e que buscam traçar uma longa história dos movimentos sociais dão um salto histórico em suas cronologias, saltando dos anos de 1920 (lutas sufragistas,

direitos da mulher, mas na maior dos exemplos são movimentos da classe trabalhadora) para o mítico ano de 1968 (TILLY, 1978).

A Ciência Social estadunidense voltou sua preocupação para as questões institucionais e toda a atividade social foi compreendida sob as lentes de análise das instituições. Assim, a diversidade de conflitos de interesse que emergiam e não tinham como expressão as instituições (manifestações, encontros, greves e disputas salariais, ações espontâneas de descontentamento, etc.) eram analisadas a partir do que elas não tinham de institucional, a ausência (de organização, normas, lideranças e hierarquias, fundo de rendas, etc.) de certos elementos como indicadores de um fenômeno não compatível com o restante da sociedade (economia, política, cultura). Na era da acumulação conjugada do capital, que possibilitou um salto no desenvolvimento das instituições, os fenômenos não compatíveis com a “era do progresso” só poderiam representar as ausências, as irracionalidades e a incapacidade de reproduzir a ordem social.

As privações e crenças, (as quais McCarthy e Zald dedicam um tópico de seu artigo) são elementos fundamentais para a explicação de um movimento social. A perspectiva marxista substitui estes termos pelos objetivos e senso de pertencimento dos movimentos sociais. Contudo, seja negando as análises das privações e crenças seja pelos estudos que apontaram a irracionalidade e não-institucionalidade de ações coletivas e movimentos sociais, a MR é continuadora da Ciência Social pragmática e institucionalista nos EUA. Tanto seus adeptos quanto os antecessores e sucessores (a explicação do Processo Político) a perspectiva pragmática e empiricista se mantém.

Como ideologias, o pragmatismo e o empiricismo carregam momentos de verdade, embora de uma verdade extremamente simplista. É, portanto, por considerações simplistas, isto é, não complexas e sistematizadas que se destacam algumas contribuições que a MR traz para o estudo dos movimentos sociais. Sem dúvida, uma das originalidades da MR é a distinção entre Movimentos Sociais e Organizações de Movimentos Sociais, MS e OMS, entendidos respectivamente como “um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade” e uma organização formal ou complexa que identifica seus objetivos com as preferências de um movimento social (ou um contramovimento) e tenta implementá-los. Quase todo trabalho

sociológico é sobre alguma organização de um movimento social: os adeptos da MR analisaram as organizações supondo sua correspondência com o movimento social como um todo. Isto ocorreu devido às poucas e frágeis definições existentes sobre o que realmente se entende pelo fenômeno movimentos sociais.

A MR inverte esta prática comum de estudo: deixa de estudar os movimentos sociais para efetivamente estudar as organizações que surgem dos movimentos sociais. O pragmatismo e o empiricismo foram os pontos de apoio para o desenvolvimento dos estudos, o que inevitavelmente levou os adeptos da MR a se encontrarem com as organizações existentes. A União Americana de Liberdade Cívica, o Congresso da Igualdade Racial, a Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras eram organizações de grande conhecimento da população, pois eram as maiores e as mais organizadas, reunindo um grande contingente de membros e simpatizantes.

Ao rejeitar a causalidade dada pelas perspectivas anteriores, a MR insere um novo fator determinante: o uso de recursos (que como vimos são variados, tempo, trabalho, dinheiro, ideias, atividades, etc.) pelos movimentos sociais. É no uso dos recursos, em sua mobilização, que se gera a racionalidade das organizações dos movimentos sociais. Assim, quanto maior a sua institucionalização (através da burocratização) bem como os recursos movimentados, maiores serão suas chances de sucesso. O uso dos recursos em volume crescente é acompanhado pela mercantilização dos movimentos sociais, bem como do conjunto de suas organizações.

Guiados pelo empiricismo, os adeptos da MR descobriram nos recursos a raiz de existência dos movimentos sociais, sem os quais não existiriam as organizações. Na sociedade capitalista (onde o meio de consumo hegemônico é a compra via dispêndio de dinheiro) os movimentos sociais são consumidores de recursos: ao menos para existirem enquanto organizações reais. A possibilidade real de mobilizar pessoas, trabalho, dinheiro, ideias, instituições é percebida pela MR como fundamento de existir das organizações dos movimentos sociais. Não se trata apenas de privações, ideias, objetivos, etc., mas tão-somente a capacidade de dispor de recursos.

Se os recursos são a materialização das organizações, as organizações com mais recursos serão as maiores, mais complexas, mais racionalizadas, mais institucionalizadas. No universo dos dados empíricos a burocratização é a

consolidação das OMS, que passa a possibilitar no seu interior a profissionalização e especialização ampliada, o carreirismo entre seus membros. A MR demonstrou que dentro das organizações dos movimentos sociais, as mais bem-sucedidas são as organizações com maior complexidade burocrática e inserção na mercantilização. Este é um mérito desta abordagem, na medida em que desmistifica elementos importantes das explicações apologéticas dos movimentos sociais e suas organizações.

A MR vai enfatizar a organização e não os movimentos propriamente ditos. Contudo, podemos destacar que sua definição de organização é ambígua, por tornar sinônimos os termos instituição e burocracia. Se de um lado ressalta algo produzido pelos movimentos sociais, suas organizações, por outro lado, submete este elemento específico a uma determinação geral e absoluta, a mobilização dos recursos. É exatamente neste ponto onde reside o principal limite desta explicação: se apropriar de um elemento isolado da sociedade capitalista, abstrai-lo e transferi-lo como fator absoluto de explicação dos movimentos sociais e suas organizações. Deste modo, temos cristalizada uma espécie de determinismo dos recursos, uma forma de consciência fetichizada que reflete um produto da sociedade capitalista (seus recursos) de forma autônoma e com vida própria.

Os recursos secundarizam as organizações: mesmo se propondo uma teoria parcial sobre os movimentos sociais, a MR não produz mais que uma definição, rudimentar, extremamente abstrata e ampla deste fenômeno. Isso porque não dá conta de apresentar nem a unidade, nem tampouco a diversidade que é um movimento social, enquanto fenômeno social, e os movimentos sociais específicos, a forma concreta em que se dá a unidade e a diversidade na constituição do movimento social (VIANA, 2016b). Prova disto é que consideram a fração Bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo como um movimento social, fundindo diferenças essenciais sob a mesma ideia explicativa.

Ao propor do desdobramento do estudo dos movimentos sociais nas organizações dos movimentos sociais, na formação de indústrias dos movimentos sociais e no setor dos movimentos sociais, pareceria que a MR teria fôlego para complexificar suas afirmações. O que se verificou foi que, na verdade, as conceituações estabelecidas pela MR foram de caráter classificatório. Isso porque seus adeptos baseiam-se em dados extraídos da realidade e depois lhes

generalizam, o que por consequência só viria a confirmar o elemento fundante: os recursos. Neste ponto, a MR fica a meio caminho do que se propõe.

A ausência de totalidade, dentre outros elementos que levantamos anteriormente, fazem parte da metodologia de pesquisa da MR. Toda metodologia está baseada em uma teoria da realidade e também numa teoria da sociedade, entendendo teoria em seu sentido amplo, ou seja, em formas de pensamento complexo produzidas no interior da divisão social do trabalho que caracteriza a sociedade capitalista.

Tendo em vista esta afirmação, consideramos que a Mobilização de Recursos apresenta em seu desenvolvimento como Teoria da Realidade o empiricismo, isto é, a fonte de conhecimentos está nas experiências e nos fatos que podem ser observados; E por outro lado, destacamos que sua Teoria da Sociedade se fundamenta na ideia de que a sociedade é o conjunto de indivíduos que disputam recursos disponíveis na estrutura social.

Os movimentos sociais são fenômenos sociais específicos, que não se confunde com outros fenômenos, como movimentos de classe (VIANA, 2016c), partidos políticos, empresas, que são fenômenos radicalmente distintos, bem como o movimento social é algo a mais que suas produções, suas ramificações, significando que manifestações, tendências, organizações não se confundem com os movimentos sociais, fazem parte dele, mas não resumem o movimento social.

A mobilização de um grupo social (que é determinado por características em comum, tais como características biológicas, situacionais ou culturais, e não pela sua posição na divisão do trabalho) é motivada pelas determinações específicas que geram a insatisfação social em um grupo. A mobilização cria senso de pertencimento e a busca para alcançar os objetivos e interesses do grupo. Essa é a determinação fundamental para a explicação dos movimentos sociais, de sua unidade e diversidade (VIANA, 2016b). Contudo, esta precisa ser complementada com os estudos concretos dos movimentos sociais específicos para a compreensão da inserção dos movimentos sociais na totalidade mais ampla que é a sociedade capitalista.

Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>

- COMMAGER, Henry. A formação do espírito norte-americano. São Paulo: Cultrix, 1969.
- GOHN, M. G. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- JENKINS, J. Craig. La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales. Zona Abierta, Madrid 69: 5-49, 1994. Disponível em: http://www.fpabloiglesias.es/0_Resources/zona1.pdf
- McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. (eds.) Movimientos Sociales: Perspectivas Comparadas. Madrid: Isto, 1996.
- McCARTHY, J.; ZALD, M. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial. Movimentos Sociais, 02 (02), 2016.
- NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. Sociologia, Problemas e Práticas, 75: Lisboa, 131-147, 2014.
- TILLY, Charles. From Mobilization to Revolution. New York: Random House, 1978.
- VIANA, N. Manifesto Autogestionário. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- _____. O Capitalismo na era da acumulação integral. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.
- _____. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Prismas, 2016.
- _____. Movimentos Sociais: unidade e diversidade. In Revista Café com Sociologia, Vol. 05, nº 3. Ago/Dez. de 2016b.



Formação de Identidade Política de Juventude e Suas Dinâmicas Entre Ruas, Redes E Mídias.

Bany Narondy Cabral Lima¹
Rodrigo José Fernandes de Barros²

GT 3 - Movimentos Sociais Participação e Democracia

¹ Graduada em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestranda pelo Programa de Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: banynarondy@gmail.com. Bolsista de aperfeiçoamento da CAPES.

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: rodjfb@gmail.com. Bolsista de aperfeiçoamento da CAPES.

RESUMO: No andamento histórico atual é possível observar que a comunicação nos possibilita a construção de redes de informação e de mobilização, ampliando discussões, ressignificando bandeiras e provocando o despertar dos atores sociais para conduzir mudanças, onde cada um vivencia reflexos das tensões globais na formação de sua identidade. O presente artigo visa promover uma discussão teórica e prática das atuais dinâmicas protagonizadas pelos movimentos sociais de juventude, na qual o uso da internet é cada vez mais decisivo para ampliação do impacto e conhecimento das reivindicações e no diálogo com a identidade da juventude. Mediante este panorama, discutiremos a importância da internet no âmbito da formação política individual nos espaços de participação mediados pela internet (CASTELLS, 2000, 2009 ; LEMOS E LÉVY 1999; LÉVY 2010; RECUERO 2009, 2017), com um recorte voltado para os movimentos sociais de juventude (GOHN, 2010, 2012, 2014; TARROW, 2009), pautadas nos seus aspectos de construção de identidade (HALL, 2006).

Palavras-chave: Juventude, Política, Novas Tecnologias, Comunicação

Introdução

A reconfiguração dos relacionamentos em torno da Cibercultura e redes sociais se torna uma maneira de compreender como se manifesta a individualidade do sujeito por meio da troca de informações, principal característica do meio digital. Considerando a concepção de Lévy (2011, p. 120) sobre a questão do ciberespaço, destaca-se que:

O ciberespaço dissolve a pragmática da comunicação que, desde a invenção da escrita, havia reunido o universal e totalidade. [...] na medida em que a interconexão e o dinamismo em tempo real das memórias online tornam novamente possíveis, para parceiros da comunicação, compartilhar o mesmo contexto, o mesmo imenso hipertexto vivo. Qualquer que seja a mensagem abordada encontra-se conectada a outras mensagens, a comentários, a glosas em evolução constante, às pessoas que se interessam por ela.

Dessa forma, os processos de comunicação que se modificaram com a internet, as alterações nas formas de consumo, produção, recepção de conteúdos são um fenômeno que se torna difícil de compreender em sua totalidade, pois ainda estamos vivenciando tal momento.

No entanto, arriscamos, como tentativas de contar essa história, que a internet passou a ter participação na formação da identidade dos indivíduos de diversas formas. Essas transformações vinculadas à formação não são atribuídas apenas ao advento de novas tecnologias e novos meios de comunicação e cultura, mas também às mudanças de comportamento e ao peso que essas ferramentas passaram a possuir nos processos

comunicativos contemporâneos. Os tipos de signos que circulam nesses meios, os tipos de mensagens e processos de comunicação que neles se engendram são os verdadeiros responsáveis não só por moldar o pensamento e a sensibilidade dos seres humanos, mas também por propiciar o surgimento de novos ambientes socioculturais (SANTAELLA, 2003, p.25). Castells afirma que “culturas são formadas por processos de comunicação e todas as formas de comunicação são baseadas na produção e consumo de sinais”, não havendo separação entre “realidade” e representação simbólica. O que é específico ao novo sistema de comunicação não é a indução à realidade virtual e sim a construção da virtualidade.

Nesse contexto de representação do eu cada vez mais vinculado às plataformas de comunicação, surgem as redes sociais, onde o protagonista da web (*user*) se apropria de novos elementos e ferramentas de afirmação e pertencimento, e a palavra *acesso* toma uma proporção diferente, pois não se refere somente a contato, mas também à imersão neste campo. A internet, em especial as redes sociais virtuais, que se tornaram espaços abrangentes de reconhecimento, se constituíram como a maneira de encontrar semelhantes e, assim, criar relações de sociabilidade.

Podemos entender melhor sobre os processos de reconhecimento por meio da citação de Embacher (1999, p. 16):

O processo de identificação como um papel e sua respectiva interiorização necessitam de uma dialética entre a identidade dada pelos outros e a auto identificação. Ou seja, o homem nunca lutou tanto para tentar ser ele mesmo como na cultura ocidental contemporânea. Hoje, os arranjos sociais deixam-se no livre para escolher o estilo de vida que mais lhe agrade.

Não surpreende que a definição encontrada pelas redes sociais virtuais para expor os acontecimentos de cada usuário é a *timeline*, termo que, traduzido livremente, significa *linha do tempo* e se relaciona profundamente com as noções de narrativas, onde as histórias de vida acontecem e se recriam, girando em torno de legitimidade e reconhecimento. Pensar sobre essa comunicação em rede nos leva a refletir sobre esse indivíduo que se relaciona a valores específicos de determinadas correntes de pensamento, identifica-se com as mesmas causas e transforma esta experiência em um conhecimento incorporado à sua vida, com interferências diretas e alterações na sua vida *off-line*.

Nesse caso, vemos uma possibilidade ainda mais ampla quando continua sendo formado por um corpo comum de categorias de pensamento e conduta que possibilita a comunicação entre os indivíduos, porém tais práticas realizadas por um grupo podem estar adaptadas a estruturas de um cotidiano incomum ao indivíduo e sua realidade.

Quando essa interação está sendo realizada na perspectiva do ambiente digital, encaramos o desafio de entender a reconstrução do sujeito por nuances que não lhe seriam apresentadas em seu meio comum, mas que passam a fazer parte da sua vida e cotidiano, sendo parte de quem ele é. Surgiu então a percepção de que estes elementos poderiam expandir o que compreendemos como elementos que se referem aos indivíduos narrarem suas vivências passarem supostamente por um estágio de auto reflexividade (GIDDENS, 1991, p. 49). Notamos este fenômeno cada vez mais evidente no que concerne aos novos movimentos sociais. Woodward (2012), em diálogo com Jeffrey Weeks, define que novos movimentos sociais são concentrados em lutas em torno da identidade. Eles têm se caracterizado por efetuarem o apagamento das fronteiras entre o pessoal e o político. A política de identidade era o que definia esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada. “A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (WOODWARD, 2012, p. 37), e, por isto, essa identidade toma-se um fator importante de mobilização política.

Quando associamos essa compreensão ao engajamento político juvenil, vemos que os referidos movimentos têm, entre suas características, a conscientização a respeito do que acontece no globo relacionado com sua própria identidade e realidade, de maneira em que os atores sociais podem descobrir semelhanças entre as causas, lançando suas próprias pautas a debates além do seu círculo de convívio tradicional. A prática de solidarizar-se com outras pessoas ou compartilhar de causas com pessoas que nunca conheceu acontece na ação de reconhecer-se na história de vida de pessoas que compactuam das mesmas convicções, construindo relações de ativismos e comprometimento político baseado na prática democrática que está nas redes e nas ruas.

As formas de tornar estes debates possíveis podem ter início com o contato presencial ou virtual, mas concorda-se que hoje escapam o espaço físico, por darem abrangência a questões subjetivas de formação que podem permanecer adormecidas no contexto local, mas quando ampliadas para as plataformas digitais em conexões por meio de mídias ou redes sociais, conectam-se ao outro e tornam-se latentes. Acontece, então, a socialização por meio da comunicação mediada, junto a construção do *eu* como militante e ser-político que se desdobra e se encontra com o fortalecimento ideológico e reafirmação.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) promoveram transformações profundas nas sociedades a partir do fim do século XX, e entendemos que estes meios mudaram a maneira sobre como as pessoas se comunicam, manifestam, buscam por informação e

usufruem de sociabilidades. Este conjunto de técnicas, plataformas e instrumentos tecnológicos que constituem as TICs, tornaram-se um elemento que permeia todas as esferas da sociedade contemporânea, consolidando-se como um motor da globalização.

A adoção das referidas tecnologias trouxe impactos comportamentais e mudanças estruturais significativos na sociedade, refletindo diretamente nas noções de como nos relacionamos e interagimos uns com os outros. Conseqüentemente, a compreensão do que seja coletividade, democracia e espaço público precisou passar por atualizações, não sendo diferente com os movimentos sociais que, na necessidade de dialogar com a sociedade, passou a utilizar estas ferramentas, descobrindo formas de dar visibilidade às suas causas e ampliar sua voz nos muitos ecos digitais. Para aprofundar melhor esta construção, façamos um breve resgate sobre estas transições, utilizando autores que permeiam as ciências sociais e a comunicação.

1. Redes sociais e interações de comunicação

No livro *A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*, Manuell Castells (1999) trata do modo como a sociedade atual passou a ter na informação sua principal fonte de poder e produção. O autor afirma que “a revolução nas tecnologias de comunicação se intensificou nos últimos anos e, como a comunicação consciente é a característica que distingue os humanos, foi nessa área que a sociedade sofreu sua modificação mais profunda” (CASTELLS, 1999, p. 15). Com isso entendemos que a comunicação passa a ser não apenas um reflexo, mas a própria extensão da sociedade e da vida do indivíduo. Em diálogo com esta constatação, Santaella (2010) propõe que os seres humanos vivem em uma comunidade em virtude das coisas que têm em comum, e a comunicação é o modo pelo qual eles vêm a ter coisas em comum (SANTAELLA; LEMOS, 2010 p. 51). O acesso aos dispositivos móveis veio, portanto, como uma continuação destas transmissões que acontecem de maneira cada vez mais veloz, virtualizando um número maior de dados. McLuhan (1964) entende que a tecnologia pela qual a comunicação se estabelece não apenas forma a comunicação, mas determina também seu próprio conteúdo.

Comprendemos que a linguagem está diretamente relacionada ao meio, pois a plataforma do meio condiciona não só a maneira como a mensagem será transmitida, mas também a própria mensagem. Assim, com o advento da realidade do *mobile*³, acham-se novos meios, logo, novas mídias, novas intenções de linguagem e novas interpretações. O *mobile*

³ Termo em inglês que traduzido significa “móvel”.

promoveu “mudanças nas estruturas, interfaces e trouxe a realidade do *lifestreaming* (fluxo da vida)” (SANTAELLA; LEMOS, 2010 p.59). Neste fluxo, o foco está constantemente no usuário e em suas interações, as quais nos faz pensar nas ações de ver e ouvir, adaptadas ao ambiente de rede, com características multimidiáticas digitais, criando novos sentidos nas produções simbólicas experimentadas no contexto da web que estão integradas às nossas vidas, lutas e legitimação da história de vida e participação em movimentos sociais.

As lutas e movimentos sociais ocorridos nas décadas de 1970-1980 no Brasil levaram à construção de um novo paradigma de ação social. Ao lado das lutas sindicais surgiram novos movimentos sociais de luta contra discriminações ao negro, às mulheres, aos LGBTs⁴ e demais minorias que lutam pela preservação da natureza e dos bens do patrimônio histórico e cultural, bem como pela obtenção de equipamentos mínimos de sobrevivência no meio urbano, entre outras questões (GOHN, 1995, p.156). Dado este panorama, observamos um resgate da articulação dos interesses atuais na América Latina. Com a multiplicação de demandas dos movimentos identitários, as questões envolvidas com o capital e sua expansão ficam de lado e estes novos movimentos sociais passam a exercer uma forte atração à juventude, que por sua vez está cada vez mais engajada. Ao discutir as questões da formação política e de como se articulam as diferentes facetas de atuação, nos deparamos com a compreensão de uma identidade que pode ser transmutada/afetada de acordo com o *continuum* virtual-real/internet-rua. Em “A identidade cultural na pós-modernidade”, obra de Hall, compreendemos que a concepção de identidade se encontra em um processo de mudanças, deslocando estruturas e processos centrais das sociedades modernas e “abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável do mundo social” (HALL, 2006 p.7).

Os espaços de participação juvenil são múltiplos e envolvidos em intensas dinâmicas de relação com a democracia. Recuperar, do ponto de vista acadêmico, a emergência do potencial político da juventude em movimentos sociais, suas efetividades e ambivalências em canais de participação no Brasil hodierno, assim como reconhecer sua pluralização na cultura juvenil contemporânea, exige-nos uma dupla movimentação analítica, qual seja: compreender os movimentos sociais como expressão de uma dinâmica de disputa por interesses sócio-políticos que desarticulam leituras conservadoras e universalistas – o que está para além de uma leitura ativista destes processos; e elaborar proposições políticas e acadêmicas sobre a

juventude desde entendimentos plurais de culturas e identidades juvenis (SILVA, 2007, p. 77).

Gohn (2014) destaca que nos últimos anos os saberes sobre as mudanças nos movimentos sociais estão “se fazendo”, então possuem múltiplos aspectos que ainda passam despercebidos à sensibilidade dos pesquisadores que vivem este momento. A autora ainda afirma que os atuais movimentos estão operando uma renovação nas lutas sociais da magnitude das décadas de 1960, 70 e 80. Eles estão reformulando a pauta das demandas e repolitizando-as de forma nova, na maioria das vezes independentes das estruturas partidárias (GOHN 2014,107). Ao tratar disto, a autora nos remete à compreensão do triênio 2011-2013 e seus desdobramentos nas manifestações de caráter global que ecoaram fortemente no Brasil. Nas ruas e na rede, cresce a participação direta de milhares de pessoas na construção dessas mobilizações. A juventude, majoritária, lidera esses processos sociais, tornando-se, mais uma vez, “o centro das mudanças na sociedade” (COHN; PIMENTA, 2008, p. 10 *apud* JÁCOME, 2014), a exemplo do que se pôde observar em outros períodos da História, como em maio de 1968.

Ao mesmo tempo, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), fortemente inseridas na cultura juvenil, representam um importante suporte às formas de expressão das novas gerações, tornando-se um elemento indispensável à mobilização e ao compartilhamento das atuais movimentações. Em seu livro *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos indignados no mundo*, Gohn (2014) nos apresenta um mapeamento detalhado do perfil do jovem que participa dos coletivos sociais e mobilizações.

Os jovens que participam das manifestações, qualquer que seja a orientação político-ideológica que os motiva, são abertos às utopias, à cultura digital, à revolta contra injustiças sociais. Antes de ocupar o espaço físico, familiarizam-se com o espaço virtual, atuam neste novo espaço social criado via uso da internet (*IBID.* p.85).

Os jovens que participam de manifestações querem ser escutados, querem falar e denunciar o desrespeito aos direitos dos cidadãos, e desejam canais próprios para expressar demandas que não são específicas da categoria jovem, mas de toda a sociedade. Gohn (*IBID.*) ainda completa estas definições afirmando algumas das principais pautas populares entre os jovens. Assim, temos observado mudanças significativas na compreensão dos movimentos sociais, na atuação política da juventude e nas formas de engajamento e percepções do que podemos compreender como um reflexo do contexto nacional. As manifestações que tomaram conta do mundo no triênio 2011-2013, na África, Europa e Oriente Médio, sopraram ventos

de novidade e gritos de revolta em todo o globo, e no Brasil não foi diferente, ocasionando as “Jornadas de Junho” de 2013. Tantas manifestações pungentes deixaram lacunas a serem compreendidas sobre a crise de representação política, a ocupação do espaço urbano, o agenciamento midiático, a rebeldia urbana e a revolução tecnológica que permeou tudo isso.

O triênio 2011-2013 pode ser percebido como marco de um período histórico em que a intensificação das relações entre o virtual e o real e a diluição de fronteiras entre estas esferas revelam novas potencialidades e tensões em um mundo que vive transformações profundas. É nesse “entrelugar” que as dinâmicas e interações entre comunicação, cultura e política se transformam, afetando, sobremaneira, os modos pelos quais percebemos e construímos conhecimento sobre a realidade e com ela interagimos (JÁCOME, 2014, p. 20).

Entretanto, as inicialmente desordenadas insatisfações puderam se organizar após um período turbulento de identificação de demandas, coordenação de pautas e institucionalização de movimentos. Os modos de lutar pela própria identidade política estão cada vez mais ligados às noções identitárias e simbólicas, mudanças que agem nos modos de sociabilidade, acontecem na constituição de imaginário social, no cultivo de memórias coletivas e nos sentimentos de pertencimento, refletindo-se na elaboração e no compartilhamento de conhecimento, na articulação de redes solidárias à distância e na redefinição de contornos da própria noção de comunidade, mudanças essas que impactam a esfera pública. E, em diálogo com este perfil da juventude agente de movimentos sociais, as manifestações brasileiras compreendem novas formas de mudança social nascidas no marco de uma densa modificação das relações.

2. Definições e dinâmicas da sociabilidade em redes

A noção de redes tem perfil interdisciplinar, surgindo na área das ciências exatas e, posteriormente, na área das novas tecnologias, mas se tornou de interesse para as ciências sociais por conseguir se tornar não apenas um conceito, mas também um método, que auxilia no mapeamento dos indivíduos e suas interações. Para Recuero (2009), uma rede é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. “A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões” (RECUERO, 2009, p. 24).

A própria palavra “redes”, nos remete a algo que é tecido, partes unidas formando algo maior, mas repleta de conexões, por isso a metáfora se encaixa tão bem para tratar a respeito

de movimentos sociais da juventude, quando notamos a maneira de se organizar que vem sendo adotada para englobar as dinâmicas atuais. Em diálogo com o que se compreende sobre redes, Fontes (2014) afirma que, para falar sobre elas, é preciso falar sobre sociabilidades, afinal as redes são formadas por pessoas que, quando conectadas, formam um tecido de significados construídos pelas suas relações. Portanto, neste caso, podemos compreender este aspecto de rede enquanto redes sociais. Dessa forma, o autor explora as sociabilidades trazendo conceitos de Simmel (1999).

Analisar sociabilidades, para Simmel, significa também incorporar a discussão sobre redes sociais. Simmel coloca aqui um dos pontos fundamentais de sua teoria, problematizado posteriormente por outros autores que trabalham a disciplina: a noção de redes tem algo de novo, substancial e diverso das outras principais abordagens da teoria sociológica, que é o fato de indicar uma possibilidade concreta para a superação da dicotomia entre agência e estrutura; entre os lugares do indivíduo e da estrutura social na determinação dos fenômenos sociais (FONTES, 2014, p.117).

Fontes (2014) continua sua análise afirmando que tais sociabilidades afloram no cotidiano dos indivíduos e permeiam suas experiências, formando “uma geografia social que organiza o viver em campos bastante bem demarcados, localizados institucionalmente e especializado segundo o que se objetiva, segundo o que se busca por satisfação de interesses”. (FONTES, 2014, p.117). O autor afirma ainda que tais sociabilidades formam *círculos sociais*, expressão cunhada por Simmel (1999), no objetivo de falar sobre a formação de individualidades no contexto de práticas de sociabilidade especializadas, sendo *campos interativos* onde pessoas buscam outras com igual interesse, ou seja, interações baseadas no “em comum”, uma característica forte dos movimentos sociais. O indivíduo se vê primeiro em um ambiente que encadeia o seu destino e lhe impõe o viver estreitamente ligado àqueles que por ocasião de seu nascimento se encontram juntos, mas, na medida em que avança, cada indivíduo tece os laços com pessoas situadas no exterior do primeiro círculo de associação, que desta vez têm uma relação ancorada objetivamente sobre disposições, inclinações, atividades etc.

No processo de reconhecimento da perspectiva dos novos movimentos sociais, a percepção real construída a partir da comunicação em rede passa por um processo de absorção, onde o indivíduo conhece e se relaciona ao pensamento de valores de outras pessoas ou grupos, ou seja, leva a um conhecimento adquirido e incorporado por meio de um processo de socialização.

2.2 Sites de Redes Sociais, Redes sociais Online e Mídias Sociais

Se tratando das redes sociais online, podemos compreender que configuram como expressão das redes sociais, inseridas em Sites de Redes Sociais, como o *Facebook*, por exemplo, mas possuindo uma dinâmica própria de atuação, pois articulam um conjunto de ferramentas a fim de promover a interação e diálogo entre os indivíduos dentro das singularidades de cada plataforma virtual. O foco da conceituação de rede social está voltada para o *user* e suas conexões com outrem, a maneira como ele se relaciona ao que está dentro dos sites e mídias sociais, e o que ele absorve destas interações, podendo ser representada como comunicação simultânea entre diferentes agentes entre grupos e de forma amplificada além de suas fronteiras sociais graças as possibilidades globais de alcance da internet. De forma ilustrativa, as redes sociais dentro dos sites de redes sociais seriam as diversas e difusas conexões entre os atores. Elas funcionam também como um espaço de organização e agrupamento paralelo aos espaços de ajuntamento físicos.

Já se tratando das mídias sociais, Lima Junior (2009, p. 97) define mídia social como um formato de Comunicação Mediada por Computador (CMC) que permite a criação, compartilhamento, comentário, avaliação, classificação, recomendação e disseminação de conteúdos digitais de relevância social de forma descentralizada, colaborativa e autônoma tecnologicamente. As mídias sociais são responsáveis pela difusão de informações, construção e compartilhamento de conteúdo, mobilização e ação social, e os sites de redes sociais oferecem espaço tanto para exposição caracterizada com mídia social, bem como apresentam ferramentas para expressão de redes sociais. Esta interpretação se dá, pois existem sites de redes sociais nos quais os usuários podem interagir entre si sem necessariamente produzir um conteúdo de cunho midiático, bem como uma mídia social pode ser criada com o objetivo de ser uma fonte expositiva de informações, mas servir como plataforma de sociabilidades. O formato das mídias não precisa necessariamente estar dentro de um site de redes sociais, mas estes sites entregam uma possibilidade facilitada de construção desses espaços. Sobre estas Mídias Sociais Recuero (2009, p. 102) afirma que são tecnologias de CMC utilizadas de modo a permitir que se expressem as redes sociais suportadas por elas, isto é, estão dentro dos sites de redes sociais se tornando espaços utilizados para o diálogo entre informação e redes sociais na internet. Recuero (2010), percebe que a principal diferença entre rede social e mídia social é que a mídia está em que a mídia social foca nas dinâmicas de criação de conteúdo, difusão de informação e trocas dentro dos grupos sociais estabelecidos nas plataformas online (como sites de rede social).

3. Movimentos Sociais, Novas Tecnologias e Juventude

Dado este panorama, como podemos analisar a formação de identidade política de Juventude dentro das esfera digital? Compreendemos que o movimento social assume formas diferentes de acordo com as pessoas que o faz e os meios que estão disponíveis, e é assim que a juventude surpreende com formas alternativas de engajamento político que não caminham pelas vias tradicionais da militância, mas buscam se estabelecer como formas de conquistar visibilidade as pautas. Nesse sentido, as TIC's se tornaram uma das aliadas dessa categoria, pois as formas de interação foram ampliadas conseguindo reunir no online um polo de sociabilidade e práticas políticas no campo do engajamento e organização desta juventude. Para Minayo e Boghossian (2009), sabe-se hoje que as juventudes que possuem algum interesse pela política são contempladas com vários espaços e formas de participação, sendo possível a escolha de mais de uma e não se limitando aos espaços convencionais de participação como partidos e sindicatos.

Na pesquisa desenvolvida e publicada em 2016 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Economica Aplicada) de título Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas, as práticas culturais e usos das TICS entre os jovens brasileiros tiveram destaque. Os autores Kubota,, Barbosa, Senne e Hatadani desenvolveram um artigo sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação pelos jovens brasileiros, baseados na pesquisa TIC Domicílios realizada em 2014, que tem por objetivo medir o acesso domiciliar e o uso das TICs entre a população brasileira com idade igual ou superior a 10 anos. Os resultados apresentados pelos cruzamentos e coleta de dados dos autores mostram que, no contexto brasileiro, realmente existe uma maior proporção de usuários de atividades no computador e internet nas faixas etárias entre 16 e 24 anos e 25 e 34 anos. E os resultados dos modelos confirmam diferentes perfis de uso por faixa etária em benefício dos mais jovens. A pesquisa sugere também que, uma vez ultrapassada a barreira inicial de acesso à internet, tanto tradicional quanto no celular, o fator etário tem impacto mais relevante que a classe para o uso de redes sociais na internet. A conectividade móvel às redes sociais é uma atividade muito mais relevante para os mais jovens do que para os mais velhos.

Encarando o movimento social como um reflexo da realidade atravessada no momento em que se dá, os movimentos sociais e novos movimentos sociais colocam-se também de forma a compreender novas e diferentes participações políticas das juventudes. Nessa aproximação, é importante ressaltar que a juventude busca se encontrar em espaços mais abertos e menos hierárquicos que por vezes não seguem formatos tradicionais de atuação, mas

que conversa com as urgências dos jovens. As práticas políticas mais espontâneas e menos formais dialoga com o que compõe portanto, a identidade da juventude, e neste ponto as formações convergem. Gohn (2013) “afirma que os movimentos têm coberto áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades ou instituições do tipo partidos políticos, sindicatos ou igrejas. Assim aspectos da subjetividade das pessoas relativos a sexo, crença, valores, etc. têm encontrado vias de manifestação porque o grau de tolerância é mais alto nos movimentos sociais (GOHN, 2013, p.16)

Tendo em vista o distanciamento dos jovens dos espaços convencionais de participação política, seja pela dificuldade de inserção, excesso de burocratização, Gohn (2013) ainda afirma que a participação juvenil busca fugir do formalismo dos sindicatos, e acontece de forma espontânea, sem pressão e voluntária. Esse aspecto da motivação a participação dialoga diretamente com a identidade dos atores sociais, pois se baseia no pertencimento regida por uma simpatia ideológica. Criar seu próprio espaço regido por demandas mais práticas inerentes à juventude também é uma forma de fazer política diferente, diante de um cenário de crise política, onde muitos jovens preferem se considerar apartidários.

Essa tendência revela que os jovens deslocam a socialização para agrupamentos informais e não tão verticalizados em termos de liderança, além de poder focar em suas próprias necessidades. A atuação se distancia do discurso jurídico, dos senados e dos cargos políticos e se aproxima mais do cotidiano, visando ganhar evidência em protestos, passeatas e marchas. Pessoas que não possuem acesso à dinâmica dos movimentos tomam conhecimento a respeito dos mesmos, aliados como uma forma não tradicional à construção de espaços de participação e se colocando também como referência de atuação da juventude. Nesse sentido, a juventude ocupa a internet, pois a mesma faz parte de sua *práxis* de comunicação.

4. Discussões e considerações

O uso de tecnologias digitais dentro de um movimento social de juventude está intimamente relacionado à necessidade comunicativa de elaborar uma semântica de sentidos compartilhados, a fim de sustentar enquadramentos comuns em torno da definição dos problemas, posicionamentos no campo de conflitos e de forjar ações que buscam soluções numa direção almejada. Como os indivíduos possuem múltiplos valores, interesses e experiências distintas – os quais estão em constante transformação – os participantes de movimentos sociais geralmente precisam negociar suas interpretações em relação a semelhanças e diferenças, além de definir objetivos e estratégias para atingir as mudanças sociais pretendidas. Para tanto, eles precisam desenvolver distintas habilidades políticas e

comunicativas e, ainda, sustentar a solidariedade, para que a ação coletiva resista ao longo do tempo. (MAIA, ROSSINI, OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2017, p. 47). O sites de redes sociais oferecem ferramentas e facilidades para promover e facilitar essa interação, como o uso das *fanpages*, criação de eventos e compartilhamento de pautas. Em paralelo a isto, não se pode encarar a internet como elemento messiânico para propagação de ideias dos movimentos, pois como percebemos, ela não é tão democrática quanto aparenta ser. Ainda que seja a principal responsável por garantir a visibilidade dos movimentos sociais, ela é mais um elemento de comunicação básica do pós-humano, onde não é possível mais separar o *on* do *off-line*.

Assim, diferentes atuações complementares entre protestos e mídias garantem o aspecto da autenticidade. Por isso, embora a juventude atravesse a internet, trabalhe com ela e a utilizem de forma intensa, fora dela podem se reconhecer de outras formas. E neste reconhecimento, entendemos o que Woodward revela sobre construção da identidade, que além de simbólica é também social e relacional, considerando que “a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades”. (Woodward, 2008, p. 09). Nesse sentido, a dinâmica ente ruas, redes e mídias se mostra formado na própria relação dada entre seus espaços, ao transitar, e sem largá-los por completo nos instantes de alternância, entre a rua e as mídias, o virtual e o real. Embora os entrevistados vejam esses espaços como independentes e até estabeleçam uma espécie de hierarquia baseada em efetividade/visibilidade, em termos práticos é perceptível o papel de complementariedade, e o aspecto relacional de dependência mútua que eles assumem de um para o outro. O jovem militante não se faz por si só, assim como o campo também não se constrói sem as pontes relacionais entre os seus espaços.

Referências bibliográficas

BOGHOSSIAN, C. O, & MINAYO, M. C. S. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. Saúde e Sociedade. (São Paulo)

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EMBACHER, Airton. **Moda e identidade: a construção de um estilo próprio**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 1999.

FONTES, Breno. **Redes sociais e o poder local**. Editora Universitária/UFPE, 2013

_____. **Tecendo Redes, Suportando o Sofrimento: sobre os círculos sociais da loucura**. Porto Alegre, ano 16, no 37, set/dez 2014, p. 112-143.

_____. **La contribución de Simmel a la sociología reticular.** Estudios Sociológicos XXXIII: 99, 2015.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilização no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais.** São Paulo, SP: Cortez, 2014

_____. **Teoria dos Movimentos e Lutas Sociais.** São Paulo, SP: Loyola, 1995

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaraeira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2006.

JÁCOME, Márcia. **Comunicação, experiência sensível e cidadania: a construção do comum entre comunidades virtuais e espaço urbano.** Recife, PE : UFPE, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2.ed. São Paulo: Editora 34, 1999

_____. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária.** São Paulo: Paulus. 2010.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia.** São Paulo: Paulus, 2010. (coleção Comunicação).

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação com extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1964.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R. Elementos para o estudo dos jogos em sites de redes sociais. In: Marialva Barbosa; Osvaldo de Moraes. (Org.). **Comunicação, Cultura e Juventude.** 1 ed. São Paulo: Intercom, 2010.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. **Análise de Redes para Mídia Social.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

SANTAELLA, Lucia. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



A “RALÉ” DO LULISMO
Política e pesquisa no movimento Lula Livre em Curitiba

Diane Southier¹

GT 3 – Movimentos Sociais, Participação e Democracia

¹ Socióloga, com doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis - SC. Bolsista Capes. E-mail: diane.southier@gmail.com

A “RALÉ” DO LULISMO

Política e pesquisa no movimento Lula Livre em Curitiba

RESUMO: Relato etnográfico do período de 19 dias, durante maio de 2018, em que acompanhei atividades do movimento Lula Livre em Curitiba, no bairro Santa Cândida, extremo norte do município, relacionadas à prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Observei dinâmicas internas de organização entre o Acampamento Marisa Letícia e a Vigília Lula Livre, nas redondezas da Superintendência da Polícia Federal, bem como manifestações culturais e políticas da vizinhança. O contexto de pesquisa é meu projeto de doutorado, cujo tema é o “lulismo”, interpretado sob as lentes da teoria do populismo de E. Laclau. A analogia com a “ralé” – classe social com o mais desigual acesso a bens simbólicos e econômicos no Brasil (J. Souza), que, pode-se dizer, caracterizou o surgimento do lulismo no primeiro mandato de Lula (A. Singer) – é ilustrativa dos conflitos que observei em Curitiba, em relação ao lulismo, hoje, como um movimento populista novo, de “volta às bases”, segundo o possível tratamento lógico, não pejorativo, da teoria do populismo.

Palavras-chave: Lula. Lulismo. Movimento Lula Livre. Populismo.

Introdução

Este texto é o resumo e a adaptação do trabalho etnográfico² sobre o período de 19 dias, durante maio de 2018, em que estive observando e participando de atividades políticas em torno da prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em Curitiba - PR.

Entre os dias 30 de abril e 18 de maio, dormi quase todos os dias no Acampamento Marisa Letícia, distante pouco mais de um quilômetro a pé da Vigília Lula Livre, ao lado da Superintendência da Polícia Federal (PF), no bairro Santa Cândida, extremo norte do município de Curitiba.

Presenciei o Primeiro de Maio unificado por Lula Livre, com cerca de 20 mil pessoas na Praça Santos Andrade, em frente à Universidade Federal do Paraná, e, nos 17 dias que se seguiram, acompanhei atividades na Vigília e no Acampamento, prestando atenção nas dinâmicas internas de organização entre os dois, além de observar manifestações culturais e políticas da vizinhança.

O interesse por esse contexto de pesquisa deu-se em relação com o projeto de doutorado que defendo no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, intitulado “*Lula, a construção do vazio e o ensaio populista no Brasil*”, na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Participação e Democracia, sob orientação do professor Raúl Burgos.

O tema do nosso projeto é o “*lulismo*”, em referência ao fenômeno político cunhado e tratado inicialmente pelo cientista político André Singer, bem como a teses correlatas, sobre a

² O relato completo, de mesmo nome que este artigo, com imagens e informações adicionais, pode ser acessado online: <https://drive.google.com/open?id=1zKfm5dmksAo3i3mGwmn9UE8bvmChfNnC>

experiência dos governos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT). A isso se articula a análise da construção discursiva/retórica associada ao nome ou à imagem de Lula e seu vínculo com o “povo”, segundo nossa interpretação teórica do fenômeno, com base na teoria do populismo de Ernesto Laclau e a teoria da hegemonia de Antonio Gramsci.

O título escolhido, *A “ralé” do lulismo*, refere-se à analogia que estabeleci entre os acampados do Marisa Letícia e a “ralé” brasileira, diante dos conflitos político-organizacionais percebidos no movimento Lula Livre em Curitiba. “Ralé” é o nome provocativo dado pelo sociólogo Jessé Souza (2009) para denunciar o abandono histórico da classe social cujo acesso a bens simbólicos e econômicos é o mais desigual no Brasil, classe que, podemos dizer, caracterizou, em parte, o surgimento do lulismo no primeiro mandato de Lula.

Nesse sentido, considero que as distinções sociais presentes no movimento Lula Livre indicam a existência dessa “ralé” dentro próprio lulismo, enquanto movimento organizado, além de ilustrar as distinções que observei entre o movimento como um todo e as características mais gerais da população curitibana naquele local.

Com base nisso, desenvolvo algumas percepções sobre a relação entre Lula e o lulismo, articulada ao referencial teórico exposto a seguir.

O lulismo

Em *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, de 2012, André Singer escrevia chamando atenção para o fenômeno ocorrido especialmente a partir do primeiro mandato de Lula, no qual a “economia política lulista” teria mobilizado uma nova base eleitoral, identificada com a imagem de Lula, o “subproletariado” (com rendimentos de até cinco salários mínimos à época), historicamente associado ao voto na direita. Ao mesmo tempo, nesse movimento, afastava-se parte da base eleitoral petista de classe média, com a cobertura midiática sobre o “mensalão”, entre outros fatores.

Nas palavras de Singer, o lulismo, que emerge nesse realinhamento eleitoral, é “o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado”, por meio do programa que permitiu, a partir de 2003, junto à conjuntura econômica internacional favorável, “a adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria* – e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*” (Singer, 2012, p. 14).

Por um lado, o lulismo seria um “caso de ‘grande personalidade’ a presidir governo de coalizão”, cujo sentido da arbitragem dependia de condições materiais favoráveis (2012, p.

201). Por outro lado, tratar-se-ia de uma “efetiva representação do subproletariado”, de uma “liderança popular no sentido pleno da palavra” (2012, p. 81), por ser Lula o primeiro presidente do Brasil que viveu pessoalmente a experiência da miséria e da fome.

Em relação ao “reformismo forte” que havia sido proposta histórica do PT, o “reformismo fraco”, ou gradual, do lulismo pareceria muito lento em diminuir as profundas desigualdades da sociedade brasileira. Mas do ponto de vista de seus beneficiários, subproletários e, principalmente, nordestinos, o impacto seria mais profundo. Os avanços nesse sentido, segundo Singer, “colocam Lula à frente de um projeto, que é também compatível com aspectos de sua biografia, dando projeção ideológica aos ganhos materiais” (2012, p. 69).

No plano ideológico, o aspecto de “arbitragem” e de administração dos conflitos de classes no lulismo teria deslocado o conflito político no Brasil para uma oposição não mais entre direita e esquerda, mas entre ricos e pobres. Assim, alterando a base social do PT, o lulismo teria trazido à tona, no plano ideológico, a gramática populista que opõe o “povo” ao “antipovo”, diz Singer (2012, p. 16).

O autor, entretanto, reluta em fazer referência ao lulismo como um fenômeno populista. Segundo Daniel de Mendonça (2016 s/p.), estudioso da teoria do populismo de Ernesto Laclau, isso ocorre porque Singer compartilha do preconceito acadêmico que ronda o conceito no Brasil. “Se o lulismo não é um tipo de populismo, por que, então, admitir que o fenômeno ‘trouxe à tona a gramática varguista’ ou ‘polarização entre ricos e pobres, parecida com a do período populista’? Por que admitir que o lulismo opõe ‘povo’ *versus* ‘antipovo’, o típico antagonismo populista?” (Mendonça, 2016).

Segundo Mendonça, o discurso do PT teria sido sempre “retoricamente populista”, “no sentido da evocação do povo contra os seus inimigos” (povo *versus* elite). Assim, o que mudou com o lulismo, em termos das “condições de produção” desse discurso, teria sido “a variação dos sujeitos interpelados”, quando o partido chegou ao poder, com o pragmatismo político adotado e o realinhamento eleitoral.

“Sem meias palavras, o discurso do lulismo busca representar a ideia de que Lula é o próprio povo no poder”, assevera Mendonça. Processo, certamente, investido de contradições e sentidos múltiplos, conforme a leitura de Singer. “O lulismo é literalmente um populismo *no poder* e, como tal, ao mesmo tempo em que evoca o povo contra os seus inimigos, negocia com esses inimigos” (Mendonça, 2016, s/p., grifo do autor).

A interpretação diversa de Mendonça segue o tratamento não pejorativo que a teoria de Ernesto Laclau confere ao conceito de populismo. Nessa concepção, o populismo é entendido como uma lógica política, hegemônica, de construção discursiva do “povo” contra seus

“inimigos”, e não simplesmente como uma relação de convencimento ou sedução entre uma liderança e seus “seguidores”.

Segundo o argumento laclausiano, o populismo se caracteriza por uma ruptura política, quando um corte antagônico passa a dividir o espaço social e demandas sociais insatisfeitas se articulam contra o bloco de poder institucional, uma vez que ele tenha perdido legitimidade e eficácia em absorver tais demandas individualmente.

Laclau (2013) enfatiza a importância do investimento afetivo nos símbolos da construção populista, de acordo com uma orientação psicanalítica, e, portanto, não associa esse afeto a uma irracionalidade, nem simplesmente aos atributos carismáticos da liderança. O populismo, diz Laclau – esse momento, em última instância, de *nomeação* e de “cristalização” de um *símbolo* (palavras, imagens) – é um processo mais profundo de articulação de demandas sociais, no qual uma delas assume o papel contingente de representação hegemônica das outras, modificando suas identidades e sendo, ao mesmo tempo, por elas modificada.

O que Laclau propõe com sua teoria do populismo, assim, é uma teoria geral da formação de identidades coletivas, marcada pela centralidade da ideia de “povo”. O povo é algo menor do que a totalidade dos membros da comunidade, é um componente parcial (a *plebs*, os desprivilegiados) que almeja ser concebido como a única totalidade legítima (o *populus*, o corpo de todos os cidadãos).

O processo de articulação de demandas, identificação e representação hegemônica que constrói esse povo, fundado no conflito e constituído por elementos contraditórios, é um processo que não se confunde, inicialmente ou em si mesmo, com nenhuma ideologia em específico, diz Laclau.

O populismo, porém, para que assim o seja, desde o ponto de vista histórico-político aqui compreendido, deve articular um elemento popular-democrático, no sentido da inclusão dos que vêm de baixo. Nessa perspectiva, o populismo não apenas reivindicaria para si a ideia de um “povo”, mas operaria e demandaria a inclusão de amplas camadas sociais-populares, entre as quais estão os mais pobres.

No nosso modo de ver, o lulismo, em associação com o projeto hegemônico de longo prazo do petismo, é um movimento histórico de identificação entre Lula e o povo brasileiro. Com sua chegada à Presidência da República e o realinhamento eleitoral, esse movimento ganha novas dimensões. Uma vez fora do Estado, porém, perdidas ou transformadas as antigas bases populares associadas ao petismo, em contexto de golpe de estado e polarização política, o lulismo apresenta-se agora em momento diverso, com novo potencial agregador das

demandas democrático-populares na sociedade civil. No poder, o lulismo negociava com os inimigos do povo. Fora dele, busca reconstruir suas bases de articulação e mobilização popular.

O lulismo se apresenta, nesse momento, então, em duas dimensões fundamentais, interdependentes e, por vezes, inextricáveis: a dimensão de articulação política na sociedade civil, conjuntural e relacionada à candidatura de Lula à presidência em 2018, e a dimensão de articulação simbólica, metafórica, historicamente associada ao seu nome. A martirização e a mitologização de sua imagem, fruto de longa história na política brasileira e das bases reais da perseguição que sofre, reforçam a dimensão de articulação simbólica entre o nome de Lula e o povo brasileiro.

A “ralé”, ou o “subproletariado”, entre os elementos implicados na construção histórica desse povo, serão pensados aqui em associação com a *plebs* do populismo no sentido estrito de “plebe” ou “populacho”, conjunto de indivíduos das classes sociais mais baixas ou menos favorecidas de uma comunidade, que, mesmo sendo apenas uma de suas particularidades, se articula à ideia mesma de “povo”.

Vemos processar-se, assim, uma sinonímia entre pobres-*plebs* (a “ralé”) e o “povo”, cujo símbolo, nesse momento, se encarna em Lula, tendo estendida a sinonímia ao seu próprio nome. Isso acontece não só por ser ele mesmo um homem do povo, vindo da pobreza, mas pela demanda historicamente associada ao seu nome – central no lulismo – que aqui consideramos ser a erradicação da miséria e da fome no Brasil.

Trata-se de nossa interpretação sobre o vínculo simbólico entre Lula e o povo, dentro da tese em desenvolvimento sobre o lulismo como um tipo de populismo. A ela se articulam a descrição dos eventos que acompanhei e um pouco da experiência que vivi junto ao movimento Lula Livre em Curitiba, pensando as virtudes e as dificuldades implicadas nessa rearticulação do lulismo com a sociedade civil, em ano eleitoral, pós-golpe de estado de 2016.

Movimento Lula Livre em Curitiba

Antes mesmo que o ex-presidente Lula se entregasse à Polícia Federal (PF), no dia 7 de abril, militantes, simpatizantes e organizações ligadas à Frente Brasil Popular³ já se dirigiam a Curitiba ou se preparavam para sua chegada. Aqueles que o esperaram no bairro Santa Cândida,

³ A Frente Brasil Popular é uma coalizão de esquerda que agrupa personalidades e organizações políticas, entre movimentos sociais, sindicatos, pastorais, partidos políticos e outras categorias. Fazem parte entidades como a CUT, o MST, o PT, o PCdoB, a UNE, e mais de 60 organizações. Ver: www.frentebrasilpopular.org.br, acesso 18 jul. 2018.

perto da Superintendência da Polícia Federal – cerca de 400 pessoas – foram reprimidos com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha⁴. Permaneceram inicialmente acampados nas imediações do prédio, até serem novamente obrigados a deslocar-se por decisão de justiça⁵. No dia 17 de abril, então, um novo acampamento foi montado em um terreno particular, a aproximadamente um quilômetro da PF, e nomeado “Acampamento Marisa Letícia”. Outros imóveis no entorno da Vigília também foram sendo ocupados, por meio de solidariedade e simpatia local.

O espaço da Vigília, na rua Guilherme Mater, foi batizado como “Praça Olga Benário”, ganhou cartazes com o nome e uma inscrição à tinta no chão. Ao lado das tendas de doação, comunicação e organização montadas no local, se concentravam atos políticos e culturais, por onde passavam caravanas com pessoas vindas de diversos estados do Brasil, organizadas por movimentos sociais, militantes partidários, sindicalistas e outros. As caravanas deviam chegar sempre pela manhã, fazer o credenciamento e ali acompanhar as atividades ao longo dia.

Diariamente, às 9h da manhã, estava marcado o “Bom dia, presidente Lula!”, seguido por atos culturais e políticos que se estendiam até a noite. Ao meio-dia, era servido o almoço para as delegações das caravanas, na cozinha da Vigília, localizada na Rua José Antônio Leprevost. Às 19h, era a vez do “Boa noite, presidente Lula!” e, em seguida, o encerramento das atividades. À noite, parte das delegações se dirigia ao Acampamento Marisa Letícia para jantar e para dormir.

Apenas durante o período em que estive acompanhando o movimento, a título de exemplo, passaram pela Vigília diversos parlamentares do PT de vários estados e outras lideranças do Partido, como Gleisi Hoffmann (senadora pelo Paraná e presidenta nacional do PT), Fernando Haddad (ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da educação) e Lindbergh Farias (senador pelo Rio de Janeiro); e também de outras agremiações, como Sonia Guajajara (liderança indígena e então pré-candidata a vice-presidência pelo PSOL), e Manuela D'Ávila (então pré-candidata à presidência pelo PCdoB), bem como ex-ministros de estado; representantes sindicalistas, de movimentos sociais e estudantis; professores universitários; lideranças religiosas; cineastas e personalidades artísticas; entre outros envolvidos em

⁴ Ver: “Santa Cândida, Curitiba: chegada de Lula ao bairro onde fica a PF divide os novos 'vizinhos' do petista”, André Shalders e Camilla Costa, BBC Brasil, Curitiba, 8 abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43693135>, acesso 11 jul. 2018.

⁵ Ver: “Justiça fixa multa diária de R\$ 500 mil a manifestantes no entorno da PF em Curitiba”, G1 PR, Curitiba, 14 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/justica-fixa-multa-diarria-de-r-500-mil-a-manifestantes-no-entorno-da-pf-em-curitiba.ghtml>, acesso 11 jul. 2018.

apresentações musicais e poéticas; lançamentos de livros; atos inter-religiosos; atos do movimento negro, indígena, de mulheres, LGBT; e etc.

O dia 30 de abril, quando cheguei de caravana, era o da militância de Santa Catarina na Vigília Lula Livre. Ao longo do dia, ocorreram as seguintes atividades: uma aula pública intitulada *O golpe de 2016 e a força do passado*, com os Historiadores pela Democracia; o lançamento do livro *Golpe de Estado e imposição política de guerra no Brasil*, do economista José Álvaro de Lima Cardoso; apresentações musicais; plenárias da juventude, das mulheres e do Movimento Sindical e Popular; e o *Ato Juristas pela Democracia*. No fim do dia, na Praça Santos Andrade, ocorreu ainda o lançamento do documentário *O Processo*, da cineasta Maria Augusta Ramos.

Na Vigília, gente de toda parte circulava pelas ruas: brancos, negros e indígenas, brasileiros e estrangeiros, crianças e adultos, militantes partidários, sindicalistas ou de movimentos sociais, comerciantes, estudantes, professores, funcionários públicos, religiosos, celebridades políticas... e artistas. Muitos artistas.

Com os gramados das calçadas protegidos por fitas amarelas, e gente de vermelho caminhando para cima e para baixo, faixas, discursos, atividades culturais e um minimercado se formando, pude até sentir o incômodo que a vizinhança daquele bairro aparentemente tão tranquilo deveria estar experimentando. Havia quem xingasse, olhasse de canto ou demonstrasse algum tipo de temor em relação à militância lulista, que permaneceu extremamente pacífica durante todo o tempo. Naquele momento, inclusive, literalmente dava a cara à bala em pleno “território inimigo”.

Vizinhança

O Santa Cândida, antiga colônia agrícola de imigração europeia, sobretudo polonesa, é hoje um bairro de classe média⁶ residencial e comercial, no extremo norte do município de Curitiba. Ganhou notoriedade nacional em anos recentes por abrigar a sede da Superintendência da Polícia Federal do Paraná, onde estão presos alguns dos condenados da Lava Jato, na primeira instância da operação. Um bairro relativamente movimentado e aparentemente

⁶ De acordo com Jessé Souza, as classes sociais não podem ser definidas apenas por níveis de renda ou padrões de consumo, como fazem as leituras economicistas, mas por “estilos de vida”. A “verdadeira classe média”, nesse sentido, é aquela que ocupa e reivindica para si, por meio da ideologia do mérito e do acúmulo de capital cultural, posições privilegiadas e de prestígio na estrutura social, alcançadas por um *habitus* de classe que poupa tempo de estudo aos seus filhos, muitas vezes baseado na exploração do trabalho mal pago de outra classe – a “ralé” estrutural brasileira – nos serviços domésticos ou braçais, o que engendra vantagens históricas na hierarquia social de um lado, e desvantagens no outro.

tranquilo, embora uma vizinha tenha me dito que são comuns casos de violência ou roubos nas ruas. Muitos policiais e militares são residentes do local. Para mim, era inevitável pensar no incômodo que o movimento Lula Livre gerava para as pessoas naquela vizinhança, muitas delas explicitamente contrárias ao movimento.

“Vão trabalhar, vagabundos!”, “Vão trabalhar, seus filhos da puta!” e “Bolsonaro 2018!” eram gritos recorrentes entre os que passavam de carro em frente ao Acampamento. Até cascas de banana jogaram aos seguranças negros! A orientação interna, nesses casos, era a de que não aceitassem provocações. Na minha opinião era irônico, para não dizer absurdo, que, apesar dos gritos de “vagabundos”, lá dentro pessoas estivessem sempre trabalhando pesado, inclusive braçalmente.

Caminhar pelas ruas com insígnias políticas era outra atividade particularmente arriscada. Algumas pessoas demonstravam apoio, mas vários carros aceleravam quando os condutores nos viam na faixa de pedestres. Notas carimbadas com o rosto de Lula e os dizeres “Lula Livre” muitas vezes não eram aceitas nos estabelecimentos comerciais. Ouvimos falar até sobre uma suposta desvalorização dos imóveis do bairro, devido à ocupação vermelha.

No dia 14 de maio, marcou-se uma manifestação contrária ao movimento, em frente à Polícia Federal, no lado oposto à Vigília. A presença vermelha, porém, foi maior e tudo ocorreu pacificamente. No outro lado, um grupo de aproximadamente 50 pessoas, contrárias à ocupação do bairro, tentou em vão uma demonstração de força. Foi o suficiente, no entanto, para que os ânimos vermelhos se exaltassem e a mobilização do “Boa noite, Lula” crescesse naquele dia, com cerca de 200 pessoas.

Nas andanças pelo Santa Cândida, cheguei a conversar com um homem nos seus 70 anos de vida, mecânico, militar aposentado e dono de terras ao norte de Curitiba. Ele andava armado como muitos ali, segundo o que ele mesmo me contou, e quis me avisar sobre o perigo daquela situação. Quando chegasse o inverno, me dizia, e “aqueles nordestinos” do Acampamento comessem a ir embora, as consequências para os que ficassem poderiam ser trágicas.

“Vocês vão se foder! Aqui é Paraná! Aqui é Curitiba! Pega tua mochila, aproveita o que já viu até agora e vai contar essa história em casa!”, me alertava aquele homem, no que me pareceu um misto de aconselhamento sincero e ameaçador. A longa conversa que travamos, cujo tom amistoso se manteve na maior parte do tempo, foi o episódio mais marcante para mim naquele contexto. Apesar de algumas opiniões bastante extremadas, do tipo “bandido bom é bandido morto”, ele considerava que Lula foi o presidente que mais fez pelos pobres no Brasil.

No dia 4 de maio, logo que cheguei, eu já tinha anotado: “Basicamente, os ‘petistas’ estão acampados ao lado da polícia na cidade que prendeu o Lula. Todo dia a galera passa xingando.

Se alguém sai na rua com identificação, os carros fazem que vão passar por cima. Não tem como dizer que não há uma perseguição ao PT no Brasil. Imagina o que teve que ser suscitado de ódio para isso. Certo que é só uma parcela da população, e pequena. Mas no sul do Brasil ela é mais concentrada. E o fascismo se prolifera onde se ‘acha’ que há mais consciência ou conhecimento de mundo. Na verdade, não passa de racismo de classe. Ser ‘petista’ agora é como ser negro. Guardadas as devidas proporções, a lógica de exclusão e perseguição ao outro é a mesma”.

Eu tenho família paranaense, uma parte que, inclusive, mora em Curitiba. Então conheço bem o *ethos* que rege certa cultura ou conduta de desprezo ao que é identificado como popular ou, mais ainda, como “petista”, “lulista” ou “comunista”. Para mim, era muito sintomático dos conflitos de classe no Brasil que Lula estivesse preso justamente em Curitiba.

Não fiz contato com nenhum familiar da cidade enquanto estive por lá, considerando que fui a trabalho e não a passeio, além de não ter tido necessidades que não pudessem ser supridas por conta própria ou junto aos companheiros do movimento, cuja principal base de apoio eram relações de reciprocidade e solidariedade. Não foi nenhuma surpresa quando, ao voltar para Florianópolis, minha mãe me contou que um tio, ao saber que eu tinha estado em Curitiba, lhe disse que não teria me ajudado, sequer, com um “prato de comida”.

O Acampamento Marisa Letícia

Localizado na Rua Padre João Wislinski, num terreno de 1.600 metros quadrados, a aproximadamente um quilômetro da sede da Polícia Federal, o Acampamento Marisa Letícia foi inicialmente pensado para o pernoite das delegações que visitavam a Vigília, e teve particular importância nesse sentido durante o Primeiro de Maio, no alojamento de mais de um milhão de pessoas. Ganhou notoriedade depois do incidente em que um homem armado com uma pistola de calibre 9mm, em meio à madrugada do dia 28 de abril, descarregou dois pentes de balas, até atingir um segurança no pescoço⁷.

As ameaças ao Acampamento eram diárias, vindas principalmente de parte da polícia, o que transformava a segurança em preocupação central dos acampados. Não havia nenhuma

⁷ Ver: “Ataque a tiros a acampamento pró-Lula deixa dois feridos”, Carta Capital, Curitiba, 28 abr. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ataque-a-tiros-a-acampamento-pro-lula-deixa-dois-feridos>, acesso 24 mai. 2018.

Ver também: “Homem é baleado em ataque a acampamento pró-Lula em Curitiba”, Thais Kaniak, G1 PR, Curitiba, 28 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/homem-e-baleado-em-curitiba-diz-pm-pt-diz-que-acampamento-de-movimento-pro-lula-foi-alvo-de-tiro.ghtml>, acesso 24 mai. 2018.

organização interna armada e, muito menos, condições ou motivação para tal. Os esforços de segurança, então, foram sendo direcionados à vigilância e construção de barricadas com sacos de areia, tapumes e rotas de fuga.

O local tinha também peculiaridades que ajudavam em sua defesa: lugar alto, uma única rua à frente, fundos com terreno do mesmo dono – simpático à causa – e árvores que cobriam e disfarçavam a estrutura e o movimento dentro do espaço. Às vezes era possível avistar o sobrevoo de drones.

A estrutura do Acampamento era bastante precária quando cheguei. Até o fim da primeira semana, cerca de 150 pessoas circulavam pelo local, entre caravanas, coordenação (em torno de 15 pessoas), avulsos, agregados e visitas. Todos dormiam com seus colchões e cobertores em barracas ou diretamente abaixo das estruturas de madeira e lonas lá montadas. Almoço e janta eram servidos todos os dias por uma cozinha própria, com os alimentos que chegavam de doação na Vigília Lula Livre. Os banheiros eram químicos, e os banhos, em contêineres com chuveiros sem instalação elétrica. Logo a preocupação com a higiene e com o frio se tornou mais acentuada, e novas estruturas foram sendo pensadas e construídas para melhor acomodação.

Dediquei meus primeiros 7 dias em Curitiba quase que de forma integral ao Acampamento. Me voluntariei, inicialmente, para trabalhar na cozinha, e depois estabeleci relações com jovens envolvidos em atividades diversas. À noite, além da janta oferecida às caravanas, aconteciam atividades como exibição de filmes, rodas de violão, e conversas sobre temas políticos. No dia 8 de maio, então, eu já tinha bastante noção das dinâmicas internas de organização e de sociabilidades do Marisa Letícia, bem como algo das relações externas, com a Vigília, e os conflitos que daí foram surgindo, com a autonomização cada vez maior do Acampamento.

A “ralé” do lulismo: conflitos político-organizacionais entre o Acampamento e a Vigília

A Vigília Lula Livre era o palco político do movimento Lula Livre em Curitiba, ao lado da PF. Já o Acampamento criava uma identidade diferente, fruto da exposição que o atentado tinha gerado. Muitas pessoas, mesmo as que não iam em caravanas direto para o Acampamento, faziam questão de conhecer o local. Várias foram as tentativas de remoção, no entanto, por parte da organização da Vigília.

Para além da precariedade do espaço do Acampamento, e da dificuldade na divisão de esforços e recursos para a manutenção das atividades de todo o movimento Lula Livre em

Curitiba, notei que havia ali, também, uma disputa de protagonismos relacionada à competição por recursos. Se, de um lado, isso representava o que identifiquei como uma espécie de política higienista por parte da coordenação da Vigília, que parecia estar querendo esconder o Acampamento, por outro, fortalecia a narrativa de resistência no Marisa Letícia.

“Resistência da resistência”, se autoproclamaram ao final, na enorme bandeira preta que virou símbolo do lugar e da luta política travada interna e externamente pelos acampados. Eles já tinham cedido e se deslocado uma vez antes, por imposição da polícia e da justiça. Cederiam novamente por pressões internas ao próprio movimento?

Dois dias depois de voltar para Florianópolis, em 20 de maio, me inteirei de que a Vigília tinha lançado uma nota sobre um “novo local do acampamento”, “com o objetivo de melhorar as condições dos acampados”. Segundo a nota, “[...] contrariando a decisão coletiva das entidades que compõe a Vigília, um grupo, *por sua conta e risco* [grifo meu], se nega a deixar o atual local do acampamento Marisa Letícia, expondo pessoas às condições climáticas desfavoráveis e outras intempéries. [...] Deixamos claro que o centro de todas as ações e atividades em defesa de Lula são concentradas na praça Olga Benário, em frente a sede da Polícia Federal, onde ocorre a vigília. Por isso, informamos que as caravanas que chegarem a Curitiba devem se apresentar na tenda da coordenação localizada na Praça Olga Benário, na Vigília, quando serão encaminhadas para esse novo local mais seguro e mais próximo das atividades”⁸.

O Acampamento, a partir de então, sem os apoios com os quais contava anteriormente, teria que investir em novas ideias e parcerias para sua manutenção e consolidação. Tinham planos de investir no lugar como um espaço político integrado ao bairro, com eventos culturais, horta comunitária, bem como para promoção de ações políticas em outros locais de Curitiba.

Inspirados na companheira de vida de Lula, dona Marisa Letícia, diziam que permaneceriam ao lado do ex-presidente, para apoiá-lo, “até o fim”.

“Criou uma identidade, criou uma mística e uma emoção”, disse certa vez a coordenadora Edna Dantas, 39 anos, mulher negra e militante petista com histórico de luta por moradia popular em Curitiba, durante uma conversa aberta no pátio do Acampamento. Era por isso que queriam manter aquele espaço, segundo ela, não porque desejavam enfrentar as direções do Partido ou as orientações do movimento Lula Livre.

⁸ Íntegra da nota no Facebook da Vigília: “Nota da Vigília Lula Livre sobre novo local do acampamento”, 20 mai. 2018, disponível em: <https://www.facebook.com/vigialulalivre/photos/a.201534817241251.1073741829.201372683924131/209231149804951/?type=3&permPage=1>, acesso 13 jul. 2018.

Eu compreendia as dificuldades implicadas na divisão de esforços e recursos para a manutenção das atividades contra a prisão de Lula em Curitiba, tendo em conta a insegurança da localidade e o inverno que já chegava. Entendi, porém, que a permanência do Marisa Letícia significava não uma divisão, mas uma multiplicação do movimento. O próprio espaço do Acampamento e seu breve histórico de resistência já o tinham transformado em um símbolo político vivo, não só da luta pela libertação de Lula, mas contra o fascismo, enquanto cultura de ódio, e o racismo de classe enfrentados diariamente naquele contexto.

Apesar das dificuldades, eu percebia ainda que aquele espaço ia se constituindo como um interessante ambiente de igualdade, com bastante liberdade de expressão e pensamento. Em alguma medida, penso eu, isso era devido à diversidade de pessoas que o organizavam, em grande parte negra (incluído nesse rótulo o que o IBGE considera como pretos e pardos), bem como jovens, mulheres, LGBT's assumidas, pessoas convictas de suas posições políticas, com boa fundamentação prática e até mesmo teórica. Estavam todas praticamente vivendo para aquilo, algumas inclusive morando no local, vindas de fora de Curitiba e, portanto, com necessidade real de alojamento permanente.

Em sentido mais amplo, meu contato com a diversidade de pessoas das caravanas que passavam pela Vigília ou pelo Acampamento, muitas vezes em franco contraste com as características da população curitibana – ou até mesmo do sul do Brasil, de um modo geral – me fizeram lembrar o recente debate feito por Jessé Souza sobre as classes sociais no Brasil. A “ralé brasileira” – “patamar socialmente inferior” das classes baixas do país (SOUZA, 2009, p. 46) – é o nome provocativo dado pelo sociólogo para denunciar o abandono e a invisibilidade dessa camada de “subcidadãos” brasileiros, população saída da escravidão e abandonada à sua própria sorte, sujeita a todo tipo de abuso numa ordem social de estrutura ainda escravocrata, que a exclui, brutaliza e não oferece oportunidades de ascensão econômica e nem moral⁹.

⁹ Em um de seus livros mais recentes, *A elite do atraso* (Ed. Leya, 2017), Jessé Souza caracteriza a “ralé brasileira” como a classe “composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação”. Nesse sentido, “a submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de ‘homem livre’. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. [...] O negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como ‘tração muscular’, em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado – que mesmo os brancos pobres evitavam –, é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho. O mesmo trabalho que pouco antes era o símbolo de sua desumanidade e condição inferior. Ele foi jogado em competição feroz com o italiano, para quem o trabalho sempre havia sido o motivo principal de orgulho e de autoestima” (SOUZA, 2017, pp.77).

Nesse sentido – e guardadas as devidas proporções –, creio que a *analogia* entre meus interlocutores mais próximos do Acampamento e uma “ralé lulista” é bastante ilustrativa do que presenciei em Curitiba. Eu percebia, de fato, que se processava no movimento uma disputa de protagonismos, ou uma competição por recursos simbólicos, direta ou indiretamente associada à angariação e distribuição de recursos materiais. Por isso foi inevitável pensar sobre quem eram meus interlocutores e como eles se relacionavam com os conflitos político-organizacionais, tendo se evidenciado, ao final, um aspecto de abandono e distinção social dentro do próprio movimento Lula Livre.

“Por sua conta e risco”, dizia a nota da Vigília sobre o futuro do Acampamento.

Considerações finais: Lula e o lulismo

Sem dúvida, para além dos interesses pessoais envolvidos, dos conflitos internos e externos e das enormes dificuldades diárias, o nome de Lula se elevava como uma espécie de aura política sempre presente no movimento. “Ele” era o motivo e a razão de ser de tudo aquilo: palco cultural, político e eleitoral, romaria, peregrinação, atração turística, ponto de relações comerciais ou relações solidárias e de reciprocidade. Tudo isso e um pouco mais era o que expressava o movimento Lula Livre em Curitiba.

Certo dia, ironizei que aquela cidade não era mais a “República de Curitiba”¹⁰, mas “a meca do Lula”. Na realidade, continuava sendo a “República de Curitiba”, com o adendo das “peregrinações” diárias.

A própria ideia de “Vigília”, nesse caso, remete a algo religioso. O próprio Lula é um homem extremamente religioso – toda segunda-feira ele recebe líderes religiosos de diferentes orientações para “aconselhamento espiritual” –, bem como é religioso o *ethos* popular brasileiro e a experiência de vida de boa parte das pessoas que vêm de tantos cantos do Brasil para participar da Vigília.

No penúltimo dia em Curitiba, procurando algo para comer perto da Vigília, conversei com um comerciante, de aproximadamente 50 anos, que me atendeu numa barraca de quitutes. Ele usava um pequeno broche em seu boné com o rosto do filósofo Karl Marx, se dizia

¹⁰ Expressão usada por Lula durante uma conversa com a então presidenta Dilma Rousseff, no dia 4 de março de 2016, em que ele se dizia “assustado” com a “República de Curitiba”, referindo-se à Operação Lava Jato, da vara de primeira instância do juiz federal Sérgio Moro, na capital paranaense. A conversa se deu em um telefonema grampeado pela PF, depois divulgado por Moro, popularizando a expressão, que passou a ser usada pelos opositores de Lula com uma conotação positiva, no sentido de algo a se orgulhar.

“Karlmarxista”, e suas palavras me chamaram muito a atenção: “O nome de Lula tem tanto poder, que até preso ele gera renda. Imagine solto!”.

Com teor parecido, definiram os versos de Kadosh Miranda, 23 anos, num papel que me deu de lembrança: “Lula não é só um homem. Lula não é só um nome. Eu luto porque Lula é luta”. Kadosh, que vinha de Minas Gerais e estava acampad@ no Marisa Letícia naquele momento, é artista, ativista LGBT e anarquista, trabalha com artesanato e dizia morar na rua.

De fato, “Lula vale a luta”, era uma das insígnias recorrentes. Nesse sentido, lembro de ter refletido muito sobre a moral histórica daqueles indivíduos. De um modo geral, tanto na Vigília como no Acampamento, muitos se acreditavam os próprios construtores da História com H maiúsculo. Alguns preparados inclusive para sacrificar-se em nome disso, dispondo de todo seu tempo e até mesmo da própria vida. “Às vezes mártires são necessários”, ouvi em certa ocasião. Sua luta segue na esperança de que os adversários golpistas sejam julgados pela “História”. Para os lulistas, Lula mártir é o pouco e o muito que lhes sobra.

O PT não é só o Lula, isso é certo, mas “Lula é PT” (vi isso escrito em uma bandeira no Acampamento Marisa Letícia). E o PT é um partido da ordem, eleitoral, ele é pragmático. O próprio Lula é um símbolo disso. Para a parte do PT lulista, hoje “radical”, a manutenção da candidatura de Lula é seu maior ato histórico de resistência. Para o pragmatismo histórico do PT, ao contrário, uma aparente incoerência.

E o lulismo? Se eu o tivesse que definir, neste momento específico de sua história, diria que se trata, em pelo menos uma de suas dimensões ou aspectos, de um movimento novo de rearticulação e reagrupação na sociedade civil, de volta às bases, como aquelas perdidas pelo PT nas tramas da burocracia e das vantagens do poder. As relações de reciprocidade e de organização solidária que dão base ao movimento Lula Livre expressam e engendram, em parte, a articulação dessa volta às bases. Junto às vivências no Acampamento Marisa Letícia, esse aspecto me interpela sobre as possíveis virtudes e dificuldades aí implicadas. Inclusive considerando que hoje já é outra a base a ser buscada, em relação às antigas bases petistas, ou mesmo lulistas.

Dessa forma, levando em conta o tratamento lógico-conceitual, não pejorativo, com que Ernesto Laclau utiliza o termo “populismo”, considero o lulismo, neste momento, um fenômeno genuinamente populista. Não só em termos da articulação com o que poderíamos chamar de “popular”, dos que vêm de baixo, dos desprivilegiados, mas da articulação prática e simbólica de demandas sociais identificadas de alguma forma com Lula, com o povo ou com a democracia, contra o poder atualmente estabelecido e, portanto, anti-institucional.

Se caracterizamos o lulismo, inicialmente, como a inflexão político-eleitoral do primeiro governo Lula, em que, a grosso modo, classe média ressentida se afasta com as denúncias de corrupção do mensalão, e os mais pobres o apoiam em decorrência das políticas econômicas e sociais (tese de A. Singer), temos agora que esse eleitorado, não articulado pela burocracia do PT e de enorme dificuldade de organização fora de uma eleição presidencial, é o que representa, em parte, essa volta às bases.

Avaliar os conflitos que presenciei em Curitiba do ponto de vista de uma “ralé lulista” me fez pensar também na possibilidade de certa divergência prática entre o petismo e o lulismo, em que pesem as campanhas eleitorais para a conquista e manutenção de poder no aparelho de estado (como meio de sobrevivência pessoal e individual, inclusive). Em que medida o lulismo e o petismo podem se separar, nessa volta forçada às bases, é uma questão complexa e em aberto. Certo é que o nome de Lula transcende e vai muito além do PT, mas a sobrevivência política e histórica de ambos depende da difícil articulação e identificação entre a luta (anti)institucional (antigolpe) do Partido e aquela base popular-eleitoral dispersa.

O aspecto de volta às bases, entretanto, é apenas um dos elementos do lulismo, se o pensarmos em termos da relação entre a base organizada (partidos, sindicatos, movimentos) e a base eleitoral. Como observei em Curitiba, o lulismo expressa e reproduz distinções sociais relativas à estrutura de classes brasileira. A “ralé” está presente no lulismo não só como base eleitoral, mas como movimento organizado, negro, indígena, do campo ou de pobres urbanos, por exemplo.

Nesse sentido, o lulismo possui uma dimensão cultural e societária, tanto na identificação entre Lula e o povo brasileiro, os mais pobres, os desprivilegiados, quanto nas manifestações de apoio político vindo de pessoas dos meios artísticos, religiosos, universitários ou educacionais, e outros. Aparece ainda um elemento internacional de apoio político, relacionado ao legado ou à visibilidade de Lula como ex-presidente, incluindo-se personalidades políticas, religiosas, acadêmicas ou celebridades de vários cantos do mundo, com destaque na América Latina.

Todos esses elementos, politicamente articulados, é que constroem o “povo” do lulismo.

Não menos importante, a dimensão antilulista; dos limites antagônicos que definem o próprio lulismo, constituindo suas fronteiras e ambiguidades. Pela própria lógica conflitiva da política, o lulismo, ainda que fundado na ideia de conciliação de classes (como argumentam alguns dos intérpretes do fenômeno), vem acompanhado de seu par oposto, o polo antagônico antilulista. As dimensões e elementos do antilulismo – com grande influência do poder

econômico, político, cultural e comunicacional de certos grupos ou interesses internos e/ou externos – relacionam-se direta e dependentemente às dimensões e elementos do campo lulista.

O lulismo, como o conhecíamos, acabou. Mas seus efeitos, certamente, continuarão. Ele é hoje parte da ralé brasileira, contra a qual o golpe se faz mais forte, esta que ascendeu em anos recentes e que retorna agora à sua precariedade e “viração” cotidianas. Lula, de volta ao cárcere político, é o maior símbolo da regressão política e social em que vivemos.

Cresce novamente a pobreza extrema no Brasil e o país pode voltar a figurar no Mapa da Fome da ONU¹¹. Em 2018, com a alta dos combustíveis – devido à política antinacional de preços da Petrobrás do golpe¹² –, famílias inteiras, como as que precisam escolher entre comprar gás de cozinha ou comprar diretamente a própria comida, literalmente voltaram ao fogo à lenha. O que para certa classe média pode parecer uma tralharia vintage é um desastre para a saúde pública, com o aumento de queimaduras e problemas respiratórios¹³.

Não por acaso, os mais prejudicados de agora são os mais desprivilegiados de sempre.

Do outro lado, mesmo com a crise, o lucro dos bancos aumentou. O do Itaú, maior banco privado do país, bateu novo recorde: mais de 6 bilhões de reais de lucro líquido só no primeiro trimestre de 2018, valor do qual o estado brasileiro não cobra um centavo sequer de imposto, ao contrário do que faria se fôssemos uma nação soberana.

Enquanto isso, pobres e classe média pagam a conta.

No horizonte, a privatização das universidades públicas e de setores estratégicos da economia brasileira.

¹¹ Ver: “A extrema pobreza voltou aos níveis de 12 anos atrás”, diz pesquisador da ActionAid e Ibase”, Thiago Domenici, Agência Pública, 10 jul. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/07/a-extrema-pobreza-voltou-aos-niveis-de-12-anos-atras-diz-pesquisador-da-actionaid-e-ibase/>, acesso 13 jul. 2018.

¹² Ver: “Nota sobre a política de preços da Petrobrás”, Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), 23 mai. 2018. Disponível em: <http://aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/1749-nota-sobre-a-politica-de-precos-da-petrobras>, acesso 13 jul. 2018.

¹³ Ver: “Alta do gás eleva uso de soluções caseiras para cozinhar e acidentes disparam no Recife”, Marina Rossi, El País Brasil, Recife, 9 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/07/politica/1528396727_729935.html, acesso 13 jul. 2018.

REFERÊNCIAS

LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013

MENDONÇA, D. Por que não seria o “lulismo” populista? In:_____; RODRIGUES, Léo Peixoto; LINHARES, Bianca. (orgs.) *Ernesto Laclau e Seu Legado Transdisciplinar*. Brasília, Intermeios, 2016.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Cia. das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



Vem pra Rua: protagonismo do movimento e organização dos protestos recentes.

Vinicius de Souza Sturari¹

GT 3 – Movimentos sociais, participação e democracia

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: v.sturari@gmail.com

Resumo

A intensificação de manifestações de rua e em rede nos últimos anos marca uma mudança nos padrões de participação política. No Brasil, grandes manifestações eclodiram em 2013 e 2015, com demandas diferentes, mas em comum a forma de organização: prioritariamente por meio da internet. Essa nova dinâmica participativa traz novos atores, os Movimentos de Rede. Dentre eles destacamos o Vem pra Rua, principal articulador das manifestações de 2015, criado por dois empresários paulistas e conquistou grande apoio de famosos e políticos. Essa pesquisa objetiva investigar o modus operandi desse movimento, por meio do site e das páginas oficiais do movimento em redes sociais e utilizando-se de entrevistas com suas lideranças. Busca mostrar que o padrão participativo tem se alterado, resultando em mudanças no perfil dos participantes, no modo de concepção e organização do movimento, bem como em seus objetivos e estratégias políticas.

Palavras chave: Manifestações, Movimentos de Rede, Vem Pra Rua, Internet

Introdução

As manifestações ocorridas no ano de 2013, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, se tornaram um ponto essencial para pensar sobre participação democrática, tendo como uma das explicações sobre o porquê do “ciclo de protestos” iniciado naquela época ter sido continuado, a insatisfação pública em relação aos políticos e instituições políticas. O conceito de “ciclo de protestos” é definido por Tarrow (2011) como “uma fase de intensificação dos conflitos, no qual um conjunto diversificado de atores toma parte em manifestações públicas coletivas em ritmo e intensidade superiores ao verificado regularmente, difundindo-se rapidamente dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados.” (apud TATAGIBA, 2014, p.37).

O cenário político mundial em tempos que precedem as Jornadas de Junho é de manifestações e protestos. Um espectro de crise política mundial e possível consequência da crise financeira de 2008 ronda até mesmo as democracias mais consolidadas, como o caso dos Estados Unidos. Castells (2013) faz uma análise desses acontecimentos, e propõe o surgimento de “movimentos de rede” (Castells 2003, 2013), que são movimentos sociais surgidos e organizados a partir da internet. Isso é um reflexo do que Castells (2003) chama de “sociedade de rede”, e afirma que “cada vez mais, as pessoas estão organizadas não

simplesmente em redes sociais, mas em redes sociais mediadas por computador.” (p.109) O autor ainda completa que

Uma vez que a internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividade, é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. (CASTELLS, 2003, P.114)

Além de usarem a internet como maneira de organização e divulgação, as manifestações recentes em diversos países tem em comum crises financeira e política. Segundo Castells “cada revolução tem sua data de nascimento e seu herói rebelde.” (2013, p.39), ou seja, é o causador do estopim que leva diversas pessoas às ruas, com um sentimento de indignação. Esse é o sentimento que faz os indivíduos superarem o medo e partirem para a ação, segundo o autor. “E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam.” (CASTELLS, 2013, p.23). Na Tunísia, um vendedor ambulante, cansado de ter sua banca de frutas apreendida pela polícia local por ele se recusar a pagar propina, atea fogo em si mesmo na frente de um prédio do Governo. Sua ação é filmada e viraliza na internet, fazendo surgir outras insurreições pelo país. Na Islândia, um músico se senta na frente do parlamento e expressa seu ódio aos políticos cantando, quando mais algumas pessoas se juntam a ele e são filmadas, e após alguns dias muitas outras acompanham tocando panelas e outros diversos aparatos que usam como instrumentos, o que ocasiona em uma pressão que acaba adiantando as eleições do país. Essas duas primeiras situações descritas, Castells (2013) cita como antecessoras às ações dos movimentos em rede, pois foram organizadas por civis sem vínculos com movimentos ou outras instituições, sendo propagadas através da rede. Entram em cena então movimentos organizados, que utilizam da estratégia de divulgação na internet, alcançando maior público e chamando as pessoas à ação. A rede ajuda a divulgar um vídeo postado por uma participante de um movimento organizado, chamando manifestantes a ocupar a praça Tahrir, informando que seis pessoas fizeram no Egito a mesma coisa que o comerciante da Tunísia, atearam fogo ao próprio corpo. No mesmo modelo das manifestações anteriores, temos a Primavera Árabe, com diversas manifestações que ocorrem em diversos países, como: Argélia, Líbano, Jordânia, Mauritània, Sudão, Omã, Iêmen, Bahrein, Líbia,

Kuwait, Marrocos, etc, divulgados pela internet, repreendidos por forças militares das ditaduras e governos árabes e ocasionando até mesmo guerras civis. O movimento dos indignados na Espanha, que ocuparam praças de diversas cidades e montaram acampamento, o *Ocuppy Wall Street*, que consistia em acampamentos na Wall Street, rua que é um dos centros financeiros dos Estados Unidos, local em que funciona a Bolsa de Nova Iorque. Por fim, as Jornadas de Junho.

Esse trabalho conta com outras quatro partes além dessa breve introdução. Na próxima parte falaremos sobre os precursores das manifestações organizadas pelo Vem Pra Rua, o Movimento Passe Livre e as conhecidas Jornadas de Junho, manifestações organizadas por esse movimento. No item seguinte falaremos sobre o movimento Vem Pra Rua em si e as manifestações que ele organizou. No terceiro item falaremos sobre as questões que perpassam essas manifestações e a crise política no cenário atual. Por fim traremos alguns apontamentos finais acerca do que foi discutido.

Precursos do Vem Pra Rua e manifestações contra o governo: O MPL e as Jornadas de junho

Os primeiros protestos foram organizados pelo Movimento Passe Livre. O MPL se considera “apartidário, horizontal e independente” (MPL), cuja organização não possui lideranças e as decisões são tomadas em assembleias, com principal pauta o direito à cidade, através de uma livre circulação, “luta por um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada” (MPL). As manifestações iniciais ocorreram na cidade de São Paulo, sendo chamadas pelas redes sociais, e tiveram pouca adesão, com cerca de dois a cinco mil participantes (Singer, 2013; Secco, 2013). Esses atos foram repudiados pela mídia (Romão, 2014; Lima, 2013), que os caracterizou como violentos, atribuindo a culpa ao MPL sobre as depredações ocorridas durante as manifestações, que foram feitas por pequenos grupos de pessoas.

A quarta manifestação ocorre no dia 13 de junho, ocasião em que é severamente reprimida pela Polícia Militar paulistana, que faz uso desmedido da força para conter os manifestantes que se aglomeravam na região central da cidade, próximos à Avenida Paulista,

e se torna o estopim dos acontecimentos seguintes, é o fator que desencadeia o que Singer (2013) define como a “segunda etapa do movimento”. A manifestação que ocorre logo nos dias seguintes, em 17 de junho, leva milhares de pessoas às ruas, uma multidão que se solidarizou com os manifestantes que sofreram com a ação desmedida da polícia e vai às ruas, contribuindo com o movimento mas ao mesmo tempo “tornando vagas as demandas”, pois nesse momento entram em pauta os mais diversos assuntos, como Rolnik (2013) afirma: “No decorrer dos protestos houve uma disputa nos cartazes empunhados pelo conjunto heterogêneo que ocupou as ruas e uma guerra de interpretações das vozes rebeldes.” (p.8). A ação desmedida e violenta da polícia, fator que segundo Yoruk (2013) é o motivo que leva multidões à praça de Gezi, na Turquia, é o mesmo detonador das manifestações no Brasil², que dá uma maior visibilidade a elas, pois nesse momento a mídia se volta para as manifestações transmitindo imagens da ação policial e até mesmo interrompendo sua programação normal para noticiar as ruas (Romão, 2014; Lima, 2013). Após isso, nessa segunda etapa as manifestações se espalham por diversas capitais do país, com as mais diversas reivindicações, o que Singer (2013) coloca como “cada pessoa um cartaz”, que Rolnik (2013) sustenta e que Tatagiba (2014) afirma ser uma “expressão eloquente da crise de representação das democracias contemporâneas.” (p.58).

Mesmo com a crescente de participantes e difusa pauta, algumas são repetidas e se tornam uma grande voz, de quem é contra os mega eventos esportivos que ocorrerão no país, demandando um grande investimento de dinheiro público, quando muitos serviços públicos sofrem corte ou falta de verbas e são sucateados. Pessoas empunhavam cartazes dizendo “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fauto edukssao”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um pais muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio” (Singer, 2013, p.25). Além disso, os recentes escândalos sobre corrupção no país, tanto no governo federal, tendo o Partido dos Trabalhadores, ao qual a presidente Dilma é vinculada, como em governos estaduais, traz à tona também a pauta anticorrupção, que norteará os protestos em 2015 e 2016, como veremos adiante. Vozes bradavam que “não é por centavos, é por direitos” (Romão, 2014, p.159), porém o aumento da tarifa era sim a principal motivação, conforme afirma Tatagiba (2014). Após a revogação do aumento e com a saída do MPL, as manifestações foram se dissipando pelo estado de São

² Ver: SINGER, 2013; TATAGIBA, 2013; YORUK, 2013; ROLNIK, 2013; SECCO, 2013; SAKAMOTO, 2013; ALZAMORRA; ARCE; UTSCH, 2014; PESSOA, 2014; SOUZA C, 2016.

Paulo e pelo país, restando apenas alguns casos específicos, como Romão (2014) cita sobre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em que ocorreram protestos contra a Copa das Confederações e algumas outras ações políticas locais.

Como Sakamoto (2013) afirma no título de seu texto: “o *Facebook* e o *Twitter* foram às ruas”, afinal, “movimentos animados por redes não precisam ser prisioneiros do universo virtual. Podem agir no mundo concreto.” (Nogueira, 2013, p.56). É através da rede que os atos são organizados³ e essa característica que é um diferencial de protestos organizados anteriormente no país, sendo reflexo da nova “sociedade de rede” (Castells, 2007), e principal meio de organização dos protestos, pois é na rede que os atos são divulgados e as pessoas são chamadas à comparecer, é o que faz desse novo ciclo de protestos uma modalidade de participação a ser estudada.

As manifestações da segunda fase, com a demanda anticorrupção, já trazem prenúncios das futuras manifestações de 2015 e 2016, que possuem um teor nacionalista e antipetista, conforme afirma Souza C. (2016). Sakamoto (2013) aponta sobre a participação de manifestantes “com um discurso superficial, que cola fácil [...] Parte usava o verde-amarelo, lembrando os divertidos e emocionantes dias com os amigos em que se podem ver os jogos da Copa do Mundo.” (p.97). Souza J. diz que:

Começava a criação estética e moral do movimento antigoverno federal, capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que as apoiava. Em vez de jovens e estudantes, tínhamos agora famílias de classe média com perfil de renda alta. (2016, p.91).

E ainda complementa: “A manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava uma ‘festa popular’ contra a corrupção e a ladroagem na política, o que se tornava definitivamente a bandeira central.” (p.93).

O Vem pra Rua e as manifestações

³ Ver: SINGER, 2013; TATAGIBA, 2013; ROLNIK, 2013; SECCO, 2013; SAKAMOTO, 2013; ALZAMORRA; ARCE; UTSCHE, 2014; PESSOA, 2014; SOUZA, J, 2016; NOGUEIRA, 2013.

O MPL já havia saído de cena assim que o aumento da passagem foi revogado. Agora entram outros movimentos, cujos principais nessa fase e com maior visibilidade nas redes são o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. Na página do MBL na rede social *Facebook*, encontramos a seguinte definição: “O MBL - Movimento Brasil Livre - é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera.”⁴ As bandeiras do MBL são a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia. Já o Vem Pra Rua, nosso foco desse trabalho, traz como definição do movimento, em seu site: “O Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014.”⁵ E coloca como principal bandeira “O Vem Pra Rua quer um Brasil livre da corrupção, com uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo.”⁶ Podemos ver essa afirmação das pautas também em seu Manifesto no site, que afirma: “Somos a favor da democracia, da ética na política e de um Estado eficiente e desinchado. Somos contra qualquer tipo de violência e condenamos qualquer tipo de extremismo (separatismo, intervenção militar, golpe de Estado), e não compactuamos com governos autoritários.”⁷

O Vem pra Rua foi criado por Rogério Chequer e Colin Butterfield, “ligados ao mundo financeiro e empresarial, de modo que muitos de seus pronunciamentos públicos advogam a defesa da incorporação da gestão empresarial ao mundo da política.” (GARCIA E LOPES, 2017, p.9). Os dois fundadores se conheceram por meio de um amigo em comum, que os apresentou pelo fato de ambos terem ideias semelhantes e sonharem com um Brasil melhor. Segundo os fundadores, que escreveram um livro sobre a história do movimento, eles estavam indignados com a situação atual do país. Poderiam simplesmente deixa-lo e ir morar em qualquer outro país inclusive, não dar a cara a tapa em rede nacional, como citam no livro.

Mas nós estávamos indignados o bastante para, inicialmente, andar na contramão. Inicialmente. O que não esperávamos – embora buscássemos – era encontrar tantos outros indignados dispostos a tomar a mesma atitude.

⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal. Acessado em 01 de setembro de 2018.

⁵ Disponível em: <https://www.vempraru.net/o-movimento/#vem-pra-rua>. Acessado em 01 de setembro de 2018.

⁶ Idem.

⁷ Manifesto do movimento, disponível em: <https://www.vempraru.net/o-movimento/manifesto.html>. Acessado em 01 de setembro de 2018.

Indignados a ponto de topar fazer algo diferente do que haviam feito (ou deixado de fazer) ao longo da vida inteira. Indignados a ponto de se mexer e tomar a responsabilidade para si. Indignados que se tornaram inconformados e que se levantaram do confortável sofá em que assistem diariamente ao jornal para protagonizar o noticiário. (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.10)

Tida a ideia de fazer algo a respeito, Chequer e Butterfield (2016) atentam que no princípio, ambos pensaram o movimento como um “Basta”, título do projeto inicial e que teria “[...] as mídias sociais como cerne do movimento [...]” (p.21). Marcaram uma manifestação do “Basta” e divulgaram nas mídias sociais, porém apenas quatro pessoas (Chequer e outros três amigos) apareceram, o que significou um fracasso da tentativa. Após o acontecido, Chequer conta no livro que conversou com alguns outros amigos e decidiu, junto com Collin, a mudar postura e a tática utilizadas. Pensando quem estaria indignado com a situação também, decidiram por convidar suas redes de contatos para ir às ruas.

Naquele momento a estratégia parecia óbvia. E as redes sociais, o melhor canal. Afinal, elas intuitivamente podem ser utilizadas para esse fim. Uma pessoa cria um evento e convida seu grupo de amigos. Esses amigos, por sua vez, podem facilmente chamar os próprios amigos E, assim, o convite se cascatearia rapidamente. (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.36)

E completam: “O passo seguinte estava definido: criaríamos um evento no *Facebook*, convidaríamos nossa rede de contatos e pediríamos que fizessem o mesmo com a sua – e assim por diante. [...] Vamos chamar essa legião de indignados para ‘bater panela’ em algum lugar juntos.” (Idem, p.36-37). Assim então surge a página do movimento no *Facebook* e um evento, marcado para o dia 16 de outubro de 2014, às 18 horas no Largo da Batata, em São Paulo. Os autores contam que nessa manifestação apareceram cem policiais, devido ao grande número de confirmados para o evento e um aviso por parte da organização à corporação. O princípio da manifestação era o de “tirar o PT do poder”, assim, com data de dias antes do segundo turno das eleições, a primeira manifestação teve um teor contra a corrupção e principalmente antipetista (conforme afirmam alguns outros autores). Dentre os acontecimentos nessa primeira manifestação, chama a atenção o fato de se juntarem a um grupo em campanha para o candidato da oposição, Aécio Neves. Segundo o jornal Folha de

S.Paulo, a manifestação contou com cerca de 300 pessoas.⁸ Segundo Chequer e Butterfield (2016), além da manifestação em São Paulo, ocorreram outras também em Teresina, Recife e Brasília. Após essa manifestação do dia 16, o grupo de apoiadores cresceu e outra manifestação foi marcada para o dia 22 de outubro daquele ano, passando de quatro cidades para nove com protestos ocorrendo no mesmo dia. O movimento cresceu e recebeu apoio de personalidades importantes, com presenças na manifestação do dia 22. “José Serra, Floriano Pesaro, o ex-jogador de futebol Ronaldo Fenômeno, a cantora Wanessa Camargo, entre outras personalidades.” (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.55), além de Fernando Henrique Cardoso. Os autores ainda afirmam que “pelos nossos cálculos, reunimos 25 mil pessoas só em São Paulo.” (p.57) e “Levamos nove cidades às ruas: São Paulo, Ribeirão Preto (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Teresina (PI). Já era mais que o dobro da saída do dia 16.” (Idem, p.60).

Com o sucesso do dia 22, a organização do movimento decide marcar uma outra manifestação para o dia 25 de outubro, no dia anterior ao segundo turno das eleições para Presidente da República. “A manifestação do dia 25 aconteceu em mais de 200 cidades. E repercutiu nos principais veículos da imprensa nacional, ainda que relacionada à defesa de Aécio.” (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.70). Porém, mesmo com todos esses acontecimentos, no dia 26 de outubro a Presidente Dilma Rousseff foi eleita para um segundo mandato.

Apesar do desânimo por não ter conquistado os objetivos iniciais do movimento, de impedir a vitória da candidata petista, no mês de novembro de 2016 ocorrem mandatos de prisão, busca e apreensão em várias empresas pelo país, realizados pela Polícia Federal em decorrência da Operação Lava Jato, que investiga casos de corrupção e desvio de verbas públicas. Por conta disso, o movimento marca uma nova manifestação para o dia 15 de novembro, com a bandeira da luta contra a corrupção.

De certa forma, esse foi um segundo nascimento do Vem Pra Rua. [...] Foram 15 mil pessoas às ruas. Essa manifestação nos trouxe muita alegria. Caminhamos da frente do Masp, na Avenida Paulista, até a praça da Sé, no centro de São Paulo. Estávamos ali por uma causa muito maior do que batalhar por um resultado nas eleições. E isso era histórico. (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.79)

⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1533733-nao-sabem-votar-diz-manifestante-pro-aecio-sobre-o-nordeste.shtml>. Acessado em 01 de setembro de 2018.

Visto o sucesso da manifestação, uma outra é marcada para o dia 6 de dezembro, a última daquele ano de 2014. Para essa manifestação, diversas personalidades manifestaram apoio, artistas e políticos, porém com pouca adesão popular, fazendo com que a organização optasse por fazer uma parada nas manifestações. Com o passar do tempo novas denúncias aparecem, a Operação Lava Jato se desenvolve e outros movimentos entram em cena, o que levaria à organização de uma outra manifestação, no dia 15 de março de 2015. Segundo os jornais Folha de S.Paulo⁹ e El País¹⁰, a manifestação em São Paulo contou com cerca de 210 mil manifestantes, além de ocorrerem outras manifestações espalhadas por todos os 26 estados e o Distrito Federal, em pelo menos 152 municípios, incluindo todas as capitais. Acontecimentos políticos marcam o cenário nacional e o pedido de Impeachment de Dilma é protocolado, escrito pelos juristas Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo. A partir daí, o Vem Pra Rua, que ainda não havia se manifestado a favor do Impeachment por não ver bases jurídicas para isso, passa a apoiar a decisão. Marcam uma manifestação para o dia 16 de agosto de 2015. “A manifestação de 16 de agosto foi grande: cerca de 1 milhão de pessoas em todos os estados brasileiros. E nós tínhamos uma grande esperança de que ela empurrasse o impeachment adiante.” (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.131). Em 2 de dezembro daquele ano o pedido de impeachment é aceito pelo então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Com isso, uma nova manifestação é marcada. “Queríamos comemorar a apresentação do pedido de impeachment e reanimar o povo. E não haveria jeito melhor do que ir às ruas para fazer isso. Escolhemos um dia e horário simbólicos para comemorar a vitória sobre o PT: dia 13 de dezembro, às 13 horas.” (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.139). Os autores afirmam ainda que sabiam que essa manifestação não seria tão grande como a de 15 de março, e decidiram então promovê-la como um “esquenta” para uma manifestação em 13 de março de 2016, na qual apostariam alto. A manifestação de 13 de março contou com a presença de políticos da oposição. Segundo Chequer e Butterfield eram eles: Geraldo Alckmin, José Serra, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Mendonça Filho, Darcísio Perondi e Carlos Marun. Os autores afirmam ainda que ocorreram manifestações em mais de 300 municípios, e segundo matéria no site da revista Época, mais de 3,3 milhões de pessoas foram às ruas, sendo que São Paulo

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Acessado em 01 de setembro de 2018.

¹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992_617989.html. Acessado em 01 de setembro de 2018.

registrou um número de 500 mil pessoas na Avenida Paulista, segundo o Datafolha.¹¹ E em 17 de março de 2016 é formada a comissão do impeachment.

As questões que perpassam as manifestações: a crise política e o cenário atual

Em resumo, as manifestações de 2015/2016 são protagonizadas principalmente pelo movimento Vem Pra Rua, com um co-protagonismo (se assim podemos dizer) do MBL. Ambos se colocam em oposição ao governo e a corrupção, que após as denúncias do mensalão são vistas como pertencente genuinamente ao Partido dos Trabalhadores, sendo necessário então o fim do mesmo. Os atos de 2015 e 2016 possuem um caráter mais festivo, com a presença de trio-elétricos e carros de som, camisas verde-amarelo, bandeiras, *pins* e *bottons*, etc. Essas manifestações demarcam, como Souza (2016) afirma, um radicalismo antipetista, com uma ascensão da direita, como demonstram também Sakamoto (2013) e Souza J. (2016), que em oposição ao governo faz uso do dispositivo protesto em demanda à aceitação do pedido de impeachment da presidente Dilma pela Câmara dos Deputados. Para Souza C. (2016), essa radicalização ao antipetismo se dá em duas dimensões: uma na qual os mal feitos da política nacional são vistos como culpa do PT e uma outra dimensão que é a partidária mesmo, com críticas ao partido vindos de setores conservadores da sociedade.

O pano de fundo que se dá a questão das manifestações de rua é o cenário político nacional. Os recentes escândalos de corrupção no governo, tendo como principal ator o Partido dos Trabalhadores, vem causando uma crise de representação segundo os fundadores do Vem pra Rua Cequer & Butterfield descrevem em seu livro. Parte da literatura aponta para essa crise de representação, ou o que Domingues (2017) chama de “Crise da República”, sem culpar um partido ou outro. Fato é que os cidadãos não se contentam mais com a definição de democracia representativa de Bobbio (2000) “[...] caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*.” (p.30), ou seja, que possui o voto como principal forma de participação democrática, como Schumpeter afirma: “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo.” (p.313), pois os representantes escolhidos não tem

¹¹ Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>. Acessado em 01 de setembro de 2018.

representado o povo nem tomado decisões para o bem comum, e buscam então novas formas de participação democrática que vem emergindo nos últimos anos, principalmente através da internet.

Uma das causas desses problemas segundo Romão (2013), é o conceito atribuído a Abranches de “Presidencialismo de Coalizão”, sendo que os fundadores do Vem pra Rua também fazem tal apontamento em seu livro, na qual a presidência realiza a coalizão com outros partidos a fim de conseguir maioria na câmara e ter uma maior governabilidade. Esse processo se torna necessário devido ao grande número de partidos políticos existente no Brasil. Chequer & Butterfield (2016) dizem ainda que essa característica tem contribuído para a disseminação da corrupção no âmbito político e gera o que Romão (2013) chama de partidos-cartel, e que o autor afirma: “É evidente que essa situação gera o sentimento de geleia geral dos partidos políticos, de indiferença, de carência ou ausência de sentimento de representação da parte do cidadão em relação a eles. Esse sentimento foi combustível de muito do que se viu nas ruas no mês de junho.” (p.15).

[...] enquanto o fenômeno de descontentamento e de descrença política nas velhas democracias estimulou, em vários casos, os cidadãos a adotarem novas atitudes políticas e formas de participação na vida pública e, em algumas oportunidades, a defenderem a reforma das instituições democráticas, nos países recentemente democratizados os cidadãos que protagonizam a síndrome da desconfiança institucional tenderam, muitas vezes, a afastar-se da política ou a desinteressar-se de seus rumos. (MOISÉS & MENEGUELLO, p.1, 2013)

Essa crise representativa, conforme Souza C. se coloca como principal fator a levar as pessoas na busca de novas formas de participação, que Barnes e Kaase (1979, p.154, apud Borba, 2012, p.271) definem como formas de participação política não convencional, na qual podemos citar de exemplos abaixo-assinados, manifestações legais, juntar-se a boicotes e participar de greves, que se diferenciam das modalidades de participação política convencional, como discutir política com os amigos, trabalhar para partidos políticos ou candidatos, participar de campanhas políticas ou comícios, etc, que não tem gerado benefícios para a população, por conta do citado anteriormente, como o fenômeno da corrupção, que tem levado à descrença das instituições e partidos políticos.

A crise que a democracia sofre coloca em embate dois modelos, que Bobbio (2000) define como Democracia Representativa e Democracia Direta. Para o autor, no que toca à democracia representativa, “significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade.” (p.56). Já em relação à democracia direta, o autor afirma que: “Para que exista democracia direta no sentido próprio da palavra, isto é, no sentido em que direto quer dizer que o indivíduo participa ele mesmo nas deliberações que lhe dizem respeito, é preciso que entre os indivíduos deliberantes e a deliberação que lhes diz respeito não exista nenhum intermediário.” (p.63).

Moisés e Meneguello (2013) afirmam que nas “democracias modernas foi dado às instituições o papel de mediadores dos interesses dos indivíduos, são elas que atuam na intermediação das relações entre os cidadãos e o sistema político”, e esse é o ponto de diferenciação entre a democracia e outros tipos de governo. Afirmam ainda que desde a redemocratização, a preferência por esse tipo de governo vem crescendo, mas apontam ainda que existe “30% de cidadãos que afirmam poder apoiar a ditadura em determinadas situações”, o que Braga e Casalecchi (2016), ao estudarem o comportamento dos “perdedores” das eleições, afirmam que os mesmos são mais propensos a não confiarem no sistema democrático e “na medida em que os insatisfeitos são, também, mais autoritários, cria-se um ambiente favorável à proliferação de discursos antidemocráticos (ainda que nem sempre sejam explícitos).” (p.559).

Bobbio argumenta que “a exigência, tão frequente nos últimos anos, de maior democracia exprime-se como exigência de que a democracia representativa seja ladeada ou mesmo substituída pela democracia direta.” (p.53). Mas o que podemos perceber é uma crescente da participação direta pois, como afirma Pierini (2008) “o sistema democrático vigente, não está conseguindo processar as demandas políticas da população.” (p.130). O autor ainda afirma que a crise da democracia “está sedimentada sobre a questão da representação política, uma vez que a representação de interesses se sobrepôs às questões relacionadas à representação popular e, também, à representação funcional.” (p.130) e “Tendo em vista diminuir a influência de grupos de interesses nas políticas estabelecidas pelo Estado, as transformações estabelecidas no seio do sistema democrático vigente priorizam a participação da população nas tomadas de decisão próprio Estado.” (p.130).

Conforme Pierini (2008) afirma, “alguns mecanismos de participação direta estão sendo mesclados ao sistema democrático em voga.” (p.131). É o caso dos mecanismos que já citamos anteriormente, como Conselhos, Orçamentos Participativos, Conferências, Audiências Públicas, dentre outros, que segundo Bizzarro e Coppedge (2017), são responsáveis por gerar um aumento na variável participação que eles utilizaram no estudo deles, e que é possível perceber um decréscimo do nível de participação no período após o governo Lula em que ocorre a suspensão das Conferências Nacionais. Um outro mecanismo que tem se consolidado como um meio capaz de propiciar a maior participação é a internet, pois a “Internet como possibilidade de expressão permite aos cidadãos alcançar outros cidadãos, possibilitando aos interessados participar do jogo democrático através de informação política atualizada e oportunidade de interação.” (Gomes, 2005, apud Medeiros, 2013, p.30). Medeiros afirma ainda que nas redes sociais os indivíduos se tornam atores capazes de opinar nas decisões políticas. Enquanto mecanismo de participação, a internet se torna, ainda conforme o autor, “um dispositivo potencializador da interação entre atores engajados em participação política.” (2013, p. 32). “Ou seja, essa nova infraestrutura faz ressurgir uma esperança de, como menciona Gomes (2005a), uma terceira via entre a democracia representativa e a democracia direta.” (Medeiros, 2013, p.32). Inclusive essa terceira via é apontada por Gohn (2014), que ao analisar as manifestações de 2013, afirma: “Sendo assim, podem-se buscar, nas atuais manifestações, os indícios de novas formas de organização política, nos marcos de uma nova forma – a democracia analógica, aquela que tenta dialogar com a geração digital, que poderá combinar a democracia representativa com a democracia direta via on line.” (p.435).

Considerações finais

Conforme apontamos, a internet tem se colocado como principal meio no qual as manifestações ocorreram no Brasil contemporâneo. Com uma dinâmica mais aberta, ela proporciona uma ampla divulgação das ações adotadas pelos movimentos, assim como uma maior participação do público, diferente dos meios tradicionais de informação (como a TV ou o Rádio), nos quais o espectador assiste de maneira passiva, sem poder opinar sobre o que lhes é passado. A internet traz ainda a possibilidade do contato mais amplo até mesmo geograficamente, não estabelecendo fronteiras territoriais para o que é passado e divulgado por ela. Dessa maneira, os atuais movimentos sociais se utilizam da internet como fonte

de

organização e divulgação das suas ações. Ao longo do texto podemos perceber a importância desse mecanismo, sem o qual muito dificilmente as manifestações teriam ocorrido e sido tão amplas.

Outro aspecto apontado é o da situação política atual do Brasil. A descrença nos políticos e governos, por conta das notícias sobre corrupção e desvio de verbas públicas, traz o debate acerca da crise de representação que marca as principais democracias atuais, uma crescente mundial apontada por alguns autores, uma crise no sistema democrático como um todo, pois a maioria dos países adotou o sistema representativo. Os últimos anos marcam essa crise, e no Brasil especialmente ela é partidária, pois muitas vezes o Partido dos Trabalhadores é visto como principal articulador da corrupção, conforme apontado, e que trouxe à tona esse sentimento antipetista e de que para acabar com a corrupção seria necessário acabar com o PT.

Juntando esses dois fatores, fato é que temos então a emergência de novos padrões de participação no Brasil, marcados pela participação online que foi às ruas, em ciclos de protestos organizados pelos movimentos de rede mas com dinâmicas e bandeiras diferentes. Enquanto as Jornadas de junho começaram pelos vinte centavos e se ampliaram pela luta por mais direitos, as manifestações de 2015 e 2016 são marcadas principalmente pelo antipetismo e luta pela corrupção. Esses acontecimentos ainda podem ser analisados de diferentes perspectivas e cada vez mais trabalhos buscam isso, contribuindo para o debate sobre participação e democracia.

Bibliografia

ABRANCHES, S. H. H. de. **Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Revista Dados, Vol. 31. Nº1, 1988. p.5-32.

ALZAMORRA, G.; ARCE, T.; UTSCH, R. *Acontecimentos agenciados em rede: Os eventos do Facebook no dispositivo protesto*. In: SILVA, R. H. A. (org.). **Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p.39-66.

BIZZARRO, F. e COPPEDGE, M. **Variedades da democracia no Brasil**. Campinas: Opinião Pública, vol. 23, nº1, jan. – abr., 2017.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- BORBA, J. **Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação.** Revista Sociedade e Estado. Volume 27, Número 2. Maio/Agosto 2012.
- BRAGA, M. do S. S. e CASALECCHI, G. A. **Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil.** Campinas: Opinião Pública, vol. 22, nº3, dezembro, 2016. p.550-568.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHEQUER, R. e BUTTERFIELD, C. **Vem pra rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil.** São Paulo: Matrix, 2016.
- DOMINGUES, J. M. **Crise da república e possibilidades de futuro.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.6, pp.1747-1758. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017226.02472017>. Acessado em: 12 agosto 2017.
- GARCIA, F. D. F.; LOPES, C. S. **As manifestações de agosto de 2015 em Londrina: aproximações e distanciamentos entre movimentos sociais e manifestantes.** In: Encontro Anual da ANPOCS, 41. 2017, Caxambu. GT11: Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais.
- GOHN, M. da G. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais.** Salvador: Caderno CRH, v.27, n.71, p.431-441, Maio/Ago. 2014.
- LIMA, V. A. de. *Mídia, rebeldia urbana e crise de representação.* In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, Carta Maior. 2013. p.89-94.
- MEDEIROS, J. da S. **Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política.** Campinas: Transinformação, v.25, n.1. p.27-33, jan./abr., 2013.
- MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em:

http://nupps.usp.br/downloads/relatorio2013/Anexo_65_Livro_EDUSP_2013_versao_e_nviada.pdf Acessado em: 14 agosto 2017.

- NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- PESSOA, S. C. *A marcha nas ruas e o movimento nas redes: Autocomunicação de massa e mise em scène*. In: SILVA, R. H. A. (org.). **Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p.67-88.
- PIERINI, A. J. **Democracia dos antigos x democracia dos modernos – uma revisão de literatura**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v.29, n.2, p.125-134, jul./dez. 2008.
- ROLNIK, R. *Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior. 2013. p.7-12.
- ROMÃO, W. de M. **As manifestações de junho e os desafios à participação institucional**. Boletim de Análise Político-Institucional, v.4, p.11-17, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/125286>. Acessado em: 13 agosto 2017.
- ROMÃO, W. de M. **#naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014**. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR. Vol. 1 – n. 2 – 2014.
- SAKAMOTO, L. *Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas*. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior. 2013. p.95-100.
- SCHUMPETER, J. A. *A doutrina clássica da democracia*. In: _____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p.313-335
- SECCO, L. *As jornadas de junho*. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior. 2013. p.71-78.
- SINGER, A. **Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos 97, p.23-40. Novembro. 2013.

SOUZA, C. A. de. **Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: Uma análise das manifestações ocorridas em 2015.** Belo Horizonte: Em Debate, v.8, n.3, p.35-51, mai. 2016.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TATAGIBA, L. **1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil.** Política e Sociedade. V.13, n. 28, 2014.

YORUK, E. **O longo verão da Turquia: Entendendo o levante de Gezi.** Novos Estudos 97, p.57-66. Novembro. 2013.



**O ATIVISMO DA REDE MULHER E MÍDIA E A LUTA PELA *CIDADANIA DA*
IMAGEM: REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Vera Fátima Gasparetto¹

GT 3 - Movimentos sociais, participação e democracia

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), Bolsista CAPES, Mestre em Sociologia Política (PPGSP/UFSC) e Graduada em Comunicação Social/Jornalismo na UNISINOS. E-mail: [gasparettovera@yahoo.com.br](mailto:gasporettovera@yahoo.com.br).

O ATIVISMO DA REDE MULHER E MÍDIA E A LUTA PELA CIDADANIA DA IMAGEM: REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Vera Fátima Gasparetto²

RESUMO: O artigo é um olhar sobre a atuação da Rede Mulher e Mídia (RMM), que reúne ativistas dos movimentos de mulheres e feministas e tem como objetivo articular políticas públicas para a construção de uma cidadania da imagem da mulher na mídia e sua regulação junto ao Estado e ao mercado midiático. O referencial teórico baseia-se em estudos sobre corpo, poder, subjetividade, publicidade, mito da beleza, redes, ativismo e mobilizações políticas. Para a metodologia nos utilizamos de uma antropologia do ciberespaço, com uma observação virtual (análise da lista de discussão, redes sociais) da RMM e de outras. Movimentos que propõe novos padrões de produção e distribuição de conteúdo, novos valores éticos e estéticos para a superação dos estereótipos e a mudança cultural para transformar a realidade de mulheres em todos os âmbitos da vida.

Palavras-chaves: Cidadania da Imagem; Rede Mulher e Mídia; Feminismo; Mulheres na publicidade.

1. A história da Rede Mulher e Mídia

Várias frentes de lutas dos movimentos de mulheres e feministas brasileiro confluíram para uma pauta comum, um eixo articulador em torno do tema da imagem da mulher da mídia. Um tema até então periférico, permanente, transversal a várias lutas de vários movimentos, passa a ganhar destaque à medida que os novos movimentos sociais avançam nas suas conquistas e identificam na luta pela democratização da comunicação um elemento definidor para o avanço da democracia no Brasil.

Ao analisar o percurso e narrativas de alguns dos movimentos feministas e de mulheres conclui-se que estes perceberam que a mídia é constituída por uma elite empresarial e política detentora dos meios de produção e dessa forma opera na reprodução do discurso e da ideologia dominante. Conforme Veloso e Rebouças (2011), as ativistas desse campo identificam nas suas

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), Bolsista CAPES, Mestre em Sociologia Política (PPGSP/UFSC) e Graduada em Comunicação Social/Jornalismo na UNISINOS. E-mail: gasparettovera@yahoo.com.br.

análises e nas suas falas que seus opositores, na disputa por novos paradigmas, detêm poder assimétrico, marcado por gênero, raça, classe e orientação sexual e é exercido na sua ampla maioria por homens, brancos, ricos e heterossexuais.

Coube às feministas desmascarar as instituições que atuavam em sintonia com as políticas de controle dos corpos e da vida das mulheres através da imposição de projetos de nações cada vez mais rendidas aos interesses econômicos. Dentre eles, os grupos de mídia (VELOSO E REBOUÇAS, 2011, p. 4).

A RMM surge de um processo dialético, construído ao longo da história como um espaço de diálogo das várias frentes de denúncias, até então fragmentadas e com ações isoladas e pontuais. Dessa trajetória se destaca a organização da Articulação Mulher e Mídia (AMM), a partir da iniciativa de movimentos localizados majoritariamente em São Paulo, mas com relações em todo o Brasil, que se conectou nacionalmente a partir da realização de seis edições do Seminário “Mulher e Mídia”, organizadas pelo Instituto Patrícia Galvão com o apoio da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) (MORENO, 2012) e também após as duas primeiras Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que resultaram nos respectivos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Algumas conquistas, ainda que parciais, surgiram desse processo de contestação e fortaleceram a constituição da RMM enquanto uma arena para fazer a disputa de hegemonia no sistema de comunicação. Seu objetivo é a luta pela disseminação de outra imagem da mulher na mídia e pela construção de mecanismos de acompanhamento, pesquisa e fiscalização para que o Estado e a sociedade disponham de instrumentos para incidir sobre o mercado midiático (AMM, 2009). O documento datado de 13 de agosto de 2009, intitulado “Organização e objetivos da rede”, é uma espécie de manifesto de fundação que trata da composição, objetivos, atuação, estratégias, alianças e ações permanentes para o movimento³.

O documento estabelece que a Rede Nacional de Controle Social da Imagem da Mulher na Mídia passa a ser um braço da AMM⁴, com funcionamento descentralizado, sem estrutura

³ Outro documento que marca a virada da organização para RMM é o vídeo “O Controle Social da Mídia” (março de 2009), que analisa a representação das Mulheres na Televisão Brasileira e demonstra a importância do monitoramento de conteúdo e das políticas públicas de comunicação. Produção da AMM com o apoio da SPM. Disponível em: <<http://vimeo.com/13125905>>. Acesso em 30 jan. 2011.

⁴ O vídeo produzido pela AMM denuncia o monopólio e questiona os critérios de concessões, bem como os mecanismos para monitoramento dos conteúdos e diálogo com as emissoras. Discute o

hierárquica e com divisão coletiva de tarefas (AMM, 2009). Segundo o documento, a RMM é composta por ativistas e militantes feministas presentes no “Seminário Nacional: O controle da imagem da mulher na mídia”⁵, interessadas em aderir ao ativismo em rede.

Aponta que a RMM “tenta contribuir para o fortalecimento do movimento de mulheres como sujeito político na luta pela democratização da comunicação numa perspectiva feminista, atuando pela capilarização da ideia de controle social” (AMM, 2009). As formas de atuação cabem a cada ativista da rede, a partir de seus lugares de fala, ativismo, redes de relações e território, o que contribui para reforçar a ação política, a expressão pública, os conteúdos técnicos e a estética feminista, num padrão de autonomia e horizontalidade, chamado por Castells (2013) de autocomunicação, que utiliza prioritariamente da internet e das redes sem fio como plataforma de comunicação e de mobilização política.

As estratégias de rede são parte da ação e da agenda política das organizações, e redes de mulheres e feministas, dialogando com a população, articulando setores e atrizes da sociedade civil comprometidas com a democracia e com os direitos das mulheres. Nesse sentido destacam-se dois objetivos (AMM, 2009): 1) incidir sobre o Executivo e o Legislativo de modo a transformar o marco regulatório das comunicações e acompanhar as políticas públicas do setor; 2) desenvolver ações de formação para o controle social da mídia e campanhas que publicizem as ideias do movimento, confrontando propagandas depreciativas e promovendo a diversidade sexual, de gênero, raça/etnia nos meios de comunicação.

Como estratégia as ativistas preveem o estímulo às alianças para estender a participação na rede a outras ativistas, fomentando a participação de mulheres que produzam e multipliquem conteúdos de comunicação junto a outros movimentos sociais e setores da sociedade civil, como os que integram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). A intenção é ampliar o alcance dos conteúdos sobre democratização da mídia numa perspectiva feminista, debater e mobilizar em estados e municípios, enfatizar os espaços de debates virtuais (chats, áudio conferências, videoconferências) e divulgar as atividades presenciais, realizadas de diversos formatos, por diferentes movimentos em todo o país.

motivo de o controle social ser taxado de censura, o que fez com que a lei da classificação indicativa fosse alvo de disputa ideológica. Debate a democratização e o papel da Confecom.

⁵ Realizado em São Paulo de 12 a 15 de março de 2009. Contou com a participação de 150 mulheres brasileiras, latino-americanas e caribenhas.

Trabalharemos levando em conta que somos produtoras de conteúdo a partir de várias mídias e articulando esta produção à nossa ação como movimento de mulheres, valorizando a estética feminista de expressão pública e ação direta. Consideramos que não poderemos difundir nossa luta na mídia comercial e que cada vez mais precisamos fortalecer os nossos meios de comunicação (AMM, 2009).

O ponto sobre “Controle Social” prevê uma agenda de atuação: a abertura de um canal para receber denúncias sobre violações da imagem da mulher em todas as mídias (não apenas na televisão) e sobre a criminalização dos movimentos sociais; a organização de denúncias e a promoção do controle social coletivo a partir da organização do movimento e da articulação com ações já existentes, como a “Campanha Contra a Baixaria na Televisão”; atuação sobre o judiciário, especialmente junto ao Ministério Público Federal e ações sobre o Observatório Brasil de Igualdade de Gênero⁶.

No documento o item “Produção de conteúdo” tem três pontos: 1) estimular e valorizar as produções de comunicação feitas pelas mulheres; 2) fortalecer grupos e lideranças do movimento de mulheres que estão produzindo comunicação e articulando políticas de comunicação; 3) utilizar espaços alternativos para pautar as questões de gênero e atuar sobre as mídias alternativas que invisibilizam as mulheres⁷ (AMM, 2009).

As relações de dominação no âmbito midiático demandam uma qualificação das ativistas para disputar o poder na/da comunicação, de modo a que o feminismo cumpra seu projeto histórico de transformação, que implica “ampliar o eco das vozes das mulheres” para disputar subjetividades por dentro dos meios de comunicação e garantir conquistas nos espaços de proposição de políticas públicas:

(...) a produção de um discurso e de uma ação política propositiva junto ao Estado que possa colaborar com desmantelamento dos sistemas de dominação/opressão que alicerçam a sociedade global. Sistemas estes que contam com as lógicas mercantis globais de produção das indústrias culturais para a sua legitimação e reprodução (VELOSO E REBOUÇAS, 2011, p. 9).

⁶ Criado em 8 de março de 2009 por iniciativa da SPM/PR. Suas atividades são realizadas em parceria com outras instituições públicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

⁷ As ativistas entendem que o sexismo está presente também na mídia alternativa, citando como exemplo no texto, as publicações do movimento sindical.

Nessas bases algumas ativistas da Rede atuaram na Conferência Nacional de Comunicação (Confecom)⁸, realizada no ano de 2009, com a “Plataforma Política para a Conferência e para a luta das mulheres”, levando sua pauta sobre controle social e participação popular, concessões e políticas públicas. Nela a RMM apresenta um conjunto de proposições que competem ao Estado brasileiro no sentido deste criar um espaço de debates que permita a formulação, monitoramento e fiscalização de recursos e mecanismos que assegurem o “controle social”⁹ dos meios de comunicação e “mecanismos que garantam que a imagem da mulher será veiculada com pluralidade, diversidade e sem reprodução de estereótipos, inclusive na promoção do combate ao racismo e à violência contra a mulher” (AMM, 2009.).

Uma das estratégias da Rede foi propor a criação de conselhos de comunicação municipais, estaduais e nacional de caráter fiscalizador e deliberativo e outros mecanismos de monitoramento, como a instalação de ouvidorias e formas de acesso à justiça para denúncias. Em relação ao mercado, propõe a criação de um fundo público com taxação da publicidade veiculada nos meios comerciais, assim como critérios de fiscalização das concessões e renovações, com destaque ao “tratamento dado à imagem da mulher” (AMM, 2009.).

A busca por políticas reguladoras se referencia na 4ª Conferência Mundial da Mulher¹⁰, em Pequim, que no capítulo “A mulher e os meios de comunicação” aponta para necessidade de aumento da participação da mulher e de suas ideias e a promoção de uma imagem equilibrada e não estereotipada da mulher nos meios de comunicação.

2. As mulheres e a luta por uma *cidadania da imagem*

Do ponto de vista institucional a primeira conquista da luta sobre a “imagem da mulher na mídia” foi na Conferência de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, sendo que o processo de

⁸ A Confecom foi um espaço importante de formulação de políticas públicas sobre a imagem da mulher na mídia, ainda que as resoluções não tenham sido implementadas.

⁹ Veloso e Rebouças (2011) citam nove princípios norteadores da ação das feministas no processo de construção de políticas públicas da Conferência de Comunicação: (1) Reconhecimento e respeito aos direitos humanos; (2) Reconhecimento da Comunicação como um direito humano fundamental; (3) Universalidade e acessibilidade ao direito à Comunicação; (4) Igualdade, Equidade e Respeito à Diversidade; (5) Participação popular e controle público e social; (6) Laicidade do Estado; (7) Respeito à autonomia das Mulheres; (8) Promoção da Justiça Social e (9) Transparência dos Atos Públicos.

¹⁰ A IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, organizada pelas [Nações Unidas](#) em [1995](#), [Pequim](#), [China](#). Participaram do evento mais de 5.000 representantes de 189 governos.

debates dos Planos seguintes reafirmou essa política. O II PNPM assumiu explicitamente o compromisso de executar as deliberações para o controle social sobre a imagem da mulher na mídia, inclusive no que tange ao novo marco regulatório da comunicação:

(...) estabelecer mecanismo não só de efetiva fiscalização das concessionárias de meios de comunicação em razão de eventuais abordagens sexistas, racistas e discriminatórias, como também conferir e relacionar às concessões de veículos de comunicação, especialmente a TV, maior compromisso com a responsabilidade social e com o combate a todas as formas de disseminação de conteúdos estereotipados e discriminatórios (BRASIL, 2008, p. 155).

A RMM intensificou sua atuação tanto na luta política e na relação com outros movimentos pela democratização da comunicação, como pela via institucional, atuando junto ao Estado. Nesse campo pode-se incluir a participação na construção de políticas públicas (resoluções específicas aprovadas na Confecom e resoluções aprovada nas conferências de políticas para as mulheres), a presença de ativistas da rede na participação em conselhos. No Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por exemplo, a RMM garantiu a representação de três ativistas e na eleição do CNDM, em 2014 elegeu uma representante, além de articular o Projeto de Lei Nº 7378/2014, sobre imagem da mulher, que atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

Ativistas da RMM realizaram ações com o FNDC na luta por um novo marco regulatório nas comunicações no Brasil, aderindo ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) da Comunicação Social Eletrônica¹¹, que é assinado por centenas de entidades da sociedade civil. O PLIP propunha, entre outros, a regulamentação dos artigos da Constituição que proíbem a propriedade privada, o monopólio dos meios de comunicação e que impedem políticos de serem donos de rádios e TVs¹². A proposta necessitava da coleta de 1,3 milhão de assinaturas de eleitores/as para ingressar no Congresso Nacional.

A importância do tema “imagem e gênero” na sociedade são demonstrados pela pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010), que revela a percepção da opinião pública [sobre “Corpo e representação na mídia”](#). No item sobre a “aparência física”, 70% dos homens e 50% das mulheres declara-se totalmente satisfeitos, o que demonstra um nível de autoestima maior nos homens e uma maior preocupação das mulheres sobre sua imagem e/ou autoimagem.

Em relação ao vestuário, a pesquisa revela que a maioria das mulheres (64%) avalia de um modo geral que elas próprias “saem perdendo” por ser comum no Brasil usarem “roupas que marcam o corpo, como calças justas, saias curtas e blusas decotadas”. Apenas 9% acreditam que as mulheres “saem ganhando” com isso. Esse dado leva a refletir sobre os níveis de adestramento e o senso comum impregnado sobre a vestimenta e moralismo, que levou às marchas de protesto sobre o direito ao corpo, realizadas no mundo inteiro no ano de 2012.

Das pessoas entrevistadas, 80% acham ruim que “na televisão sempre tem programas com mulheres dançando com roupas curtas, mostrando bastante o corpo”, sobretudo por avaliar que isso “dá muita atenção

¹¹ Comunicação social eletrônica são as atividades de telecomunicações ou de radiodifusão que possibilitam a entrega de programação audiovisual ou de rádio em qualquer plataforma.

¹² Apresentado em 27/08/2012, prevê a regulamentação dos artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal, que tratam das comunicações (FNDC, 2012).

só para o corpo e desvaloriza todas as mulheres” (51%). Aqui mais uma vez a associação entre o direito ao próprio corpo em disputa com a visão moralista e disciplinar predominante no conjunto da sociedade.

Nota-se um movimento importante na opinião pública referente a “um maior controle da programação e da publicidade na TV”, pois (74%) são favoráveis a essa medida. As opiniões se dividem entre as que acreditam que isso deve ser feito por auto-regulamentação das TVs e agências de publicidade (38%), entre os que são favoráveis a uma maior fiscalização ou censura por parte do governo (37%) e uma parcela expressiva que prefere o controle por um órgão ou conselho com pessoas da sociedade (20%).

Outra pesquisa realizada com 1.501 pessoas verificou as “Representações das mulheres nas propagandas na TV” (INSTITUTO DATA POPULAR E INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2013). O resultado revela que 56% da população entrevistada não acredita que as propagandas de TV mostram a mulher da vida real. Para 65% destes o padrão de beleza nas propagandas é muito distante da realidade da população, e 60% consideram que as mulheres ficam frustradas quando não conseguem ter o corpo e a beleza das mulheres mostradas nos comerciais.

Verifica ainda que 84% dos homens e mulheres concordam que o corpo da mulher é usado para promover a venda de produtos nas propagandas na TV, sendo que 58% dos entrevistados avaliam que as propagandas tratam a mulher como objeto sexual. “Estes dados são uma ferramenta valiosa para debatermos a imagem da mulher na mídia, já que revelam existir uma percepção contundente e coerente da população sobre este tema, para além dos argumentos do movimento feminista”, analisa Jacira Melo¹³ (Ibid.).

Existem aspectos da pesquisa que revelam a preocupação da população com conteúdos abusivos, como o caso de 70% dos entrevistados defenderem “a punição aos responsáveis por propagandas que mostram as mulheres de modo ofensivo” (Ibid., 2013, p. 10). Esse dado justifica a luta da RMM por mecanismos de regulação, colocando em xeque o modelo de autorregulação praticado no Brasil pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), considerado insuficiente para coibir as formas de representações das mulheres na publicidade. Percebe-se ainda uma maior consciência e entendimento da opinião pública (ainda que seja por amostragem) a respeito do tema regulação, controle e autorregulamentação, até então tratados como tabu nos debates, sendo comparados à categoria “censura”.

Para exemplificar o que aponta a pesquisa vamos nos utilizar de uma ação de regulação do Estado acerca da imagem da mulher na mídia realizada pela SPM no ano de 2011. À época a Secretaria recebeu um conjunto de manifestações públicas, inclusive da RMM, a respeito da campanha publicitária “Hope

¹³ Diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão e ativista da RMM.

ensina”¹⁴. A partir de então, a SPM notificou o Conar e a indústria de lingerie Hope, o que levou a uma polêmica: de um lado atendeu a uma reivindicação de setores da opinião pública e dos movimentos sociais, que atuam na defesa dos direitos das mulheres, e por outro, foram realizadas acusações de censura a então Ministra Iriny Lopes (BRASIL, 2011a).

A mídia tradicional deu um tratamento tendencioso ao caso e não promoveu um debate que incluísse o contraditório e a reflexão sobre a responsabilidade da empresa Hope acerca do conteúdo da veiculada e se este estava de acordo com a visão de certos segmentos de mulheres, com os interesses dos movimentos sociais e com o momento histórico do ativismo feminista, que luta por uma imagem não estereotipada da mulher na mídia e pelo fim da banalização da violência física, sexual e simbólica, promovida pela publicidade em várias ocasiões.

Esse limiar do papel do Estado em garantir direitos reivindicados por setores do movimento de mulheres e a chamada “liberdade de expressão” é o vetor de conflitos a respeito das questões de censura, regulação, regulamentação, controle social, controle público e direito humano à comunicação, observando o pluralismo midiático, onde, na visão da Unesco, a questão de gênero é fundamental (UNESCO, 2014)

3. Redes: novas formas de resistência e de luta das mulheres

As formas de resistência utilizando plataformas tecnológicas vieram para se somar às lutas presenciais dos movimentos sociais articulados no mundo inteiro. Em especial no movimento de mulheres essa prática deu visibilidade e possibilidade de trânsito à agenda do movimento feminista e suas causas, até então relegadas aos marcos do próprio movimento (BUNN, 2013).

Causas de mulheres e meninas começaram a circular e angariar solidariedade e manifestações de repúdio, muitas delas em forma de *petition on line*¹⁵. Hoje o mundo conhece a realidade das mulheres árabes, das mulheres indígenas, das mulheres africanas, das mulheres indianas, das latinoamericanas, das européias, das asiáticas. Seus modos de vida, crenças, necessidades, culturas, que romperam os marcos do território e circulam nas consciências e ações de quem tiver interesse nessa realidade.

¹⁴ Na propaganda a personagem protagonizada pela modelo Gisele Bündchen estimula as mulheres a fazerem uso do seu charme e sensualidade para amenizar as reações do marido diante de incidentes do cotidiano, como colidir o carro, ultrapassar o limite do cartão de crédito, etc.

¹⁵ Abaixo- assinado eletrônico.

Um movimento que ganhou escala mundial dentro do que Scherer-Warren (2012) chama de *novos padrões de participação política*, surgiu em Toronto - Canadá, em 2011: o movimento internacional chamado “Marcha das Vadias” ou “Marcha das Vagabundas”¹⁶ passou a ser multiplicado em várias partes do mundo, denunciando a ideia de que as mulheres vítimas de estupro causam a violência devido às suas vestimentas “provocativas”. Um movimento de reafirmação da autonomia sobre o próprio corpo e subjetividade. Parcela de ativistas da RMM atuaram também na Marcha das Vadias, dando mostras do pluriativismo das mulheres e de como se articulam nas redes de movimentos.



Figura 2 - Marcha das Vadias - Rio de Janeiro 2013.
Foto: Calé Merege/Mídia NINJA

Na Marcha algumas mulheres usam roupas consideradas “provocantes”, em alguns casos expõem seus corpos parcialmente outras ficam nuas como forma de protesto. No Brasil foram realizadas várias edições da Marcha, tanto nas capitais como em municípios do interior, todas convocadas pelas redes sociais através da internet. A Marcha das Vadias, em função das manifestações ocorridas em junho de 2013 no país, na qual as ativistas também participaram organizando marchas próprias ou atuando dentro de outras manifestações, foi recebida pela presidenta Dilma Rousseff para apresentar suas reivindicações¹⁷, onde se destacam pautas voltadas ao combate ao machismo em nossa sociedade, com novas formas de educar; reconhecimento do feminicídio e inclusão do termo no Código Penal; posicionamento perante

¹⁶ Em inglês: *slut walk*.

¹⁷ A presidenta Dilma Rousseff recebeu vários setores dos movimentos sociais brasileiros em decorrência das ondas de protestos ocorridas em junho de 2013 no país.

o avanço dos fundamentalismos religiosos na política; não ao PL da Cura Gay; não ao Estatuto do Nascituro e à Bolsa Estupro e descriminalização do aborto (MARCHA DAS VADIAS DF, 2013).

Outra movimentação em/na rede e pelas redes que denuncia o tratamento das mulheres na publicidade foi a “Marcha Nacional contra a Mídia Machista”¹⁸ que ganhou visibilidade pública em 25 de agosto de 2012. Na ocasião centenas de mulheres foram às ruas de capitais do país¹⁹, convocadas nas redes sociais, com a palavra de ordem “Mulheres não são mercadoria”. O movimento se considera pacífico e apartidário e tem como objetivo “protestar contra a desvalorização e distorção da imagem da mulher em diversas mídias”. O Manifesto da Marcha expressa:

A mídia é uma das influências mais diretas e efetivas sobre a população. É ela que, muitas vezes, forma opiniões, constrói e desconstrói mitos sociais, e retrata ou distorce a realidade. No meio midiático há uma grande parcela machista, que reforça estereótipos femininos e masculinos, alimentando a ideia de que o homem é superior à mulher e pode usufruir dela como lhe convier. A mídia machista ignora as conquistas das mulheres à medida que as trata como dependentes e brindes dos homens e as apresentam como protagonistas apenas na esfera doméstica (MANIFESTO, 2012).

A marcha foi motivada pela decisão do Conar de manter a veiculação de propagandas consideradas de “conteúdo altamente machistas que reforçam o estereótipo das mulheres, associando-as às características relacionadas com fragilidade, delicadeza ou mesmo submissão” (MANIFESTO, 2012)). Dentre os comerciais citados estão o da cerveja Nova Schin que foi alvo de protestos por incitar a violência contra a mulher. Na propaganda, os homens conversam (em tom de brincadeira)²⁰ sobre diferentes formas de ver as mulheres peladas e se imaginam invisíveis. Duas mulheres caminham em direção ao mar sentem que são tocadas pelas costas e gritam. Em outras cenas do filme, algumas mulheres saem correndo de um vestiário, invadido pelos “homens invisíveis”.

A mobilização iniciou com acusações de que a propaganda incentiva a violência sexual contra a mulher. Usuários/as do *Facebook*, do *Twitter* e do *Youtube* protestaram contra a

¹⁸ A *fanpage* da comunidade no Facebook “Marcha Contra a Mídia Machista”¹⁸ tem 6.035 ‘curtidas’ e foi criada em 6 de agosto de 2012 para fazer a mobilização nacional do movimento. Se relaciona com ativistas da Marcha das Vadias, caracterizando o chamado ativismo transversal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/contramidiachimachista?fref=ts>>. Acesso em 19 set. 2014.

¹⁹ Acompanhamos registros da realização em Recife, Belo Horizonte, Manaus, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Campo Grande, Campinas, Florianópolis e Distrito Federal.

²⁰ Aqui mais uma vez a presença do humor para justificar o uso da violência e o abuso sobre o corpo da mulher, muito comum também nos programas humorísticos da televisão brasileira, que fazem a maioria das suas abordagens de forma depreciativa, criando um senso comum de banalização da violência.

propaganda. Os movimentos de mulheres - entre eles a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) - organizaram denúncias nas redes sociais e junto ao Conar contra o anúncio “Nova Schin invisível”. O Conar decidiu pelo arquivamento da Representação de nº 062/12, instaurada em 12/03/2012. O relator do caso reconhece que o órgão recebeu denúncias de consumidores/as, mas considera que a propaganda não ofende as mulheres por usar uma narrativa que remete à brincadeira e ao bom humor:

Apreciada a defesa do anunciante PRIMO SCHINCARIOL, a 1ª Câmara do Conselho de Ética, em sessão de 05/07 último, decidiu acolher por maioria de votos a recomendação de ARQUIVAMENTO da representação sob o fundamento que o comercial não foi considerado ofensivo à mulher, retratando uma situação absurda (alguém ficar invisível). Aliás, o personagem, ao final, é ignorado e desprezado pela modelo mulher (CONAR, 2012).

A campanha do movimento de mulheres contra a propaganda da Schin argumentou que o artigo 213 do Código Penal, prevê que "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Alterado pela Lei 012.015-2009); Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos” (BRASIL, 1940).

A empresa Primo Schincariol publicou na revista EXAME.com uma nota defendendo a peça publicitária: “A Schincariol conduz seus negócios com respeito à dignidade de cada indivíduo. Sendo assim, a empresa esclarece que não houve intenção de ofender qualquer pessoa em seu filme publicitário *Homem Invisível*” (SIMON, 2012).

É nesse cenário impermanente e ativo dos movimentos sociais renovados pela mobilização nas redes digitais e suas consequências sobre o movimento de mulheres e do feminismo que são travadas as disputas no campo da comunicação e das políticas públicas sobre a imagem da mulher na mídia, colocando em relação a RMM, o Estado (Secretaria de Políticas para as Mulheres) e o Mercado (CONAR).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RMM tem atuado para combater as normas da cultura e as leis disciplinares que não condizem mais com a realidade das mulheres, buscando a criação de novas leis que reflitam as mudanças culturais e garantam a diversidade e a emergências de outras normalidades, que supere o mau gosto, a piada denotativa, o humor grotesco, os estereótipos e a padronização. Uma nova narrativa se constitui, gerando outros conhecimentos que ainda precisam ser aprofundados e

pelo fato de estarem se fazendo em tempo real, *online*, ainda não conclusivos, permitindo novos protagonismos, a ampliação e a amplificação de vozes.

As novas tecnologias potencializam a voz de grupos sociais até então marginalizados em termos de expressão pública, até então invisibilizados ou criminalizados pela força coercitiva do Estado, legitimada pela mídia tradicional, que no Brasil é monopolizada por grupos de interesses privados. Os movimentos feministas e de mulheres, assim como outros movimentos sociais, careciam até então de um lugar de mediação para colocar em debate público sua agenda, de modo a criar uma correlação de forças que favorecesse o espaço de negociação. A internet e suas redes sociais e blogs passam a ser essa “Ágora”, que permite o empoderamento para a organização e luta por direitos, articulando as demandas locais com as lutas globais das mulheres.

Estudos da RMM e do Instituto Patrícia Galvão indicam que a inserção de ativistas nos debates sobre as políticas públicas de comunicação no Brasil tem sido bastante relevante pelo fato de organizar-se com as redes interorganizacionais e as redes de redes, que relacionam-se entre si e buscam o empoderamento da sociedade civil para o enfrentamento de lutas comuns, além de levar as especificidades do debate sobre a imagem da mulher e questionar a autorregulamentação da publicidade, visivelmente vinculada aos interesses do mercado midiático e da indústria cultural.

A “imagem da mulher na mídia” é um tema articulador e transversal para onde convergem as demandas de vários segmentos dos movimentos feministas e de mulheres, dentro das suas tradições de luta específica, mas que veem na mídia a manutenção de padrões culturais que impedem o avanço do conjunto dos seus direitos.

A RMM propõe um novo padrão de produção e distribuição de conteúdos, capazes de promover novos valores éticos e estéticos que contribuam para a superação dos estereótipos e a mudança cultural necessária para transformar a realidade de mulheres em todos os âmbitos da vida, seja no espaço público ou no espaço privado, especialmente para quebrar o papel da mídia na manutenção de estruturas institucionais e simbólicas e na ruptura das correntes pelas quais circulam as violências.

As propagandas analisadas revelam a utilização da imagem da mulher para a produção de um imaginário antagônico em relação à figura feminina, contendo elementos de idolatria x violência. O caráter de intimidação sobre a subjetividade das mulheres vai além da agressão

visível, explícita, pois a dimensão da violência faz parte da dinâmica tradicional de gênero, inseparável da estrutura hierárquica da relação estabelecida entre homem e mulher, e é nesse ponto que está a dificuldade de acabar com ela.

O modelo de autorregulação praticado no Brasil pelo Conar é insuficiente para coibir as formas de representações das mulheres na publicidade, o que nos leva a concluir pela necessidade da revisão da autorregulamentação publicitária, pois predomina o controle das forças do livre mercado. Em contraposição, entendemos pelo aprimoramento dos mecanismos de participação, que garantam a presença de mulheres nos espaços de poder e de decisão, assim como nos processos de criação publicitária.

Há a necessidade de criar condições objetivas que dê voz e eco às demandas e pluralismos da sociedade organizada e que esta possa opinar nos rumos da publicidade. O objetivo não é impedir a expressão ou favorecer a censura. Pelo contrário, implica que mais segmentos da sociedade tenham direito e que a liberdade de expressão seja ampliada para a construção de uma *cidadania da imagem* da mulher na mídia.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO MULHER E MÍDIA. Seminário Nacional: O controle da imagem da mulher na mídia. São Paulo, 12 a 15 mar. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Tradução de Maria Helena Kühner.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação da Mulher**. 3ª ed. Brasília: Edições Câmara, 2010.

BROWN, J.A.C. **Técnicas de persuasão: da propaganda à lavagem cerebral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BUNN, Maria Cristina. **Rede como lugar de Potência: o CFEMEA e as Práticas Políticas Mediáticas**. São Luiz: FAPEMA: 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DIZARD JR, W. **A Nova Mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LIMA, Venício. **Conselhos de Comunicação Social – A interdição de um instrumento da democracia participativa**. Brasília: FNDC, 2013.

LODGE, Martin; WEGRICH, Kai. O Enraizamento da Regulação de Qualidade: Fazer as Perguntas Difíceis é a Resposta. *in* **Desafios da Regulação no Brasil**, org. Jadir Dias Proença, Patrícia Vieira da Costa e Paula Montagner. Brasília: ENAP, 2006.

MORENO, Raquel. **A imagem da mulher na mídia** – controle social comparado. São Paulo: Publisher, 2012.

_____. **Beleza impossível: mulher, mídia e consumo**. 1ª ed. São Paulo: Ágora, 2008.

MOUFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia**. *Revista de Sociologia e Política*. n. 25, p. 11-23, 2005.

MULHERES SOB ATAQUE. IstoÉ, Nº 2259, 06/03/2013, p. 46-51.

ROCHA, Roberto C. Pires e GOMIDE, Alexandre de Avila. **Burocracia, democracia e políticas públicas: arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, Março de 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência estrutural e de gênero: Mulher gosta de apanhar? *In* BRASIL. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher** – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília: SPM, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. *In*: SCHERER-WARREN, Ilse e LÜCHMANN, Lígia Helena. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

SEGATTO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etiología de la violencia**. UNB, 2003.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ANDI E INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra a mulher** estudo revela predominância de viés policial na cobertura noticiosa do tema. Resumo Executivo: Brasília, set. 2011. Disponível em:

<http://www.andi.org.br/sites/default/files/resumo_executivo_mulher_violencia_ANDI_2011.pdf>.

Acesso em: 14 jul. 2014.

ANTOUN, H. e MALINI, F. **Mobilização Nas Redes Sociais: a narratividade do #15M e a democracia na cibercultura**. XXII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em: <http://compos.org.br/data/biblioteca_1971.pdf>. Acesso em: 08 set. 2013.

ARTICULAÇÃO MULHER E MÍDIA. Disponível em: <http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=478&Itemid=44>. Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. **Nasce a Rede Mulher e Mídia**. Boletim nº 5 da *Articulação Mulher e Mídia*, [S.l.], 22 out. 2009. Disponível em: <<http://dialogico.blogspot.com.br/2009/10/nasce-rede-mulher-e-midia.html>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Mulher e Mídia**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OnEYypxBdm8>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

_____. **O Controle Social da Mídia**. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://vimeo.com/13125905>>. Acesso em 30 jan. 2011.

BLOG DA HOPE. **Hope Ensina - Vídeo 1**. [s.l.], 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nk5H_BdxMz8>. Acesso em: 21 abr. 2014.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão de Finanças aprova o Estatuto do Nascituro**. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/444083-COMISSAO-DE-FINANCAS-APROVA-O-ESTATUO-DO-NASCITURO.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. _____ . **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. _____ . **Projeto de Lei Nº 7378, de 2014a**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C0311E43DBBB52C9801B28C4103282DD.proposicoesWeb1?codteor=1245093&filename=PL+7378/2014>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. Presidência da República – Casa Civil. **Código Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 19 maio 2014.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. [S.l.], [2004?]. Disponível em: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **Conar instaura processo ético para investigar campanha “Bündchen - Hope Ensina”**. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/09/30-09-2013-conar-instaura-processo-etico-para-investigar-campanha-201cbundchen-hope-ensina>. Acesso em: 02 maio 2014.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/documentos-1/Representacao%20ao%20CONAR.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **SPM pede suspensão da propaganda da Hope ao CONAR**. Brasília, 2011a. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/09/spm-pede-suspensao-da-propaganda-da-hope-ao-conar>. Acesso em: 28 nov. 2011.

CHAYO, Sandra. **Nota à Secretaria de Política para as Mulheres (SPM)**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.gentedeconteudo.com.br/web/wp-content/uploads/2011/10/HopeLingerie-NotaImprensa.pngIdem>>. Acesso em 19 jun. 2014.

CÓDIGO BRASILEIRO DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA. São Paulo, 5 maio 1980. Disponível em: <http://www.conar.org.br/codigo/codigo.php>. Acesso em: 13 jul. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PÚBLICITÁRIA. [S.l.], [?]. Disponível em: <www.conar.org.br>. Acesso em: 04 maio 2014.

_____. "**Gisele Bündchen** – **Hope Ensina**". [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/processos/detcaso.php?id=335>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. "**Nova Schin Invisível**". [s.l.], nov. 2012a. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/processos/detcaso.php?id=3295>>. Acesso em: 08 maio 2014.

FORSYTH H. Louise. **Pela reapropriação do corpo das mulheres e das meninas, ainda sob o olhar dos outros na cultura popular das sociedades patriarcais**. Brasília: UNB. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 20 maio 2007.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica**. [s.l.], 2012. Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/arquivos-nocms/plip_versao_final.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E SESC. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. São Paulo, 2010**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/galeria/corpo-midia-e-sexualidade-2010>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

GIOVANNI DRAFTFCB. **Hope ensina – Bati o Carro**. [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=RekIsfOkZC8>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

[GIOVANNI DRAFTFCB](#). HOPE Ensina - Estourei o cartão. [s.l.], 2011a. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=BLWxYQeh88w>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

INSTITUTO DATA POPULAR E INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Representações das mulheres nas propagandas na TV**. [S.l.], 2013. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/agenda/Representacoes das mulheres nas propagandas na TV.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/agenda/Representacoes%20das%20mulheres%20nas%20propagandas%20na%20TV.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

JACCOUD, Luciana (organizadora.). **Cap. 8 - Políticas Sociais no Brasil: Participação, Conselhos e Parcerias**. In: *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Ed. IPEA, Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_8.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

MARCHA DAS VADIAS DF. **Nós queremos a descriminalização do aborto e você Dilma?** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/2013/07/05/nos-queremos-a-descriminalizacao-do-aborto-e-voce-dilma/>>. Acesso em: 02/07/2013.

MARCHA NACIONAL CONTRA A MÍDIA MACHISTA. **Cidades**. [s.l.], 2012. Disponível em: <<http://marchanacionalcontramidiachimachista.wordpress.com/cidades/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. **Manifesto da Marcha Nacional contra a mídia machista**. [s.l.], 2012. Disponível em: <<http://marchanacionalcontramidiachimachista.wordpress.com/manifesto/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Perfil Facebook**. [s.l.], 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/contramidiachista?fref=ts>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <http://www.un.org/es/>. Acesso em: 10 set. 2014.

REDE MULHER E MÍDIA. Lista de discussão mantida pelas ativistas da Rede Mulher e Mídia. [S.l.], 2009. Grupo virtual sobre imagem da mulher na mídia. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/>> ou <redemulheremidia@googlegroups.com.br>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007. Acesso em 20 jun. 2014.

SIMON, Cris. **Comercial da Nova Schin gera protestos nas redes sociais**. Publicidade, [s.l.], 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/comercial-da-nova-schin-gera-protestos-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 19 maio 2014.

SIQUEIRA, Denise da C., RIBEIRO, Vanessa de M. *Hope ensina e reforça representações: estratégias da publicidade para o corpo feminino*. **Revista de Estudos da Comunicação, Curitiba, v. 14, no. 32., p. 181-188, set./dez. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Vera/Downloads/comunicacao-7422.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.**

UNESCO. **Tendências mundiais sobre liberdade de expressão e desenvolvimento de mídia**. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002276/227647por.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.

VELOSO, A. e REBOUÇAS Edgard. **As políticas e estratégias do feminismo brasileiro junto aos meios de comunicação no Brasil em tempos de Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM)**. REDES.COM - Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación, nº 6, 2011. Disponível em: <<http://revista-redes.com/index.php/revista-redes/issue/view/7/showToc>>. Acesso em: 28 jun. 2012.



“Tem o político e tem nós”: As concepções políticas de mulheres negras ativistas populares do Morro da Polícia/ Porto Alegre

Thaís da Rosa Alves¹

GT 3 – Movimentos sociais, participação e democracia

¹ Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Mestra e Licenciada em Ciências Sociais pela mesma Universidade. Email: thaisalves1406@gmail.com.

“Tem o político e tem nós”: As concepções políticas de mulheres negras ativistas populares do Morro da Polícia/ Porto Alegre

Introdução

O presente trabalho apresenta as concepções políticas de mulheres negras, ativistas comunitárias integrantes da Associação de Mulheres Unidas pela Esperança (AMUE), localizada no Morro da Polícia, na periferia de Porto Alegre. Através desta organização, as mulheres do Morro da Polícia realizam um trabalho social voltado para a melhoria da perspectiva de vida daquelas em situação de vulnerabilidade social e a capacitação de mulheres para a geração de renda, sendo estas o principal público alvo das atividades. A Associação também realiza ações culturais e educacionais junto aos movimentos negros e feminista locais, além de manter parcerias com os setores público e privado.

Pensando a política como um processo constante que se faz – e refaz – no plano da vida cotidiana. (NUAP, 1998; GOLDMAN, 2006), o objeto de pesquisa tem como foco analisar as concepções políticas das mulheres negras integrantes da Associação de Mulheres Unidas pela Esperança no Morro da Polícia.

Ao enfatizar as perspectivas dessas mulheres, compartilho da ideia de Miguel (2014), em seguir as perspectivas sociais de determinados grupos em posição subalterna sobre processos sociais desde as suas posições, pelo fato de que os mesmos “[...] têm vivências comuns indisponíveis a quem não os integra.” (MIGUEL, 2014, p. 79-80).

Ao longo do meu convívio com as integrantes da Associação, pude compreender as diversas formas pelas quais as mesmas criam e atribuem sentidos para suas práticas através deste ativismo e que se relaciona com suas vivências e com os demais agentes como associações de dentro e de fora do Morro, movimentos sociais, ONGs, políticos e representantes do Estado.

Assim como Bobadilla (2016) encontrou na favela de Vila Prudente, existe uma forte presença de elementos relacionados à identidade e ao território no qual as mulheres realizam seu ativismo. Muitas destas identificações, como *mulheres do Morro* ou até mesmo *negrinhas do Morro*² passam a ser ressignificadas.

Como forma de adentrar neste universo, foi realizada uma pesquisa de cunho etnográfico. Durante os meses de julho a setembro de 2017 realizei trabalho de campo junto

² De acordo com Rosa, este termo foi utilizado como forma de depreciar a presença dela e das outras mulheres da Associação em alguns espaços políticos.

às interlocutoras para a produção do *corpus* etnográfico que consistiu na elaboração de um diário de campo, observação participante, entrevistas e conversas.

Primeiramente será apresentada uma contextualização do campo de pesquisa bem como as opções metodológicas adotadas na mesma. Em seguida, apresento as concepções políticas desde a perspectiva das interlocutoras e, por último, as considerações finais.

Contextualização do campo de pesquisa e metodologia

A pesquisa de campo foi realizada na AMUE localizada no Morro da Polícia que consiste em uma área de ocupação irregular na periferia de Porto Alegre e, portanto, não possui indicadores socioeconômicos junto a instituições oficiais.

De acordo com Saavreda (2013), a ocupação do Morro da Polícia iniciou-se por conta da proximidade com o quartel da Brigada Militar, sendo assim, os familiares dos militares que foram residir nas proximidades do Morro acabaram por ocupá-lo de forma desordenada. Mais recentemente a ocupação do Morro passou a ser feita por familiares de presidiários, que se estabeleceram em uma zona de preservação ambiental – zona da mata – no qual se localizam nascentes de água, ou seja, é considerada imprópria para moradia.

Segundo os dados coletados pela autora, a zona da mata é composta por população predominantemente negra, sendo a maioria (53%) mulheres. As mulheres também são as principais chefes de família nos domicílios desta área e possuem baixa escolaridade.

Com relação ao trabalho e renda, as ocupações predominantes são ligadas ao cuidado – idosos, crianças e doméstico – e materiais recicláveis. A presença do Estado nesta região se faz visível através de um aparato ligado a segurança pública³ que marca a origem do Morro, sendo assim, existe uma falta de demais serviços públicos, principalmente nas áreas da saúde e educação. Por conta disso, há um histórico de mobilizações sociais, como a formação de organizações comunitárias que visam garantir direitos para a população (JOBIM; KLAUCK, 2000), assim como o trabalho desenvolvido pela AMUE desde 2008, ano de sua fundação.

A Associação é uma idealização de um grupo de mulheres negras integrantes da mesma família moradora do Morro da Polícia que possuíam histórico em movimentos sociais. Desde 2008 a Associação funciona na casa de Rosa, uma das fundadoras, pelo fato de não possuir uma sede própria.

³ No Morro da Polícia localiza-se a Penitenciária Estadual – Presídio Central, a Academia de Polícia Militar e o Regimento Bento Gonçalves.

A falta da sede consiste no principal problema para a realização das atividades da AMUE. Por conta disso, elas solicitam espaços de outras associações locais, o que nem sempre ocorre. Houve também uma tentativa de conseguir um terreno para a construção da sede via cedência do governo do Estado, porém, com o final da gestão estadual em 2014, o processo não foi adiante.

Como forma de conhecer a Associação e as concepções e práticas políticas das suas integrantes, realizei trabalho de campo na AMUE durante os meses de julho a setembro de 2017, a partir de observações participantes em reuniões e atividades promovidas pela Associação e em eventos que participaram fora da localidade. Além de conversas informais, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com Rosa⁴, minha principal interlocutora.

Optar pela utilização da narrativa biográfica (HOULE, 2008) acarretou em diversos desafios, adentrar na vida cotidiana de Rosa, estar junto com as demais mulheres do grupo, observando e principalmente ouvindo suas experiências e suas práticas dentro deste espaço que se mistura entre o privado, da residência, e o coletivo da Associação demandou um cuidado para que eu pudesse construir juntamente destas mulheres, o aglomerado de dados etnográficos para a presente pesquisa.

Já o fato de não realizar muitas pesquisas gravadas, e sim, mais conversas, se deu pelo objeto proposto. Ao falar sobre política, um tema que pode ser considerado como “delicado”, dependendo dos diferentes sentidos sobre a política e os *fazeres* políticos dos interlocutores (GOLDMAN, 2006; PALMEIRA; HEREDIA, 2010), pode acarretar em mal-estar entre entrevistadora e entrevistadas (BOBADILLA, 2016). Sendo assim, foi apenas nos relatos orais e na produção do diário de campo que pude acessar suas práticas e suas perspectivas sobre a política relacionada com a prática do ativismo desempenhada por elas, nos quais as entrevistas serviram como um apoio extra de informações.

Além dos dados produzidos em campo, outros materiais foram coletados para a pesquisa, como notícias de jornais locais nos quais tratavam sobre a Associação, Rosa ou o Morro da Polícia. Estes materiais foram coletados na internet e as buscas se deram antes da minha entrada em campo e durante, com alguns destes materiais tendo sido me repassados diretamente por Rosa.

Pelo fato da produção dos dados ter se guiado pelo método etnográfico, ou seja, da observação participante e das narrativas da(s) interlocutora(s), os mesmos foram tratados a partir da “análise situacional” (GLUCKMAN, 1987; VAN VELSEN, 1987). Esta forma de

⁴ Por questões éticas, o nome foi trocado com a finalidade de preservar a sua identidade.

análise permite de um ponto de vista analítico, a ampliação do contexto pesquisado, das relações entre as pessoas e de possíveis contradições, além disso, a pesquisadora também se faz presente no texto, pois representa a ligação entre os eventos ocorridos no campo e uma situação social. (GLUCKMAN, 1987).

Cabe salientar que a construção do *corpus* etnográfico contou com a participação de Rosa, minha principal interlocutora, que contribui com trocas de materiais, levantamento de depoimentos e a realização de eventos. Desta forma, considero que tal estudo fora realizado graças a um empreendimento conjunto que resultou em um encontro etnográfico no qual buscou-se, assim como conselho de Goldman (2006), reinsserir aquilo que nós como pesquisadoras e pesquisadores estudamos ao cotidiano.

As concepções políticas: entre o *movimento* e a *política*

Diante da conjuntura política no Brasil atual, vem ressurgindo o interesse acadêmico em compreender o comportamento político da população brasileira. Porém, frequentemente, tais pesquisas acabam por avaliar diferentes concepções de mundo desde modelos explicativos normativos sobre o sistema político nacional, retroalimentando tendências já contestadas na produção de análises sobre o comportamento políticos brasileiro (GOLDMAN; SANT'ANA, 1999).

Portanto, ao realizar uma pesquisa na qual buscou-se compreender as práticas e acontecimentos políticos desde o ativismo de mulheres negras de camadas populares despendeu um reflexivo e minucioso trabalho. Para dar conta deste desafio, lancei mão de um olhar que pudesse auxiliar na apreensão destas práticas e acontecimentos políticos a partir das perspectivas dessas mulheres sobre a política.

Sendo assim, me aproximei de uma abordagem que me auxiliou em tal tarefa: a antropologia da política. A antropologia da política corresponde a uma virada antropológica na qual a política passa a ser considerada como parte do cotidiano das pessoas e não apenas como uma dimensão de análise isolada. A antropologia da política tem como principal objetivo

[...] refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o jurídico, o artístico, etc. – envolvendo agentes sociais específicos, quando não ‘especialistas’ ou ‘profissionais’. (PALMEIRA; BEZERRA, 2004, p. 9).

De acordo com esta perspectiva, ao considerar a política como uma dimensão pertencente ao cotidiano deve-se também refletir acerca da sua centralidade para aqueles e aquelas que pesquisamos, por conta disso, segundo Goldman (2006), é imprescindível considerar as práticas nativas como teorias políticas, ou seja, passar a ver os processos políticos a partir do ponto de vista descolado do nativo para a produção de um olhar alternativo e a partir disso, realizar a análise antropológica sobre a política (GOLDMAN, 2006).

Dessa forma, a antropologia da política surge como uma proposta de olhar alternativo para as práticas políticas, ao afastar as tendências que reproduzem certa negatividade e a busca da prática democrática ideal. Ao adicionar elementos postergados, como a subjetividade e as concepções nativas, a disciplina gerou novas lentes para olhar como a política de desenvolve no plano do cotidiano.

Um dos objetivos da pesquisa era de compreender como se davam as relações entre a Associação e demais grupos e organizações do Morro da Polícia como de outras localidades. Porém, ao entrar em campo, me deparei com associações locais que não estavam mais funcionando ou que haviam trocado de liderança. Desta forma, para acessar tais relações voltei-me para Rosa, minha principal interlocutora, como forma de acessar este universo desde suas perspectivas.

Embora não tenha sido minha ideia inicial, optei por seguir a biografia de Rosa pois o fato da sede da Associação ser ao mesmo tempo a sua residência possibilitou-me o acesso ao seu cotidiano para além do ativismo. Vale ressaltar que o fato de seguir uma biografia não torna Rosa “a representante” (MINTZ, 1984; FLEISCHER, 2007), visto que a Associação é formada por mulheres negras com diferentes posicionamentos políticos. Porém, Rosa é reconhecida nos *movimentos*, possuindo assim uma rede de relações com outros ativistas, servidores públicos e pessoas envolvidas com a política partidária.

Rosa é uma mulher negra de 56 anos, casada, mãe de quatro filhos e avó de seis netos. Sua história de vida é entrelaçada com o Morro da Polícia e com o que ela denomina de *movimentos*. A sua mãe e irmã foram quem, de certa forma, a iniciaram neste meio. Além de fazer parte do movimento, Rosa é *faxineira*, cuidadora de idosos e cabelereira autônoma como forma de complementar sua renda com a do marido. Praticamente toda a sua família realiza algum trabalho comunitário, por isso a mesma costuma mencionar que sua família também vive a Associação.

Além de integrar a Associação, Rosa é Promotora de Saúde da População Negra e Promotora Legal Popular⁵, mas no momento da pesquisa ela se encontrava afastada das duas funções. Rosa possui contatos com três movimentos sociais: o da luta pela moradia, o movimento negro e, mais recentemente, o movimento feminista, porém, ela não se identifica como militante destes movimentos, inclusive, ela e outras integrantes da Associação tecem algumas críticas a eles.

Como uma forma de se auto identificar e identificar as práticas da Associação, Rosa se coloca como parte do *movimento de mulheres negras do Morro*. Este movimento consiste em uma articulação entre movimentos sociais consolidados no cenário local e na interseccionalidade presente em suas experiências como mulheres negras do Morro da Polícia, resultando em um projeto político de *resistência* (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Ao se colocar como quem *faz movimento*, Rosa separa a si e a Associação daqueles que *fazem política*. Para ela, a política relaciona-se diretamente com partidos, candidatos e eleições, somando-se as promessas de campanha e o poder público. Já o movimento é o que traz melhorias para a população do Morro, é o que *faz acontecer*, mas que não se faz sozinho. Por conta disso, elas se aproximam de variados grupos, de universitários até mesmo de políticos, como vereadores e deputados estaduais, para dar sequência as atividades que muitas vezes são descontinuadas pelo fato destas parcerias não serem fixas.

Mesmo com a presença de pessoas que *fazem política* em sua rede de contatos, a mesma não deixa de ter sentidos negativos para ela, isto fica claro quando a mesma se utiliza de termos como *politicagem* para designar as ações desenvolvidas por quem está ligado à política partidária e *luta* como forma de explicar as suas práticas e da Associação.

Embora associe sua prática ao movimento que faz *luta*, durante nossas conversas Rosa comentou que já trabalhou em campanhas eleitorais, principalmente para o Partido dos Trabalhadores (PT), porém, com os acontecimentos que culminaram no afastamento e, logo em seguida, impedimento da presidenta Dilma Rousseff⁶, Rosa se afastou das campanhas eleitorais. Seu afastamento decorre, além dos discursos midiáticos em torno de escândalos políticos, a fatores relacionados com promessas não cumpridas. Entre as promessas, ela

⁵ O curso de formação de Promotora de Saúde da População Negra (PSPN) é promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o curso de formação de Promotora Legal Popular (PLP) é oferecido pela ONG feminista porto-alegrense Themis.

⁶ A presidenta eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, foi impedida de terminar seu segundo mandato após a abertura e julgamento de um processo com vistas de destituir a presidenta devido acusações de improbidade administrativa, no que ficou midiaticamente conhecido como “pedaladas fiscais” e as edições de decretos sem a autorização do Congresso. Em agosto de 2016, Dilma teve seu mandato cassado, porém, não perdeu seus direitos políticos, podendo, caso queira, concorrer e assumir cargos eletivos. O impeachment da presidenta Dilma foi considerado por alguns grupos ligados à esquerda como golpe político.

destacou duas que fomentaram um certo ceticismo em torno da *política*: um churrasco no Morro prometido por Dilma na sua reeleição e a cedência de um terreno para a construção da sede da Associação pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

De acordo com Palmeira e Heredia (2010), a promessa corresponde a forma mais antiga de relacionamento político-eleitor. Nos dois casos relatados por Rosa ela descreve duas promessas, entre outras possíveis, que não foram cumpridas pelos dois candidatos que a mesma havia feito campanha e, portanto, colocado seu nome e da Associação relacionados.

Embora afirme não ter mais relacionamento com partidos, inclusive, ao me relatar que havia apagado das suas redes sociais as fotografias em campanhas e com candidatos, nas eleições de 2016, para a prefeitura de Porto Alegre, Rosa participou de reuniões do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no qual possui conhecidos.

Ao questioná-la a respeito de como ocorrem as aproximações dos políticos com a Associação, Rosa contou que é nos anos eleitorais que os candidatos a procuram como um canal para apresentação das suas propostas para a população do Morro. De acordo com Palmeira e Heredia (2010), os anos eleitorais correspondem ao “tempo da política”: período que não se restringe apenas aos candidatos e eleitores, mas amplia-se para toda a população que tem sua rotina alterada. Esta relação demarcada pelas eleições foi visível durante o meu campo, realizado em um ano não eleitoral, portanto, não houveram “visitas” de pessoas ligadas a partidos políticos como candidatos ou assessores.

Se as relações entre a Associação e agentes políticos externos, como o Estado e os políticos se dá desde tensionamentos entre *política, movimento, luta e resistência*, as relações da Associação com as demais organizações do Morro da Polícia também carregam tensões e disputas. Ao relatar os vínculos com outros espaços comunitários da localidade, Rosa se coloca como alguém que participava e apoiava duas organizações locais, porém, por questões de gestão, a mesma desfez as parcerias, segundo ela, por não realizarem um trabalho com *transparência*, como ela.

Esta classificação entre quem trabalha com transparência e quem não, diferencia tanto Rosa como a Associação que representa das demais organizações locais. Estas medições de posicionamento entre entidades e lideranças fazem parte de um ‘jogo de honra’ (FONSECA, 2000). Neste jogo, “[...] o indivíduo mede constantemente sua posição em relação a outros, pois, como nos lembra Pitt-Rivers (1973) a honra representa um sistema ‘absoluto’: é quase impossível duas pessoas estarem no mesmo nível. (FONSECA, 2000, p. 27). Dessa forma, para manter este “padrão”, Rosa e as demais integrantes passaram a “selecionar” as organizações parceiras e os espaços de participação.

Estas tensões entre as organizações locais relacionam-se com a demarcação de disputas e interações no qual o Morro torna-se um território gerido por grupos diversos que em determinados momentos entram em conflito por domínio, pertencimento e fixação no mesmo (BOBADILLA, 2016).

Estas disputas ficam evidentes, por exemplo, nas trocas de acusações sobre quem faz e quem não faz “assistencialismo”. Dona Lélia, outra integrante da Associação, comentou durante uma de nossas conversas, que uma organização local deixou de emprestar o espaço físico para as atividades da Associação por conta da mesma ser assistencialista e isso, de acordo com seu olhar não é o que a Associação faz, pois, assistencialismo é uma prática realizada pelos *políticos*, um *clientelismo*. Já Rosa vê o assistencialismo com outros olhos, para ela a assistência é uma “ajuda” para melhorar a condição de vida da população do Morro.

Estas visões divergentes no interior da Associação, segundo Auyero (2011), envolvem duas dimensões sobre esta prática. A primeira é a da sua utilidade como estratégia eleitoral e dominação do poder político sobre populações de camadas populares, como a descrita por Dona Lélia, já a segunda é a ideia de pensar esta prática como uma estratégia dos grupos populares para solucionar problemas para além de uma “troca de favores”, como no apoio que é dado para as eleições do Conselho Tutelar em troca de não retirar os filhos das mães moradoras do Morro ou nas doações quase que diárias realizadas pela Associação de roupas, alimentos e móveis.

Ao acompanhar as concepções de Rosa em torno da política, notei que, embora a mesma faça uma distinção entre quem *faz política* e quem *faz movimento*, estas disputas se diluem no cotidiano da associação, borrando as fronteiras entre um e outro na medida em que elas se relacionam com demais agentes presentes no universo do ativismo comunitário.

Além disso, a figura de Rosa mescla-se com a da Associação, mesmo colocando-se como parte de um grupo maior formado por outras mulheres, é visível uma personalização da mesma desde a figura de Rosa que é quem traz, a partir da sua história de vida e de suas relações pessoais, as pautas e os engajamentos que a Associação irá aderir ou não nas suas práticas.

Sendo assim, as concepções políticas dentro do universo pesquisado mostram a pluralidade que a política possui para determinados grupos sociais, seja nos jogos entre quem faz e quem não faz política no Morro bem como as relações com políticos, promessas e campanhas.

Considerações finais

O presente trabalho buscou apresentar as concepções políticas de um determinado grupo de mulheres negras, ativistas populares, que atuam em uma associação localizada no Morro da Polícia, periferia de Porto Alegre, a Associação das Mulheres Unidas pela Esperança – AMUE.

Por conta do trabalho de campo, realizado na sede da Associação que também é a casa de uma das integrantes, optou-se por acessar as concepções políticas desde Rosa, minha principal interlocutora e uma das fundadoras da organização.

Logo no início do meu contato com Rosa, reparei que suas concepções sobre a política carregavam sentido negativos sendo praticada por pessoas específicas: os *políticos*. Por conta disso, como forma de separar-se de quem *faz política* com suas práticas e, conseqüentemente, da Associação, a mesma denomina-se como parte do *movimento*.

Este *fazer movimento*, carrega em si a articulação entre movimentos sociais locais reconhecidos no cenário político mobilizatório, como a luta pela moradia, o movimento negro e o movimento feminista, juntamente com as questões trazidas pelas próprias mulheres e suas especificidades como questões de classe, gênero e raça, constituindo assim o autodenominado *movimento de mulheres do Morro*, no qual as interseccionalidades vivenciadas por estas mulheres transformam-se em *luta e resistência*.

Mesmo colocando-se como avessas à política, as disputas entre política e movimento permeiam as relações da Associação a partir das relações estabelecidas pela figura de Rosa com vários agentes presentes no ativismo comunitário. A Associação possui uma rede de relações com outras associações locais, movimentos sociais, universitários, ONGs e, também, políticos que são acionados dependendo das necessidades da Associação, como utilização de espaço físico, doação de recursos, alimentos e roupas, passeios para as crianças, etc.

Estes relacionamentos não são estáveis e revelam alguns tensionamentos comuns neste tipo de ativismo demarcado pelas disputas por visibilidade, recursos e espaço neste quadro de movimentos populares.

Mesmo tendo contato com os políticos e representantes do Estado, a Associação assume uma função de fiscalizar os serviços públicos ao utilizar estes contatos como um canal de participação informal para levar as demandas dos moradores e pressionar medidas para solucionar problemas pontuais, como no caso do Conselho Tutelar, citado anteriormente, entre outros.

Outra questão perceptível foi que as relações da Associação com os diversos agentes são construídas desde relações pessoais. Esta característica mais personalista deixa em segundo plano as instituições do Estado e as organizações comunitárias ao atribuir às pessoas determinadas ações e situações, sejam positivas ou negativas, como o atendimento ou não de determinada demanda levada em nome da Associação através de ofícios.

Este tipo de relacionamento em um nível mais pessoal por parte das ativistas também é um fator presente nos engajamentos das integrantes da Associação. Para citar como exemplo, as questões que envolvem o direito à moradia, raça e gênero, foram incorporadas pela Associação a partir das vivências de Rosa que possui contato com estes movimentos locais.

Referências

- AUYERO, Javier. Vidas e políticas das pessoas pobres – as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, p. 126-164, set. – dez. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/06.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília – DF, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan.-abr. 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- BOBADILLA, Kássia B. *Nas tramas da política: uma etnografia da ação coletiva na Favela de Vila Prudente*. 2016, 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016. Disponível em: < http://www2.unifesp.br/ciencias_sociais/dissertacoes-defendidas-versao-final/kassia-bobadilla>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- FLEISCHER, Soraya. *Parteiras, buchudas e aperreios*. Uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.
- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global universitária, 1987. p. 227-344.
- GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- _____; SANT'ANA, Ronaldo dos Santos. Teorias, representações e práticas. In: GOLDMAN, Marcio. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 1999, p. 123-142.

HOULE, Gilles. A sociologia como ciência e vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 317-334.

JOBIM, Douglas J. dos Santos; KLAUCK, Evaldo Rosa. *Movimento popular da grande Glória*. Porto Alegre: SMC, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 75-88.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

NUAP – Núcleo de Antropologia da Política. Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. *Cadernos NUAP 1*, Rio de Janeiro: NAU, 1998. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1998_uma_antropologia_da_politica.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. Introdução. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2004, p. 9-22. Disponível em: <http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/politica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. Alasia. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2010.

SAAVEDRA, Lina P. R. *A construção da cidadania e defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: a mediação social de uma ONG local numa zona da periferia de Porto Alegre*. 2013, 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77736/000897309.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 set. 2016.

VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global universitária, 1987, p. 335-374.



Fórum dos trabalhadores de Blumenau: a voz dos trabalhadores na sociedade civil

Valdir da Silva¹

Valmor Schiochet²

GT 3 - Movimentos sociais, participação e democracia

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional, FURB. Integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. Bolsista no Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/Pós-Graduação  E-mail: valdir.silva1@edu.sc.senai.br

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional, ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. Foi Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico em Blumenau/SC (1997-1998) e Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (2003-2007). E-mail: valmorschiochet@gmail.com

Resumo

As assimetrias regionais estão presentes em todo o território brasileiro e, Blumenau/SC também faz parte dessa triste realidade. Este estudo se compromete a fazer uma reflexão sobre a participação da Sociedade Civil no desenvolvimento regional, principalmente no que tange o debate sobre o mundo do trabalho. Será que em tempos de crise, os sindicatos buscam a luta por dias melhores? Como atuam os movimentos sociais em Blumenau? Fez-se uma busca literária da questão histórica da luta de classes no Brasil e em Blumenau. Paralelo a isto, verificou-se a participação dos trabalhadores nos conflitos gerados e a importância do Fórum dos Trabalhadores no apoio aos sindicatos e movimentos sociais.

Palavras-chave: trabalhadores, sindicatos, sociedade civil, Blumenau, Fórum dos Trabalhadores.

Abstract

Regional disparities are present all over the Brazilian territory and, Blumenau/SC also follows this unfortunate reality. This study intends to reflect on the contribution of the Civil Society over the regional development, mainly related to the work world debate. Are unions looking for better days during times of crisis? How do the social movements in Blumenau behave? A thorough search has been made in the historical matter of the class struggle present in Brazil and Blumenau. At the same time, the participation of the workers on emerging conflicts and the importance of the "Fórum dos Trabalhadores" in the support of the unions and social movements have been verified.

Key-words: workers, unions, civil society, Blumenau, Fórum dos Trabalhadores.

1. Introdução

Para Bandeira (1999) a questão da participação da sociedade civil no desenvolvimento regional é afetada com ações formuladas de cima para baixo, sem envolvimento dos segmentos relevantes da sociedade civil, pois a persistência desse estilo tecnocrático continua a marcar grande parte das ações governamentais, nos vários níveis da administração pública brasileira. A representação da sociedade civil foi substituída por alguns órgãos encarregados da execução de políticas relevantes para o desenvolvimento regional, de conselhos consultivos ou

deliberativos. Da mesma forma a representação da comunidade é amplamente minoritária em relação ao número de membros indicados por órgãos oficiais, da mesma forma, as ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais referem-se a uma base territorial muito abrangente e, com isso reduz-se significativamente a eficácia real da participação e da articulação de atores.

Ainda sobre a necessidade de participação da sociedade civil no desenvolvimento regional:

“[...] são múltiplos os argumentos que sustentam a necessidade de uma participação ampla e efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das ações de governo, não apenas para produzir melhores programas e projetos, mas também como instrumento para a construção de uma sociedade mais dinâmica, mais justa e mais democrática” (BANDEIRA, 1999).

Segundo Theis e Zummath (2013), com a criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional perdeu-se a real participação da população nos destinos do planejamento catarinense. A rigor, o modo de planejamento catarinense gerou desigualdades socioespaciais, porque contribuiu para o desenvolvimento econômico e para a aceleração do processo de acumulação de capital (THEIS *et al.*, 2011). Entretanto, as novas formas de acumulação capitalistas geram desemprego, precarização e exclusão social, pois buscam mercantilizar as relações, as pessoas e as coisas, transformando as próprias pessoas em mercadorias, para com isso, obter a mais valia, hoje principalmente a relativa e, com ela obter maior poder (SILVA, 2005). Neste sentido, alguns atores sociais são muito importantes na luta pelo desenvolvimento regional e os sindicatos exercem um papel fundamental.

2. A Luta de Classes e o Papel dos Sindicatos

Ricardo Antunes (1988) procurou explicar a origem do movimento grevista a partir das condições de vida e trabalho dos operários. Segundo o autor, a greve dos metalúrgicos foi o estopim de uma onda grevista que se espalhou pelas principais capitais e centros econômicos do país. Na década de 1970 foram registradas 118 greves, envolvendo diversas categorias que reivindicavam reajustes salariais, melhores condições de trabalho, direitos sindicais e trabalhistas (MATTOS, 2009).

As mutações no processo produtivo e na reestruturação das empresas, desenvolvidas dentro de um quadro muitas vezes recessivo, deslanchavam em um crescente desemprego em

importantes contingentes operários, além de tornar precárias e intensivas as forças de trabalho e a indústria automobilística é um forte exemplo (ANTUNES, 1999).

Ao descrever o mundo do trabalho e o papel dos sindicatos, Antunes (2006) levanta algumas questões inerentes aos impasses e desafios do novo sindicalismo brasileiro. O novo sindicalismo brasileiro procurará elaborar um programa de emergência para simplesmente gerir a crise do capital ou tentará avançar na elaboração de um programa económico alternativo, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho? De acordo com o autor, pode-se responder que para tanto é preciso muito mais que a ação sindical. Contudo, responder que a ação sindical no Brasil dos nossos dias seguramente auxiliará, numa ou noutra direção, o que lhe confere uma enorme responsabilidade. Nessa perspectiva, a principal importância do movimento grevista residiu no fato de ter contribuído decisivamente para a reorganização do movimento sindical brasileiro na década seguinte, pois em 1983 se deu a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como resultado da concretização da ação política do “novo sindicalismo”.

Se a década de 1980 no Brasil foi de grandes mobilizações sociais e de avanço na organização sindical e política dos trabalhadores, a crise dos sindicatos no país inicia-se nos anos 1990 quando vão perdendo o potencial para unificar e representar massivamente os trabalhadores e, da mesma forma, vão mudando suas perspectivas políticas diante das dificuldades impostas pelo patronato e face às pressões sofridas para aderirem, cada vez mais, à ordem imposta pela política neoliberal e a forma globalizada de produzir. O papel dos sindicatos no Brasil para combater os efeitos da crise causada pela globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo é o de reforçar o conteúdo corporativo sustentado na separação entre os contratados, os subcontratados, entre os com emprego e os sem emprego e, entre os formais e os informais.

A luta de classes e o papel dos sindicatos em Blumenau teve um capítulo importante na greve dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau em 1989. Nessa época, houve o confisco salarial da classe trabalhadora por meio do Plano Verão implementado pelo governo do presidente José Sarney (PMDB). A resposta das principais sindicais do Brasil CUT e CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi a convocação de uma greve geral contra o que eles intitularam “Plano Ladrão”. Outro fator importante foi o fato de que em março daquele ano os trabalhadores da Teka Tecelagem Kuehnrich S.A receberam as folhas de pagamento zeradas ou até mesmo deficitárias por causa dos gastos efetuados pelos trabalhadores na Cooperativa de Consumo da empresa. Nesse contexto, o Sindicato dos

Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau (SINTRAFITE) convocou os trabalhadores para a paralização das atividades (SCHIOCHET, 2004).

Os trabalhadores têxteis realizavam assembleias diárias de caráter massivo, com mais de vinte mil trabalhadores no centro da cidade. Organizavam passeatas portando faixas com palavras de ordem e o sindicato acompanhava e organizava os piquetes e os próprios trabalhadores organizavam paralizações nas portas das fábricas. Os empresários tentaram parar o movimento grevista perante a sociedade com a utilização da mídia (rádio, televisão e jornais) e, assim foram várias tentativas da parte dos empresários para desmoralizar o movimento grevista, mas sem sucesso. Deste modo, o movimento grevista mostrou que a ideologia burguesa não consegue encobrir as contradições do capitalismo (SCHIOCHET, 2004).

Ao descrever a formação econômica de Santa Catarina Goularti Filho (2001) também cita a greve geral de 1989:

Em Blumenau, a greve geral de 1989 serviu como grande alerta para os empresários do setor têxtil que sempre apostaram na passividade de seus funcionários. Porém, ao longo dos anos noventa, não ocorreu mais nenhuma greve na categoria dos tecelões e vestuaristas (GOULARTI FILHO, 2001).

A década de 1990 foi marcada por significativas mudanças no mercado de trabalho em Blumenau por causa da abertura de mercado e reestruturação produtiva. Segundo Goularti Filho (2001) a abertura econômica inaugurou uma nova fase do setor têxtil e vestuário catarinense e as cidades de Blumenau e Joinville foram as mais castigadas. Nessa época, houve uma queda das exportações e do número de emprego, assim como, uma estabilização relativa da produção. As grandes empresas desverticalizaram a produção com a implementação da terceirização com a intenção de reduzir os impactos da crise. Foi assim que as grandes empresas reduziram significativamente o número de funcionários. De acordo com o SINTRAFITE no período de 1992 a 1999 foram demitidos, sem novas contratações, 11.348 funcionários.

O fenômeno da reestruturação produtiva foi descrito por vários autores no contexto da Globalização e seus efeitos nas relações com os trabalhadores após a crise do Fordismo. Sendo assim, as empresas se obrigaram a alterar as suas estruturas organizacionais e os processos de trabalho após um longo período de prosperidade em decorrência da crise de esgotamento do modelo de acumulação instaurado no período pós-guerra (HARVEY, 1992). Para os autores Krost e Brandão (2017) a ideologia neoliberal, de apelo economicista, individualista e competitivo, fomentou uma imagem do poder público como agente burocratizante da geração e circulação de riquezas. Nesse sentido, flexibilizar a produção a qualquer custo, tornou-se um objetivo a ser atingido para a competitividade e sobrevivência das empresas.

A luta de classes é representada pelos sindicatos após os anos de maior conflitualidade na década de 1980, de passagem a uma fase de redução das greves com a ascensão de governos neoliberais e, de outro, o reflexo do governo do PT ao final do terceiro mandato na presidência da República. São diferentes contextos do sindicalismo brasileiro, que teve oscilações na ação sindical no intervalo entre os anos de referência (RODRIGUES *et al.*, 2016). Com o governo Lula (PT) os sindicatos tiveram um período de ganhos reais de salário e de ampliação do emprego formal, além de um conjunto de políticas públicas voltadas à população mais excluída da sociedade, dificilmente abrangida pela representação das entidades sindicais (RODRIGUES *et al.*, 2016).

A crise vivida pelo governo Dilma a partir de 2015 abre a possibilidade real de novas mudanças nos próximos anos, sobretudo com a reversão de conquistas sociais logradas em virtude do recrudescimento de uma agenda restritiva das demandas sociais dos trabalhadores. Assim, fica em aberto qual o impacto dessas mudanças sobre as centrais sindicais uma vez que sua representatividade a nosso ver tem decorrido mais da relação com as políticas públicas do Estado do que com a base sindicalizada (RODRIGUES *et al.*, 2016).

Apesar da constante luta dos trabalhadores e sua necessidade de representação o município de Blumenau conta com uma parcela muito pequena de pessoas sindicalizadas. Os sindicatos representaram um progresso gigantesco da classe operária, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união da classe (ANTUNES, 1985). A Figura 1 mostra a proporção de trabalhadores que são sindicalizados em Blumenau entre 2002 e 2016.

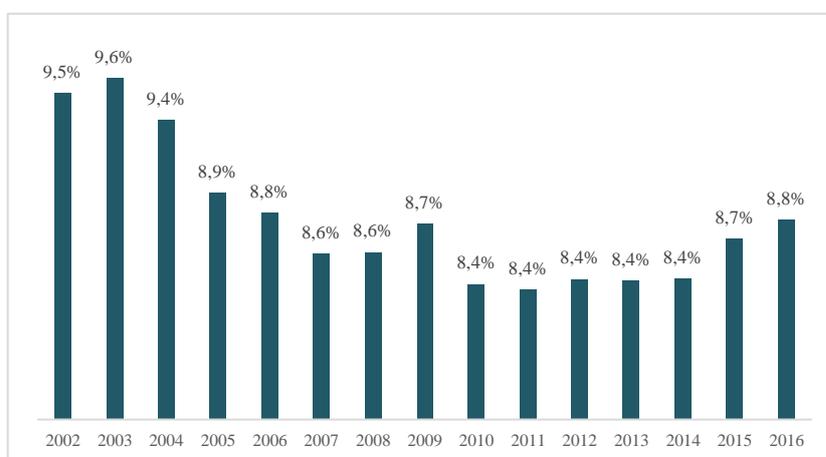


Figura 1: Índice de sindicalização em Blumenau entre 2002 e 2016. Fonte: BRASIL, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016. Elaboração Própria.

As informações dispostas na Figura 1 consideram o número de trabalhadores na cidade de Blumenau entre 2002 e 2016 e o número de pessoas sindicalizadas em todos os setores da economia, porque foi a partir de 2002 que essa informação começou a constar no relatório RAIS. Para a cidade de Blumenau o índice de sindicalização nunca chegou a 10% entre 2002 e 2016 e, isso mostra o desinteresse da população com relação aos sindicatos. Não obstante, uma parcela pequena com representação sindical é representada pela luta de vários sindicatos em conjunto com movimentos sociais.

3. O Fórum dos Trabalhadores de Blumenau

No ano de 1997 Décio Lima (PT) é eleito prefeito de Blumenau e, sendo o primeiro partido de esquerda a assumir a prefeitura causou muita preocupação no empresariado local. Desse modo, os empresários buscaram como forma de amenizar as suas preocupações uma negociação com os sindicatos, que por sua vez, ficou conhecida como Pacto Por Blumenau. Nesse contexto, surge Fórum dos Trabalhadores, pois alguns sindicatos não aceitaram tal situação e resolveram repudiar. O Fórum dos Trabalhadores exerce uma atuação de esquerda, autônoma e sem vínculo partidário (FOLHA EXTRA, 1997). A Tabela 1 exhibe os sindicatos que fazem parte do Fórum dos Trabalhadores.

Tabela 1: Sindicatos que fazem parte do Fórum dos Trabalhadores.

Características dos Participantes

SINTERC-SC: Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas

SEEBB: Sindicato dos Trabalhadores Bancários

SINTRAFITE: Sindicato dos Trabalhadores Têxteis

Sindicato Dos Trabalhadores do Comércio

Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais

SINDICRIP: Sindicato dos Trabalhadores em Cristais

SINTEVI: Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários

SINVAC: Sindicato dos Trabalhadores em Vigilância

SINSEPEs: Sindicato dos Servidores Públicos em Ensino Superior

Fonte: SINTERSC, (2017).

Os participantes do Fórum dos Trabalhadores são sindicatos autônomos e de luta e, seu principal objetivo é dar visibilidade as reivindicações dos movimentos sociais para que sejam defendidos os direitos já obtidos pelos trabalhadores e outros setores populares, avançando em novas conquistas. Por isso, os temas relativos ao desenvolvimento ou território no qual atuam são os mais variados, entre eles destaca-se: direitos dos trabalhadores, direitos dos indígenas, direito a inclusão das pessoas que possuem necessidades especiais, direito a educação, direitos dos moradores da periferia, direitos dos estudantes, entre outros temas provenientes de movimentos sociais (SINTERSC, 2017). Ainda, é possível destacar o engajamento do Fórum dos Trabalhadores na luta contra as reformas trabalhista e previdência. A Figura 2 mostra a participação do Fórum dos Trabalhadores na luta pelos direitos dos trabalhadores no desfile de sete de setembro em 2015.



Figura 2: Participação do Fórum dos Trabalhadores na luta pelos direitos dos trabalhadores no desfile de Sete de Setembro em 2015. Fonte: Blog do Jaime, (2015).

O Fórum dos Trabalhadores de Blumenau exerce articulações com outras organizações ou movimentos como: a igreja, a universidade, a Intersindical (instrumento de luta e organização da classe trabalhadora), entre outras. Portanto, é possível afirmar que o Fórum dos Trabalhadores funciona como um elemento essencial de articulação inter-organizacional para a formação de uma rede de movimentos sociais.

Segundo Scherer-Warren (2008) as redes de movimentos sociais se caracterizam por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Deste modo, as redes de movimentos sociais envolvem vários níveis organizacionais dos agrupamentos de base às organizações de mediação, aos fóruns e redes políticas de articulação. A autora ainda destaca que:

Essas redes ora têm como nexos uma temática comum (terra, moradia, trabalho, ecologia, direitos humanos etc.), ora uma plataforma de luta política mais ampla (a altermundialização, a soberania nacional, um projeto de nação, ou a luta contra o neoliberalismo, contra a hegemonia mundial do capitalismo, as guerras imperialistas, contra o monopólio dos meios de comunicação, dentre outras), indicando uma relativa volatilidade das redes, mas também sugerindo indícios de sua capacidade de abertura ao pluralismo democrático agonístico (SCHERER-WARREN, 2008).

No município Blumenau o Fórum dos Trabalhadores é a peça principal da engrenagem da rede de movimentos sociais na busca da cidadania. De acordo com Bauman (2001), a importância política das redes de movimentos sociais se torna evidente diante da crise da noção de cidadania, provocada pela intensificação do processo de individualização. Da mesma forma que a individualização parece ser a corrosão e a desintegração da cidadania. O papel de se defender do domínio público é desempenhado pela ação coletiva, que se direciona para a articulação em redes, como um tipo de resposta aos problemas gerados pela globalização. Para Schiochet (2005) a noção de sociedade civil redefiniu as qualificações da cidadania.

A noção de cidadania passou a significar participação, luta coletiva, conquista de direitos. Esta cidadania ativa é que institui cidadão como portador e criador de direitos abrindo novos espaços de participação política. Nesta redefinição da cidadania, a partir da noção de sociedade civil, constata-se que a referência ao indivíduo, como unidade da prática social, passou a ser frequente. A redefinição da cidadania compreendia não somente a preeminência do indivíduo sobre outras determinações sociais, mas também a existência de um indivíduo consciente (SCHIOCHET, 2005).

A relação do Fórum dos Trabalhadores com o poder público é de negociação ou enfrentamento. A atuação do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau pode ser conferida também no desfile do Dia da Independência do Brasil, pois os militantes do Fórum acreditam que o Brasil não conquistou a sua independência ainda e, desfilam no sete de setembro portando faixas com palavras de ordem em prol dos movimentos sociais. O Fórum dos Trabalhadores de Blumenau também apoia o Grito dos Excluídos.

O Grito dos Excluídos surgiu no Brasil no ano de 1994 e na primeira edição foi realizado em setembro de 1995, com o objetivo de aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade do mesmo ano, que tinha como lema “Eras tu, Senhor” e, responder aos desafios levantados na 2ª

Semana Social Brasileira, cujo tema era “Brasil, alternativas e protagonistas”. No ano de 1999 o Grito dos Excluídos rompeu fronteiras e estendeu-se para as Américas (GRITO DOS EXCLUÍDOS, 2017). A Figura 3 mostra a campanha do Grito dos Excluídos em 2017.

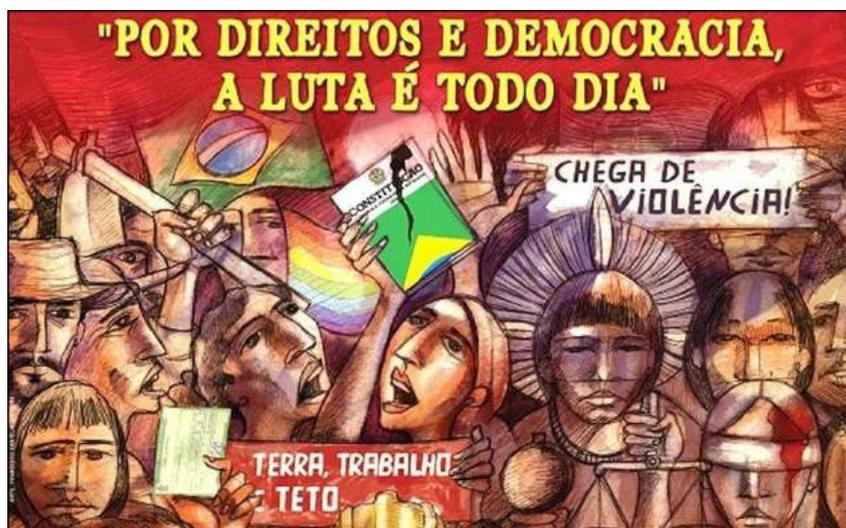


Figura 3: Campanha do Grito dos Excluídos em 2017.

Fonte: Grito dos Excluídos, (2017).

O Grito dos Excluídos ficou conhecido como uma manifestação popular carregada de simbolismo e se tornou um espaço para a notoriedade nas reivindicações de entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos.

O Grito não tem um “dono”, não é da Igreja, do Sindicato, da Pastoral; não se caracteriza por discursos de lideranças, nem pela centralização dos seus atos; o ecumenismo é vivido na prática das lutas, pois entendemos que os momentos e celebrações ecumênicas são importantes para fortalecer o compromisso (GRITO DOS EXCLUÍDOS, 2018).

Sendo assim, as articulações promovidas pelo Fórum dos Trabalhadores dão notoriedade as situações de carência para a busca do reconhecimento de direitos da sociedade civil. O Fórum dos Trabalhadores representa uma parcela da sociedade civil cujo sentido básico se define pela separação de uma esfera de ação política coletivamente organizada, e não estatal, na busca da cidadania.

4. Conclusões

Em Blumenau a pobreza e a exclusão social, a qual contrasta largamente com a imagem de cidade de belezas representadas por sua arquitetura. Na cidade constata-se que os acontecimentos que promovem desigualdades repetem-se e, aos excluídos do passado, somam-se os novos excluídos, que juntam velhas e novas formas de resistência. Os conflitos aumentam os espaços das desigualdades e, as discriminações se perpetuam no tempo e no espaço e exigem respostas e soluções (SANTOS, 2014).

A participação da sociedade civil no desenvolvimento regional em Blumenau tem seus altos e baixos em todo o contexto histórico. Nesse sentido, se torna muito importante o papel dos movimentos sociais e, mais importante ainda quando se articulam para que recebam a devida atenção. Esta articulação é muito bem exercida pelo Fórum dos Trabalhadores de Blumenau.

A articulação com o Fórum dos Trabalhadores, faz-se necessária para o fortalecimento da dimensão política de disputa. O Fórum dos Trabalhadores traduz as necessidades da categoria a qual representa, ou seja, as demandas dos trabalhadores da assistência social.

O Fórum dos Trabalhadores funciona como um elemento essencial de articulação Inter organizacional para a formação de uma “rede de movimentos sociais”.

Agradecimento

Ao Presidente do Sindicato dos Bancários e militante do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau Leandro Spezia, por nos apresentar a esse movimento social tão importante.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho** (confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: abril Cultural, Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos).
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Bomtempo, 1999.
- Antunes, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo, Cortez, 2006.

BANDEIRA, P. S. **Participação, Articulação de Atores Sociais, e Desenvolvimento Regional**. Brasília: IPEA, 1999

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

Blog do Jaime. **Blog Fotos e Notícias de Blumenau**. Disponível em <jaimebatistadasilva.blogspot.com/.../veja-as-fotos-do-grito-dos-excluidos.ht. > Acesso em 3 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2002.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2016.

FOLHA EXTRA. **Trabalhadores de Blumenau Organizam Fórum e Rejeitam Pacto.** Jornal do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região/CUT. Blumenau, 1997.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação Econômica em Santa Catarina.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Grito dos Excluídos. **A vida em primeiro lugar.** Disponível em <<http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>>. Acesso em 4 de fevereiro de 2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

KROST, Oscar; BRANDÃO, Leonardo. **A Precarização das Condições de Trabalho em “Facções” do Ramo Têxtil/Vestuário em Blumenau/SC: A Face Oculta da Reestruturação Produtiva.** Revista DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSN e 2237-9029). v. 7, n. 1, p. 164-180, maio 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo, Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, Iram Jácome; GUEDES LADOSKY, Mario Henrique; BICEV, Jonas Tomazi. **Sindicalização e representatividade das centrais sindicais no Brasil.** Trab. soc., Santiago del Estero, n. 27, p. 43-62, jun. 2016. Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1514-68712016000200004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 4 de fevereiro de 2018.

SANTOS, G. F.; ROSSI AVILA, M. R.; BARBOSA DE OLIVEIRA, J. G.; SILVA, J. M. M.; SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes. **TERRITÓRIO OCULTO: o escondimento da pobreza em Blumenau.** In: 2 Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 2014, Florianópolis. Anais do Segundo Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Florianópolis: Editora da Udesc, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?** Cadernos do CRH (UFBA), v. 21, p. 505-517, 2008.

SCHIOCHET, V. **Sociedade Civil. O social Pensado Politicamente.** Blumenau: Edifurb, 2005. 167p

SCHIOCHET, V. **A greve de 1989: uma análise apaixonada.** In: MARCHI, R. de C. (Org.). Trabalho e trabalhadores no Vale do Itajaí: uma leitura crítica. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004.

SILVA, Everaldo da. **A Atuação do Movimento Sindical Frente ao Processo de Falência. Os Casos Dos Sindicatos dos Mineiros/Criciúma e Trabalhadores Têxteis/Blumenau.** Mestrado em Desenvolvimento Regional - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

SINTERSC. **Fórum dos Trabalhadores.** Disponível em <http://www.sintercsc.com.br/paginas/fotos?album_id=69> Acesso em 3 de dezembro de 2017.

THEIS, I. M.; ZUMMATH, F. C. **Desenvolvimento desigual em Santa Catarina: a experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional.** In: VII Encontro de Economia Catarinense: crescimento e desindustrialização, 2013, Florianópolis. Anais do VII Encontro de Economia Catarinense. Florianópolis: APEC/UFSC, 2013.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. ; RISCHBIETER, Iara L. K. ; LINDER, Mariana C. ; VARGAS, Diego Boelhke . **O cavalo de Troia e sua barriga verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 120, p. 33-50, 2011.

FOLHA EXTRA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BLUMENAU E REGIÃO/CUT

Trabalhadores de Blumenau organizam Fórum e rejeitam pacto

Em reunião realizada no último dia 5, dez sindicatos deliberaram pela criação do Fórum de Trabalhadores de Blumenau. O objetivo do Fórum é aglutinar a luta dos trabalhadores e discutir coletivamente suas ações e sua inserção nos temas de interesse social e econômico. O Sindicato dos Bancários é um dos coordenadores do Fórum.

PACTO REJEITADO

Na mesma reunião foi decidido que os trabalhadores não vão participar do pacto proposto pelos em-

presários. Isso porque, historicamente, está provado que nos pactos entre trabalhadores, governo e empresários, sempre perdem os trabalhadores.

CONSELHO

O Fórum de Trabalhadores de Blumenau entende que já existe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, apropriado para os trabalhadores apresentarem suas propostas, que serão amplamente discutidas com as categorias. Segundo a Administração Municipal, este conse-

lho terá sua composição e funcionamento revistos.

A proposta do Fórum para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico é de que seja paritário, deliberativo e democrático. O Fórum também quer organizar a participação dos trabalhadores em todos os demais conselhos municipais (14 ao todo), pois compreende que são importantes para o debate o encaminhamento de propostas de interesse da classe trabalhadora e de toda a sociedade, desde que sejam respeitadas e encaminhadas as suas deliberações.

Banco é assaltado depois do horário

O Bamerindus da Agência Getúlio Vargas, em Blumenau, foi assaltado na segunda-feira, dia 9. De certa maneira, a sobrecarga de trabalho facilitou a execução do plano dos assaltantes. Eles aproveitaram para entrar no banco após às 20 horas. O início da ação foi quando dois funcionários, Ivo Bendote e Carlos Alberto Tiedten, estavam saindo, depois de finalmente conseguirem encerrar o expediente.

O que aconteceu no Bamerindus não se limita



apenas ao assalto, mas ao perigo ao qual ficaram expostos estes dois funcionários. Carlos chegou a ser amarrado pelos assaltantes. Ivo foi tomado como refém e, inclusive, ameaçado de morte.

Depois de um dia cheio

de trabalho e de horas extras, estes dois funcionários do Bamerindus tiveram que passar por um momento que pode, inclusive, deixar seqüelas psicológicas. Por isso é importante que os bancários atentem à situação pela qual passaram Ivo e Carlos, pois o banco, com certeza está agora mais preocupado com a quantia que foi levada pelos assaltantes. Este é um alerta aos bancários e vigilantes: os métodos de assaltos estão cada vez mais sofisticados.

Resultado do

Torneio de Futsal

Time campeão:

Banco do Brasil.

2º lugar: Meridional.

Artilheiro: Alexandre,

do Meridional.

Goleiro menos vaza-

do: Debrandino, do Me-

ridional.

E atenção, porque

estão abertas as inscri-

ções para a 20ª Copa

Interbancária de Futsal.

Informações com Murilo

ou Eugênio pelo

telefone 326-3116.

Discordar, mas

sem engrossar

A diretoria do Sindi-

cato lamenta a atitude

do gerente Alende, do

Banco Bandeirantes,

que amassou um cartaz

da campanha de apoio

ao MST. Alende chamou

de "vagabundos" os ho-

mens, mulheres e crian-

ças deste movimento. A

diretoria respeita os que

divergem, porém não

aceita atitudes

deslelgantes e grossei-

ras como estas.

Aproveitamos para lem-

brar as pessoas, que têm

mais sensibilidade com

os problemas sociais do

Brasil, que na sexta-feira,

dia 13, diretores do Sin-

dicato passarão nas

agências para pegar as

doações ao MST.



Associativismo de defesa de direitos da pessoa com deficiência em Santa Catarina

Márcia Inês Schaefer¹

GT 3 – Movimentos sociais, participação e democracia

¹Mestranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Email: marciainesschaefer@gmail.com. Bolsista de Mestrado do CNPq.

RESUMO: O trabalho apresenta dados sobre o associativismo de defesa de direitos da pessoa com deficiência em Santa Catarina, considerando as associações de representação estadual e descrevendo suas principais características, como: localização geográfica e alcance, ano de criação, tipo de deficiência que representa, objetivos, área de atuação, público-alvo, atuação política, articulação em rede e parcerias com setor público e privado. A partir disso, e fundamentando a discussão com o conceito de ecologia democrática das associações de Mark Warren, busca-se apontar possíveis efeitos democráticos e/ou antidemocráticos decorrentes da atuação direta ou indireta dessas associações.

Palavras-chave: associativismo, pessoa com deficiência, democracia.

Introdução

O associativismo é geralmente associado à promoção de efeitos democráticos na sociedade, como a inclusão, a contestação, a luta por direitos, etc (WARREN, 2001). Contudo, embora o associativismo seja compreendido como importante para o desenvolvimento democrático das sociedades (TOCQUEVILLE, 1977; WARREN, 2001), sendo um campo amplamente estudado na Sociologia Política, há, ainda, poucos estudos que se debruçam sobre as associações e o movimento das pessoas com deficiência no Brasil. Em geral, na literatura sobre movimentos sociais, o movimento das pessoas com deficiência tem sido o *etcetera* (LANNA JÚNIOR, 2010). Já na literatura sobre deficiência, o papel das associações e do movimento das pessoas com deficiência para o reconhecimento social dessas pessoas é destacado pela atuação na desconstrução de representações sociais negativas sobre deficiência e na luta pelos direitos dessa população, alcançando avanços em termos de legislação, mudança de condições de vida por meio de políticas públicas, garantia de direitos e visibilidade da população com deficiência, além do estímulo acadêmico-científico para o estudo de questões relacionadas à temática da deficiência (LANNA JÚNIOR, 2010; CRESPO, 2009; BECK, 2007; DINIZ, 2007; OLIVER e BARNES, 1998).

Visando contribuir para a compreensão do associativismo de defesa de direitos da pessoa com deficiência, este trabalho apresenta dados sobre o perfil das principais associações de defesa de direitos da pessoa com deficiência do estado de Santa Catarina, através do mapeamento das associações de representação regional, estadual e nacional que estão sediadas no estado. Essa representação foi definida pela denominação das associações (associação regional/catarinense/brasileira...) bem como pela abrangência de sua atuação (podendo não ter a denominação associação regional/catarinense/brasileira, mas abranger

vários municípios). As características observadas são: nome da associação, ano de fundação, tipo de deficiência atendida pela associação, área de atuação (assistência, esporte, jurídica, trabalho, educação, farmacêutica, lazer, etc), público-alvo, objetivos da associação, local da sede e abrangência, parcerias com setor público e privado, repertórios de atuação política (se atuam em conselhos gestores, fóruns, se fazem passeatas, se ocupam cargos no legislativo e executivo), articulação em rede e se participam de eventos científicos.

O mapeamento foi realizado a partir de bancos de dados disponíveis no Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS/UFSC, como o banco de dados da pesquisa “Impactos democráticos do associativismo: dimensões individuais, políticas e sociais”, de Lüchmann (2013, 2014)² e o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais de Schaefer (2016)³, sobre o Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis. Também foram consultados os relatórios anuais da Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência da Alesc⁴; realizada pesquisa na internet com o descritor “associação pessoas com deficiência SC”; consulta ao site do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência de Santa Catarina (CONEDE); sites de associações⁵ e páginas oficiais das associações no Facebook. Foram identificadas 26 associações e federações de atuação regional, estadual e nacional em Santa Catarina, nas cinco áreas: deficiência auditiva, deficiência física, deficiência intelectual, deficiência visual e doenças raras. A partir desse mapeamento, a atuação desse tipo de associativismo é analisada sob a perspectiva de produção de efeitos democráticos a partir da atuação direta ou indireta das associações.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: após essa introdução, é realizada uma breve discussão teórica sobre associativismo e democracia, seguida de breve histórico do associativismo de pessoas com deficiência no Brasil, para então apresentar os dados sobre as associações de defesa de direitos da pessoa com deficiência do estado catarinense e apresentar questões sobre o cenário mapeado. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

² Os dados dessa pesquisa são discutidos em LÜCHMANN, SCHAEFER e NICOLETTI, 2017. A autora do presente trabalho participou como bolsista de Iniciação Científica no projeto mencionado, mapeando o associativismo presente em conselhos gestores de políticas públicas da cidade de Florianópolis.

³ SCHAEFER, M. I. Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis: limites e possibilidades. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. UFSC, Florianópolis, 2016.

⁴ Agradeço à assessora da Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência da Alesc, Professora Janice Aparecida Steidel Krasniak, pelo encaminhamento dos materiais.

⁵ A pesquisa nos sites das associações teve como base a técnica bola de neve, uma vez que muitas das associações citam em suas páginas outras associações com as quais mantém algum tipo de contato, o que possibilitou mapear um número maior de associações.

Associativismo e efeitos democráticos

Existe certo consenso no interior da teoria democrática acerca da importância das associações para a democracia, sendo a liberdade de associação considerada um elemento essencial para mensurar quão democrática uma sociedade é (DAHL, 2012). As associações são reconhecidas como *locus* de desenvolvimento de intensa vida cívica, elemento essencial para as sociedades democráticas (WARREN, 2001). As contribuições das associações em diversas esferas da vida social são destacadas no âmbito da teoria democrática, especialmente pela importância das mesmas para dar voz a grupos desfavorecidos devido às condições desproporcionais de recursos financeiros e de poder (LÜCHMANN, 2014; FUNG, 2003; WARREN, 2001; COHEN, 1999; AVRITZER, 1997; PATEMAN, 1992). Há também que se considerar, ao menos a nível brasileiro, que muitas vezes as associações sentem-se responsáveis por executar ações transformadoras diante de um contexto onde, de um lado, a crise social se agrava, com índices preocupantes de desemprego e subemprego, os quais “geram uma verdadeira avalanche de demandas para o sistema público de saúde, educação, assistência social etc.; de outro, o Estado não tem tido a capacidade de atender a essas demandas satisfatoriamente” (MATOS, 2005, p. 14).

As ciências sociais vêm buscando compreender o papel que as associações da sociedade civil possuem na promoção da democracia, e alguns dos principais conceitos mobilizados são “capital social, movimentos sociais e sociedade civil, cada qual privilegiando determinados atores e seus respectivos atributos ao desenvolvimento democrático das sociedades” (LÜCHMANN, SCHAEFER e NICOLETTI, 2017, p. 361). Aliados a esses conceitos, estão os modelos de democracia participativa, deliberativa e associativa (LÜCHMANN, 2014). O que é observado a partir dessas teorias é de que associativismo e democracia se retroalimentam, pois para que haja a liberdade de associação e desenvolvimento de um associativismo plural e com maior capacidade de atuação é necessária uma sociedade democrática e para que uma democracia seja mais vigorosa as associações assumem papel fundamental (WARREN, 2001, 2011).

Para o estudo do associativismo, há que se reconhecer a heterogeneidade e a complexidade do campo. O associativismo abrange desde pequenos grupos informais a organizações mais estruturadas, o que torna a avaliação dos benefícios democráticos um grande desafio (LÜCHMANN, 2012). Warren (2001) destaca que há três tipos de impactos democráticos que em geral resultam de modo indireto da atuação das associações: efeitos no

desenvolvimento individual (promoção de cidadãos mais participativos, informados, críticos e autônomos); efeitos nas esferas públicas (formação de opinião e de julgamentos públicos); e efeitos político-institucionais (ampliação e qualificação da representação política).

Indagando sobre “que tipo de associações promovem que tipos de efeitos democráticos?” (*idem*, 2001, p. 94), Warren destaca as três características das associações que considera centrais na promoção de efeitos democráticos: 1) o grau de voluntariedade da associação; 2) os recursos e inserção no meio social; e 3) objetivos e propostas da associação. O autor salienta que, embora possam não ter como objetivo a promoção de democracia, por meio das ações que as associações desenvolvem ocorre a produção de benefícios democráticos indiretos, como interação social e confiança. Warren salienta ainda que as associações interagem com relações de intimidade, mercados e Estados (p. 54), ou seja, o campo associativo envolve os grupos sociais nas esferas social, cultural, econômica e política e varia nos seus formatos, recursos e objetivos (WARREN, 2001; LÜCHMANN, 2016). Os variados tipos de associações podem promover diferentes efeitos democráticos ou antidemocráticos.

Tendo em vista a complexidade e heterogeneidade do campo associativo, bem como o entendimento de que cada perspectiva teórica de análise deste fenômeno social representa ganhos e perdas analíticas, Warren (2001) apresenta o conceito de ecologia associativa, cuja base assenta-se nas premissas de que ao generalizar os efeitos positivos das associações, incorre-se no risco de apontar efeitos democráticos onde eles não existem. Ainda, diferentes associações podem gerar efeitos semelhantes por motivos distintos, além de que algumas perspectivas teóricas e ideológicas podem desconsiderar em suas análises associações que podem produzir algum tipo de benefício democrático.

Além da questão da heterogeneidade, um elemento fundamental para realizar qualquer análise sobre as práticas associativas, é observar os contextos político, socioeconômico e cultural em que as associações estão inseridas (COHEN, 1999). Nesse sentido, para o estudo das associações de defesa de direitos da pessoa com deficiência, faz-se necessária a próxima seção deste texto, que versa sobre o contexto histórico das associações de pessoas com deficiência no Brasil.

Associativismo e deficiência

Na história brasileira há o registro de instituições criadas pelo Estado e voltadas ao amparo de pessoas com deficiência ainda no século XIX como, por exemplo, o Imperial

Instituto de Meninos Cegos, Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto de Educação de Surdos – INES), colônias e instituições psiquiátricas. No entanto, a maioria dessas tradicionais instituições para pessoas com deficiência era pautada geralmente numa visão higienista, no sentido de retirá-las do convívio social, além de suas finalidades essencialmente assistencialistas, voltadas “à correção e ao escamoteamento da deficiência, que pouco valorizava a autonomia e a dignidade das pessoas com deficiência enquanto sujeito de direitos” (BRASIL, 2012, p. 16).

Em países europeus e nos Estados Unidos, o movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência iniciou após “a Segunda Guerra Mundial, com a volta dos ex-combatentes mutilados, e ganhou grande impulso, a partir de 1960, com a luta pelos direitos civis” (CRESPO, 2009, p. 10-11). Tiveram papel fundamental nesse processo, as organizações formadas *por* pessoas com deficiência, diferentemente das tradicionais instituições e organizações *para* as pessoas com deficiência (DINIZ, 2007). No Brasil também foram surgindo diversas associações lideradas por pessoas com deficiência nesse mesmo período. De acordo com Lanna Júnior (2010)

A motivação inicial é a solidariedade entre pares nos seguintes grupos de deficiência: cegos, surdos e deficientes físicos que, mesmo antes da década de 1970, já estavam reunidos em organizações locais – com abrangência que raramente ultrapassava o bairro ou o município–, em geral, sem sede própria, estatuto ou qualquer outro elemento formal. Eram iniciativas que visavam ao auxílio mútuo e à sobrevivência, sem objetivo político prioritariamente definido. Essas organizações, no entanto, constituíram o embrião das iniciativas de cunho político que surgiram no Brasil, sobretudo durante a década de 1970 (p. 30).

Diversos aspectos levaram a conformação do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil: o surgimento de associações formadas e geridas pelas pessoas com deficiência que se colocavam contrárias às associações que prestavam algum tipo de serviço a estas pessoas (no sentido de assistência/caridade e não no estímulo da autonomia destes indivíduos); os espaços criados pelas mesmas que propiciaram o compartilhamento e reconhecimento de dificuldades comuns que geraram debates acerca de suas situações e motivaram ações políticas reivindicando seus direitos humanos; o desejo de serem protagonistas políticos e a busca de transformação da sociedade confluiu com a conjuntura política da época: “o processo de redemocratização brasileira e a promulgação, pela ONU, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 35-36). Ocorreu mobilização nacional, tendo as pessoas com deficiência participado ativamente

nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, sendo que os “assuntos relacionados a esse grupo foram tratados na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, subordinada à Comissão Temática da Ordem Social” (*idem*, p. 65). Com a Constituição Brasileira de 1988 os assuntos referentes às deficiências foram inseridos no marco legal de forma abrangente e transversal (BRASIL, 2012, p. 17), sendo editadas desde então, diversas normas regulamentadoras sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Conhecendo as associações de defesa de direitos da pessoa com deficiência de Santa Catarina

A Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Brasil definem pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, que podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Inserem-se também nesse escopo as pessoas que possuem patologias que geram deficiências. Por essa razão, e já prevenindo o leitor, no mapeamento realizado são consideradas várias associações de determinadas patologias crônicas e raras.

O associativismo de defesa de direitos da pessoa com deficiência de Santa Catarina é marcado pela pluralidade. Existem associações que atuam em prol das pessoas com diferentes deficiências e doenças que conformam o grande campo das deficiências. A partir do mapeamento, apresentamos o quadro abaixo, que demonstra vários elementos importantes para a compreensão da configuração do campo no estado catarinense.

Um primeiro aspecto que chama atenção é a concentração geográfica da maioria das associações na capital do estado, Florianópolis. Buscando compreender esse aspecto, vale lembrar que a questão da deficiência está intimamente relacionada à área da saúde (THOMAS, 2007) e que Florianópolis concentra muitos dos principais centros de referência médica do estado. Além disso, a capital do estado concentra muitas sedes administrativas do governo e a própria Assembleia Legislativa, que, como se pode observar, muitas das associações possuem contato na busca pelo atendimento das demandas de seu público alvo.

Outro ponto interessante é em relação aos anos de criação das associações. Algumas delas foram criadas ainda antes da abertura democrática pós-ditadura civil-militar. Como amplamente conhecido, o associativismo tem se ampliado especialmente após a abertura democrática (SCHERER-WARREN, 2004; AVRITZER, 1997). A Associação de Surdos da Grande Florianópolis, fundada em 1955, é a mais antiga registrada no estado, já a mais

Quadro 1. Características gerais⁶ das associações de defesa de direitos da pessoa com deficiência de Santa Catarina⁷

Associação	Ano de criação	Sede e abrangência	Tipo de deficiência	Objetivos	Área de atuação	Repertórios	Parcerias
Associação de Surdos da Grande Florianópolis (ASGF)	1955	Florianópolis – Grande Florianópolis	Auditiva	Promover a interação entre surdos e ouvintes por meio de LIBRAS, fortalecendo o movimento surdo para as conquistas sociopolíticas referentes à sua Língua, Cultura e Identidade.	Sociocultural, educacional, profissional, assistencial e recreativa.	Conselhos, Comissão Direitos da Pessoa com Deficiência Alesc.	Sim
Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC)	1977	Florianópolis – Estadual	Visual	Desenvolver atividades voltadas à habilitação, reabilitação integral, educação, profissionalização e convivência, junto às pessoas cegas ou com baixa visão, promovendo sua cidadania.	Habilitação, reabilitação, profissionalização, cultura, esporte e lazer.	Conselhos Assistência Social, Direitos da Pessoa com Deficiência, Criança e Adolescente, Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis, Comissão Direitos da Pessoa com Deficiência Alesc.	Sim
Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais (AJIDEVI)	1981	Joinville – Regional	Visual	Atender pessoas com deficiência visual (cegos e baixa visão), desenvolvendo as suas potencialidades, melhorando a qualidade de vida, facilitando o processo de inclusão social.	Educação, habilitação, reabilitação e integração social.	Contato com Vereadores, Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência.	Informação não identificada.
Associação dos Hemofílicos do Estado de	1984	Florianópolis – Estadual	Física - Patologia	Apoiar, articular e fazer-se representar junto a organizações governamentais, não governamentais e particulares,	Bazar solidário, fisioterapia, hidroterapia, psicologia e serviço	Conselho Direitos da Pessoa com Deficiência e Criança e Adolescente,	Sim

⁶ Devido à limitação de espaço deste trabalho, o quadro apresentado não traz outras informações relevantes como os nomes dos municípios que as associações abrangem, a dimensão do voluntariado, recursos, articulação em rede e público alvo (especialmente no que diz respeito às faixas etárias), aspectos que serão abordados na dissertação.

⁷ No quadro são apresentadas as quinze associações das quais a maioria das informações gerais foi possível mapear pela pesquisa inicial. As onze associações e federações das quais foi possível mapear apenas o nome, são as que seguem: Federação Catarinense das Associações de Síndrome de Down (FECASD), Associação Regional dos Atletas com Deficiência (ARAD), Federação das Entidades de Pessoas com Deficiência Física (FECEDDEF), Movimento Somos Todos Gigantes, Federação Catarinense de Entidades de e para Cegos (FECEC), Federação Catarinense de Desporto para Cegos e Baixa Visão (FECADDESC), Associação de Deficientes Visuais Itajaí e Região (ADVIR), Associação Deficientes Visuais Planalto Serrano (ADEVIPS), Associação Sul Catarinense de Cegos (ASCC), Associação de Pacientes Renais de Santa Catarina (APAR), Associação da Pessoa Ostomizada Regional de Florianópolis (ARPO).

Associação	Ano de criação	Sede e abrangência	Tipo de deficiência	Objetivos	Área de atuação	Repertórios	Parcerias
Santa Catarina (AHESC)				objetivando a racionalização dos serviços de atendimento e o aperfeiçoamento dos métodos de Assistência as pessoas com Hemofilia, von Willebrand e outras desordens hemorrágicas hereditárias, ligadas a questão clínica, laboral, moral, social, psicológica, escolar, a garantia de direitos e a proteção e a defesa da cidadania.	social.	Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis.	
Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (AFLODEF)	1985	Florianópolis - Estadual	Física e múltipla	Coordenar, articular e promover a readaptação, integração e principalmente a inclusão de pessoas com deficiência às atividades normais de cidadão brasileiro, através do desenvolvimento de planos, programas e projetos próprios e/ou em parceria com ONGs, entidades públicas e privadas, nas suas diversas áreas de atuação, incentivando e orientando todos aqueles associados e não associados a vir participar das diversas atividades da associação e da rede de parceiros.	Assessoria jurídica, cessão de uso de equipamentos, credencial de estacionamento, credenciamento SUSP, estudo socioeconômico e visitas domiciliares, esportes adaptados, eventos, grupos de apoio, inclusão digital, mediação para o mercado de trabalho, orientação para compra de veículos adaptados, oficina de cadeira de rodas, passe interestadual, transporte de pessoas com deficiência física.	Contato com políticos (executivo e legislativo), Conselhos Direitos da Pessoa com Deficiência, Criança e Adolescente, Assistência Social, Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis, Comissão Direitos da Pessoa com Deficiência Alesc.	Sim
Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico (ACAM)	1991	Florianópolis – Estadual	Patologias	Melhoria da qualidade de vida dos pacientes portadores da mucoviscidose, como também o amparo e orientação de seus familiares por meio de promoção e subsídio de políticas públicas, estímulo à formação e aperfeiçoamento dos profissionais da área, distribuição	Assistência social e saúde.	Conselhos de Saúde e Direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão Direitos da Pessoa com Deficiência Alesc, Passeata pela garantia de medicamentos.	Sim

Associação	Ano de criação	Sede e abrangência	Tipo de deficiência	Objetivos	Área de atuação	Repertórios	Parcerias
				gratuita de medicamentos, assistência social, elaboração e divulgação de materiais educativos sobre a fibrose cística e as ações da associação.			
Federação Catarinense das APAES (FEAPAES)	1992	Florianópolis – Estadual	Intelectual e múltipla	Promoção de melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla e transtornos globais de desenvolvimento, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; prestar serviços de habilitação e reabilitação, nas áreas de assistência social, educação especial e saúde. Articular as APAEs do estado, divulgar informações sobre assuntos referentes às pessoas com deficiência, promover estudos científicos, lutar pela política estadual de atendimento à pessoa com deficiência, compilar legislação na área, articulação de setores públicos e privados que trabalham com o público-alvo das APAEs.	Educação especial, saúde, assistência social, habilitação e reabilitação.	Conselhos direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão Direitos da Pessoa com Deficiência Alesc.	Informação não identificada.
Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina (ADEVOSC)	1993	Chapecó – Regional	Visual	Visa promover serviços nas áreas da saúde, educação, habilitação/reabilitação, profissionalização, cultura, desporto, estudo e pesquisa entre outros, sendo assim busca promover a qualidade de vida das pessoas com deficiência visual, em todas as faixas etárias, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.	Saúde, educação, habilitação/reabilitação, profissionalização, cultura, desporto, estudo e pesquisa.	Conselho Municipal e Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência, Conferência Nacional de Assistência Social.	Sim
Associação Brasileira de Portadores de Câncer	2000	Florianópolis - Nacional	Patologia	Ações tem se voltado para o advocacy, concentrando-se principalmente em: desfazer mitos e estigmas sobre o câncer; garantir o acesso do paciente ao SUS	Assistência Social, Assessoria jurídica, Saúde, Defesa de Direitos, Voluntariado,	Audiências Públicas, Conselhos Saúde, Direitos da Pessoa com Deficiência, Conferência	Sim

Associação	Ano de criação	Sede e abrangência	Tipo de deficiência	Objetivos	Área de atuação	Repertórios	Parcerias
(AMUCC)				(detecção precoce, diagnóstico e tratamento e cuidados paliativos) por meio de um sistema com porta de entrada definida; garantir tempestividade ao diagnóstico e tratamento; garantir que os direitos dos portadores de câncer sejam cumpridos; garantir acesso a novas tecnologias (exames, medicamentos e procedimentos) com vistas à maior sobrevida livre da doença, qualidade de vida e, conseqüentemente, redução de custos para o sistema e garantir ao paciente o acesso à informação.	projetos educativos na área de prevenção e detecção precoce do câncer, campanhas e palestras para público leigo e profissionais da saúde e áreas afins.	de Políticas para Mulheres, Reunião de Alto Nível das DCNT da ONU, Comissão da Saúde da Alesc, Comissão de Saúde e Comissão de Seguridade Social e Família do Senado Federal.	
Associação Catarinense da Síndrome do X-Frágil - A-X-FRA (SC)	2001	Florianópolis – Estadual	Doenças Raras	Divulgar a temática à sociedade visando aumentar o conhecimento e estimular a investigação sobre a síndrome; oferecer apoio e orientações aos deficientes e a sua família através de projetos desenvolvidos por profissionais da área da pedagogia, psicologia, fonoaudiologia e serviço social, de modo a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos afetados.	Pedagogia, psicologia, fonoaudiologia e serviço social.	Conselho Assistência Social	Sim
Associação de Apoio aos portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis (AFLOREM)	2004	Florianópolis – Regional	Física – Patologia	Divulgar informações sobre a Esclerose Múltipla, promover encontros, troca de experiências, ampliação de conhecimentos com profissionais especialistas no assunto, para portadores, familiares, amigos e interessados em ter melhor qualidade de vida. Unir esforços enquanto associação para assegurar os direitos como cidadão perante a lei maior, a Constituição.	Informação não identificada.	Conselho Assistência Social, Direitos da Pessoa com Deficiência.	Informação não identificada.

Associação	Ano de criação	Sede e abrangência	Tipo de deficiência	Objetivos	Área de atuação	Repertórios	Parcerias
Associação Catarinense de Doenças Raras – ACDR & ACAMU	2004	Florianópolis – Estadual	Doenças Raras	Garantir soluções públicas e sensibilidade do setor privado e sociedade em geral, para os portadores de doenças raras, com a união de esforços seus familiares, amigos, além de profissionais médicos especialistas e todos os interessados pela causa.	Informação, encaminhamento de pacientes, ações na justiça.	Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão Direitos da Pessoa com Deficiência Alesc, Manifesto na mídia.	Sim
Associação Catarinense de Pacientes e Amigos de Gaucher (ACPAG)	2004	Joinville - Estadual	Doenças Raras	Fazer conhecer a doença de Gaucher, auxiliando em melhor qualidade de vida dos pacientes e familiares; incentivar a investigação científica sobre a doença e sensibilizar a administração, grupos de saúde e a sociedade; organizar encontros educativos sobre a doença; colaborar com outras associações de Gaucher no Brasil e no exterior.	Saúde.	Comissão Direitos da Pessoa com Deficiência Alesc, Reunião com Ministro da Saúde.	Informação não identificada.
Associação Catarinense de Autismo (ASCA)	2012	Camboriú – Estadual	Intelectual	Promover a atualização sobre as questões que envolvem a pessoa com espectro autista e divulgar a Lei federal nº 12.764, de 2012, e a Lei Estadual nº 16.036, de 2013.	Informação não identificada.	Comissão Direitos da Pessoa com Deficiência Alesc.	Informação não identificada.
ACBG Brasil – Associação de Câncer de Boca e Garganta	2015	Florianópolis – Nacional	Doenças Raras	Prevenir, apoiar e mobilizar a sociedade para que os portadores de câncer de boca e garganta tenham o tratamento e a reabilitação adequados.	Advocacy, Informação, Inclusão, Reabilitação.	Audiências Públicas no Senado, Contatos com políticos, Eventos Científicos, Campanha Julho Verde.	Sim

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de mestrado em andamento “O associativismo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência de Santa Catarina”.

recente é a Associação de Câncer de Boca e Garganta do Brasil (ACBG-Brasil), que foi fundada em 2015, demonstrando que não houve estagnação na criação de associações, e sim, o surgimento de novas demandas. Nas décadas de 1980 e 1990 foram criadas a maioria das associações de deficiência física, visual e intelectual, chamando atenção a criação das associações de doenças raras, que passaram a ser criadas a partir de 2000, inseridas num movimento de ampliação da noção de deficiência.

Em relação aos objetivos e às áreas de atuação das associações, têm-se elementos interessantíssimos para pensar em termos de possíveis efeitos democráticos das associações. Observando as informações do Quadro 1, é notável que as atividades desenvolvidas e os serviços oferecidos pelas associações alcançam as pessoas com deficiência em diferentes níveis, desde o individual – como com a doação de cadeira de rodas, encaminhamento ao mercado de trabalho, atendimento psicológico, fonoaudiológico, fisioterapêutico e fornecimento de medicamentos –, ao coletivo – como a divulgação de informações acerca das deficiências e doenças, realização de campanhas, incentivo à realização de pesquisas científicas sobre as deficiências e doenças, atuação direta em espaços de discussão de políticas como fóruns, conselhos gestores, audiências públicas, assembleia legislativa e senado. No conjunto, as associações visam a inclusão das pessoas com deficiência na vida social nos seus mais variados aspectos, seja familiar, escolar, cultural, social, profissional, etc. Também, visam que os direitos já garantidos por lei para essa população sejam respeitados realmente.

As áreas de atuação das associações mapeadas são diversas: assistência social, assessoria jurídica (informações básicas em geral, mas também ações na justiça), saúde (fornecimento de medicamentos, fisioterapia, fonoaudiologia, hidroterapia, atendimento psicológico), habilitação, reabilitação, informação (sobre as deficiências e doenças e sobre os direitos das pessoas com deficiência), educação (para pessoas com deficiência, educação continuada para profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, bem como para o público leigo), encaminhamento para mercado de trabalho, cultura e desporto (atividades de lazer, práticas esportivas para competições), pesquisa científica e advocacy (atuação direta na discussão de políticas públicas para pessoas com deficiência). Frente essa ampla gama de áreas de atuação, as áreas nas quais a maioria das associações atua são as áreas de assistência social, saúde, assessoria jurídica e fornecimento de informações.

Em relação aos recursos financeiros para que as associações possam se manter e realizar as atividades que executam, são recursos oriundos dos setores público e privado, sendo que algumas associações recebem mais recursos públicos e outras recebem mais recursos vindos do setor privado, sendo essa uma dimensão a explorar com mais profundidade em outros trabalhos.

Por fim, quanto aos repertórios de ação política (TILLY, 1992) adotados pelas associações, foi identificada a atuação em conselhos gestores, fóruns, participação em audiências públicas, participação em conferências, reuniões com vereadores, deputados e senadores, reunião com ministro da saúde, entrevistas na mídia, participação em comissões da Alesc e do Senado, passeatas, manifestos, realização de eventos e campanhas, atestando assim um associativismo bastante atuante na esfera política e que adota estratégias variadas para fazer ouvir a voz do grupo das pessoas com deficiência.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, a relação entre associativismo e democracia foi abordada no contexto das associações de defesa de direitos da pessoa com deficiência de Santa Catarina. Observa-se um campo plural, com associações atuantes nos diferentes tipos de deficiências e doenças, e especialmente, a multiplicidade de objetivos e áreas de atuação, que, em última instância, caminham para que se realize a efetiva inclusão das pessoas com deficiência na vida social cotidiana, para que não sejam apenas incluídos nas associações às quais pertencem.

Foi identificada a atuação em doze frentes: assistência social, assessoria jurídica, saúde, habilitação, reabilitação, informação, educação, encaminhamento para o mercado de trabalho, cultura, desporto, pesquisa científica e advocacy. A atuação em tantos aspectos evidencia as necessidades em diferentes níveis que o público-alvo possui e que o associativismo de defesa de direitos da pessoa com deficiência de Santa Catarina vem oferecendo serviços e desenvolvendo ações que em diferentes medidas impactam nas vidas das pessoas, seja na melhoria da qualidade de vida individual, seja na luta por políticas públicas para o grande grupo das pessoas com deficiência.

As dimensões dos recursos (humanos, materiais e financeiros), voluntariado, articulação em rede e contato com a mídia, elementos importantes para um quadro mais completo sobre as associações, não foram possíveis de abordar nesse trabalho, mas são aspectos que serão trabalhados na dissertação.

Referências

- AVRITZER, L. “Um desenho institucional para o novo associativismo”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 39, p. 149-174, 1997.
- BECK, Paulo da Costa. “A história da cidadania das pessoas com deficiência e o desenvolvimento de sua organização como movimento social no cenário brasileiro”. TCC, Serviço Social. UNB, 2007.
- BRASIL. *Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência – Uma análise a partir das Conferências Nacionais*. Secretaria dos Direitos Humanos; Brasília, 2012.
- COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J.; REGH, W. *Deliberative democracy. Essays on reason and politics*. Massachusetts: Institute of Technology, 1999.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2007). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.*
- CRESPO, Ana Maria M. “Da invisibilidade à construção da própria cidadania. Os obstáculos, as estratégias, e as conquistas do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes”. Tese de doutorado. Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- DAHL, Robert. *Democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. Editora Brasiliense, São Paulo, SP, 2007.
- ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Lei Nº 13.146/2015.
- FUNG, Archon. “Associations and democracy: Between theories, hopes, and realities”. *Annual Rev. Sociol.* 29:515–39, 2003.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. *História do Movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. “Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 29, p. 159-178, 2014.
- _____, Lígia Helena Hahn. *Associações e democracia*. Um estudo em Florianópolis. Editora da UFSC. Florianópolis, 2016.

_____, Lícia Helena Hahn. “Associativismo e democracia: múltiplas práticas e configurações. Um estudo na cidade de Florianópolis”. *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2012.

_____, Lícia Helena Hahn; SCHAEFER, Márcia Inês; NICOLETTI, André. “Associativismo e repertórios de ação político-institucional”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 23, nº 2, 2017.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

OLIVER, Michael; BARNES, Colin. *Disabled People and Social Policy: from exclusion to inclusion*. London: Longman, 1998.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. Associativismo civil em Florianópolis da ditadura à redemocratização. In: SCHERER-WARREN, I.; CHAVES, I. *Associativismo civil em Santa Catarina*. Trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

THOMAS, Carol. *Sociologies of Disability and Illness: Contested Ideas in Disability Studies and Medical Sociology*. 2007.

TILLY, Charles. *How to Detect, Describe, and Explain Repertoires of Contention*. Mimeo. 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

WARREN, MARK. Civil Society and Democracy. In: *The Oxford handbook of civil society* / edited by Michael Edwards, 2011.

WARREN, Mark. *Democracy and association*. Princeton: Princeton University, 2001.



Instituições Participativas: análise das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e sua importância para a sociedade.

Beatriz Elena Barud Silva¹

GT - Movimentos sociais, participação e democracia.

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2017 – em andamento). Pós-Graduada em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2017). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2015). E-mail: beatrizbarud@gmail.com. Agência de Fomento: CAPES

INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988 experimentamos uma nova organização do Estado que dispunha de instrumentos de *participação social*. As Conferências Nacionais, muito embora tenham aparecido antes do texto constitucional, atualmente se expressam como um local que possibilita o exercício da participação social na dimensão institucional. Ela possui como característica o encontro de diferentes atores governamentais e não-governamentais, formando uma comunidade de política. Desse encontro e a partir do debate, demandas são estruturadas, contudo, nem sempre elas repercutem em outros espaços, citamos o Congresso Nacional. Tomando como objeto de estudo para este artigo o tema da *redução da maioria penal*, encontramos nas conferências nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CNDCA - atores se posicionando contra a redução, enquanto, no âmbito do Congresso Nacional encontramos propostas legislativas apoiando a redução.

Este artigo conta com uma parte da pesquisa para a dissertação de mestrado em andamento e com novas hipóteses, ainda em fase preliminar de conhecimento. Sua estrutura está dividida em cinco tópicos, além da introdução e conclusão. No tópico 1 e 2 faremos uma introdução ao assunto das conferências, o papel dos atores e as tipologias que ensinam sobre comunidades políticas. No tópico 3 e 4 apresentaremos algumas falas proferidas nas conferências com recorte para a redução da maioria penal e apresentaremos propostas em tramitação no Congresso Nacional sobre o mesmo tema. No tópico 5 há uma reflexão sobre como levar as demandas das conferências a outros espaços.

O objetivo, partindo da apresentação dos resultados exploratórios que podem servir para futuras pesquisas, consiste em demonstrar a diferença entre a discussão da conferência e as propostas do Congresso Nacional, pois embora a conferência resulte em deliberações que não são, ou não se tornam obrigatoriamente lei, uma maior convergência de agendas entre os espaços auxiliaria o fortalecimento da democracia.

1. Conferências Nacionais: histórico e características

A proposta dessa seção é caminharmos brevemente pela história da criação das Conferências Nacionais e com isso conhecer suas principais características. A partir das teorias sobre instituições participativas, entender a importância das Conferências Nacionais para a sociedade.

A primeira Conferência Nacional que se tem registro aconteceu em 1937 e foi instituída pelo ministro da Educação e Saúde Pública por meio do Decreto 378:

Art. 90. Ficam instituídas a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à educação e à saúde, realizadas em todo o País, e a orientá-lo na execução dos serviços locais de educação e de saúde, bem como na concessão do auxílio e da subvenção federais. (BRASIL, 1937 [sic]).

A motivação para essa lei era auxiliar a articulação federativa, pois se entendia que a Conferência era um canal para que o Estado negociasse com os governos estaduais (SOUZA, 2013). Outros conceitos merecem atenção, Avritzer (2013) apresenta que as conferências são “instituições participativas de deliberação sobre políticas públicas no nível nacional do governo” (AVRITZER, 2013. p. 125). Outra definição que se tem é que as Conferências se constituem enquanto espaço público, pois garantem um processo de ampliação da participação social (SOUZA, 2013. p. 31) ou então, as Conferências podem ser vistas a partir de uma abordagem **democrática-deliberativa** que a define como espaços de participação, deliberação e representação que “constituiriam um processo de diálogo e manifestação de opiniões para a definição de uma agenda pública” (SOUZA, 2013. p. 32). Destas possíveis definições surgem novas categorias de análise que merecem atenção por serem essenciais na construção de um conceito.

No conceito de Avritzer é criada uma relação entre *conferência e instituição participativa*, esta, por sua vez, é entendida como “modalidades mais institucionalizadas de engajamento político” (ALMEIDA, 2015. p. 11) e representam um processo de formação das vontades coletivas e a atenção se volta para a participação da sociedade civil (2015, p. 15). Silva (2018) confere outra dimensão para as instituições participativas, classificando-as como *instituição de deliberação participativa* entendida como uma forma diferenciada de incorporar cidadãos e associações civis, de modo que *instituição* remete ao conjunto de regras de funcionamento; *deliberativa* a função de reunir pessoas para debater e *participativa*, pois reúne representantes de diversos grupos sociais (*Ibid.* 2018. p.11). A característica que mais se destaca nas instituições participativas é o fato de diferentes atores ocuparem seus espaços.

As Conferências vieram com o intuito de auxiliar a articulação da esfera Federal com os Estados e com essa visão é possível encontrar elementos que a caracterizam como *instituição participativa*, como por exemplo, a participação de diferentes atores. Para demonstrar essa característica, o quadro a seguir traz os membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda – em sua gestão 2017 e 2018.

QUADRO 1

CONSELHEIROS (AS) GOVERNAMENTAIS	
Casa civil	Ministério da saúde
Ministério do desenvolvimento social e agrário	Ministério do planejamento, desenvolvimento e gestão
Ministério da cultura	Ministério do trabalho
Ministério do esporte	Ministério da justiça e cidadania
Ministério da fazenda	Secretaria especial de direitos humanos
Secretaria da previdência do ministério da fazenda	Secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial
Ministério das relações exteriores	

CONSELHEIROS (AS) DA SOCIEDADE CIVIL	
Fundação fé e Alegria do Brasil	Rede nacional de pessoas Trans do Brasil - REDETRANS (S)
Associação Internacional Maylê sara Kali	Associação Nacional Criança não é de Rua (S)
Federação nacional das APAES - FENAPAES	Movimento Nacional De Meninos E Meninas De Rua - MNMMR (S)
Centro de educação e cultura popular - CECUP	Movimento Nacional Dos Direitos Humanos - MNDH (S)
Confederação nacional dos trabalhadores na agricultura - CONTAG	Coletivo Nacional De Juventude Negra - Enegrecer (S)
Casa de cultura ilê asa d'osoguâ – CCIAO	Articulação Brasileira De Gays - ARTGAY (S)
Associação brasileira de educação e cultura - ABEC	Conselho Federal De Psicologia - CFP (S)
Conferência nacional dos bispos do brasil - CNBB	Instituto Alana (S)
Associação nacional dos centros de defesa da criança e do adolescente - ANCED	Aldeias Infantis SOS Brasil (S)
Central única dos trabalhadores - CUT	Associação Dos Magistrados Brasileiros - AMB (S)
Federação nacional dos empregados em instituições beneficentes, religiosas e filantrópicas - FENATIBREF	Educação E Mobilização Social - Avante (S)
Federação brasileira das associações cristãs de moços - ACM	Conselho Federal De Serviço Social (S)
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	Fundação Luterana De Diaconia - FLD (S)
Instituto Tellus	Fundação ABRINQ Pelos Direitos Da Criança E Do Adolescente (S)

Fonte: dados da pesquisa. Corresponde a gestão da Conanda 2017/2018.

Elaborada pela autora.

N.A: o sinal (s) indica as entidades suplentes

Mesmo sem conhecer a bandeira de cada entidade da sociedade civil, é possível perceber que uma amplitude de atores participa do conselho, que é responsável por organizar as conferências, de modo que há pluralidade também no espaço das conferências. A partir da ideia de inclusão compreendemos o sentido de alargamento ou expansão da comunidade de debate (MARTELI; ALMEIDA; LUCHMANN, 2016. p.16) que altera a relação que se tem entre Estado e Sociedade.

Entende-se que as Conferências são inclusivas, pois reúnem: “um conjunto cada vez mais diverso [*sic*] e heterogêneo de grupos sociais [...] distribuídos entre ONGs, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais [...] (POGREBINSCHI, 2011. p. 262)

Essas demonstrações reforçam a ideia que as Conferências são espaços de participação social e possuem características próprias relacionadas a sua forma de funcionamento. A primeira característica é a necessidade de regulamentação, que costuma ser o *decreto presidencial*, no entanto, isso não impede que as conferências sejam convocadas por outro instrumento, por exemplo, a resolução de conselho da área (SOUZA, 2013. p. 35). A Resolução nº 121 de 20 de dezembro de 2006 que regula o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA - no art. 12, inciso IV faz a chamada da Conferência Nacional colocando-a como um fórum de deliberação:

Art. 12. O plenário do CONANDA é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste regimento, e a ele compete:
IV – Convocar, ordinariamente, a cada três anos, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, para avaliar e deliberar a política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. (CONANDA, 2006)

Cada Conferência tem por base um regimento interno e na última Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, discutiu-se em plenária com os delegados “Durante a X CNDCA o Regimento Interno, bem como seu processo de construção e aprovação pelo Conanda, foi apresentado ao Plenário da Conferência e em seguida ratificado pelos delegados.” (Anais da X CNDCA, 2016. p. 17).

Outra característica é a realização de etapas interconectadas (SOUZA, 2013), ou seja, há realização de etapa municipal, estadual e por fim, nacional. A eleição de representantes ocorre concomitante a estas etapas, pois da fase municipal saem os eleitos para a fase estadual e assim sucessivamente. Na última CNDCA houve este cuidado “[...] o Conanda aprovou o

Documento Base da Conferência que orientou todo o processo municipal, estadual e nacional” (Anais X CNDCA, 2016. p. 3). Ao fim da etapa nacional elabora-se um relatório final que descreve o funcionamento da Conferência e apresenta as moções aprovadas e rejeitadas pela plenária final. Sendo assim, as Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentam as principais características de uma conferência, o que corrobora a importância para a luta por direitos e políticas públicas.

2. Atores e a comunidade política

Quando se pensa em pluralidade de atores não se quer demonstrar apenas a dimensão numérica, mas também a importância de diferentes pessoas se reunirem. As conferências se amoldam à teoria das instituições participativas e “representa um processo de formação das vontades coletivas, onde a atenção se volta para a participação da sociedade civil” (ALMEIDA, 2015) por isso, trazemos diferentes conceitos ao estudo. O primeiro que se destaca é o conceito de rede de políticas públicas, desenvolvido a partir dos estudos de subsistemas (CAPELLA; BRASIL, 2015). Hecló (HECLO, 1970 *apud* CAPELLA; BRASIL, 2015) apresenta o conceito de *issue network*, as redes temáticas. Para ele, não é válido pressupor e aceitar que somente grupos pequenos possuam o poder de decisão nos programas públicos, como sugeria a concepção do *triângulo de ferro*, pois as redes temáticas envolvem um número amplo de participantes, na qual “o interesse material seria secundário: o principal interesse dos participantes dessas redes seria o comprometimento intelectual ou emocional.” (CAPELLA; BRASIL, 2015 p. 61-62).

O segundo conceito foi desenvolvido por Rhodes (RHODES, 1988 *apud* CAPELLA; BRASIL, 2015) e teria em um extremo as *redes temáticas* e em outro as *comunidades de políticas*, que se caracterizam por ter uma participação limitada de membros, mas com alta integração e consistência. Entre elas, se situam as *redes de políticas públicas* que englobando a ideia de pluralidade de Hecló, acrescentam a visão de que os atores governamentais são também atores sociais que se encontram em uma rede de relacionamento. Tal ideia demonstra o rompimento da dicotomia *Estado x sociedade* (*Ibid.* 2015, p. 63).

John Kingdon em sua obra *Agendas, Alternatives, and Public Policies* (1984) explora questões que vão desde como um assunto se insere na agenda, até o fluxo político. Kingdon é reconhecido por desenvolver um sistema para pensar políticas públicas - *multiple stream* - ou seja, múltiplos fluxos seriam responsáveis por orientar a formação da agenda e posteriormente a política pública. Ele aborda também o conceito de comunidade de políticas (*policy communities*) caracterizada pela reunião de especialistas em uma determinada área que são

membros tanto de dentro, quanto de fora do governo. O autor ainda segue explicando que na comunidade de políticas os participantes interagem uns com os outros, de modo que conhecem suas ideias, propostas e pesquisas (KINGDON, 2011. p. 117-119). Acreditamos que os conceitos apresentados aqui não são excludentes, e muitas vezes se complementam. Ao pensar na reunião dos atores nas Conferências, a definição do Kingdon se encaixa, pois existem membros de dentro e de fora do governo, bem como especialistas no assunto. O conceito de *rede de políticas públicas* também não é descartado, pois os atores governamentais também são considerados atores sociais.

Buscamos demonstrar nessa seção como as Conferências Nacionais apresentam características das instituições participativas, por isso foi necessário o esforço de compreender o que são as instituições participativas, para depois buscar seus elementos nas conferências. Fizemos uma reflexão mais ampla sobre o papel dos atores e de como a reunião deles forma uma comunidade de política.

A participação de diferentes pessoas se tornou possível com a Constituição de 1988 e as conferências são resultado da ampliação dessa participação. O papel dos atores é importante quando pensamos nas políticas públicas, pois seu ciclo apresenta fases que dependem do trabalho deles, como a fase da formação *da agenda*. Isto é um ponto importante, pois em última medida se espera que os debates que ocorrem no âmbito de uma conferência, influenciem a implementação de políticas públicas.

3. A vocalização contra a redução da maioria penal nas conferências nacionais

A partir de agora a proposta é demonstrar como a questão da redução da maioria penal aparece nas conferências. Com o uso de ferramentas para busca textual, procuramos nos Anais da VII, VIII, IX e X CNDCA falas que trouxessem essa questão. O objetivo foi mapear as falas de atores que ocuparam a tribuna.

Durante a VII CNDCA realizada em 2007, havia um espaço para o debate chamado de “sessão de diálogos” e uma sessão se direcionou ao tema da *redução da maioria penal*. Nos Anais dessa conferência encontramos uma síntese do debate que contou com a participação do Deputado Federal Paulo Henrique Lustosa e com dois representantes da sociedade civil do Conanda (CFP e AMBP). Os demais participantes da conferência puderam se escrever de forma voluntária “O debate foi dividido com vários conselheiros e conselheiras presentes numa sala que permaneceu lotada durante todo o trabalho” (Anais VII CNDCA, p. 141). A preocupação de todos da área era com uma proposta de Emenda Constitucional que reduzia a idade penal de 18 para 16 anos e apresentava caráter inconstitucional, como também

feria a “credibilidade do país com relação aos compromissos internacionais assumidos, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente das Nações Unidas” (*Ibid.* p. 141). Nessa ocasião, os participantes lembraram que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou uma Emenda Constitucional que reduzia a maioria penal e ressaltaram que incompreensões sobre o tema o recolocam no centro do debate “existe uma larga distância entre o que a Lei preconiza e sua aplicação” (*Ibid.* p.142). A conclusão desse debate foi que a redução da maioria penal é uma medida equivocada e é preciso discutir essa questão com a sociedade, nas palavras do Deputado Federal Paulo H. Lustosa “[a redução] seduz uma parcela significativa da sociedade [...] precisamos nos concentrar na recuperação do jovem, é o investimento em políticas públicas mais eficientes que trará resultados consistentes” (*Ibid.* p.143).

Logo no pronunciamento de abertura da VIII CNDCA em 2009 proferido pela ex Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmen Silveira de Oliveira chama atenção para a realização da primeira edição da Conferência Nacional de Segurança Pública que estabeleceu entre as suas deliberações o “não” para a redução da maioria penal (Anais VIII CNDCA, p.14). No Painel 1 também ocorreram falas em defesa da não redução da maioria penal, o advogado e representante da Associação dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente retoma a noção de que no final do século XIX as crianças e os adolescentes representavam um perigo, contudo, a violência e o conflito social fazem das crianças e adolescentes vítimas e a redução implicaria em criminalização (*Ibid.* p. 58). Por fim, merece destaque a fala da presidente do Conanda no momento daquela conferência, Carmen Silveira:

O Conanda tem a convicção de que nestas duas mil trezentas e vinte e cinco assinaturas nós poderíamos somar talvez outras centenas de assinaturas de vocês que não estão contemplados aqui neste abaixo-assinado, e de milhares de outros militantes do Movimento da Infância e da Juventude e da Adolescência que têm dito reiteradamente não à redução da maioria penal. Oxalá aos parlamentares, que sejam sensíveis a essa demanda. Talvez nós necessitemos de espaços como esse com mais frequência, para que eles também se chacoalhem um pouco em relação a isso.” (*Ibid.* p.63)

Em 2012 na IX CNDCA durante os pronunciamentos de abertura a ministra – chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ao falar da socioeducação, afirma que ao invés de uma política socioeducativa de recuperação, o adolescente em conflito com a lei pode se aprofundar em “uma vida no mundo da violência e na perda de oportunidades” (Anais IX CNDCA, p.26) e reforça que naquela conferência existia um

compromisso de enfrentar a realidade e construir uma política socioeducativa e há “um compromisso claro [...] contra qualquer movimentação de caráter conservador e equivocado de redução da maioria penal” (*Ibid.* p.26). Nessa conferência ainda foi apresentada uma moção pela implantação integral do SINASE e contra o rebaixamento da idade maioria penal e aponta que “havendo oportunidade concretas de inclusão sócio-cultural-esportiva-familiar-comunitária-profissional os adolescentes respondem positivamente” (*Ibid.* p.87).

Realizada em 2016 a X CNDCA promoveu a mesa 1 que tinha como tema: “A democracia, os direitos humanos e as crianças e os adolescentes” nessa ocasião o professor Assis de Oliveira da UFPA ressaltou que a implantação do Plano Decenal era a alternativa para concretizar direitos, e que a redução da maioria penal não reduz a criminalidade, mas leva a um caminho de retrocesso (Anais X CNDCA. p.25). Nesse mesmo sentido, a mesa 3 com o tema “os 25 anos do ECA na perspectiva de uma política nacional de direitos da criança e do adolescente” contou com a fala da representante da Unicef, Casimira Benge que refletiu que o ECA inaugurou um sistema de garantias e responsabilidades, mas o perigo do retrocesso surge com discussões acerca da redução da maioria penal (*Ibid.* p.30). Ainda, a moção de nº 10 proposta pela delegação de Minas Gerais e direcionada ao judiciário e ao Ministério Público tinha como título “não à redução da maioria penal” e apresentou uma fala que sintetiza o problema central dessa medida “Ora, se a lógica de encarceramento é uma prática ineficaz para enfrentar a violência, como a redução da maioria penal poderia se apresentar como uma solução viável?” (*Ibid.* p.53)

Com esse levantamento pretendemos demonstrar de que forma o tema da redução da maioria penal é debatido nas conferências nacionais. Podemos perceber que as falas e as moções se posicionam *contrárias* a redução. A seguir apresentaremos uma síntese das alternativas que estão em tramitação no Congresso Nacional sobre o mesmo tema.

4. Propostas em tramitação no Congresso Nacional

Com auxílio da ferramenta de busca textual do site do Congresso Nacional, buscamos pelo termo *redução da maioria penal* e a pesquisa retornou com 1.010 resultados, para esse artigo utilizamos o filtro “em tramitação” disponível no próprio site e o resultado diminuiu para 09 propostas que estruturamos no quadro a seguir:

QUADRO 2

PROJETO	POSIÇÃO ATÉ 21/08/2018
Projeto de Decreto Legislativo nº 270 de 2015 que convoca um plebiscito para reduzir a	Em 02/07/2015 estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

maioridade penal de dezoito para dezesseis anos, nos casos de crimes hediondos.	
Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 142 de 2017: requer realização de diligência na forma de audiência pública a ser realizada no Rio de Janeiro.	Em 18/10/2017 estava na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64 de 2016: requer a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema “Redução da Maioridade e Imputabilidade Penal”	Em 08/06/2016 estava na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Proposta de EC nº 21 de 2013: altera o art. 228 da CF e reduz a maioria de 18 para 15 anos.	Em 24/10/2017 estava com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2012: proposta de reforma do Código Penal.	Em 06/11/2017 estava com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Proposta de EC nº 15 de 2015: altera a CF para responsabilizar criança e adolescente por crime de natureza hedionda.	Em 04/11/2017 estava com Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Proposta de EC nº 115 de 2015: altera a redação do art. 228 para incluir: “ressalvados os maiores de dezesseis anos, observando-se o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e dos menores inimputáveis, em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.	Em 24/10/2017 estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Proposta de EC nº 33 de 2012: altera o art. 129 e 228 da CF para acrescentar um parágrafo único que prevê a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar.	Em 24/10/2017 estava com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Proposta de EC nº 74 de 2011: acrescenta um parágrafo único ao art. 228 para estabelecer que em casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penal inimputáveis os menores de 15 anos.	Em 24/10/2017 estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fonte: dados da pesquisa
Elaborado pela autora.

O quadro acima não dá conta de expor todas as demandas que se encontram em tramitação e este tampouco é nosso objetivo, o que pretendíamos com essa comparativo era demonstrar as diferenças de posicionamento, pois quando olhamos as falas das conferências percebemos que são contrárias a redução, em contrapartida as propostas em tramitação no Congresso Nacional se posicionam favoráveis a redução da maioria ou aumento do tempo de internação, medidas severas que estão na contramão da finalidade das medidas socioeducativas. Ademais, tal descompasse nos ajuda a refletir sobre o pouco impacto das

conferências em outros espaços de decisão, ao menos no que tange a redução da maioria penal, concluímos que existe pouco diálogo.

5. Como levar as demandas das conferências a outros espaços?

As demandas de uma conferência não se tornam necessariamente leis, contudo, são essenciais para orientar o debate sobre um determinado assunto “resulta em um documento final contendo diretrizes para a formulação de políticas públicas na área objeto da conferência” (PROGREBISNCHI, 2011. p. 262). O espaço das conferências nacionais permite que os atores se reúnam e deliberem e essa inovação é uma ferramenta importante para a gestão pública, pois o governo não consegue estar em todos os lugares e saber de todas as demandas para solução de problemas públicas. Souza e Pires (2012) analisaram as conferências na perspectiva dos gestores federal e demonstraram que os responsáveis por programas federais relatam baixo uso das conferências como forma de interação com a sociedade (*Ibid.* 2012. p. 500). Nesse mesmo sentido, uma pesquisa realizada pelo Ipea em 2012 demonstrou a visão dos conselheiros sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dois pontos merecem destaque nesse artigo. Quando questionados sobre a *percepção com relação a influência do conselho na agenda do Congresso Nacional* 54% responderam que a influência era pouco significativa, 4% muito significativa, 25% significativa e 17% não sabe ou não respondeu. Foi perguntando sobre as *principais dificuldades e obstáculos enfrentados pelo conselho* e dificuldades como *i)* limitação de passagens e diárias; *ii)* divergência nas opiniões; *iii)* excesso de reuniões etc. foram elencadas, mas, nos chamou a atenção duas dificuldades apontadas por dois conselheiros distintos: *iv)* dificuldade de implantação das deliberações do conselho; *v)* entendimento da democracia participativa por parte do governo e do Estado brasileiro (IPEA, 2012. p. 37; 47-48).

Essa pesquisa nos ajuda a reforçar a defasagem que há entre o espaço das conferências e outros espaços de deliberação como o Congresso Nacional, os conselheiros consideram a influência pouco significativa e nossa pesquisa demonstrou uma dissonância entre os dois locais, Pogrebinschi sintetiza “A concretização dos resultados das conferências não são respaldados por leis e dependem da vontade política dos governos, contudo, as conferências possuem autonomia perante o Estado” (POGREBINSCHI, 2011. p.265).

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi demonstrar que as conferências nacionais, sobretudo a dos direitos da criança e do adolescente são uma instituição participativa, a reunião dos atores governamentais e não-governamentais forma uma comunidade de política, conforme conceituou Kingdon, são atores de dentro e de fora do governo, especialistas no assunto da criança e do adolescente.

Para demonstrar a baixa articulação das conferências com outros espaços optamos por pesquisar o tema da redução da maioria penal em quatro edições de conferências nacionais e repetir a busca no site do Congresso Nacional. O resultado obtido com a análise documental demonstra que no âmbito das conferências as falas e algumas moções se posicionam contrárias a redução, ao passo que no Congresso Nacional tramitam projetos favoráveis a redução. Não obstante a lesividade ao direitos, o perigo do retrocesso é iminente ao observamos os projetos em tramitação.

Este artigo não pretendia esgotar o tema, mas apenas lançar luz sobre a importância de fortalecer a comunicação entre diferentes espaços, é necessário aprender sobre as interfaces entre o Estado e a sociedade, pois a conferência reúne esses dois polos e o conselho possui representantes destes dois espaços. As conferências são uma conquista para o fortalecimento da democracia e da participação social e novos estudos podem ajudar a aprimorar a comunicação com órgãos do governo, bem como, com outras instituições participativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla. **A participação política nas democracias contemporâneas: mapeando o debate.** in MARTELI, C. G.G; JARDIM, M. C; GIMENES, E. R: Participação Política e democracia no Brasil Contemporâneo. p. 11-31. UNESP: Cultura Acadêmica, 2015.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática; esfera pública e participação local.** Sociologias, ano 1, nº2. p. 18-44: UFMG, 1999. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/6925/4198>>. Acesso em 15 maio 2018.

BRASÍLIA. **Anais da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conferencias>> Acesso em 01 set 2017.

BRASÍLIA. **Anais da VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conferencias>> Acesso em 01 set 2017.

BRASÍLIA. **Anais da IX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conferencias>> Acesso em 01 set 2017.

BRASÍLIA. **Anais da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conferencias>> Acesso em 01 set 2017.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Projeto de Decreto Legislativo nº 270.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122082>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 142.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131167>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125833>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Proposta de Emenda Constitucional nº 21.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/112420>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Projeto de Lei do Senado nº 236.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Proposta de Emenda Constitucional nº 15.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119837>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Proposta de Emenda Constitucional nº 115**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122817>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Proposta de Emenda Constitucional nº 33**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106330>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. Congresso Nacional. **Proposta de Emenda Constitucional nº74**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101484>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASÍLIA. **O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na visão do seus conselheiros**. IPEA, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_conanda.pdf>. Acesso em 29 ago. 2018.

MARTELLI, Carla Giani; ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia. **Os sentidos de representação e de inclusão política nas Conferências de Políticas Públicas no Brasil**. X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://participacaopolitica.cfh.ufsc.br/eventos-e-atividades-realizadas/>>. Acesso em 29 ago. 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Análise De Políticas Públicas: Uma Revisão Da Literatura Sobre O Papel Dos Subsistemas, Comunidades E Redes**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 101, p. 57-76, 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000100057&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Set 2017.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas**. BIB, nº 61, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-61/582-perspectivas-teoricas-sobre-o-processo-de-formulacao-de-politicas-publicas/file>>. Acesso em 15 maio 2018.

CONANDA. **Conselheiros: Gestão 2017/2018**. Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/conteudos-estaticos/conselheiros-conanda-gestao-2017-2018>>. Acesso em 07 set. 2017.

CONANDA. **Resolução nº 121 de 20 de Dezembro de 2006**: Dispõe sobre regimento interno do Conanda. Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/conteudos-estaticos/regimento-interno>>. Acesso em 07 set 2017.

CONANDA. **Um balanço das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente: Elementos para uma reflexão**. Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conferencias/8a-conferencia-1/balanco-das-conferencias-nacionais-dos-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes-1a-a-8a-conferencia/view>>. Acesso em 01 set 2017.

KINGDON, John W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2. ed. in SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas** - Coletânea Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

SILVA, Sando Pereira. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de Souza et al.: **Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político.** in AVRITZER, Leonardo. SOUZA, Clóvis Henrique Leite de Souza (orgs): Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades. Brasília: Ipea, 2013. p. 25 - 47. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/Ipea_conferencias/livro%20conferencias%20nacionais.pdf>. Acesso em 01 set 2017.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de Souza: **A que vieram as Conferências Nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010.** in AVRITZER, Leonardo. SOUZA, Clóvis Henrique Leite de Souza (orgs): Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades. Brasília: Ipea, 2013. p. 55 - 73. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/Ipea_conferencias/livro%20conferencias%20nacionais.pdf>. Acesso em 29 ago. 2018.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Conferências Nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva de gestores federais.** *Revista de Serviço Público* [online]. 2012, vol. 63, n.4 p. 499 – 518. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/109/105>>. Acesso em 29 ago. 2018.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. **Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional.** *Dados* [online]. 2011, vol.54, n.3 p.259-305. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 ago. 2018.



**(RE) PENSANDO A PARTICIPAÇÃO E O SEU PAPEL NA DEMOCRACIA À LUZ
DO PRAGMATISMO: UM ESTUDO JUNTO AO FÓRUM DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE FLORIANÓPOLIS**

Cintia Moura Mendonça¹
André Manoel²
Carolina Andion³

GT 3 - MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

¹ Mestranda em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – Florianópolis/SC, Brasil e Bolsista da FAPESC/SC - Brasil E-mail: cintiamouramendonca@gmail.com

² Graduando em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – Florianópolis/SC, Brasil e Bolsista da FAPESC/SC - Brasil. E-mail: manoel130596@gmail.com

³ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – Florianópolis/SC, Brasil. E-mail: andion.esag@gmail.com

**(Re) pensando a participação e o seu papel na democracia à luz do pragmatismo:
um estudo junto ao Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis**

Cíntia Moura Mendonça

André Manoel

Carolina Andion

Universidade do Estado de Santa Catarina

Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas

RESUMO

Esse artigo é fruto de uma pesquisa que tem como finalidade compreender o papel do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis enquanto espaço de fortalecimento democrático na cidade. Para isso, um dos objetivos específicos do estudo é recuperar sua trajetória visando compreender a sua configuração atual, ressaltando os atores individuais e coletivos que se mobilizam em torno do fórum, bem como descrevendo seu "campo de experiência", de modo a analisar o seu papel no fortalecimento da participação democrática no município. Partindo da perspectiva do pragmatismo, esse artigo propõe uma abordagem que subsidia a compreensão do problema de estudo, descreve a metodologia e, por fim, apresenta alguns dos resultados preliminares do levantamento documental que está em andamento com vistas a recuperar a trajetória do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis.

PALAVRAS-CHAVES: Participação, Democracia, Pragmatismo.

INTRODUÇÃO

As relações entre Estado e sociedade civil no Brasil, especialmente o que se refere à participação cidadã nas decisões estatais, são marcadas por uma série de avanços e retrocessos em um processo continuado (DAGNINO, 2002a). Essas relações despertaram o interesse de pesquisadores a partir das décadas de oitenta e noventa, o que resultou em uma série de estudos sobre Estado, sociedade civil, participação e democracia (DAGNINO, 2002a e 2004; AVRITZER 2002; NOGUEIRA 2004)

Tal interesse se dá especialmente como propõe Avritzer (2012) com a redemocratização que tem como marco a Constituição Federal de 1988, a qual expressa a forma como o poder popular deve ser exercido já no parágrafo único de seu artigo 1º: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, participação e sociedade civil ganham novos significados no discurso oficial da reforma do aparelho do Estado. Tendo como pano de fundo a redução do papel do Estado, os atores da sociedade civil foram direcionados “mais para a *gestão* de políticas do que para a *oposição* política.” (p. 58). Predominava, assim, a visão de sociedade civil como recurso gerencial, passando-se a revalorização da solidariedade e da filantropia, o que acrescenta uma certa dose de despolitização no imaginário coletivo (NOGUEIRA, 2004).

Como destaca Dagnino (2004), no processo de (re)construção da democracia no Brasil colocam-se em disputa dois projetos políticos: o que nasce no seio da sociedade civil desde a luta contra o regime militar e que supera as relações de contraposição ao Estado e passa a apostar na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático; outro que busca isentar cada vez mais o Estado de seu papel de garantir direitos e transferindo as suas responsabilidades à sociedade civil, especialmente às políticas sociais. Com essa “confluência perversa”, embora os projetos apontem em direções opostas, há uma aproximação no discurso de ambos que deixa nebulosa a disputa política e dificulta o processo democrático (DAGNINO, 2004).

Atualmente, o país experimenta uma grave crise política: escândalos de corrupção e a volta da hegemonia neoliberal geram um intenso desencantamento dos atores sociais pela política. Observa-se o encolhimento dos espaços públicos de participação e a sobreposição do público pelo privado. A crise fiscal associada à ideia de redução do papel do Estado fazem presenciar o desmonte das políticas sociais, o esquecimento do papel político da sociedade civil e a extinção de direitos conquistados a muito custo pela mobilização social no país.

É nesse cenário de disputa de projetos políticos que, a partir de 2004, se constitui o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis (FPPF), entidade da sociedade civil que busca, desde a sua fundação, ser um espaço de diálogo dos representantes da sociedade civil nos conselhos de políticas pública de Florianópolis. Esse contexto político e social em que se insere o FPPF impele a debruçar-se sobre as relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil e a compreender se, como e em que medida esse espaço como podem fortalecer a participação cidadã e o Estado democrático. Considerando o que propõem Alperstedt e Andion (2017), os problemas da investigação social devem surgir de situações problemáticas do cotidiano para que a pesquisa faça sentido.

Nessa perspectiva, este trabalho busca no olhar sociológico dos pragmatistas uma alternativa para a compreensão do problema de pesquisa a partir da experiência dos próprios atores que com ele sofrem e buscam formular respostas (CEFAÏ, 2017). Em particular nos baseamos nos trabalhos do pragmatismo de Dewey (2004) e da sociologia dos problemas públicos (CHATEAURAYNAUD, 2011, CEFAI e TERZI, 2012, CEFAÏ, 2017) para buscar compreender em que medida o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis é um espaço de fortalecimento da participação cidadã e do Estado democrático em Florianópolis.

Partindo dessa questão os autores estão em processo de pesquisa e neste trabalho buscam descrever e refletir, a partir da abordagem do pragmatismo (DEWEY, 2004; CEFAI, 2012), sobre método e as etapas que estão sendo realizadas, bem como apresentar alguns resultados levantado, para compreender os impactos democráticos da atuação do FPPF, partindo de três etapas: 1) Recuperar a trajetória do FPPF, buscando compreender a sua atuação junto as políticas públicas municipais; 2) Reconstituir a rede que forma o FPPF, buscando compreender quem são os seus principais atores-rede, o que eles fazem e a sua incidência política junto as Políticas Públicas (PP) e 3) Acompanhar a atuação em particular junto a dispositivos mais recentes de regulação da relação entre sociedade civil e poder público no Município (Lei 13.019/2014 - MROSC e Lei de OS).

Mais especificamente nesse estudo, abordaremos as contribuições conceituais da abordagem pragmatista para desenhar o caminho metodológico desse estudo, sobretudo, na primeira e atual etapa do processo que consiste em recuperar a trajetória do FPPF desde a sua constituição, mapeando controvérsias, eventos críticos, mobilizações e engajamentos, atores envolvidos, buscando analisar a sua atuação junto às arenas públicas da cidade e suas consequências.

ABORDAGEM PRAGMATISTA DA DEMOCRACIA: POR UMA ECOLOGIA POLÍTICA DOS PÚBLICOS E SUES PROBLEMAS

A perspectiva pragmática, conforme Andion et al 2017, focaliza nas práticas buscando acompanhar as experiências múltiplas de diferentes situações vivenciadas e diferentes escalas espaciais e temporais, além de dar ênfase nas consequências das ações coletivas para resolução de problemas públicos abrindo ou não novas oportunidades de ação. Assim, faz parte de uma nova ontologia social, que redefine o “social” percebido não como uma esfera exclusiva, mas como um movimento contínuo de associações e (re) associações entre diferentes atores-rede (humanos e não-humanos) (LATOURE, 2012);

Nesse sentido, a concepção de ação coletiva se diferencia do paradigma racional que a entende como resultado da soma de ações de atores racionais, tão pouco é considerada como subproduto de identidades e causas coletivas como no caso do paradigma dos novos movimentos sociais (ANDION, et al, 2017). Aqui, a ação coletiva é resultante de um processo de coordenação de pluralidades de públicos e de regimes de engajamento sempre provisório (CEFAI, 2009).

O locus principal da ação coletiva é a arena pública. Segundo Cefai (2012), o sentido dado à arena pública, provém da redefinição conceitual de esfera pública empregado por autores clássicos como Habermas (1962) e Arendt (1991). Tais autores, segundo Andion et al. (2017), definem esfera pública como um espaço com delimitação e contornos claros entre a esfera privada e o Estado, recorrendo a uma concepção mais normativa e formal. Já os estudos pragmatistas procuram mais do que enfatizar essa separação, se concentrar na hibridação ou na passagem entre as esferas (ANDION, et al, 2017). Assim, o sentido da arena pública, se dá a partir do conceito de “arena” com dupla conotação de um lugar de combates e cooperação, dentro de uma estrutura de coordenação entre diferentes elementos, onde são implantadas as operações realizadas por seus protagonistas e seus espectadores e as consequências pragmáticas que terão para outras pessoas (CEFAI, 2012).

Para tanto, o enfoque recai na centralidade da compreensão das experiências dos “públicos” e dos “problemas públicos” decorrente das “consequências” das ações humanas de acordo com o que defende Dewey (2004). O autor afirma que toda relação entre duas ou mais pessoas tem caráter social, sendo que suas ações podem influir em outras associações. Contudo, nem todas as associações são necessariamente públicas, pois estas podem ter consequências apenas aos interessados envolvidos. Torna-se público quando as consequências das ações de uma associação atingem a todos, direta ou indiretamente, até que, em um determinado

momento, seja imprescindível a necessidade de ocupar-se sistematicamente das consequências. O público, portanto, é formado por todos aqueles que se veem afetados pelas transações sociais e, por conta disso, encontram-se forçosamente envolvidos com outros com quem compartilham a produção das consequências. Assim, a concepção de democracia para o autor, extrapola os mecanismos institucionais do Estado, está incondicionalmente relacionada a todos os tipos de associações humanas e parte do fato de que o público é formado por uma multiplicidade de associações, com diversos tipos de vínculos e interações, e que os indivíduos se integram a vários grupos ao mesmo tempo.

De acordo com Cefai (2002) as abordagens pragmatistas, na medida em que transferem as trajetórias organizacionais e pessoais para as trajetórias dos problemas públicos, reabrem a discussão sobre o político, fazendo com que a coisa pública deixe de ser algo monopolizado pelo Estado para emergir a partir do enfretamento das situações problemáticas na vida cotidiana (CEFAI, 2012). Nesse sentido, um estudo sob a lente pragmatista propõe (re) ligar a observação das práticas realizadas por atores envolvidos com a busca por soluções cotidianas aos problemas públicos com o cenário sociopolítico em que se encontram para então buscar rastrear e compreender as consequências geradas ou não. Trata-se de colocar luz nas diferentes consequências de dinâmicas realizadas pelos diversos atores em várias instâncias. Com isso, pode-se evidenciar alguns reflexos da participação, em um contexto complexo, não linear e motivado por interesses individuais e coletivos que partem de atores com diferentes visões de mundo.

É nessa perspectiva que se coloca esse estudo sobre o processo de criação, atuação e aprendizagem do FPPF, compreendido aqui como uma arena pública ou como destacam Cefai (2002) e Chateauraynaud (2011), enquanto um “laboratório de política” composto por atores institucionais e organizacionais, que atuam com o comprometimento de esforço coletivo de percepção e gestão de problemas públicos. Portanto não é lugar de consensos, mas um emaranhado de diferentes formas de ver o mundo, julgar e existir, o que configura um “campo de forças”.

Os referidos autores pragmatistas argumentam que para contribuir com a compreensão desse “campo de forças”, ou seja, “arena pública”, é importante traçar a trajetória (não linear), levando em conta os argumentos e jogos dos atores. Esta análise parte das controvérsias geradas nos debates públicos, pois evidenciam justificações, argumentos, engajamentos de atores que se mobilizam para solucionar uma situação entendida como problemática. As controvérsias são os debates não estabilizados que emergem em situação de prova, ou seja, quando se gera questionamento da situação como ela está, por meio, por exemplo de novos paradigmas

culturais ou legislações. Portanto, a análise das controvérsias evidenciam situações de “problematização” e “publicização” permitindo acessar e compreender como os atores agem publicamente, como se expressam, emitem sinal de alerta, entram em disputas e definem temas de conflito (CHATEURAYNAUD, 2012; LATOUR, 2012).

A partir desse arcabouço teórico, busca-se contribuir para (re) discutir os processos de participação diante dos desafios colocados pelo cenário político atual, no âmbito dos municípios. Em particular nos interessa regatar e compreender melhor a experiência do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis, que se constitui como caso emblemático e articulação intersetorial entre os conselhos de política pública em âmbito municipal.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Com o objetivo geral de compreender se e como o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis se configura como espaço de fortalecimento da participação cidadã e do Estado democrático em Florianópolis, a pesquisa completa que está em andamento tem 3 objetivos específicos: **1) Recuperar a trajetória do FPPF, buscando compreender a sua atuação junto as políticas públicas municipais; 2) Reconstituir a rede que forma o FPPF, buscando compreender quem são os seus principais atores-rede, o que eles fazem e a sua incidência política junto as Políticas Públicas (PP) e 3) Acompanhar a atuação em particular junto a dispositivos mais recentes de regulação da relação entre sociedade civil e poder público no Município (Lei 13.019/2014 – MROSC).**

Como já foi citado anteriormente, a pesquisa que está sendo desenvolvida segue a abordagem pragmatista para desenhar e executar o seu processo e definir uma postura etnográfica dos pesquisadores. O termo postura etnográfica é para referenciar as contribuições da etnografia para além do método, mas como postura epistemológica para a realização de pesquisas no campo da Administração Pública. A etnografia é um processo investigativo que se sustenta numa observação prolongada de situações em espaços públicos e organizações o que implica em manejar com habilidade o acesso ao fenômeno de estudo (ANDION; SERVA, 2006). Cabe ainda ressaltar a familiaridade com o campo de estudo já que uma das pesquisadoras já participa do FPPF desde o ano de 2015, o que, por outro lado, exige esforços sistemáticos de reflexividade sobre a ação de pesquisar com a necessidade a priori de “estranhamento”, ou seja, abdicar das concepções próprias para buscar conhecer todas as versões de diferentes pontos de vistas dos diferentes atores sobre a realidade estudada. A seguir será apresentado o passo a passo de cada objetivo específico, cabendo destacar que o processo

de pesquisa não é linear e tão demarcado como descrito aqui. A descrição da metodologia a seguir deve servir de bússula e instrumento de reflexividade sobre o processo e a aprendizagem durante a caminhada.

Para a realização do primeiro objetivo específico de **1) Recuperar a trajetória do FPPF, buscando compreender a sua atuação junto as políticas públicas municipais;** a metodologia utilizada está sendo: **Passo 1** - recuperar o maior número possível de documentos físicos e digitais (atas, ofícios, e-mails, notícias, figuras, fotos, vídeos, listas de presença) buscando localizar com os principais protagonistas do FPPF desde sua fundação e também na internet, nas redes sociais e recortes de jornais, organizando os mesmos em pastas físicas disponíveis no espaço cedido para esse fim, entretanto, tendo como foco garantir a digitalização dos documentos físicos para que, juntamente com os demais já encontrados no meio digital, possam que ficar organizados logicamente e disponíveis em uma pasta acessível por link na nuvem para todos os que se interessarem, facilitando assim a pesquisa e o seu acompanhamento, bem como tornando “vivos” arquivos que estariam esquecidos em algum lugar. Outros benefícios, estão na entrega do acervo completo encontrado para os membros do colegiado do FPPF, bem como para acesso à futuras pesquisas. **Passo 2** - Organizar uma linha do tempo geral a partir do primeiro esforço de leitura dos documentos físicos encontrados para uma compreensão prévia sobre a fundação e as principais ações e controvérsias para então, sem seguida, ser complementada com detalhes a partir da leitura minuciosa de todas as atas, ofícios, e-mails e listas de presença. **Passo 3** - A partir da leitura e análise dos documentos e da construção do 1º ensaio de desenhar a trajetória do FPPF em linhas gerais, pode-se definir, inicialmente, algumas alguns elementos chaves: **participantes, temáticas latentes, situações de prova/dispositivos, controvérsias, desdobramentos/consequências e atores envolvidos.** A planilha elaborada até o momento foi preenchida com dados provenientes da 1ª leitura da trajetória a partir das atas de assembleias, encontros, e-mails e ofícios. **Passo 4 – Marcar entrevista com grupo focal para preencher possíveis “lacunas”, corrigir, alterar ou incluir informações na trajetória.** Esse grupo focal deve ser composto por 6 membros que atuaram, e alguns ainda atuam, de forma ativa na organização e encaminhamentos das ações coletivas que são: as duas coordenadoras anteriores do FPPF: Norma Sueli Carvalho, Elisabeth Bahia Spinola Bittencourt Férrer representante do Conselho Regional de Assistência Social - CRESS/SC e Associação dos Celíacos do Brasil – ACELBRA/SC, e quatro membros do colegiado do FPPF (instância de gestão do FPPF): Edelvan de Jesus Conceição, representante do Centro Cultural Escrava Anastácia - CCEA, Fernando Anísio Batista representante da Ação Social Arquidiocesana –ASA, Scheila Cristina Frainer Yoshimura representante do CMDCA e

Associação Comunitária Amigos de Jesus –ACAJE/Projeto: Casa de Acolhimento Semente Viva e Veronici Sutilli da Casa da Criança do Morro da Penitenciária. A entrevista aberta deve ser marcada tão logo tenha sido vencida por completo as etapas anteriores. Deve-se garantir a gravação de imagem e áudio para contribuir com a captura de detalhes importantes para análise bem como deve iniciar com uma breve apresentação da trajetória do FPPF até o momento desenhada, para então, abrir ao diálogo e considerações sobre a mesma. Assim, essa etapa **corresponde ao resgate da** trajetória, sendo que está dividida em 3 momentos para facilitar a sua compreensão:

Como já foi anteriormente abordado, o processo de pesquisa não ocorre de maneira linear e demarcada conforme os passos que servem apenas como um instrumento orientador, assim, o processo para alcançar o objetivo específico **“2) Reconstituir a rede que forma o FPPF, buscando compreender quem são os seus principais atores-rede, o que eles fazem e a sua incidência política junto as Políticas Públicas (PP)”**: levantamento, com base nas atas, de quem está participando e quem deveria participar de acordo com o seu regimento interno, para reconstituição da rede a partir da Plataforma do Observatório de Inovação Social de Florianópolis - OBISF, com vistas a identificar o perfil das organizações/instituições participação.

Por fim, para aumentar o alcance do aprofundamento sobre a incidência política do FPPF junto ao poder municipal, busca-se alcançar o 3º objetivo específico: **“3) Acompanhar a atuação em particular junto a dispositivos mais recentes de regulação da relação entre sociedade civil e poder público no Município (Lei 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – “MROSC)”**. Esse dispositivo trata-se uma Lei recente instituídas tanto no âmbito nacional, estadual e municipal e foi escolhida a partir da percepção das controvérsias, ou seja, discussões não estáveis e que perduram até os dias atuais, para assim, acompanhar a situação atual e o posicionamento diante de uma situação de prova, a implantação do MROSC, resgatar a narrativa do acontecimento.

Em síntese, o processo de reconstrução e compreensão da análise sobre a incidência política do FPPF, que necessariamente passa pela reconstrução da trajetória do fórum, da análise e acompanhamento das principais controvérsias e consequências acontece dividido em três momentos complementares: **Reconstrução da Trajetória do FPPF** – período que compreende desde os primeiros documentos encontrados em 2002 até o ano de 2013, **Reconstituição e análise da configuração atual do PPPF** – atores-rede que compõem o Fórum e quem está de fora, quais relações entre eles; **Reconstituição da situação atual** – visando ampliar a compreensão a partir de um campo de experiência que teve início em 2014 com a

aprovação da Lei do MROSC e que se efetivou no âmbito municipal em 20017, acompanhar os seus desdobramentos até os dias atuais.

RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA SOBRE A TRAJETÓRIA DO FPPF

A partir de documentos diversos encontrado desde o início das discussões, em 2002, que culminaram na criação do FPPF em 2004 e leituras das atas de Assembleia Geral Ordinária – AGO, dentro do período de 2011 a 2018, é possível apresentar alguns resultados preliminares conforme segue:

O Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis – FPPF surge, em 2004, da iniciativa de **organizações** e conselheiros representantes da sociedade civil ligadas às políticas de assistência social e defesa de direitos das crianças e adolescentes que, a partir da identificação de uma demanda comum aos atores, que deram origem a iniciativa: a emergência da intersectorialidade entre as políticas em defesa da Criança e Adolescente, Assistência Social e Educação e, conseqüentemente o fortalecimento das políticas públicas em defesa de direitos. (FPPF, 2004). O FPPF se define, enquanto

[...] instância permanente e legítima de articulação, mobilização, organização e fortalecimento das entidades e movimentos sociais, categorias profissionais, representações e organizações de usuários, organizações da sociedade civil e de apoio aos Conselheiros representantes da sociedade civil do município de Florianópolis, na luta e defesa pelos direitos de todos os usuários das diversas Políticas Públicas do município de Florianópolis. (FPPF, 2016).

Em 2002 tem-se alguns registros documentais do Fórum Municipal das Entidades Não Governamentais de Assistência Social de Florianópolis formado com objetivo de organizar o Fórum eletivo de conselheiros representantes das chamadas Organizações Não Governamentais – ONG para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis – CMAS. Alguns dos participantes desse Fórum organizaram, no mês de junho do ano de 2004, um “Encontro da Sociedade Civil integrando Lutas - Criança e Adolescente, Assistência Social e Educação” para criação do Fórum Integrado que organizou comissões temáticas para eleger as principais demandas para serem discutidas e encaminhadas em ações integradas e coletivas por um colegiado. Desse encontro elegeram-se os seguintes representantes para comporem as comissões de organização e gestão do Fórum Articulado: **1 – Comissão Coordenadora:** Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/SC, Ação Social Arquidiocesana –ASA, Associação de Pais e Professores – APP, **2 – Comissão de Políticas Públicas:** Conselho

Regional de Serviço Social - CRESS/SC, Grêmio Estudantil – A Força dos Jovens e Adultos, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMR, Centro de Valorização Humana Moral e Social -CEVAHUMOS, Centro de Assessoria a Adolescência – CASA, **3- Comissão de Mobilização:** Conselho Comunitário Agrônômica, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMR, Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, Fundação Fé e Alegria do Brasil, **4 – Comissão de Finanças:** Obra Assistencial Dom Orione, Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA e Grupo de Apoio e Prevenção a Aids – GAPA. Em 2006, observa-se documentos relacionados ao Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis sendo a sua primeira coordenadora geral a Sr. Norma Sueli Carvalho com a elaboração da Carta de Princípios em 2007 que vem sofrendo desde então inúmeras atualizações e que trata sobre o funcionamento do Fórum, a seguir, segue “recorte” dos princípios fundamentais na íntegra:

2-PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- 2.1- Compromisso com os dispositivos Constitucionais e com as normativas Nacionais, Estadual e municipal, para a garantia dos direitos dos usuários dos segmentos específicos das Políticas Públicas Setoriais.
- 2.2- Trabalho solidário, como instrumento de potencialização das capacidades e de superação das limitações das Entidades –Membro do Fórum Municipal.
- 2.3. Apoio aos Conselheiros representantes dos segmentos da sociedade civil nos Conselhos de Direitos e outros Conselhos do município.
- 2.4- Respeito à identidade, à autonomia e à dinâmica própria de cada Entidade-Membro do Fórum.
- 2.5- Espaço privilegiado e organizativo de articulação da sociedade civil para consecução dos direitos fundamentados em Leis e proposição de novas Leis que atenda os interesses e necessidades dos usuários. (FPPF, 2011)

No mesmo ano, encontram-se registros do Fórum das Entidades de Direito das Crianças e Adolescentes, também com a finalidade de realizar o fórum eletivos das ONG que preencheriam as vagas no CMDCA. Outro ponto interessante é em relação ao nome do Fórum, que pode ser identificado de formas variadas tais como: Fórum Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis, Fórum Municipal Permanente de Políticas Públicas de Florianópolis e Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis – FPPF, como é considerado nos dias atuais. Por ser uma instância sem formalização ou recursos disponíveis, variou os endereços de correspondências, guarda de arquivo e locais de realização das Assembleias Ordinárias. Sua coordenação de 2004 até hoje passou por 3 coordenações gerais: Norma Sueli Carvalho, Elisabeth Bahia Spinola Bittencourt Ferrer, que esteve presente desde a sua fundação até o final do ano de 2016 e Cíntia Moura Mendonça, eleita em 2016 com mandato até novembro de 2018. Falta confirmar os tempos dos mandatos das duas coordenações anteriores.

A partir do ano de 2011 aos dias atuais é possível encontrar mais documentos, tanto físicos como digitais. Foi um ano em que houve grande esforço por parte de integrantes do Colegiado do Fórum em melhorar a organização e comunicação. Fato que se culmina da criação do e-mail, do grupo e do Blog como canais de comunicação que visavam ampliar e facilitar a comunicação entre os integrantes do Fórum e com a sociedade.

Cabe destacar que, em relação aos **participantes e atores envolvidos**, dentre as representações que mais registraram presença, encontram-se as Organizações da Sociedade Civil – OSC, que atuam nas áreas da política de assistência social e da criança e adolescente, presentes desde sua fundação até os dias atuais, representando a categoria profissional, as organizações que mais participaram são: Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/SC e Sindicatos dos Psicólogos de Santa Catarina – SINPSI/SC e os Conselhos de Políticas Públicas mais presentes são os ligados a política da assistência social, ou mais especificamente à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, que são: Conselho Municipal de Assistência Social - **CMAS**, Conselho Municipal em Defesa da Criança e do Adolescente - **CMDCA**, Conselho Municipal dos Direitos das Pessoa com Deficiência - **CMDPD**, Conselho Municipal do Idoso - **CMI**, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis - **COMSEAS**, além desses conselhos mais atuantes, consta o registro de presença do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, **COMPIR**, Conselho Municipal de Educação – **CME**, Conselho Municipal de Saúde – **CMS**, **Conselhos Tutelares**, Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – **COMDIM**, Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis - **CMPC** - Diante do levantamento sobre os conselhos gestores de políticas públicas de Florianópolis, realizado pelo Fórum Municipal de Políticas Públicas, Fórum da Cidade e Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC, para apresentação na Assembleia Popular que mapeou a existência de 37 conselhos, 12 participam do FPPF. Esses dados evidenciam a priori que o Fórum, apesar dos esforços no sentido de promover a intersectorialidade dos conselhos de políticas públicas, não atinge a metade dos existentes. Cabe reforçar que é um resultado preliminar e que a análise na sua profundidade está em andamento como já citado. Atores envolvidos, ou seja, que não participam com regularidade ou não participam dos encontros, mas que de alguma forma são citados e procurados para executar os devidos encaminhamentos são: Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, Prefeitura Municipal de Florianópolis- PMF, Câmara Municipal de Florianópolis- CMF, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC e a Universidade Federal de Santa Catarina - USFC.

Outro enfoque sobre as **temáticas latentes**, ou seja, os temas mais abordados pelos participantes, pode-se perceber que são muitos, entretanto o desenho da trajetória está em andamento, sendo assim, optou-se por relatar nesse artigo dois dos temas que são discutidos com preponderância desde a fundação do FPPF até os dias atuais, como segue:

- **Orçamento Público Municipal.** Esse tema é citado desde a criação do FPPF até os dias atuais por ser um aspecto fundamental para a implementação e melhoria das políticas públicas, bem como para financiar os serviços de utilidade pública prestados por OSC que atuam, principalmente, nas áreas de assistência social, criança e adolescente e educação. É possível observar um “Marco” nesse processo quando se cria a “Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social”, no ano de 2010, tendo como Proponente e Presidente da mesma o Vereador Dr. Ricardo Camargo Vieira que permaneceu no cargo até o fim de seu segundo mandato em 2016. Essa Frente foi criada para levar as demandas do FPPF para serem debatidas por meio da esfera legislativa e buscar diálogo mais efetivo com o executivo. Algumas das ações realizadas até o momento foram: Criação do Projeto de Lei para instituição da política de assistência social no município de Florianópolis com garantia de receita mínima de 10% sobre a arrecadação. Em paralelo com esse Projeto de Lei, que por fim foi arquivado por ser “considerado com vício de origem” pelo fato de “gerar gastos” ao governo municipal não “cabendo” ao poder legislativo. Outra questão foi a mobilização para participação das audiências públicas para garantir orçamento mínimo de 10% para a política de Assistência Social todos os anos a partir do ano de 2010, buscando garantir orçamento para o ano seguinte. E ainda permanentes discussões sobre o gerenciamento e regulamentação sobre a captação de recursos por meio do Fundo da Infância e Adolescência que gera desde o início, muitas controvérsias entre sociedade civil e gestão municipal, que se agravaram com a implementação do MROSC no Município. Esse dispositivo de regulamentação das parcerias firmadas entre poder municipal e as OSC, vem gerando desde o ano de sua aprovação, 2014 até hoje, inúmeros eventos e mobilizações no intuito de gerar entendimento entre essas esferas e não interromper os serviços prestados pelas OSC.
- **Conselhos municipais de políticas públicas:** Tema central que inclusive seu origem ao FPPF conforme relatado anteriormente que surgiu a partir dos Fóruns eletivos para composição de representantes da sociedade civil nos seguintes conselhos municipais: **CMDCA, CMAS, CMI, CMDPD e COMSEAS.** Outro aspecto que vem motivando

mobilização é sobre o término dos mandatos, a substituição, prorrogação, nomeados e posse dos mandatos nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas citados. Sendo que o próprio FPPF já ocupou cadeira como representação das OSC no CMDCA e dos usuários de políticas públicas no CMAS, práticas que foram extintas na medida em que se atualizaram e modificaram as normas regulamentadoras sobre a composição desses conselhos. Cabe ainda destacar a identificação embrionária no FPPF de gerar intersetorialidade entre as políticas públicas e garantir autonomia e fortalecimento dos mesmos.

Com a análise preliminar, apesar de não fornecer dados detalhados para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa que está em andamento, é possível considerar que o FPPF, por meio de seus atores, vem buscando atingir, apesar das inúmeras dificuldades, o objetivo de promover a articulação, mobilização, organização e fortalecimento das representações das organizações da sociedade civil e de apoio aos Conselheiros representantes da sociedade civil do município de Florianópolis das diversas Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

ALPERSTEDT, Graziela Dias; ANDION, Carolina. POR UMA PESQUISA QUE FAÇA SENTIDO. **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 57, n. 6, p.626-631, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020170609>.

ANDION, Carolina et al. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017.

_____; SERVA, M. A etnografia e os estudos organizacionais. In: GODOI, C. K; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. (Org). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo: As Experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Cap. 2. p. 17-45.

_____. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p.383-398, nov. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 maio 2018.

_____. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de /2014**. Brasília, DF, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>. Acesso em 16 setembro 2018.

CHATEAURAYNAUD, Francis. Los tópicos ambientales: entre controversias y conflictos. **Ecología política y sociología pragmática en Francia**. Revista Colombiana de Sociología, v. 34, n. 1, p. 13, 2011.

_____. Das disputas comuns à violência política: a análise das controvérsias e a sociologia dos conflitos. *Enfoques*, v. 11, n. 1, 2012.

CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (Org.). **L'héritage du pragmatisme**. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme. Paris: La Tour d'Aigues; Éditions de l'Aube, 2002. P. 51-82.

_____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

_____; TERZI, Cedric. **L'expérience de problèmes publics**. Paris: Perspectives Pragmatistes, 2012.

_____. **¿ Qué es una arena pública?** Algunas pautas para un acercamiento pragmático. D. Cefaï, & I. Joseph (Coords.), 2012.

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], v. 36, n. 01, p.187-214, mar. 2017. Novos Estudos - CEBRAP. <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201700010009>.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002a. 364 p.

_____. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002b. Cap. 8. p. 279-301.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**: revista de sociologia política, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.139-164, dez. 2004. Quadrimestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>>. Acesso em: 04 maio 2018.

DEWEY, John. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004. 186 p. Tradução de Roc Filella.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 10.372, de 25 de abril de 2018**. Disponível em:<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2018/1038/10372/lei-ordinaria-n-10372-2018-institui-o-programa-creche-e-saude-ja-no-ambito-do-municipio-de-florianopolis-e-da-outras-providencias?q=10.372> Acesso em 16 setembro 2018.

FPPF. **Regimento Interno**. Atualizado em 2016.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador> Edufba, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004. 263 p.

TRABALHOS

GT4 Teoria Sociológica



As dimensões da ética religiosa na obra de Max Weber

Bruna dos Santos Bolda¹

GT 4 – Teoria Sociológica

¹ Mestranda em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, bruna.bolda@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na tentativa de compreender o racionalismo ocidental moderno, Weber percebeu que as religiões originam disposições práticas para a ação. Tais disposições são influenciadas mutuamente por éticas religiosas de vida. Ou, dito de outra forma, a motivação da condução metódica de vida dos agentes sociais está intimamente ligada à ética religiosa. Na especificidade da cultura ocidental moderna, Weber constatou a atuação eminente da ética ascética protestante. É justamente sobre o conteúdo do debate teórico da ética religiosa ocidental moderna e seu respectivo amadurecimento na obra weberiana que este trabalho pretende investigar.

Diante disto, este estudo objetiva, de maneira geral, compreender a transformação da noção de ética religiosa ocidental moderna na obra de Max Weber. De maneira complementar, propõe-se (1) analisar exegeticamente os textos nos quais o autor discute formalmente a ética religiosa, localizados no período de produção madura sobre a racionalização, (2) caracterizar suas diferentes abordagens sobre a ética religiosa e (3) colaborar para os estudos sobre movimento de alteração e amadurecimento da obra weberiana.

Para tanto, se adotou a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Analisaram-se as obras de Max Weber que tratam explicitamente da discussão ética, localizadas no período de sua produção madura. Dentre essas obras destacam-se: *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, publicada em 1904-1905 e revisada em 1920; o capítulo 5º do livro *Economia e Sociedade*, escrito entre 1910 e 1913 e publicado em 1921; e *Ética econômica das religiões mundiais*, publicada entre 1915 e 1920.

Para fins de análise, adotou-se uma perspectiva diacrônica. Isso é, analisaram-se os estudos de Weber por ordem de escrita na tentativa de compreender a transformação da noção de “ética” ao longo de sua obra. Em síntese, a investigação dos textos em questão possui dois eixos: (a) exposição da história e contexto de produção da obra, (b) exame do conteúdo geral do estudo e exame da discussão específica sobre a ética.

2 A ÉTICA PROTESTANTE E O “ESPÍRITO” DO CAPITALISMO (1904-1905)

2.1 A HISTÓRIA DO MANUSCRITO: ENTRE CRÍTICAS E ANTICRÍTICAS

O célebre livro de Max Weber, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*² [Die protestantische Ethik und der “Geist” des Kapitalismus], possui uma história de publicação singular. Até o período da sua primeira crise nervosa (por volta de 1897), Weber dedicou-se a

² A partir daqui, citaremos o livro como *A ética protestante*.

estudar principalmente questões históricas, econômicas e jurídicas. O afastamento das intensas atividades docentes, dada a crise nervosa, fez com que Weber passasse a se debruçar, concomitantemente, sobre o tema da religião e dos fundamentos das Ciências Sociais.

Um dos estudos produzidos nesse momento foi *A ética protestante*. De acordo com Carlos Eduardo Sell (2013), Weber publicou dois artigos sobre *A ética protestante* entre os anos de 1904 e 1905³, e, logo após, em 1906, tornou público o breve escrito *Igrejas e seitas*. Esses textos suscitaram intensos debates no meio acadêmico alemão. Por isso, entre 1907 e 1910, Weber se dedicou a responder as críticas aos textos. O amadurecimento dessas reflexões foi posteriormente incorporado na revisão da *Ética protestante*, publicada em 1920.

No entremeio dessas acaloradas discussões o autor revisa os textos sobre as condições agrárias da Antiguidade, que haviam sido escritos em 1897 e 1898. Nesses estudos, publicados em 1908, Weber demonstra preocupação com sociedades não europeias (como a Mesopotâmia, Egito e Israel). Em suma, tanto os textos sobre as condições agrárias da Antiguidade quanto os textos sobre a religião têm como preocupação central o espírito do capitalismo⁴.

Em 1920 Weber publicou uma elementar revisão de *A ética protestante* (Colliot-thélène, 2016). Pierucci (2003, p. 187) destaca, inclusive, que “Weber nos deixou não somente duas edições d’*A ética protestante*, mas duas *versões*”. Isso significa que a segunda versão do texto possui, além de novas notas de rodapé e anticríticas, importantes considerações do autor. Uma dessas importantes considerações, por exemplo, se refere à inclusão da noção de “desencantamento do mundo”.

Esse esforço de revisar os dois textos publicados em 1904 e 1905 estava inserido no projeto dos *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião* [Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie]. Logo após reassumir a cátedra das universidades de Viena (1918) e Munique (1919), Weber dedicou-se a organizar a coleção dos *Ensaio Reunidos*. Segundo Carlos Eduardo Sell (2013), esse empreendimento integrava tanto a revisão de seus ensaios já publicados sobre Sociologia da Religião (como seus estudos iniciais sobre algumas religiões não europeias e sobre o protestantismo ascético) quanto seus novos estudos sobre as religiões mundiais (contidos em *A ética econômica das religiões mundiais*) e sobre outras religiosidades (como o cristianismo primitivo, cristianismo medieval, cristianismo oriental, islamismo, judaísmo talmúdico, religiões egípcias, religiões babilônicas e religiões persas). Em suma, esse

³ A primeira parte desse texto, redigido no verão de 1904, foi publicado no volume 20 do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* em novembro de 1904. Já a segunda parte, redigida no início de 1905 após a viagem aos Estados Unidos da América, foi publicado no volume 21 do *Archiv* em meados de 1905 (Pierucci, 2003).

⁴ “Espírito” é aqui entendido como algo que anima e alimenta a vida. O modo de conduta próprio do Ocidente.

era um projeto bastante audacioso de revisão e sistematização das suas pesquisas sobre o racionalismo ocidental moderno.

Entretanto, Weber não conseguiu terminar os *Ensaio reunidos* por conta de sua morte prematura. Dos quatro tomos pretendidos e esboçados pelo autor, somente um foi publicado – em junho de 1920. Esse volume contemplou o texto *Observação preliminar* [Vorbemerkung] e a copiosa revisão de *A ética protestante*. E é justamente essa última versão de *A ética protestante* que pretende-se investigar⁵.

2.2 A UNICAUSALIDADE⁶ DA ÉTICA

Um dos alunos de Weber, chamado Offenbacher, trabalhou com um farto material estatístico sobre a religião. A saber, as estatísticas confessionais de Baden⁷. Esses números apontavam para a predominância da religião protestante entre os empresários, os proprietários de capital e os de alta qualificação técnica. O fenômeno indicado pelo estudo de seu aluno e por outros estudos⁸ aguçou a curiosidade de Weber. Então, o autor, por motivos anteriormente mencionados, decidiu estudar a gênese do espírito capitalista⁹ moderno¹⁰ na tentativa de compreender sua correlação com a ética religiosa.

Fischhoff (1944, p. 62) destaca que o objetivo de *A ética protestante* não é:

Producing a complete theory of capitalism, a social theory of religion, or even a complete treatment of the relation between religion and the rise of capitalism. The essay was intended as a tentative effort at understanding one of the basic and distinctive aspects of the modern ethos, its professional, specialized

⁵ De acordo com Weber (2004, p. 26), na versão de 1920 as alterações, se comparadas à versão de 1904-1905, foram poucas. Nas palavras do autor: “*não suprimi, alterei, atenuei uma única frase sequer do meu ensaio que contivesse qualquer afirmação essencial do conteúdo, nem acrescentei argumentos que no conteúdo divergissem da primeira versão*”.

⁶ Os termos “unicausalidade” e “multicausalidade” foram importados para a Sociologia. Originalmente, esses conceitos foram fundados na microbiologia para indicar a quantidade de causas de uma doença. Unicausalidade = uma causa. Multicausalidade = múltiplas causas. No presente estudo os termos unicausalidade e multicausalidade também serão utilizados, respectivamente, para indicar uma ou mais causas de fenômenos sociais.

⁷ O estudo de Martin Offenbacher se intitula *Konfession und soziale Schichtung. Eine Studie über die wirtschaftliche Lage der Katholiken und Protestanten in Baden*. Sua publicação se deu em 1901 no *Volkswirtschaftliche Abhandlungen der badischen Hochschulen* (Weber, 2004).

⁸ Como, por exemplo, o estudo de B. Schell intitulado *Der Katholizismus als Prinzip des Fortschrittes*. Esse texto foi publicado em 1899 no *Das Prinzip des Katholizismus und die Wissenschaft* (Weber, 2004).

⁹ Weber (2004, p. 41) deixa claro que seu objetivo não é estudar o capitalismo enquanto fenômeno econômico. O autor se propõe, na verdade, a compreender o espírito capitalista. Esse espírito é uma “individualidade histórica”. Ou, dito de outra forma, o espírito pode ser “um complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que nós encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista de sua significação cultural”.

¹⁰ Weber (2004) faz um recorte analítico. Ele não se propõe a analisar todo o conjunto do capitalismo. Especificamente, o autor se debruça sobre o capitalismo moderno. Aquele capitalismo típico da Europa ocidental e da América do Norte. Isso porque o fenômeno do capitalismo existiu, também, na China, Índia, Babilônia, Antiguidade e Idade Média. Entretanto, nesses locais e períodos, faltou o *ethos* peculiar ao capitalismo moderno.

character and its sense of calling or vocation. Already he was impressed by the dominantly rational character of modern life.

Para Weber (2004), a relação entre protestantismo ascético e posse de capital não é a causa direta do fenômeno econômico do capitalismo. Antes, em certo ponto, essa relação é consequência das transformações econômicas e sociais de um passado distante. De acordo com Fischer (1944), a abordagem weberiana sobre o fenômeno econômico é uma crítica às abordagens das escolas econômicas tradicionais (como a marxista e a Escola Histórica Alemã de Economia). Tais vertentes teóricas tratam o fenômeno econômico de maneira isolada. Já Weber procura analisar outras facetas da economia. No texto em questão, especificamente, o autor analisa a influência da esfera religiosa sobre as disposições econômicas.

Destaca Weber (2004) que o espírito capitalista existia muito antes da modernidade e/ou do nascimento do capitalismo propriamente dito. Em 1632, na terra natal de Benjamin Franklin, Massachusetts, já se utilizava a estratégia da calculabilidade e da racionalidade na busca pelo lucro. Todavia, enquanto fenômeno cultural e correlacionado com a religião ética protestante ascética, o espírito capitalista surgiu somente na moderna Europa ocidental e na América do Norte. É nesse espaço que o capitalismo assume a forma de ambição generalizada pela acumulação.

A maioria das cidades ricas do Reich já haviam se convertido à versão pós-luterana do protestantismo no século XVI. Nesse contexto, a Reforma Protestante não sinalizou a eliminação da influência religiosa sobre a vida dos indivíduos. Na verdade, a Reforma indicou a alteração do modo de vida dos indivíduos em todas as suas esferas. Em especial, a Reforma assinalou a alteração do *modus operandi* da esfera religiosa.

Se comparado ao modo de vida católico, até então preponderante, as religiões protestantes em muito se diferem. Destacam-se, aqui, duas diferenças fundamentais. Primeiramente, a Igreja Católica foi incapaz de dominar a vida de seus fieis. Em contraposição, as religiões protestantes exigem uma eticização do comportamento do fiel com os preceitos religiosos. Em segundo lugar, a lógica de atuação dos fieis católicos possuía pouco interesse pela aquisição capitalista. Em oposição, as religiões protestantes demonstravam orientação ética para o racionalismo econômico.

Tal orientação ética é “antes de tudo, a essência da coisa. O que nos ensina aqui não é apenas ‘perspicácia nos negócios’ – algo que de resto se encontra com bastante frequência –, mas é um *ethos* que se expressa” (Weber, 2004, p. 45). Em outras palavras, essa ética é uma forma de conduzir a vida: preceitos, regras e disposições orientados pela religião. No caso do

protestantismo ascético, o mote da ética de vida consistia em agradar a Deus, por meio do trabalho.

Vale a pena, aqui, fazer um parêntese. A concepção de trabalho no protestantismo ascético difere bastante da abordagem católica. Para o catolicismo o trabalho é, somente, a forma pela qual se ganha o sustento diário. De acordo com a sua teologia, o acúmulo de bens por meio do trabalho não é dignificante. Já para o protestantismo ascético o trabalho deve ser a finalidade da vida do fiel. Isso porque o acúmulo de capital é o dispositivo pelo qual Deus sinaliza a predestinação.

Entretanto, era condenável que o acúmulo de capital perfizesse o gozo próprio, ócio ou prazer carnal. Na verdade, sua utilização deveria ser ascética e objetivar somente a glorificação divina. Ele é um fim absoluto em si mesmo, uma “vocação” [*Beruf*]. “Homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo *sóbrios e constantes*, sagazes e inteiramente devotos à causa, homens com visões e ‘princípios’ rigorosamente burgueses” (Weber, 2004, p. 61-62).

Apesar do termo *Beruf* ser utilizado há muito tempo na língua alemã e constar, inclusive, na Bíblia, a noção de vocação [*Beruf*] para o trabalho é um produto da Reforma Protestante. Por esse ângulo, o trabalho era o único meio de viver que agrada a Deus. Superar a moralidade mundana, por exemplo, não era a centralidade da ética de vida do protestante ascético. Mas, sim, encarar a sua profissão como uma vocação divina. De acordo com Weber (2004), essa noção de *Beruf* está intimamente ligada às obras de Martinho Lutero.

O diálogo teórico de Weber sobre a vocação é feito com Lutero. Mas, para a análise de questões teológicas e práticas, o autor se debruça sobre o pietismo, metodismo, seitas anabatistas e, especialmente, sobre o Calvinismo. O Calvinismo recebe lugar de destaque pois foi a religião que levou a cabo propagação de uma ética religiosa de cunho capitalista¹¹. Analisar o Calvinismo, nesse momento, ajuda a compreender como se configurava, na prática, a ética religiosa protestante ascética.

O Calvinismo foi a religião preponderante nos países capitalistas mais desenvolvidos dos séculos XVI e XVII, como os Países Baixos, Inglaterra e França. Seu fundamento dogmático e moral foi a doutrina da predestinação¹². Ela está assim definida no documento da

¹¹ Vale dizer que não foi o projeto das religiões protestantes, meramente pensado e calculado, de criar uma conduta ética de cunho capitalista. Reformadores como Menno, Georg Fox e Wesley objetivaram compreender a salvação da alma. Os meios éticos para alcançar tal salvação tinham alicerces estritamente religiosos (Weber, 2004).

¹² Além do Calvinismo, diversos outros grupos religiosos presbiterianos adotavam a doutrina da predestinação. Destaca-se: a *Savoy Declaration*, de 1658, que é independente; a *Hanserd Knollys Confession*, de 1689, que é batista; e com John Wesley no metodismo (Weber, 2004).

Confissão de Westima, de 1647: “por decreto de Deus, para a manifestação de Sua Glória, alguns homens (...) são predestinados (*predestinaded*) à vida eterna, e outros preordenados (*foreordinaded*) à morte eterna” (Weber, 2004, p. 91). Nota-se, com essa passagem, que no Calvinismo Deus é figura soberana. Assim, não é Deus quem existe para o bem do ser humano, mas o contrário.

Sob a ótica do Calvinismo, todos estão condenados à morte eterna. Cabe a Deus, para a glorificação de sua majestade, decidir os que merecem a vida eterna. Por isso, o fiel calvinista vivia em constante incerteza sobre a sua vida: ele estava sozinho a procurar sua salvação sem saber se Deus de fato a ia conceder. Seria ele um dos eleitos para a salvação? Essas e outras inquietantes perguntas eram latentes no cotidiano dos calvinistas. Assim, se perfez o processo histórico-religioso do desencantamento do mundo, isso é, de eliminação da magia como meio de salvação.

Era impossível que o fiel Calvinista soubesse de sua salvação pois o comportamento de salvos e não salvos indeferiam. Por isso, restava ao fiel considerar a si mesmo eleito. Afinal, a dúvida de sua salvação era sinal de pouca fé. O trabalho profissional, enquanto vocação, servia de instrumento para conseguir a autoconfiança da salvação. E é justamente nesse dilema que reside a ética religiosa protestante: numa condução de vida pelo cristão que objetive sempre e a todo momento engradecer a glória de Deus. É um processo de autoinspeção sistemática e constante de seus atos.

As religiões protestantes ascéticas possuem uma moralidade prática. Isso é, criam estímulos psicológicos por meio da conduta de vida religiosa, os quais mantêm o indivíduo conectado à religião. Nisso o Calvinismo se difere fundamentalmente do catolicismo. A ética católica considera cada ação isolada para a salvação. Já no Calvinismo, considera-se todo o método de condução de vida altamente refletido. Justamente por isso a doutrina calvinista é profundamente racionalizada.

Um método sistematicamente arquitetado de condução racional da vida com o fim de suplantar o *status naturae*, de subtrair o homem ao poder dos impulsos irracionais e à dependência em relação ao mundo e à natureza, de sujeita-lo à supremacia de uma vontade orientada por um plano, de submeter permanentemente suas ações à *autoinspeção* e à *ponderação* de sua envergadura (Weber, 2004, p. 108).

Enquanto um método condução de vida, no caso do catolicismo, a *autoinspeção* só foi adotada pelos monges. No Luteranismo essa lógica era semelhante. Já no Calvinismo isso foi intensificado e ampliado. Além da condução sistemática de vida *autoinspeccionada*, o fiel tinha

de provar a sua fé por meio da vida profissional ascética. Com isso, existia um estímulo positivo para a conduta ascética. Nas palavras de Weber (2004, p. 113), “a santificação da vida chegava assim a assumir um caráter de administração de empresa”.

Não era o trabalho por si próprio que importava para a religião Calvinista, mas o trabalho racional. Ou seja, a parte mais importante do processo de condução ética de vida era a reflexão e o cálculo sobre e para o trabalho. Por conseguinte, se Deus oportunizava o ganho de lucro para o fiel, o mesmo deveria alcançá-lo consciente de que faz isso para Deus. Em tese, é permitido trabalhar e ficar rico para Deus e não para o seu bel-prazer (Weber, 2004).

Essa lógica de vida ascética influenciou diretamente o desenvolvimento do espírito capitalista. Dentre as influências, enfatiza-se: a positividade do ganho de lucro, o trabalho profissional sistemático e sem descanso, conduta de vida burguesa economicamente racional, vocação para o trabalho, aprovação consciente da repartição desigual de bens, entre outras. Isso não é percebido por Weber (2004) como ganhos positivos da racionalização. Pelo contrário, essas características são vistas pelo autor como autodestrutivas.

Weber não considera *A ética protestante* como a formulação dogmática final da teoria da gênese do espírito capitalista. O autor a concebe como uma investigação preliminar sobre a influência das ideias religiosas no desenvolvimento de um espírito econômico. Justamente por isso, o alemão desenvolve, posteriormente, seus estudos sobre a *Ética econômica das religiões mundiais* e organiza o primeiro Tomo dos *Ensaaios Reunidos de Sociologia da Religião*.

3 CAPÍTULO 5º DE ECONOMIA E SOCIEDADE (1910-1913)

2.1 A HISTÓRIA DA OBRA E SEUS (DIVERSOS) CONTRATEMPOS EDITORIAIS

A obra *Economia e Sociedade* [Wirtschaft und Gesellschaft] foi publicada no ano seguinte à morte de Weber, especificamente em outubro de 1921. De acordo com Pierucci (2008), já no prefácio da primeira edição alemã, a esposa do autor anuncia que *Economia e Sociedade* é a obra principal de seu marido¹³. Além dessa declaração provocativa, Marianne Weber também editorou a primeira publicação dessa obra, que foi dividida em duas partes. A primeira é a Sociologia Abstrata e a segunda parte, a Sociologia Concreta. Dito de outra forma,

¹³ Essa afirmação é alvo de controvérsias. Friedrich Tenbruck, um dos maiores interpretes da obra weberiana, por exemplo, se pergunta o que é efetivamente uma “obra principal”. Além de Tenbruck, também Schluchter se questiona acerca da canonização da obra *Economia e Sociedade*. O perito em Weber, após iniciar um intenso ciclo de estudos para a organização da *Max Weber Gesamtausgabe*, destrincha a real organização e sistematização da obra – aquela intencionada por Weber (Pierucci, 2008).

de acordo com Catherine Colliot-Thélène (2016), uma primeira parte de questões teórico-conceituais e uma segunda parte de questões empírico-analíticas.

Entretanto, o projeto organizacional inicial de Weber era diferente daquele concretizado por Marianne. E, para explicitar as intenções do autor, vamos retroceder à gênese de criação dessa obra. No ano de 1909 Weber assumiu duas posições importantes nas quais o autor reconheceu oficialmente a profissão de sociólogo: integrou a diretoria da *Sociedade Alemã de Sociologia* [Deutsche Gesellschaft für Soziologie] e a editoração do Manual de Economia Política de Paul Siebeck. Especificamente no que diz respeito à editoração do Manual, Weber foi incumbido de organizar as seções, os capítulos e seus respectivos autores.

No primeiro sumário apresentado a Paul Siebeck, Weber intitulou “Economia e Sociedade” apenas o Capítulo IV da Seção III do Livro Primeiro. Vale ressaltar que esse seria justamente o capítulo incumbido a autoria de Weber. Por isso, entre 1910 e 1913 o autor se dedicou a escrita do seu capítulo IV – o qual contemplava uma seção sobre as comunidades religiosas. E o “manual” foi posteriormente chamado de *Elementos de economia social* [Grundriss der Sozialökonomik]¹⁴. Nesse momento de intensa dedicação ao desenvolvimento teórico de seu capítulo, Weber desenvolveu conceitos e dispositivos analíticos fundamentais de sua Sociologia Compreensiva.

O alemão entregou para a impressão somente os três primeiros capítulos e uma parte do quarto. Por isso, afirma Lepsius (2012), os únicos textos “autorizados” por Weber para publicação são os supracitados. É possível se perguntar, então, porque Marianne Weber e Johannes Winckelmann incorporaram a *Economia e Sociedade* textos além daqueles autorizados por Weber. A resposta consiste no fato de que ambos consideraram os textos encontrados no espólio uma obra coesa. Todavia, é pouco provável que Weber tivesse publicado *Economia e Sociedade* nesse formato.

Weber não publicou essa obra em vida pois a Primeira Guerra Mundial eclodiu em 1914. Por isso, o alemão retomou os textos escritos para o capítulo quarto do *Grundriss* somente em 1919. Entretanto, de acordo com Sell (2013), nesse momento o autor decidiu alterar o escopo da obra. De um manual coletivo de economia política, a obra de Weber se tornou um grande tratado se sua Sociologia Compreensiva. Vale ressaltar, nesse contexto, que o texto sobre comunidades religiosas não foi revisto por Weber, e, portanto, pertence à versão antiga de textos produzidos antes da Primeira Guerra Mundial.

¹⁴ Destaca M. Rainer Lepsius (2012) que até 1910 o *Grundriss der Sozialökonomik* foi chamado de *Handbuch der politischen Ökonomie* [Manual de economia política].

Apesar de *Economia e Sociedade* ter sido publicado postumamente em 1921, o capítulo 5º deste livro já havia sido escrito em meados entre 1910 e 1913¹⁵. E é justamente por esse motivo que a análise de *Economia e Sociedade* aparece em segundo lugar, logo após *A ética protestante*. É nesse momento de produção madura de Weber – por volta de 1910 – que a racionalização se torna objeto central de análise. Nesse cenário, portanto, o autor passa a analisar as grandes religiões mundiais (como a Índia, China, Judaísmo e Islamismo). Destaca-se que nesse mesmo período o autor também produziu seu texto sobre a racionalização e a música¹⁶ (Sell, 2013).

2.2 RACIONALIZAÇÃO: A MULTICAUSALIDADE DA ÉTICA RELIGIOSA

Logo no primeiro parágrafo do capítulo, Weber (2015) deixa claro que seu objeto de análise não é(são) a(s) religião(ões). Na verdade, o autor se ocupa da ação dos indivíduos no contexto das comunidades religiosas. Ou seja, se ocupa das representações, vivências e fins subjetivos dos fieis. Tais ações, quando religiosamente motivadas, estão orientadas para este mundo.

O caso da salvação é interessante para analisar a ação dos indivíduos no contexto das comunidades religiosas. Nas religiões aonde Deus assume traços universalistas, há uma ética religiosa. Quer dizer, nas religiões universalistas há preceitos e normas de vida que devem ser seguidos por todos. Para alcançar a salvação, portanto, é necessário cumprir tais preceitos e levar um comportamento racional que agrade Deus. A infração desses preceitos, considerada um pecado, pode assumir formas heterogêneas, ter diferentes motivações e distintos significados.

Esse tipo de salvação é requerida por Deuses éticos. Deus ético é aquele que guarda a “verdade” e que exige um grupo de ações de seus fieis. Tanto mais o indivíduo está vinculado a um grupo de deveres e obrigações, mais as exigências éticas dos Deuses vão aumentando. Em outras palavras, tanto mais racionalizada e previsível está a conduta dos fieis, mais suas exigências éticas aumentam¹⁷ (Weber, 2015).

¹⁵ “No dia 30 de dezembro de 1913, em carta a seu editor Paul Siebeck, Max Weber informou-lhe que tinha terminado uma primeira versão do capítulo de *Economia e Sociedade* sobre a Sociologia da Religião” (Pierucci, 2003).

¹⁶ Em língua portuguesa esse texto está disponível em: WEBER, Max. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁷ É importante ressaltar, aqui, que “nem toda ética religiosa racional é uma ética de salvação. O confucionismo é uma ética “religiosa”, mas nada sabe de uma necessidade de salvação. O budismo, ao contrário, é exclusivamente uma doutrina de salvação, mas não conhece Deus algum” (Weber, 2015, p. 356). Em suma, as religiões de salvação são aquelas que rejeitam/negam o mundo.

No que diz respeito à “ética profissional”, o protestantismo ascético em muito se diferencia das demais religiões. A saber, na ordem de castas típica da Índia, valoriza-se cada atividade da divisão do trabalho. Isso porque a profissão é vista como uma dádiva divina. Assim, sob essa perspectiva, a produção maciça de produtos não interessa. O que importa é o “espírito” de seu ofício e a perfeição qualitativa de seu produto. Em contraposição, o protestantismo ascético consagra o modo de produção e a aquisição racional econômica típicos do capitalismo.

Vale dizer, o protestantismo ascético não é a única religião que possui relação com o *modus operandi* do capitalismo. Há diversas outras religiosidades possuem um racionalismo comercial e/ou racionalismo econômico. A relação causal é entre a ética racional religiosa e a racionalidade econômica. Mas, como elucida Weber (2015), foi o protestantismo ascético o responsável por desenvolver um tipo específico de espírito capitalista: o espírito capitalista moderno. E mais: foi o protestantismo ascético quem possibilitou o controle racional ético do vício de lucrar.

A lógica capitalista moderna intrínseca ao protestantismo ascético (e especialmente ao calvinismo) está intimamente ligada à sua doutrina da predestinação. Essa doutrina apregoa o poder ilimitado de Deus sobre as criaturas, e, em consequência, sua capacidade de intervenção pessoal no curso do mundo e na salvação dos fieis. Nesse contexto, seguir um comportamento ético religioso pode ser considerado um indicativo do estado de graça cedido pelo divino. Também a riqueza, quando adquirida racionalmente, é um indicativo de salvação.

A ânsia pela salvação, no protestantismo ascético, faz com que o fiel sistematize toda a sua condução de vida de acordo com os preceitos religiosos. A crença na predestinação ensina justamente isto: que é possível agir segundo a vontade de Deus racionalmente e que, por meio dessa ação, é factível (mas não certo) encontrar a salvação. Por isso, a salvação não age somente na esfera econômica da vida, mas sobre todas as demais esferas (como a estética, erótica, política e afins). É necessário, diz Weber (2015), uma “ética de convicção” bastante sistemática e interiorizada sobre sua salvação para que o fiel consiga superar as tensões entre a religião e as realidades do mundo. Afinal, as necessidades da vida econômica social são conflituosas com as necessidades da vida econômica religiosa.

4 ÉTICA ECONÔMICA DAS RELIGIÕES MUNDIAIS (1915-1920)

4.1 HISTÓRIA DA OBRA: UMA AUDACIOSA PESQUISA

A *ética econômica das religiões mundiais* foi publicada entre os anos de 1915 e 1920 no *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*. De acordo com Sell (2013), a ordem de publicação se deu desta forma: em 14 de outubro de 1915 foram publicados três textos, dentre eles a *Introdução* [Einleitung]¹⁸ e dois capítulos iniciais sobre *Confucionismo* [Der Konfuzianismus]¹⁹; em 23 de dezembro de 1915 foram publicados dois capítulos finais sobre *Confucionismo* e um texto sobre *Consideração Intermediária: estágios e direções da rejeição religiosa do mundo*²⁰ [Zwischenbetrachtung: Stufen und Richtungen der religiösen Weltablehnung]; após o início da I Guerra Mundial, Weber redigiu três capítulos sobre *Hinduísmo e Budismo*, respectivamente em 29 de abril de 1916, 02 de dezembro de 1916 e 16 de maio de 1917; por fim, Weber publicou seis artigos sobre *O Judaísmo antigo* ao longo dos anos de 1917 e 1920.

Em tese, o empreendimento da *Ética econômica* deveria vir a público concomitantemente a *Economia e Sociedade* - que foi publicado em parte no *Grundriss der Sozialökonomik*. Isso porque *Ética econômica* poderia servir como complementação do capítulo 5º de *Economia e Sociedade*, sobre Sociologia da Religião. Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, Weber foi convocado a assumir o cargo de oficial disciplinar da Comissão dos Hospitais Militares do Corpo de Reserva. Isso, em certa medida, atrasou a compilação de *Economia e Sociedade*.

4.2 RACIONALIZAÇÃO E ÉTICA ECONÔMICA RELIGIOSA: UMA MULTICAUSALIDADE

Nos ensaios conglomerados como *Ética econômica das religiões mundiais* Weber (2016) se propõe a isolar os fatores determinantes²¹ para a condução da vida daqueles

¹⁸ De acordo com Pierucci (2003), apesar desse texto ter sido escrito em 1913, somente foi publicado em 1915. Esse estudo compôs o volume 41 e número 1 do *Archiv*. Vale ressaltar, além disso, que a *Einleitung* ficou conhecida em inglês e português como *A psicologia social das religiões mundiais*. Isso porque a coletânea *From Max Weber*, publicada em 1946, utilizou o título supracitado. E a primeira tradução desse texto para o português, que consta na coleção *Ensaio de Sociologia*, publicada em 1982, advém do texto de *From Max Weber*.

¹⁹ Assim como a *Einleitung*, *Der Konfuzianismus* foi redigido em 1913 e publicado em 1915. Além disso, também integrou o volume 41 e número 1 e 2 do *Archiv*. Esse texto foi posteriormente revisto por Weber e integrou o primeiro volume dos *Ensaio Reunidos*. De quatro capítulos o texto passou a ter oito, e, por isso, todo o seu texto foi ampliado. Seu título passou a ser *Confucionismo e Taoísmo* [Konfuzianismus und Taoismus] (Pierucci, 2003).

²⁰ De acordo com Pierucci (2003), ao revisitar e reorganizar o texto para publicá-lo nos *Ensaio reunidos*, Weber acrescentou a palavra “*Theorie*” no título. Por isso, a versão final deste texto é assim conhecida: *Consideração intermediária: teoria dos estágios e direções da rejeição religiosa do mundo* [Zwischenbetrachtung: Theorie der Stufen und Richtungen religiöser Weltablehnung].

²¹ “Não se trata absolutamente de traçar uma ‘tipologia’ sistemática das religiões. Nem se trata, por outro lado, de um trabalho puramente histórico. A exposição subsequente [...] leva em consideração alguns aspectos daquilo que na realidade histórica das éticas religiosas foi importante, de modo típico, para sua conexão com os grandes

indivíduos pertencentes aos estratos sociais que influenciam diretamente a ética prática de alguma religião mundial²². Em destaque, estão as condutas de vida que motivaram claramente a formação de uma ética econômica. Aqui, vale a pena fazer um parênteses para explicitar a ideia de ética econômica em Weber, dada a centralidade de sua discussão nessa obra. Entende-se por ética econômica os “estímulos práticos para a ação fundamentados nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões” (Weber, 2016, p. 20).

A ética econômica não é determinada unicamente pela religião. Na verdade, essa é uma relação interdependente. Apesar de a ética religiosa possuir normas de orientações próprias, ela é influenciada por condições históricas, geográficas e econômicas. É importante dizer, inclusive, que formas econômicas iguais podem dar origem a éticas econômicas muito diversas.

Um dos fatores que influenciam no desenvolvimento de uma ética econômica e da racionalidade, que está atrelado à religião, é a estratificação social. As especificidades de uma religião não são relação causal direta do estrato social de seus fieis. Tampouco essas especificidades representam os interesses materiais ou ideais dos estratos sociais. Aqui está uma relação multicausal e complexa. Além da influência mútua entre religião e estratos sociais, há o condicionamento dos fatores históricos e econômicos, por exemplo.

O caminho da transfiguração religiosa do sofrimento, típica em camadas sociais dominadas, ilustra a multicausalidade do fenômeno religioso e sua respectiva interdependência com a estratificação social. O culto comunitário originário – aquele que se encarregava dos interesses coletivos de uma comunidade como a chuva e o sol ou a vitória sobre os inimigos – não se ocupava dos interesses individuais. Por isso, quando havia um problema particular com o fiel, como uma doença, por exemplo, ele tinha de recorrer ao feiticeiro curador de almas ou ao mago. Isso acabou prestigiando os magos e feiticeiros com um poder congregacional, que independia dos vínculos étnicos.

Com isso, advieram organizações comunitárias religiosas que se atinham à redenção do sofrimento individual. As massas (plebeus) e seus respectivos interesses individuais passaram a ser a ocupação dos “curadores de almas”. Nesse contexto, a identificação da causa do sofrimento se dava através da confissão dos “pecados”. Cabia ao profeta, então, aconselhar sobre o comportamento que livraria o fiel do mal. Em tese, essa é a lógica de funcionamento

contrastes existentes entre as mensalidades *econômicas* mais comuns, e desconsidera outros tantos” (WEBER, 2016, p. 53).

²² “Por ‘religiões mundiais’ entende-se aqui, de maneira totalmente isenta de valor, aqueles cinco sistemas religiosos ou religiosamente condicionados de regulamentação de vida que souberam reunir em torno de si *quantidades* especialmente grandes de seguidores: as éticas religiosas confuciana, hinduísta, budista, cristã, islâmica. Junta-se a essas como sexta religião a ser tratada aqui o judaísmo” (Weber, 2016, p. 19).

das religiosidades de “salvadores”: como Krishna na Índia e como Gedeon e Jefté em Israel (Weber, 2016).

A lógica de atuação das religiosidades de “salvadores” se aproximava dos estratos oprimidos da sociedade. Afinal, os proprietários e poderosos não tinham necessidade de um redentor para a sua situação financeira. É por isso que, afirma Weber (2016), na maioria os casos as religiosidades de salvadores estão entre os estratos sociais menos favorecidos.

As religiões que prometem a libertação do sofrimento colocam o fiel num estado duradouro de imunidade ao sofrimento. Diferente das religiões que colocam o fiel num estado sagrado de orgia, ascese ou contemplação extracotidianos, as religiões de salvação propõem um *habitus* sagrado e duradouro. Ou seja, tais religiões propõem que o fiel seja encorajado a levado a conduzir sua vida de maneira ética e permanentemente. Justamente por ser um estado ético duradouro, a salvação seria alcançada.

Entretanto, esse estado ético duradouro de condução de vida entra em tensão com diversas esferas da vida social. Em contato com a ética religiosa, as esferas sociais se tornam conscientes de sua coerência e legalidade próprias. O Quadro 1 organiza as esferas sociais e suas tensões com a ética religiosa.

Quadro 1 – Direções de rejeição do mundo

	Tensões com a ética religiosa de salvação
Esfera doméstica	Centralidade na família Descentralização da comunidade de fé
Esfera econômica	Impessoalidade das relações Autonomização do trabalho e do lucro frente à religião
Esfera política	Dominação burocrática-legal Monopólio legal da violência
Esfera estética	Cosmos de valores próprios e autônomos Interiorização da autonomia
Esfera erótica	Antiascetismo: proporciona prazer Suposta potência diabólica
Esfera intelectual	Transferência da religião para o reino do irracional

Fonte: próprio autor, com base em Weber (2016).

Por outro lado, os estratos sociais nobres possuem afinidade com o racionalismo intelectualista. Nesses casos, há duas tendências: tanto ao conhecimento racional da natureza, visando o seu domínio, quanto às experiências místicas. Por isso, as religiões mais incidentes

sobre esses estratos costumam ser religiões éticas de apreensão cognitiva do mundo. Ou seja, religiões que tentam apreender o “sentido” do mundo – nesse caso, as religiões mundiais da Ásia e da Índia.

No que diz respeito aos estratos burgueses, no sentido europeu-ocidental da palavra, houve uma tendência ao racionalismo prático de conduta de vida. Isso porque o modo de vida dos burgueses, baseado no cálculo técnico e dominação da natureza, possuía íntima afinidade com um modo de vida pragmático e racional. Logo, foi nesses estratos que emergiu a possibilidade de uma regulamentação ética racional e metódica da vida. Isso é, uma busca ascética e individual da salvação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS DIMENSÕES DA ÉTICA

Os escritos produzidos por Weber após 1910 se enquadram em um único projeto: o de compreender o racionalismo ocidental moderno. Logo, tanto os textos escritos antes da I Guerra Mundial, quanto os diversos arquivos que compunham a *Ética Econômica das Religiões Mundiais*, quanto a sistematização final de sua obra almejada com os *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião*, todos compõem o mesmo projeto investigativo da racionalização.

À vista disso, em tese, a ética religiosa em Weber possui duas dimensões. Durante o período de produção pré-racionalização, especialmente na primeira versão de *A ética protestante*, a ética religiosa é retratada como o motivador do desenvolvimento de um espírito capitalista. Por outro lado, nos seus estudos sobre o racionalismo ocidental moderno, a ética religiosa é retratada como parte do processo sociocultural de racionalização. Foi sua intenção retornar ao problema e investigar os componentes não religiosos da ética religiosa. Nesse contexto, portanto, a ética religiosa é responsável por influenciar, para além do capitalismo, diversas esferas sociais.

Ainda, ao se lançar um olhar mais minucioso sobre o conteúdo dos textos em questão, percebe-se que Weber aprofunda e aprimora a discussão sobre a causalidade dos fatos. A saber, no texto publicado em 1904-1905, no qual a gênese do espírito do capitalismo moderno é o debate central, a ética religiosa é unicausal. Isso é, as religiões culturais, por meio de sua ética, exercem influência sobre as disposições econômicas. Já nos textos publicados após 1915, nos quais a teoria racionalização é o escopo, o autor atenta para a multicausalidade do fenômeno da ética religiosa. Nesse momento, a ética religiosa é um dos inúmeros fenômenos que compõem o processo de racionalização e é, ao mesmo tempo, composta por tal fenômeno.

Semelhante ao movimento de especialização da discussão sobre a ética, na obra de Weber, há diversas outras aprimorações conceituais. Na medida em que Weber remodela seu

mecanismo analítico (que passa de uma análise econômica do espírito do capitalismo para uma análise cultural da racionalização societal), seu arcabouço analítico-conceitual também é aperfeiçoado. Isso é, sua explicação sociológica se torna mais complexa. Nesse contexto, as noções de desencantamento do mundo, esferas sociais, e estratos sociais, por exemplo, são inseridas na sua obra. Ainda, sua discussão sobre a predestinação é aprofundada com o debate da teodiceia. A análise das seitas protestantes é ampliada para uma análise das religiões mundiais

Atentar para essa discussão possui dupla importância para a Teoria Social. Primeiro, porque ajuda a compreender o movimento de alteração e amadurecimento interno da obra weberiana. E, em segundo lugar, porque ajuda a compreender a multicausalidade dos acontecimentos sociais. Percebe-se, com isso, que a ética na obra weberiana é uma noção fundamental da sua teoria da racionalização. Juntamente com os conceitos de desencantamento do mundo, secularização e racionalidade (para tratar de alguns), a ética auxilia a compreender a correlação entre religião e disposições práticas para a ação.

O que importa, nas palavras de Lehmann (1987, p. 320), é que “two generations after Weber, his analyses of the relationship between ascetic Protestantism and economic rationalism are part of the history of science”. E a ética, nesse contexto, é um conceito analítico fundamental que ajuda a desvendar o (ainda atual!) processo de racionalização.

REFERÊNCIAS

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **A Sociologia de Max Weber**. Petrópolis: Vozes, 2016.

DISSELKAMP, Anette. **L'éthique Protestante de Max Weber**. Paris: PUF, 1994.

FISCHOFF, Ephraim. The protestant ethic and the spirit of capitalism: the history of a controversy. **Social Research**, v. 11, n. 1, 1944.

GANE, Nicholas. Capitalism. In: _____. **Max Weber and contemporary capitalism**. Hampshire/New York: Palgrave MacMillan, 2012.

HANKE, Edith. A obra completa de Max Weber – MWG: um retrato. **Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-118, 2012.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LEHMANN, Hartmut. Ascetic Protestantism and Economic Rationalism: Max Weber Revisited after Two Generations. **The Harvard Theological Review**, v. 80, n. 3, 1987.

LEPSIUS, M. Rainer. Economia e sociedade: a herança de Max Weber à luz da edição de sua Obra completa (MWG). **Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Economia Sociedade: últimos achados sobre a “grande obra” de Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, 2008.

_____. **O desencantamento do mundo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo**: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WEBER, Marianne. **Weber**: uma biografia. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da Sociologia Compreensiva. 1921. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

_____. **Ética econômica das religiões mundiais**: ensaios comparados de sociologia da religião. Petrópolis: Vozes, 2016.



**Max Weber fragmentado:
apontamentos para análise da importação seccionada das ideias intelectuais**

Márcio J. R. de Carvalho¹

GT04 - TEORIA SOCIOLÓGICA

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista Capes. E-mail: marciodecarvalho1@gmail.com

**Max Weber fragmentado:
apontamentos para análise da importação seccionada das ideias intelectuais**

Márcio J. R. de Carvalho²

As obras completas de Max Weber, bem como a parcela de seus escritos traduzidos no Brasil, não têm recebido ampla atenção nas teorias de recepção e circulação das ideias. Apesar de termos acesso a algumas das principais ideias teóricas e metodológicas de Weber, ainda estamos longe de abarcar domínio sistemático sobre esse corpus teórico e seguimos acostumados a ler seus escritos de modo fracionado e por vias secundárias de tradução (majoritariamente, inglês, espanhol e francês). Com base em nossa pesquisa de longo prazo (com subsídios CNPq/CAPES), apresentamos apontamentos que demonstram: i) As condições de chegada das ideias intelectuais de Weber para o Brasil; ii) Como as ideias de Weber foram importadas de maneira pontual e seccionada; iii) A relevância da discussão sobre a importação das ideias intelectuais de Weber; e iv) O problema de estarmos trabalhando com materiais seccionados e fontes desatualizadas.

Palavras-chave: Importação de ideias intelectuais; Circulação das ideias intelectuais; Max Weber; Teoria sociológica.

² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista Capes. E-mail: marciodecarvalho1@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe abordar – a partir de uma *sociologia de recepção* das obras intelectuais – o caso da entrada da obra de Max Weber no Brasil, que tem recebido pouca atenção quanto à aparente naturalidade de seu acontecimento. Intensiona-se compor uma ancoragem que privilegie tanto fatores substantivos (conteúdos), quanto formais (questões institucionais) da recepção da obra de Weber no Brasil. Toma-se como referência elementar na constituição dessa observação traços da sociologia de Pierre Bourdieu – sobretudo a noção de “campo intelectual” (BOURDIEU, 1989, p. 65) – e da discussão perpetrada pelo sociólogo francês acerca do problema da “circulação internacional das ideias” (BOURDIEU, 2002a; 2002b). Se o primeiro conceito dá suporte para lidar com o campo científico-acadêmico como um campo com relativa autonomia e demandas e regulações internas (autonormativas), o segundo empresta todo um conjunto de proposições de natureza sociológica para a observação do fluxo de “importação e exportação intelectual” como algo não *necessário*, mas *contigente*, propondo observar as “operações sociais” de mediação às quais as ideias estão sujeitas em meio ao deslocamento do seu “campo de origem” e em adaptação ao “campo de chegada” (BOURDIEU, 2002a, p. 6-10).

Para compreendermos o Brasil como um “campo de chegada” das ideias intelectuais de Weber, propõe-se lançar mãos de duas perspectivas que têm discutido teórica e empiricamente como analisar esse processo de recepção e de demandas pelas ideias weberianas, uma delas, a perspectiva histórica, a outra, a sociológica, respectivamente apoiadas nas pesquisas de Mata (2013), Villas Bôas (2014) e Sell (2014).

A partir deste referencial, elencamos os principais marcos temporais (cobrindo da década de 30 ao início da década de 90) e as principais demandas teóricas que elevaram as ideias de Weber ao patamar de clássico das ciências sociais também no Brasil, perguntando-nos: “existe um Weber brasileiro?” Além disso, realizamos uma breve introdução ao problema das fontes weberianas utilizadas por autores brasileiros, com o intuito de descobrir o “quanto” de Weber já se recebeu por nossas terras.

Partes dos dados aqui apresentados compõem um trabalho de pesquisa maior que não caberia neste artigo (CARVALHO, 2016), de modo que o que se traz nessa ocasião são subsídios recortados transversalmente, a partir de um sentido comum. Essa pesquisa foi realizada com apoio do CNPq e segue em curso, recebendo apoio da Capes.

1 A ENTRADA DE WEBER NO BRASIL E AS DEMANDAS TEÓRICAS BRASILEIRAS

A percepção de que as obras de Weber chegaram ao Brasil embaladas por “ondas” pontuais, atendendo a demandas teóricas específicas não é novidade. Embora não haja consenso quanto às quantidades, intensidades e aos conteúdos destas ondas, pesquisadores brasileiros têm se dedicado à questão das formas de recepção das ideias de Weber no país (VIANNA, 1999; WAIZBORT, 2012; MATA, 2013; VILLAS BÔAS, 2014; SELL, 2014, p. ex.). Nesta seção, propõe-se uma interpretação própria a cerca do tema, apresentando-se algumas das questões que são evidenciadas por essas pesquisas, e organizando-as conjuntamente.

Ao estudar a entrada da sociologia de origem alemã no Brasil, Glauca Villas Bôas (1997; 2014) oferece pistas consistentes sobre a recepção da obra de Max Weber no nosso cenário intelectual. O recorte, *longue durée*, pelo qual a pesquisadora opta privilegia o espaço de tempo entre as décadas de 1940 e 1980, anexando a presença de Weber no Brasil à própria consolidação institucional das Ciências Sociais e da Sociologia no país, exatamente no momento “em que [a Sociologia] se define sua identidade cognitiva, social e histórica” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 6).

Embora concorde com a questão da entrada de Weber demandada pela consolidação do estatuto científico das Ciências Sociais no Brasil, sobretudo da Sociologia, o historiador Sérgio da Mata (2013) compõe uma abordagem intertemporal para o período.

Se Villas Bôas (2014) propõe um corte esquemático em um período específico (1940–1980) para compreendermos a recepção de Weber em dois momentos, duas ondas, como um parâmetro de compreensão de uma lógica de seleção na apropriação que fizemos de Weber, Mata (2013), por sua vez, pensa a recepção de Weber desde seus primórdios, citando as primeiras leituras feitas *no* Brasil e *sobre* o Brasil que podem ser consideradas são marcos iniciais de uso da metodologia weberiana em território nacional. De qualquer modo, ambos levam em conta os períodos dos autores *ensaístas*, a temática do *atraso* brasileiro frente à modernização, a institucionalização da sociologia e a consolidação do seu *status* científico em nosso território, este último ponto, corroborado por Sell (2014) que indica focos de estudo e propagação do pensamento weberiano até a década de 1990.

1.1 INTELLECTUAIS EXILADOS: KARL LOEWENSTEIN E EMÍLIO WILLEMS

Ao pensar e pesquisar os primórdios weberianos no Brasil, o historiador Sérgio da Mata (2013) demonstra que os primeiros registros da presença de Weber no país se dão através de Emílio Willems, sociólogo e filósofo que no Brasil dedicou-se a processos de aculturação e comunidades rurais, e de Karl Loewenstein, jurista e cientista político, dedicado, sobretudo, a estudos de temas constitucionalistas. Ambos, estrangeiros migrados para as Américas por ocasião da ascensão do regime nazista na Alemanha – o primeiro desloca-se para o Brasil, em 1931, residindo em Brusque, cidade do estado de Santa Catarina, e o segundo, desloca-se para os Estados Unidos em 1933.

Willems é citado por Sérgio da Mata como “o primeiro cientista social a falar em Weber no Brasil” (MATA, 2013, p. 203). Natural de Colônia, Emílio Willems dá prosseguimento de seus estudos de formação acadêmica em Berlim. Lá, conforme Villas Bôas (2006), teve como professores Alfred Vierkandt, Theodor Geiger e Werner Sombart, tomando, também, contato mais profundo com o pensamento de Weber e Simmel. Também em Berlin, mais tarde, defendeu uma tese de doutorado em Filosofia. No Brasil, sua primeira atividade como docente se deu em seminário de padres no Rio Grande do Sul, em seguida, tornou-se professor de Antropologia na USP e de Sociologia e Antropologia Social na Escola Livre de Sociologia e Política, interessando-se e produzindo pesquisa sobre o tema da aculturação dos alemães no Brasil e dos japoneses no estado de São Paulo (VILLAS BÔAS, 2006, p. 81-103).

Em sua vivência de 18 anos no Brasil, acentua Sérgio da Mata (MATA, 2013), Willems opta por outra via epistemológica, já que passou a se concentrar mais em estudos “sobre a estrutura social de pequenas comunidades rurais”, tema no qual “a sociologia de Weber lhe oferecia menos instrumentos heurísticos e conceituais que a antropologia social norte-americana”. Ainda assim, o historiador brasileiro nos lembra da grande relevância de Willems, para nosso conhecimento da entrada de Weber no país, destacando que, em 1945, o pesquisador alemão publica na revista *Administração Pública* um trabalho seminal, lavrado com a típica marca da abordagem de Weber, *Burocracia e patrimonialismo*, o qual lançaria as bases daquelas “que viriam a ser as categorias clássicas do weberianismo brasileiro” (MATA, 2013, p. 203).

Villas Bôas (2014, p. 5) considera Willems o marco inicial do que seriam os primeiros anos de institucionalização da sociologia no Brasil (ao menos da sua primeira onda). Marco sinalizado pela criação da revista *Sociologia*, editada pelo alemão, em 1939, orientando “uma

primeira modalidade de recepção da obra de Max Weber que se impõe e se caracteriza pelo interesse no uso do instrumental teórico e metodológico weberiano na pesquisa empírica” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 5).

Diferentemente de Emílio Willems, Karl Loewenstein não promove exatamente uma pesquisa “no” Brasil, mas, sim, uma pesquisa “sobre” o país. Loewenstein, um frequente participante do círculo intelectual habituado aos saraus na residência do casal Weber, em Heidelberg, traz fortes tintas weberianas em suas pesquisas pela América Latina (Mata, 2013, p. 193-98).

Em 1931, ao deslocar-se para os Estados Unidos e tornar-se professor da Universidade de Amherst, em Massachusetts, Loewenstein inicia uma inesperada carreira como colaborador do Depto. de Estado Norte-Americano, interessado em dados qualificados sobre as condições dos regimes políticos que compunham a região da América Latina. Essa função leva o pesquisador a viajar pela região, elaborando um volumoso relatório de campo. Peculiarmente, sua pesquisa dedicada ao Brasil acabou por render-lhe um volume à parte. Esse registro foi publicado nos EUA, em 1941, sob o título *Brasil under Vargas*.

Sobre a publicação, Sérgio da Mata destaca que Loewenstein, desenvolve seus estudos sobre o Brasil conforme uma agenda de pesquisa típica de um programa weberiano, com foco na organização política e jurídica do Estado, na dominação e na burocracia e, afirma, “não obstante os objetivos a que serviu e o cronograma espartano em que foi redigido, este livro é provavelmente o primeiro estudo weberiano *avant la lettre* sobre o Brasil” (MATA, 2013, p. 193). O pesquisador alemão faz observação acerca da repressão, do “caudilhismo” e do “domínio personalista” – “costumeiros desde sempre” (LOEWENSTEIN, 1942, p. 4 apud MATA, 2013, p. 194); pensa papel da burocracia em Vargas, na figura dos interventores, que “confirmava a tendência geral de perda de importância relativa dos políticos profissionais” (MATA, 2013, p. 194); e aponta uma cultura jurídica brasileira “curiosamente marcada não apenas pelo probabilismo, mas igualmente pelo seu oposto, o judicialismo”, que seguiria a tendência de impor, de um lado, “uma eterna dúvida sobre a efetividade do dispositivo legal e, de outro, a crença cega em seus superpoderes” (MATA, 2013, p. 195). Além desses pontos, Loewenstein deu ênfase a uma “baixa competência e integridade” do funcionalismo público brasileiro, bem como a insuficiência de formação técnica e profissional, os baixos salários e “a ausência de um sistema racional de admissão”, como contribuições – assim como a “indiferença da opinião pública” – a vicissitudes como “a corrupção, a venalidade e o nepotismo” (LOEWENSTEIN, 1942 p. 98 apud MATA, 2013, p. 194-196).

1.2 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: OS HISTORIADORES JURISTAS E AS TEORIAS DO “ATRASSO”

Para Villas Bôas (2014), a recepção de Weber no Brasil seu deu entre “problemas, recusas e disputas” que estabeleceram critérios seletivos por conta de interesses específicos de pesquisa dos intelectuais brasileiros balizando a agenda teórica, negligenciando, de início, por exemplo, os pressupostos da construção ideal típica weberiana em privilégio de proposições classificatórias e generalizantes, dirimindo o sentido da ciência e o papel do sociólogo em Weber (VILLAS BÔAS, 2014, p. 9). A pesquisadora chama atenção para o imaginário intelectual que compunha o *zeitgeist* daqueles dias, tomado por ideias que gozavam larga atenção entre pensadores. Destas ideias, a que mais nos importa, nesse momento, é a ideia do *atraso brasileiro*³, que tomava o país por comparação às grandes nações mundiais que já haviam passado pelo processo de modernização. Conforme Villas Bôas (2014), essa chave de leitura – assentada em pressupostos, que remontam ao fim do séc. XIX – influenciou preocupações aos intelectuais brasileiros, tornando-se presos às supostas *peculiaridades* do Brasil como nação, centralizando a discussão na dualidade do *tradicional vs. moderno* (VILLAS BÔAS, 2014).

É nesse momento e com esse mote que surge o que Sérgio da Mata considera como primeira onda de expansão da obra de Weber para fora da Alemanha (incluindo o Brasil), aquela que privilegiou seus estudos históricos. Em nosso país, os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, dois historiadores e também juristas de formação (MATA, 2013, p. 190) foram os pioneiros desse movimento. Holanda – após estada como correspondente jornalístico em Berlim – retorna tomado pela influência weberiana, evidentemente reverberada em *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição é de 1936. Já Rodrigues – formado em direito, como Holanda – publica, em 1946, o artigo de lavra weberiana *Capitalismo e protestantismo* (MATA, 2013, p. 199).

Traço comum destas duas obras é a discussão em torno do problema do *atraso brasileiro*, espírito do clima intelectual daquele tempo. Weber, teórico da modernidade por excelência, apresentou-se como uma referência forte, com um repertório teórico útil aos dois autores, contudo, apesar de ambos tomarem o autor alemão como um *norte* na discussão, acabariam por protagonizar a primeira querela epistemológica em torno da obra de Weber no Brasil, em uma disputa pública na forma de críticas e réplicas que se estenderam até o final

³ (Cf. VIANNA, 1999).

dos anos 50. Rodrigues, por um lado, concentrava sua atenção no problema do crédito e proibição da usura por parte da igreja católica para explicar o “atraso” econômico referenciado nos países ibéricos; em outra via, Holanda encontrava na má administração de recursos e manutenção das riquezas a razão perdulária de nosso debilitado desenvolvimento econômico. Essa oposição, (MATA, 2013), ainda levaria José Honório Rodrigues a sustentar que o problema central do nosso “atraso” não tem fundamento em uma suposta má formação de ética profissional (*Berufsethik*), nos moldes de como foi preconizada por Weber e reverberada em Sérgio Buarque, mas sim um problema de crédito que remonta à metrópole portuguesa. O antagonismo de posições levou Buarque a publicar uma resposta a Rodrigues em forma de artigo, o qual fora incorporado à segunda edição de *Raízes do Brasil*, em 1948, rendendo, ainda, uma última publicação de Rodrigues nesta direção, em 1951 (MATA, 2013).

2 WEBER COMO MÉTODO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Apenas em 1958 apareceria “uma primeira grande obra sociológica brasileira que mais claramente revela a influência de Weber” (MATA, 2013, p. 204), e, mais uma vez, é um pelas mãos de um jurista de origem que Weber ganha projeção, trata-se de Raymundo Faoro e *Os donos do poder*. Obra na qual seu autor desenvolve o argumento sobre as origens e o desenvolvimento do “estamento burocrático” brasileiro, culminando em suas teses sobre o *patrimonialismo* (MATA, 2013, p. 204).

Redigido originalmente como uma tese de doutorado, em 1964, e publicado em 1969, outra obra relevante nos primeiros usos de uma metodologia weberiana no Brasil é o livro *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Escrito como tese de doutorado em 1964 e publicado em 1969, esse livro é apontado por Sérgio da Mata como o que seria “uma espécie de correlato” de *Os donos do poder*, apesar de tomar outra direção explicativa (MATA, 2013, p. 204). Ainda sobre a recepção de Weber no meio acadêmico, Sérgio da Mata cita o círculo de Júlio Barbosa, da Universidade Federal de Minas Gerais, Simon Schwartzman, José Murilo de Carvalho e Fábio Wanderley Reis, nas Ciências Políticas e no campo dos Estudos de História Urbana, Mata faz referência a um estudo de 1964, *Evolução urbana do Brasil: 1500-1720*, de Nestor Goulart Reis, que toma Weber como “âncora teórica” (MATA, 2013, p. 206).

Conforme Sell (2014, p. 6), ao tomarmos o histórico de um dos mais antigos cursos brasileiros de pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo (USP),

perceberemos que é nesse contexto institucional que, em 1959, “Florestan Fernandes, na busca dos *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*”, de 1959 colocava Weber ao lado de Durkheim e Marx “como uma das soluções possíveis para o problema da indução na sociologia” (FERNANDES, 1959 apud SELL, 2014, p. 6). Obra basilar na formação metodológica de todo o círculo de formação na Universidade de São Paulo em torno dessa geração – destacam-se os nomes de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Juarez Brandão Lopes, Roberto Cardoso de Oliveira e Gabriel Cohn (MATA, 2013, p. 204).

Em 1979, um trabalho lança a fundo as raízes das categorias weberianas em um estudo inédito no Brasil, trabalho que, segundo Sell (2014), inaugura “um novo patamar de discussão” (SELL, 2014, p. 6). Trata-se da tese de livre-docência de Gabriel Cohn, *Crítica e resignação*, que esmiúça as influências intelectuais diretas de Weber, revelando mais de suas bases epistemológicas e colocando ênfase na análise nos conceitos metodológicos centrais do arcabouço weberiano.

Ainda no estado de São Paulo, conforme Sell (2014), destaca-se a reflexão sobre Max Weber nos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na qual emergem os nomes Héctor Sant-Pierre, Maurício Tragtenberg, Marco Aurélio Nogueira e Edmundo Fernandes (SELL, 2014, p. 8-9). Seguindo “sempre acompanhando o próprio processo de expansão e institucionalização de cursos de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras” conforme Sell (2014, p. 9), ao longo das décadas de 1980 e 1990 começam a figurar com comentários à obra weberiana a Universidade de Brasília (UnB), com destaque para os nomes de Vamireh Chacon e Bárbara Freitag, Eurico Cursino dos Santos e Jessé Souza (SELL, 2014, p. 9-10).

Nos anos 90, Sell (2014) aponta a emergência de uma leitura crítica de Weber “à luz da Escola de Frankfurt e de interesse de estudiosos do campo do Direito em Santa Catarina, com destaques para os nomes de Edmundo Lima de Arruda Jr., Aluizio Bezerra de Amorim e Katie Argüello. Seguindo essa tendência, em Minas Gerais, destaca-se o nome de Leonardo Avritzer, e em outra linha, mas também em MG, destaque Renarde Freire Nobre (SELL, 2014).

3 FONTES ORIGINAIS

O processo de reorganização e de respectiva republicação das obras de Max Weber na Alemanha está provocando uma dramática renovação na compreensão exegética das ideias

intelectuais desse autor. Desse processo, iniciado há cinco décadas, pouco sabemos ou temos explorado no Brasil. Nesta seção, pretende-se demonstrar que não somente temos lido Weber de maneira seccionada (fragmentos esparsos de partes teóricas majoritariamente traduzidas a partir de traduções secundárias), como, também, temos realizado essas leituras a partir de fontes e chaves interpretativas datadas e obsoletas, ainda que canônicas.

Podemos dividir a história editorial da obra de Weber em dois grandes blocos ou fases de publicações. O primeiro ciclo foi iniciado com a sua monografia para obtenção da habilitação em direito comercial, *Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter*⁴ (em Stuttgart, 1889) e finalizado com a publicação dos dois últimos títulos da Coleção de Ensaio⁵, em 1924, *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*⁶ e *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*⁷. Foi exatamente nesse ciclo que Marianne Weber e Melchior Palyi publicam a primeira edição de *Wirtschaft und Gesellschaft* (**WuG**)⁸.

3.1 PRIMEIRA FASE: *WIRTSCHAFT UND GESELLSCHAFT* (WUG)⁹, *GRUNDRISS DER SOZIALÖKONOMIK* (GDS)¹⁰ E OS “*GESAMMELTE*”¹¹

As circunstâncias de primeira organização das obras de Max Weber são controversas, quanto ao sentido da coerência sincrônica de seu conteúdo. Nesta ocasião, não será esgotada a temática dessas controvérsias internas, ponto que trabalhamos exaustivamente em outra ocasião (CARVALHO, 2016). Esta obra, de largo prestígio entre os cientistas sociais brasileiros é, apesar de sua defasagem, um dos pontos fortes dos volumes organizados por Marianne Weber, ao lado dos volumes de “Ensaio Reunidos”. Antes de avançar nesta temática, lancemos um olhar panorâmico (Quadro 1) sobre o conjunto da obra de Weber publicada neste primeiro ciclo, quase que inteiramente de maneira póstuma.

⁴ “Sobre a história das sociedades comerciais, na Idade Média” (**GASW**, p. 312-443), tradução livre nossa, assim como as demais notas de tradução para títulos de obras em alemão não publicadas em português.

⁵ Publicados entre 1921 e 1924.

⁶ *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Tübingen 1924, 2. Auflage. 1988, ISBN 3-8252-1493-1 **GASW** (Ensaio Reunidos de história social e econômica).

⁷ *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, Tübingen 1924, 2. Auflage. 1988, ISBN 3-8252-1494-X **GASW** (Ensaio Reunidos de sociologia e política social).

⁸ No Brasil: “Economia e Sociedade” (**EeS**)

⁹ “Economia e Sociedade” (WEBER, Marianne, 2012 [1921]).

¹⁰ *Fundamentos de economia social* (WINCKWLMANN, J., 2012 [1976], p. xviii).

¹¹ Os “*Ensaio reunidos*”, como em *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* [1920-1921], os chamados “Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião”.

Quadro 1 – Publicações organizadas por Marianne Weber entre 1921 e 1924.

- 1920-1: *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* (Ensaio reunido de Sociologia da Religião, **GARS**). Em 3 volumes (um de 1920 e dois de 1921).

Escritos publicados após a morte de Weber (1920)

- 1921-1924: Continuação das coletâneas de “Ensaio Reunidos”:
- 1921: *Gesammelte Politische Schriften* (Escritos políticos). **GPS**.
- 1922: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Ensaio Reunido da doutrina da ciência). **GAW**.
- 1924: *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* (Ensaio Reunido de história social e econômica). **GASW**.
- 1924: *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik* (Ensaio Reunido de sociologia e política social). **GASS**.
- 1921: *Die rationalen und soziologischen Grundlagen der Musik* (Fundamentos sociológicos e racionais da música) (Incluídos como apêndice à **WuG**)
- 1921-2: *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade). **WuG**
- 1922: *Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft* (Os três tipos puros de dominação legítima).
- 1923: *Wirtschaftsgeschichte* (História econômica).

Fonte: Carvalho (2016).

3.1.1 Os “Ensaio Reunidos” e “Economia e sociedade”

A organização e edição das quase 5.000 páginas, de materiais deixados por Weber em um legado organizado por Marianne Weber assessorada por Sigmund Hellmann e Melchior Palyi, em torno de chaves temáticas que foi um esforço “decisivo” para a “consagração intelectual” (WAIZBORT, 2012, p. 09). Grande parte desse material temático tornou-se o que se convencionou chamar “Ensaio Reunidos”. Neste trabalho, não será aprofundada a questão da elaboração dos “Ensaio”. Por hora, basta saber que esse material, em nossos tempos, também foi todo reeditado para elaboração de maior coerência de seus significados, como veremos na próxima seção. Nesta ocasião, tomaremos como exemplar da necessidade dessa empreitada de reedição a obra “Economia e Sociedade”¹² (**EeS**) (WEBER, 2012 [1921]).

De grande relevância no Brasil, a produção organizada que conhecemos em nosso mercado editorial como “Economia e sociedade” esteve desde sempre muito longe de ser um todo coeso e unificado (LEPSIUS¹³, 2012). A respeito dessa massa de materiais descontínuos,

¹² *Wirtschaft und Gesellschaft* (**WuG**)

¹³ Mario Rainer Lepsius (1928-2014) foi um dos especialistas responsáveis técnicos pela edição da coleção *Max Weber- Gesantsgaben* (**MWG**), que atualiza e reordena os escritos de Max Weber. Os outros especialistas são Horst Baier, Gangolf Hübinger, Wolfgang J. Mommsen (1930-2004), Wolfgang Schluchter e Johannes Winckelmann (1900-1985) (HANKE, 2012).

Marianne Weber comenta no “Prefácio” à primeira edição alemã (2012 [1921]) da sua dificuldade de estabelecer um ponto de partida para aqueles escritos, pois “para a estruturação de todo o material não existiu plano algum”, e o plano original”, que oferecia alguns pontos de referência, “fora abandonado” quanto às questões substanciais (WEBER, Mariane, 2012 [1921], p. xxxix).

Por sua natureza editorial, **EeS** é uma coletânea de textos ora correlatos, ora contraditórios e, nas palavras, de Gabriel Cohn em prefácio à edição brasileira, “é em grande medida uma obra póstuma”, que sofre da “carência de uma unidade terminológica, resultado de uma associação escritos de períodos diferentes da produção weberiana, definida pela ordem dos temas e não pela ordem cronológica da redação” (COHN, 2012 [1991], p. xiii-xiv). O que nos leva a problemas embaraçosos como o fato de a *tábua de conceitos* trabalhados por Weber ser elaborada em dois momentos diferentes – em *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva*, de 1913, e em *Conceitos sociológicos fundamentais*, de 1918 –, serem apresentadas invertidamente, provocando indiscrepâncias terminológicas e conceituais (ibidem). Lepsius (2012) também trata a questão com cautela, pois os “Conceitos sociológicos fundamentais” deve ser considerado um texto típico de sociologia que “constitui fundamentação da sociologia compreensiva de Weber, que tem seu ponto de partida nas orientações da ação”, passando por progressiva revisão e sistematização, “passando pelas relações e ordenações sociais, até as associações”, de modo que se o tomarmos em comparação com o texto de 1913, *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva*, veremos que “Esta última, utilizada em parte nos manuscritos do espólio, precisa ser vista como superada” (LEPSIUS, 2012, p. 138-140). Além disso, conforme Lepsius (2012), Johannes Winckelmann realizou alterações à 4ª edição, em 1956, acrescentando arbitrariamente ao volume uma “Sociologia do Estado” tornando “*Economia e sociedade*”, definitivamente, um livro que “não existe”, nem em sua “versão tradicional”, e nem “na versão de estudo difundida pela quinta edição de 1972” (LEPSIUS, 2012, p. 140).

3.1.3 A *Max Weber- Gesamtausgabe*

O que podemos considerar como a segunda fase de organização e (re)publicação do legado de weberiano, foi iniciado em 1984. São as “Obras Completas de Max Weber”, a *Max Weber- Gesamtausgabe* (MWG). Um projeto gestado no fim da década de 70, que reinaugura o conjunto de escritos de Weber elevando-o ao status de uma *magnum opus*, reordenando-os formal e substantivamente, reestabelecendo uma nova coerência interna interpretativa a partir

de leituras comparadas entre os escritos do autor e documentos adicionais, como correspondências, registros, anotações de aulas, escritos inacabados e textos avulsos.

Conforme Edith Hanke (2012)¹⁴, o projeto da **MWG** funda-se sobre um tripé institucional envolvendo três frentes protocolares, com papéis organizacionais diferentes. A **MWG** está vinculada: i) à Academia de Ciências da Baviera (ACB); ii) a uma comissão científica especializada permanente, encarregada das análises filológicas, revisão técnica e edição, (HANKE, 2012, p. 100); e iii) a Editora J. C. B. Mohr, da cidade de Tübingen, que detém os direitos de publicação. Toda essa movimentação desde os anos 80 tem aquecido o interesse público e o debate em torno do nome de Max Weber, provocando um verdadeiro *renascimento* do autor, a partir, já da então Alemanha Ocidental (HANKE, 2012).

Quadro 2 – Partes publicadas da MWG (2018).

MWG I	25 Volumes - 34 tomos (1 não publicado [sem previsão])
MWG II	11 volumes - 13 tomos (1 não publicado [sem previsão])
MWG III	7 volumes - 7 tomos (1 não publicado [sem previsão])
TOTAIS	43 volumes - 54 tomos (3 não publicados)

Fonte: Carvalho (2016), atualizada em 2018.

A **MGW** é uma obra gigante e monumental, com a primeira publicação de 1984 e prevista para ser encerrada em 2015. Com uma pequena prorrogação em seus prazos, seus 43 volumes estão publicados, restando apenas três tomos para o encerramento (Quadro 2). O material está organizado em três seções: **MWG I:** *Schriften und Reden* (Escritos e Discursos); **MWG II:** *Briefe* (Cartas); **MWG III:** *Vorlesungen und Vorlesungsnachschriften* (Palestras e notas de aulas).

4 FONTES ORIGINAIS EM PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS

A maior parte dos trabalhos weberianos traduzidos no Brasil é tributária de traduções secundárias. Pouco tem sido elaborado em termos de traduções diretas da língua vernácula de Weber. Devido à restrição deste trabalho, não será possível escrutinar o todo nosso levantamento (CARVALHO, 2016), apontando capítulos, fontes, editoras, tradutores e bibliografias completas e conjunto completo das obras traduzidas e seus referentes publicados

¹⁴ Edith Hanke é uma das colaboradoras do círculo de editores da **MWG** (cf. HANKE, 2012).

em português, de modo que ficaremos restritos a indicar parte das fontes-base utilizadas pelos tradutores com a massa grossa de dados excluída dessa exposição.

Iniciando-se pelas **fontes em inglês**, destacamos quatro bases: **1)** *The Power of the State and the Dignity of the Academic Calling in Imperial Germany*, de 1973, ed. Minerva; **2)** *On Universities: The power of the state and the dignity of the academic calling in imperial Germany* (ed. Chicago Press, 1974, reimpressão de ed. Minerva, 1973); **3)** A coletânea *From Max Weber: Essays in Sociology*, organizada por H. Gerth, e C. Wright Mills, publicada pela Oxford University Press (reimp, Galax Book, 1963 [1946]); e **4)** e a tradução da conhecida versão inglesa de Talcott Parsons (pela ed. Harvard University) para *Die Protestantische Ethik und der Geits des Kapitalismus* (1904-5 e 1920).

Sobre **fontes em espanhol**, temos três bases: **1)** a famosa tradução de “Economía e Sociedad”, publicada no México, pela ed. Fondo de Cultura, em 1944; **2)** a tradução da versão mexicana de *Los fundamentos Racionales y Sociológicos de la música*, publicada em 1964, como parte “Economía e Sociedad”, e cotejada por Leopoldo Waizbort com a versão norte-americana *Rational and Social Foundations of Music*, de 1958; e **3)** a versão espanhola de *Romische agrargeschichte* (“História agrária romana”, de 1892).

Sobre **fontes em francês**, citamos uma base: **1)** a coleção de artigos publicados entre 1904 e 1917 [**GaW**], traduzidos do alemão e introduzido na França por Julien Freund (ed. Librairie Plon), 1965.

Sobre **fontes em alemão**, citamos algumas bases: **1)** *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus* (“A Ética Protestantestante e o Espírito do Capitalismo”, varias edições), ed. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1947. [**GARS I**]; **2)** *Wirtschaftsgeschichte* (“História geral da economia”, Mestre Jou, 1968 e Centauro, 2006), Compilação por Sigmund Hellmann e Melchior Palyi de notas de Weber e as transcrições de seus alunos das suas últimas palestras realizadas em 1919-20 (Berlin, 1923); **3)** Tradução dos textos originais: *Wissenschaft als Beruf* (1917-1919) / *Politik als Beruf* (1919) (“Ciência como Profissão/Vocação” e “Política como Profissão/Vocação”, respectivamente). Edições editadas a partir das versões de 1967 e 1968, da ed. Dunker & Hunblot, de Berlim (várias edições, inclusive com traduções de Maurício Tragtenberg); **4)** *Parlament und Regierung im Neugeordneten Deutschland* (Parlamento e Governo em uma Alemanha Reordenada) originalmente publicado nos *Gesammelte Politische Schriften*, ed. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1958 [1921], [**GPS**]; **5)** *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen, I: · Konfuzianismus und Taoismus*, (1915-1919), 1921. [**GARS I**], no Brasil, “Ética Econômica das Religiões Mundiais, I: Confucionismo e Taoismo (ed. Vozes, 2016); **6)** Os *Gesammelte Politische Schriften* [**GPS**], os “Escritos

políticos”, editados pela ed. Martins Fontes, em 2013, lançada em 2014 (536p.), com relançamento em 2015 para o Werbetete “Weber”, da coleção “Grandes nomes do Pensamento”, da Folha de São Paulo; e **7)** *Wirtschaft und Gesellschaft* [**WuG**], recebida entre nós como “Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (**EeS**)” (de 1921-2), a coletânea de textos foi publicada pela editora da Universidade de Brasília e finalizada na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo UNB, em 1991. Essa primeira edição foi, originalmente, publicada em volume único, e equivale à quinta edição alemã de 1976 (direitos autorais de 1972, da editora da cidade de Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), a tradução é de Régis Brabosa e Karen E. Barbosa, com revisão técnica de Gabriel Cohn e, atualmente, é vendida em dois volumes separados; **8)** “Conceitos básicos de sociologia”, publicada pela Editora Moraes, em 1987 tendo como fonte e edição de **WuG** (**EeS**) de 1925; **9)** “Ensaio sobre a teoria das ciências sociais”, Ed. Martins Fontes, 1979 (com impressão em Lisboa), com dados editoriais insuficientes, mas, fundamentados nos *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* [**GaW**] (os “Ensaio Reunidos da doutrina da ciência”); **10)** Outra publicação baseada em **GaW** é “Metodologia das ciências sociais”, publicado em duas partes pela ed. Cortez e Ed. da UNICAMP, com Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg e tradução Augustin Wernet (partes 1 e 2); **11)** Um terceiro texto com base em **GaW** é publicado pela Ed. Ática, em 2006, trata-se de “A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais”, com tradução autoria secundária, apresentação e comentários Gabriel Cohn; e **12)** “Os fundamentos racionais e sociológicos da música”, edição da EdUSP, de 1995, com Prefácio de Gabriel Cohn e tradução e notas de Leopoldo Waizbort

CONSIDERAÇÕES

O problema de estarmos trabalhando com materiais seccionados e fontes em processo de obsolescência

Neste trabalho, elencamos alguns pontos importantes, identificados na literatura brasileira especializada no autor alemão, quanto às condições de sua recepção, a saber, i) o problema das ideias condicionantes que balizam o ordenamento da leitura no campo de chegada, como no caso do *atraso brasileiro*, de leitura; ii) o problema das demandas específicas, como no caso da manutenção metodológica da Sociologia e das Ciências Sociais que, no caso específico de Weber, alavancou um olhar direcionado e selecionado sobre a obra do autor, mas legou à obscuridade partes irreconhecidas pelo público brasileiro, como a maior parte dos Ensaio Reunidos, que nunca chegaram à audiência brasileira; iii) o problema da fragmentação. Não conseguimos identificar um Weber brasileiro. O que pudemos perceber é

uma importação fracionada e estanque da obra weberiana, como no caso de seus escritos políticos, que foram importados em condições e momentos diferentes, dificultando a aquisição pública das concepções políticas de Weber de forma total; iv) o problema das traduções de segunda mão, como no caso do nosso consumo inevitável das traduções não realizadas de fontes originais alemãs; e v) o problema das fontes desatualizadas. Não bastando os problemas de coerência externa, os leitores brasileiros de Weber ainda precisam enfrentar os problemas de coerência interna da obra, como no ilustrativo caso de “Economia e Sociedade”, fontes desatualizadas e textos organizados de maneira incidental conduzem os leitores mais desavisados a desencontros embaraçosos pelos caminhos epistemológicos da obra de Weber. A constatação de que nem mesmo um dos 43 volumes da **MGW** – uma bibliografia com quase meio século de existência – ainda não chegou ao Brasil é alarmante. No Brasil, mal saímos do chão para explorar o cosmos intelectual weberiano. A alegoria pode ser imperfeita, mas empresta uma analogia válida para o problema de um século de defasagem e desencontros de fontes dentro da recepção brasileira de Max Weber, um teórico lido em quase todos os cursos dos Programas de Ciências Humanas pelo país.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: _____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73.

_____. As condições sociais da circulação internacional das ideias. Trad. Fernanda Abreu. **Rev. Enfoques**. PPGSA/IFCS/UFRJ [on-line], Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 04-15, dez. 2002a.

_____. A causa da ciência: como a história das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 1, p. 143-161, set. 2002b.

CARVALHO, Márcio J. R. de. **Caminhos da compreensão**: condicionantes sócio-intelectuais da recepção das obras de Max Weber no Brasil. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Prog. de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167721>>. Acesso em: 05 set 2018.

COHN, G. Alguns problemas conceituais de de tradução em Economia e Sociedade. In: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: UnB, 2012 [1991], p. xiii-xiv.

HANKE, E. A obra completa de Max Weber - MWG: um retrato. Trad. Sibeile Paulino. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-118, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2018.

LEPSIUS, M. R. "Economia e sociedade": a herança de Max Weber à luz da edição de sua obra completa (MWG). **Tempo soc.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 137-145, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MATA, S. da. Anos de aprendizagem de um jurista formado numa perspectiva histórica: Max Weber e o historicismo. **História da Historiografia**, v. 6, p. 64-80, 2011.

_____. Weberianismo tropical: caminhos e fronteiras da recepção da obra de Max Weber no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 460, p. 77-108, 2013.

VILLAS BÔAS, G. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. **BIB – Revista de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, p. 73-80, 1997.

_____. (2006), **A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil**. Rio de Janeiro, Topbooks.

_____. A Recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). **Rev. Dados** [on-line], v. 57, n. 1, p. 5-33. 2014.

SELL, C. E. **Max Weber no Brasil**: a interpretação do pensamento weberiano na pesquisa brasileira. Relatório de bolsa de produtividade em pesquisa 2010-2013. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2014. 51 p.

WAIZBORT, L. Apresentação: Max Weber hoje. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 9-18, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012.

WEBER, Marianne. Prefácio à primeira edição. In: WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012. p. xxxix-xl.

_____. Prefácio à segunda edição. In: WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012. p. xli.



Max Weber e o debate sobre secularização

Marieli Machiavelli¹

GT 04 – Teoria Sociológica

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina
Email: marielimachiavelli@hotmail.com

Resumo

Palavras chave: Secularização, desencantamento do mundo, sociologia da religião

O objetivo principal deste artigo é analisar o conceito de secularização e as diferentes interpretações dadas a esse conceito ao longo do anos, em particular no campo da sociologia da religião. Identificam-se duas principais tendências quando se aborda esta questão. Uma delas entende o processo de secularização e por consequência desencantamento do mundo como declínio da religião. A abordagem alternativa sustenta a tese de uma des-secularização e re-encantamento do mundo, pautadas na pluralidade religiosa presente nos dias atuais. Através de levantamento bibliográfico procurou-se sistematizar as diferentes abordagens que são dadas ao conceito, bem como identificar os dissensos sobre esta controvérsia. O esforço feito ao longo desse artigo é de interpretar as análises dos diferentes autores e verificar o quanto elas auxiliam na compreensão e desenvolvimento do conceito de secularização cunhado por Weber.

Max Weber e o debate sobre secularização

A discussão sociológica entre modernidade e religião sempre faz referência ao conceito de secularização e desencantamento do mundo cunhados por Weber. Citamos duas tendências principais quando se aborda os dois conceitos. Uma delas que afirma o processo de secularização e desencantamento do mundo e outra que cita a ideia de des-secularização e re-encantamento do mundo, pautadas na pluralidade religiosa presente nos dias atuais. (Peixoto 2012). Mas antes de entramos nesta discussão se faz necessário tentarmos entender como se define o conceito de secularização. Podemos afirmar que a origem do conceito e as interpretações que vão sendo dadas a ele ao longo dos anos são controversas. Sell (2015) propõem reler o conceito de secularização a partir da ideia de Blumenberg sobre o que denomina teorema da secularização. Tomando como ponto inicial a obra madura de Weber, os escritos de 1910 (ponto onde o racionalismo ocupa o eixo fundamental do pensamento weberiano e a religião ocupa lugar de destaque em dois grandes projetos do autor; *Economia e Sociedade* e *Ensaios Reunidos de Sociologia da Religião*). Se deve chamar atenção para o fato do conceito de secularização estar apresentado de modo distinto em cada um desses escritos.

Em *Economia e Sociedade* o termo secularização aparece apenas uma vez, o que pode servir para vislumbrar dois pontos, segundo Sell: primeiro, não é o conceito de secularização que estrutura a sociologia sistemática da ação religiosa de Weber, sendo assim não deve ser nesta dimensão de sua obra que devemos procurar o significado do teorema da secularização. “(...) mas, sim, no contexto maior de sua sociologia empírica-comparativa do racionalismo ocidental e moderno.” (SELL, 2015, p. 15). Continuando no esforço de definir de forma mais clara possível o conceito de secularização, se faz necessário o resgate de outros dois conceitos importantes na obra de Weber: racionalização e o desencantamento do mundo. Esses três conceitos caminham juntos e ao mesmo tempo se diferenciam entre si. O conceito de desencantamento do mundo, passa por uma interpretação dualista que separa o desencantamento religioso, que pode ser entendido como desmagificação, do desencantamento científico, entendido como perda de sentido, sendo assim pode ser percebido dois diferentes significados no conceito:

O saber científico implica a substituição da representação de forças ocultas que poder ser controladas por meios mágicos pelo entendimento de que a

realidade é um mecanismo causal capaz de ser controlado apenas pelos meios técnicos-científicos. A perda de sentido [Sinnverlust] é correlata e consequência, mas não é ela que responde exclusivamente pela especificidade desse conceito no seu aspecto científico. A superação da magia também está na base do desencantamento pela ciência. (SELL, 2015, p. 17)

Para Weber, a não existência de um poder misterioso e imprevisível que pudesse interferir nas ações humanas e a dominação de nossas ações pelo cálculo é o processo de desencantamento do mundo. Não era necessário recorrer aos meios mágicos para alcançar os desejos. O autor ainda afirma que é através do cálculo, da intelectualização que podemos realizar o que desejamos.

O conceito de racionalização por sua vez na obra de Weber possui uma estrutura complexa que não pode ser reduzida a interpretações superficiais. O autor desenvolve uma teoria do racionalismo moderno que mostra como a racionalidade formal e material fazem parte das esferas sociais da modernidade e uma teoria do racionalismo ocidental a qual ele reflete a respeito do processo de gênese e procura determinar a especificidade cultural do racionalismo da dominação do mundo. É somente dentro deste conjunto que o conceito de desencantamento do mundo faz sentido, onde ele ocupa um lugar específico e ajuda a explicar de que modo a civilização ocidental institucionalizou o racionalismo prático-ético de condução sistemática da vida e de dominação do mundo.

Weidner aponta que o conceito de secularização na obra de Weber é um “conceito em sentido fraco” (WEIDNER, 2004 in SELL 2015), pois não recebe o mesmo tipo de tratamento na criação dos conceitos de racionalização e desencantamento do mundo, por exemplo. Parte das diversas interpretações sobre o conceito podem vir do problema da “fraqueza” do conceito dentro da obra de Weber. Torna-se claro que o termo secularização está presente em diversas obras e possui diversas interpretações. Moniz (2016) elabora um quadro operativo de três fases para explicar o conceito de secularização.

1ª. Fase Moderna: A fase onde o conceito recebe apropriação da sociologia da religião, sendo Weber e Tönnie os principais autores, entre os anos de 1900- 1930. Moniz aponta que apesar de não construírem teorias da secularização, as noções de declínio da dominação das instituições religiosas sobre a sociedade e as concepções de individualismo, racionalização, mundanização, e mais especificamente a ideia weberiana de desencantamento do mundo, tornaram-se imprescindíveis aos teóricos da secularização. Entre eles, Wilson (1966) e a ideia de societalização, Berger (1967) e a libertação da dominação de instituições e práticas

religiosas, Luckmann (1967) a diferenciação institucional, a privatização da crença e a bricolagem religiosa, Martin (1969) e a pluralização e declínio da prática confessional.

2ª fase “Pós-moderna”: Surge como uma resposta ao determinismo e linearidade da oposição modernidade-religião defendidos pelas teorias clássicas da secularização. Esta nova onda que cresce nas décadas de 1970-2000, fala do mito sociológico que seria a secularização. Começa a ser citado o retorno do sagrado (Riesebrodt, 2000) desprivatização do religioso, destacando-se o novo protagonismo das religiões na esfera pública, Cassanova (1994), dessecularização, Berger (1999) pós-secularização, Martelli (1995).

3ª Fase Ultramoderna: Se desenvolve principalmente a partir do início do século XXI. Baseia-se na tese de Eisentadt (2000) sobre as múltiplas modernidades e a necessidade de analisar com maior sensibilidade e particularismo cada região ou país. A secularização passa a ser interpretada como um fenômeno plural, (Lambert 1994, 2000). Segundo estas novas interpretações a secularização deveria ser entendida dentro de diferentes contextos políticos, culturais e socio-históricos.

É na segunda fase (1960) que a maioria dos cientistas sociais declara que possuem dificuldades para trabalhar com o conceito de secularização. Seja por sua falta de consistência interna (Tschannen, 1992; Stark 1999; Gorski, 2000; Beckford, 2003), da difícil operacionalidade científica (Casanova, 1994; Dobbelaere, 2002; Joas, 2009). E talvez por isso Voas (2008) declare que já estaremos sepultados quando a verdade sobre o conceito for revelada.

Em função das dificuldades que os cientistas sociais apontam na década de 1960 quando referente ao conceito de secularização, irei fazer uma análise mais detalhada desta década a seguir.

O Conceito de secularização e a década de 1960

Em meados do século XX, sobretudo na década de 1960, foram realizados importantes estudos sobre o conceito de secularização, principalmente ligados ao campo da sociologia das religiões. Como a publicações dos livros de Wilson (1969 [1966]), Luckmann (1967) e Berger (1990 [1967]). Foi nesta época onde diversos estudos foram desenvolvidos, o período onde estes estudos foram desenvolvidos fez com que eles fossem integrados a teoria da

modernização, tornando a teoria da modernização um dos axiomas centrais do conceito de secularização estudado no período citado. Neste momento a secularização parecia ser algo evidente e dada como certa, todos pareciam concordar com a ideia de que a influência pública da religião parecia diminuir. Moniz (2017) identifica quatro razões que ajudam a explicar o motivo de meados do XX e, sobretudo a década de 1960 terem sido momentos de mudança tão marcantes para investigação sobre a secularização.

Partindo da ideia da influência das construções teóricas dos primeiros sociólogos. O estado da arte parece unívoco na afirmação que os fundadores da sociologia são um marco teórico incontestável nas concepções da secularização nos anos 1960. As teses mais citadas nos escritos da década de 1960, trazem as teorias de Auguste Comte (evolucionismo e positivismo), Karl Marx (industrialização e capitalismo), Émile Durkheim (diferenciação das unidades sociais) e por fim e principalmente, Max Weber (racionalização e desmagificação ou desencantamento do mundo). Tese comum entre os autores, é a ideia de que o fenômeno religioso, pelo menos quando se trata das expressões tradicionais, vê seu poder diminuir face aos avanços da modernidade. Outra semelhança entre os autores, é a afirmação que a religião não funciona mais como código regulador da vida humana, sendo apenas mais um das dimensões das sociedades modernas:

Parece-nos questionável que o assomamento da discussão sobre a secularização se possa reduzir, exclusivamente, a um debate teórico. Tal como diz Hellemans (1998: 67-68), para se entenderem os trabalhos dos teóricos da secularização da década de 1960, deve-se combinar a “longa e prestigiada tradição intelectual”, sobretudo no século XIX, que enfatiza a “oposição entre religião e modernidade”, com as experiências sociais reais que os autores experimentaram em meados do século XX. (MONIZ, 2017, p. 77)

A segunda razão apontada para justificar a narrativa da secularização com base na década de 1960, é o que chamamos de modernização. Em outras palavras, os processos sociais, econômicos e políticos associados ao desenvolvimento da sociedade industrial, que levam o declínio da religião. “Os argumentos como a lógica da industrialização ou a convergência das sociedades industriais são determinantes para os teóricos da secularização dos anos 1960.” (BECKFORD, 2003, p. 42 in MONIZ, 2017, p. 78). Essas observações e similaridades universais ofereceram um certa confiança aos cientistas sociais que estudavam o fenômeno. O

advento da modernidade e as transformações que se sucederam neste período colocam a modernidade e a religião em oposição, e é baseado nesta oposição que o conceito de secularização foi utilizado pela sociologia da religião. Na década de 1960 as teorias envolvendo religião, no que diz respeito às suas características sociais, envolvem em sua grande maioria a ideia de seu declínio ou negação.

Taylor (2007) afirma que esta situação é típica de uma geração formada pela revolução cultural do pós II Guerra Mundial e que se encontra profundamente alienada de um modelo de religião tradicional forte. Casanova(2009) no mesmo caminho que Taylor, considera que este é um estágio de secularismo fenomenológico, uma etapa da era moderna na qual uma estrutura imanente da ordem cósmica, social e moral moderna opera como se o sagrado não mais existisse e que este sagrado fosse contrário aos processos de amadurecimento e emancipação humana. São essas observações que fazem com que a nossa época seja vista como uma era secular, na qual a modernização é a responsável pela sociedade ser menos religiosa, pelo menos quando pensamos no sentido tradicional de religião. Ligada a esse pensamento, temos a terceira razão elencada por Moniz (2017) que justifica o desenvolvimento das teorias da secularização: um reacender ou uma difusão da mentalidade secular contemporânea.

Os estudiosos na década de 1960 possuíam uma ideia do conceito de secularização tipicamente hegeliana. Afirmando que a sociedade se move de uma situação onde o sagrado domina, para um contexto onde a religião perde progressivamente espaço:

À semelhança do que sucede com os sociólogos fundadores, os membros da geração de 1960 não parecem ser analistas desinteressados do seu objeto de estudo. Pelo contrário, a sua posição sobre a secularização assemelha-se mais a uma doutrina sacralizada do que a uma teoria. Longe de ser uma hipótese sociológica falsificável através de dados empíricos, afigura-se como uma ideologia de investigadores sociais que aceitam como facto o antagonismo entre religião e modernidade. (MONIZ, 2017, p. 79)

Nesta época, os estudos sobre a secularização não se baseiam apenas nas consequências que chegam através do processo de modernização, o enfraquecimento da religião parece ser também resultado de uma ação pensada para distanciar setores da sociedade da influência religiosa. Smith (2003) entende que o processo de secularização é uma política iniciada para pôr fim ao poder da religião. Visando não apenas a substituição das antigas elites por outras

secularizadas, e nem uma diferenciação funcional da religião. Se estabelece uma mudança no poder simbólico, assim como descrito como Bourdieu(1989), que causam transformações na diferentes esferas da sociedade, principalmente da educação e da ciências. E é exatamente dentro da esfera da ciência, e da nova forma de fazê-la que a geração de 1960 se habitua a pensar o conceito de secularização como um processo histórico-natural ou como um produto inevitável da modernização.

Por fim, a quarta razão elencada para justificar o surgimento e o predomínio da narrativa da secularização nos anos 1960 e dos desenvolvimentos na academia das ciências sociais. Segundo Bremmer (2008), o conceito da secularização tem feito parte da agenda acadêmica dos EUA há mais tempo do que em qualquer outro país do ocidente. Em 1912, é publicado o livro “*The Secularization of American Education*” de Samuel Windson Browns, no entanto, é apenas na conferência do Conselho Missionário Internacional em Jerusalém (1928) que a discussão sobre a secularização sofre um estímulo decisivo. É nesta conferência que o teólogo Rufus Jons apresenta um trabalho, intitulado “*Secular Civilization and the Christian Task*”, neste trabalho ele afirma que o maior perigo que o cristianismo enfrenta é a existência e a disseminação global de um estilo de vida não religioso, e uma interpretação secular das coisas terrenas. Os desenvolvimentos acadêmicos que aconteceram neste período tiveram influência na Alemanha também, onde o tema da secularização teve destaque nas conferências missionárias da década de 1930 (Bremmer, 2008).

As discussões são retomadas após a ascensão do nazismo e a II Guerra Mundial, na França Roger Mehl publica “*La sécularisation de la cité*” em 1951 e com a tradução de um artigo de Talcott Parsons, com a epígrafe “*Réflexions sur les organisations religieuses aux États-Unis*”, publicado em 1957 nos *Archives de sociologie des religions*. No ano de 1961 na Itália, temos a publicação de Sabino Acaquaviva, “*L'Eclissi del sacro nella civiltà industriale*” onde o autor faz uma distinção da palavra secularização, a perda do significado sacral das pessoas, espaços e comportamento e dessacralização, a perda de difusão e experiência do sagrado. Na Inglaterra em virtude dos debates teológicos iniciados na década de 1960, pela primeira vez o conceito de secularização aparece no título de uma publicação “*The Secularization of Christianity*”, Eric Lionel Mascall (1965). Os estudos sobre secularização seguem com Wilson (1966), Berger (1967) e Luckmann (1967), etc.:

Em suma, podemos concluir que a influência dos teoremas dos percursores da sociologia do século XIX, o desenvolvimento dos fenómenos associados à modernização e suas consequências, o renascer da mentalidade secular pós II Grande Guerra e a aceitação e proliferação do tópico na academia das

ciências sociais, a partir dos inícios do século XX, se afigura como um quarteto de razões fortes para justificar o surgimento do interesse pelo objeto secularização na década de 1960. O momento da sua origem, dificilmente, pode ser dissociado do facto de os principais teóricos da secularização da época terem a mesma origem religiosa e serem da mesma geração que amadureceu cientificamente no refluir da II Grande Guerra. Isto não significa, porém, que as suas teorias sejam unívocas. Apesar de partirem de premissas idênticas, não podemos falar duma univocidade da secularização. Pelo contrário, ela possui várias camadas, com múltiplos fundamentos dissemelhantes sobre os efeitos da modernização na religião, que revelam o quão complexo e intrincado que é o estudo deste conceito, especial, ao nível macrossocial. (MONIZ, 2017, p. 80-81)

A multiplicação dos escritos sobre o tema neste período, são a prova da aceitação da generalização do tema e de sua relevância como objeto de estudo. Mas como destaque temos a relação da secularização e a modernidade, próximo tópico a ser abordado neste artigo

Secularização e modernidade

Nos estudos sobre secularização fica evidente que é impossível separar este conceito do conceito de modernidade. Mesmo que exista um consenso básico/criticável que afirma que o mundo moderno rompe com o monopólio religioso de instituir um visão de mundo totalizante, capaz de abarcar todo o conjunto de esferas sociais. As consequências da ruptura da religião com sociedade no desenvolvimento da sociedade moderna não é matéria consensual, como já citado. Dutra afirma:

Se, no alvorecer da modernidade, a sociologia herdou a tese iluminista do declínio da religião, a evolução da modernidade refutou-a. Seja porque o conceito de modernidade não pode mais ser reduzido ao Ocidente, seja porque o próprio ocidente não confirma a tese do declínio da religião, o fato é que o desenvolvimento da modernidade desafiou e continua desafiando o conceito de secularização. (DUTRA, 2016, p. 153)

Os debates continuam em torno do conceito de modernidade e até onde ele serve para explicar o conceito de secularização. Taylor (2007) em sua obra “*A Secular Age*” tenta dar uma explicação sobre a nossa condição secular moderna, colocando uma autocompreensão secular do mundo moderno no centro da discussão, com isso demarcando o caráter contingente e

historicamente excepcional. Mesmo que Taylor, trate do desenvolvimento societal e religioso do Ocidente, o argumento central é que a condição secular representa para todos que vivemos nela, uma única e mesma era moderna, o que seria uma ruptura radical com a concepção de mundo pré-secular. Embora se faça essa afirmação generalizante, baseada no fato histórico da expansão da condição moderna pelo mundo, isso não necessariamente implica em negar a variabilidade de configurações da relação entre religião e sociedade.

Para Taylor (2007) segundo o apontamento de Dutra (2016), o núcleo generalizável do conceito de secularização não é a diferenciação funcional, secularidade 1, que inclui a privatização da religião, nem a decadência da religiosidade individual, secularidade 2, e sim a construção de um novo quadro de compreensão imanente que reorienta as práticas religiosas e as práticas não religiosas. Esta concepção culturalista da secularização articula o horizonte compartilhado na era secular, em outras palavras, o pano de fundo de problemas sociocognitivos e socionormativos que se impõe a todo tipo de atividade religiosa ou não religiosa. Dutra (2016) observa que o horizonte cultural compartilhado na era secular, diferente da ênfase conferida por Taylor, só pode ser explicado se levarmos em conta sua vinculação com o processo de diferenciação funcional da sociedade. Os problemas estruturais comuns da era secular resultam dessa forma de diferenciação societal. No caso da secularização, se trata de um modo de autocompreensão e autodescrição que demarca os problemas decorrentes do fato de a pertença e a vida religiosa terem se tornado questões contingentes no mundo moderno.

A virada histórica caracterizada pela condição secular, citada por Taylor (2007) faz referência ao humanismo exclusivo ter acabado com o monopólio dos valores religiosos na orientação moral da identidade e das ações humanas, o fato de o florescimento humano em diferentes dimensões e esferas imanentes ter se tornado a meta de vida absoluta a qual as atividades religiosas e não religiosas tiveram que levar em conta. O fato de ser possível ter uma vida com sentido, mesmo sem a referência a valores religiosos, tornou a opção de descrença normal em nosso mundo. A fé religiosa não é mais o caminho para adquirir um sentido à vida e orientar seus valores morais. Para Taylor é aqui que se define a condição secular em sua vinculação mais profunda com o quadro de compreensão imanente, aquilo que ele chama de secularidade 3.

A teoria de Taylor é que a condição secular surge de uma desconstrução encadeada por três noções. O mundo natural passa a ser visto como um universo mecânico, controlado por leis impessoais e independentes de vontades sobrenaturais. O mundo subjetivo como fechado a essas vontades e o mundo social imaginado com um futuro aberto e não como desdobramento

de uma temporalidade transcendental pré-fixada. É desse esquema que surge o que ele chama de “quadro imanente”, o horizonte cultural que se compartilha a crença e descrença, não podendo a crença ser considerada a única forma de vida com sentido possível.

A abordagem de Taylor contribui para desnaturalizar o “quadro imanente” e a “condição secular”, ou seja, para superar a fraca consciência da contingência histórica que caracteriza a maior parte das teorias da secularização em sua afinidade com doutrinas político-normativas que não costumam relativizar a condição secular. Além disso, como na abordagem de Luhmann, Taylor nos traz uma alternativa às “narrativas da subtração” (Taylor 2007:26) que descrevem a “condição secular” unicamente como uma perda de espaço para a religião. Contra essas narrativas, Taylor busca reconstruir a relação entre religião e mundo secular com intuito de demonstrar as formas especificamente modernas de vitalidade e organização religiosas, ainda que estas convivam com tendências opostas de esfriamento e desinstitucionalização. A religião “permanece uma forma motivacional independente da modernidade” (Taylor 2007:530). (DUTRA, 2016, p. 155)

Ao organizar sua tese, Taylor adota um posicionamento parecido com de Weber, sobre a sociologia da religião. Weber cita o esforço reformador de organizações religiosas cristãs em superar a dicotomia entre a religiosidade virtuosa das elites e a religiosa fraca dos leigos. O resultado disso é a criação do racionalismo religioso de caráter disciplinador, em que se aponta que o homem é instrumento para realizar a obra divina neste mundo. Esse racionalismo religioso contribuiu para a criação de novas organizações, fossem elas elites, grupos econômicos, científicos, tec., que se encontravam mais livres da hierarquia eclesiástica, que a partir dos séculos XVI e XVII, oferecem suporte e lógicas específicas que regeram o funcionamento das esferas que iam aos poucos se separando da religião. É no século XVIII, que acontece o distanciamento de Deus em relação a criação e a entronização do florescimento humano. O sentido da vida, como referenciado por Taylor, passa ser movido unicamente pelo que se chama de humanismo exclusivo, sem a necessidade de uma motivação religiosa para guiar as ações humanas. Para Taylor o que se deve chamar atenção, é que essa virada e transformação não significa necessariamente uma decadência da fé, mas antes o surgimento de novas formas de vida religiosa.

Taylor fornece a reconstrução do imaginário secular moderno, o que Luhmann chamaria de semântica, é necessário vincular esse imaginário à dimensão estrutural da forma como a

sociedade se diferencia em subsistemas ou esferas autônomas. A divisão que Taylor propõem para a condição secular, religiosidade individual, diferenciação das esferas e contingência da fé, corresponde a tripartição de Berger (1967) que declina a secularização nos níveis de consciência individual, das instituições da sociedade e das visões de mundo culturais. A ênfase recai sobre o nível de cultura, o que negligência o papel complementar da diferenciação funcional ou institucional. A teoria de diferenciação funcional de Niklas Luhmann, ajuda a corrigir esta falha.

A teoria de Luhmann(2007) fornece uma compreensão mais ampla da condição secular moderna, já que leva em conta as diferentes formas assumidas pela diferenciação entre religião e sociedade. Não segue o caminho do “senso comum” da retirada crescente da religião do espaço público, como algo necessário para diferenciar a religião e política, a abordagem de Luhmann “deixa em aberto se e como a religião assume formas mais ou menos potentes na vida social moderna: não há *telos*, seja este entendido em termos de declínio, de privatização, seja de desinstitucionalização; há sim evolução comandada por dose incontornável de contingência e acaso” (DUTRA, 2016, p. 157)

Diferenciação funcional e secularização não são tratadas como pontos de chegada e sim como ponto de partida, para assim ser possível compreender as diversas formas e tendências assumidas pela religião na modernidade. A abordagem luhmanniana parte da premissa indutiva de que as funções socialmente relevantes são produto contingente e histórico da evolução da sociedade, a formação dos sistemas funcionais, que se dão através do processo de diferenciação, que produzem as funções sociais. Neste caso, o leque de sistemas funcionais deve ser concebido como aberto. O ganho através deste teoria é a possibilidade de compreender a condição secular superando a dicotomia simplista entre a religião e estado como formula para se apreender a diferenciação das esferas. A perspectiva de Luhmann enfatiza que com a diferenciação funcional, as esferas como educação, medicina, comunicação de massa, etc., também fazem parte do mundo secularizado, ou seja, o mundo ordenado por racionalidades autonomizadas da religião.

Considerações finais

Ao longo do artigo foi apresentado diferentes abordagens do conceito de secularização, principalmente ligado a sociologia da religião. O conceito criado por Weber teve diversas

apropriações ao longo dos anos e algumas delas entram em conflito referente a maneira correta de aplicá-lo. O conceito weberiano de secularização caminha em conjunto com outros dois conceitos, o de racionalização e o desencantamento do mundo, este ligado a ideia de religião e fazendo sentido somente quando vinculado ao conceito de racionalização weberiano. Embora Weber desenvolva os conceitos em conjunto eles se diferenciam entre si, mas sempre estão ligados quando se fala de secularização em sua obra.

Nas interpretações dadas para o conceito ao longo dos anos podemos destacar três fases (Moniz 2016). A primeira: Fase Moderna, é exatamente a fase onde o conceito recebe apropriação da sociologia da religião que vai de 1900-1930. É nessa fase que a secularização começa a ser analisada como um dos motivos para o declínio das religiões, a tese weberiana de desencantamento do mundo torna-se imprescindível para os teóricos da secularização. A segunda: Pós-moderna dos anos 1970-2000, que fala do mito que seria a secularização. A secularização não seria algo que havia acontecido e não teria volta, autores começam a citar o retorno do sagrado, des-secularização, pós-secularização. O que entra em conflito direto com o conceito de secularização citado por Weber, que dava a secularização como algo que havia acontecido, algo dado. A terceira fase: Ultramoderna se desenvolve a partir do século XXI, trata-se da tese das múltiplas modernidades e a necessidade de analisar a secularização como um fenômeno plural, que leva em consideração as particularidades de cada região.

A partir da década de 1960 principalmente, o conceito de secularização passa a ser analisado em conjunto com o conceito de modernidade. Uma ideia que foi fortemente vinculada é a que o mundo moderno rompe com o monopólio religioso. Embora essa ideia tenha sido largamente difundida nem todos os teóricos concordam com a mesma. Taylor(2007) afirma que a religião permanece uma forma de motivação que é independente da modernidade. Embora exista uma nova abordagem no campo religioso, assim como Weber cita referente ao racionalismo religioso, que faz com que as ações humanas não sejam mais orientadas exclusivamente por motivações religiosas, não significa necessariamente uma decadência da fé, mas antes o surgimento de novas formas da vida religiosa.

A teoria de diferenciação funcional de Luhmann também ajuda a compreender a condição secular moderna, levando em conta as diferentes formas assumidas pela diferenciação entre religião e sociedade. Essa teoria tem como ganho a superação da dicotomia simplista de análise da condição secular baseada na religião e o Estado como formula para se compreender a diferenciação das esferas da vida.

Fica evidente que o conceito de secularização assume diferentes abordagens com o passar dos anos. O conceito ocupa papel de destaque nas discussões na área da sociologia da

religião, onde as análises são feitas afirmando o seu papel de centralidade analítica, ou se busca deslegitimar as abordagens dadas a ele e procura-se outras alternativas. Embora alguns sustentem que o conceito é fraco, ou até mesmo que não serve mais para explicar o mundo moderno e as diferentes abordagens do religioso, é inegável a importância que o mesmo desempenhou no desenvolvimento da sociologia.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter (1990 [1967]), *The sacred canopy: Elements of a sociological theory of religion*, Nova Iorque, Anchor Books

_____, “The Desecularization of the World, a Global Overview”. In BERGER, P. L. (ed.), *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*, Michigan: Grand Rapids, 1999, pp. 1-18.

BECKFORD, James (2003), *Social theory and religion*, Cambridge, Cambridge University Press

BREMMER, Jan (2008), “Secularization: Notes toward a genealogy”, in Hent Vries (ed.), *Religion: Beyond a concept*, Nova Iorque, Fordham University Press, pp. 432-437.

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa: DIFEL, 1989.

CASANOVA, José, *Public Religions in the Modern World*, Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

_____. (2009), “A secular age: dawn or Twilight”. In: M. Warner et al. (eds.). *Varieties of secularism in a secular age*. Cambridge: Harvard University Press

DOBBELAERE, Karel, *Secularization: An analysis at three levels*, Bruxelas: P.I.E.-Peter Lang, 2002.

DUTRA, Roberto. A Universalidade da Condição Secular. **Religião & Sociedade**, [s.l.], v. 36, n. 1, p.151-174, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872016v36n1cap07>.

EISENSTADT, Shmuel, “Multiple modernities”, *Daedalus*, 129, 1, 2000, pp. 1-30

GORSKI, Philip (2000), “Historicizing the secularization debate: Church, state, and society in late medieval and early modern Europe, ca. 1300 to 1700”, *American Sociological Review*, vol. 65, n.º 1, pp. 138-167.

JOAS, Hans (2009), “Society, state and religion. Their relationship from the perspective of the world religions: An introduction”, in Hans Joas; Klaus Wiegandt (eds.), *Secularization and the world religions*, trad. Alex Skinner, Liverpool, Liverpool University Press, pp. 1-22.

LAMBERT, Yves, “Les régimes confessionnels et l’état du sentiment religieux”. In BAUBÉROT, J.(ed), *Religions et Laïcité dans l’Europe des Douze*, Paris : Syros, 1994, pp. 241-263.

_____, “Le rôle dévolu à la religion par les Européens”, *Sociétés Contemporaines*, 37, 2000, pp. 11-33.

LUCKMANN, Thomas (1967), *The invisible religion: The problem of religion in modern society*, Nova Iorque, Macmillan.

LUHMANN, Niklas (1995), *Social systems*, trad. J. Bednarz Jr.; D. Baecker, Stanford, Stanford University Press

_____. *La Religión de la Sociedad*. Madrid: Editorial Trotta, 2007

MARTELLI, Stefano, *A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização*. São Paulo, Edições Paulinas, 1995

MARTIN, David, “Towards eliminating the concept of secularization”, *The Religious and the Secular: Studies in secularization*, Londres: Routledge & Kegan Paul, 1969, pp. 9-22.

MONIZ, Jorge Botelho. A secularização na ultramodernidade católica europeia. **em Tese**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.188-219, 9 jul. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2016v13n1p18>.

MONIZ, Jorge Botelho (2017), “As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIV, pp. 73 – 92. DOI: 10.21747/08723419/soc34a4

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. Religião, Secularização e Modernidade. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 15, p.111-128, jul. 2012.

RIESEBRODT, Martin, *Die Rüccker der Religionen. Fundamentalismus und der 'Kampf der Kulturen'*, München, 2000

SELL, Carlos Eduardo. A secularização como sociologia do moderno: Max Weber, a religião e o Brasil no contexto moderno-global. **Revista Brasileira de Sociologia - Rbs**, [s.l.], v. 3, n. 6, p.11-46, 14 dez. 2015. Sociedade Brasileira de Sociologia. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.119>.

SMITH, Christian (2003), *The secular revolution: Power, interests, and conflict in the secularization of American public life*, Berkeley, University of California Press

STARK , Rodney (1999), “Secularization, R.I.P”, *Sociology of Religion*, vol. 60, n.º 3, pp. 249-273.

TAYLOR, Charles (2007), *A secular age*, Cambridge, Harvard University Press.

TSCHANNEN, Olivier, “The Secularization Paradigm: A systematization”, *Journal for the Scientific Study of Religion*, 30, 1991, pp. 395-415.

_____, Olivier (1992), *Les théories de la sécularisation*, Genebra, Librairie Droz.

VOAS, David (2008), “The Continuing Secular Transition”, in Detlef Pollack; Daniel Olson (eds.), *The role of religion in modern societies*, Londres: Routledge, pp. 25-48.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

_____. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

WILSON, Bryan, *Religion and Secular Society. A sociological comment*, Londres: C. A. Watts & Co, 1966

_____, "Desecularization of the World, a Global Overview". In BERGER, P. L. (ed.), *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*, Michigan: Grand Rapids, 1999, pp. 1-18.

_____. (1969 [1966]), *Religion in secular society: A sociological comment*, Harmondsworth, Penguin Books.



A fantasia social: apontamentos para uma teoria žižekiana da ideologia

Rodrigo José Fernandes de Barros¹
Bany Narondy Cabral Lima²

GT 4 – Teoria Sociológica

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: rodjfb@gmail.com. Bolsista de aperfeiçoamento da CAPES.

² Graduada em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestranda pelo Programa de Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: banynarondy@gmail.com. Bolsista de aperfeiçoamento da CAPES.

RESUMO: Temos como objetivo reconstruir, através da revisão bibliográfica, a teoria da ideologia proposta pelo filósofo, psicanalista e teórico social esloveno Slavoj Žižek. Buscamos assim esclarecer seus fundamentos, bem como as suas divergências com a teoria da ideologia proveniente do marxismo clássico ocidental. As obras publicadas a partir de 1989 até os do início dos anos 2000 sinalizam o nosso recorte, sendo assim possível acompanhar como o conceito de ideologia apareceu e foi se modificando no trabalho do autor. Žižek realiza uma ousada combinação de marxismo estruturalista althusseriano com postulados da psicanálise lacaniana para afirmar que ideologia não se trata de manto que turva a realidade social, mas sim que ela estrutura a forma como o social é vivenciado através de um processo de fantasia social; a ideologia consiste não num bloqueio para a totalidade, mas antes numa totalidade que procura apagar as suas brechas.

Palavras-chave: Teoria social; Ideologia; Slavoj Žižek; Marxismo.

Introdução

A busca por consensos nas Ciências Sociais e Humanas pode ser um trabalho infame, visto que os mesmos são raros por esses campos. O conceito de ideologia é um excelente exemplo disso: por uns é visto como algo positivo (Lênin); por outros carrega consigo uma imagem completamente negativa (MARX; ENGELS, 2007); aos olhos de alguns se demonstrou um elemento neutro enquanto constituinte de qualquer realidade (GRAMSCI, 1975); e ainda há aqueles que se recusam a incorporá-lo como conceito válido, pois teria se tornado banalizado e carregaria consigo tantos significados contraditórios que seria melhor substituí-lo por algo menos problemático e mais preciso (BOURDIEU; EAGLETON, 1996)

Em outras palavras: envolver-se com os estudos de ideologia significa envolver-se também com um surpreendente emaranhado de interpretações e definições antagônicas. Esses antagonismos teóricos não se dão apenas entre tradições de pensamento distintas, mas surgem inclusive dentro das próprias tradições. Forma concreta dessa disposição se dá no marxismo, onde a maioria das teorias da ideologia historicamente se encontra (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 231).

No entanto, depois de Fukuyama e do seu fim da história (1992), abateu-se uma percepção geral de que as ideologias desapareceram de vista e levaram consigo o próprio conceito de ideologia. Não haveria mais disputas e o fim da União Soviética seria a comprovação dessa tese.

Contra a maré de descrédito, Žižek assegura que não podemos nos livrar tão facilmente da ideologia, e que o conformismo e o cinismo não encerram o seu potencial radical. Numa união de Marx, Althusser e Lacan, o esloveno formula uma nova teoria da ideologia, mas para isso ele retoma o conceito em sua concepção clássica mais difundida e o confronta com os obstáculos postos pela contemporaneidade. É nosso objetivo delinear como essa teoria da ideologia se apresenta em Žižek.

Em direção a uma teoria lacaniana da ideologia

Segundo Žižek, a teoria da ideologia dominante mais difundida define ideologia como um discurso que se diz universalmente verdadeiro em sua superfície, mas que, no seu interior, em suas entrelinhas e em suas práticas efetivas, possui um núcleo adverso que nega a verdade oficialmente dita (ŽIŽEK, 1996a, p. 312). Sendo assim, a crítica da ideologia consiste em evidenciar essas contradições.

Žižek chama essa crítica da ideologia de uma leitura sintomal da sociedade, aproximando as análises de Marx e Freud por meio do termo sintoma. Expliquemos. Para a psicanálise freudiana, um sintoma é a expressão de um conflito, sendo a maneira que algo que fora recalcado, suprimido no inconsciente, encontra para continuar a se manifestar independente da vontade do sujeito (CLACK, 2015). O sintoma surge onde falta a palavra, onde o sistema da comunicação simbólica é interrompido, gerando uma espécie de prolongamento da comunicação através de outros meios, de forma codificada.

Quando a palavra falha, o sintoma toma forma e surge para fazer com que aquilo que não chegou a ser simbolicamente possa vir a ser de alguma outra maneira. Numa alegoria, o que foi impedido de passar pela porta resolve então passar pela janela, com uma nova configuração. Nos casos dos pacientes diagnosticados com a histeria, uma marcante neurose de meados do século XIX, os sintomas mais comuns eram paralisia, cegueira, alucinações, perda da fala e muitos outros – frequentemente incapacitantes e sem nenhuma causa fisiológica detectável (FREUD, S; BREUER, J. 2016). Cabe ao analisando, no processo de análise com o psicanalista, tentar resgatar esse algo recalcado, lhe atribuindo palavra através da catarse³.

Para Žižek, o método crítico-ideológico tradicional foca-se em interpretar esses sintomas no social. Utilizando o exemplo clássico da liberdade burguesa liberal para explicar

³ O método catártico consiste numa técnica de terapia da psicanálise, onde o paciente consegue eliminar o que seriam seus afetos patogênicos. Com essa técnica, o paciente recria e revive os momentos traumáticos que estão relacionados com os afetos patogênicos, o que elimina os seus sintomas (ROUDINESCO, 1998, p. 107).

essa concepção, temos a ideia universal de que todos os indivíduos são livres para vender sua força de trabalho que é utilizada para a produção de mercadorias, ao passo que recebem um valor equivalente por ela (ŽIŽEK, 1992, p. 55).

Mas isso não se concretiza, já que aquele que compra a força de trabalho não paga o que ela realmente vale, assim como também não vende a mercadoria pelo custo real de produção, senão não haveria lucro (mais-valor⁴) para o capital investido na produção das mercadorias. Novamente, o discurso afirma uma igualdade universal entre todos, mas a dominação existe onde o detentor dos meios de produção explora aquele que vende sua força de trabalho; essa dominação se expressa de forma cifrada, codificada tal qual um sintoma de algo que fora recalcado e que retorna por outros meios (ŽIŽEK, 1992, p. 61).

Esse recalco, segundo Žižek, teria se dado quando o modo de produção feudal se transformou no modo de produção capitalista moderno. No feudalismo, as relações de dominação estão estampadas, existem os senhores e os servos, e ambas as classes se reconhecem e se veem assim por vontade divina; não há nenhum discurso de liberdade frente ao desejo do criador, repassado “generosamente” por aquele que senta no trono de São Pedro; as relações sociais aqui são relações pessoais, claramente entre exploradores e explorados.

Já no capitalismo, a relação entre exploradores e explorados se torna turva, fetichizada na forma de mercadoria, em que as relações se dão pelo intermédio das coisas. Afirmam-se como sujeitos “livres” para venderem sua força de trabalho, mas têm seu discurso de troca equivalente negada na realidade. Os rasgos no tecido da realidade, as suas contradições, que aparecem e que são indivisíveis da estrutura do sistema foram interpretados a partir da crítica da ideologia, essa leitura sintomal, que decifrou a forma-mercadoria como a dominação que existe através de outros meios mais complexos do os que existiam no passado (ŽIŽEK, 1992, p. 62).

Na psicanálise tradicional freudiana, os sintomas só se mantêm devido ao seu desconhecimento por parte do sujeito; o sigilo de sua lógica de funcionamento é intrínseco a sua existência. Uma vez decifrado o sintoma pelo próprio sujeito, tem-se sua dissolução completa. Fazendo um paralelo com um truque de mágica, quem assiste ao truque não pode perceber como esse é realizado, pois isso desmancharia a ilusão criada.

A crítica da ideologia, em sua forma sintomal, faria a mesma coisa na sociedade. O autor ainda complementa:

Nas versões mais sofisticadas das críticas da ideologia – como a desenvolvida pela Escola de Frankfurt – não se trata apenas de ver as coisas (isto é, a realidade social)

⁴ O termo “mais-valor” segue as novas traduções d’O Capital, traduzidas do alemão pela editora Boitempo.

como “realmente são”, de jogar fora os óculos distorcedores da ideologia; a questão principal é ver como a própria realidade não pode reproduzir-se sem essa chamada mistificação ideológica. A máscara não esconde simplesmente o verdadeiro estado de coisas; a distorção ideológica está inscrita em sua própria essência (ŽIŽEK, 1996a, p. 312).

Contudo, em nossa sociedade contemporânea, nós vemos o truque e sabemos exatamente como ele é realizado, mas mesmo assim nós continuamos a assistir ao espetáculo sem incômodo algum, tal como alguém que é indiferente mesmo ao saber que está sendo enganado.

A norma consiste numa vista grossa generalizada para as engrenagens. Como bem pontuou Peter Sloterdijk, “eles sabem o que fazem, mas mesmo assim o fazem” (SLOTERDIJK, 2012, p.12), o que nos revela que a ideologia dos nossos tempos é cínica, onde nada é muito levado à sério. Ao que tudo indica, a leitura sintomal não nos serve mais para entender e combater a ideologia, pois não gera o efeito libertador que se espera dela.

Do saber ao fazer: a objetividade da crença

A pergunta que devemos fazer é: onde reside a ilusão? Podemos dizer que na versão da leitura sintomal da ideologia, a ilusão se encontra no âmbito do saber, ao supor que os sujeitos não sabem o que realmente estão fazendo. Žižek defenderá que a ilusão mais importante não se encontra no saber dos sujeitos, mas sim no fazer. Mesmo quando sabemos dos significados, agimos *como se* não soubéssemos, pois as coisas estão naturalizadas na nossa realidade, onde atribuímos a crença em pressupostos externos.

Por exemplo: Ao lidarmos com dinheiro, embora saibamos que se trata de um produto do trabalho humano, o encaramos como algo natural que incorpora a riqueza pura e simplesmente, sem pensarmos sobre o assunto (ŽIŽEK, 1992).

O sujeito que compra uma mercadoria no momento da troca, e mesmo tendo consciência de como as relações se dão através da exploração, não altera a sua ação; a troca não se desmancha com a consciência, e sim a consciência que se desmancha com a troca. A forma-mercadoria precede o pensamento e a crença já provém das do que é exterior; ela já está dada externamente e o sujeito não precisa crer, pois as coisas acreditam por ele (ŽIŽEK, 1996a, p. 317).

Aqui há um aprofundamento das teses lacanianas e althusserianas sobre a objetividade da crença (externalidade e sua materialidade), uma vez que essa mesma objetividade

(...) parece ser uma proposição lacianiana básica, contrária à tese costumeira de que a crença é algo interior e o conhecimento, algo exterior. (...) antes, é a crença que é radicalmente externa, incorporada no procedimento prático efetivo das pessoas (ŽIŽEK, 1996a, p. 317).

A crença não depende da vontade consciente dos sujeitos, e sim dos atos que eles reproduzem espontaneamente -- um ateu que faz o sinal da cruz ao passar por uma igreja, mesmo que afirme ser desprovido de fé, reproduz a crença em seu comportamento, em sua ação efetiva.

A ilusão não está do lado do saber, mas já está do lado da própria realidade, daquilo que as pessoas fazem. O que elas não sabem é que sua própria realidade social, sua atividade, é guiada por uma ilusão, por uma inversão fetichista. O que desconsideram, o que desconhecem, não é a realidade, mas a ilusão que estrutura sua realidade, sua atividade social. Eles sabem muito bem como as coisas realmente são, mas continuam a agir como se não soubessem. A ilusão, portanto, é dupla: consiste em passar por cima da ilusão que estrutura nossa relação real e efetiva com a realidade. E essa ilusão desconsiderada e inconsciente é o que se pode chamar de *fantasia ideológica* (ŽIŽEK, 1996, p. 316).

Se o nosso mundo não possui mais ideologia, esta afirmação só se aplicaria ao seu sentido sintomal, já aqui apresentado, presente tanto na teoria marxiana como na teoria marxista. No sentido de uma teoria lacaniana, a ideologia persiste por outro caminho.

A lição a ser extraída disso no tocante ao campo social é, acima de tudo, que a crença, longe de ser um estado “íntimo” e puramente mental, é sempre materializada em nossa atividade social efetiva: a crença sustenta a fantasia que regula a realidade social (ŽIŽEK, 1996a, p. 317).

Primeiramente vamos nos deter sobre como essa estrutura da crença se dá, para em seguida passar para a discussão da fantasia ideológica. Žižek diz que podemos encontrar essa crença exterior na obra de Kafka, principalmente no livro *O Processo* (1997). Esse escrito conta a história do bancário Josef K, um funcionário exemplar e prestigiado que, ao completar 30 anos, é preso e processado sem saber os motivos ou os mandantes. Em toda a trama o protagonista é envolto numa atmosfera burocrática sufocante e indiferente, profundamente desumanizada.

Alguns julgaram esse universo criado por Kafka como um exagero, uma imagem fantasiosa para criticar o sistema judiciário. Žižek discorda. Para ele, “*é a encenação da fantasia que está em ação em meio à própria realidade social* (ŽIŽEK, 1996a, p. 318); ou seja, “*todos sabemos muito bem que a burocracia não é onipotente, mas nossa conduta ‘efetiva’ na presença da máquina burocrática já é regulada por uma crença em sua onipotência*” (idem, *ibidem*).

O que Žižek está propondo é uma modificação das teses de Althusser (1983) e, concomitantemente, de Pascal (2005), de que para obter a crença antes é preciso seguir os rituais cegamente e daí virá a identificação do sujeito com o credo. Ao invés de um *ajoelhe-se e ore, e você acreditará*, temos um *ajoelhe-se e ore e você acreditará que se ajoelhou por causa da crença*.

Essa modificação é crucial por que permite ver como a realidade social é sempre pressuposta na crença do Outro, e aqui se torna necessário traduzir um pouco dos significados dessa frase com traços propositais de lacanês⁵. Para Lacan, a identidade de uma pessoa (o seu ego) envolve dois componentes que surgem em fases diferentes da vida. O primeiro se desenvolve no estágio do espelho e leva o nome de Eu Ideal, que se refere ao registro do imaginário, remetendo a como gostaríamos ter sido em relação ao que os outros que cuidam de nós esperam de nós. É a fase do narcisismo primário, onde a criança encarna a imagem de onipotência fornecida pelos pais e a replica.

O segundo é o Ideal do Eu, advindo da superação do complexo de Édipo e ligado com a internalização do simbólico, de normas sociais e culturais por meio de figuras de autoridade. A criança percebe que os pais não lhe dão somente amor, mas passam a fazer exigências, o que a condiciona a agir para realizar tais demandas em troca de afeto e reconhecimento. Depois que os pais deixam de serem as únicas referências, a criança tem o seu Ideal do Eu direcionado para outras figuras de admiração e respeito (LACAN, 1998, 2016).

Dito de outra forma, o Ideal do Eu é a ordem simbólica na psique do sujeito, lhe dando posição no social sempre com referência a um *Outro* pressuposto e inconsciente⁶ – esse outro não necessariamente é a figura de uma pessoa, pode também ser um ideal, uma divindade, as normas morais, sociais e culturais não explícitas do mundo em que vivemos. A ordem simbólica é chamada por Žižek de Grande Outro⁷, que nos observa e modela como devemos agir em cada situação:

Quando falo sobre a opinião de outras pessoas, nunca é somente uma questão de como eu, você ou outros indivíduos pensam, mas também do que um “alguém” impessoal pensa. Quando violo uma regra de decência, nunca faço apenas o que a maioria dos outros não faz – faço o que não “se” faz (ŽIŽEK, 2006, p. 20).

A religião pode nos ajudar a exemplificar o que estamos falando: no momento em que o sujeito se identifica com o Deus cristão e envolve-se nos rituais de uma igreja (os aparelhos ideológicos de Althusser), Deus (o grande Outro lacaniano) concede ao sujeito um lugar na sua criação sagrada, bem como um conjunto de regras para serem seguidas por um crente para proporcionar prazer ao próprio grande Outro (SHARPE; BOUCHER, 2010, p. 51-52). Esse sujeito também pressupõe que outros sujeitos, com seus ideais de eu diversos (crentes de

⁵ Esse termo funciona como um eufemismo para o neologismo e o hermetismo tão presentes nas obra de Jacques Lacan, mesmo nos seus Seminários - grandes cursos que fizeram uso da metodologia oral e que foram posteriormente transcritos para a forma de livros.

⁶ Novamente ressaltamos que não estamos nos referindo ao inconsciente freudiano, mas ao lacaniano, que não é uma instância da mente individual, mas algo que é exterior ao próprio sujeito, é ignorada por ele e tem a estrutura de uma linguagem.

⁷ O Grande Outro só existe enquanto agimos como se ele existisse (ŽIŽEK, 2006, p.20)

outras religiões, por exemplo) possuem seus próprios grandes Outros que são diferentes do dele.

Pela ótica zizekiana, as identidades, opções políticas e demais ideais são firmados num aglomerado de crenças inconscientes, levando em consideração sempre a existência do nosso grande Outro e também o grande Outro dos outros. Tendemos a terceirizar nossas crenças por supor que os outros acreditam nelas; não é isso que muitos crentes atribuem como a função dos sacerdotes nas igrejas? Não preciso compreender profundamente as mensagens das escrituras, falar o latim ou acompanhar as grandes discussões teológicas, já que existe um corpo de sacerdotes fornecido pela igreja que realizam esta tarefa por mim (idem, p. 53).

Retornamos então para a questão do cinismo: mesmo quando não se acredita internamente, nós o fazemos, pois a crença está fora do indivíduo, pressuposta nos outros externos⁸, o que lhe resguarda a própria culpabilidade e abre a brecha para o conformismo. A ilusão reside em ignorar o que fazemos.

A fantasia, ou “\$ ◇ a”

Como vimos, Žižek está longe de concordar com o diagnóstico pós-moderno do fim da ideologia e da sua crítica. Com a aproximação da teoria psicanalítica lacaniana, Žižek procura atualizar e reformular o próprio conceito de ideologia. Neste percurso, chega à conclusão de que a ideologia não é simplesmente uma falsa consciência ou mentira.

A ideologia não oculta ou distorce a realidade, mas a própria realidade não pode se fazer enquanto tal sem a ideologia. Para Slavoj Žižek, a ideologia é algo bastante diferente, configurando-se como “uma totalidade empenhada em apagar os vestígios de sua própria impossibilidade” (ŽIŽEK, 1996a, p. 327). Ao invés de algo que não permite enxergar a realidade, temos algo que nos entrega a própria realidade como meio de suportar o insuportável. Ela provê para os sujeitos a interpretação simbólica da realidade como maneira de evitar o choque com o antagonismo, com o Real (ŽIŽEK, 2017, p. 243).

O real não se refere à realidade última, material ou qualquer coisa do tipo. Na teoria lacaniana, o real é um núcleo duro que envolve externamente toda a nossa ordem simbólica comunicativa, mas que não se deixa penetrar por ela (FINK, 1998). É tudo aquilo que não pode ser simbolizado, tudo aquilo que não se transforma em linguagem, que escapa do

⁸ Para fins de um devido esclarecimento, há uma anedota que ilustra essa tese: Perguntam para os pais se eles acreditam no Papai Noel e a resposta é que não, mas que mantém o ato de colocar os presentes na árvore de Natal porque os filhos ainda acreditam no Papai Noel. Em seguida perguntam para as crianças se elas acreditam no Papai Noel, e a resposta delas também negativa, mas explicam que não revelam para os pais para que eles continuem acreditando que elas acreditam, assim podem continuar a ganhar presentes. Ninguém acredita no Papai Noel, mas a crença permanece viva.

significado ou que aparece para demonstrar a inconsistência do todo. Podemos dizer que jamais se alcança o real, apenas é possível aproximar-se dele.

Toda noção de realidade, por conseguinte, nunca é a realidade final, em si, a realidade que a tudo abarca. Toda realidade é sempre virtual, feita por meio de nossa ordem simbólica, e toda totalidade tende a ser falha, jamais dando conta de todas as contradições, brechas e furos em sua forma de ser. A ideologia existe para tapar essas contradições e lacunas, nos assegurando a ilusão de que vivemos num todo harmônico.

Nós desconsideramos essa ilusão fundamental porque não queremos encarar um trauma inconsciente bastante perturbador: a sociedade enquanto totalidade não existe (ŽIŽEK, 2017, p. 269).

A tese a respeito da inexistência da sociedade, que Žižek incorpora em sua obra, foi apresentada primeiramente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe no livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015), lançado nos anos 1980 e com clara filiação ao pós-marxismo. Essa tese defende que a sociedade como uma unidade coesa e integrada é praticamente impossível de ser alcançada, devido ao excesso de brechas, contradições e falhas inerentemente presentes em qualquer tentativa de dar conta de tamanha complexidade (LACLAU; MOUFFE, 2015). Nas palavras do próprio Žižek:

(...) o Social é sempre apenas um campo inconsistente, estruturado em torno de uma impossibilidade constitutiva, atravessado por um 'antagonismo' central (...); essa tese implica que todo processo de identificação que nos confere uma identidade sócio-simbólica fixa está, afinal, condenado ao fracasso - é exatamente a função da fantasia ideológica mascarar essa inconsistência, o fato de que "a sociedade não existe", e assim nos compensar pela identificação malograda (ŽIŽEK, 1992, p.124)

Qualquer tentativa de interpretar a sociedade enquanto um todo fechado está fadada ao fracasso, e é desse fracasso que a ideologia ergue seu poder de persuasão. Uma vez que, sendo ela um cenário que oculta o antagonismo sobre o qual se funda qualquer campo social (as contradições e em última instância a própria impossibilidade de todo harmonioso), a ideologia administra e media os conflitos ao localizar suas causas num Outro externo que nos rouba nossos objetos sublimes.

Os objetos sublimes são aquilo que unifica um grupo, mas que são paradoxalmente impossíveis de serem descritos objetivamente por qualquer membro do grupo (SHARPE; BOUCHER, 2010, p. 56). Por exemplo: quando um nacionalista diz defender o seu povo ou os valores tradicionais, ele é incapaz de dizer o que esses termos (povo, valores tradicionais) significam objetivamente sem evocar experiências emocionais, mesmo que afirme que esses ícones (objetos sublimes) definem a sua essência. É algo necessariamente vago e propositalmente inalcançável, embora com bastante apelo de convencimento.

Esses objetos sublimes representam os desejos de unificação numa totalidade fechada. Eles substituem nosso trauma inconsciente de que essa unificação é impossível, e representam alvos possíveis a serem alcançados. Contudo, a ideologia enquanto fantasia age de modo a traduzir que só não alcançamos esses objetos sublimes por causa da intervenção de um outro exterior invasor, que desestrutura o conjunto em consonância e impede a realização do horizonte ideal a ser concretizado (ŽIŽEK, 1992, p. 123).

Žižek toma de empréstimo a fórmula da fantasia⁹ lacaniana e a utiliza como fórmula da fantasia ideológica, que é \$ ◇ a. O cifrão (\$) indica os sujeitos políticos em sua dimensão cifrada (repartida entre o eu ideal e o ideal do eu); a vogal no final da fórmula (a) representa o objeto sublime a ser alcançado; O losango (◇) entre os dois representa o impedimento em se alcançar o objeto sublime (ZIZEK, 1996a, p. 322).

Não existe exemplo de ideologia mais pura neste sentido do que o nacional-socialismo, mais popularmente conhecido por nazismo, que era a base para o regime que governou a Alemanha de 1933 a 1945. Antes da ascensão dos nazistas, a Alemanha havia saído derrotada de um conflito com escala mundial (1914-1918), pagando um elevado custo pelas reparações imposto pelos vitoriosos e logo em seguida se viu em meio a uma crise econômica severa, acompanhada de miséria, tensão e conflitos sufocantes (EVANS, 2010).

Entre os próprios alemães surge o questionamento: qual a causa de tamanha instabilidade e de tantas incertezas? Para solucionar esse problema, os nazistas criaram uma narrativa que explicava o porquê das coisas não irem conforme o esperado. Para o nazismo, a sociedade não se concretizava em seu potencial por causa da presença de invasores externos que corrompiam a comunidade do povo (*volksgemeinschaft*): os judeus. Aparentemente tudo ia muito bem até que os judeus apareceram e corromperam o corpo social ariano (ŽIŽEK, 1992, p. 124).

Por ser uma resposta fundamentalmente ideológica, escapa do confronto com as instabilidades e os antagonismos constitutivos da própria sociedade, como os conflitos de classe, as crises do sistema capitalista e as reviravoltas inerentes da modernidade. Nada disso foi digno de ser considerado pelos defensores da suástica.

Criou-se assim um objeto sublime a ser alcançado por todos aqueles que compunham a sociedade alemã da época: a *volksgemeinschaft*, a comunidade do povo ariano, que seria composta somente pelos verdadeiros alemães pertencentes a uma raça superior. Criou-se

⁹ É necessário frisar que a fantasia, aqui, não deve ser confundida no seu sentido comum de elucubração imaginária, sonhos ou imagens eróticas que temos por outros sujeitos.

também a imagem conceitual do judeu como adversário que impede o alcance deste mesmo objeto.

Com isso, o nazismo capturava uma multiplicidade de medos, inseguranças, contradições e incertezas e a substituía por uma imagem clara de um inimigo comum a ser vencido, escondendo o fato traumático de que a sociedade ariana jamais existiu ou existirá. Essa imagem do judeu também é carregada de ambiguidade, já que

(...) o discurso antissemita constrói a figura do judeu como um ente fantasmagórico que não pode ser encontrado em lugar nenhum da realidade, e depois usa essa mesma lacuna entre o “judeu conceitual” e a realidade dos judeus que existem de fato como argumento definitivo contra os judeus. Desse modo, estamos aprisionados num círculo vicioso: quanto mais as coisas parecem ser normais, mais suspeitas despertam e mais apavorados ficamos (ŽIŽEK, 2017, p. 252).

Podemos ver esse conjunto de ambiguidades em algumas peças de propaganda do antissemitismo nazista, com é no caso do filme documentário *Der Ewige Jude*¹⁰, O Eterno Judeu, que Žižek analisa em *The Pervert's Guide to Ideology*¹¹. O documentário descreve os judeus como indivíduos inteligentes e destacados nas posições que ocupam, ao passo que descrevem suas moradias como sempre decadentes, habitadas por ratos e cercadas de sujeira, com habilidades sofisticadas de disfarce e sedução (para seduzir e enganar as jovens loiras alemãs, contaminando seu sangue). Há sempre um misto de admiração e repulsa na imagem do judeu conceitual, numa oscilação entre humano e não humano.

O caso do nazismo corresponde a um exemplo que pode ser tido como extremo ou mesmo único, por sintetizar uma totalidade voltada para apagar seus resquícios de impossibilidade, mas podemos encontrar a mesma lógica admissível em outras manifestações políticas e sociais, e em diferentes períodos históricos mais distantes ou recentes. Os inimigos do povo soviético, no regime stalinista, não asseguram um mesmo lugar de intruso frente ao objetivo de se alcançar o novo homem socialista?

Atravessando o atlântico, temos a figura do negro na sociedade estadunidense ocupando o mesmo lugar. Mesmo que com uma frequência menor do que no passado, continua alvo de perseguição com a justificativa de ser a encarnação do *Outro invasor* que corrompe e ameaça a estabilidade branca da nação.

O mesmo é aplicado para a presença de estrangeiros em geral, e mais particularmente em relação aos estrangeiros que entram ilegalmente em algum país. São frequentemente acusados de roubar empregos e posições que deveriam pertencer unicamente aos nativos,

¹⁰ DER EWIGE JUDE. Direção: Fritz Hippler. Produtores: Deutsche Film, Gesellschaft. Narrador: Harry Giese. Roteiro: Eberhard Taubert. Berlin: 1940.

¹¹ THE PERVERT'S guide to ideology. Direção: Sophie Fiennes. Produtores: Sophie Fiennes, Katie Holly, Martin Rosenbaum, James Wilson. Intérpretes: Slavoj Žižek. Roteiro: Slavoj Žižek. Toronto: 2012. 1 DVD (136 min.)

membros “reais” de determinada sociedade. Esses estrangeiros seriam os culpados pelas crises econômicas, pelo desemprego, pela violência, pelas doenças (principalmente as doenças sexualmente transmissíveis), pela desvalorização e corrupção da cultura e da tradição. Podemos listar outras figuras que ocupam a imagem deste outro, como os homossexuais, os muçulmanos, os comunistas, os praticantes de crenças religiosas não hegemônicas ou simplesmente diferentes das demais, as minorias étnicas etc.

Podemos imaginar que esse tipo de concepção de ideologia funciona numa paranoia que pode sufocar o sujeito, mas não podemos esquecer-nos do cinismo. Como Sharpe e Boucher apontam (2010, p. 46), Žižek considera que a ideologia também permite momentos de desidentificação, ou seja, a ideologia não demanda dos sujeitos uma total identificação por meio da repressão. Paradoxalmente, ela permite momentos de transgressões que estão fora dos seus próprios limites para que os sujeitos possam usufruir do gozo (desde que feitos da forma correta, em ambientes apropriados¹²).

Essa possibilidade de desidentificação é fundamental porque possibilita um suborno para que se aceite a ideologia e, concomitantemente, se aceite suas imposições. O cínico é exatamente este que pratica todos os rituais e reflete as crenças que edificam as ideologias, mas conserva uma distância irônica.

Evitando o encontro com a Coisa

A ideologia não apenas produz uma imagem de realização ideal e harmônica (como a nação ariana, um mundo completamente cristão ou), mas também cria uma regulação que cause certo distanciamento desta mesma imagem de realização ideal (ŽIŽEK; DALY, 2006). Paradoxalmente temos, de um lado, a fantasia ideológica que nos impele a encontrarmos com o desejo que produzimos enquanto imagem do ideal e, por outro lado, temos um lembrete tácito de não nos aproximarmos demasiadamente desta imagem total.

Por que isso acontece? Podemos encontrar uma resposta nas teorias de Jacques Lacan: se nos aproximarmos bastante do objeto de desejo, ele se desfaz ou provoca angústia e desintegração do próprio objeto enquanto tal (FINK, 1998). Como num aparelho de televisão ou numa pintura repleta de detalhes, se nos posicionarmos distantes demais da tela não enxergamos o que contém nela; coisa muito semelhante acontece quando nos posicionamos perto demais, pois todos os traços e minúcias perdem completamente os significados

¹² A imagem do pai de família tradicional, religioso e moralista, mas que em determinadas noites se envolve com jogos, entorpecentes e prostituição, ilustra bem esse paradoxo nas ideologias conservadoras. Desde que o sujeito continue com as suas práticas convencionais nos ambientes públicos, ele pode gozar em segredo.

simbólicos e transformam-se em borrões sem sentido, sem conexão com aquilo que só pode ser visto diante da visão regulamentada num meio termo (ŽIŽEK; DALY, 2006, p. 19).

Segundo Žižek, procuramos este distanciamento paradoxal ao mesmo tempo em que buscamos pela imagem ideal do nosso desejo porque assim podemos continuar usufruindo de um gozo, gozo esse que provém do adiamento de encontrar nosso objetivo final e impossível. Não é a realização do desejo que o torna capaz de mover ações, e sim a procura por sua concretização. Uma vez realizado, o desejo perde suas capacidades de conduzir horizontes, sendo necessário o surgimento de um novo desejo para fazer com que as engrenagens continuem funcionando (ŽIŽEK; DALY, 2006, p. 90).

“A ideologia regula essa distância fantasística, como que para evitar o Real no impossível, isto é, os aspectos traumáticos implicados em qualquer mudança real (impossível)” (ŽIŽEK; DALY, 2006, p. 20). Žižek defende que os sujeitos, como já sugerimos, extraem satisfação do seu estado das coisas, já que uma mudança radical demandaria esforços consideráveis. É preferível encenar movimentos, sem nunca se atrever a abranger ou encarar o antagonismo sobre o qual se fundamenta qualquer campo social.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*. In: ŽIŽEK, S et al. **Um mapa da ideologia**. São Paulo: Contraponto, 1996.
- CLACK, B. **Freud no divã: uma introdução crítica ao pai da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- EVANS, R. J. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- FINK, B. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FREUD, S.; BREUER, J. **Obras completas, volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del cárcere**. Vol 1. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1975.
- KAFKA, F. **O Processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PASCAL, B. **Pensamentos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SHARPE, M; BOUCHER, G. **Žižek and Politics: a critical introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.

SLOTERDIJK, P. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

ŽIŽEK, S. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. Como Marx inventou o sintoma?. In: ŽIŽEK, S (org). **Um mapa da ideologia**. São Paulo: Contraponto, 1996a.

_____. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. **Interrogando o Real**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, S (org). **Um mapa da ideologia**. São Paulo: Contraponto, 1996b.

ŽIŽEK, S; DALY, G. **Arriscar o impossível: conversas com Žižek**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



POR UMA SOCIOLOGIA DOS DISCURSOS A PARTIR DE PIERRE BOURDIEU

BRUNO COSTA BARREIROS¹

GT 4 - TEORIA SOCIOLÓGICA

¹ Doutorando e mestre em Sociologia Política, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, barreirosbc@gmail.com. Bolsista CNPq.

Introdução

Este trabalho trata do lugar dos atos linguísticos na praxeologia bourdieusiana. A discussão aqui será concentrada nos elementos teóricos, embora, do ponto de vista bourdieusiano, não seja possível advogar uma divisão entre teoria e empiria. A proposta de estruturalismo genético de Bourdieu se afasta de construções teóricas desvinculadas da pesquisa empírica. Para sermos mais diretos, a praxeologia bourdieusiana se opõe ao “culto da teoria pela teoria” como Martins (2017, p. 285) corretamente lembrou. Nesse sentido, os conceitos não são transformados em fetiche por uma operação mental de controle lógico puro: ao invés disso, o aprimoramento dos conceitos ocorre justamente colocando-os para funcionar nas investigações, nas pesquisas sociológicas (BOURDIEU, 2003).

Organizar os princípios norteadores e o método de trabalho de Bourdieu sobre a dimensão linguística não é uma tarefa simples. Em parte, isso se deve à relativa escassez de sistematizações, de trabalhos de comentadores ou de estudos empíricos inspirados na sociologia bourdieusiana dos atos de fala e de escrita. Em um dos raros textos sobre o assunto, Erik Neveu (2010) constatou que pouquíssimos sociólogos compreendem todas as dimensões de análise dos discursos contempladas pela sociologia de Bourdieu. Com o objetivo de minimizar essa lacuna, esse artigo, ainda que de forma sucinta, se propõe a despertar o interesse dos sociólogos para o que aqui podemos nomear como sociologia das práticas discursivas².

O argumento que este artigo constrói é o de que há, em Bourdieu, principalmente em *A economia das trocas linguísticas*, uma teoria sociológica dos discursos. O esforço, então, passa a ser o de sistematizar essa abordagem, facilitando assim a operacionalização de pesquisas sociológicas. Aqui, além de uma avaliação do lugar da abordagem bourdieusiana em pesquisas sobre a dimensão linguística, o leitor encontra uma primeira proposta de quadro de análise conceitual útil para pesquisas que almejem compreender e explicar os mais diversos atos linguísticos a partir de um viés sociológico.

² A motivação para desenvolver esse trabalho decorre de desafios enfrentados em minha pesquisa de doutorado, ancorada na praxeologia bourdieusiana, sobre uma elite nacional de *top managers*. A partir dessa investigação, deparei-me com uma peculiaridade muito saliente do grupo estudado: seus discursos de comprometimento com a chamada “sustentabilidade empresarial” representam o principal fator de clivagem em relação aos demais agentes do espaço empresarial. São executivos ou diretores de alto escalão que se diferenciam apenas sutilmente do conjunto mais amplo de *top managers* em termos de origens sociais, formações acadêmicas e trajetórias profissionais. O ponto de distinção mais decisivo se constitui, precisamente, na dimensão discursiva: o modo como falam e o que dizem sobre o que é ser um “bom” gestor, uma “boa” empresa e uma “boa” sociedade.

O lugar periférico da perspectiva bourdieusiana nas análises de discursos

Antes de começarmos a trabalhar sobre os pressupostos da praxeologia bourdieusiana, é apresentada uma análise bibliométrica sobre lugar de Bourdieu nas “análises de discursos”, com ênfase sobre a produção nacional brasileira. Essa linha de trabalho geralmente é conduzida internacionalmente por pesquisadores alheios à sociologia e provenientes de outras disciplinas, tais como a linguística, a psicologia, a antropologia e a história. Eles se dedicam à chamada “Análise do Discurso” (mais correntemente usada pela sigla AD).

Dede a década de 1960, diversas correntes da análise do discurso surgem na Europa, em campos relativamente autônomos e nacionais, com destaque para a França, a Inglaterra e a Alemanha (ANGERMULLER, 2007). A tendência francesa foi alimentada por uma contraposição ao estruturalismo de Saussure e sua dicotomia teórica *langue-parole*, valorizando a análise das regras subjacentes em textos escritos de grande volume (e.g., obras inteiras de autores) (ANGERMULLER, 2007). A tendência britânica se inspirou no pragmatismo americano e na filosofia analítica inglesa que tem como principal expoente Austin, o que levou a uma ênfase no agir linguístico em situações específicas. Já a tendência alemã valorizou a princípio uma teoria do discurso, com abordagens tais como a teoria da ação comunicativa de Habermas e, só depois dos anos 1990, agregou a linha fenomenológica-interpretativa de Berger-Luckmann e Max Weber (ANGERMULLER, 2007). Vale frisar ainda que há uma tendência eslavo-russa, que tem autores que destacaram o componente semiótico, dentre os quais Bakhtin e Lotman como expoentes.

Seja por temáticas, por afinidades teóricas ou por preferências nacionais, a partir dos anos 1970 começam a se consolidar na Europa quatro *clusters* (ou pontos nodais) que organizam os analistas de discursos (KELLER, 2007): 1) a escola francesa de análise do discurso, com destaque para as propostas de Pêcheux, Foucault, Maingueneau, Dubois, Barthes, Bourdieu, De Certeau e Guilhaumou; 2) a teoria do discurso pós-estruturalista, baseada principalmente em Althusser e Foucault, cujos principais expoentes são Laclau e Mouffe (1987); 3) a Análise Crítica do Discurso (ACD), que também se baseia na perspectiva foucaultiana, mas tem como destaque para Norman Fairclough (2001), que compreende a ACD como uma ciência social crítica que objetiva uma pesquisa reivindicatória (i.e., direcionada à transformação social); 4) a Análise do discurso interpretativa, que se estrutura ao redor da obra do sociólogo alemão Reiner Keller, combinando Foucault com a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (KELLER, 2007).

Outra linha de mapeamento da literatura, diferente da de Angermüller (2007) e de Keller (2007), foi adotada por Rosalind Gill (2012). Em um trabalho sobre o estado da arte do campo da análise de discurso, Gill (2012) detectou 57 variedades, agrupando-as em tradições teóricas amplas, sendo as três principais: a) a linguística crítica, que tem autores tais como Norman Fairclough; b) a

abordagem que combina a teoria do ato de fala, etnometodologia e a análise da conversação; c) o pós-estruturalismo, cujo expoente é Michel Foucault. Além disso, Gill (2012) aponta quatro temas de interesse principais: 1) o discurso em si mesmo; 2) a linguagem como criadora e como construída socialmente; 3) o discurso como ação; 4) a retórica do discurso. É surpreendente que a abordagem bourdieusiana sequer apareça na sistematização de Gill (2012).

É importante frisar que, em seu estudo sobre a história das abordagens para a análise do discurso na Europa, Angermüller (2007) constatou que a escola francesa é a mais influente, sobretudo através das obras de Michel Foucault. De certa forma, Keller (2007) e Gill (2012) concordam com esse diagnóstico. Diante desse predomínio pós-estruturalista, a abordagem bourdieusiana é absolutamente marginal quando se trata de pesquisar sobre os discursos, mesmo entre sociólogos na França (NEVEU, 2010). Assim, investigadores que se debruçam sobre problemas de pesquisa que envolvem o terreno dos atos linguísticos, seja como dimensão analítica principal, seja como secundária, e que partem da disciplina sociológica, carecem de estudos exemplares baseados na abordagem bourdieusiana.

Neveu (2010) apresentou um panorama da utilização da abordagem de Bourdieu nessa seara. Seu trabalho envolveu um levantamento dos artigos acadêmicos publicados entre 1999 e 2009, em duas importantes revistas dedicadas à análise do discurso no mundo (a francófona *Mots - Les langages du politique en France* e a anglófona *Discourse & Society*). Os resultados de Neveu (2010) mostram o caráter marginal da praxeologia bourdieusiana no mundo da AD: 1) 66 artigos de um total de 550 (12%) citam Bourdieu; 2) apenas 10 artigos que o citam (2 na revista *Mots* e 8 na *Discourse & Society*) utilizam a abordagem bourdieusiana de forma estruturante ou como fundamentação principal, ao passo que os outros 56 não fazem referência a Bourdieu como autor de obras dedicadas à análise do discurso; 3) a obra mais referenciada de Bourdieu nesses periódicos é *Language and Symbolic Power*.

A partir desta análise bibliométrica de Neveu (2010), decidiu-se aqui por fazer um levantamento parecido sobre a produção brasileira sobre AD junto à plataforma Scielo³. O mapeamento se concentrou no registro de citações a Bourdieu e a autores específicos associados à AD: Michel Foucault, Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau, Norman Fairclough, Mikhail Bakhtin e Eni Orlandi. O objetivo foi entender, comparativamente, a relevância de Bourdieu em relação às referências mais utilizadas quando se trabalha com o tema da “análise do discurso”.

Foram encontrados 129 artigos, publicados entre 1997 e 2018, a partir da busca pelo assunto “análise do discurso”. Estes artigos foram publicados em 45 periódicos diferentes, sendo que dois se

³ Busca feita na base da Plataforma *Scielo* entre 24 e 26 de junho de 2018

sobressaem: *Linguagem em (Dis)curso* e *Ciência & Educação*. Estes dois periódicos juntos representam cerca de 1 em cada 5 *papers* dedicados à AD no Brasil. Já no que tange ao ano de publicação, o triênio de 2013-2015 concentra a maior fatia: 34% ou 44 artigos. Ademais, 81% dos artigos levantados cita ao menos um dos autores em foco - Foucault, Pêcheux, Maingueneau, Bourdieu, Fairclough, Bakhtin e Orlandi - o que confirma essa lista como nuclear para quem trabalha sobre o tema da AD.

Tabela 1. Número de artigos mapeados por periódico – frequência

Periódicos	Nº de artigos
Linguagem em (Dis)curso	16
Ciência & Educação	13
DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada	8
Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)	8
Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)	7
Psicologia: Ciência e Profissão	5
Cadernos EBAPE.BR	5
Revista Brasileira de Linguística Aplicada	4
Psicologia USP	4
Psicologia: Teoria e Pesquisa	3
Revista Brasileira de Educação	3
Interface - Comunicação. Saúde. Educação	3
Trabalhos em Linguística Aplicada	3
Galáxia (São Paulo)	3
Organizações & Sociedade	3
Educação & Realidade	2
Perspectivas em Ciência da Informação	2
Educar em Revista	2
Ilha do Desterro	2
Psicologia & Sociedade	2
Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso	2
Educação e Pesquisa	2
Transinformação	2
Revista de Administração de Empresas	2
Alea: Estudos Neolatinos	2
Educação em Revista	2
Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental	1
Revista de Administração (São Paulo)	1
Bolema: Boletim de Educação Matemática	1
Dementia & Neuropsychologia	1
Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação	1
Estudos de Psicologia (Campinas)	1
Ciência da Informação	1
Fractal: Revista de Psicologia	1
Revista Contabilidade & Finanças	1
REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)	1
Revista de Administração Contemporânea	1
Religião & Sociedade	1
Revista de Administração Pública	1
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	1
Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	1
Pro-Posições	1
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	1
RAE eletrônica	1
Paidéia (Ribeirão Preto)	1
Total	129

Este levantamento atesta os achados de Angermüller (2007), Keller (2007), Neveu (2010) e Gill (2012) no que tange ao predomínio foucaultiano. Foucault é a principal referência quando falamos em AD, também entre os acadêmicos que produzem no Brasil, já que 40,3% dos artigos

citam o autor de *A Ordem do Discurso*. Em seguida, vemos que cerca de 1 em cada 3 artigos faz referência a Eni Orlandi, uma das responsáveis pela introdução e disseminação da AD no nosso país. Com uma saliência equivalente à de Orlandi, Michel Pêcheux é citado por 29,5% dos artigos. Bakhtin é o quarto mais citado, presente em um em cada cinco artigos (20,9%), uma presença semelhante à de Maingueneau (19,4%). Bourdieu ocupa um lugar marginal (8,5% ou 11 artigos), mas supera Norman Fairclough (4,7% ou 6 artigos) em número de citações.

Diante do predomínio de Foucault na AD de forma geral, é preciso explicar um pouco sobre sua perspectiva. Foucault apresentou em sua aula de 1970 (*L'ordre du discours*) uma proposta com dois grandes pilares no que tange à análise das séries discursivas. O primeiro é a crítica, no sentido de “mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas” (FOUCAULT, 1996, p. 60). O segundo pilar é a genealogia, que confere uma certa historicidade sobre “qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (FOUCAULT, 1996, p. 61).

Em Foucault (1996), os discursos são caracterizados por uma vontade de verdade (e.g., a medicina e o seu discurso de verdade sobre os corpos). Uma vez que existem diversos discursos nas sociedades, essa coexistência não é pacífica: os discursos disputam entre si (e.g., conflitos entre disciplinas) pelo *status* de mais verdadeiro. Outro aspecto importante da perspectiva foucaultiana é a ênfase na distinção entre o que pode e o que não pode ser dito ou escrito, traduzida nas noções de interdição, controle e separação, sendo o exemplo da oposição razão versus loucura uma das mais emblemáticas. Talvez a principal diferença entre Foucault e Bourdieu esteja no apreço do último pelas estruturas sociais e pela ideia de que mais importante do que o dito é o agente social que enuncia e o mercado linguístico onde as trocas ocorrem. Isso será esmiuçado adiante, embora um maior detalhamento das diferenças entre estes dois autores não seja parte desse trabalho.

Votando à análise bibliométrica, dos 11 artigos que citam Bourdieu, apenas 4 o fazem de forma a fundamentar uma análise da linguagem ou do discurso. A maior fatia (7 artigos) faz citações a obras mais gerais, tais como *A reprodução* e *Questões de sociologia*, o que confirma o alerta de Neveu (2010). Chama a atenção o fato de que nenhum dos autores está diretamente vinculado à sociologia. Dois artigos são assinados por acadêmicos da área de Letras e linguística, um por pesquisadores da Gestão (Administração e Engenharia de Produção) e um por profissionais vinculadas à área da Educação Física. Os artigos foram publicados no período histórico de maior produtividade da AD na plataforma *Scielo* (entre 2013 e 2015), sendo três deles pertencentes a publicações de revistas de destaque na temática da AD: *Linguagem em (Dis)curso*, *Alfa: Revista de Linguística* e *Cadernos EBAPE.BR*. Os quatro artigos que citam Bourdieu, utilizando sua sociologia

como fundamento para compreender e analisar discursos, se apoiam em *A economia das trocas linguísticas*. Geralmente, os autores desses artigos utilizam essa obra para destacar o tema da linguagem autorizada, isto é, a questão sobre quem está autorizado a falar.

O que essa análise revela é uma considerável escassez de estudos dedicados à “análise de discursos” que partam de Bourdieu e a inexistência de trabalhos vinculados com a sociologia. Se agregarmos a esse diagnóstico de escassez o fato de que grande parte das pesquisas sociológicas utilizam como material empírico, de forma mais ou menos central, as falas ou textos dos agentes sociais, é difícil não ficar surpreso diante desse cenário encontrado.

Tabela 2. Detalhamento dos artigos que trabalham com a sociologia bourdieusiana na AD

Autores / Área	Título / Ano	Passagens com referências a Bourdieu no sentido da AD
RODRIGUES, Marcio Silva; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento / Administração e Eng. da produção	Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração (2013)	“Todo discurso que foge disso não será, em parte, entendido, pois se situa fora do campo das representações coletivas que esse quadro de referências delimita. Tal situação, para Bourdieu (1996), recebe o nome de ‘linguagem autorizada’, ou seja, aquilo que pode ser dito porque segue um padrão lógico e coerente com as intenções de cunho político, econômico ou ideológico vigentes”.
BRITO, Luiz André Neves de. / Letras	Uma análise enunciativo-discursiva dos "percursos internos de leitura" encenados na produção textual de pré-universitários (2013)	“O fato de que conceber a linguagem na sua interioridade linguística está condenado ao fracasso quando não se estabelece ‘a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo’ (BOURDIEU, 1998, p. 89)”.
SANTOS, Natasha / CAPRARO, André Mendes; LISE, Riqueldi Straub / Educação Física	A invasão no estádio Couto Pereira em 2009: considerações sobre os discursos da imprensa escrita e da torcida organizada (2014)	“Não basta dizer que o uso da linguagem por parte de um locutor determinado, numa dada situação, com seu estilo, sua retórica e sua pessoa toda socialmente marcada, agrega às palavras ‘conotações’ associadas a um contexto particular, introduzindo assim no discurso o excedente de significado que lhe confere sua ‘força ilocucionária’. (Bourdieu, 1996, p. 87).”
PAULINELLI, Maysa de Pádua Teixeira; SILVA, Adriana dos Reis / Letras	Análise argumentativa de um acórdão: quadro institucional, doxa e representações sociais em um gênero judicial (2015)	“Para Bourdieu (2008), ser ouvido e respeitado é uma questão de autoridade, que depende do estatuto que o locutor ocupa na estrutura social” / “O gênero acórdão tem como locutores autorizados os desembargadores, que são, nas palavras de Bourdieu (2008), sujeitos detentores de um estatuto social que lhes garante considerável poder simbólico aos olhos do público, até mesmo perante os magistrados de primeira instância, dada a posição hierárquica que detêm na estrutura judiciária”.

Os pressupostos da sociologia bourdieusiana dos discursos

Em seu processo de construção dessa abordagem sociológica, Bourdieu dedicou grande atenção à dimensão linguística, principalmente na virada dos anos 1970 e 1980. Seu interesse pela linguagem já existia em sua pesquisa de fôlego que culminou no livro *La Distinction: critique sociale du jugement* de 1979. Essa frente de trabalho se tornou mais nítida em palestras ou aulas sobre o *marché linguistique*, a exemplo de sua conferência na Universidade de Genebra em 1978,

que foi posteriormente publicada no livro *Questions de Sociologie* de 1984. O auge disso foi, sem dúvida, quando Bourdieu publicou uma obra inteira sobre o assunto: *Ce que parler veut dire*, de 1982, traduzida para o português apenas em 1996 (i.e., *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*). Apesar de ter publicado *Ce que parler veut dire*, o método para analisar sociologicamente as trocas linguísticas permaneceu como um *work in progress*. Isso foi reconhecido pelo próprio Bourdieu: “para afirmar completamente o método e ao mesmo tempo depurá-lo, seria preciso multiplicar os estudos de caso e extrair assim progressivamente os princípios de uma verdadeira pragmática sociológica” (BOURDIEU, 1996a, p.130).

Além de um sociólogo que dedicou atenção aos atos linguísticos, Bourdieu foi uma espécie de *porteur* e facilitador da difusão dos trabalhos de linguistas e filósofos da linguagem (NEVEU, 2010). Nesse sentido, convém destacar: 1) os diversos ataques que Bourdieu fez em sua carreira ao estruturalismo de Saussure - exemplo principal do que chamou de “objetivismo” - e sua propensão a apontar o poder das palavras nelas próprias; 2) críticas à teoria dos atos de fala de Austin e a seus seguidores (e.g., Habermas e sua teoria da ação comunicativa), que mancaria de uma análise das instituições – “somente um soldado impossível (ou um linguista “puro”) pode conceber como possível dar uma ordem a seu capitão” (BOURDIEU, 1996a, p. 62); 3) Wittgenstein, quem lhe serviu como inspiração ao propor que o uso das palavras ocorre tal como o uso de ferramentas, como instrumentos nos jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1999), contribuindo assim para que Bourdieu enxergasse as trocas linguísticas como práticas sociais.

Podemos destacar ainda o diálogo de Bourdieu com Noam Chomsky. Um leitor que esteja habituado com a linguística de Chomsky pode identificar alguma semelhança entre o *habitus* linguístico e a competência linguística chomskyana. Contudo, as diferenças são basilares: o *habitus* linguístico é resultante das condições sociais de produção, contingente a um mercado linguístico e a uma situação específica (BOURDIEU, 2003). Em Chomsky (1997), a noção de competência linguística é muito mais cognitiva, ligada ao que se sabe, ao passo que a performance linguística seria o comportamento, que se faz diante do que se sabe. De certa forma, podemos assumir aqui que o *habitus* linguístico, tal como propõe Bourdieu (2003), congrega tanto a competência como a performance chomskyanas, além de corpo e fala, estruturas mentais e estruturas sociais, objetividade e subjetividade.

Além de dialogar com autores que se dedicaram com maior comprometimento à dimensão linguística, como é o caso de Saussure, Austin, Wittgenstein e Chomsky, Bourdieu se inspirou, quando precisou analisar as práticas linguísticas, em Pascal, Nietzsche e Marx. Em uma passagem de *A economia das trocas linguísticas*, ele afirma que “a ciência do discurso enquanto pragmática sociológica está situada numa posição hoje desocupada, a despeito de seus eminentes precursores,

entre eles Pascal das *Provinciais*, o Nietzsche do *Anticristo* ou o Marx da *Ideologia alemã*” (BOURDIEU, 1996a, p.129). O que ele assimila desses “precursores” é o empenho de investigação sobre as propriedades formais dos discursos e o impacto das condições sociais de produção e de circulação de falas e textos⁴ (BOURDIEU, 1996a).

Outras influências marcantes da sociologia bourdieusiana são, de um lado, Durkheim e Mauss e, de outro, Freud. Para entender melhor os espaços sociais, a dimensão linguística é fundamental na medida em que lembramos de uma tese importante em Durkheim e Mauss (2000), que teve ampla repercussão na abordagem de Bourdieu: as palavras constroem o social, ao elaborar as classificações das pessoas e das coisas (DURKHEIM e MAUSS, 2000). Já Freud foi crucial para tratar do impasse entre o interesse expressivo de um agente e a censura imposta pelo mercado linguístico: o resultado disso para Bourdieu (1996a, 2003) é a eufemização dos discursos. Segundo Bourdieu (1996a), essa linha de argumentação deriva da psicanálise freudiana e sua noção de “formação de compromisso”. Esta categoria foi usada por Freud para se referir ao impasse provocado, em sonhos e em sintomas, pelos desejos inconscientes e a censura moral da consciência: o resultado, em Freud, é a produção de símbolos, de conteúdos eufemizados, capazes de circular entre a inconsciência e a consciência de um indivíduo (LAPLANCHE e PONTALIS, 2016).

Inspirado pelos debates com esses autores, Bourdieu assume o pressuposto da indissociabilidade entre falar e fazer. As trocas linguísticas entram, assim, no terreno das práticas sociais, se situando entre os agentes e as estruturas, não sendo então passíveis de serem compreendidas pelo exame restrito microssociológico (i.e., uma ação comunicativa) ou meramente comportamental (i.e., o indivíduo que discursa). Falar ou escrever nunca é um ato totalmente espontâneo, sincero, consciente ou resultado de uma “escolha racional” de significantes: os atos linguísticos sempre envolvem um senso prático, que escapa consideravelmente das vontades conscientes dos indivíduos e são guiados pelas disposições sociais (i.e., *habitus*). Tratar o discurso como prática social implica em retirá-lo do seu lugar no senso comum como um ato individual para colocá-lo na fronteira entre o subjetivo e o objetivo, entre as pulsões mais íntimas e as estruturas sociais mais amplas.

Para resumirmos a sociologia bourdieusiana, já que não seria possível uma maior profundidade sobre isso aqui nesse texto, é útil recorrer à breve sistematização de Lóïc Wacquant (2008). É possível estabelecer quatro aspectos centrais que falam sobre a ontologia, a epistemologia e a metodologia da abordagem sociológica bourdieusiana. Primeiramente, uma concepção monista

⁴ É importante destacar que essa frente de trabalho sobre as condições sociais de circulação de falas e textos de Bourdieu durante os anos 1970 e 1980 retorna em sua fase final de carreira e de vida, no início dos anos 2000. O trabalho sobre a circulação internacional de ideias (BOURDIEU, 2002) é ilustrativo disso e abriu caminho para diversas pesquisas de seus seguidores, tais como as de Gisèle Sapiro, Pascale Casanova e Yves Dezalay.

(i.e., antidualista) sobre as dinâmicas entre ação e estrutura social, entre a subjetividade e a objetividade, e entre os níveis macrosociológico e microsociológico. Em segundo lugar, uma posição de síntese disciplinar (e.g., combinação entre sociologia, antropologia, filosofia, história e linguística), metodológica (e.g., estudos marcados por diferentes métodos e técnicas, como em *A distinção*) e teórica (e.g., integração de construtos de Marx, Weber, Durkheim, Mauss e Elias). Em terceiro lugar, uma visão agonista de sociedade (i.e., as competições e as disputas estão sempre presentes nos diversos espaços sociais). Por fim, uma antropologia filosófica que não está centrada na noção de autointeresse, mas sim na de reconhecimento (i.e., inspira-se em Pascal para quem a motivação humana mais fundamental é a sede por dignidade) (WACQUANT, 2008).

Também se baseando em Wacquant (2008), quatro categorias analíticas são centrais em Bourdieu: 1) *habitus*; 2) capital; 3) campo; 4) *doxa*. O *habitus* pode ser entendido como o sistema de disposições transponíveis e duráveis que se organizam como esquemas inconscientes e guiam nossas formas de julgar, perceber e agir no mundo. As disposições são adquiridas ao longo da trajetória de vida dos agentes, a partir das posições e das posses de capitais específicos, sendo os principais o econômico, o cultural e o simbólico. Os campos, por sua vez, são microcosmos mais ou menos autônomos e marcados pelas disputas dos agentes pelas posições e capitais, além de capazes de coagir os agentes participantes a atuar de acordo com as práticas mais legítimas. Isso ocorre principalmente porque cada campo tende a produzir a sua *doxa* (i.e., conjunto de crenças compartilhadas e tidas como inquestionáveis) (WACQUANT, 2008).

O esquema teórico-metodológico de Bourdieu, aplicado às práticas discursivas, segue com as quatro categorias analíticas principais destacadas por Wacquant (2008), mas de forma adaptada. Assim, o *habitus* é trabalho em sua variação como *habitus* linguístico, o que também ocorre com o capital, que é analisado como capital linguístico. Já campo e *doxa* passam por adaptações maiores: a noção de campo surge nessas obras sobre os atos linguísticos, mas ganha força a ideia de mercado linguístico, que se estrutura tal como um campo, apresentando certas condições sociogenéticas de produção e de recepção de discursos; a ideia de *doxa* também é presente, mas com um destaque maior sobre os constrangimentos sociais que os mercados linguísticos provocam, abrindo espaço para as noções de censura, sanções e regras linguísticas. Vamos operacionalizar isso na seção seguinte.

Uma proposta de quadro conceitual bourdieusiano como alternativa para a AD

Uma vez entendidos esses pontos de partida, podemos desenvolver o quadro de análise conceitual capaz de sistematizar a sociologia bourdieusiana dos discursos. Esse trabalho envolve a definição de categorias analíticas centrais e como elas se relacionam formando um quadro teórico-

metodológico útil aos pesquisadores interessados em compreender e explicar os discursos. De certa forma, Neveu (2010) trabalhou nessa direção, ainda que seu objetivo maior tenha sido o de apontar a lacuna de estudos sociológicos voltados à linguagem e inspirados em Bourdieu. Para Neveu (2010), a abordagem bourdieusiana dos discursos é tridimensional: 1) análise do espaço de produção; 2) consideração dos conteúdos e formas das mensagens; 3) investigação dos modos de difusão e recepção. Embora aponte esse esquema como o modelo teórico-metodológico geral, Neveu (2010) acredita que poucos são os sociólogos que contemplam as três dimensões em suas análises, sendo a mais negligenciada justamente a relativa ao conteúdo e à forma das mensagens.

Podemos nos inspirar na compreensão tridimensional de Neveu (2010), mas com modificações. Falta-lhe uma consideração sobre o lugar do agente que enuncia (i.e., o enunciador). Isso é muito importante para a praxeologia bourdieusiana. Afinal, em sua sociologia, o poder das palavras não está nas palavras (como em Austin ou em Habermas) ou em discursos que possuem força capaz de atravessar os corpos (como em Foucault), mas nas propriedades sociais que os enunciadores mobilizam. Assim, podemos reorganizar a proposta de Neveu (2010) e propor as seguintes dimensões simples como estruturas gerais do quadro de análise: 1) contexto; 2) agentes; 3) discursos.

A partir da leitura de *A economia das trocas linguísticas* (BOURDIEU, 1996a), pode-se observar um esquema geral analítico que, em geral, procede da dimensão macrosociológica para a microsociológica⁵. É por isso que o quadro de análise proposto aqui parte da dimensão contextual, que privilegia as estruturas sociais, e culmina nos discursos. As análises de Bourdieu ocorrem nesse sentido porque, geralmente, há uma necessidade de situar os atos de fala e de escrita em relações sociais e contextos mais amplos. A premissa básica é a de que antes de examinarmos uma fala específica, é preciso saber sobre o espaço social onde ocorrem as trocas linguísticas e o lugar específico de fala (i.e., a posição social) do agente que enuncia. Podemos incluir na dimensão do contexto três pares de categorias analíticas: 1) campo e *doxa*; 2) mercado linguístico e censura; 3) situação de enunciação e linguagem legítima.

Na tarefa de analisar os atos linguísticos, cabe ao sociólogo delimitar o campo onde eles ocorrem e sua *doxa* correspondente. Isso implica na consideração de uma variável que está sempre presente nas análises bourdieusianas, ainda que de forma latente ou implícita: a história ou o tempo. Afinal, sua abordagem sociológica pode ser rotulada como um “estruturalismo genético”

⁵ Sell (2017), baseando-se em Coleman e Esser, chamou essa direção teórica de “lógica da situação”, considerando, em contrapartida, que a sociologia de Bourdieu se enquadraria mais na “lógica da ação”. Discorda-se parcialmente, aqui neste texto, de Sell (2017) no que tange à sociologia bourdieusiana. Seria mais apropriado considerar que a abordagem de Bourdieu contempla as direções macro→micro (“lógica da situação”), micro→micro (“lógica da ação”) e micro→macro (“lógica da transformação”). Contudo, no que concerne às práticas discursivas e ao seu trabalho *A economia das trocas linguísticas*, o raciocínio predominante segue do macro para o micro (“lógica da situação”).

(BOURDIEU, 2004, p. 26). Por exemplo, discursos proferidos por agentes participantes do campo econômico dos anos 1920 podem ser extremamente diferentes daqueles de agentes do campo econômico nos anos 2000. Nesse caso específico, as representações coletivas que caracterizam os sentidos comuns (i.e., *doxas*) dos dois períodos históricos do “mundo econômico” podem ser consideravelmente distintas⁶.

Quando falamos em investigar as trocas linguísticas, traçar uma história do campo analisado é crucial para entender não apenas como certas estruturas sociais foram construídas, mas principalmente as condições de produção e de recepção dos discursos. Estas condições gerais, que estruturam um subcampo formado pelos produtores de discursos e, de outro, um subcampo composto pelos consumidores, alavancam uma propriedade emergente: o mercado linguístico. Este existirá sempre que há agentes que produzem discursos e receptores ou consumidores aptos a avaliá-los (i.e., conferindo-lhe preços) (BOURDIEU, 1996a). O exemplo dado por Bourdieu (1996a) é o do campo filosófico, que apenas existe na medida em que filósofos produtores de textos e falas encontram consumidores aptos a conferir valores (i.e., preços) aos seus discursos.

Esta dinâmica é marcada por relações de poder, que estruturam o mercado linguístico tal como um campo de forças, porque “[...] nem todos os produtores de produtos linguísticos, de palavras, são iguais” (BOURDIEU, 2003, p. 132). A troca linguística é, assim, bastante semelhante à troca econômica: ocorre a partir de uma relação de força simbólica entre um produtor, provido de certo capital linguístico, e um consumidor. Discursos são também signos de riqueza e de autoridade, possuindo diversos valores simbólicos (i.e., preços) nos mercados linguísticos. Seguindo no exemplo do campo da filosofia, o discurso de Heidegger possui um valor infinitamente maior do que o de filósofo em início de carreira.

Para que haja um consumo de um discurso, é preciso que ele seja não apenas compreendido, mas também reconhecido com um discurso de valor (e.g., o que seria dos filósofos sem os cursos de filosofia?). O preço ou valor pode ser inferido da relação de forças dos agentes que participam das trocas linguísticas e dos critérios de apreciação estabelecidos pelos agentes dominantes (e.g., é por isso que, no campo literário, os grandes editores e críticos de literatura possuem grande relevância analítica). As relações de força também condicionam as lógicas específicas: aquelas coisas que são possíveis de serem ditas e as que são censuradas (BOURDIEU, 2003). O constrangimento imposto pelo mercado linguístico implica em regras, em sanções, em uma palavra: censura. Esse constrangimento trazido pela censura repercute na dificuldade de falar de modo sincero, culminando no que Bourdieu (1996a) chamou de eufemização dos discursos ou, de modo mais

⁶ Sobre as transformações na mentalidade coletiva do campo econômico ao longo do século XX, o trabalho de Boltanski e Chiapello (2009) é exemplar.

extremo, contribuindo para o silêncio, o não dito. Ainda, segundo Bourdieu (1996a), as falas tendem a ser mais eufemizadas conforme aumenta o caráter oficial ou ritual da situação de enunciação.

As características situacionais também entram no radar da análise. Afinal, quais são as características da situação nas quais um determinado ato de fala ou de escrita ocorre e como isso repercutirá no ato analisado? Para Bourdieu (1996a), quanto mais oficial é a situação na qual um discurso ocorre, maior a exigência de capital linguístico, de uma linguagem legítima, porque as sanções e censuras são ainda mais constrangedoras. Proporcionalmente, também maiores as chances de lucro simbólico ao enunciador legítimo. Além do tipo de situação (e.g., cerimônias oficiais, conversas cotidianas, ritos institucionais), é importante também perceber a influência de elementos do espaço físico, tais como as tribunas, os púlpitos, os palcos, os microfones, uma vez que tais objetos ou cenários denotam a necessidade de legitimidade do locutor e estruturam as interações entre os participantes dos mercados linguísticos (BOURDIEU, 1996a).

Quando analisamos as situações⁷, importam “não só as palavras gramaticalmente corretas, mas também as palavras socialmente aceitas” (BOURDIEU, 2003, p. 129). Isso remete à noção bourdieusiana de “linguagem autorizada” (BOURDIEU, 1996), o que é incontornável principalmente quando analisamos situações oficiais como, por exemplo, os pronunciamentos de um governante em solenidades. Sobre isso, a legitimidade linguística (i.e., estar autorizado para falar) em situações oficiais resulta de uma equação complexa que contempla todos os capitais (e.g., cultural, linguístico, econômico, simbólico, social) que possuem valor em um dado mercado linguístico.

A dimensão seguinte desloca a perspectiva do âmbito contextual para o dos agentes. Trata-se de mapear as propriedades sociais dos enunciadores. Aqui, entram em cena outras seis categorias relevantes: a) origens sociais; b) *habitus*; c) trajetórias de vida; d) capitais acumulados; e) posições atuais; f) interesses expressivos. Podem ser entendidas como categorias analíticas relativamente transversais ao conjunto da obra de Bourdieu. Apesar disso, é possível destacar algumas obras, que as mobilizam de forma clara: *A distinção* (BOURDIEU, 2008), *Meditações pascalianas* (BOURDIEU, 2001), *As regras da arte* (BOURDIEU, 1996b), *A ontologia política de Martin Heidegger* (BOURDIEU, 1989) e *Le patronat* (BOURDIEU e SAINT-MARTIN, 1978).

⁷ Uma ressalva metodológica: a própria entrevista, se utilizada pelo pesquisador, deve ser considerada como uma situação de enunciação. Devemos aqui atentar para o “efeito das características próprias da situação de inquérito” (BOURDIEU, 2003, p. 135). A situação de entrevista repercute no material discursivo coletado de forma totalmente distinta caso falas e textos do mesmo agente entrevistado fossem recolhidas a partir de observações ou registros de interações nativas do entrevistado com seus pares. Além disso, dois sociólogos que contem com disposições sociais diametralmente opostas tendem a obter respostas mais ou menos distintas quando entrevistam membros de um mesmo grupo social, o que tem a ver com uma maior ou menor afinidade eletiva entre pesquisador e entrevistado e com as peculiaridades de cada situação.

Os quatro primeiros fatores (origem social, *habitus*, trajetórias de vida e capitais) dizem respeito ao que Bourdieu concebeu como o passado incorporado dos agentes. Nessa frente de pesquisa, cabe estudar: a) os pontos de partida (e.g., profissão dos pais, montantes de capital econômico e cultural herdados); b) as disposições sociais, tanto primárias (adquiridas sobretudo via ambiente familiar) quanto secundárias (resultantes de uma transmutação do *habitus* primário operada principalmente pela instituição escolar); c) as trajetórias de vida (e.g., itinerários escolar, religioso, acadêmico, profissional, político); d) os capitais acumulados (e.g., cultural, econômico, simbólico, linguístico). A investigação do passado incorporado dos agentes possibilita ao sociólogo uma compreensão sociogenética que contextualiza historicamente as práticas discursivas e garante robustez analítica para explicar até mesmo o nível do agente, o nível microssociológico.

Entender o passado incorporado dos agentes pesquisados é um requisito para explicar a posição dos agentes no momento em que as práticas discursivas são investigadas. Considerando a especificidade das trocas linguísticas, além da posição social atual, é útil à investigação o trabalho em torno do interesse expressivo dos agentes (BOURDIEU, 1996a). Esta categoria convida o sociólogo a um olhar mais próximo da situação de enunciação analisada. Trata-se aqui de situar o lugar de fala atual do enunciador, que mantém relações simbióticas com o que pretende dizer (i.e., interesse expressivo).

O interesse expressivo, contudo, pode ser apreendido apenas parcialmente: ao passar pelo crivo da censura do mercado linguístico, ganha um caráter eufemizado no ato linguístico, o que garante a sua possibilidade prática. Por exemplo, os interesses expressivos de funcionários, quando se materializam em conversas junto a seus empregadores, resultam, via de regra, em falas eufemizadas, dado o caráter assimétrico de tal espaço social. Observa-se ainda que a compreensão sobre o interesse expressivo, do ponto de vista praxeológico, depende mais da avaliação da posição atual e da disposição social (i.e., *habitus*) do que do conteúdo da mensagem.

Sabendo sobre o contexto e as propriedades sociais dos agentes pesquisados, é possível partir para a última etapa da análise, concentrada na dimensão discursiva. Seis categorias centrais podem ser apontadas aqui: a) propriedades não-linguísticas; b) estilo linguístico; c) valor ou preço do discurso; d) o grau de performatividade; e) o nível de eufemização; f) os enunciados ou argumentos (conteúdo das mensagens). As propriedades não-linguísticas constituem o primeiro objeto de análise dessa dimensão, que podem ser investigados, segundo a perspectiva bourdieusiana, a partir de indicadores tais como a postura corporal, os gestos e, até mesmo, o vestuário. Em seguida, pode-se prestar atenção aos estilos linguísticos diferentes (e.g., maneiras de falar), que podem ser verificados até mesmo pelo sotaque e pela pronúncia. Cada estilo, por sua vez, possui um valor

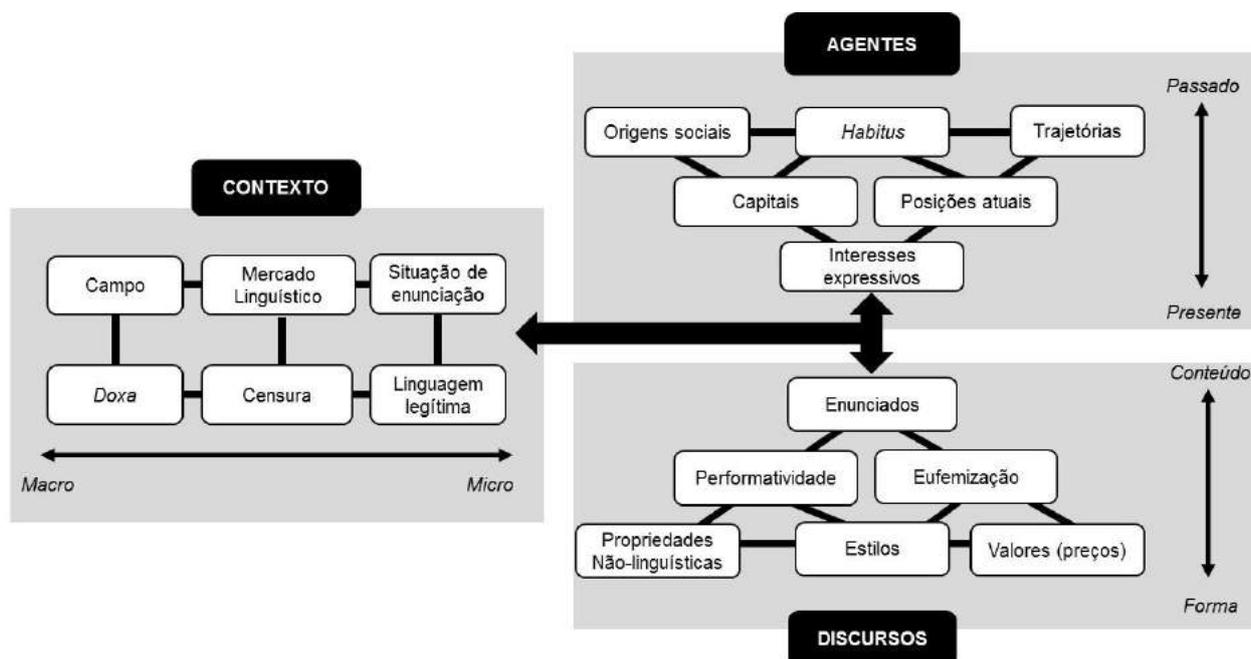
diferente nos mercados linguísticos, adquirindo um preço pelas relações entre produtores e consumidores.

Propriedades não-linguísticas que acompanham as falas e textos, estilos específicos, com valores distintos, denotam que as várias formas de falar possuem eficácias simbólicas desiguais, correspondendo à assimetria de poder inerente à compreensão dos espaços sociais em Bourdieu. A eficácia simbólica de um discurso mostra como a linguagem se torna um instrumento de poder, na medida em que o agente que fala ou escreve não almeja apenas ser compreendido, mas também obedecido, acreditado e reconhecido (BOURDIEU, 1996a). Desta forma, o sociólogo pode avaliar o grau de performatividade dos enunciados, que dependerá diretamente das propriedades sociais do enunciador, principalmente do seu montante de capital simbólico, que lhe garante a legitimidade para enunciar. Ainda, uma fala ou texto pode ser mais ou menos eufemizada, o que esconde, estruturalmente o interesse expressivo do enunciador: o grau de eufemização do discurso dependerá da legitimidade do enunciador e da censura imposta pelo mercado linguístico.

Só depois de todo esse esforço, os enunciados, ou conteúdos das mensagens, podem ser reorganizados analiticamente pelo pesquisador como argumentos ou máximas e explicados como uma espécie de ponta do *iceberg* das práticas linguísticas. Verifica-se, assim, que o sentido analítico da praxeologia bourdieusiana procede numa direção oposta àquela geralmente trabalhada por linguistas e com ênfases de análise negligenciadas pelas abordagens pós-estruturalistas (e.g., Foucault, Pêcheux, Maingueneau) no campo das análises de discursos.

O quadro de análise conceitual aqui proposto (vide figura 1 a seguir) é um esboço, um *work in progress*. Assim como a proposta de Neveu (2010), ele é tridimensional, mas destaca as seguintes dimensões analíticas: o contexto, os agentes e os discursos. A dimensão contextual opera no sentido da estrutura mais macro - o campo - e seu senso comum (i.e., a *doxa*) para a estrutura mais microssociológica - situação de enunciação - e suas regras fundamentais (i.e., a linguagem legítima). Por sua vez, a dimensão dos agentes comporta desde a categoria mais associada ao passado - as origens sociais - até a categoria mais próxima do presente ou do momento da enunciação, que é o interesse expressivo. Por fim, a dimensão discursiva se desenvolve dos aspectos mais formais - propriedades não-linguísticas, estilos e valores dos discursos - até os conteúdos das mensagens, ou seja, os enunciados propriamente ditos. O eixo nodal entre as três dimensões é precisamente a encruzilhada formada entre uma situação de enunciação (dimensão de contexto), os interesses expressivos (dimensão dos agentes) e os enunciados proferidos (dimensão discursiva).

Figura 1. A sociologia dos discursos de Bourdieu - quadro de análise conceitual



Considerações finais

Este trabalho trouxe uma contribuição aos que se debruçam sobre as questões das trocas linguísticas. Foi mostrada aqui a fertilidade e a pertinência da abordagem praxeológica bourdieusiana. Vimos, a partir de uma análise bibliométrica realizada na principal plataforma de periódicos acadêmicos do Brasil como que a área da AD não é povoada por sociólogos que partem dos aportes de Bourdieu. Isso contrasta com a saliência evidente de estudos que se fundamentam nessa abordagem na produção sociológica nacional, os quais dificilmente escapariam de uma problematização sobre os usos sociais das palavras.

Este artigo defende uma tese específica, com um certo tom de reivindicação: há, em Bourdieu, uma sociologia dos discursos, que pode servir a todos os interessados nas trocas linguísticas. Por outro lado, este texto também mostra que essa abordagem não está sistematizada em Bourdieu, necessitando de uma sistematização para ser melhor operacionalizada. Sem dúvida, tal empenho de sistematização, de raciocínio fundamentalmente analítico, pode incorrer em reduções ou vieses que tornem o trabalho pouco fiel à teoria trabalhada, dada a complexidade e vastidão da sociologia bourdieusiana. Considera-se aqui que esse tipo de empenho conceitual, como o desse artigo, promove a aplicabilidade, a difusão e a renovação de uma sociologia dos discursos a partir de Bourdieu.

Referências

ANGERMÜLLER, Johannes. L'analyse du discours en Europe. In : BONNAFOUS, Simone; TEMMAR, Malika. **Analyse du discours et sciences humaines et sociales**. Paris: Edition Ophrys, p. 9-22, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. SAINT-MARTIN, Monique de. Le patronat. **Actes de la Recherche en Science Sociales**, Paris, n. 20/21, p. 3-82, 1978.

_____. **A ontologia política de Martin Heidegger**. Campinas: Papirus, 1989.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996a.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das letras, 1996b.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 145, p. 3-8, 2002.

_____. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século. p. 127-144. 2003.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

CHOMSKY, Noam. A lingüística como uma ciência natural. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 183-198, 1997.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, J. A (org.). **Émile Durkheim**. 9ª ed. São Paulo: Ática. 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research. In: WODAK, Ruth. MEYER, Michael. **Methods of critical Discourse Analysis**. Londres: SAGE publications, p. 121-138. 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 3 ed., 1996.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Vozes: Petrópolis, 10 ed. p. 244-270, 2012.

KELLER, Reiner. L'analyse de discours comme sociologie de la connaissance. Présentation d'un programme de recherche. **Langage et société**, n.º. 120, vol. 2, p. 55-76, 2007.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand Lefebvre. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 4 ed., 2016.

MARTINS, Carlos Benedito. O estruturalismo genético de Pierre Bourdieu. In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. **Teoria sociológica contemporânea**. São Paulo: Anablume, p. 281-300, 2017.

NEVEU, Érik. L'apport de Pierre Bourdieu à l'analyse du discours : d'un cadre théorique à des recherches empiriques. **Mots - Les langages du politique**, n. 94, p. 191-198, 2010.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução – o que é teoria social contemporânea? In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. **Teoria sociológica contemporânea**. São Paulo: Anablume, p. 13-43, 2017.

WACQUANT, Löic. Pierre Bourdieu. In: Stones, Rob (ed.). **Key Sociological Thinkers**. New York: Palgrave Macmillan, 2^a ed, p. 261-277. 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.



De Heidelberg a Frankfurt: Norbert Elias no círculo de “mandarins” alemães pós 1920

Débora Previatti¹

GT 4 – Teoria Sociológica

¹ Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio de doutoramento pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Bolsista Capes. Contato: deborapreviatti@gmail.com

Introdução

Conforme analisou Ringer (2004), determinados padrões de pensamento podem ser reconhecidos em obras de intelectuais que estiveram inscritos em um mesmo contexto espacial e temporal. Dessa forma, os textos escritos por esses indivíduos podem ser vistos como integrados a um “conjunto textual” mais amplo que, por sua vez, insere-se em um contexto intelectual ou tradição específicos. Compreender uma obra por essa dimensão de análise nos faz enxergar para além da escrita, com a qual podemos alcançar uma clareza maior a respeito do pensamento de um autor, o qual estava necessariamente situado em um determinado contexto social.

Em 1924, quatro anos após o falecimento de Max Weber, Norbert Elias chegou pela primeira vez na cidade de Heidelberg, que consistia, na época, em uma espécie de “Meca da Sociologia” (ELIAS, 2001a). Com formação, até aquele instante, apenas em filosofia e medicina, o jovem Elias percebeu que, para vir a se consagrar e construir a sua carreira entre os sociólogos, ele deveria fazer parte daquele círculo de intelectuais. No período de sua chegada, os intelectuais estavam especialmente ocupados em realizar profundos debates acerca da teoria weberiana e esta era encontrada em grande medida nas produções dos indivíduos inseridos naquele contexto e de seus sucessores (ELIAS, 2001a). Após o período em Heidelberg, Elias seguiu a Frankfurt, acompanhando Karl Mannheim. A passagem do autor por ambas as cidades caracterizou o início de sua formação sociológica e repercutiu de forma decisiva na escrita de suas duas principais obras, “A Sociedade de Corte” e “O Processo Civilizador”. Caracterizou, portanto, uma fase importante de sua biografia, a qual será enfatizada no presente artigo².

Na primeira seção do artigo, argumentamos sobre alguns aspectos metodológicos considerados importantes para a análise aqui empreendida. Em seguida, em “Os ‘mandarins’ da sociologia alemã”, apresentamos algumas características compartilhadas pelo grupo de intelectuais contemporâneos a Norbert Elias na Alemanha pós 1920, ano de falecimento de Max Weber. Recorremos posteriormente ao cenário social no qual Elias foi apresentado ao pensamento weberiano e à família Weber, quando teve seus primeiros ensinamentos de sociologia e a sua primeira entrada no círculo dos “mandarins” da sociologia alemã. Tratamos aqui sobre a formação de Elias na cidade de Heidelberg que, na época de sua chegada, reverberava intensamente a teoria de Max Weber, principalmente após o falecimento desse

² Korte (1998) dividiu a trajetória de Elias em três fases: a. Juventude e estudos em Breslau; b. O tempo em Heidelberg e em Frankfurt e, por fim; c. O exílio na Inglaterra. A última é considerada por alguns autores, como Lacroix (1997) e Rotman (2005), por motivos que diferem dos que apontamos no presente artigo, como sendo igualmente um momento-chave da biografia de Elias.

autor. Enfatizamos, também, nesse contexto, a centralidade de um espaço físico em particular para aquele círculo de intelectuais e que era frequentado por Elias, o salão de Marianne Weber. Por fim, o artigo segue com uma discussão sobre a relação de Elias com Alfred Weber, irmão de Max Weber, culminando na sua saída de Heidelberg para acompanhar o seu orientador e amigo na época, Karl Mannheim.

1 Metodologia

Uma obra central para a presente análise foi a obra autobiográfica intitulada “Norbert Elias por ele mesmo”, por meio da qual se tem acesso a uma história de vida narrada pelo próprio autor, além de uma entrevista biográfica, realizada por AJ. Heerma van Voss e A. van Stolk (ELIAS, 2001a). Apesar desse fato, consideramos a noção de que a narrativa de vida de um indivíduo não corresponde à sua história de vida, pois na medida em que nela o entrevistado procura dar sentido à sua fala, tende a colocá-la em uma ordem cronológica, como se as trajetórias de vida fossem retilíneas, quando isso se trata, na realidade, de uma “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1996).

Levamos em consideração igualmente o fato de que a narrativa construída por Elias sobre a sua própria história de vida visava, sobretudo, o seu posicionamento enquanto autor de uma teoria social própria. Apesar disso, acreditamos que muitos elementos presentes ali podem ser relevantes justamente para compreender os seus posicionamentos frente a outros intelectuais, aos seus contemporâneos mas também àqueles que o antecederam, incluindo Max Weber. Tais informações, por meio de uma análise crítica, serviram como fontes da pesquisa.

Foram investigadas ainda algumas produções nacionais e internacionais de comentadores que abordassem sobre a trajetória intelectual, pessoal e institucional de Norbert Elias, incluindo especialmente os materiais que possuíam como foco a sua passagem por Heidelberg e/ou Frankfurt. Em todos os casos, foram consideradas as condições de produção das fontes, visando compreender em que medida os elementos dos materiais coletados remetiam às propriedades sociais dos contextos analisados (MICELI, 2001). As posições sociais das fontes também foram analisadas, visto que estas são importantes para situar o ponto de vista a partir do qual são elaboradas as informações e as representações dessas fontes (COMBESSIE, 2004).

Além disso, o presente trabalho tem como pressuposto a noção de que, por meio do esclarecimento de características comuns àqueles contextos, que abrigavam um determinado círculo de intelectuais, submetidos a conjunturas políticas e culturais específicas, temos a possibilidade de compreender de modo mais aprofundado as obras de Elias, cometendo-se,

assim, menos anacronismos. Acreditamos aqui que uma obra que é lida deslocada de seu contexto de produção não permite captar algumas motivações e intenções de um autor, muito menos as suas críticas, os seus diálogos e outros de seus posicionamentos frente a autores que lhe são contemporâneos ou predecessores. Dessa forma, conhecer tais informações permitem situar Elias em seu tempo, no círculo de intelectuais onde esteve engendrado, em uma trama de inter-relações.

2 Resultados e Discussão

2.1 Os “mandarins” da sociologia alemã

Em alusão aos burocratas eruditos da China imperial, Simone de Beauvoir (1983) emprestou o termo “mandarins” para explicar o círculo de intelectuais parisienses do final da Segunda Guerra Mundial, às vésperas da Guerra Fria. Muito mais do que um romance, a consagrada obra de Beauvoir dissecou a vida pessoal de cada um dos membros desse círculo de pensadores e nos mostra como a produção intelectual dos mesmos esteve intrinsecamente relacionada e condicionada ao contexto social no qual todos eles estavam inseridos.

O termo “mandarim” em Ringer (2000), ao abordar sobre os “mandarins alemães”, refere-se às classes “cultas” alemãs de modo geral, mais especificamente aos professores universitários. De acordo com o autor, a elite cultural teve um papel de extrema importância para a sociedade alemã moderna, o que permitiu formular uma nova história intelectual alemã. Tal contexto tem importância na medida em que é percebido que desvendar uma dada história intelectual e cultural não envolve apenas conhecer a história das ideias (o estudo do pensamento sistemático) a ela relacionada. Além da história das ideias, segundo Pontes (1997), a partir da definição de Robert Darnton (1990), a história intelectual e cultural inclui:

a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, dos climas de opinião, dos movimentos literários), a história social das idéias (o estudo da ideologia e da difusão das idéias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo visões de mundo e *mentalités* coletivas) (DARNTON, 1990, p. 188 apud PONTES, 1997).

Nesse sentido, tentamos aqui nos aproximar mais do que Robert Darnton denominou de história intelectual e cultural. Nesse debate tem importância a contribuição de Ringer (2004). Em sua obra “A metodologia de Max Weber”, o autor versa sobre a análise de Wilhelm Dilthey a respeito da existência de “estruturas” intelectuais ou “padrões de pensamento”. Ringer (2004) conta que Dilthey defendia que, ao captarmos o raciocínio geral de certa linha de pensamento, podemos compreender os “produtos mentais” de cada um dos autores relacionados. Isso

ocorreria devido ao fato de o texto estar integrado a um “conjunto textual” que, por sua vez, insere-se um determinado contexto intelectual ou tradição. Outrossim, entender uma obra por essa dimensão de análise nos faz enxergar para além da escrita, com uma clareza maior a respeito do pensamento de um autor, inscrito em um contexto social específico.

Assim, o contexto intelectual no qual Norbert Elias esteve engendrado, do mesmo modo que a sua origem social e a sua trajetória de vida³, deve explicar muitos elementos presentes em suas produções. Nesse sentido, o enfoque dado aqui é de um recorte temporal e espacial específico, o do momento da inserção de Elias no círculo intelectual alemão de Heidelberg, onde obteve a maior parte de sua formação propriamente sociológica, além de sua partida posterior a Frankfurt. A produção das suas obras reverberou, em grande medida, temas, ideias, debates, confluências e contraposições derivados desses contextos intelectuais, históricos e sociais. Nesse sentido, muitos posicionamentos de Norbert Elias podem ser melhor compreendidos quando se investiga a fundo com que ideias de quais autores ele dialoga, ou ele se distancia e critica, justamente para denotar uma posição.

Ringer (2000), em sua obra “O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933”, analisou profundamente como a produção intelectual alemã estava, de modo geral, amplamente relacionada ao contexto social e político da sociedade alemã da época. Fatores como a democratização da universidade, a crise da cultura humanística na era tecnológica e o surgimento do nazismo tiveram forte impacto sobre as produções acadêmicas do período. Havia, portanto, uma íntima relação entre a política e a vida intelectual alemã da época.

Conforme Ringer (2000), predominava um *clima* de “crise da cultura” na comunidade alemã no período em que Elias chegou a Heidelberg. Por volta de 1890, iniciaram manifestações individuais de acadêmicos alemães sobre uma preocupação com o ensino e com a vida cultural alemães. Tais inquietações perduraram até a década de 1930. Foi na década de 1920 que passou a ser consensual a crença de que uma “crise da cultura” era iminente na Alemanha. A preocupação era, sobretudo, com um possível *declínio da vitalidade das tradições intelectuais alemãs*, que se acreditava estarem perdendo o seu sentido e a sua importância. Os acadêmicos indagavam-se sobre a possibilidade de vir sendo extinto o seu status de “líderes espirituais” nas universidades e de a cultura “mandarim” vir a ser abandonada. Alfred Weber (1918) chegou a escrever um artigo no qual ele questionava a respeito de os chamados “líderes intelectuais e

³ Para um maior aprofundamento sobre o impacto da origem social e da trajetória de vida de Norbert Elias sobre suas obras, ver Elias (2001a).

espirituais” possuírem menor influência em sua época do que naquela do início do século XIX na Alemanha.

A crise cultural, pela qual acreditavam passar os “mandarins” alemães, repercutiu também sobre as suas obras. Os autores passavam a redefinir em seus escritos aquelas representações que tinham sobre eles próprios. Os seus então atacados valores tradicionais passavam agora por uma revisão, manifestada por meio de uma espécie de auto-análise e de uma história intelectual que era agora contada pelos próprios “mandarins”. A respeito de tais características comuns presentes nas produções desses indivíduos, que contribuía para a construção de um “legado mandarim”, Ringer (2000) afirma que:

Algumas foram feitas com bastante espírito crítico; a maioria, porém, negligenciou as implicações sociais das idéias que descreveram. Foi aí que os analistas posteriores tiveram de ajustar o equilíbrio. Desde a década de 1930, muitos desses comentaristas mais recentes eram eruditos alemães expatriados. Alguns haviam estudado, inicialmente, com representantes da ala mais crítica de uma geração acadêmica alemã mais antiga ou foram de alguma forma influenciados por ela. Assim, os trabalhos de Hans Gerth e Hans Rosenberg, de Koppel S. Pinson, Hajo Holborn, Leonard Krieger e W. H. Brufor são conseqüências e, ocasionalmente, correções dos escritos de Otto Hintze e Max Weber, de Ernst Troeltsch, Friedrich Meinecke e Eduard Spranger. *Quando lemos as obras dessas duas gerações de escritores, e mais alguns títulos de Wilhelm Windelband e Karl Jaspers, de Norbert Elias e Wilhelm Roessler, chegamos a uma visão única e internamente coerente do legado mandarim.* Não se trata de uma visão acrítica, muito pelo contrário; mas continua sendo uma análise como que feita “de dentro”. Sua linguagem e a posição a partir da qual se remonta às fontes do pensamento alemão moderno ainda são, de certo modo, aquelas das décadas de 1890 e 1920 (RINGER, 2000, p. 92, *grifo nosso*).

Tão ou mais importante que saber que tal crença existia no período e que, portanto, reverberava um determinado padrão de pensamento compartilhado naquele círculo de intelectuais, inscrito em um mesmo momento histórico e espacial, era compreender que aquelas obras encontravam-se também, sobretudo, sob o efeito impactante do nazismo. Provavelmente, era muito difícil para aqueles autores permanecerem indiferentes em relação ao nazismo em suas produções. Em especial na vida de Norbert Elias, o nazismo repercutiu fortemente em sua visão de mundo e, conseqüentemente, em suas produções, pela sua inevitável aproximação a ele (ELIAS, 2001a).

Elias (2001a) narra diferentes momentos de sua trajetória pessoal e profissional que teriam sido impactados de diferentes maneiras pelo nazismo. Alemão e judeu, desde criança Norbert Elias foi vítima de antissemitismo; posteriormente, em outra fase da vida perdeu os seus pais durante a Segunda Guerra (sua mãe foi assassinada em Auschwitz), além do fato de ter atuado no front da Primeira Guerra e em 1939 ter sido exilado por oito meses em um campo de refugiados na Ilha de Mann. Segundo Heinich (2001), tais dificuldades tiveram impactos

diretos sobre as obras de Elias, dentre eles, o fato de sua tese apresentada em 1933 só ter sido publicada mais de trinta anos depois, além de outras complicações, como aquelas referentes à linguagem de publicação das obras, as quais o acompanharam até praticamente o fim de sua vida.

Dessa forma, tomar conhecimento de todo o impacto que o nazismo apresentou na visão de mundo de Norbert Elias e compreender a posição e a repercussão do autor no processo de formação do legado “mandarim” da sociologia alemã⁴ podem ser ferramentas auxiliares importantes para uma compreensão mais aprofundada de suas produções.

2.2 Elias e a “Meca da Sociologia”: o tempo em Heidelberg

A sociologia gozava de um status muito elevado na Universidade de Heidelberg, muito por causa da lembrança da figura de Max Weber, quando Elias chegou a essa cidade. A relação teórica e/ou pessoal de Norbert Elias com a maioria dos sociólogos que impactaram sobre as suas obras – como Georg Simmel, Karl Mannheim, Max Weber e Alfred Weber, entre outros – iniciou ou foi aprofundada em Heidelberg⁵. Com a efervescência teórica que pairava em Heidelberg na época, houve uma congregação de uma imensidão de intelectuais⁶. Elias (2001a) conta que a sua iniciação ao pensamento sociológico se desenvolveu principalmente devido à sua ida para a cidade universitária, a partir de seu contato com Jaspers, quem o introduziu à teoria de Max Weber. Até aquele momento ele vinha se dedicando a estudos de caráter filosófico e de medicina, e não possuía conhecimentos de sociologia.

Norbert Elias permaneceu em Heidelberg no período de 1924 a 1930. Elias teria chegado em Heidelberg apenas quatro anos após o falecimento de Max Weber, para seguir a sua almejada carreira acadêmica. Por muito pouco, não foi seu contemporâneo, mas chegou no meio do círculo e espírito weberianos (BUCHOLC, 2013).

Elias (2001a) narra que foi influenciado por todo o ambiente que era considerado naquele momento a “Meca da Sociologia”, a universidade de Heidelberg. Nesse período, esteve muito próximo à família de Max Weber. Em sua obra autobiográfica, Elias descreve a respeito de sua aproximação à família Weber, não apenas por meio de Alfred Weber (irmão de Max

⁴ A obra de Joly (2012) pode ser útil a uma análise mais aprofundada sobre este assunto, ao analisar a trajetória de Elias até o seu reconhecimento tardio pela comunidade acadêmica.

⁵ Cf. Krieken (2001), Elias esteve em Heidelberg no mesmo período também que Talcott Parsons. É interessante notar que, apesar disso, Parsons não é mencionado por Elias em sua obra autobiográfica.

⁶ Para um maior aprofundamento sobre a importância de Heidelberg na reunião de intelectuais recomenda-se a leitura da obra de Treiber e Sauerland (1995).

Weber, tendo sido o seu primeiro orientador na referida universidade), como também de Marianne Weber, esposa de Max Weber.

Após a morte de Max Weber em 1920, iniciaram-se profundos debates com o objetivo de compreender a sua teoria no círculo de intelectuais alemão. Como consequência disso, a teoria weberiana passou a estar presente não somente nesses debates, mas principalmente em diferentes obras que foram produzidas, no mesmo período e em momentos posteriores, por autores inscritos naquele contexto, dentre eles o próprio Norbert Elias. O ano foi narrado por Elias (2001a) e por outros sociólogos como um *marco histórico*, que teria caracterizado o momento subsequente, de ampla repercussão em e ao lado de outras grandes obras produzidas no círculo intelectual alemão daquele período, as quais marcaram também, em certa medida, toda a produção sociológica posterior. Nesse cenário, Elias (2001a) conta que nos anos 1920:

Weber ainda estava longe de se destacar do grupo dos especialistas alemães em ciências sociais, ao passo que atualmente, com o recuo do tempo, ele é reconhecido graças à triagem silenciosamente efetuada pelas gerações seguintes. Inúmeros representantes da velha guarda cujas obras gozavam de notoriedade não muito inferior – homens como Tönnies, Sombart, Scheler e Franz Oppenheimer – ainda estavam vivos. As obras de Troeltsch, assim como as de Georg Simmel, faziam parte da bagagem cultural indispensável para um sociólogo, e iniciei o seu estudo, encorajado pela atmosfera que reinava em Heidelberg. No pano de fundo, como sempre, discreto e eloqüente, havia o personagem imponente de Karl Marx. Os debates sociológicos giravam bastante em torno dele, não importava o que se dissesse (ELIAS, 2001a, p. 104).

Desde o princípio de sua carreira acadêmica, Elias já entrou no “mundo” de Max Weber – estudando sociologia em Heidelberg, participando das reuniões no salão de Marianne Weber, sendo orientado por Alfred Weber. Apesar disso, Elias não veio a se tornar um “weberiano”. Devido ao ambiente intelectual de Heidelberg, era quase impossível que nas suas obras não emergissem temas weberianos. Entretanto, Elias formulou as suas próprias ideias, contribuindo posteriormente não só para complementar Weber, como também para, em certa medida, corrigir aspectos unilaterais de sua teoria. Apesar disso, ao tentar corrigi-lo, as formulações de Elias podem ter envolvido outras formas de unilateralidade, como, por exemplo, em torno da questão da individualização (BREUER, 1994).

Foi também em Heidelberg que a obra eliasiana “A Sociedade de Corte”, primeira e uma de suas principais, foi planejada e teve seus escritos iniciais. Em 1925, Elias havia sido aceito por Alfred Weber na Universidade de Heidelberg e conseguido uma cadeira com o trabalho “*Die Bedeutung der Florentiner Gesellschaft und Kultur für die Entstehung der Wissenschaft*” (“A importância da Sociedade e da Cultura Florentina para o Desenvolvimento

da Ciência”)⁷. Entretanto, em 1930, Elias acabou cancelando esse projeto para seguir a Frankfurt como assistente de Karl Mannheim, sendo que acabou por submeter como tese de habilitação o trabalho intitulado “*Der höfische Mensch. Ein Beitrag zur Soziologie des Hofes, der hofischen Gesellschaft und des absoluten Königtums*” (“O Homem da Corte. Uma contribuição para a Sociologia da Corte, da Sociedade da Corte e da Monarquia Absolutista”). Este trabalho nunca foi formalmente aceito e acabou sendo publicado apenas em 1969, na Inglaterra, como “*Die höfische Gesellschaft. Untersuchungen zur Soziologie des Königtums und der höfischen Aristokratie*” (“A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte”) (WAIZBORT, 2001).

Apesar de “O Processo Civilizador” ter sido a primeira publicação de Elias e se tornado também a mais conhecida, “A Sociedade de Corte”, como vimos anteriormente, foi a sua primeira obra sociológica. Nessa obra, em seu prefácio, Roger Chartier salienta que Max Weber é um interlocutor privilegiado, sendo que “*Wirtschaft und Gesellschaft*” (“Economia e Sociedade”) é citado por Elias em quatro momentos (CHARTIER, 2001). Embora esta seja a principal obra weberiana referenciada por Elias, existe também em suas obras um forte eco de “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (KETTLER; LOADER; MEJA, 2008).

2.2.1 O salão de Marianne Weber

Para entender minimamente o círculo de intelectuais que já estava constituído quando Elias chegou em Heidelberg em 1924 e, conseqüentemente, sobre as condições de produção de suas duas obras monográficas, ajuda saber que o impacto de Max Weber sobre a produção sociológica alemã do período ia muito além das repercussões de sua teoria. O círculo em questão possuía um ponto de encontro recorrente, que estava muito longe de ser apenas um espaço físico onde aglomeravam-se alguns indivíduos. Era uma espécie de polo gravitacional, onde todos ali sabiam da fundamental importância de se passar qualquer um que desejasse ser consagrado profissionalmente. Passar por ali simbolizava que os profissionais haviam sido aceitos para fazer parte de um grupo específico, que gozava de certas liberdades e privilégios que eram, em parte, alvo de ambições, em parte, necessários para qualquer sociólogo que almejasse ser reconhecido naquele contexto histórico (ELIAS, 2001a).

À época, apresentar-se no “salão de Marianne Weber” representava o mais alto grau de conhecimento e reconhecimento dos “mandarins” da sociologia alemã. Se Heidelberg era a “Meca da Sociologia”, em seu núcleo estava o salão de Marianne. Por ali, circulavam os mais

⁷ Cf. Leão e Farias (2012), antes da procura por Alfred Weber, Elias havia tentado habilitar-se em filosofia com Jaspers e este o teria recusado. Em sua obra autobiográfica, Elias (2001a, p. 93) optou por omitir tal informação de sua narrativa.

renomados autores do período e também os iniciantes, que aprendiam ali não apenas sobre as produções mais avançadas daquele período em primeira mão, como também as regras e as convenções que guiavam aquele círculo de intelectuais e todos os demais que sustentavam a crença de que ali era o polo central de produção de conhecimento.

Segundo Elias (2001a), a viúva de Max Weber constituía um papel fundamental na manutenção do legado de uma tradição. Naquela época, Max Weber e suas obras ainda não haviam alcançado o seu impacto internacional, porém gozavam de enorme reputação em Heidelberg e na Alemanha de modo geral.

Quando Elias se instalou em Heidelberg, foi alertado por Mannheim que ele deveria receber o aval de Marianne Weber para obter a sua habilitação, mesmo já tendo sido colocado na lista de candidatos por Alfred Weber (ELIAS, 2001a). Marianne ocupava uma posição hierárquica que lhe dava ao mesmo tempo privilégios e responsabilidades importantes naquele círculo de intelectuais, mesmo após o falecimento de Max Weber.

Pouco antes de Elias receber um convite para comparecer à residência de Marianne Weber, Mannheim explicou a Elias que ela tinha uma espécie de salão e que era importante passar por ali qualquer sociólogo que almejasse uma carreira universitária. Lá se reunia periodicamente boa parte da elite universitária de Heidelberg. Elias aceitou o convite de Marianne Weber e apresentou uma exposição sobre a sociologia da arquitetura gótica, falando sobre algumas evidências encontradas nas arquiteturas das catedrais alemãs e francesas. Tais evidências abrigavam elementos que as diferenciavam em termos arquitetônicos, mas também permitiam identificar diferenças estruturais mais amplas, presentes em cada uma dessas sociedades (ELIAS, 2001a).

Marianne, assim como Alfred Weber, pertencia ao universo intelectual alemão da época e ocupava um espaço na sociologia de Heidelberg (ELIAS, 2001a). Era conhecida como uma das mais importantes teóricas dentro da corrente dos estudos feministas na Alemanha em sua época. Porém, por muito tempo Marianne permaneceu em segundo plano, apenas como esposa de Max Weber, em parte porque ela mesma se assumia como tal e via a sua própria obra como inferior a dele. Após a morte de Weber, Marianne passou a se dedicar à edição dos trabalhos e correspondências dele, motivada por uma profunda admiração que possuía pelo grande autor da sociologia⁸ (COBO, 1996).

⁸ Um dos principais frutos desta empreitada de Marianne Weber (1926) foi a publicação de sua obra *Max Weber. Ein Lebensbild*, traduzida para o português como “Max Weber. Uma biografia”.

2.2.2 Norbert Elias e Alfred Weber

Apesar de Elias ter precisado passar pelo crivo de Marianne Weber para ter o seu ingresso consagrado no círculo de intelectuais de Heidelberg (e, de certa maneira, em toda a sociologia, devido à importância e à centralidade da Universidade de Heidelberg naquele momento histórico para a carreira de sociólogo), Alfred Weber teve também um papel fundamental em sua trajetória profissional.

Segundo Elias (2001a), Alfred Weber assumiu, em parte, a sucessão de Max Weber na sociologia, porém ele fez isso à sua maneira. Alfred possuía especial interesse na “cultura”, sendo que a via como o elemento fundamental para compreender qualquer sociedade e incomodava-se, particularmente, com o fato de alguns autores a reduzirem em explicações estritamente econômicas. Para o irmão de Max Weber, as produções [*Gebilde*] humanas de cultura diferenciavam-se substancialmente daquelas produções de caráter utilitário – tais como a ciência, a técnica e a economia –, sendo que as primeiras expressariam o espírito de uma época em um plano simbólico. As pesquisas de Alfred Weber retomavam e também avançavam, sobretudo, na antiga díade alemã “cultura” e “civilização”⁹.

Elias (2001a) argumentou que o conceito de “cultura” que encontrou em Alfred Weber possuía a significação de um símbolo sentimental, apesar de estar amparado em fatos objetivos. Elias via nos escritos de Alfred Weber uma postura partidária bem mais apaixonada do que em Max Weber, o qual não se permitia tal postura e devido a isso também se deveu a perenidade dos seus trabalhos. Em linhas gerais, as produções de Alfred Weber eram marcadas pela cultura apresentada com alto valor e a civilização como algo de importância menor.

O principal adversário de Alfred Weber não estava nos partidos ou nos movimentos de esquerda, mas sim encontrava-se na figura que representava, na visão dele, alguém que defendia tudo de mais utilitário, Karl Mannheim (ELIAS, 2001a). Havia um conflito em jogo que incluía também divergências político-partidárias. Alfred Weber era um declarado liberal-conservador e Karl Mannheim possuía simpatias políticas em direção a uma esquerda moderada – e que se manifestava, sobretudo, nos postulados sociológicos elaborados por estes dois autores, numa espécie de “guerra fria”.

Lembrando aqui da análise feita por Elias sobre o conflito entre Drake e Doughty em *Estudos sobre a gênese da profissão naval*, o conflito entre dois seres humanos “por mais que possa ser algo único e pessoal, pode ser ao mesmo tempo representativo de uma luta entre

⁹ Essa discussão pode ser encontrada de forma mais aprofundada em Elias (1994).

diversos estratos sociais, remontando a várias gerações” (ELIAS, 2006, p. 70). Em uma análise que supera uma visão estritamente micro ou macrosociológica, na sociologia relacional de Elias, na qual o que é “social” é também “individual” e o que é “individual” é também “social”, é possível entender a partir do conflito entre Drake e Doughty, mas também entre Alfred Weber e Karl Mannheim, aspectos mais amplos da rede de relações pela qual estes indivíduos encontravam-se conectados.

O conflito entre Karl Mannheim e Alfred Weber ajuda-nos a compreender, portanto, um pouco do que se passava naquele círculo de “mandarins” da sociologia alemã, algumas possíveis motivações para a elaboração de suas teorias. É possível entender que tais intelectuais, mesmo fazendo parte de uma mesma *figuração*¹⁰, estavam engendrados em uma rede de relações na qual havia uma pluralidade de interesses e, ao mesmo tempo, objetivos em comum, como o de demarcar posições frente a outros intelectuais naquele campo de disputas pelo próprio reconhecimento profissional (ELIAS, 2001a). Dessa forma, tal como em outras figurações, o círculo de intelectuais de Heidelberg estava marcado, nos termos de Elias, por um equilíbrio móvel de tensões.

3 De Heidelberg a Frankfurt

Norbert Elias foi contemporâneo de uma geração de sociólogos alemães que adquiriram fama internacional antes da Segunda Guerra: Karl Mannheim, Walter Benjamin, Max Horkheimer e Theodor Adorno (WEILER, 1998). Foi em 1930 que Karl Mannheim partiu de Heidelberg para preencher uma cadeira em Frankfurt, sendo que convidou Elias para segui-lo e auxiliá-lo em sua trajetória.

Em Frankfurt, Elias assumiu o seu trabalho no *Soziologisches Seminar* (Seminário de Sociologia), o qual era dirigido por Mannheim e ficava no primeiro andar do *Institut für Sozialforschung* (Instituto para Investigação Social), sob a direção de Max Horkheimer. Este parecia a Mannheim “muito de esquerda”, sendo que Mannheim para Horkheimer lhe aparentava “muito de direita”. Nesse contexto, os seus dois assistentes, Norbert Elias e Leo Lowenthal, atuavam como intermediários (KORTE, 1998).

Em Frankfurt, Elias teve um papel único excepcional na constituição do grupo de Mannheim e em suas produções acadêmicas. Assim, instaurou-se não apenas uma “influência” de Mannheim em Elias, mas uma via de mão dupla, marcada por uma “influência” recíproca entre os dois autores (KETTLER; LOADER; MEJA, 2008).

¹⁰ Termo cunhado por Elias (2001b) para designar uma teia simbólica de indivíduos conectados de modo interdependente.

Conforme destacaram Leão e Farias (2012), Elias chegou em Frankfurt em um momento propício para o desenvolvimento de trabalhos comparativos e interdisciplinares que articulavam, entre outras disciplinas, a psicologia, a sociologia e a história. Tal característica veio a se tornar marcante em suas obras.

Pouco tempo antes de Elias chegar à cidade, em 1929, havia sido fundado o *Frankfurter Psychoanalytische Institut* (Instituto de Psicanálise de Frankfurt – FPI, na sigla em alemão). Ao longo de seu próprio processo de formação, teria ocorrido uma aproximação da Escola de Frankfurt com o que foi nomeado de “freudismo”¹¹, tornando-se uma característica comum nas produções de seus membros (ASSOUN, 1991a; 1991b). Todo esse contexto pode ter sido responsável pela grande aproximação de Elias com os estudos de Freud nesse período. Segundo Leão e Farias (2012), além da aproximação intensa do “jovem Elias” da psicanálise freudiana, foi também em Frankfurt, já em um movimento posterior de afastamento de Freud (devido aos seus postulados de estruturas universais do psiquismo humano)¹², que Elias teria também entrado em contato com outros trabalhos de base psicológica, notadamente os de Jean Piaget e Heinz Werner.

3.1 Norbert Elias e sua relação com Karl Mannheim

Karl Mannheim pode ser considerado um dos merecedores de maior destaque dentro dessa rede de relações, que teria repercutido em grande medida na formação e na trajetória de Norbert Elias. Além da grande admiração que Elias mantinha por Mannheim, ele encontrou em sua figura um grande amigo, amizade que apenas iniciou em Heidelberg e perdurou durante muitos anos, mesmo após Elias começar a divergir de alguns de seus postulados sociológicos. Além disso, em uma leitura atenta às obras de Elias é possível perceber suas influências não apenas em termos de suas “ideias flutuantes”, mas também em termos de posicionamentos importantes frente ao círculo de intelectuais onde ambos estavam inseridos e a características específicas da produção acadêmica tradicional que vigorava na época. De Heidelberg a Frankfurt, Elias (2001a) narrou a parte de sua trajetória com Mannheim como sempre “muito agradável” e “praticamente sem atritos”.

Elias conheceu Karl Mannheim em Heidelberg onde este, segundo o próprio Elias afirmou, encontrava-se no auge de sua produção intelectual. Foi em 1924 que Mannheim

¹¹ Conforme Assoun (1991b, p. 7), o freudismo pode ser denominado como “aquilo que impede a psicanálise de se reduzir a si mesma, à sua própria objetividade”.

¹² Cf. Lahire (2013), Elias tece uma de suas principais críticas a Freud por meio do conceito de “valência”. Ao reduzir tudo a pulsões sexuais, Freud não haveria considerado a pluralidade de valências que seria possível aos indivíduos. Além disso, Elias (2010) afirma que Freud teria conferido valor universal a um tipo dado e datado de estruturas de personalidade, que estendeu a todos os seres humanos.

escreveu “Ideologia e Utopia”, uma de suas principais obras, além de outros ensaios, entre os quais o que abordava sobre a “significação da competição no domínio intelectual” que, conforme Elias (2001a), constituía um problema pessoal para Mannheim.

Segundo Elias (2001a), Mannheim concentrou-se em um aspecto específico da teoria de Karl Marx e dela fez o seu domínio de conhecimento: a sociologia do conhecimento. Esta área posteriormente tornou-se o que hoje se conhece como Sociologia da Cultura. Muitos aspectos teóricos aproximavam Mannheim de Elias, porém houve um momento em que Elias questionou muitos de seus posicionamentos, distanciando-se de sua linha teórica.

Um papel importante que Mannheim pode ter exercido no pensamento de Elias foi o de passar a própria inquietação que ele tinha a respeito do modo tradicional como era concebida a produção intelectual até aquele momento. De acordo com Elias (2001a), Mannheim teve vital importância para repensar aqueles padrões, na medida em que argumentava no sentido de que uma produção intelectual não deveria ser vista como apenas “pensamentos” ou “ideias” flutuantes no espaço, mas sim que era sempre resultante de demarcações de posições sociais específicas, de competições entre pesquisadores. Influenciado pela tese marxista de que o pensamento não está apenas ligado a interesses, mas sim que o é necessariamente, Mannheim (e também Karl Marx) suscita a ideia dualista de um “ser” social desprovido de pensamento, em quem este aparece apenas como um anexo. Para Elias (2001a), tanto Mannheim como Marx pecaram no sentido de não levarem em conta em suas formulações o fato de que a consciência e o pensamento são, na verdade, *constitutivos* da sociedade.

Na esteira e ainda mais radical do que Marx, Mannheim postulou que todas as ideias (e também as de Marx e as suas próprias) deviam ser “ligadas ao ser”, como a expressão de uma posição nas lutas sociais e esta, necessariamente, limitava a visão dos autores sobre as coisas (ELIAS, 2001a). Esta noção é pano de fundo para o forte posicionamento posterior de Elias de que as ideias ou pensamentos, na medida em que não existem por si próprios, não podem aparecer desvinculados de seu contexto de produção, no qual tem importância vital o conhecimento da posição social dos seus produtores. Para fugir do total relativismo que culminaria se levássemos até o fim desse raciocínio – onde qualquer esforço de pensamento dos indivíduos seria condenado –, Mannheim criou o conceito de “relacionismo” [*Relationismus*]. Nessa concepção, além do fato de que qualquer pensamento deve ser visto “ligado ao ser”, os indivíduos têm olhares parciais sobre o mundo, principalmente quando situados em diferentes posições de classe (ELIAS, 2001a).

A versão original de “A Sociedade de Corte”, uma de suas principais obras, foi escrita como tese de habilitação em Frankfurt. Apesar disso, a versão publicada em 1969 não é idêntica à original submetida como tese de habilitação, que estava aos cuidados de Mannheim. Alguns capítulos foram acrescentados a partir de 1966, quando Elias conseguiu recuperar o seu escrito original (perda esta ocorrida em virtude do nazismo), notadamente uma longa introdução metodológica, baseada na reconceitualização de Elias sobre uma conjunção entre história e sociologia, assim como comentários que parecem derivar dessa mesma revisão. Apesar disso, os capítulos principais não sofreram alterações substanciais, portanto a análise original feita por Elias não teve grandes transformações a partir das novas reflexões (KETTLER; LOADER; MEJA, 2008).

O capítulo “Estruturas de habitação como indicadores de estruturas sociais” foi publicado de modo idêntico ao texto original escrito em 1933. O conteúdo abordado por Elias nesse capítulo estava alinhado ao grupo de pesquisa de Mannheim, sendo que o estilo da narrativa era típico daquele momento histórico. Tudo começou quando a *Revue Internationale de Sociologie* de janeiro de 1932 anunciou Mannheim como colaborador da seção “*L’habitat humaine*” no Congresso do *Institute Internationale de Sociologie* em Geneva, com a apresentação de “*The human habitat from the perspective of the social role of woman and the domestic economy*” (“O habitat humano a partir da perspectiva do papel social da mulher e da economia doméstica”). Mannheim, não podendo comparecer, elegeu dois substitutos para ir em seu lugar, Margarete Freudenthal e Norbert Elias (KETTLER; LOADER; MEJA, 2008).

Apesar de os dois pesquisadores divergirem em suas apresentações, mostraram como o grupo de pesquisa de Mannheim, apesar de seguir em direções diferentes, não perdia pontos de referência em comum. Ambos procuravam explicar “correlações entre tipos de casas e níveis de existência social” de seus habitantes. Elias tratava das casas dos cortesãos franceses nos séculos XVII e XVIII, em linhas gerais, identificando que a residência era constituída a partir do posto e da função de seus proprietários e que estava vinculada a aspectos dos estilos de vida – como as relações de hospitalidade recíproca e as necessidades de luxo, de uma equipe de funcionários e de coabitação. Já Freudenthal contrastava casas de proletários e de burgueses, em referência às suas respectivas economias domésticas, argumentando no sentido de que o modo da existência material variava conforme o papel econômico da mulher, tanto dentro como fora das residências (KETTLER; LOADER; MEJA, 2008). Portanto, havia um certo alinhamento entre as pesquisas de Elias e Freudenthal com as de Mannheim e seu grupo, porém a produção de Elias se distanciou em muitos aspectos do que Mannheim propunha.

4 Considerações finais

A rede de relações na qual Norbert Elias foi imerso em sua chegada a Heidelberg foi decisiva para a sua formação sociológica, para a elaboração de suas principais obras e também para o seu reconhecimento, mesmo que tardio. O “espírito” e o círculo de weberianos inaugurados e intensificados imediatamente após o falecimento de Max Weber repercutiram amplamente nas tomadas de posição de Elias enquanto autor de uma teoria social própria. Podemos compreender com maior clareza, quando o inserimos dentro dessa figuração específica, os seus posicionamentos presentes tanto em sua autobiografia como também em suas demais obras.

Mesmo com as particularidades de cada autor, muitos elementos eram compartilhados nas produções advindas daquele círculo de “mandarins” da sociologia alemã. Características comuns puderam ser evidenciadas, por esta e por outras pesquisas, em termos de narrativa, relativas à forma, como as questões de estilo, e ao conteúdo, a exemplo da escrita do capítulo “Estruturas de habitação como indicadores de estruturas sociais” de “A Sociedade de Corte”, na qual o conteúdo encontrava-se alinhado ao grupo de Karl Mannheim, além do fato de que o estilo da narrativa era típico daquele momento histórico.

As narrativas daqueles autores também possuíam em comum os impactos da conjuntura política e cultural do período, vigente no momento em que Elias chegou a Heidelberg. Em virtude do clima de “crise da cultura” na Alemanha, era frequente que os autores se posicionassem em termos de uma preocupação com o ensino e com a vida cultural alemães, algo que se tornou habitual na construção do legado “mandarim”. Além disso, era muito difícil o nazismo não impactar de alguma maneira naquelas narrativas.

Pelas diversas razões que apontamos ao longo desse artigo, a passagem de Elias pelas duas cidades, Heidelberg e Frankfurt, constituiu em uma fase-chave de sua trajetória intelectual, impactando de forma decisiva em sua formação e na sua inserção no círculo de sociólogos renomados do período. Devido ao ambiente intelectual de Heidelberg, era quase impossível que nas suas obras e de seus contemporâneos não emergissem temas weberianos. Entretanto, mesmo inserindo-se no “mundo de Weber”, talvez em seu momento de maior efervescência, Elias não veio a ser tornar um “weberiano”. Além disso, foi em Frankfurt, como assistente de Mannheim, que Elias veio a fortalecer o seu viés freudiano, central e norteador de suas duas principais obras, “A Sociedade de Corte” e “O processo civilizador”.

Referências

- ASSOUN, Paul-Laurent. *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Editora Ética, 1991a.
- _____. *O Freudismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991b.
- BEAUVOIR, Simone. *Os mandarins*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BREUER, Stefan. Society of individuals, society of organizations: a comparison of Norbert Elias and Max Weber. *History of the human sciences*, vol. 7, n° 4, pp. 41-60, 1994.
- BUCHOLC, Marta. Irony as vocation: the fate of a social scientist in the writings of Max Weber and Norbert Elias. In: DÉPELTEAU, F.; LANDINI, T. S. (orgs.). *Norbert Elias and Social Theory*. New York: Ed. Palgrave Macmillan, 2013.
- CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- COBO, Rosa. Marianne Weber: Max Weber. Una biografía, *Rev. Sociológica*, 1: 181-185, 1996.
- COMBESSIE, Jean-Claude. *O método em sociologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.
- _____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001b.
- _____. *Escritos & ensaios: 1- Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- _____. *Au-delà de Freud : Sociologie, Psychologie, Psychoanalyse*. Paris: Éditions la Découverte, Laboratoire des sciences sociales, 2010.
- HEINICH, Nathalie. *A Sociologia de Norbert Elias*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- JOLY, Marc. *Devenir Norbert Elias*. Histoire croisée d'un processus de reconnaissance scientifique : la réception française. Paris : Librairie Arthème Fayard, 2012.

KETTLER, David; LOADER, Colin; MEJA, Volker. Norbert Elias and the Sociology of External Forms. In: KETTLER, D.; LOADER, C.; MEJA, V. (orgs.). *Karl Mannheim and the legacy of Max Weber: Retrieving a Research Programme*. Burlington: Ashgate, 2008.

KORTE, Hermann. Mirada sobre una larga vida: Norbert Elias y la teoría de la civilización. In: WEILER, Vera. *Norbert Elias: La Civilización de los Padres y Otros Ensayos*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

KRIEKEN, Robert Van. Norbert Elias and Process Sociology. In: RITZER, G.; SMART, B. (orgs.). *Handbook of Social Theory*. London: Sage Publications, 2001.

LACROIX, Bernard. Portrait sociologique de l'auteur. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). *Norbert Elias : la politique et l'histoire*. Paris: La Découverte, 1997.

LAHIRE, Bernard. Elias, Freud, and the Human Science. In: DÉPELTEAU, F.; LANDINI, T. S. (org.). *Norbert Elias and Social Theory*. New York: Ed. Palgrave Macmillan, 2013.

LEÃO, Andréa Borges; FARIAS, Edson. Apresentação. Dossiê: Reinventar Norbert Elias. *Soc. Estado*, Brasília, v. 27, n. 3, pp. 458-468, 2012.

MICELI, Sérgio. Biografia e Cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 345-356, 2001.

PONTES, Heloisa. Círculos de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 12, n. 34, junho, pp. 57-69, 1997.

RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *A metodologia de Max Weber: a unificação das ciências culturais e sociais*. São Paulo: Edusp, 2004.

ROTMAN, David. Trajectoire intellectuelle et expérience du camp : Norbert Elias à l'île de Man, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, vol. 52-2, no. 2, pp. 148-168, 2005.

TREIBER, Hubert; SAUERLAND, Karol (org.). *Heidelberg im Schnittpunkt intellektueller kreise: Zur Topographie Der Geistigen Geselligkeit " Eines Weltdorfes": 1850-1950*. Opladen: Westdt. Verl, 1995.

WAIZBORT, Leopoldo. Apresentação. In: NEIBURG, F.; PONTES, H.; SOUZA, J.; WAIZBORT, L.; MICELI, S. (orgs.). *Dossiê Norbert Elias*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

WEBER, Alfred. Die Bedeutung der geistigen Führer in Deutschland, *Die neue Rundschau*, Berlin, 29: 1249-1268, 1918.

WEBER, Marianne. *Max Weber. Ein Lebensbild*. Mohr: Tübingen, 1926.

WEILER, Vera. Presentación. In: WEILER, Vera. *Norbert Elias: La Civilización de los Padres y Otros Ensayos*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.



**O CANGACEIRO COMO INSURGENTE AO CORONELISMO: UMA
CRÍTICA AOS USOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO NA BIBLIOGRAFIA
DO CANGAÇO**

Autor: Felipe Trindade de Souza¹

GT 4 – Teoria Sociológica

¹ Mestrando em sociologia (PPGS/UFSC) e graduado (Dhi/UFSC). Pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP). E-mail: piatrindade@hotmail.com. Bolsista Capes.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste numa análise crítica da produção bibliográfica do cangaço que flerta ou busca aplicar o materialismo histórico dialético. Examinando os empregos deste arcabouço teórico metodológico na compreensão das ações de Lampião e do seu bando. Devido ao abundante número de trabalhos desta natureza, utilizamos apenas as pesquisas mais célebres, sejam elas acadêmicas ou não. O mapeamento da bibliografia mostrou que estes trabalhos surgiram por volta da década de 1960 e que estas abordagens se tornaram populares com a publicação dos trabalhos do historiador inglês Eric Hobsbawm. O exame buscou debater a validade destas teorias e se elas lograram êxito em melhor compreender o cangaço nos tempos de Lampião. Se porventura as pesquisas falharam nessa tarefa, procuraremos mostrar caminhos alternativos que possam esclarecer o cangaceirismo.

O cangaço é caracterizado pela formação de grupos armados de foras da lei que andavam pelo sertão nordestino cometendo assassinatos, roubos e extorsões. Esses grupos atuavam do Ceará ao norte da Bahia, limitando-se a operações no interior dos estados. Suas ações tiveram uma origem remota, mas, passam a se tornar mais frequentes ou serem notadas nacionalmente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Houveram diversos cangaceiros famosos, como Antônio Silvino e Sebastião Pereira, porém, o pernambucano Virgulino Ferreira, o Lampião, foi o mais ilustre. Este último atuou como chefe de bando entre 1922 e 1938. Sua fama obteve repercussão nacional e internacional, influenciando diversos trabalhos no cordel, na literatura nacional, no teatro e no cinema², só para citar alguns exemplos.

Por essas razões, desde o início do século XX intelectuais brasileiros tentaram entender as causas do cangaço. A princípio, através de teorias determinista da antropologia criminal³, que entendiam os cangaceiros como “criminosos natos”⁴. Ranulfo

² A influência do cangaço na cultura brasileira é bastante extensa, para citarmos alguns trabalhos famosos: em 1953 Rachel de Queiroz lança a peça de teatro *Lampião*; no mesmo ano, José Lins do Rêgo escreve o romance *Cangaceiros*; ainda em 1953, Lima Barreto dirige um dos filmes brasileiros de maior sucesso internacional, *O cangaceiro*, ganhador de dois prêmios no Festival Internacional de Cannes na França.

³ Até onde este trabalho conseguiu mapear, Alcides Bezerra foi o primeiro a associar teorias raciais aos cangaceiros, argumentando que a causa principal do banditismo sertanejo era a mistura de raças. Ver *O banditismo* (suas causas biopsíquicas). Em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, v. 4, p. 9-29. 1912.

⁴ Seus defensores entendiam que o universo era regido por leis mecânicas causais e evolutivas que não davam margem à liberdade ao indivíduo. Logo, o homem era resultado das características físicas de sua raça e da sua relação com o meio. A Faculdade de Direito de Recife foi vanguarda na divulgação dessas ideias no Brasil (SCHWARCZ, 1993).

Prata (2010) e Gustavo Barrozo (1930) são alguns exemplos. Contudo, as análises que romperam definitivamente com essas interpretações deterministas foram os trabalhos que tentaram aplicar o materialismo histórico. Sem dúvida, este fato significou um grande avanço, pois, tentou-se entender o cangaceirismo através de aspectos econômicos e sociais.

Por mais estranho que possa parecer para alguns, esses trabalhos passaram a encarar os cangaceiros como agentes de uma luta de classes ou um “protótipo” disso. Na verdade, desde a década de 1920 a literatura de cordel já popularizava no imaginário popular a noção de que os cangaceiros eram “heróis do sertão”, bandidos que roubavam os grandes latifundiários e distribuía a pilhagem entre os mais pobres. Nos anos 1960 essas ideias são refinadas com o conceito de “bandido social”, formulada nos trabalhos do historiador inglês Eric Hobsbawm. A partir desses estudos, vários pesquisadores tentam aplicar essas noções para o melhor entendimento do fenômeno.

O emprego recorrente destas análises levanta uma série de questionamentos. A teoria conseguiu apreender a realidade empírica? Em que medida essas teorias conseguem dialogar com os dados? Quais os dados são empregados para atestar esses princípios? Houve uma distorção dos dados empíricos para que ocorresse uma melhor adequação com as teorias? No decorrer do nosso exame pretendemos responder todas estas indagações.

1. O CANGACEIRO COMO INSURGENTE AO CORONELISMO

No Brasil, o primeiro intelectual a aplicar os princípios do materialismo histórico dialético na compreensão do cangaço foi o jornalista Rui Facó, em seu livro póstumo *Cangaceiros e fanáticos*, de 1963. Facó era filiado ao PCB e exerceu uma profunda militância política, escreveu diversas obras que objetivavam interpretar a história do povo brasileiro a partir das premissas que envolviam transformações sociais. Em seu estudo póstumo dedicou-se a apreender o cangaceirismo e os movimentos messiânicos.

Ele investigou os aspectos que possibilitaram o surgimento do cangaço. Para Facó (1965), o cangaceirismo foi uma forma de reação, embora inconsciente, a injusta estrutura social do sertão nordestino. Isto é, o cangaço era a revolta dos cangaceiros contra o grande latifundiário. Seu surgimento deveria ser entendido como resultado de fatores econômicos, de um “retardamento nacional” e de um passado atrasado economicamente, consequência da monopolização da terra na mão de poucos. Esse monopólio foi iniciado na Colônia e dificultou a inserção da tecnologia no sertão nordestino, contribuindo para

o isolamento da região por quatro séculos. O resultado de todos esses fatores levou a um analfabetismo generalizado dos sertanejos.

Outro importante fator que contribuiu para o advento da atividade cangaceira foi as secas. Elas provocaram migrações em massa no final do século XIX, subtraindo mão de obra das grandes propriedades e mostrando que o sertanejo poderia livrar-se das amarras do latifundiário. As secas provocavam aumento da fome e da miséria, o que levava a formação de grupos de cangaceiros. Nesse sentido, Facó (1965) defendia que os crimes cometidos pelos cangaceiros eram uma luta contra o domínio do “latifúndio feudal”.

A análise de Facó (1965) é militante e estava claramente alinhada aos documentos elaborados pelo PCB na década de 1930. Período em que o partido sofria grande influência da linha política soviética. Na visão “pecebista” o cangaço era uma revolta social inconsciente dos sertanejos que se rebelaram contra as injustiças do sertão (KAREPOVS, 2003). O problema é que o autor não demonstra quais os dados que solidificam seus argumentos, parecendo que a mera aplicação da teoria seja o bastante para atestar suas ideias.

Poucos anos antes, Eric Hobsbawm desenvolveu uma ideia similar em *Rebeldes Primitivos* de 1959. Aqui não há uma análise do cangaço, mas uma construção das bases do pensamento sobre o banditismo que posteriormente serão aplicadas no cangaço. Hobsbawm examina o que ele vai chamar de formas arcaicas de movimentos sociais, ocorridas entre os séculos XIX e XX. A maior parte deles concentravam-se na Europa ocidental e meridional, especialmente na Itália. O autor classifica esses movimentos sociais arcaicos em cinco categorias, a primeira é a que nos interessa, a dos bandidos sociais⁵. Para ele, todos os integrantes desses movimentos eram pessoas iletradas, que não conseguiam expressar suas aspirações e necessidades com palavras, mas, que decidiam enfrentar, ao seu modo, as injustiças sociais e a opressão daqueles que são vítimas.

Hobsbawm (1978) revela também que estes bandidos sociais estavam localizados no mundo rural e suas práticas criminosas devem ser entendidas como uma revolta a pobreza e a injustiça social. E por se tratar de serem sujeitos “pré-políticos”, estes indivíduos não possuíam ideais políticos. Logo, podemos afirmar que os bandidos sociais enfrentavam na prática e não discursivamente as injustiças sociais. Ainda, o arquétipo destes foras da lei é Robin Wood, o ladrão que rouba dos ricos e distribui a pilhagem entre

⁵ Além dos bandidos sociais, Hobsbawm aborda as sociedades secretas rurais, os movimentos camponeses milenários, os motins urbanos pré-industriais e seitas religiosas trabalhistas.

os mais pobres. Embora, nem todos bandidos sociais seguiram essa dinâmica de solidariedade.

Como já foi dito, em *Rebeldes Primitivos* os cangaceiros não haviam sido explorados sob a ótica do bandido social. Isso só ocorre dez anos depois, em *Bandidos*, de 1969. Nesta obra, Hobsbawm (2001) estuda apenas os bandidos sociais situados em condições rurais, tentando apontar semelhanças entre bandidos de diversos locais do mundo. Seu esforço é necessário para se apreender as motivações desses sujeitos dentro das suas lutas. Hobsbawm empenha-se não apenas em aumentar o escopo analítico, mas também refinar sua teoria. Um dos principais exemplos utilizados para validar seus pressupostos teóricos é a figura de Lampião.

No entendimento do historiador inglês, a razão de ser do bandido social é a luta por justiça social. Esse bandido era incapaz de se apossar da colheita dos pobres camponeses, porém não hesitaria em tomar para si a do grande latifundiário ou do Estado. Frequentemente, eram vistos como heróis por algumas camadas da sociedade camponesa. Por isso, adquiriam reconhecimento e obtinham cooperação por parte da população, fato que o diferenciava do simples delinquente (HOBSBAWM, 2001).

Desse modo, os cangaceiros são levados a cometer delitos porque estão à margem da sociedade rural. Assim, a dominação do coronel para com o sertanejo, as secas e agitações sociais levaram Lampião a viver pelas armas. Aspectos esses que forjaram não apenas o caráter revolucionário, mas, sobretudo, a indignação capaz de torná-lo insurgente ao coronelismo (HOBSBAWM, 2001).

Portanto, percebe-se que o conceito de bandido social é universalizante. Essa é fragilidade da teoria, pois, tenta encontrar semelhanças entre criminosos de épocas diferentes e geograficamente distintas. Hobsbawm (2001) não leva em consideração as especificidades desses indivíduos e coloca-os num mesmo constructo teórico. Muitas variáveis dos bandidos sociais não se aplicam aos cangaceiros. É difícil defender a ideia de que Lampião pretendia – mesmo inconscientemente – subverter a ordem política e social já que ele possuía estreitos laços com importantes líderes político regionais; como os coronéis baianos João Gonçalves de Sá e Petronilo de Alcântara Reis, e, ainda, com o governador de Sergipe Eronildes de Carvalho. Esse desconhecimento da realidade dos seus atores provavelmente está num grave problema metodológico da obra, as fontes utilizadas não permitem construir a realidade empírica do seu objeto. Seus dados baseiam-

se em canções de época e relatos orais⁶, que até podem ser suficientes para mostrar que Lampião ganhou nova estrutura moral da sociedade sertaneja, a ponto de ser cultuado, o que explicaria o seu mito. Portanto, não é possível atestar por meio dos dados apresentados na obra uma insurgência dos cangaceiros frente ao coronelismo, nem mesmo em uma lógica por trás de suas ações.

Mesmo os trabalhos de Hobsbawm apresentando essas deficiências, vários trabalhos de pesquisadores brasileiros foram publicados nos anos posteriores defendendo a tese do banditismo social ou alguma variação do tipo. Até mesmo o renomado historiador José Honório Rodrigues (1991) revelou em uma resenha de *Bandidos no Jornal do Brasil* que “o autor escreve pouco e sem maiores conhecimentos sobre o Brasil” (p. 186). Ainda assim, defendia que o cangaço era uma resposta contra o monopólio da terra e exploração do trabalho rural pelo grande latifundiário.

A historiadora Maria Christina da Matta Machado também replicou ideias similares a de Hobsbawm. Diferentemente do historiador inglês, ela fez entrevistas com cangaceiros e ex-soldados das volantes⁷. O resultado disso foi o trabalho póstumo *Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro*, publicado em cinco partes na *Revista de História de São Paulo*, entre 1973 e 1974⁸. Maria Christina entendia que o cangaço foi uma resposta contra a violência do coronel⁹. Para ela, o coronel ao arbitrar contendas ou disputas entre famílias cometia injustiças e engendrava o revide. No contexto dos conflitos que envolviam o coronel, era frequente que este cometesse abusos e que isso gerasse revoltas de diversas formas. Entre estas estava o cangaço, que surgia quando o sertanejo revoltado com as injustiças praticadas pelo coronel rompia com a parentela e passava a buscar vingança dentro de um bando. Neste sentido, Lampião era o “flagelo dos coronéis” e o “anjo da guarda dos pobres”.

As conclusões que a pesquisadora chegou foram semelhantes às de Rui Facó (1965). Contudo, discordava que as secas contribuíram para o surgimento do cangaço. Elas agravavam a miséria dos mais pobres, fazendo com que família inteiras perdessem

⁶ Posteriormente Hobsbawm reconhece que esses relatos não poderiam ser utilizados de maneira razoável para apreender o papel social desses bandidos numa sociedade rural (HOBSBAWM, 2001, p. 9).

⁷ Volantes eram as forças policiais que combatiam os cangaceiros no interior dos estados nordestinos.

⁸ Essa série de textos constituiria os capítulos da tese de doutorado de Maria Christina, que deveria ser apresentada na USP.

⁹ Poucos anos depois uma tese semelhante foi apresentada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1968). Mas, diferentemente de Maria Christina, não entendia o cangaço através de uma análise do materialismo histórico. Logo, não entendia os cangaceiros como uma espécie de defensores dos oprimidos, para ela, essa visão “é antes ilusória do que real” (QUEIROZ, p. 206). Segundo Maria Isaura, as atividades dos cangaceiros se inseriam nas circunstâncias de lutas de parentelas, embora houvessem traços de reivindicações sócio econômicas.

as mínimas condições que possuíam para viver. Ocasionalmente, levava alguns sertanejos a praticar pequenos delitos, como saquear armazéns nas zonas urbanas do sertão. Eram atos que não configuravam uma “violência consciente” do sertanejo, sendo apenas um gesto desesperado para sobrevivência. Estas teses são atestadas pelo cangaceiro Zé Sereno, que revelou a Maria Christina em uma entrevista que nenhum sertanejo procurou o bando para fugir das secas. Deste modo, a autora conclui que a seca não gera o cangaço, mas, intensifica os “conflitos de classe”. Entretanto, o fato de que o sertanejo não procurava adentrar-se nos bandos de cangaceiros para fugir da seca é relevante, pois confronta a ideia de miséria por trás de uma organização de classe, fato correntemente defendido por esta bibliografia do cangaço ao qual estamos examinando.

Consequentemente, mesmo realizando uma pesquisa acurada, embasada em uma bibliografia da sociologia política e em entrevistas com atores sociais que participaram do cangaço, Maria Christina produziu um estudo semelhante a outras pesquisas que não tiveram o mesmo cuidado teórico metodológico. Talvez, isso se deu por ser um trabalho que estava em desenvolvimento e que foi interrompido abruptamente pelo falecimento da autora. Embora, pareça ser difícil que Maria Christina apresentasse respostas diferentes para as suas conclusões, caso houvesse tempo de tê-lo terminado. O texto é panfletário e parece que a pesquisadora já possuía respostas definidas anteriormente a pesquisa.

Por fim, consideremos o livro *De Virgolino a Lampião*, de Antônio Amaury e Vera Ferreira¹⁰. Escolhemos esta obra como representativa de um segmento de trabalhos que pouco ou nada dialogam com qualquer análise teórica sociológica, geralmente, são pesquisas feitas fora da academia. Porém, esses estudos conservam os paradigmas apresentados por Hobsbawm, mesmo que não utilizem o conceito de bandido social. Sempre minimizam os atos de violência dos cangaceiros e a sua associação com líderes políticos regionais. Comumente, ressaltam os feitos dos cangaceiros como um exemplo de bravura sertaneja que espalhava terror nos coronéis que não atendiam suas exigências.

Vera e Antônio Amaury (2009) entendem que as causas do surgimento do cangaço foram de natureza variada. Contudo, na maioria dos casos foi resultado das injustiças sofridas pelos pobres por parte dos coronéis. Resultado de uma sociedade na qual mesmo o pequeno proprietário de terra tinha que se sujeitar as vontades dos coronéis (p. 22-25).

Argumentam também que a crueldade dos cangaceiros foi e é descrita de maneira exagerada. Já que os casos de execuções cruéis foram eventos esporádicos de vingança

¹⁰ Vera é neta de Lampião.

individual ou resultante de uma razão específica que justificava um ato mais violento. Ou, ainda, por uma necessidade momentânea de aflorar toda a raiva acumulada durante combate (AMAURY & FERREIRA, 2009, p. 23).

Do mesmo modo que em alguns estudos anteriores, falta em *De Virgolino a Lampião* apresentar quais evidências sustentam suas teses. Além disso, há outras deficiências metodológicas recorrentes em todo o livro. Como o fato de não dialogar com os estudos de sociologia política e tomar os depoimentos colhidos de ex-cangaceiros como verdades incontestáveis. É sabido os vários problemas relativos aos testemunhos orais, ainda mais quando se está tratando de um assunto tão controverso como o cangaço. Não é de se espantar que ex-cangaceiros queiram negar ou distorcer fatos e ressaltar algumas virtudes, como o ato de dar esmolas. Como bem percebeu Frederico Pernambucano de Mello (2004), havia entre os cangaceiros um escudo ético, que consistia num artifício acionado por eles para justificar uma vingança¹¹ ou uma afronta sofrida. Esse truque justificava suas ações tanto para o próprio cangaceiro como para os olhos de terceiros. Socialmente o escudo ético auxiliava na omissão de covardias e perversidades e, ainda, poderia enaltecer um gesto de coragem.

2. A CRÍTICA DE GUERREIRO RAMOS A TEORIAS EXÓGENAS NA COMPREENSÃO DE FENÔMENOS NACIONAIS

Como bem apontou Guerreiro Ramos (1957) em um texto dedicado a crítica a sociologia brasileira, diversos estudos nacionais evoluíram a partir de “influências exógenas”. Ramos argumentou que a recepção pelos sociólogos brasileiros da produção teórica estrangeira impedia o desenvolvimento de um “pensamento científico autêntico” que fosse capaz de interpretar as circunstâncias particulares da sociedade brasileira (p. 19).

Embora essa crítica tenha sido produzida na década de 1950 e tenha sido direcionada para trabalhos contemporâneos e anteriores a ela; percebemos que algumas das características apontadas por Guerreiro Ramos (1957) também estão presentes na bibliografia do cangaço aqui examinada. Ramos enumerou vários “defeitos” que os pesquisadores brasileiros cometiam. Aqui, vamos discutir apenas os problemas que se enquadram na bibliografia do cangaço. O primeiro deles é a “simetria”. Isto é, quando o pesquisador só está disposto a aderir o que se apresenta como de “mais avançado” na

¹¹ Visto que, na “moral sertaneja”, a vingança era uma ação legítima e de direito do sertanejo que se sente ofendido por algo dito ou feito a ele e/ou sua família (MELLO, 2004).

Europa e nos Estados Unidos. Assim, o pesquisador só recorre a “influências exógenas” para se responder particularidades nacionais (p. 19-20).

Frequentemente, a discussão sociológica se dá por meio da adoção de argumentos de autoridade produzidos fora do país. É o que Guerreiro Ramos (1957) denomina de “dogmatismo”. Ele faz com que o pesquisador examine seu objeto de pesquisa através de um referencial teórico estrangeiro simplesmente por acreditar nele. Em decorrência do “dogmatismo” se produz o “dedutivismo”. Nesse último, teorias e conceitos estrangeiros são tomados como uma verdade absoluta e como ponto de partida para se discutir a sociedade brasileira. Segundo Ramos, os estudos marxistas produzidos naquele momento eram claramente dedutivistas, já que se aplicava categorias marxistas de maneira mecânica (p. 20-21).

O último “defeito” apresentado na bibliografia do cangaço é a “alienação” do pesquisador brasileiro. Com isso, ele assume a atitude do pesquisador estrangeiro na compreensão dos contextos nacionais. Isto é, o pesquisador brasileiro nos olha com os olhos de um estrangeiro. E, ainda, quando essas características discutidas se encontram reunidas em um único trabalho há uma “inautenticidade” dele. E é provável que ao adotar influências exógenas em suas formas acabadas tende-se a não compreender totalmente seus pressupostos (p. 22-23).

Para ficar claro, o que defendemos aqui não é uma aversão a teorias estrangeiras para se explicar o cangaço, mas uma posição crítica do pesquisador brasileiro frente a qualquer pressuposto teórico. Como argumentou Guerreiro Ramos (1957), nosso “nacionalismo” em busca de uma “sociologia autêntica” não pode ser confundido com “xenofobia” (p. 34). Estudos brasileiros e estrangeiros da sociologia política já nos ajudaram a entender a estrutura social do sertão nordestino e a relação do banditismo com as elites políticas locais, principalmente durante os conflitos entre parentelas¹². Inclusive, alguns destes debates propostos por essas pesquisas já foram inseridos em estudos sérios sobre o cangaço¹³.

CONCLUSÃO

A inclinação por interpretar o cangaço por meio do materialismo histórico e dialético já seduzia pesquisadores brasileiros antes mesmo das análises pioneiras de Rui Facó (1965) e Eric Hobsbawm (2001). O sociólogo cearense Djacir Meneses em *O outro*

¹² Leal (2012), Queiroz (1976) e Lewin (1993) são alguns exemplos de textos que discutem esses temas.

¹³ *Guerreiros do Sol* de Frederico Pernambucano de Mello e *Lampião* de Billy Chandler são exemplos.

Nordeste, de 1937, adota uma posição eclética ao examinar o cangaçeirismo, dando peso tanto ao determinismo geográfico como a questões econômico sociais. Logo, diferentemente dos trabalhos da época, os fatores raciais não são tomados como parâmetro definitivos para explicar as causas do cangaço. O autor defende que foi o meio físico quem causou o cangaço, contudo, o cangaço também constituiu em uma reação do oprimido contra o opressor, isto é, do cangaceiro contra o coronel. Meneses não chega a encarar o cangaço sob um viés “marxista”, mas faz acenos a teoria, como nos momentos que ele denomina os embates entre cangaceiros e coronéis como “conflito de classes”. Além disso, afirma que os sertanejos tinham admiração por Lampião e por outros líderes do cangaço e que esses indivíduos eram “agentes” que as “forças produtivas” determinavam. Sua análise não rompe com as interpretações deterministas, como já vimos, isso só ocorre depois, com os trabalhos de caráter marxista da década de 1960.

Desse modo, é notório que as categorias utilizadas pela bibliografia aqui examinada são ineficientes para compreensão do fenômeno do cangaço. Na maioria das vezes os pesquisadores recorreram a imagens mitificadas dos cangaceiros para compreender o cangaço; fato evidente no uso da literatura de cordel e de canções de época como fonte documental. Dados estes que não são adequados para construir o papel social desses bandidos. Em outros momentos os pesquisadores parecem estar tão envolvidos emocionalmente com o seu objeto de estudo que simplesmente distorcem ou negam os dados empíricos para adequar a teoria aplicada. Violando, assim, um princípio metodológico básico de que o campo de pesquisa é quem deve dizer ao pesquisador qual a teoria que pode ser utilizada, e não o contrário. Portanto, compreendemos que os “defeitos” apresentados pela bibliografia do cangaço aqui analisada também estão presentes nos primeiros trabalhos da sociologia brasileira (RAMOS, 1957).

Como percebeu Chandler (1983-84), houve uma tendência da esquerda radical em procurar novos agentes da luta de classes. Isso se deu por conta da desilusão com os trabalhadores urbanos de Marx como veículos da revolução. Com o passar do tempo, houve o aumento do conservadorismo e da melhora de vida desses trabalhadores (p. 68). É nesse contexto que procurou-se inserir o banditismo social e, mais especificamente, o cangaço, nos princípios dialético marxista. Ou seja, para Chandler esse tipo de abordagem que analisamos aqui nasceu do desejo de atribuir aos cangaceiros a tarefa revolucionária que era anteriormente reservada ao proletariado.

Por fim, é perceptível que de maneira geral estes estudos relacionam as causas do cangaço a situação de miséria dos cangaceiros, a vingança e as secas. Pobreza é um conceito genérico e que não nos ajuda a compreender o cangaço, pois, a criminalidade nunca esteve somente restrita aos mais pobres. O próprio Lampião provinha de uma família de proprietários de terras, situada entre a elite possuidora de grandes latifúndios e a imensa massa de trabalhadores sem-terra. Além disso, as evidências apresentadas no estudo de Maria Christina (1973 – I) minam a ideia de que sertanejos buscavam adentrar no cangaço por conta da miséria provocada pelas secas. A vingança também é entendida como causa do cangaço, visto que era uma concepção socialmente aceita no sertão nordestino, porém, esses padrões comportamentais poderiam encorajar atos criminosos individuais, mas não levaram todos os sertanejos “afrontados” a viver pelas armas (CHANDLER, 1983-84). Do mesmo modo, o cangaço é compreendido como efeito das secas e das crises econômicas causadas por ela. Para Pericás (2010), a seca não explica o aumento do cangaceirismo entre o final do século XIX e início do XX, já que ela provocava um elevado número de migrações de sertanejos para regiões menos afetadas. Esporadicamente, houveram aumento nos índices de pilhagens praticados por sertanejos esfomeados, mas, o cangaço não se configurou como um refúgio para uma vida melhor para estes sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BARROZO, Gustavo. **Almas de lama e aço**: Lampeão e outros cangaceiros. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1930.
- BEZERRA, Alcides. O banditismo (suas causas biopsíquicas). Em: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v. 4, p. 9-29. 1912.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião**: o rei do cangaço. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 4º ed.
- CHANDLER, Billy Jaynes. Dos bandidos e sua significação social: um ensaio transcultural. Em: **Revista de ciências sociais**, Fortaleza, v. 14-15, nº 112, p. 65-82, 1983-84.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965. 2º ed.
- FERREIRA, Vera; AMAURY, Antônio. **De Virgolino a Lampião**. 2º ed. Aracaju, 2009.
- KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea**: o PCB em 1937-1938. São Paulo: Hucitec/Editora Unesp, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Cia das letras, 2012. 7º ed.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. **Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro** (I). Revista de História, n. 93, São Paulo, p. 139-175, 1973.
- MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. **Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro** (II). Revista de História, n. 95, São Paulo, 1973, p. 177-212.
- MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. **Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro** (III). Revista de História, n. 96, São Paulo, 1973, p. 473-489.
- MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. **Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro** (IV). Revista de História, n. 97, São Paulo, 1974, p. 161-200.
- MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. **Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro** (V). Revista de História, n. 99, São Paulo, 1974, p. 145-174.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no nordeste do Brasil. São Paulo: A girafa editora, 2004.
- MENESES, Djacir. **O outro Nordeste**: formação social do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937.
- PRATA, Ranulfo. **Lampião**. Natal: Sebo Vermelho, 2010 [1934].
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Os cangaceiros**. Duas cidades: São Paulo, 1968.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. Alfa-Ômega: São Paulo, 1976.
- RODRIGUES, José Honório. Os bandidos sociais. In: RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). **José Honório Rodrigues**: ensaios livres. São Paulo: Imaginário, 1991, p. 185-186. Publicado originalmente em Jornal do Brasil, em 27 de novembro de 1971.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Andes, 1957.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

TRABALHOS

GT5 Teoria Política



TRANSIÇÃO OU RECESSÃO?
O DILEMA CONTEMPORÂNEO DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

Fábio Hoffmann¹

GT5 – Teoria Política

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), especialização em Marketing, Direito Eleitoral e Partidário pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), e é bacharel em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: molahms@gmail.com.

TRANSIÇÃO OU RECESSÃO? O DILEMA CONTEMPORÂNEO DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

Resumo

A terceira onda democrática e a ruína do regime soviético estimularam uma agenda de pesquisa dividida em múltiplas linhas de análises sobre o estado da democracia no mundo. O objetivo deste artigo é fazer uma discussão da literatura recente sobre as transformações que a democracia vem sofrendo em muitos países. O enfoque se dá sobre duas visões abrangentes: a primeira delas argumenta que há evidências de uma nova fase de transição do regime trazida pela demanda por democratização a níveis locais, transnacionais e até global, enquanto que a segunda acumula dados para corroborar a existência de uma trajetória de recessão democrática ocorrendo em muitos países. A partir destas perspectivas, este trabalho explora o que denomina de dilema do paradoxo intrínseco da democracia liberal, ou seja, a peculiaridade genética deste regime de restringir os cidadãos comuns das arenas reais de tomadas de decisões políticas. Por fim, é feito alguns apontamentos para a saída desse dilema que tem acompanhado a democracia liberal desde seu nascimento.

Palavras-chave: democracia – transição democrática – recessão democrática – democracia liberal.

1 – Introdução

A democracia tem sido o principal tema de estudos e pesquisas da ciência política contemporânea desde meados do século XX. As análises mais sistemáticas procuraram estabelecer uma relação entre desenvolvimento econômico e democracia (LIPSET, 1959), entre padrões culturais e desenvolvimento democrático (ALMOND; VERBA, [1963] 1966), desenvolvimento sócio-histórico e democracia (MOORE, [1966] 1983), ou simplesmente a racionalidade dos atores e a aplicação do desenho institucional (SCHUMPETER, [1942] 2017; DOWNS, [1957] 1999; DAHL, [1971] 2012; SARTORI, [1957] 2017; BOBBIO, 86).

Aos promissores estudos e pesquisas sobre a democracia em uma ordem que se delimitou como liberal em um contexto de Guerra Fria e bipolaridade acirrada entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos se somou uma agenda de pesquisas que veio a reboque do fenômeno que foi caracterizado como terceira onda democrática (HUNTINGTON, 1991). Transição (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1988) e consolidação (LINZ; STEPAN, 1999) passaram a serem conceitos amplamente explorados, criticados e ressignificados ao longo das décadas de 80 e 90.

A ruína do bloco socialista seladas com a Glasnost e a Perestroika² estimularam certa euforia entre os círculos liberais, o que acabou simbolizando máximas como o “fim da história” (FUKUYAMA, 1992) e a vitória da ordem liberal com uma democracia sem

² A Glasnost e a Perestroika foram um conjunto de reformas feitas no governo de Mikhail Gorbachev, tanto políticas, quanto econômicas, que aceleraram a desintegração do bloco soviético.

“inimigos” (SARTORI, 2017). No entanto, não demorou para que países com jovens democracias apresentassem problemas de desempenho. Nações com tradições autoritárias não desempenharam tão bem a cartilha do modelo de democracia liberal quanto os teóricos imaginavam, e lideranças políticas fizeram das regras de competição política um jogo de cartas marcadas, ora perpetuando-se no poder, ora comprometendo a lisura burocrática e o funcionamento do Estado de direito. Vladimir Putin, na Rússia, e Hugo Chávez, na Venezuela são sempre os principais símbolos dessa argumentação.

Desde então, duas linhas gerais de análise tem procurado contextualizar o momento crítico pelo qual vem passando os regimes democráticos de modelo liberais. A primeira delas destaca o caráter transitório da democracia e aponta para a existência de uma demanda por democratização a nível transnacional e até global, sendo essa capacidade de se transformar e se adaptar de acordo com novas realidades sociais e econômicas, um traço peculiar seu. A segunda, por sua vez, traz a argumentação da existência de uma trajetória de recessão democrática ocorrendo em todo o mundo.

Este trabalho tem o objetivo de explorar esse debate e chamar a atenção para o que denomina de dilema do paradoxo intrínseco do modelo liberal de democracia que, ao afastar os cidadãos comuns das arenas reais de decisão política, acaba gerando um abismo no sentimento de representatividade que é justificado pela queda do apoio de massas ao regime. Paralelamente a queda no apoio há um fortalecimento na cartelização financeira do acesso aos resultados gerados pela democracia, o que acaba corroendo sua arquitetura e fomentando sua incapacidade de gerar os anticorpos necessários para sua sobrevivência.

O artigo está organizado da seguinte forma: primeiro, é feita uma caracterização daquilo que este trabalho entende por democracia liberal; num segundo momento são apresentados os debates correntes sobre o contexto atual das democracias liberais como transição e recessão em momentos distintos; em seguida apontamos o que chamamos de dilema do paradoxo intrínseco da democracia liberal, o fato desse regime afastar os cidadãos comuns das arenas reais de decisão política; alguns diagnósticos são apontados a favor da argumentação da transição e outros para a recessão, e; por fim, trazemos algumas uma breve conclusão que pode ser tirada desse debate.

2 – O que é uma democracia liberal?

Segundo Gallie (1956) a democracia constitui um bom exemplo daquilo que denominou de conceitos essencialmente contestados, ou seja, conceitos nos quais os debates e elaboração teórica jamais chegariam a um acordo. Isso em razão de sua natureza polissêmica,

pois como afirma Dahl (2016), ela tem significados diferentes para diferentes povos e em diferentes lugares e momentos históricos distintos. Por esse motivo é que LUCAS (1985) argumenta que a democracia deveria ser um adjetivo e não um substantivo. Justamente para escapar a tentação de se procurar um país no qual haja um regime democrático supostamente perfeito, e que este estabeleça uma hierarquia no mérito para todos os demais.

Para os cidadãos atenienses, por exemplo, seu regime de governo era democrático, mesmo excluindo a maior parcela de sua população representada pelos escravos, mulheres e estrangeiros. Para os cidadãos norte-americanos seu regime era democrático mesmo excluindo os negros até a metade do século XX. E para os cidadãos modernos sua sociedade é democrática, dado em vista certa competição política e sufrágio universal, mesmo que negligencie massivamente as mulheres, estrangeiros e pobres dos centros reais de decisões políticas.

A definição clássica de Schumpeter (2017), caracterizando a democracia como um regime que possua ampla competição política e ampla participação ainda é uma referência central. Esta definição estabelece os procedimentos mínimos necessários para que, de acordo com a Freedom House, o regime seja declarado uma democracia eleitoral³. Dahl (2012) aprimorou a definição minimalista de Schumpeter e definiu que uma democracia é o regime onde existam contestação e inclusão, uma vez aplicadas em eleições regulares e idôneas, com liberdade de expressão e associação, além de acesso a fontes alternativas de informação que não somente as veiculadas pelo Estado.

Uma democracia eleitoral é um regime no qual foram instalados os procedimentos mínimos, no entanto, é preciso avançar em outras dimensões para que a democracia tenha uma boa consolidação. Linz e Stepan (1999) argumentam que uma democracia (liberal) consolidada apresenta cinco características: uma sociedade civil livre e ativa; sociedade política autônoma; Estado de direito para assegurar garantias quanto à liberdade dos cidadãos; uma burocracia estatal; e uma sociedade econômica como mediadora entre Estado e mercado, atuando para normatizar e regulamentar o campo econômico.

Uma democracia liberal, portanto, conjuga elementos como: Estado de direito; competição por meio de partidos políticos e demais instituições representativas; participação por meio do voto em eleições, plebiscitos e referendos; mecanismos de *accountability*⁴

³ Para classificar se um país é uma democracia eleitoral a Freedom House busca elementos procedimentais como voto universal, nível de competição entre as elites políticas, acesso aos meios de comunicação alternativos, etc.

⁴ *Accountability* é um conceito multidimensional. Basicamente ele possui três características: informação, justificação e punição/compensação. No caso da *accountability* vertical trata-se das eleições, onde o eleitor recebe a informação do desempenho das lideranças e partidos, analisam as justificativas para seu desempenho, e

vertical e horizontal; uma sociedade civil livre e forte; liberdade de imprensa com fontes diferenciadas de informação; liberdade individual; igualdade política e jurídica, sem que necessariamente isso reclame uma igualdade social.

3 – A visão transitologista

Esta visão segue ligada a percepção realizada por alguns analistas de que a democracia liberal caminharia para o pós-nacionalismo, ou seja, para uma democratização cada vez mais intensa de organizações internacionais e blocos de integração. Foi nesse sentido que caminharam as análises de Guéhenno⁵ (1994) e Hermet (1997), ao anunciar o “fim” da democracia para o século XXI como consequência da diluição da soberania do Estado que, para eles, paulatinamente abandonava suas fronteiras delimitadas, e dava início ao fim de um equilíbrio de poder adquirido com o processo de gênese e configuração dos Estados-nação. Estas análises seguiram a euforia da visão liberal da queda do muro de Berlim e a crença na completa vitória do mercado sobre o Estado, ensejando sacadas editoriais como o anúncio do fim da história (FUKUYAMA, 1992) e de um completo nocaute contra o inimigo (SARTORI, 2017).

Em um artigo publicado no *Journal of Democracy*⁶ Schmitter (2015) argumenta que as democracias contemporâneas estão passando, não por uma recessão, mas sim por uma nova fase de transição. Para ele uma nova configuração democrática que pode ser denominada de “pós-liberal” estaria sendo formada baseada em pontos como consultas públicas amplas sobre questões orçamentárias, definições mais amplas de cidadania, financiamento público de partidos políticos e de organizações da sociedade civil, quotas para as mulheres, instituições de supervisão, dentre outras. Para Schmitter o foco de análise também deveria se voltar para a questão de que as democracias ocidentais estariam sendo cada vez mais cobrada por ideais normativos como igualdade social, ampliação do acesso e participação nas arenas reais de decisão e amplos direitos de liberdade.

depois julgam se votam novamente neste ou naquele candidato ou não. Na *accountability* horizontal essa depuração é feita pelas instituições.

⁵ Em um ensaio que foi amplamente difundido, Jean-Marie Guéhenno reflete sobre o futuro do Estado nacional que, para ele, se desintegraria no decorrer do século XXI. Ele pensava basicamente na Comunidade Europeia e seu impacto direto nas soberanias nacionais. Com o Brexit e a saída do Reino Unido da comunidade em 2016, e uma nova onda de nacionalismo ganhando força na Europa, é preciso repensar se o Estado nacional está próximo do fim.

⁶ O *Journal of Democracy* é um dos principais veículos de difusão do pensamento liberal numa linguagem científica. Todo o volume (v. 26, n. 1, janeiro de 2015) é dedicado ao estudo das causas da crise que a democracia vem enfrentando.

O que estaria sendo questionado, de acordo com Schmitter é a máxima de que a democracia só pode existir em Estados nacionais. Para ele a mais fundamental instituição democrática – a cidadania – estaria dando sinais de que mudanças estruturais estariam acontecendo. O direito político da cidadania se transformou muito ao longo do tempo. Nas cidades-estados gregas mulheres, estrangeiros e escravos não possuíam esse direito. No mundo moderno, as mulheres conseguiram o direito a plena cidadania, mas em relação aos estrangeiros ainda persiste uma barreira em muitas das democracias existentes. Para Schmitter, a verdadeira ruptura virá quando a nacionalidade, seja por direito de sangue, seja por direito de solo, for separada do status de cidadania. Olhando para a cidadania europeia, o pesquisador vislumbra um cenário sem fronteiras e uma democracia com plenos direitos para além do território.

É preciso observar que a premissa de que a democracia possa funcionar para além dos Estados nacionais permanece uma aposta a ser derrubada empiricamente, pois tanto as tentativas de democratização de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Mundial do Comércio (OMC), como a democratização de blocos econômicos ou de integração cultural até o exato momento pouco tem avançado. Nesse sentido, o exemplo recente do sucesso do Brexit é didático, pois o que resultou de todo esse processo como experiência foi a de que os interesses nacionais, no caso a Grã-Bretanha, fossem tidos como prioritários diante da tentativa histórica de unificar diferentes povos com um passado comum. A questão da cidadania tem ficando de lado e as economias que sustentam o Bloco Europeu, como Alemanha e França tem presenciado um aumento significativo da força política de lideranças com programas de fechamento de fronteiras e desintegração.

John Markoff (2013) também tem chamado a atenção para o caráter de transformação e transição pelo qual os regimes democráticos vem passando. “Mesmo um prognóstico otimista sugere futuras ameaças à democracia na forma como ela é hoje praticada” (MARKOFF, 2013, p. 34). Duas características estariam forçando as democracias a uma transformação: criação e fortalecimento de instituições de governança transnacional e a disparidade de riqueza e poder entre estas democracias. Estas duas características estão conectadas, segundo o pesquisador, justamente porque Estados mais ricos e poderosos detêm o controle de instituições como ONU e seu Conselho de Segurança, FMI, OMC, OMS e, dificilmente, uma solução para os problemas atuais passem por essas instituições sem que haja uma efetividade delas acima dos interesses nacionais dos países dominantes.

Segundo Markoff, as disparidades de poder e riqueza entre as nações e no interior delas, igualmente, tem levado a desestabilização da ordem democrática liberal. Primeiramente, porque Estados mais poderosos retêm uma maior capacidade de controle da distribuição de projetos e recursos das instituições e organismos transnacionais, e; segundo, pois a cartelização⁷ dos resultados democráticos em Estados nacionais tem gerado uma profunda descrença de que a democracia pouco tem ajudado ou que pouco importa para a vida diária dos cidadãos comuns. A omissão por parte da democracia na resolução desses problemas provoca uma queda do apoio de massas e um aumento no apoio em programas populistas supostamente mais práticos.

Em sua análise, Schmitter praticamente ignora ou dá pouca importância para fenômenos que, de acordo com Nodia (2017), vêm ganhando cada vez mais apoio das massas, como o populismo de direita e a ascensão de uma nova onda de nacionalismo com características xenofóbicas. A tese de sua ordem pós-liberal traz questões importantes que já vem acontecendo como o avanço nas quotas para as mulheres, financiamento da democracia e a instauração e estabilidade de instituições de supervisão. No entanto, paralelamente a esse movimento, o que temos visto é uma nova onda conservadora muito forte capaz, tanto de fazer congelar esses avanços, como de fazê-los retroagir. O agravamento da percepção de que os resultados democráticos não têm impactado a vida dos cidadãos está relacionada a questões mais estruturais e dizem respeito a dimensões não tocadas pela análise mais tradicional da crise democrática.

Assim como Schmitter, Markoff sustenta que a questão da cidadania restrita a Estados nacionais constitui um mecanismo básico de sustentação da desigualdade global. O enfoque deste autor, no entanto, se concentra no questionamento de que o futuro da democracia e sua capacidade de resolver os problemas contemporâneos não mais podem ser pensada a partir da conservação de democracias restritas a Estados nacionais. Para ele, um primeiro passo a ser dado para superar esse duplo déficit democrático é o acionamento de uma ampla cidadania para além dos Estados, bem como repensar a democratização efetiva de instituições e organismos internacionais.

O fato é que a democracia liberal tem passado por agravamentos sérios e problemas de legitimidade. Não estamos caminhando para uma dissolução dos Estados, pelo contrário, há

⁷ Faz-se o uso do termo cartelização no sentido de que os resultados que a democracia gera cada vez mais seguem sendo controlados por lobbys fortíssimos. Um bom exemplo é o da indústria farmacêutica que segue protegendo suas patentes e mantendo o acesso a remédios para tratamentos imprescindíveis a um custo alto. Na maioria das vezes é o dinheiro público que cobre a compra de remédios para esses tratamentos, o que acaba injetando uma grande quantidade de recursos públicos na área privada.

um crescimento do nacionalismo protecionista; também não seguimos numa trajetória de democratização das instituições internacionais, ao contrário, instituições como Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ONU e OMC vêm sendo alvo de constantes ataques⁸ por parte de chefes que representam democracias consideradas modelares.

Portanto, confiar numa ordem pós-liberal, como Schmitter, ou na democratização de instituições transnacionais, como Markoff, parecem realidades muito distantes dos atuais dias. Instituições que estão no cerne do modelo liberal como partidos políticos e parlamentos estão cada vez mais desacreditadas quando as análises voltam-se para o apoio de massas. Algumas análises também têm detectado uma deterioração da arquitetura democrática, como em dimensões de Estado de direito, mecanismos de *accountability* e até em declínio do envolvimento das pessoas com o processo eleitoral. E se a democracia tem passado por momentos críticos onde ela já está a muito tempo estabelecida, em do Leste Europeu, da África e da América Latina, os problemas que ela vem acumulando são mais agudos e concentram fatores de ordem sócio-histórica.

4 – As análises mais pessimistas

Diferente das análises que veem a crise da democracia como momentos em que ela está em transformação ou transição, as análises de declínio ou recessão democrática concentram-se mais na racionalidade dos agentes e geralmente focam na deterioração da arquitetura democrática, tais como capacidade de Estado, restrições e controle da competição política, agravamento do Estado de direito e de mecanismos de *accountability*, descontrole da corrupção e a incapacidade da Justiça de punir os agentes públicos. Para este tipo de compreensão da crise democrática, há a existência de um conjunto de elementos que precisam estar contemplados para que os regimes possam ser classificados como democracias ou não, com status de democratização ou recessão.

Para Fukuyama (2015), há uma incapacidade de institucionalização presente nas democracias contemporâneas – principalmente naquelas da terceira onda – onde a capacidade de Estado não acompanhou as aspirações e demandas populares por *accountability* democrática. Nessas democracias, argumenta o pesquisador, a mudança do autoritarismo para a democracia foi operacionalizada, mas ainda se encontra forte resistência para a passagem de

⁸ Donald Trump tem se destacado no ataque a essas instituições. Em reunião feita em Bruxelas em julho desse ano, o chefe de governo dos Estados Unidos ameaçou retirar seu país da OTAN. Disponível em: <https://wapo.st/2LpTNJA>, em 24-08-2018. Recentemente, iniciou uma guerra comercial com a China, causando uma desestabilidade desta instituição e incertezas no comércio mundial. Disponível em: <https://nyti.ms/2MsWq2n>, em 24-08-2018.

um Estado patrimonialista para um Estado moderno e com uma burocracia impessoal. Estas democracias não chegam a ser, nem liberais, nem regimes fechados, haja vista a presença de certa competição e participação, ficando estacionadas numa “zona cinzenta”, entre um regime liberal puro e um autoritário (COROTHERS, 2002).

Em Fukuyama o declínio da democracia está relacionado ao argumento sócio-histórico do desenvolvimento do Estado e do fato de uma burocracia de tipo weberiano anteceder aspirações e organização da sociedade civil na luta por direitos. Estados com alta capacidade concentraram capitais e coerção (TILLY, 1999) para logo depois vir a afirmar o Estado de direito e uma burocracia moderna. Esta é a tese central de Huntington (1968), na qual procura justificar que, antes que um país se democratize, é preciso que uma ordem e institucionalização da política estejam presentes através de um Estado forte. Caso contrário, o excesso de aspirações e demandas populares somadas a canais institucionais frágeis de resolução formariam um caos e a ruína da jovem democracia estaria sendo anunciada.

Nessa linha, Diamond (2015) argumenta que tem ocorrido um contínuo movimento numa trajetória de recessão democrática. O pesquisador contabiliza pelo menos 25 colapsos democráticos desde 2000. Os casos vão desde golpes militares até degradações da arquitetura democrática, como violações dos direitos civis e políticos. Ele aponta como exemplos, a Rússia de Putin, a Venezuela de Chávez e agora Maduro, a Turquia de Erdogan e as Filipinas de Duterte. Todos governantes que chegaram ao poder por vias democráticas, mas que, uma vez em seus postos de comando, trabalharam e trabalham com grande esforço para concentrar poder pessoal em detrimento da garantia ao Estado de direito, principalmente através de instrumentos como cooptação, desmoralização ou simples sufocamento dos espaços de competição política e eliminação dos mecanismos de *checks and balances*.

É preciso salientar que retrocessos democráticos não vêm acontecendo apenas na Rússia, Turquia ou mesmo Venezuela como argumenta Diamond (2017). Uma agenda de pesquisas mais ampla deve reconhecer que os problemas que a democracia vem apresentando não se restringem apenas a democracias da terceira onda, mas está presente também em nações consideradas exportadoras do modelo liberal de democracia como Estados Unidos e Inglaterra. Recentemente, com os governos da conservadora Theresa May e do republicano Donald Trump, dois dos principais modelos de democracia liberal no mundo hoje passam um recado de claro retrocesso democrático⁹ ao fecharem suas nações diante da necessidade de

⁹ Ao contrário do que previa alguns analistas, a ideia de Donald Trump de construir um muro na fronteira com o México não constituiu apenas em um recurso estilístico em sua plataforma de campanha, sendo que o então presidente tem procurado constantemente apoio para tal iniciativa.

negociação para a resolução de problemas como imigração, epidemias globais e aquecimento global, além dos constrangimentos legais para minorias e estrangeiros que vem ocorrendo em seus países.

Paralelamente à deterioração da arquitetura democrática, alguns estudos e pesquisas têm apontado também uma piora na percepção dos cidadãos comuns em relação ao regime democrático. Tem aumentado a insatisfação com o funcionamento da democracia em muitos países, levando a caracterizações de “democracias insatisfeitas” (PHARR; PUTNAM, 2000); um contínuo declínio da confiança em instituições que formam o cerne do modelo de democracia liberal como partidos políticos e parlamentos tem se aprofundado (NORRIS, 1999; CATTERBERG; MORENO, 2006); e até mesmo um processo inicial de queda na adesão aos valores da democracia entre coortes mais jovens tem aparecido em pesquisas recentes (FOA; MOUNK, 2016, 2017).

Se a preocupação em alguns estudos está relacionada à questão da arquitetura institucional democrática, em outros ela foca na crise dos valores, insatisfações com o funcionamento e desempenho democrático. Estas duas dimensões têm implicações importantes para se entender o modelo de análise que entende a crise da democrática atual como um momento de recessão. A primeira delas é que uma deterioração da arquitetura pode levar a problemas de desempenho. A segunda, que está correlacionada com a primeira anuncia que, com uma crescente onda de insatisfação e queda do apoio de massas, alternativas autoritárias tornam-se mais atraentes para lideranças personalistas ou grupos patrimonialistas. Como a legitimidade numa democracia vem do povo, é imprescindível que este dê o apoio necessário para a estabilidade do regime.

5 – O dilema do paradoxo intrínseco da democracia liberal

Todo regime democrático convive com um misto de inclusão e exclusão. E, como afirma Macpherson, a democracia moderna, ou liberal representativa só se tornou possível e teoricamente defensável na medida em que a fórmula um homem, um voto, não mostrou ser arriscado para os direitos que garantiam a propriedade privada (MACPHERSON, 1978, p. 17). Esse argumento traduz que a aceitação dos ideais do liberalismo e de uma sociedade capitalista foram aos poucos se entrelaçando aos ideais democráticos, como argumenta Markoff (2013), ao pensarem na democracia como método de governo, os democratas do século 18 seguiam algumas ideias do modelo clássico de democracia, mas rejeitavam definitivamente outras.

A democracia liberal moderna, de berço aristocrático, foi uma importante invenção para a manutenção da ordem burguesa que procurava se afirmar entre os séculos XIX e XVIII (LEFORT, 1987). Esse regime de representação surgido da necessidade de domesticar e conter aspirações da plebe ao acesso de direitos encontrou no voto, nos partidos e nos parlamentos, uma transição mais segura para as profundas mudanças provocadas pela ruína da ordem absolutista. Um regime aristocrático que aos poucos vai sucumbindo à ideia de igualdade política da fórmula: um homem um voto.

O dilema do paradoxo intrínseco da democracia liberal está na sua peculiaridade genética de restringir ou mesmo afastar os cidadãos comuns das arenas reais de decisão política. O meio encontrado para essa contenção foi a representação política, restrita a poucos homens da aristocracia, num primeiro momento, depois expandida pouco a pouco conforme a pressão popular aumentava. O que foi o cartismo¹⁰ senão uma busca pela presença institucionalizada das massas operárias no sistema já estabelecido de representação?

Um povo se autogovernando, decidindo sobre seu próprio destino. Esse discurso ganha as principais nações da Europa, mas é nos Estados Unidos da América que ele é naturalizado com maior rapidez e passa a se tornar um modelo. De fato, dado o pragmatismo dos pais fundadores¹¹ desse regime nesse país e a ausência de um passado aristocrático, fez com que houvesse um clima de igualdade entre os cidadãos. Foi o que espantou Tocqueville (1987), a igualdade de condições e a liberdade para a busca do sucesso financeiro e felicidade fez com que seu estudo colocasse esse regime em perspectiva positiva quando comparado ao de seu país.

O debate exposto nas páginas precedentes reflete a naturalização do discurso científico dentro dos marcos de um liberalismo assumido pela Ciência Política norte-americana (BIANCHI, 2011). Ciência Política que, segundo Lowi (1992), é ela própria um produto do Estado norte-americano, ao mesmo tempo em que é geneticamente orientada pelos princípios do liberalismo e assumindo desde cedo um caráter de ciência do Estado, seja pelo foco na elaboração de estudos para políticas de Estado, seja na forma de afirmar a ideologia deste pelo discurso científico.

¹⁰ O Cartismo foi um movimento operário inglês que, dentre outros pontos, reivindicava o sufrágio universal masculino, voto secreto, eleições regulares, participação da classe operária por meio de representantes no parlamento e a respectiva remuneração deles. A remuneração era um ponto importante, pois o parlamento era composto pela aristocracia, que detinha rendas e não precisavam para isso, trabalhar.

¹¹ Apesar da ausência de um passado aristocrático, Bianchi (2011) destaca que James Madison e outros federalistas tinham um grande temor de que uma classe de não proprietários viesse a tomar conta dos rumos da política naquele momento.

Os princípios postos pelo debate presente nesse trabalho revelam uma aquiescência com o modelo liberal de democracia. A natureza da representação para a política contemporânea é abordada superficialmente ou é negligenciada de modo absoluto. Diante das profundas transformações sociais que a revolução tecnológica tem ajudado a fomentar, uma delas diz respeito à descrença generalizada em instituições como partidos políticos e parlamentos. É importante questionar o futuro dessas instituições, principalmente porque as pessoas não mais se sentem por elas representadas. Diante do aprofundamento da complexidade que os problemas sociais apresentam, que cada vez mais necessitam de uma sinergia entre as nações, seria possível pensar numa ordem democrática pós-representativa? É provável que sim, pois a Ciência Política de um modo geral só tem a ganhar com esses rompimentos epistemológicos.

6 – Diagnósticos?

Merriam (1947) destacou que a democracia de sua época era atacada tanto pelas esquerdas quanto pelas direitas. Esta é uma afirmação que poderíamos aplicar de modo satisfatório ao cenário contemporâneo. O quadro de transição e recessão que toma forma exige uma alta capacidade de resiliência da democracia diante das transformações correntes. A revolução tecnológica tem impactado diretamente no modo como as pessoas percebem os resultados democráticos em suas vidas. Norris (1999) destacou o caráter crítico dos cidadãos modernos. Phar e Putnam chamaram a atenção da onda de insatisfação com o funcionamento da democracia moderna. Foa e Mounk disseram que os jovens não mais apoiam a democracia como as gerações que os precederam, havendo uma desconexão para com a democracia.

Fukuyama (2015) trouxe a tese de que a democracia vem falhando justamente em Estados com baixa capacidade para entregar políticas públicas satisfatórias para seus cidadãos. Diamond (2015) apontou para uma deterioração da arquitetura democrática em muitos países, com o esvaziamento da competição política e cooptação da burocracia. Mas, afinal, o que está ocorrendo de fato com as democracias liberais? Para sinalizar a essa resposta é preciso entender quais elementos estiveram presentes nas transições que levaram às ondas de democratização, e como outros fatores estiveram envolvidos nas ondas reversas de fechamento e autoritarismo.

Transições da primeira onda¹² (1820-1926) promoveram fortemente a legitimidade de instituições centrais do modelo liberal de democracia como partidos políticos, parlamentos,

¹² As análises de duração das ondas democráticas são de Huntington (1991). Uma fonte alternativa é Markoff (1996).

institucionalização de certa competição e ampliação do sufrágio masculino. Transições da segunda onda (1945-1962) afirmaram o Estado de direito, burocracia profissional, mecanismos de *accountability* horizontal e vertical, principalmente por meio da normatividade eleitoral com justiças eleitorais para regular a competição política. Transições da terceira onda afirmaram o modelo liberal de democracia, fomentaram mecanismos de *accountability* social e responsabilização dos governantes. Se as democracias estão passando por uma nova fase de transição, quais seriam então as evidências mais claras?

Alguns destes elementos já vêm sendo debatidos há algum tempo, enquanto outros já foram postos em prática:

- ✓ Financiamento democrático: há uma forte crítica em relação ao financiamento privado dos custos democráticos. Esse é um debate forte que vem acontecendo no regime norte-americano, com a presença cada vez mais forte do lobby e a cartelização dos resultados democráticos naquele país. O Brasil, por exemplo, encerrou o financiamento da democracia por parte de pessoas jurídicas¹³, num avanço de reforma do sistema eleitoral em partes como consequências das crises agudas de casos de corrupção crônica envolvendo instituições e agentes públicos.
- ✓ A natureza da representação: essa é um dos temas mais debatidos atualmente pela literatura. Cernes do modelo liberal de democracia, partidos políticos e parlamentos estão cada vez mais desacreditados pela população. O desinteresse em manter o apoio a essas instituições vem do fato das pessoas não mais se sentirem representadas por meio desse ordenamento. A inviabilidade da prática da democracia direta aliada a um aumento expressivo na complexidade social faz da representação um tema prioritário para uma adaptação ou transformação da democracia. A revolução na tecnologia das comunicações sinaliza com um cenário de alento, embora as redes sociais venham sendo destacadas como desestabilizadoras do consenso e da pluralidade democrática. É possível que num futuro não distante os cidadãos sejam chamados “deslizar” pelo “sim” ou pelo “não” quando temas polêmicos estiverem em pauta.
- ✓ Educação democrática: precisamos entender que tipo de educação democrática estamos deixando para as futuras gerações. O apoio de massas ao regime é um fator importante para sua estabilidade. Essa argumentação vem originalmente de Easton (1957) e da tese da revolução silenciosa de Inglehart (1971), que verificou uma

¹³ Permanece ainda a possibilidade de contribuições de pessoas físicas. Para o processo eleitoral de 2018, já foram destinados um total de R\$ 1.716.209.431,00 que será transferido aos diretórios nacionais dos 35 partidos com registro no TSE.

tendência de mudança valorativa nos indivíduos de países da Europa ocidental e América do Norte, que estavam transitando do que chamou de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão. Enquanto valores de sobrevivência preza pela acumulação material, os valores de autoexpressão inclinam os indivíduos a maiores aspirações por liberdades de expressão, de envolvimento e participação em temas como meio ambiente, paz, desigualdade, etc.

Ondas reversas¹⁴ ocorrem justamente por causa de elementos que provocam uma disjunção no funcionamento democrático. Na primeira onda reversa (1922-1945) presenciamos a ascensão de um nacionalismo extremista nas faces do nazismo e do fascismo, causando, inclusive, a ruína daquela que era considerada uma arquitetura democrática bem acabada – a Constituição de Weimar – que deu suporte para o breve funcionamento democrático alemão. Na segunda onda reversa (1960-1975), causada em grande medida pelo estabelecimento de uma ordem mundial bipolar, o fechamento de muitos regimes tanto na América Latina quanto no Leste Europeu se deu sob influência, de um lado pelos Estados Unidos, por ironia supostamente os “guardiões” do modelo liberal de democracia e, de outro, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), um regime fechado, de economia planificada, partido político único, portanto, sem competição, que estendeu seu modelo para os demais países-membros.

No entanto, nessa nova onda reversa que tem sido anunciada, alguns fatores novos têm desestabilizado e levado à democracia liberal numa trajetória de recessão:

- ✓ Terrorismo: depois do 11 de setembro nos Estados Unidos, e de repetidos ataques em países como França, Inglaterra e Alemanha, governos têm revelado falhas constantes no sistema de segurança de suas nações. Cidadãos têm apoiado um recrudescimento por parte do Estado, inclusive abrindo mão de dados particularidades em prol de uma suposta maior segurança.
- ✓ Xenofobia: este é, definitivamente, um problema que tem se tornado crônico. Com um passado de imperialismo e colonização mundo afora, agora a Europa, mais do que em qualquer outro momento, experimenta uma onda maciça de imigrantes, vindos, principalmente da Guerra da Síria e África, para seus países. A sinergia na elaboração de políticas públicas para esse problema e sua interconexão em continente europeu

¹⁴ De acordo com Huntington (1991), no início da primeira onda reversa o mundo contava com 29 democracias, e quando ela terminou esse número caiu para 12. No início da segunda onda reversa o mundo possuía 36 democracias, terminando o ciclo com 30. Os dados entre início e fim de cada onda reversa são do autor.

ainda é lenta e a sua ineficácia é o que tem feito aumentar, consideravelmente, as forças políticas com populismo extremista nessa região.

- ✓ Populismo: é um movimento que tende a se fortalecer quando aumenta a disjunção em um sistema político. E ele está cada vez mais forte na Europa e nos Estados Unidos. Os exemplos de Le Pen e Trump, lideranças políticas com programas de fechamento, eliminação dos direitos das minorias e “proteção” de seus povos contra os estrangeiros podem ser replicados em outras nações democráticas com iguais problemas de desempenho de políticas públicas nessa área.
- ✓ Nacionalismo: para quem apostava na gradual dissolução dos Estados nacionais, hoje o mundo presencia exatamente o oposto. Estados Unidos e Inglaterra lideram a onda de um neonacionalismo com fortes características protecionistas. Enquanto o mundo sofre com crises por toda parte, a estratégia desses países têm sido assegurar seus ganhos para que permaneça certa satisfação e apoio ao regime internamente.
- ✓ Crises migratórias: um drama que tem aumentado sem soluções efetivas. O problema que vem de fora precisa ser saneado na sua raiz. É preciso desenvolver e assegurar estabilidade política nos países que estão constringendo seus povos a irem embora. São Estados com baixa capacidade e com históricos de baixa estabilidade política.
- ✓ Descontrole nuclear: a tensão causada recentemente pela Coreia do Norte com testes de mísseis balísticos colocou o mundo em alerta. Esse é um daqueles problemas que podem – a partir de uma faísca – implodir a já cambaleante ordem liberal atual.
- ✓ Incapacidade e a cartelização de instituições e organismos internacionais como ONU, FMI e OMC provocam uma reação de descrença, por parte das nações no arranjo global. Seria necessária uma maior democratização de tais instituições para reequilibrar o poder entre as nações e fazer com que países menos desenvolvidos sintam que vale a pena contribuir para tal ordem.
- ✓ Desenvolvimento africano: há todo um debate sobre as causas do esquecimento africano para o chamado do desenvolvimento capitalista. Crises migratórias seriam atenuadas caso programas efetivos de desenvolvimento regional fossem implantados nesse continente.

É grande a lista de fatores que têm provocado uma nova onda reversa de democratização. Muitos deles são problemas altamente complexos que necessitam da sinergia de muitos países para sua resolução. A dificuldade de encontrar parcerias entre as nações sugere um futuro em que o declínio democrático pelo mundo se agrave frente a uma nova onda de nacionalismo, fechamento e protecionismo. Não há fim da história, tampouco uma

derrota do inimigo. Hoje os problemas da democracia liberal são cada vez mais de ordem edipiana que, vendo sua própria imagem refletida nos mais diferentes ordenamentos nacionais, é ela própria incapaz de enxergar críticas e pôr em práticas mudanças substantivas.

Conclusão

O contexto da terceira onda e ruína do regime soviético e as interpretações posteriores de pós-nacionalismo e vitória da democracia liberal de mercado sobre outras formas chegaram a um esgotamento. No entanto, o debate entre a visão de transição e a visão de recessão é feito dentro do quadro de naturalização do discurso científico do modelo liberal de democracia defendido pela Ciência Política norte-americana. Ambas as visões jamais questionam a natureza da representação ou sugerem que modelos democráticos diferentes deveriam ser aplicados em nações com uma cultura diferente ou com uma trajetória de desenvolvimento diferente.

Este trabalho procurou chamar a atenção para o fato de que a democracia liberal possui, em sua estrutura genética, traços que afastam os cidadãos comuns das arenas reais de decisão política. Como argumentamos, essa era uma das preocupações dos pais fundadores das democracias liberais modernas, principalmente no modelo norte-americano. A natureza da representação política e o financiamento dos custos democráticos parecem cada vez mais serem os elementos causadores da baixa legitimidade atualmente. A literatura produzida pela Ciência Política tradicional até aqui tem feito apenas construir e reproduzir análises que jamais questionam este problema central da democracia liberal. Enquanto as pessoas comuns estão deixando a cada dia de se sentir representada nas arenas reais de decisão, outra questão surge como um problema importante: o do financiamento da democracia. A cartelização do acesso aos resultados democráticos pelo mercado financeiro multiplica a descrença no funcionamento democrático. Democracia para os ricos e políticas públicas protelatórias para os pobres.

Novas formas de representação deverão surgir, mas instrumentos diretos de participação dos cidadãos devem, igualmente, ser estimulados. Com a profunda transformação social acelerada com a revolução tecnológica, os argumentos de que a participação deve estar restrita ao voto faz cada vez menos sentido. Um futuro conectado, com estímulos para os cidadãos realmente participe de decisões reais que impactarão a sua vida garantirá a volta da crença numa democracia que poderá estar formatada de muitas formas. Em um regime que se julga democrático, a busca pela legitimidade deve ter na criatividade um aliado importante para sua necessária capacidade de regeneração.

Referências

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- BIANCHI, Álvaro. **Political Science contra a democracia**: a formação de uma tradição. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, jun, p. 76-105, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CAROTHERS, Thomas. **The end of the transition paradigm**. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 1, jan., p. 5-21, 2002.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Ed. Edusp, 2012.
- _____. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016.
- DIAMOND, Larry. **O espírito da democracia**: a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo. Curitiba: Ed. Instituto Atuação, 2015.
- _____. **Para entender a democracia**. Curitiba: Ed. Instituto atuação, 2017.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- EASTON, David. **An approach to the analysis of political systems**. *World Politics*. v. 9, n. 3, p. 383-400, apr., 1957.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- _____. **Why democracy is performing so poorly?**. *Journal of Democracy*, v. 26 n.1, jan., p. 11-20, 2015.
- GALLIE, W. B. **Essentially Contested Concepts**. *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. 56 (1955-1956), p. 167-198, 1956.
- GUÉHENNO, Jean-Marie. **O fim da democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1994.
- HERMET, Guy. **A democracia**. Lisboa: Ed. Piaget, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel P.. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- _____. **Democracy's third wave**. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.
- INGLEHART, Ronald. **The silent revolution in Europe**: intergenerational change in post-industrial societies. *American Political Science Review*, vol. 65, n. 4, p. 991-1017, dec., 1971.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- LIPSET, Seymour Martin. **Some social requisites of democracy**: economic development and political legitimacy. *The American Political Review*, vol. 53, n. 1, mar., p. 69-105, 1959.

- LOWI, Theodore J. **The state in political science**: how we become what we study. *The American Political Science Review*, v. 86, n.1, mar, p. 1-7, 1992.
- LUCAS, John Randolph. **Democracia e participação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.
- MARKOFF, John. **Democracia**: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. *Sociologias*, vol. 15, n. 32, p. 18-50, 2013.
- MERRIAM, Charles E. **O que é democracia**. São Paulo: Assunção, 1947.
- MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NODIA, Ghia. **The end of the postnational illusion**. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 2, apr., p. 5-19, 2017.
- SARTORI, Giovanni. **O que é democracia**. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.
- SCHMITTER, Philippe C. **Crisis and transition, but not decline**. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, jan., p. 32-44, 2015.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: UNESP, 2017.
- TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1966.
- _____. **Democracia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.
- TOCQUEVILLE, Alex. **A Democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.



DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO: O DEBATE NORMATIVO E ALGUMAS
QUESTÕES PROBLEMÁTICAS

Osmar Santos Rezende Junior¹

GT 5 – Teoria Política

¹ Mestrando no Programa de Sociologia Política na instituição de ensino Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CAPES.

Resumo:

Partindo dos apontamentos de Hanna Pitkin sobre o conceito de representação, o trabalho se propõe a discutir como o modelo deliberativo habermasiano lida com o tema. Para isso, inicia-se apresentando o próprio conceito segundo as definições de Pitkin. Em seguida apresento o modelo de democracia defendido por Habermas, considerando sua contextualização teórica dentro de uma noção geral de democracia participativa para então destacar seus principais pontos particulares. A partir disso e pensando também em suas pretensões e problemas empíricos, tal como as posições de alguns críticos como Chantal Mouffe, questiono a qualidade da proposta deliberativa no que diz respeito a representação. Ainda nesta parte final propõe-se um balanço do que foi apresentado e a defesa do argumento de que mesmo sofisticado o modelo deliberativo não responde inúmeras questões de fundamental importância.

Palavras-Chave: Representação; Habermas; Participação; Democracia.

Evolução do Conceito de Representação Política na Pesquisa de Hanna Pitkin

Pitkin argumenta em *The Concept of Representation* (1967) que foram os romanos que cunharam pela primeira vez o termo latino *repraesentare* do qual se origina² o substantivo representação e o verbo representar com o qual estamos hoje familiarizados, porém com um sentido relativamente diferente: o de tornar presente algo previamente ausente; ou para se referir a incorporação (ou encarnação) de uma abstração em um objeto (PITKIN, 1967:3).

Com o passar do tempo a noção de representar foi sendo associada com pessoas agindo em nome de outras até um ponto muito recentemente em que começou a ser associado com política e democracia. Pitkin sustenta que apesar da palavra representação se tornar uma constante no pensamento político após Thomas Hobbes, este fora na verdade o único dos clássicos modernos a se preocupar seriamente com o significado deste conceito para a política. Isto porque mesmo John Stuart Mill que dedicara um livro todo ao “governo representativo” não demonstrou com clareza o que representação significaria (PITKIN, 1967:4).

A partir desse estudo etimológico a autora busca refazer os caminhos semânticos do conceito de representação a fim de desenvolver um sentido próprio que ela considere normativamente satisfatório e apropriado para a política democrática.

² Tanto em português quanto em inglês, língua do texto original de Pitkin, por isso não há perda em dizer que o termo latino também é a origem do termo “representação”.

Já nos primeiros dois capítulos deste trabalho Pitkin se debruça sobre a obra de Thomas Hobbes e os demais autores da vertente que ela chamou de “visão formalista”. Ela interpreta que Hobbes fundamentalmente distingue o autor de uma ação de seu ator, sendo o primeiro a origem da ação e sua finalidade e o segundo apenas quem a desempenha.

Parte significativa do que compreendemos por autoridade parte daí, portanto, pois embora originalmente se espere que o autor de uma ação aja em seu próprio nome, este não o podendo, devendo ou querendo fazê-lo, pode transferir seu direito de agir para uma outra pessoa. Diz Pitkin que para Hobbes a articulação desta observação com a esfera política é apresentada de modo a legitimar toda e qualquer ação do soberano a ser executada pelos súditos. Justamente por isso ela defende que esta seja uma concepção essencialmente formalista, pois uma vez respeitados os critérios que precedem a representação, isto é, o procedimento que escolhe a pessoa autorizada para governar, todo poder é dado a este que foi autorizado a agir em nome de todos. Logo, temos que esta forma de representação é definida então pela autoridade|autorização, que para Hobbes é a melhor forma de fortalecimento de um corpo político|social possível.

Na outra ponta da visão formalista a autora investiga a noção de *accountability*, na qual diferentemente de Hobbes a preocupação não estaria mais no estágio inicial do processo de representação, mas sim no final, também deixando a desejar alguma cobrança substantiva quanto ao comportamento do representante durante o exercício de seu mandato. *Accountability* por sua vez significa prestação de contas, no sentido de responsabilizar o governante através da transparência em relação a suas ações ao longo de seu tempo como representante. Ela diz:

“One might say that the accountability view is a practical or empirical hypothesis disguised as conceptual view. Accountability theorists mean to say that a man who will be held to account for what he does, and knows that he will, is most likely to act responsibly and respond the desires of those to whom he must account. And that may well be true, assuming that he wants to please them (to be reelected). But if representation is defined as action for which one will be held to account, and the represented as the one to whom the accounting must be given, nothing follows about any kind of duty, obligation, or role for the representative. On the basis of such a definition, a representative who acted in a completely selfish and irresponsible manner could not be criticized as long as he let himself be removed from office at the end of his term.”
(PITKIN, 1967:58)

Pitkin deixa claro que considera a introdução da responsabilização um tema importante, mas que ainda não está satisfeita com essa resolução.

Mais à frente um outro tipo de representação é apresentado: a representação descritiva. Nesta versão a preocupação passa a ser substantiva de alguma maneira, e se define pela tentativa de construir uma cópia fidedigna do corpo social no corpo legislativo. Tal cópia seria feita com base no respeito as proporções de cada “tipo” social a ser representado presente nas localidades, a partir de critérios como etnia e gênero por exemplo, a fim de garantir que as opiniões de cada um desses tipos esteja presente para deliberar sobre o todo, tendo sua chance proporcional de interferir efetivamente no produto legislativo. O principal exemplo desta vertente é John Stuart Mill, que apesar de manter o entendimento de que a maioria continua sendo o critério instrumental decisório, faz clara distinção quanto ao critério de representação. Isto é, ainda que a decisão acatada deva ser tomada com base na preferência da maioria, a representação deve ser proporcional para que cada opinião e interesse tenha chances justas de disputar ou participar da construção legislativa (Pitkin, 1967:64).

A penúltima forma de representação é chamada de representação simbólica. Esta se baseia na ideia de que o governante também é visto como um substituto para o representado, porém desta vez com critérios simbólicos ao invés de critérios descritivos. Isto porque neste caso não importa se o representante for exatamente da mesma classe ou etnia que aquele a quem ele representa, desde que seja considerado pelos representados como um símbolo de algo concreto ou abstrato com o que eles simpatizem, como a nobreza, a justiça ou a nação.

Na visão da autora muito se discutiu sobre o que pode ou não fazer um representante autorizado, quem ele deve ser – descritivamente falando - e como ele pode ser responsabilizado por isso, porém praticamente nada sobre o que ele deveria fazer enquanto exerce seu mandato. Segundo ela, imagina-se que algo que poderia ter um teor positivo da perspectiva individual de um representado, caso ele mesmo exercesse a ação, talvez não pareça tão positivo se executado por um representante. Pode ocorrer que as ações do representante em uma determinada circunstância exijam dele mais prudência e cautela, enquanto que em outras ele goze de uma liberdade maior que a do próprio representado.

Tendo isso em mente, ela conclui que a atividade de representação política depende muito e inevitavelmente da deliberação do representante, que inevitavelmente remete as suas “virtudes” e “capacidades”. Espera-se racionalidade e preparo, representar implica, portanto, uma certa autonomia. Para este tipo de representação ela deu o nome de *acting for*.

Se um representante nunca tem ações congruentes com a vontade dos representados, algo deve estar errado, ao mesmo passo que se este apenas decide conforme ordenam os

representados, também. Isto acontece porque Pitkin concorda com Burke e outros que o povo pode não saber qual o melhor rumo para si próprio o tempo todo, seja por falta de capacidade, informação, interesse ou pela dificuldade de sujeitos individuais pensarem como um único corpo coletivo na deliberação acerca do “bem geral” por exemplo. Nesse ponto, mesmo que seja um fenômeno raro os interesses individuais dos representados irem contra o interesse geral da nação, segundo Pitkin (1967:112-147; 209-241), cada vez que o representante entende que tal coisa aconteceu e decide na direção contrária do anseio popular, este deve prestar contas e oferecer justificativas razoáveis.

Esta forma de compreender a representação demanda que alguma forma de *accountability* seja constante, para que a informação chegue ao representado e este possa saber sobre o que se está decidindo e então formar opiniões, também exige que se garantam meios para que as opiniões dos representados cheguem aos representantes e os influenciem de alguma forma, e ainda sugere que deve ser possível, considerando suas críticas quanto a visão de *accountability* padrão, punir o representante ainda durante o mandato caso desvios em relação aos anseios populares não sejam acompanhados de justificativas extremamente plausíveis.

A Democracia Deliberativa de Habermas

1. Apresentação

Em primeiro lugar penso que é preciso considerarmos que a democracia deliberativa faz parte de uma concepção geral de democracia conhecida como participativa³ ou radical⁴, que por sua vez vem ganhando espaço nas últimas décadas. Apesar da democracia participativa possuir vertentes particulares, estas também possuem semelhanças quanto a um certo diagnóstico⁵: o entendimento de que a democracia compreendida nos termos de Schumpeter⁶ e Anthony Downs⁷ - presumida simplesmente como sufrágio universal, partidos competindo pelo voto e mandatos periódicos - não serve para quem pretende discutir modelos normativos de democracia a sério. Podemos resumir o objetivo dessas correntes em ampliar a participação popular para além do momento do voto, tanto a nível institucional quanto informal, deslocando assim o núcleo central da democracia para fora do processo eleitoral, o que as coloca em conflito com a versão até então canônica de democracia representativa.

³ PATEMAN, 1992.

⁴ LACLAU & MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2000; 2006; HABERMAS, 1997a.

⁵ E consequentemente, também algo do horizonte normativo.

⁶ SCHUMPETER, 1942.

⁷ DOWNS, 1957.

Tais teorias partem de um questionamento sobre o papel da soberania popular e a questão da cidadania em uma democracia cujo núcleo duro é o processo eleitoral, visto como reducionista do valor das demais expressões políticas possíveis, tal como também um processo competitivo e individualista em um sentido “antirrepublicano”⁸.

No caso de Pateman (1992) por exemplo, o aumento da participação popular tem em vista principalmente a ideia de que somente no interior dos processos políticos é possível o aprendizado do que levaria os participantes a uma elevação de sua consciência individual e coletiva, ampliando e elevando o nível de cidadania dos mesmos. Apesar de uma ênfase maior na competição, dado que para estes uma maior participação popular nada tem a ver com retirar o caráter competitivo da política, Laclau e Mouffe (2015⁹) também apostam um tanto nessa dimensão pedagógica, ainda que em outros termos - que não nos interessam aqui.

Por sua vez, na versão deliberativa, o argumento principal:

“[...] advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem-comum, conferem um reordenamento na lógica de poder tradicional. De acordo com Bohman (2000: 57), “a razão pública é exercida não pelo Estado, mas na esfera pública de cidadãos livres e iguais”. ” (LÜCHMANN, 2007).

Partindo deste tipo de argumento que se imagina a utilização da famosa situação ideal de fala como regulador do procedimento deliberativo adotado na participação cidadã: todo participante pode poder falar o que pensa sem ser coagido por outro participante; qualquer assunto pode ser colocado em discussão por qualquer um; as regras do procedimento também podem ser discutidas excetuando-se este núcleo que é garantidor de que a discussão democrática seja ela própria viabilizada.

2. O Ponto de Habermas

A principal defesa de Habermas de seu modelo de democracia se dá no capítulo sete de *Direito e Democracia* (1992), no qual anuncia que se concentrou muito na análise e legitimação do direito no âmbito da política legislativa, mas que seu projeto pretende olhar a questão através dos processos políticos, por negociações e argumentações.

⁸ Isto é, o favorecimento provocado pelo sistema político a busca de interesses privados em contradição a concepções de bem comum, portanto inapropriado para o melhor desenvolvimento da polis. HABERMAS, 1997a; LÜCHMANN, 2007; etc.

⁹ Texto original data de 1985, 2015 é a versão traduzida para o português consultada aqui.

Para tal, ele inicia o projeto tocando na tensão entre a facticidade¹⁰ dos processos sociais, e a validade¹¹ normativa do Estado de Direito. Ele escolhe esse caminho porque sua intenção se resume em validar aspectos normativos na prática política, e vice-versa. Ou seja, estabelecer uma conexão entre a esfera do poder político, o poder comunicativo – intersubjetivo - e a administração social.

Além disso, Habermas se contrapõe as concepções positivistas sobre a legitimidade do poder que parte do pressuposto de que a validade das normas é fruto exclusivamente dos processos legítimos que instituíram uma decisão. Habermas problematiza um pouco a defesa dessa concepção porque interpreta isso como a mera ocorrência de um elemento cultural hegemônico que se impôs faticamente (HABERMAS, 1997b:14). Isto porque embora se possa argumentar da perspectiva do observador que a legitimidade de uma norma em um sentido positivista é semelhante à de qualquer outra, Habermas pensa que da perspectiva dos participantes isso não faz sentido, dado que para aqueles a quem a norma se aplica a legitimidade moral ou supra positiva da mesma é extremamente relevante (HABERMAS, 1997b:14).

Porém, os empiristas como Becker (1982) argumentam que tentativas racionalistas de trabalhar nessa mesma base dos participantes, isto é, mobilizar adesão segundo dever moral e referências supra positivas racionalizáveis, não deve ser feito porque impediria a conscientização do fator da contingência no cenário provocando a cristalização e naturalização de valores arbitrários, e de que em última instância esses valores seriam sempre artificiais, o mesmo temor de Mouffe¹² e de um de seus leitores, Luis Felipe Miguel (2014; 2016) - para quem este perigo se torna ainda mais sério. Entretanto, diz Habermas:

“[...] essa consciência da contingência leva os participantes do processo democrático a se sentirem insatisfeitos com a explicação objetiva oferecida. Eles necessitam de pelo menos uma explicação racional que os faça entender por que as normas impostas através da maioria devem ser aceitas como válidas pela minoria vencida.” (HABERMAS, 1997b:14).

Ou seja, Habermas sugere que abandonar a justificação moral ou objetiva como pretensão de legitimidade em nome do positivismo não tem sentido dado que é sob essas bases que única e exclusivamente ocorre a adesão dos participantes a uma norma ou instituição. Se o

¹⁰ Referente ao caráter de ser um fato, diz respeito ao caráter empírico, a implicação objetiva da norma ou instituição, ou ainda em geral a realidade social de dada sociedade.

¹¹ A segunda parte do fundamento de legitimidade para Habermas (1997), ao lado da facticidade.

¹² 1999; 2000; 2006; 2015.

teor fundacional intelectual da justificação se aproxima ou não de um sentido de verdadeiro epistêmico é uma outra discussão¹³, mas Habermas pode ter razão em dizer que para os participantes essa adesão nunca deixa de passar por sua credibilidade racional segundo suas próprias perspectivas. É um pré-requisito para o participante a norma fazer algum sentido para ser legítima, isto é, dado que a racionalidade comunicativa se consiste em uma local e contingente até certo ponto, não ignora a cultura e as crenças daqueles que participam do processo de discussão, e para eles a norma só pode ser aquela que faz sentido racional, segundo o que eles próprios concebem como racional evidentemente¹⁴.

A fim de ir além do modelo agregativo econômico e diminuir a distância entre a instância política decisória (administração pública, Estado) e a vontade popular (esfera pública, opinião pública, preferências oriundas do mundo da vida) - dado que mesmo Mouffe (2000), uma crítica feroz de Habermas, admite que a soberania popular é a preocupação principal de Habermas -, temos que curiosamente ele chama atenção para o fato de que a política deve ser pensada também pela ótica dos cidadãos, não só do observador arquiteto. Neste caso a fundamentação tem local de destaque na questão da adesão política do povo, embora não tenhamos garantias da qualidade epistêmica de seu convencimento¹⁵, é claro.

Um outro ponto clássico dos empiristas que Habermas considera na formulação de seu modelo, usando Becker (1982) como exemplo, é a defesa de que a democracia não se trata de:

“ [...] conseguir a ‘verdade objetiva’ dos objetivos políticos. O que importa é, antes de tudo, produzir condições para a aceitação democrática dos objetivos perseguidos pelos partidos políticos. Nesta medida, Becker tem que explicar por que os cidadãos em geral, e não apenas as elites, aceitam uma propaganda pseudo-argumentativa, mesmo após ter tomado consciência de seu sentido emotivo! ” (HABERMAS, 1997b:17)

¹³ A qual não me deterei aqui, já que tomaria umas boas páginas para desconstruir mal-entendidos com respeito ao que Habermas entende por racionalidade comunicativa, justificação e moralidade. Além do fato de que em sua própria obra, como pode ser visto sem sombra de dúvida em “*Verdade e Justificação*” (2004), a posição de Habermas no tema cada vez mais o aproxima de uma versão quase puramente pragmática desses conceitos. Neste momento basta saber que a racionalidade comunicativa é essencialmente formalista, isto é, não pressupõe a posse de um saber específico por parte dos proponentes, mas sim um procedimento que melhor viabilize o uso racional dos saberes que estes dispõem. Deixando a extravagância de lado é basicamente uma tentativa de buscar retirar o melhor resultado possível a partir da consideração da maior parte de pessoas envolvidas em uma tomada de decisão e seus efeitos.

¹⁴ Dado que a racionalidade comunicativa é quase estritamente procedimental, distinta da racionalidade estratégica ou instrumental por discutir também as finalidades das ações individuais ou coletivas, não apenas os meios, e que além disso não tem como principal característica a eficiência como típico da esfera administrativa do poder ou do sistema econômico, mas o respeito a lógica intersubjetiva das interações mediadas por linguagem. Pautada na participação livre, na criticidade e reflexividade, e, portanto, promoveria (supostamente, é claro) a construção coletiva de sentido ou ação que é racional porque se enquadra nesse procedimento, não porque tem ou entrega um conteúdo substantivo específico (HABERMAS, 2012b.)

¹⁵ Isto é, ele pretende que exista o mais amplo, informado e racional debate público possível, mas sem assumir que qualquer procedimento seja capaz de garantir um perfeito resultado empírico, mas esperando que este ideal seja um bom horizonte normativo.

Isto significa questionar o argumento descritivo empirista no sentido de dizer que se o partido contar para os eleitores que a política não está buscando o bem e a moralidade para os cidadãos, mas sim seus próprios interesses com valores arbitrários, por que é que algum participante iria aderir voluntariamente a defesa de alguma dessas perspectivas? Se um partido fizer uma propaganda absolutamente desconexa com suas políticas públicas quando governo, será mesmo que os cidadãos manterão apoio? Para Habermas não. A única forma de alguém aceitar que a política não busca a verdade, a moral e a fundamentação supra positiva das normas é ser fria e puramente racional, como o arquiteto observador em suas discussões acadêmicas, pois na prática o único grupo que iria aderir a defesa de que o objetivo é convencer sem nenhum fundamento é a elite cética que discursa.

“Podemos sintetizar o resultado de nossa análise, afirmando que os cidadãos racionais não teriam razões suficientes para manter as regras do jogo democrático, caso se limitassem a uma autodescrição empirista de suas práticas.

E, uma vez que o problema da relação entre norma e realidade não pode ser evitado pelo caminho das definições empiristas, temos que retornar aos modelos de democracia já introduzidos, os quais possuem um conteúdo normativo, para averiguar se as suas concepções implícitas de sociedade oferecem âncoras para uma ciência social.” (HABERMAS, 1997b:18)

Para o liberalismo o processo democrático se constitui unicamente de compromissos de interesses, tendo as regras dessa formação de compromissos como garantidoras da equidade dos resultados, passando pelo direito igual e geral ao voto e etc. Essas regras por sua vez estão baseadas nos direitos fundamentais liberais. Já no caso dos republicanos¹⁶, a democracia se consiste em um auto entendimento ético-político no qual o conteúdo da deliberação deve ter o respaldo de um consenso entre os sujeitos privados, e ser exercitado pelas vias culturais; essa pré compreensão socialmente integradora pode renovar-se através da recordação ritualizada do ato de fundação da república (HABERMAS, 1997b:19)

Habermas por sua vez estabelece que sua teoria do discurso tenta combinar os elementos dos dois lados, procedimentalmente, para criar deliberação e tomada de decisão. Nesse sentido, essa versão de democracia tem em mente tanto as considerações pragmáticas quanto os compromissos, os discursos de justiça e auto entendimento, sugerindo que é possível chegar a resultados racionais equitativos.

¹⁶ É possível argumentar que Habermas reduziu os republicanos aos comunitaristas, porém tal discussão não tem serventia no momento.

Na visão republicana a formação política da opinião e da vontade das pessoas privadas forma o meio através do qual a sociedade se constitui como um todo estruturado politicamente, pois é vista em si mesma como uma sociedade fundamentalmente política. Isto porque sujeitos privados interagindo politicamente compõe uma comunidade que se conscientiza de sua existência, e produz efeitos sobre si através da vontade coletiva desses sujeitos privados (HABERMAS, 1997b:19-20).

Logo, na concepção republicana há essa visão de democracia como uma espécie de auto-organização em oposição a um aparelho externo concebido pelos liberais como Estado. Habermas menciona que tal argumentação pode ser encontrada em Arendt com a defesa de que a esfera pública seja revitalizada contra o privatismo de uma população despolitizada, e nesse sentido estimular ao povo a retomada do poder burocrático tomado pelo Estado. Longe de criar um aparelho para governar a vida política, ela pretenderia segundo ele restabelecer entre os sujeitos as qualidades necessárias para que eles próprios governassem suas próprias comunidades.

Já para os liberais não haveria possibilidade de auto-organização social, havendo necessidade da criação de um aparelho específico para governar a vida política, o Estado. Tal separação seria superada, por assim dizer, pelo processo democrático, dando poder ao povo de alguma forma.

Nesse contexto a proposta de Habermas viria com a intenção de unificar de certo modo ambas as correntes, isto é, tanto de aumentar a capacidade de autogestão política dos cidadãos ativos politicamente quanto encontrar motivos sólidos para instituição do Estado de Direito. Sua teoria do discurso atribui ao processo democrático maiores conotações normativas do que o modelo liberal, porém mais fracas do que as do modelo republicano, segundo ele. Dirá Habermas nesse sentido: “Na linha do republicanismo, ela coloca no centro o processo político da formação da opinião e da vontade, sem, porém, entender a constituição do Estado de direito como algo secundário” (HABERMAS, 1997b:21).

Isto porque a proposta deliberativa tenta criar construção coletiva de opinião e vontade sem depender de voluntarismo ou de uma cidadania espontaneamente coletivista, mas da institucionalização de certos procedimentos. Fala-se em termos de procedimentalização da soberania popular combinada com uma ligação do sistema político com as redes periféricas da esfera pública política, e, portanto, nesse sentido se apoia na força da lei liberal visando o

favorecimento a descentralização do poder do Estado e a auto-organização coletiva (HABERMAS, 1997:21).

Essas comunicações regidas por procedimentos podem assegurar a formação de uma vontade mais ou menos racional da opinião e da vontade sobre temas importantes para a sociedade. A criação de um fluxo entre essa formação de vontade pública e decisões institucionalizadas gera uma maior correspondência entre uma e outra, podendo os frutos da deliberação chegarem as instâncias decisórias. Então, percebamos que a preocupação principal do modelo deliberativo habermasiano não reside no valor epistêmico dos outputs como argumentam alguns opositores como Mouffe (2000), nem na hipótese da mudança de opinião do sujeito supostamente desinteressado e racional aberto ao melhor argumento, mas na construção coletiva de sentido face a face através da disputa argumentativa e do aumento massivo de troca e produção de informações, além da pretensão de fornecer mecanismos institucionais que possibilitem a comunicação direta das preferências dos grupos interessados ao poder público e assim promover impulsos para o aumento de responsividade entre a vontade popular e as decisões políticas.

O liberalismo antes de Habermas teria falhado nesse ponto segundo seu argumento porque separava o Estado da sociedade sem qualquer pretensão de aproximar suas decisões da vontade popular mais do que o mínimo necessário para reeleição de candidatos. Nesse sentido o voto em sentido mercadológico serviria mais para legitimar esta administração alheia à sociedade civil – com sua própria dinâmica e interesses - que para de fato responder aos anseios dela. Enquanto que o republicanismo antes dele, segundo argumenta, já tinha uma preocupação muito mais forte com a formação da vontade popular estabelecida democraticamente, entendida como ato fundador da república e garantidor da manutenção da comunidade como organismo vivo. Para exercer um mandato livremente um governo precisa além de tudo vincular-se programaticamente à realização de determinadas políticas, sendo interpretado neste contexto muito mais como uma comissão de uma comunidade política maior do que a completa e única estrutura política existente (HABERMAS, 1997b:22-23). Aqui fica claro que ele valoriza mais a soberania popular que os princípios liberais. Entretanto:

“A opinião pública, transformada em poder comunicativo segundo processos democráticos, não pode “dominar” por si mesma o uso do poder administrativo; mas pode, de certa forma, direcioná-lo.” (HABERMAS, 1997b:23)

Isto porque apesar de sua preocupação com o aumento da responsividade entre a decisão da esfera administrativa do Estado e dos cidadãos de certa comunidade, Habermas não cede

ingenuamente a crença – a qual ele acusou os republicanos de terem até então - de supor que os procedimentos deliberativos entre “populares” seriam ferramentas suficientes para garantir decisões plausíveis de uma ótica pragmática. Ele concorda com os liberais de que existem certos pontos que apenas uma administração específica especializada tem condições de avaliar. Mais sobre isso pode ser observado no trecho:

“O poder constituinte [republicano] baseia-se na prática de autodeterminação das pessoas privadas, não na de seus representantes. O liberalismo contrapõe a isso uma ideia mais realista, segundo a qual, no Estado democrático de direito, o poder do Estado, que emana do povo, é exercitado “em eleições e convenções e através de órgãos especiais da legislação, do poder executivo e do judiciário” (conforme podemos ler, por exemplo, na Lei Fundamental alemã; art. 20, sec. 2).” (HABERMAS, 19997b:23-24).

O poder a ser gerado pelo procedimento deliberativo busca resultar da interação entre a formação da vontade popular institucionalizada e esferas públicas mobilizadas culturalmente, sob as bases de possíveis atos de associativismo civil distantes tanto do Estado quanto da economia em tese. Logo, além de tentar aproximar uma vontade coletiva - não ignorante nem colonizada¹⁷ - construída pelo debate público mais informatizado possível da decisão do poder político, também se tem a pretensão de viabilizar ou estimular associações civis que não dependam o tempo todo do Estado e dos partidos como únicas vias de ação política. Essa versão procedimentalista de soberania do povo protege a administração pública de ficar na mão da vontade popular ao mesmo tempo que estimula que o máximo possível dessa vontade chegue no ordenamento jurídico e nos outputs do Executivo e Legislativo, além de favorecer empreendimentos desvinculados da necessidade de tutela específica dos órgãos do Estado, que deixa de ser visto como único meio possível de ação social ou ação política legítima.

Outra vantagem dessas comunicações políticas nos ambientes deliberativos é que as fontes argumentativas dos participantes muitas vezes provêm do *mundo da vida*¹⁸, e sendo assim, dificilmente são plenamente guiadas pelo poder político vigente, pela burocracia estatal ou pelas intenções econômicas. Um tanto diferente do voto, que muitos participantes só têm acesso a informação fornecida pelos próprios integrantes do Estado ou de seus concorrentes (HABERMAS, 1997b:25)¹⁹.

Mais à frente no texto, Habermas enfatiza sua discordância com a ideia de o procedimento deliberativo ser tomado como uma solução final adequada para toda e qualquer

¹⁷ No sentido de colonização que Habermas fala dos sistemas em relação ao mundo da vida, isto é, do predomínio das lógicas internas do sistema econômico, por exemplo, em outras esferas da vida.

¹⁸ Espaço do agir, da vida cotidiana, sujeito mais diretamente as situações e interações intersubjetivas que as lógicas sistêmicas.

¹⁹ Ponto que Manin diria ser no mínimo discutível, nas democracias de público (MANIN, 1995; 2013).

finalidade, dispensando ou condenando o modelo representativo liberal convencional. Ele faz isso criticando Cohen (1989) e dizendo que

“De minha parte, pretendo interpretar o procedimento que legitima as decisões corretamente tomadas como estrutura central de um sistema político diferenciado e configurado como Estado de direito, porém, não como modelo para todas as instituições sociais (nem mesmo para todas as instituições do Estado)” (HABERMAS, 1997b:28)

A Representação Nesse Contexto

Como pudemos constatar, Habermas não deseja romper com a democracia representativa liberal, apenas incrementá-la. Lüchmann (2007) também defende esse ponto, isto é, que mais foco na participação popular não implica um rompimento com o modelo representativo. Entretanto, é evidente que esse incremento altera significativamente a forma como a representação democrática deve ser interpretada.

Ao se criar espaços para participação popular direta a dificuldade que Pitkin revela ter com as noções de autorização, *accountability*, descrição representativa e representação simbólica se torna um tanto quanto menor em um primeiro momento. Como Pitkin constata, participação e representação tem sentidos diferentes, isto porque enquanto a primeira se refere a autoapresentação, a segunda se refere a fazer presente algo que não está. Entretanto, Lüchmann (2007) discute muito bem isso pensando que mesmo com a ampliação da participação, nos próprios espaços deliberativos (ou simplesmente participativos) a representação continua sendo uma questão, dada a realidade prática das tomadas de decisões e o fato trabalhado por Manin (1995; 2013) do aumento demográfico massivo dos últimos tempos. Tendo isso em mente observamos que a aparente solução oferecida na verdade não soluciona tanto assim porque esbarra no mesmo problema que a implementação de uma democracia direta por completo esbarraria: a impossibilidade de incorporar todo o contingente de pessoas afetadas pelas decisões. Nesse sentido Habermas acaba não apresentando nenhuma consideração sobre as preocupações oriundas da representação descritiva, por exemplo, que poderia contribuir para construção de algum tipo de filtro quanto a que pessoas incluir no ambiente deliberativo ou algo semelhante. Temos a proposição de um incremento participativo,

mas sem apontamentos sobre processos seletivos de participação, a menos que se abandone a ideia de uma comunicação face a face como ele prefere²⁰²¹.

Como na formulação de Pitkin e seu modelo de representação como *acting for*, para longe do argumento de autorização de Hobbes - precursor do liberalismo – que dá completa autonomia do representante ou da mera *accountability* padrão que coloca toda a avaliação da atividade representativa no final do mandato, Habermas caminha na mesma direção ao deixar evidente que a tomada de decisão política depende de certa qualidade racional e deliberativa de quem quer que decida o rumo de ações do governo sem perder de vista uma constante responsividade aos anseios sociais de pessoas. Também há concordância com Pitkin no pensamento de que as contas devem ser prestadas ao público mesmo durante o mandato de um representante, o que asseguraria melhor a responsividade por facilitar a cobrança, porém acrescenta que deve haver um mecanismo específico que possibilite a criação de opinião pública e a comunicação direta com a esfera administrativa do poder político e vice-versa (HABERMAS, 1997b). Por outro lado, ele não demonstra com nenhum material empírico que existe a necessidade da participação ocorrer nos moldes de encontros face a face e que as informações que circulariam nesses ambientes sejam de fato mobilizadas de forma distinta das que circulam sem o contato presencial. Também não fornece evidência de que em um cenário deliberativo qualquer as influências diretas da lógica do Estado ou da economia deixariam de existir para que as pessoas construam coletivamente seus outputs sem interesses prévios²² ao debate político, além de não explicar porque as pessoas começariam a participar tão ativamente da política entre outras questões basilares de seu próprio argumento.

Sobre essa preocupação da lógica do Estado intervir na deliberação também podemos questionar outro ponto, agora não da ótica dos participantes, mas da ótica do próprio formato

²⁰ Isto porque apesar do desenvolvimento dos meios de comunicação estimularem a criação de uma esfera pública enquanto espaço de discussão e trocas de argumentação, por serem empresas e estarem vinculadas ao sistema econômico a “pureza” das transmissões de informação estaria eventualmente posta em cheque, porque divulgaria e popularizaria informações não necessariamente vinculadas as formas de vida espontâneas e intersubjetivamente construída no cotidiano das pessoas em favor de um interesse prévio proveniente da particularidade de dada empresa na lógica econômica em geral por exemplo (HABERMAS, 2012b).

²¹ Isto para não adentrar uma outra discussão ainda mais complexa sobre o caráter representativo da participação, uma vez que existem diferenças entre o perfil médio dos cidadãos e o perfil dos que participam mais ativamente da política para além do voto, o que acaba complicando ainda mais a falta de critérios seletivos para inclusão de participantes. Caso isso deixe de ser uma preocupação só podemos assumir que aqueles não mobilizados devem ter menos representação política, e consequentemente, que a vontade mais relevante é simplesmente aquela mais ativa, forte e organizada. O que significa o governo das minorias sobre as maiorias, algo não muito distante ou ainda mais obscuro que a democracia representativa mais geral.

²² Quanto a isso já sabemos bem atualmente que de fato isto não ocorre. Pessoalmente tenho minhas dúvidas se porque não haveria nenhuma esfera da vida humana não “colonizada” por um sistema ou se até existe uma, mas não se pode mobilizá-la politicamente sem ativar automaticamente nela certas estruturas já adequadas ao sistema de poder enquanto esfera administrativa do Estado e tudo que daí se origina.

de institucionalização do procedimento deliberativo. Por exemplo, Lüchmann (2007) aponta que o formato de inclusão participativa pode ter uma influência decisiva em sua qualidade referente a soberania popular, isto é, a autonomia de discussão e agenda por parte dos participantes. A autora apresenta pesquisas desenvolvidas, tanto por ela quanto outros pesquisadores, que vem apontando na direção de que ambientes institucionalizados - como os conselhos gestores - tendem a ter mais autonomia e controle com relação as principais diretrizes e ações governamentais se comparados com ambientes postos em estatuto de políticas públicas, como o caso dos orçamentos participativos, que conforme diz, se mostram muito mais sujeitos a projetos político partidários (LÜCHMANN, 2007). Esse ponto também pode ser levantado no trabalho de Pogrebinshi e Ventura (2017), uma vez que apesar dos autores constatarem que as Conferências Nacionais de Políticas Públicas²³ tem impacto relevante na política legislativa do país, constatando maior responsividade deste, é necessário considerarmos ainda que o chefe do poder executivo que convoca uma conferência, e que os ministérios ocupados por pessoas por ele indicadas que dão sequência na organização, e portanto o aumento de responsividade pode ser ilusório porque a agenda dos debates é controlada por um membro do Estado, por sua vez vinculado a lógica administrativa do poder público, a grandes interesses econômicos, a dinâmica de competição partidária e etc. O que equivale a dizer que a aparente inclusão dos discursos da sociedade civil nas políticas de governo podem ser vistas da ótica do controle de agenda e pauta do governo sobre as conferências, e que neste caso este só convocaria o que já está de alguma forma alinhado com seus projetos a fim de apenas fortalecer sua legitimação, e não incluir alguma inovação de fato.

Mesmo assim ainda poderíamos dizer que uma democracia mais participativa é como para Manin (2013) e Urbinati (2007) uma boa notícia. Isto porque a última metamorfose do governo representativo (MANIN, 1995; 2013) não implica a falência da democracia representativa, mas a transformação dela em algo mais sujeito a participação popular e mais aberta a outras vias de práticas políticas institucionalizadas e não institucionalizadas, sem perder de vista, como para Habermas, que novos formatos e mecanismos devem ser acrescentados ao jogo sem descartar as bases da soberania popular e do Estado de Direito. Até porque, como demonstra Manin (2013), ainda não se fazem democracias sem partidos e eleições, então até o momento o que vemos é mais uma adaptação em torno do núcleo duro do regime democrático representativo, não sua substituição.

²³ Estas são espaços institucionais de participação sobre grandes áreas de políticas públicas. Elas são convocadas por decreto presidencial, já com a temática, e então são entregues aos respectivos ministérios para as demais fases de organização.

Outro ponto também que pode ser encontrado em Manin (2007) e Urbinati (2007) é uma crítica a um suposto caráter cognitivista da participação e deliberação em Habermas. Isto porque, como argumenta Urbinati (2006; 2007), encarar a ação participativa como “desinteressada”²⁴, aberta a mudança de opinião e etc., até pode fazer sentido pensando na participação da sociedade civil numa decisão política, porém quando Habermas (2012a; 2012b) supostamente²⁵ estende a preferência desse comportamento “comunicativo” para todas as pessoas, se incluirmos os representantes há um problema. Para a autora, os partidos e seus membros enquanto representantes não podem simplesmente deliberar sem preferências anteriores²⁶ quanto ao rumo de suas decisões, pois isto significaria simplesmente o fim da representação, e um descolamento ainda maior que o normal entre as ações dos representantes e dos representados.

Embora Urbinati tenha alguns momentos de proximidade com a teoria deliberativa, como demonstra Miguel (2011), em Urbinati (2006) podemos encontrar um forte ceticismo da mesma com relação a participação direta de cidadãos com medo que estes acabem individualizando a esfera pública, ao invés de se agruparem entorno dos partidos enquanto mecanismos de representação coletivos. Já nos seus comentários em 2007 ela desloca a relevância da participação institucionalizada ou não apenas para o mesmo foco inicial de Habermas, isto é, sem lhe atribuir poder decisório e com interesse apenas de formar e informar uma opinião pública aos representantes.

Conclusão

Como vimos a teoria democrática contemporânea incorporou grande parte das preocupações que o desenvolvimento da noção de representação ou governo representativo passou ao longo do tempo. Vimos também que a democracia deliberativa pode ser aproximada da representação - vistos seus procedimentos como incremento democrático - e também afastada - no caso principalmente da tensão entre participação e representação. Nesse contexto foram apresentadas algumas questões problemáticas entorno da discussão sobre representação e participação, e como alguns autores se posicionam a respeito, com foco em especial nos democratas radicais, como Habermas, Mouffe e Miguel.

²⁴ Isto é, disposta a construir coletivamente um interesse em discussão e não se apresentar a defender única e exclusivamente um interesse previamente estabelecido e individual.

²⁵ Isto porque como mencionado antes, Habermas não acha que o procedimento deliberativo pautado no agir comunicativo serve para toda e qualquer instituição, ou todo e qualquer nível de tomada de decisão, entretanto fica difícil dizer até onde essa preferência se estende. Urbinati acha que se estende aos representantes, e apenas isso levei em consideração nesse momento.

²⁶ Pitkin (1967) argumenta que nem mesmo Burke com sua concepção virtual de representação acreditava que era possível aos parlamentares deliberar com completa autonomia.

Bibliografia

BURKE, Edmund. Discurso aos eleitores de Bristol. *Revista de Sociologia Política*, v.20, n. 44 (pp. 97-101), 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44/v20n44a08.pdf>

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e a validade*. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social*. Tomo 01. Trad. P. A., Soethe. Revisão Técnica F. B. Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo. Sobre a crítica da razão funcionalista*. Tomo 02. Trad. F. B. Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012c.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação*. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LACLAU, Ernesto, & MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista. Por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq. 2015.

LANDEMORE, Hélène. *A democracia representativa é realmente democrática?* Dois pontos: Curitiba, São Carlos, volume 13, número 2, p. 143-156, outubro de 2016. [entrevista de Landemore Hélène com Bernard Manin e Nadia Urbinati, realizada em Nova Iorque em abril de 2007 e publicada com respostas revisadas por ambos]

LÜCHMANN, Lígia. *A representação no interior das experiências de participação*. *Lua Nova*, n. 70, p. 139-170, 2007.

MAIR, Peter. *Os partidos políticos e a democracia*. *Análise Social*, vol.167, pp. 277-293, 2003.

MANIN, Bernard. A Democracia do Público Reconsiderada. Novos estud. - CEBRAP no.97 São Paulo Nov. 2013

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, 1995.

MANIN, Bernard. The principles of representative government. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na democracia contemporânea. São Paulo: Unesp, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação. Territórios em disputa. São Paulo: Unesp, 2014.

MIGUEL, Luis. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. Lua Nova, São Paulo, 84:353-364, 2011.

MOUFFE, Chantal. "Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism?". Social Research, vol. 66, N° 3, 1999.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 165-175, jun. 2006.

MOUFFE, Chantal. The democratic paradox. Verso, London. 2000.

PATEMAN, Chantal. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PITKIN, Hannah. The concept of representation. Berkeley: University of California Press, 1967.

POGREBINSCHI, Thamy; VENTURA, Tiago. Mais Participação, Maior Responsividade? As Conferências Nacionais de Políticas Públicas e a Qualidade da Democracia no Brasil. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 60, no 1, 2017, pp. 7 a 43.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalism, Socialism, and Democracy. New York: Harper and Brothers, 1942.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova, n. 67 (pp. 191-228, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>



IURISDICTIO, IMPERIUM E INSTITUIÇÕES: O PODER DE “DIZER O DIREITO” NA
POLÍTICA ROMANA

MÁRLIO AGUIAR¹

Grupo de Trabalho 5 – Teoria Política

Coordenação Prof. Dr. Ricardo Silva

¹ Doutorando em Direito Civil (Direito Romano) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Teoria e História do Direito (UFSC). Bacharel em Direito (UFSC). Bacharel e licenciado em História (UDESC). Membro do Grupo de Pesquisas em Latim e Fontes de Direito Romano: *Ius Dicere* (UFSC/CNPq). Contatos: marlio.aguiar@gmail.com e marlioaguiar@usp.br.

Uma palavra vale menos por sua etimologia do que pelo uso que dela é feito (Marc Bloch)

1. Introdução às presentes notas de pesquisa

As linhas que se seguem dizem respeito a minha pesquisa de doutorado em andamento² – em alguma medida, no seu estágio de apuração teórico-metodológica – na (sub)área de concentração em Direito Romano na Universidade de São Paulo. Dadas as especificidades desse tipo de investigação, algumas considerações introdutórias podem ser interessantes para justificar a presença desse texto, um trabalho de história do direito romano, em um Seminário desta natureza e em Grupo de Trabalho de *Teoria Política*.

Minha investigação se volta para determinados morfemas – dois deles, principais, intitulam este manuscrito – que habitam tanto o léxico, portanto, a *linguagem* política e normativa de um determinado período histórico, quanto são usadas para designar (ou, por vezes, tentar designar) aspectos *institucionais* e normativos da realidade passada. Quando a *nobilitas* republicana ou os funcionários imperiais manejam expressões como *auctoritas*, *imperium* ou *iurisdictio*, seja no âmbito de obras teóricas a respeito da política, em tratados de ensino do direito ou, quiçá, em textos normativos (as chamadas “fontes do Direito”, para utilizar uma expressão desgastada e imprecisa, mas ainda corrente), aqueles homens estavam simultaneamente *refletindo* sobre fenômenos do mundo social – aquilo que chamo ao longo da pesquisa de “fenômeno juridicente” –, encaixando-os em formas típicas de pensamento e exposição, e ainda *intervindo* nesse mesmo mundo histórico.

Se assim o é – e, acredito que assim o seja –, determinadas expressões não são apenas relevantes para pesquisas de áreas distintas (como a História do Direito Romano, a História da Filosofia e/ou da Retórica, a História dos Discursos, etc.) como, analisadas sob luz cuidadosa, revelam possíveis ligações intrínsecas de determinados campos. No que diretamente concerne aos meus interesses, vocábulos do discurso institucional como *iurisdictio* e *imperium* não são apenas instigantes do ponto de vista da História do Direito ou da História do Pensamento Político, como revelam um liame profundo entre tais campos no que tange à história romana. Guardadas as especificidades (não venho para as negar) de gêneros textuais e, claro, de espectros possíveis dentro de um mesmo campo semântico, tais expressões *pertencem* ainda assim a um complexo que não pode deixar de ser visto no seu todo, estejamos lendo os

² Projeto de pesquisa de tese intitulado “A *iurisdictio* e o *ius dicentis officium* na experiência romana: 366 a.C. – 235 d.C.”, iniciado em 2017, e avaliado por Banca de Qualificação em 29.08.2018.

Ab Urbe Condita Libri do historiador Tito Lívio, o *De Legibus* de Cícero, a *Lex Plaetoria de Iurisdictione* (262 a.C. – Figura 2, Anexo, *infra*, p. 24) ou os escritos de Ulpiano (150 d.C. – 223 d.C.).

Tais pórticos de pesquisa acarretam duas consequências imediatas que, creio, justificam meu interesse pelo colóquio com os colegas da área de teoria e história do pensamento político; o texto subsequente será, pela mesma razão, dividido em duas seções.

A primeira é de ordem substantiva: as fontes históricas “jurídicas” precisarão ser analisadas *também* pelo seu viés político (mesmo tais produtos “técnicos” de uma *iuris scientia*, representam, pois, os projetos, as tentativas e os conflitos típicos da arena política) e, igualmente, será necessário embutir na discussão eminentemente política de certos textos o seu caráter institucional e jurídico. Isto, espero, a despeito do aumento das exigências da heurística e da hermenêutica, pode desvelar sentidos até então não percebidos nessas fontes, bem como nos levar para mais perto das formas de pensamento e ordenação do mundo social-político dos romanos: algo que enriquece a história jurídica e a história do pensamento político.

A segunda consequência é metodológica e diz respeito aos métodos empregados para selecionar, triar e categorizar os materiais linguísticos que derivam das fontes de modo que deem conta das assumpções acima. A proposta de trabalho desta pesquisa – a qual desejo submeter ao crivo dos colegas – optou por se guiar pelo método da História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*) tal qual desenvolvida, basicamente, nos textos teóricos de Reinhart Koselleck, e concebida em projetos editoriais como o *Geschichtliche Grundbegriffe* (= GG), o *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich* (= HGF) e o *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (= HWP); sem deixar de lado os diálogos mais recentes³ e as possíveis hibridizações destes marcos teóricos com aqueles da Escola de Cambridge.

2. Entre história do pensamento político e história do direito: *iurisdictio et imperium*

Domício Ulpiano escreveu em seu *liber singularum regularum* que o *ius dicentis officium latissimum est* (Ulp. 1 Reg. D. 2.1.1.); este foi o fragmento escolhido na feitura seletiva da comissão de Triboniano para inaugurar o primeiro título do livro segundo do Digesto (*De iurisdictione*). São constantes e em diversos momentos do *Corpus Iuris Civilis* e do próprio Digesto, vocábulos e expressões que remetem à *iurisdictio*, ao *ius dicentis officium* e correlatos – *ius dicere*, *iurisdictionem habere*, *iurisdictionem mandare*, *iure dicundo officium* etc.⁴

³ Não ignoremos, portanto, que projetos editoriais mais atuais que se pautam pela história dos conceitos já existem, seja em fase editorial (como na Espanha), seja em fase de pesquisa (como na Holanda e na Finlândia).

⁴ Escolhemos enfocar a *iurisdictio*, mas é necessário salientar, desde logo, que as considerações teóricas e metodológicas valem também aqui para o conceito de *imperium*, este, mais explorado na historiografia institucional. Theodor Mommsen ofereceu em *Römisches Staatsrecht* [1871-1888] e em *Abriss des Römischen Staatsrecht* [1893] – com o fôlego que era particular ao maior romanista do século XIX – o que até hoje se constituiu no único tratamento que se pretende sistemático, sintético e exaustivo das fontes a respeito do “organismo” maior que formaria o Direito Público Romano em perspectiva dogmática. Mommsen estava interessado especialmente no *imperium*: ato sucedâneo à expulsão dos reis, os cônsules surgiram para repartir seu feixe de poderes, posteriormente repartido em magistraturas menores

A assertiva do jurisconsulto pode ser adaptada para os intentos do presente projeto: o estudo do conceito de “jurisdição” ao longo da história do direito romano é amplíssimo e, tal qual o ofício juricente que abrange muitos poderes e condições, carrega em seu cerne um intrincado complexo de relações dentro do universo linguístico jurídico-político do mundo romano e de suas instituições. É precisamente sobre este tema – a conceituação da *iurisdictio* romana – que minha pesquisa de doutorado destina suas atenções, elevando-o como uma lente de análise privilegiada à história jurídica e política da República e do Império; o fio condutor para que tais conexões sejam possíveis, adotando a *iurisdictio* como perspectiva primeira.

O tema da “jurisdição” é extremamente caro aos juristas e aos pensadores do político; é desnecessário salientar o seu lugar na dogmática jurídica hodierna entre as disciplinas do direito constitucional, processual e internacional, assim como o lugar especial que a ela foi devotada na história do pensamento jurídico e político durante todo o Medievo, o Renascimento e a Modernidade Jurídica. Talvez não haja imagem mais eloquente de fecundidade do tema da *iurisdictio* do que a bela figura da *Arbor Iurisdictionum* [Figura 1, Anexo, *infra* p. 23] que introduz o segundo livro do Digesto em algumas das edições glosadas que circulavam a partir de finais do século XVI.

Uma vez que os conceitos típicos de sua época são inseparáveis do pesquisador – e que o hábito acadêmico de policiamento não é natural, mas antes, uma característica ou conquista moderna de nosso campo de saber –, pode ser útil proceder como o romanista Riccardo Orestano, ainda que de modo muito mais modesto e breve: antes de principiar seu estudo a respeito da pessoa jurídica no direito romano, entendeu ele por necessário (poderíamos dizer, de modo bem weberiano) delinear as bases da teoria moderna do mesmo instituto, de modo a criar uma base comparativa para fundamentar seu exercício de historicização do fenômeno.

Em assim sendo, antes de partir para o fenômeno romano – e discutir como pretende-se aqui abordá-lo – pensemos, apenas como ilustração e contraexemplo diacrônico, nos escritos do mais icônico autor da história da configuração moderna da ideia de soberania – e também de jurisdição – na Europa Ocidental. Jean Bodin (1530-1596) é lembrado, com justeza, como o artífice do conceito de soberania nos seus *Seis Livros sobre a República* (1576), ao readaptar a linguagem romana – como os jurisconsultos medievais já faziam há alguns séculos, numa esteira de longos rendimentos usufrutuários

gradualmente (*paulatim*, se quisermos recuperar a expressão ácida de Tácito para o exemplo oposto, a “concentração” de poderes no *princeps*). No âmbito desta história, Mommsen foi o primeiro a destrinçar que a criação da pretura (no contexto das *leges Liciniae Sextiae* de 367-366 a.C.) representou a criação de um perpétuo *collega minor*. Os aspectos militares da origem da palavra *praetor* já estariam esquecidos ou caídos em desuso, daí o termo passar a designar alguém especializado com a esfera jurídica (esperava-se que o pretor ficasse na cidade, daí *urbanus*, eliminando a necessidade do *praefectus urbi*, antiga magistratura que só ressurgiria muitos séculos depois com o Principado). O pretor seria, na visão de Mommsen, o detentor de um *imperium* menor, mas mais “completo” do que o dos cônsules: além do mesmo *imperium* militar (que perdia para os cônsules em casos de conflito), possuíam o *imperium* somado ao direito de exercer a *iurisdictio* entre os cidadãos, e decorrente disto, o *ius edicendi*. A origem da pretura, segundo Mommsen, estava no isolamento da *iurisdictio*.

da história intelectual – para os seus fins. Entre os seus escritos especificamente jurídicos, e lamentavelmente destruídos por sua disposição testamentária, figuravam títulos como *De jurisdictione*, *De legis actionibus* e *De Judiciis*, escritos entre 1550 e 1560. Ao escrever seu *Methodus ad Facilem Historiarum Cognitionem* (1566), um tratado de história universal que propunha narrações históricas que servissem simultaneamente ao fito da educação moral, mas também para dedução dos melhores caminhos políticos para o presente, Bodin já ensaiava sua teoria da soberania e da jurisdição dentro dela. Refletindo na companhia de Suetônio, Tácito e Veleio Patérculo a respeito nas mudanças da *antiqui iuris imago* da Roma dos primórdios republicanos – a imagem das múltiplas fontes do direito, em suas palavras, “*multae leges, edicta, senatusconsulta quae nunquam alibi reperiuntur*”, moldadas em tempos de homens marcados por sabedoria e virtude – para o Império que Roma viria a se tornar, enxerga tal mudança na *cognitio principum* e na *iurisdictio*, ambas iluminadas na pena dos jurisconsultos e dos historiadores⁵. Bodin tinha uma tarefa em mente: a construção do seu conceito de soberania, que viria a desenvolver dez anos depois na sua obra mais famosa. Prestando atenção aos antecedentes medievais discutidos há muito na *Glosa* e nos textos romanos, considerou que isto não poderia ser feito sem dedicar algum espaço à jurisdição; sem dúvida, os juristas modernos e contemporâneos não mais se desvencilharam da centralidade do tema⁶.

Esta breve caracterização de certos aspectos modernos da jurisdição na teoria do direito e do Estado é reconhecidamente breve e apresentada aqui apenas na medida em que oferece um contraste agudo com o direito romano público. Assim como o sistema jurídico moderno (e suas bases teóricas, políticas, institucionais e filosóficas) é diferente do mundo normativo romano em muitos aspectos, o

⁵ J. BODIN, JEAN, *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566), Paris, Iac. Stoer, 1650, p. 77.

⁶ Como salientamos anteriormente, não temos a intenção de fazer uma história geral da *iurisdictio* na história do pensamento jurídico ocidental, tanto pelo recorte do objeto de estudo; as invocações de autores modernos ou contemporâneos servem antes para constante profilaxia metodológica, e devem ser feitas sempre com a brevidade necessárias à manutenção de nosso foco, razão pela qual seria improdutivo – e além de nossas competências de pesquisa – fazer um brevíssimo alongado da jurisdição moderna na teoria do Estado [*Staatsrecht*] e na teoria do direito. Todavia, gostaríamos de, como fizemos com Bodin, dar breve mostra da jurisdição em teorias contemporâneas do direito: tomemo-la do positivismo jurídico. O sistema normativo foi definido por Herbert L. A. Hart como um sistema de ordens coercitivas: o sistema jurídico de um Estado moderno se caracteriza por deter (i) supremacia em um dado território -se quisermos, recuperando a caracterização sintética de Paolo Grossi para a Modernidade Jurídica: “monismo” jurídico, estatualismo, ordem legicêntrica – ; e, (ii) por uma ordem soberana ser independente de outros sistemas jurídica, i.e., opor-se a uma pluralidade de sistemas jurídicos que não a sua própria ou autorizada de antemão em seu próprio bojo; até mesmo o direito internacional contemporâneo é concebido na sua relação com o direito interno. Por esta definição há sempre, como característica dos Estados, algum órgão legislativo supremo que se distingue dos demais legisladores subordinados; esse mesmo órgão é independente, como criador de um sistema jurídico estatal, do direito dos outros Estados. O soberano, pessoa ou corpo de pessoas marcado pela supremacia e independência, é o ente capaz de emitir ordens gerais baseadas em ameaças, ou de delegar a emissão de tais ordens para seus subordinados. No modelo de união das regras primárias e secundárias de Hart, as chamadas regras secundárias são teorizadas justamente para explicar a atuação jurisdicional dentro dos Estados modernos: são elas que conferem jurisdição e revestem de autoridade as decisões dos juízes e tribunais. Já na descrição do mesmo fenômeno pelo modelo kelseniano, a atividade mediata do Estado é tanto a criação legislativa quanto a aplicação jurisdicional do direito, e esta atividade decorre de sua monopolização do uso da força. Pela história da filosofia política e jurídica da *Modernidade* – desde Bodin, razão de ter sido ele invocado no corpo do texto – a jurisdição é indissociavelmente ligada a noção de Estado e ao conceito de soberania, fundamentando-o e, com ele, dando os contornos das formas de resolução de conflitos. Cf. H. H. L. HART, *O conceito de direito*, 6ª ed., Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 26-31, 149-150; H. KELSEN, *Teoria Pura do Direito*, 8ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2011, pp. 44-46, 294-295.

mesmo ocorre com a “jurisdição” romana – com a *iurisdictio*. E, como já percebera Bodin a seu próprio modo, a *iurisdictio* teve entre os romanos a sua própria história, um traço institucional e discursivo marcante para compreender a própria história de Roma.

A similitude do vernáculo com a materna língua latina pode ser tentadoramente enganadora, como exemplos já clássicos bem demonstram. Se falarmos em “Estado” romano, como indicaram Orestano e Lobrano, este não é fundado em nosso hodierno conceito de pessoa jurídica de Direito Público, mas de sociedade⁷; se encontrarmos referências à “constituição” de Roma nas fontes, trata-se de uma reflexão jurídica e política em bases muito diversas daquelas do contratualismo, do liberalismo e do constitucionalismo modernos⁸, mas na teoria constitucional antiga de matiz aristotélica; os romanos falam em *leges*, possuem instituições como o Senado e as assembleias comiciais, criaram a *actio* popular e outras *actiones*, mas não há nenhum correspondente imediato com a centralidade da produção normativa do legislativo moderno, com os métodos de divisão e repartição dos poderes do Estado, com as formas hodiernas de participação popular no direito; ou fundamentos como a ideia de direitos subjetivos decorrentes do sujeito de direito da Modernidade⁹.

O mesmo se passa com conceitos políticos e técnico-jurídicos como *iurisdictio* e mesmo *imperium*. No mundo moderno, pôde-se conceber a jurisdição como função do Estado ao monopolizar e evocar para si o controle das soluções de conflitos¹⁰; a jurisdição é, na configuração moderna, contraparte da legislação no desempenho do ordenamento jurídico de um Estado. O mundo romano nos interessa por apresentar ao longo de uma trajetória de *longue durée* outras formas de *praticar e conceber* a atividade jurdicente, i.e., a atividade de dizer o direito (*ius dicere*). Falharemos imediatamente se, por exemplo, tentarmos definir o pretor romano em analogia direta às modernas figuras do juiz, do administrador, do legislador ou do oficial de justiça. A experiência da *iurisdictio* romana, mais complexa, não cabe imediatamente nas classificações da teoria geral do estado moderna: conta com representantes eleitos (na República) ou aqueles delegados para esta função (ao longo do Império); com

⁷ R. ORESTANO, *Il ‘problema delle persone giuridiche’ in diritto romano*, Torino, Giappichelli, 1968; G. LOBRANO, *Diritto pubblico romano e costituzionalismi moderni*, Sassari, Carlo Delfino Editore, 1989; PILATI, JOSÉ ISAAC, *Panorama das fontes de Direito Romano Clássico e seu resgate na pós-modernidade jurídica: as Institutas de Gaio em particular*, in *Unisul de fato e de direito* 1 (2013); M. BRETONE, *Tecniche e ideologie dei giuristi romani*, Napoli, Edizioni scientifiche italiane, 1984; BRETONE, *Storia del Diritto Romano*, Milano, Laterza, 1987; M. VILLEY, *Le Droit Romain*, Paris, PUF, 1945.

⁸ A discussão a respeito da constituição dos romanos não se esgota apenas com a teorização polibiana da “constituição mista”, mas, tomá-la como ponto de partida serve ao lembrete.

⁹ Cf. M. VILLEY, *A formação do pensamento jurídico moderno, La Formation de la pensée juridique moderne*, Paris, PUF, 1975; M. VILLEY, *Le Droit et les Droits de l’homme*, Paris, PUF, 1983.

¹⁰ Apenas a título de exemplo, pensemos num manual clássico de processo civil dogmático (cf. O. A. B. DA SILVA; F. L. GOMES, *Teoria Geral do Processo Civil*, 5ª ed., São Paulo: RT, 2009, pp. 57-82; O. A. B. DA SILVA, *Jurisdição e execução na tradição romano-canônica*, Rio de Janeiro, Forense, 2007, pp. 17-37). A teorização do tema da jurisdição nos moldes aos quais estamos acostumados é moderna; é nesse sentido que afirmações extremamente difundidas foram desenvolvidas, como a concepção de que o Estado moderno *soberano* é marcado tanto pela produção do direito quanto pela atividade jurisdicional (Chiovenda), a ideia de que a jurisdição do Estado consiste na composição da lide mediante o ato de declaração judicial do direito (Carnelutti), de que a ação é um direito subjetivo de cunho instrumental e dirigido contra o Estado, titular do poder de jurisdição, na esfera da atividade declaratória do direito (Liebmann).

a atuação constante das partes (não apenas em *actiones*, mas também em *pacta* e *transactiones*); com o *imperium* que, não obstante a tendência de “especialização” da atividade pretoriana no *ius dicere*, permanece como característica de uma das mais importantes magistraturas criadas na República, também integradas em figuras como o governador de província; modos de procedimento experimentados e testados ao longo do tempo na trajetória do edito pretoriano até Sálvio Juliano; e relações peculiares com outros conceitos e valores caros à história romana, como *auctoritas* e *potestas*.

Em um mundo jurídico completamente diferente do nosso – certa feita, em uma palestra, o professor Giovanni Lobrano assim gracejou: o Direito Romano está distante do nosso tal qual nossa Via Láctea se distancia de outra –, os jurisconsultos romanos e os demais obreiros do Direito dedicaram linhas à *iurisdictio*. É certo que literatura jurídica romana pode ser estranha e labiríntica aos olhos de um jurista moderno – afeito primordialmente a definições, a sistemas lógicos e a um processo de codificação do direito diversos daquele da experiência romana. Com seu próprio modo de discurso e raciocínio a respeito do direito, no entanto, uma análise rápida do Digesto demonstra a relevância do tema, especialmente quando Justiniano, por meio de Triboniano, escolheu a *iurisdictio* como primeira matéria delineada no livro segundo do Digesto, já aparecendo recorrentemente no primeiro livro. O Direito Romano, pelo prisma da *iurisdictio* apresentada em D. 2.1, é o fundamento do sistema de ações (*actiones*) e pactos privados (*pacta*). Mesmo que o Digesto seja um produto justinianeu, fato é que a existência de matéria-prima dos clássicos à elaboração desse mosaico normativo é inquestionável.

Diante disso, o conceito de *iurisdictio* como objeto de pesquisa tem seus desafios, razão para ser mediatizado por recortes específicos de pesquisa, ser demandado diante de problemas particulares e escoltado por escolhas teórico-metodológicas¹¹.

Creemos que existem duas observações sintomáticas a respeito do lugar e do modo de abordagem da *iurisdictio* romana. A primeira diz respeito a implícita relevância do tema: mesmo não encontrando sede própria – em uma monografia específica ou em seções e capítulos dedicadas a precisá-la de modo mais detido nas fontes romanas –, não seria possível lidar com a história do direito público e das magistraturas, a história do direito processual ou a história “judicial” (institucional) em Roma sem que a *iurisdictio* seja evocada. Discuta-se o sistema de *actiones* e *pacta*, as *exceptiones* do direito clássico, o funcionamento das cortes, as prerrogativas de magistrados republicanos ou funcionários imperiais,

¹¹ Podemos fazer um brevíssimo sumário dos riscos de retroprojeção que o tema acarreta: a naturalização das fontes históricas e das narrativas de origem, que precisam ser historicizadas (pensamos aqui, sobretudo, nas fontes relativas à história da pretura, como Lívio e Pompônio); o “lugar” do conceito de *iurisdictio* no que, mais por conveniência do que por precisão, chamamos de “direito público romano”, no que as divisões das “áreas do direito” vindas da Romanística do século XIX e da história institucional precisam ser constantemente postas à prova; igualmente, não apenas os devidos cuidados com o uso do conceito de *iurisdictio* e as concepções mais hodiernas, mas também os usos medievais dos conceitos, vez que foi na Medievalística que o conceito (medieval) de *iurisdictio* foi mais particularmente explorado; por fim, um cuidado constante ante a ideia da continuidade do conceito na própria história do Direito Romano, diante de regimes, contextos culturais e séculos distintos (no velho bordão de Bloch: os homens se parecem antes com aqueles de sua geração do que com seus pais).

antes que se diga algo a respeito dessas facetas do direito é necessário voltar ao próprio *dizer do direito*: a *iurisdictio* é um conceito que atravessa os planos da linguagem e da metalinguagem até alcançar a dimensão institucional e se corporificar nas fontes jurídica e na literatura latina. Segunda observação a ser feita, no entanto, é que a ausência de problematizações específicas a seu respeito gera algumas desvantagens metodológicas e interpretativas: perde-se a dimensão unificadora que o fenômeno juridicente alcança no mundo romano tanto na constituição da cultura jurídico-política mais sofisticada quanto nas fontes normativas. Corre-se também o risco de não perceber o fenômeno numa continuidade temporal mais larga: suas mudanças, sim, mas também seus traços de continuidade – como instituto do saber jurídico e da prática ordenadora da sociedade – ganham maior significado à luz de seus estratos ao longo do tempo no sentido koselleckiano de pensar a durabilidade das ideias jurídicas¹².

Este projeto é devedor da trilha traçada pelo historiador florentino Pietro Costa em sua obra já clássica *Iurisdictio: semantica del potere politico nella repubblica medievale (1100-1433)* [1ª. ed. 1969; 2ª ed. 2002], pioneira no tratamento específico da jurisdição no *ius commune* medieval. Situamo-nos, ao menos em sede preliminar, no problema hermenêutico e historiográfico de fundo com que se deparou Costa décadas atrás: a relação entre categorias linguístico-conceituais do presente e seus “testes” através das fontes e fragmentos de um passado distante. A obra de Costa buscou lidar com tal desafio hermenêutico-historiográfico – em suma, enfrentar a questão da alteridade dos conceitos – em dois pontos: (1) partindo do pressuposto de que a linguagem jurídico-política exerce um papel fulcral do ponto de vista hermenêutico e historiográfico; (2) parte da exigência dúplice de monitorar cuidadosamente as categorias/conceitos interpretativos e operacionais empregados (tanto nas fontes quanto pelo pesquisador) e buscar construir diante disso uma “metalinguagem” capaz de traduzir a “linguagem-objeto” jurídico-política que se está analisando no passado para “nosso idioma”, respeitando tanto a necessidade de movimento/tradução quanto o objeto traduzido e seu contexto¹³. Costa entendeu, desse modo, que não seria possível fazer uma história do conceito de *iurisdictio* sem levar a sério a questão da composição da linguagem; que não seria possível proceder sem problematizar a relação entre a linguagem *da qual* se fala e a linguagem *com a qual* se fala. O significado das palavras não é transparente ou unívoco e mesmo os conceitos mais arraigados não são de todo perenes ou imunes à mudança: ir diretamente às fontes medievais (ou, em nosso caso, a fontes como o *Digesto* ou o *Codex*) sem lidar com tais indagações ao mesmo tempo (o que nos leva, necessariamente, também a outras fontes da literatura latina) seria um convite, senão ao anacronismo, à perda de vigor da *potentia* da reflexão historiográfica¹⁴.

¹² R. KOSELLECK. *Estratos do tempo: estudos sobre história*, Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

¹³ P. COSTA, *Iurisdictio: semantica del potere politico nella repubblica medievale (1100-1433)* [1969], Giuffrè, 2002, p. lxxxv.

¹⁴ Pietro Costa, em balanço realizado em 2002 e resposta ao texto de Bartolomé Clavero, teve o cuidado de situar historicamente sua própria obra: quando a escreveu (a partir do começo dos anos sessenta, publicando-a 1969), concentrou-se em uma preocupação com a linguagem antes que o *linguistic turn* impregnasse a historiografia (nos anos setenta e oitenta); ao mesmo tempo, também a *Geschichtliche Grundbegriffe* de Koselleck é posterior e inicia uma

De fato, quando uma pesquisa se propõe a decifrar os textos doutrinários do passado, ela evoca o problema de *explicitar e controlar* os procedimentos de pesquisa e o uso hermenêutico-historiográfico da linguagem e dos conceitos; o problema sempre se reapresenta e persiste: onde houver contraste entre dois discursos dissimiles cultural e historicamente, o problema da operação hermenêutico-historiográfica (e da “conversão” entre a *linguagem falada* e da *linguagem da qual se fala* ou linguagem-objeto) surge.

A obra de Costa – que pode ser considerada um marco não tanto por razões de pioneirismo, mas de criatividade e seriedade metodológicas, marcando a própria história recente da historiografia jurídica – interessa-nos peculiarmente também por outra razão. Esta reside no caráter enfático à *transitividade* entre discurso jurídico (produzido por um dado saber jurídico) e o âmbito institucional, normativo e ordenador da sociedade, evitando, assim, uma barreira rígida entre pensamento e realidade, entre discurso e *praxis* tanto quanto a abordagem simplista de sua coincidência (como se o saber jurídico não guardasse características próprias, setorizadas, na medida em que é uma produção humana particular). Uma das contribuições de sua obra sobre jurisdição é o alerta oferecido ao historiador que tem por objeto um determinado “saber”: que o pesquisador esteja consciente de que textos produzidos por um “discurso” não podem se pautar pela dicotomia ontológica entre práxis/discurso frágil, e que, ao mesmo tempo (o “discurso” não se confunde diretamente com a “realidade” – não é completamente autossuficiente ou autorreferente, isolado; faz parte da realidade, mas, também cria uma parte da sua realidade, porque discurso significa também plano de intenções e ações; exorta assim ao estudioso atenção, portanto, para as “passagens” entre “discurso” produzido e realidade; e atento, sobretudo, à própria operação hermenêutica que realiza ao lidar com tais questões¹⁵.

A pergunta que o pesquisador deve ter em mente quando se tenciona enfocar a relação entre discurso jurídico e realidade institucional – aquilo que, acreditamos, podemos alcançar por meio da

trajetória própria apenas no começo dos anos setenta. Costa busca assim justificar as “ingenuidades teórico-metodológicas” de seu livro *Iurisdictio*: quando veio à baila ainda não existia na historiografia todo o aparato conceitual que a virada linguística e a história dos conceitos alemã produziu na década seguinte (assim como, acrescentaríamos, as proposições da Escola de Cambridge de Skinner e Pocock e, em sede de estudos romanos nos últimos vinte anos, o *Roman Revival* que tomou interdisciplinarmente as atenções de historiadores, politólogos, classicistas e romanistas no ambiente anglo-saxão). Marca de “vitalidade” da obra desde seu nascimento permanece: o aviso de que os problemas teórico-metodológicos não poderiam ser ignorados ou permanecer ausentes na história da cultura jurídica e política a partir de então. Os problemas teórico-metodológicos levantados pela questão hermenêutica-historiográfica na análise da linguagem do passado sempre se renovam e podem adotar soluções diferentes das apresentadas por Costa, ou selecionar aparatos metodológicos eventualmente distintos ou de terminologia própria, como faremos com o arcabouço da história conceitual. P. COSTA, *Iurisdictio* cit., pp. lxxxvii-lxxxviii. Em mesmo sentido, em um texto diretamente metodológico e bem mais recente que o livro *Iurisdictio*, ver P. COSTA, *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*, Curitiba, Juruá, 2010, pp. 43ss.

¹⁵ P. COSTA, *Iurisdictio* cit., pp. xci-xciii. Costa assinala ainda que qualquer “ponte” entre discurso de saber e dinâmica “real” (isso é, na realidade institucional e social) não está pronta e não é dada imediatamente pela lógica do universo do discurso jurídico ou político; essa ponte é construída pelo pesquisador caso a caso, em cada pesquisa e frente seu *corpus* de textos pertinentes. Se por meio dos discursos de saber (“parte” do todo, “setor” da realidade social) se almeja alcançar a dinâmica da “realidade” ou “totalidade” histórico-social mais ampla é inevitável que tal ponte seja *construída/produzida* pelo historiador; e, nesse momento, de um historiador “do específico” há uma conversão para o “historiador do geral”, alguém que é capaz de avaliar e contar uma história que vai além daquela que o “historiador do específico” quer contar (uma “história à *part entière*”).

análise da *iurisdictio* no mundo romano – pode ser construída aproximadamente como “o que estamos conhecendo efetivamente quando *reconstruímos* o saber jurídico produzido em um determinado contexto histórico?”, como fez Pietro Costa.

Num primeiro momento a resposta pareceria óbvia: reconstruir o saber jurídico deve ser algo semelhante à empresa de reconstruir qualquer outro saber “especializado”; tratar-se-ia de, como em outros casos, buscar entender a linguagem, as categorias e as estratégias argumentativas do saber jurídico, que indicam e constituem as práticas jurídicas dos romanos. No entanto, como destacou-se anteriormente neste projeto, o saber jurídico carrega consigo um problema/questão que o torna peculiar a outros saberes: ele é ao mesmo tempo (i) cognoscitivo e (ii) ordenador. No saber jurídico encontramos ao mesmo tempo o elemento de uma “descrição contemplativa” de uma parte da realidade político-social quanto os dispositivos que devem servir para facilitar o funcionamento efetivo da realidade social ou que, pelo menos, deveriam funcionar para tal; esses dois lados são dificilmente discerníveis ou separáveis entre si no que toca ao pensamento jurídico, hipótese que, se lançada por Costa para o mundo medieval, não deixa de ser verdade para o mundo romano (e, na realidade, parece-nos que esse pressuposto é verdade para o mundo medieval justamente porque já foi verdade no mundo romano e na formação da *scientia iuris* sobre a qual os medievais obraram).

Se assim o é, a questão da relação entre *práxis* e discurso, ou entre “realidade” e “saber” adquire uma dimensão mais profunda. Optar por uma abordagem que concede ao saber jurídico uma característica “transitiva” com a realidade significa interrogar a respeito do funcionamento do ordenamento jurídico, dos dispositivos que tornam tal ordenamento possível, de seu papel e dos diversos atores do discurso jurídico, do jurisconsulto ao *princeps*, do magistrado aos *iudices*, dos *legati Augusti* aos governadores de província. Significa, neste projeto, indagar por meio do fenômeno juridicente *como* o ordenamento jurídico romano, para além da construção doutrinária, pôde ser eficaz em um espectro tão longo de tempo.

A posição de Costa – e também a de minha pesquisa – é que tal passagem entre saber jurídico e *práxis* não apenas existe como, através da *iurisdictio*, pode ser de algum modo reconstruída e acessada. É muito difícil imaginar o funcionamento de qualquer ordenamento jurídico, especialmente em realidades sociais tão complexas quanto aquela do mundo romano e seu pluralismo jurídico em um contexto de *formação de Império*, sem a intervenção e a intermediação de um “discurso de saber”, sem a criação de aparatos normativos e institucionais que interpretam e aplicam as normas, sem a formação de um certo grupo “especializado” ou mesmo “profissional” do jurídico (o que remete aos juristas que protagonizaram a história do *ius civile*, não apenas a eles, mas a todos que se expressaram pela linguagem do direito).

Nesse sentido, o próprio ordenamento jurídico é, tal qual a realidade maior que o envolve, um fenômeno complexo que envolve a sinergia de componentes e níveis diversos (e, assim como o “peso”

ou a “relevância” de um saber jurídico varia no tempo e no espaço, também o “peso” e a “relevância” desses diferentes elementos varia – o “peso” de institutos e instituições, da opinião e do trabalho dos juristas, dos seus dispositivos e discursos etc. varia no tempo e no espaço). Se se quer responder como se dá a passagem do interior do saber jurídico para a realidade social mais complexa o historiador só pode fazê-lo construindo a ponte em cada caso como, por exemplo, nos distintos momentos da experiência jurídica na Urbe ou nas províncias romanas. Neste ponto há que se evitar a ideia de que há uma perfeita tradução ou sublimação da “realidade” em “pensamento”: o saber dos romanos a respeito da *iurisdictio*, como saber *jurídico*, têm uma capacidade ordenadora, mas ela não é dada ou demonstrada *a priori*; não basta lermos passivamente os textos do livro segundo do *Digesto* (saber jurídico) para compreendermos todos os meandros do funcionamento da ordem jurídica de Roma (ordenamento, “realidade”) ainda que a ponte exista e tenha as fontes jurídicas como seu material. Pietro Costa teceu tais considerações pensando em particular no policentrismo dos discursos da sociedade medieval; propomos um caminho semelhante ao mundo romano, marcado por um *pluralismo jurídico* – o “insuperável pluralismo”, definiu Clifford Ando¹⁶ – tão ou mais intrigante que o do medievo.

Diríamos mais: é verdade, como disse Costa, que algo pode ser dito a respeito do direito mesmo quando concebemos a história do direito como uma história do saber jurídico, uma história específica e setorial que dá conta de alguns – entre os demais – elementos ordenadores do ordenamento social (ou seja, da realidade). Não há desacordo aqui: a história do saber jurídico é a história de um ponto de vista e não é nem “menos” nem “mais” do que uma “história da *praxis* [do ordenamento jurídico]”; é possível estudar em foco uma “parte-componente” da realidade em foco. No entanto, nenhuma experiência *ocidental* no mundo antigo se assemelha a romana: nunca antes uma *scientia iuris* se desenvolveu do modo como entre os romanos, tampouco foi levantada a questão – mesmo que teorizada de modo distinto do jeito moderno – do lugar do *officium ius dicentis* no ordenamento jurídico. A história do seu direito não resume à história de Roma, mas, esta é inevitavelmente incompleta – mais do que outras – sem ela. E tão fundamental quanto é o saber do direito para os romanos é, acreditamos, a função basilar da *iurisdictio* àquele próprio direito.

Para concretizar esta pesquisa, propomos assim a articulação entre a construção “discursiva” – a nível de *saber jurídico* e, também, no nível *político*, ideológico, onde discurso significa não meramente a enunciação de palavras, mas palavras que indicam *atos* e *práticas*, inserem-se a uma dada *tradição*, arbitram disputas, representam *projetos* de Império e sua gerência – e as formas de concretização institucional da *iurisdictio* ao longo da República e do Alto Império¹⁷.

¹⁶ Cf. C. ANDO, *Law, language and Empire in the Roman Tradition*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2011; C. ANDO, *Roman social imaginaries: language and thought in contexts of Empire*, Toronto, University of Toronto Press, 2015.

¹⁷ O recorte histórico desta pesquisa se encerra com o Principado ou Alto Império ou, em termos historiográficos, com o que se costuma batizar de “a crise do século III” da Era Cristã. É claro que a história do conceito de *iurisdictio* continua em Roma nos séculos seguintes, assim como em Bizâncio. O recorte que escolhemos se explica tanto por razões

3. A *iurisdictio* entre linguagem e direito: a opção pela História dos Conceitos

Passado e presente são polos de uma relação sempre tensional para qualquer projeto interpretativo, hermenêutico e histórico. A pergunta que historiadores do direito desde a Escola Histórica Alemã – na esteira da historiografia *tout court* – se fazem é especificamente *como* criar uma possível ponte entre o objeto de estudo do passado e o presente que está no horizonte do pesquisador. Os caminhos da História dos Conceitos (a *Begriffsgeschichte*)¹⁸ e da História das Ideias, do pensamento político ou dos discursos (propostos pela Escola de Cambridge) são dois caminhos similares, bastante conexos e compatíveis, que desde os anos setenta apontaram grandes perspectivas para a historiografia jurídica¹⁹. Uma vez que não se trata de um trabalho metateórico ou de história da historiografia jurídica, façamos um brevíário dos pontos que nos interessam nesses aportes teóricos.

pragmáticas – a viabilidade da pesquisa – quanto por nossos interesses se voltarem para as primeiras formulações da *iurisdictio* (republicana e imperial) em paralelo à história da *iurisprudentia* clássica.

¹⁸ A História dos Conceitos ou *Begriffsgeschichte* é um fenômeno ou escola teórica alemã que se representa, sobretudo, por três grandes e reconhecidos projetos editoriais: o *GG* de Otto Brunner (o germanista e historiador do direito), Werner Conze e de Reinhart Koselleck, o principal teórico da história dos conceitos (*Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialer Sprache in Deutschland*, 1972-1997); o *HWP* (*Historisches Wörterbuch der Philosophie*, 1971-2007) de Joachim Richter, Karlfried Gründer e Gottfried Gabriel; e o *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich, 1680-1820* (1985) liderado por Rolf Reichardt. Todos os três foram projetados por grandes grupos de pesquisadores; derivaram de anos de pesquisa (o *GG*, quase trinta anos); geraram projetos editoriais maciços, com entradas de dezenas de páginas; foram debatidos em dezenas de congressos e grupos de pesquisa internacionais; e possuem repertórios de conceitos cuidadosamente selecionados. A despeito dos recortes temporais (voltados à Modernidade) e espaciais (voltados à Alemanha e à França) destes “dicionários”, eles compõem verdadeiramente uma estrutura de pesquisa útil para pesquisadores da Antiguidade, Medievo e Modernidade, e não apenas para os centrados na Alemanha. O projeto mais conhecido internacionalmente é o de Koselleck, o único dos editores ainda vivos do *GG*. O *GG* utiliza a *Begriffsgeschichte* para testar a hipótese de Koselleck: que um dado *Sattelzeit* (1750-1850), período de crise e aceleração na história moderna da Alemanha, transformou substancialmente sua linguagem política, jurídica e social; e que tais transformações conceituais – empiricamente perceptíveis – registraram e também dirigiram alterações importante nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Daí a contínua preocupação dos editores do *GG* em relacionar (1) continuidades, mudanças e inovações *conceituais* com (2) a visão estrutural. Seus fundadores chamaram a isto de Semântica Histórica, combinando o estudo das *linguagens* utilizadas para discutir governo, sociedade e economia com a *identificação* de grupos, ordens, classes e estratos que usaram ou contestaram tais linguagens. Isso só pôde ser feito – individualmente ou por grupos de pesquisadores – olhando para longos estratos de tempo, muitas vezes remontando à Antiguidade. Importantes revisões foram constantemente realizadas ao longo dos anos no próprio projeto, como uma leitura dos prefácios (especialmente dos volumes 7 e 8) do *GG* pode dar mostras. Pormenores do projeto koselleckiano e da história dos conceitos de modo amplo podem ser encontrados em M. RICHTER, *The history of political and social concepts: a critical introduction*, Oxford, OUP, 1995; R. SILVA, *O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições*, in *Revista Brasileira de Ciência Política* 1 (2009); R. SILVA, *História Intelectual e Teoria Política*, in *Revista Sociologia Política* 17, n. 34 (2009), I. HAMPSHER-MONK, IAIN; K. TILMANS; F. VAN VREE, *History of concepts: comparative perspectives*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 1998.

¹⁹ Uma visão *historicamente* informada do pensamento jurídico e do pensamento político não fora novidade no século XIX e certamente não o é hoje. Por que, então, novas formas se propuseram ao “estudo de crenças, conceitos, discursos, ideologias ou ações”, como sintetizou o professor Ricardo Silva? (cf. R. SILVA, *História intelectual* cit., p. 301). É novamente uma resposta histórica ligada à história do pós-guerra, quando tal história intelectual se encontrava ameaçada: de um lado, pelas críticas da Ciência Política normativa e instrumental ao historicismo (ao invés das preocupações factuais) e por outro, pela ascensão da História Social engolindo a história intelectual e política entre a décadas de quarenta e cinquenta (sobretudo na Alemanha e na França). A *Begriffsgeschichte* do ambiente germânico e a Escola de Cambridge foram reações a este fenômeno de uma história social totalizante, bem como à insatisfação perante um *déficit* de historicidade dos projetos já existentes e que tomavam fôlego no período pós-guerra, como a velha *history of ideas* de A. O. Lovejoy nos Estados Unidos, a *Geisteswissenschaft* intencionalista da Alemanha (mantendo um antigo padrão de história do pensamento filosófico) e, naturalmente, opondo-se também à visão reducionista das historiografias marxistas.

A História dos Conceitos se coloca como, efetivamente, um tipo de historiografia cujo tema ou objetivo é a convergência entre conceitos e história; a sua premissa teórica é a de que a história – entendamos, os fatos históricos, o objeto da história social ou institucional – se faz a partir de conceitos, encontra suas expressões em conceitos, no processo de ser conceptualizada.

Comecemos pelo ponto principal: o que é um *conceito* (*Begriffsverwendung*), e por que ele é um ponto de análise interessante à história do direito ou à história da linguagem política? É convicção teórica comum de ambas essas vertentes teóricas a diferença entre palavras e conceitos, percebida comumente tanto pela tradição *analítica* anglófona de filosofia da linguagem quanto pelos historiadores dos conceitos. Um “conceito” é uma palavra que tem um sentido, mas isso seria dizer pouco, pois um conceito é *mais* do que uma simples palavra; um “conceito” é o tipo de palavra que possui um sentido comum [*minimal Bedeutungsgehalt*] que formula certo nível de teorização/abstração e que possui um entendimento reflexivo (ou de “pré-aceitação”) quando é mencionada. Podemos constatar empiricamente nas fontes, e esta é uma tarefa da história dos conceitos, a partir de que momento histórico uma determinada palavra se torna um conceito, isto é, passa ser objeto de teorização/abstração, ganha um sentido comum, reflexivo (seja uma palavra redefinida, como a moderna noção de Revolução ou de Estado; seja uma palavra no momento de sua invenção, a *iurisdictio* ainda dentro da história romana, pré-moderna). Por isso, conceitos são concentrações de muitos conteúdos semânticos; um conceito combina tanto o significado de uma palavra (*Bedeutung*) quanto o quê uma palavra quer dizer. Essa combinação se dá pela particular realidade histórica combinada com a ambiguidade das palavras que viram conceitos.

É ainda ponto pacífico que um conceito não corresponde necessariamente a uma única palavra, mas a uma unidade semântica: um conceito pode ser expresso por várias palavras diferentes, ou por nenhuma em específico (geralmente surge aqui o recurso aos neologismos); na linguagem social e política, também se percebeu que palavras ou termos podem significar algo distinto em diferentes períodos, ou mesmo manter-se, mas com uma mudança nos seus antônimos²⁰.

Quando uma palavra se torna um conceito – isto é, é *formulada* em sentido mais abstrato, teórico, reflexivo – não estamos tratando simplesmente de uma questão linguística; a formulação linguística ocorre e diz respeito a uma *realidade histórica*, uma vez que conceito relaciona-se à conteúdo; o “conceito” surge para tentar dar conta, sinteticamente, de um dado conjunto de fatos, de uma realidade, ou seja, de tornar inteligível linguisticamente um dado conteúdo extralinguístico. Ou seja: a história não é puro fenômeno da linguagem, não se localiza “apenas” na hermenêutica, mas é um campo do saber que, a partir de fenômenos linguísticos, visa compreender a relação destes com determinados conteúdos.

²⁰ R. KOSELLECK, *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, in *Estudos Históricos* 5, n 10 (1992), Rio de Janeiro, pp. 134-37.

No momento de sua utilização o conceito tem caráter único (*Einmaligkeit* do conceito, que seria único, *erunalig*), isto é, está umbilicalmente ligado a *uma situação* específica, concreta e única. Isso não significa, por evidente, que não exista variação temporal ou que se acredite na essência única de um conceito, mas sim, que a história de um conceito *não* necessariamente se identifica com a “história de uma palavra” ou, ainda, a “história de uma palavra traduzida”, mas com a história de produções e rupturas de *unidades semânticas* (como faz Koselleck ao dar o exemplo da variação conceitual, a despeito da continuidade das palavras, visíveis em expressões como *societas civilis*). Advogar o caráter único do conceito é advogar por sua historicidade, pela radicalidade da relação entre uma palavra dotado de certo significado comum, refletido e de abstração (conceito) e uma certa realidade extralinguística, fática, *histórica*.

A grande marca da História dos Conceitos é a sua proposta de unir sincronia e diacronia, algo que se dá sempre que nos referimos um “conceito” no Âmbito da pesquisa histórica. Estamos diante, é claro, da sincronia de um tempo histórico, expressa na relação entre conceito e conteúdo; mas, igualmente – e isto é inescapável – há uma *diacronia na semântica*, uma diacronia entre temporalidades diversas (aquela que o conceito quer sintetizar, e outras, prévias, que possibilitaram a construção do conceito mesmo). As mudanças no campo da semântica e desta diacronia são muito mais lentas que no campo da pragmática, no campo da utilização específica [*situative Verwendung*].

O procedimento implica uma *retradução* (*Rückübersetzung*) entre a nossa atual linguagem e a linguagem de um determinado contexto histórico, buscando compreender traços de conteúdo e significados passados. Não se trata, no entanto, de uma operação meramente sincrônica, de fazer inventários cronológicos; uma segunda e crucial etapa da história dos conceitos diz respeito à análise diacrônica dos conceitos, analisando significados durante sucessivos períodos históricos, e sempre, as relações entre esses significados e o que representavam; somente assim a análise histórica dos conceitos pode aspirar a efetivamente perceber a correspondência entre significados conceituais e estruturas (entre continuidades e mudanças)²¹. Do ponto de vista sincrônico, um conceito se reporta a um estado de coisas; do ponto de vista diacrônico, alterações ao longo de um eixo. A história dos conceitos tem como meta refletir certa coincidência entre conceitos e realidade (mesmo que admita não poder apreender a realidade dos conceitos, ou vice-versa). A história dos conceitos não se limita a enumerar *permanência* ou *alterações* dos significados das palavras, mas sim, *as relações entre elas* e os *estados de coisas* que elas buscam designar.

A História dos Conceitos trouxe como grande contributo – nas pesquisas empíricas e na reflexão teórica – sua relação com a “História Social” (que, para os nossos fins, pode ser entendida como a história das *estruturas*, englobando história política, a história institucional e das fontes do direito, e a

²¹ R. KOSELLECK, *Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe*, in *Contributions to the History of Concepts* 6 (2011), p. 18.

história social propriamente dita). O cuidado teórico da *Begriffsgeschichte* é tanto em evitar uma posição teórica que subordine a história dos conceitos à história social quanto seu oposto (ou os fatos “extralinguísticos” e linguísticos entre si); evitar o antigo tipo de história intelectual (*Geistesgeschichte*) que trata a história das ideias como simples reflexos dos processos materiais (*Reflexgeschichte*); evitar ainda, portanto, que se compreenda por convergência entre conceitos e história uma *identidade* entre ambas as coisas; o que há é, de fato, uma forma de tensão constante. Seria ingênuo acreditar que para *cada fato*/situação imediatamente existe *um* conceito diretamente relativo; as mudanças nos significados de uma palavra (*Wortbedeutungswandel*) ou de uma coisa (*Sachwandel*) são muito mais complexas e podem se expressar em diferentes modos.

Como não se trata de *história das palavras ou da língua, mas de história dos conceitos* – o estudo das delimitações conceituais e interpretação dos homens quanto aos seus usos de linguagem – a história dos conceitos fornece um método de exegese e crítica de fontes para analisar os termos mais relevantes para uma história social, uma história política, uma história do direito. A História dos Conceitos germânica respondeu bem à questão da sua relação com a História Social (relação que nos parece extensível e cabível também à História do Direito): especialmente, como manter a divisão e a interdisciplinaridade. Uma Romanística consciente destas questões teóricas e deste método tem a vantagem de responder à velha provocação de um dos mais eminentes historiadores-classicistas italianos, A. Momigliano (tomado aqui como um representante insigne de uma cética postura), quando decretara na década de sessenta “o fim da História do Direito” (e entendia por isto, também, a Romanística) como um ramo autônomo de saber. Momigliano apostava no método comparativo e numa vocação quase *omnicomprensiva* da história social²².

E se os *Grundbegriffe* da *Begriffsgeschichte* são conceitos definidores que são usados por atores históricos para disputar, capturar e definir experiências históricas – como se informa já no primeiro prefácio do *GG* –, isso significa que eles tornam possível a análise de complexos maiores de eventos, e de *estruturas históricas*. Tais conceitos são “blocos de construção” para as pesquisas que consideram a linguagem (política, social, institucional – especialmente a terminologia especializada da mesma) como ao mesmo tempo fator e indicador de mudanças históricas. Naturalmente, a História dos Conceitos envolve riscos de escolha e riscos interpretativos como qualquer historiografia: no entanto, destacou Koselleck, ela exige um certo ascetismo e precisão que lhe são peculiares. A história dos conceitos está rigorosamente definida pelos conceitos cujo valor face estão impressos nos textos e contextos expressos na linguagem das fontes primárias (e que as fontes primárias devem ser lidas nos seus próprios termos).

²² A. MOMIGLIANO, *Consecuencias...* cit. De fato, a ascensão da Nova História e dos Annales marcou um distanciamento entre as duas disciplinas, fosse na primeira geração, fosse na geração braudeliana ou na geração de Jacques Le Goff. Não sem reações, no entanto, frente à postura de incomunicabilidade, cf. P. GROSSI, *História Social e Dimensão Jurídica* (1985), in GROSSI, PAOLO, *O Direito entre poder e ordenamento*, Belo Horizonte, Del Rey, 2010. A História dos Conceitos, interpretamos, já surge liberta desta querela – as relações entre história do direito e história social sempre permanecerão em tensão, mas experimentam hoje uma tensão criativa, não uma oposição.

Algo merece ser dito a respeito de uma segunda tradição intelectual que nos parece ser plenamente compatível – e, neste sentido, suplementares uma à outra – com a História dos Conceitos: trata-se da história das ideias políticas, dos “discursos” (jamais no sentido foucaultiano do termo) ou ainda “história das ideologias” da Escola de Cambridge, nomeadamente representada por John G. A. Pocock e por Quentin Skinner²³.

Tais teóricos entendem por “ideologia” um termo descritivo mais neutro do que o usual: representa o conjunto de práticas linguísticas (vocabulários, princípios, problemas, distinções conceituais, critérios para testar conhecimento, pressuposições etc.) compartilhados pelos escritores de um período histórico. Na prática, contudo, sua pesquisa tende a subordinar a investigação dos vocabulários e distinções conceituais à ênfase em convenções linguísticas *gerais* e as retóricas das “ideologias”. O apoio na filosofia (analítica) da linguagem aqui traz peculiaridades à Escola de Cambridge que merecem ser pensadas em complemento à História dos Conceitos. A intenção de teóricos como Skinner e Pocock, de fato, aplicar esse ponto de partida filosófico à história do pensamento político. Há uma questão de ênfase que deriva sobretudo da leitura Wittgensteiniana. Para a Escola de Cambridge os conceitos são ferramentas (Wittgenstein) ou armas (Heidegger); e para entender esses conceitos, é necessário compreender *tudo o que se pode fazer com eles*. Para Skinner, é impossível realizar esta tarefa com “uma história dos conceitos” ou uma história das “ideias”; Skinner desconfia da ideia de conceitos com um “significado atrelado” a eles. Em suma, para Skinner, a terminologia seria assaz distinta: propõe-se a fazer não história “dos conceitos”, mas história dos seus *usos* em argumentos.

Skinner salientou assim que os teóricos/agentes possuem basicamente duas questões em tela: (i) eles podem *manipular* as convenções da ideologia, de modo a legitimar certos arranjos, mudanças ou continuidades; (ii) no entanto, uma vez que isto é feito, o teórico não deixa de circunscrever certos *limites* – de modo que, nalguns casos, os próprios projetos podem ter que ser remodelados ou limitados para se encaixar na *linguagem normativa disponível* (e não, são somente, a via inversa). Ou seja: a história vista pelo prisma dos jogos de linguagem ou convenções gerais – agência e explicação –, ou ainda, a uma determinada *tradição* que se reverte em dada forma de pensar e agir. Como salientou um

²³ A rubrica “Escola de Cambridge” é posterior e abarca os trabalhos dos dois historiadores a partir da década de 60’.. Como historiadores que são, Pocock e Skinner focaram sua atenção nas relações entre pensamento político, linguagem e ações; e fizeram sua Escola – por assim dizer, mesmo independentemente dos seus textos diretamente metodológicos e metateóricos – ao polemizar com a velha tendência “textualista” que impregnava a história intelectual e a história da filosofia, dirigindo recorrentemente os mesmíssimos problemas a uma mesma leitura *ad nauseam* de textos (a abordagem “textualista”). Uma das bases teóricas da Escola de Cambridge está na teoria dos *speech acts* (Austin, Searle, o segundo Wittgenstein), reduto teórico no qual Skinner (o principal teórico de Cambridge) encontrou a estrutura teórica para suas própria teoria filosófica a respeito do pensamento político. Com aquela teoria, Skinner aprendeu que as *convenções linguísticas* e os *jogos de linguagem* são uma chave muito mais adequada para tentar *compreender* o que o autor de um escrito do passado *tentava fazer* ao escrever o que escreveu. O significado de toda elocução – oral ou escrita – deve ser entendida assim como uma ação, uma ação linguística cuja performance se dá para tentar alcançar as intenções de seu agente (não, porém, no sentido “voluntarista”, mas no sentido retórico e contextual: os objetivos visados perante um dado público, utilizando a linguagem de um dado contexto). Ao historiador restaria, portanto, uma técnica clara de análise: determinar o que um autor rejeita, aceita ou ignora dentro das *convenções políticas e linguísticas* da qual fazia ou podia fazer parte. CF. M. RICHTER, *The history...* cit.

dos intérpretes de ambas as escolas, Melvin Richter, é ao incluir os aspectos da história intelectual de Cambridge que a *Begriffesgeschichte* alcança uma definição sofisticada de contexto intelectual, que permite responder questões a respeito do contexto histórico e da recepção de textos e ideias.

Sintetizemos as diferenças e complementos. Para Skinner, é importante pensar no “significado como uso”, isto é, a intenção, a pragmática que determinado texto em determinada época tinha incorporado a si. Ao mesmo tempo, mesmo que haja uma grande amplitude de significados, cabe ao historiador tentar compreender *aquele* significado *naquele* contexto. Do outro lado, Koselleck, foca na tensão essencial – e dialética – entre presente e passado como real pressuposto da historiografia, a partir de análises diacrônicas. É a partir daí que tenta reconstruir tradições intelectuais, devotando particular atenção a natureza histórica dos conceitos (e defende-la, de forma autônoma, da história social). Ambos, portanto, trazem uma ideia de contextos situacionais de cada conceito político. A história do direito não se justapõe sempre à história dos conceitos, mas a perspectiva teórica e metodológica aqui apresentada parece ser adequada para os propósitos da investigação sobre a *iurisdictio*.

Bibliografia

- ALFÖLDY, GÉZA, *A história social de Roma*, trad. Maria do Carmo Cary, Lisboa, Presença, 1989. [original *Römische Sozialgeschichte*, Wiesbaden, Franz Steiner, 1975].
- AMIRANTE, LUIGI, *Studi di storia costituzionale romana*, Napoli: Eugenio Jovene, 1988.
- ANSELMO, Giuseppina Aricó, *Ius Publicum – Ius Privatum in Ulpiano, Gaio e Cicerone*, in *AUPA* 37 (1983), p. 445-787.
- ANDO, CLIFFORD, *Was Rome a polis?*, in *Classical Antiquity* 18 (1999), p. 5-34.
- ANDO, CLIFFORD, *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*, Berkeley, University of California Press, 2000.
- ANDO, CLIFFORD, *Aliens, Ambassadors and the integrity of the Empire*, in *Law and History Review* 26 (2008), p. 491-519.
- ANDO, CLIFFORD, *Imperial Rome AD 193 to 284: the critical century*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2012.
- ANDO, CLIFFORD, *Exemplum, analogy and precedent in Roman Law*, in LOWRIE, MICHÈLE; LÜDEMANN, SUSANNE (editors). *Between exemplarity and singularity: Literature, Philosophy and Law*, New York, Routledge, 2015, p. 111-122.
- ANDO, CLIFFORD, *Law, language and Empire in the Roman Tradition*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2011.
- ANDO, CLIFFORD, *Roman social imaginaries: language and thought in contexts of Empire*, Toronto, University of Toronto Press, 2015.
- ANDO, CLIFFORD; DU PLESSIS, PAUL J.; TUORI, KLAUS (editors), *The Oxford Handbook of Roman Law and Society*, Oxford, Oxford University Press, 2016.
- ASTIN, A. E.; FREDERIKSEN, M. W.; OGILVIE, R. M.; WALBANK, F. W. (editors), *The Cambridge Ancient History, Vol. 8: Rome and the Mediterranean to 133 BC*, 2a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- ASTIN, A. E.; FREDERIKSEN, M. W.; OGILVIE, R. M.; WALBANK, F. W. (editors), *The Cambridge Ancient History, Vol. 7, Part 2: the rise of Rome to 220 BC*, 2a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- BAUMAN, RICHARD ALEXANDER, *Lawyers in Roman Transitional Politics: a study of the Roman jurists in their political setting in the Late Republic*, München, Beck, 1985.

- BAUMAN, RICHARD ALEXANDER, *Lawyers and Politics in the early Roman Empire: a study of relations between the Roman Jurists and the Emperors from Augustus to Hadrian*, München, Beck, 1989.
- BECK, HANS; DUPLÁ, ANTONIO; JEHNE, MARTIN; PINA POLO, FRANCISCO (orgs.), *Consuls and Res Publica: Holding High Office in the Roman Republic*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011.
- BECK, HANS, *Money, Status, and Class Coherence: The ambitus Legislation of the 180s BC.*, in BECK, HANS; JEHNE, MARTIN; SERRATI, J., *Money and Power in the Roman Republic*, Bruxelles, Latoumus, 2016, p. 131-152.
- BERGER, ADOLF, *Encyclopedic dictionary of Roman Law*, New Jersey, The Lawbook Exchange, 2004.
- BEVIR, MARK, *Are there perennial problems in political theory?*, in *Political Studies* 42, n. 4 (1994), p. 662-675.
- BEVIR, MARK, *The logic of the history of ideas*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004 [trad. port. *A lógica da história das ideias*, trad. Gilson César Cardoso de Sousa, Bauru: EDUSC, 2008].
- BEVIR, MARK, *On Tradition*, in *Humanitas* 13, n. 2 (2000), p. 28-53.
- BLEICKEN, JOCHEN, *Lex Publica: Gesetz und Recht in der Römischen Republic*, Berlin, De Gruyter, 1975.
- BLEICKEN, JOCHEN, *Geschichte der Römischen Republik*, 6. ed., München, Oldenbourg, 2004.
- BLOCH, MARC, *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, trad. André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001 [original *Apologie pour l'histoire ou le Métier d'historien*, Paris, Armand Colis, 1949].
- BODIN, JEAN, *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566), Paris, Iac. Stoer, 1650, disponível in < https://archive.org/details/bub_gb_xj8Wn9pqP1sC > [10/07/2018].
- BÖTTCHER, CARLOS ALEXANDRE, *História da magistratura: o pretor no direito romano*, São Paulo, LCTE, 2011.
- BOWMAN, ALAN K.; CHAMPLIN, EDWARD; LINTOTT, ANDREW (editors), *The Cambridge Ancient History, Vol. 10: the Augustan Empire, 43 BC-AD 69*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- BOWMAN, ALAN K.; GARNSEY, PETER; RATHBONE, DOMINIC (editors), *The Cambridge Ancient History, Vol. 11: the High Empire, AD 70-192*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- BOWMAN, ALAN K.; CAMERON, AVERIL; GARNSEY, PETER (editors), *The Cambridge Ancient History, Vol. 12: the crisis of the Empire, AD 193-337*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- BRENNAN, T. COREY, *The praetorship in the Roman Republic*, Oxford, Oxford University Press, 2000, 2 vol.
- BRETONE, MARIO, *Tecniche e ideologie dei giuristi romani*, Napoli, Edizioni scientifiche italiane, 1984.
- BRETONE, MARIO, *História do Direito Romano*, trad. Isabel Teresa Santos e Hossein Seddighzadeh Shooja, Lisboa, Estampa, 1998. [original *Storia del Diritto Romano*, Milano, Laterza, 1987].
- BRUNNER, OTTO; CONZE, WERNER; KOSELLECK, REINHART (eds.), *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur Politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1972-1997, 9 vol.
- BRUNT, PETER ASTBURY, *Lex de Imperio Vespasiani*, in *JRS* 67 (1977), p. 95-116.
- BRUNT, PETER ASTBURY, *Roman Imperial Themes*, Oxford, Clarendon Press, 1990.
- BRUTTI, MASSIMO, *Il dialogo tra giuristi e imperatori*, in MAROTTA, VALERIO; STOLFI, EMANUELE, *Ius Controversum e processo fra tarda repubblica ed età dei Severi: Atti del Convegno (Firenze, 21-23 ottobre, 2010)*, Roma, Bretschneider, 2012, p. 97-204.
- BRYEN, ARIZ., *Judging Empire: Courts And Culture in Rome's Eastern Provinces*, in *Law and History Reviews* 3, n. 2 (2012), p. 771-811.
- COLOGNESI, LUIGI CAPOGROSSI, *Cittadini e territorio: consolidamento e trasformazione della 'civitas Romana'*, Roma, La Sapienza, 2000.
- COLOGNESI, LUIGI CAPOGROSSI, *Lezioni di storia del diritto romano: monarchia e repubblica*, Napoli, Eugenio Jovene, 2006.
- COLOGNESI, LUIGI CAPOGROSSI, *Storia di Roma tra diritto e potere: la formazione di un ordinamento giuridico*, 2^a ed., Bologna, il Mulino, 2014.
- COLOGNESI, LUIGI CAPOGROSSI, *La costruzione del diritto private romano*, Bologna, il Mulino, 2016.

- CORREIA, ALEXANDRE; CORREIA, ALEXANDRE AUGUSTO DE CASTRO E SCIASCIA, GAETANO, *Manual de Direito Romano: Institutas de Gaio e de Justiniano vertidas para o português, em confronto com o texto latino*, 2 vol., 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1955.
- CROOK, JOHN ANTHONY; LINTOTT, ANDREW; RAWSON, ELIZABETH DONATA (editors), *The Cambridge Ancient History, Vol. 9: the last age of the Roman Republic, 146-43 BC*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- CROOK, JOHN ANTHONY, *Legal Advocacy in the Roman World*, New York, Cornell University Press, 1995.
- CRUZ E TUCCI, JOSÉ ROGÉRIO, *Jurisdição e Poder: contribuição para a história dos recursos cíveis*, São Paulo, RT, 1986.
- COSTA, PIETRO, *Iurisdiction: semantica del potere politico nella repubblica medievale (1100-1433)* [1969], Milano, Giuffrè, 2002.
- COSTA, PIETRO, *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*, trad. de Alexander Rodrigues de Castro et alii, Curitiba, Juruá, 2010.
- DAUBE, DAVID, *The peregrine praetor*, in *JRS* 41 (1951), p. 66-70.
- DE BUJÁN, FERNANDEZ DE, *Jurisdicción voluntaria en Derecho Romano*, Madrid, Reus, 1986.
- DE MARTINO, FRANCESCO, *La giurisdizione nel diritto romano*, Padova, CEDAM, 1937.
- DE MARTINO, FRANCESCO, *Storia della costituzione romana*, 6 vol., 2a ed., Napoli, Eugenio Jovene, 1951-1991..
- DU PLESSIS, PAUL J. (editor), *New frontiers: Law and Society in the Roman World*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2013.
- DU PLESSIS, PAUL J. (editor), *Cicero's Law: rethinking Roman Law of the Late Republic*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2016.
- ENDICOTT, TIMOTHY, *Interpretation, jurisdiction, and the authority of law*, in *American Philosophical Association Newsletter* 6, n. 2 (2007), p. 14-19.
- ERDKAMP, PAUL (editor), *The Cambridge Companion to Ancient Rome*, Cambridge, Cambridge University Press, 2013.
- ERSKINE, ANDREW, *Roman Imperialism*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2010.
- FANIZZA, LUCIA, *L'Amministrazione della giustizia nel Principato: aspetti, problemi*, Roma, Bretschneider, 1999.
- FANIZZA, LUCIA, *Autorità e diritto, l'esempio di Augusto*, Roma, Bretschneider, 2004.
- FRIER, BRUCE W, *Landlords and tenants in Imperial Rome*, Princeton, Princeton University Press, 1980.
- FRIER, BRUCE W, *The rise of the roman jurists: studies in Cicero's Pro Caecina*. Princeton, Princeton University Press, 1985.
- FRIER, BRUCE W, *Finding a Place for Law in the High Empire: Tacitus, Dialogus 39.1-4*, in ANGELIS, F. DE, *Spaces of Justice in the Roman World*, Leiden, Brill, 2010, p. 67-87.
- FROHNEN, BRUCE, *Tradition, Habit, and Social Interaction: a Response to Bevir*, in *Humanitas* 14, n. 1 (2001), p. 108-116.
- FORD, RICHARD T., *Law's Territory (A History of Jurisdiction)*, in *Michigan Law Review* 97, n. 4 (1999), p. 843-930.
- GALLO, FILIPPO, *L'officium del pretore nella produzione e applicazione del diritto*, Torino, Giappichelli, 1997.
- GARNSEY, PETER. *The criminal jurisdiction of Governors*, in *JRS* 58 (1968), p. 51-59.
- GARGOLA, Daniel J., *The Shape of the Roman Order: the Republic and its Spaces*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2017.
- GROSSI, PAOLO, *O Direito entre poder e ordenamento*, trad. Arno Dal Ri Júnior, Belo Horizonte, Del Rey, 2010.
- GUARINO, ANTONIO, *Storia del diritto romano*, 7a ed., Napoli, Eugenio Jovene, 1987.
- HAMMER, DEAN, *Roman Political Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2014.
- HAMPSHER-MONK, IAIN; TILMANS, KARIN; VAN VREE, FRANK, *History of concepts: comparative perspectives*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 1998.
- HART, HERBERT H. L., *O conceito de direito*, 6ª ed., trad. A. Ribeiro Mendes, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011 [original *The Concept of Law*, Oxford, Clarendon 1961].

- HESPANHA, ANTÓNIO MANUEL, Lei e justiça: história e prospectiva de um *paradigma* in HESPANHA, ANTÓNIO MANUEL, *A história do direito na história social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- HESPANHA, ANTÓNIO MANUEL, *Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio*, Lisboa, Almedina, 2012.
- HODGSON, LOUISE, *Res Publica and the Roman Republic: 'Without Body or Form'*, Oxford, Oxford University Press, 2017.
- HONORÉ, TONY, *Gaius: a biography*, Oxford, Clarendon, 1962.
- HONORÉ, TONY, *Tribonian*, New York, Cornell University Press, 1978.
- HONORÉ, TONY, *Imperial' Rescripts A.D. 193-305: Authorship and Authenticity*, in JRS 69, 1979, p. 51-64.
- HONORÉ, TONY, *Emperors and Lawyers: with a palingenesia of third-century imperial rescripts 193-305 AD*, 2nd ed., Oxford, Oxford University Press, 1994.
- HONORÉ, TONY, *Ulpian: pioneer of human rights*, 2nd ed., Oxford, Oxford University Press, 2002.
- HONORÉ, TONY, *Justinian's Digest: character and compilation*, Oxford, Oxford University Press, 2010.
- HÖLKESKAMP, KARL-J., *Reconstructing the Roman Republic: an ancient political culture and modern research*, trad. Henry Heitmann-Gordon, Princeton, Princeton University Press, 2010. [original *Rekonstruktionen einer Republik: Die politische Kultur des antiken Rom und die Forschung der letzten Jahrzehnte*, München, De Gruyter, 2004].
- JASMIN, MARCELO GANTUS; FERES JÚNIOR, JOÃO (orgs.), *História dos Conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro, Loyola/PUC-Rio, 2006.
- JASMIN, MARCELO GANTUS; FERES JÚNIOR, JOÃO, *História dos conceitos dois momentos de um encontro intelectual*, in JASMIN, MARCELO GANTUS; FERES JÚNIOR, JOÃO (orgs.), *História dos Conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro, Loyola/PUC-Rio, 2006, p. 9-39.
- KAPUST, DANIEL J., *Republicanism, Rhetoric and Roman Political Thought: Sallust, Livy and Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- KASER, MAX, *Das Römische Rechtsgeschichte*, München, Beck, 1967.
- KASER, MAX, *The changing face of the Roman Jurisdiction*, in *The Irish Jurist* 2 (1967), p. 129-143.
- KASER, MAX, *Direito privado romano*, trad. Samuel Rodrigues e Ferdinand Hämmerle, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999 [original *Römisches Privatrecht*, München, Beck, 1992].
- KASER, MAX, *Das Römische Zivilprozessrecht*, München, Beck, 1996.
- KELSEN, HANS, *Teoria geral do direito e do Estado*, 4^a ed., trad. Luís Carlos Borges, São Paulo: Martins Fontes, 2005. [original *General Theory of Law and State*, Cambridge, Harvard University Press, 1945].
- KELSEN, HANS, *Teoria Pura do Direito*. 8^a ed., trad. João Baptista Machado, São Paulo: Martins Fontes, 2011. [original *Reine Rechtslehre: Einleitung in die rechtswissenschaftliche Problematik*, Leipzig-Wien, 1934; Wien, 1960]
- KOSELLECK, REINHART, *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, trad. Manoel Luis Salgado Guimarães, in *Estudos Históricos* 5, n 10 (1992), Rio de Janeiro, p. 134-146.
- KOSELLECK, REINHART, *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, trad. Luciana Villa-Boas Castelo-Branco, Rio de Janeiro, Contraponto-EDUERJ, 1999. [original *Kritik und Krise: eine Studie zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*, Freiburg: K. Alber, 1959].
- KOSELLECK, REINHART, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Ameida Pereira, Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 2006. [original *Vergangene Zukunft: zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1979].
- KOSELLECK, REINHART, *Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe*, trad. Janaína de Oliveira e Marcelo Gantus Jasmin, in JASMIN, MARCELO GANTUS; FERES JÚNIOR, JOÃO (orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro, Loyola/PUC-Rio, 2006, p. 97-109.
- KOSELLECK, REINHART, *Entrevista com Reinhart Koselleck*, trad. Janaína de Oliveira e Marcelo Gantus Jasmin, in JASMIN, MARCELO GANTUS; FERES JÚNIOR, JOÃO (orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro, Loyola/PUC-Rio, 2006, p. 135-170.

- KOSELLECK, REINHART, *Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe*, trad. Mychaela Richter, in *Contributions to the History of Concepts* 6, (2011), p. 1-36.
- KOSELLECK, REINHART, *Estratos do tempo: estudos sobre história*, trad. Markus Hediger, Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014. [original *Zeitschichten: Studien zur Historik*, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 2000].
- KOSELLECK, REINHART, *História, direito e justiça*, in KOSELLECK, REINHART. *Estratos do tempo: estudos sobre história*, trad. Markus Hediger, Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014, p. 313-332.
- KUNKEL, WOLFGANG, *An introduction to Roman Legal and Constitutional History*, trad. J. M. Kelly, Oxford, Clarendon Press, 1966.
- KUNKEL, WOLFGANG, *Staatsordnung und Staatspraxis der römischen Republik*, 2a ed., München, Beck, 1995.
- LEE, DANIEL, *Popular Sovereignty in the Early Constitutional Thought*, Oxford, Oxford University Press, 2016.
- LOBRANO, GIOVANNI, *Fondamento e natura del potere tribunitio nella storiografia giuridica contemporanea*, in *Index: Quaderni camerti di studi romanistici*, Vol. 3, Milano, Edizione Scientifiche Italiane, 1972, p. 235-262.
- LOBRANO, GIOVANNI, *Diritto pubblico romano e costituzionalismi moderni*, Sassari, Carlo Delfino Editore, 1989.
- LOBRANO, GIOVANNI, *Res publica res populi: la legge e la limitazione del potere*, Torino, Giappichelli, 1994.
- LOBRANO, GIOVANNI, *A teoria da respublica (fundada sobre a “sociedade” e não sobre a “pessoa jurídica”) no Corpus Juris Civilis de Justiniano (Digesto 1.2-4) in Sequência: estudos jurídicos e políticos* 30, n. 59 (2009), p. 13-41.
- LOPES, JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES, *As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*, São Paulo, Editora 34-Edesp, 2004.
- MAROTTA, VALERIO, *Ulpiano e L’Impero: II. Studi sui libri de officio proconsulis e la loro fortuna tardoantica*, Napoli, Lodoffredo Editore, 2004.
- MAROTTA, VALERIO, *Un esenpio di amministrazione giudiziale: decreti dei consigli cittadini e appellatio*, in BARONE, ANSELMO (a cura di). *Ammistrare un Impero: Roma e le sue province*, Trento, Università di Trento, 2007, p. 51-87.
- MARROU, HENRI-IRÉNÉE, *Sobre o Conhecimento Histórico*, trad. Roberto Cortes de Lacerda, Rio de Janeiro, Zahar, 1978. [original *De la connaissance historique*, Paris, Le Seuil, 1954].
- MILLAR, FERGUS, *The Emperor in the Roman World: 31 BC – AD 337*, London, Duckworth, 1977.
- MILLAR, FERGUS, *Government and Law: Ulpian, a Philosopher in Politics?*, in CLARK, GILLIAN E RAJAK, TESSA, *Philosophy and Power in the Graeco-Roman World: Essays in Honour of Miriam Griffin*, New York, Oxford University Press, 2002, pp. 69-87.
- MILLAR, FERGUS, *The Roman Republic in Political Thought*, Hanover, University Press of New England, 2002.
- MOMMSEN, THEODOR, *Römisches Geschichte*, Leipzig, Hirzel, 1854-1856, 5 vol. [Trad. port. *História de Roma*, trad. Antônio Olinto, Rio de Janeiro, Opera Mundi, 1971; trad. esp. *Historia de Roma*, trad. A. García Moreno, Madrid, Turner, 2003, 4 vol.]
- MOMMSEN, THEODOR, *Römisches Staatsrechts [1853-1856]*, 2a ed., Leipzig, Hirzel, 1876.
- MOMMSEN, THEODOR, *Abriss des römischen Staatsrechts*, Leipzig, Hirzel, 1899. [Trad. ital. *Disegno del diritto pubblico romano*, trad. P. Bonfante, Milano: CELUC, 1973]
- MOMMSEN, THEODOR, *Römisches Strafrecht*, Leipzig, Duncker & Humblot, 1899. [Trad. esp. *Derecho penal romano*, trad. Pedro Dorado Montero, Bogotá, Temis, 1999].
- MOMMSEN, THEODOR; BRUNS, CARL GEORG; GRANDEWITZ, OTTO, *Fontes Iuri romani antiqui*, Friburg, C. B. Mohrii-P. Siebeck, 1893, 3 vol.
- MORAES, BERNARDO BISSOTO QUEIROZ DE, *Manual de Introdução ao Digesto*, São Paulo, YK, 2018.
- NOCCERA, GUGLIELMO, *Giurisdizione nel diritto romano, i: Silloge*. Catania, Torre, 1998.
- ORESTANO, RICCARDO, *Gli editti imperiali contributo alla teoria della loro validità ed efficacia nel diritto classico*, Roma, Roma Cortona, 1937.
- ORESTANO, RICCARDO, *L’appello civile in diritto romano*, Torino, Giapichelli, 1953.

- ORESTANO, RICCARDO, *Il 'problema delle persone giuridiche' in diritto romano*, Torino, Giappichelli, 1968.
- ORESTANO, RICCARDO,; MARZO, SALVATORE DI, *Storia della procedura criminale romana: la giurisdizione dalle origini alle XII Tavole*, Napoli: Napoli Jovene, 1986.
- ORESTANO, RICCARDO, *Introducción al estudio del derecho romano*, trad. Manuela Abellán Velasco, Madrid, Boletín Oficial del Estado Madrid, 1997. [original *Introduzione allo studio storico del diritto romano*, 2. ed., Bologna, Il Mulino, 1961].
- ORESTANO, RICCARDO, *Appunti sulla cognitio extra ordinem*, Napoli, Jovene, 1998.
- PALONEN, KARI, *The History of Concepts as a Style of Political Theorizing: Quentin Skinner's and Reinhart Koselleck's Subversion of Normative Political Theory*, in *EJPT* 1, n. 1 (2002), p. 91-106.
- PALONEN, KARI, *The politics of conceptual history*, in *Contributions to the History of Concepts* 1, n. 1 (2005), p. 37-50.
- POCOCK, JOHN G. A., *Political Thought and History: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- REIS, JOSÉ CARLOS, *O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e 'Annales': uma articulação possível*, in *Síntese* 73 (1996), p. 229-252.
- RICHTER, MELVIN, *The history of political and social concepts: a critical introduction*, Oxford, OUP, 1995.
- RICHTER, MELVIN. *Avaliando um clássico contemporâneo: o Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura*, in JASMIN, MARCELO GANTUS; FERES JÚNIOR, JOÃO (orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro, Loyola/PUC-Rio, 2006, p. 39-53.
- SCHIAVONE, ALDO, *La Storia Spezzata: Roma Antica e Occidente Moderno*, Roma, Laterza, 2002. [Trad. port. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*, trad. Fábio Duarte Joly, São Paulo, Edusp, 2009].
- SCHIAVONE, ALDO, *Ius: L'invenzione del diritto in Occidente*, Torino, Einaudi, 2005. [Trad. esp. *Ius: la invención del derecho en Occidente*, trad. Germán Prósperi, Córdoba, Adriana Hidalgo, 2009].
- SCHULZ, FRITZ, *Principles of Roman Law*, trad. Marguerite Wolff, Oxford, Clarendon Press, 1936.
- SCHULZ, FRITZ, *History of Roman Legal Science*, Oxford, Clarendon, 1946.
- SCHULZ, FRITZ, *Classical Roman Law*, Oxford, Clarendon, 1951. [Trad. Esp. *Derecho romano clásico*, trad. José Santa Cruz Teigeiro, Barcelona: BOSCH, 1960].
- SERRAO, FELICIANO, *La iurisdictio del pretore peregrino*, Milano, Giuffrè, 1954.
- SILVA, OVÍDIO A. BAPTISTA DA, *Jurisdição e execução na tradição romano-canônica*, Rio de Janeiro, Forense, 2007.
- SILVA, OVÍDIO A. BAPTISTA DA, GOMES, FÁBIO LUIZ, *Teoria Geral do Processo Civil*, 5ª ed., São Paulo: RT, 2009.
- SILVA, RICARDO, *O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições*, in *Revista Brasileira de Ciência Política* 1 (2009), Brasília, p. 123-151.
- SILVA, RICARDO, *História Intelectual e Teoria Política*, in *Revista Sociologia Política* 17, n. 34 (2009), Curitiba, p. 301-319.
- SKINNER, QUENTIN, *Some Problems in the Analysis of Political Thought and action*, in TULLY, James, *Meaning and Context. Quentin Skinner and his critics*, Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell, 1988.
- SKINNER, QUENTIN, *A liberdade e o historiador* in SKINNER, QUENTIN, *Liberdade antes do liberalismo*, São Paulo: Editora Unesp, 1999. [Original: *Liberty before Liberalism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998].
- SKINNER, QUENTIN, *Visions of Politics, Vol. 1: Regarding Method*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- STRAUMANN, BENJAMIN, *Crisis and constitutionalism: Roman Political Thought from the fall of the Republic to the Age of Revolution*, Oxford, Oxford University Press, 2016.
- SYME, RONALD, *The Roman Revolution*, Oxford, Clarendon, 1939.
- SYME, RONALD, *Lawyers in Government: the case of Ulpian*, in *Roman Papers*, vol. III, 1980 pp. 863-868.
- TELLEGEN-COUPERUS, OLGA, *Pontiff, praetor, and iurisdictio in the Roman Republic*, in *The Legal History Review* 74, n. 1 (2006), p. 31-44.

- TUORI, KAIUS, *Hadrian's perpetual edict: ancient sources and modern ideals in the making of a historical tradition*, in *Journal of Legal History* 27, n. 3 (2006), p. 219-237.
- VILLEY, MICHEL, *Direito Romano*, trad. Fernando Couto, Porto: Res Jurídica, 1991 [original: *Le Droit Romain*, Paris, PUF, 1945].
- VILLEY, MICHEL, *A formação do pensamento jurídico moderno*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [original: *La Formation de la pensée juridique moderne*, Paris, PUF, 1975].
- VILLEY, MICHEL, *O direito e os direitos humanos*, trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo, Martins Fontes, 2007 [original: *Le Droit et les Droits de l'homme*, Paris, PUF, 1983].
- TUORI, KAIUS, *Ancient Roman Lawyers and Modern Legal Ideals: Studies on the impact of contemporary concerns in the interpretation of ancient Roman Legal History*, Frankfurt, Frankfurt am Main, 2007.
- TUORI, KAIUS, *The Disputed Roots of Legal Pluralism*, in *Law, Culture and the Humanities* 9 (2013), p. 330-352.
- TUORI, KAIUS, *Lawyers and Savages: Ancient History and Legal Realism in the Making of Legal Anthropology*, Routledge, 2014.
- TUORI, KAIUS, *The Emperor of Law: the emergence of Roman Imperial adjudication*, Oxford, Oxford University Press, 2016.
- TUORI, KAIUS, *Schmitt and the Sovereignty of Roman Dictators: from the Actualization of the Past to the Recycling of Symbols*, in *History of European Ideas* 42 (2016), p. 95-106.
- ULLMANN, WALTER, *Law and jurisdiction in the Middle Ages*, Hampshire, Ashgate, 2003.
- VERA-CRUZ PINTO, EDUARDO, *Curso de Direito Romano*, vol. 1, Parede, Principia, 2009.

Bart. ad lib. Secundum Digesti.

LEX VII.
 a In consilio. Alias, in consilium. Ratio quare curator potest assidere, quia publicum salarium non habet. Et est una ratio, alia ratio est, quia iste non est assessor inter concives, sed inter filium, & privatum, unde concives et invidere non poterunt. Nam ratio quare quis non potest in sua provincia assidere, est propter suspicionem, ne quid gratiose faciat, &c. Item nemo Propheta acceptus in patria sua, ut no. ex quibus cau. ma. l. hi qui. & Mat. 13. in fi. & no. supra eodem l. si eadem. Alias debet puniri, ut l. in consiliariis. C. de assessor. Unde haec suspicio, quam

is habet de ipsis, facit ne ipsi in sua civitate possint assidere, & eos puniri si assiderit sine Principis permisso, ut l. hi qui. & l. hi qui. preal. Alia ratio assignatur per alios. Et ideo hoc casu potest in provincia assidere, quia gratis servit & sine damno Republicae, & ideo admittatur, ut hic dicitur. Prima tamen opinio est melior, quam glo. hic assignat.

ADDITIONO.

In consilio. Adde Ludo. Rom. in consil. 213. ubi disputat, quis potest residere in patria, idem in consil. 5. And. Barb. ubi adde quod voluit no. gl. in Auth. de defen. civ. §. in futurum in materia.

Finis Libri Primi.

LIBER SECUNDVS.
 Arbor iurisdictionum.



Divisiones, & declarationes iurisdictionum.

a **I**urisdictione in genere sumpta dicitur secundum Pet. & Bar. in duas species (scilicet opinionibus gl. in l. Imperium. de iurisd. om. iud. & Doct. aliorum). In Imperium, & iurisdictionem Simplex sumptam. Ideo opere presidi duxi, nonnullas hic subijcere declarationes, seu potius distinctiones ad huius arboris, vel divisionis iurisdictionum notitiam. Et primo quid sit iurisdictione? Est autem iurisdictione in genere sumpta, pars de publico introducta, cum necessitate iuris dicendi, & aequitatis statuenda. gl. & ibi Bar. in l. j. cod. gl. in Auth. de defen. civ. §. iustitiam. in gl. magna, circa medium. Idem Bart. in d. l. Imperium. & ibi las. Dic quod si verba dicte distinctionis pro-

pre intelligantur, non est opus ad dicam distinctionem aliqua supplementatione, prout facit Bar. in v. vestigia, & perfecta, ut ibidem late per eundem. Et de iurisdictione a iuris, & citio, quod est potestas, ut in l. in proce. §. quorum. in ver. ditioni. & in l. 2. C. de liber. & eorum lib. de iurisdictione, quasi iuris potestas. Circa ista quere de cōne vtili. Princeps concessit alicui iurisdictionem, nihil aliud addendo, utum per hoc videatur concessisse merum & mixtum imperium, an tantummodo iurisdictionem in specie sumptam. Aug. & las. in d. l. Imperium. dicunt (sicut communiter Doct. tenent) quod princeps concedendo iurisdictionem, concedit tantum simplicem iurisdictionem, & non merum & mixtum imperium, nisi princeps concessisset plenissimam iurisdictionem, quia in tali imperlatu, concessisset merum & mixtum imperium. l. si in aliqua. §. cum

Figura 1. Ilustração da *Arbor iurisdictionum*, imagem relativamente disseminada (em diferentes versões, assim como diferentes árvores para outros temas técnicos) em edições do *Digestum vetus* para introduzir o livro segundo, título primeiro (*De iurisdictione*) do *Digesto*. A imagem acima pertence, no entanto, aos Comentários de Bártolo (*Bartolus a Saxoferrato in primam[-secundam] codicis partem*), em edição publicada em Veneza em 1590. A edição de origem desta imagem faz parte do setor de livros raros do acervo da Roman-Canon Law Association of the Bar of the City of New York (Yale Law School). Disponível in < <https://www.flickr.com/photos/yalelawlibrary/> >, álbum "Legal Trees" [10/07/2018].

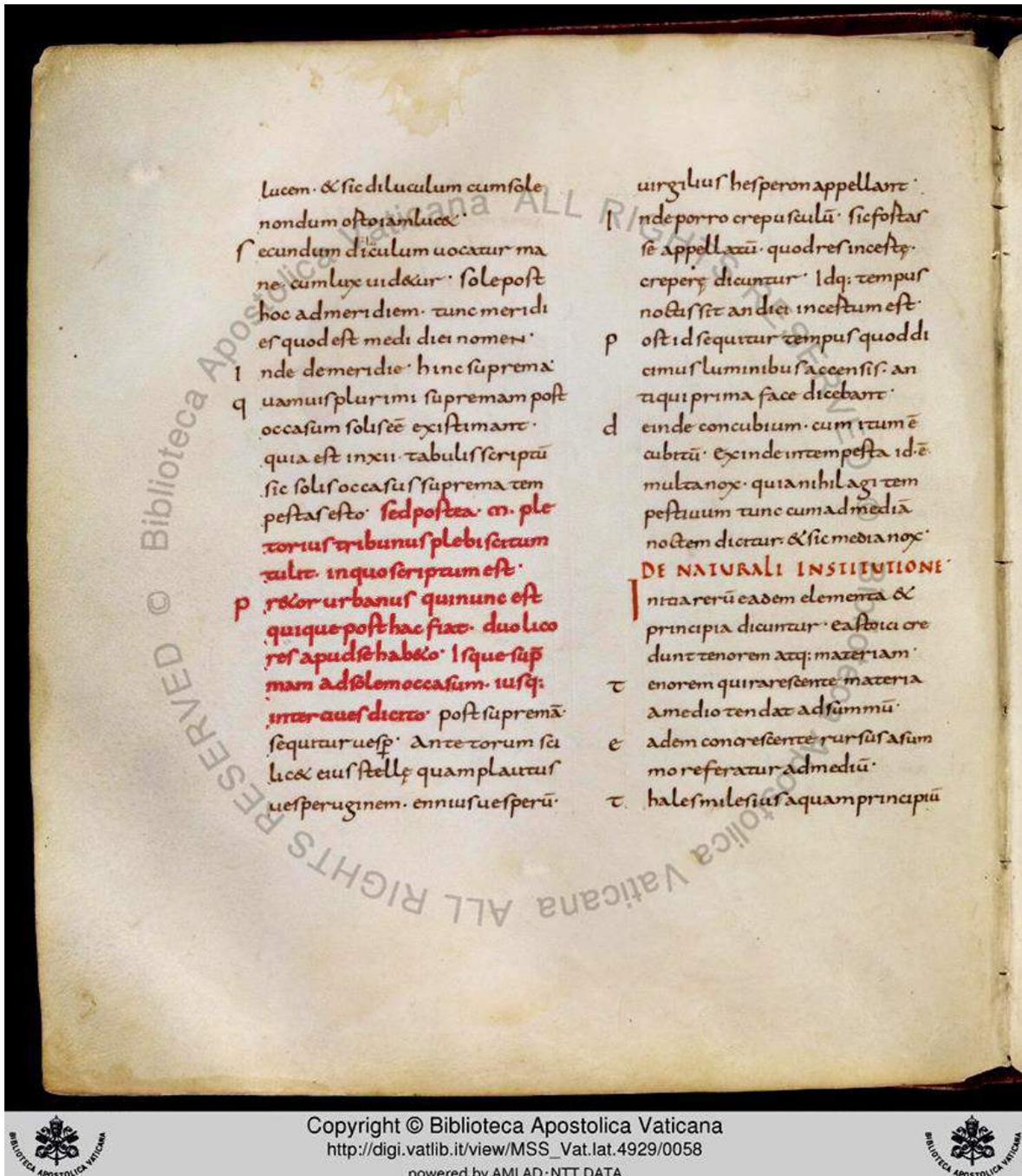


Figura 2. Excerto da obra *De Die Natali Liber ad Q. Caerellium* (238 d.C.) do gramático Censorinus (grifos nossos), presente no *Códex Vat. Lat. 4929*, f. 26^v, manuscrito datado do século IX, disponível in < https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.4929 > [10/07/2018]. Especificamente, a página contém Cens. *Die Nat.* 24.3, passagem que faz referência à *Lex Plaetoria de iurisdictione* (c. 242 a.C.). O texto, embora controverso em sua interpretação, é bem conhecido e um marco tanto na história institucional (não é casual a datação aproximada à criação do pretor peregrino e ao primeiro período de especialização da atividade pretoriana quanto ao direito) quanto na história da *iurisdictio* romana. Eis a transcrição: “M. Plaetorius tribunus plebis scitum tulit, in quo scriptum est: *Praetor urbanus, qui nunc est quique post hac fixat, duo lictores apud se habeo usque supremam ad solem occasum usque inter cives dicitur*” (= FIRA I, 45).



A política como conflito: a noção de antagonismo na teoria de Ernesto Laclau

Letícia Baron¹
Bianca de Freitas Linhares²

GT 5 – Teoria Política

¹ Doutoranda em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, letibaron@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutora em Ciência Política, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, biancaflinhares@gmail.com

1. Introdução:

O objetivo do presente estudo é explorar, através das construções teóricas de Laclau e Mouffe, a percepção de que a política não está fundamentada em princípios últimos, razão porque os processos de identificação e de constituição do social estão sempre caracterizados pela contingência e precariedade. Nesse sentido, uma ordem discursiva que se coloca como hegemônica sempre está ameaçada pelo discurso que o nega. Dessa forma, os autores trazem ao campo teórico político contribuições inovadoras no que tange à compreensão do caráter aberto e sempre negociado do social.

Recebendo influência do pensamento de Carl Schmitt (WENNMAN, 2014), Laclau se filia a uma corrente que considera que a existência de conflitos no âmbito da política é um evento natural e imanente ao campo. Afasta-se o olhar das disputas de poder corriqueiramente intermediadas pelas regras institucionais para que se compreenda o momento do político em sua peculiaridade e raridade, através do qual se processa uma reestruturação na organização de poder e modificações sistêmicas significativas.

O cerne de todas as questões referentes às disputas políticas está na impossibilidade de fechamentos de sentidos em torno da constituição de uma identidade única e também pela noção de antagonismo, explicada pelo autor como “o limite de toda a objetividade. Isso deve ser entendido em seu sentido mais literal: como afirmação de que o antagonismo não tem um sentido objetivo, de modo que é aquilo que impede a constituição da objetividade como tal” (LACLAU, 1993, p. 34).

Para a devida exploração destes conceitos, divide-se o trabalho em três momentos distintos: o primeiro tem por finalidade situar o leitor acerca dos pressupostos epistêmicos que substanciam tal construção teórica, decorrentes de uma série de transformações ocorridas na compreensão do lugar da linguagem e do discurso na produção de conhecimento. A segunda parte do artigo dá conta das noções de discurso e a formação das identidades no campo político, introduzindo-se aí a noção de antagonismo defendida pelo autor. Por fim, apresentam-se os efeitos práticos da adoção de discurso na impossibilidade de objetivação do social, demonstrando-se porquê, para este autor, o conflito é algo inerente à política.

2. A nova compreensão de discurso e a teoria de Laclau e Mouffe:

No campo da linguística, a análise do discurso já é objeto de filiações e discussões desde a década de 1960, principalmente após firmar vínculos entre a linguagem e a estruturação do inconsciente e da ideologia (BURITY, 2010). No Brasil, essa influência passou a ser sentida a partir da década de 1970, muito por conta das publicações resultantes dos debates europeus (destacando-se a França como importante local de produção de conhecimento) e pela emergência de discussões articulando linguagem, subjetividade e realidade social no campo das ciências humanas (LOPES, 2012).

As novas discussões em torno da ideia de discurso propunham um rompimento com o entendimento anterior, cujo objeto de estudo estava voltado aos usos populares e eruditos da língua (BURITY, 1997). O discurso passara então a ser compreendido a partir do lugar que esse ocupava enquanto inserido em relações sociais de produção, circulação e troca de bens materiais e simbólicos em determinado tempo e lugar (ibidem). Nesse contexto, compreendeu-se que a linguagem não pode ser separada da vivência social, e tampouco ser afastada das dissimetrias de poder (BARROS, 2006). Acabou-se por inaugurar uma nova construção da realidade ignorada por vários campos científicos, cujo mérito reside na compreensão de que a materialidade do real é interpelada pelo simbólico. Isso significa dizer que “a realidade social é, como no adágio popular, “dita-e-feita”, não há distância nem sequência entre um mundo duro dos objetos e um mundo etéreo dos signos” (BURITY, 2010, p. 10). Como o processo de simbolização decorre de uma construção social, processa-se também um rompimento com a ideia existencialista acerca de um sujeito detentor de liberdade de vontade, iniciativa e realização (ibidem). Nesse sentido, explica Burity que

O sujeito está posicionado, delimitado: por instituições, pelos coletivos dos quais participa, pela temporalidade da sua formação social, pela incompletude de seu domínio sobre o mundo e pela intransparência de sua própria experiência de si. O discurso, como lugar de produção de sentido, é um lugar no qual essas duas dimensões se articulam (BURITY, 2010, p. 10).

Disso decorre uma importante observação sobre o caráter dos estudos que estavam emergindo: eles estavam preocupados não só com a linguagem, como também se voltavam à noção de discurso (BARROS, 2006). Ele não só dizia respeito às falas, palavras, intenções manifestas ou veladas, como também às instituições, os costumes, a moda, os procedimentos e comportamentos sociais. Um amplo – e nem sempre pacífico – território de práticas de significação foi descortinado por uma gama de pensadores, amparados nos estudos de Saussure, Lacan e Foucault.

A partir desses novos estudos – que receberam diversas contribuições e aprimoramentos de importantes pensadores classificados no que ficaram conhecidas como correntes estruturalista e pós-estruturalista – Laclau e Mouffe propõem uma notável teoria política em meados da década de 1980. O lançamento do livro “Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical” (1985) teve o mérito de trazer à política as discussões que antes se concentravam no âmbito da linguagem, transformando e recontextualizando as categorias linguísticas, a fim de produzir um novo campo do saber. A linguagem passa a ser compreendida não só como um fenômeno social mas também a assumir a função de mecanismos retóricos ou de articulação de sentidos enquanto lógicas sociais e políticas. Nesse sentido, a teoria do discurso se colocou como

uma teoria de identificação dos significantes cuja contestação ou múltiplo investimento por parte de vários atores sociais permite construir articulações que alteram a ordem vigente – deslocada por crises ou deslegitimada por fracassos ou arbitrariedades – e apontam para alternativas emancipatórias (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015, p. 16).

A partir das categorias desenvolvidas na obra lançada em 1985, o pensamento de Laclau pode ser caracterizado através do emprego das noções de teoria do discurso, democracia radical ou plural ou teoria de hegemonia. O autor propõe, antes de mais nada, uma perspectiva teórica fundamentada na análise política dos processos de significação, através da qual são construídas representações que preenchem, de forma sempre contingente e precária, o lugar do vazio universal. O elemento político do discurso reside, exatamente, na capacidade que tem os significantes de colocarem infinidades de particularidades em relação de equivalência no tocante a um outro antagonístico, produzindo ao mesmo tempo articulações discursivas e divisão do social na busca de hegemonia discursiva.

Da adoção de tais pressupostos, ficam certas consequências no âmbito da Teoria do Discurso. O primeiro deles é a abdicação de qualquer prescritibilidade ou normatividade teórico-social, considerando-se que as decisões tomadas no âmbito da política são sempre incompletas e precárias pela impossibilidade de fechamentos discursivos decisivos. Segundo Mendonça (2003, p. 140) “não há sentidos sociais previamente constituídos, nem sentidos a serem desenhados com o pincel da necessidade. Todos os sentidos, portanto, devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência específicas”.

A segunda consequência que se coloca está no aspecto teleológico do discurso. Conforme se verá no próximo tópico, projetos políticos hegemônicos são construídos a partir de cadeias de equivalências sempre precárias, e, por esta razão, instáveis. Nas palavras dos

autores, “o mundo objetivo está estruturado em sequências relacionais as quais não possuem necessariamente um sentido finalístico e que, em muitos casos, na realidade não requerem qualquer sentido” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 127). Por conta disso, não existem verdades eternas e tampouco é possível prescrever uma forma de organização social.

A terceira consequência está na própria noção de discurso defendida pelos autores. Quando se pensa na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, é preciso se compreender que o discurso possui uma dimensão material. Nas palavras do autor, “um espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se por discurso não se designar somente a palavra e a escritura, mas todo o tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas” (LACLAU, 2000, p. 10).

A mobilização de tais consequências, quando se pensa a teoria política, exige um aparato teórico capaz de dar conta da complexidade de tais pressupostos. As ferramentas desenvolvidas pelos autores serão exploradas no próximo tópico, destacando-se a importância da noção de antagonismo.

3. Discurso, prática articulatória e antagonismo:

Conforme detalhado no tópico anterior, a teoria do discurso de Laclau e Mouffe compreende que as fixações de sentidos são sempre parciais e exercem, sempre de forma precária e contingente, a função de organização do social. Nesse sentido, explica Mendonça (2007, p. 62) que “[a prática articulatória] evidencia uma orientação, uma estrutura interna, ainda que contingente e precária”. As práticas articulatórias compreendem a “construção de pontos nodais que fixam parcialmente sentido; o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, de um constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 117).

A fixação de sentidos, através das práticas articulatórias, se dá sempre em relação ao sistema discursivo que lhe permite as condições de emergências discursivas. Esse sistema propicia que elementos dispersos no campo da discursividade se articulem e produzam um discurso coeso e coerente (transformando-se, assim, no que os autores chamam momentos). Nesse sentido, é importante compreender que é através das práticas articulatórias que se organizam identidades antes dispersas, para que estas possam buscar a hegemonia do campo discursivo e exercer, desta forma, influência política. Explicam Laclau e Mouffe que:

No contexto desta discussão, chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos tais que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas num discurso, nós chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 178)

Considerando os termos da passagem acima, verifica-se que a prática articulatória une elementos que não mantinham nenhuma relação anterior. Quando estes se colocam um em relação ao outro, necessariamente se processa uma modificação em suas identidades, qual seja, há uma “alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória. O resultado da prática articulatória é o discurso” (MENDONÇA, 2003, p. 142).

Um discurso nunca se coloca sem que tenha outro que o negue: para as práticas machistas, se coloca o feminismo; para as práticas homofóbicas, se colocam as pautas gays, etc. Isso se dá porque: i) o antagonismo é condição de existência para que as práticas articulatórias se coloquem em relações de equivalências; ii) a formação das identidades sempre se dá de forma relacional. Estas são duas dimensões importantes para se conhecer o antagonismo.

Em relação à primeira, é importante destacar que Laclau e Mouffe definem o antagonismo como “o limite de toda a objetividade” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 198). Pode-se dizer, de outra forma, que a formação discursiva tem, em dado momento, bloqueada a produção de sentidos pela existência do corte antagônico. Estabelece-se uma relação paradoxal entre um “exterior radical sem medida comum com o interior” (LACLAU, 2000, p. 35), na medida em que a presença constante do antagonismo impossibilita a constituição completa do outro. Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 125), “a presença do outro impede-me de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas”. Isso quer dizer que a produção de sentidos pelo interior discursivo está limitada pelo exterior antagônico: um discurso surge com a pretensão de preencher todos os sentidos que permitam sua completa universalização. Contudo, o antagonismo – assim como a contingência e a precariedade – inviabilizam a concretização de sua pretensão.

Há de se perceber, também, que ao mesmo tempo que o antagonismo bloqueia a expansão de sentidos de um discurso em relação ao discurso que o antagoniza, ele também possibilita que o discurso contrário exista. Laclau (2011) explica que ao mesmo tempo que discurso antagônico ameaça a constituição do interior discursivo antagonizado, ele é também a própria condição da existência do interior, na medida em que este último se constituiu sob a

ameaça da presença do primeiro. Isso é o mesmo que dizer que, para que existam discursos feministas, é preciso que existam práticas machistas.

Essa relação que se estabelece entre os dois discursos antagonizados de negação e de dependência é que impede a constituição da objetividade, compreendida justamente pela impossibilidade do discurso se constituir plenamente. Os autores afirmam que o antagonismo é o limite de toda a objetividade justamente porque ele impede a constituição completa de sentidos em um sistema discursivo que tem a pretensão de dominar o campo da discursividade. Porém, essa pretensão jamais será atingida, seja pelas características próprias do discurso (a contingência e a precariedade), seja pela presença do antagonismo.

O segundo tópico, que diz que as identidades se constituem de forma relacional, exige a compreensão de duas categorias distintas desenvolvidas pelo autor, qual seja: as relações de equivalências e relações de diferenças. Na obra “Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical”, Laclau e Mouffe (2015) se utilizam do exemplo da diferenciação que ocorre entre colonizador e colonizado para demonstrar a complexidade teórica que abarca a noção de equivalência na teoria do discurso. Dizem os autores que, em um país colonizado, o poder dominante se expressa por meio de distinções vinculadas à vestimenta, cor de pele, costumes e linguagem. As categorias não são iguais entre si, porém, quando contrapostos ao povo colonizado, elas perdem sua singularidade para significar algo idêntico subjacente a todas elas, qual seja, a noção de colonizador. Nesse caso, como se poderia determinar a identidade sem que se apagassem as diferenças?

Uma solução ao imbróglio seria tornar equivalentes todas as características diferenciais de um objeto. Contudo, os autores problematizam que uma relação de equivalência que absorva todas as determinações positivas do colonizador em oposição ao colonizado não demonstra as posições diferenciais que existem entre eles, de tal modo que o colonizador passa a ser construído como aquele que não foi colonizado. Sua identidade torna-se puramente negativa.

Como uma identidade não pode se apresentar de forma exclusivamente negativa, se estabelece a grande ambiguidade que atravessa toda a relação de equivalência: os termos, para serem equivalentes, precisam necessariamente ser diferentes (caso contrário, eles seriam idênticos). A equivalência se estabelece entre os termos na medida em que eles compartilham sentidos comuns, sem que isso apague suas diferenças.

Os autores defendem a concepção de que nem as equivalências totais e nem a objetividade diferencial são totalmente alcançadas, por conta da presença do corte antagônico. Dizem os autores que:

A dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa. Se a sociedade não é completamente possível, tampouco o é totalmente impossível. Isso nos permite formular a seguinte conclusão: se a sociedade nunca é transparente a si, por ser incapaz de constituir-se em um campo objetivo, tampouco o antagonismo é inteiramente transparente, já que ele não logra dissolver totalmente a objetividade do social (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 207).

Dito de outra forma, as relações de equivalências se estabelecem entre discursos não iguais que compartilham sentidos afins, contrapostos a um discurso pelo corte antagônico. A impossibilidade de constituição completa de sentidos evita, por um lado, que se apaguem as diferenças entre os discursos mediante a universalização do processo de significação, ao mesmo tempo que mantém os sentidos em relação de equivalência. Para que se operacionalize um corte antagônico basta que uma identidade seja negada. Por conta disso, “há uma variedade de antagonismos possíveis no social, muitos deles em oposição uns aos outros” (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 209). A lógica da diferença, nesse contexto, tende a ampliar o número de posições que podem ser combinadas, expandindo e tornando o social mais complexo. A lógica da equivalência, por outro lado, reduz o número de posições que podem ser combinadas, simplificando o espaço político. Em um campo de muitas posições diferenciais, proliferam-se antagonismos, que interferem – de forma até contraditória – na identidade dos sujeitos. Essa lógica é de fundamental importância, porque explica a constituição de identidades nas sociedades complexas em que os sujeitos são sobredeterminados por diversos discursos, sendo totalmente indevida a fixação de sua identidade baseada em um só elemento (como, por exemplo, o lugar que este ocupa na luta de classes).

Essa segunda dimensão do antagonismo, que se vincula com as relações de equivalências e diferenças, vem a demonstrar que as alterações semânticas que podem ocorrer entre os diferentes discursos se distribuem de forma aleatória e imprevisível no campo discursivo. Os diversos antagonismos viabilizam formações identitárias até mesmo contraditórias, que se transformam de acordo com as condições de emergências discursivas do campo. Ainda que se constituam de forma relacional, o elemento positivo do momento discursivo vivenciado diz respeito às escolhas semânticas produzidas em detrimento de outras tantas possíveis, o que é definido de forma sempre contingente e aleatória: não há identidade

que se mantenha sempre igual e tampouco há um sentido discursivo cujo processo de significação esteja completo.

Essa dupla percepção abre ensejo para a compreensão dos dois papéis do antagonismo: ao mesmo tempo que ele nega as constituições completas de sentidos de um discurso, ele se coloca como sua condição de existência. Por outro lado, a universalização de uma identidade é impossível pelas limitações linguísticas, dado que os processos de significação sempre se dão de forma relacional e contingente.

4. A dupla impossibilidade de fixação de sentidos finais:

Conforme explorado no tópico anterior, o discurso é resultado de uma prática articulatória que unifica em pontos diferenciais e os coloca em equivalência em relação a um ponto nodal. Ele é produto da sistematização de elementos que antes não se relacionavam entre si e que abrem mão da sua particularidade para se colocarem na posição de momentos diferenciais. Essa transformação nunca é completa, pela impossibilidade de fechamentos dos sentidos discursivos e pela necessária existência de um discurso que se coloque em oposição ao discurso dado.

Nesse sentido, a relação antagônica se coloca como um efetivo impedimento para a constituição de uma identidade universal: o “nós” sempre é compelido pela existência do “eles”, que é justamente aquilo que o “nós” não quer/não pode ser. Laclau explica que “a força que me antagoniza nega minha identidade no sentido mais estrito do termo” (LACLAU, 1993, p. 34). Isso quer dizer que não há qualquer possibilidade de incorporação de elementos de um discurso antagônico no interior do discurso antagonizado, pois, se isso ocorrer, é o fim do próprio sistema como sistema, constituído a partir da negatividade do exterior antagônico.

Para além do corte antagônico, no interior da prática articulatória, se processa uma lógica diametralmente distinta: considerando que há uma constante incorporação de novos elementos e sentidos discursivos, as identidades tendem a se alterar de forma aleatória, sendo impossível determinar-lhe uma literalidade última.

A impossibilidade de uma identificação final também ocorre pela abundância de sentidos que podem ser incorporados, constituídos ou perdidos ao longo de uma cadeia de equivalências em torno de um corte antagônico. Se se está diante de uma cadeia muito longa de relações de equivalências, mais genérica será a identidade geral para abarcar o maior número

de particularidades. A articulação de seus momentos faz com que suas identidades sejam saturadas constantemente, dada a própria precariedade e contingência dos próprios conteúdos semânticos que constituem as identidades. Os sentidos discursivos de um sistema possuem natureza incompleta.

A fixação de uma identidade completa é algo impossível dentro da epistemologia utilizada no âmbito da Teoria do Discurso. Ao mesmo tempo que o corte antagônico infere uma natureza constitutiva ao discurso e se coloca como uma possibilidade de constituição identitária, ele barra a universalização deste discurso pela sua negação. Assim também se dá a produção de conteúdos semânticos particulares: eu só posso ser mãe, porque não sou pai, nem filho, nem irmão. A inserção no mundo simbólico se dá a partir de um contexto discursivo específico, que tem por função dar um lugar a partir da negação de outros lugares possíveis.

Disso decorre uma importante consequência: A é A, porque não B. A identificação de A depende de B, ao mesmo tempo que é diferente dele. Para que se diferenciem um do outro, é imprescindível que estes tenham elementos opostos, não idênticos, contrários. Assim o é na arena política: ser direita implica não ter certas características de esquerda, e vice-versa. Ser feminista é não ser machista. Ao mesmo tempo, ser feminista e ser de direita tem outras características positivas, igualmente definidoras de sua identidade.

Conforme se depreende do exercício anterior, um discurso jamais se torna universal por duas razões distintas: pela existência de um corte antagônico que, ao mesmo tempo que se coloca como sua razão de existência, nega sua identidade e, também, pela impossibilidade linguística de construção de sentidos semânticos que não se relacionem de forma positiva e negativa com os demais sentidos que auxiliam na sua constituição.

5. Considerações finais:

Com este trabalho, buscou-se definir as influências e principais ferramentas teóricas desenvolvidas por Laclau e Mouffe considerando o local privilegiado que estes atribuem à noção de discurso e as consequências que tal escolha epistêmica implica.

Dentre estas, neste trabalho explorou-se as limitações impostas pelos processos de significações linguísticas e pela noção de antagonismo adotada pelos autores. Defendeu-se a concepção de que o processo de significação em torno de um objeto depende do contexto discursivo em que ele está inserido, visto que, para que este se constitua como tal, ele necessariamente vai ter de negar a identidade de outros. O exemplo utilizado para ilustrar tal

situação está expresso pela significação em torno do significante mãe, que também é compreendido pela negação da noção de pai, filho, irmão. Demonstrou-se, também, que a constituição das identidades se dá de forma precária e contingente, sendo que sua carga semântica é alterada de acordo com suas relações.

Nesse sentido, assume importância outra categoria muito explorada pelo artigo, que é a noção de antagonismo. Laclau a define como a impossibilidade de universalização de um discurso pela sempre existência de outro discurso que o nega. Este discurso, ao mesmo tempo materializa a impossibilidade de universalização, também é condição de sua existência. Para a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, a constituição das identidades depende de um corte antagônico e das relações de equivalências, qual seja, sempre está calcada na ideia de um conflito e na constante busca dos discursos em hegemonizar o campo discursivo. Contudo, um discurso hegemônico sempre possui um discurso contra hegemônico, razão porque a existência de conflitos é inerente à organização social.

Conclui-se então que, para esta perspectiva teórica, o conflito é constitutivo da lógica do social e é elemento inerente à política. Diferenciando-se das correntes tradicionais, que buscam na composição e na deliberação a estabilidade, compreende-se aqui que as construções são caracterizadas pela precariedade e pela contingência, sendo constantemente ameaçadas por um discurso que as nega.

Referências Bibliográficas:

- BARROS, Sebastián. Inclusión radical y conflicto en la constitución del pueblo populista. *CONfines relacion. internaci. ciencia política* vol.2 n° 3, Monterrey, jan./mai. 2006 Disponível em: <www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-35692006000100004&script=sci_arttext> Acesso: out. de 2017.
- BURITY, Joanildo. Cultura e Identidade no campo religioso. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n° 9, out. 1997, p. 137-177. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/burity9.htm>> Acesso: out. 2017.
- BURITY, Joanildo. Teoria do Discurso e Educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. *Revista Teias*. v. 11, n. 22, p. 07-29, maio/agosto 2010. <Disponível em:<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24113/17091>> Acesso: out de 2017.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- _____. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011. p. 224
- _____. *La guerre des indentités*. *Grammaire de l'emancipation*, 2000. In: MENDONÇA, Daniel. *A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso*. *Revista de Sociologia e Política*. v. 1. n° 20. Curitiba: junho de 2003. p. 135-145.
- _____. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002. p.128.
- _____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*. 2ª Ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015. 288 p.
- LOPES, Alice C; BURITY, Joanildo A.; MENDONÇA, Daniel. Apresentação. In: LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 7-33.
- LOPES, Alice Casimiro. Democracia nas políticas de currículo. *Tema em Destaque*. v. 42, n° 147, p. 700-715. set./dez 2012. Disponível em: <http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/952/2012_Lopes_Democracia%20nas%20políticas%20de%20currículo.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: out. de 2017
- MENDONÇA, Daniel. *A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso*. *Revista de Sociologia e Política*. v. 1. n°20. Curitiba: junho de 2003. p. 135-145.
- _____. *A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira*. *Ciências Sociais Unissinos*. v.43, n° 3. São Leopoldo, 2007. p. 249-258.
- WENMAN, Mark. *Agonistic democracy: constituent power in the era of globalization*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.



A AMÉRICA LATINA E O PROJETO PÓS-NEOLIBERAL: o exemplo da Bolívia

Lara Agra Nunes¹

GT 5 – Teoria Política

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: laraagra@hotmail.com.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Introdução

No início dos anos 2000, a Bolívia passava por uma crise orgânica com elementos políticos, culturais, sociais e econômicos, somada às insuficiências do modelo neoliberal, o esgotamento de formas de organização estatal e baixa inclusão político-social. A orientação política e social adotada pelo governo de Evo Morales, eleito em 2005, parece refletir as demandas não alcançadas pelos anteriores. A proposta da nova Constituição significou, em partes, a refundação do Estado, com a inclusão, participação e representação de todos os setores e comunidades. Este projeto de governo também busca fortalecer o controle nacional sobre os recursos naturais, defende projetos de integração solidárias e adota posições parcialmente subordinadas e contestatárias diante da geopolítica dos Estados Unidos em relação aos países do continente.

Na Bolívia ainda se observa um plano de desenvolvimento de indústrias básicas e há uma deficiência de forças e articulações para complementar o debate sobre o futuro da transição e continuação do sistema pós-neoliberal. Entendemos por pós-neoliberal a definição dada por Emir Sader em seu blog, de uma alternativa ao capitalismo, como afirma: “Da capacidade de acumular forças na resistência ao neoliberalismo e se apoiar nelas para construir alternativas e lutar por uma nova hegemonia na sociedade, depende a possibilidade de superação do neoliberalismo”. (SADER, 2014)

Os propostos da “revolução” intencionada por Morales não se concretizaram em grande parte e embora tenham havido significativas mudanças nos índices de pobreza, as dúvidas sobre a eficácia real das políticas aplicadas não desmerece a potencialidade do processo em desenvolvimento, mas não deixam claro a superação do modelo neoliberal² de exploração aplicado durante décadas na América Latina e tampouco sobre a abertura de novos caminhos para além do capitalismo.

A pesquisa aqui apresentada faz-se relevante devido não só a contemporaneidade do objeto de estudo, mas também pela utilização de teorias já consolidadas, tanto como de novos apontamentos que surgem mediante esse processo político. É um objeto que, devido o seu desenvolvimento, pode se tornar largo à teorização e parte da necessidade de se discutir o processo de mudança pelo qual passa a América Latina, com o possível fim do ciclo de governos progressistas e regresso às políticas neoliberais e suas consequências.

2 Doutrina desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

A partir da observação qualitativa de acontecimentos na Bolívia, levantamento bibliográfico e documental sobre o tema e levando em consideração sua situação no continente e o contexto de mudanças pelas quais passa, com severas medidas de austeridade sendo implantadas em outros países próximos como Brasil e Argentina, podemos lançar teses para o debate de quais as características que permitem as “bases” lançadas no Estado Plurinacional permanecerem em meio a estes processos políticos de divergentes.

A partir do início de seu mandato, diversas políticas sociais do governo Evo se dariam através de transferência de renda financiadas com os recursos da venda de hidrocarbonetos. Dentre alguns destaques importantes mencionamos que a maioria da população permanece na economia informal e, em contrapartida a isso, a Bolívia é considerada um país livre de analfabetismo, mesmo esse ainda sendo de aspecto funcional. (STEFANONI, 2012)

Assim, as políticas sociais conseguem alguma distribuição de renda e compensação bastante simbólicas entre os setores tradicionalmente excluídos, além da provisão de terras para comunidades indígenas e camponesas. Mas essas políticas, embora já tenham se transformado em direitos subjetiva e legalmente, ainda estão longe de elaborar um projeto de sociedade mais integrado e, muitas vezes, o próprio Morales confunde o caráter necessário e urgente dessas medidas de transferência (moderada) de renda com o horizonte que deve ser alcançado abrindo uma discussão mais ampla sobre integração e justiça social. (STEFANONI, 2012, p. 61, tradução nossa)³

Apresentaremos inicialmente um breve contexto histórico da Bolívia para entendermos como o modelo neoliberal se ergueu e sustentou durante vários anos no país, sempre que possível contextualizando com a América Latina, verificando algumas das condições que favoreceram ao descrédito de grande parte da população com o sistema capitalista vigente e a ascensão do primeiro governante indígena na presidência do país.

Apresentaremos dois conceitos fundamentais com os quais buscaremos relacionar com o nosso objeto, o de bloco histórico, desenvolvido por Gramsci, e o de bloco no poder, exposto por Nicos Poulantzas. Gramsci apresenta a ideia de bloco histórico recortada em sua obra, por isso utilizaremos inicialmente o livro de Hugues Portelli que trata unicamente sobre

³“Así, las políticas sociales logran algo de distribución de renta y bastante de compensación simbólica entre los sectores tradicionalmente excluidos, a lo que se suma la dotación de tierras a comunidades indígenas y campesinas. Pero estas políticas, aunque ya se transformaron en derechos subjetiva y legalmente, están lejos aún de dibujar un proyecto de sociedad más integrado, y a menudo el propio Morales confunde el carácter necesario y urgente de estas medidas de transferencia (moderada) de renta con el horizonte al que debería llegarse abriendo una discusión más amplia sobre la integración y la justicia social.”

o tema, “Gramsci e o bloco histórico”. Para definirmos bloco no poder faremos a leitura do livro “Poder político e classes sociais”, de Poulantzas. Não deixaremos de recorrer ao próprio Gramsci e a outros autores que também fizeram leituras através de suas ideias.

Utilizamos principalmente o método qualitativo de pesquisa. Adentraremos na literatura acerca da temática problematizada, buscando fazer uma análise qualitativa de dados políticos e, eventualmente, econômicos e sociais que contribuam para a elucidação das questões apresentadas durante esse trabalho.

Também levaremos em consideração dados estatísticos oficiais acerca de processos eleitorais, pesquisas de opinião dentre outros documentos que possam embasar teoricamente nosso trabalho.

Crise neoliberal e ascensão do governo Evo Morales

Nos anos 1980 o movimento cocalero⁴ surge no cenário nacional boliviano em contraposição a pressão do Estado⁵ e dos Estados Unidos no combate ao narcotráfico que intentava a erradicação da plantação de coca, prática milenar na Bolívia. A partir de então o movimento cocalero organizado já se torna um importante instrumento de luta social, ao mesmo tempo em que ajuda a revitalizar e fortalecer o movimento sindical camponês como um todo. Posteriormente os sindicatos cocaleros se projetariam do movimento social na cena eleitoral e partidária, com a fundação do Movimento ao Socialismo (MAS), que se constituiu desde sua fundação numa força eleitoral na região do Chapare, evidenciando a necessidade de incorporar a questão indígena à agenda eleitoral (VIANA, 2016).

No aspecto econômico, ao final da década de 1990, a Bolívia, assim como grande parte da América Latina, apresentava exaustão do modelo neoliberal vigente. A conjuntura econômica era desfavorável com grave recessão, aumento do desemprego e da pobreza, não bastasse o governo de Bánzer(1997-2001) ficar marcado por sérias denúncias de corrupção e intensa repressão às plantações de coca, aumentando consideravelmente o conflito com os cocaleros. Somente após a tentativa de privatizar o sistema de abastecimento de água da

4 Movimento sindical formado por camponeses indígenas produtores da folha de coca.

5 Com a criação da lei 1008 – Lei do Regime de Coca e Substâncias controladas, em julho de 1988, que restringia o plantio da coca a regiões consideradas tradicionais e limitava sua produção a quantidade necessária a sobrevivência da cultura indígena.

cidade de Cochabamba eclodiria uma série de conflitos, bloqueios de rodovias e marchas populacionais, a chamada Guerra da Água, no ano de 2000.

Convém mencionar que Hugo Banzer Suárez já havia sido presidente anteriormente ao aplicar um golpe no então mandatário Juan José Torres. Assim como no segundo governo, o primeiro, sob forma de ditadura, também foi marcado por corrupção, além de violação de Direitos Humanos, perseguição e extinção dos partidos opositores. Economicamente, a Bolívia apresentou grande crescimento no início dos anos 1970, devido ao alto preço cobrado pelas exportações de petróleo e gás e empréstimos da comunidade internacional, principalmente dos Estados Unidos, forte apoiador da ditadura de Banzer. Porém, logo em seguida, o país mergulharia numa forte crise econômica devido ao agravamento da dívida externa. Em 1978 os compromissos financeiros da Bolívia representavam 94% do PIB do país e, pressionado por diversas frentes, Banzer convoca eleições gerais para julho de 1978.

Após décadas de regime neoliberal, séculos de práticas extrativistas e de projetos modernizadores fracassados surge o questionamento sobre a incapacidade das elites de exercerem sua liderança para o crescimento do país. Com a intensa submissão do governo boliviano aos ditos da política dos Estados Unidos no continente, principalmente com a questão da erradicação do cultivo da coca – prática milenar andina – criou-se um sentimento “anti-imperialista” que sobrepassava diversos setores sociais e rechaçava os partidos políticos tradicionais. Em meados dos anos 1990, o MAS-IPSP surge como alternativa que abarca sindicatos, operários, camponeses e indígenas em um partido político intitulando-se como um “Instrumento pela soberania dos povos”.

Uma onda de protestos liderada por movimentos sociais se propagou pelo país provocando um quadro de violência e instabilidade política devido a Guerra da Água no ano de 2000. Já nas eleições de 2002, esses movimentos surgem como forças políticas emergentes e aparecem como novas alternativas em contraposição ao governo vigente. Nessa eleição, Evo Morales, do MAS-IPSP, obteve 20% dos votos, ficando atrás de Sanchez de Lozada, presidente eleito.

Ainda sob clima de insatisfação, a população continuava com protestos e bloqueios de estradas organizadas pelos movimentos sociais. A intenção do governo de exportar gás natural com os Estados Unidos, aliada a violenta repressão dos protestos, com mortos e feridos, faz eclodir a Guerra do Gás, em 2003, desestabilizando ainda mais o governo boliviano, fato que

culmina com a renúncia de Lozada. Assume então a presidência Carlos Mesa, que convoca o debate sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos, mas ainda sob forte crise política e social.

Em 2005, o Congresso Nacional aprovava a Lei dos Hidrocarbonetos, numa versão diferente à proposta pelo então presidente em um referendo, o que fez com que Mesa renunciasse ao cargo e, com a renúncia também de seus sucessores, as eleições fossem antecipadas para dezembro de 2005. Em finais de 2005, Evo Morales foi eleito com históricos 54% dos votos, maioria absoluta. Importante destacar que no ano de 2002 Morales tinha sido segundo colocado nas eleições presidenciais, surpreendente conquista política se considerarmos a sempre presente dominação de partidos tradicionais.

Essa breve contextualização histórica nos dá base apenas para entender o porquê da expressiva popularidade e votação do primeiro presidente indígena do país. O seu partido, o MAS-IPSP, apresentava-se como a principal alternativa à crise econômica, política e social boliviana. Longe de atribuir apenas aos fatores pontuais já mencionados, vale lembrar que desde a sua fundação a Bolívia é um país pobre, etnicamente plural, regionalmente dividido, marcado por rebeliões, revoluções e golpes militares de Estado que favoreceram para que o quadro atual se consolidasse (VIANA, 2016). A compreensão dessas particularidades nos fornece elementos importantes para explicar a tensão que ainda se reflete nos aspectos político e social enfrentados pelo governo Morales e nos permite refletir sobre a proposta da construção do Estado Plurinacional.

Após mais de uma década do início do governo de Evo Morales a Bolívia se encontra num cenário bem distinto de tempos atrás. Mesmo enfrentando forte polarização inicial o governo de Morales foi capaz de superar os desafios impostos pelas oposições, conseguir legitimidade política e estabilizar o cenário político até então conturbado do país (CUNHA FILHO, 2008). Some-se isso a implementação da nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, aprovada em 2009, que inaugurou um novo modelo de relações socioeconômicas e políticas no país, reorganizando a esfera política e reconfigurando amplamente as instituições.

A nova constituição foi ratificada pela maioria da população através de referendo, fato ocorrido pela primeira vez na história do país. Pelo novo texto, os “povos originários” adquirem efetiva participação em todos os níveis de poder estatal e na economia, inclusive com a garantia de representação parlamentar. O documento ainda define alguns serviços básicos, vide água e eletricidade, como direitos humanos e institui o controle social sobre a administração pública.

Bloco histórico e bloco no poder na Bolívia

Para entendermos o êxito do governo Evo diante de uma política econômica e social de exploração já consolidada na Bolívia desde sua colonização podemos refletir, à luz das políticas de legitimação, e da ideia de Gramsci sobre bloco histórico, esse “novo” bloco que se articula no poder. O autor italiano, analisando as transformações políticas e sociais ocorridas na Itália em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), desenvolve então alguns de seus principais conceitos, aqui apresentados, como o de hegemonia e bloco histórico.

Gramsci desenvolve o conceito de bloco histórico a fim de explicar como uma classe subalterna é capaz de remodelar as forças sociais e políticas e construir um novo Estado, sendo para isso necessário pensar em alianças de classes e, dialeticamente, em estrutura e superestrutura. Entenderemos neste trabalho por estrutura como sendo o conjunto das forças de produção somado a sociedade civil⁶ e, superestrutura como sendo o Estado. Importante ressaltar que para esse autor não é possível a existência do bloco histórico sem uma classe social hegemônica. Assim sendo, nos debruçaremos um pouco sobre o conceito de hegemonia como entendido por Gramsci.

De acordo com Hugues Portelli, em seu livro “Gramsci e o bloco histórico”, Gramsci busca nos escritos de Lênin os elementos para descrever sua própria ideia de hegemonia. Para ele, “esta é, ao mesmo tempo, a 'direção' e a 'dominação' da sociedade, isto é, o controle das sociedades civil e política”. (PORTELLI, 1977). Nesse contexto a sociedade civil, assim como a ideologia adquirem um papel central e são parte fundamental na construção das relações. Desse modo, a tomada do poder por uma determinada classe e a construção de um novo bloco histórico passa fundamentalmente por esses âmbitos. Analisando o caso da Revolução Russa, Gramsci aponta diferenças entre o Oriente e Ocidente no que concerne a sua formação estrutural, concluindo que é necessário adotar estratégias políticas distintas, já que no Ocidente o capitalismo avançava em larga escala. O autor destaca ainda a importância do apoio das massas para a hegemonia da classe dirigente, destacando o papel fundamental da ideologia e dos intelectuais como formadores dessa classe. Destaca que somente após a

⁶ Entendemos aqui como sociedade civil o conjunto de organizações ou instituições privadas que contribuem para manutenção da hegemonia.

criação de uma camada de intelectuais que exerça a hegemonia e a coerção é possível uma classe tornar-se homogênea (PORTELLI,1977). De acordo com sua leitura:

O aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais: “Os intelectuais da classe historicamente (e de um ponto de vista realista) progressista, em determinadas condições, exercem tal poder de atração que terminam, em última análise, subordinando a si os intelectuais dos outros grupos sociais, criando, conseqüentemente, um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais, com laços de ordem psicológica (vaidade, etc), e frequentemente de casta (técnico-jurídico corporativo etc).” Essa atração leva a criação de um “bloco ideológico” - ou intelectual – que vincula as camadas intelectuais aos representantes da classe dirigente. (PORTELLI, 1977, p. 66)

Um dos aspectos da concepção gramsciana de hegemonia é o da “base social”, entendida como a necessidade de a classe fundamental apoiar-se em demais grupos aliados, para assim, construir certa hegemonia. Sobre isso, e analisando o que Gramsci escreveu sobre a Itália, nos diz Portelli:

Esta é [hegemonia], ao mesmo tempo, a “direção” e a “dominação” da sociedade, isto é, o controle das sociedade civil e política, Tal resultado só pode ser obtido se a classe operária alarga a “base social” de direção, graças a um “sistema de alianças” com outras classes subalternas – no caso, o campesinato, do qual terá obtido o “consentimento”. (PORTELLI, 1977, p. 63)

Para o autor italiano a dominação de uma classe sobre a outra se dá através da “coerção” e do “consentimento”, sugerindo que a relação entre a classe dominante e a classe dominada ocorreria através de uma dimensão pedagógica, ou educacional. A força política estaria concentrada no Estado e a dominação ideológica estaria associada às instituições da sociedade civil. Somente com a tomada dessa consciência do conflito entre as classes, no plano ideológico, poderia a classe subalterna se unificar e elaborar um projeto contra-hegemônico. (CARMO, 2009)

Portelli esquematiza, de acordo com a leitura de Gramsci, três aspectos sobre os quais podemos analisar a construção de um bloco histórico:

[...] a) o estudo das relações entre estrutura e superestrutura; b) o ponto de partida para a análise da maneira pela qual um sistema de valores culturais assimila, socializa e integra um sistema social; c) como se desagrega a hegemonia da classe dirigente, se edifica um novo sistema hegemônico e se cria um novo bloco histórico. (PORTELLI, 1977, p. 2)

Importante mencionar que Gramsci entendia como bloco histórico uma situação histórica determinada, referindo-se a uma situação local e historicamente reduzida, quando por exemplo situou-se a nível da Itália como bloco histórico nacional. Fato este que não impede o aprofundamento da análise, em nível nacional ou internacional, desde que estudados os fatores que se assemelhem e permitam compreensão do bloco como um todo. Sobre isso Portelli fala:

Gramsci mostra, pois que se a hegemonia de uma classe fundamental é a base da edificação do bloco histórico, um bloco histórico localmente determinado pode ser a base da hegemonia dessa classe: a formação do bloco histórico italiano sob a dominação da burguesia foi facilitada pela força hegemônica da burguesia sobre toda a Europa na mesma época, e pela prévia formação de um bloco histórico local estreitamente dirigido pela burguesia, no Piemont. (PORTELLI, 1977, p. 76)

O bloco histórico reúne o conjunto da estrutura e da superestrutura. Mais precisamente, o bloco é composto pelo vínculo orgânico entre esses dois elementos. Apesar de não ser definida concretamente por Gramsci, pode-se apreender de seus escritos a ideia de organicidade como sendo a “necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais” (PORTELLI, 1977, p.47). Esse vínculo aparece na influência que exerce a estrutura sobre a superestrutura, em primeiro lugar, e deve-se analisar o bloco histórico e sua evolução com base nos princípios:

- 1) o de que uma sociedade não se propõe a nenhuma tarefa para a qual não existam já as condições necessárias e suficientes que estariam, pelo menos, em vias de aparição ou desenvolvimento;
- 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve nem pode ser substituída enquanto não tiver desenvolvido todas as formas de vida implicitamente contidas em suas relações. (PORTELLI, 1977. p. 48)

Apresentado esses princípios, Gramsci estudaria então sobre as características de todo movimento superestrutural enfatizando dois aspectos principais: o de que qualquer ato ou ideologia orgânica é necessário à estrutura para a organização dos grupos sociais e, devido a isso, os movimentos superestruturais adquirem caráter permanente, representando a ideologia

e a política dos diversos grupos sociais. “Apenas na medida em que os movimentos superestruturais respondam a essas condições orgânicas, serão o reflexo da estrutura e formarão com ela um bloco histórico”. (Portelli, 1977. p. 48)

Caberia aos intelectuais gerir a superestrutura do bloco. São os “funcionários da superestrutura” e atuam diretamente em nome da classe a qual estão vinculados econômica e socialmente, dando-lhe consciência de sua função nos planos econômico, social e político. Esclarecendo:

Estabelecido seu vínculo com a estrutura, as ideologias e atividades políticas tornam-se assim o verdadeiro terreno onde os homens tomam consciência dos conflitos que se desenvolvem ao nível da estrutura, o que lhes confere um valor “estrutural” e confirma a noção de bloco histórico “em que justamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias, a forma” (PORTELLI, 1977, p. 49)

Pode-se então apreender que nas ideologias e na atividade política é que os indivíduos concebem os conflitos entre as classes e os problemas da estrutura. A partir de então ocorre o que Gramsci denomina de “catarse”. Concebida por Bobbio como o momento ativo do bloco histórico, o que torna possível sua existência, o momento em que a classe operária tomaria consciência de si, através da ideologia, e das condições estruturais transformando-as a nível político, através do partido, para a criação de um novo bloco histórico. Sobre a catarse, nas palavras de Bobbio:

O momento ético-político domina o momento econômico através do reconhecimento de que o sujeito ativo da história faz da objetividade reconhecimento que permite transformar as condições materiais em instrumento de ação e assim atingir o objetivo almejado. (BOBBIO, 1969. p 90, apud POTELLI, 1977, p. 52)

Bobbio ressalta que Gramsci discorda de Marx no que concerne a relação dialética entre estrutura e superestrutura. Enquanto que para Marx a estrutura socioeconômica tem papel decisivo na ideologia e na política, para o autor italiano a relação é entre dois elementos de igual importância, “a superestrutura ético-política tem um papel de importância igual ao de sua base econômica”. (Portelli, 1977, p. 56)

Mencionados esses conceitos de Gramsci, ainda utilizaremos mais adiante neste trabalho essas formulações na medida em que nos permitam relacionar com a ascensão do governo Evo Morales e do que ele se propôs a representar: a parcela da maioria da população

indígena e camponesa, operários e sindicalistas, antes marginalizada. Tentaremos apresentar elementos que possam contribuir na análise do contexto boliviano atual observando se a eleição de Morales e as classes que se concentram em torno dela se organizam como um novo bloco histórico, com representação de novos setores, em contraposição aos governos anteriores e à situação de crise orgânica pela qual passava o país.

A ideia de Gramsci se baseia justamente na capacidade de analisar uma situação concreta e as relações entre estrutura e superestrutura derivadas, ajudando na “reconstrução de um período histórico”, nas palavras do autor:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, e dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação e de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico”. (Gramsci, 2000, p. 222; Q 11, § 67, apud BURGOS, 2016, p. 03)

Outro conceito chave que utilizaremos no presente trabalho é o de bloco no poder, de Nicos Poulantzas. Para este autor, o bloco no poder constitui uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica. Poulantzas caracteriza o bloco no poder como sendo um fenômeno específico de formações capitalistas. Isso se deve a própria estrutura do capitalismo onde o “jogo interno das instituições, torna possível, na sua relação com o campo da luta política de classe, relação esta concebida como fixação de limites, a constituição do bloco no poder”. (POULANTZAS, 1977 p. 225) Em suas próprias palavras:

[...] o conceito de bloco no poder relaciona-se ao nível político, recobre o campo das práticas políticas, na medida em que este campo concentra em si, e reflete a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis de luta de classe de um estágio determinado. O conceito de bloco no poder assume aqui uma função análoga à do conceito de forma de Estado no que respeita à superestrutura jurídico-política. (POULANTZAS, 1977 p. 229)

Pode-se relacionar diretamente a noção de bloco no poder à questão da hegemonia, também trabalhada por este autor, dentro da lógica do sistema capitalista pois essa só é possível graças ao poder de institucionalização desse Estado. Assim sendo, para complementar a definição de bloco no poder:

A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes funciona no sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração hegemônica. A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. (POULANTZAS, 1977 p. 234)

Um outro elemento importante que Poulantzas destaca é a diferença entre aliança e bloco no poder. É possível uma classe, ou fração dessa, aliar-se a outra em determinado contexto apenas, sem necessariamente fazer parte do bloco no poder, ou seja, “o suporte particular das classes-apoio é devido ao temor, fundado ou imaginário, do poder da classe operária” (POULANTZAS, 1977, p. 239) O autor exemplifica essa situação mencionando o lútemproletariado na França de Luís Bonaparte, como descrito por Marx em o *18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lembremos que a aliança de classes ou de frações de classes é um processo estratégico do modo capitalista e que o Estado tem papel fundamental dentro dessa estrutura.

Entretanto a “unificação” de classes, por meio do bloco no poder, não elimina a luta de classes, assim sendo, a hegemonia restrita de uma classe ou fração é possível:

[...] através da unidade própria de poder institucionalizado do Estado capitalista. [...] A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações no bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política [...]. O processo de constituição da hegemonia de uma classe ou fração difere quando essa hegemonia se exerce sobre as outras classes e frações dominantes – bloco no poder -, ou sobre o conjunto de uma formação, inclusive sobre as classes dominadas [...] (POULANTZAS, 1977, p. 233-234)

Apresentamos a ideia de bloco no poder, tal como concebida por Nicos Poulantzas, para pensarmos na dinâmica do bloco como constituído no governo boliviano e seus espaços concretos de atuação, as classes, ou frações dela, que o compõem e elementos que possam confirmar, ou não, que se trata de um novo bloco, ou apenas uma reconfiguração do poder das classes hegemônicas. Devemos destacar também a relevância do partido MAS, que se apresentou como alternativa aos interesses dominantes por se intitular como instrumento para

a soberania dos povos e por congregarem classes que estavam às margens dentro do processo político de constituição do Estado boliviano, mas que, ao mesmo tempo, compõem a maior parcela da população local.

Conclusões

Esse trabalho gera hipóteses que ainda podem ser analisadas devido à contemporaneidade do objeto. O ciclo de governos progressistas na América Latina parece estar se encerrando e o “giro à direita” em países vizinhos pode deixar a Bolívia parcialmente isolada em algumas de suas mudanças.

Até o momento o governo Evo Morales, através do MAS, parece estabelecer certa hegemonia no país, com a inserção da população indígena na esfera política. Entretanto, há que se considerar a recente derrota governista no referendo que propunha a aprovação a mais uma reeleição de Morales. O vice-presidente da Bolívia, o sociólogo Alvaro García Linera, propõe uma reflexão acerca das atuais necessidades sociais e políticas da Bolívia. García Linera discute que a identificação com o elemento indígena não é mais fator de resistência, de luta, pois essa já está consolidada, assim como também há que se atentar para novas as mobilizações e percepções de mundo da sociedade boliviana após mais de 10 anos de governo.

Podemos também destacar que a expansão territorial e os projetos de governos revolucionários e progressistas se estancou e reduziu, perderam a vocação transformadora sem serem capazes de modificar substancialmente o modelo econômico e político, fator esse que dá margem a reorganização da oposição de direita e conservadora, já que não houve uma verdadeira “ruptura” com o antigo regime, vide casos como a crise na Venezuela e reorganização de governos alinhados à direita política na Argentina e Brasil.

A Bolívia, segundo dados da CEPAL, possui um dos maiores índices de crescimento econômico do continente, mas ainda é um país que baseia sua economia principalmente na exportação de *commodities*. Mesmo apoiando-se em discursos anti-imperialistas, nacionalistas e de representante das massas, o governo se permite alianças com grupos pertencentes a direita e representantes da burguesia capitalista e ao capital estrangeiro.

O presente trabalho, fruto de um projeto dissertação, intencionou apresentar alguns elementos para considerarmos a consolidação de um novo bloco no poder na Bolívia, sendo assim é preciso pensar se as bases construídas com o governo Morales podem permanecer em meio aos giros à direita observados em outros países. Pensando dialeticamente a construção da história, podemos dizer que esse bloco assume características de avanço social e políticos, porém sem ainda romper completamente com as estruturas do modo de produção capitalista. Resta observar se o MAS, enquanto partido, é capaz de propor reais mudanças estruturais a fim de que ocorra uma real transformação nas relações de produção e, assim, consolidando esse novo bloco hegemônico.

Referências

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Unesp, 2007.

AGUIAR, Jórissa Danilla N.. **Análise das interpretações do governo Evo Morales: O legado histórico e o poder nacional indígena**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

BARRÍA, Cecilia. **Como a Bolívia se tornou o país que mais cresce na América do Sul**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41753995>>. Acesso em: 15 maio 2018.

BOLÍVIA. Constituição (2009). **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**.

BURGOS, Raúl. **Bloco Histórico, Crise Orgânica e Emergência do Novo Povo Brasileiro?**. Em, revista Práxis e Hegemonia Popular. Revista Práxis e Hegemonia Popular, v. 1, p. 1-17, 2016.

CARMO, Jefferson. A Construção Histórica do Conceito de Hegemonia e Contra-Hegemonia no Pensamento Político de Antonio Gramsci. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 7, n. 1, p. p. 113-128, 26 out. 2009.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. **Los dilemas de la representación política contemporánea en bolivia: movimientos sociales, partido y estado en tiempos de "proceso de cambio"**. Teoria & Pesquisa: revista de ciência política, São Carlos, v. 24, n. 1, p.105-115, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/tp.24109>>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. 2008, o ano da virada de Evo Morales? **Observador on-line**, v.3, n.12, p. 2-17, dez. 2008.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FARIAS, Francisco Pereira. **Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas**. Critica Marxista (São Paulo), v. 28, p. 81-98, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GARAY, Marcelo Varnoux. **Los cambiantes escenarios políticos em Bolivia: de las elecciones generales de 2014 a las elecciones sub-nacionales y referéndums departamentales em 2015.** Dossier América Latina: procesos y tendencias electorales, Polônia, v. 2, p.37-58, 23 mar. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17951/al.2015.2.37>>. Acesso em: 15 abr 2018.

HARNECKER, Marta; FUENTES, Federico. **MAS-IPSP de Bolivia: instrumento político que surge de los movimientos sociales.** La Paz, 2008. Disponível em <http://www.rebellion.org/docs/67155.pdf>. Acesso em 03 mar. 2017.

LINERA, Álvaro García. **Derrotas y Victorias.** Disponível em: <<http://www.nodal.am/2016/03/derrotas-y-victorias-por-alvaro-gracia-linera-vicepresidente-de-bolivia/>>. Acesso em: 31 out. 2016.

OTRA Vuelta de Tuerka – Pablo Iglesias con Álvaro García Linera. Si: La Barraca Producciones S.coop.mad, 2015. P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a0mPTnNrovU>>. Acesso em: 01 out. 2016.

PINTO, Eduardo Costa. **Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica.** Revista de Economia Política (Impresso), v. 34, p. 39-60, 2014

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

QUINTANA, Juan Ramón. **En Bolivia existen dos opciones: la restauración conservadora o la profundización del proceso de cambio.** Entrevista. [24 de julho 2016]. Bolívia.: La Época. Entrevista concedida a Katu Arkonada.

_____. **"BoliviaLeaks" y la conciencia culpable (I Parte).** Disponível em: <[http://www.rebellion.org/noticia.php?id=215717&titular;="bolivialeaks"-y-la-conciencia-culpable-\(i-parte\)->](http://www.rebellion.org/noticia.php?id=215717&titular;=)>. Acesso em: 25 out. 2016.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana.** São Paulo: Boitempo, 2009.

SEGRERA, Francisco López. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. Buenos Aires: Clacso, 2016

STEFANONI, Pablo. **El nuevo escenario político boliviano ¿Traspié electoral o fin de un ciclo?** Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 262, mar./abr. 2016. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/el-nuevo-escenario-politico-boliviano-traspie-electoral-o-fin-de-un-ciclo/>> Acesso em: 30 out. 2016

_____. **Posneoliberalismo cuesta arriba. Los modelos de Venezuela, Bolivia y Ecuador en debate**. Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 239, mai./jun. 2012. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/posneoliberalismo-cuesta-arriba-los-modelos-de-venezuela-bolivia-y-ecuador-en-debate/>> Acesso em: 30 out. 2016.

_____. **Un referéndum por penales**. Le Monde Diplomatique, Edición Cono Sur. Buenos Aires, p. 5-10. fev. 2016. Disponível em: <http://www.eldiplo.org/notas-web/un-referendum-por-penales?token&nID=1#n_4>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Bolivia frente a sí misma**. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=216073&titular=bolivia-frente-a-si-misma->>>. Acesso em: 30 out. 2016.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. Construção democrática, crise institucional e ascensão indígena ao poder: Evo Morales e a Bolívia do século XXI. In: CUNHA FILHO, Clayton M.; VIANA, João Paulo Saraiva Leão (Org.). **A Bolívia no século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo**. Curitiba: Appris, 2016. p. 17-42.

ZÁRATE, Roberto Ortiz de. **Hugo Banzer Suarez: Bolivia. Presidente de la República(1971-1978,1997-2001)**. Disponível em: <https://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/bolivia/hugo_banzer_suarez>. Acesso em: 17 mai. 2018.

I SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFSC

FLORIANÓPOLIS

GT 5 – TEORIA POLÍTICA

O TEXTO NO CONTEXTO: DIAS GOMES E A TELENVELA BRASILEIRA

ANA MARIA DE MEDEIROS¹

¹ Doutora em Sociologia Política (PPGSP/UFSC), e-mail: anafloripa1@hotmail.com;

A telenovela desempenhou uma função que alguém precisava desempenhar. [...]. Uma realidade é que ela faz parte hoje da vida, você não pode pensar o país sem a televisão hoje em dia. E dentro da televisão o produto de maior aceitação popular é a telenovela. Então, ela diz alguma coisa sobre a realidade do país. Ela de algum modo fala ao povo.

Dias Gomes

O presente texto, oriundo de minha pesquisa de doutorado², discorre sobre um dos produtos mais genuínos produzidos pela televisão brasileira - a telenovela³. Aqui tratamos da teledramaturgia produzida pela TV Globo nas décadas de 1970 e 1980. O ideário nacional-popular ali tratado e seus vínculos com artistas e intelectuais de esquerda, especificamente, Dias Gomes. Procuramos compreender como a produção intelectual de Dias Gomes se vincula à televisão brasileira, ressaltando a inter-relação entre texto, contexto, linguagem e sentido, apresentando como foco central a questão da identidade nacional na telenovela brasileira, sobretudo em: *O Bem-Amado* (1973), *Saramandaia* (1976) e *Roque Santeiro* (1985).

A escolha não foi aleatória, uma vez que um elemento central aparece nas três telenovelas: a vida pública de cidades fictícias da sociedade brasileira e a disputa que ali se revela pelo poder político local. É assim na fictícia Sucupira de *O Bem Amado*, na fantástica Bole-Bole de *Saramandaia* e na sacra Asa Branca de *Roque Santeiro*. Hamburger (2002, 68-69) salienta que entre as décadas de 70 e 80 as novelas brasileiras interpretaram e reinterpretaram o Brasil, problematizando a temática da nação com o auxílio de intelectuais de esquerda, que participaram da criação da programação televisiva da época.

A bibliografia de estudo (HAMBURGER, 1998; BORELLI, 2001; LOPES, 2014) identifica este momento de produção da teledramaturgia brasileira, anos setenta e oitenta, de fase “realista” ou “nacional-popular”. Em decorrência da mudança da temática, que passou a abordar assuntos recorrentes da cultura brasileira, o estudo diferencia-se do período anterior (1950 e 1960), fase “sentimental”, “melodramática” e/ou “fantasiosa”, no qual as tramas retratavam os valores e as culturas de outros países, como Marrocos, Itália, México, Espanha e Japão.

Assim, a telenovela brasileira, ao longo dos anos 1970 e 1980 viveu sua fase “realista” ou “nacional-popular”. O melodrama, associado a temáticas exóticas com cenários

² MEDEIROS, Ana Maria de. Dias Gomes e a Telenovela Brasileira: O "Nacional Popular" em *O Bem Amado*, *Saramandaia* e *Roque Santeiro*. Florianópolis: UFSC, 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Quando usamos o termo telenovela empregamos para designar a narrativa televisiva ficcional no Brasil, também denominada de novela, teledramaturgia ou folhetim eletrônico.

construídos em outros países, deixa de ser o elemento central das tramas, estabelecendo uma discussão sobre referências da realidade nacional. Concomitantemente, formas simbólicas de retratar o país são utilizadas por autores, diretores e produtores da teledramaturgia nacional. A brasilidade entra em cena.

Um Intelectual e sua Geração

Dias Gomes, bem como parte significativa de sua produção textual, pertencentes a um debate intelectual mais amplo, identificado pela literatura recorrente, como a geração⁴ de artistas e intelectuais dos anos 60. Além de Dias Gomes, pertencem a essa geração, os cineastas Glauber Rocha, Nelson Pereira, Carlos José Fontes Diegues (o Cacá Diegues), Eduardo Coutinho, os artistas plásticos Sérgio Ferro e Carlos Zílio, referências de nossa dramaturgia e intelectualidade como o poeta Ferreira Gullar, Izaías Almada, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Eduvaldo Vianna, Jorge de Andrade, Ariano Suassuna, Paulo Pontes, Nelson Pereira dos Santos, Eduvaldo Vianna Filho (o Vianinha), José Celso Martinez, Antonio Callado, Helio Oiticica, Edu Lobo, Nelson Werneck Sodré, Paulo Francis, Moacyr Felix, entre muitos outros.

Nos meios artísticos e intelectualizados dos anos 60, contrapondo-se ao que se convencionou chamar de “era Vargas”, marcada pelo desenvolvimento nacional, com forte intervencionismo do Estado, o debate acerca da problemática nacional foi revestido por outras temáticas. Numa espécie de desvio à esquerda, buscava-se as raízes da identidade nacional e política do povo brasileiro, e sua ruptura com o subdesenvolvimento (RIDENTI, 2000).

Algo de novo identifica esse período da vida social, política e cultural da sociedade brasileira. Uma atmosfera permeada pelas ideias de povo, liberdade e identidade nacional tomava as produções artísticas e intelectuais da época. Um misto de encantamento e crítica social dava a tônica do movimento, que tinha como principal objetivo, a construção do *homem novo*, o autêntico *homem do povo*, ainda não contaminado com a modernidade urbana e capitalista, identificado com suas raízes rurais e do interior. Esse ideário serviria, para moldar o futuro de uma nação livre a ser construída. E proporcionou, segundo Dias Gomes

⁴ Embora fazendo uso deste título “geração de artistas e intelectuais dos anos 60”, não consideramos com isso que todos os sujeitos deste estrato etário tomem parte do movimento. A ideia aqui é de fazer uso do conceito de geração enquanto artifício delimitador, no sentido de excluir os muito jovens e diferenciar a atual geração da tradição anterior, oriunda dos anos 30, conhecida pela literatura como “intérpretes do Brasil”. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior compõem a tríade que baliza a geração de 1930.

(1998, p.166), “o nascimento de uma dramaturgia brasileira, com raízes fincadas em nossa realidade e sobretudo ambiciosa por sua proposta estética e pela qualidade de seus textos”.

Todo esse contexto passa a dar sentido ao surgimento de uma atmosfera de otimismo e crítica social acerca da identidade brasileira. Contagiou, desta forma, parte representativa de artistas e intelectuais no Brasil dos anos 60, dando expressão ao que Cacá Diegues identificou como a última geração de redescobridores do Brasil. “O Brasil começa a se conhecer [...] sobretudo com o romantismo [...] aquele desejo de uma identidade [...] Minha geração, do Cinema Novo, do tropicalismo [...] é a última representação desse esforço secular” (DIEGUES *apud* RIDENTI, 2000, p. 50).

O conceito de geração é relevante, por revelar-se enquanto um instrumento conceitual de grande valor para desvendar a história das representações coletivas.

Mannheim (1952), por sua vez, destaca, para se identificar uma mesma geração, a importância da utilização de um critério sociológico disposicional, que ele designa como “laço de geração”. Pertence a este conceito de laço, um conjunto de afinidades, de sensibilidades comuns, que vivenciadas são capazes de condicionar sentimentos, como de partilha e de pertencimento de um mesmo destino. Compõem uma mesma geração, todos aqueles que tendo vivenciado, simultaneamente, as mesmas experiências coletivas, tendo suportado o efeito direto dos acontecimentos, adquiriram uma mesma “visão de mundo”. A experiência comum serve a essa mesma geração como denominador comum.

Seguindo na mesma linha de argumentação, Kriegel (1979) salienta que uma geração só se constitui, retrospectivamente, quando cria um sistema de referências aceitas como sistema de identificação coletiva.

Skinner (2002, p.83), por sua vez, nos enuncia que o autor no ofício da literatura passa a ser testemunha de sua época “[...] e propõe aos seus leitores – contemporâneos ou não – não somente uma imagem de seu mundo, mas todo um conjunto de posições políticas e visões de mundo que o ligam a sua própria geração e ao seu contexto histórico, social – e linguístico”.

História Intelectual e Contextualismo Linguístico

O artigo em questão procura apresentar a produção intelectual de Dias Gomes, sob o tratamento metodológico da História Intelectual, que, segundo Darnton (1980), apresenta como objeto central de análise o estudo do pensamento informal, das correntes de opinião e movimentos literários.

A História Intelectual abrange assim, o conjunto das formas de pensamento, por tratar em seu campo de análise, além das ideias formalizadas, crenças não articuladas, opiniões amorfas e suposições não ditas. Outro aspecto relevante de seu foco de análise, diz respeito ao fato de preocupar-se com as articulações externas, como diria Falcon (1997, p. 93-94), “com a vida do povo que é o seu portador, [...], buscando inserir o estudo das ideias e atitudes no conjunto das práticas sociais”.

A História Intelectual, responde assim, de forma distinta, a uma percepção dinâmica do caráter das ideias, em termos de articulação, transmissão e recepção, num processo mais amplo de “produção do sentido”. O que nos reporta a uma perspectiva analítica, do texto, do discurso, da mensagem, mas também da intertextualidade e da contextualização (FALCON, 1997).

Skinner (2000), por sua vez, ressalta a importância da compreensão do contexto em que as ideias foram produzidas. Desenvolvendo sua análise, sublinha um fato para ele essencial: os conceitos ou as “ideias” não se esgotam uma vez (re)conhecido o seu significado; é necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível através do (re)conhecimento dos vocabulários políticos e sociais da respectiva época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os ‘textos’ no seu campo específico de “ação” ou de atividade intelectual.

A linguagem aparece assim, enquanto proposição de uso de significados. O ato da fala, ou seja, o uso da linguagem num determinado contexto, veiculado a uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções, passam a referendar o que Skinner identifica como contextualismo linguístico, que aponta para uma reconstrução histórica, buscando identificar o sentido de certas proposições da teoria política e social no seu tempo.

Assim, para o historiador britânico, para compreender adequadamente os textos que estudamos na história do pensamento é fundamental que sejamos “capazes de interpretar não apenas o significado do que foi dito, mas também a intenção que o autor em questão pode ter dito ao dizer aquilo que disse” (SKINNER, 2002).

Para Pocock (2003, p.25-26), “aqui começa a nascer uma história de atores expressando-se e respondendo uns aos outros em um contexto linguístico comum, embora

diverso”. No contextualismo linguístico, a problemática acerca da história do pensamento político é construída sobre princípios autenticamente históricos, que buscam desvendar o que o autor “estava fazendo”, quando escrevia ou publicava um texto. É a consequência inevitável de se admitir a paridade entre contexto e ação, entre linguagem e palavra.

Neste ponto, podemos ver que cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto, somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida (POCOCK, 2003).

O método do contextualismo linguístico, portanto, nos move na direção tanto de resgate da linguagem do autor quanto do resgate de suas intenções, bem como a tratá-lo como habitante de um universo de linguagens que conferem sentido às palavras que ele emite. Neste ponto, a história do pensamento político torna-se uma história da fala e do discurso, das interações entre linguagem e palavra. Sustenta-se não somente que essa história do pensamento político é uma história do discurso, mas que ela tem uma história justamente em virtude de se tornar discurso (POCOCK, 2003).

Assim, o estudo em questão compreende a teledramaturgia de Dias Gomes como elemento pertencente a um contexto mais amplo, ou seja, à brasilidade revolucionária⁵ professada pela geração de artistas e de intelectuais dos anos 60. Isso não significa que as obras em análise estejam restritas a tal formato. Contudo, partilhamos do pressuposto de que parte significativa desse discurso é absorvido pelo autor; pois, como destaca Moscateli (2004: 54), “[...] nas malhas de sua fala, o autor impõe sua presença e não precisa ser ‘ressuscitado’ pelo pesquisador. Nas estruturas de significação que demarcam o discurso, o outro faz valer a sua intenção, estabelecendo limites às interferências do leitor”.

Televisão Brasileira

A televisão surge, no Brasil, sob a égide do projeto modernizador de matriz desenvolvimentista. Era necessário que o país avançasse e o desenvolvimento seria produzido

⁵ Para Ridenti (2010, p. 88), a brasilidade revolucionária tem sua origem no período democrático brasileiro entre 1946 e 1964, principalmente no governo do presidente João Goulart, “quando diversos artistas e intelectuais acreditavam estar ‘na crista da onda’ da revolução brasileira”. Na atmosfera de conceitos e sentimentos partilhados por esses artistas e intelectuais, estava a busca por uma alternativa de “modernização que não implicasse a submissão ao fetiche da mercadoria e do dinheiro, gerador da desumanização. A questão da identidade nacional e política do povo brasileiro estava recolocada: buscava-se ao mesmo tempo recuperar suas raízes e romper com o subdesenvolvimento.”

pelo processo de industrialização. Entre os anos trinta e cinquenta, o binômio urbano-industrial vai se estruturando como eixo dinamizador da economia do país. A urbanização crescia de forma acelerada, mesmo que desordenada. Assim, uma nova lógica foi gradativamente sendo introduzida na dinâmica produtiva do país, rompendo a supremacia da vida rural (PRADO, 2009).

A década de cinquenta se inicia com São Paulo e Rio de Janeiro já sendo identificados como dois importantes polos de modernização e de desenvolvimento, e é dentro dessa dinâmica que a televisão surge no Brasil - marcada pelos signos da ousadia, da experimentação, da criatividade, do pioneirismo, do imprevisto e das dificuldades econômicas -. O primeiro canal de televisão foi inaugurado, no Brasil, em 18 de setembro de 1950, na cidade de São Paulo - a TV Tupi Difusora- primeira emissora da América Latina.

Quando a televisão surge no Brasil, é considerada mais uma inovação tecnológica a que um produto comercial concreto. Nesta fase inicial da televisão brasileira, sua identidade carrega a insígnia da localidade. Os transmissores que geravam as imagens conseguiam transmiti-las para um raio máximo de 100 quilômetros. Além disso, as primeiras programações veiculadas na TV nada mais eram que adaptações de programas já existentes no rádio, isso sem mencionar os profissionais, migrados quase que em sua totalidade das emissoras de rádio.

No ano de 1957, o presidente Juscelino Kubitschek outorga ao jornalista Roberto Marinho a concessão para que possa estabelecer um canal de televisão na cidade carioca. Assim, no fim de dezembro do referido ano, o Conselho Nacional de Telecomunicações publicou um decreto que concedeu o canal 4 do Rio de Janeiro à TV Globo.

Ainda no ano de 1957, o *vídeo-tape* (VT) chega ao Brasil, proporcionando uma verdadeira revolução na forma de produzir televisão. Sua programação, que até então se suportava na programação ao vivo e no imprevisto, poderia finalmente ser gravada em fitas magnéticas. Cobrir a festa de inauguração da nova capital federal, Brasília, foi seu primeiro grande feito. Através do *vídeo-tape*, foi possível gravar a cerimônia de inauguração, transportá-la de avião e transmiti-la posteriormente às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contudo, a técnica só viria a ser implantada, de forma mais ampla, no início da década de sessenta. Em 1959, é fundada a TV Excelsior. A década que segue marca a edificação da TV Globo e o declínio da hegemonia das Associadas.

O segundo momento da história da televisão brasileira é marcado por significativas mudanças na gestão das emissoras, que passam a perseguir, de forma mais coordenada, as diretrizes dos mecanismos de mercado.

A TV se origina oficialmente no Brasil nos anos cinquenta, mas é no decênio seguinte que a nova mídia vai adquirir contornos de indústria, distanciando-se da herança radiofônica. Essa mídia concebe-se num processo produtivo mais apropriado a sua demanda, enquanto meio, transformando-se assim, num potente veículo difusor de ideias, produtos e serviços (JAMBEIRO, 2001).

O período conflui com a consolidação da indústria cultural⁶ no Brasil, o cinema hollywoodiano, exibido no país, difundiu novos mitos e práticas de consumo. A indústria fonográfica se dinamiza, alterando os gostos musicais, sob a influência do *rock and roll* e da bossa nova. No mercado editorial ocorre uma nova estética, simbolizada pelo consumo cultural do período, evidenciando tanto na publicação das revistas (O Cruzeiro, Manchete, Fatos e Fotos), quanto nos gibis e nas fotonovelas (CALABRE, 2009). Mas como enfatiza Ortiz (1999, p.128), “o que melhor caracteriza o advento e a consolidação da indústria cultural no Brasil é o desenvolvimento da televisão”.

No ano de 1964, uma conspiração civil/militar derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart. O golpe de Estado que assolou o país afetou diretamente os meios de comunicação de massa. Um novo modelo de desenvolvimento conduzirá o país, associando o desenvolvimento nacional de rápida industrialização com a implementação de tecnologia e de capital externo, sustentado no tripé formado pela empresa estatal, empresa privada de capital nacional e multinacional. A referida configuração demonstra que o governo militar apoiava-se num projeto de desenvolvimento que aliava os grupos nacionais ao capital estrangeiro. Neste momento, os veículos de comunicação de massa passam a desempenhar a importante função de difusores da ideologia do Estado autoritário, bem como principais promotores da ascendente sociedade de consumo (MATTOS, 2010).

Com o consentimento do regime militar e a considerável ajuda financeira do grupo estrangeiro *Time-Life*, em abril de 1965, o sinal da TV Globo do Rio de Janeiro (Canal 4), foi ao ar pela primeira vez.

⁶ O conceito de indústria cultural surgiu através dos estudos dos frankfurtianos Adorno e Horkheimer. Para os teóricos, o termo serve para caracterizar o crescente processo de mercantilização das formas culturais, ocasionados pelo surgimento da indústria do entretenimento, na Europa e nos Estados Unidos ao final do século XIX e início do século XX. Seus estudos detiveram-se na discussão de filmes, rádios, televisões, músicas, revistas e jornais. Para esses autores, o advento da indústria do entretenimento como empresa capitalista, resultou na padronização e na racionalização das formas culturais, desencadeando um processo de atrofia na capacidade do indivíduo de pensar e agir de forma crítica e autônoma. Conforme Adorno e Horkheimer, “os bens culturais produzidos por estas indústrias são planejados e manufaturados de acordo com os objetivos da acumulação capitalista e da busca de lucros; eles não surgem espontaneamente, das próprias massas, são planejados para consumo das massas”. O termo é usado, portanto, para conceituar “as indústrias interessadas na produção em massa de bens culturais. Eles procuram realçar o fato de que, sob certos aspectos-chave, essas indústrias não são diferentes das outras esferas da produção em massa que atiram ao mercado crescentes quantidades de bens de consumo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1986; THOMPSON, 1995, p. 130-135).

No ano seguinte, a Globo redefine sua concepção de veículo televisivo, modificando totalmente sua diretriz administrativa. Se a TV, até então, vinha sendo dirigida por profissionais do meio artístico e jornalístico, isso mudaria na TV Globo, que passa a ser administrada por publicitários e *marqueteiros*, convergindo-se em profissionais como Walter Clarck, José Bonifácio Oliveira Sobrinho (o Boni) e Josef Wallach, este último uma espécie de gerente geral do *Time-Life* no Brasil. Assim, a TV Globo constitui-se segundo os termos da indústria da propaganda, ou seja, enquanto empreendimento comercial. O objetivo era substituir a ideia de fazer o melhor trabalho artístico, sem contabilizar custos, pela ideia de se fazer o melhor negócio possível.

Simultaneamente ao desenvolvimento da Rede Globo, vai crescendo a venda de aparelhos de televisão. Segundo Bergamo (2010), os anos sessenta são um período central para a televisão brasileira, por ser o momento em que a mesma define suas características próprias enquanto meio, deslocando-se da herança advinda do rádio, do cinema e do teatro. É o momento de definição de seu público, sedimentado na família brasileira.

A década de setenta inicia-se marcando a hegemonia da TV Globo, tanto no campo comercial, quanto na estética da programação.

Mas a década de 70 também se inicia com uma tutela mais rígida do Estado para com a programação veiculada pelas emissoras de rádio e televisão. Os telejornais eram cuidadosamente cerceados pelos censores no sentido de que a realidade vivida pela sociedade brasileira, naqueles sombrios anos de repressão da ditadura civil-militar, passasse bem longe do imaginário dos brasileiros.

Telenovelas tinham capítulos inteiros sendo vetados pelos censuradores. A telenovela *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, prestes a estrear, fora totalmente censurada. Para o Estado, programas com baixa qualidade técnica, com conteúdos de apelo demasiadamente popular (que procuravam explorar o chamado “mundo cão”) ou que caracterizassem críticas às políticas do Estado, deveriam ser severamente admoestados. Assim, nos anos setenta, a produção de programas televisivos acabou resultando numa complicada dialética entre as demandas do mercado, os aparelhos de censura do Estado e administradores, produtores e escritores (JAMBEIRO, 2001).

Em termos orçamentários, é possível perceber um progressivo investimento da TV Globo no mercado da teledramaturgia. Se nos dois primeiros anos da década de sessenta, a grande fatia de seus investimentos estavam voltados para o telejornalismo, cerca de 42%, ficando a telenovela com 30%; no ano de 1974, as telenovelas já consumiam 53% do orçamento da empresa. Estima-se ainda que, no ano de 1975, a Rede Globo gastou 3,2

milhões de cruzeiros na produção de suas quatro telenovelas. Além disso, as telenovelas dessa época ocupavam um total de 40% de todo o arsenal eletrônico da empresa. Com o abraqueiramento do produto, aos poucos a telenovela foi se transformando no produto mais rentável da empresa (VEJA, 1975, p. 75).

Em 1979, a TV Globo já exportava parte de sua programação para mais de noventa países. O primeiro programa da emissora a obter expressiva receptividade no exterior fora a novela *O Bem-Amado*, de Dias Gomes. A obra foi vendida, dublada em espanhol, para vários países latino-americanos e para Portugal, no original. No início dos anos oitenta, o faturamento da empresa com a exportação de sua programação, principalmente as telenovelas, chegou à marca de US\$ 2 milhões e, em 1992, a Globo Internacional divulgou um lucro de US\$ 6 milhões, sendo que parte significativa desse faturamento retornou ao núcleo de produção de suas telenovelas (JAPIASSU, 1980).

Telenovela Brasileira

No Brasil, a telenovela surge nos anos cinquenta, sua aparição nas telinhas inicia-se de forma tímida, sendo veiculada por duas vezes na semana, com uma duração média de vinte minutos por capítulo. Este formato de veiculação prossegue até 1963, quando surge a telenovela diária. Na medida em que os aparelhos de televisão vão se popularizando no país, a telenovela vai conquistando seu espaço nas residências das famílias brasileiras.

Ao final dos anos cinquenta, a televisão era vista, conforme Walter Durts, como “alienada da realidade brasileira” (DURTS *apud* ORTIZ, 1991, p.49). A afirmação reflete a natureza da teledramaturgia veiculada no país nesse período, marcada pelo predomínio de roteiros importados da Argentina, México e Cuba.

Nessa fase da telenovela, a realidade vivida pela sociedade brasileira, naqueles “cinzentos meses” do ano de 1964, distanciaria do enredo das telenovelas exibidas no país, pois o foco estava voltado à exibição da cultura e das tradições de outros países. Nas tramas, estavam presentes velhos clichês melodramáticos, como: a falsa identidade/dupla personalidade, o mistério do nascimento, os enganos intencionais (falsos testamentos, papéis incriminadores, cartas anônimas), a perseguição da inocência, as falsas mortes, os triângulos amorosos e a vingança. Além do melodrama, outra característica da ficção televisiva de origem latino-americana aqui veiculada era a ausência de humor na temática de suas tramas e o fato de que procuravam, no tempo e no espaço, distanciar-se dos assuntos e dos conflitos, de natureza sócio- política, pertencentes ao universo cotidiano de seu telespectador. Em termos

de periodização da história da telenovela brasileira, a literatura identifica esta primeira fase de “sentimental” e/ou “fantasiosa”, abrangendo as produções veiculadas no Brasil entre 1950 a 1967 (HAMBURGER, 1998; BORELLI, 2001; LOPES, 2014).

Ao final do ano de 1968, uma telenovela pretende romper com a tradicional receita seguida até então, sustentada principalmente no melodrama e no exotismo. Com *Beto Rockfeller*, a TV Tupi, tenta conceder um novo formato ao gênero. Buscando um ritmo mais rápido, procura conceder um caráter mais solto ao desempenho das personagens, além de ambientar totalmente a trama ao calor dos trópicos.

Para os Mattelard (1998, p. 30), *Beto Rockfeller* seria o primeiro arquétipo real da novela brasileira, por introduzir outro tipo de herói e impulso dramático. A dicotomia entre o bem e o mal perde força e o herói deixa de ser o executor da vingança, a encarnação da paixão e portador do bem. Passa, assim, a compor a identidade de um indivíduo de origem modesta, morador da cidade, um sujeito dotado de erros, dúvidas, inseguranças, buscando estima e colocando em prática todos os seus recursos de astúcia para a escalada social. Segundo Campedelli (1987) os críticos o classificaram como “próximo do caráter brasileiro”.

Percebendo o filão mercadológico presente na citada produção, a TV Globo, que vinha assumindo gradativamente a liderança da indústria televisiva no Brasil, insere significativas alterações na linha de suas novelas. Buscando não só ambientá-las no Brasil, como também investindo maciçamente em tecnologia: videoteipe e as câmeras portáteis, amplamente usadas nas tomadas externas, possibilitando assim aproximar o telespectador de seu universo paisagístico.

No universo da narrativa televisiva, sem desconsiderar sua vocação melodramática, outros ramos da ficcionalidade como a comédia, o drama, a sátira social e a tragédia passam a compor a trama. Segundo Kehl (1986: 289), “a telenovela, cotidiana e doméstica, transforma-se nesse período, na principal forma de produção da imagem ideal do homem brasileiro”. A Rede Globo, preocupada não só em adequar-se às exigências de credibilidade dos tempos modernos, como também em investir no lucrativo terreno de retratar a realidade brasileira, resolve alimentar-se do que representava ser novo e progressista para a época, incorporando ao seu quadro de funcionários um surpreendente lote de dramaturgos, poetas, atores, atrizes e diretores, tais como, Dias Gomes, Gianfrancesco Guarnieri e Ferreira Gullar.

Uma nova forma de se pensar e produzir telenovelas passa a nortear autores, diretores, produtores e atores. Formas simbólicas, visando à representação do Brasil, são perseguidas por esses profissionais da Comunicação Social. A realidade brasileira amalha progressivamente a cena e, em decorrência disto, as telenovelas ganham personagens,

assuntos e cenários brasileiros. É a fase “realista” ou “nacional-popular” da telenovela brasileira, que inicia em 1968 e termina no ano de 1990 (HAMBURGER, 1998; BORELLI, 2001; LOPES, 2014).

Tramas situadas no tempo contemporâneo, ambientadas em espaços urbanos e rurais de fácil reconhecimento do público e o uso de imagens de documentos acerca da história do país, estruturaram um universo aceitável como território nacional. Os personagens retratam cenas de um cotidiano no qual parcela significativa da sociedade brasileira da época estava imersa. Esta ênfase de representação de uma contemporaneidade “apresentavam tensões de um país que se via como ‘do futuro’ e que parecia crer que finalmente chegara sua vez” (HAMBURGER, 2005, p.149).

Algumas produções desta fase “realista” ou “nacional-popular” se destacaram como: *O Bem Amado*, *Bandeira 2*, *Saramandaia e Roque Santeiro* de Dias Gomes; *Selva de Pedra*, *Irmãos Coragem*, *Pecado Capital* e *O Astro* de Janete Clair; *Escalada* e *Casarão*, ambas de Lauro Cesar Muniz; *Gabriela*, uma adaptação da obra de Jorge Amado, produzida por Walter George Durst; *Escrava Isaura* (inspirada na obra homônima de Bernardo Guimarães); *Dancin Days* e *Vale Tudo* de Gilberto Braga; *Feijão Maravilha* de Bráulio Pedroso; *Marron Glasé* de Cassiano Gabus Mendes e *Tieta*, uma adaptação da obra de Jorge Amado concebida por Aguinaldo Silva. A migração de temas da cultura e da sociedade brasileira para as tramas da telenovela permite atribuir “às novelas da Globo o papel de protagonistas na construção de uma teledramaturgia nacional” (LOPES, 2003, p.24).

A telenovela brasileira, ao longo da sua história, conquistou reconhecimento público como produto artístico-cultural, ganhando espaço no debate sobre a cultura brasileira e a identidade nacional. Esta pode ser considerada um legítimo produto da modernização tardia do país, “por combinar o arcaico e o moderno, por fundir dispositivos narrativos anacrônicos e imaginários modernos e por ter a sua história fortemente marcada pela dialética nacionalização-comunicação de massa dentro do Brasil” (LOPES, 2014, p.2).

A Teledramaturgia de Dias Gomes

Dias Gomes, ao compor sua teledramaturgia para a TV Globo, nos anos de 1970 e de 1980, exacerba no realismo, exagerando na composição estética, na linguagem, no caricato. O excesso ganha a roupagem da sátira, do humor, da alegoria e do absurdo, revestindo, assim, os tipos sociais. Essa tipificação é possível ser identificada no retrato que o autor instituiu dos principais protagonistas das novelas aqui em estudo.

Na Sucupira de *O Bem-Amado*, o realismo grotesco se faz presente na representação do padre, do coronel, do delegado, do político, da solteirona, do cangaceiro, do pescador, do médico, somente para citar alguns. Em Bole-Bole de *Saramandaia*, devido à vigilância constante dos censores do Estado autoritário ao seu texto e por Dias Gomes estar comprometido com a busca de uma linguagem própria para a televisão, ele mergulha no universo cômico popular, construindo personagens que subvertem totalmente as regras da normalidade. Podemos citar como exemplos: o coronel Zico Rosado, que põe formigas pelo nariz; Dona Redonda, que explode de tanto comer; a sensual Marcina que provoca queimaduras com o calor do corpo; o professor Aristóbulo, que além de discursar com figuras lendárias da nossa história, transforma-se também em lobisomem; seu Cazuzza bota literalmente o coração pela boca; João Gibão, não só luta por uma sociedade democrática e livre, como também possui asas. Já em Asa Branca, de *Roque Santeiro*, o personagem Roque é santo sem nunca ter sido e, quando ressurge na cidade, demonstra ser possuidor de um caráter nada sacro: é falso. Já a Viúva Porcina, mesmo sendo “viúva” de um santo, o qual nomina a cidade, se veste e fala de forma espalhafatosas. Sinhozinho Malta é uma versão contemporânea dos coronéis do passado - latifundiário e pecuarista-, compõe a elite da cidade e mantém todos ao seu poder de mando, usando para isso o tradicional discurso dominador “você sabe com quem está falando?”, na forma de um engraçado bordão que possui a mesma conotação: o “tô certo ou tô errado?”.

Dias Gomes entendia o caráter efêmero da televisão, sua linearidade, sua horizontalidade, que impossibilitavam reflexões profundas, mas a percebia também como um poderoso meio onde se poderia veicular denúncias, que ganhariam uma abrangência nunca alcançada por qualquer outro meio de expressão. Em seus textos, o autor sempre “[...] buscava inspiração em fatos políticos, satirizando e criticando o ‘sistema’, em tempos que a censura ainda não permitia. *O Bem-Amado* era uma pequena janela aberta no paredão de obscuridade construído pelo regime militar” (GOMES, 1998, p.276).

Nas palavras do autor, Sucupira surgiu e viveu através de uma constante colaboração dos políticos e da vida nacional. “É a vida de uma cidade e tudo pode acontecer nesta cidade e minha dúvida é que não sei ainda se o Brasil é uma grande Sucupira ou seu microcosmo” (ZERO HORA, 1981). Portanto, a proposta da obra consiste em “espelhar e ajudar a entender a realidade brasileira”. “O Bem Amado é uma sátira: a realidade brasileira” (O GLOBO, 1982).

Em *Saramandaia* (1976), os símbolos e as metáforas do folhetim auxiliam o espectador a desvendar os absurdos da própria realidade do país. Uma vez que o tecido social da fictícia

Bole-Bole, onde se passa a trama, está permeado de coronéis autoritários, disputas políticas e jovens ansiosos por mudanças sociais. Ao final da trama, uma grande alegoria de liberdade toma a cena, com João Gibão libertando suas asas e voando sobre a cidade. Liberdade esta tão almejada por parte significativa da população do país, naqueles obscuros anos de ditadura civil-militar.

Para justificar a inovação na linguagem da trama, o autor revela:

Estamos tentando fazer em TV o chamado realismo fantástico [...]. O público de televisão está habituado ao realismo simples ou ao romantismo. Então, partimos para mudar um pouco as regras do jogo. É possível que, de início, o espectador estranhe um pouco, mas como a novela tem uma estrutura de realismo, creio que logo após os primeiros capítulos, ele já embarque na nossa canoa. Não há qualquer sofisticação, elitismo da nossa parte. **Usamos elementos do absurdo dentro da realidade, com uma dose muito grande de cultura popular.** É quase uma questão de visão de mundo latino, onde o absurdo é tão frequente dentro do nosso cotidiano, que o realismo com que se poderia retratar a nossa realidade não pode prescindir do fantástico. Muitas vezes através do anti-real se pode dizer muito mais sobre a realidade do que através mesmo do realismo ortodoxo. O absurdo é uma maneira de interpretar a realidade. **Nessa experiência procuramos recriar o que está sendo feito em literatura e teatro, mas partindo de nossas raízes populares,** isto é, utilizando o absurdo existente na literatura de cordel e nos mitos populares nordestinos [o grifo é nosso] (GOMES, 1976, s/n).

A segunda versão de *Roque Santeiro* foi ao ar em 1985, no contexto da Nova República, num momento em que a telenovela estava em esgotamento de sua de sua fase “realista” ou “nacional-popular”.

A trama se desenvolve em torno da santidade de Roque. Em debate está a face oculta de todos os mitos que nos envolvem. Mas, sobretudo, é o universo sacro brasileiro que ganha a cena, com seus santos, beatos e pregadores messiânicos e a crença da população nesses mitos.

Roque Santeiro marcou a história da teledramaturgia brasileira ao satirizar a exploração política e comercial da fé popular. A novela foi um grande sucesso de audiência ao conseguir o feito de no último capítulo assinalar de 96 a 100 pontos de audiência marcados pelo IBOPE⁷.

O povo sempre esteve em foco na dramaturgia de Dias Gomes. O autor afirma, em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, ter sempre se preocupado em escrever

⁷ IBOPE é a sigla usada para identificar o Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística, trata-se de um instituto de pesquisa de opinião e estudos de mercado, com forte ênfase na pesquisa de mercado e de audiência televisiva. Seu trabalho fora tão difundido na sociedade brasileira, que a palavra ibope hoje é sinônimo de audiência ou prestígio.

sobre o homem brasileiro e a realidade vivida por este nas ruas de nossas cidades. Seu interesse por histórias de tipos populares despertou quando ainda era um garoto e morava em Salvador. Dessa curiosidade, nasceram muitos de seus personagens (Folha de São Paulo, 1981). Em Sucupira, Bole-Bole e Asa Branca esses tipos são encontrados com relativa frequência.

Quando Dias Gomes retrata o povo em sua teledramaturgia, ressaltando sua vida simples, sua sabedoria inata e seu valor autêntico e se distancia totalmente da forma como as classes populares eram tratadas na tradição melodramática, que tendia a ressaltar seu caráter de classe serviçal e subalterna a elite dominante.

Ridenti (2005, p. 84) nos elucida que a valorização do povo não significava criar utopias anticapitalistas, mas sim progressistas. “Implicava o paradoxo de buscar no passado (as raízes populares nacionais) as bases para construir o futuro de uma revolução nacional modernizante que, ao final do processo, poderia romper com as fronteiras do capitalismo”. A proposta era de fazer uma arte nacional-popular que contribuísse para uma libertação das consciências desse povo. A ideia era construir um país “novo” e do “futuro”, todavia com a autenticidade do passado, capturada no comportamento genuíno do seu povo. Esta geração de artistas e intelectuais percebia no camponês, no migrante nordestino e no operário, a personificação do caráter do povo brasileiro.

Quando nos guiamos pelo contextualismo linguístico, entendemos a linguagem enquanto proposição de uso de significados. Na teledramaturgia de Dias Gomes, o contexto político de ditadura civil-militar; a censura frequente que seus textos vinham sofrendo; a busca por uma linguagem própria para a televisão; a possibilidade de valorizar e conscientizar um público popular; o uso de um ideário engajado; toda essa contingência situa e define a teledramaturgia de Dias Gomes. A censura advinda do Estado autoritário levava o autor a fazer uso de linguagens específicas, para poder falar sobre o Brasil: a metáfora, o realismo maravilhoso.

O que nos faz concluir, que entre os anos de 1970 e 1980, Dias Gomes dialogou nas suas telenovelas com a metáfora, a sátira, o realismo fantástico, o absurdo, o trágico, o melodrama, com o objetivo de construir uma linguagem própria para a telenovela, mas sempre vinculou essas propostas com o ideário nacional-popular de uma dramaturgia engajada. Retratando em suas tramas povo brasileiro, com seu jeito peculiar de falar e de existir.

Bibliografia de Referência

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. “A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. In: ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

BERGAMO, Alexandre. A reconfiguração do público. In: GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 59-83.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Telenovelas Brasileiras balanços e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p.29-36, 2001.

CALABRE, Lia. No tempo das radionovelas. **Comunicação & Sociedade**, v. 29, n.49, 2009, p. 65-83.

CAMPEDELLI, Samira. **A Telenovela**. São Paulo: editora. Ática, 1987.

Conselheiros protestam contra normas da censura para a tv. **O Globo**. 20 jan. 1982

DARNTON, Robert. **Intellectual and cultural history**. The Past before us: contemporary historical writing in the United States, 1980, p. 327-328.

FALCON, F. História das ideias. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**, 5ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GOMES, Dias. **Apenas um subversivo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GOMES, Dias. **O Bem-Amado**. (Telenovela em 178 capítulos – CEDOC/Rede Globo de Televisão). Rio de Janeiro: 1973.

GOMES, Dias. **Roque Santeiro**. (Telenovela em 166 capítulos – CEDOC/Rede Globo de Televisão). Rio de Janeiro: 1985.

GOMES, Dias. **Saramandaia**. (Telenovela em 160 capítulos – CEDOC/Rede Globo de Televisão). Rio de Janeiro: 1976.

GOMES, Dias. Dias Gomes, o bem amado. **Zero hora**, segundo Caderno/10, 28 out 1981.

GOMES, Dias. Podem falar mal, mas a novela de tv é a única trincheira de defesa da cultura brasileira. **Status**, n. 20, jun. 1976.

Fim do monopólio. **Veja**, São Paulo, 11 jul. 1973.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, nº 82, p. 61-86, 2011.

HAMBURGER, Esther. Indústria cultural brasileira (vista daqui e de fora). In: MICELI, Sérgio. **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Sumaré, 2002.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. **História da vida privada no Brasil**, v. 4, p. 439-487, 1998.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

JAPIASSU, M. Globo Multinacional. **Isto É**, 29/10, p.60-62.

KEHL, Maria Rita. Eu vi um Brasil na TV. In: COSTA, Alcir Henrique da; SIMÕES, Inimá Ferreira; KEHL, Maria Rita. **Um país no ar: história da TV brasileira em três canais**, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.167- 323.

KRIEGEL, Annie. **Le concept politique de génération: apogée et déclin**. Commentaire, v. 2, n. 7, 1979, p. 390-399.

LOPES, Maria Immaculata Vassallo de. Telenovela Brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, nº 26, p.17-34, abr., 2003.

LOPES, Maria Immaculata Vassallo de. Memória e identidade na telenovela brasileira. In: XXIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Belém, 2014.

MANNHEIM, Karl; KECSKEMETI, Paul (Ed.). **Essays on the sociology of knowledge**. London: Routledge, 1952.

MATTERLART, Michele; MATTERLART, Armand. **O carnaval das imagens**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEDEIROS, Ana Maria de. Dias Gomes e a Telenovela Brasileira: O "Nacional Popular" em *O Bem Amado*, *Saramandaia* e *Roque Santeiro*. Florianópolis: UFSC, 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

No País das telenovelas. **Veja**, São Paulo, 10 set. 1975.

ORTIZ, Renato. A evolução da telenovela. In: ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela**: história e produção, São Paulo, Brasiliense, 1991, p.11- 54.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003.

PRADO, Maria Emilia. Os Intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: O significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60. **Historia Actual Online**, n. 15, 2009, p. 19-27.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do povo brasileiro**: artistas da revolução à era da tv. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.1, 2005, p.81-110.

Sátira de mestre ao falso moralismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1981.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em Questão. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Grandes Nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2004.

SKINNER, Quentin. Significados y Comprensión en la Historia de las Ideas. In: Prismas – **Revista de Historia Intelectual**, n. 4, 2000, p. 149-191.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política**: Sobre os Métodos Históricos. Algés: Difel, 2002.



Legitimidade: relação de não-conflito

Peterson Roberto da Silva¹

GT 5 – Teoria Política

¹ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: peterston.235@gmail.com. Este trabalho foi possível graças ao financiamento providenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1. Introdução

A legitimidade é “um dos problemas mais antigos na história intelectual da civilização ocidental”² (ZELDITCH JR., 2001, p. 33). Na teoria política, o objeto de considerações sobre a legitimidade costuma ser o Estado, mas podemos atribuí-la a atos, arranjos sociais e outros elementos abstratos além ou aquém dele (TYLER, 2006, p. 385). Por ser discutida no contexto de quase qualquer aspecto da estrutura de grupos sociais (ZELDITCH JR., 2001, p. 39), portanto, outras áreas do conhecimento podem contribuir com um entendimento da ideia de legitimidade, empregada de maneira semelhante em todas elas; seu objeto é apenas um dos termos da *relação entre termos* que ela é.

É isso que pretendo argumentar nesta comunicação: demonstrar de que maneira podemos definir a legitimidade como uma relação entre um sujeito, um objeto e um conjunto de valores e crenças que estabelece o não-conflito. É possível compreender essa relação de várias maneiras: descritivamente, em que sua existência é verificada, catalogando seus elementos; normativamente, discutindo quais esses termos “deveriam” ser; ou ainda a partir de abordagens “híbridas”. Assim, concomitante às contribuições de outros campos de conhecimento, como a administração, a psicologia e a filosofia, será necessário analisar também as intersecções entre esses diversos pontos de vista analíticos para pensar a legitimidade de um modo abrangente. Esta definição, assim, não é um ineditismo, mas uma maneira coerente de resumir a diversidade interna do termo de modo a lhe dar uma consistência conceitual que precede tanto suas variadas manifestações empíricas quanto suas interpretações no âmbito da filosofia política (modelos normativos de legitimidade).

2. Valores e crenças

Weber (1978, p. 53) associa a legitimidade às razões pelas quais pessoas dominadas obedecem a comandos. Para o autor, o poder é a “probabilidade de que um ator em uma relação social estará em posição de executar sua vontade apesar de resistência, não importando seu fundamento”, enquanto a dominação é a “probabilidade de que um comando com um dado conteúdo específico será obedecido por um dado grupo de pessoas” *por conta de sua adesão* (CADEMARTORI, 1997, p. 134). Para Weber (1978, p. 212, ênfase no original), “toda forma genuína de dominação implica um mínimo de aceitação voluntária, isto é, um *interesse* [...] na obediência”.

² Neste artigo, traduzo as fontes em línguas estrangeiras para facilitar a leitura do texto.

Pesquisadores da área de administração aprofundaram essas definições, criando todo “um aparato teórico [...] relativo às forças cognitivas e normativas que limitam, constroem e empoderam atores organizacionais” (SUCHMAN, 1995, p. 571). Suchman (1995, p. 574) define a legitimidade como “uma presunção ou percepção generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis ou apropriadas no contexto de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições”. Um aspecto importante dessa definição é que a legitimidade é *generalizada*, isto é, resiliente a eventos particulares, mas dependente de um histórico de eventos: uma organização pode desviar de um padrão e ainda ser vista como legítima se tal desvio for visto como exceção. Outro aspecto é a criação subjetiva da legitimidade; uma organização pode mantê-la apesar de um “desvio” não só porque o desvio é tomado por exceção, mas por não ser notado. A legitimidade existe quando um grupo *como um todo* aceita ou apoia um padrão de comportamento *como um todo*; as reservas de “qualquer observador em particular” sobre “qualquer comportamento em particular”, bem como as que os observadores “poderiam vir a ter, caso prestassem mais atenção”, são relativamente irrelevantes (SUCHMAN, 1995, p. 574).

Já para Beetham (1991, p. 3), o poder é legítimo quando “é adquirido e exercido de acordo com regras justificáveis, e com evidências de consentimento”. Beetham não vê essa definição como compatível com a de raiz weberiana, a partir da qual é impossível dizer algo moral ou racional sobre a legitimidade para além de uma pesquisa de opinião quanto à proporção em que uma determinada população acredita na legitimidade dos arranjos vigentes de poder (BEETHAM, 1991, p. 8-9). O problema fundamental da definição weberiana é “encorajar uma ciência social incompetente”, que não provê ferramentas para explicar “por que as pessoas reconhecem a legitimidade do poder em um local e época mas não em outro” (BEETHAM, 1991, p. 10). “Uma dada relação de poder”, explica Beetham (1991, p. 11), “não é legítima porque as pessoas acreditam em sua legitimidade, mas porque ela pode ser justificada em termos de suas crenças”; ou, como coloca Zelditch Jr. (2001, p. 48), “a crença em algo é diferente de usar essa crença para justificar que alguma outra coisa é ‘certa’”. Além disso, é de grande importância a “evidência de consentimento expressa através de ações compreendidas como demonstrações de consentimento dentro das convenções de uma sociedade particular” (BEETHAM, 1991, p. 12).

Esta crítica é fundamental para começarmos a delinear de maneira mais geral a legitimidade como relação entre sujeito, objeto, e conjunto de valores e crenças. Nas definições de raiz weberiana, há apenas sujeito e objeto – algo é legitimado por alguém. Existem razões para que essa legitimidade exista – os tipos ideais de dominação – mas, por

serem exemplos de pilares de *relações de dominação*, a legitimidade parece um epifenômeno de relações sociais, e não um elemento importante na *dinâmica* social; para Beetham (1991, p. 8-9), a legitimidade estaria nas próprias mãos dos próprios poderosos. Se adicionarmos um contexto de fundo contra o qual todo tipo de ação ou relação social é avaliado com vistas a gerar um julgamento de legitimidade – sendo que este próprio contexto é obviamente influenciado, mas não determinado, pelas próprias ações e relações sociais – tem-se uma relação entre três elementos que é muito mais representativa de relação de legitimidade.

Há quem argumente que entre os possíveis valores e crenças capazes de balizar a legitimidade, a justiça *deveria* ser o mais importante. Para a filosofia jurídica do garantismo, por exemplo, a justiça e a validade legal embasam a legitimidade, com autonomia e precedência da primeira em relação à segunda (CADEMARTORI, 1997, p. 228); “o Estado e o Direito não são vistos como valores em si mesmos”, mas como meios ou instrumentos que só são legítimos à medida que buscam “fins extra-jurídicos úteis, desejáveis, axiológica ou politicamente ‘justos’” (CADEMARTORI, 1997, p. 102-105). Já para Buchanan (2002) a legitimidade não leva diretamente à autoridade, uma vez que ela justifica em relação ao agente [agent-justification notion], não em relação às razões para obedecer [reasons-for-compliance]; em outras palavras, um agente pode ser legítimo em suas ações se agir em consonância com um “robusto dever natural de justiça”, mas de sua legitimidade não decorre que outros lhe devam obediência (BUCHANAN, 2002, p. 703). Para Buchanan (2002, p. 713-714), a obrigação de obedecer às leis vem não da obrigação de obedecer ao Estado, mas de considerar outras pessoas igualmente (princípio democrático); o exercício de poder se legitima assim a partir da justiça, e a obediência, a partir da democracia como princípio moral.

Há quem, por outro lado, dissocie a justiça da legitimidade com variados graus de intensidade (WILLIAMS; HAWTHORN, 2005; RAWLS, 1995, p. 175-176; PETTIT, 2012), e a separação é completa no caso dos juspositivistas, para os quais o direito “dispõe de racionalidade própria”, independente, e legitima o poder através de suas propriedades formais apenas (CADEMARTORI, 1997, p. 136); em outras palavras, a legitimidade nada mais é que a legalidade, e o “julgamento moral dos sujeitos morais” se torna, para o “direito objetivo [...] descartável” (CADEMARTORI, 1997, p. 214). Isto, no entanto, não deve ser confundido com um triunfo que restaura a legitimidade a uma relação diádica que prescinde de valores, *pois se trata em si da adoção de um valor*: como na dominação legal-racional weberiana, a própria lei enquanto tal é valorizada, ou talvez a estabilidade que valorizá-la traga. A legitimidade não pode ser conceitualmente identificada à legalidade pois ela não se torna *redundante*: não se pode abrir mão de nenhum dos termos sem prejuízo (ZELDITCH JR., 2001, p. 48-49). A

legitimidade é uma coisa outra – uma relação em que um dos termos é necessariamente um conjunto de valores e crenças; o conceito de legitimidade “somente pode ser entendido por referência a valores” (POLIN, 1967 apud CADEMARTORI, 1997, p. 141). Teóricos contrários ao moralismo político, como Williams e Hawthorn (2005, p. 2), aproximam-se bastante do juspositivismo à medida que veem a diversidade de concepções subjetivas sobre a justiça como um obstáculo para a conformação da vida comum. Porém, tanto para autores que tratam a justiça como condição *sine qua non* da legitimidade como para os que não o fazem há, de fato, *valores* em jogo – se não justiça, então ordem e estabilidade.

Tanto no caso da legitimidade como conceito operacional, usado em estudos descritivos (existe legitimidade, isto é, uma determinada coisa é considerada legítima *neste momento?*) quanto no caso das rumações normativas acerca dela (o que *deveria* ser legítimo?), há que se debater a função do consenso: uma instituição só é legítima quanto há uma crença absoluta em sua legitimidade, isto é, por parte de todos os membros do grupo-sujeito (da relação de legitimidade)? Em caso negativo, como determinar que “um grupo” (como algo diferente de “todos os seus membros”) possui uma determinada crença ou mantém um determinado valor?

“Nenhuma sociedade é caracterizada por uma uniformidade completa de crenças”, Beetham (1991, p. 17) admite; “uma das características distintivas de relações de poder é a diferença de circunstâncias, oportunidades e valores” entre as pessoas. No entanto, ainda é necessário que haja um conjunto mínimo de crenças compartilhadas, sem as quais “não pode haver base sobre a qual justificativas para as regras do poder possam se efetivar”. Há, portanto, algumas situações em que a legitimidade não existirá devido à ausência de crenças e valores compartilhados entre todos (como em comunidades “artificiais” ou divididas), ou porque as crenças e os valores se transformaram (deixando de embasar uma determinada justificação para um sistema de regras), ou ainda porque as circunstâncias tornaram implausíveis as justificações para um sistema legal, ainda que as crenças e os valores sejam os mesmos (BEETHAM, 1991, p. 17–18). Mas não é o caso que a legitimidade simplesmente “não existe” nessas situações; ela transita por uma espécie de espectro:

em qualquer sociedade haverá algumas pessoas que não aceitam as normas que embasam as regras do poder, e algumas que se recusam a expressar seu consentimento, ou que o fazem apenas sob manifesta coação. O que importa é quão difusos esses desvios são, e quão substanciais são em relação às normas e convenções subjacentes que determinam a legitimidade do poder em um dado contexto. A legitimidade pode ser erodida, contestada ou incompleta; e julgamentos sobre ela são geralmente julgamentos de grau, não uma questão tudo-ou-nada. (BEETHAM, 1991, p. 20)

No entanto, Beetham não lida de maneira satisfatória com o problema, pois tratar a legitimidade como espectro não faz com que ela se sobreponha adequadamente ao seu propósito manifesto na teoria do autor, a saber, a fundamentação da *obrigação de cooperar com o Estado*, sendo que esta é uma questão binária. Assim, o intervalo entre a ausência total de legitimidade (“0%”) e a legitimidade perfeita (“100%”) implica esta obrigação ou, ao contrário, sua injustificabilidade? Ou haveria um limite (50%?) a partir do qual a obrigação de obedecer se transforma em obrigação de revolta?

A caracterização dos outros elementos da relação ajudam a desembrulhar esta questão. O objeto da relação de legitimidade com a qual Beetham lida é necessariamente as relações de poder decorrentes da relação de soberania entre o Estado e seus cidadãos; o sujeito, por sua vez, seria a figura do “povo”. Este modelo “democrático” de legitimidade é um pressuposto bastante contingente tendo em vista que o autor vê sua obra como uma investigação *tão* genérica do conceito de legitimidade que poderia ser aplicada a qualquer “sociedade” amplamente concebível (não somente às democracias liberais dos Estados-nação contemporâneos). As democracias contemporâneas, que tem suas raízes no majoritarismo do processo decisório ateniense, só podem emergir “quando dois fatores coincidem: 1. sentimento de que as pessoas deveriam ter igualdade de opinião em tomar decisões de grupo e 2. um aparato coercitivo capaz de executar tais decisões”, comenta Graeber (2011, p. 157), que a seguir observa que é “extremamente incomum ter os dois ao mesmo tempo”, já que um aparato coercitivo bem organizado geralmente possibilita ignorar opiniões daqueles que estão na outra ponta do processo coercitivo – precisamente a razão pelo qual sociedades igualitárias rechaçam o uso de medidas e/ou aparatos coercitivos.

Teóricos políticos contemporâneos costumam buscar uma maneira de reafirmar a legitimidade das relações de poder em democracias contemporâneas ao apelar para a noção de consentimento; não por acaso Beetham o caracteriza – no caso das democracias contemporâneas, na forma das eleições – como elemento essencial para determinar “objetivamente” uma relação de legitimidade. Mas o próprio autor reconhece o problema das eleições: elas não atingem seu próprio pano de fundo (BEETHAM, 1991, p. 96). As instituições de poder obtêm legitimidade das eleições independente do que os eleitores façam (se votam no vencedor, se votam no perdedor, se votam nulo ou se não votam), de modo que sua validade é um tanto quanto discutível. Beetham (1991, p. 108) argumenta que como essa limitação “não é o resultado de uma intervenção pessoal” por parte dos poderosos, mas a “consequência impessoal das regras ou estruturas”, ela parece ser natural, e o consentimento

parece ser voluntário, ajudando a legitimar as regras que o condicionam. Esta pode ser uma descrição do mecanismo ideológico com base no qual algumas pessoas, quem sabe a maioria da população, aceitam que as eleições legitimem resultados eleitorais, mas está distante de fornecer uma defesa normativa robusta de seu papel como mecanismo capaz de fundamentar a legitimidade da coerção. Sobre a ideia de que “ao concordar com uma condição particular de subordinação, as pessoas estão também confirmando as regras de poder que a embasam”, o próprio autor admite que “estritamente falando, isso não é lógico” (BEETHAM, 1991, p. 96). Ademais, se por um lado o consentimento derivaria sua força moral de sua semelhança a uma “promessa de obediência”, por outro isto é diferente de uma *promessa em geral*. Promessas são importantes porque expressam “liberdade individual e igualdade, e ainda assim comprometem os indivíduos para o futuro”; mais que isso, “implicam que indivíduos são capazes de julgamento independente e deliberação racional” - mas, diferente da promessa (uma prática social cujo conteúdo depende dos indivíduos que prometem), o consentimento “tem que ser *a* alguma coisa”; pede-se que alguém se obrigue a algo, mas “o conteúdo dessa obrigação já foi definido por outros”, de modo que isto não pode ser comparado a uma promessa (PATEMAN, 1979, p. 21).

Assim, a perspectiva de Beetham é imprescindível na medida em que se faz necessário levar em consideração o conjunto de valores e crenças que anima julgamentos sobre a legitimidade de um dado objeto; contudo, a asserção de que “um grupo” possui certos valores e crenças nos faz entrar em uma problemática de representação, especialmente se o objeto de legitimidade for uma relação de poder (e a obrigação de obedecer os poderosos). Como autores do campo da administração se voltam para elementos bastante específicos dentro de uma sociedade – como empresas particulares, ou seus líderes frente aos seus empregados – eles conseguem burlar essa questão, em parte, ao particionar os públicos. Sua preocupação ao aferir legitimidade é o suporte que “um grupo de observadores” concede ao elemento considerado (SUCHMAN, 1995, p. 574), e este grupo pode ser um subgrupo social específico. Além disso, suas preocupações podem ser diferentes de acordo com diferentes subgrupos, e a legitimidade à qual elas se associam pode ser diferente em diferentes contextos: “Se uma organização simplesmente quer que um público particular a deixe em paz”, ela “geralmente só precisa se conformar a alguma categoria não-problemática de atividade social”; contudo, para “mobilizar comprometerimentos afirmativos [...] ela deve também ‘possuir valor’”, comenta Suchman (1995, p. 575). Ademais, ainda, Suchman (assim como Weber) observa a estabilidade, e se pergunta quanto ao que a fundamenta quando ela existe; caso ela não exista, sua análise não é desqualificada – torna-se apenas irrelevante para

um tal contexto. A situação é diferente para Beetham, que trabalha com apenas uma instituição – o Estado – e um público – o conjunto de cidadãos a ele sujeitos. Não é possível ignorar um subgrupo que não compartilha crença alguma com o resto da sociedade ao dizer que ele não é um público de interesse, ou que ele apoia tacitamente³ o governo por não ativamente combatê-lo. Mas se a fundação de onde Beetham parte é sólida, apesar da forma insuficiente com a qual o autor dispensa a unanimidade necessária para afirmar que um grupo “possui valores e crenças”, a legitimidade não seria nada além de completo consenso. De que maneira, portanto, o conceito proposto de legitimidade lida com a realidade do conflito?

3. Consenso e conflito

A “teoria de consenso” é a abordagem mais antiga sobre a legitimidade (ZELDITCH JR., 2001, p. 41). Uma versão contemporânea de tal tese pode ser encontrada em autores como Talcott Parsons, e é definida a partir dos seguintes elementos:

(a) a aceitação da ordem social é voluntária; (b) o consentimento se baseia na crença nas normas e nos valores (o que é diferente de uma orientação instrumental para eles); (c) ambos dominantes e dominados compartilham as mesmas normas, valores e crenças; (d) é o consenso, ou em algumas teorias de consenso o interesse do grupo [...], que torna as normas e os valores “corretos”, e portanto “legítimos”; e (e) uma ordem social ou política é estável se e apenas se é legítima (ZELDITCH JR., 2001, p. 41)

No âmbito desta perspectiva, o funcionamento de qualquer sociedade depende de uma série de ideias compartilhadas que não são constantemente desafiadas, discutidas e votadas; a legitimidade é a qualidade que estes elementos “consensuais” têm em comum. Nesse sentido, só merece a alcunha de legítimo o que for consensual, e o consenso é suficiente para tornar legítimo. Para Tyler (2006, p. 391), teorias de consenso advogam que a “estabilidade e a efetividade institucional” que a legitimidade providencia são “virtudes que beneficiam todos os membros da sociedade”; assim, não é como se estas teorias fossem inerentemente antiautoritárias – pelo contrário; busca-se explicar o consentimento consensual a relações de poder e autoridade.

Mas a questão vai além do consentimento. Existem consensos para os quais não é possível fornecer consentimento. A própria linguagem é um exemplo, mas isto não se

³ A ideia de que o consentimento pode ser tacitamente concedido a um Estado por simplesmente permanecer em seu território (legitimando-o, assim) foi proposta por Locke (1990 apud PETER, 2017). Buchanan (2002, p. 700) elenca algumas razões pelas quais tal ideia é perniciosa: não só para muitos seria proibitivamente custoso sair do Estado, mas o direito de determinar que a permanência em um território significa consentimento pressupõe o tipo de legitimidade que essa teoria tenta fundamentar.

restringe a questões não diretamente políticas; é preciso considerar que não se pode consentir ao próprio método de decisão culturalmente presumido como legítimo: sempre seria necessário decidir sobre o método decisório usando um método decisório ele próprio não decidido (senão por um... Método decisório). Nesse sentido, a precedência do princípio da maioria sobre o consenso, ou seu contrário, se pudesse ser estabelecida por meio de uma decisão formal, precisaria se apoiar sobre um dos dois (a maioria ou o consenso) de tal modo que um deles já “venceria” de antemão, a um nível cultural e cognitivo.

Já a teoria de conflito sobre a legitimidade é a alternativa às teorias de consenso. O modelo geral dessa perspectiva pode ser encontrado em autores como Maquiavel:

(a) o fundamento tanto da ação quanto da ordem é instrumental (isto é, governado por autointeresse racional); (b) os verdadeiros interesses dos dominantes e dos dominados estão em conflito; e (c) é o poder que torna obrigatórias as regras. Mas (d) o poder puro não pode fazer com que as pessoas acreditem que uma regra é “correta”; (e) a ideologia, o mito e o ritual são necessários para legitimar as regras, tornando-as “corretas”, ao mascarar os verdadeiros interesses dos dominantes e dos dominados; e (f) a longo prazo, o poder puro é instável a não ser que seja legitimado, portanto a legitimidade é um pré-requisito de qualquer ordem social. A única diferença que Maquiavel vê na legitimidade em si em relação à teoria de consenso é que o uso que os dominantes fazem de mitos legitimadores é puramente estratégico. (ZELDITCH JR., 2001, p. 42)

Beetham ataca as concepções descritivas de legitimidade (derivadas da noção weberiana), mas há um motivo pelo qual elas não desaparecem. A legitimidade como “crença na legitimidade” possui um efeito; ela “explica a estabilidade de *qualquer* tipo de estrutura, em qualquer nível” (ZELDITCH JR., 2001, p. 40, ênfase no original). Segundo Tyler (2001, p. 417-418), é mais fácil administrar um grupo (uma sociedade, uma empresa, uma organização) a partir de uma abordagem de legitimidade que a partir de uma baseada em “comando e controle” (segundo a qual “o comportamento das pessoas é principalmente moldado” por suas percepções de “recompensas e punições”), porque estas seriam “custosas, ineficientes e com frequência ineficazes”. Esse uso estratégico da legitimidade já pressupõe a consideração de uma dimensão de conflito no próprio conceito, já que ela seria “uma estratégia efetiva de geração de influência – e aqueles que veem a estabilidade do sistema como um atributo valioso podem se beneficiar, e o fazem, quando conseguem criar e manter esse valor”. O consenso pode deste modo indicar uma dominação, mas se a legitimidade está associada à justiça dos procedimentos da autoridade, como sugere Tyler (2006, p. 416), alguns teóricos analisam que a busca pelo “recurso da legitimidade” faz com que instituições

e autoridades busquem ser justas em seus procedimentos. A negociação de consenso, afinal, não é um processo unicamente hierárquico, que ocorre sob controle da liderança e por sua iniciativa; “teorias da legitimidade [...] especificam condições em que surgem pressões para mudar as estruturas existentes”, isto é, a “ilegitimidade” *torna legítimos* os impulsos por “reforma e/ou rebelião”, e assim a legitimação funciona como “um mecanismo de mediação entre a estrutura do grupo e as ações dos indivíduos” (ZELDITCH JR., 2001, p. 50).

É interessante observar que para os autores ditos “pós-modernos”⁴, a *legitimidade em si* pode ser uma forma de *dominação*, considerando que encontrar formas de justificar a obediência – ou o próprio uso da força contra desobedientes – seria uma maneira de encerrar conflitos que envolveria impor a identidade à diferença, consenso à diversidade, e unidade à multiplicidade; *todo* não-conflito referente a uma legitimidade seria, na verdade, um conflito em disfarce. Como observa Cohn (2006, p. 202), a democracia promete transformar uma multiplicidade em uma pluralidade produtiva, mas para pós-modernos ela “nunca pode fazê-lo”, já que “a persuasão pacífica e a deliberação pública” são na verdade “uma guerra”. É como se os pós-modernos chegassem à mesma conclusão dos ditos “realistas” (o encerramento de conflito que não envolva a força é impossível), mas se recusassem a dar o último passo, isto é, *legitimar um método de encerramento de conflito*. Isto ocorre porque o problema dos ditos “realistas” é o consenso *pacífico*, enquanto o dos pós-modernos é qualquer acordo que se coloque como consenso necessário ou recomendável; uma vez que a legitimidade é impossível em qualquer nível, o gesto de seu estabelecimento não faz sentido.

A dominação neste contexto é compreendida principalmente como ideológica. Newman (2001, p. 63) argumenta que “o que é importante” não são as instituições de dominação em si, mas a maneira como funcionam, em particular os “locais [...] através dos quais [elas] opera[m]” – como os conceitos de “essência humana ou [de] homem”. Embora autores pós-modernos afirmem o caráter constitutivo do “poder”, nem sempre fazem referência a aparatos centralizados e organizados de violência, mas a dinâmicas e pressuposições do cotidiano, das relações entre indivíduos, que dão origem a práticas que, por sua vez, acumulam-se e concentram-se para originar, com o tempo, fenômenos organizacionais hierárquicos e autoritários estáveis. A análise da violência, da “força bruta”, perde importância. Não obstante, a questão da legitimidade do Estado, por exemplo, não envolve somente atos episódicos de violência, mas sua ameaça, “e os tipos de relações sociais que ameaças perversivas de violência tornam possíveis” (GRAEBER, 2015, p. 67). O

⁴Há provavelmente tantos pós-modernismos quanto pós-modernos (FEATHERSTONE, 1988 apud ROSENAU, 1992, p. 15). Abordo o tema a partir da perspectiva de Hatab (1995, cap. 1).

monopólio da violência é um aspecto importante das opressões identificadas nas práticas representacionais, uma vez que representações meramente *encorajam* as pessoas a conceber a si mesmas através do discurso de terceiros – se não existe um aparato de violência organizado construindo e reproduzindo desigualdades fundamentadas em determinadas representações, a representação em si não quer dizer muito.

Assim, o desafio conceitual que se apresenta para Beetham – assim como para teóricos políticos em geral que afirmam os valores dos Estados democráticos liberais contemporâneos – é justificar o monopólio dos meios de violência com vistas ao encerramento de conflito de modo a demonstrar que o *status quo* que temos em boa parte do planeta hoje não é o de uma difundida dominação imperial, e sim de arranjos legítimos (isto é, sobre os quais *deveria haver não-conflito*). Eles podem apelar para diferentes sujeitos dessa justificação, como uma ideia de “povo” (na qual obviamente não se encontrará consenso de crenças e valores, e então temos a operacionalização dessa representação por meio das ideias de consentimento e majoritarismo) ou uma construção teórica quanto à *necessidade* do encerramento violento de conflitos para que se possa ter ordem e estabilidade. Compreender a legitimidade como não-conflito não significa ignorar a inexorabilidade dos conflitos na existência humana, mas compreender de que maneira o modelo teórico a partir do qual o observador compreende essa relação de não-conflito guia seu olhar no momento em que ele “afere” a existência de legitimidade – bem como entender que a ideia de não-conflito abrange os modelos normativos da teoria política sobre a legitimidade na medida em que estes propõem ou formas políticas sobre as quais *não deveria* haver conflito ou formas de resolver conflitos (isto é, de gerar não-conflitos) *quanto às quais* não deveria haver conflito.

4. Considerações finais: aprofundando a definição

A legitimidade se trata assim de uma relação entre um sujeito, um objeto e um conjunto de valores e crenças que estabelece o não-conflito. Este conceito não é único: o “não-conflito” é uma forma de abranger duas dimensões bastante diferentes, mas igualmente relevantes, desta ideia, a ausência de conflito e o encerramento de conflito. No primeiro caso o não-conflito existe porque o conflito não existe. Ele não foi silenciado, escamoteado ou reprimido; ele simplesmente não estava presente para que pudesse ser silenciado, escamoteado ou reprimido. No segundo, a legitimidade se coloca como a busca pelo estabelecimento do não-conflito a partir do processamento do conflito que existe. Questões de perspectiva aqui são essenciais: poder-se-ia dizer, de uma situação de ausência de conflito,

que seu conflito foi encerrado há tanto tempo que o fato de ter existido um dia tornou-se irrelevante; por outro lado, o ideal que regula o impulso de encerramento do conflito é sua erradicação, uma situação em que ele deixa de existir.

Inicialmente, é obviamente problemático associar o consenso à legitimidade. A ausência de conflito *manifesto* (discordância, altercação física) não significa que ele *não existe*; pode indicar, ao contrário, uma dominação eficaz, uma violência oculta (Ó LAOGHAIRE, 2016, p. 16). No entanto, o critério da legitimidade não é a ausência de conflito manifesto, mas a situação que a produz. É preciso diferenciar o não-conflito objetivo, que reflete um não-conflito subjetivo compartilhado, do não-conflito que, pelo contrário, é um conflito. Ademais, o consenso como fator de legitimidade é um dado, e não uma *outra* teoria normativa. A legitimidade se refere inerentemente a uma situação de resolução e estabilidade. Do ponto de vista descritivo, não há nada mais legítimo do que algo ao qual literalmente ninguém se opõe sem que haja qualquer violência (ou ameaça de violência) envolvida. Pode-se questionar a partir de que ponto uma tal situação torna-se impossível (com quantas pessoas, por exemplo), mas não há padrão conceitual mais alto de legitimidade.

Pensar a legitimidade é pensar o não-conflito mesmo politicamente, num sentido de política *enquanto* conflito: se é afirmado que o legítimo é, digamos, o que é justo, o que se afirma é que as pessoas deveriam aceitar o que for justo (não entrar em conflito), mas rebelar-se contra, ou não apoiar, o que é injusto. Para Bobbio e Bovero (1987 apud CADEMARTORI, 1997, p. 127), por exemplo, a legitimidade se refere à “determinação dos casos em que se deve obedecer e dos casos em que é lícita a desobediência ou a obediência passiva”. Para os ditos “realistas” políticos seria irrelevante (talvez perigoso) dizer que só é legítimo o que está relacionado a certos valores e crenças, especialmente morais, uma vez que é impossível que se chegue a um consenso não-violento. Eles, no entanto, também desejariam algum consenso de fundo em nome da própria estabilidade – como a “valorização do pluralismo”, ou determinados métodos decisórios – considerando que o conflito torna a convivência disfuncional, e entrar em permanente conflito contra o conflito (usar apenas da força para adquirir obediência) é ineficiente (como visto acima). Ainda assim, as teorias ditas “realistas” se diferenciam pelo fato de que a legitimidade não é alcançada unicamente através de dinâmicas dialógicas e culturais, posto que se pode contar com o uso da força; não é por acaso, assim, que tantas teorias normativas de legitimidade no campo da teoria política se preocupam com a justificação do uso da força.

Para que possa não haver conflito, este precisa ter sido encerrado. A questão é como, e de que maneira este próprio método de encerramento vira objeto da legitimidade. A

legitimidade pode ser pensada como orientação para o não-conflito mesmo no caso em que o conflito é visto como inescapável. “Parece não existir sociedade que não veja a vida humana como fundamentalmente um problema”, comenta Graeber (2011, p. 57); “a existência do trabalho, o sexo e a reprodução são encarados como preocupações com todos seus dilemas”, mas há também o fato de que “os desejos humanos são sempre mutáveis” e de que “todos nós morreremos um dia”. Em termos mais diretamente políticos, situações de não-conflito provam-se difíceis de manter ao longo do tempo porque os “públicos são com frequência heterogêneos” (ou seja, há muita diversidade entre as pessoas), “a estabilidade com frequência implica rigidez” (um problema à medida que “ajuste mútuo, isomorfismo e pressuposição [taken-for-grantedness] impedem a responsividade a transformações”) e, por fim, a “institucionalização frequentemente gera sua própria oposição” (SUCHMAN, 1995, p. 594). Se tudo isso faz do conflito uma parte inescapável da existência humana, por outro lado não significa que esta *se resuma* a isso. A legitimidade é uma categoria do pensamento porque estamos constantemente pensando na estabilidade; como obtê-la, como mantê-la, até que ponto é benéfico tê-la — que tipo de estabilidade é preferível.

Superar o conflito (o que existe, e fazê-lo temporariamente) somente é possível através de mecanismos que o “processem”, isto é, instituições e procedimentos formais que canalizem a diversidade de posicionamentos e interesses encontrados na sociedade para um estado de não-conflito, possibilitando a ação coletiva e a estabilidade do sistema, exigindo adesão para manter tais efeitos ao longo do tempo. A questão é a natureza de tais mecanismos. Um método que prolongue o conflito por não aceitar seu desfecho violento pode ser legitimado tendo em vista outros princípios, que sejam mais valorizados que a estabilidade. No caso da força, ela própria precisa ser justificada pois se trata de algo *inerentemente conflituoso* – ou seja, faz-se necessário explicar como uma força é diferente de outras, por que aquela é melhor que estas, e por que (a resolução violenta de) alguns conflitos são toleráveis em nome de um não-conflito mais abrangente. Assim, chega-se a um *não-conflito quanto ao uso da força* para que ela possa encerrar conflitos, gerando a situação de estabilidade previamente definida como benéfica. Isso não necessariamente opõe “moralistas” e “realistas” políticos, pois aqueles podem também preconizar o uso da força; separa, em vez disso, alguns critérios morais de outros. Para toda uma ala de teóricos políticos, a inevitabilidade do conflito significa mais que a dificuldade de resolvê-lo; significa que apenas a força assegura momentos de não-conflito, segurança e cooperação. A busca pela legitimidade torna-se indireta; *é preciso estabilizar o próprio método de estabelecimento do não-conflito*, o que motiva as teses normativas que buscam explicar que uma instituição como

o Estado deve ser aceita porque leva à previsibilidade, ou à segurança, ou à justiça, ou à igualdade, ou à liberdade, ou à organização da vontade da maioria, e assim por diante.

O que se busca com a legitimidade é, no fundo, o não-conflito quanto a uma determinada situação: se as pessoas legitimam o voto majoritário e o uso da força para fazer valer seus resultados, é *isto* que será legítimo em meio aos inúmeros conflitos pontuais que são resolvidos (gerando novas legitimidades pontuais) por meio dele. A lógica não é infinitamente recursiva; se o Estado não fornece razões para sua existência, seu direito de exercício de força baseia-se completamente na força, e assim não há motivo para ser visto pelos dominados como merecedor de louros em vez de bombas. Não há legitimidade porque há conflito, e um que só se encerra por meio de mais conflito. Assim, toda noção de legitimidade é uma teorização sobre quem (sujeito) pode determinar o que (objeto) é legítimo, com base em qual conjunto de valores e crenças.

Bibliografia

- BEETHAM, D. **The legitimation of power**. Nova Iorque: Palgrave, 1991.
- BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BUCHANAN, A. Political legitimacy and democracy. **Ethics**, The University of Chicago Press, v. 112, n. 4, p. 689–719, 2002. ISSN 00141704, 1539297X. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ya548fsh>>.
- CADEMARTORI, S. **Estado de Direito e Legitimidade — Uma Abordagem Garantista**. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.
- COHN, J. S. **Anarchism and the crisis of representation: hermeneutics, aesthetics, politics**. Selingsgrove: Susquehanna University Press, 2006.
- GRAEBER, D. **Fragmentos de uma antropologia anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2011.
- NEWMAN, S. **From Bakunin to Lacan: Anti-authoritarianism and the dislocation of power**. Lanham: Lexington Books, 2001. (G - Reference, Information and Interdisciplinary Subjects Series).
- Ó LAOGHAIRE, T. **Republicanism, Anarchism and the Pursuit of Non-Domination**. Dissertação (Mestrado) — Leiden, 2016.
- PATEMAN, C. **The problem of political obligation**. Nova Iorque: Wiley, 1979.
- PETTIT, P. **On The People's Terms: A Republican Theory and Model of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- POLIN, R. **Analyse philosophique de l'idée de légitimité**. In: L'Idée de Légitimité. Paris: PUF, 1967.

- RAWLS, J. Political liberalism: Reply to habermas. **The Journal of Philosophy, Journal of Philosophy, Inc.**, v. 92, n. 3, p. 132–180, 1995.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, p. 571–610, 1995.
- TYLER, T. R. A Psychological perspectives on legitimacy and legitimation. **Annual Review of Psychology**, v. 57, n. 1, p. 375–400, 2006.
- WEBER, M. **Economy and Society**. Londres: University of California Press, 1978.
- WILLIAMS, B. A. O.; HAWTHORN, G. **In the Beginning was the Deed: Realism and Moralism in Political Argument**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- ZELDITCH JR., M. Theories of legitimacy. In: JOST, J. T.; MAJOR, B. (Ed.). **The Psychology of Legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 33–53.



Anarquismo e os silêncios convenientes sobre o debate de violência e não-violência

Carlos André dos Santos¹

GT 5 – Teoria Política

¹ Mestre em Sociologia Política e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, cazeradio@gmail.com, Bolsista CAPES.

Resumo

O anarquismo como um discurso revolucionário deposita ao longo de seu desenvolvimento uma forte ênfase na ideia de ruptura estrategicamente baseada na expropriação dos meios de produção, o desmantelamento do Estado e sua imediata substituição por uma organização social federalista e autogestionária. Para os anarquistas a revolução sofreria resistência da burguesia e classe política que não entregariam de bom grado justamente aquilo que lhe confere a dominação, mas, existe, uma confusão quando se fala do anarquismo e violência em relação à propaganda pelos fatos, o termo foi ganhando um sentido de sinônimo de anarcoterrorismo, algo que entre outras coisas, obscurece o debate sobre as disputas repertórios de confronto no campo antiautoritário e anticapitalista, ainda hoje, como tem sido demonstrado pelos recentes estudos sobre a história do anarquismo.

Palavras-chave: anarquismo, propaganda pelos fatos, violência.

O anarquismo é um discurso revolucionário, nascido nas experiências das classes subalternas novecentista, que se configura por meio de táticas e estratégias próprias, em prol da ação direta e autogestão, como movimento e projeto de uma sociedade libertária, visando à ruptura com o sistema de dominação política, econômica e cultural. Como “um fenômeno moderno recente, uma resposta a centralização política e econômica impulsionada pela revolução industrial” (AVRICH, 1974, p. 3), sobretudo, da experiência prática das classes subalternas manifesta-se em formas organizativas distintas, produzindo um conjunto amplo de experiências envolvendo pessoas, grupos, organizações, sindicatos, conselhos, comunas, publicações, exércitos, escolas, e mobilizações de distintos tipos, redes, insurreições, atentados e revoluções (SCHIMDT, Van der Walt, 2009).

O anarquismo hoje não é o mesmo do século XIX e meados da segunda metade do século XX, em termos de influência política e visibilidade, suas ações coletivas demonstram que o anarquismo hoje não se trata de um transporte de um modelo de ação coletiva de uma época para outra. As organizações e indivíduos que se definem como anarquistas possuem variadas formas de fazer política por isso a militância anarquista deve ser pensada no presente por um quadro real de enfrentamento às dominações em sua vasta gama de experiências e referenciais sobre o significa ser dominado (IBAÑEZ, 2015).

O discurso revolucionário anarquista deposita ao longo de seu desenvolvimento uma forte ênfase na ideia de ruptura estrategicamente baseada na expropriação dos meios de produção, o desmantelamento do Estado e sua imediata substituição por uma organização social federalista e autogestionária. O processo revolucionário sofreria resistência das classes dominantes que não entregariam de bom grado justamente aquilo que lhe confere a dominação e privilégios, então, apesar de a violência não ser um fim em si, mas um meio que deveria ser controlado, no discurso anarquista nenhuma ruptura radical pode ser totalmente pacífica.

Lucien van der Walt e Michael Schmidt (2009) distinguem duas abordagens estratégicas dentro da ampla tradição anarquista, o anarquismo insurrecionalista e o anarquismo de massas, sendo o que os diferencia não é violência como tal, mas o lugar que a violência ocupa na estratégia: o insurrecionalismo, a propaganda pelo fato, levada a cabo por anarquistas conscientes, é vista como um meio de gerar movimentos de massa; para maior parte do anarquismo de massa, a violência funciona como um meio de autodefesa de movimentos de massa já existente, nessa posição de que é necessário construir um movimento

popular revolucionário, sendo o sindicalismo de intenção revolucionária é uma poderosa expressão do anarquismo de massas.

A insurreição conforme Andrey Cordeiro (2017), é o momento culminante das insurgências como um processo político, o momento que se dá a redistribuição do poder e reorganização do sistema político decorrentes de insurgências. Insurgências que não são apenas uma modalidade de ação coletiva como as greves e protestos, mas um processo político que tende a insurreição e à revolução como resultados (mesmo que essas tendências possam ser anuladas por contrainsurgências).

Usando como exemplo de insurgências as revoltas das periferias francesas (2005), Grécia (2007-2008) Turquia (2011), Espanha e Chile (2012), Brasil (2013) e México (2014) e as revoltas camponesas e indígenas no século XX e XXI (México 1994, Equador 1998-1999 e Bolívia 1999-2000 e 2003-2005) o autor traça as características das insurgências: 1) como um processo que tem no centro o uso da violência coletiva, não letais fundidas nas formas cotidianas de resistência como saques, incêndios, sabotagens, ocupações e por isso se colocam para anular as relações de propriedade e apropriação econômica e a violência militar (em forma de guerra de guerrilhas ou guerra regular) sendo esta violência o principal instrumento para atingir os fins políticos ou expressar visões e antagonismos; 2) São processos que envolvem uma força social relativamente mais fraca se desenvolve fora das estruturas estatais, visando desafiar ou anular o governo e mudar as condições sociais dos grupos dominados por ele; 3) é um processo multicentrado e regido por dialéticas e estruturas sociais específicas; 4) é um processo político que neutraliza o poder de governo sobre certas regiões, sob tempos determinados, criando assim formas específicas ou sistemas políticos, dualidades de poderes, quem podem ser estatais ou não e durarem mais ou menos tempo; 5) é um processo que surge de uma tática, conseqüentemente, reversível e sujeita a opções estratégicas dos atores.

O anarquismo vê nos processos insurgentes possibilidades reais de transformação sociais amplas e estrategicamente seu repertório de ação destina-se em provocar tais processos, ou seja, provocar situações que apontem para a insurreição e revolução. No entanto, existe a certa confusão quando se fala do anarquismo e violência em relação à propaganda pelos fatos.

O propaganda pelos fatos foi ganhando um sentido de sinônimo de anarcoterrorismo, após uma série regicídios e atentados a bombas atribuídas ou realizadas por anarquistas, apesar de ser um repertório muito mais amplo que as bombas e pistolas, abrangendo a recusa das subjetividades e relações de subordinação e dominação, como a desobediência civil na

recusa de pagar impostos, ao alistamento militar, novos arranjos familiares e formas de se relacionar afetivamente, e estar ligado intrinsecamente tanto a viver no cotidiano os princípios libertários e a estratégia de transformação social anarquista.

Nas Cartas para um francês sobre a presente crise escrita por Bakunin, de 1870 e o artigo publicado boletim da Federação de Jura, escrito por Carlo Cafiero e Erico Malatesta em 1876, os anarquistas defendem que ações eram os meios mais eficazes que a propaganda para difusão das ideais socialistas, em ambos os casos, a defesa em prol da insurreição dos povos contra seus algozes, nada tinha a ver com a defesa do terrorismo.

O sentido original insurrecional de propaganda pelos fatos dos socialistas libertários surge na mesma época das ações dos populistas russos da Narodnaja Volja, os primeiros a desencadear uma onda de atentados contra autoridades entre os anos 1878 e 1883. A onda de atentados teve seus efeitos propagandísticos reconhecido pela imprensa anarquista, com algumas ressalvas, onde transparece que certos homens são verdadeiros obstáculos a causa revolucionária e ao ataque as instituições, justificando, que a raiva e desespero dos operários podem a levar a atos de violência individuais.

Nessa época, a prioridade de atuação anarquista era o sindicalismo e as insurreições, já que o levante armado do povo, está sempre rodeando o centro do coração dos anarquistas (FOOD, 2006, p, 3). Em 1870, Bakunin faz parte de um levante armado em Lion, o anarquista mexicano Julio Chávez López, em 1869, esteve envolvido no levante indígena que proclamou em um manifesto a criação de um governo comunal autônomo tornando-o um dos percussores do zapatismo (FOOD, 2006; ZARCONI, 2005).

Na Espanha, a tentativa de formação de sindicatos sofreu uma dura repressão, os anarquistas, influenciados pelo insurrecionalismo, obtiveram êxito após uma série de ações armadas. Em Alcoi, após uma greve ter sido duramente reprimida, os operários ocuparam e incendiaram as fábricas, assassinaram o prefeito e marcharam pelas ruas exibindo as cabeças dos policiais aos quais haviam massacrado. A tentativa de golpe fascista de Franco foi frustrada em 1936 pela ação dos povos em armas organizada pelos anarquistas (AVILÉS, 2009).

Na Itália de 1877, Carlo Cafiero, Malatesta e Andrea Costa lideraram um bando armado em duas aldeias da Campânia, onde eles queimam os registros fiscais e declarar o fim ao reinado de Victor Emmanuel. Os habitantes da cidade os recebem, mas se recusam a aderir à insurreição que acabou frustrada (FOOD, 2006; AVILÉS, 2009).

Entre os anos de entre 1894 e 1913 na Europa e em alguns países americanos, há uma importante onda de regicídios: Sadi Carnot, presidente da França, morto em 1894; Antonio

Cánovas del Castillo, primeiro ministro da Espanha, em 1897; Elizabeth Sissi, imperatriz da Áustria, em 1898; Umberto I, rei da Itália, em 1901; William McKinley, presidente dos Estados Unidos em 1901; José Canalejas, primeiro ministro espanhol em 1912 e rei Georges, da Grécia, em 1913.

A literatura acadêmica aponta que apesar da maioria desses atentados foram cometidos por anarquistas, seus autores eram figuras marginais no anarquismo, e se por questões de logística em alguns desses eventos terem a necessidade de cúmplices, elas envolviam um número pequeno de conspiradores (FLORENCIO, 2010). Os atentados não obtiveram apoio das organizações anarquistas e nem das suas lideranças mais conhecidas.

No entanto, jornais da imprensa anarquista (com uma tiragem considerável como o semanário *La Révolte*, dirigido por Jean Grave, com uma tiragem de 8.500 exemplares) e a canção “Dansons la Ravachole”, assim como outras mídias desse período demonstram a admiração de uma parte dos anarquistas por François Claudius Koëningstein (Ravachol), um anarquista ilegalista francês, condenado à guilhotina em 1892 por colocar bombas na residência do presidente da corte de justiça, na residência do promotor da república do caso de Decamp e Dardare² e no Quartel Lobau, local onde centenas de *communards* haviam sido executadas em 1871.

Ravachol - que havia declarado publicamente seus princípios anarquistas durante o julgamento - é tratado na *La Révolte* como um mártir, um homem que abre mão da própria vida pela causa revolucionária, não como um louco atirador de bombas na imprensa tradicional ou como criminoso comum nas declarações de anarquistas críticos às ações individuais.

Segundo Florencio (2010), nem tática de insurreição como propaganda pelos fatos e nem os casos de mártires da causa, como os que envolveram Ravachol e os posteriores como ataques a bombas cometidos por Auguste Vaillant e Émile Henry, podem ser tratados mecanicamente como terrorismo.

A insurreição era uma tática dentro de um movimento operário que não é exclusiva dos anarquistas e os atentados individuais enquanto estratégia foram rejeitados em 1894 no Congresso Anarquista de Londres. As ações individuais ou de um pequeno número de anarquistas de martírio eram inserida em uma lógica não de causar o terror como método, mas de fazer justiça contra inimigos declarados da classe operária. Algo que também se

2 Dois anarquistas condenados a morte pelo tiroteio com a polícia durante uma manifestação de trabalhadores no 1º de maio de 1891, em Clichy, França.

diferenciava dos atentados a bomba dos niilistas em Barcelona, onde não se elegiam alvos específicos e muitas vezes nem se declaravam os porquês: qualquer burguês era alvo.

A repressão estatal às greves, passeatas, encarceramento e deportações e os assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras pelo pistoleirismo patronal provocam uma reação dos anarquistas de jogar-se na ilegalidade e justicamentos também na região do Rio da Prata: anarquistas italianos, espanhóis, argentinos e uruguaios, alcunhados de anarquistas expropriadores, promoveram uma série de assaltos para financiar publicações, manter as famílias e libertar anarquistas presos.

Os anarquista mais conhecidos são o argentino Miguel Arcángel Roscigno, responsável pelo planejamento da maioria das ações de expropriação bem sucedidas realizadas com Andrés Vázquez Paredes, Vicente Moretti e Antonio Moretti; Roscigno também ficou conhecido pela tentativa de libertar Simón Radowitzky da Colonia Penal de Ushuaia, onde o anarquista ucraniano cumpria pena pelo atentado que matou chefe de polícia Ramón Lorenzo Falcón³ e pela bem sucedida fuga de anarquistas da Prisão de Punta Carrenas onde estavam presos os irmãos Moretti, em 1931, com participação dos anarquistas italianos Gino Gatti e Severino Di Giovanni.

Outros anarquistas que ficaram conhecidos pelas expropriações são Buenaventura Durruti, Francisco Ascaso, Alejandro Ascaso e Gregorio Jover, Los Solidarios chegam a América em 1924, seu objetivo era levantar fundos para derrubar a monarquia espanhola, e durante a incursão realizaram assaltos no Peru, Chile, Cuba e Argentina.

Os assaltos, como explica Abel Paz biógrafo de Buenaventura Durruti, para ele e para os anarquistas, tem um objetivo burguês de enriquecer, por isso o roubo como meio de vida não é aceito entre os anarquistas, o roubo como uma tática dentro de conjuntura temporal é aceito para resolver um problema coletivo, algo que tampouco é novo no movimento operário, Lênin e Stalin realizaram assaltos para financiar o partido em 1900⁴.

Luci Fabbri conheceu Simón Radowitzky quando o “santo anarquista” é solto e chega ao Uruguai em 1931, onde ela também era uma recém chegada, descreve Radowitzky como um homem reservado e tímido, não tinha nada daquele temperamento violento como era descrito pelas autoridades e mesmo por anarquistas. A historiadora anarquista avalia o

3 O militar e político argentino na época chefe de polícia de Buenos Aires foi o responsável pela repressão da manifestação convocada pela Federação Operaria Regional Argentina (FORA) em 1º de maio de 1909, resultando em 11 pessoas mortas e centenas de feridas, muitos desses morreram nos dias posteriores, totalizando cerca de 80 mortos em decorrência da ação policial. Cf. SCHILLER, 2005, pp. 37-40.

4 Ácratas. Documentário (72 min). Virgínia Martínez, Produção Independente de Virgínia Martínez. Uruguai, 2000.

anarquismo expropriador como uma tática desastrosa, para qualquer tendência, os Tupamaros a usaram e foi negativa para eles, por levar ao caudilhismo, a militarização, fazer vítimas, às vezes valiosas, por algo incomensurável em relação à vida humana que é o dinheiro⁵.

Embora hoje tenhamos uma melhor compreensão dos eventos descolada de uma associação do anarquismo ao terrorismo, essa não era necessariamente o que se pensava a época. A suposta conspiração para matar líderes mundiais e burgueses, criada e propagandeada pelos governos e a imprensa tradicional (AVILÉS, 2009) da Europa e dos Estados Unidos, endureceu ainda mais a repressão e a perseguição às organizações anarquistas, as deportações, as prisões de lideranças (FLORENCIO, 2010) e a criação de legislações específicas contra o anarquismo.

A Conferência Internacional pela Defesa Social contra os Anarquistas em Roma, em novembro de 1898, um mês após o assassinato da Princesa Isabel da Baviera apunhalada pelo anarquista francês Luigi Lucheni, contou com participação de 54 delegados de 21 países e a posterior, realizada em Moscou em 1904, com a participação de delegados de 10 países, vai servir de base para criar, *International Criminal Police Organization*, Interpol, e as técnicas modernas de investigação, entre elas, a antropologia criminal, um dos dispositivos de poder patologizante das ações violentas cometidas pelos anarquistas, quando os delegados da conferencia não chegam a um acordo sobre como definir os anarquistas (AVELINO. 2010).

A patologização do anarquismo pela antropologia criminal não foi o único dispositivo de poder usado contra o anarquismo. A participação de mulheres no sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo e a defesa da liberdade sexual, do aborto e dos métodos contraceptivos encontrou adversários inclusive no próprio movimento operário, mas também, na psiquiatria moderna. O nacionalismo e patriotismo atravessam os dispositivos legais desde essa época, incidindo sobre toda classe trabalhadora e apesar de não respeitarem filiação ideológica, os/as anarquistas foram suas principais vítimas.

No Brasil, em 1907, a Lei Adolfo Gordo⁶, reeditada em 1913 e 1919, regulamentava a possível expulsão de estrangeiros residentes no país considerados suspeitos

5 Idem

6 Antecedem a Lei Adolfo Gordo, conforme Lopreato (2003), o decreto presidencial no 1.566 de 13 de outubro de 1893 regulamentou “a entrada de estrangeiros ao território nacional e sua expulsão durante o estado de sítio”, criticado pelos opositores do presidente Floriano Peixoto que consideraram o decreto como “entronização do arbítrio”, foi revogado dois meses depois. Apesar da curta duração, se manteve a ideia de expulsar estrangeiros considerados uma ameaça a soberania nacional. Em 1902 houve outra tentativa de regulamentação com base na soberania nacional, mas encontrou resistência no Senado e ficou esquecido nos porões do Congresso Nacional até 1906, quando a eclosão de movimentos grevistas no eixo Rio-São Paulo

de “comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública”, e as leis de Acidentes no Trabalho (1919) e de Imprensa (1923) tinham destino certo: reprimir as movimentações operárias estimuladas por imigrantes anarquistas. O governo de Arthur Bernardes desterrou para Colonia Penal da Clevelândia os indesejáveis *como forma de impedir o sucesso dos inúmeros pedidos de habeas corpus impetrados em favor das pessoas arbitrariamente presas* (ROMANI, 2003, p 115), entre esses, os anarquistas, onde estima-se que dos 946 presos entre os anos de 1924 e 1927, 491 morreram de doenças (ROMANI, 2003; SAMIS, 2002)⁷.

A repressão estatal, a patologização do anarquismo e a criação de dispositivos legais pelo quais os governos eliminam seus adversários no campo socialista antiestatal e revolucionário, não foi uma exclusividade dos liberais e conservadores. Após o termino da guerra civil na Rússia (1918-21) temos a repressão aos makhnovitas⁸ e a Insurreição de Kronstadt (1921)⁹, a traição do partido comunista estalinista aos revolucionários espanhóis anarquistas e trotskistas durante a guerra civil espanhola e a perseguição, execução e prisão de anarquistas que participaram da revolução Cubana¹⁰, fatos conhecidos na historiografia do movimento anarquista mundial, mas que costumam ser relativizados por marxistas e socialistas-democratas.

A ênfase dada à repressão ao anarquismo apenas deixa em evidência a repressão e eliminação física de seus militantes como um elemento determinante de seu

despertou, novamente, o interesse dos congressistas pelo assunto, retomando-se as emendas ao projeto de lei da Câmara dos Deputados nº 317 de 1902 que dispunha sobre o assunto.

7 Segundo Samis (2000) durante o período em que vigorou o estado de sítio, entre 1924 e 1926, milhares de prisioneiros foram feitos, mas somente os presos mais pobres, aqueles com menor possibilidade de defesa externa foram confinados em Clevelândia. Os militares sem padrinhos políticos, os sindicalistas mais pobres e combativos, jornalistas anarquistas, todos misturados junto ao rebotalho das ruas cariocas, com o objetivo de descaracterizar o caráter eminentemente político do campo de prisioneiros. Nenhum militante do Partido Comunista Brasileiro fundado em 1922 ou os redatores de seu órgão porta-voz, A Classe Operária, foram enviados para Clevelândia.

8 200.000 makhnovitas serão aprisionados e outros 220.000 executados pelos bolcheviques, e o expurgo final dos sobreviventes acontece entre 1937 e 1938, quando Stalin voltou-se contra os inimigos internos do Partido Comunista, inclusive, aqueles organizados em torno da oposição trotskista e bolcheviques históricos como Bukharin, Kamenev e Zinoviev (HEATH, 2017).

9 A repressão Insurreição de Kronstadt deixou cerca de seiscentos mortos, mil feridos e dois mil e quinhentos prisioneiros, e dois destinos acometeram os sobreviventes, boa parte foi mandada para um campo de concentração na Sibéria e oito mil conseguiram fugir para Finlândia, ficando confinados em um campo de refugiados em péssimas condições, parte deles regressam mais tarde à então União Soviética após a promessa de anistia, porém quando chegam são mandados para um campo de concentração (AVRICH, 2004).

10 Em Cuba, a Associação Libertária Cubana (ALC) foi a primeira denunciar o autoritarismo de Fidel Castro três anos antes da consolidação da revolução. Em 1º de maio de 1961, pela primeira vez, afirma que Cuba é um país socialista, de tendência marxista-leninista e revoga as eleições diretas. Qualquer um que fosse taxado de contrarrevolucionário passa a ter como destino, a prisão, o exílio ou o paredão. O *Solidariedad Gastronómica* e a ALC entram na clandestinidade, o fim da liberdade de imprensa e sindical com o atrelamento ao Estado levaram alguns anarquistas a tentar se rebelar em armas, apesar dos focos guerrilheiros estarem em diferentes partes, em especial na Serra Ocidental, perto de Havana, ainda assim foram eliminados pelo exército de Castro (BELLÉ, 2009).

“desaparecimento”, contrariando, a narrativa que resume as discontinuidades e perda da hegemonia do discurso anarquista nas classes subalternas aos problemas “ideológicos do anarquismo”. Os estudos de Avilês (2009) e Florêncio (2010) trazem o debate sobre a violência no anarquismo para dentro de um período histórico onde se construiu a imagem do anarquista atirador de bombas, estereótipo que persiste ainda hoje e volta a ser alimentado midiaticamente e institucionalmente nos momentos das insurgências e ações de grupos que desafiam o poder instituído.

Anarquismo, violência e não-violência após 1968

A renovação do anarquismo, desde 1968, segundo Ibáñez, (2015) passa pela relação dos anarquistas com as práticas de movimentos sociais não declaradamente anarquistas, como a democracia direta, a horizontalidade e o não reconhecimento de lideranças. A ideia de ruptura radical, ou seja, de revolução se mantém, mas sem perspectiva escatológica, para ele existe o reconhecimento da pluralidade de estratégias e táticas de diferentes até então colocadas como opostas.

Sobre o emprego da violência, o autor afirma que os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos e seu emprego de táticas de não-violência, influenciou muito o anarquismo pós anos 1960. Diferente das experiências anarquistas que precederam onde o discurso sobre a violência revolucionária era mais presente.

O autor observa que o anarquismo incorporou o discurso da não-violência, até mesmo entre anarquistas adeptos da tática *Black bloc*, de destruição de símbolos do capital e de ataque proativo em relação à polícia. A violência contra objetos é justificada por não ser da mesma natureza da violência contra pessoas, e sim um ato simbólico de denuncia contra as instituições que representam o capital e a necessidade de ataque as forças policiais é um meio de autodefesa dos participantes pacíficos dos protestos, justificam os usuários da tática.

Embora Ibáñez, (2015) objetive atingir os estereótipos que incidem sobre as anarquistas e anarquistas a respeito da violência, o debate nos grupos autonomistas e anarquistas não é um ponto pacífico. Nos anos 1960-70, quando a mística da contracultura celebrada como a origem de um novo anarquismo pacifista, “as pistolas seguiram a cantarolar”. Nas décadas posteriores, em especial, na América Latina, as insurgências contra as consequências do neoliberalismo, a violência não-letal e a autodefesa são amplamente utilizadas e defendidas como uma tática legítima pela maioria dos/das anarquistas.

Entre o fim dos anos 1960 e anos 1980, encontramos alguns exemplos, como o Movimento Ibérico de Libertação ou “1000” na Espanha, que em 1972 se denominou Grupos

Autônomos de Combate, a milícia francesa *Acção Directe* (1979 a 1987), Movimento 2 de Junho (*Bewegung 2. Juni*) na Alemanha, *Angry Brigade* no Reino Unido (1968-70), a Organização Popular Revolucionária 33 Orientais (OPR-33), braço armado da Federação Anarquista Uruguaia. Esses grupos armados se diferenciam muito entre si quanto ao emprego da tática da luta armada, as conjunturas nas quais estavam inseridas, mas, principalmente, em relação à capilaridade do grupo armado com as classes subalternas.

Miguel Amorós (2007), em artigo sobre a autonomia proletária, afirma que a existência de grupos armados (incluindo aqueles que se colocam a serviço das greves selvagens) não aponta para autonomia quando se colocam às margens e fora do controle das assembleias. Sobre o MIL, além da distribuição de tarefa provocar a superespecialização e por consequência a divisão entre seus membros entre teóricos e ativistas, na fase em que se encontrava a luta, para eles bastavam os piquetes.

O autor argumenta mais que qualquer expropriações às empresas e aos órgãos oficiais, o que havia de mais radical e movimentavam o proletariado em uma direção ofensiva era a insubordinação à toda hierarquia; a sabotagem à produção e consumo capitalista; as greves selvagens; a rotatividade de delegados; a coordenação das lutas; a construção de uma imprensa operaria; o rechaço ao nacionalismo e sindicalismo; as ocupações de fábrica e prédios públicos e os grupos armados. Os grupos mencionados em relação à autonomia do proletariado se limitaram voluntariamente ao jogo das armas.

O historiador e teórico anarquista espanhol no caso do GAC, identifica que havia o desejo de se colocarem no meio da massa e buscar a radicalização máxima, mas sua condição de clandestinidade acabou por imporem limitações. Os Grupos Autônomos eram lúcidos quanto à autonomia proletária e críticos da concepção de uma busca de autonomia separada, presente no individualismo da herança de maio de 1968.

Ainda sobre os GAC, afirma-se que chegaram a retirar o termo Libertário do nome das organizações, para não ficarem na dicotomia anarquistas/marxistas, mas como avessos a qualquer forma de poder e organização, inclusive da CNT, por considerarem burocrática, integradora e favorável ao trabalho assalariado e por consequência ao capital, acabou por limitar as ações da organização, todas as atividades que apontavam para autonomia se esgotavam quando essa atividade se finalizava. A repressão levou essa organização ao seu fim abrupto, mas as suas práticas resultaram, em erros e acertos, e por isso, em exemplos, pedagógicos.

O OPR-33, braço armado da FAU, tornada ilegal pelo estado Uruguaio em 1967, estava dentro da estratégia de movimento de massa que incluía a formação de tendências

comunitárias, estudantis e sindicais. A *Resistencia Obrero-Estudiantil* (ROE), com o objetivo de agrupar a esquerda radical em uma alternativa as orientações do Partido Comunista, enquanto o OPR-33 era totalmente clandestino por questões de segurança, mas submetido às orientações da FAU e a mesma as decisões dos movimentos.

No campo anticapitalista e antiautoritário, a tática comunicacional zapatista foi a que ficou mais conhecida e estudada, para compensar sua debilidade bélica em uma guerra de baixa intensidade com o Estado mexicano construíram uma forte rede internacional e nacional de comunicação e solidariedade com a sociedade civil.

A tática comunicacional que inclui os comunicados com um estilo próprio e a figura de seu porta voz antes o Subcomandante Marcos e agora Subcomandante Insurgente Galeano, homenagem a um zapatista assassinado, na construção de uma identificação em comum entre os/as de baixo no uso palavra como arma, como tática para gerar solidariedades mútuas na sociedade civil mexicana e internacional e não uma tentativa do zapatismo de representar todos os povos indígenas, todo o povo mexicano ou serem como detentores da última palavra.

A Revolução Curda, além da solidariedade internacional com a milícias pela liberdade, os comitês de solidariedade espalhados pelo mundo, em relação ao conflito armado alia-se com outras forças políticas da região contra os ataques do governo turco e apoia os estadunidenses nos enfrentamentos contra Estado Islâmico.

Sinteticamente, o que aproxima a experiencia do OPR-33 no Uruguai dos anos 1960 e 1970, o EZLN no México dos anos 1990 e hoje, as milícias guerrilheiras da Unidade Proteção Popular (YPG / YPJ) em Rojava não é o uso das armas, mas o uso de múltiplas táticas para agenciar solidariedades para sua autoproteção. Os pontos de conexão entre anarquismo, zapatismo e confederalismo democrático está em não tornarem seus braços armados uma força política que substituí a classes subalternas e suas institucionalidades, as únicas capazes, como diria Marx e Proudhon, de construir sua própria autonomia.

A descrença entre os/as anarquistas (ou pelo menos para maioria) do emprego da violência se refere ao seu emprego como única tática descolada das lutas populares, pelo perigo de se converterem em militarismo e vanguardismo, e ainda pela possibilidade de recrudescimento da repressão a todas às organizações políticas e minorias. Todos esses elementos de argumentação, muitas vezes, misturam-se, mas não podem ser confundidos como uma defesa de um pacifismo presentes no campo anticapitalista e antiautoritário.

O militante anarquista Peter Gelderloos (2013), expõe como nas organizações estadunidenses e europeias anticapitalistas e antiautoritárias a não-violência acabou se tornando um espetáculo teatral que age para reforçar a estrutura de opressão contra os

militantes que buscam derrubar e seus resultados servem mais aos objetivos governamentais, do que aos movimentos populares, além de servir para o isolamento estigmatizante de militantes tidos como violentos.

Inserindo Gandhi e Martin Luther King dentro de um quadro mais amplo de correlações de forças nos conflitos sociais, argumenta Gelderloos (2013) em prol da pluralidade tática e estratégica nos conflitos sociais, desmitificando a tendência de atribuir às conquistas de um movimento social ao uso de uma única tática e ideologia.

A convencionalização da não-violência foi obtida por meio da manipulação da história de suas conquistas e culpabilização das falhas e/ou derrotas pela presença de lutas violentas. O movimento por direitos civis nos Estados Unidos não teria obtido vitórias concretas sem a resistência de Malcolm X, dos Panteras Negras e sem os levantes nos bairros negros que colocaram em xeque o racismo institucional nos Estados Unidos, a independência da Índia não apenas contou com a resistência pacífica de Gandhi, mas também, com grupos armados e estavam inseridas e de uma conjuntura geopolítica mais ampla.

O argumento central de Gelderloos (2013) é que a não-violência reforça o Estado (composto por uma burocracia branca, patriarcal protetora do capitalismo): a) por ser *estatista*, não-violentos acabam por reproduzir uma concepção de Estado como um canal democrático e legítimo detentor do monopólio da violência sobre seus territórios, os seus apelos são ao Estado e a sociedade tem tratado a brutalidade do aparato repressivo como um caso excepcional e não como regra da manutenção da dominação; b) por ser *racista*, os não-violentos, em sua maioria brancos de classe média, condenam as minorias étnicas por sua resistência armada contra o aparato policial e militar, sem perceber os privilégios da sua condição de classe e etnia; c) por ser *patriarcal*, desconecta às resistências das mulheres e GLBTT's do seu cotidiano de opressão e das violências, onde se privilegiam as lutas por direitos e a judicialização, tratando a autodefesa como uma tática sem importância; d) e por ser uma *tática ilusória e ineficaz*, ao traçar sua tática em uma linearidade e não pelos contextos e conjunturas específicas por onde se desdobram as lutas.

O debate sobre o discurso da não-violência obtida por meio de uma visão que a exalta única tática, negando assim a pluralidade tática e ideológica nos conflitos sociais mais amplos, como observada por Gelderloos (2013), coloca em discussão como os grupos anticapitalistas e antiautoritários lidam com as necessidades e o comprometimento não apenas entre os seus nas escolhas de seus repertórios, no acalorado debate no campo anticapitalista e antiautoritário sobre como as pessoas são atingidas de forma assimétrica em relação às opressões e dominação e como essas coletividades resistem.

(in) Conclusões?

A exposição dos fragmentos sobre a discussão sobre a violência e não-violência no anarquismo buscou apenas despertar algumas dúvidas sobre como parte das ciências sociais tem abordado o tema reproduzindo, em maior ou menor grau, os dispositivos de poder que criam uma imagem distorcida sobre os anarquistas como atiradores de bombas. A história do anarquismo foi muito mais do que bombas e pistolas, ainda que seja impreciso dizer que o cheiro de pólvora da geração de 1890, que deixou temerosos os padrões franceses, os anarquistas insurrecionários na abordagem que está perseguida busca tratar os sujeitos de carne e osso, que enfrentaram dilemas reais dos setores subalternizados.

As insurreições quanto parte de um repertório próprio do anarquismo e as insurgências como processos políticos amplos que colocam o estatuto da propriedade privada e a violência estatal temporariamente suspensa sobre determinados territórios precisam mais do que discursos da ordem para serem analisados.

Referências Bibliográficas

AMORÓS, Miguel. **Que fue la autonomia obrera?**. 2007. disponível em:
<https://diariodevurgos.com/dvwps/%C2%Bfque-fue-la-autonomia-obrera-miguel-amoros.php>.
Acesso em 29/08/2018.

AVELINO, Nildo. Le criminel fin-de-siècle: psiquiatrização da anarquia no século XIX. *Aurora. Revista de arte, mídia e política*.n. 7. 2009. Pp.126-138.

AVILÉS, Juan. El terrorismo anarquista como propaganda por el hecho: De la formulación teórica a los atentados de Paris, 1877 a 1894. *Historia y política: Ideas, procesos y movimientos sociales*, pp. 169-190.

AVRCHI, Paul. **Los Anarquistas Russos**. Alianza Editorial. Madrid. 1974.

BELLÉ, Julio. **Revolução Cubana**. 2009. Disponível em:
<https://www.anarkismo.net/article/12126>. Acesso em 15/08/2018.

COLOMBO, Eduardo. Anarquia e Anarquismo. *Revista Verve*, 6: pp. 194-207, 2004.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Introdução: Por uma sociologia das insurgências. *In:* FERREIRA et al. **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. Niterói : Alternativa, 2016.

FLORENCIO, Rafael Núñez. El terrorismo, *In:* CASANOVA, Julián, coord.: **Tierra y Libertad: Cien años de anarquismo en España**, Crítica, Barcelona, 2010, pp. 61-87, 290-291.

GELDERLOOS, Peter. **Como a não-violência protege o Estado**. Desterro, Subita, 2013.

IBÁÑEZ, Tomás. **Anarquismo é Movimento: Anarquismo, Neanarquismo e Pós-anarquismo**. Ed. Imaginário. São Paulo. 2015.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque): Colônia Penal ou campo de concentração. *Verve*, 4, pp. 112-30, 2005.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia : anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. Rio de Janeiro : Achiamé ; São Paulo : Imaginário, 2002.

.SCHILLER, Herman. **Momentos de lutas populares**. Buenos Aires: Ediciones Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos , 2005.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland: AK Press, 2009.

ZARCONE, Pier Francesco. **Os anarquistas na Revolução Mexicana**. São Paulo, Faísca, 2006.



BIOPOLÍTICA: UM CONCEITO-CHAVE PARA A COMPREENSÃO DA ECOLOGIA POLÍTICA
LATINO-AMERICANA NO SÉCULO XXI

Tônia Andrea Horbatiuk Dutra¹

GT 5 – TEORIA POLÍTICA

¹ Mestre em Direito e Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, membro do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco – GPDA/UFSC, e-mail: tahdutra@hotmail.com

RESUMO:

As intensas crises socioambientais que assomam neste início de século se caracterizam pela complexidade e pelo grau elevado de risco à coletividade, bem como pela atuação dos movimentos sociais envolvidos. As tensões que relacionam natureza, território e cultura, objeto da ecologia política sugerem pensar a questão sob a ótica da biopolítica. O presente artigo traz à discussão o conceito de biopolítica desde Foucault, passando por Negri e Leff, identificando as respectivas leituras para indagar sobre o uso do termo pela ecologia política, numa abordagem teórica. O conceito que remete às formas opressoras de controle e às resistências em condições limite, no contexto da ecologia política latino-americana se revela na oposição à ordem hegemônica e reapropriação de territórios e significados, revigorando a presença do político nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Biopolítica. Ecologia Política. América Latina.

ABSTRACT:

The intense socio-environmental crises that appear at the beginning of this century are characterized by the complexity and high degree of risk to the community, as well as by the actions of the social movements involved. The tensions that relate nature, territory and culture, object of the political ecology suggest to think the question from the perspective of biopolitics. The present article brings to the discussion the concept of biopolitics from Foucault, through Negri and Leff, identifying the respective perspectives to inquire about the use of the term by political ecology, in a theoretical approach. The concept that refers to the oppressive forms of control and the resistances in limit conditions in the context of Latin American political ecology reveals itself in the opposition to the hegemonic order and reappropriation of territories and meanings, reinvigorating the political presence in contemporary societies.

Keywords: Biopolitics. Political Ecology. Latin America.

Introdução

Diante da necessidade de recuperar a capacidade civilizatória de moldar suas práticas e interesses respeitando os limites da natureza, cabe retomar o pensamento de Foucault sobre biopolítica e buscar compreender como e por que razões a humanidade se encontra premiada diante de uma soma de crises que afetam e mesmo ameaçam sua própria existência.

O propósito com o presente artigo é identificar como o termo “biopolítica” é compreendido inicialmente por Foucault e como autores como Negri e Leff o utilizam, e fazer

uma ponte com a Ecologia Política, indagando sobre a relação e pertinência do conceito dentro desse escopo de discussão no contexto da América Latina do século XXI. Trata-se de um estudo teórico realizado a partir de pesquisa biobibliográfica, que se desdobra nos seguintes objetivos, aos quais correspondem as subdivisões do artigo: 1. Apresentar a Ecologia Política na América Latina, passando por suas origens, conceitos e especificidades; 2. Identificar o conceito de “biopolítica” em Foucault e seus desdobramentos no pensamento de Negri e de Leff; 3. Compreender a presença da biopolítica na Ecologia Política da América Latina no século XXI.

A pressão exercida pelo processo de mercantilização promovido pela globalização econômica afeta de modo indelével a natureza e o próprio homem, alterando seu modo de estar no mundo e de compreendê-lo. O desafio para a humanidade está em resgatar a capacidade de convívio harmônico com a natureza, recompor os danos inestimáveis e estabelecer um outro modo de pensar e agir culturalmente sobre o ambiente natural, para preservar as perspectivas futuras do humano.

A interação dos indivíduos e grupos sociais é um processo contínuo em que a reflexividade e recursividade das ideias e práticas se faz presente como elemento constitutivo e criativo, uma via para um conhecimento libertador no que diz respeito aos modos e concepções de vida. Essa perspectiva coloca os movimentos sociais da Ecologia Política na América Latina em relevo, como um despertar de alternativas sobre os modos de viver e significar a vida.

1 A Ecologia Política latino-americana

1.1 Origens da Ecologia Política

A concepção de “Ecologia Política” surge da aproximação entre a antropologia e a geografia, em torno da compreensão dos usos humanos da natureza e suas interações. Trata-se de um conceito originariamente utilizado por Jouvanel, cientista político e economista francês, em 1957, que se afirmou como campo teórico com Eric Wolf na década de 1970, conforme Alier (2007). Outros nomes podem ser destacados na construção das principais ideias de que se ocupa Ecologia Política, como Geertz e Karl Polanyi (ARGEMIR, 1999).

Segundo Leff (2016, p. 225), a Ecologia Política surge a partir da ecologia cultural e estudos da geografia, de uma demarcação da economia política, de um racionalismo crítico e reflexões de outras disciplinas como a economia ambiental e a sociologia ecológica. Resulta da necessidade de se anteporem ações políticas e concepções teóricas diante da destruição da crise ambiental, questionando a racionalidade econômica e tecnológica.

Polanyi, explica Argemir (1999), já em 1944 chamava atenção para o fato de que a regulação econômica promovida pelo capitalismo adentrava em novos âmbitos da vida humana, e que ao fazê-lo convertia o homem e a natureza em mercadorias, sujeitos aos valores de mercado. Polanyi fala do surgimento do *homo economicus* como criação capitalista, situando-o na origem da miséria e da degradação do meio ambiente, devido ao modelo de organização social proposto.

Na década de 1960, Geertz publica o livro “Involução agrícola”, no qual compara diferentes sistemas agrícolas na Indonésia, o originário e o desenvolvido conforme o modelo ocidental. Nestes últimos, que adotam a monocultura, ocorre um processo de crescente tecnicização e complexificação das práticas agrícolas, em detrimento do modelo local, de cultivo diverso e cujas práticas assumiam cuidados com o equilíbrio ecossistêmico. Geertz acusa esse modelo de desenvolvimento de ser um caminho restritivo e estagnante. (ARGEMIR, 1999).

Do pensamento de Wolf, já em 1979, por sua vez, destaca-se a compreensão de que a Ecologia Política trata das discussões pertinentes às relações do sistema de propriedade, às formas de reprodução e ingerência desse modelo, e da utilização dos recursos naturais envolvidos. Os fatores políticos e econômicos interagindo com os sistemas sociais, na relação global e local, são determinantes para os resultados desse processo, uma verdadeira “batalha de forças” que utiliza da proteção legal da propriedade como instrumento para compelir determinados comportamentos no âmbito dos processos ecológicos. (ARGEMIR, 1999).

À medida que a preocupação com o desequilíbrio ecológico se aprofunda e amplia, tornam-se mais presentes os debates envolvendo os usos da natureza e o predomínio do viés economicista nessa relação. O Relatório Brudtland “Nosso futuro comum”, pós Conferência de Estocolmo, pretendia traduzir essa tensão. Enquanto o enfoque em 1972 fora a questão dos limites do crescimento e de como precaver a humanidade de uma possível escassez de alimentos e recursos diante do crescimento populacional, longevidade e das formas de produção, em 1992, na Conferência do Rio de Janeiro, o ponto central estava no acesso desigual aos recursos naturais entre países ricos e países pobres e as distorções na distribuição de riscos ambientais e benefícios relacionados ao desenvolvimento, observa Argemir (1999). A crise ecológica entra a partir de então definitivamente na pauta da Organização das Nações Unidas e em cada uma das abordagens (água, biodiversidade, florestas, mudanças climáticas), repercute a presença do elemento econômico a orientar as políticas de intervenção e governança global sobre o tema, reafirmando a necessidade de uma Ecologia Política.

1.2 Conceito de Ecologia Política

Joan Martínez Alier é um dos principais autores contemporâneos que trabalham o tema, sendo também coordenador da revista espanhola denominada “Ecología Política”. A Ecologia Política, segundo Alier (2007), é o campo em que se discute a respeito dos conflitos em torno dos usos da natureza a título de recursos ou serviços ambientais. Como propõe o editorial da revista que coordena: a Ecologia Política trata da influência do poder político nos conflitos de natureza socioecológica.

Inserida na discussão sobre a construção de uma “racionalidade ambiental”, o tema Ecologia Política também está presente nos escritos de Leff (2011), que entende a Ecologia Política como o conjunto de estratégias de poder referentes ao potencial ecológico em face das diferentes compreensões a respeito dos valores e práticas relativas à natureza. De acordo com Leff (2011, p. 224), Foucault figura entre os precursores da Ecologia Política por desmascarar o que seriam os modos, os “dispositivos e as relações de poder incrustados no conhecimento e nos marcos institucionais que têm limitado, reprimido e subjugado conhecimentos e saberes de formas alternativas de conservação e construção de modos sustentáveis de vida”.

Enquanto Alier compreende a Ecologia Política como um campo referente aos conflitos ecológicos distributivos, no qual a preocupação recai sobre as injustiças na distribuição dos riscos e benefícios nos usos da natureza como recurso econômico; das ideias de Leff pode-se concluir como questão central da Ecologia Política a ação macro e micropolítica em torno da subjetividade, da construção de valores e significados envolvidos no contexto da apropriação econômica da natureza e afetações de ordem sociocultural.

A Ecologia Política, portanto, comporta um amplo espectro de questões, mas sobretudo implica o reconhecimento da presença do poder político na esfera ecológica a interferir e induzir usos e valoração da natureza, compreendida, então, como “recurso” a ser economicamente disponibilizado.

1.3 Ecologia Política na América Latina – contexto e características

O cenário das disputas a respeito da concepção de natureza, sobre a valorização a respeito dos bens e serviços ecossistêmicos e sua assimilação pela linguagem econômica, que remete à Ecologia Política, encontra na América Latina uma perfeita caracterização. A condição de continente submetido à colonização e exploração durante vários séculos marcam a trajetória dos povos latino-americanos de modo indelével, diante do que indaga Dussel (1996, p. 138): “Los conglomerados industriales transforman el jardín en basurero. [...] Lanzado por su propio discurso al máximo de ganancia, y por ello de consumo-producción y viceversa, el imperialismo continúa su tarea devastadora. ¿Hasta cuándo?”

A colonização, embora formalmente encerrada, é um processo ainda presente nos países do hemisfério sul, constantemente atualizada no seu modo de agir e dirigir desde os gostos e padrões culturais, às intenções, e aos processos de gestão de recursos humanos e naturais, a finalidades externas. Uma colonização econômica que se internaliza para além das suas esferas tradicionais afetando o “mundo da vida”².

A exuberância natural que ainda aflora nos ecossistemas florestais da Amazônia, nos rios caudalosos que cruzam o continente, na imensa biodiversidade que comporta, além das riquezas minerais desejadas como nunca, fazem convergir para a América Latina os olhos cobiçosos da economia global. A presença incisiva das práticas de exploração da natureza, compreendida como “recurso econômico”, por parte de empresas multinacionais e mesmo iniciativas de política interna de alinhamento com as premissas econômicas da ordem financeira internacional, fazem com que a América Latina seja palco de uma série de abusos e distorções, provocando uma necessária confrontação entre os modos de vida e valores culturais locais e os interesses que movem o capital globalizado.

A esse modo próprio de compreender e relacionar-se com a natureza, que está presente nos povos tradicionais que compõem a biodiversidade cultural latino-americana, Alier chama de “ecologismo dos pobres”. (ALIER, 2007). O autor defende a adoção de modos alternativos para se relacionar com a natureza, como o fazem os “pobres” indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, seringueiros, e muitos outros, mostrando que há formas mais interessantes de interagir na natureza, modelos que ficam marginalizados. (ALIER, 2007).

O contexto da forte presença das etnias indígenas resulta numa compreensão sobre a necessidade de respeito à natureza totalmente divergente da proposição da concepção moderna e utilitarista. Os povos do chamado “Terceiro Mundo” reivindicam uma “descolonização do conhecimento” e o reconhecimento da legitimidade dos seus saberes dos quais transparece uma outra racionalidade, especialmente no que diz respeito ao convívio homem/natureza. (SANTOS, 2010). Aí residem as raízes do pensamento crítico decolonial na América Latina, onde a desigualdade revela seu caráter de injustiça ambiental e ecológica.

São exemplos clássicos de conflitos pertinentes à Ecologia Política, no continente latino-americano, os que resultaram na morte do líder seringueiro Chico Mendes, na floresta amazônica; as disputas territoriais envolvendo o povo mapuche no Chile e na Argentina; os processos tensos e intermináveis de demarcação territorial e gestão dos recursos encontrados

² Trata-se de uma ingerência indevida da perspectiva econômica no “mundo da vida”, compreendido assim, por Habermas como o ambiente social comunitário onde os valores e significados comunicativamente se desenvolvem.

em terras indígenas no Brasil central e norte; as disputas sobre a ocupação e exploração econômica do Pacífico colombiano pelos pelenques.

O perfil mais recente do problema remete aos recorrentes embates dos povos originários e ribeirinhos diante dos múltiplos impactos negativos provenientes das grandes obras de infraestrutura como as barragens e rodovias. Contrastando com as garantias e direitos estabelecidos pela Convenção 169 da OIT, constata-se um agravamento, quando não um retrocesso no tratamento e conquistas das populações indígenas e povos tradicionais, o que torna ainda mais urgente e necessária a compreensão e ação no âmbito da Ecologia Política.

2 Da concepção de Biopolítica e seus desdobramentos

2.1 Biopolítica para Foucault

Refletindo sobre a “arte de governar”, tal como tradicionalmente essa ideia se insere na literatura da filosofia política, um modo de ordenação dos bens e deveres dentro da família, Foucault (2007) conclui que introduzir a economia no exercício político é de fato o desafio que se põe ao governo. Foi esse o processo ocorrido no século XVIII, quando a questão de Estado e da manutenção de estruturas de soberania cedeu lugar a um regime voltado ao governo da população. Embora já houvesse regras e disciplina nas monarquias administrativas, essas práticas de controle nunca foram tão valorizadas quanto no governo da população, o que não se limita aos resultados e objetivos globais, mas implica imprimir uma gestão dedicada a cada detalhe.

Segundo Foucault (2007) a história do poder no Ocidente pode ser descrita como composta por três fases: a primeira, do Estado feudal, um Estado de justiça, que compreende leis, compromissos e litígios; a segunda, do Estado administrativo, correspondente aos séculos XV e XVI, com base numa territorialidade de fronteiras; e, por fim, um Estado de governo, que não se define pelo território senão pela massa de população, que é instrumentalizada pelo saber econômico, uma sociedade submetida aos controles dos dispositivos de segurança.

A política econômica exerce dentro das sociedades contemporâneas uma função de definir um regime de “verdade”. Há uma verdade econômica no contexto da razão governamental, essa forma de se definir a verdade passa a ser compreensível tomando-se em conta o que Foucault chama de “biopolítica”, um novo modo de estabelecer o poder a partir do liberalismo, e que é o oposto da “razão de Estado”. (FOUCAULT, 2007).

Nesse tipo de sociedade a análise que comporta fazer é com respeito à utilidade ou falta de utilidade, ou seja, se contribui ou não para a governabilidade. Assim, questões como: É útil? Para que é útil? Em que limite é útil e quando deixa de sê-lo, são as indagações que

perfazem a cada momento o planejamento de um governo. Não mais as perguntas revolucionárias: Quais são meus direitos originários e como posso fazer valer esses direitos perante o soberano? Conclui-se então que o “radicalismo político inglês” é de fato uma projeção no campo político, da ideologia utilitarista. (FOUCAULT, 2007).

Na vigência da razão de Estado e do mercantilismo, o “jogo econômico” era limitado, o Estado de polícia era o que continha os atritos entre as nações. Com o advento da globalização passa a não mais haver um limite para o mercado, o que permite uma condição de “enriquecimento permanente”, explica Foucault. Desse modo, o jogo econômico é compreendido como infinito – a partir daquele momento os países da Europa passariam a ser jogadores e o mundo a aposta. (FOUCAULT, 2007, p. 74).

Compreendida a arte de governar como essa relação em que o jogo e o risco são inerentes, o liberalismo que se estabelece manipulando interesses, precisa equilibrar os aspectos de segurança e liberdade a que estão sujeitos os indivíduos, de modo que estejam menos submetidos a riscos, o que requer procedimentos de controle, coação e coerção. São a “contrapartida e o contrapeso das liberdades”. (FOUCAULT, 2007, p. 87).

O Estado neoliberal, cujo modelo surge por ocasião da reconstrução da Alemanha no pós-guerra, vem como uma alternativa ao Estado soberano sobre o qual recaía uma série de críticas por seus vícios intrínsecos, explica Foucault (2007). Assim, em 1948, buscava-se uma nova forma de legitimação do Estado alemão. O que muda a partir de então é a própria noção de finalidade do Estado, que já não é um limitador do mercado, ao contrário,

[...] no lugar de aceitar uma liberdade de mercado definida pelo Estado e mantida de algum modo sob vigilância estatal, o que era, de certa forma, a fórmula do liberalismo [...] propõe-se a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado, [...]. Para dizê-lo de outra maneira, um Estado sob a vigilância do mercado mais que um mercado sob a vigilância do Estado. (FOUCAULT, 2007, p. 149, tradução nossa).

Nesse novo modelo, o princípio regulador é a competição e para tanto, quanto maior o contingente atingido de território e população, melhor. Assim, o que se busca é nem tanto uma sociedade sujeita ao mercado quanto uma sociedade submetida à competição. “O *homo economicus* que se tenta reconstituir não é o homem do intercâmbio, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e a produção”. (FOUCAULT, 2007, p. 182, tradução nossa). Hayek explica bem essa nova condição humana: o novo Estado de Direito não visa definir o uso dos recursos para um objetivo, mas traçar o marco mais racional da ordem legal, de forma que os indivíduos, dentro desse marco, possam voltar-se às suas atividades de acordo com seus próprios planos pessoais, segundo uma lógica liberal. Como dizia Polanyi,

nessa lógica, a função da jurisdição é “governar a ordem espontânea da vida econômica”. (FOUCAULT, 2007, p. 209, tradução nossa).

A governabilidade dentro desse novo modelo de Estado, depende, segundo Foucault (2007), de um novo referencial, uma nova realidade sobre a qual vai se exercer o governo, que consiste na figura da “sociedade civil”. A sociedade civil é a associação de indivíduos que são ligados por “interesses desinteressados”, como o sentimento, a simpatia, a benevolência recíproca e também as rejeições, como menciona Ferguson (apud FOUCAULT, 2007, p. 342). Assim, enquanto os sujeitos econômicos seriam movidos por interesses egoístas, a sociedade civil seria movida por sentimentos altruístas. Foucault observa que esse caráter da sociedade civil só é possível identificar em agrupamentos comunitários, de natureza local, o que justificaria assim que o mercado fosse ampliado para fora, para que a relação do homo economicus se estabelecesse com desconhecidos. (FOUCAULT, 2007, p. 343). Desse modo, apesar das relações econômicas, dos laços que constituem e legitimam o novo modelo de Estado ser dependente da sociedade civil, esse modelo impregna a sociedade civil com seus vícios a ponto de comprometê-la. (FOUCAULT, 2007).

Em síntese, a biopolítica no pensamento de Foucault, explica Senellart (FOUCAULT, 2007), consiste na política da vida, ou seja, como exercer a soberania política por meio da governança da população, cujo marco geral reside no liberalismo.

2.2 A Biopolítica no pensamento de Negri

Partindo da concepção de biopolítica de Foucault, Negri identifica que esse é o novo paradigma do poder, um poder que se imiscui e penetra a vida social, regulando, interpretando, acompanhando, rearticulando a vida. Um biopoder. (NEGRI; HARDT, 2001).

Negri entende que o poder sempre foi exercido sobre a vida, sempre foi um “biopoder”. Para o autor na tradição do Ocidente o conceito de poder sempre compreendeu criar e incidir sobre a vida, e esse poder eugênico também é o responsável por criar o poder que manda sobre a vida e, por conseguinte, por definir quem não deve mandar, os excluídos, os “monstros”. No entanto para que exista o poder a ser exercido sobre o monstro, ele precisa existir, não na condição política, mas na condição de produtor. (NEGRI; HARDT, 2001).

A vida é insubmissa ao poder, a potência da vida se revolta contra o poder e torna-se vitoriosa de modo irreversível, o “bios” penetra o poder e o monstro assume a hegemonia biopolítica, infiltra-se por tudo, “é a substância comum”. (NEGRI; HARDT, 2001, p. 119). Na disputa sobre a vida e os limites tecnológicos que têm ingerência sobre ela, de um lado se encontra a biopolítica da “multidão” e de outro o biopoder que pretende o biodomínio e a eugenia. O que está em disputa é não apenas o domínio tecnológico sobre a vida, mas a

possibilidade de uma alternativa ao paradigma capitalista. (NEGRI; HARDT, 2001).

Esse tipo de conflito tem uma natureza vital e a subversão é a abertura à possibilidade de constituir algo novo. O lugar negado, o “não-lugar” em que a multidão atua torna-se um espaço de metamorfose, que ganha tempo e espaço próprios. Daí surge a iniciativa de independência por parte do “monstro”, como forma de autonomia da “multidão” e como uma expressão do comum – um poder constituinte. (NEGRI; HARDT, 2001). O monstro biopolítico “é a potência comum do ser”. (NEGRI; HARDT, 2001, p. 138). A constituição desse monstro biopolítico requer uma condição, depende de que a multidão nele se identifique.

O biopoder usa de tecnologias para alcançar os indivíduos nos aspectos físico e mental, de modo a provocar uma espécie de estado de alienação a respeito do sentido da vida e do desejo de criatividade. Trata-se de uma sociedade de controle em que a disciplina e a normalização se multiplicam e intensificam tomando conta das ações mais mezinhas do dia a dia. (NEGRI; HARDT, 2001).

Negri sugere o conceito de “Império”, para explicar o alcance do biopoder sobre a vida, e, toda a força que esse Império detém é proveniente de uma “máquina biopolítica globalizada”, uma “nova máquina econômico-industrial-comunicativa”, afirma. (NEGRI; HARDT, 2001, p. 59). Assim, por exemplo, o fato de haverem diferentes níveis e estágios econômicos conforme a situação geográfica na economia global não representa de fato que sejam estágios de desenvolvimento a alcançar, mas a expressão da nova hierarquia produtiva global. (NEGRI; HARDT, 2001). Trata-se, segundo Negri, do processo de consolidação de uma nova ordem planetária, diante do que cabe indagar: “Quem decidirá sobre as definições de justiça e ordem na extensão dessa totalidade no curso do seu processo constitutivo? Quem será capaz de definir o conceito de paz? Quem será capaz de unificar o processo de suspensão da História, e chamar essa suspensão de justa?” (NEGRI; HARDT, 2001, p. 36). Portanto, alerta, tal desafio remete a cidadania e a responsabilidade ética a novas dimensões.

Considerando que a multidão é o que permite a existência do Império, nela reside a capacidade de construir uma forma de “Contra-Império”, um modo alternativo de organização política, fluxos e trocas globais, propõe o autor. Assumindo que o biopoder se estabelece a partir da ruptura de toda relação ontológica, sugere Negri (NEGRI; HARDT, 2001, p. 224) haver a necessidade de: “criar um novo corpo social, projeto que vai além da recusa. [...] um novo modo de vida e, acima de tudo, uma nova comunidade. Esse projeto conduz [...] à humanidade básica, enriquecida pela inteligência e pelo amor da comunidade”.

A alternativa ao biopoder está contida no próprio terreno biopolítico, depende de ações humanas que guardam um poder constituinte, ações de trabalho, inteligência, paixão e afeto, observa Negri. Desse modo, construindo valor na ordem inversa, de baixo para cima, o poder de agir transforma o valor conforme o ritmo comum, apropriando-se das condições da própria realização, expandindo-se além dos parâmetros, o que ao mesmo tempo importa na positividade do “não-lugar” implica o caráter imprevisível da ação comum além da medida. (NEGRI; HARDT, 2001).

2.3 A compreensão da Biopolítica por Leff

Enrique Leff (2016) associa os conceitos de biopoder e biopolítica desenvolvidos a partir de Foucault com a questão das relações de poder relacionadas à apropriação da natureza, que concernem à Ecologia Política. Um poder, de acordo com Leff (2016, p. 225), que “mobiliza o desejo para emancipar-se das condições de sujeição do conhecimento e produzir novas formas de saber: de saber-estar-no-mundo”. A concepção de biopoder acolhida por Leff remete à biopolítica exaltada por Negri, quando instiga a possibilidade do surgimento de um Contra-Império, um poder que inverte a ordem, que surge de um não-lugar para reconstituir as subjetividades dotando-as de um sentido não submetido ao controle do poder e dos signos da economia.

A Ecologia Política, para Leff (2016), não se limita às demandas por apropriação da natureza, é o campo em que novas estratégias de poder se desenvolvem, de modo a gerar uma outra compreensão de mundo, abrindo vias para a construção de “territórios de vida” mais aptos à sustentabilidade. Dá-se como uma forma de emancipação, que, por meio do biopoder, desconstrói uma racionalidade para que surja uma nova, do pensamento moderno para uma racionalidade ambiental complexa. O autor chama atenção aos imaginários sociais, às diferentes concepções, “conceitos inconscientes e latentes das condições de vida”, que não acatam a visão limitada proposta pelo pensamento moderno ajustado aos interesses econômicos capitalistas, por seu caráter insustentável. (LEFF, 2016 p. 196) A abertura e esses olhares por meio da Ecologia Política e mesmo da sociologia ambiental, torna possível entender esses processos de criação e re-criação dos significados a respeito do viver proporcionando uma intervenção democrática capaz de renovar a compreensão sobre a própria condição humana no planeta. (LEFF, 2016).

As cosmovisões dos povos andinos e amazônicos, com sua compreensão de “viver bem” ou “buen vivir”, remetem a esse tipo de imaginário, implicam não uma visão do agente homem sobre o ambiente natureza, como seria a visão antropocêntrica ocidental, mas uma compreensão das relações de interdependência e respeito do homem para com a natureza.

Trata-se antes, de “uma forma de viver e cultivar a natureza, de que depende a ‘paz doméstica’”, conforme Descola (apud LEFF, 2016, p. 350).

Leff (2016) reputa a Foucault e seu método arqueológico a abertura cognitiva às diversas camadas epistêmicas que deram a conformação “geológica” das ciências bem como à produção de significados nos respectivos campos de saber. Em decorrência de seu pensamento, um conhecimento ecológico tornou-se possível, abrindo-se à perspectiva do conhecimento complexo e mesmo a novas ontologias. Por sua vez, essa complexidade ambiental assume-se no âmbito da Ecologia Política, indagando sob novas lentes a respeito das razões, dos interesses, das estratégias e modos para um viver sustentável. (LEFF, 2016, p. 443).

Os movimentos que buscam a reapropriação da natureza adotam essa nova compreensão. A resistência que oferecem às agressões ambientais não decorrem apenas do próprio dano e risco ambiental que representam tais atividades econômicas, importa na intervenção nos domínios de sua própria existência, seus modos tradicionais e sua dignidade. (LEFF, 2016). A compreensão de que o conhecimento se constitui a partir de uma dinâmica que envolve concepções e significados de ordem material e simbólica que incidem sobre o mundo vivo resulta na consciência biopolítica. Assim, os imaginários alternativos podem exercer sua capacidade para constituir outros cenários para a existência humana, recuperando os domínios sobre o viver, na sua complexidade.

3 A Biopolítica no contexto da Ecologia Política latino-americana no Século XXI

3.1 A apropriação da vida e seus significados

A América Latina é talvez o último continente em que se identificam ecossistemas ainda resguardados das práticas de exploração econômica invasivas e onde existe uma grande diversidade de povos originários. Toda a exuberância de vida natural e cultural vê-se, no entanto, cada vez mais oprimida e ameaçada pela assimilação econômica do seu potencial. Em sua história acumula experiências de fenômenos populistas e ditaduras autoritárias. É marcada por uma política durante muito tempo sufocada por meios violentos e repressivos mantendo numa sociedade liberal um poder político excludente e um esboço de democracia. (ALVAREZ et al., 2000).

O hemisfério sul constitui-se num acervo da biodiversidade mundial. Essa condição de uma riqueza ímpar, quase inexplorada, coloca em relevo o problema da biopirataria e da apropriação do conhecimento dos povos tradicionais por agentes externos, e do patenteamento dos produtos. Trata-se, como denuncia Santos (2005) de uma apropriação dos saberes, dos

territórios e sementes que se traduzem numa das formas mais recorrentes de mercantilização da vida.

Como bem observam Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), a partir da globalização econômica prevalece uma concepção minimalista de Estado e mesmo da democracia, que reduz o papel dos cidadãos ao de consumidores. A economia torna-se interface comum e válida e age no sentido da promoção de uma cultura hegemônica, desconstituindo quaisquer outras formas de saber e de fazer próprios das culturas locais, implementando o que Shiva (2003) denomina “monoculturas da mente”.

Como contraponto, o saber-poder que resulta na afirmação de “verdades” que advém dos movimentos da Ecologia Política inverte a ordem biopolítica. O esforço de resgate cultural das etnias indígenas com a difusão e valorização de sua língua própria, tradições e cosmovisão atua nessa contra-corrente promovendo reconhecimento e autonomia. A presença de lideranças de movimentos sociais forçando espaços para uma participação democrática, são manifestações biopolíticas que expressam o inconformismo e a existência de uma outra voz a respeito dos domínios da vida.

A cultura, segundo Jordan e Weedon (apud ALVAREZ et al, 2000, p. 18) “é um conjunto de práticas materiais que constituem significados, valores e subjetividades”. É da diversidade cultural que provém a possibilidade de surgirem diferentes modos de compreender a vida e dar-lhe curso, num processo de “constituição mútua e inseparável de significados e práticas”. (ALVAREZ, 2000, p. 20).

Recriar o mundo, afirma Leff (2016, p. 357), sob outros valores, como um “ser-com-a-natureza”, implica desconstruir o modelo de racionalidade que vigora por meio da teoria e das práticas políticas, para dar espaço para uma nova forma de ser, uma espécie de “desocultamento do Ser, através de uma ontologia do ser” que promove o desentranhamento dos imaginários sociais da sustentabilidade no processo de reconstrução do ser civilizado.

3.2 A insurgência biopolítica nos movimento de Ecologia Política no século XXI

A subjetividade que aflora na Ecologia Política emergente na diversidade, no encontro das culturas, na “ecologia dos saberes” do conhecimento popular com o moderno, de que fala Boaventura de Sousa Santos (2010), é repleta de sentido e de vida. Estar aberto ao outro é também inscrever outros caminhos nas possibilidades do humano. A perspectiva ecológica permite pensar essa construção biopolítica como uma obra coletiva significada pela valorização da vida e do universo que lhe permite existir.

Ao sugerir outros conceitos sobre raça, natureza, gênero e cidadania, no contexto das disputas sobre as relações homem/natureza, a Ecologia Política atua pelo reconhecimento de

outros saberes e desconstitui os significados culturais hegemônicos. Desse modo, “a cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social”, processos que resultam em formas propositivas e mobilizadoras de outras modernidades. (ALVAREZ, 2000, p. 25).

Os movimentos sociais, mediante suas práticas cotidianas e relações interpessoais, inter-organizacionais e político-culturais integrando outros grupos e movimentos, desenvolvem “fluxos e refluxos de mobilização”, os quais “infundem novos significados culturais nas práticas políticas e na ação coletiva”, o que importa na capacidade de propor e fazer emergir uma concepção própria no tocante à natureza, à vida em comum e à própria identidade. (ALVAREZ et al., 2000, p. 35).

Não mais restrito aos partidos políticos, às obrigações eleitorais e atividades institucionalizadas, surge algo mais amplo, que abrange “lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante”. (ALVAREZ et al, 2000, p. 30). Poder que já não consiste em estruturas instituídas, com funções pré-determinadas voltadas à dominar e manipular, ao contrário, o poder como “uma relação social difusa por todos os espaços”. (ALVAREZ et al., 2000, p. 30).

O político se insere na “teia da vida”, nas redes entrelaçadas compostas por atores humanos, inseridos num contexto natural-ambiental, político-institucional e cultural-discursivo, que atuam e se comunicam com uma rede mais ampla, que comporta movimentos equivalentes numa teia internacional. A própria dinâmica com que se desenvolvem essas interfaces comunicativas molda e constitui traços que vão compor os significados e discursos desses atores políticos. (ALVAREZ et al., 2000).

A humanidade integra o mundo biopolítico que se constitui indefinidamente em tecituras, em que a ação coletiva que congrega singularidades tem função regenerativa. Portanto, delirante é a metafísica que pretende uma humanidade isolada e impotente, afirma Negri (NEGRI; HARDT, 2001, p. 422). É preciso incorporar a nova compreensão do viver humano, de uma existência que se conforme e estabeleça de modo interdependente com a natureza. Esse reposicionamento tem um caráter eminentemente biopolítico, e é determinante para pensar um futuro para a humanidade.

Conclusão

O pensamento de Foucault ao entabular a noção de biopolítica, a partir de seus estudos da filosofia política sobre a passagem das questões sobre a razão de Estado às relacionadas à

arte de governar, retoma o problema do controle e disciplina, agora numa abordagem mais ampla, que compreende a relação entre sociedade e Estado mediados pela economia. A biopolítica surge como um conceito que expressa as relações de poder sobre os domínios da vida, seus modos e significados, nesse contexto.

Os usos que Negri e Leff fazem do termo biopolítica são decorrentes do conceito de Foucault, compreendidos dentro do escopo das respectivas discussões teóricas. Negri propõe pensar sobre o biopoder adotando as noções de “monstro”, “Império”, “multidão”, conceitos por ele desenvolvidos que servem para expor a questão da nova ordem mundial que a governança econômica propõe, e a biopolítica inversa, numa ação “contra-Império”, a partir da multidão. O autor identifica na multidão, categoria análoga à de sociedade civil utilizada por Foucault, uma capacidade incessante de reinventar-se em favor da vida.

Leff quando aborda a biopolítica faz menção direta a Foucault e mesmo reconhece nele uma das referências teóricas da Ecologia Política. A biopolítica para Leff remete à capacidade de insurgência ao domínio do cálculo econômico sobre o existir humano. O reconhecimento da diversidade cultural, das diferentes cosmovisões que implicam significados, modos e valores outros, não compreendidos na lógica dos interesses econômicos, fortalece o político na sociedade contemporânea e permite conceber caminhos alternativos e sustentáveis para o viver humano.

A Ecologia Política se revela o campo das discussões das relações de poder que dizem respeito à natureza, e da crítica aos modos com que o homem dela tem se apropriado e subjugado, o que implica uma correlação direta com a noção de biopolítica. Os interesses de que trata a Ecologia Política são aqueles que a biopolítica ou o biopoder das sociedades neoliberais da economia globalizada pretendem subsumir aos seus desígnios. Estão em jogo bens inestimáveis, como o acesso à água, a uma atmosfera não poluída, terras férteis, biodiversidade, serviços ecossistêmicos, condições de clima estável, indispensáveis à vida humana, e o próprio homem como agente nesse contexto.

A América Latina desponta nesse quadro como depositária de muitas expectativas, dadas as suas características socioecológicas, e às iniciativas concretas de movimentos sociais que envolvem povos originários e grupos étnicos detentores de um outro olhar sobre a natureza, cuja atitude promove a Ecologia Política questionando e agindo positivamente nas situações concretas que ameaçam seus modos de viver e compreender a vida.

A ingerência da perspectiva econômica sobre os sentidos do viver humano ameaça hoje a própria existência humana em face da falsa ideia de um mercado global ilimitado baseado numa natureza “recurso” infinito. Urge uma compreensão da efetividade do biopoder

e constituir outra forma de viver no mundo, assumir um processo de civilização coerente ecologicamente, o que implica conceber o existir humano numa dinâmica complexa que se coloca e re-significa nas inter-relações natureza e cultura.

Referências

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Ecología Política**. Disponível em: <http://www.ecologiapolitica.info/?page_id=65> Acessado em 09 setembro de 2017.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ARGEMIR, Dolores Comas de. **Ecologia política e antropologia social**. Areas Revista Internacional de Ciencias Sociales, Murcia, Espanha, n. 19, 1999. Disponível em: <<http://revistas.um.es/areas/article/view/144791>>. Acesso em: 30 ago/2018.

DUSSEL, Enrique. **De la naturaleza a la economía**. (In) Filosofia da libertação. Bogotá: Nova América, 1996. Disponível em: <https://transecos.files.wordpress.com/2017/09/de-la-naturaleza-a-la-economc3ada-dussel-1996.pdf> Acesso em: 30 ago/2018.

FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la biopolítica: curso en le Collège de France, 1978 e 1979**. Traducion Horácio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GIORGI, Gabriel; RODRÍGUEZ, Fermín. (Orgs.) **Ensaio sobre biopolítica: excessos de vida**. Gilles Deleuze; Michel Foucault; Antonio Negri; Slavoj Zizek e Giorgio Agamben. Paidós: espacios del saber, n. 67. Buenos Aires, 2007.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Trad. José Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2016.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Império**. Trad. Berilo Vargas, 2a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en la América Latina: perspectivas desde una epistemología del sur**. Lima: Instituto Internacional del Derecho e Sociedad, 2010.

_____. (Org.) **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

TRABALHOS

GT6 Representações Sociais e Produções simbólicas



A Precarização do Trabalho Docente e o Futuro Incerto dos Professores de Sociologia

Carolina Monteiro de Castro Nascimento¹

GT 6 – Representações Sociais e Produções Simbólicas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: cah.castro@gmail.com. Bolsista CAPES.

Resumo

A Reforma do Ensino Médio, a construção da Base Nacional Comum Curricular e a Reforma Trabalhista acumulam novas disposições normativas que estruturam um cenário incerto e controverso para o futuro dos docentes do Ensino Básico. Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo realizar um balanço dessas normas e projetos de lei, situando o professor de Sociologia e a disciplina como categorias analíticas. Por meio de revisão bibliográfica e análise das leis, objetiva-se (a) entender o processo político-ideológico e os objetivos de tais reformas; (b) observar os novos dispositivos normativos que estruturam o trabalho dos professores; (c) compreender os possíveis caminhos da Sociologia na escola. Entre os resultados encontrados, destaca-se uma agenda política controversa, a precarização do trabalho docente e a deslegitimação da Sociologia como disciplina obrigatória.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Reforma Trabalhista; Base Nacional Comum Curricular; professor de sociologia.

Introdução

Há dez anos, a Lei 11.684/2008 institucionalizou, mais um vez, a obrigatoriedade da Sociologia enquanto disciplina do Ensino Médio, e desde então, a demanda por profissionais capacitados com formação específica na área – Licenciatura em Ciências Sociais – aumentou. Entretanto, em movimento contrário, o presidente Michel Temer sancionou a Lei nº 13.415 em 2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio, que revoga a obrigatoriedade das disciplinas Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física, além de dispor sobre diversas outras medidas que sucateiam a formação dos secundaristas e a atuação docente.

Aliada à Reforma do Ensino Médio, o governo Temer também sancionou, em 2017, a Reforma Trabalhista nos termos das Leis 13.467/2017 (referente à Consolidação das Leis do Trabalho) e 13.429/2017 (que regula a liberação da terceirização e amplia o contrato temporário), alterando as legislações anteriores de forma tão profunda e ampla que é possível caracterizá-las como um desmonte de direitos trabalhistas.

O professor de Sociologia do Ensino Médio encontra-se, portanto, em situação de ataque à sua profissão. Com sua conduta regulada pelas leis educacionais e trabalhistas, o docente se vê em um fogo cruzado de um projeto político que, da mesma forma que não foi eleito democraticamente, continua a ignorar a voz da população em uma reestruturação que atende somente seus próprios fins.

Com este cenário como referência, o presente artigo tem por objetivo realizar um balanço dessas normas e projetos de lei, situando o professor de Sociologia e a disciplina como categorias analíticas. Para tanto, será revisada, inicialmente, a questão histórica da Sociologia na escola, para então abordar a Reforma do Ensino Médio e a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como os atuais motores condutores deste cenário instável da disciplina. Em seguida, com o objetivo de analisar os novos dispositivos que estruturam o trabalho docente, propõe-se a discussão da Reforma Trabalhista. Por fim, será debatido o ofício do professor do Ensino Básico e seu futuro a partir do contexto das reformas políticas citadas acima.

Sociologia no Ensino Médio

A institucionalização do ensino de Sociologia na escola pode ser abordada a partir de duas grandes problemáticas: (1) a do contínuo e conturbado processo político-ideológico do país que se traduz em um dos motivos da inconstância do caráter obrigatório da disciplina; e (2) a da falta de um consenso acerca do papel formativo da mesma (HANDFAS; TEXEIRA, 2007; CARVALHO FILHO, 2014; MORAES, 2014; LEAL; YUNG, 2015). Este artigo versará, principalmente, sobre a primeira problemática, caracterizada pelas reformas educacionais e trabalhistas a serem discutidas.

Como Moraes (2014, p. 35) afirma, “o debate sobre o ensino de Sociologia sempre esteve envolvido por tensões ideológicas”. O caráter obrigatório da disciplina já foi conquistado e revogado diversas vezes no passado, e, mesmo após a aprovação da Lei nº 11.684/2008 – que dispõe a obrigatoriedade da inclusão curricular dessa disciplina e da Filosofia para todas as séries do Ensino Médio – observa-se programas e projetos de lei que vão de encontro a esta decisão².

Pelos documentos legais e normativos observa-se que a Sociologia no Ensino Médio, antes da Lei 11.684/2008, possuía uma condição civilizatória, caracterizada como os estudos necessários para o exercício da cidadania (LDB/96). A interpretação mais utilizada para a não incorporação obrigatória da disciplina no currículo escolar foi a de que os estudos necessários

² Pode-se citar o projeto “Escola sem Partido” como exemplo. O movimento diz representar pais e estudantes ao afirmar que “a pretexto de ‘construir uma sociedade mais justa’ ou de ‘combater o preconceito’, professores de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para ‘fazer a cabeça’ dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral” (<https://www.programaescolasempartido.org/projeto> Acesso em: 20/08/18). Este argumento vem sendo utilizado para legitimar a exclusão da disciplina Sociologia do currículo escolar desde o Regime Militar (ver MORAES, 2014). O programa “Escola sem Partido” já possui um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, oito em Assembleias Legislativas e dez em Câmeras de Vereadores.

para o exercício da cidadania poderiam ser realizados de maneira interdisciplinar, misturando-se com as outras ciências humanas (MORAES, 2014). A revogação da premissa de que a única função da Sociologia seria servir à esse processo civilizatório foi fundamental para a institucionalização da mesma perante o currículo secundarista, que passou a tratá-la como ciência autônoma. Ademais, a inclusão da Sociologia tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foram essenciais para sua consolidação.

Ainda assim, o papel formativo da disciplina é debatido constantemente e isso é uma tendência não só do Brasil, como já revisado acima, mas também de outros países, como França (LAHIRE, 2013), Estados Unidos (DECESARE, 2014), Argentina (PEREYRA, 2013) e Inglaterra (GLEESON e WHITTY, 1976, *apud* SILVA, 2010). O que se nota é a dificuldade em se definir o conteúdo programático da disciplina, ou seja, qual conhecimento a disciplina se responsabiliza por construir junto ao alunato.

Percebe-se o desequilíbrio de ora tender-se muito para o lado do senso comum, no qual o conteúdo científico da disciplina é ignorado (situação causada principalmente pela má-formação profissional do professor e pela falta interesse dos alunos) no qual os docentes focam no debate prático sem embasamento – como explica Handfas e Teixeira (2007) – ou ora tender-se para um despejo de conteúdos científicos sociológicos de extrema complexidade sem qualquer mediação para o universo escolar – como explica Leal e Yung (2015).

Atualmente, a situação da permanência da disciplina no currículo escolar está ameaçada pela Reforma do Ensino Médio, sancionada como Medida Provisória pelo Presidente Michel Temer em fevereiro de 2017. Tal medida retira a obrigatoriedade curricular da disciplina e define que os conteúdos de sociologia essenciais para a formação dos secundaristas serão definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, ainda que a Reforma contemple “estudos e práticas sociológicas”, ela não dispõe mais a obrigatoriedade da disciplina como a Lei nº 11.684/2008 fazia.

As reformas educacionais – A Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular

Promover uma reforma no sistema educacional implica, necessariamente, em questionar que tipo de escola e educação se almeja. Os sujeitos que suscitem essa pergunta devem ser, para além daqueles responsáveis por redigir a Lei sobre a qual a reforma se

aplicará, todos os aqueles partícipes do universo educacional, sejam eles alunos, professores, pais e responsáveis ou, de maneira geral, toda a comunidade que de alguma forma contribua no processo pedagógico. Portanto, os debates acerca do Ensino Básico são fartos, interdisciplinares e com múltiplos sujeitos.

Em um país heterogêneo como o Brasil, a discussão não se esgota em um consenso singular acerca dos termos que essa reforma deve dispor. Por outro lado, o imediatismo e a expectativa coletiva por uma mudança educacional é uma constante nos diversos setores sociais, e foi por meio deste argumento que a chamada Reforma do Ensino Médio foi implementada; feita na forma de uma Medida Provisória (MP nº 746/2016), que se desenvolveu sem debate ou diálogo mais aprofundado com a sociedade, sancionada em forma de lei, em 2017, pelo presidente Michel Temer (Lei nº 13.415/2017) (OLIVEIRA; BINSFELD; TRINDADE, 2018).

Entretanto, a aprovação da Reforma do Ensino Médio não se deu sem resistência, marcada principalmente pelo movimento dos secundaristas e pelos manifestos de entidades acadêmicas. Como Ferreira e Silva (2017) explicam no excerto abaixo:

Da parte de estudantes, sobretudo secundaristas, o país assistiu a um amplo movimento de ocupação de prédios públicos. No ápice do movimento, aproximadamente 1.400 instituições educacionais ficaram sob gestão estudantil. Em todas elas, as atividades e as discussões giravam em torno da PEC nº 241/55 e da MP nº 746. De outra parte, a reação contrária à MP se fez por meio das notas e dos manifestos de entidades acadêmicas e político-organizativas [...]. (FERREIRA; SILVA, 2017, p. 288).

As críticas realizadas se referem a basicamente duas propostas de mudança: (1) do currículo e organização pedagógica; e (2) das regras dos recursos públicos a serem aplicados na educação. A primeira delas, e a mais relevante para o nosso debate, refere-se à nova estruturação curricular, na qual disciplinas como Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física tem o seu caráter obrigatório revogado, perdendo a condição de disciplina para a cinzenta definição de “áreas de conhecimento” a serem definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O aluno deverá escolher seu itinerário formativo entre os cinco propostos (a saber: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional), deixando de existir um currículo comum a todos os estudantes. Este tipo de

organização curricular já foi utilizado no período da ditadura militar, e ela significa a perda de isonomia no acesso à determinados conhecimentos, compreendido, nos termos de Bourdieu, como a limitação de certos jovens no acesso à um capital cultural que possivelmente não será realizado fora do contexto escolar (FERREIRA; SILVA, 2017; OLIVEIRA; BINSFELD; TRINDADE, 2018;). Ademais, a Reforma do Ensino Médio define que profissionais com “notório saber” poderão lecionar disciplinas, ou seja, mesmo sem a formação específica na área, afetando tanto a qualidade garantida do ensino, quanto o mercado e as condições de trabalho dos docentes.

A mudança das regras do uso de recursos públicos para a educação confere a essa reforma educacional mais uma razão a ser criticada. Para garantir o Ensino Técnico e Profissional, a Lei nº 13.415/2017 versa sobre a possibilidade do uso de recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (FUNDEB) “para realização de parcerias entre as redes públicas e o setor privado, anunciando uma ampla ação de privatização da escola pública de Ensino Médio” (FERREIRA; SILVA, 2017, p. 289). A reforma ainda legisla que essas parcerias podem oferecer aos estudantes a modalidade de ensino à distância, dizimando com o processo de vivência social inerente ao ambiente escolar, e retirando, consideravelmente, a responsabilidade dos gestores públicos.

As críticas não se esgotam no que foi apresentado nos parágrafos acima. A Reforma do Ensino Médio não condiz com a realidade do universo escolar e social brasileiro e, em efeito contrário ao que se diz desejar, acirra ainda mais as desigualdades educacionais que, posteriormente, se traduzem em estratificação social. A Lei nº 13.415/2017 não enfrenta o problema da precarização das escolas brasileiras que, sem ao menos estruturas físicas ou até mesmo professores, não terão condições de passar por tais mudanças. Assim, a Reforma do Ensino Médio é, no mínimo, controversa ao dizer que os jovens terão opção, quando, na realidade, a pluralidade de caminhos só será ofertada aos que já tem acesso a uma escola com recursos necessários para atender as mudanças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, revela mais ainda as contradições da Reforma do Ensino Médio. A BNCC surge com a proposta de, respeitando as diversidades regionais, definir os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos da Educação Básica (ensino fundamental e médio). Porém, o plano pedagógico de “itinerários formativos”, apresentado nos termos da Reforma do Ensino Médio, não condiz com a ideia de dispor sobre quais conhecimentos básicos o alunato de todas as partes do Brasil deverá ter

acesso, uma vez que retira a obrigatoriedade de diversas disciplinas e não menciona como estes estudos serão conduzidos. Entrementes, a carga-horária destinada aos conteúdos da BNCC compreende apenas 60% da carga-horária escolar, que, com a instituição do ensino integral passa a ser de, no mínimo, 3000 horas no Ensino Médio³.

Cesar Callegari, presidente da Comissão Bicameral do Conselho Nacional de Educação (CNE) encarregada da BNCC, escreveu aos conselheiros do CNE sua posição à respeito da Reforma do Ensino Médio e comunicou sua saída da presidência da Comissão em carta aberta publicada em 29 de junho de 2018. Entre os diversos pontos levantado por Callegari, seu diagnóstico pedagógico da situação pode ser resumido no fragmento destacado abaixo:

Como se pode constatar no documento preparado pelo MEC, com exceção de língua portuguesa e matemática (que são importantes, mas não as únicas), na sua BNCC desaparece a menção às demais disciplinas cujos conteúdos passam a ficar diluídos no que se chama de áreas do conhecimento. Sem que fique minimamente claro o que deve ser garantido nessas áreas. Contudo, sabemos que os direitos de aprendizagem devem expressar a capacidade do estudante de conhecer não só conteúdos, mas também de estabelecer relações e pensar sobre eles de forma crítica e criativa. Isso só é possível com referenciais teóricos e conceituais. Ao abandonar a atenção aos domínios conceituais próprios das diferentes disciplinas, a proposta do MEC não só dificulta uma visão interdisciplinar e contextualizada do mundo, mas pode levar à formação de uma geração de jovens pouco qualificados, acríticos, manipuláveis, incapazes de criar e condenados aos trabalhos mais simples e entediantes, cada vez mais raros e mal remunerados.

Apesar das inúmeras resistências advindas da sociedade civil, o governo mostra que a população não tem voz ou direito de participação no processo de decisão. A saída de Callegari da presidência da Comissão do CNE expõe mais ainda o teor imperativo e a agenda política por trás da Lei nº 13.415/2017 sancionada pelo presidente da república Michel Temer, que terá implicações nos mais diversos setores da sociedade.

³ A parte curricular comum, definida pela BNCC, deverá ser aplicada em um total de 1800 horas de estudo (60% do tempo total), enquanto o restante das horas será destinado ao itinerário formativo específico que o estudante escolher.

A Reforma Trabalhista – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Terceirização

A Reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por Michel Temer é composta por duas principais leis que alteram amplamente as legislações anteriores: a Lei nº 13.467/2017 que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei nº 13.429/2017, que regula a liberação da terceirização e amplia o contrato temporário. As mudanças inculcadas por tal contrarreforma⁴ são um reflexo do modo de produção capitalista contemporâneo que, a fim de garantir maiores liberdades para o empregador realizar a contratação em seus termos, submete o trabalhador à flexibilização das condições de seu trabalho, podendo colocá-lo em situações insalubres e inseguras, com o seu trabalho explorado e seus direitos diminuídos.

A Reforma Trabalhista brasileira foi inspirada no modelo da Reforma Trabalhista da Espanha de 2012, realizada sob o governo de Mariano Rajoy. Com o objetivo de inflar as estatísticas de emprego, medidas de austeridade foram adotadas como, por exemplo, a redução de salários, o aumento de jornadas intermitentes, a redução das indenizações de demissões e a redução da capacidade de negociação dos sindicatos. Seis anos depois de tal política, a Espanha enfrenta um cenário de desvalorização salarial, deterioração da qualidade dos empregos e o surgimento de uma classe de “trabalhadores pobres”, como explica Méndez (2017) no artigo “Crisis, desposesión y mercado de trabajo en España: impactos en la Región Metropolitana de Madrid”:

Desde 2011 a 2014, os salários reais tiveram uma evolução negativa todos os anos, com um retrocesso acumulado de -7,2% e o consequente aumento de trabalhadores pobres, aqueles que, apesar de terem um emprego formal, têm renda abaixo de 60% da renda mediana (MÉNDEZ, 2017, p. 29, tradução nossa).

Castells (2002), em seu livro *A Sociedade em Rede*, descreve que o processo de reestruturação do capitalismo é marcado, dentre outras características, pela maior flexibilidade de gerenciamento e pelo declínio da influência das organizações sindicais, que está relacionado à um processo de individualização em que os trabalhadores não se identificam mais nem com a classe trabalhadora, nem com o sindicato. A ênfase do autor é a

⁴ Tal qual utilizado por Kreim (2018), o termo contrarreforma tem por objetivo expressar o retrocesso causado pela Reforma Trabalhista de 2017.

de que as mudanças sociais provocadas pelo capitalismo contemporâneo são tão drásticas quanto as transformações econômicas e tecnológicas da época.

N’*O Novo Espírito do Capitalismo*, Boltanski e Chiapello (2009) contrapõem a doutrina weberiana do “espírito do capitalismo” que previa que as transformações impulsionadas pelo capitalismo eram de uma ordem moral, ética e voltada pelo valor do trabalho. Para os autores, o capitalismo contemporâneo não é gerido por tais valores morais do devir do trabalho, mas por um processo de precarização, flexibilização e de exploração do trabalhador.

A Reforma Trabalhista do governo Temer pode ser facilmente contextualizada nos termos da teoria de Castells, Boltanski e Chiapello. Em um *desmonte de direitos* (KREIM, 2018), ela altera 201 pontos da CLT, descartando conquistas de décadas. Seguindo uma lógica neoliberal, as mudanças nas leis oferecem ao empregador uma gama de possibilidades para isentá-los de suas responsabilidades para com os trabalhadores.

Em análise profunda dos termos das leis 13.467/2017 e 13.429/2017, Kreim (2018) estrutura que as principais mudanças se darão nos seguintes eixos: (1) em relação aos direitos: formas de contratação e facilidades para a demissão, jornada de trabalho, remuneração da jornada e condições de trabalho; (2) as que alteram o papel e enfraquecem instituições públicas: alterações na regulamentação da representação dos interesses coletivos dos trabalhadores e da negociação coletiva, limitações de acesso à Justiça do Trabalho e engessamento de sistema de fiscalização de fraude.

Todas essas mudanças afetam a classe trabalhadora de forma geral, mas também afetam as particularidades de cada profissão. Portanto, no próximo tópico será discutido a repercussão da Reforma Trabalhista (e das educacionais) no contexto do ofício docente do Ensino Básico.

O professor de Sociologia do Ensino Básico no cenário atual

O ofício docente é objeto central de estudo tanto da Sociologia da Educação quanto da Sociologia do Trabalho. As transformações sociais e do modo de produção na era capitalista promoveram e continuam promovendo profundas mudanças na lógica do trabalho e das relações trabalhistas. O contexto educacional não foge desta regra. O professor absorve o impacto das mudanças trabalhista e educacional de maneira intensa e direta.

Como já desenvolvido, a Reforma do Ensino Médio é aprovada e sancionada à despeito das reações contrárias à ela, e afeta todos os processos educacionais e seus agentes. O docente, assim como o alunato, está no cerne do universo escolar e tem seu trabalho guiado tanto pelo arcabouço normativo trabalhista, quanto pelas leis que regulam o sistema educacional. Dessa forma, as medidas da Reforma do Ensino Médio se traduzem em medidas que condicionam o trabalho docente.

Pode-se dizer que o professor de Sociologia enfrenta uma situação particular, uma vez que a disciplina possui, há muito tempo, a condição de instabilidade de sua presença no currículo do Ensino Básico, decorrente, principalmente, de tensões e disputas ideológicas. Assim, além de ser impactado pelas medidas da Reforma do Ensino Médio que precarizam o trabalho docente, o professor de Sociologia não tem sequer a garantia da permanência de seu cargo.

Além da medida que revoga o caráter obrigatório da Sociologia enquanto disciplina do Ensino Médio, a Lei nº 13.415/2017 dispõe de outras cujas transformações ultrapassam a sala de aula. Uma delas é a que regula a possibilidade de um profissional com “notório saber” ministrar aulas na escola. Essa medida implica na desvalorização do licenciado, dos cursos de licenciatura e da própria formação dos secundaristas. Como mencionado previamente, um dos problemas da Sociologia do Ensino Médio é justamente a falta de profissionais com licenciatura da área e que, como consequência, implica no dissenso acerca de seu papel formativo. Assim, a Reforma do Ensino Médio contribui para a deslegitimação da disciplina e para o desmantelamento do mercado de reserva para licenciados.

Outra medida que precariza o trabalho docente relaciona-se com a exigência do aumento da carga-horária do Ensino Médio. A integralização do ensino prevê, necessariamente, a aplicação de maiores recursos, desde uma infraestrutura que não corresponde à realidade da maioria das escolas brasileiras, até o aumento da carga-horária de professores em sala de aula. A saída para tal problemática poderia ser a contratação de novos docentes por meio de concurso público. Porém, com a Emenda Constitucional 95, aprovada 2016, que regula o teto dos gastos em Saúde e Educação, e, também, com a notória agenda política governamental, tal medida dificilmente será adotada. O cenário mais provável, e que já acontece em escolas com déficit de magistério, é a sobrecarga dos professores que já estão na rede.

Neste cenário, a Reforma do Ensino Médio faz com que o trabalhador docente passe a viver em um paradoxo: ao mesmo tempo que ele é exigido, sobrecarregado e explorado, aumenta-se seu sentimento de insegurança acerca da manutenção do seu cargo, seja pela revogação da sua área enquanto disciplina obrigatória, seja pela possibilidade de sua substituição por um profissional sem a qualificação específica.

Não obstante, a Reforma Trabalhista do governo Temer surge concomitantemente agindo, também, na precarização do ofício deste trabalhador. Das mudanças nas formas de contratação e demissão, Kreim (2018) destaca: a possibilidade de terceirizar atividades-fim, que no contexto educacional, significa a terceirização dos professores; a inclusão do contrato intermitente, que autoriza a empresa a contratar somente pelas horas de trabalho realizadas e não pelas horas totais que o trabalhador disponibilizou à empresa; e a possibilidade de contratação do profissional autônomo de forma continuada, o que faz com que os contratos assalariados sejam substituídos por contratos entre pessoas jurídicas, eximindo o empregador do recolhimento de várias contribuições sociais e impostos, tais como o pagamento do seguridade social (INSS) e do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).

A terceirização é a forma mais visível da flexibilização do trabalho, e, como Druck e Borges (2002, pp. 112-113). colocam, a lógica de “transferir os custos trabalhistas e responsabilidades de gestão passa a ser um grande objetivo das empresas mais modernas e mais bem situadas nos vários setores de atividade”. A terceirização da atividade-fim, e portanto, dos professores, traz à categoria mais uma forma de vulnerabilidade profissional. Alguns efeitos são esperados, como, por exemplo, o fim da carreira de professor concursado, a diminuição dos salários, a individualização e desconexão do docente com a sua classe e sindicato, entre outros.

Para além desta forma de precarização, o docente sofre com outras medidas que afetam toda a classe trabalhadora, tais como: parcelamento de férias; substituição do pagamento de horas extras pela criação de um banco de horas; a possibilidade, dependendo da negociação, da diminuição do tempo de licença maternidade e paternidade; o contrato intermitente, etc.

Considerações finais

O docente do Ensino Básico brasileiro vive um conturbado momento de desmonte tanto da organização educacional, quanto trabalhista. O professor de sociologia passa por este

processo de forma particular, pois, além de ser impactado pelas medidas da Reforma Trabalhista e da Reforma do Ensino Médio que precarizam o trabalho docente, ele não tem sequer a garantia da permanência de seu cargo, uma vez que disciplina é retirada do currículo escolar.

Entre as formas particulares de precarização do trabalho docente estão: a sobrecarga gerada pela implementação do ensino integralizado sem a contrapartida de novas contratações; o desmantelamento da reserva de mercado dos licenciados; a flexibilização das formas de contratação e demissão, incluindo a possibilidade de terceirização de seu cargo. Os movimentos contrários às reformas advindos da sociedade civil são muitos, mas, mesmo assim, as leis referentes às reformas em questão foram sancionadas. O futuro do Ensino Básico e do docente é, portanto, incerto e controverso.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 16.782-A**, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782a.htm> Acesso em: 20 Ago 2018.

_____. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº 11.684**, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

_____. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

_____. **Lei nº 13.429**, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3

de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

_____. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CALLEGARI, C. **Carta aos conselheiros do Conselho Nacional de Educação**. Brasília, 2018.

CARVALHO FILHO, J. L. **O ensino de sociologia como problema epistemológico e sociológico**. Educação & Realidade, v. 39, n. 1, p. 59-80. Porto Alegre, Jan.-Mar. 2014.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DECESARE, M. **95 anos de Ensino de Sociologia no Ensino Médio**. Revista Educação & Realidade. Dossiê Ensino de Sociologia. V. 39, n. 1, p. 113-137, 2014.

DRUCK, G.; BORGES, A. **Terceirização: balanço de uma década**. Cadernos CRH, Salvador, n. 37, p. 111-139, 2002.

FERREIRA, E. B.; SILVA, M. R. **Centralidade do ensino médio no contexto da nova “ordem e progresso”**. Educ. Soc., v. 38, nº. 139, p.287-292, abr.-jun., 2017.

HANDFAS, A.; TEIXEIRA, R.C. **A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de sociologia nas escolas de nível médio**. Mediações, Londrina, v. 12, n. 1, p. 131-142, jan./jun. 2007.

KREIM, J. D. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista**. Tempo soc., São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, Abr. 2018.

LAHIRE, B. **Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de sociologia?**

In: GONÇALVES, D. N. (Org.). **Sociologia e juventude no ensino médio: formação, Pibid e outras experiências**. Campinas: Pontes Editores, 2013.

LEAL, S.; YUNG, T. **Por uma sociologia do ensino de sociologia nas escolas: da finalidade atribuída à disciplina à experiência social do alunato. Estudos de caso no Distrito Federal**. Soc. estado, Brasília, v. 30, n. 3, p. 773-796, Dec. 2015.

MENDEZ, R. **Crisis, desposesión y mercado de trabajo en España: impactos en la Región Metropolitana de Madrid**. Cad. Metrop. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 17-44, 2017.

MORAES, A. C. **Ciência e Ideologia na Prática dos Professores de Sociologia no Ensino Médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso?** Revista Educação & Realidade. Dossiê Ensino de Sociologia. V. 39, n. 1, p. 17-38, 2014.

OLIVEIRA, A. P.; BINSFELD, W.; TRINDADE, T. **A Reforma do Ensino Médio e suas Consequências: O que pensam os professores de sociologia?** Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.11, n.2, p. 249-259, mai./ago. 2018.

PEREYRA, D. **A formação de professor de Sociologia na Argentina – desafios e experiências institucionais**. In: GONÇALVES, D. N. (Org.). **Sociologia e juventude no ensino médio: formação, Pibid e outras experiências**. Campinas: Pontes Editores, 2013.

SANTOS, M. B. **A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SILVA, I. **O ensino das ciências sociais/sociologia no Brasil: histórico e perspectivas**. In: MORAES, A. C. (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Coleção “Explorando o Ensino”, v. 15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.



Como pensar a implementação da Lei 10.639/03 nos documentos educacionais – Uma proposta.

Loren Marie Vituri Berbert¹

GT 6– REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRODUÇÕES SIMBÓLICAS

¹ Bacharel e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. lorenberbert@gmail.com. Esta pesquisa foi realizada com o apoio da CAPES.

Resumo

O artigo tem como objetivo colocar em discussão possíveis elementos a serem instrumentalizados para a análise da implementação da Lei 10.639/03 – referente à obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica– nos documentos oficiais da educação. A reflexão tem como pano de fundo o debate decolonial, levado a cabo principalmente por intelectuais latino-americanos, em sua crítica às concepções eurocêntricas de modernidade. Ao apropriar-me de tal discussão, interpreto o problema do apagamento das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares como sintoma de um “eurocentrismo à brasileira” que, em geral, desqualifica saberes e experiências não-brancas. Neste artigo apresento possíveis critérios analíticos que auxiliem na leitura de documentos educacionais, e na construção de um diagnóstico acerca da adequação dos mesmos à lei referida anteriormente.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, modernidade/colonialidade, eurocentrismo.

Introdução

No ano de 2003 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Básica de 1996, tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Já no ano seguinte (2004) são publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, documento cujo objetivo é regulamentar a alteração na Lei.

Neste ano de 2018 a Lei 10.639/03 completa quinze anos de sua promulgação e, desde então, estudiosos da temática étnico-racial vem produzindo pesquisas com o objetivo de analisar a extensão e a qualidade da implementação da Lei tanto em documentos normativos e diretivos da área da educação, como em contextos mais específicos, apresentando as experiências de profissionais da educação nos espaços das salas de aula. A comemoração dos quinze anos da Lei se dá, no entanto, em um cenário político e social particularmente delicado em que é preciso resistir entre a emenda constitucional No.95 de 2016, que institui um novo regime fiscal, conhecido como o “teto dos gastos públicos”, com efeitos diretos sobre as possibilidades de investimento na área da educação, e uma virada conservadora de grandes proporções.

Ainda em 2015 o Diap (Departamento intersindical de assessoria parlamentar) ² definiu a recém eleita formação do congresso nacional como a mais conservadora desde 1964, o diagnóstico diz respeito ao número de parlamentares eleitos que se alinham a setores ruralistas, militares, e religiosos. Hoje, no início de setembro, as pesquisas mais recentes relativas à intenção de votos na “corrida” presidencial parecem confirmar uma guinada conservadora: O cenário sem Lula como candidato tem como primeiro colocado o deputado federal Jair Bolsonaro – pelo Partido Social Liberal -, com 22% das intenções de voto.³ O militar da reserva é conhecido por seus correligionários como um “defensor da família e da moral”, tendo sua carreira política marcada por declarações e posições políticas misóginas, racistas e homofóbicas.⁴

No último 6 de agosto o general da reserva Hamilton Mourão, candidato à vice presidência na chapa de Jair Bolsonaro deu a seguinte declaração em evento no Rio Grande do Sul:

Ainda existe o complexo de vira-lata aqui dentro do nosso país, infelizmente, e nós temos que superar isso. E está aí essa crise política, econômica e psicossocial. Nós temos uma herança cultural, uma herança que tem muita gente que gosta do privilégio. Então essa herança do privilégio é uma herança ibérica, temos uma certa herança da indolência que vem da cultura indígena - eu sou indígena, presidente, meu pai era amazonense. E a malandragem, Edson Rosa, nada contra, mas a malandragem é oriunda do africano. Então esse é o nosso cadinho cultural. Infelizmente gostamos de mártires, líderes populistas e dos macunaímas.⁵

A referência ao “cadinho cultural” representado pela contribuição dos europeus, indígenas e negros, em que os dois últimos grupos seriam responsáveis respectivamente pela herança da indolência e da malandragem é reflexo de um discurso fundamentalmente eurocentrado, que exerceu grande influencia sobre o imaginário social. Segundo José Luiz Fiorin (2009) a identidade nacional seria uma construção dos séculos XVIII e XIX, que reúne elementos como uma história comum, representações oficiais, modelos de virtudes nacionais, entre outros (FIORIN, 2009, p. 116). No caso brasileiro, o autor afirma que celebra-se a “mistura” na formação da nacionalidade, em que o puro é

² A matéria completa pode ser conferida na revista eletrônica Valor Econômico <https://www.valor.com.br/politica/3843910/nova-composicao-do-congresso-e-mais-conservadora-desde-1964> acessado em 07/09/2018.

³ A pesquisa Datafolha pode ser conferida em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alcmin-6-ciro-5.ghtml> acessado em 07/09/2018.

⁴ Matéria de 2014 da revista Exame reúne algumas das situações envolvendo Jair Bolsonaro <https://exame.abril.com.br/brasil/7-vezes-em-que-gays-e-mulheres-foram-alvo-de-bolsonaro/> acessado em 07/09/2018.

⁵ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/07/declaracao-de-mourao-candidato-a-vice-de-bolsonaro-causa-protestos.ghtml> acessado em 07/09/2018.

entendido como incompleto, e o “misturado” como completo, reunindo elementos das três culturas que teriam formado a cultura brasileira: branca/europeia, indígena e negra (*ibidem*, p. 120).

No entanto, ainda segundo Fiorin, de início a cultura negra não era considerada como um elemento que deveria configurar na mistura cultural brasileira. Primeiro por fazer referência aos então sujeitos escravizados, e depois pela influência das ideologias do branqueamento tanto biológico quanto cultural, uma vez que o elemento negro era considerado como rude, incivilizado e “sem cultura” (FIORIN, 2009, p. 121-122).⁶ Dessa forma percebe-se que, apesar da aparente rejeição da maioria da sociedade em relação ao racismo (tanto contra populações afro-brasileiras quanto indígenas), a racialização de determinadas características individuais ainda alinha-se a uma percepção racista de inferioridade cultural e moral de povos não brancos.

Nesse sentido, a declaração do general Hamilton Mourão recupera o que houve de pior tanto no senso comum, quanto nas ciências naturais e sociais entre fins do século XIX e meados do século XX. Período em que teorias evolucionistas e eugenistas tiveram efeitos diretos também sobre a proposição de políticas educacionais. Jerry Dávila (2006), investigada tais efeitos em *Diploma de brancura - Política social e racial no Brasil – 1917-1945*. A pesquisa do autor relaciona a construção da identidade nacional com as premissas racistas que legitimaram políticas médico-sanitárias e educacionais que tinham como objetivo o embranqueamento cultural da população brasileira (DÁVILA, 2006, p. 9-16).

Assim, nos quinze anos da Lei 10.639/03, em um cenário político e social do avanço conservador e de discursos de cunho racista, é preciso colocar em destaque este instrumento legal de tamanha importância para a superação do racismo na sociedade brasileira. Trago neste artigo algumas proposições analíticas que podem instrumentalizar a leitura de documentos educacionais, na indagação sobre o cumprimento das demandas da Lei 10.639/03 e de suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais. As três questões que elenco como norteadoras para uma leitura crítica dos documentos referem-se não somente à incorporação ou não de conteúdos relativos à história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica, mas ao potencial de ruptura com o racismo, e com as colonialidades do ser e do saber que tais conteúdos apresentam. No tópico a seguir apresento a matriz teórica que fundamenta a escolha de tais questões.

Colonialidades do ser e do saber – A matriz teórica da modernidade/colonialidade

⁶ Sobre a imagem do “índio indolente”, tem-se já em 1576 no *Tratado da terra no Brasil*, de Pedro de Magalhães Gandavo em que descreve os indígenas da seguinte maneira: “Estes índios vivem mui descansados, não têm cuidado de cousa alguma senão de comer e beber e matar gente; e por isso são muito gordos em extremo; e assim também com qualquer desgosto emagrecem muito; e como se agastam de qualquer cousa comem terra e desta maneira morrem muitos deles bestialmente.” (GANDAVO, 2008, p. 69).

No desenvolvimento da minha pesquisa, que teve como resultado a tessitura da dissertação *O sacrifício dos “Outros”: eurocentrismo na educação e análise da proposta curricular para a educação básica em Santa Catarina a partir da Lei 10.639/03 de 2018*, e onde apresento a reflexão aqui desenvolvida de forma mais extensa, tive como principal referencia teórica a produção do grupo modernidade/colonialidade. O grupo, formado majoritariamente por autores e autoras que produzem suas análises a partir das experiências da América Latina⁷. Sobre o posicionamento político-epistemológico compartilhado pelos membros do grupo, tem-se:

Nosotros partimos, en cambio, del supuesto de que la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una *transición del colonialismo moderno a la colonialidad global*, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial. [itálicos dos autores] (CASTRO-GÓMEZ e GROSFÓGUEL, 2007, p.13)

A colonialidade global, enquanto processo referente aos padrões de poder inseridos nas relações centro-periferia mesmo após o fim do colonialismo político, exerce influência em todos os âmbitos da sociedade e também na construção das subjetividades individuais. As colonialidade do ser e do saber são conceitos importantes para a compreensão dos fundamentos e das consequências ontológicas e epistemológicas do racismo. A colonialidade do poder, conceito desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, é um conceito que dá conta principalmente do padrão de poder hegemônico na “modernidade”, como um sistema global de controle do trabalho por meio da classificação racial da população (QUIJANO, 2005, p. 109-110).

No entanto, o padrão de relações estabelecido pela colonialidade do poder não engloba somente elementos econômicos, mas configura um paradigma hegemônico que tem sob controle subjetividades, culturas e produção de conhecimentos a partir de uma ordem global bastante específica, centrada na “modernidade” europeia (QUIJANO, 2005, p. 110). A consequência de tal processo, segundo o autor, foi a “colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou

⁷ Aqui é preciso abrir um parêntese para a crítica ao próprio conceito de “América Latina”, para uma discussão aprofundada sobre suas implicações ver FERES, JR. João. **A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos**. Bauru: Edusc, 2005.

intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005, p. 111).

Nesse sentido é possível afirmar que o branqueamento cultural levado a cabo no Brasil por meio da educação pode ser considerado como um efeito das colonizações cultural e epistemológica, ou seja, resultados da colonialidade do ser e do saber. Maldonado-Torres define a colonialidade do saber como aquela referente à epistemologia e à produção de conhecimento na reprodução dos regimes de pensamento coloniais, enquanto a colonialidade do ser diz respeito à “experiência vivida”, e a seus efeitos sobre e na linguagem (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130). O apagamento dos saberes e das experiências não brancas nos currículos da educação básica no Brasil podem ser interpretados, dessa forma, como efeitos das colonialidades do ser e do saber ao reproduzirem o padrão eurocêntrico hegemônico na modernidade/colonialidade.

A partir dessa perspectiva, a Lei 10.639/03 possibilita a abertura de brechas nas colonialidades do ser e do saber, ao tornar obrigatório o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira. A implementação da Lei, por meio da inserção de conteúdos e temas que representam e valorizam a contribuição das populações negras na formação da sociedade brasileira é, nesse sentido, tanto um instrumento de superação do racismo como possível ferramenta para a superação de uma lógica eurocêntrica que estrutura o conhecimento escolar no Brasil. É esse último elemento que levo em consideração ao propor as três questões que nortearam a minha pesquisa sobre a adequação da Proposta Curricular de Santa Catarina às demandas da Lei.

As três questões que pretendo apresentar como instrumentos de leitura, levantam os seguintes questionamentos em relação aos conteúdos obrigatórios que aparecem nos documentos educacionais após a promulgação da Lei: eles respeitam a coetaneidade dos povos e das culturas? - Ou seja, superam as interpretações evolucionistas que representam as culturas e conhecimentos vários como etapas de uma trajetória que culmina na Europa? Apresentam as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras como plurais e não-estáticas, ou continuam presos à estereótipos e essencializações que apagam a diversidade que esses mesmos conteúdos deveriam visibilizar? E por último, tais conteúdos afetam de alguma forma a geopolítica do conhecimento, e o padrão de produção do mesmo, engessado entre centro/periferia, e que relega muitas vezes os sujeitos negros a objetos do conhecimento?

O problema da negação da coetaneidade

A negação da coetaneidade é uma expressão feita célebre pelo antropólogo Johannes Fabian (2013) em seu livro *O tempo e o Outro: como a antropologia estabeleceu seu objeto*, em que aborda a relação da antropologia com o tempo enquanto portador de significado, através do qual se definem as relações de alteridade entre o “eu” e o “outro” (FABIAN, 2013, p. 33). Os problemas relativos à negação da coetaneidade fariam parte do que o autor denomina uma “política do tempo” ou “cronopolítica”, que teria como campo os discursos antropológicos, apresentados pelo autor em suas diversas correntes teórico-metodológicas.

Fabian define a negação da coetaneidade como “uma persistente e sistemática tendência em identificar o(s) referente(s) da antropologia em um Tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico” (FABIAN, 2013, p.67). O próprio autor traça a intrínseca relação entre a negação da coetaneidade e os processos modernos/coloniais:

Como as relações entre povos e sociedades que estudam, e aqueles que são estudados, as relações entre a antropologia e seu objeto são inevitavelmente políticas; a produção do conhecimento ocorre em um fórum público de relações entre grupos, classes e nações. Dentre as condições históricas sob as quais a nossa disciplina surgiu, e que afetaram seu crescimento e diferenciação, estavam a ascensão do capitalismo e sua expansão colonialista-imperialista nas próprias sociedades que se tornaram o alvo de nossas investigações. Para que isso ocorresse, as sociedades expansivas, agressivas e opressivas a que, coletiva e erroneamente, chamamos de Ocidente, precisaram de Espaço para ocupar. De modo mais profundo e questionável, elas exigiam Tempo para acomodar os esquemas de uma história de mão única: o progresso, o desenvolvimento, a Modernidade (e suas negativas imagens espelhadas: a estagnação, o subdesenvolvimento, a tradição). Em suma, a *geopolítica* tem sua base ideológica na *cronopolítica*. [itálicos do autor] (FABIAN, 2013, p. 160-161)

É preciso destacar que a negação da coetaneidade não é exclusividade dos discursos antropológicos: a cronopolítica, e a conseqüente distinção temporal entre sujeito e objeto do conhecimento são elementos característicos dos discursos eurocêntricos que, ao imaginar a Europa como centro ideal da cultura e do conhecimento, hierarquizam as demais experiências e cosmologias como estágios ainda não plenamente desenvolvidos. Castro-Gomez e Grosfoguel (2007, p. 15) enfatizam as principais questões conseqüentes da negação da coetaneidade: a impossibilidade de diálogos interculturais – uma vez que as culturas não ocupam o mesmo espaço/tempo; e a construção desse imaginário evolucionista segundo o qual outros povos e culturas estariam vivendo etapas em uma trajetória rumo à Europa.

Nesse sentido é como se elas habitassem, em seu presente, uma etapa anterior no desenvolvimento europeu, seu “passado”. Concepção essa que revela não somente eurocêntrica e racista, mas equivocada do ponto de vista histórico, ao postular uma

linearidade e teleologia para as culturas humanas. A negação da coetaneidade pode ser observada também nos discursos e políticas educacionais no Brasil em meados do século XX. Dávila sintetiza a forma como os intelectuais e profissionais da área educacional lidavam com o elemento negro na cultura brasileira:

Para os educadores brasileiros e sua geração intelectual, raça não era um fato biológico. Era uma metáfora que se ampliava para descrever o passado, o presente e o futuro da nação brasileira. Em um extremo, a negritude significava o passado. A negritude era tratada em linguagem freudiana como primitiva, pré-lógica e infantil. Mais amplamente, as elites brancas equiparavam negritude à falta de saúde, à preguiça e à criminalidade. A mistura racial simbolizava o processo histórico, visualizado como uma trajetória da negritude à brancura e do passado ao futuro. (DÁVILA, 2006, p. 25)

Dessa forma, o branqueamento cultural e biológico como projeto político tem como uma de suas premissas a negação da coetaneidade. Atualmente o problema pode ser encontrado em currículos que enfatizam o histórico das populações afro-brasileiras a partir quase que exclusivamente da experiência da escravidão, como se a história e a cultura dessas populações se resumissem ao seu passado. Ao colocar a questão sobre a forma com que as licenciaturas têm incorporado os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e africana e à educação das relações étnico-raciais, Joana Célia dos Passos (2014, p. 181-183) tem como um dos diagnósticos a persistência desse distanciamento espaço-temporal em relação às populações negras. Sua pesquisa aponta que os cursos de licenciatura em História em Santa Catarina ainda incorporam tais conhecimentos principalmente a partir da história antiga do continente africano, e do período escravista da história brasileira.

A superação das colonialidades do ser e do saber, nesse sentido, diria respeito à possibilidade de ruptura com uma lógica eurocêntrica que relega as populações negras e suas vivências ao passado. A superação da negação da coetaneidade potencializaria também os diálogos interculturais imprescindíveis na experiência moderna/colonial.

Culturas e histórias – a possibilidade de superação dos essencialismos racialistas

O problema do racismo em geral é comumente associado à discriminação fundada em estereótipos e representações negativas de determinada população. Nesse tópico argumento que a essencialização das culturas negras extrapola o problema de tais representações depreciativas, e que mesmo representações aparentemente positivas que tem como premissa a intrinsecabilidade entre cor/raça e cultura são potencialmente reprodutoras de imaginários racistas. A concepção de racismo exposta por Appiah ilustra o ponto em questão:

De que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências característicos de uma raça constituem, segundo a visão racialista, uma espécie de essência racial; e faz parte do teor do racialismo que as características hereditárias essenciais das “Raças do Homem” respondam por mais do que as características morfológicas visíveis – cor da pele, tipo de cabelo, feições do rosto – com base nas quais formulamos nossas classificações informais. (APPIAH, 1997, p. 33)

A partir de uma concepção racialista, também “pré-disposições” culturais, morais e intelectuais seriam essencialmente ligadas às “raças” humanas (APPIAH, 1997, p. 33). É preciso compreender, no entanto, que o discurso racialista já fez parte de certas estratégias políticas anti-racistas, a partir de uma perspectiva da complementariedade das raças e de valorização dos elementos culturais e históricos das populações negras. Destaca-se nesse rol de interpretações racialistas de cunho afirmativo a obra do intelectual afro-americano Du Bois, e sua reflexão sobre a “dupla consciência” do negro nos Estados Unidos:

A história do negro americano é a história desse embate - o desejo de conseguir amadurecida autoconsciência, amalgamar sua dualidade em um melhor e mais verdadeiro ser. Nesse mesclar, aspira que nenhum dos entes anteriores desapareçam. Não africanizará a América, pois a América tem muito a ensinar para o mundo e para a África. Não branqueará sua alma negra numa torrente de americanismo branco, pois sabe que o sangue negro tem uma mensagem para o mundo. (DU BOIS, 1998, p. 38)

A reivindicação de uma “alma negra” e de uma mensagem específica do “sangue negro” reforça uma concepção racialista que tem como consequência a essencialização das culturas negras e consequentemente a fixação de todas as populações negras em um mesmo lugar fixo de cultura.⁸ Ainda que o processo de solidariedade racial, e de recuperação e construção das identidades a partir do reconhecimento dos elementos das culturas negras como dignas de apreciação e de continuidade seja sem dúvida um resultado importante, é preciso ao mesmo tempo tornar explícita a distinção entre tais elementos e suas premissas racialistas. O problema da essencialização das culturas negras é atualmente uma questão a que vários intelectuais africanos se dirigem.

Um deles seria o filósofo nascido na Costa do Marfim Paulin Hountondji, que coloca sob a crítica o possível enclausuramento dos conhecimentos africanos sob o peso de uma

⁸ Outro momento político importante com conotações ambíguas em relação ao racialismo foi a o movimento *Negritude*, cujos principais expoentes foram o poeta martinicano Aimé Césaire e o escritor senegalês Leopold Senghor. Para uma discussão sobre os fundamentos e implicações estético-políticas do movimento ver: MOORE, Carlos. “‘Negro sou, negro ficarei!’ A negritude segundo Aimé Césaire”. In: CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 9-40.

“identidade negra” essencializada e fechada em si mesma. Hountondji renuncia a uma concepção dos conhecimentos africanos fundamentada na diferença cultural, e a uma reivindicação antirracista e antieurocentrica que, na verdade, nega aos pensadores africanos qualquer pretensão de universalidade, marcando-os como expoentes de uma necessária particularidade cultural (MACEDO, 2016, p.317-318). Dessa forma, enquanto pensadores “ocidentais” estariam aptos para refletir para além de sua cultura, o pensamento africano só seria considerado verdadeiramente autêntico enquanto expressão de uma cultura particular.

Nesse sentido, a apresentação da história e da cultura afro-brasileira e africana unicamente a partir do marcador da diferença pode reforçar estereótipos, e estimular um imaginário que exclui a diversidade dentro das próprias histórias e culturas afro-brasileiras e africanas. Como alternativa à “metafísica da raça” Paul Gilroy apresenta uma reflexão centrada na diáspora africana e em suas redes, onde o conceito de diáspora é trabalhado de forma conjunta à ideia de um Atlântico negro, em referência à trajetória entre África e as Américas, e a desterritorialização de milhares de homens e mulheres, colocando-os sob a condição de escravizados. Algumas das palavras-chave que orbitam ao redor do conceito da diáspora de Gilroy são: comunicação, conflito, violência, política, cultura e movimento. Segundo o autor, tais elementos funcionariam como alternativa aos “atalhos que buscam uma solidariedade mecânica” do “parentesco primordial e a fraternidade pré-política e automática” (GILROY, 2012, p. 18), e também como ferramenta no enfoque da dinâmica política e ética da história dos negros no mundo moderno (*ibidem*, p.171).

A geopolítica do conhecimento

A geopolítica do conhecimento é o elemento que exploro para dar conta de uma questão chave na superação não só do racismo, mas também da lógica eurocêntrica que estrutura as colonialidades do ser e do saber: o padrão moderno/colonial de divisão do trabalho intelectual. Em *A iminente revolução na teoria social* (2012), a socióloga australiana Raewyn Connell discute os fundamentos e as implicações da “divisão imperial do trabalho”:

Na Austrália ou no Brasil, nós não citamos Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck, Habermas etc. porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossas sociedades. Eles não sabem nada sobre nossas sociedades. Nós os citamos repetidas vezes porque suas ideias e abordagens tornaram-se os paradigmas mais importantes nas instituições de conhecimento da metrópole – e porque nossas instituições de conhecimento são estruturadas para receber instruções da metrópole. (...)

Os textos de teoria social envolvem principalmente uma reificação da experiência social do Norte. Às vezes, isso é bem direto, como quando somos informados de que vivemos numa sociedade de redes, ou numa

sociedade de risco, ou na pós- -modernidade – todas caracterizadas por experiências sociais que a maioria da população do mundo não vive. Nas formas mais sofisticadas e poderosas de teoria, contudo, a reificação da experiência social da metrópole ocorre num nível mais abstrato. (CONNEL, 2012, p. 10)

Para Connel, a partir da divisão do trabalho hegemônica na sociedade moderna/colonial, teoria seria o “trabalho que o centro faz” (CONNEL, 2012, p. 10). Ou seja, enquanto Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck e Habermas desenvolvem implicações teóricas sobre a realidade, nós enquanto periferia do conhecimento moderno/colonial “servimos” ora como matéria-prima para a análise do real, ora como consumidores da teoria feita nos centros. A relação sujeito/objeto do conhecimento é, nesse sentido, geograficamente fixada. Uma das consequências de tal divisão é a falta de adequação entre as realidades a serem analisadas e os instrumentais teóricos disponíveis. Nesse sentido, é possível afirmar que a pretensão à universalidade das teorias eurocentradas, fundamentadas elas mesmas em experiências europeias, pode dar origem à análises “engessadas” e pouco profícuas, quando instrumentalizadas fora de seus contextos de produção.

A pesquisa do antropólogo Bruno Reinhardt (2014) contribui com um exemplo bastante ilustrativo. Ao analisar trabalhos antropológicos em África o autor critica a utilização da meta-categoria religião, fundamentada na linguagem e na ontologia europeia e ausente nas experiências africanas pré-coloniais, para apreender rituais descritos como “culto aos ancestrais” ou “bruxaria”. Segundo o autor, o deslocamento de conceitos eurocêntricos para as realidades africanas produz uma análise que da conta dos fenômenos como “versões” de experiências europeias, e não como fenômenos históricos e culturais singulares e inapreensíveis a partir de categorias alienígenas (Reinhardt, 2014, p. 338-339).

A reprodução de tal padrão de divisão intelectual do trabalho reforça também o racismo epistêmico, a partir da manutenção dos sujeitos não brancos como objetos do conhecimento. Dessa forma destaco a pluralização dos locais de enunciação e produção do conhecimento como elementos importantes para a superação do racismo e das colonialidades do ser e do saber, ao romper com o universalismo das categorias e conceitos teóricos e analíticos, e colocar os sujeitos negros como autores e produtores de suas próprias histórias.

Considerações finais

No presente artigo apresento de forma resumida uma das reflexões a que me dedico em minha pesquisa de mestrado e em minha dissertação. Ao abordar a importância da Lei 10.639/03 enquanto instrumento de superação do racismo em um momento político e social

de tendência conservadora, apresento também a perspectiva teórica do grupo modernidade/colonialidade como fonte interessante de instrumental conceitual para a interpretação e análise da temática étnico-racial no Brasil, particularmente quando imbricada às questões educacionais.

As questões que apresento como possíveis chaves de leitura para a apreciação da implementação do conteúdo referente a história e cultura africana e afro-brasileira tem em comum a premissa de que a Lei 10.639/03 pode ser implementada em extensão e qualidade diversas, e que é tarefa nossa – enquanto pesquisadores e militantes de uma educação antirracista e não eurocêntrica – desenvolvermos instrumentais adequados para a apreciação de documentos e experiências, que possam contribuir para um diagnóstico mais cuidadoso sobre a efetiva implementação e impacto da Lei.

Referências:

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heterarquico. In: **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de estudios sociales contemporâneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CONNEL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 27 No 80, Outubro/2012.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura – Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DU BOIS, W.E.B. **As almas do povo negro**. Tradução e notas: José Luiz Pereira da Costa. 1998.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. In: **BAKHTINIANA**, São Paulo, v.1, n.1, p. 115-126, 1º sem. 2009.

GANDAVO, Pedro Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil : história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

MACEDO, José Rivair. “Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: as contribuições de Paulin Hountondji, Valentim Mudimbe e Achille Mbembe”. In: MACEDO, José Rivair (org.). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. P. 313-337.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: **El giro decolonial – Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; 151 Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

PASSOS, Joana Célia. **A formação de professores para uma pedagogia multirracial e popular: uma proposta do Núcleo de Estudos Negros para a superação do racismo nas escolas brasileiras**. Trabalho apresentado em VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra – Setembro 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

REINHARDT, Bruno. Poder, história e coetaneidade: os lugares do colonialismo na antropologia sobre a África. In: **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, 2014, V. 57, No 2.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm acessado em 07/09/2018.



“Famílias Waldorf”: relação família-escola em escolas Waldorf de Florianópolis

Tsamiyah Carreño Levi¹

GT 6 – Representações Sociais e Produções Simbólicas

¹Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do CNPq. E-mail: tsalevi@gmail.com.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo estudar a relação entre condicionantes sociais e culturais e as formas de escolarização da prole, tendo as escolas Waldorf de Florianópolis - SC como terreno empírico. Os procedimentos metodológicos são a observação (de eventos escolares) e as entrevistas em profundidade (com profissionais das escolas e mães e/ou pais). O quadro teórico tem como referência a Sociologia da Educação que discute a escolarização da prole como parte de um conjunto mais amplo de estratégias de reprodução ou ascensão social das famílias. A identificação do conjunto de propriedades objetivas e subjetivas das famílias que compõem as escolas Waldorf de Florianópolis pretende contribuir para a compreensão das lógicas de escolha escolar que embasam a adesão à proposta Waldorf e suas condições, tendo em vista suas especificidades pedagógicas, sociais, econômicas e culturais.

Palavras-chave: Sociologia da educação; Relação família-escola; Escola Waldorf; Florianópolis.

Introdução²

Esta pesquisa se insere no campo de estudos da Sociologia da Educação que se ocupa de itinerários escolares dos indivíduos e das estratégias educativas postas em prática por diferentes grupos familiares. O trabalho aqui proposto visa estudar a relação entre os condicionantes sociais e culturais (espaços e formas de socialização, redes de sociabilidade e de contatos, experiências específicas, etc.) e as formas de escolarização dos filhos, tendo as escolas Waldorf de Florianópolis - SC como terreno empírico.

A partir da constatação da expansão das escolas Waldorf em Florianópolis as questões que emergem dizem respeito à quais são as concepções das famílias sobre “educação de qualidade”, quais são as estratégias familiares postas em prática ao longo da escolarização dos filhos e quais são os condicionantes sociais das famílias que agem no processo de escolha da escola Waldorf. Também é do interesse da pesquisa identificar um conjunto de propriedades objetivas (origem e posição social, tipos específicos de capital cultural e escolar) e subjetivas (*ethos*, visão de mundo, convicções sobre sociedade, conduta, consumo, relação com o ambiente, etc.) das famílias que compõem as escolas Waldorf.

Tendo em vista esses objetivos, os procedimentos metodológicos envolvem: coleta de materiais escritos a respeito da pedagogia Waldorf³ e informações sobre histórico, gestão escolar e formas de participação das famílias a partir dos *sites* e redes sociais das escolas de Florianópolis; observações de eventos escolares (festas, palestras, reuniões, etc); e entrevistas com mães e pais e também professores de cada uma das escolas Waldorf de Florianópolis.

² Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento, conduzida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

³ A partir do Portal de Teses da CAPES, bibliotecas e repositórios digitais de universidades, Hemeroteca Digital, plataforma Scielo, periódicos nacionais e *sites* internacionais.

O presente trabalho está dividido em três partes. Na primeira é apresentado um breve panorama sobre os estudos da sociologia da educação os quais discutem a categoria “família” e sua relação com a escola e a escolarização da prole. Na segunda parte consta a apresentação sucinta do histórico da pedagogia Waldorf e sua atual situação no Brasil e, particularmente, na cidade de Florianópolis - SC. Finalmente, na terceira parte são discutidos alguns dos materiais empíricos da pesquisa em andamento, lançando um olhar para a relação entre as famílias e as escolas Waldorf, com especial enfoque no aspecto das formas de participação de mães e pais dentro das escolas.

1. Sociologia da educação – famílias e escolas

Os estudos sobre “famílias” começaram a ganhar mais legitimidade dentro da sociologia da educação a partir do chamado deslocamento do olhar sociológico para pequenas unidades de análise (FORQUIN, 1995). Isso porque nos primeiros levantamentos quantitativos, dos anos 50 e 60, a categoria “família” estava lá, mas não era interrogada em si mesma, e sim considerada apenas através de sua condição de classe (NOGUEIRA, 2005).

De acordo com Singly (2017), Pierre Bourdieu, em suas obras iniciais (1964; 1970), preferia o termo “classes”, à semelhança de numerosos sociólogos franceses. A relação distante de Bourdieu com a categoria “família” parecia ter a função de evitar seu fortalecimento, “como se, ao contornar essa palavra, ele tentasse não perpetuar a ordem social desigual, cuja criação conta com a contribuição dessa instituição” (SINGLY, 2017, p. 195).

Em 1993, porém, Bourdieu discute o trabalho social de construção do significado da categoria “família” e propõe que “família” é um princípio comum de visão e de divisão, pois nos é inculcado por meio de um trabalho de socialização em um universo também ele organizado de acordo com a divisão em famílias. Para ele,

a família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhares de representações e de ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. Esse é o círculo de reprodução da ordem social. O acordo quase perfeito que se estabelece então entre as categorias subjetivas e as categorias objetivas funda uma experiência do mundo como evidente, *taken for granted*. Nada parece mais natural do que a família: essa construção social arbitrária parece situar-se no pólo do natural e do universal (BOURDIEU, 1996[1993], p. 128).

O interesse no estudo dessa categoria deve-se ao seu papel determinante na manutenção da ordem social e na reprodução da estrutura do espaço social e de suas relações. Bourdieu entende que a família é o lugar primordial de acumulação de capital, sob diferentes tipos, e de sua transmissão entre as gerações. Nesse sentido, ela é o “sujeito” principal das estratégias de produção social.

Cabe ressaltar que, a partir do esquema bourdiesiano, uma das principais características da reprodução social nas sociedades contemporâneas é a utilização das escolas. Isso porque gradativamente se passa de estratégias de reprodução centradas na família (conforme as sociedades aristocráticas) para estratégias que localizam a escola como instrumento central de reprodução social. Nesse sentido, as famílias com melhores condições de origem (mais ricas em capital escolar e econômico) conseguem tirar melhor proveito do sistema escolar, ou seja, reproduzir/manter ou melhorar a posição social do grupo nas gerações posteriores (filhos).

No entanto, embora a escola seja instrumento fundamental/principal das sociedades contemporâneas nas estratégias de reprodução, isso não exclui a existência de outras: estratégias culturais de forma mais ampla, estratégias domésticas, matrimoniais e de natalidade, por exemplo. Em termos probabilísticos, quanto melhor a posição dos grupos familiares na estrutura social, maior a probabilidade de dominarem as estratégias de reprodução social, ou, em outras palavras, quanto maior o volume de certo recurso que se possui, maiores as chances de saber controlá-lo.

Voltando à questão inicial, no campo da Sociologia da Educação, a partir do citado “deslocamento” ocorrido ao longo dos anos 80, novos objetos de pesquisa surgiram, tais como o currículo, a sala de aula, o estabelecimento escolar e as estratégias familiares em matéria de escolarização dos filhos, por exemplo. Foi a partir daí que a família passou a ser observada e interrogada em si mesma.

Sem ignorar o peso dos condicionantes externos, deixa-se de concebê-lo [o grupo familiar] como mero reflexo da classe social para enxergar nele um ator social portador de um projeto próprio e resultante de uma dinâmica interna. A ênfase será posta agora na atividade própria do grupo familiar, definindo-se sua especificidade por sua dinâmica e sua forma de se relacionar com o meio social, em boa medida uma construção sua. Assim, o funcionamento e as orientações familiares operariam como uma mediação entre, de um lado, a posição da família na estratificação social e, de outro, as aspirações e condutas educativas e a relação com a escolaridade dos filhos (NOGUEIRA, 2005, p. 569).

Os estudos sociológicos da relação entre famílias e escolas, em suas mais diversas origens sociais, dão a ver a “centralidade da educação na vida da família contemporânea”, bem como o papel ativo das famílias “face à escolaridade e a implementação de estratégias diversas visando o êxito escolar dos filhos” (NOGUEIRA, 1998a, p. 99).

Com efeito, o termo “estratégia” passará, a partir de então, a ser um termo-chave para o sociólogo ocupado com a problemática das relações família/escola. E os pesquisadores atuais partirão em busca da compreensão das “múltiplas e variadas” estratégias desenvolvidas pelas famílias contemporâneas face à escolarização dos filhos [...] como, por exemplo, a escolha do estabelecimento de ensino [...] (NOGUEIRA, 2005, p. 567).

Um dos desdobramentos da crescente responsabilidade parental sobre o êxito escolar dos filhos (VINCENT, 2017) é a necessidade das famílias definirem a (melhor) instituição escolar para a prole, tendo em vista a ampliação das modalidades de oferta e as transformações nas políticas educacionais (NOGUEIRA, 1998b). As análises dos processos de escolha das escolas por parte das famílias demonstram que existe uma desigualdade de condições de escolha de acordo com os diferentes meios sociais nos quais as famílias se inserem e que os critérios levados em consideração ao longo do processo “variam significativamente de natureza quando se passa de um meio social a outro, ou até mesmo de uma família a outra no interior de uma mesma condição social” (NOGUEIRA, 1998b, p. 43). Nesse sentido,

são os pais pertencentes às classes médias e superiores que obtêm um máximo de rentabilidade de seus investimentos educacionais. Isso graças à possibilidade de acesso às informações sobre o sistema de ensino, à importância que atribuem à busca dessas informações, à capacidade que manifestam de discernir entre elas; mas também graças ao verdadeiro monitoramento que exercem sobre a vida escolar do filho, o que lhes permite apreciar, a cada momento e com razoável precisão, o desempenho e as chances escolares dele. A isso some-se ainda, no caso das camadas superiores, os trunfos advindos dos recursos financeiros e de uma rede de relacionamentos sociais que pode ser acionada em favor de uma boa colocação no mercado escolar (NOGUEIRA, 1998b, p. 54).

Almeida (2002) sugere tomar as experiências de escolarização dos diversos grupos sociais como um objeto de estudo que permite compreender os problemas de diferenciação social que esses grupos se colocam em momentos específicos de sua história. A proposta de pensar as escolas como espaços onde são construídas as diferenças entre os grupos sociais, pressupõe, ainda,

aceitar como provável que as famílias, instadas a delegar a educação de seus filhos ao sistema de ensino e tendo por referência um espaço escolar diferenciado, procurarão (de maneira intencional ou não) aquelas instituições que melhor correspondam aos valores e visões de mundo que professam (ALMEIDA, 2002, p. 138).

Embora raramente verificada na realidade, a autora entende que a adequação entre o tipo de escolarização oferecido pela instituição e o *ethos* específico de cada família – mesmo que construída enquanto idealização – delimita para as famílias o espaço do possível em termos de escolarização de seus filhos (ALMEIDA, 2002).

2. Pedagogia Waldorf – breve histórico e situação atual

A Antroposofia (do grego, conhecimento do ser humano) é uma doutrina filosófica e mística desenvolvida pelo pensador austríaco Rudolf Steiner (1861-1925) após seu rompimento com a Teosofia. Autodenominada “ciência espiritual”, a Antroposofia

procura responder às perguntas mais profundas do homem por meio da razão, porém sem negar-lhes anseios espirituais. Possibilita novas perspectivas ao ser humano na ampliação de suas faculdades mentais, elevando sua percepção e seu pensar a outras dimensões. Considerando o homem uma síntese de todo Universo, dimensão que permeia e transcende a física. Os resultados das pesquisas antroposóficas serviram de fundamento para iniciativas sociais – a Pedagogia Waldorf, a Medicina e Farmacologia, a Agricultura Biodinâmica, a Educação Terapêutica e a Pedagogia Social. Segundo define Rudolf Steiner, a Antroposofia é “um caminho de conhecimento que pretende fazer o espírito humano chegar à união com o Espírito Cósmico”.⁴

Em termos de contexto histórico-político, as ideias de Steiner têm forte ligação com o romantismo alemão do final do século XIX, o qual realiza um resgate (conservador) da espiritualidade e do misticismo, em contraponto ao primado da razão e da técnica iluministas (STRUCHEL, 1988). Segundo Kunzle,

profundamente influenciado por Goethe, Steiner se impregnou das críticas românticas ao materialismo crescente da sociedade industrial. As ideias românticas, a sua época, expressaram uma não conformação com um espírito extremamente prático e quantificador da vida, pois um dos elementos do movimento romântico foi a oposição ao mundo industrial, considerado desumanizador. Steiner, inclusive, se tornou um crítico de Marx porque considerava que este propunha uma saída puramente material para os males da sociedade industrial, que era a tomada dos meios de produção pelos trabalhadores. O Romantismo representou uma atitude ou uma reação utópica

⁴ Disponível em: <http://www.federacaoescolaswaldorf.org.br/Antroposofia.php>. Acesso em 09 de set. de 2018. Para mais informações, consultar também: <http://www.sab.org.br/portal/antroposofia/o-que-e-antroposofia>. Acesso em 09 de set. de 2018.

daqueles que não conseguiam obter satisfação com a velocidade das máquinas, com a administração do pensamento e dos sonhos. Um dos desejos dos românticos era a redescoberta das forças da natureza contra a pretensão de domínio científico e tecnológico da sociedade industrial. Não está presente aqui uma ideia revolucionária de tomada do poder violenta ou de mudança de modo de produção, mas está implícita uma crítica ao mundo capitalista (KUNZLE, 2011, p. 93).

A pedagogia Waldorf foi desenvolvida por Steiner, a partir do convite de seu amigo Emil Molt – após este assistir algumas conferências de Steiner sobre sua teoria social. O objetivo inicial era oferecer uma escola baseada nos preceitos e valores antroposóficos para os filhos dos trabalhadores da fábrica de cigarros de Molt, a Waldorf-Astória⁵. Em 1919 foi inaugurada a primeira escola Waldorf, em Stuttgart, Alemanha e, prestes a comemorar 100 anos de existência, em 2017 foram contabilizadas 1092 escolas, em 64 países⁶.

Foi ao final da década de 1930 que os primeiros membros do movimento antroposófico chegaram ao Brasil e se estabeleceram especialmente em São Paulo⁷. Em 1956 foi fundada a primeira escola Waldorf no Brasil e durante seus 12 primeiros anos a escola foi bilíngue (alemão e português). Segundo o Instituto de Desenvolvimento Waldorf (IDW), “seu abasileiramento realizou-se à medida que a Pedagogia Waldorf foi sendo assimilada por professores brasileiros e que professores estrangeiros conseguiram ligar-se ao espírito do povo brasileiro”⁸.

Dados atuais da Federação das Escolas Waldorf no Brasil (FEWB) mostram que existem 74 escolas filiadas e 177 escolas Waldorf em formação no país.

Nº geral das escolas		Nº de escolas por atendimento	
Filiadas	74	Atende até EM	11
Novas Iniciativas (EWF)	177	Atende até Fund2	19
Total	251	Atende até Fund1	28
		Jardim de Infância	193
Alunos atendidos	15000	Total	251
Professores	1600		
Auxiliares	550		

⁵ Para mais informações sobre o histórico da Pedagogia Waldorf e a Teoria [da Trimembração] Social de Steiner, consultar Romanelli (2008).

⁶ A lista completa das escolas Waldorf no mundo está disponível em: http://www.freunde-waldorf.de/fileadmin/user_upload/images/Waldorf_World_List/Waldorf_World_List.pdf. Acesso em 09 de set. de 2018.

⁷ Para mais informações sobre o histórico da Antroposofia no Brasil, consultar: <http://www.sab.org.br/portal/antroposofia/no-brasil/historico-no-brasil>. Acesso em 09 de set. de 2018.

⁸ Disponível em: <http://www.idwaldorf.com.br/site/historico/>. Acesso em 09 de set. de 2018.

Por estado	FILIADAS	EFW	TOTAL
AC		1	1
AL		1	1
AM		1	1
BA	4	18	22
CE	1	2	3
DF	1	7	8
ES		5	5
GO		6	6
MA		1	1
MG	8	20	28
MS		3	3
MT	2	8	10
PB		3	3
PE	1	8	9
PR	4	12	16
RJ	5	6	11
RN		1	1
RS	3	8	11
SC	5	12	17
SE		3	3
SP	40	51	91
Total	74	177	251

Fonte: FEWB, 2018.

Em Florianópolis, a Escola Waldorf Anabá foi fundada em 1980 como um jardim de infância (Educação Infantil). Em 1997 completou os nove anos de Ensino Fundamental e em 2018 completou a oferta do Ensino Médio. Em 2001, através de doações, a escola adquiriu um terreno com 60 mil m², para onde pretende transferir suas instalações. Até o momento apenas as salas do maternal (pré-escola), jardins de infância e de Ensino Médio estão funcionando nesse espaço. A importância da escola Anabá no campo das escolas Waldorf da região pode ser vista, entre outras coisas, no fato de que são seus professores e professoras que dão suporte a novas iniciativas, através de consultoria, apoio pedagógico e apadrinhamento/tutoria⁹ para novas escolas.

O quadro atual das principais¹⁰ escolas de Florianópolis se configura assim:

⁹ De acordo com as regras de filiação da FEWB, novas iniciativas precisam ter como tutor um professor com experiência. Disponível em: <http://www.fewb.org.br/Perguntas-Respostas.php>. Acesso em 09 de set. de 2018.

¹⁰ Existem ainda pequenos maternais e jardins de infância não contabilizados aqui.

Nome	Ano	Nível	Bairro	Mensalidade	Nº alunos (aproximado)
Escola Waldorf Anabá	1980	Médio	Itacorubi	EF R\$1310	400
Casa Amarela Maternal e Jardim de Infância Waldorf	1997	Infantil	Rio Tavares		50
Escola Waldorf Arandu	2005	Fundamental	Rio Tavares	EI R\$980 EF R\$1180	180
Jardim dos Limões	2006	Infantil	Carvoeira	EI R\$1015	45
Amanayé Escola Waldorf	2008	Infantil e 1º ano fundamental	Rio Vermelho		20
Jardim Waldorf Ibirá-Ibá	2014	Infantil	Campeche	EI R\$1088	30
Escola Waldorf Aurora	2017	Infantil e 1º ano fundamental	Campeche	EF R\$1100	40

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Cabe dizer que todas as escolas cobram mensalidades – com valores relativamente próximos –, ainda que existam as instituições com “donos” (apenas jardins) e aquelas geridas por associações civis sem fins lucrativos, compostas por pais, funcionários e apoiadores. Entende-se aqui que a proposta Waldorf está em expansão na cidade (e no estado¹¹), tendo em vista que duas das escolas mais consolidadas (Anabá e Arandu) têm projetos de mudança para espaços físicos maiores, duas escolas menores inauguraram Ensino Fundamental em 2018 (Amanayé e Aurora) e muitos desses estabelecimentos ainda contam com longas listas de espera¹².

Alguns aspectos de “dificuldade” para matrículas foram vistos até o momento. Uma mãe da escola Aurora falou sobre como é difícil conseguir vaga nas escolas Waldorf existentes em Florianópolis e como “é horrível ficar numa lista de espera, correndo o risco de não ser chamado e ter que colocar seu filho numa escola convencional”. Uma das mães entrevistadas discorreu sobre um cenário de “rigidez” da matrícula e a dificuldade enfrentada

¹¹ Escolas Waldorf no estado de Santa Catarina (excluindo Florianópolis)

Nome	Ano	Nível	Cidade
Jardim Waldorf Nhanderu	2013	Infantil	Garopaba
Escola Waldorf Relicário de Luz	2014	EI e 1º ano EF	Joinville
Jardim Waldorf Semente	2016	Infantil	Balneário Camboriu
Bela Vista Jardim Waldorf	2017	Infantil	Porto Belo
Jardim Vale do Girassol	2018	Infantil	Brusque

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

¹² Em conversa informal em 2017, uma das secretárias da escola Anabá informou que o jardim de infância tinha uma fila de espera de 80 crianças. Uma das possíveis razões para a lista de espera ser tão extensa é o fato de que a turma de 1º ano do EF se forma a partir das turmas de jardim (são três turmas de EI). Apenas os funcionários da escola têm vagas “garantidas” para seus filhos. Mães da escola Aurora também comentaram sobre haver uma lista de espera para turmas de maternal e jardim da escola.

pela “falta de flexibilidade” em relação a eventuais mudanças de turno e/ou transferências de turma da criança no jardim.

3. Famílias e escolas Waldorf em Florianópolis – relação e participação

Tendo em vista as questões da pesquisa e com base no que foi observado e reunido até o momento, nesta seção será discutida a relação entre as famílias e as escolas Waldorf, com especial enfoque no aspecto das formas de participação dos pais dentro das escolas. A esse respeito, Nogueira entende que

a presença dos pais no recinto escolar e sua participação nas atividades de ensino tornam-se cada vez mais comuns. Os contatos formais e informais se multiplicam e se diversificam. No cotidiano, os canais de comunicação parecem se ampliar para além da tradicional participação nas associações de pais e mestres e da presença em reuniões oficiais com professores. Hoje há projetos pedagógicos, palestras, cursos e jornadas envolvendo os pais; há as “festas da família”, a agenda escolar do aluno, os bilhetes, os contatos telefônicos, as conversas na entrada e na saída das aulas (NOGUEIRA, 2005, p. 575).

A escola Anabá possui um documento chamado “Guia de pais”, atualizado e distribuído anualmente às novas famílias que chegam. Neste guia são abordados diversos temas de interesse aos pais, tais como informações sobre o conselho pedagógico, seguro de acidentes, instalações da escola, trânsito e caronas, por exemplo. Entretanto, o guia reforça a importância da participação das famílias na gestão e nas atividades escolares, argumentando que “a percepção da continuidade e extensão de nossos lares em tais vivências permite maior *coerência* em nossas ações e possibilita transformações internas e externas como fruto de nossa participação, o que beneficia a todos” (ANABÁ, 2018, p. 4 – grifo nosso).

Na contracorrente do modelo republicano proposto por Durkheim (2011) – onde se estabelece uma separação clara entre as funções pedagógicas da família e as da escola – o método Waldorf preconiza uma aproximação entre família e escola, entendendo que a escola é uma “extensão da casa”, reconfigurando as “fronteiras” entre a esfera privada (doméstica) e a pública (escolar). Quanto a isso, Nogueira argumenta que

já a partir de inícios do século XX, com o movimento escolanovista, os métodos pedagógicos tradicionais passam a ser questionados e contrapostos às pedagogias centradas no aluno, que recusam a concepção da criança como um adulto em miniatura e defendem a necessidade de se atentar para as características próprias da infância e de se adaptar o ensino à natureza do educando. [...] Tais princípios, que se prolongaram no tempo, revestem-se, nos dias atuais, de uma forte preocupação com a coerência entre, de um lado, os processos educativos que se dão na família e, de outro,

aqueles que se realizam na escola. O que significa que a instituição escolar hodierna deve conceber seu trabalho educativo em conexão com as vivências trazidas de casa pelo educando. Hoje, mais do que nunca, o discurso da escola afirma a necessidade de se conhecer a família para bem se compreender a criança, assim como para obter uma continuidade entre sua própria ação educacional e a da família (NOGUEIRA, 2005, p. 573).

Nesse sentido, no “Guia de pais” são apresentadas as formas de participação possíveis para as famílias, sendo elas a participação na associação mantenedora (Associação Pedagógica Micael), no conselho de pais, nas comissões de trabalho e no banco de talentos. Além deste documento de apresentação para famílias recém-chegadas, o *site* da escola também dispõe de um ambiente chamado “espaço dos pais”, onde constam as “atividades para pais”. Estão atualmente nesse espaço os convites para participar de cafés da manhã mensais na escola, grupo de eurtmia para adultos, treinos de vôlei para adultos e grupos de estudos temáticos. Ademais das instâncias citadas até agora, as festas e bazares escolares são outra forma de as famílias trabalharem dentro da escola, tanto na preparação, com mutirões de limpeza e organização, quanto no evento em si, na produção e venda de alimentos, brinquedos, artesanatos e outros.

Os mutirões são uma forma bastante recorrente de contar com o trabalho de pais e mães na construção e na manutenção da escola. A escola Anabá, por exemplo, convocou a comunidade para o mutirão de aniversário de 38 anos da escola, realizado em um sábado do mês de março. Já na escola Aurora, as famílias se organizaram em mutirões para reformar a casa alugada, adaptar o terreno e construir as instalações para o funcionamento da escola.

Em relação ao sentimento dos pais sobre sua participação e trabalho, durante a observação de um evento na escola Aurora

uma das mães falou sobre como os filhos ficavam felizes em ver os pais construindo sua própria escola, podendo então chamá-la de “minha escola” realmente, não como nas outras. Eles narraram como as crianças participam dessa construção, brincando e circulando durante os trabalhos nos mutirões. Falaram com carinho e orgulho de terem vindo construir a cerca ao redor do terreno em finais de semana, muitas vezes chuvosos, e outros trabalhos manuais feitos pelos pais. Citaram um exemplo, rindo, de uma criança que carregava um lápis em cima da orelha (imitando os adultos) e “levando a sério” o trabalho no mutirão. Falaram sobre comprometimento, ilustrando o fato de estarem ali reunidos num sábado chuvoso de manhã, com o intuito de estabelecer algo novo e importante (Diário de campo, Escola Waldorf Aurora, 30 de set. de 2017).

É necessário salientar que os “níveis” de participação dos pais dependem do quão “estabelecida” é a escola. Diferente da grande quantidade de instâncias de participação

“opcionais” na escola Anabá, nas escolas menores (e associativas¹³), a participação de pais e mães é quase como um pré-requisito da matrícula. Nos casos em que a escola foi criada recentemente e é mantida e gerida por pais (como é o caso da escola Aurora, que iniciou suas atividades em 2017 com um grupo de mais ou menos 15 famílias), mães e pais se envolvem em todos os âmbitos de decisão e execução da rotina escolar e constroem um senso de responsabilidade pela escola e o que acontece dentro dela.

Ao longo da observação realizada nessa escola, ficou claro que havia comissões de pais específicas para tratar de cada assunto ou âmbito da gestão escolar e a mensagem transmitida aos possíveis “novos pais” ali presentes era de que “não basta pagar mensalidades e participar de vez em quando, tem que botar a mão na massa e construir a escola do filho”.

Durante a observação do evento citado também foi possível constatar que as mães e os pais, ao relatarem “aprender muito”, estabelecem um sentimento de gratidão pelas aprendizagens que a escola proporciona, advindas das dificuldades e das alegrias de gerir e manter o estabelecimento. Notou-se um sentimento conjunto de que os processos coletivos são “engrandecedores”, com reconhecimento da importância do que está sendo feito. Orgulho, carinho, admiração e comprometimento foram sentimentos reiterados nas falas e interações. Para além do idealismo do “trabalho coletivo” e da “construção com as próprias mãos”, a relação das famílias com a escola, nesses casos, parece não se reduzir a uma relação instrumentalizada.

Nesse sentido, uma das mães entrevistadas afirmou que “é muito legal não se sentir cliente” e ressaltou a importância de se envolver nos processos [de produção ou manutenção dos brinquedos da escola] e “não comprar pronto”. Para ela, um grande aprendizado de sua experiência como “mãe Waldorf” foi o fato de “parar e se dedicar ao trabalho manual”, permitindo-se, assim, em suas palavras, “dar espaço ao irrelevante”.

Vale frisar, entretanto, que, baseada nas orientações de Steiner, há uma separação entre a gestão pedagógica e a gestão financeira e administrativa das escolas. Todo trabalho pedagógico é realizado pelo grupo de professores da escola (profissionais diplomados de acordo com as regras do MEC e com formação em pedagogia Waldorf), o que demonstra que a atuação das famílias não se estende ao âmbito das práticas em sala de aula. De todo modo, a existência dos diversos e importantes espaços de atuação dos pais dá a dimensão do valor do controle da formação escolar dos filhos (MANDELERT, 2005).

¹³ Conforme já dito, existem os casos dos jardins de infância particulares, onde as instâncias e a demanda de participação das famílias são diferentes. Estes casos ainda não foram analisados.

A relação família-escola – expressa pela participação das famílias dentro da escola – parece ser uma das mais fortes características da escolarização Waldorf, mas é necessário lembrar que a valorização dessa relação não é exclusividade desse tipo de escola. Em outros contextos essa ideia de “parceria” já se tornou uma espécie de “dogma” e inúmeras políticas públicas e discursos institucionais a exaltam em nome da qualidade e efetividade da ação escolar (NOGUEIRA, 2006). Nogueira aponta também para o problema da estigmatização das famílias com dificuldades de cooperar e por isso classificadas como “não participativas”. Cabe questionar, nesse sentido, quais são as diferenças dos significados dados a essa ideia nos diversos contextos familiares e em que medida essa participação tem efeitos nas experiências e nos resultados escolares das crianças.

Considerações finais

Com base no que foi visto até o momento, ainda poucas considerações podem ser feitas. Tendo em vista a ideia expressa por uma “mãe Waldorf” de que ter os filhos nessa escola vai na “contramão das facilidades da vida moderna”, entende-se aqui que ela exige um enorme gasto de tempo e energia, sendo necessário um (re)manejo das atividades dos pais em função de sua disponibilidade. Em tempos de expansão da oferta de escolas em tempo integral, as escolas Waldorf oferecem aulas majoritariamente no turno matutino, tornando necessário que a família encontre formas de buscar e cuidar das crianças no período oposto.

A disposição para escolher entre a oferta de escolas particulares na cidade, a possibilidade de arcar com os custos dessa escolha, o tempo para participar das instâncias de decisão e dos eventos onde são demandadas a presença e o trabalho dos pais, a disposição para estudar sobre a pedagogia e suas práticas e a adaptação da rotina familiar de acordo com as prescrições da escola, são algumas das questões que apontam para uma lógica de escolha escolar. Essa lógica parece se orientar em oposição às concepções de educação “padrão” – voltada a certas competências e conhecimentos rentáveis no futuro em profissões.

Retoma-se aqui também o fato de que na reunião de apresentação da proposta de Ensino Fundamental da escola Aurora, nenhum pai ou mãe perguntou sobre as disciplinas ou currículo do 1º ano. Essa “não preocupação” com os conteúdos parece demonstrar uma forte confiança das famílias na pedagogia Waldorf e na figura de seus profissionais/professores. Esse pode ser um elemento central da relação dessas famílias com suas próprias experiências de escolarização, tanto para os indivíduos que passaram por escolas de tipo tradicional e buscam algo diferente para os filhos, quanto para aqueles que tiveram experiência de

escolarização de tipo “alternativo” e querem que os filhos também tenham esse tipo de vivência. A partir disso, entende-se que a discussão em termos de capital escolar e cultural das famílias não deve se esgotar na “quantidade” (nível de escolarização, por exemplo), sendo necessária uma análise mais fina das modalidades de capital escolar e cultural, assim como dos itinerários sociais das famílias, de forma a compreender elementos importantes de diferenciação destas.

Inserindo essa pesquisa em uma discussão mais ampla sobre transformações no espaço escolar nacional, apesar de não tratados no texto, compreende-se aqui o visível crescimento de escolas internacionais e bilíngues (buscadas por famílias com maior capital econômico), bem como uma maior presença de famílias de camadas médias (muito escolarizadas) nas escolas públicas de qualidade, sobretudo federais. Nos dois casos, parece haver um movimento para buscar alternativas frente à expansão das ações afirmativas no ensino superior. Em um contexto como esse, é interessante entender a expansão das escolas Waldorf e questionar quais frações das classes médias dirigem-se para essas escolas e por quê.

O estudo das famílias que matriculam seus filhos em escolas Waldorf em Florianópolis objetiva apreender as condições objetivas e subjetivas de adesão a esse tipo de escola, tendo em vista suas especificidades pedagógicas, sociais, econômicas e culturais. Por fim, esse trabalho pretende colaborar para a compreensão das concepções das famílias sobre escola e escolarização e também para a compreensão de processos de diferenciação social através da escolha da escola e das relações que se estabelecem entre famílias e escolas.

Referências

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca. Um colégio para a elite paulista. In: ALMEIDA, Ana Maria Fonseca; NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ANABÁ, Escola Waldorf. **Guia de pais**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.anaba.com.br/app/arquivos/pdf/guia-de-pais-anaba-2017-20180225212447.pdf>. Acesso em 09 de set. de 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les Héritiers**. Paris: Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La Reproduction**. Paris: Minuit, 1970.

BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la recherche em sciences sociales**. Vol 100, p. 32-36, décembre 1993.

BOURDIEU, Pierre. O espírito de família. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, p. 124-135, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FORQUIN, Jean Claude (Org.). **Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KÜNZLE, Maria Rosa Chaves. **Escolas alternativas em Curitiba: trincheiras, utopias e resistências pedagógicas (1965 - 1986)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2011.

LANZ, Rudolf. **A Pedagogia Waldorf**. 5ª. ed., São Paulo: Antroposófica, 1990.

MANDELERT, Diana da Veiga. **Pais na gestão da escola: mudam as relações?** Uma análise sociológica de uma instituição judaica. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação Em Educação. PUC – Rio: Rio de Janeiro, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. **Paidéia**. FFCLRP-USP, Rib. Preto, Fev/Ago, p. 91-103, 1998a.

NOGUEIRA, Maria Alice. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural. **Revista Brasileira de Educação**, nº 7, p. 42-56, 1998b.

NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Análise social**. v. XL (176), p. 563-578, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**. 31(2): 155-170, jul./dez. 2006.

ROMANELLI, Rosely. A. Pedagogia Waldorf: um breve histórico. **Revista da Faculdade de Educação**, v. VI, n. 10, p. 145-169, 2008.

SINGLY, François de. Verbete “Família”. In: CATANI, Afrânio Mendes; et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

VINCENT, Carol. “The children have only got one education and you have to make sure it’s a good one”: parenting and parent–school relations in a neoliberal age. **Gender and Education**, v. 29, n. 5, p. 541–557, 2017.



Uma forma de ‘empreendedorismo social’, uma forma de ‘politização’: trajetórias e perspectivas de agentes em duas iniciativas distintas de cursinho popular.

Luana Lopes¹

GT 6 – Representações Sociais e Produções Simbólicas

¹ Mestranda no Programa de pós-graduação em Sociologia Política, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo: Este trabalho busca compreender quem são os agentes que se engajam como professores voluntários em iniciativas de dois cursinhos pré-vestibulares populares na cidade de Florianópolis/SC: Einstein Vestibulares e Projeto de Educação Comunitária Integrar. Isto é, quais os condicionantes sociais, culturais e econômicos que conduzem à participação em cursinhos populares que inicialmente parecem iniciativas semelhantes, contudo, apresentam-se com naturezas distintas. O estudo é fundamentado a partir do referencial teórico da Sociologia da Educação, com a finalidade de discutir as desigualdades escolares, prolongamento escolar nas camadas populares, democratização do acesso ao ensino superior e os processos de socialização e escolarização dos professores da iniciativa. A metodologia conta com observações etnográficas, entrevistas com os professores de ambos cursinhos e aplicação de *survey*.

Palavras-chave: pré-vestibular; pré-vestibular comunitário; processos de socialização;

Introdução²

Considerando que o universo empírico da pesquisa – professores de dois cursinhos pré-vestibulares populares de Florianópolis/SC (Einstein Vestibulares e Projeto de Educação Comunitária Integrar) – busca compreender quais os condicionantes sociais, econômicos, escolares e culturais implicam no engajamento voluntário nessas iniciativas, o estudo se insere *no* e a partir *do* debate da Sociologia da Educação. Isto é, quem são os agentes que se engajam nas diferentes iniciativas estudadas.

À vista disso, os objetivos específicos consistem em: a) reconstruir e descrever as trajetórias sociais desses professores (escolaridade e ocupação dos pais, histórico de migração na família, local de moradia), demonstrar as trajetórias escolares (tipo de escola em que estudou) e acadêmicas (escolha do curso, trajetórias na academia, carreira profissional) dos docentes que participam das duas iniciativas, atentando para as proximidades e distâncias entre esses agentes engajados em diferentes iniciativas; b) Compreender as diferentes

² Este trabalho consiste em uma apresentação sumária de uma pesquisa em andamento conduzida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, orientada pelo Prof. Dr. Eduardo Vilar Bonaldi. Deste modo, são parciais os dados aqui apresentados.

perspectivas sobre educação manifestas e conduzidas nas iniciativas, a partir das proximidades e distâncias de trajetórias expressas em entrevistas em profundidade e semiestruturadas em termos de trajetórias sociais, escolares e acadêmicas; c) investigar como a organização/ financiamento das iniciativas, as práticas e estratégias docentes incorporam e refletem essas diferentes perspectivas sobre educação e visões políticas de mundo manifestadas pelos agentes das duas iniciativas.

Considerando a existência dos cursinhos pré-vestibulares como espaços de educação não formal, no entanto, quase que formalizados nas trajetórias dos estudantes brasileiros, na primeira parte do trabalho apresento o debate conceitual dos cursinhos populares por meio dos estudos da literatura nacional e a questões das desigualdades escolares e a democratização do acesso ao ensino superior, fundamentados em referencial teórico nacional e estrangeiro.

A partir da realidade empírica francesa, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, em *Os herdeiros: os estudantes frente à escola e cultura* (1964) elaboram os primeiros ensaios acerca dos efeitos desiguais do sistema de ensino em suas em suas copiosas faces: de classe, de gênero, de oportunidades, de chances de acesso.

A sociologia francesa, desde os anos 1960, propicia elementos para pensarmos as desigualdades sociais e escolares, em especial, aquelas que se modificam frente às mudanças econômicas e sociais. Jean-Claude Forquin (2005, p. 21) alerta para o fato de que “nem toda a sociologia da educação se reduz ao estudo das desigualdades de acesso à educação”. Entretanto, a sociologia francesa e não unicamente, permite desvelar o sistema de ensino como um mecanismo da reprodução social e as desiguais oportunidades de acesso “segundo os grupos sociais, seus mecanismos geradores, seus efeitos sobre o processo da estratificação social, ocupam desde os anos 60 uma posição essencial, para não dizer dominante na pesquisa sociológica consagrada à educação” (ibidem, p. 21).

A segunda parte apresenta uma caracterização dos cursinhos pré-vestibulares populares, com base nos documentos oficiais, por observações etnográficas realizadas até momento – participação em reuniões de pedagógicas/ administrativas, em eventos nacionais voltados ao público dos cursinhos populares, feira de profissões e aula magna – entrevistas com sete professores dos cursinhos e dados prévios do *survey*³ aplicado aos professores. Por fim, na terceira e última parte, são apresentadas as hipóteses do trabalho fundamentadas a

³*Survey* com perguntas abertas e fechadas, aplicado a todos os professores e monitores do Einstein Vestibulares e Projeto de Educação Integrar, via plataforma Google. As perguntas abordam a idade, tempo de participação na iniciativa, nível de escolarização do professor (a) e dos pais, ocupação dos pais, local de residência, renda, instituição de ensino, curso de graduação, como tomou conhecimento do cursinho popular e se participa de outras iniciativas, movimentos sociais, associações, etc.

partir do principal abordagem de análise da pesquisa – a teoria das representações e práticas sociais de Pierre Bourdieu.

1. Os cursinhos pré-vestibulares populares e a questão da desigualdade educacional

Os vestibulares e os cursinhos preparatórios fazem parte de um contexto específico brasileiro, considerando que em países como a Alemanha e França, o ingresso às instituições de ensino superior não é regulado pelo vestibular ou por exames gerais que se aproxime ao modelo de prova (ALMEIDA, 2009). Segundo Guimarães (1984, p. 68), a gênese dos cursinhos preparatórios para o vestibular é observada a partir do momento em que a oferta de vagas ao ensino superior é inferior ao número de estudantes interessados ao ingresso. A admissão do candidato ao ensino superior naquele momento estava condicionada a um desempenho mínimo em uma prova para então ser considerado apto ao ensino superior público. Diante do grande número de excedentes, foi criado o chamado exame classificatório e eliminatório que aprovava não aqueles que atingiam a nota mínima exigida pela instituição de ensino, mas os que conseguiam se classificar para as vagas existentes, conhecido hoje como vestibular (ibidem, p. 13).

Diante do restrito acesso às vagas, os cursinhos pré-vestibulares se configuram como uma estratégia de escolarização empreendida pelas famílias das camadas médias e altas para o ingresso dos jovens ao ensino superior público. Tais estratégias são analisadas por Whitaker (2010, p. 291) como “efeito cursinhos”. Ao observar dados da VUNESP⁴ dos anos de 1985 e 1986, a autora considerou que “as maiores porcentagens de ingressantes nesse vestibular classificatório são compostas por candidatos que realizaram um ou dois anos de cursinho”, demonstrando números ainda mais expressivos nos cursos de carreiras historicamente prestigiosas social e economicamente – resultado dos altos investimentos por parte de estudantes de origem familiar favorecida, detentores de capital econômico e cultural.

A redução das possibilidades de investimentos econômicos em cursinhos pré-vestibulares convencionais se configura, para os jovens das camadas populares, como mais uma seleção do sistema de ensino, seja direta ou não, e “pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais” (BOURDIEU, 2010, p. 41).

⁴ Fundação para o vestibular da Universidade Estadual Paulista.

Os cursinhos populares tradicionalmente se enquadram em uma perspectiva de democratização do ensino superior – as iniciativas tentam promover o acesso de jovens estudantes das camadas menos favorecidas, em especial, estudantes de escolas públicas às instituições públicas de ensino superior. Ainda que de diferentes vertentes organizacionais que refletem em distintas perspectivas políticas e pedagógicas, os cursinhos pré-vestibulares populares são estruturados diante dos seguintes pressupostos: a) atendimento aos setores, grupos ou frações de excluídos socialmente do acesso ao ensino superior e egressos de escolas públicas; b) a maioria dos cursos são gratuitos ou cobram taxas de pagamento simbólicas que apenas cobrem as despesas básicas; c) seu corpo docente e administrativo está apoiado em um trabalho de caráter voluntário; d) a maioria dos cursos não possuem local de funcionamento próprio, ocupando espaços cedidos por escolas, universidades e igrejas (ZAGO, 2008).

As primeiras aparições das iniciativas de cursinhos pré-vestibulares populares datam a segunda metade dos anos 1980 e se consolidam em 1990 (ZAGO, 2008), em um período marcado pela contraditória expansão do acesso ao ensino superior, por meio da desarticulação do setor público e de um conjunto de políticas⁵ de incentivo a expansão do ensino privado (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2004). Nessa direção, direção, Mancebo, Araújo e Martins (2015), apontam que entre 1995 e 2010 ocorreu um crescimento total de 262,52% de matrículas, sendo que as instituições privadas apresentaram um aumento na ordem de 347,15% enquanto as públicas 194,58%. De acordo com a literatura sociológica, a expansão do número de vagas essencialmente nas universidades privadas, não favoreceu o ingresso das camadas menos favorecidas ao ensino superior.

A proliferação das iniciativas de cursinhos populares de diferentes vertentes ideológicas ocorre a partir dos anos 2000, sendo possível observar, inclusive, pelo aumento do volume de pesquisas⁶ na pós-graduação *stricto sensu*.

Esse mesmo período é marcado pela tentativa (?) de democratização do acesso às universidades públicas, por meio de políticas educacionais⁷ (implementadas a partir de 2002),

⁵ Entre os anos de 1995 a 2002, a expansão do ensino superior ocorreu majoritariamente no setor privado por meio de políticas que incentivaram: i) criação dos centros universitários autônomos; ii) criação, regulamentação e consolidação dos cursos sequenciais; iii) criação, regulamentação e consolidação dos cursos tecnológicos; iv) flexibilização curricular; v) instituição e consolidação do ENEM; vi) incentivo aos programas de educação à distância; vii) criação, regulamentação e implementação de Institutos Superiores de Educação; viii) adoção do exame nacional de cursos (provão); ix) definição de nova matriz de distribuição de recursos orçamentários (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2004)

⁶ A partir de um mapeamento realizado no Banco de Teses e Dissertações CAPES e Banco de Teses e Dissertações” (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), dos trabalhos defendidos na pós-graduação *stricto sensu*, foi possível listar 68 pesquisas a partir dos descritores “Pré-vestibular popular”, “Pré-universitário popular”, “Cursinhos pré-vestibular popular”, dentre esses 59 dissertações e 09 teses, com um visível aumento das pesquisas a partir de 2003.

que impulsionaram o acesso à educação superior e que se configuram em dispositivos que visavam ampliar o acesso ao sistema de ensino brasileiro (PEROSA; COSTA, 2015). As políticas educacionais de democratização fortalecem a expansão das iniciativas de cursinhos populares em razão desses espaços vislumbrarem maiores possibilidades de ingresso ao ensino superior àqueles estudantes desprovidos de capitais econômicos e culturais – essenciais para o prolongamento da escolarização.

Em entrevista, um dos professores afirma que na iniciativa em que atua, a expansão da universidade se mostra como um dos pontos fortes e atrativos para o cursinho.

[...] a gente tem um grande chama chamariz que é "venha para Universidade". A gente está justamente no contexto da expansão das universidades públicas e da questão das cotas étnico-raciais o que faz que a gente tenha muita gente nos procurando.

No entanto, ainda que políticas de democratização do acesso ao ensino superior tenham propiciado certo grau de democratização nas universidades, essa democratização se mostra de natureza segregacionista – ao apontar que as carreiras de menor seletividade acadêmica revelam-se como mais inclusivas do ponto de vista socioeconômico comparado e àquelas de maior seletividade acadêmica, evidenciando as desigualdades após o ingresso na universidade (PEROSA; COSTA, 2015).

Igualmente, Ristoff⁸ (2014), ao analisar a categoria renda familiar em uma amostra de seis cursos (medicina, odontologia, direito, história, pedagogia e psicologia), constatou que, ainda que seja uma evolução que não modifique profundamente as estruturas desiguais da educação brasileira, ocorreu um avanço nas representações socioeconômicas dos estudantes de medicina (e dos todos os cursos analisados) de um ciclo a outro – o que é indicado pelo autor como um dos possíveis efeitos das políticas de ações afirmativas.

À vista da breve discussão apresentada, compreende-se que a natureza e legitimidade dos cursinhos pré-vestibulares populares está exatamente nas desigualdades sociais e no movimento contraditório da educação atuando com a pauta de democratização do acesso ao ensino superior e atuando como mais um instrumento que visa uma possível democratização

⁷ Cito aqui a expansão das universidades federais (REUNI), os investimentos do setor privado na educação superior (Fies e ProUni) e mais recentemente, a seleção de estudantes através da unificação do sistema de acesso (Sisu), que tem como base as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a lei de cotas de recorte étnico e socioeconômico.

⁸ Análise elaborada a partir de questionários de três ciclos do ENADE e considerando a renda mensal superior a 10 salários mínimos. O estudo também analisa as categorias, como cor, origem escolar do estudante e escolaridade dos pais do estudante.

do acesso à parcela de estudantes de classes populares (originários de famílias com baixo volume de capitais econômicos e culturais).

As classificações e nomenclaturas dos cursinhos – populares, comunitário, alternativos – apresentam-se como um novo debate introduzido a partir das políticas que democratização de acesso ao ensino superior, visto que o acesso a este nível de ensino não se dá exclusivamente pelo vestibular, mas também pelo Sisu. Algumas iniciativas, já não se reconhecem a partir dos termos “cursinho”, “vestibular” e “pré-vestibular, como é o caso do Projeto de Educação Comunitária Integrar, como manifestou um dos professores entrevistados, ao ser questionado sobre a representação do cursinho.

Pra mim, particularmente, não é um cursinho, é um projeto de educação. A gente se pauta em passar o aluno em vestibular, mas a gente está preocupado com coisas que não é o vestibular. Pra mim, o Projeto Integrar, ele é uma lacuna pra preencher coisas que o Estado não tá fazendo.

Zago (2008) aponta que as primeiras iniciativas de cursinhos populares se originaram do movimento negro e de vertentes da igreja católica e identifica ainda que estes espaços são comumente liderados pelos movimentos sociais, movimentos estudantis, diretórios acadêmicos, associações de moradores, pastorais da igreja católica e sindicatos. Deste modo, os diferentes núcleos de criação dos cursinhos populares se diferenciam a partir de seus respectivos *modos operandi*.

2. Caracterização dos cursinhos populares estudados

2.1 Einstein vestibulares

O Einstein Vestibulares é definido juridicamente como uma ONG, criada em 2015, por dois estudantes universitários que reuniram outros agentes interessados nesse modelo de iniciativa para atuarem como professores do cursinho pré-vestibular popular. Durante o primeiro ano da iniciativa o cursinho contou com uma turma de 31 estudantes, que assistiam às aulas diariamente no período noturno entre os meses de setembro a dezembro. Segundo o guia institucional, naquele ano 48% dos estudantes alcançaram a aprovação no vestibular. Nos anos seguintes (2016 e 2017) ampliou-se a oferta de vagas para 60 e 120, respectivamente (mantendo esse número atualmente).

Durante um evento, a história do Einstein foi reconstituída por um dos organizadores e, em suas palavras, o principal motivo que impulsionou a criação do cursinho pelos jovens estudantes, era o de *resolver os problemas relacionados à educação que impediam que estudantes que não tiveram as mesmas oportunidades que eles, pudessem entrar na universidade pública.*

De acordo com os resultados parciais do *survey*, todos os professores e monitores da iniciativa são universitários de diversos cursos de graduação, exclusivamente da UFSC (eng. elétrica, eng. civil, eng. materiais, eng. química, ciências econômicas, geografia, relações internacionais, física, medicina, biologia, letras, arquitetura e administração, enfermagem, história e pedagogia), que ministram disciplinas de seus interesses e não necessariamente que estejam relacionadas a suas formações.

A participação no cursinho pré-vestibular como professor, coordenador e aluno está condicionada à aprovação em um processo seletivo. A seleção para professores é composta por duas etapas: prova didática com uma temática que será sorteada e relacionada à disciplina escolhida para a atuação e entrevista com perguntas orientadas a fim de avaliar a motivação do candidato em relação à participação na iniciativa e sua formação acadêmica. Aos coordenadores, é cobrada a realização de uma avaliação de raciocínio lógico e a resolução de um *case* que, segundo o edital, consiste na simulação da rotina de afazeres de um organizador do Einstein, a fim de avaliarem o no candidato o comprometimento, criatividade, proatividade, motivação, organização, coerência e coesão na realização do *case* e que será apresentado na etapa seguinte, a entrevista e que avaliará a motivação, profissionalismo, aspirações, clareza ao se expressar, comunicação e habilidades de trabalho em equipe.

A participação na seleção de alunos do cursinho está condicionada aos seguintes critérios: a) pagamento de uma taxa de inscrição no valor de R\$ 20,00; b) renda familiar (não superior a R\$ 1.431,00 per capita); c) idade (igual ou superior a 16 anos) e escolarização (que estejam cursando ou que já concluíram o terceiro ano do ensino médio). Deste modo, a primeira etapa do processo consiste em uma prova presencial de aferição de conteúdos (com 60 questões) equivalentes as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Literatura, Física, Química, História, Geografia e Biologia. Os aprovados são direcionados a um teste online com o objetivo de analisar dois aspectos dos candidatos: motivação e raciocínio fluído⁹ com o intuito de adequar o perfil do candidato ao cursinho. Por fim, a última etapa da seleção de alunos é composta pela entrevista individual para conhecer o perfil do candidato, entender

⁹ Conforme descrito no edital de seleção de anos de 2018, o teste não considera respostas como certas ou erradas, mas as avalia com nota de 0 a 10.

sua situação econômica e conferência de documentos do cadastro socioeconômico da primeira fase da entrevista.

Durante as observações etnográficas foi possível identificar a tentativa de uma implementação do que é, nas palavras dos coordenadores, a Cultura Einstein. Isso ficou evidente, em primeiro momento, pela criação de um modelo de apresentação específico para todo o grupo Einstein (professores, coordenadores e alunos) – ao se apresentar o sujeito deverá falar seu nome, o que faz, contar algo curioso/engraçado sobre si. A segunda prática sucede daqueles momentos em que há excessivos ruídos no ambiente em razão de conversas paralelas e que um membro precisa se pronunciar. O procedimento usualmente adotado é levantar um dos braços com as mãos espalmadas até que outros membros já conhecedores da prática percebem e repliquem o gesto silenciosamente, alcançando, deste modo, o silêncio pretendido.

A organização administrativa do cursinho também se apresenta como parte da construção da Cultura Einstein. A organização é dividida em departamentos especializados para cada área, sendo eles: embaixada do amor (gestão de pessoas), golddinergs (capitação de recursos), hogwards (ensino), holywood (comunicação), inteligência (estatística), matriz (tecnologia da informação), banco central (financeiro), tribunal (jurídico) e que juntos formam a “capital”, que é a diretoria administrativa. Tais nomenclaturas fazem alusão à cultura anglófona, geek/nerd, além de que a condução das reuniões observadas fazem alusão à cultura de inovação muito presente no Vale do Silício.

2.2 Projeto de Educação Comunitária Integrar

O projeto de Educação Comunitária Integrar é definido juridicamente como uma OSCIP¹⁰, o que abre possibilidades da iniciativa articular parcerias e investimentos financeiros de órgãos públicos. Segundo Bonaldi (2016), comumente os cursinhos populares são criados por um grupo de professores que se desvinculam de outras iniciativas por conta de dissidências políticas, pedagógicas, ou administrativas, sendo exatamente o ocorrido com o Integrar, como comentou uma professora em nossa entrevista – *O que tinha de tensão era muito mais voltada pro lado administrativo burocrático e não de concepções como a gente tem hoje bastante forte no Integrar.*

¹⁰ Associação da Sociedade Civil de Interesse Público.

A pauta de uma reunião que tinha como objetivo a formação de professores, reconstruía a gênese do Integrar que, pela ausência de documentos oficiais e um projeto político pedagógico ou atas de reuniões da criação do cursinho, fez com que fossem utilizados os *e-mails* trocados entre os envolvidos como uma forma de historização da iniciativa.

A iniciativa foi criada em 2011 e, desde então, já ministrou suas aulas em algumas escolas públicas do Centro de Florianópolis, considerando ser um local estratégico de acesso para receber estudantes de diversas regiões da cidade. Atualmente possui dois polos da iniciativa, sendo um deles um projeto construído com base na transdisciplinaridade.

Atualmente conta com um grupo de 53 educadores (como são reconhecidos pela iniciativa), entre professores, coordenadores (que também ministram aulas) e monitores – que fora da iniciativa são universitários de cursos de graduação, pós-graduandos, professores ou exercem outras atividades. Contudo, o grupo sempre está em crescimento, aceitando a participação de todos os interessados a se engajarem na iniciativa.

As ocasiões em que estive presente nas reuniões mensais da iniciativa pude perceber que em um grupo de 53 participantes, há sempre uma baixa participação nesses momentos. Em entrevista uma professora da iniciativa comenta a heterogeneidade do grupo de professores e relata que a representação que possui da iniciativa é de um espaço de contradições:

Em relação ao grupo de professores as contradições são de concepções de educação. Então a gente tem uma concepção muito marcada... e que aí vem principalmente da militância. Que é uma concepção de educação como militância e de militância como educação. Então, pensar a aula como um momento de ativismo, como um momento de militância. Tem as concepções que entendem então, que militância e educação têm aí as especificidades e são movimentos que se complementam evidentemente, e trazem reverberações e tem aí as diferentes concepções e aí vem dos diferentes objetivos de que cada professor entra no Integrar. Então, alguns professores se envolvem de modo muito limitado no sentido de que veem como um lugar de fazer o bem, como um lugar de doar-se no sentido de que eles são os pobrezinhos e de doar-se pra eles e isso vai litando a participação da pessoa mais efetivamente.

A seleção de alunos conta com o preenchimento online dos dados do aluno e da família (renda familiar, local de moradia, escolaridade, identificação étnica e de gênero, etc.), sendo que todos são convocados para a entrevista, com uma banca que é composta por três ou quatro membros do Integrar e que visa conhecer a situação econômica. Como me explicou um

professor, a renda per capita não era considerada de maneira isolada, e sim de modo contextualizado e relacional, dando o exemplo de uma pessoa que pode já ter por volta dos 40 anos de idade, estar a muito tempo no mercado de trabalho e ter altos rendimentos por conta disso. Entretanto, ao analisar as condições reais desse indivíduo, sua moradia pode ser alugada e ser o único responsável pela renda doméstica e ter muitos dependentes. À vista disso, têm-se categorias que devem ser analisadas durante as entrevistas e que geram uma pontuação de 0 a 5 e que a somar uma pontuação mais alta, o aluno garante a vaga no cursinho.

O Integrar se apresenta como um projeto de educação que vai além da formação para o vestibular e do ingresso na universidade. Nas palavras de alguns professores entrevistados o Integrar está se construindo como uma iniciativa que se ocupa com o acesso e a permanência de seus estudantes na universidade por meio de um coletivo criado por estudantes e por alguns professores que visa discutir e solucionar as demandas de permanência.

3. Referencial teórico

Tendo em vista os objetivos do trabalho, do desenho metodológico e das hipóteses que foram levantadas – a) que os agentes se engajam nas diferentes perspectivas em função de suas origens e trajetórias; b) os professores de cursinhos são agentes que possuem trajetórias aproximadas, entretanto, o engajamento em uma ou outra iniciativa se diferencia por meio das escolhas de carreiras; c) o engajamento nas iniciativas distintas ocorre por conta dos agentes tecerem redes de relações distintas –elegi como referencial teórico a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu.

Na obra *Esboço de uma teoria da prática* (2002) Pierre Bourdieu apresenta três modelos de conhecimento teórico para a compreensão do social: o conhecimento fenomenológico, o objetivista e o conhecimento praxiológico. De acordo com Bourdieu (2002) o conhecimento fenomenológico concentra-se em entender na dimensão do simbólico, apresentando a autonomia do indivíduo em suas ações e evidenciando a subjetividade de cada um como o que alavanca a história, nessa corrente a linguagem e as representações possuem considerável importância.

Em contrapartida, a demarcação teórico-metodológica da corrente objetivista é marcada pelo determinismo, o autor afirma que existem estruturas que se reproduzem independentemente da intenção e da consciência dos indivíduos de uma determinada sociedade, ou seja, são exteriores à consciência individual. Por fim, o conhecimento

praxiológico é um método teórico-epistemológico em que os fenômenos sociais sejam analisados a partir das práticas e representações pré-conscientes e intuitivas dos agentes nos diferentes campos que formam o espaço social. Dito isso, a abordagem praxiológicas e desenvolve a partir da articulação entre o conceito de *habitus* e *campo*, colocando em evidência tanto as estruturas sociais, quanto a agencia dos indivíduos. Isto é, não exclui as dimensões sociais e simbólicas dos fenômenos sociais, tampouco às atribui um peso maior. Do mesmo modo, posiciona o agente em uma perspectiva atuante e com relativa possibilidade, inclusive, de modificar as estruturas não sendo apenas um resultado delas.

O conceito de *campo* constitui-se como um mundo social, autônomo e dotado de regras e capitais específicos que são disputados pelos agentes (entre aqueles que desejam assumir posições e aqueles que desejam mantê-las) nos diferentes tipos de campo, seja o campo da moda, da literatura, da política, etc., configurando-se como um espaço de conflitos e de disputas sociais.

Entretanto, para este trabalho, o conceito de maior peso e que possibilitará a compreensão dos agentes estudados será o conceito de *habitus*. Ao buscar compreender quais as razões de engajamento dos agentes em diferentes iniciativas de cursinhos populares, buscase, na verdade, uma “leitura da análise da relação entre as posições sociais (conceito relacional), as disposições (ou o *habitus*) e as tomadas de posições as "escolhas" que os agentes” (BOURDIEU, 1996, p. 18), considerando que tais escolhas são características de uma classe social ou fração de classe.

Bourdieu afirma que “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido, também um haver, uma capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica uma disposição incorporada, quase postural [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 61). Isto é, o *habitus* “é um conjunto de saberes e do fazer saber acumulado em todos os atos do conhecimento” (ibidem, p. 64).

À vista disso, o *habitus* é um conjunto de práticas adquiridas por meio da socialização e internalizadas pelos indivíduos e quando exteriorizadas, são manifestadas como disposições corporais que são carregadas de significados de valores socialmente reconhecidos – traduzem-se na maneira de falar, andar, sentir e pelas formas de controle do corpo. Considerando que estas, são exemplos da exteriorização do *habitus* nas estruturas corporais. Entretanto, o *habitus* manifesta-se igualmente nas estruturas mentais dos agentes por meio de ideologias.

Para Bourdieu (2003, p. 60) o conceito de *habitus* é uma recusa a toda a ideia do “inconsciente, do finalismo e do mecanicismo”. Ou melhor, o *habitus* opera a partir da

antecipação intuitiva dos cursos possíveis de ação e de seus resultados. Desse modo, não está presente o cálculo deliberado, consciente e racionalizado de hipóteses e resultados.

Com efeito, o que vem a calhar, ajuste das aspirações subjetivas às possibilidades objetivas. Isto é, os agentes ambicionam e organizam as práticas daquilo que está objetivamente ao seu alcance, de acordo com a sua condição de classe que são compatíveis com as condições materiais. É pouco provável que ocorra uma organização das práticas para alcançar objetivos que não estejam rotineiramente presentes em um meio social. Ambicionar o ingresso ao ensino superior em uma universidade de prestígio, um curso universitário historicamente elitizado ou intercâmbios culturais, estágios em grandes empresas, estudo de línguas, é, sobretudo, a ausência de limitações. Quando isso não acontece e as necessidades primárias e mais urgentes batem à porta os agentes fazem da necessidade uma virtude e passam a estimar o que é inevitável.

É necessário considerar que o *habitus* está em constantes mudanças, pois conta com uma multiplicidade de instituições que também são transformadas – a família, as redes de relações, etc. – o que reforça a pertinência desse conceito para a pesquisa. Igualmente importante para compreensão dos agentes sociais e suas posições no espaço social, é a articulação dos conceitos de *capitais*: o *cultural*, o *econômico* e o *social* – correspondendo entre a posse dos capitais e as práticas sociais efetivas destes agentes, explicitadas nos gostos, consumo e tomadas de posição. O *capital econômico* consiste nos diferentes fatores de produção (indústrias, posse de terras, etc.), como em um conjunto de bens econômicos (dinheiro) que é acumulado e reinvestido por meio de estratégias econômicas. Para Bourdieu, o *capital econômico* é aquele que se sobressai frente aos outros capitais devido à possibilidade de reconversão em outros capitais.

O *capital cultural* foi pensado a partir da necessidade de explicar a desigualdade no desempenho escolar de estudantes de diferentes classes sociais na França. Até o momento, a visão economicista que adentrada às questões educacionais ignoravam que o sucesso escolar dependia mais do “capital cultural previamente investido pela família e que rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado a seu serviço” (BOURDIEU, 2010, p. 74).

Igualmente produtivo para a análise é o conceito de *ilusão* que explicita quando o agente cria estratégias, investimentos e interesses com apostas localizadas para inserir-se em um determinado campo por acreditar naquele campo. Existe uma *ilusão* na situação dos professores de cursinhos? O que move os agentes para ingressarem nessas iniciativas que não lhe geram retornos financeiros?

Considerações finais

As conclusões do trabalho ainda são parciais, entretanto, é possível traçar algumas afirmações. Um primeiro ponto a ser destacado se refere que os cursinhos pré-vestibulares populares que possuem diferentes repertórios culturais, originam diferentes divergências e contradições nos espaços. Isso é observável em uma das reuniões em que uma professora questiona seus colegas de iniciativa se o Projeto de Educação Comunitária é, de fato, um projeto democrático e que integra a opinião de todos, considerando que todas as deliberações são realizadas com o pequeno grupo de professores presentes na reunião e que são aquelas que já participam há bastante tempo. Outro ponto a ser refletivo é a baixa adesão ao preenchimento dos questionários para a pesquisa, por parte dos professores. Uma saída seria a aplicação dos questionários em um momento de reunião, contudo, devido à baixa presença dos professores nas reuniões, é possível que os que estejam presente seja exatamente aqueles que, devido ao engajamento maior na iniciativa, aqueles que responderam os questionários.

Referências

- ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de. **As escolas dos dirigentes paulistas: ensino médio, vestibular, desigualdade social**. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009.
- BONALDI, Eduardo Vilar. **Tentando chegar lá: as experiências sociais de jovens em um cursinho popular de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-09052016-105247. Acesso em: 2018-01-10.
- BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.
- _____, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. 9º ed. Papyrus editora, 1996.
- _____, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática – procedido de três estudos sobre etnologia cabila**. Oeiras: Celta, 2002.
- _____, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- _____, Pierre. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 251 p.

_____, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. Políticas públicas e reformas da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas. **Proposições**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 91-115, mar. 2016. ISSN 1982- 6248. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643796/14997>>. Acesso em: 09 set. 2018.

FORQUIN, Jean-Claude. **Sociologia da Educação: 10 anos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUIMARÃES, S. (1984). **Como se faz a indústria do vestibular**. Petrópolis, RJ: Vozes.

MANCEBO, D.; VALE, A.; MARTINS, T. Políticas de expansão da educação superior no Brasil, 1995-2010. (2015) **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 60, p. 31-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000400049&lng=en&nrm=iso>. Acesso

PEROSA, Graziela Serroni; COSTA, Taline de Lima e. Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Unifesp. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 117-137, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302015000100117&lng=en&nrm=iso>. Acesso 06 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015140518>.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba , v. 19, n. 3, p. 723-747, Nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso 03 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 289-297, dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167933902010000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 ago. 2018.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 149-174, abr. 2008. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795x.2008v26n1p149/9569>>. Acesso em: 06 fev. 2018. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n1p149> em 06 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698162030>.



Iuri Michelan Barcat¹

Thaís Ananda dos Santos²

Gilson Leandro Queluz³

ENGENHARIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE E
COMPARAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO
GT 06 – Representações Sociais e Produções Simbólicas

1

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), bacharel em Engenharia de Computação pela UTFPR, barcat@alunos.utfpr.edu.br – Bolsista CAPES

² Licenciada em Física pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) como bolsista do Edital 08/2018.

³ Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), queluz@utfpr.edu.br

RESUMO

O artigo investiga a concepção de tecnologia e sociedade presente no curso de Engenharia da Computação da UTFPR. Utilizando o referencial CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) tem como objetivo a identificar qual a visão de ciência e tecnologia hegemônica no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), assim como o perfil desejado do engenheiro de computação dessa instituição. Desse modo, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca do campo CTS, adotando-se a perspectiva da Teoria Crítica da Tecnologia de Feenberg (1991) para a análise do PPC de 2006, onde foi possível verificar que houve uma tentativa de diálogo entre as áreas de humanidades e as áreas técnicas. A partir disso, constata-se a fragilidade dos mecanismos de promoção de uma abordagem crítica das relações entre tecnologia e sociedade dadas as limitações colocadas pelas diretrizes do Conselho Nacional de Educação para a formação em Engenharia.

Palavras-chave: Engenharia. CTS. Educação

1. INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, mais fortemente a partir da década de 1960, começam a borbulhar discussões em diferentes lugares, como na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos, advindas de preocupações com as questões que envolvem as práticas do fazer ciência, da produção de tecnologia e de suas interações com a sociedade, o que promoveu o questionamento dos próprios conceitos de ciência e tecnologia (C&T), segundo Dagnino et al., 1996; Bazzo et al., 2003; Cutcliffe, 2003. Apesar de haver diferenças quanto ao foco, à metodologia e ao modo de

enxergar essas relações, as correntes de pensamento que formam o chamado campo “CTS” (Ciência, Tecnologia e Sociedade) convergem em um sentido: há um senso comum quando se fala em C&T que permeia a sociedade moderna e contemporânea. Esse senso comum enxerga estas atividades como neutras e algumas vezes determinantes das condições sociais. Entende-se nos estudos desse campo que, em oposição, C&T são atividades sociais, guiadas por seres e interesses humanos, portanto enviesadas, e que não poderiam ser os fatores determinantes da sociedade, na medida em que não são atividades autônomas e dissociadas dela. Nos estudos CTS, a desconstrução desse senso comum e o aprofundamento da reflexão sobre o tema viabilizam a discussão sobre uma produção científica e tecnológica voltada ao bem social.

Há bastante tempo, uma das principais categorias que colabora com a construção e produção de C&T é a que inclui os profissionais engenheiros. O dicionário de Cambridge define o engenheiro como “uma pessoa cujo trabalho é desenhar ou construir máquinas, motores, ou equipamento elétrico, ou coisas como estradas, ferrovias, ou pontes, usando princípios científicos” (CAMBRIDGE, 2018). Essa visão é corroborada pelo dicionário de Oxford, que apresenta uma definição similar, trata-se de “uma pessoa que desenha, constrói ou mantém motores, máquinas ou estruturas” (OXFORD, 2018). As visões apresentadas pelos dois dicionários são rasas, mas indicam a abrangência da materialização do trabalho dos engenheiros em um mundo cada vez mais permeado pelos aparatos tecnológicos.

Uma visão mais atual do que é exigido do engenheiro leva em conta que as atividades de produção se tornaram muito mais complexas na contemporaneidade, e uma visão mecanicista já não é suficiente. Segundo Amorim (2016), espera-se que seu perfil extrapole o âmbito tecnológico e que seja polivalente, além do total domínio conhecimentos científicos que são atribuídos à sua especialidade, é desejável que seja capaz de executar múltiplas tarefas, tenha habilidade de gestão de processos e pessoas, seja poliglota, tenha boas relações pessoais, entre outras qualidades projetadas para um profissional na atualidade. Em particular, serão detalhadas, a seguir, essas características na análise dos currículos universitários.

Há uma qualidade que vemos como absolutamente necessária, que é praticamente negligenciada no âmbito empresarial e que sofre muita resistência no ambiente acadêmico: um engenheiro ser capaz de ter consciência social e postura crítica diante, não apenas dos problemas encontrados na sociedade, mas também a respeito do seu próprio fazer. Para desenvolver essa postura, torna-se absolutamente necessário que o egresso não reproduza o senso comum, que

entenda sua atividade como um fazer social e que ainda seja capaz de ter uma perspectiva a partir dessa ação, não a marginalizando. Após um breve resgate de alguns conceitos e formas de se enxergar C&T e suas relações com a sociedade, pretendemos analisar os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Engenharia de Computação da UTFPR, *campus* Curitiba (versão 2006 e 2017) na tentativa de identificar qual é a visão de C&T reproduzida e qual é o perfil do engenheiro de computação desejado para o egresso dessa instituição. Após essa análise, almejamos identificar se houve mudança nestes aspectos na troca de um projeto para o outro. Caso existam, pretendemos observar quais os pontos mais relevantes. Entendemos ser importante haver integração do engenheiro e de seu trabalho com o âmbito social, por isso consideramos que deve possuir não apenas domínio técnico, mas postura social crítica e capacidade reflexiva quanto a essas questões.

VISÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nesta seção, os conceitos citados acima, muitas vezes tomados pelo senso comum em relação à C&T, serão revisados, bem como as formas alternativas de se abordar esse tema, decorrentes de novos estudos no campo CTS.

1.1 NEUTRALIDADE E DETERMINISMO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A neutralidade e o determinismo da C&T são duas facetas que permeiam o entendimento do senso comum. Dagnino (2007b, p. 375) resume esse conceito da seguinte forma:

“O aparente triunfo da ciência e da tecnologia nas sociedades contemporâneas transformou em senso comum a idéia de que o conhecimento, desde que “cientificamente” gerado (portanto, verdadeiro e intrinsecamente “bom”) e “tecnologicamente” aplicado (de maneira “eficiente”), sempre se traduzirá em um aumento do bem-estar da sociedade” (DAGNINO, 2007b, p. 375)

Como vemos, a ideia de neutralidade está associada ao método científico, reconhecido como o produtor de conhecimento puramente objetivo e “natural”, assim, o conhecimento científico é visto como verdadeiro. Entendemos por esse ponto de vista que a tecnologia é a aplicação prática desse conhecimento e, conseqüentemente, partilha da mesma neutralidade. Neder (2010, p. 2) esclarece: “O senso comum percebe um sistema técnico como um suporte instrumental para realizar valores e desejos, e, como tal, é parte do poder. Mas os meios tecnológicos, em si, seriam neutros, pois são vistos como instrumentos deste poder.”

Por sua vez, o determinismo da C&T está vinculado ao fato de incluir duas áreas vistas como principais agentes de câmbio da vida e da sociedade, uma corrente de pensamento muito difundida desde o século XIX e XX até a atualidade. O desenvolvimento da C&T levaria invariavelmente ao desenvolvimento econômico e social, segundo Smith e Marx (1996) e Dagnino (2007a). Estas visões supõem, portanto, que basta conhecimento técnico para que um cientista ou engenheiro possam fazer seu trabalho de maneira isenta, socialmente aplicável e desejável, uma vez que está embasado pelo conhecimento verdadeiro e possui a força de desenvolvimento e emancipação iminentes.

O que se argumenta nos estudos CTS é que este discurso é falacioso, na medida em que C&T são construções sociais que absorvem e representam valores e interesses de quem as produziram. Neste trabalho, tentaremos reforçar que a reprodução desse discurso tem como principal consequência a manutenção de um sistema hegemônico que privilegia alguns poucos poderosos e exclui a maior parte das pessoas. Assim, a seguir, reunimos correntes e formas de pensar alternativas às anteriores, que tentam desmistificar os aspectos até aqui expostos.

1.2 CONTRARIANDO O SENSO COMUM: ALTERNATIVAS

Entre 1960 e 1980, a “sociologia da ciência” ganha mais espaço, incentivando entender a atividade científica e de produção de tecnologia como atividades e construções sociais (PINCH e BIJKER, 2008). Neste sentido, destacamos o trabalho “A Construção Social de Fatos e Artefatos: Ou como a Sociologia da Ciência e a Sociologia da Tecnologia Podem se Beneficiar uma da Outra”, Pinch e Bijker (2008, tradução nossa), que explica de forma ampla como se deu o desenvolvimento histórico dos modelos da bicicleta. É possível pensar, ao ver o modelo atual e mais comum de bicicleta, que se chegou a esse modelo por meio da aplicação direta da ciência e da melhoria da *eficiência*, porém os autores evidenciam que atores sociais de vários tipos envolvidos, seja com a produção, seja com a utilização do artefato, possuíam interesses diferentes que se manifestaram em variados desenhos da bicicleta. Os modelos atuais hegemônicos foram sofrendo diversas alterações no decorrer dos anos, indicando que o processo que os impulsionou não é independente, pelo contrário, é permeado e ditado por negociações sociais.

O trabalho anterior foi pioneiro na maneira e ao sugerir que a construção de artefatos é uma atividade social, porém foi um trabalho investigativo dedicando-se à identificação dos interesses e atores que participam do processo de aceitação e enraizamento de um aparato

tecnológico pela sociedade, não indo além disso. Uma proposta de mudança de perspectiva é encontrada no texto de Andrew Feenberg “Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia” e sua Teoria Crítica da Tecnologia, nela ele argumenta haver uma mediação técnica das atividades sociais, o que diminui a força da democracia e impõe o que ele chama de “tecnocracia”: o domínio técnico e racional sobre todas as esferas da vida, em uma visão distópica. Posicionando-se contra as visões determinísticas e/ou distópicas, Feenberg sugere que a tecnologia seja desenvolvida com base em outros interesses e a considera um campo de luta social, reinterpretando seu significado como um objeto social e político. Nesse sentido, seria possível existir um fazer científico e tecnológico emancipador e transcendente, ao contrário de um dominador e alienador, que incorpore valores mais voltados para o bem comum e a humanidade (NEDER, 2010). Sendo o engenheiro, um ator central na construção e reprodução do saber tecnológico, é essencial que este disponha dessa perspectiva crítica que só é possível a partir da desconstrução do senso comum de neutralidade da C&T.

Outro aspecto que merece menção diz respeito às várias considerações sobre questões envolvendo tecnologia, sexo e gênero, que vem sendo produzidas há mais de três décadas, principalmente pelos movimentos feministas, lembrando que um dos aspectos principais das sociedades ocidentais é um forte sexismo, sendo sociedades machistas. Sendo a construção da C&T social, esses valores transpassaram naturalmente no fazer destas atividades. Podemos citar o trabalho mais contemporâneo de Schibinger (2014) e um texto originalmente publicado em 1988, de Haraway (1995). Também adiantaremos que esse tema não é tratado especificamente por nenhum dos dois PPCs analisados.

2. ANÁLISE DOS PPCs DE ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO

Tendo em vista os conceitos acima expostos, pretendemos analisar os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Engenharia de Computação da UTFPR (de 2006 e após 2017), do *campus* Curitiba, a fim de identificar quais visões se materializam e, portanto, serão assimiladas pelos estudantes do curso. Analisaremos a concepção do curso, as competências, habilidades e atitudes esperadas do egresso e veremos a carga horária das humanidades e total do curso.

2.1 PPC 2006

Este PPC foi o que inaugurou o curso de Engenharia de Computação na UTFPR.

2.1.1 SOBRE A FORMAÇÃO DO PROJETO: COMISSÕES E CONTRIBUIÇÕES

A primeira informação encontrada no documento são os nomes dos(as) professores(as) participantes das comissões que se formaram para organizar o PPC. Apesar da pequena proporção, há dois professores que trabalham com questões das áreas de humanidades e/ou interdisciplinares dos dezesseis que compõem o grupo de professores. Além disso, dos quinze outros(as) professores(as) que são agradecidos(as) pelas suas contribuições, quatro são do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais. Essas estatísticas dizem pouco sobre os embates e o real processo de formação do projeto, porém gostaríamos de ressaltar que parece ao menos haver algum tipo de interesse pela interlocução com outras áreas de conhecimento que não somente com as ciências exatas.

2.1.2 SOBRE A CONCEPÇÃO DO CURSO

Primeiramente, vamos apresentar os cinco pontos que o documento coloca como “principais”, depois de descrevê-los brevemente propomos uma reflexão em torno: do Colegiado, da Integração, da Multidisciplinaridade, da Flexibilidade e da Visão humanista.

Em **Colegiado** se enfatiza a característica – colocada como “novo paradigma” – de ser formado não apenas por um departamento, mas por dois (Eletrônica e Informática), que dividiriam a responsabilidade pela tomada de decisões.

A **Integração** é descrita como uma das prioridades do curso, por visar unir os conhecimentos adquiridos, tentando substituir o aspecto característico de “disciplinas isoladas” pelo de “disciplinas integradas” de duas maneiras: por meio dos professores que fazem o esforço de valorizar e evidenciar os aspectos que ligam sua disciplina às demais e por meio dos alunos que respondem ao esforço dos professores e cursam cinco disciplinas focadas nesse objetivo, “Oficina de Integração 1, 2 e 3” e duas disciplinas de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

Em **Multidisciplinaridade**, é resgatada a característica do colegiado, bem como as disciplinas de oficinas e “atividades complementares” que são exigidas durante o curso, pois isso demarcaria o aspecto “multidisciplinar” do curso.

O conceito de **Flexibilidade** não diz respeito a possíveis formatos flexíveis de currículo, a flexibilidade aqui é descrita como a compatibilidade da “série de conteúdos novos no núcleo

profissionalizante” (PPC 2006, p. 21) com os conteúdos das disciplinas básicas e das optativas profissionalizantes, em Ciências Humanas e Sociais e Ciências Ambientais, que são normalmente oferecidas e estariam baseadas em “documentos de relevância nacional e internacional” (PPC 2006, p. 21) .

Por fim, a **Visão humanista** é definida da seguinte maneira:

Este Curso pretende formar um Engenheiro crítico, reflexivo e ciente das suas obrigações enquanto cidadão, pertencente a uma sociedade carente, entre outras coisas, de mudanças tecnológicas profícuas, embasadas em ética e com consciência ambiental. Assim, as disciplinas das áreas de Ciências Humanas, Sociais, Aplicadas e Ciências Ambientais e atividades complementares serão consideradas fundamentais e cobertas de maneira transversal, do início ao final do Curso (PPC 2006, p. 21).

Sem tratarmos de maneira aprofundada o assunto, destacamos que incluir um terceiro departamento da área de humanas na *inovadora* formação dupla do Colegiado é uma alternativa interessante, assim haveria mais diálogo com as áreas de humanidades, o que influenciaria a tomada de decisões. Além disso, os aspectos Integração, Multidisciplinaridade e Visão humanista seriam reforçados, tendo em vista que se dão por meio de uma *otimista* articulação dos conhecimentos nas “oficinas de integração” na construção de um “sistema computacional”, da *boa vontade* dos professores e dos alunos e de disciplinas pontuais da área de humanidades.

As atividades complementares, citadas no aspecto da Multidisciplinaridade, englobam aspectos culturais, esportivos, de extensão e atividades voluntárias, que são exigidos para que o aluno se forme, mas, apesar de forçar o aluno a ir além do currículo do curso, essas atividades não garantem exatamente uma multidisciplinaridade.

A Flexibilidade parece ter sido colocada para fortalecer o projeto de curso. É importante contextualizar que neste trabalho utilizamos o documento utilizado para a abertura do Curso de Engenharia de Computação na universidade. Os autores do projeto acreditam que ele apresenta “uma série de conteúdos novos no núcleo profissionalizante” (PPC 2006, p. 21). A Flexibilidade garante que mesmo com essas novidades, o curso ainda está baseado em “documentos de relevância nacional e internacional”.

A Visão humanista, reproduzida acima, parece oferecer aquilo que defendemos: um “Engenheiro crítico, reflexivo e ciente das suas obrigações enquanto cidadão”. Segundo o documento, com base na ética e na consciência ambiental, essa visão é trabalhada ao longo do curso nas disciplinas de “Ciências Humanas, Sociais, Aplicadas e Ciências Ambientais e atividades complementares”. Em função disso, queremos marcar dois aspectos relevantes: um dos

cinco pontos tidos como estruturantes no conceito do PPC é a “Visão humanista”, agrega-se a isso a presença dos professores da área de humanidades na criação do curso, ao menos formalmente. O engenheiro com visão humanista seria formado a partir de princípios éticos e de consciência ambiental. Em nossa concepção, apesar da ênfase teórica dada a esses aspectos nas disciplinas, o PPC ainda transparece uma visão instrumental de C&T, que é reforçada com todas as disciplinas do curso que não estão associadas às Ciências Humanas e Sociais, inclusive pelas disciplinas de “Ciências Humanas Aplicadas”, por exemplo, e pela disciplina de “Gestão”, que são colocadas lado a lado em “Visão humanista”. Essa visão instrumental será mais evidenciada na análise do perfil do egresso.

2.1.3 SOBRE AS COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES ESPERADAS DO EGRESSO

Esta seção do PPC (p. 33) tem por referência o Artigo 4º, da resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 11 de março de 2002, sobre a formação em Engenharia, que estabelece as competências e habilidades gerais do Engenheiro. Nesta seção, os idealizadores do PPC comentam como serão alcançados cada um dos itens. Reproduziremos, a seguir, a lista estabelecida pelo referido artigo.

- I - aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à Engenharia;
- II - projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados;
- III - conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos;
- IV - planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de Engenharia;
- V - identificar, formular e resolver problemas de Engenharia;
- VI - desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas;
- VII - supervisionar a operação e a manutenção de sistemas;
- VIII - avaliar criticamente a operação e a manutenção de sistemas;
- IX - comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- X - atuar em equipes multidisciplinares;
- XI - compreender e aplicar a ética e responsabilidades profissionais;
- XII - avaliar o impacto das atividades da Engenharia no contexto social e ambiental;
- XIII - avaliar a viabilidade econômica de projetos de Engenharia;
- XIV - assumir a postura de permanente busca de atualização profissional. (PPC 2006, p. 33-35)

Dos catorze itens da lista apenas o número doze trata diretamente da engenharia e de questões sociais. Este item, que trata especificamente das questões humanas e sociais, alinha-se à “Visão humanística”, porém “avaliar o impacto” é diferente de questionar o papel, avaliar criticamente como se dá a construção do conhecimento do engenheiro e compreender a própria

atividade enquanto uma ação intrinsecamente social, não como uma atividade desconectada, e que “impacta” de alguma forma na sociedade.

A seção seguinte (p. 36) trata do “Perfil esperado do futuro profissional”, na qual é apresentada uma lista com o “Perfil do egresso”, visando materializar os interesses descritos anteriormente: formação de um engenheiro profissional, com formação científica, técnica, prática, gestor, com inclinação para o empreendedorismo, com visão de mercado de trabalho, com capacidade de trabalhar em grupo *interdisciplinarmente*, de projetar, liderar, ser autodidata, um comunicador eficiente e ter uma “formação ética e humanística que conduza a uma atuação profissional visando o bem estar da sociedade. Não se admite mais o profissional alienado de suas funções e das suas consequências para a sociedade” (p. 36).

2.1.4 CONECTANDO OS PONTOS

Antes de tentar construir relações a partir das informações que expusemos acima, ressaltamos que essas relações são construídas pelas inferências decorrentes da leitura do documento da UTFPR. Certamente, o processo de construção de um PPC envolve a burocracia, a política, os interesses institucionais e outros aspectos, que não podem ser completamente representados neste breve artigo, muito menos podem ser apresentadas as dificuldades posteriores a implementação do projeto. Não obstante, esse é um documento relevante a partir do qual podemos indicar algumas questões, muito mais do que oferecer uma solução final para os problemas encontrados, que só pode ser encontrada após extenso debate sobre o assunto em diferentes níveis. Tendo isso em mente, vamos tentar levantar alguns pontos que nos parecem centrais.

Analisando especificamente o PPC, o início nos parece promissor em certa medida, mesmo que em pequena proporção, pois há a intenção em estabelecer um debate com a área das humanidades e o interesse em ouvir a opinião de alguns poucos professores participantes da comissão e de mais alguns outros que têm essa “bagagem” acadêmica. Dizemos que é promissor, pois, como foi exposto, o senso comum tende a incentivar a separação das áreas e tratar o conhecimento científico, técnico e tecnológico de forma instrumental sem questionamentos. Esse senso comum é difundido não só na sociedade, por meio dos discursos e propagandas, mas também dentro da Academia, que acaba resistindo à aproximação das ciências naturais às ciências humanas. Nos cinco fundamentos estruturantes do projeto em análise, observamos um

esforço em se apresentar diferente do esperado, propondo integração de conteúdo, multidisciplinaridade na constituição de seu colegiado, com visão humanista e flexibilidade, na medida em que mesmo diferente, se adapta aos parâmetros “consagrados”. Parece-nos que neste ponto alguns problemas aparecem advindos dessa contradição, ou seja, a própria visão humanista apresentada parece de alguma forma instrumentalizada, os conceitos de interação e multidisciplinaridade são promissores, mas estão construídos sobre bases que nos parecem, como comentado, “otimistas”. Acreditamos que a análise do perfil esperado do egresso forneça informações que possam aprofundar o debate.

Ao lermos a seção “COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES ESPERADAS DO EGRESSO” do PPC, o que é exposto são as diretrizes da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação para o perfil geral do engenheiro formado no Brasil. Os idealizadores do PPC da UTFPR precisam aliar novidades propostas com essa norma. Como apontamos, essa norma reserva apenas um item à questão humana na formação do engenheiro, e a define de uma forma que nos parece alinhada ao senso comum que vê a atividade das ciências naturais e tecnologia como neutras. Sabemos que qualquer projeto de curso de Engenharia no Brasil deve se adequar ao documento orientador, mesmo que superficialmente, assim o PPC analisado não parece ter condições para organizar uma proposta inteiramente diferente, sem acabar sendo contraditório de alguma forma, como veremos na matriz curricular.

2.1.5 CARGA HORÁRIA E HUMANIDADES

A seguir descrevemos a carga horária destinada às humanidades, comparada com a carga horária total do curso: Ciências Humanas – “Tecnologia e Sociedade” (30 horas), “Filosofia da Ciência e da Tecnologia” (30 horas), “História da Técnica e da tecnologia” (30 horas), “Sociedade e Política no Brasil” (30 horas) e, por fim, “Ética, Profissão e Cidadania” (30 horas), totalizando 150 horas, frente ao currículo do curso completo tem 4260 horas, representa apenas 3,5% da carga total do curso. Essas disciplinas compõem parte do chamado “currículo básico” que possui 1365 horas, perfazendo, portanto, 11% desta parte do currículo. Acrescenta-se a isso 30 horas que devem ser cursadas da disciplina “Ciências do Ambiente”.

Esses dados oferecem o suficiente para uma análise superficial da questão, pois é evidente que 3,5% é uma proporção bem pequena diante do curso total. Se olharmos apenas para o currículo básico, 11% é melhor, mas ainda assim não representa muito. Contudo, como já vimos,

são muitas as imposições ao perfil desejado do engenheiro que com certeza impactam fortemente no currículo criado. A carga horária proposta neste PPC é maior, por exemplo, do que as 4105 horas do curso de Engenharia Elétrica (EE) da mesma universidade. Ressaltamos que o PPC de Computação privilegia mais a área das humanidades que o de EE. A discussão sobre quantidade de horas e formação do currículo necessita de tratamento bem mais profundo do que pode ser dado neste artigo, contudo é necessário ressaltar que apesar dos problemas detectados e da pequena proporção das humanidades no PPC analisado, esse cenário talvez seja uma evolução dado o contexto geral.

3 PPC 2006 e PPC 2017: UMA BREVE COMPARAÇÃO

Em 2011, ocorreu uma atualização no currículo de 2006 que não será discutida aqui. A partir de 2017 uma proposta maior de atualização e mudança curricular, que havia sido aceita, passa a ser utilizada. Esse currículo guarda muitas semelhanças com o anterior, várias partes são inclusive exatamente iguais, como, por exemplo, os cinco pontos fundamentais que discutimos na seção anterior. Há uma mudança estrutural que estabelece diferentes trilhas que poderiam ser cursadas ao longo do curso, mas não é nosso objetivo discutir aqui essa mudança especificamente. Queremos apontar duas mudanças que, apesar de não contarem a história inteira, apontam para uma direção que nos parece prejudicial.

Em primeiro lugar, para o PPC foi formado um grupo chamado Núcleo Docente Estruturante (NDE), constituído por professores de dois departamentos, principalmente do Departamento Acadêmico de Informática (DAINF) e do Departamento Acadêmico de Eletrônica (DAELN), integrantes que também pertencem ao Colegiado, e um professor do Departamento Acadêmico de Física (DAFIS). Esta característica não existia no PPC de 2006, que ao menos estabelecia diálogo com a área das humanidades. Além disso, acompanhando a tendência de diminuir a carga horária obrigatória total do curso de 4260 para o mínimo exigido por lei, 3600, a carga horária das humanidades também diminuiu aproximadamente na mesma proporção, de 150 para 120 horas.

CONCLUSÃO

Nossa posição acompanha a postura adotada por Andrew Feenberg na Teoria Crítica, que apresentamos na seção 2.2. A separação das humanidades das ciências naturais é uma ferramenta

útil para aqueles que podemos chamar de “tecnocratas”, e portanto deve ser evitada. O engenheiro é uma figura central para essa discussão e para o mundo contemporâneo, e a Engenharia de Computação especificamente é um campo de estudo e trabalho relativamente recente, principalmente no Brasil, e é um nicho que tem grande influência sobre o desenvolvimento de conhecimentos que podem ser usados de forma impactante sobre a sociedade como a Inteligência Artificial ou criação de robôs.

Diante disso, parece-nos essencial para os que exercerão essa profissão ter consciência social e uma postura crítica frente aos problemas da sociedade. Acreditamos que não é possível alcançar sucesso na empreitada de formar um engenheiro com visão humanista, sem questionar o conhecimento científico neutro, o determinismo, a instrumentalização, como pudemos mostrar por meio da contradição evidente nos PPCs do curso de engenharia da computação. Podemos enxergar dois aspectos que podem ser trabalhados a partir daqui: por um lado há um aspecto microestrutural, que vem do interesse em realizar atualizações curriculares que privilegiem o diálogo com todas as áreas do conhecimento, das facilidades e dificuldades encontradas dentro de cada instituição, da visão de mundo e de C&T daqueles envolvidos na política e na burocracia de cada uma delas, e uma série de possíveis outros fatores. Por outro, há um aspecto macroestrutural, a visão de educação tecnológica que o país possui por meio de leis, políticas públicas, normas e seus governantes que refletem a ideologia daqueles que são hegemônicos no momento e que influenciam fortemente no aspecto micro. Aqui estamos falando, além do campo teórico-acadêmico, de um campo político de batalha.

Os esforços no sentido de mudança para aqueles que defendem que é necessário um engenheiro com visão humanista podem, e devem, se dar nas duas esferas, micro e macro, conversando entre si quando possível e se juntando para produzir uma perspectiva a mais completa possível e que possa dar cabo dos problemas apontados e de outros a serem encontrados. Os PPCs de Engenharia de Computação fornecem casos de estudos prolíficos e que podem ser estudados mais a fundo. Fica nítido um esforço para criar uma perspectiva diferente em um primeiro momento que depois fica menos nítido no segundo momento. No entanto, há de se considerar as contradições e tentativas de se adequar às normas e aos problemas causados pelo excesso de carga horária.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Mario. Qual Engenheiro? Uma Análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Engenharia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **Revista de Ensino de Engenharia**, v. 36, n. 1, p. 23-33, 2016.

BAZZO, Walter; LINSINGEN, Irlan von; TEIXEIRA, Luiz T. V. Os estudos CTS. In: **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Espanha: OEI, 2003.

CUTCLIFFE, Stephen. La emergencia de CTS como campo académico. In: **Ideas, Máquinas y Valores: Los Estudios de Ciencia, Tecnología y Sociedad**. Barcelona: Anthropos, p. 7-24, 2003.

DAGNINO, Renato; DAVIT, Amilcar; THOMAS, Hernán. **El Pensamiento en Ciencia, Tecnología y Sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria**. **Redes**, v. 7, n. 6, p. 13-51, 1996.

DIAS, Rafael de Brito; DAGNINO, Renato. A política científica e tecnológica brasileira: três enfoques teóricos, três projetos políticos. **Revista de Economia**, v. 33, n. 2, ano 31, p. 91-113, jul./dez. 2007a. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/economia/article/view/6511>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DIAS, Rafael de Brito; DAGNINO, Renato. A Política de C&T Brasileira: três alternativas de explicação e orientação. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 2, n. 6, p. 373-403, jul./dez. 2007b. Acesso em: 15 jun. 2018.

HARAWAY, Donna. **SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Campinas: **Cadernos Pagu**, 1995. p. 07-41.

MARX, Leo; SMITH, Merritt Roe. Introducción. In: (Eds.) **Historia y determinismo tecnológico**. Madrid: Alianza, 1996. p. 11-17

NEDER, Ricardo T. **A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: Racionalização Democrática, Poder e Tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina. Brasília: CSS/UnB/Capes, 2010. p. 52-129.

PINCH, Trevor J.; BIJKER, Wiebe. **La construccion de hechos y de artefactos: o acerca de como la sociologia de la ciencia y la sociologia de la tecnologia pueden beneficiar-se mutuamente**. In: **Actos, actores y artefactos: sociologia de la tecnologia**. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2008. p. 19-62.

SCHIEBINGER, Londa. **Expandindo o Kit de ferramentas agnotológicas: métodos de análise de sexo e gênero**. **Revista Feminismo**, 2012, v.2, n.3, p. 85-102. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/125/128>. Acessado em: 21/06/2018

ENGENHEIRO. Dicionário online de Cambridge, 2018. Disponível em <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/engineer>>. Acesso em 17 jun. 2018

| ENGENHEIRO. Dicionário online de Oxford, 2018. Disponível em
<<https://en.oxforddictionaries.com/definition/engineer>>. Acesso em 17 jun. 2018

DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE INFEORMÁTICA (DAINF), UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Projeto Pedagógico Atualizado do Curso (2006)
Curitiba, 2016. Disponível em <[http://www2.dainf.ct.utfpr.edu.br/ec/o-
curso/ProjetoPedagogico.pdf/view](http://www2.dainf.ct.utfpr.edu.br/ec/o-curso/ProjetoPedagogico.pdf/view)>. Acesso em 18 jun. 2018

DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE INFEORMÁTICA (DAINF), UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Projeto Pedagógico Atualizado do Curso (2017)
Curitiba, 2017. Disponível em <[http://www2.dainf.ct.utfpr.edu.br/ec/o-
curso/PPC_EngComp_UTFPR_Curitiba_2017.pdf/view](http://www2.dainf.ct.utfpr.edu.br/ec/o-curso/PPC_EngComp_UTFPR_Curitiba_2017.pdf/view)>. Acesso em 18 jun. 2018

|



**CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA “CULTURA POPULAR
MARANHENSE” EM MUSEUS ETNOGRÁFICOS DE SÃO LUÍS**

DÉBORAH ARRUDA SERRA¹

GT 6 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRODUÇÕES SIMBÓLICAS

¹Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – PPGCSOC/UFMA. | deboraharruda@yahoo.com.br

RESUMO

A presente investigação se propõe a examinar um conjunto de fatores que se conjugam na construção de representações sobre a “cultura popular maranhense”. Para tanto, tomamos os perfis de agentes, inscritos em distintas instâncias de consagração cultural, e seus empreendimentos de seleção de símbolos relativos a identidades específicas (como a étnica) e à identidade regional. Principalmente, atentamos ao empenho de porta-vozes atuantes em dois museus etnográficos localizados na cidade de São Luís (Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e Museu do Negro), que disputam o registro, a seleção, a tradução, a definição e a imposição dos sentidos legítimos dos artefatos a serem recuperados e conservados. O que permite compreender os condicionantes de afirmação, os repertórios de mobilização, os vínculos de identificação e os domínios de atuação de “especialistas” na gestão e mediação da cultura e da “memória regional”.

Palavras-chave: Porta-vozes, mediação, cultura popular; identidade regional.

INTRODUÇÃO

Integrando a agenda de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais – LEEPOC e seguindo as diretrizes dos trabalhos que já vêm sendo realizados por outros pesquisadores inseridos no Laboratório, especificamente os que abordam a construção de panteões, intérpretes da “cultura popular” e produção de memórias no Maranhão (REIS, 2014; GRILL & REIS, 2017; MATOS, 2018; CARVALHO, 2018), esta proposta investigativa que encontra-se em fase inicial de elaboração, pretende abordar as condições e os condicionantes do exercício de porta-vozes, intérpretes e tribunos da “cultura” no Maranhão.

Considerando que a dimensão cultural no estado ocupa um lugar central e de destaque na construção da identidade regional e das identidades específicas (REIS, 2014), as pesquisas em andamento no LEEPOC, examinam os espaços de inserção, repertórios de mobilização, redes, investimentos e perfis sociais dos agentes inscritos nos espaços e domínios culturais de seleção e fabricação dos elementos da “cultura popular” no/do Maranhão, sendo possível, desse modo, atentar para o trabalho – conduzido por “especialistas” em concorrência – de formulação e construção social de representações em torno da “causa da cultura popular”. Com distintos universos e ênfases de análise, os trabalhos estão amarrados no empreendimento coletivo de buscar as condições que viabilizam a afirmação, reconhecimento e atuação de “porta-vozes” em nome da “cultura popular maranhense”, bem como as condições históricas e sociais que favorecem a objetivação da “cultura popular” como problemática legítima a ser pautada por agentes sociais que “por serem os responsáveis pela edificação da problemática, constituem-se como igualmente “aptos” a agir sobre elas”, (REIS; GRILL, 2014, p. 25), produzindo, disputando e

transmitindo os sentidos de “cultura” e de “cultura popular maranhense”. Seguindo esta agenda, o presente trabalho busca investigar os processos de seleção, registro e definição de artefatos que fazem menção às narrativas referentes à “memória negra do Maranhão” e à religiosidade “afromaranhense” integrando a seara de elementos que constituem a “cultura popular maranhense”. Trata-se, portanto, de analisar as operações efetuadas na curadoria, elaboração e montagem de exposições sobre a “cultura popular” no âmbito de museus etnográficos da cidade de São Luís, compreendendo a dinâmica de fabricação e produção de memórias através de objetos eleitos para representar a “identidade do povo maranhense”.

Assim, ao examinar como certos agentes “autorizados” desempenham práticas formuladoras de bens culturais, é possível apreender os usos e critérios de seleção e classificação de símbolos e artefatos relativos a identidades específicas (como a étnica) e à identidade regional, que devem ou deveriam ser consagrados e conservados. Faz-se necessário pontuar que “o que está em pauta são os critérios de definição desse regionalismo” (CORADINI, 2003, p. 134), configurando, assim, uma arena de disputas pelas representações e narrativas transmitidas como uma visão legítima do mundo social num cenário institucionalizado: o museu, *lugar de memória* (Nora, 1993) que possibilita, aos mesmos que investem na sua construção, a possibilidade de conquistar ou reafirmar o seu papel de “porta-voz” da “cultura maranhense” e o “reconhecimento de um conjunto de símbolos, imagens e versões sobre os desdobramentos históricos e as características do ‘povo maranhense’” (REIS, 2014, p. 217) e do Maranhão.

Segundo Reis (2014), a singularidade da cultura no Maranhão relaciona-se aos usos sociais que os agentes mobilizam em suas inserções sociais e lutas políticas. Desta forma, a produção e representação de memórias sinalizam um significativo imbricamento entre os domínios sociais, culturais e políticos. Isso ocorre através de uma “linguagem autorizada”, mobilizada por agentes e instituições, capaz de produzir uma “referência objetiva”, lógicas de identificação ideológicas e uma matriz de interpretação comum em torno do que é ou pode ser a “cultura maranhense”. Igualmente, o museu é um campo de relações legitimado pelo discurso autorizado (BOURDIEU, 1996) de diversos atores (intelectuais, pesquisadores, curadores, museólogos, mediadores, etc), “uma “voz autorizada” que “fala em nome” (e luta pela conservação ou subversão) de outras posições e posicionamentos” (REIS, 2010, p. 502), em que está em jogo o “poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão” (BOURDIEU, 1989, p. 12). Sendo os museus instituições criadas para “preservar” a memória, eles “têm sempre caráter político, na medida em que a memória é instrumento capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e

projetar perspectivas para o futuro. A memória confere legitimidade ao projeto institucional e aos agentes que a ele se dedicam” (HEYMANN, 2011, p. 87).

A partir do entendimento de como esses processos se demonstram, verifica-se como elementos “do mundo social podem ser deslocados e, assim transformados em símbolos” (DAMATTA, 1997, p. 76), trazendo para a arena social disputas e imposições pelo que é válido ser contado ou não. Portanto, tomando a memória como um comportamento narrativo que se funda na identidade e que “se caracteriza, antes de mais nada, pela sua função social, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo”, conforme pondera Le Goff (2003, p. 421), conclui-se que há sempre um saber em jogo – que é objeto de conflitos – e que configura as posições e tomadas de posições em concorrência. Esse saber relaciona-se ao trabalho de produção intelectual e à vinculação histórica existente entre os museus e o conhecimento acadêmico, de modo que, no tocante à “cultura popular maranhense”, as disputas sobre os critérios legítimos do regionalismo associam-se às estratégias e aos projetos dos intelectuais (CORADINI, 2003). Conforme Reis (2010), o uso de ideias como as de “memória” e “tradição” são constantemente reiteradas e acionadas no repertório da palavra autorizada dos “especialistas” da “cultura” no Maranhão. Esse trabalho de seleção e manutenção em torno das “tradições” se apresenta como uma possibilidade de construção sobre o mundo social e se inscreve nas bases de arbitrariedade tão intrínseca ao trabalho de representação material da cultura por meio dos acervos nas instituições de memória (NEDEL, 2011). Nesse sentido, a legitimação da cultura também atua e serve à elite² cultural que a opera, promove e produz.

Por ser uma categoria cujos sentidos são variáveis e construídos conforme as relações e os conteúdos mobilizados em dinâmicas específicas (REIS, 2014), a “cultura popular” se constitui enquanto objeto de disputa no que tange aos critérios de “autenticidade” elaborados pelo corpo de “especialistas” dotados de “expertise” para “atestá-la”, principalmente pautada na exaltação contundente do discurso da “diversidade cultural” e da “riqueza cultural” tidas como “características do Maranhão”. No Maranhão, é possível identificar um conjunto de intelectuais que frequentemente tendem a “se posicionar, apropriar,

²Nesta pesquisa, o termo elite diz respeito às posições privilegiadas ocupadas estruturalmente pelos “especialistas” da cultura, e não denota um status definido em função do volume de capital econômico por eles detido. A “elite cultural” abrange os agentes que exercem uma dominação simbólica em virtude de sua inserção nos espaços de consagração, de gestão cultural ou de execução de um trabalho “especializado” e “legítimo” de mediação, cujas posições sugerem um grau de “qualificação” e “diferenciação” que os torna “aptos” a legislar em nome da “cultura”.

disputar e interpretar a categoria “cultura popular”, desenvolvendo redefinições do que sejam suas noções de cultura” (MATOS, 2018, p.8). No tocante aos espaços museais, esses agentes se situam nas posições vinculadas à academia e assumem ou já assumiram cargos importantes, compondo os quadros relacionados às instâncias de gestão da cultura no estado, o que favorece sua inserção nos panteões e lugares de consagração social e suas lógicas de engajamento em torno de causas culturais e políticas na configuração regional em pauta (GRILL; REIS, 2017). Quanto à montagem de acervos e exposições, a seleção de elementos e artefatos narrativos remete à construção e transmissão de significados, que fazem emergir representações e identificações pessoais, simbólicas e ideológicas, também referentes aos universos sociais desses agentes “responsáveis” pela elaboração desses lugares de memória (NORA, 1993). Considerando que estão sempre em jogo processos de “negociação” característicos da seletividade de toda memória (HALBWACHS, 1990), as representações se configuram enquanto “formas criadoras de estratégias e ações com respeito a proveitos específicos, situados em campos diferenciados de competição pela legitimidade na definição de projetos, condutas e identidades” (NEDEL, 2005, p. 41). As representações sobre a “cultura popular” esbarram nas idealizações em torno do Maranhão como um estado culturalmente “fértil”, onde “a herança dos negros e índios permite compor o quadro da “diversidade”, da valorização da “tradição” e do “popular”, manifestados nas festas e religiosidade” (REIS, 2014, p. 217). Este é um aspecto norteador dos esforços analíticos deste trabalho, tendo em vista que os museus analisados integram um sistema interligado de narrativas sobre o Maranhão, sobre a “cultura popular maranhense” e sobre as expressões da “cultura afromaranhense”.

1. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS MUSEAIS QUE CONSTITUEM O UNIVERSO EMPÍRICO

1.1. O Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho

O Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho - CCPDVF ou Casa da Fésta, foi inaugurado em 1982, dez anos após a inauguração do Museu Histórico e Artístico do Maranhão - MHAM. Atualmente funciona em um casarão histórico datado do século XIX, localizado próximo a uma das principais rotas de turismo da cidade de São Luís, o Centro Histórico. Segundo Ferretti (2007, p.1), o CCPDVF foi “inspirado na concepção dos museus etnográficos do mesmo modelo de museus da França. Assim, o MHAM é dedicado a mostrar o estilo de vida das elites e o CCP mostra a cultura popular das classes dominadas”. O nome

deste museu homenageia o escritor, advogado e jornalista maranhense Domingos Vieira Filho (1923 – 1981) devido ao seu estreito engajamento com a temática cultural e do folclore no Maranhão. Seu perfil permite situar os vínculos mantidos com as esferas de gestão da cultura no estado, onde em 1949 foi membro fundador e secretário geral da Subcomissão Maranhense de Folclore entidade ligada à Comissão Nacional de Folclore criada com o intuito de incentivar, coordenar pesquisas, promover e divulgar o folclore e a “cultura popular” no âmbito do estado do Maranhão. Em 1961, com a criação do Departamento de Assuntos Culturais, vinculado à Secretaria de Educação do Estado, Vieira Filho participou dos processos de estruturação institucional da “cultura popular” no governo estadual, acumulando postos de direção no Departamento de Turismo e Promoções do Estado do Maranhão e atuando como agente público e diretor do Departamento de Cultura nos governos de Newton Belo (1961-1965) e José Sarney (1966-1970).

Entre os anos de 1975 e 1979 ele ocupou a presidência da Fundação Municipal de Cultura de São Luís. Nesse mesmo período, publicou nove trabalhos acerca da temática da cultura e folclore no Maranhão, promoveu “concursos folclóricos”, e propôs a criação de uma biblioteca com acervo específico sobre “folclore” a partir de sua coleção particular de objetos e a aquisição de um prédio com o objetivo de criação de um futuro museu, que atualmente é o Centro de Cultura Popular que recebe seu nome (MATOS, 2018). O perfil de Domingos Vieira Filho permite compreender a posição simultânea ocupada por ele enquanto intérprete da “cultura popular” e agente inserido nos quadros da administração pública do estado, o que favorece sua posição central e de destaque na esfera de mediação e articulação da memória social relativa aos estudos de folclore no Maranhão (BRAGA, 2000 *apud* MATOS, 2018). Domingos Vieira Filho integrou uma rede de intelectuais e intérpretes que passaram a atuar como “porta-vozes” da “causa” da “cultura maranhense”, tais como: Zelinda Lima, Sérgio Ferretti, Michol Carvalho, Mundicarmo Ferretti e Carlos Lima. Esses agentes se consolidaram como referências na produção literária e no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre a temática da “cultura” no Maranhão, garantindo um lugar de destaque nos debates acerca da “cultura popular” e nas instâncias de gestão da memória no estado, conforme demonstra o quadro abaixo:

Dados extraídos de MATOS (2018)

NOME	INSCRIÇÕES CULTURAIS (MILITÂNCIAS)	OUTRAS CARREIRAS PROFISSIONAIS/BUROCRACIA PÚBLICA	CONSAGRAÇÕES/HOMENAGENS PÚBLICAS/HONRARIAS E TÍTULOS
DOMINGOS VIEIRA FILHO	Comissão Maranhense de Folclore - CMF (1949); Patrono da cadeira 16 da Academia Maranhense de Letras – AML (1951); Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM (1956) Conselho Estadual de Cultura (1956)	Diretor do DAC (1961 a 1971) Presidente da FUNC (1975-1979)	“Medalha do Mérito Timbira” (1966); Criação do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, antes chamado Museu do Folclore e Arte Popular (1982).
ZELINDA LIMA	Integrou a Comissão Maranhense de Folclore - CMF (1992)	Departamento de Turismo do Município; Secretária do Turismo; Secretária de Cultura; Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho – CCPDVF Coordenadora executiva da “Mostra Brasil +500”	Homenagem com nome de galeria de arte “Galeria Zelinda Lima”; Documentário biográfico “a estrela e o vagalume – Carlos e Zelinda”. Homenageada na “7ª Feira do Livro de São Luís” (2013);
SÉRGIO FERRETTI	Comissão Maranhense de Folclore - CMF (1976)	MHAM (1973) DAC/FUNC (1975-1979) UEMA (1969-1997) UFMA (1969-2017)	Trophéu “Mirante 83” da Empresa Mirante de Comunicações (1983); “Prêmio Incentivo Cultural - 19 Guarance de Cine-Vídeo, Instituto Cultural Itaú” (1996); “Certificado de Reconhecimento no Dia Nacional da Consciência Negra, Câmara Municipal de Pinheiro (MA)” (1999); Prêmio “Palmas Universitárias, Universidade Federal do Maranhão” (1999); “Trophéu Cazumbá, Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho” (1999); “Menção Honrosa como Precursor das Ciências Humanas e Sociais no Estado do Maranhão, UEMA” (2005); “Medalha Brasileira Folclorista Emérito, Comissão Nacional de Folclore” (2008); título de professor Emérito da Universidade Federal do Maranhão (2009);
MICHOL CARVALHO	Comissão Maranhense de Folclore (1992).	Secretaria de Cultura do Estado; Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho – CCPDVF; Superintendência de Cultura Popular; Fundação Municipal de Cultura.	-
MUNDICARMO FERRETTI	Comissão Maranhense de Folclore - CMF (1992) Associação Brasileira de Antropologia - ABA	Faculdade de Filosofia de Campos, FFC; Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Universidade Federal do Maranhão – UFMA.	Prêmio SIOGE: “Concurso Literário Maranhão Sobrinho (1985)”; Prêmio SIOGE: “Concurso Plano Editorial (1986)”; “Prêmio: Concurso 1º Plano Fonográfico do Estado do MA (1991)”; Prêmio: “Concurso Plano Editorial (1993)”; “Prêmio SECMA Concurso Plano Editorial (1994)”; “Prêmio: Comunidade Negra e Cultura Afro-Brasileira, Câmara Municipal de São Bernardo do Campo – SP (1999)”; “Prêmio: Dedicção à Iniciação Científica, Universidade Estadual do Maranhão

			/PIBIC/CNPq (2000)”; “Prêmio: Dedicção à Iniciação Científica, Universidade Estadual do Maranhão /PIBIC/CNPq”; Título: “Professora Emérita da Universidade Estadual do Maranhão (2008)”; “Prêmio: Honra ao Mérito Científico- Tecnológico, FAPEMA (2013)”; “Prêmio: Homenagem pela contribuição à produção acadêmica, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (2014)”; “Prêmio: Honra ao Mérito Científico- Tecnológico, FAPEMA-Gov. do Estado do MA (2016)”.
CARLOS LIMA	Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão -IHGM (1991); Comissão Maranhense de Folclore - CMF (1992); Academia Maranhense de Letras- AML (2008)	Instituto IAPTEC; Martins e Irmão e Cia; Aracati Campos; Souza Cruz; Empresa Maranhense de Pesca e Indústrias Generalizadas; Estrada de Ferro; Alfândega do Maranhão; Banco do Brasil	Patrono da cadeira 33 da Academia Ludovicense de Letras - ALL (2015);

O quadro permite observar que os agentes em evidência integram a “galeria de notáveis” ou “panteão” da “cultura popular” no Maranhão, sendo reconhecidos pelos esforços mobilizados em prol da “causa” cultural e consagrados pelas suas “competências”, tendo em vista sua atuação nas instâncias relativas à administração, coordenação e divulgação da “cultura” no estado. Além disso, é possível visualizar que os agentes transitam por diferentes domínios (literário, acadêmico, político), conciliando seu envolvimento e investimentos em múltiplas atividades. A inserção desses agentes em órgãos de cultura, fornece as condições materiais e institucionais de realização e legitimação do trabalho cultural e de mediação por eles desempenhado.

A tabela a seguir apresenta o vasto acervo encontrado no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, que dispõe de uma exposição permanente de adereços e objetos representativos das manifestações culturais de festividades “populares” do Maranhão, ocorridas periodicamente em cada um dos ciclos supracitados, tais como: Festa do Divino Espírito Santo, Natal, Carnaval, Bumba-meu-boi, procissões e romarias ligadas ao “catolicismo popular”, Tambor de Crioula, tambor-de-mina agregando vitrines da Casa das Minas Jeje Fon, Casa de Nagô, Terreiro de Iemanjá, Casa Fanti-Ashanti, Festa do Canjerê (ritual para entidades caboclas e indígenas) e telas pintadas pelo babalorixá Jorge Itaci de Oliveira com representação de orixás.

TÉRREO - Galeria Zelinda Lima³ (Espaço de exposições móveis) | Exposição fixa: Religiosidade “Afromaranhense”:

TAMBOR DE MINA	O termo Mina tem origem no Porto de São Jorge da Mina, edificado como forte em 1482, posteriormente transformado em calabouço, local onde os africanos escravizados aguardavam os navios para transportá-los ao Brasil. Em virtude disso, foi associado às etnias africanas que se instalaram no Brasil como jeje, nagô e fanti, por exemplo. No Tambor de Mina são cultuados voduns, orixás, gentis nobres e caboclos.
CASA DAS MINAS	É considerado um dos terreiros mais antigos do Maranhão, tendo sido fundada no século XIX. A Casa das Minas é originária das etnias Jeje, Ewe ou Eoué, procedentes do Daomé, atual República do Benin. Esta Casa tem como principal característica o fato de por muito tempo ter sido chefiada apenas por mulheres, as chamadas tobossis ou vodunsis. Os homens eram responsáveis somente pela instrumentalidade ritual.
CASA DE NAGÔ	A Casa de Nagô é considerada um dos terreiros matriz da maioria das outras casas de Tambor de Mina do Maranhão. Segundo a história oral, a casa teria sido fundada por “malungos” africanos, se estabelecendo em São Luís no final do século XVIII. Como em todos os terreiros de Mina, organiza diversas festas do catolicismo e da “cultura popular”, entre as quais a Festa do Divino é muito difundida (MUSEU AFRO/UFMA).
TERREIRO DE IEMANJÁ JORGE BABALAÔ	Jorge Itaci de Oliveira ou Jorge Babalaô foi um dos mais conhecidos babalorixás do Maranhão. Liderava o Terreiro de Iemanjá no bairro da Fé em Deus em São Luís. Jorge tornou-se um dos maiores divulgadores da religiosidade “afromaranhense” para o restante do Brasil, e envolvia-se em diversas atividades culturais de promoção e valorização do tambor de mina.
CASA FANTI-ASHANTI	Foi fundada em 1954, e dirigida pelo babalorixá Euclides Menezes Ferreira. Entre suas particularidades está sua influência das religiões “afrobrasileiras” originadas de Pernambuco, o xangô, bem como das tradições religiosas indígenas locais e do candomblé. Agrega rituais ligados à pajelança, ao catolicismo “popular” (Divino Espírito Santo) e ao folclore (como o boi de Corre Beirada e o Tambor de Taboca).
UMBANDA NO MARANHÃO	Representação de pretos-velhos, entidades caboclas, boiadeiros, ritual fúnebre do tambor-de-choro e artefatos do terreiro de Umbanda Chica Baiana.
TERECÔ “MESTRE” BITA DO BARÃO	Vitrine do Palácio de Iansã ou terreiro do “mestre” Bitá do Barão de Codó. Bitá do Barão é considerado atualmente um dos babalorixás mais conhecidos e influentes do Brasil. O terecô é um ritual “afrobrasileiro” muito comum na cidade de Codó, interior do Maranhão. Nos transes que ocorrem na ritualística do terecô, são incorporados principalmente os voduns da mata e os caboclos. Os sacerdotes (pais ou mães de santo) desempenham o papel de rezadores e curandeiros nesse ritual.
CURA, PAJELANÇA E SINCRETISMO	Vitrines do ritual de cura ou pajelança e exposição de elementos referentes ao sincretismo de Iemanjá com Nossa Senhora da Conceição ou Nossa Senhora do Bom Parto no Maranhão, além da representação dos Erês (entidades infatis).

³ Segundo Machado & Reis (2017, p. 12), a maranhense Zelinda Lima ocupou inúmeros cargos ligados ao turismo no Departamento de Turismo de Estado. Dirigiu o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e foi colaboradora do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. “O gosto pela “cultura popular” teria acontecido por intermédio da avó e do pai, que, sendo um grande comerciante, cultivava as suas relações com a clientela e patrocinava diretamente, em seu estabelecimento, danças folclóricas, tambor de crioula e bumba meu boi”. Isso justifica segundo Zelinda, sua vivência e inserção no cenário da “cultura maranhense”, cuja notabilidade certamente contribuiu para que um dos espaços do CCPDVF fosse batizado em sua homenagem.

1º ANDAR - Festa do Divino Espírito Santo

DIVINO ESPÍRITO SANTO

É uma festa popular geralmente associada ao catolicismo, realizada em celebração ao dia de Pentecostes. No entanto, no Maranhão, foi incorporada ao calendário de festas dos terreiros de tambor de mina. Diz-se que é uma festa de origem portuguesa, e por essa razão, tem sua paramentação inspirada na nobreza de Portugal. Evidencia-se a presença marcante de mulheres chamadas de caixeiras, que tocam instrumentos chamados de caixas, durante o cortejo característico dessa festa. No Maranhão, um dos locais mais conhecidos por realizar essa manifestação cultural é a cidade de Alcântara, que, diz-se, é atualmente o lugar que representa de forma mais próxima a “tradição” do Divino portuguesa.

2º ANDAR – Carnaval, Festa Junina e Natal

CARNAVAL

É uma festividade que em São Luís é marcada pelo desfile dos “blocos tradicionais”, grupos de “danças afro”, escolas de samba, bandas e charangas.

BUMBA-MEU-BOI

O Bumba Meu Boi é considerado a manifestação “mais marcante” da “cultura popular maranhense”. É realizada em homenagem ao protetor do auto, São João, tendo seu auge entre os meses de junho e julho. Diz-se que seu surgimento deu-se no século XVIII e que seria uma festa de “origem negra”. O enredo da festa faz menção a uma história “típica” das relações sociais e econômicas da região durante o período colonial, marcadas pela monocultura, criação extensiva de gado e escravidão, “mesclando” a “cultura” europeia, africana e indígena. Atualmente, existem quase cem grupos de bumba-meu-boi no Estado do Maranhão subdivididos em diversos “sotaques”, que possuem características próprias manifestadas nas roupas, nos instrumentos, na cadência das músicas ou “toadas” e nas coreografias específicas de cada “região” do estado.

NATAL

No Maranhão, uma das solenidades religiosas natalinas mais comuns é a Reisada ou Queimação de Palhinhas, realizada no dia 06 de Janeiro para o desmonte dos presépios de Natal. Reproduz a visita dos Reis Magos ao menino Jesus na manjedoura. Os fiéis desmontam seus presépios e retiram as palhas de uma planta chamada murta para serem queimadas. Conforme as palhas queimam, vão produzindo um agradável aroma enquanto os fiéis cantam ladainhas em latim e fazem pedidos para o ano que se inicia.

3º ANDAR – “Catolicismo popular”

FESTA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

São José de Ribamar é considerado o santo padroeiro do Maranhão. Todos os anos no mês de Setembro organiza-se um festejo em homenagem ao santo, na cidade de São José de Ribamar, Região Metropolitana de São Luís. Segundo a lenda, um navio que vinha de Lisboa para São Luís, saiu da rota e estava ameaçado por uma tempestade. O navegador da embarcação pediu a proteção de São José e o mar imediatamente se acalmou. Como forma de agradecimento, foi construída uma capela em homenagem ao santo de frente para o mar, no local que na época, era ocupado por indígenas.

SÃO RAIMUNDO NONATO DOS MULUNDUS

O festejo de São Raimundo Nonato do Mulundus ocorre no interior do Maranhão no mês de Agosto, na cidade de Vargem Grande, norte do Maranhão. Os vaqueiros e devotos saem em romaria pela cidade, agradecendo pelos pedidos atendidos ou realizando promessas. Conta-se que Raimundo Nonato, um escravo vaqueiro, morreu há 200 anos durante a lida com o gado. Seu corpo teria sido encontrado intacto e exalando perfume. Dias depois o corpo havia desaparecido, e assim, Nonato ganhou fama de milagreiro e se tornou lenda na região.

Conforme argumenta Reis (2009, p.22), o “calendário da cultura popular maranhense” é estabelecido de acordo com a “dinâmica da vida social” que se apresenta:

a partir do desdobramento de “três grandes ciclos”: o ciclo carnavalesco, o ciclo junino e o ciclo natalino, afora outras “festas tradicionais”, como a festa em homenagem ao “Divino espírito Santo”, e as “danças que têm a peculiaridade de realizar-se em diferentes momentos do ano, integrando mais um ciclo cultural. É o caso do ‘tambor de crioula, dança de origem africana em homenagem a São Benedito, o ‘santo negro’ da religiosidade popular.

O Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho abrange as festividades que fundamentam o discurso comumente disseminado de que o Maranhão seria o estado brasileiro cuja cultura “mescla” a cultura europeia e africana, o que resulta num “rico caldeirão de festas populares”. Além disso, no tocante aos objetos constitutivos da religiosidade “afromaranhense”, esses artefatos fazem menção a uma ancestralidade e às “práticas culturais de cunho **místico**-religioso (...), que na ótica dos agentes responsáveis pela fabricação do “popular” apresentam-se como ‘**desconhecidas**’, (...) mas, também, possuiriam uma “**antiguidade**” que implicaria na condição de ‘**tradicional**’” (GOMES, 2018, p. 738, *grifos meus*), sobre as quais se reivindica uma “originalidade” em relação a outros estados em que a religiosidade “afrobrasileira” também pode ser encontrada, ressaltando-se as “especificidades” das coisas “daqui”, ainda que se diga que possuam uma “origem comum” integrando o conjunto das vertentes das religiões de “matriz africana”. Percebe-se através da descrição das festividades contempladas pela exposição do CCPDVF, que a referência à África aparece constantemente seja na construção das narrativas, nos termos que nomeiam essas práticas ou na “recuperação” desse lugar de origem do qual o Maranhão tanto teria “herdado” culturalmente.

Considerando outras expressões culturais em exposição na casa da Fésta, como é o caso do bumba-meu-boi, nota-se que a discussão em torno da instituição de uma “identidade maranhense” é perpassada pela eleição de símbolos que se manifestam como “identificadores” das características “regionais”. A construção de representações colabora na criação de uma “identidade regional” “bem demarcada”, com justificativa e “realidade” objetivas, que não dão margem a contradições e dissidências, enfocando dinâmicas que corroboram o imaginário e reforçam as práticas de conformação dos traços e elementos constitutivos da “maranhensidade”. A “identidade regional” é, portanto, resultado da fabricação de representações por parte de diversos agentes e grupos sociais posicionados em espaços privilegiados de seleção, avaliação e definição da “maranhensidade”, que se configura enquanto “uma comunidade imaginada, idealizada e construída cujo corpus não pode ser pensado fora de transformações históricas e sociais específicas, de experiências

vividas” (BARROS, 2006, p. 12), devendo, pois ser analisada a partir de relações sociais das quais ela própria é produto. Cabe ressaltar que esse processo de formulação e simbolização de uma “identidade maranhense” é atravessado por disjunções, já que as representações são fabricadas pelas elites culturais e intelectuais, suscitando por vezes, antagonismos ideológicos que se apresentam em concorrência com os agentes não situados nas instâncias de definição. Por isso a importância de estabelecer “critérios de demarcação” que minimizem o número de versões sobre o que é “ser maranhense” e quais manifestações culturais remetem à essa identificação. Assim, é possível compreender de que forma os produtores e organizadores de exposições museológicas como as do CCPDVF, elegem imagens e artefatos que integram a “cultura popular” e a “cultura negra” e coadunam os aspectos que melhor se aproximam da “maranhensidade, cujos elementos passam a assumir posição central no discurso que estabelece os aspectos herdados da “tradição” ou aqueles a serem “resgatados”, fazendo com que certas práticas e símbolos adquiram maior visibilidade e reconhecimento em relação a outros.

1.2.MUSEU DO NEGRO

O Museu do Negro ou Cafua das Mercês situa-se no bairro da Praia Grande, em São Luís, próximo ao Centro Histórico da cidade. Encontra-se sob a administração do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, e segundo a descrição encontrada na página oficial do MHAN, tem como missão “adquirir, preservar e conservar objetos e acervos relativos à história e memória da escravidão e da cultura afro-brasileira maranhense, contribuindo ao mesmo tempo para o conhecimento e reconhecimento da nossa diversidade cultural e valorização da matriz cultural africana” (SECTUR/MA). Segundo Sérgio Ferretti (2007), o Museu Histórico e Artístico foi inaugurado em 1972, organizado por Josué Montello, então ex-diretor e substituto de Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional. O M.H.A.M, bem como o Museu Histórico Nacional expunha objetos e materiais referentes ao estilo de vida da nobreza da época. Algum tempo depois, em 1975, houve a inauguração da Cafua das Mercês – pelo então governador Pedro Neiva de Sant’Ana – que contava com a exposição de objetos do “culto afro”, além de fotos e peças do período da escravidão. A vinculação histórica à escravidão é muito presente na exposição da Cafua, que conta com peças que fazem menção às conexões do Maranhão com a África no tráfico de escravos pelo Atlântico, período no qual foram conectados às rotas comerciais através da ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (MEIRELES, 2009), intensificadas principalmente na segunda metade do século XVIII. Este museu dispõe de um acervo permanente que expõe estatuetas, cabaças, cachimbos e parselhas do tambor de mina utilizados em cerimônias religiosas, além de correntes,

gargalheiras e outras peças e instrumentos que fazem menção às torturas sofridas pelos negros trazidos da África para o Maranhão. O pátio interno e térreo da Cafua é cercado por um alto muro de pedra onde pode-se encontrar uma réplica do Pelourinho que existiu no Largo do Carmo em São Luís. No pavimento superior, atualmente, encontram-se indumentárias, máscaras e estatuetas representativas de grupos étnicos africanos como Bambara, Dogon, Senoufo, entre outros, talhadas em madeira ou feitas a partir de fibras vegetais.

No decorrer do século XIX, num contexto onde a separação entre “cultura de elite” e “cultura popular” apresentou um significativo aumento (ORTIZ, 1992), observa-se um processo de construção de um ideário de identidade cultural local, que tem ressonância na forma como as manifestações culturais em São Luís são apresentadas e definidas. A vinculação dos elementos da “cultura popular” como produto de uma “hibridização” da cultura europeia erudita e das “expressões do povo”, reiterariam a “mistura” e “originalidade” tão “características” da “cultura maranhense”. Além disso, em exposições museais como a que se encontra na Cafua das Mercês, percebe-se a reivindicação de uma “identidade regional”, mas também de uma “identidade étnica” que concebe o Maranhão como o segundo estado “mais negro” do Brasil, ficando atrás somente da Bahia. De acordo com Barros (2007, p.1), analisar não somente a “identidade maranhense”, mas o processo socio-histórico através do qual se instituiu o “Maranhão” e o “ser maranhense”:

implica destacar sobretudo o campo das manifestações culturais, tanto aquelas identificáveis como de caráter erudito, como aquelas percebíveis como populares e/ou negras. E isto por duas razões básicas. Primeiro, porque essas manifestações se constituem como elementos ora destacados, ora obliterados, na formação daquela identidade. E, segundo, porque elas se apresentam como meios através dos quais se representa a região. Assim, nos conteúdos e nas formas de identidade maranhense estão implicadas certas heranças étnico-culturais.

Embora sejam socialmente relegadas a posições “periféricas”, as manifestações da cultura e religiosidade “popular” e “negra”, não raro, tornam-se elementos simbolicamente centrais nas narrativas socio-históricas construídas acerca desses grupos. Tomando como exemplo o acervo em exposição no Museu do Negro, nota-se que a ênfase e reafirmação dadas aos processos de resistência, se constituem como um trunfo incontestável de insubordinação às elites, sempre reforçando e evocando as “raízes”, a “tradição” e a “herança”, atentando para a “necessidade” de “resgatar” e conhecer a “história do povo maranhense” que se manifesta nas representações religiosas e culturais que este museu apresenta.

2. CONSTRUÇÕES, REPRESENTAÇÕES E DISPUTAS EM TORNO DA “CULTURA POPULAR MARANHENSE”

As disputas em torno da definição e imposição dos sentidos legítimos de “cultura” e de “cultura popular maranhense”⁴ constituem os fluxos interpretativos que circulam na dinâmica de concorrência pela afirmação de elementos “próprios à ‘memória regional’ [...] frigorificados na memória coletiva e lutas tramadas nos posicionamentos sobre o passado” (REIS; GRILL, 2017, p. 365). Nesse cenário de embates pelo monopólio do saber legítimo sobre as diferentes manifestações culturais e pela “voz autorizada” dos “interlocutores” da “cultura”, cada intérprete aciona suas “competências” formulando discursos e produzindo princípios de classificação e definição sobre as representações da “identidade maranhense” (REIS, 2014), refletida nos elementos constitutivos da “cultura popular”, “visando o reconhecimento de propostas específicas de conformação da cultura e da memória local” (NEDEL, 2005, p. 43). Assim, o processo de construção e transmissão de representações sociais acerca da “cultura”, é atravessado por distintas relações e formas de poder que, ao serem reconhecidas, produzem a existência daquilo que anunciam (BOURDIEU, 2004), oportunizando a emergência de formulações cujo papel é determinante nas tentativas de diferenciação do Maranhão e da “identidade regional” em relação a modelos nacionais que lhes servem como referência. Trata-se, portanto, da busca por critérios objetivos de identidade “regional” ou “étnica”, atos de conhecimento e reconhecimento nos quais os agentes investem em estratégias interessadas de manipulação simbólica ou de definição de uma visão sob um aspecto do mundo social (BOURDIEU, 2004). Isso está relacionado ao trabalho de produção da “região” (BOURDIEU, 1989), enquanto representação:

que se apoia indistintamente na legitimidade dos conhecimentos de eruditos e nos reconhecimentos do senso comum partilhado entre leigos e especialistas. Em via dupla, os processos de fabricação dos “panteões” revelam circuitos de agentes que acionam discursos performativos sobre a “região” e que, sob a aparência de descrever, prescrevem quem pode ser investido em uma posição de excelência na sua história (REIS; GRILL, 2017, p. 365).

Além disso, esses princípios de classificação estão geralmente em conformidade com o trabalho de “resgate” e documentação de personagens e das “tradições culturais” do

⁴ As tentativas de definição da categoria “cultura popular”, não pressupõem puramente uma dinâmica de contraposição à “cultura erudita”, pois, conforme discute Chartier (2004), essa divisão expressa uma percepção recorrente do senso comum encontrada em grande parte dos estudos sobre o “popular”, já que também há “[...] circulações fluidas, práticas compartilhadas, diferenças indistintas entre a cultura popular e a cultura erudita” (p. 8), mas sinaliza a concorrência de princípios de hierarquização do espaço social e do domínio cultural, de modo que os posicionamentos dos agentes a partir dos diferentes domínios culturais dos quais são “porta-vozes” e produtores, “são pautados pela reivindicação de uma proximidade com o “povo”, da capacidade de lhe dar substância e de indicar suas necessidades, conduzindo sua delimitação e sugerindo-lhes “identidades” e características específicas” (CARVALHO; REIS, 2017, p. 18). Por conseguinte, os usos do “popular” e a pretensão em falar em nome do “povo”, tornam-se também um recurso de disputas em torno da legitimidade e da posição autorizada que podem garantir diferenciações entre os “porta-vozes” assegurando sua própria legitimidade enquanto intérpretes.

Maranhão, desempenhado pelos “porta-vozes da cultura”, inseridos em lógicas concorrenciais pelo papel de mediação e pela função de “intérpretes da cultura”, o que assegura a elaboração e legitimação de esquemas de classificação operados, institucionalizados e fundamentados no reconhecimento desse conjunto de representações e práticas sociais relativas à “identidade maranhense”.

Os agentes de destaque na instância da “cultura popular” no Maranhão, integram uma elite cultural dedicada a estabelecer os critérios de “autenticidade” e “legitimidade” das práticas que compõem a “identidade maranhense”. Ao exercer esse poder simbólico que possibilita a criação de padrões representativos da “cultura”, esta elite se assenta nas posições privilegiadas de produção e gestão cultural no estado e, no tocante aos espaços museais, determina os objetos, símbolos, expressões, manifestações e suportes materiais que melhor exprimem a “singularidade” e as características do “povo maranhense”.

Conforme discutido anteriormente, o discurso sobre a “tradição” e a reivindicação de uma “originalidade cultural” são elementos estruturantes da concepção de uma “cultura popular maranhense” sob a qual “os mediadores da cultura no Maranhão incrementam seus próprios patrimônios pessoais, beneficiando-se da autoridade legítima para sua definição” (REIS, 2010, p. 512). Em outras palavras, ao legitimarem a “cultura”, as elites culturais legitimam a si mesmas e demarcam sua distinção em relação a outras posições que constituem o domínio cultural. Logo, a instituição de uma “cultura” tida como “legítima”, “tradicional” e “autêntica”, comumente sugere o estreitamento das relações que os próprios “porta-vozes” mantêm com a “cultura” e com as instâncias culturais, refletindo na forma como conduzem os usos e desusos dessa categoria e das expressões e manifestações que dela derivam⁵.

NOTAS FINAIS

A “cultura popular” adquire múltiplos e variados sentidos que são construídos e formulados a partir de princípios de classificação que emergem dos discursos fundamentados pelos “porta-vozes” e mediadores, que ocupam diferentes posições nos domínios culturais. No

⁵ Nesse sentido, enfatiza-se ainda as múltiplas posições assumidas pelos agentes, que circulam e transitam por diversos domínios da vida social, constituindo redes de relações e cadeias de interdependência (ELIAS, 1994) nas quais eles concentram reconhecimentos e acionam estratégias de consolidação de suas reputações pessoais. Cabe, portanto, compreender que a “atuação dos mediadores também se objetiva com vistas à circunscrição das fronteiras de um lugar “singular” de inscrição, contribuindo para a afirmação do que lhe é ou deve ser “específico”, de como pronunciá-lo, de como integrá-lo” (REIS, 2009, p. 5), tendo em vista ainda que esses agentes desfrutam de posições conforme os recursos que detêm e que são determinantes para a hierarquização e distanciamentos de uns com relação aos outros.

Maranhão, essas concepções acerca da “cultura maranhense” circulam e são mobilizadas em contextos e dinâmicas específicas, integrando as narrativas direcionadas à demarcação de uma “identidade maranhense”. Esses agentes disseminam versões e interpretações sobre a necessidade de valorizar, “preservar” ou “resgatar” o conjunto de elementos que compõem as características e expressões “regionais”. Nos museus, o trabalho de seleção, tradução e registro dos artefatos, bens simbólicos e “monumentos” eleitos para fazer parte das exposições, envolvem uma série de disputas entre esses “especialistas”, que acionam constantemente suas “competências” visando se estabelecerem enquanto “detentores” do saber legítimo sobre a “cultura”. Especificamente no tocante aos museus etnográficos ludovicenses Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e Museu do Negro, as exposições contemplam manifestações da “cultura popular” e expressões da religiosidade “afromaranhense” que evocam ideias como as de “tradição” e “herança” reiterando as bases de conformação de uma referência “comum” com a qual o Maranhão supostamente estaria vinculado.

A análise aqui desenvolvida permitiu mapear discussões em andamento sobre as estratégias de consagração acionadas pelos “porta-vozes”, que figuram como condicionantes para suas tomadas e retomadas de posições, refletindo em suas atuações e nas tentativas mais ou menos conscientes de legislar em prol da “cultura popular” no Maranhão. Assinalou-se ainda que há um trânsito desses agentes entre os diversos domínios sociais que extrapolam o domínio cultural, permitindo sua inserção em redes e cadeias de interdependência. Nesta linha, observa-se muitas vezes que a atuação desses agentes enquanto “intérpretes da cultura” relaciona-se com a ocupação de cargos nas instâncias culturais. Conforme indicado no início, por se encontrar em fase inicial, nos empenharemos em investir no aprofundamento bibliográfico das reflexões realizadas neste trabalho, sobretudo acerca do lugar dos museus no trabalho de seleção da memória e de construção de uma “identidade regional”, principalmente, nos perfis e estratégias de afirmação dos seus “porta-vozes” autorizados. Da mesma forma, precisamos realizar ainda um melhor delineamento da nossa pesquisa, com a inserção mais consistente no universo de investigação, coletando e sistematizando informações referentes tanto à emergência, funcionamento e dimensão mais institucional dos museus como às propriedades sociais e profissionais dos “intérpretes da cultura”. Com base nisso, poderemos examinar mais detidamente os acervos e suas lógicas de composição e interpretação, de forma conectada a recursos, representações, disputas, trajetórias e domínios de atuação dos agentes engajados na “preservação” e “transmissão” de memórias tanto quanto

na busca pela manutenção de suas posições “legítimas” de “detentores” das habilidades necessárias para agir sobre e pela “cultura”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Antônio E. **Culturas popular e erudita nas linhas de maranhensidade**. Boletim da Comissão Maranhense de Folclore , v. 35, p. 9-12, 2006.

_____. **Cultura e Identidade no Maranhão Estado-Novista**. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, v. 1. p. 1-9, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHAGAS, Mário. **Imaginação museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CORADINI, Odaci Luiz. **As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.32, p. 125-144, 2003.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do dilema Brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes (vol. II)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. **Negras Memórias**. Comunicação apresentada em mesa redonda no aniversário do MHAM em 2007. IN: www.repositorio.ufma.br

GOMES, Clícia A. A.; FERRETTI, Sergio. **A construção do folclore no Maranhão**. Numero speciale di Visioni LatinoAmericane, Anno X, N° 18, Gennaio, 2018.

GRILL, I. G.; REIS, Eliana T. dos. **Estudos de elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014a.

_____. **Para um estudo de imbricações entre domínios políticos e intelectuais**. In: REIS, Eliana.T.dos; GRILL, I.G.. (Org.). Estudos sobre elites políticas e culturais. São Luís: EDUFMA, 2014b.

_____. **Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão**. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 53, p. 363-377, 2017.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **Memórias da Elite: arquivos, instituições e projetos memoriais**. Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS, São Luís, v. 8, n. 15, p. 77-96, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. (Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges), Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 207-233, 419-476.
- MACHADO, Andressa C.; REIS, Eliana T. dos. **Perfis e itinerários de mulheres intérpretes do Maranhão**. Revista Eletrônica de Ciência Política - RECP, v. 8, p. 4-32, 2017.
- MACHADO, Andressa C. **Mulheres intérpretes do Maranhão: perfis e concepções de cultura**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.
- MATOS, Elisene C. **Intérpretes da “cultura popular” e a produção de memórias no Maranhão**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.
- MEIRELES, Marinelma C. **As conexões do Maranhão com África no tráfico atlântico de escravos na segunda metade do século XVIII**. Revista Eletrônica Outros Tempos, v. 6, nº 8, 2009.
- NEDEL, Letícia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2005.
- _____. **Onde o gigante perdeu as botas: memórias em confronto no interior de um museu histórico**. História Oral, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, Jan/Jun, p. 63-95, 2011.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, v. 10, Dez, p. 7-28, 1993.
- ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas**. Cultura Popular. São Paulo, Ed. Olho D’Água, 1992.
- REIS, Eliana Tavares dos. **Referencial e Mediação na produção de políticas públicas para a ‘cultura’ no Maranhão**. In: 33.º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, p. 1-32, 2009.
- _____. **Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 25, n.3, Set./Dez, p.499-523, 2010.
- _____. **O trabalho de construção de um “perfil artístico e cultural do Maranhão”**. In: REIS e GRILL. Estudos sobre elites políticas e culturais. São Luís: Edufma, 2014.



ENTRE O “POVO” E A “ELITE”:

Cultura popular e *apropriação diferencial* à luz da prática do folclore “alemão” no Brasil

Lucas Voigt¹

GT 6 – Representações Sociais e Produções Simbólicas

¹ Sociólogo e Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC). Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). O presente artigo apresenta alguns resultados da dissertação de mestrado recentemente defendida junto ao PPGSP/UFSC, intitulada “O espaço de práticas do folclore ‘alemão’ *autêntico* no Brasil: Um estudo de sociologia da cultura e das elites”, especialmente do último capítulo, “*Arte, cultura erudita e cultura popular: O lugar do folclore*”. A pesquisa contou com o financiamento do CNPq, mediante a concessão de uma bolsa de mestrado. E-mail: lucas_3106@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, um conjunto de agentes individuais e institucionais atua na definição, legitimação e promoção do folclore “alemão”² dotado dos atributos de “autenticidade”, “fidedignidade histórica” e “valor simbólico”. No contexto do que se entende por “folclore alemão” no Brasil, a manifestação cultural mais importante é, indubitavelmente, a execução e a performance de danças folclóricas ou populares (*Volkstänze*) e, de modo correlato, a confecção e a utilização de indumentárias típicas (*Volkstrachten*), suporte indispensável à prática da dança³.

O “espaço de práticas”⁴ do folclore “alemão” no Brasil – um microcosmo *relativamente* autônomo – está estruturado, em âmbito local ou municipal, a partir de grupos folclóricos, radicados majoritariamente nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com incidência constatada também nas unidades federativas de São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Segundo estimativas levantadas em pesquisa (VOIGT, 2018), pode-se constatar a existência de no mínimo 200 entidades desse tipo. Em âmbito regional – e, em alguns casos, estadual –, verifica-se a existência de “ligas de folclore” ou “associações regionais”, cinco delas em Santa Catarina e duas no Rio Grande do Sul. Em âmbito nacional, a Associação Cultural Gramado (ACG) – Casa da Juventude, radicada no município de Gramado (RS), constitui-se como a principal entidade legitimadora e formadora de especialistas em folclore.

Os grupos folclóricos, compostos por um conjunto de dançarinos, contam com a direção de um “coordenador”, um folclorista experiente, via de regra formado em cursos de especialização promovidos pela Casa da Juventude. Este coordenador costuma ter atuação, simultaneamente, nas associações regionais de folclore. Ademais, os agentes envolvidos na prática do folclore estabelecem redes de relações de interconhecimento e de inter-reconhecimento – isto é, pode-se afirmar que o investimento no espaço do folclore representa

² O termo folclore “alemão” apresenta-se acompanhado de aspas, na medida em que tal prática cultural seria mais apropriadamente definida pelo termo “folclore germânico”. Como argumento (VOIGT, 2018), a própria utilização do termo folclore *alemão* traz, de modo implícito, os sentidos identitários envolvidos no investimento na prática do folclore, orientados segundo um esforço de aproximação e de estabelecimento de laços entre descendentes de alemães radicados no Brasil e a Alemanha. Sobre esse último ponto, ver também Voigt (2017, especialmente p. 146-157).

³ A presente introdução apresenta, de modo sintético, algumas das principais constatações produzidas no âmbito de uma dissertação de mestrado em Sociologia defendida pelo autor. Ver Voigt (2018).

⁴ Tomo a noção de empréstimo de Monique de Saint Martin, em seus estudos sobre os descendentes da nobreza na França. Ver Saint Martin (2002). Em linhas bastante gerais, a noção de “espaço” – em detrimento da noção de “campo” – implica que o universo analisado possui uma maior diversificação e heterogeneidade, e um menor nível de institucionalização. Para uma discussão sobre as noções de “campo” e “espaço”, ver Voigt (2018, p. 20-24).

possibilidades de aquisição de capital social (BOURDIEU, 1998) –, atuando de modo coordenado e articulado em âmbito nacional. Nesse sentido, pode-se sustentar a existência de um espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil, estruturado e orientado segundo uma lógica e um *nomos* dominantes, voltados à salvaguarda da “autenticidade” do folclore.

Com base no aporte teórico-metodológico da Sociologia da Cultura (BOURDIEU, 1996a, 2007; ELIAS, 2001; FERNANDES, 2010, 2012) e da Sociologia das Elites (SAINT MARTIN, 2002; SEIDL, 2013; CORADINI, 2003; REIS, 2010), foi possível constatar a existência de uma elite cultural do folclore “alemão” no Brasil, concebida e definida em sentido estrutural – isto é, enquanto um conjunto de agentes que ocupa as principais posições no espaço do folclore. Tal elite cultural é dotada de um conjunto de capitais e trunfos sociais – tais como o capital cultural ligado ao trabalho de decodificação de fontes históricas de origem popular, capital linguístico germânico, estadas no exterior, formação continuada e sistemática em cursos de especialização em folclore, dentro outros.

Tal elite cultural é responsável pelo trabalho de *mediação cultural*⁵ e de legitimação do folclore “alemão” autêntico no Brasil, operando uma *decodificação* de registros históricos provenientes do contexto europeu, necessários à sustentação da prática do folclore “alemão” e à garantia da autenticidade do folclore – as *Tanzbeschreibungen* (descrições de dança) e os registros iconográficos de *Trachten* (trajes) – e, simultaneamente, pela *prescrição* de práticas culturais no contexto brasileiro, garantindo a reprodução fidedigna e invariável das danças e dos trajes. Esta é, em última instância, a base da concepção legítima de “autenticidade” no espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil.

Por conseguinte, pode-se aferir que, no contexto brasileiro, a manifestação do folclore e da cultura popular de origem germânica é possibilitada e legitimada por uma elite cultural. Dito de outro modo, sem o trabalho de invenção da tradição do folclore “alemão” no Brasil⁶ e sem o trabalho cultural levado a cabo pelos especialistas em folclore, não seria possível constatar a existência de tal prática cultural no país.

O presente artigo tem dois objetivos, de natureza inter-relacionada. Por um lado, analisar e compreender a prática do folclore “alemão” no Brasil, problematizando o lugar do folclore “alemão” entre as esferas da “arte”, da “cultura erudita” e da “cultura popular”. Para tanto, propõe-se uma análise do folclore na sua interface entre as esferas do “povo” e da

⁵ “Mediação cultural” é compreendida no sentido atribuído por Eliana Tavares dos Reis, isto é, enquanto um processo de decodificação do mundo e de prescrição de códigos e normas. Ver Reis (2010).

⁶ A prática do folclore “alemão” no Brasil, resultado de um longo processo de institucionalização e de iniciativas que remontam imediatamente após o fim do Estado Novo (1937-1945), é uma invenção extremamente recente, que podemos situar na década de 1980. Para a discussão clássica acerca do fenômeno da invenção das tradições, ver Hobsbawm e Ranger (1984).

“elite”, explicitando o fenômeno da “apropriação diferencial” e das múltiplas intersecções e circulações entre os domínios da cultura erudita e da cultura popular. Por outro lado, tal análise sobre o folclore “alemão” nos permitirá a elaboração de uma discussão sociológica de cunho mais amplo e geral, problematizando e repensando a noção canônica de “*cultura popular*”. Neste artigo, defendo a pertinência da noção de “*apropriação diferencial*” para a análise da cultura popular e da produção simbólica – operando, complementarmente, uma crítica à noção de “*apropriação cultural*” –, tendo em mente o seu potencial para a identificação e a análise das múltiplas circulações, intersecções, intercruzamentos e apropriações de bens simbólicos entre os domínios do “popular” e do “erudito”, do “povo” e das “elites”.

2 CULTURA POPULAR E APROPRIAÇÃO DIFERENCIAL À LUZ DO FOLCLORE “ALEMÃO” PRATICADO NO BRASIL

Como uma prática relacionada ao folclore pode ser considerada uma prática de elite? Como uma expressão ligada à “cultura popular” pode depender de uma elite que imprime os códigos de sua legitimidade? Como uma prática cuja base de “autenticidade” está pautada na “antiguidade” e na experiência “popular”, pode depender da imposição e da certificação de um conjunto de códigos por parte de uma elite cultural, para que exista e seja considerada “autêntica”? De que forma uma prática, originalmente “popular”, passa a depender de mecanismos de legitimação e de definição essencialmente “eruditos”? De que modo sua execução passa a depender dos critérios de um conjunto restrito de especialistas? Como esta elite define os códigos para a prática do folclore, exercendo o poder simbólico que garante os atributos de “autenticidade” desta manifestação cultural? Como ocorre o distanciamento e a ruptura entre o “povo” e o folclore? Para sintetizarmos o problema sociológico possivelmente de maior relevância suscitado pela investigação sobre o folclore “alemão” no Brasil em uma simples pergunta: como pode o folclore “alemão” depender do trabalho de mediação de uma elite cultural?

Para respondermos tais questões, será necessário problematizarmos o lugar do folclore entre a arte, a cultura erudita e a cultura popular, isto é, entre as esferas de produção cultural “legítimas” e legitimadas e a cultura popular – em tese, uma expressão e emanção do “povo”, não mediada e desprovida de quaisquer mecanismos de legitimação. Assim, principio esta análise a partir de uma problematização acerca do *lócus* do folclore nas intersecções entre as esferas da arte, da cultura erudita e da cultura popular, tendo em mente que estamos

defronte a um fenômeno – a saber, o folclore “alemão” praticado no Brasil – que, a despeito de estar integrado ao domínio da “cultura do povo”, se constitui e se estrutura por meio de um processo de legitimação e de consagração característico das esferas de produção erudita.

Analisemos, em um primeiro momento, o problema da “arte”. Para tanto, mostra-se profícuo considerarmos em maiores detalhes a obra clássica de Nikolaus Pevsner, *Academias de Arte* (PEVSNER, 2005). Tal obra parte da constatação – incômoda à perspectiva marxista do autor – de um distanciamento entre o artista e o seu público, isto é, entre a arte e o povo. Central a este processo de distanciamento é o surgimento das academias de arte. A proposta de Pevsner (2005) se volta à defesa de uma reaproximação da arte com o povo. Na minuciosa análise histórica do autor, vemos como um conjunto de reuniões informais entre artistas acaba resultando – após um longo e complexo processo histórico – na formalização e na institucionalização de espaços para o ensino da arte. Tal processo está ligado à busca de emancipação do artista em relação às corporações de ofício; a institucionalização da academia implica precisamente a superação da guilda medieval⁷. Assim, a academia se torna o espaço institucionalizado *par excellence* do ensino da arte e, notadamente, um espaço restrito.

A institucionalização da arte implica a produção de mecanismos de legitimação de uma posição social para o artista, em contraposição à corporação de ofício. Correlatas a esta tensão entre a guilda e a academia estão duas definições e concepções distintas sobre o “artista”: uma pautada pelo trabalho manual – o do artesão, própria da corporação de ofício – e outra pelo trabalho intelectual, do espírito – própria da academia. Como demonstra Pevsner (2005), esta última é a concepção moderna do artista, fruto do processo de distanciamento da guilda e de institucionalização da arte. O artista se distancia do povo pela construção da ideia de “gênio” e de notabilidade. Tal concepção sobre o artista, influenciada por mestres como Da Vinci e Michelangelo, estabelece uma nova relação do artista com o público, na qual importaria principalmente a expressão do estilo do artista, a despeito das expectativas de seu público. Detendo os mecanismos de legitimação da arte, produzidos no espaço restrito das academias de arte, os principais artistas operam uma legitimação de si mesmos, de sua autoimagem e de sua posição social.

Tais reflexões são pertinentes na medida em que a produção cultural do folclore “alemão” no Brasil também reproduz os códigos produzidos por um conjunto de instituições e

⁷ Pode ser encontrada na obra de Martin Warnke (2001) uma discussão aprofundada acerca da tensão entre os artistas e as corporações, enfocando o caso e a posição do artista nas cortes. Elementos sobre a tensão entre a academia e a corporação de ofício, bem como sobre o papel da academia para a definição de uma posição social para o artista, podem ser obtidos em Francis Haskell (1997), trabalho acerca do fenômeno do mecenato na Roma do século XVI.

especialistas. Tal como as práticas artísticas, o folclore é submetido a um processo de institucionalização que o separa do público e do “povo”, por meio da definição de parâmetros para a prática do folclore “autêntico”, e de uma posição para os especialistas em folclore. Neste sentido, o folclore assume algumas feições “artísticas”, como a relativa despreocupação com o público, a separação entre folcloristas e público espectador, e a assunção do formato da “apresentação” em palcos, como mencionam alguns dos especialistas em folclore com quem conversei. Em certa medida, o folclore “alemão” praticado no Brasil, institucionalizado e especializado, pode ser definido como uma prática “autopoietica”: produzido *por* folcloristas *para* folcloristas, no âmbito do espaço restrito e “fechado” do folclore.

Ainda que seja possível apontarmos similitudes entre o folclore “alemão” e as concepções em torno da arte – e a autoimagem fabricada e associada ao trabalho do artista –, a problematização mais relevante a ser realizada nesse artigo tange à ideia de “cultura popular” e, de modo correlato, à noção de “cultura erudita” – termos correlacionados e imbricados. Para que compreendamos o lugar do folclore “alemão” praticado no Brasil entre, de um lado, a arte e a cultura erudita, e de outro, a cultura popular, é imprescindível, em princípio, a problematização de algumas pré-noções e juízos de valor associados à ideia de “cultura popular”.

Em primeiro lugar, deve-se rejeitar uma concepção “folclórica” e “idílica” da cultura popular. De um ponto de vista sociológico, não se pode aceitar uma visão idealizada e romantizada do povo e da cultura popular, como se vê, por exemplo, na célebre análise de Mikhail Bakhtin (2002) sobre François Rabelais. Subjaz à análise de Bakhtin uma concepção de cultura popular como uma cultura universal, mais autêntica e mais verdadeira; como o reino da liberdade e da virtude, como uma propriedade inalienável do povo. A partir da análise da obra de Rabelais, Bakhtin ficcionaliza uma cultura popular intocada pelos governantes ou pela cultura oficial, em que o carnaval, o riso e a comicidade representariam um tensionamento intrínseco à cultura oficial e dominante. As marcas do folclore, da tradição e da cultura popular, na visão de Bakhtin, seriam a unidade, a essência e a pureza.

Se na leitura romantizada da cultura popular o “povo” é concebido como o reino da virtude, da “autenticidade” e da “verdade”, podemos constatar de modo análogo um consenso implícito e uma rejeição declarada à ideia de “elite”, domínio da mácula, da infâmia e da vileza. A proposta de análise esboçada a seguir tem por objetivo desencantar a ideia de “povo” e, de modo correlato, analisar a noção de “elite” desvencilhando-a das pré-noções imputadas pelo senso comum. Assim, na argumentação que segue, procura-se analisar ambas as noções de um ponto de vista objetivado e desprovido de juízos de valor. Desde tal ponto de

vista sociológico, os referentes das noções de “povo” e “elite” devem ser considerados enquanto um conjunto de posições no espaço social, estruturadas segundo o volume e a estrutura de determinados de capitais; segmentos populares ou das elites não podem, sociologicamente, serem considerados como conjuntos de agentes individuais detentores de virtudes ou vícios imanentes. No que tange especificamente ao domínio da produção cultural, como veremos, será possível constatar a fluidez, a interação e as intersecções entre os domínios do “povo” e das “elites” – isto é, entre os domínios da cultura popular e da cultura erudita –, que mostrar-se-ão características constitutivas e definidoras dos produtos simbólicos de matriz “popular”.

Em seu artigo “*Vous avez dit ‘populaire’?*” (BOURDIEU, 1996b), Pierre Bourdieu problematiza a noção de “popular”, apontando o misticismo envolto no termo, um “epíteto mágico” e uma noção com “virtudes mistificadoras” – nos termos do autor. Segundo Bourdieu, a noção de “popular” estaria supostamente protegida da crítica sociológica, na medida em que qualquer problematização da noção é considerada – pelos autoproclamados defensores das “causas populares”, que investem nessa causa seus próprios interesses e pré-noções – uma agressão simbólica ao seu referente, isto é, uma agressão ao próprio “povo”.

Nas palavras do autor:

As locuções que comportam o epíteto mágico de “popular” estão protegidas contra a análise pelo fato de que toda crítica de uma noção que diz respeito de perto ou de longe ao “povo” corre o risco de ser imediatamente identificada como uma agressão simbólica à realidade designada – logo, imediatamente fustigada por todos aqueles que se sentem no dever de tomar o partido e defender a causa do “povo”, assegurando, assim, os lucros que também podem ser obtidos, sobretudo nas conjunturas favoráveis, com a defesa de “boas causas”. (BOURDIEU, 1996b, p. 16).

Bourdieu (1996b) está interessado especialmente no fenômeno da “linguagem popular”, termo que – tal como as locuções aparentadas (“cultura popular”, “arte popular”, etc.) – pode ser definido apenas relacionamente, isto é, como aquilo que está excluído da língua “legítima”. Como argumenta o autor, uma exaltação da “linguagem popular” – e podemos estender o argumento à “cultura popular” – é uma expressão característica do populismo. Bourdieu irá propor, em sua análise, alguns elementos para uma sociolinguística da “linguagem popular”. Nesta proposta, o autor identifica alguns fatores determinantes do *habitus* que influenciam a linguagem: sexo, geração, posição social, origem social e origem étnica. A análise do autor, além de demonstrar as fragilidades das concepções “populistas” da cultura popular, tem por objetivo considerar os determinantes sociais de origem e trajetória e o volume de capitais disponíveis aos agentes para a compreensão das manifestações associadas à “linguagem popular”. Bourdieu irá criticar ainda as análises que ignoram o

intercruzamento entre linguagens, propondo uma análise dos mercados linguísticos, isto é, dos contextos de fala e de uso da língua.

Com base na argumentação de Bourdieu (1996b), podemos afirmar que o “popular” se define relacionalmente como o conjunto de expressões, produtos e bens simbólicos distintos e excluídos do domínio do “erudito”, do “oficial”, do “culto” e do “legítimo” – isto é, o popular se define em relação a tudo aquilo a que se opõe. Seguindo Bourdieu, do mesmo modo que noções como “classes populares” e “povo” podem ter seus referentes ampliados e estendidos, a “cultura popular” pode ter sua extensão manipulada segundo interesses e preconceitos específicos dos agentes que mobilizam o termo. Assim, as noções pertencentes à família do “popular”, termos extremamente amplos e vagos, com referentes variáveis e capazes de abrigar a tudo e a todos dependendo do contexto e do seu uso social, podem prestar múltiplos serviços, até mesmo no discurso erudito. O “popular”, quando apropriado ao domínio da produção erudita, depende de uma definição quase implícita, muito raramente questionada ou problematizada. Neste domínio, o emprego do termo “popular” – assumido em uma perspectiva “folclórica” – inclina-se à definição e à delimitação dos representantes – nos planos individual e, principalmente, coletivo – mais “puros” e “autênticos” do povo. Ainda de acordo com Bourdieu, o termo “popular” é resultado da aplicação de taxonomias dualistas – da ordem da razão mítica, do conhecimento corriqueiro do mundo social – que estruturam o as práticas sociais (“elite” e “povo”, “alto” e “baixo”, “distinto” e “vulgar”, “erudito” e “popular”, “cultura” e “natureza”, etc.), o que impossibilita uma análise das *interações, intersecções, circulações e apropriações* entre o “popular” e o “erudito”, entre o “povo” e a “elite”.

Os estudos mais recentes, sérios e sofisticados acerca do fenômeno da cultura popular (CHARTIER, 2004; BURKE, 2010; BOURDIEU, 1996b) têm constatado, de modo inequívoco, que a cultura do povo não pode ser considerada uma entidade isolada da realidade social circundante e que, a despeito dos discursos folclóricos e das concepções veiculadas pelos autoproclamados “defensores do povo”, a cultura popular não pode ser definida como um repositório de bens culturais com fronteiras nitidamente discerníveis e impermeáveis, intocada pelas elites ou por processos de legitimação e de consagração característicos do domínio erudito. Dito de outro modo, são numerosos os exemplos de elementos da cultura popular submetidos a um enquadramento e a um trabalho cultural de legitimação e de “escrita” por parte de agentes de origem social *não popular*.

Como argumenta Peter Burke (2010), em sua análise da cultura popular na Idade Moderna, em face ao eminente processo de desaparecimento da cultura popular – em virtude

de processos como a industrialização, a urbanização e a centralização do Estado –, ela foi “descoberta” e “inventada” por um conjunto de membros da elite, em fins do século XVIII, que começaram a recolher elementos do folclore por meio da oralidade e da observação, descrevendo-os. A estes folcloristas – dentre os quais se pode mencionar o conhecido caso dos irmãos Grimm – pairava uma concepção também folclórica da cultura popular: ela seria a “poesia da natureza”, uma expressão autêntica do povo, não deturpada pelas formas de produção erudita das elites. Com base no trabalho de Burke, constatamos que a cultura popular – e notadamente, as fontes e os registros históricos sobre a cultura popular – são produto do trabalho e do interesse das elites, a quem o povo era um ente desconhecido, exótico e intrigante. A consequência lógica de tal constatação é que, de um ponto de vista teórico-metodológico, é extremamente problemático ignorarmos a variável “elite” para a análise de manifestações da cultura popular.

Neste sentido, além de rejeitarmos uma definição folclórica e idealista da cultura popular, devemos problematizar as fronteiras classicamente estipuladas e projetadas ao “popular” e ao “erudito”. Para tanto, as análises de Roger Chartier oferecem subsídios extremamente proveitosos. No clássico *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*, Chartier (2004) se insurge contra a noção disseminada e dominante de cultura popular, isto é, aquela que define o “popular” por meio de uma distinção e oposição radical em relação à cultura oficial dos dominantes. Como argumenta o autor, a divisão peremptória entre o “erudito” e o “popular” é uma expressão do senso comum recorrente em um grande número de estudos; o popular, nesse caso, é definido de modo simplório em termos de uma distinção categórica em relação ao que ele não é – no caso analisado por Chartier, a literatura erudita e o catolicismo dos clérigos.

O ponto fulcral proposto por Chartier (2004, p. 8) é que há “[...] circulações fluidas, práticas compartilhadas, diferenças indistintas” entre a cultura popular e a cultura erudita. Nas palavras do autor: “São numerosos os exemplos de usos ‘populares’ de objetos, de idéias, de códigos não considerados como tais, e numerosos também os materiais e as formas de uma cultura coletiva das quais as elites só se separam lentamente”. (CHARTIER, 2004, p. 8). O foco da obra de Chartier (2004) é a questão da leitura, sua circulação e sua apropriação na França do *Ancien Régime*. Neste contexto, o autor analisa, por exemplo, como materiais de origem popular são mobilizados em rituais e textos eclesiásticos; ou, por outro lado, como a “Biblioteca Azul”, composta por textos produzidos nos marcos da erudição, tem seu principal público nos setores populares.

Assim, a proposta de Chartier (2004) – que procura conscientemente evitar o emprego do termo “cultura popular” – é superar uma visão unitária e global das manifestações populares, com o objetivo de deslindar os cruzamentos e as tensões entre as formas culturais. Ao invés de estabelecer um recorte válido, *a priori*, entre o “popular” e o “erudito”, Chartier dá preferência “ao inventário dos materiais comuns de toda uma sociedade” e à “diversidade das práticas que os utilizam”. Neste contexto, adquire centralidade a noção de “*apropriação*”, que tem por finalidade identificar os usos diferenciados e as múltiplas apropriações de determinada manifestação cultural.

De acordo com Chartier (2004), devemos superar uma interpretação que concebe o “popular” e o “erudito” – ou oposições relacionadas, como “popular” e “oficial”, “rural” e “urbano”, “laico” e “religioso” – enquanto formas antagônicas, enfocando os materiais comuns da sociedade e as formas múltiplas e diferenciais por meio das quais são apropriados. Dito de outro modo, seguindo Chartier, é pouco profícuo o estabelecimento de fronteiras engessadas, estanques e impermeáveis entre o “popular” e o “erudito”; mais interessante, de um ponto de vista sociológico e historiográfico, é analisar como uma determinada prática cultural é apropriada diferencialmente pelos agentes sociais durante o curso da história. Em suma, para Roger Chartier, trata-se de apreciar o popular e o erudito em seus intercruzamentos, não apenas naquilo que lhe é próprio e supostamente exclusivo.

Partindo da assunção de impossibilidade – ou improdutividade teórico-metodológica – de estabelecer fronteiras fixas ou rígidas entre os domínios da cultura popular e da cultura erudita, a principal consequência para o objeto empírico em análise – isto é, o folclore “alemão” no Brasil – é que a atuação de uma elite cultural na promoção e na legitimação do folclore “alemão” no Brasil, de origem popular e historicamente referenciado e situado, não é uma contradição em termos lógicos, sociais ou históricos. Tal como foi constatado no objeto analisado por Peter Burke (2010), verifica-se no espaço do folclore que são os membros de uma elite cultural que, utilizando e apropriando-se de referências embasadas em práticas populares – os registros históricos de trajes e de danças populares –, preservam, definem e promovem tal manifestação cultural. Assim, com base nas discussões esboçadas, podemos concluir que o folclore “alemão” praticado no Brasil é um caso taxativo da permeabilidade das fronteiras entre o erudito e o popular, e de uma *apropriação diferencial* de um produto cultural, fenômeno característico e corriqueiro no universo da produção simbólica.

Neste sentido, no que tange ao folclore “alemão” praticado no Brasil, deve-se conscientemente evitar a definição ou a delimitação dos elementos ou características constitutivas, próprias ou pertinentes aos domínios do “popular” e do “erudito”, do povo ou

da elite. A análise da prática do folclore “alemão” no Brasil representa um esforço de compreensão dos usos distintos e diferenciais de tal folclore no contexto brasileiro, isto é, das suas apropriações durante o curso da experiência sócio-histórica, dentre as quais se destaca os usos de materiais de origem popular e histórica por parte de um conjunto de agentes sociais, constituídos enquanto uma elite cultural. Deste modo, uma investigação sobre o fenômeno do folclore “alemão” constitui-se, simultaneamente, em uma investigação acerca das práticas de definição e de legitimação levadas a cabo por uma elite cultural que, contemporaneamente, se apropria da “cultura popular” e executa um trabalho de mediação cultural com base em referências historicamente delimitadas ao povo e à cultura germânica. De modo semelhante ao que foi constatado por Burke (2010), que encontrou nos materiais produzidos por elites a chave de entrada – em termos de fontes de pesquisa – para o estudo de “*uma presa esquiva*”, isto é, a cultura popular europeia em desaparecimento, no que tange ao folclore “alemão” no Brasil, o trabalho cultural de uma elite é condição *sine qua non* para a análise sociológica – e para a própria existência social – da prática da cultura popular germânica no contexto brasileiro.

Não obstante, é interessante pontuar que tal concepção sociológica que evidencia a fluidez e a permeabilidade entre a cultura popular e a cultura erudita está muito distante das concepções “nativas” dos especialistas em folclore. Com base em entrevistas com tais especialistas, foi possível verificar por parte desses agentes um certo incômodo com o distanciamento da dança folclórica alemã em relação ao “povo”, bem como com a transposição do folclore para o palco, no formato de “apresentações” e “shows”. Neste sentido, são emblemáticos os esforços de “repopularização” do folclore, isto é, a defesa de que o folclore alemão “saia dos palcos” e passe a integrar o público. Desta forma, podemos constatar que o papel desempenhado pela elite folclorista na legitimação e na definição do folclore “alemão” não está desvinculado de certo desconforto em função do conseqüente e alegado distanciamento em relação aos segmentos “populares”. À suposição dos especialistas em folclore no tocante à indissociabilidade entre o folclore e o povo, subjaz uma concepção específica da cultura popular e do papel desta elite cultural, que expressa uma concepção “folclórica” e “idealista” das manifestações populares, e que vê com tensão a apropriação do folclore por esses mesmos especialistas. Tal concepção, compreensível e “legítima” enquanto um ponto de vista nativo e uma expressão de uma posição dos agentes sociais, não pode ser assumida de um ponto de vista sociológico, na medida em que o intercruzamento entre a cultura popular e a cultura das elites é um fenômeno constitutivo da produção cultural e do domínio do simbólico, e na medida em que a cultura popular não é uma entidade isolada do

mundo social e encerrada em si mesma, oclusa a interações, apropriações e usos sociais diferenciados.

Em suma, o que se pôde constatar é que o espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil mostra-se um objeto excepcional para a análise da *apropriação diferencial* de produtos simbólicos entre as esferas da “elite” e do “povo”. O que se tem é uma elite que legitima uma prática com base e referência ao povo – e, nesse processo, simultaneamente executa sua própria autolegitimação. No nível do discurso, o folclore “alemão” é imputado à herança dos imigrantes e antepassados alemães que vieram ao Brasil; na prática, tal folclore encontra sua legitimidade e embasamento em fontes históricas produzidas por elites no contexto europeu e importadas contemporaneamente para o Brasil. O folclore “alemão”, assim, constitui-se enquanto um conjunto de práticas – a performance de danças e o uso de indumentárias – de matriz popular, sustentadas por fontes históricas que circulam entre especialistas europeus e também brasileiros, responsáveis pela promoção, definição e legitimação do folclore. Sem tais agentes externos aos segmentos populares, tal prática de matriz popular dificilmente subsistiria; no contexto europeu, na ausência de registros históricos produzidos por elites, dificilmente o folclore perduraria nos dias atuais; na realidade brasileira, sem os especialistas que mediam, importam e decodificam as fontes necessárias à prática do folclore, ela certamente não existiria. Portanto, para que se registre, sem o trabalho especializado dos mediadores, da elite cultural folclorista, não seria possível constatar a existência da prática do folclore “alemão” no Brasil.

Enfim, o espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil é, ademais, um *locus* privilegiado para a análise do fenômeno da apropriação diferencial, não apenas porque a execução de tal prática de matriz popular depende da mediação de especialistas – uma elite cultural –, que media a relação entre o conjunto mais amplo de folcloristas e os registros históricos de práticas populares produzidos por elites intelectuais, mas pelo fato desse folclore *alemão* ser apropriado no contexto *brasileiro*, implicando uma dinâmica de apropriação diferencial não apenas em termos de hierarquia e de estratificação social no contexto interno de sociedades nacionais, mas também de apropriação diferencial de bens simbólicos entre países.

3 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A NOÇÃO DE “APROPRIAÇÃO CULTURAL”

A noção de *apropriação diferencial* advogada nesse artigo não deve em absoluto ser confundida com a estulta noção de *apropriação cultural*, que adquiriu notória projeção e

alcance no debate público brasileiro recente. Propagada e notabilizada por meio de notícias, acusações, difamações e polêmicas veiculadas nas redes sociais, a “apropriação cultural” adentrou de contrabando nos debates acadêmicos recentes acerca do fenômeno da cultura. Ao invés de ter sido submetida a um processo de distanciamento, problematização e crítica acadêmica, a apropriação cultural adquiriu adeptos e defensores ferrenhos no campo das ciências humanas, transformando-se até mesmo em temática de discussões especializadas. Em minha visão, chega a ser extraordinário – e sintomático do nível do debate intelectual e do momento histórico que vivenciamos – que uma noção tão limitada e problemática como a “apropriação cultural” seja levada em consideração – enquanto *categoria de análise* – em um debate sério acerca da cultura. A defesa da noção de apropriação cultural – e a acusação de indivíduos ou de grupos que a praticam – é uma daquelas “boas causas” das quais falava Pierre Bourdieu, que garante dividendos, lucros simbólicos e retribuição psicológica a seus defensores.

A apropriação cultural é usualmente concebida de dois modos. A primeira concepção dirige uma crítica à utilização de produtos culturais com conotações identitárias ou étnicas, provenientes de determinado grupo social considerado “minoritário”, por parte de indivíduos que não pertenceriam – em termos culturais, identitários ou étnicos – a tal agrupamento. Ao utilizar determinado bem simbólico, o apropriador estaria – orientado segundo uma lógica “mercadológica” e “capitalista”, com vistas à exploração econômica da cultura – “cometendo” a infame apropriação cultural de tais objetos simbólicos. Uma segunda leitura da apropriação cultural, supostamente crítica à primeira concepção – mas, efetivamente, complementar e contígua –, evita enquadrar a apropriação cultural meramente como a utilização de determinado bem simbólico por parte de “elites” ou de “grupos dominantes”; nessa leitura, o cerne da crítica se dirige à utilização de determinado objeto simbólico sempre que estiver desprovida do reconhecimento ao grupo cultural ou étnico de origem, ou quando implicar numa suposta tentativa de apagamento do grupo que teria originalmente produzido determinado bem simbólico – que, nessa visão, se constituiria como o único e legítimo utilizador do produto simbólico em questão. O caso do uso de tranças – de origem africana – por artistas ou modelos etnicamente identificados como “brancos” é um caso emblemático e bastante conhecido do que se compreende por “apropriação cultural”.

As múltiplas concepções e formulações que gravitam em torno da noção de “apropriação cultural” mostram-se igualmente problemáticas. Enquanto uma categoria de análise, em termos teóricos, a “apropriação cultural” possui incontáveis problemas e limitações. A seguir, destacarei diretamente três dos principais problemas implicados em tal

noção. Em primeiro lugar, a noção de apropriação cultural concebe os bens simbólicos como entidades estáticas, imóveis, imutáveis e intrinsecamente vinculadas ao grupo social que os teria originalmente produzido. Assim, a apropriação cultural depende de uma concepção de “identidade” substancialista, fixa e imutável, em relação à qual um conjunto de objetos culturais estaria perpetuamente atrelado, e da qual são inevitavelmente indissociáveis. Ademais, a noção de apropriação cultural impossibilita uma reflexão acerca da circulação e das múltiplas apropriações dos objetos culturais, além de ignorar a existência de uma biografia e de uma trajetória social próprias dos objetos⁸. Em segundo lugar, a apropriação cultural depende de uma definição de fronteira de grupo, normalmente étnica. Para tanto, é necessário que determinado indivíduo – um defensor da boa causa da denúncia de apropriação cultural – defina quem pertence a determinado agrupamento, podendo utilizar legitimamente determinados bens culturais, e quem estaria excluído de tal grupo, podendo, por consequência, fazer uso dos bens simbólicos apenas de modo ilegítimo – e praticando, assim, a apropriação cultural⁹. Em terceiro e último lugar, a noção de apropriação cultural imprime um perigoso discurso de criminalização à cultura, tendo em vista que, via de regra, determinado indivíduo é “acusado” de cometer uma apropriação cultural – constatam-se frequentemente manchetes de notícias que apontam que uma determinada pessoa pública ou artista “cometeu” um ato de apropriação cultural¹⁰. Nesta lógica de criminalização da cultura e das práticas culturais, os defensores da “boa causa” tornam-se acusadores e procuradores, indivíduos são acusados e julgados culpados, com um julgamento que normalmente toma espaço nas redes sociais, nos moldes de júri popular e linchamento virtual.

⁸ Para uma perspectiva que considera a trajetória e a história de vida dos objetos, ver Appadurai (2008). O autor desenvolve uma análise contrária à perspectiva que encara os objetos como entidades inertes, “mudas”, desprovidas de existência social; de acordo com o autor, o sentido e o valor de determinado objeto não podem ser definidos apenas pela mediação de agentes humanos em determinado momento da experiência histórica, na medida em que os objetos têm trajetórias e uma vida social própria.

⁹ A mesma lógica subjacente à noção de “apropriação cultural” se expressa em outros termos do vocabulário político pós-moderno e dos movimentos identitários, como na noção de “*lugar de fala*”. Apesar de possuir o mérito de evidenciar que todo discurso está atrelado à posição social e ao ponto de vista do sujeito de enunciação – o que, todavia, já é consensual nas ciências sociais há algumas décadas –, a noção de “lugar de fala” tem sido empregada para cercear a própria possibilidade de expressão acerca de determinados fenômenos por parte de sujeitos que não estão identitária ou etnicamente a eles vinculados, haja vista que tais sujeitos estariam desprovidos de um “lugar de fala” legítimo. A noção de “lugar de fala”, assim, é mais uma das categorias beligerantes que adquiriram projeção no contexto político – e também de pesquisa – das ciências humanas, e que representam um retrocesso ao trabalho de compreensão dos fenômenos sociais. Tal noção é especialmente problemática, na medida em que é utilizada para cercear, por um lado, a *liberdade científica* e, por outro, uma das liberdades básicas das sociedades democráticas – a *liberdade de expressão*. Por consequência, cerceia-se a própria possibilidade de conflito e de divergência ampla no debate público.

¹⁰ Ver, por exemplo: CATRACA LIVRE. **Anitta usa trancas e, de novo, comete apropriação cultural**. 21/08/2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/anitta-usa-trancas-e-de-novo-comete-apropriacao-cultural/>>. Acesso em: 13 Set. 2017.

Em minha visão, para uma análise séria, sofisticada e sociológica acerca do fenômeno da cultura – e da circulação e da apropriação dos bens simbólicos –, a noção de apropriação cultural deve ser prontamente abandonada. Enquanto a ideia de apropriação cultural concebe os bens culturais como se fossem fixos, imóveis e eternamente atrelados ao grupo cultural que os produziu, a noção de apropriação diferencial – utilizada há algumas décadas por pesquisadores que estudam a “cultura popular” com seriedade – parte da concepção de que os produtos simbólicos circulam, são apropriados de modos distintos e diferenciais por variados agentes sociais e agrupamentos (“povo” e “elite”, “dominantes” e “dominados”, “ricos” e “pobres”, “cidadinos” e “camponeses”, etc.). Desse modo, ao contrário da noção de apropriação cultural, a *apropriação diferencial* nos permite desenvolver uma análise sociológica competente e aprofundada, possibilitando rastrear o complexo processo de múltiplas apropriações e de usos diferenciais de determinado bem simbólico, sem relegar o pesquisador a um mero *denuncionismo* estéril e limitado de “roubos”, “apropriações” e “usos ilegítimos” da cultura.

O supramencionado incômodo no que tange ao afastamento do folclore em relação ao “povo” manifesto pelos folcloristas que entrevistei, bem como os esforços de repopularizar e retirar o folclore do palco – concepção baseada na oposição e separação clássica entre “povo” e “elite”, que estrutura o senso comum –, são legítimos – e até mesmo “louváveis” – no contexto interno do espaço do folclore “alemão”. Isto é, tal posicionamento é compreensível e legítimo de um ponto de vista nativo, ou seja, quando é expresso e defendido pelos agentes que investem na prática do folclore. Do mesmo modo, as denúncias de apropriação cultural são “legítimas” quando originadas de grupos sociais ou étnicos que consideram que determinado objeto cultural que lhes pertence e que lhes é significativo foi “roubado”; ademais, os usos da noção de apropriação cultural podem representar um *locus* profícuo de análise das dinâmicas e das tensões culturais e étnicas na contemporaneidade. Tais perspectivas, ainda que “legítimas” *socialmente*, não podem, entretanto, ser assumidas em uma perspectiva acadêmica e científica – isto é, não possuem legitimidade *sociológica* –, nem fundamentar uma perspectiva teórico-metodológica de análise do fenômeno da cultura popular. Dito de outro modo, não cabe ao sociólogo definir quais bens simbólicos pertencem ao “povo” ou a determinado grupo étnico, mas sim analisar como os agentes definem e se apropriam da cultura, partindo do pressuposto de que os bens simbólicos circulam, têm uma trajetória própria e são apropriados diferencialmente no espaço social durante o curso da história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, defendi a pertinência da noção de “apropriação diferencial” para uma análise da cultura popular (de modo geral) e do folclore “alemão” (de modo particular), demonstrando a necessidade do sociólogo levar em consideração as múltiplas apropriações, circulações, intersecções e intercruzamentos entre as esferas do “erudito” e do “popular”, do “povo” e das “elites”, processos característicos e constitutivos dos produtos simbólicos de matriz popular.

Com o trabalho cultural dos especialistas em folclore, atesta-se indubitavelmente o caráter permeável e a circulação de objetos entre os domínios da “elite” e do “povo”, do “erudito” e do “popular”, do “legítimo” e do “não legitimado”. Como foi argumentado, o trabalho cultural do qual depende o folclore “alemão” é encarado com um relativo incômodo pelos especialistas em folclore, na medida em que a legitimação de uma prática cultural implicaria, por consequência, no seu afastamento do povo. À nossa discussão, que prescinde e recusa a tentativa de enquadramento estrito de uma prática no domínio da “elite” ou do “povo”, o trabalho especializado de mediação cultural da elite folclorista implica, por consequência, na constatação do fenômeno de apropriação diferencial do folclore “alemão” no Brasil, e sua circulação e intercruzamento entre os domínios da cultura popular e da cultura erudita. Ao considerar os usos e as apropriações diferenciais de tal prática cultural, essa pesquisa constatou o trabalho de uma elite cultural que legitima o folclore “alemão” no Brasil, associando ao grupo étnico teuto-brasileiro um conjunto de práticas que dependem do registro histórico da cultura popular produzido por elites intelectuais europeias, e da sua decodificação e legitimação através de um trabalho cultural especializado, levado a cabo pela elite cultural folclorista brasileira.

Assim, o folclore “alemão” representa, em última instância, um tensionamento intrínseco e inerente à noção clássica e disseminada de “popular”. Se o “popular” constitui-se por tudo aquilo que não é legitimado e que pertence estrita e exclusivamente ao “povo”, o caso do folclore “alemão” atesta e comprova indubitavelmente a existência de uma prática que, para ser “autêntica” e expressar verdadeiramente a *realidade* “popular” e “histórica” da cultura do povo, depende precisamente de um trabalho de autenticação e de legitimação. Por consequência, chegamos à conclusão de que as práticas da “cultura popular” só podem ser compreendidas em suas relações, intersecções, usos e apropriações em determinado cosmo social, não enquanto uma categoria essencialista, fixa, imóvel e encerrada em si mesma.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: ____ (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói (RJ): Editora da UFF, 2008. p. 15-88.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- _____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 65-69.
- _____. Você disse “popular”? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.1, Jan./Abr. 1996b, p. 16-26.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CORADINI, Odaci L.. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, 2003, p. 125-144.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FERNANDES, Dmitri C.. **A Inteligência da Música Popular: A “autenticidade” no samba e no choro**. 2010. 414 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, SP.
- _____. Anatomia do Gosto da Música Popular Brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia – São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, SP: Anpocs, 2012.
- HASKELL, Francis. **Mecenas e pintores: arte e sociedade na Itália barroca**. São Paulo: Edusp, 1997.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence O. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PEVSNER, Nikolaus. **Academias de arte: passado e presente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

REIS, Eliana T.. Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 3, Set./Dez. 2010, p. 499-523.

SAINT MARTIN, Monique de. Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2002, p. 127-149.

SEIDL, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor G. (Orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

VOIGT, Lucas. **O devir e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina: Um esboço de sociologia da memória**. Porto Alegre: Multifoco / Luminária Academia, 2017.

VOIGT, Lucas. **O espaço de práticas do folclore “alemão” autêntico no Brasil: Um estudo de sociologia da cultura e das elites**. 2018. 376 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186102/PSOP0612-D.pdf>>.

WARNKE, Martin. **O artista da corte: os antecedentes dos artistas modernos**. São Paulo: Edusp, 2001.



DESMISTIFICANDO SONHOS: UMA ANÁLISE CONFIGURACIONAL DOS
DISCURSOS DE PACIFICAÇÃO ENTRE REFUGIADOS(AS) DO CAMPO DE
KAKUMA – QUÊNIA – (1992-2015)

Juceli Aparecida da Silva¹

GT 6 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRODUÇÕES SIMBÓLICAS

¹ Psicóloga, mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC.
E-mail: juceli_s@hotmail.com. Bolsa CAPES.

INTRODUÇÃO

Diante da leitura de tantas pesquisas acadêmicas e das realidades que se apresentavam diante de mim nas duas experiências no Quênia (SILVA, 2015; 2016), sentia uma grande inquietação pela falta de uma compreensão menos “mistificada” sobre os fenômenos que envolvem a migração forçada e a violência que [geralmente] a precede e a acompanha no Campo de Refugiados de *Kakuma*. Explicações reducionistas e/ou desumanizadas como: “o problema é econômico”, “religioso”, “político” ou “das agências humanitárias”, não me convenciam; era como se os indivíduos que integram estes sistemas fossem simplesmente “sujeitados” e “estáticos” aos diferentes acontecimentos que ocorrem no Campo.

Reconhecer que as relações entre os indivíduos é algo em movimento, que são reconfiguradas a todo o tempo e dependentes de um terceiro (“ele(a)”), é reconhecer que os indivíduos que vieram a ser os(as) refugiados(as) aos quais me dediquei durante toda a pesquisa de mestrado, fazem parte dessas “teias de interdependências” e as retroalimentam constantemente através de comportamentos modelados pelo *habitus* social dos grupos ao qual fazem parte e que também são constantemente adaptados pelas exigências das mudanças “configuracionais” forçadas pela imposição das agências humanitárias (SILVA, 2016). Não é uma questão de procurar culpados, menos ainda a “causa” e o “efeito”; mas sim de compreender sociologicamente quais são as funções sociais desses grupos em meio as teias de interdependências das quais constituem. Significa compreendê-los tanto na posição identitária “eu-nós” (refugiado(a) sul sudanes(a), sudanes(a), somali, ou ainda: agente humanitário(a), turkana, entre outros) como também na perspectiva do “ele(a)”. Assim como reconhecer que todas as configurações sociais são marcadas por “domínios” biológicos, políticos, econômicos, étnicos, ambientais, históricos, entre outros (ELIAS, 2008).

O conceito de configuração é uma das marcas deixadas pelo sociólogo alemão Norbert Elias. Para o autor, as sociedades são como teias ou redes de interconexões aos quais todos os indivíduos são interdependentes. Estas teias ou redes, definidas por ele como “configurações”, que se encontram em constante mudança, movem-se tanto de maneira “civilizada”, quanto “incivilizada” e ambas, podem ocorrer simultaneamente em uma mesma sociedade e momento histórico (ELIAS, 1993; 1994; 2008; ELIAS e SCOTSON, 2000)².

² Porém, reconheço também que seus pensamentos indicam o viés interpretativo causado pelo lugar de enunciação e, logo, a parcialidade do conhecimento científico. Embora o autor almeje a generalização-universalização, constata-se que a sociologia faz sempre uma leitura explicativa do mundo, e sempre um tanto precária e que, neste caso, o faz “eurocêntrico” (GOODY, 2008; FERRO, 2003; BURKE, 2010).

Para Elias (2008), os grupos se tornam cada vez mais interdependentes a medida que eles crescem e com isso “as cadeias de interdependência alargam-se e tornam-se mais diferenciadas; tornam-se conseqüentemente mais opacas e mais incontroláveis, por parte de qualquer grupo singular ou por parte de qualquer indivíduo” (ELIAS, 2008, p. 73). Sendo assim, ele conclui que não existe qualquer razão para que as “desordens” históricas como as guerras, revoluções, rebeliões e massacres e todo o tipo de lutas pelo poder, não possam ter explicação sociológica. Seria impossível explicá-los se não houvessem uma ordem e estrutura. A “fronteira” desse “corpo a corpo” não pode ser reduzido geograficamente.

Apesar do Alto Comissariado das nações Unidas para Refugiados - ACNUR ser o principal mandatário do Campo, seria um erro não compreender que “a arena humanitária” é criada por vários “atores” (HILHORST e JANSEN, 2010). Os agentes humanitários(as), refugiados(as), cidadãos(ãs) locais, jornalistas, doadores(as), pesquisadores(as) entre outros são partes que constituem as configurações nas quais as relações sociais ocorrem no Campo. Nestas configurações sociais, os discursos desses diferentes “atores” são “construídos” e “construtores” de significados; remodelando-se conforme as necessidades e assim, penetram os sonhos³ do tão esperado retorno ao lar.

O levantamento de dados para esta pesquisa aconteceu através da realização do Projeto Baú de Sonhos. Os resultados encontrados apontam para diferentes formas de assimilação desses discursos, pois, os fatos observados apresentam a existência de uma assimetria entre os discursos pacificadores e as ações das diversas pessoas que constituem as redes de interdependências do Campo de Refugiados de *Kakuma*.

Pode-se concluir que esta pesquisa contribui de modo teórico e prático, pois, suas elucubrações reconhecem as interconexões existentes entre todas as pessoas envolvidas nas configurações do Campo. A finalidade de articular a sociologia configuracional de Norbert Elias com as relações sociais que são constituídas no Campo nestes mais de vinte anos de histórias, transformam *Kakuma*, do Kiswahili “lugar nenhum”, em um rico campo de estudos para as ciências sociais.

1 JUSTIFICATIVA

Durante os anos de 1970 e 1980 a questão de refúgio não era um problema para o Quênia (país onde está o Campo de Refugiados de *Kakuma*). O número de indivíduos

³ O entendimento da palavra “sonhos”, utilizada nesse projeto, diz respeito às expectativas para o futuro e não deve ser confundida com interpretações psicanalíticas.

refugiados vivendo no país não chegava a 15.000. A maior parte deles eram ugandenses que acabavam sendo absorvidos no sistema social e financeiro (MONTCLOS e KAGWANJA, 2000; CRISP, 2000; BURNS, 2010). Porém, a situação mudou drasticamente nos anos de 1990 quando conflitos armados começaram a ocorrer com violência nos países que fazem fronteira com o Quênia como a Etiópia, Somália, Sudão e Sudão do Sul. Forçaram mais de 400.000 indivíduos a atravessarem a fronteira (MYLAN, 2003). O número de indivíduos no mundo que são deslocados forçadamente continua em crescimento desde então.

Segundo o ACNUR (2015), somente no ano de 2013 o número saltou de 43.7 milhões para 51.2 milhões de indivíduos após o agravamento dos conflitos na Síria. Quando estes indivíduos deslocados necessitam sair de seus países devido à incapacidade estatal de gerir segurança a seus(suas) cidadãos(ãs) e se refugiam em Campos para refugiados, se deparam com novos problemas. Além da perpetuação da violência, da superlotação, da escassez de alimentos e recursos, muitos se veem vivendo por décadas num ciclo total de dependência das Agências humanitárias. Gerando novas insatisfações e não resolução dos problemas iniciais (VERDIRAME, 1999; MONTCLOS e KAGWANJA, 2000; CRISP, 2000; RUSSEL e STAGE, 1996; OKA, 2014; 2014a; EIDELSON e HORN, 2008; HORN, 2010; GRABSKA, 2011; WRIGHT e PLASTERER, 2010).

O ACNUR (UNHCR, 2015) juntamente com outras agências, desenvolve novas formas de apoio, mas fica evidente que existem grandes desafios a serem superados e lacunas a serem estudadas. Investigar sociologicamente um Campo de refugiados como o de *Kakuma*, sendo um dos maiores e mais antigos do mundo, é uma rica oportunidade de observar as realidades que se apresentam diante de um contexto social extremamente complexo e atual.

Um fenômeno instigante que de Campo de Refugiados se torna uma grande e pobre “cidade”. No qual as relações de poder se mostram maleáveis ao longo de sua história; constituindo uma complexa rede entre todos os “atores” envolvidos no processo. Onde é possível se reconhecer que os(as) refugiados(as) também são agentes. Aprendem e se adaptam aos direitos e aos discursos, interagindo de maneira a reduzir sua extrema dependência e, também, a obter benefícios (KALEDA, 2014; GLADDEN, 2013; MONTCLOS e KAGWANJA, 2000; OKA, 2014; 2014a; JAJI, 2012).

Utilizando-me da sociologia configuracional proposta por Elias (2008), pude compreender que os conflitos intra-inter Estados-Nações enquanto resultados (não premeditados) dessas configurações. Assim, cotejei essa compreensão com as observações de UNHCR (2013), UNHCR (2015), Russel e Stage (1996), Gladden (2013), Gilbert e Cunliffe (2011), Horn (2010; 2010a), Crisp (2000), Oka (2014; 2014a), Montclos e Kagwanja (2000),

Jaji (2012), Hilhorst e Jansen (2010), Grabska (2011) e Wright e Plasterer (2010) que constataam a relevância de se dedicar ao estudo sociológico do Campo de Refugiados de *Kakuma* devido ao fato desse ser um local permeado por relações sociais violentas e que, paradoxalmente e concomitantemente, é contemplado por discursos de pacificação. Para esses autores, existe a necessidade de se dar maior atenção a estas relações sociais violentas através do desenvolvimento de novos estudos que se ocupem de compreender pontos desta realidade que ainda não foram pesquisados.

Diante do que foi apresentado até este ponto, observo que tanto a violência quanto à pacificação não são conceitos “estáticos” ou “desumanizados”, mas sim resultados dessas configurações formadas pelas diferentes pessoas que compõem o Campo de Refugiados de *Kakuma* (sejam refugiados(as), agentes humanitários, agentes do governo, doadores(as), comunidade local, pesquisadores(as), jornalistas entre outros) e que estão em constante mudança. Para Elias (2008), as mudanças não ocorrem sem que haja algum tipo de resistência por parte daqueles que possuem maior poder. À medida que essas interconexões crescem, tornam-se cada vez mais interdependentes e incontroláveis por parte dos grupos ou indivíduos.

Em meio a esse “turbilhão” que envolve desde as violências cometidas nos países de origem (e que fazem esses grupos migrarem), passando pelas violências perpetuadas no Campo e pelos discursos de pacificação, foi que decidi observar como é que os(as) refugiados(as) assimilam esses discursos de pacificação. Assim, com base em todas essas experiências apresentadas que cheguei a pergunta de pesquisa que norteia este estudo: **Como os refugiados e refugiadas do Campo de Kakuma assimilam os discursos de pacificação que são desenvolvidos ao longo das configurações das quais fazem parte?**

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender os sentidos da assimilação do discurso de pacificação pelos refugiados e refugiadas do Campo de *Kakuma*.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Revisar sistematicamente as “intuições [acadêmicas] anteriores” sobre o Campo de Refugiados de *Kakuma*⁴;
- b) “Desmistificar” os conflitos intra-inter Estados-Nações que compreendem os grupos estudados e
- c) Melhorar a compreensão geral que se tem sobre os refugiados e refugiadas, vendo-os além de rótulos dicotômicos (como “apolíticos”, “raivosos” e “vítimas esperançosas”).

3 METODOLOGIA

Quanto a sua finalidade, esta pesquisa uniu elementos **básicos** e **exploratórios**, melhorando a compreensão geral que se tem sobre as relações sociais que estão em constante construção no Campo de Refugiados de *Kakuma*. No que tange a **coleta de dados**, utilizou-se do Projeto “BAÚ DE SONHOS: Práticas Políticas e Culturais para a Paz”⁵, a observação assistemática das relações sociais no Campo (LAKATOS e MARCONI, 2003) e o que Walter Mignolo (2003) considera como “sussurro anônimo”.

Ainda no que diz respeito a coleta de dados, as fontes técnicas utilizadas para esta pesquisa foram **bibliográficas** e **hemerográficas** (RAMOS, 2009). Para tanto, fez-se uso de **documentação indireta** de materiais já publicados, principalmente artigos científicos sobre o CRK, além de autores significativos para a compreensão desse fenômeno sob a perspectiva sociológica. Também se fez uso de fonte **documental**, utilizando-se de materiais que não passaram pelo tratamento analítico, apropriando-se de documentos de outra ordem que não a literatura acadêmica (GIL 2010; RAMOS 2009).

A abordagem do problema de pesquisa, fez-se uso tanto do método **quantitativo** com a Revisão sistemática da Literatura, quanto **qualitativo**. Baseando-se em Rosalind Gill (2002), os aspectos qualitativos dessa pesquisa consistem no uso da **técnica** de “análise de discurso” dos textos produzidos pelos refugiados no Campo durante a realização do Projeto Baú de Sonhos (SILVA, 2016).

Diante do processo de pesquisa descrito, a **amostragem** pôde ser classificada em quatro diferentes subgrupos: três funcionários do Governo queniano, oito funcionários de

⁴ “Intuições de trabalhos anteriores” é a expressão utilizada pela socióloga Rosalind Gill (2002) para descrever o uso de estudos anteriores na validação da pesquisa que se está realizando.

⁵ Com 23 atividades com durações variáveis entre 1 e 4 horas cada, com crianças e jovens que vivem na região de *Kakuma*, que engloba tanto o Campo de Refugiados quanto a cidade onde vivem grupos étnicos da região. Foram abrangidos 12 locais diferentes que, em sua maioria, são espaços destinados à aprendizagem. Totalizando-se mais de 40 horas de atividades com um público estimado de 1.586 pessoas.

agências humanitárias, trezentos e quarenta e dois refugiados e trinta e um cidadãos locais. O **período** ao qual abrange a pesquisa como um todo corresponde: pesquisa teórica entre os anos de 2014 e 2016 e as pesquisas de campo entre os meses de agosto e outubro de 2012 e posteriormente entre março e maio de 2015 (SILVA, 2015; 2016).

4 RESULTADOS

A partir da análise minuciosa dos textos gerados pelos(as) refugiados(as), foi possível responder a minha pergunta de pesquisa sobre a forma como os(as) refugiados(as) assimilam os discursos de pacificação que estão em “desenvolvimento” no Campo. Pois bem, constato ao fim deste longo trabalho que, de maneira geral, os(as) refugiados(as) assimilam esses discursos em diferentes formas de percepção. O que se observa, diante dos fatos aos quais tivemos acesso, é a existência de uma assimetria entre os discursos pacificadores e as ações das diversas pessoas que constituem as redes de interdependências do Campo de Refugiados de Kakuma.

Para chegar a essas constatações, foi preciso a compreensão dos lugares (“identidade eu-nós”) de onde se posicionam esses diferentes indivíduos aqui abarcados. Neste exercício, primeiramente, retomei a constatação de que o conceito de “paz” é ideologicamente carregado e que não existe apenas um conceito, ele não é universal. Órgãos como a(o) ONU\ACNUR que amplamente o empregam, fazem-no sem apresentar uma definição específica (ONUBR, 2016; 2016a; 2016b).

O que se constata pela ONU é o emprego da “paz” enquanto a não existência de conflito violento, porém, os órgãos não entram na discussão do que seria a convivência pacífica. Isso me parece autorizar o uso da força como meio de atingi-la, pois, “a força armada não será usada a não ser no interesse comum” (ONUBR, 2016). Apesar de ter sido criada logo após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de gerar a “paz”, a ONU e o seu braço ACNUR até o ano de 2015 não conseguiram conquistar seus objetivos, mesmo nos próprios países europeus. Lembrando que o ACNUR em muito passou os três anos de existência ao qual era previsto.

Diante disso e em consonância com Grabska (2011), de forma crítica abordo as idealizações adotadas pelas agências humanitárias que, de modo geral, mostram-se como resquícios das “missões civilizatórias” idealizadas e praticadas a mais de quatro séculos na Europa (se espalhando pelo mundo) e que, em confronto com outras “crenças” desencadearam resultados diferentes dos esperados, levando o mundo a viver no início do século XX a

Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Ironicamente (e infelizmente) os resultados foram justamente o oposto do pretendido, levando-nos aos horrores da “desumanização” explícita⁶.

Assim, essa assimetria da qual relatei anteriormente, reporta-se justamente a percepção de uma certa imposição, vinda “de cima” e desconectada com as realidades locais\culturais e que, da forma como ocorre, não contempla algo essencial para que ocorra a assimilação de um novo aprendizado: a emoção. Isso exigiria reconhecer as “identidades eu-nós” envolvidas nessas relações e suas características específicas.

Novamente, por mais que eu não esteja aqui discutindo soluções, essas pessoas envolvidas (ou pelo menos significativa parte delas) almejam viver, ao menos, de modo menos violento. Desse modo, mudanças nesses padrões comportamentais violentos através da assimilação dos discursos de paz, precisariam acessar suas emoções.

Especificamente no que diz respeito aos 18 países de onde os(as) refugiados(as) do Campo de Kakuma são oriundos, vários tratados de paz foram assinados antes e, em alguns grupos, as mulheres também assumiam esses papéis e mesmo assim, após mais de vinte anos de existência, aqui estamos. Compreendo que temos diferentes maneiras de assimilação. Nestas observações, respaldo-me tanto na psicologia cognitiva quanto nas concepções eliasianas sobre as emoções, pois, é através das emoções que assimilamos novos *habitus*.

Por toda a pesquisa me deparei com constatações de “sistemas de crenças” que aumentam as “hostilidades recíprocas” entre os diferentes grupos. Aqui chegamos ao ponto crucial para entender o porquê cheguei a estas considerações, pois, é através das “crenças” que possuímos que construímos nossas relações com o mundo, que nos locomovemos em meio as teias humanas. Quando alimentamos “crenças disfuncionais” que não condizem com as configurações daquele dado momento – neste caso das relações violentas entre os grupos – nos guiamos pelo “tribalismo”, pela raiva, pelo orgulho, pelo ódio, pelo medo e rancor e que “desumanizam” nossos “inimigos”. Porém, ao compreendermos os sofrimentos existentes nessas formas de relações sociais e de nos usarmos de sentimentos empáticos, passamos a assimilar que o sofrimento e a dor que a minha “identidade eu-nós” sente, em muito se assemelha ao “deles”.

Os(as) refugiados(as) recebem um discurso que não corresponde pois, não se percebe que identidades étnicas estão envolvidas, parece que se ignora essa realidade ao transmitir-

⁶ O psicólogo estadunidense Philip Zimbardo (2012), com o conceito de “desumanização”, nos retira, assim como fez Arendt (1999), da confortadora “crença” de que somente algumas pessoas são passíveis de cometer atrocidades. Como se fosse uma característica de personalidade que somente alguns possuem (DEJOURS, 2001).

lhes. Assim, as “crenças” não são adequadas em nenhum desses lados, mas ao contrário, aumentam inclusive as hostilidades entre os(as) refugiados(as) e agentes.

A partir de constatações como essas, pode-se realmente assimilar esses discursos, mas aí, não os discutidos por Grabska (2011) de “missão civilizatória moderna”, mas aqueles que condizem as expectativas e necessidades das pessoas interligadas e que, neste caso, estão no elo mais fragilizado: as refugiadas e refugiados.

Sei que muitas dessas “crenças” são fundadas na escassez de recursos, não estou ingenuamente negando isso, porém, a constatação de outras formas de emoção significaria alterar a “colisão de seus sonhos” e a manutenção desses ciclos de violência generalizada e de visível perpetuação da “banalização do mal”. Possibilitaria, quem sabe, o emprego da emoção enquanto “tática”, como movimento contrário, permitindo que as agências “assimilem” mais realisticamente o lugar de onde esses(as) refugiados(as) falam, ao invés de ter que se “defender” constantemente dos “problemas” causados por elas.

As agências, enquanto possuidoras de ideologias coloniais, são constituídas por pessoas e que, assim como as outras pessoas que formam essas configurações chamada Campo de Refugiados de Kakuma, podem e estão apreendendo novas formas de relações.

Essas interferências baseadas em padrões ocidentais, fazem-me perceber que isso gera parâmetros com os quais os(as) refugiados(as) podem gerar novos aprendizados (e vice-versa). Um exemplo citado várias vezes ao longo da pesquisa, é o caso das mulheres que passam a abarcar e exigir relações de gênero que as reconheçam enquanto pessoas possuidoras de características semelhantes aos homens.

Ao reproduzir os discursos, seja de pacificação, de educação e\ou de linguagem (inglesa), os(as) refugiados(as) parecem reproduzir um tipo de pertencimento, de se sentir parte de algo, de uma outra forma de “identidade-nós”. Nesse caso significa se sentir parte, também, dos discursos dos(as) agentes humanitários(as) e de uma espécie de poder “positivo” que é produzido com os novos saberes⁷.

Aqui, talvez o maior silêncio observado, seja o fato de que não há espaço para um único entendimento “estático” de paz. Os discursos são diversos e se moldam conforme o local de que se fala, onde mesmo uma única pessoa possa ter diversos discursos. O que pude captar a partir desses(as) refugiados(as) é que, para elas\eles, é através desses discursos

⁷ Foucault (2007) reafirma a concepção de poder, também, como sendo “positivo”, capaz de produzir saberes, pois, se fosse exercido somente de maneira negativa “[...] ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.” (FOUCAULT, 2007, p. 148).

pacificadores que alimentam suas expectativas de futuridade, de voltar, sem medo de ter sua vida em risco, para junto aos seus pais e das belezas naturais de seus países.

Para encerrar, gostaria de informar que não tenho pretensão de oferecer respostas fechadas ou prontas, mas de reduzir a “mistificação” desses fatos, observando-nos como parte dessas redes e de onde os resultados não podem ser premeditados. Afinal, mesmo que o Baú esteja repleto de sonhos,

[...] até agora, a história não tem sido mais do que um cemitério de sonhos humanos. Os sonhos realizam-se muitas vezes a curto prazo; contudo, no seu longo curso, parecem sempre acabar esvaziados de toda a substância, sendo portanto destruídos (ELIAS, 2008, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movida pelas motivações pessoais e acadêmicas de suprir a carência de estudos que apontassem as redes de interdependências que compõem as relações sociais no Campo de Refugiados de *Kakuma*, foi que procurei contribuir para a “desmistificação” de como ocorrem essas relações que estão sempre sendo remodeladas. As inúmeras possibilidades de abordagem dessas teias de interdependências não podem ser reduzidas a apenas um resultado ou forma de compressão, mas para que esse trabalho tenha uma conclusão, ele terá que se ater a apenas alguns pontos dessa maravilhosa complexidade que é o agir humano.

Norbert Elias, apesar de não se dedicar ao estudo das migrações forçadas, vivenciou essa experiência ao ter que abandonar a Alemanha nazista, além disso, sofreu diretamente as perdas em virtude da violência e desumanização que crescia em seu país. Talvez não de forma consciente, mas o autor passou boa parte de sua vida dedicado a compreender os aspectos nacionalistas que antecederam esse fato. Isso fica evidenciado quando Elias se debruça sobre as diferenças nacionalistas entre alemães e franceses e como isso, de certa forma, culminou na primeira Guerra Mundial e nas transformações posteriores. Reconheço, como apontado anteriormente, que seu trabalho possui lacunas e críticas e que o mesmo nos apresenta apenas algumas das inúmeras possibilidades de compreendermos a história.

A ONU, nascida após esse estrondoso impacto (local) das grandes guerras, demonstra ainda carregar um certo “ranço” da ideologia civilizatória. Obviamente isso não ocorre apenas por pura inocência, mas pelo zelo na manutenção do equilíbrio de poder favorável aos interesses das consideradas “grandes nações” e que acabam por ser mantenedoras não apenas da Agência, mas também do próprio Campo de Refugiados de *Kakuma*. Seu discurso de paz,

não possui uma definição evidenciada, como também, não fora alcançado, enquanto objetivo nem na escala micro ou macro. Seu braço, o ACNUR, acompanha o crescimento diário dessas estatísticas.

Na escala macro, vemos a proliferação de movimentos extremistas e que estão levando milhões de pessoas em todo o mundo a migrar forçadamente, movimento esse intensificado abruptamente a partir do ano de 2013. Presenciamos a dissolução de acordos entre “grandes”, como a recém decisão da Inglaterra de sair da União Europeia, também formada no pós-guerra, com intuitos semelhantes aos da ONU, haja vista que fora “laureada” com o Nobel da Paz em 2012, por sua longa contribuição nas últimas décadas.

Observa-se que as pessoas no Planeta vivem os mais diferentes tipos de guerras. As interferências de países ocidentais nos conflitos armados que ocorrem nos países citados, como quando, por exemplo, grupos africanos são forçados a se deslocarem de modo violento (seja por petróleo, ou por interesses agrários) devido ao envolvimento de países ocidentais. Estes países forçam seus discursos sobre outros grupos que vivenciam e preconizam fortemente suas identidades étnicas acima de suas identidades enquanto Estado-Nação, perpetuando a ideia de “missão civilizatória”. Ao mesmo tempo, são impossibilitados de se moverem pelos mesmos motivos, estando reféns das estratégias adotadas por essas nações.

A linguagem tem um papel fundamental nesses discursos, pois, ela é reconhecida enquanto identidade nós (cultura) e que fora reduzida em virtude da imposição colonial hegemônica do inglês na “modernidade-mundo” enquanto reflexo, também, da expansão capitalista. Da mesma forma que essa imposição linguística interfere diretamente na forma que eu e outros pesquisadores e pesquisadoras observamos o mundo. Por outro lado, essa homogeneização é transformada em “tática” quando passa a ser utilizada e assumida como forma de se apropriar\empoderar dos discursos “humanitários”. Assim, sem necessariamente perder suas identidades étnicas, esses grupos se permitem mover entre “dois mundos”.

Ao observarmos os conflitos micro (cultura e identidade eu-nós) e macrosocial (institucional e Estados-Nações) constatamos a existência de pontos semelhantes que abarcam os interesses pessoais e as tensões pelo equilíbrio de poder extremamente desigual. Nesses processos vemos a “desumanização” e a “banalização do mal” sendo realizados por pessoas comuns e nas mais distintas partes do mundo. Pessoas que se movem, que não são “estáticas” e que juntas formam essas configurações.

Muito temos visto sobre as ondas migratórias pelo mundo, seja na África, na Europa, ou mesmo no próprio Brasil. Essas ondas carregam migrantes em busca de condições melhores de vida e refugiados(as) que abandonam seus países em busca de proteção. Vejo que

as agências humanitárias diante daquilo que se propõem a fazer no Campo de Refugiados de *Kakuma*, elas o fazem muito bem, a julgar que atualmente não vemos milhares de pessoas morrendo de fome diariamente e nem por doenças como malária e diarreia. Temos que reconhecer que as agências estão tecnicamente desenvolvidas para registrarem e lidarem (física e nutricionalmente) com cada novo refugiado que chega ao Campo e que ele não representa mais, nem de longe, aquela imagem pavorosa registrada por Carter na década de 1990⁸. Porém, fica mais que evidenciado que as agências não são “apolíticas”, elas possuem posicionamentos e interesses políticos e econômicos. Talvez o que exista seja a necessidade de um posicionamento mais transparente quanto as suas ações.

Parece-me cômodo que os países (refugiados(as), os pesquisadores(as), a sociedade civil, etc) joguem suas responsabilidades sobre a ONU. Ela é somente uma instituição. A questão aqui, está em a humanizarmos reconhecendo que é formada por pessoas em países e que - ela - parece servir como bode expiatório para que as Nações fujam de suas responsabilidades. Seja os presidentes dos países que se veem vivendo esses grandes conflitos, seja os países que, através de suas interferências desde a época colonial, recebem benefícios com essa situação. Parece-me que assim, destituímos das responsabilidades políticas aqueles que precisam responder pelos acontecimentos.

Pude observar que não é fácil dedicar anos de sua vida isolado(a) em um Campo de Refugiados como *Kakuma* na tentativa de auxiliar na resolução desses problemas. Constatei que os(as) agentes humanitários(as) se veem obrigados(as) a assumir funções que não são suas, mas são políticas. Veem-se tendo de agir entre nações, povos, etnias, culturas e os interesses pessoais de cada um desses grupos⁹.

Vejo a situação do refúgio no mundo atual, enquanto resultado de séculos de exploração alimentada pelas distintas formas de desumanizações atuais. A história de migração desde a década de 1990 vem nos ensinando que essas formas de “refúgios” acabam

⁸ Imagem vencedora do Pulitzer 1994 que retrata a desnutrição extrema dos refugiados na época (PULITZER, 2012).

⁹ Os(as) agentes humanitários(as) se veem tendo de lidar com a pressão das regras das Organizações humanitárias e com as pressões das demandas existentes pelos refugiados, como por exemplo, os somalis que, vindo de uma colonização italiana, solicitam que as agências forneçam macarrão em seus pacotes de alimentos, pois, esses são alimentos com os quais se alimentavam regularmente em seu país de origem. Eles(as) justificam suas solicitações por saberem que em outros campos de refugiados, os refugiados recebem pacotes com alimentos diferentes daqueles que recebem em *Kakuma* (OKA, 2014; JAJI, 2012; MONTCLOS e KAGWANJA, 2000). Estes(as) agentes também possuem suas crenças (assim como todos(as) os(as) envolvidos(as)). Esse confronto entre suas crenças, as das agências humanitárias e dos(as) refugiados(as), gera-lhes um intenso sofrimento que é constatado pelo número de casos de quadros depressivos desenvolvidos pelos mesmos e pela consequente alta taxa de rotatividade (OKA, 2014).

tornando seus protetores em “vilões” devido aos diversos fatores já percorridos. Faz com quem se dedique a ela, tenha poucas alternativas de ação.

Observo uma constante insatisfação por todos os lados e uma dificuldade grande em se entenderem. Sinto, como expressei antes, que o problema da migração de refugiados(as) e dos Campos são “uma bomba relógio” que respingará em todos nós. Chateia-me essa inanição acadêmica, essa arrogância relativista de nunca encarar que o problema também é nosso, de se esconder no gabinete com os nossos conhecimentos ao invés de discutirmos socialmente nossas elucubrações. Somos parte desse mundo e que assim como outros “mundos sociais anteriores” vivemos momentos de tensões significativas.

Não acho que vamos salvar o mundo ou que o mesmo esteja a beira da temida terceira guerra mundial atômica, mas vejo que os acontecimentos atuais deixam explicitados que as formas como entendemos ciência e a fazemos não dão conta de contemplar as complexidades das relações humanas e as implicações que as mesmas estão tendo no futuro da nossa espécie e das outras formas de vida das quais somos codependentes e que essa negação “das elites” já levou outras grandes sociedades ao longo de toda história humana ao colapso¹⁰.

Não dá para reduzirmos nossa compreensão se quisermos entender o problema das migrações em busca de refúgio pelo mundo atual, precisamos ter uma visão histórica, macro e micro se quisermos compreender academicamente e politicamente (enquanto ação). Este é um problema que aflige todos nós, mesmo que há algumas décadas, bastasse desligarmos nossos televisores para que não víssemos, ainda assim, de alguma forma, estávamos todos interligados a essa problemática.

Atino que a migração desenfreada serve apenas para vulgarizar ainda mais quem tem que se sujeitar a ela. Traz pessoas para países que geralmente não estão preparados e que também, não os querem receber, gerando assim sentimentos de injustiça, ódio e impunidade. Uma eterna sensação de dependência, insegurança e não resolução dos problemas geradores dessa situação.

Não existe o homem negro, nem a mulher negra, nem o homem e a mulher brancos, existimos enquanto pessoas, singulares e plurais amarradas em conexões que envolvem diversos fatores que vão além das nossas próprias vontades\poderes. Somos parte de um universo onde compartilhamos a experiência do viver com bilhões de outras formas de vida. Apesar de toda tecnologia, continuamos nos tratando como se disputássemos a última maçã e nisso, somos incapazes de conceber que estamos exatamente trilhando esse caminho.

¹⁰ Jared M. Diamond (2005) possui uma vasta pesquisa sobre o sucesso e o colapso de sociedades.

Ao fazer questão de incluir os refugiados e refugiadas nessas redes conectoras, não quero levar quem me lê a acreditar que eles e elas sejam os culpados por suas desgraças, pelo contrário, quero fazer o exercício de pensar que, ao invés de olhar e atuar com a ideia de refugiados “apolitizados”, possamos compreender suas sabedorias atuais e também aquelas que preservam desde as épocas pré-coloniais e assim, ouvir o que dizem, tocando a emoção dos envolvidos, compreendendo e assimilando os discursos, para então, quem sabe, articulando saberes locais e globais consigamos nos relacionar para além de poucos rótulos estigmatizadores.

CONCLUSÕES

Este estudo partiu da premissa de que a vida em sociedade no Campo de Refugiados de *Kakuma* é constituída (entre outros discursos) por discursos de pacificação que definem e são definidos das configurações que nele são geradas. Entende-se que, embora não tenha sido possível definir um conceito de “paz”, o entendimento da existência de diferentes discursos que almejem a pacificação dos conflitos no micro e macrocosmos é de grande importância para a compreensão dessas configurações. As mídias sociais locais que são criadas e mantidas pelos(as) refugiados(as), mostram-se como ações que também alimentam o discurso pacificador, porém, sob o comando deles¹¹.

Quanto aos três objetivos específicos propostos, ficou evidenciado que:

A revisão sistemática das “intuições [acadêmicas] anteriores” sobre o Campo de Refugiados de *Kakuma* permitiu compreender que de modo geral, todos os 24 trabalhos selecionados puderam contribuir para a compreensão sociológica dessa pesquisa. Além disso, a interpretação de aspectos como países, áreas, anos e temas, propiciaram constatações. Quanto aos países que mais realizaram pesquisas sobre o Campo, observou-se um maior interesse daqueles países tidos como “reassentadores” e “colonizadores” (EUA e Inglaterra). Quanto as áreas que se interessaram em estudar o Campo, constatou-se a existência de variedade e complementaridade entre elas. Os anos em que ocorreram publicações, estas sugerem uma mudança nos padrões de interesse dos(as) pesquisadores(as) ao passar dos anos. Cotejando-se os anos aos temas, percebeu-se que questões de bem-estar psicossocial perpassam por todas as pesquisas. Questões de gênero e violência aparecem conectados. Questões relacionadas a ONG\Direitos Humanos foram intensificados a partir de 2008 devido ao maior interesse em se compreender as relações entre o crescimento do Campo e os

¹¹ O kanere.org é um desses exemplos (KALEDA, 2014).

reassentamentos\repatriações. Esta interpretação também permitiu constatar que um significativo número de autores realizaram pesquisa de campo se utilizando de instrumentos formais para coleta de dados. Esta constatação permitiu que eu me apropriasse de suas “intuições” durante os processos de elaboração das minhas considerações. A revisão sistemática se mostrou uma excelente forma de reduzir o hiato encontrado no que diz respeito aos estudos “periféricos” no próprio local, mesmo que o número de autores de origem africana seja baixo.

Já no que diz respeito a “desmistificação” dos conflitos intra-inter Estados-Nações que compreendem os grupos estudados, foi a partir das literaturas elencadas pela revisão sistemática da literatura, a sociologia configuracional e as experiências de c\Campo que se possibilitou cotejar tanto os conflitos violentos anteriores ao Campo, como os que ocorrem lá, reconhecendo que estes acontecimentos possuem uma estrutura e que podem ser compreendidos enquanto resultados não premeditados das interações humanas e das tensões pelo equilíbrio de poder.

No tocante a melhoria da compreensão geral que se tem sobre os refugiados e refugiadas, foi possível compreender os(as) refugiados(as) além das visões dicotômicas e estáticas com os quais muitas vezes são definidos, seja pelas agências humanitárias, pesquisadores(as), mídias sociais, doadores(as) e ou sociedade civil. Reconhecendo-os como parte das configurações que constituem o Campo de Refugiados de *Kakuma*.

A partir da consecução dos três objetivos específicos, alcancei o objetivo geral desta pesquisa com a constatação de que os refugiados e refugiadas do Campo de *Kakuma* assimilam os discursos de pacificação em diferentes formas de percepção, mostrando-se haver uma assimetria entre os discursos pacificadores e as ações das diversas pessoas que constituem essas configurações.

A metodologia utilizada para se chegar a estas conclusões empregou tanto a revisão sistemática da literatura quanto a análise de discurso. Quanto a segunda, considerei que o uso desse viés foi capaz de responder ao meu intuito de apreender os “discursos” desses(as) refugiados(as), ajudando-me a identificar as assimilações dos discursos de pacificação.

Por fim, destaco que esta pesquisa apresenta contribuições que circundam tanto o contexto teórico quanto prático, pois, suas elucubrações reconhecem ativamente todos os envolvidos nas configurações do Campo de Refugiados de *Kakuma*, unindo-se, para isso, diversas “intuições” que permitem reconhecer tantos os discursos de pacificação e a violência, enquanto ações humanizadas. Assim, concluo que a finalidade de articular a sociologia configuracional de Norbert Elias, com a “desmistificação” das relações sociais que são

constituídas no Campo há mais de vinte anos, foram alcançadas, porém, definitivamente não esgotadas.

TRABALHOS FUTUROS

Finalizo minhas elucubrações apresentando, em tópicos, algumas sugestões para trabalhos futuros:

A busca (em outras fontes) por autores africanos - cuja falta foi constatada na revisão sistemática da literatura - que descrevam suas análises sobre o Campo e as problemáticas dos conflitos intra-inter Estados-Nações naquela região.

O aprofundamento de estudos que abordem as relações entre educação e gênero sob a perspectiva do poder disciplinar e produtor de saberes (“positivo”).

A análise de discurso dos outros 200 trabalhos – escritos ou desenhados - que certamente apresentam riquezas a serem analisadas.

Compreender as relações que permeiam o recrutamento de homens refugiados, por seus líderes, para lutarem em seus países de origem.

Compreender como a interferência direta e atual de outros Estados-Nações, se são complacentes em agir por uma missão civilizatória que mata em nome dessa própria missão.

Aprofundar na compreensão de conceitos importantes e que não foram possíveis de serem abordados na pesquisa, como é o caso de “memória”, “gênero” e “diáspora”.

Investigar o papel que as mídias sociais possuem nesses espaços e quais são suas “funções sociais”, haja vista que há discursos que afirmam o crescimento da violência, mas outros que afirmam o crescimento da comunicabilidade, não apenas entre os(as) refugiados(as) (em um contexto micro), mas no\pelo mundo.

Adentrar nas configurações que envolvem a heterogeneidade social e o prestígio social dos grupos étnicos que compoem o CRK. Considerando a distribuição de riqueza, “*habitus*” e *status* anteriores e posteriores ao Campo.

Assim como Elias (1990) fez um retorno histórico até aproximadamente o século XVII com o intuito de entender as configurações que antecederam os intensos processos nacionalistas que culminaram nas Grandes Guerras Mundiais, sugiro um movimento semelhante com o intuito de se fazer um levantamento sócio-histórico das características pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais (micro e macro) dessa região da África Subsaariana.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Documentos**. 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/> Acesso em: 13 jan. 2015.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010. 232 p.
- BURNS, Avery. **Feeling the Pinch: Kenya, Al-Shabaab, and East Africa's Refugee Crisis. Refugee, 2010**. Disponível em: <<http://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/article/viewFile/34356/31263>>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- CRISP, Jeff. **A state of insecurity: the political economy of violence in Kenia's refugee camp. African Affairs**. 99, p. 601-632. 2000. Disponível em: <https://apps.webofknowledge.com/full_record.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&qid=23&SID=1EnDyvmaFXHwNPYSpRA&page=1&doc=1>. Acesso em: 06 jan. 2015.
- DEJOURS, Jacques C. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- DIAMOND, Jared M. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Tradução de Alexandre Raposo. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- EIDELSON, Roy. HORN, Rebecca. **Who Wants to Return Home? A Survey of Sudanese Refugees in Kakuma, Kenya. Refugee, 2008**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255656880_Who_Wants_to_Return_Home_A_Survey_of_Sudanese_Refugees_in_Kakuma_Kenya>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- ELIAS, Norbert (1994), **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. **Introdução à sociologia**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.
- _____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jungmann. [v. 1.] Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- _____. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann. [v. 2.] Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRO, Marc. *Le livre noir du colonialisme : XVI^e-XXI^e siècle : de l'extermination à la repentance*. Paris, Robert Laffont, 2003, 843 p.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 2007. 295 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILBERT, Hannah; CUNLIFFE, Alex. *Non-governmental organisations and the management of HIV and AIDS in refugees camps: a comparison of Marratane camp in Mozambique and Kakuma Camp in Kenya*. *Journal of Contemporary African Studies*. 2011. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02589001.2011.533061>> Acesso em: 06 jan. 2015.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: Bauer, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GLADDEN, Jessica. *Coping strategies of sudanese refugee women in Kakuma refugee camp, Kenya*. *Refugee Survey Quarterly*. V. 32. No. 4, p. 66-89. 2013. Disponível em: <<http://www.scopus.com/record/display.url?eid=2-s2.0-84890057890&origin=resultslist&sort=plf-f&src=s&st1=Coping+strategies+of+sudanese+refugeewomen+in+Kakuma+refugee+camp%2cKenya%C2%A0&sid=3422B5D14CC08C7AD18E885C0CE59209.mw4ft95QGjz1tIFG9A1uw%3a450&sot=b&sdt=b&sl=79&s=TITLE%28Coping+strategies+of+sudanese+refugeewomen+in+Kakuma+refugee+camp%2cKenya%C2%A0%29&relpos=0&relpos=0&citeCnt=1&searchTerm=TITLE%28Coping+strategies+of+sudanese+refugeewomen+in+Kakuma+refugee+camp%2cKenya%C2%A0%29>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

GOODY, Jack. O roubo da “civilização”: Elias e a Europa absolutista. In: _____. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 173-203.

GRABSKA, Katarzyna. *Constructing ‘modern gendered civilised’ women and men: gender-mainstreaming in refugee camps*. *Gender and Development*, 2011. Disponível em: < <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/constructing-modern-gendered-civilised-women-and-men-gender-mainstreaming-in-re-131754>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

HILHORST, Dorothea; JANSEN, Bram J. *Humanitarian Space as Arena: A Perspective on the Everyday Politics of Aid*. 2010. Disponível em: < https://apps.webofknowledge.com/full_record.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&qid=11&SID=1EnDyvmaFXHwNPYSpRA&page=1&doc=1>. Acesso em: 06 jan. 2015.

HORN, Rebecca. *A study of the emotional and psychological well-being of refugees in Kakuma refugee camp, Kenya*. *International Journal of migration, health and social care*, 2009. Disponível em: < <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.5042/ijmhsc.2010.0229?journalCode=ijmhsc>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. *Exploring the Impact of Displacement and Encampment on Domestic Violence in Kakuma Refugee Camp*. *Journal of Refugee Affairs*. 2010. Disponível em: <

https://apps.webofknowledge.com/full_record.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&qid=15&SID=1EnDyvmaFXHwNPYSpRA&page=1&doc=1>. Acesso em: 06 jan. 2015.

_____. *Responses to intimate partner violence in Kakuma refugee camp: refugee interactions with agency systems*. *Social Science and Medicine*. 70, p. 160-160. 2010a. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953609006273>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

JAJI, Rose. *Social Technology and Refugee Encampment in Kenya*. *Journal of Refugee Studies*. 2012. Disponível em: <<http://jrs.oxfordjournals.org/content/25/2/221.full>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

JANSEN Bram, J. *Between vulnerability and assertiveness: Negotiating resettlement in Kakuma refugee camp, Kenya*. *African Affairs*, 2008. Disponível em: <https://apps.webofknowledge.com/full_record.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&qid=20&SID=1EnDyvmaFXHwNPYSpRA&page=1&doc=1>. Acesso em: 06 jan. 2015.

KALEDA, Collen. *Media perceptions: mainstream and grassroots media coverage of refugees in Kenya and the affects of global refugee policy*. *Refugee Survey Quartely*. Vol. 33, No. 1, p. 94-111. 2014. Disponível em: <<http://www.scopus.com/record/display.url?eid=2-s2.0-84895783403&origin=resultslist&sort=plf-f&src=s&st1=Media+perceptions%3a+Mainstream+and+grassroots+media+coverage+of+refugees+in+Kenya+and+the+effects+of+global+refugee+policy%C2%A0&sid=3422B5D14CC08C7AD18E885C0CE59209.mw4ft95QGjz1tIFG9A1uw%3a280&sot=b&sdt=b&sl=129&s=TITLE%28Media+perceptions%3a+Mainstream+and+grassroots+media+coverage+of+refugees+in+Kenya+and+the+effects+of+global+refugee+policy%C2%A0%29&relpos=0&relpos=0&citeCnt=1&searchTerm=TITLE%28Media+perceptions%3A+Mainstream+and+grassroots+media+coverage+of+refugees+in+Kenya+and+the+effects+of+global+refugee+policy%C2%A0%29>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

MYLAN, Megan; SHENK, Jon. *LOST BOYS OF SUDAN*. Direção de Megan Mylan e Jon Shenk. Estados Unidos, 2003. Documentário. Longa-metragem (87 minutos). son., color.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTCLOS Marc-Antoine, P.; KAGWANJA Peter, M. *Refugee camps or cities? The socio-economic dynamics of the Dadaab and Kakuma caps in northern Kenya*. *Journal of Refugee Affairs*, 2000. Disponível em: <<http://www.scopus.com/record/display.url?eid=2-s2.0-0034212003&origin=resultslist&sort=plf-f&src=s&st1=Refugee+camps+or+cities%3f+The+socio-economic+dynamics+of+the+Dadaab+and+Kakuma+camps+in+Northern+Kenya&sid=3422B5D14CC08C7AD18E885C0CE59209.mw4ft95QGjz1tIFG9A1uw%3a850&sot=b&sdt=b&sl=108&s=TITLE%28Refugee+camps+or+cities%3f+The+socio-economic+dynamics+of+the+Dadaab+and+Kakuma+camps+in+Northern+Kenya%29&relpos=0&relpos=0&citeCnt=28&searchTerm=TITLE%28Refugee+camps+or+cities%3F+The+socio-economic+dynamics+of+the+Dadaab+and+Kakuma+camps+in+Northern+Kenya%29>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

OKA, Rahul C. *Coping with the Refugee Wait: The Role of Consumption, Normalcy, and Dignity in Refugee Lives at Kakuma Refugee Camp, Kenya*. *The American Anthropological Association*, vol. 116, Issue 1, pages 23-37. 2014. Disponível em: <https://apps.webofknowledge.com/full_record.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&qid=8&SID=1EnDyvmaFXHwNPYSpRA&page=1&doc=1>. Acesso em: 06 jan. 2015.

_____. *Unlikely Cities In The Desert: The Informal Economy As Causal Agent For Permanent “Urban” Sustainability In Kakuma Refugee Camp, Kenya*. *Urban Antropoly*, 2014a. Disponível em: <<http://the-institute-ny.com/Supporting%20Materials/SAMPLE%20ARTICLES/OKA.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

ONUBR. **Conheça a ONU**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>> Acesso em: 12 abr.

_____. 2016a. **Documentos e publicações das Nações Unidas**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/docs/>>. Acesso em: 12 abr.

_____. **Propósitos e princípios da ONU**. 2016b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/principios/>>. Acesso em: 12 abr.

PULITZER. 2012. *1994 Winners and Finalists*. Disponível em: <<http://www.pulitzer.org/awards/1994>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

RUSSELL, Ruth V.; STAGE, Frances K. *Leisure as burden: Sudanese refugee women*. *Journal of Leisure Research*. 28.2 (Spring 1996): p108. Acesso em: 06.01.2015. Disponível em: <https://apps.webofknowledge.com/full_record.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&qid=25&SID=1EnDyvmaFXHwNPYSpRA&page=1&doc=1>. Acesso em: 06 jan. 2015.

SILVA, Juceli A. **“Desmistificando sonhos”**: Uma análise configuracional dos discursos de pacificação entre refugiados(as) do Campo de *Kakuma* – Quênia – (1992-2015). 2016. 239 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2016.

_____. Histórias de quem sobrevive aos conflitos armados. In: _____. **Diário Karibu**: histórias de sobrevivência. Florianópolis: Postmix, 2015a. cap. 2. p. 52-70.

UNHCR. *Camp profile. Kakuma: Sub-office Kakuma Operation*, 2015.

_____. *UNHCR: a Global Humanitarian Organization of humble origins*. Nairobi, 2014. 6 slides: color.

_____. *UNHCR: the UN refugee agency*. 2013. Disponível em: <www.unhcr.org/>. Acesso em: 13 set. 2013.

VERDIRAME, Guglielmo. *Human rights and refugees: the case of Kenya*. *Journal of refugee studies*. Vol. 12. No. 1. 1999. Acesso em: 06.01.2015. Disponível em: <

<http://www.scopus.com/record/display.url?eid=2-s2.0-0032789632&origin=resultslist&sort=plf-f&src=s&st1=Human+rights+and+refugees%3a+The+case+of+Kenya&sid=3422B5D14CC08C7AD18E885C0CE59209.mw4ft95QGjz1tIFG9A1uw%3a990&sot=b&sdt=b&sl=51&s=TITLE%28Human+rights+and+refugees%3a+The+case+of+Kenya%29&relpos=0&relpos=0&citeCnt=30&searchTerm=TITLE%28Human+rights+and+refugees%3A+The+case+of+Kenya%29>. Acesso em: 06 jan. 2015.

WRIGHT, Laura, PLASTERER, Robyn. *Beyond Basic Education: Exploring Opportunities for Higher Learning in Kenyan Refugee Camps*. *Refugee*, 2010. Disponível em: <<http://refugee.journals.yorku.ca/index.php/refuge/article/view/34721>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

ZIMBARDO, Philip. **O efeito Lúcifer**. Tradução: Tiago Novaes. Rio de Janeiro: Record, 2012.



Os juristas e a formação da Sociologia no Brasil: um estudo a partir de biografias

Ana Martina Baron Engeroff¹

GT 6 – Representações sociais e produção simbólicas

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). anamaron@hotmail.com, Bolsista CAPES.

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a relação dos juristas na formação da Sociologia no Brasil, ainda no século XIX e começo do XX. Vez que no período não se poderia falar em faculdades de Ciências Sociais ou Sociologia, os primeiros mobilizadores do conhecimento sociológico no país advinham de outras áreas do conhecimento e, sobretudo, das faculdades de Direito, tendo muitos se dedicado à formulação de manuais didáticos para o ensino das primeiras cadeiras de Sociologia. Tomando esta breve apresentação, esta pesquisa, ainda em caráter preliminar, levanta a discussão teórico-metodológica das possibilidades e limites da utilização de biografias (individuais e/ou coletivas) para a compreensão da relação inicial delineada. Como recorte, utiliza-se como paradigmas juristas que se dedicaram especialmente à elaboração de manuais de sociologia no período, como fonte de apreensão da rede de relações entre os intelectuais.

PALAVRAS-CHAVE: Juristas; História da Sociologia; Biografias.

1. Introdução

Na história da sociologia no Brasil (como pode ser visto em MACHADO, 1987 e LIEDKE FILHO, 2005) e das ideias sociológicas no país (como em CHACON, 1977), usualmente são mobilizados argumentos que, embora as primeiras noções sociológicas no Brasil tenham sido galgadas junto às faculdades de Direito ainda no século XIX, a institucionalização da Sociologia não se deu nestas mesmas faculdades, entendendo-se que o Direito mais serviu para adiar a formalização da disciplina, do que favorecendo a sua autonomização. De fato, a inclusão da Sociologia enquanto disciplina curricular deu-se oficialmente através da reforma do ensino em 1925 e somente para o ensino secundário, enquanto que a implementação dos primeiros cursos superiores na área ocorreu a partir dos anos 30, não estando, a princípio, atrelados aos cursos jurídicos.

Mesmo assim, ao nos debruçarmos sobre os estudos dos pioneiros da sociologia entre nós, verifica-se que estes agentes em sua maioria eram bacharéis em Direito, mas, em suas trajetórias de vida, convergiram para uma reconfiguração de um tipo de intelectual em crescimento no período que se afastava do ‘bacharel’ tradicional. Isto pode ser especialmente percebido tanto na dedicação destes intelectuais para estabelecer a sociologia no Brasil enquanto crítica social, quanto na publicação dos manuais de sociologia propagados nas primeiras décadas do século XX². Naquele contexto, a sociologia era vista não só como um elemento de salvação nacional no projeto de modernização do país (SCHWARCZ, 1995), mas

² Meucci (2000) é referência dos estudos tendo os primeiros manuais de Sociologia no Brasil como objeto de pesquisa. Seu trabalho, dissertação de mestrado, foi disseminado e replicado como fonte de acesso aos manuais, autores e interpretação.

também serviu para que os intelectuais advindos do Direito pudessem estabelecer estratégias de manutenção e renovação da sua legitimidade de poder em diferentes esferas sociais.

Atenta-se que, ao se falar em elites, não podemos desconsiderar que a elite intelectual era cada vez mais diversificada, com vários interesses e contradições, que envolviam, conforme relembra Schwarcz (1995, p. 27), não só um projeto de novo regime político, mas também a conservação de uma hierarquia social e choque de interesses das novas classes em ascensão. Por isso, no estudo dos dirigentes ou das elites, pluralmente os concebemos, uma vez que perde sentido falarmos em uma elite ou um tipo de poder, pois “o mundo social nas sociedades modernas é composto por diversas esferas sociais dotadas de autonomia relativa – hierarquizadas em função de critérios próprios – escapando, assim, a qualquer concepção substancialista e unitária de poder” (SEIDL, 2013, p. 183).

Do mesmo modo, ao se mobilizar o conceito de intelectual, não o tomamos substancializado, só sendo possível apreendê-lo através das micro histórias sociais, vez que o intelectual se faz em um dado contexto histórico. Por isso, Bourdieu é referência. Para Charle (2017), Bourdieu é convencido que há uma multiplicidade de fatores que entram em jogo na tomada de posição, no interesse ou desinteresse relativo ao político ou ideológico. Daí a importância de produzir uma microsociologia enfocada sobretudo nas trajetórias e *habitus*, para analisar plenamente os “modos de compromisso dos intelectuais em uma dada conjuntura ou em determinado período” (CHARLE, 2017, p. 237).

Neste sentido, e ‘embecendo’ das leituras de P. Bourdieu, estudar a relação de um grupo de juristas dedicado à formulação de manuais com a formação da sociologia no Brasil passa pela reconstrução das trajetórias destes indivíduos e composição de aspectos comuns. Os conceitos, como *habitus*, servem como “um conjunto de esquemas geradores de práticas científicas epistemologicamente controladas” (BOURDIEU, 1996, p. 204), que devem ser confrontados com o objeto empírico. Confrontar os dados colhidos e as escolhas metodológicas com as categorias teóricas é parte do necessário construir (e reconstruir) o objeto. Neste artigo, então, propõe-se a discussão dos aspectos teórico-metodológicos das possibilidades e limites da utilização de biografias (individuais e/ou coletiva) para a compreensão da relação inicial delineada.

2. Questões primeiras: biografia e prosopografia

Em diversos textos Bourdieu (1996, 2000a, 2000b) busca contextualizar a gênese e propósitos das suas principais categorias justamente para que não as tenha como conceitos

estanques, com usos isolados. As categorias têm a função de apreender e construir (e reconstruir) o próprio objeto da pesquisa.

Desta forma, a noção de *habitus*, essencial para se tratar de trajetórias de vida, aparece como uma forma de recusa às reduções macro-micro, estruturalistas ou substancialista. Nesta vertente, as atividades cognitivas não são vistas como puramente intelectuais, calculadas e racionalizadas. O *habitus*, como disposições dos indivíduos, põe em evidência as capacidades criadoras do ser, como um conhecimento adquirido, uma disposição incorporada. Melhor definindo (BOURDIEU, 2015, p. 160), o *habitus* é “o princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto de tal princípio”.

Também a noção de campo vem para caracterizar uma postura teórica para a construção dos objetos, que tanto procura alternativas à separação de interpretações internalistas ou externalistas ao objeto, quanto compreender as relações objetivas que constituem determinado espaço social, como microcosmos sociais. O campo de produção das obras culturais, então, é um espaço de relações objetivas, nem sempre visíveis (BOURDIEU, 1996, p. 207).

Neste sentido, para analisar a trajetória social, ou seja, a evolução ao longo do tempo das propriedades dos sujeitos, torna-se essencial identificar as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos em determinados espaços sociais, mas também as invisíveis. É preciso por em evidência as relações entre os autores e editores, percebendo as posições relativas que uns e outros ocupam no campo. O campo, então, é tido como uma orientação de pesquisa (BOURDIEU, 2000a), cabendo descobrir as propriedades específicas de cada campo, o que também se obtém por meio da comparação com diferentes universos, no qual se sugere a construção de um quadro de caracteres pertinentes de um conjunto de agente ou de instituições. Só é possível compreender uma trajetória, então, quando se reconstruir anteriormente estados sucessivos do campo, ligando o sujeito ao grupo social a que está inserido.

Mas tratar da biografia dos sujeitos possui problemas de antemão: supõe-se que o sujeito tenha uma história, e como tal, tenha um começo, meio e fim, uma cronologia de coisas que exprime as representações do biografado sobre si, bem como a posição entre o biografado e o entrevistador. Este sentido linear aparente das biografias, no entanto, é uma aparência que deve ser colocada em xeque, superando o mito fundador (BOURDIEU, 1996). Bourdieu (2005) bem coloca que tratar a história de vida como “relato coerente de uma

sequencia de acontecimentos com significado e direção”, é conformar-se com uma ilusão retórica.

Por outro lado, estas representações e práticas são também manifestações do *habitus*, ponto de interesse do pesquisador. Significativo desta demonstração é a identidade fundada pelo nome próprio, que se constitui de “uma identidade social constante e durável, que garante identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente”, ou seja, em todas as suas histórias (inclusive a narrada) (BOURDIEU, 2005 ,p. 186). O nome próprio guarda em si o conjunto de propriedades – nacionalidade, sexo, idade e outros – ligadas à pessoa e que marca a sua existência social. A assinatura é o exemplo claro de transferência jurídica de um agente a outro as propriedades ligadas ao indivíduo constituído, amarrando o tempo e espaço social por um nome.

Desta maneira, o relato de vida aproxima-se do modelo oficial da apresentação oficial de si, que perpassa diversas instâncias da vida, desde os documentos oficiais, biografia oficial, currículo, etc, enquanto outros dados, como os familiares e íntimos, ficam protegidos da narrativa. Diz Bourdieu (2005), então, que a produção de discurso se dá pela relação entre um *habitus* e o mercado, ou seja, com quem se fala, como se fala, quando, conduzirá de certa forma o esforço da representação/produção de si. Assim, caberia ao pesquisador não ser cúmplice desta história de vida, como algo dado ou tomar-lhe como uma sucessão de acontecimentos. É entender que

Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2005).

Assim sendo, importa é localizar o conjunto de posições simultaneamente ocupadas pelo sujeito em um dado momento e que serve de suporte para intervir como agente em

diferentes campos. É também relacionar com outros agentes envolvidos no mesmo campo, confrontando seus espaços, o que presume a necessidade de reconstrução dos espaços.

Em termos mais práticos, há de se concordar com Passeron (1995), ao falar das biografias – e que dialoga criticamente com o texto de Bourdieu (2005) –, que tudo o que é dito é importante, não cabendo ao pesquisador “limpar” informações que ele acha menos relevantes. Passeron (1995) então usa a noção de “fluxos sociais”, como modo de análise dos movimentos das propriedades em uma população, privilegiando numa análise quantitativa destas propriedades e correlações com as probabilidades sociais. No entanto, Passeron distancia-se da perspectiva bourdieusiana ao afirmar a singularidade do indivíduo, que, em sua visão, teria uma história única, uma biografia individual (individuação), ainda que tenham propriedades em comum com outros, prejudicando inclusive a análise por casos exemplares.

Assim, para Passeron (1995), não se trata de aplicar um método biográfico, mas sim perceber o que faz a individuação de uma vida de um indivíduo. Para ele, o projeto mais profícuo seria procurar apreender a estruturação das biografias ao mesmo tempo “como um efeito das estruturações longitudinais que se resumem acima da “instituição biográfica” e como o produto agregado que a ação social dos indivíduos [...] na manutenção ou transformação dessas estruturas.” (PASSERON, 1995). Neste sentido, o autor dá destaque ao conceito de ‘carreira’, de Bourdieu, que possibilitaria este duplo movimento entre a decisão pessoal e relações de poder e constrangimento. Por outro lado, para ele, a noção de “trajetória” guarda muitos problemas, muitas vezes essencializando as propriedades em sua vida, ou ainda considerando uma simples equação das mesmas. Mas, ao contrário, Bourdieu alerta sobre estas questões e entende a trajetória como a evolução ao longo do tempo das propriedades, que não são necessariamente a mesma entre a do sujeito e seu grupo.

De outra ponta, afastando um olhar da individuação, a prosopografia (biografia coletiva) dá lugar à pesquisa de características comuns de agentes pertencentes a um grupo, através do estudo coletivo de suas vidas (CHARLE, 2015). As primeiras prosopografias francesas foram inspiradas nos estudos de sociologia da educação de Bourdieu e Passeron, como do *Homo Academicus* e *La noblesse d'État*, visando o campo intelectual e universitário. Por meio deste método, se possibilita definir os grupos por suas propriedades relacionais, levando em consideração tanto de si ou pela capacidade de impor uma imagem de si aos outros. Explica ainda Charle (2015) que a prosopografia exige muitas fontes e que sempre está captando uma fração da realidade. Além disso, a biografia coletiva tem obstáculos diante de si, especialmente da biografia indefinida dos indivíduos e, ao contrário, de ampliar as mesmas para a dimensão de toda a sociedade. Na tentativa de frear os problemas da pesquisa,

tem-se buscado cada vez mais a unificação de tratamento de fontes e dados, possibilitando pesquisas comparadas entre países.³

Ainda que francamente utilizada, Charle (2015) também aponta que a biografia coletiva é exigente à coleta de dados e tempo de pesquisa, ainda mais se comparar entre países. Levar em consideração só os marcos nacionais, então, proporcionaria uma melhor compreensão das clivagens internas dos grupos estudados, em suas dinâmicas, gerações e redes. Além disso, as biografias coletivas permitem conhecer as instituições e sua evolução social, no contexto dos indivíduos estudados. Mas, para que seja frutífero em relação a fatos já conhecidos, seria preciso maior vigilância das variáveis escolhidas, com atenção à determinação do grau de autonomia dos grupos. No mais, atenta-se que muitos dos problemas encontrados são os mesmos atinentes às biografias individuais, ou seja, quem produz a história, como produz. Afinal, “toda biografia é uma escolha entre o lícito e o ilícito, o público e o privado” (CHARLE, 2015, p. 138), elas encerram categorias de pertencimento que somente o cruzamento de diversos dados e a comparação entre grupos homólogos permitirão compreender o universo estudado.

3. Aspectos iniciais para pensar a relação desenhada.

Partindo dos princípios acima discutidos, não é possível pensar a relação entre a formação da sociologia no Brasil com os bacharéis produtores de manuais didáticos sem pensarmos os universos sociais em que estavam circunscritos (em suas micro ou macro trajetórias). Ainda que brevemente, é possível atentar para alguns aspectos centrais de contexto e do plano das trajetórias que possibilitam dar algumas pistas da relação discutida. Ressalta-se que um esboço dessa relação foi realizado por Cigales e Engerroff (2016), estudo que fornece elementos importantes para as discussões aqui empreendidas.

Lembremos que no final do século XIX e início do século XX, não havia faculdades de sociologia/ciências sociais no Brasil, não podendo se falar em “cientistas sociais” em termos de titulação acadêmica. Os primeiros mobilizadores do conhecimento sociológico no país advinham de outras áreas do conhecimento e, sobretudo, das faculdades de Direito⁴. Embora os cursos jurídicos carregassem o nome de “Curso de Direito e Ciências Sociais” (CHACON, 1977, p.73), não havia cadeiras específicas dedicadas à sociologia, traduzindo-se

³ Um dos problemas de ordem prática: quantas biografias são suficientes para a amostra? Quanto maior o grupo estudado, maior também a diversidade interna... Quais materiais deverão ser coletados? Qual o limite do material?

⁴ Outras áreas do conhecimento também demonstravam interesse pelo conhecimento sociológico, como nas escolas da Marinha, Politécnica e nas faculdades de medicina, conforme lembra Meucci (2000, p. 20-21)

a expressão pelo ensino da filosofia e história e pela cultura livre, como se pode ver na discussão do ensino de Direito introduzida por Venâncio Filho (1982) e Adorno (1988).

Até a primeira república estavam instaladas no país duas faculdades de Direito, a de Olinda/Recife e a de São Paulo, as quais tinham como enfoque principal a formação do intelectual brasileiro para a formação de uma elite burocrática, constituindo no auge do chamado bacharelismo. No entanto, com a expansão das ideias positivistas, do avanço da ciência (cientificismo) e das mudanças sociais e políticas envolvidas, outro tipo de ideário de intelectual começa a ser moldado, tendo na sociologia, segundo Chacon (1977, p. 75), uma nova proposta rumo aos também novos anseios.

É neste período, especificamente em 1882, que o então deputado e famoso jurista Rui Barbosa apresentou projeto de lei com proposta de reforma do ensino para que “elementos da sociologia e direito constitucional” fossem obrigatórios na escola secundária, “noções fundamentais” para a Escola Normal, e Sociologia para as faculdades de Direito, com o fim de substituir a disciplina de Direito Natural, ou seja, da metafísica para o positivismo em voga (MACHADO, 1987, p. 117). O projeto não teve seguimento, mas, por outra reforma (Benjamin Constant, de 1890) a sociologia foi pela primeira vez incluída oficialmente no ensino brasileiro. Não por acaso, dado o forte caráter de ensino militar, a sociologia constava como disciplina na Escola do Exército (junto com ‘Moral’), que depois passou compor o sétimo ano do curso secundário e no quinto ano da Escola Normal.⁵ Para o ensino superior, a sociologia constava (também com ‘moral’) nas escolas Politécnicas e de Engenharia (de Minas), mas ausente nos currículos das faculdades de Direito e de Medicina. Tal reforma, que não chegou a ser implementada (talvez somente precariamente, como no Atheneu Sergipense, conforme aponta Oliveira, 2013), já tinha como base a formação de uma elite intelectual capaz de, pelo positivismo e por leis rígidas, modernizar o país no projeto emancipatório.

Meucci (2000, p. 24), melhor delineando este contexto, aponta que haveria uma inadequação da formação intelectual da classe dirigente (o que ficou compreendido como a crise do bacharelismo), exigindo a redefinição das condições da preparação dos juristas e políticos. Por isso, a sociologia é suscitada como elemento de renovação da formação intelectual da elite dirigente, acreditando-se que a nova ciência poderia oferecer o suporte científico às decisões jurídicas e políticas. Daí que surgiram (dentre outras condições que devem ser melhor detalhadas) os primeiros compêndios que sistematizavam o ensino de

⁵ A reforma Benjamin Constant atingiu toda a instrução pública, defendendo-se como modelo para o país um curso ginásial (secundário) de sete anos para o Colégio Pedro II (Ginásio Nacional). Já para a Escola Normal (do Distrito Federal) havia um curso de cinco séries, demonstrando o caráter rígido das disciplinas, com programas extensos, com um aspecto livresco e fechado em seus fins e valores (MACHADO, 1987, p. 119).

sociologia, geralmente elaborados por juristas e voltadas aos cursos de Direito e preparatórios.⁶

Situando a Sociologia enquanto disciplina institucionalizada, somente com a Reforma de João Luís Alves-Rocha Vaz, de 1925 – Decreto nº 16.782-A – é que foi oficialmente incluída nos currículos do ensino secundário, especificamente nos programas complementares para a aquisição do título de “bacharel em ciências e letras” (MACHADO, 1987). Para o ensino nas Escolas Normais, a Sociologia foi incluída nas alterações legislativas em 1928, na Escola Normal do Distrito Federal (então Rio de Janeiro) e na Escola Normal no Recife.⁷

A Reforma Francisco Campos, de 1931, por sua vez, reorganizou o ensino secundário (em dois ciclos, um secundário e outro complementar), passando a estabelecer três modalidades de curso complementar, sendo um para os candidatos aos Cursos Jurídicos, outro para os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, e, por fim, aos candidatos ao curso de Engenharia e Arquitetura. A Sociologia, neste interim, passou a ser obrigatória para o segundo ano do complementar, com carga horária maior para os candidatos aos cursos jurídicos, e também a constar nas provas para admissão nos cursos superiores.⁸

Também é importante lembrar que o contexto das primeiras décadas de 10 e 20 foi marcado por diversos acontecimentos locais e globais que, no campo educacional, fizeram emergir movimento renovador (impulsionado pela modernização no processo de industrialização e urbanização), enquanto de outro lado a Igreja Católica procurou recuperar seu espaço na batalha pedagógica (SAVIANI, 2008, p. 193). A Reforma Francisco Campos, então, refletia a ideia de educação como uma questão nacional, em uma perspectiva da Escola Nova (que eram defensores diversos intelectuais ligados ao Direito e à Sociologia), mas paralelamente incluía o ensino religioso nos currículos, demonstrando a disputa pedagógica e ideológica que permeava o período e que também é sentida na Sociologia, por seus diferentes defensores. Estas disputas ficam evidenciadas nos manuais didáticos de sociologia, demonstrando vertentes científicistas, católicas e outra ainda mais ligada à sociologia do Direito.

Com a Reforma da Capanema de 1942, a Sociologia foi excluída do ensino secundário, situação que ainda tem gerado diversas interpretações, muitas aliadas àqueles de Costa Pinto e Carneiro (1955, p. 297), de que a sociologia é retirada devido ao medo da elite

⁶ A exemplo do manual de Sociologia Criminal, de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, de 1900.

⁷ O ensino chamado de secundário (hoje o equivalente ao nosso ensino médio) era dividido entre o Normal e o Complementar, sendo último geralmente destinado àqueles que seguiriam para as faculdades.

⁸ Não só a Sociologia foi incluída mas também Filosofia, Psicologia, Lógica, Economia e Estatística, demonstrando o caráter ‘científico’ que desejava-se implementar para a formação da elite intelectual do país, no projeto modernizador.

dirigente para com esta área, cujos conhecimentos não mais representavam sinais de avanço ou prestígio para o país. No entanto, ponderando, é a partir da década de 40 que a Sociologia é tomada como um espaço social consolidado, tanto como disciplina universitária e também como atividade socialmente reconhecida, com uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e aplicação, como aponta Cândido (2006, p. 271), o que poderia dispensar a participação da sociologia e de outras áreas do conhecimento dos cursos preparatórios. É importante dimensionar, portanto, as diferentes narrativas que carregam interesses e privilegiam determinados marcos e personagens. Neste sentido, tem-se aqui farta bibliografia, de diferentes períodos, que possibilitam ampliar os horizontes sobre a história das ciências sociais no Brasil e do pensamento social brasileiro.⁹

No plano do ensino superior, em 1933 inaugurou-se a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e, em 1934, a Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia de São Paulo, com a finalidade de suprir a ausência até então de uma elite organizada, instruída sob métodos científicos e a par das instituições e conquistas “do mundo civilizado” (LIEDKE FILHO, 2005, p. 383). Posteriormente, em 1935, é criado o Curso de Ciências Sociais na Universidade do Distrito Federal, que em poucos anos fora extinto. Porém, é de se destacar, conforme relembra Chacon (1977, p. 96), que nestas faculdades e cursos de Sociologia estavam à frente intelectuais bacharéis em Direito (Fernando de Azevedo em São Paulo, Anísio Teixeira e Carneiro Leão no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco), que “enfureceram a sociedade oligarquicamente patriarcal e agrária, embora fossem muito depois reconhecidas como modernizantes”, demonstrando o aspecto controverso que a Sociologia guardava.

Tal conflito sinaliza a diversificação, ou mesmo as disputas, das elites brasileiras. Como argumenta Schwarcz (1995, p. 26-28), já no final do século XIX não só a elite intelectual brasileira ficava mais diversificada, como também ficavam mais complexos os interesses das elites no processo de urbanização. Neste interim, os intelectuais que se dedicavam à ciência procuravam legitimar e respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber e através delas (e não em uma origem social, a priori), convertendo seu capital econômico e social para outros meios, mais legitimados para ocupar cargos de Estado. As reformas promovidas, assim, refletem a tentativa de conciliar os novos anseios sociais com os velhos privilégios.

⁹ Insere-se neste debate, além dos estudos já referenciados, a obra de Azevedo (1955); Fernandes (1977), Miceli (1995), e outros estudos mais recentes, geralmente advindos dos programas de pós-graduação.

Diante deste retrospecto, quer-se enfatizar o papel do jurista brasileiro na disseminação dos conhecimentos sociológicos no país, que, de um lado contribui para a formação de um espaço institucionalizado da sociologia entre nós, mas, de outro, possibilitou a manutenção do status social da classe jurídica por meio desses mesmos conhecimentos sociológicos. Não se pode esquecer que, se de um lado, é indubitável que foram os juristas que em maior número se dedicaram às primeiras letras sociológicas, de outro não há consenso do impacto desta formação para a consolidação da sociologia e dos significados desta entrada para os próprios intelectuais.

Eis, portanto, outros pontos de relevo: a conversão das elites intelectuais¹⁰ do direito à educação (na dedicação ao professorado e aos manuais de ensino, além da participação dos projetos políticos-educacionais no país), que deu condições para uma formação de uma elite dedicada aos assuntos sociológicos e decisivos para a implementação da sociologia no Brasil. E ainda, pode-se tomar a sociologia como um elemento de distinção social do período, fazendo parte das estratégias mobilizadas pelos intelectuais do Direito, diante da crise do bacharelismo, para melhor se posicionarem no espaço social.¹¹ De certo, não se pode isolar a sociologia como elemento de distinção, mas assumir que outras formas de capital podem ser relevantes, como anteriormente o curso de Direito, os cargos políticos, o exercício profissional (professor, juiz, advogado, jornalista), a produção de livros e manuais, o envolvimento com a Academia Brasileira de Letras e os projetos educacionais, dentre outros, elementos estes que contribuem para pensar as trajetórias dos sujeitos e localizar as suas diferentes posições sociais, em determinados universos.

Então, percebe-se que as narrativas acerca da institucionalização da sociologia não podem ser dissociadas também das suas interpretações, percebendo os conflitos, contradições, consensos, localizando o debate no nas ciências sociais. Para além da literatura já existente sobre o período, carece de maior investigação outros documentos, como os programas dos cursos (secundário e superior, muitos disponíveis nestas próprias referências bibliográficas e nos manuais específicos), legislações e pareceres oficiais atinentes à sociologia, os manuais didáticos produzidos no início do século XX e referências à sociologia constante em jornais.

¹⁰ É preciso definir o que é o intelectual no período. O intelectual moderno, segundo Vieira (2007), estaria caracterizado por três aspectos principais: definição de uma identidade, um sentimento de pertença a um extrato social específico (intelligentsia), que se caracterizou pela sua competência, familiaridade ou formação para lidar com a cultura (artística, científica, filosófica ou pedagógica); sentimento de missão social e vontade de engajamento político; e defesa da centralidade da questão educativa formativa no projeto moderno de reforma social.

¹¹ É lembrar dos trunfos escolares, ainda que não suficientes, diante da cada vez menor raridade do diploma. Por isso a sociologia parece trazer novas possibilidades de reconversão.

Este tipo de material não só possibilita perceber como transitam os juristas, mas também perceber quem é mobilizado como sociólogo em certo momento.

Novamente, ressalta-se que a investigação dos próprios manuais de sociologia produzidos a partir de 1920 são essenciais, pois são “testemunhos significativos do esforço de constituição do saber sociológico entre nós” (MEUCCI, 2000, p. 05) e permitem identificar os agentes impactados por esta nova ciência em formação entre nós. Além disso, estes manuais carregam uma série de elementos do capital social mobilizado pelos agentes, estando presentes nos elogios de orelha, dedicatórias, introduções, prefácios.

Neste sentido, pensar como se tornar sociólogo como elemento de distinção social (um capital simbólico) também passa por elementos biográficos, como nome próprio, que constitui forte identidade social, durável e transmitida por herança, intervindo na própria vida e posição social do agente. É pelo nome, e especialmente o sobrenome, como coloca Bourdieu (2006, p. 186-187), que se tem a condição jurídica do agente de passar de um espaço para outro, de ser reconhecido nas manifestações oficiais (desde o curriculum à necrologia), introduzindo divisões nítidas, absolutas, indiferentes às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais, no fluxo das realidades biológicas e sociais.

Desta feita, ao compreender trajetórias, faz-se necessário verificar como as marcas (de distinção) estão insculpidas no agente social e como sedimentam o *habitus*, tomado como “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2015, p. 191).

Se, como já dito, não podemos dizer que no começo do século XX havia um campo sociológico constituído, pode-se trabalhar com a ideia de intelectual (BOURDIEU, 2015; 2011), *habitus* e de capitais (BOURDIEU, 2015), para compreender como se dá a suposta conversão de uma elite intelectual advinda do Direito para se tornarem especialistas nos conhecimentos sociológicos. Para tanto, pode-se utilizar da *prosopografia* (BOURDIEU, 2011), como biografias coletivas, comparando-se trajetórias de outros intelectuais que também vieram do direito e se dedicaram à publicação de manuais de sociologia, como Fernando de Azevedo e Alceu Amoroso Lima, auxiliando na reconstrução das posições destes no campo de poder.

4. Conclusões

Este breve artigo teve como propósito colher elementos teóricos e metodológicos (indissociáveis) para a compreensão da formação da sociologia no Brasil por meio do

interesse dos formados em Direito sobre aquele conhecimento. Destacou-se aqueles bacharéis que formularam os manuais de sociologia, ainda no início do século XX, contribuindo para um elemento de forte distinção social.

Entende-se que o projeto bourdieusiano fornece um caminho profícuo para discutir esta relação, no qual tomamos a sociologia com um trunfo para certos sujeitos, diante do contexto histórico-cultural do período. Estes intelectuais, então, foram agentes de disseminação e institucionalização da sociologia no Brasil, envolvendo-se em reformas educacionais, manifestos, foram professores normalistas, foram precursores da sociologia nas universidades, dedicaram-se aos manuais voltados para o ensino da disciplina. Isto foi fundamental para que a sociologia fosse institucionalizada no país, especialmente pela valorização de um tipo de conhecimento, de um tipo de intelectual em formação. Por sua ampla atuação e capacidade de mobilizar seus recursos disponíveis, inclusive pela diversificação de atuação para além do Direito, analisar o grupo de juristas (ou bacharéis) por meio de suas trajetórias – individuais ou coletivas - mostra-se, com todas as suas diferenças e especificidades, tradutores das elites pioneiras da sociologia.

5. Referências

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 431p

_____. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

_____. **A gênese dos conceitos**. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

_____. **A ilusão biográfica**. In: _____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2005.

_____. **Modos de dominação**. In: _____. A produção da crença. Porto Alegre: Zouk, 2006.

_____. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. 312 p.

_____. **O mercado de bens simbólicos**. In: Bourdieu, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CANDIDO, Antônio. **A sociologia no Brasil**. [1956] Revista Tempo Social, revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 01, jun/2006.

CHACON, Vamireh. **História das ideias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

CHARLE, Christophe. **122.Intelectuais**. In : CATANI, Afrânio et al. Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte : Autêntica, 2017.

CIGALES, M.P.; ENGERROFF, A.M. 2016. **A constituição da Sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais**. Revista Urutagua, 35:80-101

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

LIEDKE FILHO, Enno D. **A Sociologia no Brasil: história, teorias, desafios**. Revista Sociologia, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 376-437.

MACHADO, Celso de Souza. **O ensino da sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar**. Revista da Faculdade de Educação de São Paulo. Jan/jun. nº 13, P. 115-142, 1987.

MEUCCI, S. **A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 158p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Universidade Estadual de Campinas. SP, 2000.

MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**, volume 1 e 2, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989 e 1995.

PASSERON, J-C. **Biografia, fluxos, itinerários e trajetórias**. In: _____. O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano de raciocínio natural. Rio de Janeiro: Vozes,1995.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEIDL, Ernesto. **Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites**. In: SEIDL, E; GRILL, I. G. (org.). As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Campinas, Autores Associados, 2008.

VENANCIO FILHO, A. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba – 1927)**. In: BENCOSTTA, M. L. Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007



A judicialização do cuidado infantojuvenil por demanda escolar e sua dimensão simbólica

Lucilene Cristina Calza¹
Fagner Carniel²

GT 6 – Representações sociais e produções simbólicas

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM), lccalza@yahoo.com.br.

²Prof. Dr. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM), fagnercarniel@yahoo.com.br.

Introdução

A ideia de refletir sobre os caminhos e discursos profissionais utilizados na abordagem de demandas escolares que envolvem alunos e alunas que apresentam “indisciplina”, comportamento considerado inadequado e frequência irregular, surgiu da oportunidade de contato da autora, que atua como assistente social no Ministério Público do Estado do Paraná, com uma variedade de estratégias e fluxos articulados no âmbito da “política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente” na região norte do estado.

A referida política, prevista no Art. 86 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), constitui-se de uma rede que equivale ao conjunto de órgãos, serviços e instituições que, intersetorialmente, prestam atendimento voltado à proteção dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo os vinculados à política pública de educação.

O direito à educação e a obrigatoriedade do acesso das crianças à escola nem sempre existiram, foram criados, e suas condições de existência no ocidente perfilaram-se historicamente de acordo com as necessidades das classes dominantes em cada época, no decorrer do processo histórico de invenção da “maquinaria escolar” (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992).

Contemporaneamente, as instituições escolares cumprem um papel na cena sociopolítica quando classificam determinadas “infâncias diferenciadas” - com formas de vida diferentes e relativamente autônomas com relação ao poder político dominante, como causadoras de distúrbios de ordem nas escolas e, conseqüentemente, como demandantes de “tratamentos diferenciados” por parte da esfera da justiça.

Aparelhadas com uma série de outras instituições que integram as diversas políticas públicas (também potenciais meios de educação estatal), as escolas, por vezes, exercem o controle social dos sujeitos dessas infâncias por meio de sua desqualificação e da não aceitação de suas formas de ser, de se mover e se expressar, incutindo-lhes padrões morais externos e desconexos ao seu contexto cotidiano de vida, a fim de neutralizá-los e de higienizar os ambientes institucionais de desordens. Preservando a manutenção da ordem, bem como da estrutura educacional e de poder vigente.

Objetivos e metodologia

Considerando que na burocracia pública a produção de documentos constitui um meio necessário para a judicialização que muito revela sobre o seu processo de efetivação (ou

tentativa), a partir da metodologia de análise do conteúdo de documentos, pretende-se no presente texto descrever um pouco sobre como demandas escolares específicas ganham significado nas narrativas produzidas pelas diversas instituições envolvidas em seu trato e, conseqüentemente, sobre como tem ocorrido o processo de apreensão estatal desses fenômenos.

O material analisado consistiu em documentos inerentes a três casos que foram remetidos ao sistema de justiça, e que tramitaram em uma Promotoria de Justiça de Proteção à Infância e Juventude (PJ³) da região metropolitana de Maringá-PR⁴ entre os anos de 2017 e 2018. O levantamento dos casos (e documentos) participantes da pesquisa ocorreu via emissão de relatório categorizado via Programa de Registro, Acompanhamento e Organização das Atividades Finalísticas Extrajudiciais das Unidades Ministeriais do Ministério Público do Estado Paraná, denominado PRO-MP⁵, pela seleção da palavra-chave “Infância e Juventude – Medida de Proteção” (padrão do sistema), sendo que, entre os procedimentos localizados, focou-se nos que apresentavam demandas escolares por motivo de indisciplina, comportamento inadequado e frequência irregular por causa ainda não apurada a contento.

Os três casos foram selecionados pelos seus conteúdos rotineiros (não emblemáticos) e por terem abarcado desdobramentos similares a outros com enredos parecidos. Em dois deles é especificado nas narrativas das instituições escolares o que se espera como intervenção do sistema de justiça, e o terceiro contou com a atuação não apenas da comunidade escolar e da PJ, mas também de alguns outros órgão, serviços e instituições que compõem a rede da política de atendimento à criança e ao adolescente, afetos às políticas públicas de assistência

3 Tanto o acesso aos referidos documentos quanto à sua utilização foram efetivados mediante prévia autorização concedida pelo Promotor de Justiça titular da PJ em tela.

4 A intitulada “região metropolitana de Maringá” engloba 25 municípios, e a referida PJ atende cinco destes municípios que se agrupam em Comarca única: Maringá, Paiçandu, Ivatuba, Floresta e Doutor Camargo. A atribuição da PJ, de acordo com a Resolução institucional nº 4789/17, é de proteção dos interesses difusos e coletivos na área da infância e juventude, além da atuação em situações configuradas de risco e em inquéritos policiais e ações penais referentes a crimes praticados contra crianças e adolescentes, exceto nos casos em que a vítima seja adolescente maior de catorze anos e restar configurada a circunstância prevista no artigo 5º, inciso III, da Lei Federal nº 11.340/06.

5 Instituído a partir do Ato Conjunto nº 02/2010, da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, o PRO-MP consiste em um sistema de informática de caráter permanente, podendo ser acessado via rede mundial de computadores. Tem como finalidades: o cadastro e gerenciamento dos procedimentos extrajudiciais; a padronização e controle do cumprimento do andamento dos autos; o controle da tramitação, prazos, prorrogações e suspensões; e a geração de relatórios e dados estatísticos. O software é obrigatoriamente utilizado por todas as Promotorias do estado, de modo que os registros de instauração de procedimentos e suas respectivas movimentações devem constar no sistema.

social, saúde, educação, segurança pública, programa de práticas restaurativas e Conselho Tutelar (CT).

Os documentos e sua dimensão simbólica

Os documentos, especialmente no contexto dos setores da esfera estatal, desempenham um papel importante como meio para o registro, estruturação e delegação de ações. Dentro da política de atendimento à criança e ao adolescente, suas narrativas abarcam enredos cuja dimensão simbólica e linguagem empregadas formulam inúmeros desfechos e efeitos sobre sujeitos tecnicamente classificados como “necessitados da intervenção do Estado”, além de subjetividades, moralidades e expectativas das instituições envolvidas - ou algumas pistas a esse respeito.

A dimensão da escrita e da linguagem faz-se reveladora na medida em que agrega aspectos que foram considerados importantes no decorrer das abordagens efetivadas, e que os autores e autoras dos documentos entendem que devam ser os norteadores da situação existente. Ela expressa o momento em que os profissionais traduzem “as expressões de seus informantes para o seu vocabulário de forças sociais” (LATOURET, 2012, p.90), ao passo que determinadas características identificadas e/ou atribuídas aos alunos e famílias não são registradas nos documentos gratuitamente, mas refletem um modo de construção da gestão dos casos.

Caso 1

Dentre os casos selecionados, o primeiro envolve um ofício protocolado na PJ por uma escola. A narrativa trata da situação de um aluno de 15 anos, regularmente matriculado no sexto ano, que vem apresentando comportamento inadequado no ambiente escolar - *“negando-se terminantemente a atender ao solicitado pelos professores (...) age sempre de forma agressiva quando os professores tentam convencê-lo a realizar as atividades (...) confrontando e desrespeitando toda e qualquer regra, saindo da sala sem autorização, além de coagir colegas dentro do banheiro, uma vez que está em idade diferente dos alunos da série, que em média estão com 11 anos”*; dificuldade de aprendizagem - *“(…) não tem leitura fluente e escreve apenas pequenos textos”*; e cujos pais são resistentes às orientações da equipe pedagógica - *“foram orientados a procurar auxílio para o filho, como encaminhamento para curso técnico, em que ele pudesse conviver com adolescentes mais próximos a sua idade e nível de desenvolvimento, contudo, nenhuma atitude foi tomada”*,

sendo que o documento é finalizado solicitando “(...) ajuda junto a este órgão para que a família seja orientada a assumir a sua responsabilidade em propiciar ao filho uma educação (cursos) que o instrumentalize a se inserir de modo adequado na sociedade”.

Caso 2

O segundo caso engloba um documento intitulado “pedido de providência”, protocolado na PJ por uma outra escola, cuja narrativa refere-se à situação de um aluno do sexto ano, de 12 anos, que também apresenta comportamento inadequado no ambiente escolar - “(...) apresenta dificuldades de comportamento, sendo complicado fazê-lo entender que existem regras no Colégio e, por isso, ele necessita segui-las. (...) Não realiza atividades e constantemente provoca incômodo e a irritação dos colegas por meio de brincadeiras de mau gosto”; recusa-se, assim como seus pais, a seguir orientações prestadas pela equipe pedagógica - “Em muitos momentos a orientação foi dada ao próprio aluno, ele costuma ouvir e demonstra entender o que está sendo conversado, porém, imediatamente, ao seu retorno à sala de aula o quadro se repete. (...) os pais já foram convocados a comparecer à escola em mais de uma ocasião, nesses momentos apresentou-se a eles os problemas sobre o comportamento do aluno, buscou-se estabelecer um diálogo, no qual algumas orientações foram apresentadas. Contudo, o problema persiste (...)”, sendo o documento concluído com a mensagem: “A escola já esgotou as possibilidades de orientação e encaminhamento com esse aluno e a situação vem se agravando e, prejudicando o desempenho e aprendizagem de todos na sua turma. Como a situação é grave, gostaríamos de contar com o auxílio dessa Promotoria para que as medidas necessárias, para que tanto o aluno quanto a sua turma pudessem usufruir de uma aprendizagem de qualidade (...)”.

Caso 3

Por fim, o terceiro caso trata sobre a situação de um aluno de 13 anos, também do sexto ano, que foi apresentada por ocasião do comparecimento de um diretor escolar ao Ministério Público “solicitando providências” do órgão ministerial, haja vista que o aluno “(...) tem uma família desestruturada (...)”. É informado na documentação institucional que, anteriormente, a escola já tentou auxílio junto ao CT, junto a equipamentos vinculados à política pública de assistência social, à própria política de educação, “(...) e outros órgãos de apoio, mas não obteve o auxílio necessário; que o garoto vem se envolvendo em conflitos dentro da escola e causando diversos transtornos, ameaçando outros alunos e desrespeitando a autoridade dos professores, causando brigas dentro do ambiente escolar e

outros”. Dez documentos elaborados durante o ano letivo são apresentados pelo diretor – entre fichas individuais do aluno, relatórios escolares e laudo médico. Alguns trechos desses documentos narram o seguinte a respeito da situação: “*É um comptº transgressor, de quem não aceita e não cumpre as regras. Só faz o que não deve. Obs: O aluno tem tomado medicamento, segundo à mãe, porém, parece que não faz efeito p/ ele (...). O diretor colocou p/ a mãe que a escola já tem feito muita coisa p/ o aluno, p/ que ele melhore (conversas, orientações), porém nada dá resultado. A suspensão também tem sido uma medida usada pela escola, mas, que também não tem funcionado. (...) agora o aluno será encaminhado p/ participar de oficinas no CRAS (...) vamos fazer mais uma tentativa para que o aluno melhore seu comportamento, ele será remanejado para o período da manhã. (...) A patrulha escolar foi acionada e o B.O. foi feito. (...) foi solicitada uma avaliação neurológica, a escola fez um relatório para a mãe apresentar para o neurologista (...)*”. A pedido da PJ, o CT presta informações sobre o histórico de atendimentos da família na rede, dentre elas: “*(...) possui diversos atendimentos ao longo dos anos desde 2013, por encaminhamentos da rede de ensino motivadas por problemas de comportamento e desempenho escolar (...) ao longo do acompanhamento pela rede de proteção (...) a mãe justifica que é provedora do lar, que todos os dias sai muito cedo para o trabalho e não consegue acompanhar todas as necessidades dos filhos. Nos atendimentos que compareceu, a genitora sempre relatou que não sabe lidar com o filho, que o mesmo não respeita regras na escola e é agressivo com a equipe pedagógica, mas que ela sempre orientou o filho no sentido contrário, que estava cansada das reclamações recebidas pois cuida sozinha dele*”, sendo que o CT apresenta ainda à PJ outros dezenove documentos datados entre 2013 e 2017, e que narram uma imensidão de acionamentos para tratar da situação do aluno e da família, envolvendo diversas políticas públicas setoriais – entre gestores e serviços das áreas da assistência social, saúde, educação e segurança pública. Via PJ, é acrescida ainda a solicitação de acionamento, por parte da direção da escola, de um programa de práticas restaurativas (cujas atividades são orientadas por departamento de instituição de ensino superior) para atendimento do caso.

O fechamento dos três procedimentos instaurados no âmbito da PJ em decorrência de tais casos ocorreu pelo acionamento do Conselho Tutelar, e requisitando, em resumo, “*nos termos do art. 136 c/c art. 101 e 129, todos da Lei nº 8.069/90, que seja efetivado o acompanhamento da família, promovendo todos os encaminhamentos aos órgãos da rede de proteção que se revelarem necessários, constando ao final que somente deverão ser comunicadas intercorrências deste caso à Promotoria de Justiça se constatada a hipótese do art. 98, inciso I, do ECA ou se fizer necessária a tomada de medidas que legitimem a*

judicialização do caso (1. afastamento do agressor de moradia comum em hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual; 2. afastamento da criança/adolescente do convívio familiar colocando-a em família substituta ou acolhimento; e 3. hipóteses de suspensão ou destituição do poder familiar”⁶.

Sobre o trâmite jurídico-estatal, destaca-se que, no espectro da rede considerada, a PJ constitui-se uma das portas de entrada ao sistema de justiça, e os documentos por meio dela elencados durante a etapa extrajudicial podem consequentemente subsidiar a propulsão de ação judicial, nos casos em que se entender necessária a judicialização da situação apresentada - o que não ocorreu em nenhum dos três casos selecionados.

As instituições de ensino, em todos os casos citados, para além de qualquer “obrigatoriedade”, estabeleceram por prática autossubordinarem-se ao sistema de justiça em decisões de sua própria área técnica de conhecimento – que abarca recursos pedagógicos e socioeducativos. Após não terem vislumbrados os efeitos almejados por meio de orientações prestadas por equipes da escola e das demais políticas públicas intersetoriais na lida com alunos e pais categorizados como praticantes de condutas inadequadas no ambiente escolar, recorreram ao poder da justiça requerendo “(...) ajuda junto a este órgão para que a família seja orientada a assumir a sua responsabilidade em propiciar ao filho uma educação (cursos) que o instrumentalize a se inserir de modo adequado na sociedade (sic)”; (...) auxílio dessa Promotoria para que as medidas necessárias, para que tanto o aluno quanto a sua turma pudessem usufruir de uma aprendizagem de qualidade (...); e “providências”.

Neste “sistema simbólico particular” (Pierre Bourdieu, 1989), é atribuída à simbologia do poder da justiça a detenção da melhor resposta, da verdade e da razão, bem como o poder supremo para decisão (profissional e/ou institucional) acerca de situações disciplinares, de aprendizagem e comportamentais dos alunos e famílias.

Contudo, a exemplo do que ocorreu com os três casos apresentados, muitos outros casos não permanecem no sistema de justiça e, sequencialmente à formalização de encaminhamento do caso à PJ, formaliza-se o seu encaminhamento para órgãos, serviços e instituições da rede intersetorial ocupantes de outras posições, ainda que os mesmos já possuam histórico de intervenção na situação apresentada, sem tê-la “solucionado” - como

6 A Lei nº 8.069/90 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Na referida Lei, o Art. 136 define as atribuições do Conselho Tutelar; o Art. 101 trata das medidas específicas de proteção; o Art. 129 das medidas aplicáveis aos pais ou responsável; e o Art. 98, inciso I, do ECA, diz respeito à aplicação de medidas de proteção à criança e ao adolescente em caso de ameaça ou violação de direitos por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

ocorreu no Caso 3, em que o CT informou já atuar em conjunto com diversas políticas públicas setoriais há aproximadamente quatro anos.

Embora, nos documentos, as narrativas construídas apontem a necessidade da continuidade da intervenção estatal junto aos alunos e famílias, as consideradas “intervenções faltantes” não aparecem suficientemente esclarecidas, o que não impede que tais documentos, mesmo na incompletude, sejam gerados, assinados, protocolados e, em especial, oficialmente remetidos para gestão de outra(s) instituição(ões) manifestando a expectativa de que “algo” será feito pelo(a) destinatário(a).

Os sujeitos são colocados em um discurso técnico desfocado que, por vezes ressalta, unicamente, como motivação dos fatos, o mau comportamento dos alunos ou a resistência da família em seguir as orientações prestadas pela equipe pedagógica da escola. Associa essas condutas ao caos da desordem e do perigo, e as maximiza - por exemplo como foi feito no Caso 1, em que se atribuiu ao aluno uma não inserção “*de modo adequado na sociedade*”, com base apenas no seu comportamento dentro do ambiente escolar.

Howard Becker (2007) afirma que todos os termos que descrevem pessoas e conceitos são relacionais, e só têm sentido quando considerados parte de um sistema de termos (e comparados a outros diferentes). Criado por organizações deliberativas, o traço que os delinea é mais do que apenas o “fato físico” ou determinado comportamento, sendo também uma interpretação desse fato, cuja atribuição de significado depende de outras coisas a que ele esteja ligado no sistema de relações a que pertence.

Convém pensar que alunos adolescentes “desobedientes e indisciplinados” não são raros em ambientes escolares. Mas até qual grau de indisciplina se tolera? Quais características são as inaceitáveis? Quem são os alunos e as famílias “resistentes e omissas” selecionadas que ultrapassam os limites e se tornam caso para ser educado e corrigido pela justiça? O que os diferenciam dos demais?

Ainda que as instituições tenham definidos para si qual é “o grau apropriado”, “qual é a medida certa/e o limite aceito” e “o que é e o que não é condenável” nas condutas dos alunos e famílias, o silogismo utilizado não é expresso abertamente nas narrativas oficiais.

Embora mantenham essa premissa maior oculta, os profissionais que detectam, avaliam, classificam e constroem estratégias de intervenção – e se localizam numa posição de poder intermediário, entre sujeitos que têm menos poder e sujeitos que têm mais poder que eles, dentro do sistema considerado, por meio de distinções hostis, maximizam nas relações hierárquicas o que esperam obter delas, tornando quase que automática uma conclusão por parte de quem lê as narrativas.

O sistema instituído, conforme apresentado nos casos em tela, utiliza como critérios para classificar alguns alunos e famílias como demandantes de intervenções especiais por parte do sistema de justiça, condutas e fragilidades – como desordem no interior das famílias, suposto adoecimento, desvio de caráter e transtornos de personalidade. Menciona o aluno e a (má) influência da família como causa do desajuste no ambiente escolar e, desse modo, distancia qualquer perspectiva de aprofundamento na razão objetiva do fato em curso.

Para preencher o "abismo de execução", o melhor é quase sempre mudar de atitude e introduzir abruptamente a "subjetividade", a "intencionalidade" e a "interioridade", ou ao menos apelar para algum tipo de "equipamento mental". Se a moldagem do social a partir "de fora" não for suficiente para completar a ação, então os demais recursos devem vir "de dentro" ou do grupo humano localmente reunido. (LATOURET, 2012, p. 297).

A tentativa de desqualificar os sujeitos por sua "incapacidade social", referida por Michael Foucault (2010), faz-se notória nas narrativas, e é a partir dela que se engendra uma construção analítica na qual o fato social desloca-se da condição de núcleo, e toma por forma a irredutibilidade, a resistência, a desobediência e também o abuso de poder praticado pela família ao impor-se ao poder das instituições.

A descrição do aluno, no Caso 3, beira a figura que Michel Foucault (2010), ao analisar o domínio da anomalia nos séculos XVIII e XIX, denomina como "o indivíduo a ser corrigido", "a criança indócil" - inassimilável ao sistema normativo de educação. "Crianças mal-educadas cuja vigilância e os bons princípios não temperam as tendências ruins" (2010, p. 258) e, nos Casos 1, 2 e 3, os pais/a família são envolvidos como verdadeiros culpados: por suposta omissão, falta de vigilância, negligência e/ou falta de interesse pelos filhos.

Mas teriam os pais deixado de seguir as orientações das equipes pedagógicas das escolas por subversão e intencionalmente? Porque querem prejudicar seus filhos na vida? Ou então enfrentar/impor seu poder ao poder da equipe escolar? Ou porque são faltosos também em outros aspectos além do cuidado e da educação dos alunos?

Não há preocupação em desvendar a inteligibilidade do fenômeno, contudo, não restam, nas narrativas, dúvidas de que as tentativas administrativas estatais possíveis foram esgotadas, e que se faz necessária a regulação do poder da justiça para definir e fazer (ou mandar fazer) "o que mais" pode ser feito.

Considerações finais

Tendo por base o conteúdo dos documentos analisados, pode-se dizer que demandas escolares específicas, que envolvem condutas de indisciplina e comportamento inadequado, ganham significado nas narrativas produzidas pelas instituições estatais envolvidas no seu trato em meio a mecanismos técnico-classificatórios justificados por critérios de avaliação de condutas e fragilidades pessoais e familiares. Distantes de qualquer perspectiva de aprofundamento na razão objetiva (da forma de organização da vida social e da própria maquinaria escolar) do fenômeno em curso.

A ação educativa institucional, guiada por valores moralizantes, molda uma política de dominação que evidencia a necessidade do asseguramento do poder de determinadas classes e instituições para mandar, e da organização de meios de ação para que isso ocorra.

A tentativa de judicializar determinadas situações desqualificando os sujeitos por sua “incapacidade social” engendra um grau analítico que se exime de desvendar e esclarecer a inteligibilidade do fenômeno, colocando-o exclusivamente em um patamar jurídico-moral que passa a requerer, necessariamente, a regulação do poder da justiça.

É supervalorizado quem se encontra em uma posição de poder maior, e são hostilizados os sujeitos que se encontram em uma posição de poder menor - que desalinhados dos métodos das escolas normalizadas e normatizadas necessitam do sistema de justiça como estabelecimento de ensino.

A partir disso, conclui-se que o processo de apreensão estatal dos fenômenos em tela vale-se da construção de uma tecnologia de governo formalista e envolta da autoproteção das instituições administrativas envolvidas, que estabelecem por prática autossubordinarem-se e confiarem ao sistema de justiça a “habilidade” para “educar” determinados sujeitos dentro de padrões aceitáveis, corroborando com “quaisquer que sejam” as intervenções de quem se encontra em uma posição hierárquica maior. Como se elas fossem mais eficazes e agregassem possibilidades mais viáveis e valiosas do que todas as técnicas e procedimentos administrativos que anteriormente foram empregados e fracassaram na seara da educação (e das diversas outras políticas públicas sociais).

Os comandos e dispositivos escolhidos e acionados pendem aos pré-estruturados e moralmente aceitos, que incorporam a ideia de que as desordens originam-se sempre da conduta do mais fraco (que é culpabilizado e precisa ser corrigido), e não do mais forte. Cria-

se uma expectativa simbólica de que o (super) poder da justiça definirá e fará (ou mandará fazer) o grande enigma de “o que mais” pode ser feito.

Referências

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 01, de 16 de julho de 1990.
- Ato Conjunto nº 02, de 06 de outubro de 2010, da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba, PR, out. 2010.
- Resolução PGJ nº 4789, de 04 de setembro de 2017, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná. Curitiba, PR, set. 2017.
- ANDRADE. Betânia de Oliveira Almeida de. **A lógica binária que guia a aplicabilidade dos direitos infanto-juvenis: proteção versus punição**. Revista Cadernos de Campo, Araraquara, n.22, p. 137-167, jan./jul. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/9936/6910>>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **"Apenas preencher papel"**: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. Mana [online], Rio de Janeiro, vol.19, n.1, pp. 39-68, abril 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100002>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. São Paulo: Edusc, 2012.
- MIRAGLIA, Paula. **Aprendendo a lição**: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. Novos Estudos, CEBRAP [on line], São Paulo, n. 72, p. 79-98, julho 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200005>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar**. Teoria e Educação. Porto Alegre: Pannonica, n. 6, 1992, p. 68-96.



Representações do crime no jornal Diário de Santa Maria e nos comentários on-line

Luciano Fischborn¹

GT 6 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRODUÇÕES SIMBÓLICAS

¹ Bacharel em Ciências Sociais (UFSC), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), e-mail: lfischborn@gmail.com, bolsista CAPES.

Este artigo busca compreender como a mídia veicula as matérias criminais e de que modo o público reage a elas nos comentários on-line. Em 2015, o Brasil possuía a nona maior taxa de homicídios do mundo (CHADE, 2017) e a violência e a percepção sobre ela ocorre de diferentes formas conforme os estratos sociais (BAIERL, 2004). Caracteriza-se como cultura do medo a situação marcada pelo medo, a qual em alguns casos as pessoas temem muito o que estatisticamente não apresenta tanto perigo (GLASSNER, 2003). Nesse processo, a mídia tem um papel importante, interferindo na construção da realidade pela população, pela seletividade das ocorrências que escolhe veicular (SCHABBACH, 2001).

Com a emergência e massificação recente de dispositivos móveis, como *smartphones*, e de redes sociais on-line, como o *Facebook*, criam-se novas formas de interação. Segundo dados divulgados pela própria empresa, 92 milhões de brasileiros acessaram o *Facebook* mensalmente em 2014, o que correspondia a 45% da população do país, a maior parte via dispositivos móveis.² Nessas plataformas, surgem novas possibilidades de comunicação, como os comentários on-line, nos quais os internautas podem expressar suas opiniões em matérias jornalísticas, especialmente em matérias criminais, nas quais postulam suas visões de mundo espontaneamente, às vezes de modo impulsivo ou a partir de um roteiro conscientizado e refletido de intenções (JUNGBLUT, 2015).

Nesse sentido, busca-se compreender como o Diário de Santa Maria, principal jornal município de Santa Maria-RS, veicula as matérias de ocorrências criminais e de que modo o público se posiciona nos comentários on-line. Assim, neste contexto de massificação de redes sociais on-line, esta pesquisa se propõe a responder a seguinte indagação: a partir da cultura do medo como o Diário de Santa Maria (DSM) veicula as matérias criminais em suas publicações on-line e de que modo o público se posiciona nos comentários e como se constituem as diferentes reações³ ao crime?

Desvio social, cultura do medo e representações sociais

Segundo Becker (2009), o desvio, isto é, a infração de uma regra geralmente aceita, é criado pela sociedade e não é uma propriedade que está no ato em si. Sua noção de desvio não é homogênea, pois enquanto alguns indivíduos podem ser rotulados sem ter cometido um ato

² Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes>> Acesso em: 23/11/2017.

³ O termo “reações” é empregado no sentido elaborado por Reagle (2015), o qual concebe comentários on-line enquanto um gênero de comunicação reativo.

desviante, outros podem infringir uma regra e escapar à detecção, sem sofrerem a rotulação. Para um ato ser desviante, depende de como as pessoas reagem a ele, reação esta que deve ver o ato como problemático. Desvio, portanto, se constitui na interação entre quem comete o ato e quem a ele reage e não é uma qualidade que está no próprio comportamento. A teoria do desvio de Becker dá conta dos diferentes modos pelos quais constituem-se diferentes reações ao desvio social, como o crime. O grau com que um ato é considerado desvio varia no tempo, depende de quem comete e de quem é prejudicado por ele e em alguns casos em função das consequências que gera. Do mesmo modo, regras podem ser aplicadas mais a algumas pessoas do que outras (BECKER, 2009).

Barry Glassner (2003) entende por cultura do medo uma situação marcada pelo medo e insegurança, geralmente com a mídia vinculando reportagens sensacionalistas e com estatísticas descuidadas. Enquanto estatísticas criminais apresentavam gradual redução nos Estados Unidos ao longo da década de 1990, o número de matérias sobre crimes na mídia aumentava, ao mesmo tempo em que aumentava a insegurança do público. Curiosamente, enquanto alguns pseudoperigos recebiam grande atenção na mídia, como os casos de fúria no trânsito, problemas como direção embriagada, responsável 85 vezes mais mortes, receberam menor atenção nos meios de comunicação (GLASSNER, 2003).

Baierl (2004) aborda o medo social no Brasil na década passada, focando nos diferentes modos pelos quais a violência atinge os diferentes estratos sociais, bem como seus distintos medos e percepções sobre o crime. No mesmo período, Pastana (2003) aborda a cultura do medo, enfatizando questões mais políticas, nas implicações do medo da violência criminal nas relações sociais no país, podendo levar a uma diminuição da sociabilidade, fazendo com que as pessoas deixem de frequentar espaços públicos. Além disso, a arquitetura da cidade muda com *shoppings centers* e condomínios privados, contribuindo para a segregação entre os diferentes grupos, especialmente os periféricos. Junto com isso, ocorre uma privatização da segurança, tanto com a indústria de segurança em expansão, com alarmes, grades e empresas de vigilância, por exemplo, bem como a violência como meio privado de resolver conflitos (PASTANA, 2003; MANSO, 2005).

Parte-se do pressuposto de que representações sociais expressam visões de mundo, explicando e atribuindo sentido aos fenômenos dos quais se referem, além de orientar práticas dos atores. A representação sobre um determinado acontecimento é parte constitutiva do mesmo, “criando-o” em certo sentido, de modo que “é possível supor que existam, por um lado, contextos (objetivos) mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento da violência, e que por outro, o que é representado como violência (dimensão subjetiva) ‘participe’ igualmente da

realidade da violência” (PORTO, 2006, p.264). A “realidade” seria, nesse sentido, constituída por uma dimensão objetiva (fenômeno) junto com a dimensão subjetiva (representação).

A mídia e a comunicação no século XXI

Castells (2015) defende que o século XXI se caracteriza pela cultura da convergência, isto é, interação e complementaridade entre os três tipos de comunicação, diluindo suas fronteiras. A autocomunicação de massa, modalidade mais interativa que surge com a internet, não substitui e acaba com a comunicação interpessoal e de massa. Para o autor a comunicação de massa é atualmente baseada na internet, tanto em sua produção quanto em sua transmissão e o consumo da informação também muda com as novas tecnologias. O jornal continua sendo um meio importante de comunicação de massa, mas sua plataforma muda e usuários de internet com menos de 30 anos leem jornais principalmente on-line (CASTELLS, 2015).

Nesse contexto da comunicação, os comentários on-line são um importante mecanismo possibilitado pelas plataformas. Reagle (2015), defende que podemos aprender sobre nossos eus sociais e seus valores através dos comentários on-line e argumenta que estes são um gênero de comunicação, o qual é social, isto é, pode ser visto pelos outros e uma característica fundamental é que são reativos, ou seja, uma resposta a alguma coisa. Um comentário é sobre algo, tem uma fonte ou autor, identificável ou anônima, assim como uma audiência pretendida. Os comentários, especialmente em publicações sobre crime, expressam visões de mundo e posicionamentos políticos, os quais são realizados de modo impulsivo ou a partir de um roteiro mais conscientizado e refletido de intenções (JUNGBLUT, 2015).

Glassner (2003) aponta as diferenças na veiculação de crimes na televisão e na mídia escrita. A televisão apresenta uma abordagem mais emocional, indo ao encontro de Teixeira (2009) ao demonstrar o modo dramatizado pelo qual o crime era representado no programa televisivo Linha Direta, ainda que não fosse um programa jornalístico em sentido estrito, pois misturava jornalismo e ficção. O programa apresentava a criminalidade como “violência cega”, como se atingisse igualmente todos e não variasse em função de classe e gênero, por exemplo. Em oposição, na imprensa jornalística o crime tende a ser apresentado de um modo mais descritivo.

Schabbach (2001) constatou distorções entre os registros criminais e as publicações do jornal “Gazeta do Sul” no município de Santa Cruz do Sul-RS. Crimes como homicídios, tráfico de entorpecentes e roubos, considerados crimes de maior impacto social, eram privilegiados em detrimento de furtos e lesões corporais. Deste modo, a imprensa jornalística interfere na

construção da realidade pela população, devido às ocorrências que escolhe veicular, não englobando todos os delitos registrados (SCHABBACH, 2001).

Mortalidade por homicídios e acidentes de trânsito em Santa Maria

O município de Santa Maria localiza-se a 290 km da capital do estado, Porto Alegre e em 2017 conta com uma população estimada pelo IBGE de 278.445 habitantes.⁴ O município é considerado cidade de médio porte e é a quinta cidade mais populosa do Rio Grande do Sul. Em 2015 o município registrou 56 homicídios, equivalente a uma taxa de 20,28 homicídios por 100 mil habitantes e em 2016, chegou a uma taxa de 23,9 com 66 homicídios. De 2013 para cá, a taxa vem crescendo sucessivamente em até 2016.

A fim de ter uma noção sobre causas e números de mortalidade no município, ao comparar as taxas de homicídio de Santa Maria-RS, no período entre 2003 e 2014, com outras cidades gaúchas de médio porte, o município apresentou em metade dos doze anos analisados, taxas de homicídio inferiores às demais⁵ e no mesmo período obteve taxas inferiores aos índices do estado, correspondendo a metade da média nacional (NAHAN, 2016). No entanto, no período subsequente, nota-se que as taxas de Santa Maria estão aproximando-se das taxas do Rio Grande do Sul e diminuindo sua diferença em relação ao índice nacional, que foi de 28,9 em 2015.

O autor também traça o perfil das vítimas de homicídio em Santa Maria entre 2010 e 2014. O predomínio é masculino (91%), 92% possuíam entre 15 e 49 anos de idade, embora essa faixa etária corresponde a 54% da população no município e 84,43% já haviam sido acusadas em processos criminais ou em processos do Juizado da Infância e da Juventude (NAHAN, 2016, p.115-119). Portanto, a violência letal não atinge homogeneamente a população e a probabilidade de vitimização varia muito em termos de gênero, idade e criminalização, pois o predomínio de vitimização é de um grupo social bastante delimitado.

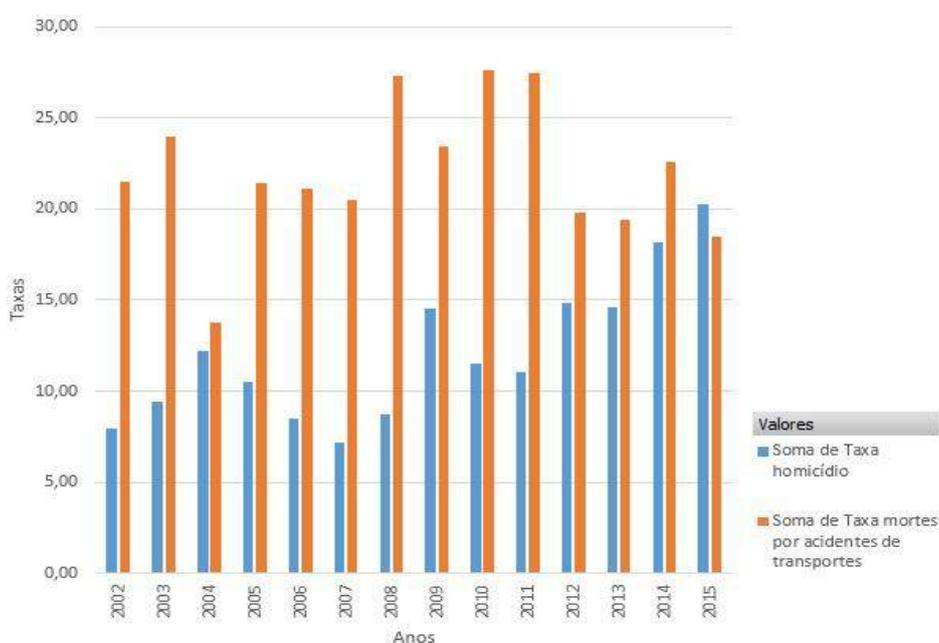
Até 2015, apesar da taxa de homicídios de Santa Maria (20,28), ir aproximando-se da taxa do estado (26,2), ainda está abaixo do RS. Se comparada às taxas do país (28,9), a diferença é ainda maior. Portanto, até o ano de 2015, ano em que temos dados disponíveis, Santa Maria tem índices inferiores de homicídios do que o estado e ainda menores do que o país.

⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>> Acesso em: 24/11/2017.

⁵ Nahan (2016) compara Santa Maria com Novo Hamburgo, São Leopoldo, Pelotas, Passo Fundo e Caxias do Sul.

No tocante as taxas de mortalidade decorrentes de acidentes de trânsito, é interessante compará-las com os índices de homicídio, para ter uma noção melhor sobre a mortalidade no município. O predomínio vítimas de acidentes de trânsito em solo gaúcho em 2012, segundo o Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran RS), foi de pessoas entre 18 a 39 anos concentrando 46% da mortalidade.⁶ Em todos os anos analisados, exceto em 2015, o número de mortes decorrentes de acidentes de trânsito são maiores do que o número de homicídios no município, conforme a Figura 1. A média das taxas de mortes por acidentes de trânsito foi 22 entre 2002 e 2015 e no mesmo período a média dos índices de homicídio foi 12,11, isto é, quase a metade das mortes do trânsito.

Figura 1: Taxas de homicídios e de mortes no trânsito por 100 mil habitantes em Santa Maria-RS (2002-2015)



Fonte: Elaboração do autor a partir dos números de homicídio divulgados pelo DSM, dos dados sobre mortalidade de acidentes de transportes do DATA SUS⁷ e dos Censos e estimativas populacionais do IBGE.

Apesar do índice de homicídios ultrapassar o índice de mortes no trânsito no último ano disponível, em geral o trânsito apresenta letalidade muito maior do que homicídios em Santa Maria. Sobre o perfil das vítimas de trânsito, apenas sabe-se que predomina a faixa etária entre

⁶ Disponível em: <<http://www.detrans.rs.gov.br/conteudo/17033/o-perfil-da-morte-no-transito-no-rs>> Acesso em: 04/12/2017.

⁷ Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), registrados segundo o CID-10 (Classificação Internacional de Doenças-10), classificados no Grande Grupo CID-10 Acidentes de Transportes Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/v01_v99.htm> Acesso em: 04/12/2017.

18 e 39 anos, com quase metade das mortes. Já sobre o perfil de vítimas de homicídio no município, sabe-se que o perfil de vítimas é previamente criminalizado, jovem e masculino (NAHAN, 2016). Além de ser um grupo bastante delimitado, parte significativa das mortes em que se identifica a autoria, são premeditados e decorrentes de conflitos interpessoais (MANSO, 2005). Já as mortes decorrentes de trânsito, pode-se supor que, como são acidentes, isto é, não intencionais e premeditados, atingem a população mais homoganeamente, pelo menos mais do que as mortes do crime.

Nesse sentido, se os temores da população do município fossem baseados em critérios quantitativos de mortalidade, ou seja, se temessem o que causa maior número de mortes, e que apresentassem probabilidades estatísticas de vitimização mais homogêneas, e não a um perfil social específico, dever-se-ia temer mais acidentes de trânsito fatais do que homicídios em Santa Maria, exceto caso possuam antecedentes criminais. Apesar de não contabilizados, no período de coleta das matérias publicadas na página do *Facebook* do DSM, observou-se menor atenção a ocorrências no trânsito do que às ocorrências criminais, demonstrando que a seletividade do jornal, privilegiando veicular as matérias criminais. Tal postura, conforme Schabbach (2001) interfere na construção da realidade pela população.

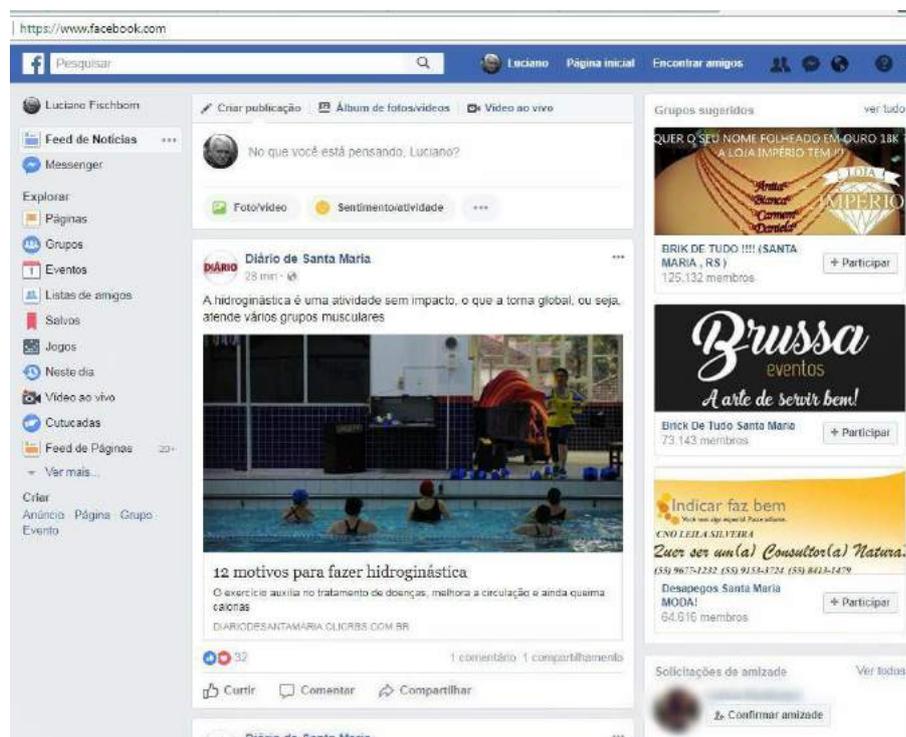
Representações do crime no Diário de Santa Maria e nos comentários

Antes de analisar as matérias, é necessária uma breve contextualização do ambiente de realização da pesquisa. A rede social *Facebook* foi fundada em 2004 é uma plataforma direcionada a convergência identitária, ou seja, a identidade on-line é a mesma off-line (RAMOS, 2015). Em 2017 atingiu bilhões de usuários ativos mundialmente⁸ e no Brasil, ao final de 2014, 92 milhões de brasileiros acessaram a plataforma mensalmente, o que corresponde a 45% da população do país e, deste total, 62 milhões acessavam diariamente. Já o jornal DSM foi fundado em 2002 sendo atualmente a principal publicação do município. Em 2016 o jornal circulava em 39 cidades do estado com tiragem semanal de 17 mil exemplares e 1,9 milhões de acessos mensais em seu *website* e a partir de fevereiro de 2017 não pertence mais ao Grupo RBS, após ser comprado por um grupo de empresários locais⁹. Em novembro de 2017, sua página oficial no *Facebook* possuía mais de 380 mil seguidores.

⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/06/1896428-facebook-atinge-marca-de-2-bilhoes-de-usuarios-anuncia-zuckerberg.shtml>> Acesso em: 23/11/2017.

⁹ Disponível em: <<http://coletiva.net/noticias/2016/11/rbs-vende-diario-de-santa-maria/>> Acesso em: 26/11/2017.

Figura 2: Captura de tela da página inicial do *Facebook* em novembro de 2017.



Fonte: Facebook.com.

Na página inicial da rede social, isto é, no *feed* de notícias, o conteúdo vai se atualizando a partir das publicações dos perfis que se tem adicionado como amigos e páginas que o usuário curte para seguir, conforme a Figura 2. Quando surge uma publicação com *link* externo para outro site, como ocorre em páginas de notícia, aparece uma imagem da reportagem, geralmente acompanhada acima de um pequeno texto de uma ou duas linhas e abaixo a manchete da matéria, em letras maiores.

O *corpus* final foi constituído por um total de 57 reportagens sobre crimes violentos, compreendidos aqui os tipos penais de crime contra a vida, agressão/tentativa de homicídio e crime sexual, coletadas durante o mês de abril de 2017. Cada caso era composto por três arquivos: a publicação da reportagem no *Facebook*, na qual estavam os comentários; a reportagem no site do DSM; e uma captura de tela nas reações na publicação da rede social. Segundo os números que apareciam nas publicações, o total de comentários foi 1894, com uma média de 32 comentários por matéria e 607 curtidas. Porém, na tabulação da pesquisa, na qual todos comentários receberam um número e foram categorizados, não englobando respostas a comentários e as respostas da própria página do DSM o total de comentários foi de 1793 e este será o número de comentários utilizados nos cálculos nesta pesquisa, exceto na média acima mencionada.

Homicídio e agressão totalizaram 23 (40%) casos cada dos crimes das reportagens, 6 (11%) casos foram de crimes sexuais, 3 (5%) foram crime sexual e homicídio, 1 (2%) caso foi agressão e homicídio e 1 (2%) caso não enquadrado-se.¹⁰ Mesmo assim, alguns comentários nesta publicação referiam-se à insegurança, ou seja, é possível que nem todos comentários sejam feitos após abrir e ler toda reportagem.

Do total de 1793 comentários classificados, 1207 (70%) eram de perfis femininos, 530 (30%) masculinos e 56 (3%) de perfis de casais ou indefinidos, usuários que subvertem o uso da plataforma, que é destinado a convergência identitária on-line e off-line. Portanto, há um grande predomínio de comentadores do gênero feminino.

Durante a pesquisa, a partir da leitura dos comentários e com base na análise de discurso, foram estabelecidas classificações para a reação dos comentadores ao crime (positiva ou negativa), a vítima, ao suspeito, se o comentário demonstra insegurança ou atribui causas sociais e/ou solução para a diminuição da violência, buscando abranger ao máximo cada categoria (GILL, p.154). Apesar de definição de comentários de Reagle (2015) englobar todas reações à uma publicação, só foram considerados os comentários da sessão de comentários. As categorias elaboradas foram as seguintes¹¹:

1. **Lamento x Indiferença** - foram classificados nesta categoria a partir da polarização Lamento (ação problemática) ou Indiferença (ação não problemática ou apoio). Lamento engloba comentários que lamentavam o ocorrido, demonstrando tristeza ou indignação, vendo a ação como negativa. Indiferença envolve comentários indiferentes ou apoiando a ocorrência. Comentários que não se referiam a nenhuma dessas opções não eram categorizados.
2. **Insegurança** - comentários que apresentam que o crime se tornou cotidiano, apontam para a banalização da violência, demandam mais segurança, descrição de violência que passou ou alguém próximo, medo ou percepção de aumento do crime.

Do total de comentários, 32% lamentaram a ocorrência, 21% marcavam outros perfis na publicação, 17% apontaram para causas sociais e/ou soluções, 16% apresentaram

¹⁰ Este último entrou no *corpus* empírico pois o título da reportagem era “Jovem é encontrado morto no Centro da cidade” e na matéria no site do DSM dizia que o corpo foi encontrado ao lado de uma motocicleta, sugerindo acidente de trânsito, mas era necessário abrir a matéria para ter acesso a esta informação e como a matéria foi atualizada, é possível que esse dado tenha sido adicionado.

¹¹ Além destas, foram cunhadas outras categorias que por motivo de espaço não serão abordadas aqui. São elas: Crítica à vítima X Apoio à vítima; Crítica ao suspeito X Apoio ao suspeito; Causa, solução ou cobrança; Marcação Indisponível; Não classificado. Para ver mais: Fischborn (2017)

insegurança, 15% criticaram o suspeito do crime, 11% não se enquadraram em nenhuma outra classificação, 7% criticaram a vítima, 6% apoiaram a vítima, 3% foram indiferentes ou apoiaram o crime, 3% indisponíveis e 2% apoiaram o suspeito da ocorrência. Estes dados ajudam a traçar um panorama geral sobre comentários on-line em publicações de notícias sobre crimes violentos, mas é pertinente analisar cada publicação individualmente.

Quadro 1: Maior percentual de frequência das categorias Lamento, Indiferença e Insegurança, em matérias com mais de 20 comentários.

Categoria	Frequência (%)	Manchete
Lamento	35 (92%)	"Eu ainda não acredito que ele morreu", diz mãe de adolescente assassinado em frente à escola
Indiferença	30 (65%)	Homem é assassinado pela companheira em São Sepé
Insegurança	13 (54%)	Homem é baleado em lancheria em Santa Maria

Fonte: *Corpus* empírico elaborado pelo autor.

O quadro 1 estabelece a matéria com maior frequência percentual em das categorias lamento, indiferença e insegurança, em reportagens com 20 ou mais comentários. De modo geral, a categoria **lamento**¹², vendo a ação como problemática, foi a mais frequente. Então analisar-se-á as matérias com maior proporção de **lamento**, **indiferença** e **insegurança**, com base na ordem lógica com a qual os usuários do *Facebook* veem a notícia: primeiro a manchete, depois o texto que acompanha a publicação, depois a reportagem e então os comentários.

Na publicação com maior índice de **lamento**, reação que predominou de modo geral, a reportagem referia-se ao caso do aluno de 14 anos assassinado em frente à escola por um jovem de 18 anos. Sete publicações referiram-se a este caso, ocorrência que mais repetiu-se, evidenciando a grande repercussão. A primeira publicação noticiando o caso alcançou 2226 curtidas, o maior número dentre as matérias do *corpus* desta pesquisa. Tal situação vai ao encontro das distorções entre os registros criminais e os crimes veiculados na mídia, a qual privilegia homicídios, os quais as vezes são veiculados mais de uma vez, enquanto outros delitos são sub-noticiados (SCHABBACH, 2001).

Nesse caso a manchete era “‘Eu ainda não acredito que ele morreu’, diz mãe de adolescente assassinado em frente à escola” e o texto que a acompanhava na publicação no *Facebook* “Gabriel Silveira, 14 anos, foi morto a facadas dia 10 deste mês”. A publicação

¹² Para destacar as categorias no texto, elas estão formatadas em negrito daqui para frente.

obteve 918 curtidas e 38 comentários. A entrevista da mãe nesta matéria é carregada de um tom emocional, falando sobre a perda do filho, suas últimas palavras e a falta de insegurança.

A mãe fala sobre as dificuldades que teve ao dar à luz o filho com 16 anos, cujo pai morreu quando ele tinha apenas 4 anos. Comentou que sempre fez tudo para seu filho, que muitas vezes deixou de comer para dar de comer a ele. Enfatiza que seu filho “era cheio de amigos, de alegria, de planos” e que uma semana antes de morrer ele deixou uma carta que dizia que amava muito sua mãe e que ela era muito importante para ele. No dia da morte, seu filho estava com dor de garganta e ela pediu para ele ficar em casa para se recuperar. Perto do fim da aula, ela ligou para ele para saber como estava e suas últimas palavras foram “te amo, minha véinha”.

Foi nesta matéria com esse caráter emocional, com a entrevista demonstrando toda a dor da mãe onde a maior parte dos comentários na publicação foram lamentando o ocorrido e se solidarizando com a mãe. A matéria refere-se a vítima do crime pelo primeiro nome, de modo íntimo e ação do crime como “foi morto a facadas”. O autor do crime só é mencionado indiretamente pela mãe da vítima ao ser indagada pela jornalista “O que espera que aconteça daqui para frente?” e ela responde que quer que os envolvidos paguem pelo que fizeram.

Os comentários com maior número de curtidas na publicação foram:

1) *“Até quando meu Deus uma mãe ir trabalhar tranquila que o filho estava na escola e acontece isso. Eu rezo por essa mãe porque a dor que ela sente é imensurável, esse assassino tirou a vida do menino e tirou um metade dá vida dessa mãe !! Que Deus conforte o coração dessa pobre mãe.”*, 21 curtidas, perfil feminino.

2) *“Os meus mais sinceros sentimentos, muito triste, um absurdo total essa violência q estamos vivendo. A essa mãe desejo muita força, perder um filho é contra a lei da natureza, luto c essa dor a 9 anos e sigo lutando por justiça. Muita força, fé e luz!”*, 8 curtidas, perfil feminino.

Ambos comentários apresentam **lamento**, devido as expressões “meu Deus”, “muito triste”, respectivamente, assim como 35 (92%) do total nessa publicação. Esta categoria aproxima-se da noção de desvio de Becker (2009), com uma reação percebendo a ação como problemática. Os dois também apresentara apoio a vítima, neste caso solidarizando-se com a mãe da vítima, bem como 24 (63%) ao todo. O primeiro apresenta crítica ao suspeito do crime, com os termos “assassino” e “monstro”, respectivamente e ao todo 5 (13%) também o fizeram. O segundo apresenta **insegurança**, devido ao trecho “um absurdo total essa violência q estamos vivendo” e ao todo 8 (21%).

Neste caso, o modo que a matéria é feita, com um tom emocional enfatizando a dor da mãe deste adolescente, os comentários na publicação estão em maior consonância com a reportagem, demonstrando lamento e empatia com a vítima e a família. Esta observação corrobora a ideia segundo a qual os comentários on-line são um gênero de comunicação reativo, uma resposta a algo (REAGLE, 2015). Portanto, para compreender os comentários, primeiro é preciso observar seu contexto e a publicação em que estão dispostos.

Em outro extremo, o mesmo tipo de crime (homicídio) obteve o maior índice de **indiferença** ou **apoio**, com 29 (63%) comentários classificados nesta categoria, foi referente a manchete “Homem é assassinado pela companheira em São Sepé”, com o total de 1036 curtidas e 46 comentários. Apesar de ser um homicídio, como o caso da matéria anterior, neste caso a reação nos comentários não percebe a ação como problemática. O texto que acompanha a publicação era “Ela disse que cometeu o crime porque era ameaçada com frequência por ele #região #sãosepé”. A reportagem refere-se a autora do crime como “ela” e “mulher”, à vítima como “ele”, “companheiro” e “marido” e a ação do crime como “assassinou”. Após cometer o crime, a autora até foi o presídio confessar e alegou que cometeu o crime pois era ameaçada com frequência por ele. Os comentários com mais curtidas na publicação foram:

1) *“Até que um dia surge uma mulher de verdade, com atitude! Parabéns à ela, é que sirva de exemplo para muitas outras. Sempre tem aqueles sem noção de realidade pra dizer ,que violência não resolve com violência, mas resolve sim, como resolveu a vida desta mulher, nunca mais vai ser ameaçada nem agredida!”*, 90 curtidas, perfil feminino.

2) *“Imagem o q ele não vinha fazendo com ela pra chegar a essas vias de fato”*, 42 curtidas, perfil feminino.

O primeiro comentário **apoia** e o segundo justifica a ação, bem como ao total 30 (65%) foram classificados nesta categoria. Do mesmo modo, ambos apoiam a vítima, assim como ao todo 25 (54%), sem criticá-la, mas 11 (24%) ao todo o fizeram. Apenas 5 (11%) lamentaram a ocorrência.

Estas duas reações opostas a crimes de homicídios são reveladoras. Primeiro, vai ao encontro das observações sobre o desvio de Becker (2009), a qual não é homogênea e é relacional, podendo variar segundo as circunstâncias. Para além, a postura é semelhante as observações de Manso (2005) e Pastana (2003), segundo as quais, nesse contexto de violência, sensação de insegurança e descrença nas instituições de controle do crime, a violência pode ser vista também como um meio privado de fazer justiça. Evidencia também uma moralidade muito marcante, que em alguns casos as vítimas de algum modo merecem o que sofreram devido a ações realizadas anteriormente consideradas errada. Encontra-se uma contradição no discurso,

evidenciando uma contradição nas práticas sociais, pois a violência pode ser ao mesmo tempo condenada ou apoiada em função das circunstâncias. Evidencia a crença de que vivemos em um mundo em que as pessoas recebem o que merecem (DONOVAN, 2004), isto é, se a pessoa foi vítima de um crime violento, pode-se entender que ela fez por merecer.

Estas representações sociais que os atores expressam nos comentários on-line demonstram a ideia que estes têm da realidade, uma vez que estas representações expressam e atribuem sentido dos fenômenos dos quais se referem (PORTO, 2006). Essa dimensão subjetiva atua em conjunto com uma dimensão objetiva para criar o que podemos chamar de realidade para essas pessoas. Segundo Reagle (2015), lendo os comentários on-line podemos aprender sobre os eus sociais, valores e visões de mundo dessas pessoas, neste caso os valores punitivistas que também se manifestou nos significativos pedidos por leis mais rígidas, como pena de morte e até mesmo tortura, classificados na categoria causa, solução ou cobrança.

A publicação com maior índice de comentários demonstrando **insegurança**, principal categoria para esta pesquisa, foi na manchete “Homem é baleado em lancheria em Santa Maria”, com um total de 426 curtidas e 24 comentários, dos quais 13 (54%) foram classificados nessa categoria e o texto que acompanhava era “Vítima, de 38 anos, foi atingida com um tiro nas costas por volta das 23h na BR-392 #violência #diariosm”.

A matéria comenta que o homem sofreu uma tentativa de homicídio quando estava em uma lancheria e um suspeito efetuou disparos com uma arma de fogo. A reportagem refere-se a vítima como “ele”, “homem” e ao autor do crime como “suspeito” e a ação do crime como “foi atingido com um tiro”, “sofreu uma tentativa de homicídio” e “suspeito efetuou vários disparos com uma arma de fogo”. Os principais comentários com mais curtidas na publicação foram:

1) “*Enquanto isto dmt multando por falta de agua em reservatorio de agua de carro*”, 12 curtidas, perfil masculino.

2) “*Tudo normal em Santa Maria vamos mandar PMs para a capital essas reportagem todos os dias a mesma 1 por noite*”, 10 curtidas, perfil masculino

O segundo apresenta **insegurança**, assim como ao todo 13 (54%), ao dizer “essas reportagens todos dias a mesma”, apontando para a banalização da violência. Apenas o segundo tem um tom de **lamento** e ao todo 10 (42%) foram classificados nessa categoria, assim como nenhum apresentou **indiferença**.

Observa-se em alguma medida uma consonância entre o conteúdo dos comentários mais relevantes na publicação, com maior número de curtidas com o restante dos comentários. Em outras palavras, na matéria anterior, um dos principais comentários apresentaram **insegurança**,

categoria que predominou em todos comentários da publicação (54%), podendo generalizar que apenas lendo os primeiros comentários, em geral, já se pode ter uma noção da totalidade dos comentários na publicação, pois ao comentar, os usuários já leem os outros comentários e podem avaliá-los.

Conforme discutido acima, as taxas de homicídio foram interiores às taxas de mortes no trânsito entre os anos de 2002 a 2015 em Santa Maria, exceto no último ano, ou seja, a taxa de homicídios foi praticamente a metade de mortes no trânsito. Ainda assim, parte significativa dos homicídios são premeditados e em função de conflitos interpessoais e no município atingem predominantemente pessoas previamente criminalizadas, homens e jovens (NAHAN, 2016; MANSO, 2005). Já as mortes do trânsito, apesar do predomínio de jovens e da falta de dados sobre o perfil das vítimas, supõe-se que são acidentes, isto é, não premeditados e não intencionais, de modo que atingem mais uniformemente a população em geral do que homicídios, exceto caso já seja criminalizado.

No período de coleta das publicações do DSM observou-se pouca atenção dada às mortes decorrentes do trânsito e grande ênfase às ocorrências criminais. Já sobre a o modo que o jornal veicula estas ocorrências foram bastante homogêneas, veiculando de modo bastante semelhante as matérias e descritivas, poupando adjetivos. As palavras utilizadas para referir-se a vítima, ao suspeito e a ação do crime foram bastante descritivas, evitando adjetivos mais carregados que se encontra em outros veículos de comunicação, tais como “assassino” e “bandido”, os quais, entretanto, apareceram nos comentários. De modo geral, referiram-se aos envolvidos de modo mais neutro, com as palavras “suspeito”, “ele(a)” e “homem/mulher”.

Em algumas matérias, houveram muitas críticas ao termo “suspeito” empregado pelo jornal assim como cobravam a divulgação de seu nome e foto. Foi o que ocorreu na publicação referente a manchete “Suspeito de tráfico atropela policial durante fuga e é detido”. Após várias críticas dos leitores quanto ao termo suspeito e solicitando seu nome e foto a própria página do DSM comenta na publicação, justificando o emprego do termo “*entendemos que o termo "suspeito" causa descontentamentos. Mas esse é o termo legal. Até que a pessoa se torne réu em um processo judicial, e passe a ser acusada de um crime, será sempre tratada como suspeita*”.

Em várias outras publicações foi observado a mesma reação dos comentadores, em alguns casos com a própria página esclarecendo a sua atitude. No mês subsequente a coleta dos dados, a página lançou um “Manual de uso de nossa página no Facebook”. Dentre as regras, não seria permitido comentários violentos, preconceituoso ou incitação ao ódio além de não

permitir ofensa ou ameaça. Conforme este manual, comentários que não se adequam as normas serão deletados.¹³

Tal situação vai ao encontro de Reagle (2015) argumentando que comentários on-line tem um lado problemático desde o seu surgimento na internet, com *sites* e *blogs* buscando formas de coibir maus comentários, incorporando mecanismos de segurança. Em alguns casos, *sites* acabaram desativando comentários de suas plataformas devido a alguns tipos de comportamento. Aqui na pesquisa, coincidentemente no mês subsequente a coleta dos dados, a página do jornal publicou esse manual, visando coibir certos tipos de comentários.

Em relação aos comentários, vários reportaram-se que todo dia ocorrem homicídios no município, entretanto no último ano foram registrados 56 homicídios em Santa Maria. Outros utilizam metáforas comparando o município à Cidade de Deus ou a Porto Alegre, conhecidas pela violência. Em um caso mais extremo, utilizam o termo guerra. Isto demonstra uma percepção de violência muito alta em Santa Maria, sem nenhum recorte de gênero, idade e criminalização, como se atingisse a todos sem distinção.

Os dados apontam para uma significativa percepção de **insegurança** pelo público, indo ao encontro de outros estudos sobre cultura do medo no Brasil, isto é, uma situação marcada pelo medo da violência criminal (BAIERL, 2004; PASTANA, 2003). De modo semelhante, Glassner (2003) e Farral e Lee (2008), abordam uma situação de medo subdimensionado, quando a população temia muito o que na prática não trazia tanto perigo assim. Nahan (2016) demonstra o perfil bastante delimitado das vítimas de homicídio no município, de homens jovens e criminalizados. Ou seja, as probabilidades de vitimização, em termos estatísticos, variam muito em função dessas variáveis. Porém, as reações nos comentários apontam para um forte sentimento de **insegurança**, sem qualquer distinção, como se todos fossem vítimas em potencial. A análise demonstra as diferentes reações dos internautas ao mesmo tipo de crime, em um caso lamentando, mas em outros apoiando de acordo com as circunstâncias. Estas reações bem distintas nos comentários, vai ao encontro da teoria do desvio de Becker (2009), a qual abre a possibilidade para a mesma ação obter reações diferentes.

Considerações finais

Este artigo analisou a cobertura de matérias de crimes violentos do jornal Diário de Santa Maria veiculadas em abril de 2017. Buscou-se compreender, a partir da cultura do medo,

¹³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/diariodesantamaria/photos/a.225069624210833.88269.223680817683047/1501572343227215/?type=3>> Acesso em: 26/11/2017.

como este meio de comunicação veiculou estas matérias e como o público reagiu nos comentários on-line. A cobertura jornalística privilegiou a veiculação de ocorrências criminais em relação às mortes por acidentes de trânsito, apesar do maior número destas. Sua cobertura de crimes violentos atuou de modo sistemático e muito parecido em todas notícias, não apresentado diferença em como notícia as ocorrências, atuando de modo bastante descritivo, fugindo de adjetivos que observa-se em outros veículos de comunicação, como “bandido”, referindo-se em todos casos aos autores dos crimes como “ele(a)”, “homem/mulher” e “suspeito(a)”. Também não se observou uma cobertura enfatizando a insegurança.

Já nos comentários das publicações, a situação foi bastante diferente. Primeiro, foi encontrado um nível significativo de insegurança. Além disso, as reações foram bem distintas, diferente da postura mais sistemática do jornal e houve um predomínio de comentaristas de perfis femininos. A categoria lamento predominou de modo geral, mas em outro extremo, o mesmo tipo de crime, homicídio, predominou reações de indiferença ou apoio ao crime. Neste caso em particular, a vítima de homicídio foi acusada de cometer violência doméstica com sua companheira, autora do crime. O resultado foi apoio à vítima e ao crime. Tal situação corrobora a teoria do desvio de Becker (2009) além das observações de Manso (2005) e Pastana (2003), segundo as quais a violência pode ser um meio privado de resolver conflitos em um contexto de sensação de insegurança e descrença nas instituições de controle do crime.

Esta contradição nas práticas discursivas, revela uma moralidade, em que em alguns casos a vítima mereceu a morte, por ter feito o que não era para ser feito, além de um significativo punitivismo, os quais foram classificados na categoria de causa solução ou cobrança, muitos deles pedindo leis penais mais rígidas, como pena de morte. Por fim, observou-se em boa medida uma consonância entre o conteúdo dos principais comentários, com maior número de curtidas nas publicações, com o conteúdo da totalidade dos comentários.

Referências

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BAUER, Martin & AARTS, Bas. A Construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.

CASTELLS, Manuel. A comunicação na era digital, In: **O poder da comunicação**. 1a ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CERQUEIRA, Daniel et alli. **Altas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

DONOVAN, Pamela. **No Way of Knowing: crime, urban legends and the internet**. New York: Routledge, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FARRALL, Stephan & LEE, Murray. Critical voices in an age of anxiety: a reintroduction to the fear of crime. IN: **Fear of crime: critical voices in the age of anxiety**. New York: Routledge-Cavendish, 2008.

FISCHBORN, Luciano. **Representações do crime no jornal Diário de Santa Maria e nos comentários on-line**, 2017. 45f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p. 244-270.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos**. São Paulo: Francis, 2003.

JUNGBLUT, Airton. Práticas ciberativistas, agência social e ciberacontecimentos. **Revista Vivência**. V1, nº45, 2015. pp.13-22.

MANSO, Bruno Paes. **O homem X - Uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

NAHAN, Vinicius. As consequências letais da criminalização: vitimização por homicídio na cidade de Santa Maria/RS (2010-2014). **Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal**, Vol. 4, nº2, 2016.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**. Ano 8, nº16, 2006. pp.250-273.

RAMOS, Jair. Subjetivação e poder no Ciberespaço: da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Revista Vivência**. V1, nº45, 2015. pp. 57-7645.

REAGLE, Joseph M. **Reading the Comments: Likers, Haters, and Manipulators at the Bottom of the Web**. Cambridge: The MIT Press, 2015.

SCHABBACH, Letícia M. Mídia e Violência em Santa Cruz do Sul. **Barbarói**. Vol. 2, nº 14, 2001. pp. 7-22.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**, 2009. 242f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Fontes de imprensa

CARVALHO, Carolina. ‘Eu ainda não acredito que ele morreu’, diz mãe de adolescente assassinado em frente à escola. **Diário de Santa Maria**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/diariodesantamaria/posts/1473907449327038>> Acesso em: 19/04/2017.

CHADE, Jamil. “Brasil tem nona maior taxa de homicídios do mundo, diz OMS”. **Estadão**. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-9-maior-taxa-de-homicidios-do-mundo,70001788030>> Acesso em: 05/12/2017.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. Homem é baleado em lancheria em Santa Maria. Disponível em: <<https://www.facebook.com/diariodesantamaria/posts/1457448064306310>> Acesso em: 12/04/2017.

LAMAS, João Pedro. Homem é assassinado pela companheira em São Sepé. **Diário de Santa Maria**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/diariodesantamaria/posts/1463921510325632>> Acesso em: 17/04/2017.



“Ao conhecer a doutrina integralista, mais um operário abandona o comunismo”¹: estudo das notícias Sindicais no periódico integralista “Flamma Verde” (Florianópolis 1936-1938)

Gustavo Tiengo Pontes²

GT 6 – Representações Sociais e Produções Simbólicas

¹ Frase presente na edição de nº9 de “Flamma Verde” como título de uma notícia. (Flamma Verde, 07/11/1936, p.1). A escrita foi atualizada para a grafia atual, o que se segue para todos os outros casos nesse trabalho.

² Graduado em História UFSC, Mestre em Educação PPGE-UDESC, atualmente Doutorando em História PPGH-UFSC. E-mail: gustavotpontes@gmail.com. Bolsista pelo CNPq.

O objetivo desta pesquisa é investigar, nas publicações presentes no periódico integralista “Flamma Verde” (Florianópolis, 1936-1938), textos relacionados com a temática do sindicalismo ou de teor similar que abordaram o trabalho e os trabalhadores³. Propõe-se a problematizar o modo como tais textos representaram o movimento Ação Integralista Brasileira (1932-1938) e sua relação com os trabalhadores.

Com relação ao modo como serão compreendidas as publicações, propõe-se mobilizar a noção “representação” a partir das ideias do historiador Roger Chartier. Segundo o autor:

(...) as entradas da palavra ‘representação’ atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de pessoa. (CHARTIER, 2002, p.74).

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que houve processos de seleção do que foi publicado, ordenação do modo como tais textos foram impressos e escolhas acerca de maneiras de narrar as temáticas presentes. O esforço presente é o de desnaturalizar esses processos e procurar compreender os objetivos de tais publicações.

Com relação ao jornal, este foi editado na capital catarinense de setembro de 1936 a fevereiro de 1938⁴ sendo que contou com uma média de 4 a 8 páginas⁵. A direção foi sempre do intelectual catarinense Othon Gama d’Eça (Chefe Provincial Integralista de Santa Catarina) e dos gerentes Arnaldo Suarez Cuneo e Celso Mafra Caldeira, já os redatores mencionados no decorrer de suas edições foram Danilo Carneiro Ribeiro, Luiz de Souza e Mário Mafra⁶.

³ Compreende-se “trabalhador” a partir do que Renato Alencar Dotta assevera sobre esse termo em sua pesquisa: “O termo “trabalhador” aqui utilizado se refere a todo aquele que precisa vender sua força de trabalho para conseguir um salário para seu sustento. A categoria “trabalhador” não se restringe, pois, ao “operário”, isto é, aquele trabalhador que se dedica, sobretudo, ao trabalho braçal. Assim, segundo essa visão, operários seriam, por exemplo, metalúrgicos, estivadores e ferroviários dedicados ao trabalho braçal; já trabalhadores incluíam estes, mas também outros como bancários e comerciários.” (DOTTA, 2003, p.13).

⁴ Ao todo foram editadas 69 edições, infelizmente não foi possível obter acesso às seguintes edições (que não estão presentes no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina onde se encontrou os jornais): 2, 8, 10, 13, 18, 19, 20, 28, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 44, 46, 52, 53, 62 e 67. Ao todo, foram encontradas, portanto, 49 edições. Sempre que se mencionar as edições, percentagens ou sequências das mesmas se levará em consideração somente as edições encontradas.

⁵ Média de páginas será de 4 até a edição de nº43. A partir da nº45 a quantidade irá variar de 6 a 8.

⁶ Para uma breve descrição da formação dos mesmos e demais referências para as informações que seguem cf. (PONTES, 2016; 2013). Othon Gama d’Eça (1893-1965) foi um intelectual catarinense que, antes de se filiar ao movimento já havia se envolvido em atividades literárias e de imprensa. Era formado em Direito (Faculdade de Direito do Rio de Janeiro) e docente da Faculdade de Direito de Santa Catarina. A. Suarez Cuneo (1909-1992) já havia sido diretor do jornal “La Tribuna” e era formado Cirurgião Dentista (Instituto Politécnico da cidade de Florianópolis). Celso Mafra Caldeira formou-se em direito em 1937 na Faculdade de Direito de Santa Catarina, possuía 24 anos em 1936, além de ter sido gerente de “Flamma Verde” também fez parte de outras comissões da

O movimento na qual esse periódico fazia parte foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), uma agremiação política fundada em 1932 por Plínio Salgado⁷ na cidade de São Paulo e que existiu até 1938⁸. A AIB foi um movimento nacionalista de extrema direita, de viés autoritário em que Plínio Salgado era o seu líder máximo, chamado de “Chefe Nacional”. As palavras de ordem da AIB eram “Deus, pátria e família”, e sua organização altamente verticalizada se apresentava com o intuito de construir no Brasil um chamado “Estado Integral”. Rapidamente os chamados “camisas-verdes” organizaram núcleos em diversos estados brasileiros, sendo que já a partir de 1934 já é possível encontrar indícios da presença integralista em Santa Catarina⁹.

A AIB se utilizou de diversas ferramentas para difundir suas ideias e arregimentar novos membros, assim, dentre algumas das estratégias havia a publicação de impressos (livros, revistas, jornais, panfletos), a divulgação de sua palavra através do rádio e também com caravanas, passeatas e reuniões.¹⁰ No caso da imprensa, segundo Rodrigo Santos de Oliveira é possível perceber que houve um uso sistemático e orientado dos jornais, em que qualquer discordância do grupo não era publicada, isto é, para o militante deveria chegar a imagem de um organismo perfeito sem conflitos. (OLIVEIRA, 2006).

Em Santa Catarina foram publicados diversos periódicos integralistas¹¹, no entanto, essa análise centra-se no “Flamma Verde”, publicado em Florianópolis, cidade que contava

AIB. Sugere-se que era parente próximo com Laércio Caldeira de Andrada, escritor de renome em Florianópolis para o período. Sobre os que atuaram na redação do jornal estão: Danilo Carneiro Ribeiro, Luiz de Souza e Mário Mafra, sendo que os três estudaram na Faculdade de Direito em Santa Catarina e se envolveram em outras atividades junto ao Integralismo na cidade ou no Estado de SC.

⁷ Plínio Salgado (1895-1975) nasceu na cidade de São Bento de Sapucaí (São Paulo). Possuía formação em direito e em sua trajetória exerceu diversas atividades: foi professor, jornalista, escritor, e exerceu funções no meio político, foi candidato à Presidência 2 vezes, dentre outras atuações. Destacou-se também por sua participação no movimento modernista brasileiro, fazendo parte da corrente estética Verde-Amarela que contou com a presença de outros intelectuais, como Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo. Sobre Salgado cf. bibliografia citada no decorrer desse trabalho sobre Integralismo.

⁸ Após o fechamento dos partidos políticos logo após o golpe de Getúlio Vargas que iniciou o chamado Estado Novo em 1937, a AIB deixa de existir por esse nome, ela será reconhecida por Associação Brasileira de Cultura (ABC). Havia a expectativa de que os integralistas participassem com maior destaque no novo governo de Getúlio Vargas, como isso não ocorreu, houve uma tentativa frustrada por parte de alguns dos integralistas de tomar o poder a força de Getúlio em maio de 1938, atacando o Palácio Guanabara. Após essa tentativa frustrada muitos integralistas foram perseguidos e Plínio Salgado exila-se em Portugal. Sobre o fim da AIB cf. bibliografia sobre o tema presente ao longo do texto. Para um breve resumo sobre a trajetória da AIB cf. (DOTTA, 2014).

⁹ Sobre o Integralismo em sua organização nacional cf. principalmente (TRINDADE, 1979) & (CHAUÍ, 1978). No caso dos estudos sobre Ação Integralista Brasileira em Santa Catarina recomenda-se: (FALCÃO, 2000); (GERTZ, 1987); (ZANELATTO, 2012).

¹⁰ Dentre os estudos sobre essa temática de difusão de ideias integralistas etc. Cf. (CAVALARI, 1999); (FALCÃO, 2000); (BULHÕES, 2012).

¹¹ Cf. (ZANELATTO, 2012; 2013)

com a sede da Chefia Provincial. É possível dizer que “Flamma Verde¹²” assumia um papel de ser um jornal de circulação regional, assim, deveria circular por todo o estado de Santa Catarina. Segundo Oliveira, esses jornais “serviam como instrumento que fazia a ponte entre a Chefia Provincial e os ‘camisas-verdes’ dos diversos núcleos locais” (2009, p.166).

Convém notar que os principais responsáveis pelo jornal são acadêmicos da Faculdade de Direito, estudantes oriundos de famílias que lhes possibilitaram frequentar um curso superior, pelo que se pode sugerir: classes médias em ascensão. Além disso, deve-se expor que a política catarinense, nesse período, estava muito ligada em dois grupos principais: as famílias Ramos e Konder, com o Partido Republicano Catarinense e a Aliança Liberal. Tais fatores devem ser evidenciados para compreender a adesão ao integralismo em Florianópolis mas também em outros locais de Santa Catarina¹³.

Conforme o autor João Henrique Zanelatto discorre, enquanto os outros partidos, que eram organizados pelas mesmas elites políticas que haviam dominado o cenário político catarinenses até a revolução de 30, não possibilitavam a participação de outros setores da sociedade na política estadual, a AIB mostrava-se como democrática, com a possibilidade de participação aberta para todos os interessados, não importando sua origem ou status socioeconômico de seus adeptos (ZANELATTO, 2012). Além disso, em âmbito nacional, leva-se em consideração também o que Marilena Chauí já asseverou, sobre um predomínio dentre o discurso integralista de se dirigir às classes médias urbanas como protagonistas nas transformações políticas e sociais. (CHAUÍ, 1978).

Outro ponto a ser escrito antes de se analisar o jornal no tema proposto, é que Zanelatto já evidenciou uma presença constante da temática sindical no “Flamma Verde” (2012). Além disso, como em outros periódicos integralistas, outras temáticas que estiveram presentes no decorrer das edições do periódico foram as notícias sobre ou publicações de textos de seu líder, Plínio Salgado; a promoção das ideias integralistas em seus diversos aspectos, a representação do movimento como em constante expansão por todo o país, e o combate aos considerados inimigos, com ênfase para o comunismo¹⁴.

Durante a pesquisa buscou-se realizar uma leitura e estudo de textos cujo título ou temática geral estavam centradas no assunto do trabalho, trabalhadores ou sindicatos, assim, foi possível evidenciar um número significativo de notícias que abordavam a temática, com

¹² Sobre o jornal CF. (PONTES, 2016, 2013); (ZANELATTO, 2012, 2013, 2015). Destaca-se também que nesse jornal eram publicadas as ações da Chefia Provincial e, em algumas edições, ações de integralistas de cidades diversas do estado.

¹³ Cf. bibliografia já apresentada sobre o Integralismo em Santa Catarina.

¹⁴ Cf. (PONTES, 2016).

algumas delas que tratavam sobre a cidade de Florianópolis. Chama atenção a presença de páginas que possuíam o intuito de centralizar tais publicações, notadamente a temática Sindical.

Sobre isso, é possível dizer que houve dois momentos de publicações do periódico com a presença de folhas com Seções sobre o assunto – em que parte significativa da página sinalizava que abordaria a questão – e Páginas centradas sobre a temática Sindical – quando através da diagramação ou mesmo pela presença de um título na parte superior das páginas sinalizava-se que a página se dedicaria a esse tema. Um desses períodos de publicação sistematizada sobre a questão Sindical se inicia na edição de nº14 até 30, com uma recorrente publicação de uma Seção ou Página de título “Sindicalismo”; e um outro período da edição de nº50 a 68, com a presença de Páginas para esse fim e depois algumas Seções¹⁵.

Abaixo um quadro com alguns dados referentes às primeiras edições:

Edição / Data	Página	Seção ou Página	Autores
14 – 12/11/36	3	Seção “Sindicalismo”	B.V.;
15 – 19/11/36	3	Página “Sindicalismo”	Miguel Reale
16 – 26/11/36	3	Página “Sindicalismo”	Miguel Reale
17 – 02/01/37	3	Página “Sindicalismo”	M. Otto
21 – 30/01/37	3	Página “Sindicalismo”	
22 – 06/02/37	3	Página “Sindicalismo”	
24 – 20/02/37	3	Seção “Sindicalismo”	Jehova Motta
30 – 03/04/37 ¹⁶	3	Seção “Sindicalismo”	

Fonte: Produção do próprio autor, 2017.

Abaixo um quadro com alguns dados referentes ao segundo momento dessas publicações:

Edição / Data	Página	Título	Autores
50 – 28/08/37	4	Página “Notas Sindicais”	H. Romeiro; Ormellin
51 – 04/09/37	4	Página “Notas Sindicais”	B. V; João Severino
54 – 25/09/37	4	Página “Página Sindical”	
55 – 02/10/37	4	Página “Página Sindical”	Ormelin; Miguel Reale; Edith Monteiro
56 – 09/10/37	4	Página “Página Sindical”	Almiro Alcantara; Plínio Salgado

¹⁵ Não se sabe os motivos para essa interrupção e mudança de títulos.

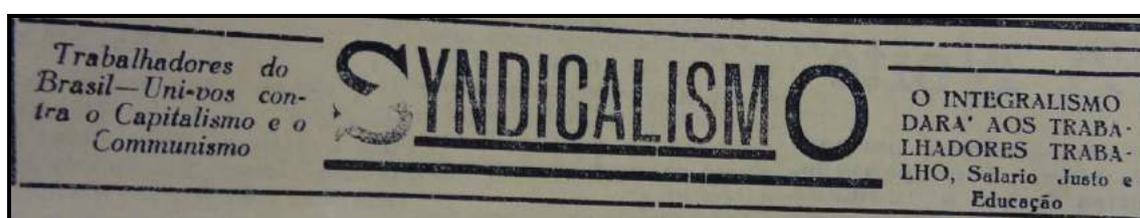
¹⁶ As edições 23, 25, 26 27 não contaram com a publicação dessa Página ou Seção, o que não quer dizer que não contaram com publicação de notícias para fins semelhantes.

58 – 23/10/37	4	Página “Página Sindical”	Ormelin
59 – 30/10/37	4	Página “Página Sindical”	B.V
60 – 06/11/37	4	Página “Página Sindical”	Miguel Reale; Curt Wulf
61 – 13/11/37	4	Página “Página Sindical”	Antonio Galloti; B.V.
63 – 24/12/37	3	Seção “Nota Sindical”	
64 – 01/01/38	3	Seção “Nota Sindical”	Alfredo Peres
65 – 08/01/38	3	Seção “Nota Sindical”	T.R.
66 – 15/01/38	3	Seção “Nota Sindical”	Noéli Corrêa
68 – 29/01/38 ¹⁷	3	Seção “Nota Sindical”	T.R.

Fonte: Produção do próprio autor, 2017.

Ao todo, portanto, 44% das edições disponíveis contaram com uma Seção ou uma Página voltada para a temática Sindical, uma quantidade significativa que sugere um esforço para se dirigir aos trabalhadores – mesmo sem levar em consideração que houve outras publicações sobre esse assunto fora dessas Seções ou Páginas em outras edições.

Através dos quadros elaborados e presentes acima, é possível perceber que houve o predomínio das páginas 3 ou 4 do periódico para publicação, o que pode sugerir também um esforço de diagramação para facilitar a localização desses textos, isto é, talvez um trabalho de criar um perfil comum para esse espaço, Isso também pode ser evidenciado no modo chamativo que era apresentado o título, com letras mais trabalhadas, chamativas e em destaque. No caso das edições 14 a 30 havia também alguns dizeres que acompanhavam o título, assim era a formatação na parte superior:



Fonte: Flamma Verde, 12/11/36, p. 3

Convém destacar as frases presentes: “Trabalhadores do Brasil – Uni-vos contra o Capitalismo e o Comunismo” e “O Integralismo dará aos trabalhadores Salário Justo e Educação”. Essas frases curtas e incisivas pretendem rapidamente chamar atenção pelo seu destaque e podem ser compreendidas como parte de uma estratégia que busca convencer o leitor acerca de que o Integralismo estava ao lado dos trabalhadores, que deveriam se unir

¹⁷ Dentre essas, somente a edição de nº57 não contou com a publicação de uma Seção ou Página com esse título.

também no combate contra os seus inimigos, os comunistas e os capitalistas¹⁸. As frases estão no imperativo, dando uma maior ênfase para sua mensagem que pode ser compreendida como uma ordem direta.

A importância de se atentar para a diagramação dos periódicos é uma questão recorrente abordada por quem estuda os impressos¹⁹ que será retomada nesse trabalho. Com relação ao conteúdo dos textos, é possível tecer algumas considerações: muitos abordavam diretamente a questão sindical ou trabalho; havia os que defendiam como os sindicatos não deveriam ser utilizados politicamente; textos marcadamente integralistas que buscavam apresentar a importância da doutrina e de que integralistas estavam ao lado dos trabalhadores, que defendiam melhores salários etc.

Também eram publicados ao lado da Seção ou na Página alguns outros textos que não diretamente eram sobre Sindicalismo ou a posição integralista sobre o assunto, no entanto, é possível perceber que eles faziam parte do esforço comum dessas publicações. Sobre esses outros textos, o autor Umberto Eco já alertou que “saber pôr juntas quatro notícias diferentes significa propor ao leitor uma quinta notícia” (ECO, 2015 p.57), assim, dentre os temas gerais dessas matérias é possível destacar textos de teor anticomunista, outros que abordavam situação precária do trabalhador na URSS, foi possível encontrar um com elogios à Alemanha nazista, outro sobre à Itália fascista e diversas críticas ao capitalismo.

Por exemplo, no texto presente na edição de nº30, de título “Um comunista que volta desencantado da Rússia” que foi publicado ao lado da Seção “Sindicalismo”:

André Gide, um dos mais fervorosos adeptos do marxismo no mundo, voltou da Rússia completamente desencantado do que ali viu. A U.R.S.S. está fugindo a todas as diretrizes de Lênin e marchando em sentido diverso das linhas do comunismo puro, declarou o célebre escritor francês. (...) A Rússia é hoje o paraíso dos judeus e não, como dizem estes desmoralizados vermelhos, o paraíso do proletariado que ali tem a vida mais miserável e mais infeliz dos operários e camponeses do mundo. (Flamma Verde, 03/04/1937, p.3)

É possível compreender a publicação destes textos com alguns objetivos comuns, pois, nesse exemplo citado e em outros presentes, em que ao mesmo tempo que se “demonstrava” os limites, dificuldades dos trabalhadores no mundo comunista, também visava-se fortalecer o

¹⁸ Para o estudo de outras das frases nesse formato que permeavam as folhas integralistas, cf. (CAVALARI, 1999). A autora também frisa que a repetição era uma das estratégias de convencimento do Integralismo para difundir as suas ideias.

¹⁹ Pode-se apontar as considerações de Roger Chartier (1992) que frisa a importância do estudo da materialidade dos suportes onde estarão escritos os textos, já no caso específico dos periódicos é possível apontar os estudos de Tânia Regina de Luca (2010) e Maria Helena Rolim Capelato (1994).

argumento de que o integralismo seria a melhor alternativa para lidar com essas questões, e que eles estariam “alertando” sobre esses problemas e se colocando em um papel de salvador de perigos²⁰ que estão sendo enfrentados ou que ainda poderiam ser.

Outro aspecto gráfico que pode ser discutido é sobre a presença de quadros fechados que eram publicados nessas Páginas ou Seções com frases de efeito direcionadas aos trabalhadores. O teor desses variou entre: combater os chamados políticos liberais e os comunistas, da importância da autonomia sindical, avisos de que no “Flamma Verde” serão encontradas colunas para os trabalhadores e defesa da autonomia sindical etc. Por exemplo no texto publicado na edição de nº58 em sua página 4, com destaque para o quadro:



Fonte: Flamma Verde, 23/10/37, p.4

Como nos textos que acompanharam o título das primeiras edições abordadas, os quadros estavam em uma posição de destaque, visando chamar a atenção rapidamente, e neles eram publicadas frases curtas que buscavam de maneira direta transmitir as ideias integralistas ou talvez também facilitar a leitura. No caso acima, assim está escrito:

Operário de Santa Catarina, unamo-nos pelo Brasil, contra o Comunismo ateu e sanguinário e contra o capitalismo internacional, imperialista e cruel. /

²⁰ A ideia de como os integralistas se utilizavam e construíam a ideia de uma crise no Brasil a ser enfrentada também já foi trabalhada por Marilena Chauí. (1978).

Vote em Plínio Salgado²¹, proletário intelectual e que nos dará Liberdade e Justiça. (Flamma Verde, 23/10/1937, p4).

No caso desse texto, convém evidenciar o seu início, em que se busca dirigir diretamente aos operários de Santa Catarina que deveriam se unir pelo Brasil contra os que o ameaçam. Salgado é apresentado como um proletário como os outros, porém também intelectual e que “nos dará Liberdade e Justiça”, isto é, reforçando a liderança, uma maior ilustração e força de Plínio Salgado, pois, essas não seriam conquistas dos trabalhadores, mas sim algo ofertado pelo então chamado “Chefe Nacional”. Esse esforço de representar Plínio Salgado como um grande líder e mais bem preparado para comandar os destinos da nação foi recorrente em diversas publicações do periódico “Flamma Verde”.

Em outro exemplo com semelhanças, na edição de número 55, há um quadro em destaque com as seguintes palavras:

Operário! / Quando o político liberal burguês te pedir o voto, pergunta-lhe qual a sua opinião sobre o problema social do Brasil! / Pergunta-lhe se acha justo o salário que tu ganhas e se ele se conforma com a tua situação de explorado! Indaga-lhe como procurará resolver a situação econômica do Brasil e a angústia das massas brasileiras! / E verás que ele não te responderá, porque o político liberal burguês só quer o teu voto, pouco lhe importando os teus desesperos. (Flamma Verde, 02/10/1937, p.4)²²

Logo abaixo deste quadro, há uma matéria de título “Os malefícios do bolchevismo”, assinado por Edith Monteiro, em que logo no início são tecidas críticas ao Comunismo, evidenciando como ele é antagônico às ideias integralistas: “O comunismo é a destruição formal dos princípios cristãos em que a civilização se assenta, é o desmoronamento dos sentimentos vitais da Pátria, e é a desmoralização e a depravação das bases da família” (Flamma Verde, 02/10/1937, p.4).

Pode-se perceber, portanto, como pretende-se explorar no texto uma oposição clara entre os valores integralistas e comunistas, sendo que ao Integralismo caberia defender os princípios cristãos, a Pátria e a Família. Além disso, ao criticar os chamados “políticos liberais burgueses”, pretende-se frisar como os integralistas que estão ao lado das “massas brasileiras”, assim, realizando também campanha a favor do voto na AIB. Pode-se perceber um esforço comum em elevar a ação dos “camisas-verdes” ao mesmo tempo em que seus

²¹ Plínio Salgado foi escolhido através de plebiscito interno a concorrer para as eleição presidencial agendada para o início de 1938. A eleição foi cancelada após o Golpe do Estado Novo.

²² Grifos do autor.

“inimigos” são representados como antagônicos a um projeto integralista, apresentado também como de defesa da pátria e da família.

Por fim, foi possível perceber durante a pesquisa que, a partir de “Flamma Verde”, os integralistas de Florianópolis responsáveis por sua publicação buscavam se dirigir também aos trabalhadores a fim de promover o integralismo. Dentre as principais estratégias utilizadas estão a apresentação de Seções ou Páginas com matérias voltadas para essa temática, cujo conteúdo pretendia representar o movimento integralista como o mais bem preparado ou o único capaz de auxiliar na busca de melhores condições de trabalho, salário etc.

Essa ação é apresentada como se os integralistas fossem diferentes de outros políticos, e que os “camisas-verdes” tanto entenderiam melhor os trabalhadores quanto iriam respeitar os sindicatos para que não fossem utilizados politicamente, dessa maneira, eles somente iriam promover direitos dos membros de determinada classe. Apesar dos integralistas se colocarem “ao lado” dos trabalhadores, eles também se posicionavam como detentores de um saber ou melhor capacitados para liderar os destinos da nação. É reforçado distanciamento nesse sentido, principalmente no caso de Salgado que, apesar de ser dito que o mesmo compreende as dificuldades dos trabalhadores, ele é representado como alguém que deveria guiar a nação.

Nesse sentido, os textos publicados também representavam os “camisas-verdes” como construtores de um Estado Integralista em que os trabalhadores tivessem melhores condições de trabalho, mais saúde, mais educação, que seriam seus direitos. No entanto, eles estariam sob ameaça frente às ações de políticos opositores, dos capitalistas e, principalmente, dos comunistas, pois, a experiência soviética apresentada servia para reforçar como vivia-se um momento de crise e perigo em que o Integralismo seria a melhor solução para esses problemas. Assim, a temática do Sindicalismo e Trabalho também deve ser compreendida a partir dos objetivos gerais da imprensa integralista, difusão de suas ideias, arregimentar novos membros, fortalecer a campanha de Plínio Salgado para as eleições presidenciais, combater seus inimigos etc.

O modo de escrita das matérias deve ser problematizado, pois, o uso de frases simples e diretas, além do uso de “exemplos” para reforçar seus argumentos (por exemplo no texto que inspirou o título deste trabalho) podem auxiliar a perceber a posição superior que se colocavam os integralistas, em que a construção de um Estado Integralista é postulada como a melhor alternativa para o país. Foi possível perceber diferentes estratégias gráficas para auxiliar na melhor difusão e leitura dos textos e ideias integralistas, em que muitas vezes, textos que não abordavam as ideias integralistas diretamente visavam reforçar o argumento dos “camisas-verdes”.

Dentre os limites desse trabalho, não foi possível confrontar os textos lidos e analisados com bibliografias que discutissem ações de trabalhadores, sindicatos ou organizações sócio-profissionais em Florianópolis dessa época, além de investigar ou discutir quem foram os autores presentes nessas páginas, bem como os periódicos de associações dessa mesma modalidade que circularam no período dos anos 1930.

Relacionar tais discussões com os textos presentes em “Flamma Verde” parece ainda estar em aberto para futuras pesquisas, que podem discutir quais as situações de trabalho na capital Catarinense, que contava com o movimento do porto, serviços bancários, colégios, casas comerciais, organizações beneficentes operárias, serviços burocráticos que estavam relacionados com a estrutura de ser uma capital dentre muitos outros serviços, trabalhadores e trabalhadoras.

Além disso, sobre o estudo do Integralismo e sua relação com os trabalhadores, destaca-se o estudo de Renato Alencar Dotta que estudou essa temática a partir do diário integralista “Acção”. Muitos dos textos e seções levantadas em sua pesquisa estavam presentes no “Flamma Verde”, tais como as seções “Sindicalismo” e “Nota Sindical”. Assim, o que foi possível perceber durante o mapeamento desses textos no “Flamma Verde” vai ao encontro do que o mesmo já asseverou e analisou, além de que “A imprensa integralista dava cobertura para os assuntos sindicais, em colunas específicas, ou para assuntos trabalhistas em geral, espalhadas pelos seus jornais” (DOTTA, 2003, p.19).

Sugere-se esse caminho de pesquisa como mais promissor: debater e confrontar os demais textos do “Flamma Verde” sobre o tema com a realidade de Florianópolis da época. Ao mesmo tempo, se havia a pretensão do periódico circular por toda Santa Catarina, as organizações sócio-profissionais de cidades mais dinâmicas economicamente podem ter tido diferentes relações com o Integralismo no Estado, o que pode ajudar a compreender o que foi publicado no “Flamma Verde” por outra perspectiva também.

Referências:

- BULHÕES, Tatiana da Silva. Imagens a serviço da propaganda política da Ação Integralista Brasileira. In. CRUZ, Natalia dos Reis Cruz. **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.101-116.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.
- _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In. _____; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Centro de Estudos Contemporâneos, 1978. p.17-150.
- DOTTA, Renato Alencar. **O Integralismo e os trabalhadores: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista (1932-1938)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, USP, São Paulo, 2003.
- _____. Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro – da AIB ao ciberintegralismo: 1932 a atualidade. In. SCHURSTER, Igor et. al. **Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polêmica**. Recife: EDUPE, Editora Universidade de Pernambuco, 2014. p. 281-289.
- ECO, Umberto. **Número Zero**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre o ontem e o amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: Editora da UNIVALLI, 2000.
- FLAMMA VERDE, 1936-1938 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).
- GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. P.111-154.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre RS, março de 2009.
- PONTES, Gustavo Tiengo. **Adeptos do Sigma em Florianópolis: estudo sobre o periódico ‘Flamma Verde’ e a presença integralista na capital catarinense**. 2013. Monografia de Conclusão de Curso (História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2013.
- _____. **Das páginas de “Flamma Verde”**: educação e sociabilidade no periódico integralista “Flamma Verde” em Florianópolis entre 1936 e 1938. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE, Universidade Estadual de Santa Catarina UDESC, Florianópolis/SC, 2016.
- TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas**. Criciúma, SC: UNESC, 2012.
- _____. Anauê, Alvorada e Flamma Verde: a imprensa integralista e as disputas pelo poder político em Santa Catarina. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 5, nº3, setembro-dezembro, 2013. p.377-396.
- _____. Os fascismos na imprensa de Santa Catarina. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015. p.1-12. Disponível em <

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399146_ARQUIVO_ArtigoAnphu2015.pdf>. Acesso em 30/09/2015.



Masculinidades e família: representações masculinas no âmbito familiar (Revista Veja década de 1970)

Douglas Josiel Voks¹

GT 6 - Representações Sociais e Produções Simbólicas

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC. Email: Douglas_voks@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas muitos/as pesquisadores/as tem se voltado para o estudo das masculinidades, compreendendo que elas não são singulares, são plurais e marcadas por relações de poder, pois assim como os homens exerceram e ainda exercem uma relação de dominação sobre as mulheres, estes também são aprisionados por sua própria masculinidade. Isso não significa que entendemos os homens como vítimas, mas apenas como sujeitos que exercem e sofrem com estas relações de poder.

Nesse sentido, buscamos analisar as novas possibilidades de masculinidades apresentadas na revista *Veja* na década de 1970. A escolha dessa fonte documental se deu pelo fato de a mídia contemporânea ter sido estudada através de diversos olhares e com diferentes focos analíticos². Entretanto, ainda não foi suficientemente observada em relação às masculinidades no campo dos estudos históricos. Considerando que discursos e representações publicados pela mídia estão relacionados com o que a sociedade conhece e produz de significados captados do cotidiano, as imagens midiáticas são o “resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente”³.

A escolha desse documento parte também de uma perspectiva teórica que tem nas últimas décadas privilegiado os periódicos como fonte, isso porque uma revista possibilita realizar uma gama de investigações. Nela encontramos opiniões, discursos, representações, o que se espera da ou para a sociedade nesse momento e, principalmente, em relação a projetos futuros. Além disto, segundo a historiadora Nucia de Oliveira, as revistas, ao colocarem determinados textos e imagens em destaque, põem em evidência alguns dos “modelos” da sociedade na qual estão inseridas, da qual elas próprias também são produto⁴.

Para este estudo foi realizada uma detalhada investigação nas fontes documentais. Pesquisamos as edições publicadas da revista *Veja* na década de 1970, ou seja, entre a edição de número 070 e 590⁵. Selecionou-se 77 documentos entre anúncios publicitários e matérias

² Estudos sobre mídias impressas foram publicados na obra *Um país impresso: História do Tempo Presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980*, organizado por AREND, Silvia. M.F. 2014.

³ MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interface*. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p.73.

⁴ OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. *A beleza que se compra... O gênero que se constrói: uma análise de anúncios publicitários de produtos de beleza para homens e mulheres (1950-1980)*. In: BERETA, S; ASSIS, G; KAMITA, A. (Org.). **Gênero em Movimento: Novos Olhares, Muitos Lugares**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007, p.298.

⁵ O presente artigo é fruto de uma pesquisa maior sobre masculinidades que resultou em uma dissertação de mestrado intitulada “Masculinidades em publicidades da revista *Veja* (década de 1970)”

jornalísticas que tinham como tema diretamente as masculinidades. Além disto, em nossas análises a revista foi estudada em sua totalidade, nunca analisando os textos ou propagandas isoladamente, isso porque os discursos e representações acerca das masculinidades encontram-se em diversas esferas e interligadas dentro da revista.

Nessa perspectiva, nos valem do conceito de representação social enunciado por Roger Chartier. Para o autor, esse conceito deve ser entendido como um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo como ele é”⁶. As representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forja. Desta forma, a investigação sobre essas representações sociais supõe-nas como estando sempre em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação⁷.

Entender a revista *Veja* como enunciadora de representações sociais é compreender também que esse meio de comunicação está produzindo e fazendo circular ideias e desejos de uma sociedade. Para, além disto, esse passado passa a ser interpretado pelo historiador/a quando surgem questionamentos e inquietações em seu presente. Segundo Nucia de Oliveira, uma revista traz em seu contexto um emaranhado de ideias que, ao serem interpretadas, permitem, de diferentes formas, que os vários sentidos construídos historicamente se tornem visíveis⁸.

Mesmo compreendendo a revista *Veja* como enunciadora de representações sociais, podemos tomá-la também como propagadora de discursos; por isso em nossas análises, principalmente relativas às propagandas, estaremos lidando na perspectiva da análise do discurso de Foucault. Isso porque tais representações sociais são também fortes objetos para a divulgação de discursos, pois estão cheias de intencionalidades e subjetividades, tanto da agência publicitária quanto do corpo editorial que compõe a revista. Foucault afirma que, por mais que o discurso seja aparentemente inexpressivo, as interdições que o atingem revelam logo e rapidamente sua ligação com o poder. Nessa perspectiva, para o referido autor os discursos produzem práticas.

⁶ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p. 20.

⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. p. 17.

⁸ OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. A beleza que se compra... O gênero que se constrói: uma análise de anúncios publicitários de produtos de beleza para homens e mulheres (1950-1980). In: BERETA, S; ASSIS, G; KAMITA, A. (Org.). **Gênero em Movimento: Novos Olhares, Muitos Lugares**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007, p.298.

Junto deste aporte teórico, adotou-se também uma abordagem qualitativa do método, enfatizando não a quantificação ou apenas a descrição dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais, ou seja, compreender as entrelinhas da revista. Além disto, buscou-se analisar o grupo editorial do qual a revista fazia parte, as suas intencionalidades assim como uma historicização do período estudado para compreender o contexto histórico no qual a revista estava sendo produzida. É importante observar também, que em 1970 o governo brasileiro instaurou a censura à imprensa⁹. Sendo assim, entendemos que muitos temas relativos às masculinidades podem ter sido censurados em função da visão conservadora das autoridades que dirigiam o país naquele momento, principalmente temas ligados a família e as novas reconfigurações familiares.

Ao decorrer da análise desses documentos levantamos várias questões, como: Quais os significados de ser homem naquele período? Como aparecem as masculinidades a partir de códigos e anúncios ali postos? É possível afirmar a representação de uma nova masculinidade no âmbito familiar? Que prescrições de gênero para modelos de feminino e de masculino - já se perguntava Ruth Sabat¹⁰ - são enfatizadas nos anúncios publicitários, dado que eles “têm um estrutura simbólica que se destina a nos convencer da importância e da necessidade que determinado produto tem em nossas vidas”?

No processo de modernização da sociedade brasileira, as relações sociais no interior da família passaram a ter outros sentidos. Estas relações se abriram para novas possibilidades de organização e concepção, em função das quais o matrimônio, a procriação e a educação dos filhos/as começaram a ser questionadas enquanto organizações legítimas e as únicas a serem socialmente aceitas¹¹. Segundo Gambarotto, este processo implicou, para as mulheres, mudanças profundas na autoconcepção e na visualização de alternativas de vida, embora associadas a um processo social mais amplo¹².

Outro fato notório nessa década foi a aprovação da Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regulamentou juridicamente o divórcio no Brasil, que por isso ficou conhecida como Lei do Divórcio. Segundo a historiadora Marlene de Faveri, essa lei foi aprovada num clima de moralismo que ameaçava, pela introdução desse dispositivo, com o fim da família na

⁹ BRASIL. Decreto Lei número 1.077, 21 de janeiro de 1970.

¹⁰ SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1, 2001, p.13.

¹¹ GAMBAROTTO, Paola. **De Donas-de-casa a Donas-da-casa**, p.19.

¹² _____ . **De Donas-de-casa a Donas-da-casa**, p.28.

sociedade brasileira¹³. E isto, para a maioria dos civilistas, significaria a ruína de todo o suporte social, portanto, a desgraça para o Estado brasileiro.

Percebemos que todas essas mudanças sociais e culturais, que se refletiram na configuração da família brasileira, não apenas modificaram significativamente a vida das mulheres, mas também a dos homens. Novas relações na família evidenciaram novas formas de reconfiguração da masculinidade que passaram a ser apresentadas nos meios de comunicação, sem, porém, abalar a função do homem como pilar central da família. É nesse sentido, que este estudo pretende objetivar sua análise, nas representações masculinas envolvidas no ambiente familiar de classe média brasileira.

MASCULINIDADES

Ao longo do estudo das relações de gênero, desconstruiu-se a representação ideal de mulher, passando-se a considerar suas diversas particularidades e individualidades. Os estudos de gênero relativos ao masculino caminharam na mesma direção, procurando mostrar não existir uma masculinidade, uma vez que esta noção é produto de construção social. Como demonstra o sociólogo Pedro Paulo Oliveira, “a masculinidade é um espaço simbólico de sentido estruturante que modela atitudes e comportamentos”¹⁴. Sendo assim, os novos sentidos adquiridos em diferentes períodos da História levam a se pensar em masculinidades. É possível conferir que num mesmo período de tempo à masculinidade se atribuem diferentes significados, confirmando-se que a diversidade social corresponde a diferentes inserções dos homens na estrutura social, política, econômica e cultural¹⁵.

As diferenças anatômicas, por muito tempo, constituíram o único critério para diferenciar homens de mulheres. Admitida a diferenciação registrada no recorte de tempo assinalado, construíram-se, em decorrência, diferentes sociabilidades, como força, agressividade, agilidade, entre outras características similares. De acordo com Nolasco, “o gênero masculino é uma categoria que se configura como um repertório de identificações e

¹³ FAVERI, Marlene; TANAKA, Teresa Adami. Divorciados, na forma da lei: discursos jurídicos nas ações judiciais de divórcio em Florianópolis (1977 a 1985). **Estudos Feministas, Florianópolis**, 18 (2), mai./ago. 2010, p. 364.

¹⁴ OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

¹⁵ GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, M; UNBEHAUM, S; MEDRADO, B (Org.). **Homens e Masculinidades: Outras Palavras**. São Paulo: ECOS/Ed, 2001, p.36

comportamentos que servem de orientação para os homens”¹⁶. Afastar-se daquilo que pertence culturalmente ao universo feminino - não chorar, ser provedor, competitivo, capaz, apresentar força, virilidade – é considerado atributo da masculinidade.

O sociólogo Pierre Bourdieu afirma que, nesse universo, ao tempo em que no plano da sociabilização as mulheres são diminuídas e colocadas em constante silenciamento, os homens, sem o perceberem, também se tornam prisioneiros e vítimas¹⁷. A razão está em que os processos de socialização obrigam os homens a se portar, no interior de determinado escopo, de acordo com suas práticas e valores.

Nesse sentido, Bourdieu complementa que, ser homem, no sentido *de vir a ser*, implica um dever que se inscreve no corpo como um conjunto de disposições aparentemente naturais, muitas vezes expressas em determinadas atitudes, aparências e formas de agir e pensar¹⁸. A virilidade, segundo o autor, é uma noção relacional, construída diante de outros homens e para outros homens. A palavra virilidade tem sua origem no vocábulo latino *vir* (homem). Há quem relacione o termo “*virtus*” com virilidade e hombridade por uma de suas acepções comportar a ideia de “força”. Tanto no latim como em outras civilizações, vingava o estereótipo de força como atributo masculino e o de fraqueza/delicadeza como atributo feminino. Por esse mesmo estereótipo, fez-se uma passagem da qualidade física para a qualidade moral (donde “palavra de homem” equivalente a “palavra de honra”). Trata-se de uma evidente tendenciosidade equiparar masculinidade/virilidade com virtude moral. A famosa frase - “*À mulher de César não basta ser honesta; deve parecer honesta*” - confirma a etimologia que invocamos, pois “honestidade”, sem dúvida uma virtude, deve ser atributo tanto de homens quanto de mulheres.

Enquanto o termo “*virtus/virtude*” se mantém inalterado em qualquer contexto, os de masculinidade/feminilidade sofrem influências culturais, admitindo o plural em sociedades que diferenciam os atributos característicos das mulheres e dos homens, o que torna, assim, os conceitos de masculinidade e feminilidade pares dicotômicos. Isto nos leva a admitir diversas masculinidades, embora, às vezes, apenas uma seja escolhida para ser o modelo normativo. Considera-se hegemônica a masculinidade que se impõe sobre as mulheres e também sobre os homens, firmando-se como paradigma a ser seguido ou vislumbrado pelas pessoas. O exemplar de masculinidade, considerado hegemônico no mundo ocidental, começou a ser

¹⁶ NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p.25.

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997, p. 63.

¹⁸ _____ . Gostos de classe estilos de vida, p.63.

questionado com maior veemência em meados dos anos 1960. Todavia, este movimento tomou vulto na década de 1970.

A masculinidade voltada ao aspecto “viril” é uma construção social que obrigou os homens a seguirem um “modelo” rígido, no qual qualquer desvio poderia colocar em questão sua conduta sexual. Para Robert Connell, “a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”¹⁹, ou seja, são as práticas sociais que caracterizam a masculinidade.

Assim como as relações de gênero são um produto histórico e passível de mudança, as masculinidades também o são. O padrão, considerado hegemônico no Brasil na década de 1970, fora “construído” há mais ou menos 300 anos. Robert Connell, da mesma forma que Pierre Bourdieu, ressalta a existência de uma masculinidade que, uma vez acionada, exerce um domínio não apenas sobre as mulheres, mas também sobre os próprios homens sob o aspecto de gênero, obrigando-os a se ajustar ao padrão de masculinidade dominante. Eis o que afirma o autor:

El concepto de hegemonía, derivado del análisis de Antonio Gramsci de las relaciones de clases, se refiere a la dinámica cultural por la cual un grupo exige y sostiene una posición de liderazgo en la vida social. En cualquier tiempo dado, se exalta culturalmente una forma de masculinidad en lugar de otras. La masculinidad hegemónica se puede definir como la configuración de práctica genérica que encarna la respuesta corrientemente aceptada al problema de la legitimidad del patriarcado, la que garantiza (o se toma para garantizar) la posición dominante de los hombres y la subordinación de las mujeres²⁰.

Essa masculinidade se baseava nos seguintes atributos: machismo, virilidade e heterossexualidade. Como enfatizou Seixas²¹, ela também se apresenta como conjunto de valores enaltecidos através de práticas individuais, instituições e relações sociais que mostram os homens como superiores em relação às mulheres e a outros homens, como, por exemplo, homossexuais, trabalhadores braçais e negros, entre outros.

Em análise das páginas da revista *Veja* ao longo da década de 1970, percebemos uma masculinidade que vai muito além da hegemônica e que podemos caracterizar como plural,

¹⁹ CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. In: **Educação e Realidade**, n. 20, v. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995, p.18.

²⁰ _____. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T; OLAVARRÍA, J (Org.). Masculinidades. Poder y crisis. **Ediciones de las Mujeres**, n. 24. Santiago, Chile: Isis Internacional/FLACSO, 1997, p. 42.

²¹ SEIXAS, Rebeca Bruna da Silva. **Masculinidade na Revista Mens's Health Brasil**. 2012. [Dissertação] - UFSM - Santa Maria, p.52.

pois apresenta, para os homens daquela década, várias possibilidades, além do modelo tradicional de masculinidade.

Michel Foucault, em seus estudos, discutiu a questão do corpo quando tratou da disciplina. Segundo o autor, os corpos são construções sociais. Conforme o período em que a pessoa se encontra, a disciplina serve para reforçar as autoidentificações desejáveis. Para Foucault, as práticas sexuais serviram de objeto de uma série de debates e discursos, nos quais os saberes médicos e jurídicos ganharam grande legitimidade²².

O corpo, na ótica de Foucault, não seria apenas um foco para discursos, mas um elo que une, de um lado, as práticas diárias, e, de outro, a organização em larga escala do poder. Seria um discurso da masculinidade e materialização de um biopoder que orienta as relações entre os sujeitos e as construções de subjetividades sobre si e sobre os outros. Dessa forma, em nossas análises na década de 1970 o discurso em torno das masculinidades apresentadas na revista *Veja*, mesmo se apresentando como “novas”, são construídas em oposição aos homens que não seguem o modelo viril, dominador, agressivo, competitivo, e assim por diante.

A filósofa Judith Butler²³, tendo em vista o pensamento foucaultiano, afirma que os sujeitos buscam construir a própria identidade aproximando-se sempre do ideal normativo vigente na sociedade. Entre os membros da família, no ambiente de trabalho, nos meios de comunicação e em diversas relações sociais encontramos esses referenciais. Por isso, partimos da ideia, e a reforçamos, de que os meios de comunicação - aqui privilegiando a revista *Veja* - atuam como propagadores de identificações. A revista, neste caso, seria um espaço em que se produzem e reproduzem normatividades que moldam masculinidades e feminilidades.

Ao se construir a normatividade, tem-se também a necessidade de construir o outro lado, aqueles que fogem da norma. Para Foucault, o dispositivo da sexualidade parte da institucionalização da gestão da população e visa a não proibir as práticas desviantes, mas, sim, “rotulá-las” e sujeitar a própria população a uma coerção microfísica. Quer dizer, as próprias pessoas foram apontando para as práticas consideradas corretas. O referido autor demonstra também que cada sociedade produz discursos que são construídos a partir de regimes de verdades. Regimes de verdades, que são “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”²⁴. Nesse sentido, percebemos a constituição de sujeitos por meio de discursos tomados como um

²² FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1979.

²³ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.

²⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.12.

conjunto estratégico de práticas sociais. No campo das masculinidades, podemos afirmar que aquela que é considerada por determinada sociedade como a “mais verdadeira” é, por consequência, tida como mais legítima do que as outras, exercendo, assim, uma pressão sobre as outras e sobre ela mesma²⁵.

Assim, é nas ações dos sujeitos que conhecemos as masculinidades por eles exercidas. De acordo com Teixeira, a masculinidade de qualquer pessoa se situa numa série de estruturas relacionais que podem situar-se em momentos históricos diferentes²⁶. Desta forma, as masculinidades podem entrar em contradição interna e provocar rupturas históricas. Seria como dizer que, num mesmo período, é possível encontrar (como encontramos na revista *Veja*) masculinidades “hegemônicas” e outras consideradas subordinadas, tentando se legitimar e se impor, mas também masculinidades variantes que não são hegemônicas, porém são aceitas, pois estavam marcadas com o rótulo do “novo”.

UMA NOVA MASCULINIDADE NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Abordar o tema família na sociedade ocidental não é uma tarefa fácil. Olhar para um passado recente, como o dos anos 1970, é uma operação complexa, já que em quarenta anos os arranjos familiares caminharam para uma pluralidade. Vivemos em um momento histórico no qual se discute em várias esferas sociais o que é família, o que se pode considerar como família e quais arranjos são socialmente aceitos. Para Bourdieu, “a família é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob o mesmo teto”²⁷.

Buscamos compreender como a família foi representada num período de grandes transformações sociais e quais foram os discursos proferidos pela revista *Veja* a respeito dessas configurações na década de 1970. Partimos da premissa de que a revista contribuiu para a difusão de práticas e valores da classe média brasileira. Isto posto, nada mais lógico que o veículo de comunicação social apresentasse em suas páginas discussões sobre a configuração de família presente neste estrato social – a nuclear burguesa. Segundo a

²⁵ TAGLIAMENTO, Grazielle. **Com a palavra, o prover: uma análise das masculinidades produzidas em contextos familiares nos quais a mãe é a provedora**. [Dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2007. p.19.

²⁶ TEIXEIRA, Deice Silva. **A mulher violentada: a suavidade da propaganda na perpetuação da dominação masculina**. 2011. (Monografia) - UNB – Brasília, p.57.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997, p. 124.

historiadora Silvia Maria Fávero Arend, esta configuração caracteriza-se pelas seguintes práticas e valores:

O processo de introdução da chamada norma familiar burguesa para os diferentes grupos sociais do país tomou vulto a partir do final do século XIX. Esse movimento, no Brasil, está inserido em um contexto mais amplo, onde verificamos a emergência de relações capitalistas no âmbito da economia, com ênfase na implementação do trabalho assalariado, o advento do Estado republicano e a urbanização. No plano das práticas e dos valores, esse arranjo familiar caracteriza-se: pela composição pai, mãe e filhos; pela presença de um conjunto de representações que conformam o chamado "amor romântico" entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos; a criança e o jovem passariam a ser considerados como seres em formação que necessitam de cuidados materiais e afetivos; a sexualidade do casal deveria ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo doméstico, enquanto que o homem se tornaria o provedor, atuando no âmbito do público; as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídas a partir de dois eixos, isto é, a consanguinidade e a afetividade²⁸.

A grande questão que se coloca é como essas outras masculinidades, oriundas de transformações sociais ocorridas num período no qual se tentava romper com padrões estabelecidos, influíram no referido arranjo de família. A década de 1970 passou por significativas transformações sociais, culturais e políticas, associadas a movimentos feministas, hippies, entre tantos outros. Essas transformações levaram também a uma reconfiguração do arranjo de família²⁹.

Na década de 1970, com o crescimento econômico do país, muitas vagas de trabalho foram abertas. Isto facilitou o ingresso das mulheres nesse mercado. Apesar do propalado crescimento, nessa mesma década a sociedade enfrentou uma crise econômica, por vezes tornando o salário do marido insuficiente para o sustento de todos os membros da família. Em matérias analisadas nas páginas da revista sobre a classe média brasileira, constatamos que as mulheres de várias famílias atuavam no mercado de trabalho. Nestas famílias, segundo os entrevistados, mesmo somando as rendas dos cônjuges, não era possível ter uma "vida estável" como em décadas anteriores³⁰.

Os movimentos feministas "abriram as portas" para que as mulheres da classe média ingressassem no mercado de trabalho. Em grande medida, elas foram levadas a procurar emprego em função da realização pessoal e profissional, mas também devido à necessidade de acrescentar renda para que a família se mantivesse no mesmo estrato social.

²⁸ AREND, Silvia Maria Fávero. Paradoxos do Direito de Família no Brasil. Uma análise à luz da História Social da Família. In: SOUSA COELHO, Ivone M. C. de. (Org.). **Casamento: uma escuta além do Judiciário**. Florianópolis: VOXLEGEM, 2006, p.105.

²⁹ DESSEN, Maria. Estudando a Família em Desenvolvimento: Desafios Conceituais e Teóricos. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2010, p.206.

³⁰ Revista *Veja*, 1974, Edição 380.

As mulheres representadas pela revista, em alguns casos, eram simpatizantes dos movimentos sociais. Todavia, a sua grande maioria seguia a “cartilha” prescrita pelo arranjo burguês de família. Outros fatores contribuíram para essa mudança: a difusão da pílula anticoncepcional, a regulamentação do divórcio, o aumento do nível de escolaridade das mulheres e maior acesso à informação. Este cenário levou a revista *Veja* a questionar se o arranjo familiar burguês estava em risco naquele momento histórico.

Numa reportagem sobre a família brasileira nessa década, utiliza-se como imagem de abertura uma fotografia de uma família com o título “A sagrada família”. Esta imagem chama a atenção por ser uma fotografia de pessoas do final do século XIX (as vestimentas das pessoas demonstram este fato), apresentando um conjunto composto por pai, mãe e sete filhos e filhas. A capa da edição fora construída tendo em vista a matéria jornalística sobre a família. A reportagem era redigida em “tom” de pessimismo em relação ao futuro deste modelo familiar, que, segundo os representantes do governo militar, encontrava-se “em perigo”. O perigo aqui considerado era a avalanche de publicações de cunho sexual presentes na imprensa no período, denunciado por bispos da Igreja católica e pastores de outros credos religiosos. Como medida, o governo federal publicou o Decreto nº 1.077³¹, com o qual censurava as publicações impressas e programas televisivos que pudessem atentar contra a moral e os bons costumes da “família brasileira”.

Segundo o coronel Otacílio Cerqueira, chefe de Relações Públicas do Ministério do Exército, “o erotismo iria levar as pessoas despreparadas a se chocarem contra a família e, posteriormente, contra a lei”³². Para os governantes, a “conquistada” libertação sexual somente poderia ser contida com uma educação, inclusive a escolar, voltada aos valores religiosos.

Segundo a reportagem, a revista teria realizado uma pesquisa com 213 pais e mães de seis capitais brasileiras. Por esta estratégia metodológica, a revista produzia informações sobre o cenário nacional. A grande maioria dos entrevistados defendia que as escolas brasileiras deveriam ministrar a disciplina educação sexual para alunos e alunas.

Tabela 1 – Pesquisa familiar

³¹ BRASIL. Decreto Lei número 1.077, 26 de janeiro de 1970.

³² Revista *Veja*, 1970, edição 77, p.55

“É contra a educação sexual nas escolas?”

Classe A		Classe Média		Operários		Favelados		Total	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	não
30%	70%	8%	92%	35%	65%	45%	55%	29%	71%

Fonte: Revista *Veja*, 1970, edição 77, p. 55.

Percebemos que as pessoas da classe média se mostravam mais favoráveis à educação sexual nas escolas. Além desse tema, a quase totalidade dos entrevistados não considerava imoral o uso da minissaia ou do biquini. Esta visão mais liberal em relação aos referidos temas estava associada ao que propagavam os movimentos feministas e *hippies*.

Na mesma reportagem, o periódico procurava saber dos entrevistados qual era a situação da família naquele momento histórico. O questionamento realizado pela revista foi o seguinte:

Tabela 2 – Pesquisa familiar

“A família está menos unida que no tempo de seus avós?”

Classe A		Classe Média		Operários		Favelados		Total	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	não
49%	51%	60%	40%	63%	37%	73%	27%	62%	38%

Fonte: Revista *Veja*, 1970, edição 77, p.55

Para os entrevistados/as de diferentes grupos sociais, a família encontrava-se menos unida do que nas décadas anteriores no País. A pergunta realizada na sequência buscava compreender as motivações desta desunião. Abaixo, as respostas dos entrevistados.

Tabela 3 – Pesquisa familiar

Em caso afirmativo, as causas do enfraquecimento:	Classe A	Classe Média	Operários	Favelados
	a) onda de imoralidade	23%	23%	25%
b) mulher trabalha fora	21%	25%	19%	19%
c) dificuldade de alimentação, educação e habitação	16%	25%	31%	41%
d) enfraquecimento da religião	40%	27%	25%	28%

Fonte: Revista *Veja*, 1970, edição 77, p. 55.

Figura 1 - Anúncio publicitário da rede de Televisão Globo



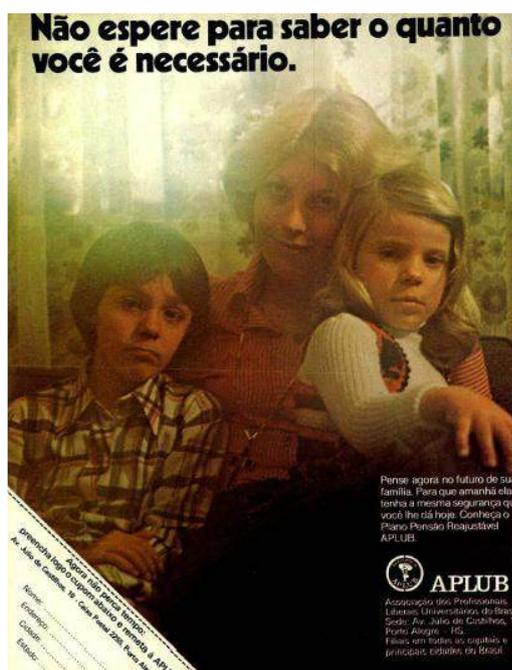
Fonte: Revista *Veja*, 1970, Edição 98, p. 35.

Na figura 1, um exemplo de propaganda que se seguia à veiculação do discurso de união da família nos anúncios publicitários da rede de Televisão Globo. As quatro motivações propostas pelo periódico não pareciam constituir fatores tão significativos a ponto de provocar uma “desestabilização” na organização da família.

Na imagem da propaganda da TV Globo, família “unida” era sinônimo de arranjo composto por pai, mãe e filhos. Evidencia-se também, na imagem, que a cor da pele de todos os modelos era branca. A televisão, com sua programação diária – que compreendia telejornais que veiculavam notícias nacionais e novelas - cumpria a função social de unir as famílias brasileiras.

Mas, como seriam as configurações familiares após a pílula anticoncepcional que dava maior liberdade às mulheres ou após a lei do divórcio, que legitimava a possibilidade de novas uniões, ou, ainda, com a constituição de famílias apenas com a mãe ou o pai? Em diversas propagandas e matérias jornalísticas não encontramos nenhuma referência à ausência da mãe na família. Por outro lado, a ausência do pai era recorrente e considerada como um problema. A representação social dos homens, mesmo com o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, era a do provedor e pilar central de estruturação familiar. Eis um exemplo de tal fato em uma propaganda se seguros de vida:

Figura 2 – Função do pai na estruturação familiar



Fonte: Revista *Veja*, 1976, Edição 403, p. 116.

Com esta propaganda, percebemos a importância que se dava à família e, principalmente, à presença masculina. Muito embora aos homens fossem apresentadas “novas” possibilidades de exercer a masculinidade e algumas liberdades e possibilidades de outros arranjos familiares, sua importância persiste como mantenedor da família, considerando-se um risco sua ausência, e isso não apenas no âmbito financeiro, mas também no moral.

Na década de 1970, observam-se mudanças nas formas de expressão da masculinidade na revista *Veja*. Essas outras modalidades colocaram em cena novas práticas e valores, sobretudo para os homens jovens. Para os considerados mais velhos, a paternidade permanecia associada à função social de provedor. Não encontramos matérias jornalísticas ou propagandas que discutissem ou apresentassem a noção de casal igualitário, em que homens e mulheres desempenhariam iguais atividades no âmbito doméstico e partilhariam igualmente do cuidado de filhos e filhas.

CONSIDERAÇÕES

A análise do recorte temporal mostra que as diferentes masculinidades surgiram de mudanças sociais, mas ganharam destaque e maior evidência quando apropriadas pela indústria e vendidas como mercadorias. A masculinidade transformada em mercadoria vendia

a ideia de juventude, modernidade e liberdade. O fato mais notório das análises é que esses discursos sobre o “novo homem” são completamente voltados a um público mais jovem, pois, para o homem adulto, prevalecia a masculinidade hegemônica na constituição de uma família nos moldes tradicionais. Se a masculinidade podia ter opções além da hegemônica, para a família não existia exceção além da tradicional burguesa.

Nos dez anos do impresso semanal analisados, percebemos que a heteronormatividade constituía regra. Esperava-se dos homens mais velhos o casamento para a posterior constituição de uma família composta por pai, mãe e filhos, e seu sustento. O mundo de possibilidades para os homens se abria por um período determinado, ligado à juventude, pois, quando constituíssem família, as possibilidades se limitariam, e deles se esperava que seguissem o arranjo tradicional de família.



O fracasso feminino: usos discursivos e representações sociais da mulher gorda no site Ego

Natália Fonseca de Abreu Rangel¹

GT 6 – Representações sociais e produções simbólicas

¹ Mestra em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: nataliafarangel@hotmail.com, agência financiadora: Capes, orientadora: Prof^ª Dra. Marcia da Silva Mazon (UFSC)

O presente artigo se trata de uma análise de discurso em que se explora a construção social do discurso em relação à pessoa gorda (principalmente sobre a mulher gorda) no site EGO, um dos sites de fofoca mais acessados do Brasil na internet, possuindo 12,69% dos acessos dentro do portal globo.com - que é o sexto site mais acessado do Brasil. (ALEXA.com, 2015). Para tanto são mobilizados os recursos teóricos de oposição assimétrica de Feres Junior (2004), inspirado pelos contraconceitos assimétricos de Koselleck) identificando características que se contrapõem à palavra gorda, assim também a atribuindo significado simbólico. Parte-se da noção de representação social e estigmatização de Goffman (1988) para entender a representação construída em relação às mulheres gordas no site Ego e da noção de distinção de Bourdieu entendendo que palavra gorda remete a estilos de vida, considerando-se que o uso discursivo da saúde é mobilizado de diferentes formas em que se destacam o estilo de vida *fitness* e as mulheres *plus size*. Também se utiliza o conceito de construtivismo social (LUPTON, 2013) para compreender a construção da representação de saúde.

Foram estudados os usos da palavra “gorda” no site Ego², buscando compreender o uso de diferentes representações sociais relacionadas ao corpo da mulher mobilizadas por variados discursos em relação. Esta pesquisa é qualitativa, ou seja, busca delinear características principais do objeto e entender seu funcionamento por meio de uma análise não-estatística. A escolha de um site com essa temática para esse estudo de caso deu-se pelo fato de que, em tabloides de fofoca, a discussão sobre os corpos femininos é mais evidente do que, por exemplo, numa coluna política de um jornal. Foi escolhida uma página da internet em vez de uma revista impressa sobre a mesma temática pela potencialidade de resposta às matérias por parte dos(as) leitores(as). Isto torna mais explícitas as reações da audiência e nos permite analisá-las. Igualmente há maior quantidade de matérias que o site coloca em circulação em comparação a uma revista ou a um jornal.

Os tabloides de fofoca *on-line* têm como objetivo principal atingir o maior número de cliques possível em suas matérias. É necessário, portanto, compreender que racionalmente, os meios escolhidos pelos jornalistas que produzem as matérias, são os melhores e mais eficazes meios para atingir esse objetivo. Os tabloides de fofoca brasileiros seguem o modelo norte-americano, sendo que, vem de lá a popularização de um mercado voltado para a fofoca, formado pelos paparazzi, canais de televisão, inúmeras revistas, entre outros. O Brasil vem construindo um mercado semelhante em menor escala. Primo (2010) traz o site estadunidense TMZ como

² Este site teve suas atividades interrompidas em abril de 2017. Fonte: <http://odia.ig.com.br/brasil/2017-04-17/globo-emite-comunicado-anunciando-o-fim-do-portal-ego.html> Acesso em 15 mai de 2017.

exemplo de um dos tabloides que influenciam no formato a formulação de notícias de fofoca brasileiras.

Para compreensão de características de tabloides de fofoca em geral é importante destacar algumas características do conteúdo do tabloide sobre o qual dedicamos nossa análise bem como sobre quem são os(as) protagonistas das matérias do site Ego. Para tal utilizo-me das interpretações de PRIMO (2010). Para Turner (apud Primo, 2010) a fofoca tem dois âmbitos relevantes na interação social: o compartilhamento de julgamentos sociais e a formação de identidade e comportamento, possibilitando também o estabelecimento de normas em grupos. Além disso, também é possível que ocorra a domesticação do desejo.

A fofoca, no caso estudado, vai ser o catalisador da estigmatização, sendo os comentários às notícias sobre pessoas gordas dirigidos de maneira desproporcional em relação ao poder uma vez que o grupo de pessoas gordas não está instalado em posições de poder em relação ao discurso construído sobre elas, de forma que é possível pensar nas categorias de estabelecidos e *outsiders* de Elias (2000) para pensar nas relações de poder imbuídas no processo de estigmatização das mulheres gordas enquanto grupo:

(...) a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (2000, p. 23).

Assim, o efeito que as notícias têm, em especial o espaço para a réplica das mulheres gordas se defendendo de ataques em relação aos seus corpos que frequentemente irão aparecer, aparece como uma busca de adequação ao discurso dominante sobre a gordura³.

Lupton (2013) levanta a questão sobre a forma como nas sociedades neoliberais a ideia de “livre escolha” permeia a noção de distinção por meio dos estilos de vida (questão também levantada por Bourdieu) e o fomento de políticas autorreguladoras por parte do Estado de forma que se cultiva a ideia de “empreendedorismo de si mesmo/a” (LUPTON, 2013, p. 104).

Outro aspecto importante que Primo (2010) traz citando Rojek é de que é a mídia que constrói a fama da celebridade é a mesma que arquiteta sua queda, então há uma sede de acompanhar a vida e se possível os deslizes e uma época ruim para essas celebridades. O sucesso é tão lucrativo quanto o fracasso, sendo produtos da mídia de massa. Essa degradação é “não raro acompanhada de degeneração física” (PRIMO, p. 168) veremos aqui, a compreensão de degeneração relacionada especialmente ao peso das mulheres.

³ Presente em especial na categoria 2.1 “o que é dito - justificativas” desta análise.

Nesse tipo de mídia *on-line* “a incidência de pessoas consideradas famosas é menor do que a de pessoas que são conhecidas na internet como subcelebridades⁴” (PRIMO, 2010). Como se pode notar, a maioria das matérias traz essas subcelebridades como protagonistas das matérias. Finalizando essas breves considerações sobre as características das pessoas envolvidas nas matérias do site EGO, pode-se concluir que se discute aqui sobre um grupo específico com uma grande preocupação com sua imagem. Não se pode então inferir parâmetros sociais à sociedade em geral, senão a este caso específico (de algumas celebridades e na maioria subcelebridades) que tem alguma influência sobre os(as) leitores(as). Utilizo a perspectiva feminista como metodologia de análise como sugere Olesen (2006), entendendo, principalmente em relação ao pensamento feminista desconstrutivo que há:

(...) extenso e crescente trabalho feminista na área do gênero e da ciência, no qual a ciência, território sagrado do iluminismo, da modernidade e do momento contemporâneo, é desmembrada como cultura para revelar suas práticas, seus discursos e suas implicações em relação ao controle da vida das mulheres (Haraway, 1991, 1997; Martin 1987, 1999), incluindo a saúde destas (Clarke e Olesen, 1999b) e para oferecer vias de resistência e/ou intervenção. (OLESEN, 2006, p. 229)

O momento atual, que propicia a consolidação da luta contra a gordofobia, pode ser reconhecido como o que a autora Sonia E. Alvarez classificou como o terceiro momento¹ da trajetória feminista latinoamericana, o “*sidestreaming*”, definido como “o fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas”. (ALVAREZ, 2014, p. 17).

Assim, tem-se por objetivo entender os mecanismos pelos quais as mulheres sofrem pressão estética e gordofobia no Brasil. No site Ego foram encontradas sete matérias em que é referido o termo “gordofobia”, mostrando que essa noção iniciada no campo das reflexões feministas sobre o corpo começa a aparecer em locais antes considerados inóspitos a ela.

Os conceitos que utilizo para entender como se constrói a representação social das mulheres gordas são do teórico canadense Erving Goffman. Goffman (2002) considera os indivíduos como atores sociais por estarem a todo tempo representando papéis sociais conforme a situação em que se encontram. Esse ator social pode acreditar em sua atuação (sincero) ou não (cínico) e não tem necessariamente consciência disso. Os/as espectadores/as podem ou não acreditar no papel desempenhado. Um elemento essencial para que se cumpra o papel social, como Goffman coloca, é a fachada (cenário, aparência e a maneira). A representação constitui

⁴ Celetoides (Rojek apud Primo, 2010) se assemelha ao uso de subcelebridade, tendo como principais características o aparecimento repentino na mídia e a luta por permanecer em destaque na mesma. Aparecer para as subcelebridades é mais importante do que sucesso financeiro ou reconhecimento de habilidades. Exemplos de subcelebridades são ex-participantes de *reality shows*, ex-namoradas de jogadores de futebol, ex-paquitas, etc.

para ele “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência.” (GOFFMAN, 2002, p. 29).

A fachada para Goffman (2002) se constitui pelo cenário, aparência e maneira, e à parte do desempenho do ator em sua representação é a maneira pela qual ele se expressa de maneira consciente ou inconsciente durante sua representação. O local com todos os seus elementos de construção de cenário em que realiza sua representação, a forma como se coloca (expressão facial ou corporal em geral autoritária, simpática, humilde, etc.) e a aparência (as roupas que escolhe para determinada situação que pode ser formal ou informal, revelando o status social do ator, por exemplo) são parte de sua representação perante a quem o assiste, ou seja, sua plateia.

A fachada pessoal, a qual me refiro com mais frequência neste artigo, remete a um conjunto de características que seguem o ator (diferentemente do cenário que geralmente não se desloca com ele) por ele vá, tais quais: idade, raça, gênero, altura, corpulência, etc. Irei me ater sobre a representação coletiva da mulher gorda, representação coletiva que Goffman define como:

Além do fato de que práticas diferentes podem empregar a mesma fachada, deve-se observar que uma determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos das expectativas estereotipadas abstratas às quais dá lugar e tende a receber um sentido e uma estabilidade à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome. A fachada torna-se uma ‘representação coletiva’ e um fato, por direito próprio. (2004, p.34)

Que elementos constituem a representação coletiva da mulher gorda? Como a mulher gorda adequa sua fachada a essa representação? A ideia de distinção de Bourdieu (2011) também é central nesta análise para o entendimento de como essas representações fazem parte de um conjunto de gostos que não são aleatórios, mas fazem parte de conjuntos de significação simbólica que caracterizam aspectos de distinção de grupos em relação a outros grupos, exprimindo as relações de poder que perpassam esses sistemas de diferenciação.

O uso da palavra gorda e seus contraconceitos

A ferramenta de busca por palavras-chave no site atinge o máximo de 400 matérias por pesquisa. Para “gorda” foi atingido esse limite. Para “gordo” foram encontradas 358 ocorrências (ou seja, não atinge o limite). Foram analisadas 200 matérias em que a palavra gorda aparece no site. No site não são identificados(as) a maioria dos(as) autores(as) das matérias. O foco é no que está sendo dito e em como está sendo dito, razão pela qual dividi a apresentação da análise de conteúdo nesses dois blocos. A unidade do banco de dados é a notícia. As notícias

pesquisadas foram publicadas entre os anos de 2007 e 2016. Trabalho com o destaque de matérias exemplares o que não significa que são as mais recorrentes, mas as mais iconográficas, ilustrativas e mais claras das categorizações aqui propostas.

1. Site ego: um discurso moralizante e de vigilância corpo feminino; o que é dito e por quem

Identifico nessa etapa três tipos distintos de discursos sobre a palavra gorda: a) o feito pela redação do site Ego; b) externos: feito por comentaristas externos (conhecidos ou desconhecidos das subcelebridades ou celebridades); c) autocríticos: feitos pelas próprias subcelebridades ou subcelebridades.

a) Raramente a redação do EGO utiliza diretamente o termo “gorda” para referir-se a pessoas que entendem como pessoas acima do peso considerado ideal. Uma das expressões recorrentes que aparece nas matérias é “quilinhos a mais” que também atinge o número máximo de matérias que o site permite que se encontrem: 400. Assim, a vigilância dos corpos é feita com linguagem mais branda, aparecendo também termos como “gordinha” (400 ocorrências) e “cheinha” (358 ocorrências), usados pelos redatores de maneira que o uso de termos considerados mais fortes e ofensivos como “gorda” fica para os comentaristas das matérias em que a palavra-chave gorda aparece e para as próprias protagonistas das matérias que utilizam “gorda” ao elaborar o discurso sobre si mesmas.

b) Uma das raras exceções⁵ é demonstrada na matéria abaixo, em que a atriz Kirstie Alley é chamada de “enorme de gorda” pelo(a) autor(a) da matéria. O discurso tem uma alta carga moralista, o fato de ter engordado está associado ao fracasso no controle pessoal e quando a atriz concorda, ele dá legitimidade a esta humilhação execração pública.

1 de maio de 2009

Enorme de gorda, Kirstie Alley declara: 'Vou botar um biquíni de novo'
Atriz precisa perder 36 quilos e quer ficar com os braços de Michelle Obama
Do EGO



Imagem 1: Kirstie Alley está desenvolvendo a própria marca de produtos de emagrecimento. Fonte: EGO

Três anos depois de desfilarmos sua vitória contra a balança no programa de **Oprah Winfrey** - ela havia perdido muitos quilos e apareceu de biquíni - **Kirstie Alley**, 58 anos, voltou ao estúdio da apresentadora enorme de gorda, para espanto dos fãs que não a viam há algum tempo.

⁵ São duas as matérias em que o site Ego chama diretamente a pessoa sobre a qual é a matéria de gorda.

Kirstie contou a Oprah a guerra que vive com as dietas e declarou: "Vou botar um biquíni de novo". Em 2006, quando esteve no programa, Kirstie havia perdido muitos quilos e tinha se tornado garota-propaganda de uma companhia de emagrecimento. A atriz conta que acabou recuperando tudo por falta de motivação.

"Eu pensei: 'vou dar uma aliviada'. Grande erro", contou Kirstie, que acabou transformando sua sala de ginástica numa sala de jantar. "Eu pensei: sabe do que eu preciso? Sabe o que eu não faço há muito tempo? Jantares e festas".

A atriz, que está desenvolvendo a própria marca de emagrecimento, quer perder 36 quilos e ficar com os braços torneados iguais aos da primeira-dama dos Estados Unidos, Michelle Obama.

b) Comentários externos - Os comentários externos podem ser feitos por pessoas conhecidas ou desconhecidas das celebridades e subcelebridades, mas os mais comuns utilizando a palavra gorda são de desconhecidos que aproveitam do anonimato para criticar sem preocupar-se com o tom incisivo ou grosseiro das críticas. Frequentemente o conteúdo desses comentários é negativo, apesar de aparecerem algumas manifestações positivas em relação ao corpo da mulher gorda. No segundo ponto “o que é dito” esses comentários permeiam a maioria das matérias, estando mais explicitados no ponto “críticas negativas – b) críticas externas”.

c) Autocríticas - As autocríticas representam um número significativo de matérias. Elas referem-se à insatisfação das mulheres com o próprio gordo e frequentemente vem acompanhadas de justificativas para o corpo estar da forma como está. Também mobilizam uma gama de características negativas da mulher gorda e vem acompanhadas de conjuntos: feia, relaxada, triste, entre outras.

2.O que é dito

São 15 categorias (gravidez, trabalho-personagem, saúde, emagrecimento, crítica externa, autocrítica, parte do corpo, fitness, foto como prova de não estar gorda, emagrecimento, medo, gorda x gostosa, brincadeira - piada, bebê, conjunto) agrupadas em 5 grupos:

1. Justificativas - por ser gorda, por estar gorda, por ter engordado ou por ter emagrecido: a) gravidez, b) trabalho e c) saúde.
2. Críticas negativas: a) críticas externas a pessoas consideradas gordas, b) autocríticas e c) parte do corpo.
3. Gorda como condição passada ou como algo a ser combatido: a) fitness, b) emagrecimento, c) foto como prova de não estar gorda, d) medo e e) gorda x gostosa.
4. Quando se usa o adjetivo como forma carinhosa de chamar ou a pessoa gorda como piada: brincadeira-piada.
5. Mais de uma característica acoplada à palavra gorda: conjunto
6. Plus size e exceção à regra

Para auxiliar na análise de conteúdo utilizo o conceito de oposições assimétricas, de Feres Junior (2004), que o utilizou a analisar o desprezo principalmente do povo estadunidense pelos povos hispano-americanos:

Devemos notar estas primeiras manifestações de desprezo pelos hispano-americanos já eram construídas na forma de oposições assimétricas. Cada uma das características negativas atribuídas a eles, dominados por clérigos (católico), indolentes, ignorantes, supersticiosos, incapazes de se esforçar e desprovidos de iniciativa, correspondem univocamente a uma característica positiva da auto-imagem americana: protestante (portanto, anticatólico), trabalhador, educado, racional, industrioso e provido de espírito de iniciativa. Dado eu esses adjetivos pejorativos descrevem estilos de vida, hábitos e costumes, eles podem ser agrupados sob a denominação de oposições culturais assimétricas. (p. 58 e 59)

Enquanto as formas de oposições assimétricas que Feres Junior estuda têm aspecto territorial, proponho o uso das mesmas entre grupos diferentes, que convivem no mesmo território: pessoas gordas e pessoas não-gordas. Sobre o par contraconceitual Junior (2004) inspira-se em Koselleck que vai dizer que: “é baseado semanticamente no contraste consciente de um nome específico com uma classificação genérica” (FERES JUNIOR, 2004, p. 77). Essa forma de oposições assimétricas traz conceitos e contraconceitos de ordem moral e física, demarcando como colocado pelo autor: os estilos de vida. Elenco aqui os conceitos e contraconceitos encontrados nas matérias do Ego dos quais vou tratar ao longo da exposição sobre o conteúdo das mesmas.

Tabela 1. Oposições assimétricas

Conceito	Contraconceito
Melhor	Pior
Feliz	Infeliz-depressiva
Definida	Indefinida
Sonho	Pesadelo
Com valor	Sem valor
Difícil	Fácil
Ativa	Preguiçosa
Motivação	Desmotivação
Preocupada (com saúde e beleza)	Relaxada
Higiênica	Nojenta
Ótimo	Péssimo
Orgulho	Pena-envergonhada
Saudável	Doente
Bonita	Feia
Controlada	Descontrolada
Normal	Anormal

A idealização (GOFFMAN, 2002) corresponde a um conjunto de referenciais considerados compatíveis com a representação realizada pela atriz social. É possível elencar um conjunto desses referenciais por meio de oposição de conceitos conforme os adjetivos e sentimentos que são utilizados para identificar a mulher gorda e a mulher não-gorda de maneira dominante nas matérias do site. De acordo com Goffman (1988), atores estigmatizados são

aqueles que não correspondem às expectativas de normalidade que adquirimos por meio das representações coletivas da normalidade. Esses atores exibem atributos depreciativos e assim “deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1988, p. 12). Por meio desse estigma há a desumanização desse ator social.

1. Justificativas

c) Saúde - A mobilização dessa categoria talvez seja a mais importante no sentido de que como afirma Lupton (2000) “O caráter ideológico do discurso hegemônico, mesmo discurso médico pode ser usado para legitimar outro ponto de vista sobre uma doença.”. (p.56) A preocupação com a gordura reivindica então justificativas científicas para legitimação do discurso de emagrecimento ou que levanta aspectos negativos, principalmente os relacionados ao físico, por parte das pessoas que criticam o ganho de peso de mulheres. Há preocupação com a depressão, que aparece como justificativa ligada à saúde para ganho de peso. “Vencer” a depressão significa também vencer os quilos ganhos, o emagrecimento nesse caso é visto como vitória, tal como no “empreendedorismo de si mesmo” reconhecido por Lupton (2013) como característica ideológica relacionada à normatização do corpo na sociedade contemporânea.

2. Críticas negativas

a) Críticas externas - As críticas externas podem ser feitas tanto por pessoas conhecidas como pessoas desconhecidas das pessoas gordas. No caso de pessoas conhecidas, trago o exemplo de uma famosa atriz brasileira, a atriz Betty Faria, declarou publicamente sua repulsa por mulheres gordas:

14 de setembro de 2015

Betty Faria a revista: ‘Sempre batalhei para não ser uma velha gorda’

Atriz de 74 anos revela na edição de setembro da revista 'Joyce Pascowitch' que 'não gosta de mulheres gordas'. 'Tenho repulsa, rejeição'.

Betty Faria disse em **entrevista** para a edição de setembro da revista "Joyce Pascowitch" que não gosta de mulheres gordas. A atriz de 74 anos contou que faz de tudo para não ser "uma velha gorda" e revelou ser a favor da legalização da maconha e da cocaína. "Todo mundo tem o direito de falar o que quiser. Eu, por exemplo, não gosto de mulheres gordas. Elas me incomodam profundamente. Tenho repulsa, rejeição. Sempre batalhei para não ser uma velha gorda".

A rápida circulação e publicação de matérias proporcionou rápidas respostas no site à declaração que não passou despercebida e recebeu fortes críticas principalmente das mulheres

relacionadas ao mercado *plus size*. Percebemos que os discursos estão em disputa, justificando a maneira mais amena como as críticas contendo as expressões “quilinhos a mais” e “gordinha” aparecem com mais frequência. Geralmente as críticas mais ferozes às pessoas gordas são feitas no anonimato. Houve a incidência de 4 matérias em que críticas externas resultaram em processo jurídico em que a pessoa tida como ofendida de gorda processou por danos morais. Nota-se a força que a palavra tem enquanto desmoralizadora.

3. Gorda como condição passada ou algo a ser combatido

a) Fitness - O discurso *fitness* traz a necessidade de práticas saudáveis para viver bem, entendendo conceito de saúde como bem estar físico e mental. São frequentes as alusões à exercícios físicos em academias, com *personal trainers*, sendo um modo de vida. A alimentação faz parte desse modo de vida e deve ser regrada e adequada à rotina de atividades físicas. Uma representante recorrente dessa categoria é Gabriela Pugliesi⁶ conhecida justamente por publicizar sua rotina de malhação, sua dieta e treinamentos físicos. A gordura aparece como inimiga iminente, se aparecer deve ser combatida. Sobre saúde Lupton (2000) vai afirmar que “Para o indivíduo – e isso quanto mais elevada for sua categoria pessoal – a saúde inscreve-se na temática da liberdade de expressão e realização pessoal.” (p. 86), sendo essa, importante para a noção de vitória da pessoa que venceu a gordura, considerada o fracasso feminino.

b) Foto como prova de não estar gorda - Após receberem críticas sobre estarem gordas as subcelebridades costumam publicar fotos em suas redes sociais para provarem que não estão gordas. As fotos são disseminadas então pelo site Ego como direito a réplica. Exemplo “Filha de Monique Evans se fotografa para provar que não está gorda”. Reafirma-se aqui o poder da imagem e a necessidade de distanciar-se da característica gorda.



Imagem 2: Bárbara Evans. Fonte: site EGO

⁶ Seu Instagram do qual é extraído conteúdo para matérias do site Ego possui 2,6 milhões de seguidores(as). O *Instagram* toma dimensão mercadológica importante a partir do momento em que marcas pagam pessoas consideradas “fitness” como Gabriela Pugliesi, em que junto a esse estilo de vida e fotos de seu corpo (geralmente realizando exercícios ou em harmonia com a natureza) são anunciados produtos que impulsionam esse mercado como produtos do gênero alimentício e vestuário *fitness*. A publicidade não é sempre anunciada claramente para os seguidores.

d) **Medo** - O medo está relacionado a alguma atitude preventiva pelo medo de parecer estar gorda, gorda aqui se reafirma como característica indesejável: “Chloë Sevigny usa jaqueta de couro do namorado para não parecer gorda”.

e) **Emagrecimento** - O emagrecimento é soberano nas matérias, tendo aparecido 52 vezes. Os relatos de emagrecimento aparecem sempre com o tom de vitória e de uma reviravolta no estilo de vida da pessoa. Muitos problemas parecem ser resolvidos com essa medida, tanto problemas físicos quanto psicológicos e aparece como sucesso.

e) **Gorda x gostosa** - A distinção entre gostosa, curvilínea e gorda está presente em 12 matérias e é uma discussão com a qual homens e mulheres se deparam para justificarem seus gostos ou suas formas. Na matéria “Adrilles⁷ posa cercado de modelos plus size: 'Gosto das corpulentas'”, Adrilles justifica “Não é que goste de gorda. Gosto de mulher com curvas, mais exuberantes”. Frequentemente as modelos *plus size* não são caracterizadas como gordas, para resolver a pretensa incompatibilidade entre beleza e gordura.

2.4 Brincadeira Piada - A brincadeira ou piada pode aparecer de duas formas, ou a palavra “gorda” é usada de maneira irônica ou a mulher gorda aparece como alvo de piada ao ser representada em situações reais ou cênicas, funcionando como forma de violência.

2.5 Conjunto - O conjunto geralmente traz consigo variadas noções de fracasso da mulher que se acoplam para formar um grande grupo “fracassado”⁸, primeiramente está relacionado a autocríticas e secundariamente a críticas externas. O conjunto, em menor escala, traz blocos positivos como “gorda e feliz” e “gorda e bonita”.

2.6 Plus size - O discurso médico é um potente criador da representação coletiva de saúde e funciona como legitimador do preconceito em relação às pessoas gordas. Elas são consideradas abjetas, desviantes e excessivas e os comentários de censura em relação a elas muitas vezes é justificado como preocupação com sua saúde.

Veremos abaixo matérias em que a aparência é justificada pelas mulheres gordas e as reações da plateia (comentaristas de redes sociais e do site Ego) em relação ao ajuste entre a fachada e o ser gorda. Segue abaixo a matéria exemplar para que se compreenda a análise do conjunto das matérias dessa categoria:

24 de setembro de 2014

Miss plus size responde a polêmica: 'Gorda não pode ser saudável?' *Aline Zattar* postou resposta a um seguidor e ainda publicou resultado de seu exame de sangue mostrando que seu colesterol é bom. do EGO, no Rio

⁷ Ex-participante do *reality show* Big Brother Brasil.

⁸ Alguns exemplos são: “feia, velha e gorda” “gorda, feia, idiota” “desempregada, gorda e solteira” “porca gorda” “gorda nojenta” “velha, gorda e enrugada”.

Aline Zattar, a miss **plus size** e primeira gordinha a **estrelar um ensaio do Paparazzo**, não gostou de certos comentários em suas redes sociais sobre sua silhueta. Mais um especificamente irritou a modelo e a fez dar uma resposta com direito a cópia de seu exame de sangue e tudo.

"Puro colesterol", escreveu o seguidor no comentário de uma de suas fotos. "Por que uma gorda não pode ser saudável? Decidi fazer esse post para tentar mostrar para pessoas preconceituosas, das quais vim lendo comentários como: 'puro colesterol'. Cara, meu colesterol é muito melhor do que o de muita gente que não tem sobrepeso por ai! Não é porque você está acima do peso que isso é sinônimo de saúde podre!", desabafou ela.

"Ninguém aqui está fazendo apologia a obesidade, muito pelo contrário, o que pelo menos eu quero é que as pessoas se amem! E, a partir desse momento, cuidem-se mais. Pois quando você ama consequentemente você cuida. Venho me cuidando muito mais depois que passei a me aceitar e me amar. Minha saúde está muito melhor hoje do que quando vivia em função de emagrecer e me obrigar a emagrecer, mil e umas bagas e fórmulas. Meu objetivo hoje é ser saudável! Tudo o que é demais é problema: gordura demais, magreza demais. Chega de tanto preconceito! Chega desse pensamento doentio! Isso, sim, mata e causa muito mais problemas do que um brigadeiro". postou ela.

Alguns elementos dessa matéria são essenciais para que se entenda o que quero dizer com a ideia de “boa gorda” a que penso estar relacionada a categoria de *plus size* nas matérias como conjunto. Primeiramente, a modelo *plus size* é atacada por ser gorda, visto que isso implicaria uma oposição assimétrica ao conceito de saúde, ou seja, que a mulher seria não-saudável, doente. Para responder a essas críticas a modelo comprova, utilizando a legitimidade do discurso médico sobre saúde-doença ao mostrar o exame de sangue, a sua saúde. Nas matérias desse bloco, as mulheres gordas geralmente justificam sua saúde, ou seja, comprovam que estão saudáveis, contra-argumentando que esse não é motivo suficiente para que se preocupem em emagrecer. São feitas alusões a um estilo de vida ligado ao consumo de alimentos considerados saudáveis e atividades físicas regulares, como, por exemplo, na matéria “Candidata ao Miss *Plus Size* Carioca se gaba: 'Com a saúde em dia' - "Sou gordinha desde criança, mas sempre pratiquei esportes.”

Sobre as justificativas é possível utilizar o estudo de Goffman que coloca que : “(...) quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo.” (2002, p. 41) Para ser aceita enquanto gorda, a mulher busca refutar os ideais sobre a mulher gorda mostrando suas características de acordo com o ideal de mulher magra conforme a tabela apresentada acima.

A boa gorda também é “bonita de rosto”, ou seja, com traços finos e branca, demarcando aspectos eurocêntricos na identificação de beleza. Se maquia e se cuida. Não é “relaxada” e geralmente não tem celulites ou estrias. A “boa gorda” contesta algumas oposições assimétricas, mas segue justificando a forma como escolheu cuidar do seu corpo. É importante notar também que *plus size* não vem se consolidando como um movimento de aceitação dos corpos, mas como um segmento de mercado voltado à venda de produtos estéticos que melhorem ou se adequem à mulher gorda.

Vai assim se construindo a fachada de “boa gorda” de acordo com a aparência e maneira de forma que o indivíduo “acentua certos aspectos e dissimula outros” (GOFFMAN, 2002, p. 67) na expectativa de que a representação que está construindo de gorda não seja falseada pela plateia. A “boa gorda” ainda que busque justificar-se ainda recebe fortes críticas, sendo a aparência e os valores morais aos quais essa aparência é relacionada ainda dominantes na visão do auditório.

Nos comentários da matéria “Thaís Oliveira é eleita a 'Mais Bela Gordinha do Rio 2016” na seção dos comentários um dos comentaristas anônimos denominado apenas Roberto diz: “O premio (sic) é um rodizio na churrascaria e 3 pote de nutella” (sic), ou seja, a pessoa gorda ainda é visto como uma glutona e hedonista, com pouco autocontrole.

Goffman (2002) argumenta que existe um conjunto de fachadas pré-estabelecidas sobre as quais a atriz geralmente seleciona a que melhor lhe couber, raramente novas fachadas são criadas. Daí a dificuldade de conciliação entre a idealização de gorda do auditório e toda a ideia de representação que este tem e do que é apresentado de maneira diferente pela “boa gorda”.

Exceção à regra

Duas matérias, ambas de 2016, fogem à regra e não se tratam de matérias que enxergam a gorda como característica positiva relativa à *plus size*. Essas matérias tratam de mulheres negras e gordas que vem ganhando destaque na mídia. Entram na autocrítica positiva em que mulheres gordas expõe que seu estilo de vida (saudável ou não) e sua beleza (positiva) não dependem das percepções alheias ou da justificativa de práticas frequentes de exercícios e alimentação consideradas saudáveis.

MC Carol sensualiza e diz: 'Sou gorda, desejada e muito amada'. *Funkeira publicou a imagem em seu perfil no Facebook.*

Aline Pollilo do EGO, no Rio

MC Carol, que ficou famosa por sua música "Minha avó tá maluca", postou uma foto sensualizando em seu perfil no Facebook. Mas o que chamou a atenção mesmo foi a legenda maravilhosa. "Acabou essa palhaçada de que precisa ser magra pra ser gostosa,

ser aceita, ser amada e blá blá blá blá ... Quem tem que me aceitar, sou eu, o mundo que se foda! Sou gostosa, sou feliz, sou sexy, sou gorda, desejada e muito amada! Autoestima pra mim é lixo kkkk... Outra coisa, Só fala da minha vida quando a sua for exemplo", escreveu na legenda. Nos comentários, Carol recebeu vários elogios: "Diva", "Linda", "Deusa", "Olha que sexy", entre outros.

Imagem 3: Mc Carol (Foto: Reprodução/Facebook) Fonte: Site Ego



Nesta foto Mc Carol se mostra confortável e exibe suas nádegas (diferentemente da “boa gorda”, ela tem celulites) e não busca se justificar⁹.

Considerações finais

A representação de saúde aparece enquanto instrumento de patologização da mulher gorda, endossando o discurso que critica a mulher gorda. Esse discurso geralmente individualiza e afere culpa à mulher que não tem controle sobre seu corpo, entendendo o corpo como moldável à força de vontade. Quando o problema está no corpo, a solução é modificá-lo por meio de dietas ou cirurgias. Esse discurso reforça o preconceito e a estigmatização da mulher gorda, tratando-a como o “outro” indesejado.

A patologização é um dos principais mecanismos legitimadores da gordofobia, de forma que a mobilização do poder sobre as pessoas gordas é frequentemente reivindicada por meio da distinção “eu” e “a/o outra/o” na qual estabelece-se uma divisão tal qual a que Elias (2000) propõe entre estabelecidos – aqueles/as que se adequam às noções de saúde presentes no discurso médico moderno – e os/as *outsiders* – aquelas/es que fogem à norma.

O mundo social no sentido construtivista de acordo com Lupton (2000) é dialético, as pessoas o criam e são criadas por ele. O discurso racional e técnico da medicina leva à crença de que a natureza é separada do mundo social, incerto e dinâmico, escamoteando seus aspectos socioculturais. O corpo, complexo, tem intrínsecos a ele os aspectos natural e cultural, objetivo e subjetivo. O discurso dominante (na análise de conteúdo utilizando-se principalmente do discurso médico para legitimação) não é passivamente circunscrito no corpo, sendo o próprio responsável por reproduzir diferentes discursos.

⁹ É também interessante comparar a foto de Mc Carol à foto 1 como uso discursivo, na primeira temos uma mulher num ângulo esquisito evidenciando a assimetria de seu rosto e uma expressão desconfortável.

Os corpos que resistem à auto-regulação são considerados desviantes e não-civilizados, sendo culpabilizados por serem doentes, revelando assim o aspecto moral da doença. São os inimigos da norma, descontrolados que precisam ser combatidos. Em se tratando de mulheres, há essa perspectiva reforçada pela pressão estética numa sociedade ainda majoritariamente machista e objetificadora. A ideia de um empreendedorismo do de si mesmo/a, tal qual levanta Lupton (2013), corrobora para a estigmatização do corpo gordo. A ideia de que os seres humanos são moldáveis a depender da determinação, da perseverança e da força de vontade, havendo assim ganhadores/as e perdedores/as num esquema de mérito que faz parte da importância que ganha a ideia de responsabilização do indivíduo por parte do Estado em fazer “boas escolhas” em relação à sua saúde e corpo, de forme que se adeque ao ideal de “cidadão empreendedor em sociedades neoliberais” (LUPTON, 2013, p. 104).

Bourdieu em *A Distinção* (2011) explica como o *habitus* enquanto estrutura estruturante “organiza as práticas e a percepção das práticas” (p. 164) e como enquanto estrutura estruturada “o princípio de divisão (...) organiza a percepção do mundo social” (p. 164), que combinadas e internalizadas são naturalizadas, funcionam como estilos de vida. Nesse caso, o discurso combinado com a ação (comprovada por meio de fotos e acompanhamento contínuo das vidas das subcelebridades) em relação a outros grupos, como no caso das pessoas assumidamente gordas, tanto que aderem ao estilo de vida *plus size* ou ainda mais radicalmente diferente, do movimento gordo.

Podemos perceber as formas de oposição assimétrica clarificando quais são as características dominantes e quais são as características indesejadas, percebendo que os conceitos não são estanques como positivos ou negativos, sendo dinâmicos dependendo dos seus usos discursivos. Percebe-se que o modelo mais forte em oposição ao dominante (pró-emagrecimento e estilo de vida *fitness*) e com maior representatividade dentro dos casos estudados é o *plus size* (da boa gorda), embora ainda tenha limitadores (pensando em categorias feministas de análise) ao tentar reivindicar para si características de beleza do modelo dominante como a preocupação com um mesmo tipo de estética, europeia e embranquecida e do mesmo conceito de saúde hegemônico, justificado, por exemplo, apenas biologicamente por exames laboratoriais. Também se nota a dimensão mercadológica em que se inserem esses dois modelos, sendo a venda do estilo de vida *fitness* mais presente e com mais categorias de produtos (linhas de alimentos, de ginástica, de vestimenta), enquanto o mercado *plus size* tem foco principal em vestimenta para mulheres gordas.

Mais do que representações da pessoa gorda para cada grupo, os discursos estão repletos de justificativas tanto por ter engordado como por ter escolhido o estilo de vida considerado

saudável e *fitness* ou *plus size*, daí a emergente disputa do saudável também por mulheres gordas. O aparecimento do ativismo contestatório toma lugar mesmo num site em que a preocupação extrema com a imagem é dominante, sendo que o surgimento de notícias e imagens como a da imagem 3, ainda gera forte resistência dos/as comentaristas, mas também um tímido apoio que demonstra a emergência do discurso combativo às ideias que remetem ao controle do corpo da mulher. No entanto as características bela, linda, sexy e variações ainda aparecem como a necessidade, tendo a mulher ainda a obrigação de autoafirmação por meio de como sua aparência se manifesta.

Neste artigo foi possível elencar as principais categorias, enquanto oposições assimétricas, presentes nas matérias selecionadas no site Ego em relação ao adjetivo “gorda”. A mulher gorda é considerada infeliz, indefinida, sem valor, preguiçosa, desmotivada, nojenta, doente, feia, descontrolada, anormal entre outras características elencadas na tabela 1. Essa categorização conforma um sistema de classificação e diferenciação que resulta na estigmatização das mulheres gordas devido à prevalência de valores considerados negativos perante a sociedade. Os conjuntos, ou seja, as junções de gorda a características podem variar, podendo ora ser conjuntos positivos (ou seja, que deslocam os conceitos) ora conjuntos negativos, reafirmando o discurso hegemônico sobre a mulher gorda. São possíveis variadas combinações desses modelos. O site Ego, por meio da produção de conteúdo voltado à fofoca, propicia um ambiente em que se naturaliza o julgamento moral (muitas vezes protegido pelo anonimato) ligado a esquemas de representação dominantes (eu/outros, estabelecidos/*outsiders*) em que se mobilizam as oposições assimétricas em relação com o discurso de saúde, ou discurso médico, que legitima a ideia de gordura enquanto indesejável por meio da patologização dos corpos gordos.

É confirmada a vigilância em relação aos corpos das mulheres, vistos enquanto objeto de opinião pública e super-representados em relação ao corpo dos homens nas matérias do site. Dentre as representações presentes na análise há dominância da oposição entre os estilos de vida *fitness* e *plus size* em que as oposições assimétricas são mobilizadas de maneira distinta. Por fim, há a diferenciação entre a “boa gorda” que busca se adequar a padrões dominantes de beleza e saúde dentro do possível e a mulher gorda exceção à regra, que assume sua posição enquanto *outsider* e busca inverter o sistema de significação dominante das oposições assimétricas, ou seja, dos valores positivos que se negam à mulher gorda na sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

EGO, site. Acesso em: www.ego.globo.com – todas as matérias virtuais mencionadas dizem respeito a matérias do site ego.globo.com e foram acessadas em junho de 2016.

ELIAS, Norbert ; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERES JÚNIOR, João. **A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos**. Bauru: EDUSC, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PRIMO, Alex. De narcisismo, celebridades, celetoides e subcelebridades: o caso Tessália e sua personagem Twittess. Revista comunicação, mídia e consumo. São Paulo: ESPM, vol . 7 n . 20 p. 159 - 189 nov. 2010.

LUPTON, Deborah. **Fat**. [Shortcuts Series]. London: Routledge, 2013. 123p.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 219-257.



O Instagram no processo de celebrização de Influenciadoras Digitais.

Gabriela Pedroso dos Santos¹

GT 6 – Representações Sociais e Produções Simbólicas

¹Mestranda em Sociologia, Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGS/ UFRGS, E-mail: gabipedroso@live.com

RESUMO

A intenção deste trabalho é apresentar a construção do referencial teórico, de uma pesquisa em curso, sobre o fenômeno da celebração e influência construída pela imagem no *Instagram*, a partir do estudo de caso da influenciadora digital Camila Coelho e da análise de discurso das publicações na plataforma. A discussão é fundamentada pela teoria sociológica contemporânea articulada à teoria da comunicação social. O objetivo geral é verificar a relação existente entre o *Instagram* e o estilo de vida adotado por influenciadoras digitais em seu processo de celebração. Preliminarmente, constatamos a Rede Social *Instagram* como facilitador da celebração de indivíduos comuns por meio da produção de imagens e reprodução de estilos de vida.

Palavras-chave: Redes Sociais; *Instagram*; Influência Digital; Celebração.

1. Introdução

O presente trabalho está inserido no percurso investigativo de uma pesquisa em andamento, cujo título provisório é *O Instagram no processo de celebração de Influenciadoras Digitais*. A investigação é resultado da construção teórica e conceitual do projeto de dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS).

Para dar conta dos objetivos deste estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória bibliográfica, a fim de nortear o melhor caminho metodológico para a realização da investigação mencionada. A partir disso, foi possível a construção do referencial teórico que serve de pilar para o desenvolvimento da pesquisa, cujo tema reflete a discussão acerca do fenômeno da celebração pela imagem, particularmente, da blogueira de moda e beleza Camila Coelho, como Influenciadora Digital nas Redes Sociais da Internet.

O interesse pelo tema surgiu durante a realização do trabalho de conclusão de curso² (nível graduação) da pesquisadora, em 2017. No trabalho supracitado, estudou-se o consumo de moda e beleza nas Redes Sociais, a partir de um estudo de caso na plataforma *Instagram*, cujos desdobramentos trouxeram à tona novas questões de análise e interesse de pesquisa. No que tange a presente pesquisa, temos a plataforma digital *Instagram* como o objeto de análise, bem como o perfil público (de segmento moda e beleza) *@camilacoelho* enquanto recorte para o estudo de caso.

²Ver: SANTOS, Gabriela P. **Da distinção à democratização?** Um estudo sobre o consumo de moda e beleza nas Redes Sociais da Internet. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

Partindo desse ponto, nossa intenção é compreender o fenômeno da celebração pela imagem e o atual conceito de influência digital mediada pela rede social *Instagram*. Entendemos que uma das marcas de nosso tempo são às novas formas de ser e estar no mundo a partir da sociabilidade midiaticizada e pela comunicação mediada por computadores (CMC).

Quando as redes informáticas começaram a tecer seus fios ao redor do planeta, tornou-se evidente que algo estava mudando de modo radical; e o futuro ainda promete mais consumações dessa metamorfose, que vêm se gestando num ritmo cada vez mais vertiginoso de atualizações e mudanças. Nos meandros desse ciberespaço de escala global, foram germinando novas práticas de difícil qualificação, inscritas no então nascente âmbito da comunicação mediada por computador (SIBILIA, 2016, p. 19).

Norteados por esse entendimento, verificamos, por meio da pesquisa exploratória, que os estudos sobre a midiaticização e a cibercultura vêm ganhando terreno na agenda de diferentes áreas, mas ainda de forma tímida nos estudos em sociologia. Dessa forma, identificamos a necessidade e pertinência de um estudo focado nessa direção, para a compreensão deste fenômeno social contemporâneo.

Sendo assim, nossa intenção aqui é apresentar brevemente alguns resultados do percurso conceitual pelo qual a pesquisa está transitando. Para tanto, discorreremos, sumariamente, acerca das seguintes noções: Redes Sociais, Celebração e *Webcelebridades*, Estilo de vida e Influência Digital. Por fim, apresentaremos nossa pretensão metodológica para o desenvolvimento deste estudo qualitativo, em que articularemos diferentes métodos de análise (análise de discurso e análise de conteúdo), a partir do Estudo de Caso na rede social *Instagram*.

2. O contexto

O advento da internet bem como a ampliação de acesso da Web 2.0 (World Wide Web)³ possibilitou o surgimento, o desenvolvimento e a ampliação das redes sociais. Devido à dinamização das mídias sociais de massa no Brasil, por volta do ano de 2010, iniciou-se uma onda de popularização e interesse por diversos *Sites* de Redes Sociais. Relaciona-se a esse fenômeno a facilidade de comunicação sem censura, o intercâmbio de informações e conteúdos

³ As transformações produzidas pela internet remontam à última década do século XX; contudo, foi no início dos anos 2000, que o termo Web 2.0 se popularizou. A partir de 2004, esse ambiente digital emerge nas pautas de discussões sobre a mudança na comunicação e nos negócios, com o surgimento de um público auto-organizado e participativo, em plataformas de rede sociais (ANTOUN, 2008, p.11).

ilimitados com a possibilidade de *feedbacks* instantâneos, diferentemente do operado nas mídias tradicionais, como TV e rádio. O *Instagram* na ambiência da internet se mostra, então, como mais uma ferramenta da contemporaneidade de ver e se posicionar no mundo.

No contexto da publicização e venda da própria imagem, o *Instagram* tem sido uma das principais mídias sociais utilizadas para a promoção pessoal e publicitária devido à sua funcionalidade. Seu objetivo pontual é a postagem de fotografias, compartilhamento rápido e instantâneo de conteúdo. Sendo assim, a plataforma tem se mostrado como uma excelente ferramenta na promoção e divulgação dos perfis de blogueiras e influenciadoras digitais.

No que diz respeito aos seguidores, tais perfis na plataforma são uma espécie de vitrine para aqueles que estão conectados. Deve-se a isso à produção cotidiana das administradoras dos perfis que compartilham conteúdos mais de uma vez ao dia, com dicas de composições de roupas (*#lookdodia*), tutoriais de maquiagens, passeios, viagens etc; enfim, uma programação completa das atividades cotidianas das influenciadoras digitais.

O *Instagram* destaca-se nesse cenário de criação de conteúdo e propagação de influência digital por, justamente, permitir que lidem com a produção e a promoção da imagem. A partir dos conteúdos produzidos e com a aderência de público, por meio da filiação, inicia-se o processo de reprodução e difusão de sentidos e comportamentos sociais. Sendo assim, as blogueiras ou influenciadoras digitais performam na plataforma, divulgam o que está na moda, compartilham experiências pessoais e de consumo e deixam em aberto o “convite” ao estilo de vida de cada uma delas. A dinâmica desses perfis demanda uma comunicação ágil e imediata por parte das influenciadoras, o que, nesse caso, confere ao *Instagram* a preferência de muitos agentes, tanto produtores quanto seguidores, uma vez que concentra praticidade, organização visual das postagens e menor quantidade de informações a serem processadas por visualização.

A exposição de determinados perfis de blogueiras e influenciadoras digitais tem como propósito a promoção pessoal dessas figuras, com a finalidade de influenciar o vestir e, sobretudo, práticas de consumo. Contudo, percebe-se que a influência sofrida pelas seguidoras desses perfis parece demonstrar que esta prática apresenta uma transformação no estilo de vida das seguidoras, para além da mera reprodução de estilos e influência de consumo de produtos específicos.

A partir da observação de perfis públicos, de influenciadoras digitais de moda, beleza e estilo de vida na plataforma, bem como a análise das interações facilitadas por esse veículo de comunicação social, é possível perceber que seu público (em geral jovens mulheres) buscam um exemplo de conduta social a ser seguido, a partir da imitação de todas as atividades

exercidas e compartilhadas na rede pelas influenciadoras digitais. Reiteramos que a importância desse tema em ascensão está na reflexão e análise das novas formas de difusão de estilos de vida e construção de identidades por meio da influência de indivíduos comuns, que, devido às facilidades das redes sociais, promovem suas vidas como se fossem verdadeiros espetáculos (SIBILIA, 2016).

Não há dúvidas quanto à popularização e crescimento incontrolável das mídias sociais online, introduzidas de diferentes formas no cotidiano de pessoas e organizações no mundo inteiro. Imbricados a esse universo, as(os) *Influencers* tornam-se personalidades de grande notoriedade e prestígio, através da constante interação virtual entre influenciadora, seguidores e conteúdo. Por certo, a característica de maior repercussão desses ambientes digitais é a possibilidade de interação em tempo imediato entre as partes, uma vez que “estamos em rede, interconectados por um número cada vez maior de pontos e com uma frequência que só faz crescer” (COSTA, 2008, p.30), produzindo a impressão de que esse contato pareça mais próximo e pessoal possível.

Durante a pesquisa exploratória para este estudo, verificou-se um crescente número de pesquisas nessa direção, tratando de diferentes dimensões acerca do tema. Entretanto, pode-se verificar que grande parte dos estudos são provenientes das áreas de Comunicação Social. Nessa linha, talvez faltem trabalhos com uma perspectiva sociológica crítica, com uma investigação mais aprofundada a respeito da problemática em questão.

Nesse aspecto, Hjarvard (2013) orienta sobre a relação dos estudos das mídias e a análise crítica sociológica. O autor vai dizer que com a expansão da comunicação das mídias de massa, no século XX, os meios de comunicação passaram a ser percebidos por mérito próprio. A partir de então, surgiram disciplinas especializadas, voltadas exclusivamente para os meios de comunicação. Nesse processo, os problemas sociológicos mais fundamentais, a exemplo da modernização e do intercâmbio de conhecimentos midiáticos, têm sido limitados. Logo, esse tema necessita de estudos interdisciplinares (ibid, p.20-22).

3. Redes Sociais

A chegada da Internet revolucionou a forma de como a sociedade vê e se relaciona com seu meio, seus pares e objetos. Raquel Recuero (2009) defende que o advento da Internet acarretou muitas transformações na sociedade, entre elas, a possibilidade de socialização a

partir das ferramentas de comunicação mediadas pelo computador (CMC). De acordo com Recuero,

Essas ferramentas proporcionam, assim, que atores possam construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais (ibid, 2009, p.24).

Nesse contexto, a chamada Era Digital ou Era da Informação proporciona instrumentalidade para além do acesso rápido de qualquer assunto ou transações de serviços. Possibilita uma exploração interativa de mídias de relacionamento social, conhecidas como *Sites de Redes Sociais (SRS)*, significando mais que apenas entretenimento. Logo, Raquel Recuero (2009, p.16), nos diz que as mídias sociais - a partir do advento da CMC - representam “profundas mudanças nas formas de organização, identidade, conversação e mobilização social”, pois, associadas à produção e compartilhamento de conteúdo em tempo real, tornaram-se protagonistas no fenômeno da difusão de informações.

A comunicação nas hipermídias permite aos atores sociais a construção de impressões, bem como um contínuo processo de sociabilidade, em que são compartilhados pensamentos, opiniões, ideias, experiências e necessidades de segmentação, refletidas em interrelações pessoais. Esses espaços, também chamados de ciberespaço, tornam-se sítio do ator social para a construção de sua personalidade e expressão do *self*. Com isso, afirma Castells (2001) que, por meio do surgimento da Internet e do desenvolvimento de novos tipos de comunidades virtuais, surge uma nova cultura, mediada pelos interesses sociais, políticos e por estratégias de negócios, a qual ele chama de “cultura da virtualidade real”. De acordo com o autor, o sistema eletrônico de hipermídia, caracterizado por seu alcance global e integração de todos os meios de comunicação e interatividade, não só tem mudado nossa cultura como manterá seu curso em permanente mudança na história social (CASTELLS, 2001, p.354).

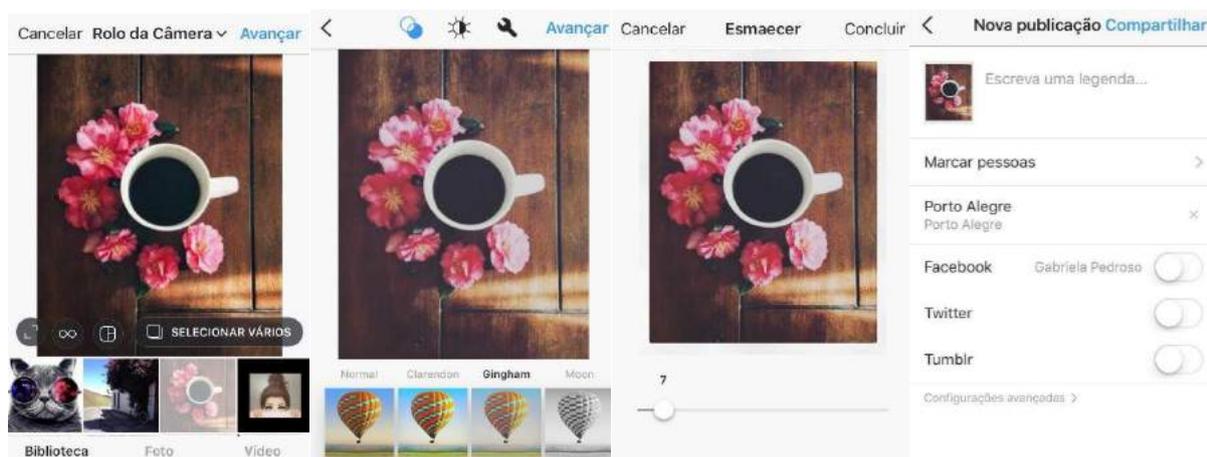
As redes sociais *online*, em geral, permitem aos indivíduos interação, conexão, construção subjetiva e elementos simbólicos capazes de compor narrativas de si e de suas vidas. A plataforma *Instagram* é uma rede social que tem crescido exponencialmente desde sua inscrição na rede, em outubro de 2010. Criação do engenheiro de programação Kevin Systrom e do brasileiro Mike Krieger, inicialmente, o aplicativo (*app*) era voltado para uso exclusivo em dispositivos móveis do tipo iPhone, da marca Apple⁴. Até o ano de 2012, seu acesso era restrito

⁴ Empresa multinacional norte-americana responsável por desenvolver o sistema iOS. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/04/apple-faz-37-anos-conheca-historia-da-empresa-criada-por-steve-jobs.html>>.

- com cerca de 10 milhões de usuários cadastrados - dado sua disponibilidade exclusiva a determinado modelo de *smartphone*; contudo, em abril de 2012, o *app* ganhou uma nova versão, acessível em modelos de tipo Android⁵. Devido ao sucesso - nesse período a plataforma já contava com 80 milhões de inscritos - logo após a atualização do *app*, o *Instagram* foi vendido à Rede Social líder da Internet, o *Facebook*, do CEO Mark Zuckerberg.

O *Instagram*, portanto, é um espaço de narrativa visual onde os usuários podem capturar e compartilhar suas produções imagéticas, com possibilidade de legendas, comentários e interatividade com outros usuários da rede. O principal objetivo é a publicação e compartilhamento de fotografias ou vídeos versão “ao vivo” do *Stories* - recente melhoria do aplicativo. O conteúdo publicado pode ser editado a partir das ferramentas de manipulação de imagens (brilho, luz, contraste, saturação etc), conforme exemplo demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Exemplo de Captação, Edição e Publicação no Instagram



Fonte: Imagem Pinterest. Organização: Elaboração da Autora.

4. Celebrização nas Redes Sociais

França (2014) argumenta que uma novidade de nosso tempo tem sido o desejo e as possibilidades do indivíduo comum de se tornar uma celebridade; pois, de acordo com a autora, a aspiração pela fama, como um *status* social, é expressão, também, de fenômenos de nossa época. O atual cenário tecnológico, facilitador da produção de conteúdos e veiculação de diferentes formas de expressividades dos indivíduos, gera possibilidades reais de visibilidade na rede social. Para a mesma autora, os fatores que atuam na constituição de uma celebridade

⁵ Sistema Operacional desenvolvido pela empresa Google.

não estão mais no quadro da excepcionalidade, pois, a “personalidade” nesse caso, tem maior vínculo com sua projeção imagética nas mídias sociais do que, de fato, com sua função social, ação ou conquista.

O conceito de “celebrização”, para França (2014, p.25), povoa tanto o cenário midiático quanto o imaginário social; “as celebridades ostentam aquilo que uma determinada sociedade, num determinado momento, valoriza”. De acordo com a autora, a celebridade constituída pela mídia, ou a *webcelebridade*, tem detalhes de suas vidas, acontecimentos que a cercam e experiências vividas comentadas e disponibilizadas nas redes, diária e exaustivamente. Sendo assim, dispositivos digitais como *Blogs, Facebook, Twitter, Snapchat* e o *Instagram*, mostram-se importantes mecanismos na produção das celebridades da contemporaneidade. Estes meios permitem produção e publicação ilimitada de conteúdos na rede, construindo a imagem da vida ideal - pela narrativa imagética do produtor - transformando vidas em verdadeiros espetáculos.

Assim como França (2014), Sibilia (2016) defende que a espetacularização da sociedade acontece com a introdução das novas mídias, o que gera uma espécie de democratização dos meios comunicacionais, possibilitando, dessa forma, que todos tenham “voz”. A partir disso, pessoas comuns divulgam diariamente suas próprias vidas e, em contrapartida, desejam consumir detalhes da vida alheia, convocando-as a se mostrarem. Nesse fenômeno interacional, impera sobre os interagentes o fascínio pela visibilidade e pela sensação do ser celebridade. Essa dinâmica pode ser explicada no conceito de “dupla natureza dos olímpianos”, de Edgar Morin (1989, apud FRANÇA, 2014, p.27), segundo o qual: “defende uma natureza humana e divina, suscetível de provocar dinâmicas alternadas de projeção e identificação”. Com isso, o aspecto divino da celebridade atende as necessidades de projeção dos atores ordinários; já o aspecto humano retoma as fragilidades inerentes ao ser, provocando a identificação.

No que tange à construção do conceito de celebridade, Rojek (2001) ressalta três fontes originárias desse sistema. A primeira é designada à ocupação de um lugar de destaque na sociedade, ou ainda, um cargo proeminente. Nesse caso, o status de celebridade não depende de esforço, pois lhe é conferido. A segunda fonte indica o desempenho (exemplar, excepcional, de qualidade) como origem da celebração; por fim, destaca a visibilidade midiática como um caminho para a fama dos tempos contemporâneos, a exemplo dos blogueiros, vlogueiros e influenciadores digitais.

5. Estilo de Vida e Influência Digital

O conceito de estilo de vida tem sido uma espécie de logomarca em publicações de diversos usuários das redes sociais a partir da *hashtag (#)lifestyle*. Embora o termo pareça ser próprio de redes sociais *online*, o conceito de estilo de vida, do ponto de vista sociológico, vem desde a construção da definição do conceito de cultura, no início do século XX, a partir de argumentos e ideias oriundas da antropologia. Burke (2008), Bueno e Camargo (2008) orientam que o conceito de estilo de vida, lançado por Georg Simmel e Max Weber, foi associado a padrões de consumo por parte de “grupos de *status*”, assim como a noção de estetização da vida:

Georg Simmel ao cunhar o seu conceito [de estilo de vida] importa a expressão “estilo do domínio da arte” para enfatizar a dimensão estética da vida que se desenvolve associada à cidade, ao individualismo e ao capitalismo. O estilo de vida moderno modela-se nas experiências da aproximação e associação inédita entre literatura, arte, política, moda, gastronomia, decoração e as mais diversas práticas culturais, que reaparecem organizadas como práticas de consumo numa dinâmica que cada vez mais mescla arte e vida cotidiana, alta cultura e cultura populares, subjetividade e materialidade (BUENO; CAMARGO, 2008, p.12 e 13).

Como vimos, o conceito estilo de vida é uma expressão moderna e refere-se à estratificação da sociedade por meio de aspectos comportamentais, associando a vida a padrões de consumo, hábitos, rotinas etc. Burke (2008) observa que os grandes desenvolvimentos sociais e culturais marcados pelo contexto globalizado, a padronização e a uniformização de estilos de vida são resultados da produção em massa, se observado sob o aspecto global; mas, em nível local ou individual, é possível encontrar algum grau de liberdade e possibilidades de escolha para além das imposições. De acordo com as palavras do autor:

A contradição entre os dois talvez esteja mais clara no caso das camisetas que contêm mensagens sobre os interesses ou a natureza daqueles que as vestem: são itens produzidos em massa que supostamente expressariam personalidade individual. Isso confirma a conhecida ideia de Michel de Certeau de que a maneira como expressamos nossa individualidade é essencialmente por meio de determinado padrão de seleções feitas a partir de um repertório (BURKE, 2008, p.30).

Pode-se dizer que o “estilo de vida” designa certos padrões de conduta individuais bem como da vida social a partir de comportamentos de grupos sociais específicos, como classes sociais, comunidades virtuais, tribos urbanas etc. Para Pierre Bourdieu, os estilos de vida correspondem às diferentes posições dos indivíduos nos espaços sociais, que são um sistema de

retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência: “O que define os elementos que compõem o conjunto simbólico a que se chama de estilo de vida é, basicamente sua distância (dos elementos) em relação às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos” (BOURDIEU, 1983, p. 82).

Conforme Burke (2008), o conceito de “estilo de vida” não pode ser pensado isoladamente, uma vez que seu desdobramento nos leva a apreensão de outros tópicos, tais como a chamada “cultura do consumo” e a “moda”. No que concerne ao cenário atual da midiatização e da sociedade em rede, temos personagens centrais nessa relação entre “estilo de vida, moda e consumo” com a presença dos aclamados influenciadores digitais. Também chamados de Influenciadores Digitais, são as personagens que se popularizaram nas redes sociais, alcançando o *status* de *webcelebridades*. Os influenciadores digitais, de forma geral, são desenvolvedores de conteúdos nas mídias e plataformas digitais dos *Sites* de Redes Sociais (SRS). A partir de suas postagens tornam-se símbolo de conformidade estética e desejo de consumo daqueles que os seguem, exercendo, dessa forma, sua influência na rede. Lipovetsky (2000) acrescenta, ainda, que, quanto maior o desejo de exclusividade e personalidade das pessoas, mais estas se conformam com a normatização dos modelos.

Em conformidade com Hjarvard, quanto ao mérito da investigação sociológica contemporânea na análise das midiatizações e, a partir disso, as produções das celebridades da web, “a importância dos meios de comunicação para a cultura e sociedade já não constitui uma possibilidade interessante, mas uma necessidade absoluta” (ibid, 2013, p.22).

6. O Método

A opção metodológica para o desenvolvimento da pesquisa em curso, que discute precipuamente o papel da plataforma Instagram no processo de transformação de atores locais em *webcelebridades*, realiza-se a partir das análises de discurso e de conteúdo. Entendemos a análise de discurso como essencial na compreensão da sociedade, bem como o comportamento humano, uma vez que seu enfoque crítico busca saber “como os fenômenos sociais são denominados e organizados” (LEE; PETERSEN, 2015, p.193). Com isso, a pesquisa se consolida pela teoria e objeto, em que a teoria lapida a definição do problema e constitui o objeto de investigação. Conforme Lee (2015), a análise de discurso centraliza-se em textos, podendo envolver investigação em documentos existentes, sem, contudo, incluir participantes ativos.

Os dados para a análise deste estudo serão extraídos do perfil público da influenciadora digital Camila Coelho (@camilacoelho), na plataforma *Instagram*, a partir de uma amostra de fotografias postadas no perfil. Dessa maneira, entendemos que a realização de um estudo de caso é fundamental para essa pesquisa, pois permite que o estudo se oriente de forma aprofundada na construção social do caso. De acordo com Yin (2015, p.4) “seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada de pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos”. Portanto, esse estudo de caso é um ‘enfoque’ da pesquisa, que se dará em concomitância à análise de conteúdo por meio da observação dos comentários do perfil no *Instagram*, assim como a análise de discurso sobre a narrativa das fotos postadas na plataforma.

7. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo apresentar, brevemente, alguns aspectos centrais acerca da investigação em curso sobre a celebração e influência pela imagem na rede social *Instagram*, a partir das noções de Redes Sociais, Celebrização e *Webcelebridades*, Estilo de vida e Influência Digital.

Foi possível compreender que as redes sociais *online*, em geral, permitem aos indivíduos interação, conexão, construção subjetiva e elementos simbólicos capazes de compor narrativas de si e de suas vidas. Nessa discussão, a plataforma *Instagram* é protagonista, pois entendemos que a popularização de seu uso como uma das principais fontes de divulgação e construção cotidiana do *self* por meio de narrativas fotográficas.

Preliminarmente, mostrou-se que o aplicativo é um facilitador da “fama” por meio da *performance* nas fotos publicadas, atuando como a principal ferramenta no processo de celebração de indivíduos comuns. Esse entendimento deve-se à compreensão de que a comunicação mediada por computadores acarretou profundas mudanças nas formas de interação e socialização, configurando novos sentidos à produção e promoção de identidades no ambiente digital (RECUERO, 2009).

Compreendemos que uma das novidades de nosso tempo é a possibilidade de pessoas comuns tornarem-se celebridades no espaço digital, a partir da produção de conteúdo, nos *Sites* de Redes Sociais, uma vez que os fatores constitutivos de uma celebridade não estão, necessariamente, vinculados ao excepcional (FRANÇA, 2014) - sendo neste caso, pela projeção da imagem no *Instagram*.

Por fim, o esforço na construção de um referencial que desse conta de instrumentalizar a pesquisa sobre o fenômeno da celebração por meio da narrativa imagética, nos indica que as redes sociais, particularmente o *Instagram*, revolucionaram as formas de relação, interação e comunicação entre grupos e pares. Hoje, quem utiliza a plataforma tem a possibilidade de não ser apenas um usuário passivo, mas ser produtor de conteúdos e, quem sabe, conquistar notabilidade como uma *webcelebridade*.

Sendo assim, as características que compõem o atual cenário tecnológico da sociedade se mostram como um facilitador na celebração de atores sociais comuns, pois é capaz de gerar possibilidades reais de visibilidade nas redes sociais, por meio da produção e promoção da vida narrada pela imagem sob o título da *hashtag (#)lifestyle* ou estilo de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Adriana; FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel (orgs). **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ANTOUN, Henrique. **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs.). **O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre, Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: JANOTTI JR., Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (Orgs). **Mediação e Mdiatização**. Brasília: COMPÓS, 2012.

BUENO, Maria Lúcia; CAMARGO, Luiz Octávio de Lima (org). **Cultura e Consumo: Estilos de Vida na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

BURKE, Peter. Modernidade, cultura e estilos de vida. In: **Cultura e Consumo: Estilos de Vida na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: 2001.

CHADDERTON, Charlotte; TORRANCE, Harry. Estudo de casos. In: **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. In: ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FRANÇA, Vera; FILHO, João Freire; LANA, Lígia; SIMÕES, Paula (Org.). **Celebridades no Século XXI: transformações no estatuto da fama**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Ed. UNISSINOS, 2014.

JESUINO, Débora Gonçalves. **Leia-me como uma história: mulheres e a construção de narrativas da felicidade no Instagram**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2017.

LEE, Alison; PETERSEN, Alan. Análise de discurso. In: **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ROJEK, Chris. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SIBILIA, Paula. **O show do Eu**. A intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.



Florianópolis, GT 6 – Representações Sociais e Produções simbólicas. Sessão 4: Mídia, Gênero e Produção Cultural

Entre acordes e afetos: a música de Luis Alberto Spinetta como elemento de identificação

Karin Helena Antunes de Moraes¹

¹ Doutorada do programa em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, karin.helena@gmail.com

Introdução

“Las canciones definen como ninguna otra expresión del arte popular un espacio simbólico. El que guarda las claves genéticas de la cultura. Ellas, llegan a nuestros corazones y por algún motivo indescifrable, algunas, se quedan para siempre”. Com estas palavras o músico Emilio del Guercio² abre seu programa televisivo **Cómo Hice**. Esta atração se dedicava a mapear o processo criativo e historicizar o período em que algumas das canções mais populares na Argentina foram compostas. Del Guercio tenta com isso, verbalizar o momento exato em que um determinado conjunto lírico e melódico entra em consonância com as bases cognitivas de quem ouve, o instante em que um elo emocional é estabelecido.

Tomando nossas experiências de sujeitos ocidentais que desde muito cedo são expostos aos estímulos sonoros – desenhos animados, televisão, cinema, e diretamente, a canção – podemos afirmar que a música atravessa nossa vivência e que possivelmente, é a forma de expressão artística de maior aderência em nosso cotidiano, principalmente, quando pensamos nos avanços tecnológicos que levaram à uma quase desmaterialização do suporte fonográfico. Isso porque, com a tecnologia se instalaram novas formas de consumo de música que não dependem exclusivamente da materialidade do disco como há 20 anos. Acessar nossas canções favoritas se tornou uma tarefa cada vez mais fácil. Abandonamos o garimpo nas lojas de disco por um clique no streaming de nossa preferência. Carregamos nossa trilha sonora nas caminhadas ao ar livre, ou no transporte coletivo, através do celular ou de *players* com capacidade de armazenamento cada vez maior e dimensões cada vez mais diminutas.

Através destes processo de inserção observamos aquilo que Martín Ruíz (2012) chama de “caráter ecumênico da canção”, ou seja, a possibilidade de que a escutemos sem sermos obrigados a dedicar atenção exclusiva à ela, como ocorre em outras formas de expressão, como as artes plásticas ou o cinema. A música nos oferece dinamismo e é uma das formas mais democráticas de acesso à cultura desde o advento da gravação do som que possibilitou que pudéssemos ouvir as canções em casa e não apenas nos teatros. Diante desta inserção musical no cotidiano Martín Ruíz afirma

(...) es fácil pensar en alguien, y lo más probable es que conozcamos a alguien, o incluso que nosotros mismos seamos ese alguien, que nunca o casi nunca va al teatro. O que no lee poesía. O que no se interesa por la plástica. Pero difícilmente conozcamos a alguien que sea indiferente ante la canción. Ante la música en general y ante la canción en particular. No hay forma de arte más consumida que la canción. (RUÍZ, 2012, p.117).

Deste modo, nos interessa observar neste trabalho os laços afetivos e de identificação que são criados através da música como um elemento mobilizador de emoções. Utilizaremos

2 Músico que integrou as bandas Almendra e Aquelarre.

para isso o músico argentino Luis Alberto Spinetta (1950-2012). O roqueiro, considerado um dos compositores mais importantes do país vizinho, estimulou com suas canções toda sorte de sentimentos, congregando seus fãs em uma espécie de rede de contenção e identificação. Este artigo tem como proposta realizar uma abordagem interdisciplinar acerca dos discursos afetivos que permeiam as relações entre os sujeitos com o artista e sua obra.

Este é um estudo preliminar que se concentrou em observar os comentários deixados na canção mais popular do música no *Youtube: Bajan*. Através dos relatos deixados pelos fãs na plataforma, procuramos perceber os elementos mobilizados nas narrativas, tais como identificação, nostalgia e contenção. Tomaremos também a carreira de Luis Alberto Spinetta como um exemplo daquilo que foi denominado por Bourdieu (1998) de capital simbólico, em outras palavras, como o status conquistado pelo músico é apropriado pelos fãs do cantor.

Quem foi Luis Alberto Spinetta?

O nome de Luis Alberto Spinetta (1950-2012) está diretamente ligado ao primeiro rock argentino (1965-1973), sendo considerado um dos primeiros a compor canções para jovens em castelhano. O músico integrou bandas significativas para o rock nacional – Almendra, Pescado Rabioso, Invisible, Jade, Los Socios del Desierto – e também atuou como solista. Além da música, Spinetta se dedicou também ao desenho – chegou a frequentar a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Buenos Aires (UBA) – à poesia e também ao cinema, colaborando com as trilhas sonoras de *Fuego Gris*, (1993) – onde também aparece como figurante – e de *Flores de Septiembre* (2003). Este caráter multifacetado também se apresenta em sua sonoridade, que se preocupou, durante os mais de 40 anos de carreira, em buscar novas linguagens e melodias do que criar um selo definitivo para sua obra.

Por ser uma figura intimamente ligada ao processo de fortalecimento do rock na Argentina, sua trajetória, por vezes, se confunde com a do próprio gênero no país. Deste modo, o músico aparece como um elemento de referência para diversas gerações de argentinos, aqueles que cresceram junto com ele e com o rock, mas também os que cresceram ouvindo as canções preferidas de seus pais. Por este motivo, ainda que Spinetta não tenha sido um músico de apelo midiático e massivo, como por exemplo, Charly García³ ou Gustavo

³ Charly García é o grande rockstar argentino. Sua dupla com Nito Mestre, Sui Generis, foi o primeiro grande êxito do rock nacional. Charly imprimiu ao rock uma nova proposta inserindo com instrumento base o piano. Seu conhecimento em música clássica também modificou o comportamento dos músicos que passaram a especializarem-se cada vez mais em seus instrumentos. Além de Sui Generis, integrou também Serú Girán, PorSuiGieco e La Máquina de Hacer Pájaros.

Cerati⁴, suas obras conseguiram se inserir nas tramas identitárias e afetivas de milhares de indivíduos.

Quando o músico faleceu em fevereiro de 2012 surgiram inúmeras homenagens e demonstrações de carinho que emergiam dos meios de comunicação tradicional e também das redes sociais. Os diários *Clarín* e *La Nación* em suas edições de 9 e 10 de fevereiro, trouxeram na capa, em destaque, uma foto ilustrando a morte do autor de Muchacha (ojos de papel), a música mais recordada pelos dois jornais e talvez, a mais conhecida do músico, presente em seu primeiro disco com Almendra (1969). No *Twitter*, o músico uruguaio Jorge Drexler expressou “Gracias Flaco por todos esos acordes y todas esas metáforas a las que nunca nos hubiéramos atrevido sin tu guía” (LA NACIÓN, 09/02/2012, p. 13). A então presidenta Cristina Fernández de Kirchner também se manifestou através das redes sociais e subiu uma foto de Spinetta, junto ao ex-presidente Néstor Kirchner (2003-2007), onde repetiu as palavras que preferiu durante um ato na Casa Rosada “la gente como él no se muere, la gente como él se va”. Durante este ato, a presidenta emocionada recordou que Spinetta nasceu em 1950, como Néstor e agregou “con él se nos va un cacho de juventud”⁵. A revista *Rolling Stone*, de março, abriu a edição dedicada ao músico afirmando que

La tristeza silenciosa que sobrevino tras la muerte de Spinetta no tiene demasiados precedentes en la música argentina. El 8 de febrero, cuando la noticia empezó a correr, las calles de la ciudad parecieron hundirse por un momento; había lágrimas en cada cuadra y las canciones de Luis sonaban en todas partes como el único bálsamo posible. Ahí van a estar siempre que las necesitamos. (ROLLING STONE, 2012, p. 4).

Nesta passagem podemos perceber alguns elementos que são mobilizados na tentativa de relatar o sentimento coletivo diante da morte de um ídolo nacional. Vemos neste fragmento um forte traço sentimental, entretanto, nos interessa perceber neste texto também, o papel outorgado à música na sociedade. Aqui ela aparece como um refúgio, o abrigo disponível frente às adversidades, algo que vai muito além de um apanhado de acordes, é mais que isso, uma forma de estimular a memória afetiva dos leitores. Há também uma espécie de congregação criada pela música, um traço distintivo e identificador que serve para unir e intercambiar informações, recordações e sentimentos em torno de um elemento comum. Na

4 Gustavo Cerati foi vocalista da banda Soda Stereo, um dos grupos mais reconhecidos da América Latina. Após a separação do grupo, o músico seguiu uma exitosa carreira solo. Cerati gravou com uma série de artistas como Fito Páez, Luis Alberto Spinetta, Charly García e Roger Waters. O músico sofreu um AVC em maio de 2010 permanecendo em coma até o dia de seu falecimento em 4 de setembro de 2014. No Brasil, suas obras foram gravadas por artistas como Os Paralamas do Sucesso, Capital Inicial e Nenhum de Nós, os últimos dedicaram seu disco mais recente, *Sempre é Hoje* (2015) a Cerati.

5 Informação verbal concedida por Cristina Fernández de Kirchner no dia 09/02/2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GHalVzxMeHM>> Acesso em: 05 jan. 2017.

produção historiográfica sobre o rock na Argentina existe uma série de relatos que corroboram a ideia de união e identificação através da música. Em relação a Spinetta muitos relatam uma espécie de elo, um código para estabelecer conversas e laços de amizade, um movimento ratificado pelo jornalista Eduardo Berti: “Decir 'me gusta Spinetta' fue una contraseña para más de una generación” (ROLLING STONE, 03/2012, p.36). Neste sentido, recorremos Simon Frith que analisa que la

La experiencia de la música pop es una experiencia de ubicación: en respuesta a una canción, nos sentimos atraídos fortuitamente hacia alianzas afectivas y emocionales con los intérpretes y con las interpretaciones de los otros fans. (FRITH 1987, p.6).

E são estes elementos de atração e identificação que desejamos observar através dos comentários deixados no *Youtube*.

Trocas simbólicas e elementos de identificação através da canção popular

Muitas pessoas descrevem a relação sentimental com uma determinada canção como uma experiência íntima, algo que transcende a concretude da matéria, uma relação descrita por Marín Pérez como

(...) entre las canciones y el alma hay un vínculo natural, que no nos cuesta aceptar. Si pensamos el modo en que la memoria es capaz de recordar canciones, y sobre todo melodías de canciones, de un modo a veces incluso espontáneo e involuntario y que no tiene paralelo en ningún otro arte, tal vez tengamos una confirmación o una justificación para esta percibida naturalidad de la canción. (MARÍN PÉREZ, 2012, p. 116).

Esta é uma das razões pelas quais a música representa um elemento potente de identificação e de mobilização de memórias e afetos. O conjunto de acordes de algumas canções atuam como disparadores, como vetores em busca de um tempo ou de um espaço diferente deste em que as ouvimos. Esta (re)orientação temporal atravessada de sentires é destacada também por Simon Frith, que situa esta característica com uma das funções sociais da música destacando que

Sin duda uno de los efectos de cualquier música, no solamente la popular, es el de conseguir intensificar nuestra experiencia del presente. Por decirlo de otra manera: lo que nos da una medida de la calidad de la música es su «presencia», su capacidad para «detener» el tiempo, para hacernos sentir que estamos viviendo en otro momento, sin memoria o ansiedad alguna sobre lo que ocurrió anteriormente o sobre lo que acontecerá después. (FRITH, 1987, p. 8).

Deste modo, as canções não apenas atuam na noção de temporalidade, como também, servem como marcos para acontecimentos, pessoais ou coletivos. Este, talvez seja um dos

elementos que potencializam o caráter aglutinador e identitário que atravessam as experiências dos sujeitos que vivenciam sua afeição para com uma determinada composição ou artista. Sergio Pujol nos lembra também que

Efectivamente, nuestro amor propio está depositado en nuestras afinidades, porque estas nos desnudan ante los otros. Y más aún si hablamos de música. Lejos de la ingenua creencia de que la música es un lenguaje universal que hace de los hombres una sola condición, los gustos musicales siempre han estado enfrentados en una sorda lucha de agrupamientos parciales. Ciertamente, no todas las disputas derivan de la estratificación social. (PUJOL, 2007, p.15).

Diante desta colocação do historiador argentino, podemos pensar em pelo menos duas chaves para compreender os processos de identificação, criados e fortalecidos através da música popular. O primeiro deles, diz respeito à formação social do gosto musical e da educação sentimental sedimentada através da canção popular, algo que para Simon Frith é uma forma de mediação entre a vida emocional privada e pública. Ao observar a grande quantidade de canções de amor produzidas e executadas nos cancioneros nacionais o sociólogo observa que

¿Por qué son tan importantes las canciones de amor? Porque la gente necesita darle forma y voz a las emociones, que de otra manera no podrían expresarse sin resultar incómodas o incoherentes. Las canciones de amor son un modo de dar intensidad emocional al tipo de cosas íntimas que nos decimos entre nosotros (o a nosotros mismos) en términos que son de por sí muy poco expresivos. Es típico del lenguaje cotidiano el hecho de que nuestras declaraciones de sentimientos más intensas y reveladoras deban usar frases -«Te quiero/te amo», «¡Ayúdame!», «Tengo miedo», «Estoy enfadado»- que son de lo más aburrido y banal. Por eso nuestra cultura tiene una provisión de un millón de canciones en las cuales se dice por nosotros eso mismo, pero de un modo mucho más interesante y emotivo. (FRITH, 1987, p. 8)

Para ele, as canções não substituem nossas conversações ou formas de manifestação de afeto elaboradas através de outras formas de linguagem, mas sim, potencializam as formas narrativas dando forma, corpo e som para nossas emoções. A outra questão conflui com o pensamento de Pujol e diz respeito aos modelos opostos, ou seja, às rivalidades que emergem no campo musical. É muito comum observar a formação de ilhas em torno de um determinado gênero ou artista. Este tipo de competição, muitas vezes é acirrada pela imprensa especializada que destaca frases – muitas vezes fora de contexto – cria rankings de melhores e piores, mais tocados, maior público e mais vendidos. Devemos notar que normalmente, os parâmetros de distinção utilizados são pautados pelo quantitativo. A música como produto em um sistema capitalista permite não apenas as trocas simbólicas, mas também, alimenta as métricas do mercado fonográfico. É neste cenário que os processos de identificação e não-identificação musical são criados e alimentados.

As inovações tecnológicas e sobretudo, a internet, atuaram fortemente na reconfiguração dos limites internos ou externos, ou melhor, naquilo que nos é próximo ou distante. Neste sentido, García Canclini sustenta que

La consiguiente redefinición del sentido de pertenencia e identidad, organizado cada vez menos por lealtades locales o nacionales y más por la participación en comunidades transnacionales o desterritorializadas de consumidores (los jóvenes en torno del rock, los televidentes que siguen los programas de CNN, MTV y otras cadenas transmitidas por satélites). (GARCÍA CANCLINI, 1995, p. 24)

A criação da MTV em 1981 nos Estados Unidos, e logo sua expansão para outros países como o Brasil e a Argentina na década de 90 representou um incremento no consumo de produtos ligados à música. Agora as redes de fãs não se formavam apenas através das emissoras de rádio e de publicações especializadas, mas também, através do grande veículo de massas em que se transformou a televisão na metade final do século XX. Através dos veículos de comunicação a linguagem e a imagem musical ganharam ainda mais ressonância e permitiram que se fortalecessem as redes de identificação de forma desterritorializada e transnacional. A música e todos os elementos contidos nesta expressão passam então a mediar as relações humanas. Neste âmbito se estabelecem identidades, identificações e formas de marcar e ocupar espaços. Para pensarmos o conceito de identidade podemos recorrer a Stuart Hall que assinala que

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós" contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 1998, p. 11-12).

Tal concepção converge com as ideias de Simon Frith que vimos anteriormente, onde a canção se apresenta como uma espécie de mediadora entre o público e o privado. Outro aporte importante de Frith que nos permite complementar a visão de Hall acerca das formações de identidade quando analisamos a música popular é o caráter de pertencimento despertado por esta forma de expressão. Aquilo que Hall chama de internalização dos significados, Frith analisa que

Al «poseer» una determinada música, la convertimos en una parte de nuestra propia identidad y la incorporamos a la percepción de nosotros mismos.(...) La intensidad con que se establece la relación entre los gustos personales y la definición de uno mismo, parece un elemento específico de la música popular: ésta es «poseible» de

un modo en que ninguna otra forma de cultura popular (excepto quizás un equipo deportivo) puede serlo. (FRITH, 1987, p. 9).

Com base nestes aportes apresentaremos a seguir alguns comentários deixados por fãs no *Youtube* que permitam observar estes elementos de pertencimento, de memória afetiva e mobilização das emoções através da canção de Luis Alberto Spinetta.

Metodologia aplicada

Diante de uma obra tão vasta e repleta de canções significativas para a memória coletiva social e afetiva optamos por analisar os comentários deixados no vídeo com o maior número de visualizações – 13.371.640 até 22/08/2018 – no *Youtube*. A canção *Bajan* integra originalmente o disco *Artaud* de 1973 e foi regravada anos depois, em 1993, pelo Soda Stereo, banda liderada por Gustavo Cerati, um dos grandes admiradores da obra do *Flaco* Spinetta. Ao relembrar a influência de *Artaud* e de Spinetta para sua carreira Cerati disse

Fue un disco súper importante. Tenía alrededor de 15 años, estaba armando mis primeras bandas, y creo que fue un impulso muy fuerte sentir a un tipo haciendo algo tan creativo. (...) Recuerdo que no hacía otra cosa que imitar, conseguir reproducir el clima que él lograba en ese disco, con mi banda recién empezando. (LA TERCERA, 2018).

Partimos então do relato do músico responsável por popularizar esta canção em um segmento geracional diferente daquele em que ela foi originalmente gravada. Como veremos, alguns dos relatos analisados tratam verbalizar o momento no qual conheceram esta canção, ou partem de um evento significativo que foi atravessado por esta obra.

Por se tratar de uma análise preliminar e de caráter reduzido, utilizaremos neste trabalho apenas 8 relatos. É uma quantidade diminuta considerando os mais de 2.000 comentários deixados no vídeo até o momento da coleta das informações, mas acreditamos que através deles poderemos vislumbrar as chaves de identificação e afetividade com a qual desejamos trabalhar. Utilizaremos aqui a combinação entre a análise de conceitos e a análise relacional dos conteúdos criados pelos fãs. Dois recursos explicados por Raquel Recuero como

A análise de conceitos é a parte mais simples e tradicional da análise de conteúdo, e trabalha, principalmente, com a obtenção de conceitos através dos procedimentos de codificação e classificação dos dados, de modo a observar a presença e a ausência de determinados elementos no conjunto. Já a análise de relações quer ir além da mera identificação de conceitos e elementos presentes nos dados, focando-se, principalmente, no estudo das relações entre esses conceitos obtidos através dos procedimentos. Esta análise, assim, quer extrair sentido não da presença dos

conceitos em si, mas principalmente de suas relações com os demais. (RECUERO, 2018, p. 14-15).

Deste modo, procuramos priorizar os relatos que mais evidenciam a mobilização dos afetos e de identificação com obra e o músico. Aplicamos também o uso de pseudônimos para resguardar a privacidade dos usuários. A grafia das palavras e a pontuação não foi alterada, mantendo o caráter coloquial – próximo a uma conversa – que caracteriza a troca de mensagens nas redes sociais.

Análise dos conteúdos

Os aportes teóricos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho nos ajudam a dar conta do forte caráter de identificação estabelecida através da música popular. Neste âmbito, são criadas as chamadas “comunidades emocionais” definidas por Mafessoli (2014), onde o caráter coletivo e identitário é atravessado pelas emoções compartilhadas. Através disso, podemos perceber que os comentários aqui analisados se utilizam dessas características e buscam através de relatos de experiências íntimas criar um espaço de partilha coletivo atravessado pela canção. Iniciamos com o relato de Axel (2017), um usuário que se enquadra no recorte geracional que mencionamos anteriormente, ou seja, Axel conheceu a canção através de Gustavo Cerati e compartilha aqui sua experiência ao ouvir pela primeira vez a música através de seu compositor, Luis Alberto Spinetta

A mis 14 año tuve la oportunidad de ir a un recital gratuito de Cerati en Figueroa Alcorta y La Pampa. Yo acababa de llegar a Argentina luego de vivir 13 años en Brasil y a mitad del Show, repentinamente, entra un invitado al escenario que era completamente desconocido para mi. Confieso que en mi juventud e ignorancia odié internamente a esta persona por atreverse a interrumpir a mi entonces "ídolo" Gustavo durante su presentación y mostrar un poco de su musica y su arte. Todo el "Campo" comenzó a aplaudir a los gritos de "Grande Flaco!". Quien era este "Flaco"? Era casi reverencial el amor que tenia el publico hacia este artista incógnito que entraba con su guitarra al palco. De pronto, el SILENCIO. La misma gente que estaba parada sobre el campo solicitaba silencio. "Hagan Silencio para escuchar al Flaco", decian. El pueblo enmudeció. El guitarrista se asomó al micrófono y hechizó a las masas. Escuché la canción, mucho sin entenderla y hasta sin apreciarla. Pobre de mi, impaciente por que Cerati vuelva a ocupar el protagonismo de la noche y sin saber que nunca volvería a presenciar algo así. Hoy más viejo y más maduro quisiera volver a mis 14 años y poder sentir la magia de ese momento, pero formando parte de ese silencio.

Em seu relato, Axel enfatiza uma quase reverência do público para com o artista. O silêncio, que pouco tem a ver com apresentações de rock, parece emoldurar o respeito conquistado pelo músico ao longo de sua carreira. Outro aspecto interessante deste depoimento é que segundo ele, naquele momento ele não teria conseguido compreender o que

acontecia no palco, mas que com o passar do tempo, desejava voltar àquele momento. O deslocamento temporal e os elementos nostálgicos das falas perpassam os relatos aqui analisados. Estes elementos se tornam mais evidentes em depoimentos como o de Antonio (2018) que diz que

Recuerdo el día que la escuche por primera vez, carecía de mucho sentido para mi. Unos días después mi papá fallece en un accidente, y fue allí donde la canción tuvo tanto sentido y pude sentir que las horas bajan, así que cuando la escucho me da una tremenda nostalgia. Gran temón el flaco es lo máximo.

Assim como o que foi expressado por Antonio encontramos em outra nota a utilização de um elemento emocional semelhante. Surge um relato que parte de outro espaço temporal e que evoca um ente querido, destacando o papel desta pessoa para aquele que narra. Ana (2018) diz

Está canción me hace vulnerable a las lágrimas, si no hubiese sido por mi hermano y mi mamá, nunca habría escuchado este temazo o a este gran artista con mis cortos 16 años. Te extraño hermano! Extraño escucharte cantar esta canción imitando la voz de Spinetta a todo pulmón! Pero gracias por transmitirme esta bella música acompañada de emocionantes melodías que son satisfactorias de escuchar! Siempre en mi corazón, te extraño.

O depoimento a seguir compartilhado por Leonardo (2017) demonstra uma experiência similar onde ele relata que

El 21 de octubre de 2017, tuve la desgracia de perder a un tío muy amado por la familia y por mi, fue uno de los que me crió de chico y me enseñó estos temas. Hoy escucho y lo siento junto a mi, lastimosamente el dolor no se va a ir jamás por tu perdida. Pero esto te deja vivo en mi corazón, gracias tío, y gracias flaco.

A exemplo destes relatos, há uma série de outras experiências íntimas que são depositadas na plataforma de vídeos. Através dela se forma um espaço de confiança, um abrigo ou um “refúgio”, tal como descreve o usuário Ismael (2016). Neste espaço, quem escreve se sente suficientemente confortável para narrar e buscar elos de reconhecimento com o outro, tendo a experiência musical como condutora da partilha. É importante salientar também, que este “aqui”, não possui a concretude de um local físico. Se trata de um local desterritorializado e multi-idioma, mas com alto grau de identificação entre os sujeitos. Este novo processo de construção de identidades, que começou a se (re)configurar com o avanço da tecnologia nas telecomunicações, como vimos anteriormente, é descrito por García Canclini como

La clásica definición socioespacial de identidad, referida a un territorio particular, necesita complementarse con una definición sociocomunicacional. Tal

reformulación teórica debiera significar, a nivel de las políticas identitarias (o culturales) que éstas, además de ocuparse del patrimonio histórico, desarrollen estrategias respecto de los escenarios informacionales y comunicacionales donde también se configuran y renuevan las identidades. (GARCÍA CANCLINI, 1995, p. 31).

Deste modo, é de suma importância considerarmos também o espaço onde se estabelecem estas formas de narrativa e de construção de identificação considerando as particularidades de cada plataforma, as linguagens e as formas de sociabilidade que emergem nestes espaços. Como forma de articular o pensamento de García Canclini e as relações estabelecidas através da plataforma e da música citamos o comentário de Pedro (2017), um usuário do Brasil que critica o desconhecimento acerca das produções musicais dos países vizinhos dizendo que é

(...) um brasileiro, cada vez mais, apaixonado pela canção latino americana. Uma pena que a maioria dos meus compatriotas não conheçam canções como esta. Ainda os sons do Atlântico Norte dominam as nossas rádios. Interesses comerciais. Graças a Deus que existe o *Youtube* e a possibilidade de compartilhar.

Retomando à questão dos relatos entrecortados pela afetividade e pela evocação de outro tempo, ou de pessoas que já não habitam o mesmo espaço – físico ou social – de quem narra – percebemos de forma mais clara a sensação de nostalgia que permeia alguns dos comentários. Svetlana Boym (2017, p. 154)) definiu a nostalgia como “um sintoma de nossa época, uma emoção histórica”. Diante disso, observemos o que diz Valeria (2016) em seu comentário no *Youtube*: “La canción de mi adolescencia definitivamente”. Outro exemplo é “Nudo en la garganta con este tema! Gracias viejo por hacerme crecer escuchando a este poeta !!!!” compartilhado por Luciana (2017). Estes relatos confluem com o pensamento de Boym que afirma que

(...) nostalgia parece ser a saudade de um lugar, mas é na realidade um anseio por um tempo diferente – o tempo de nossa infância, dos ritmos mais lentos de nossos sonhos. Em um sentido ainda mais amplo, a nostalgia é uma revolta contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso. Os desejos nostálgicos de transformar a história em uma mitologia individual ou coletiva, de revistar os tempos como espaço, recusando render-se à irreversibilidade do tempo que atormenta a condição humana. Assim, o passado da nostalgia, parafraseando William Faulkner, não é sequer passado. Pode ser apenas um tempo melhor, ou um tempo mais lento – tempo fora do tempo, não sobrecarregado por agendas repletas de compromissos. (BOYM, 2017, p. 154).

Não cabe dúvidas de que a música é capaz de nos proporcionar este momento de desaceleração, de pausa, ou de um não-tempo, uma espécie de regresso sentimental e

imagético a um momento – real ou projetado – em que as coisas pareciam ser mais simples ou diretamente, melhores. Suas ações se manifestam também em nosso corpo. Jauset salienta que

Se ha observado que al escuchar alguna música agradable, se pueden activar sustancias químicas en el Sistema Nervioso Central, estimulándose la producción de neurotransmisores como la dopamina, las endorfinas y la oxitocina, experimentándose un estado que favorece la alegría y el optimismo en general (JAUSET, 2008, p. 84).

Pudemos observar nos comentários deixado no vídeo da música *Bajan* que este tempo é quase sempre o da infância ou da juventude, um período onde a própria percepção temporal dos sujeitos é distinta. No caso da canção popular, ela atua também como forma de (re)construção de memórias afetivas e potencializa elementos de identificação. As redes de sociabilidade que se formam em torno da música estimulam o diálogo, a partilha e o desejo do encontro com o outro, seja através da canção favorita, seja pela predileção por um determinado artista. Neste trabalho pudemos perceber a articulação entre estes dois fatores mediado por uma plataforma de vídeos na internet que acaba por mobilizar uma terceira via, a do compartilhamento de experiências entrecruzadas pela música de Luis Alberto Spinetta.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

JAUSET, Jordi. *Música y Neurociencia: la musicoterapia sus fundamentos, efectos y aplicaciones terapéuticas*. Barcelona: Editorial UOC, 2008.

Maffesoli, Michel. *O Tempo Das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

RECUERO, RAQUEL. Estudando discursos em mídia social: uma proposta metodológica. In: BUCKSTEGGE, J. ROGEDO, P.; SILVA, T. *Estudando cultura e comunicação com mídias sociais*. Brasília: IBPAD, 2018. p. 13-10.

Artigos

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 23, p. 153-165, abr. 2017.

PUJOL, Sergio. Identidad, divino tesoro. *Revista Trampas*, La Plata, p. 14-20, 2007.

RUÍZ, Pablo Martín. La canción en el tiempo y la voz de Luis Alberto Spinetta. Revista *Letral*, Granada, n. 9 p. 115-134, 2012.

Artigos da Internet

ORTEGA, Eduardo. Luis Alberto Spinetta y Gustavo Cerati: el destino que unió a dos íconos de la canción. Disponível em: <<http://culto.latercera.com/2018/02/08/luis-alberto-spinetta-gustavo-cerati-destino-unio-a-dos-iconos-la-cancion/>> Acesso em 28 ago. 2018.

Jornais e Revistas

- Clarín ((Buenos Aires, edição 9 de fevereiro de 2012)
- La Nación (Buenos Aires, edição 9 de fevereiro de 2012)
- Rolling Stone (Buenos Aires, edição março 2012)

Vídeos

CÓMO Hice – Muchacha (Ojos de Papel): Canal Encuentro. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SLLbCef_gKs> Acesso em 13 ago. 2018.

LA presidenta recordó a Spinetta. TV Pública, Buenos Aires. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GHalVzxMeHM>> Acesso em 25 ago. 2018.

SPINETTA. Bajan. *Artaud*, 1973. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Egj4PSgMAfA>> Acesso em 23. ago. 2018.

TRABALHOS

GT7 Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro



O Estado e a internacionalização das empresas brasileiras: Análise da atuação do BNDES no período 2002-2017

Juliana Maria Fischer¹

GT 7 – Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹ Mestranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. Vinculada ao Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI). Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. E-mail: julianafischer@hotmail.com.

O Estado e a internacionalização das empresas brasileiras: Análise da atuação do BNDES no período 2002-2017.

Juliana Maria Fischer²

Resumo:

O trabalho explora a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES no financiamento da internacionalização de empresas brasileiras de 2002 a 2017, como meio para compreender a atuação do Estado na expansão de empresas multinacionais. A análise comparativa permite observar as transformações políticas, continuidades e descontinuidades no que tange ao apoio à internacionalização de empresas nos diferentes governos do período. O ponto de partida são as análises acerca do movimento de produção, circulação e expansão do capital desenvolvidas por Marx, e a compreensão da internacionalização de empresas como parte deste processo. A metodologia se baseia na análise documental de dados e publicações do próprio BNDES, Banco Central do Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação Dom Cabral e Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica (Sobeet).

Palavras-chave: BNDES; Internacionalização de empresas; empresariado.

Introdução

O modo de produção do capital enquanto fenômeno social, político, econômico e cultural tem como fim último de sua lógica a acumulação de capital. Sua dinâmica impele à constante necessidade de expansão, novas tecnologias, novas formas de gerência do trabalho, novos produtos e novos mercados, o que por sua vez conduz à uma expansão geográfica e espacial. Há a criação de vínculos em toda a parte.

Considerado historicamente, o modo de produção do capital passou por diferentes fases de desenvolvimento, sendo elas a comercial e a monopolista. Segundo Chesnais (1996), ao final da década de 1970 nota-se uma nova fase de acumulação capitalista denominada pelo autor como mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), ou em outras palavras, a globalização. As principais características dessa nova fase são a liberalização do comércio

² Mestranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. Vinculada ao Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI). Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. E-mail: julianafischer@hotmail.com.

internacional, o aumento dos fluxos financeiros internacionais e a expansão de investimentos estrangeiros diretos (IED) (MAGALHÃES, 2006). A internacionalização de empresas se insere nesse panorama que é predominantemente rentista e financeiro.

As empresas multinacionais, assim como o tema de internacionalização de empresas, começam a ter maior destaque em estudos e pesquisas nas décadas de 1960-70, em especial na área de administração e negócios internacionais. O que demonstrando a preocupação de pesquisadores em criar abordagens teóricas e explicativas acerca da evolução das multinacionais. Embora também houvesse o interesse de compreender os modelos de expansão de multinacionais considerados bem sucedidos e desenvolver guias e manuais de negócios com ênfase para a competitividade empresarial.

A internacionalização de empresas pode ser compreendida de forma mais genérica como a obtenção de parte ou totalidade do faturamento de uma companhia a partir de operações fora de seu país de origem. Segundo Arruda et al (1996, p.38), é tradicionalmente descrito como um mecanismo de desenvolvimento das exportações de uma empresa através do crescimento de sua atuação em mercados importadores. A internacionalização também já foi considerada como uma consequência da capacidade competitiva de uma empresa em seu mercado doméstico, passando por estágios de desenvolvimento e evolução da empresa nacional que culminam na transformação da empresa em multinacional, e mais tardar em transnacional.

Para Guerra (2014) este é um processo que compreende desde a exportação de produtos e serviços até a internacionalização parcial, ou total, da cadeia de produção através da emissão de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Enquanto que, para Fabio Bueno (2008) é possível compreender a internacionalização como o deslocamento de fases do circuito ampliado de acumulação de capital para fora dos limites de um Estado nacional. Este autor também distingue diferentes tipos de internacionalização:

Consequentemente, podemos reconhecer diferentes internacionalizações ligadas a distintas fases do circuito de reprodução ampliado: o deslocamento dos investimentos (D-M) para fora dos limites de um Estado nacional pode ser entendido como internacionalização produtiva; as vendas no exterior na forma de exportações (M-D') caracterizariam a internacionalização comercial; e o estabelecimento de relações de direitos (aplicação em ativos) e dividas (financiamento por passivos) com o exterior (D-D') configuraria a internacionalização patrimonial. (BUENO, 2008, p.02).

Para uma empresa se internacionalizar há diferentes estratégias, sendo a mais comum a exportação, que é considerada uma forma de internacionalização primária. As modalidades de comercialização de serviços, bens, marcas e patentes, e o Investimento estrangeiro direto, que é um investimento produtivo em outro país, são considerados como internacionalização secundária. O investimento estrangeiro direto (IED), por envolver investimento produtivo, é considerado um elemento chave para a integração econômica entre os países, pois proporciona laços diretos entre as economias, além disso, este tipo de investimento proporciona maior mobilidade de capitais.

Harvey aponta para uma geografia do capital, a forma como os investimentos e produção se espalham pelo espaço geográfico o modifica, de forma que possibilita a criação de um desenvolvimento regional desigual. Este autor constrói sua teoria da “ordenação espacial”, ou espaço-temporal, do capital a fim de explicar as contradições internas do capitalismo e a tendência a gerar crises de acumulação de capital. Sua fundamentação teórica é a Teoria de Marx acerca da tendência da queda da taxa de lucro, que pode produzir crises de sobreacumulação, estas geradas pelo excedente de capital na forma de mercadoria, moeda e capacidade produtiva (HARVEY, 2005; 2011).

Para Harvey as trocas de bens e serviços, assim como a disponibilidade da força de trabalho, podem variar de localização de tempos em tempos. Essas dinâmicas definem um conjunto de interseção de movimentos espaciais que criam uma geografia da interação humana. O capital excedente de um local pode encontrar emprego em outro local onde as oportunidades de lucro não se esgotaram (HARVEY, 2005).

Esta perspectiva contribui para a compreensão dos movimentos de investimentos estrangeiros diretos, como uma forma de expansão produtiva do capital.

No Brasil eram poucas as empresas multinacionais brasileiras até os anos 1990, período em que houve uma grande transformação na economia nacional com a maior abertura do mercado, desregulamentação e processos de privatizações de empresas públicas, decorrentes da adoção de políticas e reformas de cunho neoliberal. No entanto, apenas a partir de 2004 que se torna mais perceptível o aumento sem precedentes de internacionalizações de empresas brasileiras.

Os dados que evidenciam esse crescimento são os referentes ao Investimento brasileiro direto no exterior (IBDE) observados pelo Banco Central do Brasil (BCB) através

do Censo de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), produzido desde 2001. Este censo tem por objetivo mensurar os estoques de ativos externos detidos por residentes no Brasil, estipulando assim o número de IBDE na posição de 31 de dezembro de cada ano. Essa declaração é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que detenham ativos no exterior em montante igual ou superior a US\$100 mil. Além dos dados do Censo de Capitais brasileiros no Exterior, há outros estudos que fornecem dados sobre as multinacionais brasileiras como o *Ranking das Transnacionais Brasileiras*, produzido anualmente pela Fundação Dom Cabral (FDC), desde 2006, e os boletins e estudos sobre multinacionais brasileiras produzidos pela Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais (SOBEET).

O “*Texto para Discussão 1610: Investimento Direto e Internacionalização de empresas brasileiras no período recente*”, produzido pelo IPEA (2011), também aponta dados que evidenciam o crescimento do investimento brasileiro direto no exterior. Em 2004 a fusão da Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV) com o grupo belga Interbrew, proporcionou um salto nos valores de IBDE. O mesmo ocorreu em 2006, quando pela primeira vez o número de investimentos que entram no Brasil foi menor que o número de investimentos brasileiros no exterior, devido a aquisição das empresas canadenses Inco e Canico pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por US\$ 16,7 bilhões e US\$ 678 milhões, respectivamente. Outras duas operações que também contribuíram com o aumento foram a aquisição das filiais brasileira e chilena do Banco de Boston pelo Banco Itaú, a primeira por US\$ 2,2 bilhões e a segunda por US\$ 650 milhões, além da aquisição pela AMBEV (Interbrew) da Quilmes argentina por US\$ 1,2 bilhão (IPEA, 2011).

O período de maior expansão das empresas também contou com uma conjuntura internacional favorável. Além disso, o Estado brasileiro incentivou a internacionalização através de suas agências governamentais de apoio à exportação e por meio de programas como o de modernização administrativa e operacional, o Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX e programas de promoção comercial desempenhados pela Agência de Promoção das Exportações (Apex-Brasil) e o Banco do Brasil que possui o programa Brasil Web Trade e Exporta Mais (GUERRA, 2014). Também houve a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Estado tem um papel importante na dinâmica capitalista de reorganização espacial, pois através de suas políticas influencia os rumos e a forma desta reorganização, usa de seus poderes para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas, e também adquirir e

privatizar ativos e taxações. Motivo pelo qual se fundamenta a análise do papel do Estado brasileiro enquanto formulador e financiador de uma política de internacionalização de grandes empresas nacionais. Como aponta Guerra (2014),

A participação do Estado se dá em criar ambientes políticos, jurídicos e econômicos favoráveis e estáveis à atuação internacional e o livre empreendimento. Isto é, através de tratados e acordos internacionais, assegurar que os contratos sejam cumpridos e respeitados. E a readequação dos sistemas fiscais e tributários de modo que as empresas que optem por investir no exterior não sejam sobretaxadas na emissão do investimento, nem na nacionalização do lucro, assegurando a competitividade e a rentabilidade destes investimentos. (GUERRA, 2014, p.86).

Dessa forma percebe-se fundamental a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao financiar investimentos produtivos no exterior como meio de se compreender a ação do Estado.

O Banco, que já possuía programas de incentivo à exportação, passou a partir de 2005 a apoiar também a inserção internacional de empresas brasileiras através de linhas de crédito para aquisição, implantação ou modernização de unidades produtivas no exterior, canais de comercialização, além de participação societária. O maior apoio da instituição para a internacionalização culminou com a expansão do próprio BNDES para o exterior, através da abertura de dois escritórios no exterior, em Montevideu-Uruguai em 2009 e em Joanesburgo-África do Sul em 2013. Além da Subsidiária em Londres, criada em 2009, a BNDES-PLC.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi fundado a partir da Lei no 1.628, de 20 de junho de 1952, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Possui autonomia administrativa e personalidade jurídica própria. Devido ao seu status de empresa pública federal controlada pela União, ele faz parte da administração indireta do Governo Federal Brasileiro, seguindo as normas da administração pública brasileira. Porém, por ser dotado de personalidade jurídica de direito privado, se

sujeita às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Sendo uma instituição financeira também está sujeito às regras do Conselho Monetário Nacional – CMN – e do Banco Central do Brasil – BACEN. Em 1982 através do decreto-lei no 1.940 o banco passou a ter a sua atual denominação, de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fazem parte do BNDES o BNDESPAR (BNDES Participações S.A.) braço do banco criado para investir por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de venture capital e private equity, para apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, e o BNDES PLC (BNDES Public Limited Company) empresa sediada em Londres, que foi criada em 2009 para a aquisição de participações acionárias em outras companhias, contribuindo com as empresas brasileiras que estão em processo de internacionalização, além de aumentar a visibilidade do BNDES junto à comunidade financeira internacional. E a FINAME, Agência Especial de Financiamento Industrial, criada em 1966, para gerir o então existente Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Novos³.

Segundo Martins (1985) o Banco é um modelo de agência governamental autônoma que ganha destaque pela peculiaridade de sua história e capacidade de afirmar sua personalidade institucional e fortalecê-la em meio a diferentes conjunturas políticas. Por seu papel criativo como formulador e executor de políticas de desenvolvimento. E “porque seu estudo permite explorar as relações entre os interesses sociais que agrega e as metamorfoses nas políticas que preconiza – em convergência ou em confrontação com outras agências do Estado” (MARTINS, 1985, p.84).

O BNDES já desempenhou diferentes papéis na história econômica do país, como apontado por Costa (2011) que dá ênfase para as metamorfoses na atuação do Banco, que manteve centralidade apesar de ter executado diferentes funções de acordo com os diferentes ideários político-econômicos de nossa história. Para Costa (2011) a criação do banco se deu num contexto em que a tendência era a de fundar bancos de desenvolvimento para viabilizar a industrialização de países periféricos, porém o BNDES se diferencia de outros bancos de desenvolvimento por ter resistido à mudanças e reformas liberalizantes no contexto

³ Informações obtidas no site do BNDES: Sistema BNDES, disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/sistema_bndes.html.

internacional, que previam o fim deste tipo de instituição. O banco permaneceu como instituição de desenvolvimento apesar de mudanças em seu perfil.

Em sua história de fundação, o BNDES financiou inicialmente a industrialização do país. O primeiro financiamento aprovado em 1952, quando criado o banco, foi para o setor de transporte, para a criação da Estrada de Ferro Central do Brasil. Durante seus primeiros anos de existência o banco atuou de forma a reequipar portos, ferrovias, siderurgia e expansão de energia hidroelétrica. Foi o principal responsável pelo desenvolvimento do setor elétrico que gerou um aumento da oferta de energia até o ano de 1962, quando foi criada a Eletrobrás. Devido a isso o BNDE ficou conhecido como o Banco da Eletricidade (DINIZ, 2004; LIMA, 2007).

Durante o período militar o BNDE foi reconhecido como principal instrumento de execução da política econômica do governo federal por meio do Artigo 23 da Lei nº 4.595, de 31/12/1964⁴ (COSTA, 2011). Até 1974 a atuação do Banco era pautada pela política econômica de Substituição de importações, que partia de um ideal de que a industrialização era a forma de superar o subdesenvolvimento econômico. Com a mudança no ideário do pensamento econômico, durante os anos de 1979-1984, a principal pauta passa a ser a redução da participação do Estado na economia. O Banco inicia um processo de privatizações de empresas estatais que estavam sob seu controle.

No início dos anos 1990 o BNDES se tornou um divulgador e defensor da abertura e liberalização da economia brasileira. Para Costa “o BNDES atuou como um ator fundamental e contribuiu para a consolidação de um ideário que ganhava cada vez mais espaço e que alcançou hegemonia na década de 1990” (2011, p.35). Trata-se do ideário neoliberal que previa a reformulação do papel do Estado na economia.

Este novo ideário pautou a atuação do Banco durante o período de Fernando Henrique Cardoso na presidência da república. Nesse período tomou corpo a perspectiva de estimular a fusão e fortalecimento das empresas como forma de se adequar a um mercado global, a dimensão da modernização dos setores produtivos do plano estratégico carrega a ideia da necessidade do país ter multinacionais na economia globalizada (COSTA, 2011). Para Costa (2011) a estratégia globalizante partiu de FHC, que tinha pretensão de ao longo de seu

⁴ Decreto Nº 91.991, de 28 de Novembro de 1985. Dispõe sobre o processo de privatização de empresas sob controle direto ou indireto do Governo Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91991-28-novembro-1985-442714-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25.mar.2018.

segundo governo garantir estímulos para que o país tivesse empresas internacionalmente competitivas. No entanto, essa perspectiva globalizante se viabilizou e se concretizou durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, que assume a presidência da república em 2003. Ao tomar posse, este cumpre com o que já havia sinalizado na Carta ao povo brasileiro, isto é, a continuidade da política macroeconômica de seu antecessor, manutenção do regime de metas inflacionárias, superávits primários para pagamento da dívida pública e as reformas neoliberais que haviam sido feitas. A preocupação com a estabilidade monetária permanece presente no discurso.

Neste período o BNDES teve sua atuação transformada retomando a perspectiva de um instrumento de desenvolvimento e não mais operando no desmantelamento do setor público, o que teria feito por meio das privatizações nos anos anteriores. Lula convida Carlos Lessa para a presidência do BNDES, que realizadas algumas alterações na estrutura interna do banco com a intenção de propiciar uma retomada do desenvolvimento com inclusão social, planejamento e formulação de políticas industriais.

Para Costa (2011) estas mudanças que ocorreram com Lessa tornaram visíveis os conflitos internos do Banco, assim como os externos a ele, mas que estavam camuflados, e surgem duras críticas quanto à indicação de Lessa para a presidência do Banco, pois este ficou conhecido por se opor à política macroeconômica que havia sido adotada por Lula (COSTA, 2006). Algumas das mudanças significativas desse período é a modificação em 2003 da legislação que impunha limites para a concessão de financiamento do BNDES ao setor público e a determinação por parte do Banco de que os investimentos estrangeiros em setores como mineração e siderurgia deveriam tê-lo como sócio do projeto e com poderes de veto.

Em 2004 Guido Mantega assume a presidência do Banco após Lessa. Nesse mesmo ano o BNDES teve um desembolso recorde de R\$ 40 bilhões, que foi 14% superior ao desembolsado em 2003 que somava R\$ 35,1 bilhões (BNDES, 2004). Programas que visavam a redução de desigualdades regionais são unificados dando origem ao Programa de Dinamização Regional (PDR) em 2005.

Em 2007 Luciano Coutinho foi convidado por Lula para assumir a presidência do BNDES, dando início a um novo planejamento estratégico que coloca como missão do banco o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira. Estas modificações e o novo planejamento estratégico indicavam que iriam ocorrer mudanças profundas na política e

atuação do BNDES durante o período Lula. Os desembolsos do Banco cresceram consideravelmente.

É com este novo ideário de atuação do banco que tem início o apoio do BNDES à internacionalização de empresas com financiamentos para investimento direto no estrangeiro. Para Guimarães et al (2014) a criação deste produto financeiro específico é associada ao ciclo de expansão do investimento brasileiro direto no exterior que se deu nesse mesmo período. Este autor enfatiza que a lei que criou o Banco, Lei 1.628/52, já continha elementos para uma atuação internacional, pois previa o relacionamento com outros organismos de financiamento internacionais e também facultava ao banco a instalação de escritórios, representações ou agências no exterior.

As primeiras diretrizes para essa nova modalidade de financiamento foram estabelecidas pela diretoria do BNDES em 2002 com objetivo de orientar a criação de uma linha de crédito específica para estimular a inserção e o fortalecimento de empresas brasileiras no mercado internacional através do apoio à implantação de investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, que por sua vez, contribuíssem com o incremento das exportações brasileiras (ALEM; CAVALCANTI, 2005). Para permitir o apoio à empreendimentos no exterior foi realizada uma alteração no Estatuto do Banco.

A visão que os autores Alem e Cavalcanti (2005) possuem é de que o investimento no exterior fortalece o acesso a mercados e a competitividade de outras firmas do país de origem, proporcionando também melhor performance exportadora para o país (ALEM; CAVALCANTI, 2005).

Garcia (2012), no entanto, aponta que Alem e Cavalcanti estabelecem uma relação entre desenvolvimento nacional e internacionalização de empresas, nesse sentido, estes autores desenvolvem uma análise da internacionalização como útil para o Estado representando a união de interesses públicos e privados. As contrapartidas ao aumento da competitividade dessas firmas seriam o aumento das exportações, a transferência de tecnologia e a repatriação de divisas. Dessa forma Alem e Cavalcanti (2005), enquanto funcionários do BNDES, respectivamente economista e engenheiro, expõe aquele que também é o marco conceitual do Banco, interesses públicos e privados se unem: a necessidade de apoio às empresas é justificada pelos ganhos gerados para o país como um todo, e não somente para as próprias empresas. (GARCIA, 2012, p.113).

Após criada a nova linha de financiamento específica à internacionalização pelo BNDES em 2005, o primeiro financiamento para internacionalização aprovado foi a compra da empresa argentina - Swift Armour S.A. pela brasileira Friboi, que recebeu US\$ 80 milhões do Banco para a compra de 85,3% da empresa, sendo que o valor total da operação é estimado em US\$ 200 milhões. (ALEM; CAVALCANTI, 2005).

Segundo o BNDES (2013), as solicitações de apoio financeiro que chegam ao banco são analisadas a partir de princípios de segregação de função, cada etapa de uma operação de financiamento envolve diferentes equipes com decisões tomadas em colegiados, a partir dos parâmetros previamente estabelecidos pelo estatuto (BNDES, 2013).

Podem ser financiados investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de unidades produtivas no exterior nos setores de indústria, comércio, prestação de serviços e agropecuária⁵. O financiamento pode ser realizado também por meio de participação acionária da BNDESPAR, subsidiária do BNDES. E os recursos podem ser desembolsados no Brasil ou no exterior. Podem solicitar o financiamento à internacionalização empresas com sede e administração no Brasil e controle nacional, incluindo subsidiárias no exterior e empresas estrangeiras cujo acionista com maior capital votante seja pessoa jurídica controlada por pessoa física ou grupo de pessoas físicas domiciliadas e residentes no Brasil.

Para Rocha (2014) estes empréstimos do BNDES são uma forma de acrescentar a política industrial do país por meio de ações diretas de apoio à internacionalização de empresas de capital nacional. Dessa forma “o Estado brasileiro deixou de ser indiferente ou um mero regulador em relação internacionalização de capitais nacionais produtivos e passou a operar como um indutor desses investimentos” (ROCHA, 2014, p. 88).

Entre 2005 e 2010 foram realizadas 27 operações de financiamento para internacionalização de empresas pelo BNDES (FISCHER, 2016). Entre as 27 operações foram beneficiadas 19 empresas de diferentes setores de atividade econômica. O desembolso do financiamento por parte do BNDES se dividem em duas categorias, Renda Fixa ou Renda Variável. As operações de Renda Variável são realizadas por meio da BNDESPAR, através das modalidades de subscrição de valores mobiliários, participação em fundos de investimento, aquisição de ações ou aquisição de certificados de investimentos. A Renda Fixa

⁵ BNDES, Apoio à Inserção internacional:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/internacionalizacao.html> Acesso em: 10 mar.2015.

é referente ao desembolso de valor previamente fixado com o respectivo juros. Do total de 27 operações de internacionalização, nove delas foram financiadas por meio de Renda Fixa e 18 operações financiadas por meio de Renda Variável (FISCHER, 2016).

No entanto, apesar da variedade de atividades das empresas financiadas, a análise acurada dos desembolsos indicou a concentração de recursos para o setor Alimentício/Agronegócio. Dentre os financiamentos para internacionalização realizados no período é possível constatar que a JBS-Friboi recebeu 40% do total de desembolsos. E ao considerar as três primeiras empresas financiadas com o maior volume de recurso, temos a JBS, Marfrig e Bertin, que juntas receberam 86,00% do total desembolsado na linha de crédito para internacionalização. Dessa forma é notável a concentração de recursos para a JBS-Friboi e para o setor das três empresas o Alimentício/Agronegócio (FISCHER, 2016).

Acerca dos setores Alimentício e Agroindustrial, Tautz et al (2010) analisa que,

No governo Lula as referidas empresas de capital nacional consolidam suas posições no setor de energia e commodities, tendo o BNDES, as estatais e os fundos de pensão como financiadores e sócios. Acrescente-se aí, sob este mesmo padrão de acumulação, os grandes grupos no setor agropecuário, como Perdigão/Sadia (Brasilfoods), no setor de alimentos, e JBS/Bertin, na pecuária. (TAUTZ et al, 2010, p. 252).

Concepções de Estado: concepções de BNDES

As metamorfoses no papel do BNDES não ficaram no passado, após 12 anos de governos do Partido dos Trabalhadores, assistimos novamente debates acerca de qual deve ser o papel do banco, seu tamanho, alcance, custo de operações e perspectivas sobre desenvolvimento econômico e social.

Durante o período Lula o BNDES reorientou suas ações e obteve maior centralidade aumentando seu patamar de atuação. Entre 2003 e 2010 o banco teve desembolsos recordes ocupando lugar de destaque entre outros bancos de desenvolvimento (TAUTZ et al, 2010). Nesse período o Estado esteve mais presente na economia, porém como bem aponta Tautz et al (2010), com baixa autonomia, pois a maior presença não conduziu a um maior controle público.

Para Ricci (2006), autor que caracteriza o Lulismo como uma forma de gerenciamento do Estado, restrito ao campo da engenharia política, a Carta ao Povo Brasileiro de junho de

2002 e a Agenda Perdida são documentos que inauguram o novo ideal de governança lulista. Enquanto o primeiro documento era um anúncio ao mercado, o segundo foi uma referência para um programa de governo que fundamentou outros documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Política Econômica do Ministério da Fazenda durante a gestão Lula. Aspectos da Carta ao Povo Brasileiro e da Agenda Perdida dentre eles uma política industrial, infraestrutura e maior integração com o comércio mundial, via exportação e investimentos no exterior, também aparecem como prioritários para a ação do BNDES.

Foi por meio do BNDES que o governo Lula promoveu sua política de maior integração com a América Latina, proporcionado por obras de infraestrutura na região financiadas pelo banco e também a política de defesa e fortalecimento de grandes grupos nacionais, conhecidas como “campeãs nacionais”.

O primeiro mandato de Dilma Rousseff trazia como proposição dar sequência a política do fim do mandato de Lula de favorecer o crescimento econômico e de forma acelerada um dos traços da política macroeconômica de Lula que havia proporcionado debate acerca de um novo-desenvolvimentismo e um novo papel do Estado brasileiro.

A redução da taxa Selic (de 12,5% em agosto de 2011 para 7,25% em abril de 2013) e a redução dos juros adotada pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, forçaram via concorrência a diminuição dos juros dos bancos privados. Assim como a modificação na política cambial, que desvalorizou o real de R\$/US\$ 1,58 em julho de 2011 para R\$/US\$ 2,03 em novembro de 2012, são vistos por Costa Pinto et. al (2016) como ações tomadas tendo em vista o fortalecimento de um projeto desenvolvimentista.

Singer (2016) também menciona a redução da taxa de juros e seu leve aumento logo em seguida como a conflagração de uma “batalha do spread”. A partir de uma nova matriz econômica, o objetivo na época para tais medidas era reduzir os ganhos do setor financeiro para garantir o crescimento da economia. Essa nova matriz econômica, que Singer (2016) caracteriza como “ensaio desenvolvimentista”, teria sido batizada por Mantega em 2007, através de seu discurso de que o Brasil havia entrado em um novo ciclo econômico social-desenvolvimentista⁶. Singer (2016) apresenta a hipótese de que Dilma teria dado continuidade ao “lulismo” apostando numa coalizão de forças entre industriais e trabalhadores, que, no entanto, fracassou.

⁶ "Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo", Valor Online, 6 set. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829>>. Acesso: 17.mar.2018.

Há elementos da nova matriz econômica de Dilma em que percebe-se o viés e a inspiração desenvolvimentista, como o ímpeto para a retomada da industrialização, os esforços pela industrialização integral, ênfase no papel do planejamento e desconfiança das forças espontâneas do mercado, decisão do Estado sobre quais os setores que devem expandir e o papel público no financiamento da expansão (SINGER, 2016).

Em síntese, a hipótese de Singer (2016) considera que Dilma, visando fortalecer o capital produtivo e o crescimento da economia através da diminuição dos juros e enfrentamento dos altíssimos lucros do capital financeiro, no entanto sem ter o apoio das bases sociais, e sem o apoio do considerado setor produtivo, que não deixa de ser também rentista e financeiro, realizou um “ensaio desenvolvimentista”, sem sucesso e derrotado. Mas o autor também assinala que o período foi cenário de uma batalha ideológica, evidente principalmente através dos comentaristas nacionais, com discursos de que

Dilma teria vindo depois de ‘um longo período de crescimento e mudanças estruturais importantes’, as quais, no entanto, ‘criaram desequilíbrios de oferta e demanda’. Para enfrentar a situação, era necessário frear o consumo e o gasto público, pois, do contrário, haveria escalada inflacionária, escrevia por exemplo um ex-ministro de FHC. Na visão desses analistas, o abandono do tripé neoliberal _ metas de inflação apertadas com juros altos, superávit primário elevado e câmbio flutuante_ causara um desarranjo geral, a ser corrigido por medicações ortodoxas (SINGER, 2016, p. 41).

Uma nova metamorfose para o BNDES se inicia após Temer assumir a presidência da república com o afastamento e processo de impeachment sofrido por Dilma Rousseff em 2016. Temer coloca em pauta uma agenda de inúmeras reformas e medidas liberalizantes, caminho oposto do que havia sido seguido até então. Como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de gastos, aprovada em dezembro de 2016 pelo congresso, que limita os gastos públicos à inflação do ano anterior por 20 anos, reforma trabalhista que flexibilizou a legislação e reforma da previdência, que encontra-se em tramitação até então.

Temer escolheu para a presidência do BNDES Maria Sílvia Bastos Marques que realizou mudanças na estrutura interna e na diretoria do banco. Em dezembro de 2016 o BNDES realizou a devolução antecipada ao Tesouro Nacional de R\$ 100 bilhões, parcela dos empréstimos recebidos. No entanto, Maria Sílvia deixou a função, e o economista Paulo Rabello de Castro, que desde 2016 ocupava a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é quem assume a presidência do Banco a partir de 1º de junho de 2017,

também a convite de Temer. Já em seu discurso de posse da presidência do BNDES Rabello afirma a pretensão de seguir com as mudanças e diretrizes iniciadas por sua antecessora.

Em julho de 2017 o BNDES lança o “*Livro Verde: nossa história tal como ela é*”, relatório sobre as atividades do banco entre 2001-2016, realizado a pedido de Rabello com o propósito de apresentar a sociedade de forma abrangente dados sobre a atuação da instituição nos últimos 16 anos. Rabello comenta sobre a publicação ao defender financiamentos realizados pelo BNDES nos anos anteriores em entrevista na rádio Jovem Pan.

Conforme Relatório Anual do BNDES de 2016, as políticas operacionais que orientam os financiamentos foram revistas. Também foi implementada a Lei 13.303 de junho de 2016, conhecida como Lei das Estatais, impactando no Sistema BNDES com novas regras para a nomeação de dirigentes e membros do Conselho de Administração e definição de que órgãos de controle devem ter acesso irrestrito às informações, inclusive as sigilosas. Esta Lei também fixou um regime próprio de licitações e contratos para empresas estatais com normas mais flexíveis. A Lei também tornou necessário a revisão e readaptação dos estatutos sociais do BNDES, BNDESPAR e FINAME, além dos regimentos internos do conselho Administrativo e fiscal (BNDES, 2016).

Outras mudanças que indicam um novo papel para o BNDES a partir de 2016 é a incumbência de conduzir as concessões e outras formas de desestatização de ativos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo Temer (BNDES, 2016). E a alteração da taxa de juros praticada pelo banco, substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para uma nova taxa com valores de mercado a Taxa de Longo Prazo (TLP). O cálculo da TJLP é feito com base nas metas de inflação mais um prêmio de risco basicamente arbitrado pelo Banco Central (BC). O cálculo da nova Taxa (TLP) será calculado mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, mais a taxa da Nota do Tesouro Nacional série B (NTN-B) (SANTOS, 2017). A TLP teve início no dia 1º de janeiro de 2018 partindo do mesmo valor da TJLP, porém devido a diferença na metodologia de cálculo a expectativa é de que as duas taxas tomem rumos diferentes.

Conclusões

Entre metamorfoses e disputas o BNDES segue como instrumento fundamental para a execução da política macroeconômica de cada governo. Dessa forma a pesquisa em

andamento se propõe, portanto, a refletir ante os financiamentos à internacionalização de empresas brasileiras, e aos setores de atividades favorecidos, o quanto podem representar um esforço político em modificar a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, como produtor e fornecedor de matérias primas e de baixo valor agregado, refletido na tentativa de criar grandes *players globais*. Indicando através da análise comparativa e temporal se houve um projeto político de longo prazo, e como esse projeto se insere nos marcos do Lulismo. O estudo do BNDES contribui para uma análise da dinâmica e das relações entre Estado-empresariado.

Referências

- ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: Algumas reflexões. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.43-76, dez. 2005.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL- BNDES, Inserção Internacional. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/internacional.html> Acesso em 22 mai.2015
- _____. Sistema BNDES, disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/sistema_bndes.html> Acesso em 22 maio.2015
- BUENO, Fabio. O movimento recente de internacionalização da burguesia brasileira. In: *Anais do III Simpósio do Grupo de Estudo de Política da América Latina*. Setembro, 2008.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996
- COSTA, Karen Fernandez. *Metamorfoses: O papel do BNDES na reordenação da economia brasileira*. 2011. 313 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- COSTA PINTO, Eduardo; et al. *A econômica política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise*. Rio de Janeiro: Discussion Paper. Instituto de Economia/ UFRJ, fev. 2016.
- DINIZ, Adriana Nascimento. *BNDES Agente Desenvolvimentista a gestor da privatização: 1952-2002*. 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Econômica, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- FILGUEIRAS, Luiz et al. *Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula*. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al (Org.).

Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-70.

FISCHER, Juliana Maria. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o financiamento para internacionalização de empresas brasileiras (2005-2010). 2016. 98 f. TCC 29 (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Ranking das Transnacionais Brasileiras, FDC, 2014. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Documents/ranking_fdc_multinacionais_brasileiras2014.pdf> Acesso em 15 abr.2015

_____. Ranking das Transnacionais Brasileiras, FDC, 2013. Disponível em: <<http://www.fdc.org.br/imprensa/Paginas/noticia.aspx?noticia=19>> Acesso em: 15abr.2015

GARCIA, Ana Saggiaro. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. 2012. 411 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUERRA, Thiago Thadeu Araujo. Internacionalização de empresas brasileiras: Uma análise macro-setorial da década de ouro (1999 - 2009). 2014. 143 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Relações Internacionais, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

GUIMARÃES, Sergio Földes et AL. A internacionalização do BNDES. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n. 42, p.47-92, dez. 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Revista_do_BNDES/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. Tradução de Carlos Szlak.

_____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

IPEA, Texto para Discussão 1610. Investimento Direto e Internacionalização de empresas brasileiras no período recente. Brasília: Ipea, Abril, 2011. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9607&catid=270> 30

LEO, Sergio. BNDES é autorizado a realizar operações no exterior. Valor Econômico. Brasília, p. 0-0. 06 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/1126482/bndes-e-autorizado-realizar-operacoes-no-externo>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MAGALHÃES, Davidson. Globalização do capital e os estados nacionais. São Paulo, SP. Ed Anita Garibaldi, 2006.

MARTINS, Luciano. Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RICCI, Rudá. Lulismo: Três discursos e um estilo. Revista Lutas Sociais. PUC/SP. p. 171-183. 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18849>

ROCHA, Danilo. Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 22, n. 51, p.77-96, set. 2014.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo, Boitempo, 2016, p. 21-54.

TAUTZ, Carlos et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al (Org.). Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Cap. 10. p. 249-286.



Os governos do PT e o sistema financeiro internacional: uma análise a partir da relação com as agências de *rating*

Pedro Lange Netto Machado¹

GT 7 – Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista CAPES. Contato: pedrolangenm@gmail.com

INTRODUÇÃO

No mundo das finanças globalizadas, as agências de classificação de risco são um dos instrumentos pelos quais o mercado financeiro faz impor suas vontades aos Estados nacionais (YWATA, 2012). Dependentes das notas atribuídas por essas empresas para financiar seus déficits orçamentários, governos passam a ser pressionados a adotar políticas neoliberais – que se traduzem em austeridade econômica – para que possam estabilizar seus balanços de pagamentos. Essa realidade se coloca como um especial desafio aos governos de esquerda, sobretudo os de países emergentes, que se veem em meio ao conflito de interesses entre as demandas de seus eleitores e as exigências do sistema financeiro internacional (MOSLEY, 2003). Desse modo, a implementação de uma agenda de esquerda, essencialmente conflitiva com os interesses do mundo financeiro, pode ter como consequência uma má avaliação por parte das agências de *rating*, o que, por sua vez, é capaz de gerar sérios problemas para a saúde econômica do país.

Um caso representativo desse dilema é o ocorrido no Brasil, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016. Com uma agenda de governo historicamente avessa aos interesses do mercado financeiro, o PT teve que lidar com as pressões exercidas pelo sistema internacional de finanças – canalizadas pelas agências de *rating* – e com as expectativas de um eleitorado que, por mais de uma década, se habituou a ouvir do partido um discurso conflitante com o do mundo das finanças. Não obstante, o que se percebe, ao longo dos treze anos de relação que se construiria, é que o esperado atrito só se concretizou em dois momentos, que marcaram o início e o final dos governos petistas.

Diante desse panorama, a proposta deste artigo é analisar a interação entre os governos petistas e as agências de classificação de risco, de modo a argumentar que os dois momentos de maior conflito se deram diante da ameaça de desconstrução da política macroeconômica neoliberal, implementada no governo precedente, por Lula da Silva e Dilma Rousseff. Tratam-se, efetivamente, dos dois momentos em que se verificam rebaixamentos da nota atribuída pelas agências ao Brasil. Essa hipótese é trabalhada a partir da análise da movimentação do *rating* soberano brasileiro e de manifestações tanto das agências quanto de personalidades do governo. Para que seja operacionalizada, contudo, torna-se conveniente explorar, na próxima seção deste artigo, alguns elementos relevantes acerca do que se convencionou chamar de globalização financeira e dos desafios enfrentados pelos governos de esquerda neste contexto. Na seção

seguinte, são analisadas as principais características e controvérsias em torno das agências de classificação de risco. Dessa forma, pode-se proceder à análise da relação entre estes atores e os governos petistas, de modo a se confirmar o argumento proposto.

2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E GOVERNOS DE ESQUERDA

Ao longo do último quartel do século XX, o processo que se convencionou chamar de globalização financeira viria a acentuar as contradições inerentes ao capitalismo democrático (STREECK, 2012). Durante a década de 1970, o desmonte do regime de Bretton Woods daria lugar a uma nova realidade, na qual o poder dos Estados soberanos é sobrepujado, em muitos aspectos da governança estatal, pelo poder de que os mercados passavam a usufruir (STRANGE, 1998). A configuração dessa realidade, por sua vez, ocorre a partir de novas regulamentações, oriundas e capitaneadas pelo governo dos Estados Unidos, em favor de mercados cada vez mais dependentes da geração de riqueza na esfera financeira. É em meio a esse contexto que os movimentos de liberalização dos sistemas financeiros ganham impulso, de modo a permitir a interpenetração entre os mercados financeiros nacionais e internacionais, que se fazia necessária ao estabelecimento de mercados de capitais globalizados. Neste âmbito, a desintermediação financeira viabilizou a disseminação do financiamento através da emissão de instrumentos de dívida, que se colocava como uma alternativa mais vantajosa à obtenção de empréstimos por vias bancárias, por exemplo. Nesse sentido, no caso de Estados soberanos, a emissão de títulos da dívida pública nesses mercados viria a se constituir na principal forma de endividamento de países no contexto de globalização financeira (MOSLEY, 2003).

Tal realidade, contudo, trouxe consigo alguns inconvenientes para os governos nacionais. Isso porque o financiamento nos mercados de capitais inviabiliza uma negociação direta com seus credores, que são investidores diversos e dispersos no mundo financeiro – como investidores institucionais, que assumem a forma de fundos mútuos ou fundos de pensão, por exemplo. Desse modo, torna-se necessária a implementação de políticas que sinalizem o comprometimento do país com as regras da globalização financeira para garantir a confiança desses atores e, assim, atrair seus investimentos. Em contrapartida, a adoção de políticas que provoquem desconfiança acerca da capacidade de pagamento do Estado em questão pode ter como resultado uma fuga de capitais – e suas inerentes consequências para o balanço de pagamentos –, assim como uma maior

dificuldade para a captação de recursos, o que se traduz em juros mais altos cobrados pelos credores (KAPLAN, 2011).

É com a finalidade de adequar os países à era da globalização e de evitar eventos como esse que os preceitos do Consenso de Washington passam a ser disseminados pelas instituições da governança econômica global, sobretudo a partir da década de 1990. Nesse sentido, medidas como a liberalização financeira e comercial, disciplina fiscal, redução dos gastos públicos de modo a conter pressões inflacionárias e privatizações, por exemplo, são apontadas por Williamson (1993) como necessárias à consecução de tal objetivo. No caso dos países emergentes da América Latina, como o Brasil, a adequação aos preceitos do Consenso de Washington ocorre paralelamente à implementação do Plano Brady, que viabilizou a conversão da dívida externa dos países em dívida pública, a partir da emissão de *Brady bonds* respaldados pelos Estados Unidos e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – o que solucionaria a crise da dívida desses países e impulsionaria seus ingressos nos mercados de capitais como emissores de dívida (MOSLEY, 2003).

A necessidade de alinhamento ao receituário neoliberal do Consenso de Washington para garantir a confiança do mercado financeiro passaria, no entanto, a conflitar com a pauta tradicional de governos de esquerda – que tendem a adotar políticas expansionistas que visem a garantir a geração de empregos, ainda que em detrimento do controle da inflação (HIBBS, 1977). Em se tratando de um país emergente governado pela esquerda, tal realidade se torna ainda mais problemática, uma vez que suas economias são mais dependentes do ingresso de capital externo para financiar suas dívidas, ao passo em que seus governos são, nesse caso, vistos com maior desconfiança pelo mercado. Uma consequência disso, contudo, é que, ao final do século XX, a esquerda buscou se adequar ao contexto de mobilidade de capitais que se estabeleceu, adaptando suas políticas macroeconômicas às exigências do mundo financeiro (GARRETT, 1998; MOSLEY, 2003). Isso não significa, porém, que não seja vigiada com maior perícia pelos atores do mercado nem que, por vezes, sofra com discriminações político-partidárias (MOSLEY, 2003; CAMPELLO 2015), como será apresentado ao longo deste artigo.

3 AS AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

No contexto de globalização financeira, um dos mecanismos que mediam o relacionamento entre investidores e governos e por meio dos quais as finanças exercem seu poder sobre os Estados

são as agências de classificação de risco – também conhecidas como agências de *rating*. A relevância desfrutada por esses atores – que são empresas privadas – está estreitamente vinculada ao estabelecimento de mercados de capitais globalizados e desintermediados, onde a assimetria informacional existente entre investidores e potenciais tomadores de empréstimos potencializou a demanda pelos seus serviços. Nesse contexto, as agências cumprem a função de informar ao mercado acerca do risco relativo a investimentos em instrumentos de dívida pública, avaliando a capacidade e a vontade que esses Estados² têm para honrar seus compromissos nas condições e prazos pactuados com os credores. Tal informação, por sua vez, assume a forma de um *rating* soberano, representado por um conceito, que é elaborado a partir de uma série de variáveis qualitativas e quantitativas. A emissão do *rating* soberano passa, assim, a produzir fortes impactos na saúde financeira dos países avaliados, uma vez que dele dependem suas condições de acesso ao mercado de capitais³, onde investidores cobrarão juros correspondentes à nota recebida (YWATA, 2012).

Ao longo da década de 1990, o Brasil firmou contrato com as três principais agências – Standard & Poor’s (S&P), Moody’s e Fitch Ratings⁴, que, na prática, monopolizam o segmento de *rating* soberano (TESOURO NACIONAL, 2018)⁵. O período em que isso ocorreu não é uma coincidência, uma vez que nele os governos do país aderiram aos preceitos do Consenso de Washington como via para alcançar o desenvolvimento. A abertura econômico-financeira potencializou, assim, o poder de vigilância dessas empresas que usam de sua prerrogativa avaliativa para pressionar o governo a adotar as políticas por elas consideradas adequadas – uma vez que suas manifestações não se limitam a emissão de um *rating*, assumindo também a forma discursiva, seja através de seus relatórios, seja via declarações de seus dirigentes em canais de mídia. Esse *modus operandi*, por conseguinte, permite que as agências de *rating* atuem lançando mão até mesmo de chantagens e ameaças frente a governos mais dependentes de suas avaliações (YWATA, 2012).

Com efeito, não são poucas as críticas da literatura acerca da atuação desses atores, as quais identificam uma série de falhas tanto na atribuição das notas quanto no próprio processo de

² Também podem ser objetos de avaliação dessas agências empresas e governos subnacionais. A análise proposta neste trabalho, contudo, restringe-se a Estados.

³ É com base nesse *rating* que investidores pautam suas decisões de investimentos – muitas delas, inclusive, condicionadas legalmente ao recebimento de uma determinada nota para que se concretize (SINCLAIR, 2005).

⁴ Neste artigo, todas as menções a “agências de classificação de risco” ou aos *ratings* delas provenientes se referem a essas três empresas.

⁵ A página na internet do Tesouro Nacional disponibiliza todos os movimentos do *rating* soberano brasileiro em perspectiva histórica, a partir dos quais se baseará a próxima seção deste artigo.

elaboração do *rating*. Sinclair (2005), por exemplo, observa que, conquanto se apresentem como técnicas e imparciais, as agências de *rating* são entidades eminentemente políticas, que, desde a própria elaboração do *rating*, incorporam em seus julgamentos uma visão de mundo particularmente voltada aos interesses dos credores. De fato, uma das principais funções dessas empresas seria a de um canal transmissor de políticas e normas neoliberais, traduzidas no Consenso de Washington, que visam à sincronização e à convergência institucional dos Estados – então reféns do financiamento nos mercados de capitais. No mesmo sentido, Kundu (2001) identifica o *rating* como instrumento de persuasão que faz com que governos sigam a agenda do mercado financeiro, pautada pela disciplina fiscal. Já Paudyn (2014), também em linha semelhante, destaca o caráter despolitizador do *rating*, que faz com que uma série de questões de política econômica sejam blindadas do debate político, uma vez que são apresentadas pelas agências como temas técnicos e científicos para o progresso de um determinado país. O resultado disso seria uma bifurcação artificial entre política e economia fomentada pelas agências de classificação de risco.

É à luz dessas percepções que algumas inconsistências na distribuição de notas, que vêm sendo denunciadas pela literatura, podem ser esclarecidas. Uma vez que as agências atuam como porta-vozes do Consenso de Washington, torna-se mais compreensível, por exemplo, que, primariamente, atribuam notas mais baixas a países governados pela esquerda, simplesmente pela ideologia político partidária de seus governantes (BARTA & JOHNSTON, 2017; MOSLEY, 2003; VAALER, SHRAGE & BLOCK, 2006). Isso porque, como observado por Barta e Johnston (2017), a orientação ideológica de partidos políticos pode se constituir, para as agências, como um informativo acerca de potenciais políticas a serem implementadas, de modo a fazê-las agir preventivamente. Ao final e ao cabo, tais discriminações político partidárias reforçam a ideia de que essas empresas atuam como guardiãs da disciplina fiscal, sobretudo em sua relação com países emergentes (HANUSCH & VAALER, 2013). No caso brasileiro, ao longo dos governos do PT, alguns desses elementos se manifestaram mais explicitamente, como será melhor analisado a seguir.

4 OS GOVERNOS PETISTAS E AS AGÊNCIAS DE *RATING*

Diante do panorama apresentado, esta seção propõe uma narrativa dos movimentos do *rating* soberano do Brasil ao longo dos governos petistas, de modo que seja possível visualizar de

que maneira alguns aspectos da atuação das agências de classificação de risco – apresentados na seção precedente – se materializaram na realidade brasileira. Conquanto não seja um objetivo analisar a política econômica adotada pelos governos do PT ou avaliar a conjuntura internacional na qual estes se inseriram, alguns elementos dessa natureza serão apresentados para que se possa melhor compreender os movimentos do *rating* brasileiro e suas consequências. Em seguida, a dinâmica das mudanças das notas recebidas pelo país é confrontada com análises e teorias que permitem melhor compreendê-la. Dessa maneira, busca-se operacionalizar o argumento de que as agências se constituíram em um instrumento disciplinador – em consonância com os preceitos neoliberais – dos governos petistas, de a modo a puni-los diante de qualquer ameaça de desvio desse padrão.

4.1 Os treze anos de relação entre o PT e as agências de *rating*

Ainda que o governo de Lula da Silva só tenha se iniciado em 2003, a relação entre o PT e as agências de classificação de risco começa no ano anterior, em meio à disputa eleitoral. Diante de um discurso historicamente avesso aos interesses do mercado financeiro, no qual se defendia inclusive o calote da dívida externa (CAMPELLO, 2015), investidores já reagem mal à medida que a vitória do candidato da esquerda se tornava mais provável (JENSEN; SCHMITH, 2005). Uma das expressões do pânico que se desenhava com a iminente vitória de Lula foi o rebaixamento do *rating* soberano brasileiro pelas três principais agências de classificação de risco, entre junho e agosto de 2002. Em comunicado noticiado pela Folha de S. Paulo (2002), a Fitch Ratings, por exemplo, declarou que o rebaixamento refletia “a piora nos fundamentos do crédito do Brasil conduzidos pelas persistentes incertezas sobre a continuidade da atual política econômica e a sustentabilidade da dívida como um resultado da transição política do Brasil”. É nesse contexto que o então futuro presidente Lula, para tentar conter as inquietações em torno de seu governo, buscou garantir, na Carta ao Povo Brasileiro (2002) que:

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo [...] não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. [...] Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. [...] Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos.

Poucos dias depois, foi a vez do então assessor econômico de Lula, Guido Mantega, reafirmar, em entrevista à BBC (2002), o compromisso do partido com seus credores. Para o futuro

Ministro da Fazenda, declarar a moratória “seria uma bobagem, uma atitude desnecessária. O Brasil tem condições de administrar sua dívida pública, tanto a interna quanto a externa. Estamos vivendo um momento difícil, mas é passageiro. Não há razão nenhuma para dar calote.” Na ocasião, Mantega destacou ainda seu posicionamento favorável à independência do Banco Central, alinhando-se, assim, a um dos pilares do Consenso de Washington.

A desconfiança, contudo, não se esvaiu apenas com promessas e o cenário em que Lula assumiu a presidência foi marcado por fuga de capitais, desvalorização do real e inflação ascendente (SANTOS, 2012). Diante desse panorama e sob o constrangimento das agências – que assumia tanto a forma discursiva quanto a de piores notas –, o novo governo, a partir de 2003, começou efetivamente a demonstrar seu comprometimento com as políticas de austeridade que já vinham sendo implementadas – por exemplo, com corte de gastos públicos e aumento dos juros, além da manutenção do tripé macroeconômico⁶ do governo FHC – e montando uma equipe econômica em sintonia com a agenda do mercado (SINGER, 2009). O rompimento com as propostas historicamente defendidas pelo PT, por conseguinte, tornava-se evidente, surpreendendo setores diversos do espectro político brasileiro e até mesmo alas do próprio partido⁷ (GOLDFRANK; WAMPLER, 2008). Em contrapartida, essas ações se refletiram nas sucessivas melhoras na avaliação do *rating* brasileiro pelas agências de classificação de risco, que, até setembro de 2004, já haviam – as três – elevado a nota do país.

Paralelamente, a configuração de uma conjuntura internacional favorável – especialmente devido ao *boom* no preço das *commodities* – passou a conferir ao governo uma maior margem de manobra para a adoção de políticas microeconômicas mais identificadas com sua agenda original (CAMPELLO, 2015). Dessa forma, sob os auspícios da ortodoxia macroeconômica, o PT encontrou espaço para implementar políticas sociais e medidas de fomento ao mercado interno, o que ajudou a impulsionar o crescimento econômico no qual o país ingressava. Nesse contexto, nem mesmo a crise do “mensalão” foi o suficiente para abalar a confiança do mercado no presidente – então avaliado como pertencente à “esquerda responsável” (*ibidem*) –, o que permitiu que as eleições de 2006 transcorressem, para os investidores, de modo bem mais tranquilo do que a

⁶ Em 1999, o governo FHC, respaldado pelo FMI, estabeleceu como matriz macroeconômica um regime de câmbio flutuante, metas de inflação e metas de superávit primário que estabilizasse a relação da dívida pública com o PIB – dessa forma, estabelecia-se o tripé macroeconômico, em conformidade com a ortodoxia neoliberal vigente (BRESSER-PEREIRA, 2012).

⁷ Tais divergências estão na origem da fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) por membros do PT que não admitiram a conduta do governo.

anterior. Com efeito, conforme noticiado pela Folha de S. Paulo (2005), em julho de 2005, a S&P declarava até que “a investigação das denúncias dentro do sistema democrático dá uma ideia da forte estrutura institucional do país”.

O que, no entanto, suscitava inquietações nas agências era a substituição, em 2006, de Palocci por Mantega no Ministério da Fazenda, que passou a gerar expectativas em torno de uma possível guinada à esquerda por parte do governo (FOLHA DE S. PAULO, 2006). Essas preocupações, não obstante, mostraram-se infundadas no decorrer do segundo mandato de Lula, que seguiu privilegiando a disciplina fiscal e a manutenção do tripé macroeconômico (SINGER, 2009). A partir de então, o sucesso das políticas redistributivas e de expansão do mercado interno, associado ao crescimento do PIB e ao registro de sucessivos superávits primários, instaurou um clima de otimismo com relação à obtenção do grau de investimento. De fato, o ano de 2007 foi marcado por novas elevações na nota do país, com as três agências o colocando a um ou dois conceitos abaixo do selo de bom pagador. Toda essa expectativa se refletiu na ida do próprio ministro Mantega à Nova Iorque, para fazer *lobby* nas agências por uma nota melhor – caso contrário, segundo o ministro, eram elas que corriam o risco de ficarem desmoralizadas (FOLHA DE S. PAULO, 2007).

O grau de investimento viria no ano seguinte, com a S&P sendo a primeira a promover o *rating* brasileiro a esse patamar, o que ocorreu em 30 de abril de 2008. Um mês depois, foi a vez da Fitch Ratings atribuir ao país o selo de confiança. Na ocasião, a diretora sênior para *ratings* soberanos da agência, Shelly Shetty, elogiou a condição do país à Folha de S. Paulo (2008):

A impressionante melhora das finanças externas, em parte puxada pela alta do preço das *commodities*, mas também um resultado da boa gerência política juntamente com o status de credor líquido soberano, fez o Brasil ficar muito mais resistente aos choques financeiros globais e aumentou sua credibilidade em relação à sua política macroeconômica.

Já a Moody's elevaria a avaliação do país ao mesmo nível apenas no ano seguinte, já em meio as repercussões da crise econômica global desencadeada em outubro de 2008. Nesse sentido, em setembro de 2009, o Brasil já era considerado pela empresa um vencedor em meio à crise, o que se traduziu no discurso otimista do então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles: “uma agência como essa, conservadora, considerar o país vencedor, isso é, de fato, um selo que confirma tudo aquilo que tem sido dito pelo presidente, no sentido de que o Brasil entrou forte, tomou as medidas adequadas, e saiu da crise mais rápido e mais forte do que muitos países” (FOLHA DE S. PAULO, 2009). O FMI, por sua vez, justificaria a mudança de patamar do *rating* brasileiro a partir da boa gestão macroeconômica do país, ressaltando a manutenção do tripé neoliberal por

quase uma década: “Um aspecto positivo é que, na fase de expansão, a América Latina reduziu vulnerabilidades. Com quase uma década de gestão macroeconômica consistente, o Brasil é um ótimo exemplo” (O GLOBO, 2016).

Assim, com o cenário de estabilidade e confiança que se estabeleceu, as eleições de 2010 transcorreram também sem preocupações no mundo financeiro. Na realidade, como observado por Campello (2015), não havia grandes distinções entre os programas concorrentes do PT e do PSDB, uma vez que a candidata Dilma Rousseff reiterava o compromisso de seu governo com a disciplina fiscal e a política macroeconômica até então vigente. Nesse cenário, enquanto a candidata petista vencia o pleito sem dificuldades, a dupla Meirelles e Mantega já demandava às agências novos *upgrades* no *rating* brasileiro. Como noticiado pela Folha de S. Paulo (2010), em abril daquele ano, o ministro Mantega, durante a CPI da dívida pública, declarava que “poderíamos ter *ratings* melhores” e dizia estar conversando com as agências. Com efeito, o ano de 2011 seria marcado por novas elevações na nota do país por parte da S&P e da Fitch Ratings, que destacou que o novo governo demonstrava “sinais de maior contenção dos gastos públicos, que, juntamente com as perspectivas de crescimento saudável, devem permitir uma melhora da dívida pública” (FOLHA DE S. PAULO, 2011). O clima de confiança permaneceria, assim, também no ano seguinte, com a confirmação da nota do país pelas três empresas.

Entretanto, toda essa atmosfera positiva começaria a se alterar a partir de 2013 – devendo-se aqui destacar a conjuntura internacional desfavorável que se estabelecera na esteira da crise econômica global. Na realidade, já no ano anterior, o tripé macroeconômico começaria a ser deixado de lado em prol da nova matriz econômica⁸, à qual Singer (2015) se referiria como “ensaio desenvolvimentista”. Nesse novo contexto, em fevereiro, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, já admitia estar preocupado com a inflação⁹, ao passo que, gradativamente, a mudança na gestão da economia e o baixo crescimento do PIB começavam a sabotar a confiança do mercado

⁸ Conforme o autor, trata-se de como este denominou a política econômica colocada em prática por Mantega – chamada pelo ministro de “nova matriz econômica” – ao longo do governo de Dilma Rousseff. Tal política, de caráter anticíclico, é analisada por Singer (2015) como sendo pautada por: i) redução dos juros; ii) uso intensivo do BNDES; iii) aposta na reindustrialização; iv) desonerações; v) plano para a infraestrutura; vi) reforma no setor elétrico; vii) desvalorização do real; viii) controle de capitais; e ix) proteção ao produto nacional.

⁹ Trata-se de uma declaração dada à colunista d’O Globo, Miriam Leitão, em fevereiro de 2013.

para com o governo petista (SINGER, 2015). Sintomaticamente, em junho, a agência S&P alterava a perspectiva¹⁰ da nota brasileira para negativa.

No cenário adverso que começava a se configurar, a desconfiança dos investidores quanto ao rumo do país aumentava e a “nova matriz econômica” do governo Dilma ia sendo inviabilizada pelo aumento dos juros que o governo se viu obrigado a implementar (*ibidem*). Em 2014, o rebaixamento do *rating* pela S&P e a revisão da perspectiva para negativa pela Moody’s prenunciavam as turbulências que cercariam as eleições de outubro e que se colocariam para o novo governo que assumiria. Como seria de se esperar, a piora nas avaliações pelas agências passou a ser usada politicamente em desfavor do governo, como deixa claro a declaração, já em março daquele ano, do então futuro principal concorrente de Dilma Rousseff no pleito, Aécio Neves, do PSDB (PSDB, 2014):

Infelizmente aconteceu o previsto e o país teve sua nota de crédito rebaixada pela Standard & Poor’s. A decisão coroa uma temporada de equívocos cometidos pelo governo da presidente Dilma Rousseff na área econômica, mas não só nela. O histórico de manipulações contábeis, o descuido com a boa aplicação dos recursos públicos, a leniência com a inflação, a ineficácia na realização dos investimentos necessários para destravar o país, em contrapartida aos exorbitantes gastos correntes, explica, com sobras, a indesejada decisão.

Já em outubro de 2014, a diretora sênior da Fitch Ratings, Shelly Shetty, alertava o próximo governo quanto aos maus rumos da economia¹¹:

O próximo governo herdará uma economia que enfrenta múltiplos desafios em termos de baixo crescimento, inflação elevada e performance fiscal em deterioração. Portanto, ajustes de política serão fundamentais para determinar a trajetória futura dos *ratings* soberanos do Brasil e de sua perspectiva

É nesse contexto que, em contraste com as duas disputas anteriores, a eleição de 2014 é definida por uma estreita margem de 4% dos votos, novamente favorável à candidata do PT. Imediatamente após o resultado, era a Moody’s que destacava que o desafio de Rousseff seria recuperar a confiança do mercado (FOLHA DE S. PAULO, 2014). Em sintonia com as solicitações das agências, o governo reeleito, contrariando as promessas de sua campanha, aderiu rigorosamente à disciplina do mercado financeiro, fazendo com que a política econômica voltasse a ser ditada pela ortodoxia neoliberal (PAULANI, 2017). Não obstante, as iniciativas do governo não renderam o resultado esperado e o ano de 2015 seria marcado por novos rebaixamentos do *rating* do país.

¹⁰ Segundo a S&P (2017), uma perspectiva negativa significa que há, pelo menos, uma chance em três de rebaixamento da nota nos seis a nove meses seguintes.

¹¹ Conforme noticiado pela Folha de S. Paulo (2014), trata-se de um contexto em que a agência já demandava a execução de “reformas estruturais”.

Em agosto, a Moody's promoveria o primeiro *downgrade* do ano, enquanto, no mês seguinte, a S&P retiraria o *rating* brasileiro da categoria grau de investimento. Já a Fitch, nos meses de outubro e dezembro, promoveria um duplo rebaixamento na avaliação brasileira, que também teve como consequência a perda do grau do investimento. Em meio ao caos político e econômico que se formava, Dilma Rousseff, já em maio de 2016, é afastada do cargo de presidente em decorrência do início de seu processo de *impeachment* – o que põe fim, dessa maneira, à relação entre o PT e as agências de *rating*.

4.2 Duas ameaças de rompimento com a ortodoxia neoliberal

A narrativa apresentada deixa claro que a atuação das agências de classificação de risco, ao longo dos governos petistas, foi muito além da emissão de um *rating* informativo aos investidores no mercado financeiro. Na realidade, tanto as notas por elas atribuídas ao país quanto suas manifestações discursivas demonstram a preocupação em moldar e constranger as escolhas políticas do governo, sobretudo diante de sua orientação de esquerda na condução de uma economia emergente. Esse aspecto se mostra mais evidente no plano macroeconômico, com as agências se mostrando verdadeiras guardiãs do tripé neoliberal lançado pelo governo de FHC em 1999. O pânico que se desenhava em 2002, diante da iminente vitória de Lula nas eleições – que supostamente seria uma séria ameaça à manutenção dessa política macroeconômica – e refletido nos rebaixamentos do *rating* brasileiro, torna-se ilustrativo para o caso já apontado pela literatura acerca do preconceito dessas empresas para com governos de esquerda. Por sinal, foi o próprio governo FHC que atentou para as incongruências das agências nesse cenário, conforme noticiado pela Folha de S. Paulo, em outubro de 2002:

A própria agência [Fitch Ratings], em nota divulgada na manhã de hoje, reconhece sua incapacidade de formar um juízo a respeito da matéria. No entanto, age como se soubesse que o próximo governo não será capaz de lidar de forma adequada com a questão, embora elogie sinais emitidos pelo candidato que lidera as pesquisas. [...] Ao não fornecer qualquer razão técnica para sustentar a sua tese, a agência transforma sua decisão em um exercício de especulação sobre o curso futuro dos eventos, exercício que poderia ser aplicado a qualquer país, levando ao mesmo tipo de conclusões equivocadas.

Não obstante, conforme apontado na subseção anterior, o governo Lula se mostraria fortemente comprometido com a manutenção do tripé neoliberal, adquirindo a confiança das agências e fazendo com que o *rating* brasileiro, gradativamente, fosse sendo melhor avaliado. Isso se deu em meio a uma conjuntura internacional favorável, que permitiu ao governo conciliar

políticas microeconômicas de esquerda – como o bolsa família, por exemplo – com a ortodoxia neoliberal no plano macroeconômico. Com o crescimento econômico associado à disciplina do mercado, o governo Lula, conforme observado por Ywata (2012, p. 227), adotou, frente às agências, uma estratégia de não enfrentamento e de perseguição ao grau de investimento. Como analisado, este objetivo foi concretizado entre 2008 e 2009, em meio a elogios das agências e a um cenário de crise econômica global que marcaria uma reversão da conjuntura internacional favorável que até então vigorava.

A configuração desse novo contexto faria, contudo, com que o Brasil fosse vigiado ainda mais de perto pelo mercado financeiro (CAMPELLO, 2015) e, conseqüentemente, pelas agências de classificação de risco. Paralelamente, o governo de Dilma Rousseff promoveria, a partir de 2012, o desmonte do tripé macroeconômico neoliberal, com a implementação da nova matriz econômica, que estabeleceu um conflito aberto com os setores rentistas da sociedade (SINGER, 2015; VACCARI & PEREZ, 2017). Esses eventos seriam um marco na relação entre os governos do PT e as agências de classificação de risco, que passaram, então, a sistematicamente rebaixar a nota de risco do país – o que culminaria na perda do grau de investimento e no uso político deste evento contra o governo. É nesse contexto caótico que se estabelecia que ressurgia a percepção de que era necessário recuperar o tripé macroeconômico (OREIRO, 2016) – o que resulta no retorno escancarado à submissão à disciplina da ortodoxia neoliberal, explicitada no primeiro ano do segundo mandato de Rousseff, mas que não foi suficiente para readquirir a confiança das agências.

Diante desse panorama, o que se percebe, por conseguinte, é que o medo manifestado pelas agências de classificação de risco, em 2002, relacionado ao abandono do tripé macroeconômico neoliberal, só viria a ser respaldado pela realidade cerca de uma década depois. A consequência disso é que, apenas nesses dois momentos da relação que tiveram com os governos do PT, foi necessário às agências lançar mão de seu principal instrumento disciplinador para constranger o governo a retornar ao caminho da ortodoxia neoliberal – que, conforme observado por Paulani (2017), não foi, em nenhum momento dos governos petistas, completamente abandonado¹². Em contrapartida, entre esses dois momentos, o que se verifica é uma vigilância constante apenas no

¹² Conforme a autora: “tomados em seu conjunto, os anos petistas revelam, portanto, um caráter errático e enorme oscilação: fidelidade integral, de início, aos cânones da prescrição ortodoxa (anos Palocci), inspiração Desenvolvimentista na sequência (anos PAC), reação embaralhada de ortodoxia com heterodoxia, mas certamente menos Desenvolvimentista que a etapa anterior, no primeiro período de Dilma, e novamente um retorno forte à ortodoxia nos últimos 16 meses de governo petista (com Joaquim Levy assumindo o Ministério da Fazenda).”

plano discursivo, premiando, com notas mais altas, a responsabilidade fiscal de um neodesenvolvimentismo que, conforme Boito Jr. e Berringer (2013), nunca excedeu os limites do modelo econômico neoliberal que previamente se estabelecera no país.

5 CONCLUSÃO

O advento da globalização financeira reconfigurou o relacionamento entre governos nacionais e seus credores, uma vez que, nesse contexto, a obtenção de empréstimos passa a ocorrer, majoritariamente, via financiamento nos mercados financeiros. Diante da importância desfrutada pelas agências de classificação de risco neste âmbito, o recebimento de uma avaliação melhor ou pior passa a ser de grande impacto para o balanço de pagamentos de um país. No caso de uma economia emergente governada por um partido de esquerda, como foi o caso do Brasil ao longo dos governos do PT, o relacionamento com essas agências pode vir a se tornar problemático, tanto devido à importância do *rating* para um país emergente quanto à incompatibilidade *a priori* existente entre um governo de esquerda e os preceitos do Consenso de Washington, que norteiam a ação das agências. Diante disso, este artigo analisou como essa relação se mostrou mais conflituosa nos dois momentos em que as agências se viram frente à possibilidade real de abandono do tripé macroeconômico neoliberal pelos governos petistas – passando a atribuir ao país, nessas ocasiões, notas piores, que passaram a incidir negativamente sobre a economia do país.

Isso não significa, contudo, que as agências sempre ajam dessa maneira em seu relacionamento com governos de esquerda em países emergentes. Com efeito, as limitações metodológicas desta pesquisa permitem tirar conclusões nesse sentido apenas circunstancialmente, voltadas, neste caso, para o período analisado no caso brasileiro. Desse modo, pesquisas mais abrangentes, que contemplem um número maior de países com a mesma condição do Brasil, viabilizariam conclusões mais contundentes nesse sentido.

Este artigo contribui, por conseguinte, para o debate em torno da atividade das agências de *rating*, sobretudo em um contexto marcado por contestações acerca de suas atuações, que se tornaram constante alvo de críticas diante do papel negativo e controverso que tiveram na recente crise econômica global – e em outras anteriores (KRUCK, 2016). Ademais, um melhor entendimento acerca da maneira como operam permite, por conseguinte, vislumbrar as possibilidades de ação de governos de esquerda em meio a esse contexto e, conseqüentemente, de

avanços em termos de governança democrática. Diante da constante mutação da forma como o embate entre capitalismo e democracia se apresenta (STREECK, 2016), as agências de classificação de risco despontam, ao que tudo indica, como parte desse cenário que cabe à academia desvendar.

REFERÊNCIAS

BARTA, Zsófia; JOHNSTON, Alison. (2017), Rating politics? Partisan discrimination in credit ratings in developed economies. *Comparative Political Studies*, pp. 1-34.

BBC. (2002), 'Lula deixou esquerdismo de lado', diz economista do PT. Acessado em 14/02/2018 e disponível em http://www.bbc.com/portuguese/economia/020628_donmlss.shtml

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. (2013), Brasil: Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, nº 47, pp. 31-38.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2012), O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. *Novos Estudos*, v. 95, pp. 5-14.

CAMPELLO, Daniela. (2015), The politics of market discipline in Latin America: globalization and democracy. Cambridge, Cambridge University Press.

FOLHA DE S. PAULO. (2002), Fitch rebaixa avaliação do Brasil e cita transição. *Folha de S. Paulo*, acessado em 30/02/2018 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u57523.shtml>

_____. (2002) Decisão da Fitch é extemporânea e equivocada, diz BC e Fazenda. *Folha de S. Paulo*, Acessado em 12/02/2018 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u57539.shtml>

_____. (2005), Agência de risco ecoam o discurso da blindagem. *Folha de S. Paulo*, acessado em 30/12/2017 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u98145.shtml>

_____. (2005), Agência de risco ecoam o discurso da blindagem. *Folha de S. Paulo*, acessado em 30/12/2017 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u98145.shtml>

_____. (2006) Agência de risco teme guinada à esquerda. *Folha de S. Paulo*, acessado em 03/02/2018 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0504200616.htm>

_____. (2007) Governo faz lobby em NY por nota melhor. *Folha de S. Paulo*, acessado em 29/12/2017 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1504200709.htm>

_____. (2008) Fitch promove nota do Brasil para investimento. *Folha de S. Paulo*, acessado em 24/02/2018 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2008/05/402207-fitch-promove-nota-de-risco-do-brasil-para-grau-de-investimento.shtml>

_____. (2009), Nota da Moody's é um selo que confirma força da economia, diz Meirelles. *Folha de S. Paulo*, acessado em 19/01/2018 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2009/09/627653-nota-da-moodys-e-um-selo-que-confirma-forca-da-economia-diz-meirelles.shtml>

_____. (2011) Agência de classificação de risco eleva nota do Brasil. *Folha de S. Paulo*, acessado em 11/02/2018 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/04/897964-agencia-de-classificacao-de-risco-eleva-nota-do-brasil.shtml>

_____. (2014) Ajustes após eleições serão inevitáveis, diz Fitch. *Folha de S. Paulo*, acessado em 18/01/2018 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1533405-ajustes-pos-eleicao-serao-fundamentais-para-rating-do-brasil-diz-fitch.shtml>

_____. (2014) Desafio imediato de Dilma é recuperar a confiança do mercado, diz Moody's. *Folha de S. Paulo*, acessado em 10/02/2018 e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1539776-desafio-imediato-de-dilma-e-recuperar-confianca-do-mercado-diz-moodys.shtml>

GARRETT, Geoffrey. (1998), *Partisan Politics in the Global Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.

GOLDFRANK, Benjamin; WAMPLER, Brian. (2008), From petista way to Brazilian way: how the PT changes in the road. *Revista Debates*, v. 2, n° 2, pp. 245-271.

HANUSCH, Marek; VAALER, Paul M. (2013), Credit rating agencies and elections in emerging democracies: guardians of fiscal discipline? *Economics Letters*, v. 119, pp. 251-254.

HIBBS JR., Douglas A. (1977), Political Parties and Macroeconomic Policies. *The American Political Science Review*, v. 71, pp. 1467-1487.

JENSEN, Nathan M.; SMITH, Scott. (2005). Market responses to politics: the rise of Lula and the decline of Brazilian stock markets. *Comparative Political Studies*, v. 38, n°10, pp. 1245-1270.

KAPLAN, Stephen B. (2011), Globalization and austerity politics in Latin America. Acessado em 13/02/2018 e disponível em <http://econweb.umd.edu/~davis/eventpapers/kaplanglobalization.pdf>

KRUCK, Andreas. (2016), Resilient blunderers: credit rating fiascos and rating agencies' institutionalized status as private authorities, *Journal of European Public Policy*. Acessado em 23/02/2018 e disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/13501763.2015.1127274>

KUNDU, Amitabh. (2001), Politics and economics of credit rating. *Economic and Political Weekly*, v. 36, n. 4, p. 293-295.

LEITÃO, Miriam. (2013), Alta desconfortável. O Globo. Acessado em 20/01/2018 e disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/alta-desconfortavel-485606.html>

MATHIS, Jérôme; MCANDREWS, James; ROCHET, Jean-Charles. (2009), Rating the raters: are reputational concerns powerful enough to discipline rating agencies? *Journal of Monetary Economics*, v. 56, p. 657-674.

MOSLEY, Layna. (2003), Global capital and national governments. Cambridge, Cambridge University Press.

O GLOBO. (2016). As reações em 2008 e agora à nota de crédito do Brasil. Acessado em 13/02/2018 e disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/as-reacoes-em-2008-agora-nota-de-credito-do-brasil-17451231>

OREIRO, José Luiz; MARCONI, Nelson. (2016), O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 11, n.º 19, pp. 167-179.

PAULANI, Leda Maria. (2017), A experiência brasileira entre 2003 e 2014: neodesenvolvimentismo? *Cadernos de Desenvolvimento*, v. 12, n.º 20, pp. 135-155.

PAUDYN, Bartholomew. (2014), Credit ratings and sovereign debt: the political economy of creditworthiness through risk and uncertainty. Palgrave Macmillan.

PSDB. (2002) Declaração de Aécio Neves sobre corte na nota de crédito do Brasil. *PSDB*, acessado em 16/01/2018 e disponível em <http://www.psdb.org.br/sc/declaracao-de-aecio-neves-sobre-corte-na-nota-de-credito-do-brasil/>

RATINGS, S&P Global. (2017), S&P Global Ratings coloca ratings de longo prazo ‘BB’ e ‘brAA-’ do Brasil em CreditWatch negativo por aumento das incertezas políticas. Comunicado à imprensa em 22 de maio de 2017.

SANTOS, Fabiano. (2012). “The Lula Government and the Social Democratic Experience in Brazil”, in R. Boschi e C. H. Santana (eds.), *Development and Semi-periphery: Post-neoliberal trajectories in South America and Central Eastern Europe*, London, New York, Delhi, Anthem Press, pp. 305-326.

SINCLAIR, Timothy J. (2005), *The new masters of capital: american bond rating agencies and the politics of creditworthiness*. Cornell, Cornell University Press.

SINGER, André. (2009), Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, v. 81, pp. 83-102.

_____. (2015), Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, v. 102, pp. 39-67.

SILVA, Luis Inácio Lula da. (2002), Carta ao povo brasileiro. Acessado em 14/01/2018 e disponível em http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf

STRANGE, Susan. (1998) *The retreat of the state*. Cambridge University Press.

STREECK, Wolfgang. (2012), As crises do capitalismo democrático. *Novos Estudos*, v. 92, pp. 35-56.

TESOURO NACIONAL. (2018) Classificação de risco da República Soberana do Brasil. *Tesouro Nacional*. Acessado em 30/01/2018 e disponível em <http://www.tesouro.gov.br/en/classificacao-de-risco>

VAALER, Paul. M.; SCHRAGE, Burkhard; N., & BLOCK, Steven A. (2006), Elections, opportunism, partisanship and sovereign ratings in developing countries. *Review of Development Economics*, v. 10, pp. 154-170.

VACCARI, Gabriel da Silva; PEREZ, Reginaldo Teixeira. (2017), A Doxa Política das Finanças: o discurso dos banqueiros diante da nova matriz econômica do governo Dilma Rousseff. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 8, nº 3.

WILLIAMSON, John. (1993), Democracy and the Washington Consensus. *World Development*, v. 21, nº 8, pp. 1329-1336.

YWATA, Ricardo K. (2012), Ordem Mundial e Agências de Rating: o Brasil e as agências na era global (1996-2010). São Paulo, Editora Senac.



O desenvolvimento em escala global, a financeirização e a dívida pública¹

Luciana Raimundo²

GT 7 – Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹ O artigo sistematiza algumas reflexões realizadas durante o percurso formativo no PPGSP/UFSC.

² Bacharel em Ciências Sociais e Licenciada em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - PPGSP/UFSC, na linha de pesquisa: Mundos do Trabalho. Doutoranda em Sociologia Política no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - PPGSP/UFSC, na linha de pesquisa: Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro.

Resumo: O artigo aborda o processo de financeirização da economia, intensificado por políticas econômicas voltadas à desregulamentação e à abertura dos mercados domésticos. Reflete sobre a relação existente entre a atuação de organizações internacionais, como Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, com o crescimento das desigualdades globais. Discorre sobre intensificação da nova forma de acumulação do capital, valorizando-se as aplicações financeiras nos mercados especializados, e sobre o interesse de diferentes agentes econômicos, incluindo corporações, grupos econômicos e financeiros, por títulos públicos. Aborda a dívida pública, em especial no Brasil, como transferência de recursos, a partir de uma relação de dependência de capital, restringindo o orçamento e a autonomia política. A partir da atuação das corporações midiáticas e *think tanks* discute-se, brevemente, a criação de um senso comum, legitimando a financeirização e a pouca regulação da economia por meio de intensa difusão do pensamento neoliberal. **Palavras-Chave:** Desenvolvimento global, financeirização e dívida pública.

Introdução

O artigo aborda aspectos relacionados ao processo de financeirização da economia, intensificado por políticas econômicas voltadas à desregulamentação e à abertura dos mercados domésticos na dinâmica global. O papel de organizações internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), na criação de estruturas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo global, bem como na reestruturação de restrições e oportunidades políticas, e na reformulação de políticas e estruturas de longo prazo, possui como pressuposto o desenvolvimento econômico e social dos países. Por sua vez, o crescimento das desigualdades globais no processo de mundialização política e econômica denota contradições na consecução do objetivo das organizações internacionais mencionadas, e ganha novas margens a partir da expansão da atuação das corporações e grupos econômicos e financeiros.

Neste contexto, a financeirização, entendida neste artigo como uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais (CHESNAIS, 2005, p. 35), possibilita o desencadeamento de diversas análises. Este artigo aborda o interesse de agentes econômicos pela compra de títulos públicos de diferentes países, em destaque aqui o Brasil, pautados na lucratividade e segurança que representam, a dívida como transferência de recursos e a dependência de capital para o desenvolvimento de projetos e equilíbrio da balança de pagamentos.

No Brasil, a dívida pública pode ser classificada como interna e externa. Tendo em vista que agentes estrangeiros podem comprar títulos lançados no mercado interno, a classificação é realizada de acordo com a origem da emissão e da moeda utilizada na transação. Quando os recursos são captados por meio da venda de títulos públicos, essa levará o nome de Dívida Pública Federal Mobiliária e, quando a captação for realizada via contratos firmados,

principalmente, com organismos multilaterais, será denominada como Dívida Contratual. Toda a Dívida Pública Federal contraída no mercado interno é paga em real e se efetiva via emissão de títulos públicos, recebendo o nome de Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi). Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe), paga em dólar norte-americano, é contraída via títulos e contratos estabelecidos no mercado internacional³.

Considerando os recursos brasileiros destinados ao pagamento da dívida, o texto condensa reflexões sobre as restrições orçamentárias para o desenvolvimento econômico e social do país. Discute a autonomia política frente a esse cenário de dependência de capital e a atuação das corporações midiáticas e *think tanks* na criação de um senso comum, legitimando a financeirização e a pouca regulação da economia por meio de intensa difusão do pensamento neoliberal, em destaque, nos campos jornalístico e acadêmico.

O desenvolvimento em escala global e a financeirização da economia

No contexto de mundialização política e econômica, determinadas instituições se articulam, em diferentes níveis e esferas, na promoção do diálogo entre os países e na abertura e criação de estruturas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo global. Tal atuação implica a reestruturação de restrições e oportunidades políticas e a reformulação de políticas e estruturas de longo prazo, resultando em ações compatíveis com o contexto econômico e geopolítico de cada país e o seu nível de desenvolvimento.

Segundo Gill (2002, p. 49), apesar de o FMI, o Banco Mundial e a OMC terem como objetivo, de modo geral, a promoção do desenvolvimento econômico e social dos países, uma forte relação entre o crescimento das desigualdades globais com a redefinição política em escala mundial pode ser verificada, principalmente, diante das transformações vivenciadas pelos países de terceiro mundo. Para o autor, a relação acima mencionada decorre dos novos rumos do neoliberalismo⁴, onde seus limites tornam-se aparentes à medida que a atomização social e as desigualdades econômicas e sociais se intensificam.

Assim, o desenvolvimento almejado pelas organizações internacionais apresenta inflexões, quando medidas protecionistas e o crescimento do mercado financeiro global culminam numa lógica de acumulação do capital com consequências devastadoras. Para Gill

³ Fonte: Tesouro Nacional. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/conceitos-basicos-faq>. Acesso em 14 de ago. de 2018.

⁴ Apesar de Gill (2002) não explicitar neste artigo o conceito “neoliberalismo”, neste texto utilizamos a definição de Harvey (2006, p. 145) “O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas econômicas políticas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido pela maximização das liberdades empresariais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio” (Tradução nossa).

(2002, p. 48) trata-se da instauração de um novo constitucionalismo, onde a institucionalização gradual de uma estrutura de restrições constitucionais é projetada para maximizar a eficiência de um capitalismo global.

Neste contexto, a maneira como a globalização é gerida e a intencionalidade projetada em seus arranjos passam a ser substancialmente questionadas. De acordo com Stiglitz (2002, p. 263), uma parte do problema pode ser identificada na atuação das organizações internacionais, que estabelecem regras e favorecem os interesses dos países industrializados e de indivíduos específicos. Estes agentes: “muitas vezes, abordam a globalização a partir de mentalidades especialmente estreitas, moldadas por um ponto de vista particular acerca da economia e da sociedade” (STIGLITZ, 2002, p. 263). Para muitos, estar contra a globalização não significa estar contra os novos recursos e os novos mercados de exportação, mas contra um conjunto específico de doutrinas, como as políticas do Consenso de Washington, por exemplo, que as instituições financeiras internacionais impuseram (STIGLITZ, 2002, p. 270).

Representantes do FMI e da OMC, por exemplo, podem possuir vínculos com grupos econômicos e financeiros, colocando em dúvida a existência de interesses específicos e o condicionamento de tais organizações aos ditames do mercado, sobretudo, do mercado financeiro. O vínculo mencionado que, por analogia, pode ser comparado ao mecanismo de uma porta giratória, também é observado dentro dos Estados Nação. Ferreira (2005, p. 101) argumenta que existem dois perfis para o conjunto das pessoas que passam por uma função-chave no Estado. Os que constroem carreira no governo e depois atuam em empresas do setor privado, e os que deixam seus cargos em empresas e bancos privados, passam pelo governo e retornam ao mercado privado, melhores posicionados que antes.

O aparecimento e a consolidação de uma nova forma de acumulação do capital, na qual se valoriza as aplicações financeiras nos mercados especializados e a elaboração e implantação de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, são fatores que sustentam e reforçam, permanentemente, o regime institucional internacional de dominação, segundo Chesnais (2005, p. 20). Atualmente, se vivencia um regime institucional específico, envolvendo não somente a atuação das organizações mencionadas, mas a atuação de firmas multinacionais, grandes bancos e fundos de investimentos, conduzindo a uma nova polarização da riqueza.

Assim, os novos rumos do neoliberalismo, além de provocar o aumento das desigualdades globais, alienam economias nacionais à especulação do mercado financeiro, desestabilizam os governos nacionais e comprometem sua autonomia, principalmente no que se refere à aplicação de políticas destinadas ao desenvolvimento econômico e social.

Reflexos da financeirização na construção de um pensamento hegemônico

De acordo com Harvey (2006, p. 146), para qualquer sistema de pensamento tornar-se hegemônico, a articulação de conceitos fundamentais, profundamente incorporados em entendimentos de senso comum é fundamental para que sejam tomados como certos e inquestionáveis. Neste contexto, nenhum conceito antigo serve. É preciso construir um aparato conceitual que apele a nossas intuições e instintos, a nossos valores e a nossos desejos, bem como às possibilidades que parecem existir no mundo social em que vivemos.

O intento da formação de um pensamento hegemônico, nesse caso, permeia o senso comum articulando ideias referentes à ineficiência do Estado e a sua não interferência no mercado. Tratam-se de concepções difundidas por um aparato midiático que, estrategicamente planejadas, visam à alienação e à despolitização das populações. Para além das corporações midiáticas atuantes, conforme aponta Harvey (2006, p. 145), hoje também é possível enxergar com clareza a atuação das *think tanks*⁵ na representação de interesses específicos. No Brasil, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Atlas Brasil, com a participação de organizações como Movimento Brasil Livre (MBL), Grupo Rede Brasil Sul (RBS), Bank of American e Gerdau.

A Atlas Network é uma organização sem fins lucrativos que possui como missão o fortalecimento do “movimento mundial pela liberdade, identificando, treinando e apoiando indivíduos com potencial para fundar e desenvolver organizações independentes eficazes [...]”⁶. Defende-se, por meio da difusão de notícias, informações e pesquisas, a livre iniciativa, o apoio ao livre mercado e ao empreendedorismo, a propriedade privada e as liberdades individuais, a meritocracia e a diminuição da influência e controle do Estado no mercado. São financiadas, em grande parte, por doações ou por recursos públicos, como o caso do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por exemplo.

Na visão de Nichols e McChesney (2013, p. 20), o valor da despolitização é bem compreendido pelos governantes que tendem a preferir uma população que voluntariamente se desprende, em vez de uma que precisa ser reprimida violentamente para conseguir que ela coopere. Os custos decorrentes da tolerância e do controle frente a uma crescente oposição às políticas governamentais podem equivaler-se a volumosos recursos financeiros e políticos. Para Dahl (2005), a democracia se fortalece quando os custos para eliminação da oposição são

⁵ De modo geral, *think tanks* são organizações específicas destinadas a produzir e a difundir informações, por meio de pesquisas e publicações, referentes a temas considerados relevantes, em destaque à elaboração e aplicação de políticas públicas, influenciando a sociedade em suas diversas esferas.

⁶ Disponível em <www.atlasnetwork.org/events/liberty-forum-freedom-dinner>. Acesso em 02 de set. 2018.

elevados. Assim, o indivíduo é sempre constrangido, por vias institucionais, a jogar o jogo democrático. Se o custo é alto e, por sua vez, o sistema democrático encontra-se fortalecido, as estratégias ligadas à minimização da insatisfação e dos conflitos são apazíveis.

O convencimento e a coerção tornam-se parte fundamental desta estratégia, podendo se dar, inclusive, no campo das interações sociais. Grün, refletindo sobre a dinâmica cultural da dominação financeira, reconhece que, com o estabelecimento de novas concepções coletivas, as sociedades capitalistas atuais são instadas a adotar o neoliberalismo como padrão. Uma guerra cultural velada e pouco perceptível que naturaliza a situação econômica do país. Por causa desta característica “as constelações de atores e de interesses que se formam e desmancham, produzindo mais frequentemente homologias, mas também coalizões passageiras, são pouco visíveis, contribuindo para a sua naturalização” (GRÜN, 2007, p. 382).

Gramsci discorre sobre a hegemonia para explicar a supremacia de um grupo e sua capacidade em estabelecer seu projeto de organização societária como dirigente político, econômico e ideológico. Na visão do autor, a disputa por hegemonia estaria relacionada às relações de força existentes na sociedade. O discurso utilizado de forma a manipular opiniões e o senso comum traz, de maneira ilusória, o consenso via convencimento dos sujeitos. Para Gramsci, o senso comum não se trata de uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço. “[...] seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (GRAMSCI, 1999, p. 114).

Compreendendo a necessidade de emancipação dos sujeitos e do desenvolvimento da capacidade de análise crítica da realidade social, Gramsci defende a “reforma intelectual e moral da sociedade e a neutralização do aparelho hegemônico da burguesia”, através da neutralização do senso comum e da ampliação do “espaço estatal” (SOLIMEO, 2014, n/p). Para o autor, tais reformas devem acontecer a partir de uma profunda transformação das consciências, de forma não impositiva, levando, por sua vez, a um novo projeto de sociedade.

A abertura do mercado financeiro, junto à narrativa de legitimação da reorganização econômica nos moldes do neoliberalismo, incorporaram ao senso comum determinados conceitos e concepções. Se considerarmos o início da década de 1970, conforme estudos de Grün, o mercado financeiro estava relacionado a cassinos e a jogos de azar. O esforço de diversos atores na adoção de estratégias discursivas específicas possibilitaram a mudança desta percepção. A exemplo disso, Grün cita a fala de Raymundo Magliano, então Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (2001-2007): "O fundamental é a mudança cultural na imagem

da Bovespa. A bolsa era vista como um cassino, era uma caixa preta, uma casa de jogos. E, hoje, as pessoas falam em investir" (GRÜN, 2007, p. 385, apud PAVINI, 2004).

O entendimento é de que a sociedade caminha em direção a privilegiar o rentismo. O interesse pela acumulação de capital, neste contexto, passa a privilegiar a renda obtida pelo recebimento de juros. O consumidor que compra à crédito e um país que se financia por meio da venda de títulos públicos, por exemplo, pagam seus débitos acrescidos de juros, implicando o aumento do endividamento pessoal e público e a uma relação contínua de transferência de renda. No entanto, isso não significa o fim da exploração da mais valia, mas a uma abstração equivocada e intencional que elimina dos cálculos as inerentes relações de produção, levando a uma compreensão esquizofrênica da realidade.

Para Marx, trata-se de atribuir um aspecto místico ao fato de o capital ser acrescido de mais capital, sem considerar as relações de produção intrínsecas deste processo. O capital produtor de juros é o fetiche autômato perfeito, afinal, o valor parece valorizar a si mesmo. Esta é a forma vazia do capital, a perversão no mais alto grau, onde as relações de produção são reduzidas a coisas e representadas pela capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar seu próprio valor sem passar pela produção (MARX, 1991, p. 452).

A relação das corporações com o endividamento público

A narrativa que ganha destaque na conformação do pensamento neoliberal como hegemônico refere-se ao avanço do livre mercado como o avanço da democracia. Segundo Korten (1996, p. 84) é importante que se faça acreditar que, no livre mercado, o povo expressa a sua soberania pelo modo como usa o seu dinheiro. O que compra passa a ser o indicador do que eleger e aprecia, sendo, portanto, o mercado a maneira mais eficiente e democrática de definir o interesse público. Compreendendo a intencionalidade da articulação de tal premissa, torna-se significativo analisar a influência das corporações e grupos em relevantes cargos parlamentares, comissões e conselhos. A elaboração de políticas apropriadas a seus interesses responde à necessidade de abertura dos mercados com pouca regulação do Estado, via aplicação de políticas monetária, fiscal e cambial favoráveis. No entanto, segundo Korten (1996, p. 85), à medida que os mercados se tornam livres e globais, o poder de governar passa a ser, progressivamente, transferido do governo nacional para as corporações globais, sendo que os interesses das corporações divergem sempre para mais longe do interesse humano.

Para o exercício da influência política e econômica pelas corporações e grupos, foram necessárias diversas adaptações, iniciando pela compreensão de que o estabelecimento de uma

guerra de preços, no regime de competição do livre mercado, não favoreceria o aumento dos lucros. A fusão de grandes empresas serviu aos interesses do empresariado no que diz respeito à diminuição da competição e à queda brusca dos preços. Porém, o gigantismo como forma assumida, possibilitou também o exercício da influência nas decisões nacionais e globais, além da diversificação das atividades a partir da incorporação de instituições financeiras.

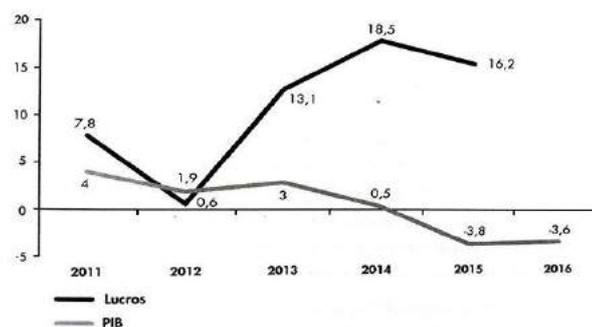
Mesmo que os defensores do livre mercado e admiradores de Adam Smith garantam um grau eficiente de adaptação da economia sem interferência do Estado, o poder monopólico foi questionado pelo autor, que se colocava contrário a sua formação (SMITH, 1996). O mercado poderia funcionar de maneira harmoniosa, com alocação favorável de recursos para toda a sociedade, desde que nenhum dos compradores ou vendedores fosse grande o suficiente para influenciar o estabelecimento dos preços. Atualmente, as corporações e os grupos interferem, não apenas no estabelecimento dos preços no mercado, mas no direcionamento de créditos e investimentos em setores específicos da economia. Interferem no mercado financeiro, criando uma atmosfera especulativa em torno da valorização de diferentes papéis, ações e títulos. Trata-se de um longo caminho trilhado desde a cunha do conceito mão invisível do mercado de Smith.

Korten (1996, p. 220) afirma que, na lógica do mercado financeiro, existem duas maneiras de se criar dinheiro, sem criar valor. A primeira delas é estimulando a composição de dívidas, seja por pessoas, empresas ou países. A outra é oferecendo, num período de alta, os valores dos ativos financeiros no mercado secundário. Dentre os distintos agentes que atuam no Sistema Financeiro Nacional no Brasil, os intermediários financeiros, ou seja, bancos, companhias de seguros e corretoras que, em grande parte, possuem distintas relações com grupos e corporações, são responsáveis pela criação de dinheiro sem a criação de valor. As operações dos intermediários incluem, entre outros, aplicações financeiras em diversas carteiras, utilização do *spread* bancário⁷ e negociação de títulos públicos.

Os dados dispostos no gráfico abaixo referem-se aos lucros dos bancos Itaú, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander e HSBC. Verifica-se o crescimento do lucro dos bancos, mesmo considerando o decréscimo do Produto Interno Bruto do Brasil (PIB).

⁷ O termo *spread* bancário refere-se à diferença entre os valores que os bancos pagam quando captam recursos e os valores que cobram na concessão de um empréstimo, seja para pessoa física ou jurídica.

Lucros dos bancos x PIB brasileiro (em %)⁸



Fonte do DIEESE, a partir dos balanços disponibilizados pelas instituições financeiras. Elaboração Marcos Antônio do Espírito Santos (Apud DOWBOR, 2017, p. 213).

O interesse por ativos financeiros aproximam diferentes investidores dos títulos da dívida pública, devido às distintas taxas de juros que os remuneram e a segurança que apresentam. A dívida pública, na forma de crédito, deveria ser utilizada como importante instrumento de financiamento dos projetos do Estado. Não obstante, a disponibilização de títulos da dívida, no mercado interno e externo, em grande parte dos casos, refinancia a dívida e/ou cobre os déficits da balança de pagamentos, sem atender às demandas da sociedade.

Em que pese os valores absolutos das transferências financeiras aos países em desenvolvimento, a dívida pública foi um importante mecanismo de financiamento dos países industrializados. De acordo com Chesnais (2005, p. 42), na década de 1980, países do G7 e membros da OCDE, passaram a recorrer a estes empréstimos, abrindo os mercados de capitais, intensificando o processo de acumulação financeira e o desenvolvimento do mercado de ações.

Tais condições foram inicialmente possíveis nos Estados Unidos e no Reino Unido, a partir de uma política econômica favorável para aplicações e movimento de capitais. A descentralização da função financeira e de empréstimos dos bancos, incorporou novos agentes à atividade, promovendo a aceleração do processo de mundialização financeira. Chesnais (2005, p. 46) elenca três dimensões que contribuíram com a consolidação deste processo: a autonomia do mercado de finanças em relação à produção; o fetiche dos valores criados pelo mercado financeiro; e os operadores, incluindo instituições públicas e privadas, responsáveis por delimitar os contornos da mundialização financeira, decidindo sobre os agentes econômicos, os países e o tipo de transação que participarão. Assim, o mercado da dívida pública, chamando a atenção dos operadores, passa a ser o orientador das políticas de empréstimos e financiamentos.

⁸ Os anos 2011, 2014 e 2015 não incluem o lucro do HSBC.

Contudo, o endividamento público, em especial dos países considerados de terceiro mundo, nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu, principalmente, com a tomada de empréstimos de fontes governamentais, via relação bilateral. As fontes multilaterais, como o Banco Mundial, por exemplo, com o passar dos anos e com a nova configuração do mercado financeiro mundial, passaram a ser substancialmente acessadas a partir da década de 1970.

O Banco Mundial, em sua origem, possuía como importante propósito o financiamento da reconstrução da Europa no pós Segunda Guerra Mundial. No entanto, em 1953, apenas US\$ 497 milhões, dos US\$ 1,75 bilhões reservados para tal finalidade foram investidos com este propósito. Para efeitos de comparação dos valores destinados à Europa no período, o Plano Marshall repassou àquele continente US\$ 41,3 bilhões, segundo Korten (1996, p. 187). Tal fato se ancora na mudança da atuação do Banco, em especial na década de 1970, que, visando o desenvolvimento econômico e social dos países de baixa renda, a fim de reduzir, por sua vez, os índices de pobreza, concedeu empréstimos e serviços relacionados à consultoria.

Se o Banco Mundial defendia que o pagamento das dívidas dar-se-ia por meio do crescimento econômico que incentivavam, uma contradição foi observada. Para a liquidação dos débitos, novos empréstimos foram efetuados, evidenciando uma relação de dependência do capital internacional e o agravamento do empobrecimento. De modo geral, os países se tornavam mais pobres e carentes na mesma proporção em que seus débitos aumentavam.

Com a quebra do acordo de Bretton Woods em 1971 pelos EUA, e o fim da convertibilidade do dólar em ouro, as taxas de câmbio passaram a flutuar na dinâmica monetária internacional sob massiva especulação. O dólar, assumindo o papel de moeda fiduciária, continuou a compor as reservas dos países. Junto a este fato, o aumento do preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), gerou grande portabilidade da moeda, exigindo um canal de investimento que protegesse o capital acumulado da instabilidade inflacionária internacional. A grande liquidez e a intensificação das operações *offshore*⁹, ampliaram as possibilidades de oferta de crédito aos países pelos bancos supranacionais.

Na América Latina, de acordo com Coelho (2012, p. 123), a progressão do estoque da dívida externa guarda estreita relação entre a liquidez do dólar no mercado internacional com o ciclo de governos autoritários e a militarização. Acredita-se que as baixas taxas de juros, o baixo poder de veto da sociedade e o desvio de verba e corrupção que marcaram o período tenham contribuído para o aumento substancial do endividamento público destes países.

⁹ O termo *offshore* designa empresas, contas bancárias e/ou sociedades com sede no exterior, onde existem regras de tributação diferenciadas em relação ao país de domicílio de seus acionistas. Geralmente uma *offshore* encontra-se sediada em um *Tax Haven* (Paraíso Fiscal), com grande sigilo bancário.

Entre as décadas de 1970 e 1980, os Estados Unidos, a fim de reafirmar seu posicionamento geopolítico estratégico, estabeleceu o aumento de sua taxa de juros como política de combate à inflação. Atraindo os dólares espalhados pelo mundo e diminuindo a liquidez da moeda no mercado internacional, controlou a inflação e provocou consequências desastrosas nos países com dívidas remuneradas à taxa de juros flutuantes. O Banco Mundial e o FMI, assumindo o papel de supervisores do sistema financeiro global, estabeleceram os termos de pagamento entre países endividados e o sistema financeiro internacional, envolvendo ajustes e acordos, como a abertura econômica e a pouca regulação do Estado, por exemplo.

O pagamento do débito condicionou-se, entre outros, ao incremento das exportações de matérias primas. No entanto, o aumento da produção, não ocorrendo na mesma intensidade da procura, gerou queda nas cotações dos países devedores e déficit na balança de pagamentos. Assim, novos empréstimos foram realizados junto ao setor bancário, elevando o endividamento e envolvendo alguns países da América Latina, África e Ásia num colapso econômico. Na década de 1980, o orçamento governamental destinado ao pagamento da dívida saltou, na América Latina, de 9% para 19,3%, segundo Korten (1996, p. 192).

Apesar de relevante, as ligações do Banco Mundial com as corporações é um assunto pouco explorado. Numa perspectiva técnica, segundo Korten (1996, p. 194), o Banco pertence aos governos associados que contribuem com capital para a composição do seu fundo. Este capital não é diretamente emprestado, mas investido em operações específicas, garantindo a rentabilidade que, posteriormente, será emprestada aos governos com taxas atrativas. Assim, além de possuir diversos países como clientela para os empréstimos, o Banco possui diversas construtoras transnacionais, empresas voltadas à consultoria e empreiteiros como prestatários.

Segundo Korten (1996, p. 195) “cada dólar que o governo norte-americano contribui para o Banco Mundial, mais de 2 dólares voltam aos exportadores norte-americanos nos contratos intermediados”. Isso ocorre devido ao aumento das exportações e da criação de empregos, em especial nos Estados Unidos, o maior acionista do Banco. Para Korten (1996, p. 211), “O Banco Mundial tem servido como instalação para financiamento das exportações para grandes corporações baseadas no Norte. O FMI tem servido como cobrador das dívidas para as instituições financeiras baseadas no Norte”. Dado a observação realizada pelo autor, a OMC, por sua vez, faz vigorar os direitos das corporações, protegendo-as.

Assim, dentro da lógica acima apresentada, pode-se deduzir que o auxílio direcionado aos países de terceiro mundo na forma de empréstimos não possibilita o desenvolvimento e o exercício da autonomia dos governos, tendo em vista a constante manutenção da relação de

dependência do capital internacional, o incentivo ao crescimento de uma economia baseada na exportação, a influência exercida no desenvolvimento de setores produtivos específicos, e a importação de tecnologias associadas a consultorias especializadas que, entre outros, incentivam toda uma população ao estilo de vida pautado no consumo de bens importados, em detrimento do consumo dos produtos nacionais.

A exemplo do exposto e em consulta ao sistema de transparência do BNDES verificou-se que, no ano de 2017, R\$ 41 bilhões foram investidos em empresas de grande porte, e pouco mais de R\$ 7 bilhões em empresas de pequeno porte. Considerando as grandes empresas, cerca de R\$ 14 bilhões foram destinados ao setor agropecuário, R\$ 13 bilhões para eletricidade e gás e R\$ 7 bilhões para o transporte terrestre. Para o setor têxtil, por exemplo, destinou-se apenas R\$ 239 milhões e para o setor metalúrgico, apenas R\$ 349 milhões¹⁰. A quantia direcionada ao setor agropecuário possibilita a compreensão da lógica do país exportador de commodities, em detrimento de áreas importantes, do ponto de vista do desenvolvimento da indústria nacional.

De modo geral, a dívida pública sempre teve por origem as relações de classe e de poder. A sua manutenção significa a garantia da existência desta relação que, sobretudo, implica o exercício da dominação de uma classe rentista que se alimenta da transferência de renda por meio do pagamento de juros. No Brasil, as implicações desta relação pode ser observada na limitação do orçamento primário, ou seja, na redução dos recursos destinados à educação, à saúde e à assistência social, assim como no desenvolvimento de setores produtivos estratégicos. O superávit obtido por meio de ajustes das políticas fiscais, monetárias e cambiais é direcionado ao pagamento da dívida pública federal que, por sua vez, possui largo horizonte de crescimento.

O endividamento público brasileiro

A crescente dívida pública brasileira possui histórico semelhante ao dos demais países latino americanos. No período da independência do Brasil, o crédito internacional foi aplicado na criação do aparelho estatal da nova nação, incluindo estruturas administrativa e militar, tendo a Inglaterra como principal fonte financiadora. Diversos acontecimentos contribuíram para o aumento do débito, como a Guerra do Paraguai, a grande seca da década de 1870, a crise do fim do Império e o Encilhamento, entre outros. A queda do preço da exportação do café e falta de liquidez no mercado internacional, somadas a pouca arrecadação do Brasil levou o governo à renegociação de suas dívidas no final do século XIX.

¹⁰ Fonte: BNDES. Disponível em <<https://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 02 set. 2018.

Campos Sales autorizou, em 1898, o primeiro *funding loan*¹¹, agravando a crise econômica e bancária do país. O acordo com a Inglaterra estabelecia a concessão de um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas para, nos três anos seguintes, realizar o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Estabelecia também 10 anos, além dos três iniciais, para a retomada dos pagamentos referentes ao estoque do débito, a diminuição do dinheiro em circulação para o controle de inflação, o aumento dos impostos, cortes em despesas e em investimentos públicos e o saneamento da moeda nacional.

No início do século XX houve melhora significativa nos indicadores da dívida interna e externa do Brasil, ocasionada, em grande parte, pela austeridade fiscal e monetária, pelo crescimento das exportações, pelo aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil e pelo programa de defesa do café. Contudo, no início da Primeira Guerra Mundial, a queda da receita tributária em função das dificuldades vivenciadas pela indústria do café e pela venda da borracha, levou o governo à realização de um novo *funding loan* em 1914. Em 1931, um terceiro *funding loan* se fez necessário (ZILIOTTO, 2011, p. 62).

Em 1937, autoridades federais brasileiras da administração Vargas suspendem o pagamento da dívida, por meio do decreto unilateral de moratória. Nesse período, o déficit público havia crescido significativamente, tendo o programa de compra e destruição dos estoques de café considerável participação. Somente na década de 1940 retomou-se as negociações dos pagamentos, em especial com os Estados Unidos, culminando em um quarto *funding loan*, apesar da resistência de Vargas.

Num cenário de alta de inflação e de crise cambial, decorreu-se a década de 1950. No entanto, as duas décadas seguintes, marcadas, inicialmente, pelo golpe civil-militar de 1964, foi período onde se registrou o maior endividamento público na história do país. Os empréstimos realizados pelas grandes empresas estatais brasileiras eram oriundos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Outros foram realizados a partir de bancos privados internacionais, agências internacionais de crédito e o FMI (ZILIOTTO, 2011, p. 97).

Com a elevação da dívida externa brasileira, a partir da elevação das taxas de juros pelo Federal Reserve (FED), conforme exposto anteriormente, o Brasil é visto em situação de insolvência. O crescimento galopante da dívida contraída a partir de empréstimos com taxas flutuantes levou o governo Sarney, em fevereiro de 1987, a suspender unilateralmente o pagamento dos juros, considerando que o montante não era pago há anos. A moratória foi vista

¹¹ *Funding loan* é o mecanismo através do qual um novo empréstimo é efetuado, dando certa folga para o pagamento dos juros e do montante de empréstimos realizados anteriormente.

como um escândalo pelo mercado financeiro, pois, outros países poderiam seguir o exemplo. No final deste ano, um novo acordo é estabelecido. O Brasil paga US\$ 1,1 bilhão de dólares e recebe dos bancos credores um empréstimo de curto prazo no valor de US\$ 3 bilhões.

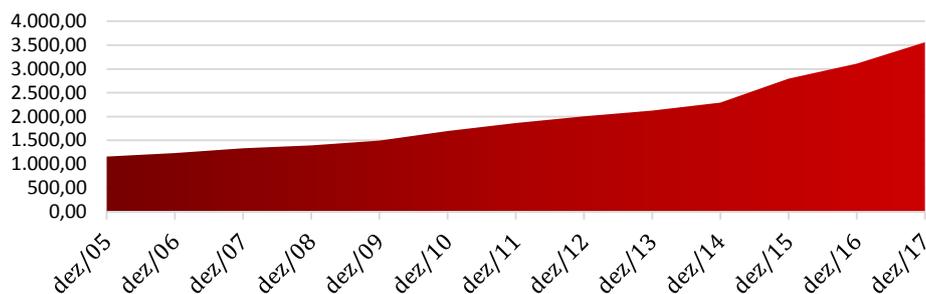
Na década de 1990, o governo de Fernando Collor de Mello inicia um processo de privatização das empresas estatais e abertura econômica. Parte da receita gerada com as privatizações contribuíram, de forma branda, com o abatimento da dívida. O novo processo de renegociação culminaria em 1994 no Plano *Brady*. O *Brady-Bonds* visava a troca de parte da dívida externa existente, cerca de US\$ 55 bilhões, por bônus embutidos de abatimentos. O acordo previa reformas de cunho neoliberais aos países que fizeram adesão.

Cinco anos após a aplicação do novo plano, a dívida externa encontrava-se em US\$105,9 bilhões, em 2000 baixou para US\$ 100,5 bilhões e em 2002 passou para US\$121,5 bilhões. Em 2003 chegou a US\$131,6 bilhões e em 2004, US\$125,4 bilhões (ZILIOTTO, 2011, p. 114). Apesar da relativa estabilidade da dívida externa na década de 1990, um aumento expressivo acontece na dívida interna do país, impulsionado pelo Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) e do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

Os programas citados compunham uma política de saneamento e privatização de bancos estatais. Muitos foram extintos, liquidados, federalizados ou transformados em agências de fomento. Conforme aponta Alvim (2017, p. 52), tal iniciativa implicou a redução da participação de 17,6% para 3,8% dos ativos totais dessas instituições no Sistema Financeiro Nacional. Linhas de créditos e títulos do governo federal foram concedidos aos governos estaduais para o saneamento dos bancos, incrementando a dívida interna do país.

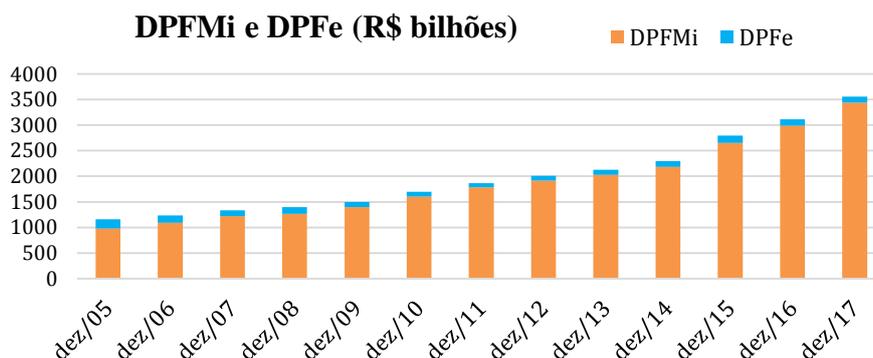
No ano de 2005, durante o governo Lula, houve um pagamento antecipado ao FMI. Segundo Fatorelli (2016, s/n), a dívida externa com o FMI alcançava US\$ 15,5 bilhões, a 4% de juros ao ano. Em 2005, o dólar chegou a R\$ 2,80 e em 2007, a R\$ 1,50. Para pagar a dívida foram emitidos títulos públicos, comprados, em sua maioria, por bancos privados. Segundo a autora: “trocamos uma dívida em dólares com o FMI, moeda cujo valor estava caindo, se tivesse esperado até 2007, quando a dívida venceu, seria R\$ 1,50, [...] e para pagar, emitimos títulos da dívida interna em reais a 19% de juros”. Assim, com base no contexto apresentado, relacionando à dívida interna e externa, e nos dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional, o gráfico a seguir demonstra o estoque total da Dívida Pública Federal no período de 2005 à 2017.

Dívida Pública Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Dados do Tesouro Nacional. Elaboração Própria.

A Dívida Pública Federal Mobiliária interna, ou seja, aquela adquirida via emissão de títulos públicos no mercado interno, possui expressiva participação no estoque total da Dívida Pública Federal, demonstrando que este mecanismo tem se tornado um dos principais meios para arrecadação de capital nas últimas décadas. Os dados abaixo referem-se à proporção do estoque brasileiro da Dívida Pública Federal Mobiliária interna (DPF_{Mi}) em relação à Dívida Pública Federal externa (DPF_e) no mesmo período.



Fonte: Dados do Tesouro Nacional. Elaboração Própria.

Considerando que a compreensão das relações econômicas internacionais e as relações de poder a qual um país se encontra submetido perpassa a compreensão dos fluxos de capital, investigar o aumento expressivo do endividamento público, em destaque o endividamento interno, torna-se relevante, na medida em que identifica e analisa a estrutura arquitetada e utilizada para a emissão de títulos públicos, os principais agentes econômicos detentores destes papéis e suas relações com distintas corporações e grupos econômicos e financeiros, e a influência que exercem nas políticas nacionais.

Considerações finais

O texto procurou demonstrar a problemática envolvida no alto endividamento público, a partir de breves fatos históricos e de possíveis abordagens a serem realizadas no campo sociológico. Problematizou a autonomia política de um governo, diante da necessidade de constantes financiamentos. A relação estabelecida com organismos internacionais e multilaterais determinam, em diversos momentos, um projeto de país a ser seguido. Neste contexto, o intento de conformação do pensamento neoliberal como hegemônico norteia o senso comum por meio de estratégias voltadas ao convencimento da população, legitimando e naturalizando a intensificação da financeirização da economia, por meio da abertura do mercado com pouca interferência e regulação do Estado.

A relação de dependência de capital financeiro para a realização de projetos e equilíbrio da balança de pagamentos, realidade compartilhada por distintos países de terceiro mundo, torna evidente a maneira como o processo de acumulação, via o rentismo, empobrece os países periféricos, alienando suas rendas. No Brasil, diversas propostas que visam o aumento da arrecadação de tributos a partir de impostos progressivos, a realização de auditoria da dívida pública federal e a declaração da dívida como odiosa são levantadas por grupos como Jubileu Sul e Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

No entanto, as políticas adotadas não consideram as propostas apresentadas sob alegação de instabilidades no índice risco país, ou seja, no indicador que mede o grau de confiabilidade que um país representa para um investidor. O índice é calculado por agências de classificação de risco e bancos de investimentos, incluindo o banco de investimentos americano J. P. Morgan que possui filiais também em países da América Latina. Mais um exemplo flagrante de como a especulação financeira tolhe a autonomia de um país.

O texto aqui apresentado procurou também demonstrar as tendências de crescimento da dívida pública. As demonstrações gráficas utilizadas possibilitam a constatação de que, atualmente, a principal forma de arrecadação de capital e investimentos do Brasil é realizada com a emissão de títulos públicos no mercado interno. Tal constatação traz à baila um sistema complexo envolvendo diversos agentes econômicos que, com distintas relações com grupos e corporações, percorrem o SFN, os setores produtivos, mobilizam a opinião pública, e direcionam imensos recursos públicos para o capital privado. Trata-se, neste momento, de refletir sobre a estrutura mantida e sobre mudanças na lógica de acumulação estabelecida.

Referências

ALMEIDA, Júlio. Como o Brasil superou a Crise. In: **Associação Keynesiana Brasileira**. Dossiê da Crise II. Agosto de 2010.

ALVIM, Valdir. O Sistema da Dívida Pública: novo regime fiscal e a restauração neoliberal da era FHC. **Revista NECAT** – Ano 6, nº12 Jul-Dez de 2017.

CHESNAIS, François. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHESNAIS, F. (Org). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Uma taxa internacional sobre o capital para apoio aos cidadãos**. Porto: Campo da Comunicação, 2000.

COELHO, Jaime César. **Economia, poder e influência externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. A nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

_____. **A captura do poder pelo sistema corporativo**, Junho/2016. Disponível em <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2016/06/Dowbor_A-captura-do-poder-pelo-sistema-corporativo.pdf>. Acesso em 28 de jul de 2018.

FATTORELLI, Maria Lúcia. O objetivo do nosso modelo econômico não é garantir uma vida digna para o brasileiro. **Carta Capital**, 05 de abr., 2016. Disponível em: <www.carosamigos.com.br/index.php/grandes-entrevistas/6083-entrevista-maria-lucia-fattorelli> Acesso em 14 de ago. de 2018.

_____. A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado. **Carta Capital**, Caderno de Economia, 09 de jun., 2015. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>. Acesso em 03 jul. 2017.

_____. “Há um sistema da dívida pública”, crítica Maria Lucia Fattorelli. **Sul21**, 16 de nov., 2012. Disponível em: <www.sul21.com.br/jornal/ha-um-sistema-da-divida-publica-critica-maria-lucia-fattorelli/> Acesso em 03 jul. 2017.

FERREIRA, Alceu C. **Os donos da dívida**. Um enfoque sociopolítico da dívida pública interna durante o governo FHC. Florianópolis: UFSC, 2005. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina).

GILL, Stephen. Constitutionalizing Inequality and the Clash of Globalizations. **International Studies Review**, 4(2):47-65 · September 2002.

GRAMSCI, Antônio. “Caderno 11 (1932-1933). Introdução ao estudo da filosofia”. In: **Cadernos do Cárcere**. V1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRÜN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. **Mana**, 13(2): 381-410, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/mana/v13n2/04.pdf>. Acesso 02 jul. 2007.

HARVEY, David. Neo-liberalism as creative destruction. **Geogr. Ann.**, 88 B (2): 145–158, 2006.

KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo: consequências da globalização**. São Paulo: Editora Futura, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol.I. T.1. Círculo do Livro, 1996.

_____. **O Capital**. Vol. III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas 50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

NICHOLS, John; McCHESNEY, Robert W. **Dollarocracy: How the Money and Media Election Complex is Destroying America**. New York: Nation Books, 2013.

PAVINI, Angelo. Bovespa quer atrair mais empresas e aplicativos em ações: estratégia inclui mercado de acesso, pedido de linha para o BNDES e atuação nas embaixadas. **Valor Econômico**, São Paulo, 27/07/2004.

RAIMUNDO, Luciana. **Finanças solidárias e a luta contra hegemônica: um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade**. Florianópolis: UFSC, 2014. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina).

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. Disponível em <<https://direitasja.files.wordpress.com/2012/02/adam-smith-a-riqueza-das-nac3a7c3b5es-vol-i.pdf>>. Acesso 02 set. 2018.

SOLIMEO, Marcel Domingos. **Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <www.brasilacimadetudo.com.br/2014/02/gramsci-e-o-brasil/>. Acesso em 12/06/2014.

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus malefícios**, São Paulo: Editora Futura. 2002.

ZILIOOTTO, Guilherme Antonio. **Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



A Sociologia Fiscal e seu potencial como campo de investigação social no Brasil. Notas a partir de pesquisa sobre as disputas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF

Ricardo Fagundes da Silveira¹

GT - Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Membro do NESFI – Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro do PPGSP/UFSC.

RESUMO

O presente texto tem por objetivo apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre “Sociologia Fiscal”, área de produção acadêmica aparentemente incipiente no Brasil. Destaca o pioneirismo de Rudolf Goldscheid e Joseph A. Schumpeter nos estudos sobre a crise fiscal do Estado e a relevância da temática no campo da sociologia das finanças, bem como a abordagem dos principais autores que atualmente exploram a temática. Procura realçar as amplas possibilidades de pesquisa sobre o sistema tributário e fiscal, sugerindo diversas questões de investigação social relacionadas à tributação em todos os níveis da administração pública brasileira. Como complemento e ilustração destas possibilidades divulga resultados parciais de pesquisa sobre contencioso fiscal, desenvolvida dentro do PPGSP/UFSC, relacionada ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Palavras-chave: Sociologia fiscal, tributação, crise fiscal, contencioso fiscal.

1. Introdução

O elevado grau de instabilidade que tomou conta das instituições políticas brasileiras nos últimos anos estimula, ainda mais, o debate sobre Estado e governabilidade. Agentes públicos e privados veem-se envoltos numa busca quase desesperada pelo equacionamento de uma crise sem parâmetros comparativos com a vida política do país pós-ditadura militar (1964-1985) e, em tempos de evidente predomínio de uma beligerância verbal vulgar, o interlúdio gramsciano onde o novo supera o velho parece prolongar-se num vazio angustiante.

Embora as crises que envolvam o Estado sejam lembradas historicamente por eventos e sequelas sociais marcantes, na essência de quaisquer soluções que levam à superação destas vamos encontrar a adoção de medidas fiscais. Estas se encontram irremediavelmente ligadas ao conflito existente entre diferentes grupos e agentes sociais sendo, por isso mesmo, permeadas por contradições presentes na sociedade. Considere-se ainda que o resgate e manutenção das diversas formas de estabilidade pelo Estado têm custos econômicos que alcançam o conjunto da sociedade, mas que nem sempre são distribuídos de forma equânime mantendo, assim, ativas as tensões existentes entre esses diferentes grupos. Nosso propósito neste texto é destacar, de forma confessadamente experimental, a relevância da Sociologia Fiscal como campo de investigação sobre a crise fiscal do Estado.

O ponto de partida para essa discussão nas ciências sociais é como o imposto, pelas causas de sua adoção ou pelos efeitos de sua aplicação, pode explicar eventos sociais e suas contradições. Fica evidente, portanto, que a sociologia fiscal não se presta exclusivamente ao estudo das crises fiscais e várias questões relacionadas às relações políticas, sociais, econômicas e culturais contemporâneas podem ser formuladas a partir da tributação mesmo em tempos de paz e estabilidade, pois as origens e resultados de políticas fiscais se constituem em ampla porta de acesso para a interpretação social.

Nossa abordagem apresenta inicialmente as origens do campo de estudo e seu desenvolvimento mais recente. Na sequência procura destacar a diversidade e possibilidades de pesquisas vinculadas à realidade fiscal brasileira, expondo, para fins ilustrativos, resultados de pesquisa realizada sobre uma temática específica, o contencioso fiscal. Por fim, apresenta breves conclusões sobre a pesquisa e sobre o potencial de exploração da sociologia fiscal.

2. A sociologia decifrando custos humanos e fiscais da guerra

O pioneirismo da exploração sobre a composição do erário fiscal como campo de investigação sociológica é conferido aos austríacos Rudolf Goldscheid e Joseph Alois Schumpeter. Goldscheid é reconhecidamente o precursor do método de análise histórica das finanças públicas que vincula composição do erário e estrutura fiscal com as atividades políticas do Estado, mas cabe a Schumpeter em seu artigo “A crise do Estado Fiscal”, publicado em 1918, uma elaboração durável acerca do potencial de investigação social sobre a dívida pública, recursos fiscais e suas especificidades. Ambos estão profundamente envolvidos com o esforço de superação dos efeitos devastadores da I Guerra Mundial na Áustria e, debatendo origem, formas e resultados da tributação na economia das nações europeias, pensam principalmente na aplicação de políticas fiscais no resgate da economia austríaca.

Schumpeter, um economista liberal com breve passagem pelo ministério das finanças austríaco identifica, nas finanças públicas, causas e sintomas que explicariam o desenvolvimento cultural, econômico e político das sociedades. “O espírito de um povo, seu nível cultural, sua estrutura social, as ações que sua política pode preparar, tudo isso e muito mais está escrito em sua história fiscal, despojado de todas as frases.”² (Schumpeter, 1954, p. 101). Para ele a correta compreensão do funcionamento da “economia livre” não poderia negligenciar o fato de que elementos centrais, como liberdade e propriedade, eram conquistas obtidas em momentos de ocorrência de crises fiscais do Estado. Resgatando Goldscheid, Schumpeter conclui que a economia moderna não teria alcançado o estágio em que ela se encontrava se as monarquias europeias, em momentos de guerras, não tivessem sido obrigadas a fazer concessões políticas e econômicas. A pressão fiscal do Estado teria, assim, criado novas formas econômicas, novos tipos humanos e situações que não teriam se desenvolvido sem a escassez de recursos fiscais drenados nos conflitos em que as monarquias se envolveram. As inevitáveis medidas fiscais “criaram e destruíram indústrias, formas e regiões industriais,

² “The spirit of a people, its cultural level, its social structure, the deeds its policy may prepare all this and more is written in its fiscal history, stripped of all phrases.”

mesmo quando isso não era sua intenção, e assim contribuíram diretamente para a construção (e distorção) do edifício da economia moderna”. (ibid., p. 101)

Schumpeter deixa claro que a história fiscal de um povo contém parte essencial da história geral deste, porque por trás dos eventos fiscais é possível identificar as “condições concretas” em que as formas de organização econômica, e não somente estas, “crescem e falecem”. As finanças públicas são, nesta perspectiva, um privilegiado ponto de partida para a investigação da sociedade e os eventos de política fiscal são possuidores de singular importância porque podem explicar as causas e também os efeitos sociais das mudanças. Esse campo especial de pesquisa, cercado por um conjunto muito especial de fatos e problemas, demandava uma “abordagem especial” chamada “sociologia fiscal”.

“The crisis of the Tax State” é, sem dúvidas, uma referência primária para o melhor debate sobre finanças públicas para os dias atuais, mas o artigo de Schumpeter cumpria um objetivo imediato vinculado ao contexto em que foi escrito. Para Karl-Heinz Schmidt (2003, p. 339) uma razão particular repousava no desejo do autor de se opor às conclusões de Goldscheid em “Socialismo de Estado ou Capitalismo de Estado” (Staatssozialismus oder Staatskapitalismus). Segundo Schmidt, Goldscheid argumentava que um capitalismo financiado pelo Estado e seus impostos não alcançaria arrecadação de tributos suficiente para financiar gastos públicos e cobrir a enorme dívida pública herdada com a guerra. Na reestruturação de uma economia de guerra para uma economia de tempos de paz, Goldscheid pregava a expropriação de indústrias lucrativas pelo Estado para que os lucros, revertidos para o erário público, contribuíssem com a superação da crise fiscal. Schumpeter discordava desta ideia e defendia que o papel da economia privada ou “livre” deveria ser preservada porque a competitividade econômica dos empresários no sistema capitalista consistia na combinação de dois setores distintos: privado e público.

Baseando-se na análise histórica das finanças públicas, Goldscheid concluíra que para restaurar o poder do Estado e fazer com que este atuasse “no interesse dos cidadãos” (SCHMIDT, 2003, p. 342) era aceitável inclusive um imposto de natureza expropriativa sobre a propriedade para cobrir a dívida fiscal do Estado. Schumpeter, mesmo utilizando a mesma perspectiva histórica das finanças públicas, acredita que um imposto com características expropriativas deve ter um limite, podendo ser alto o suficiente para cobrir a maior parte da dívida de guerra, mas sendo tolerável uma dívida remanescente a ser paga com receitas fiscais normais arrecadadas pelo Estado em anos posteriores (BACKHAUS, 1989, p. 9). Essa oposição teórica marca o nascedouro de um dos mais importantes debates da atualidade: a dívida pública, seu prolongamento e seu financiamento.

Backhaus designa, com justiça, Goldscheid e Schumpeter como pais da sociologia fiscal, mas destaca o primeiro como precursor no preenchimento de importante lacuna nas ciências sociais ao discutir finanças públicas e organização da sociedade a partir dos efeitos da guerra. Concentrando-se na reinterpretação da tributação no sistema de financiamento de guerra e do pós-guerra dos estados alemão e austríaco, a grande questão de Goldscheid, além das imensas perdas humanas e materiais, é como estados derrotados se reergueriam com suas instituições totalmente destruídas.

Num contexto histórico marcado por condições extremas e deparando-se com a essência do que significa a crise fiscal do Estado, a teoria de Goldscheid está fundamentada no dualismo de duas classes sociais - donos da força de trabalho e donos do capital - e na construção resultante desta divisão. Ao mesmo tempo em que o Estado taxa de forma exorbitante os primeiros, contrai dívidas com o capital de forma que a extração de recursos fiscais representa despesas para o primeiro grupo e títulos públicos e receitas para o segundo. Mais ainda, a remuneração ou quitação dessa dívida pública constitui-se na prioridade da receita fiscal obtida. Segundo Backhaus, Goldscheid considerava que algumas atividades do estado, como a guerra, nunca poderiam ser realizadas sem um enorme custo explicitamente transferido para a população através de impostos. A dicotomia dos interesses de classe é clara, pois aos credores (donos do capital) não interessavam o fim da guerra porque, além de não pagarem a conta desta, eram credores de promessas financeiras confiáveis (do Estado) que seriam posteriormente cumpridas. A dívida de guerra contribuía, assim, para uma “ilusão fiscal, na medida em que encobriu a destruição de recursos e propriedades reais levando a cabo políticas que, se os seus verdadeiros custos fossem óbvios para os cidadãos, nunca teriam sido aceitas.” (BACKHAUS, 2001, p. 525).³

Em síntese, a classe trabalhadora honrando a dívida da guerra assumia todo o ônus desta e os donos do capital continuavam a ser remunerados pelo financiamento do conflito mesmo após seu fim. Goldscheid expõe a contradição e redimensiona o valor do capital humano (Menschenökonomie): enquanto a classe trabalhadora contribui para bens e serviços reais, e também com os custos da limitação às liberdades individuais decorrentes da guerra, “a classe de capital contribui apenas com créditos, que devem ser reembolsados.” (BACKHAUS, 2001, p. 526). Enquanto o capital real, humano e material, é usado ou destruído, apenas os capitalistas continuam a reivindicar seus créditos da guerra. As reivindicações e os créditos serviriam ainda

³ “In either case, the war debt contributed to fiscal illusion in that it covered up the destruction of real resources and property and so helped carry out policies which, had their true costs been obvious to the citizens, would never have been accepted.”

como formas de alavancagem econômica dos credores que submetiam o Estado a seus interesses próprios.

Para Backhaus, a abordagem schumpeteriana incorpora às questões sociológicas de Goldscheid, a análise dos impactos na adoção, elevação ou redução de impostos nos custos de produtos e serviços disponíveis à população. Passa a constar entre os interesses da pesquisa social, a preocupação com os efeitos da tributação sobre produção e consumo; custos marginais dos impostos nos produtos; motivos que levam à sonegação e evasão fiscal; novas formas de intermediação, fluxos financeiros e mercantis; tecnologia e produtividade na atuação empresarial, dentre outras. Essa dinamicidade de questões foge do conceito tradicional de análise da carga fiscal, mas encontram-se umbilicalmente vinculadas ao funcionamento da sociedade contemporânea. A abrangência e a complexidade que necessita conciliar estrutura da linguagem e da retórica com modelos e bases digitais de computadores, faz com que “a instrução e a pesquisa em sociologia fiscal terão que atender a tentativa de Schumpeter, tanto para onde ele conseguiu quanto para onde ele obviamente falhou” (2001, p. 528)⁴

3. Os estudos contemporâneos da sociologia fiscal

Além de Backhaus e Schmidt, já citados, diversos autores pesquisam o novo campo das finanças públicas aberto por Goldscheid e Schumpeter. Na sequência destacamos as abordagens de outros dois estudiosos da sociologia fiscal nos dias atuais.

Desenvolvendo o conceito de “sociologia fiscal” a partir de determinantes schumpeterianos na tributação, John L. CAMPBELL também registra que o estudo dos processos sociais por trás da tributação e das finanças públicas constitui-se num ponto de partida privilegiado para a investigação da sociedade e suas instituições públicas porque a arrecadação tributária sempre esteve associada a fenômenos que determinam a formação dos estados, a organização econômica das nações e o surgimento de revoluções políticas. Temas como crescimento econômico e estabilidade fiscal encontram-se, portanto, intimamente ligados às questões atuais na sociologia política relacionadas à governabilidade das democracias.

Partindo das experiências da formação das sociedades americana e europeia, Campbell estabelece que a guerra, os conflitos políticos e as crises definem as condições macroeconômicas para o nível geral de tributação numa sociedade. Considera estruturas e pactos sociais já consolidados como elementos importantes na definição do comportamento das elites políticas quando estabelecem a elevação ou redução de impostos porque “os partidos

⁴ “Both instruction and research in fiscal sociology will have to take heed from Schumpeter’s attempt, both where he succeeded and where he obviously failed.”

políticos são portadores da cultura política e servem como o cinturão de transmissão que liga as preferências dos cidadãos com os resultados das políticas” (CAMPBELL, 1993, p. 173). Para este autor, mais que um meio para redução de déficits fiscais das nações, a organização de classes sociais e grupos de interesse são determinantes para qualquer sistema tributário, pois, citando Goldscheid, “as lutas fiscais estão entre as formas mais antigas de luta de classes” (1958, apud Campbell, 1993, p.168). Assim a influência e o poder político de determinados setores econômicos e/ou associações de classe podem definir, utilizando exemplos brasileiros, a super taxação sobre o consumo e redução de tributos sobre as rendas do capital. Campbell (1993, p. 169) identifica situações em que “o poder de classe influencia a tributação de diferentes classes” quando, por exemplo, com a concordância de entidades representativas de trabalhadores concede-se incentivos fiscais que representam redução de impostos sobre o capital com a esperança de que tal medida pode estimular crescimento econômico, aumentar empregos e remunerações salariais.⁵

Campbell destaca alguns estudos nos Estados Unidos que demonstram que a atuação de grupos de interesse na formulação de políticas fiscais “forçam a criação de milhares de lacunas fiscais através das quais a arrecadação é reduzida” (1993, p.171). Registra também que classes e grupos sociais procuram influenciar as formas como as lideranças políticas respondem às crises fiscais, mas grupos sociais diferentes tem níveis distintos de tolerância e conhecimento sobre formas diferentes de tributação (progressiva ou regressiva, por exemplo).

Num outro enfoque que privilegia a análise a partir da consolidação do moderno estado social europeu, Marc LEROY aborda a sociologia fiscal ou tributária (*La sociologie de l'impôt*) considerando a tributação como um fenômeno político central no campo econômico. A novidade na elaboração deste autor é a exploração da “racionalidade cognitiva” dos agentes sociais para o sentimento de equidade (justiça) fiscal, quesito fundamental na legitimação das diversas formas de tributação. Para Leroy, o Estado de bem-estar social na Europa é resultado de “um consenso sociopolítico que legitima o estado fiscal ao financiar suas intervenções econômicas e sociais” (2008, p. 4)

Apesar de não desconsiderar a visão utilitária ou o sentimento de “aversão a tributação”, Leroy preconiza que o trabalho empírico pode demonstrar que o contribuinte “nem sempre é motivado pela racionalidade de interesse: ele é capaz de altruísmo se o estado fiscal for legítimo”. Determinadas teorias negligenciam a relação dialética existente entre o

⁵ No caso brasileiro, de certa forma, podem ser identificadas situações em que a conjugação de lobby empresarial e concordância (ou omissão) de entidades trabalhistas trouxeram benesses ao capital em detrimento de garantias dos trabalhadores. Esse é o caso da Lei 12.974/2013 que concedeu ampla desoneração das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento com impactos de longo prazo na previdência pública.

consentimento para a tributação, obrigação imposta pelo Estado autorizada pela representação parlamentar, e a contribuição desta para a efetividade de políticas públicas. Para Leroy, “teorias de interesse próprio não são suficientes para explicar a decisão do contribuinte” (2008, p. 13). Como alternativa este autor propõe uma abordagem funcional do estado fiscal e dos fenômenos sociais que cercam a tributação. Esta precisa ser interpretada pela sua função social, porque modifica a estratificação social por permitir redistribuição de renda através da progressividade do imposto de renda das pessoas físicas ou do patrimônio (riqueza) dos mais ricos. Um objetivo central do imposto “é reduzir as desigualdades, financiar as intervenções do Estado e proteger os membros mais carentes da sociedade” (2008, p. 12)

A função política da tributação é também essencial para o estado fiscal, porque o financiamento de políticas públicas é o que legitima o pagamento de impostos. Leroy admite que aspectos como a complexidade das leis fiscais, o fortalecimento dos poderes executivos em detrimento do poder parlamentar, bem como a pregação do “estado liberal” que busca limitar o papel do Estado por razões políticas e econômicas, são barreiras para o reconhecimento desta função política. Propõe como saída ao “declínio moral da tributação” o investimento no “cidadão tributário” que consente a tributação também por uma “cidadania altruísta”, pela legitimidade de políticas públicas, mesmo que estas não o beneficiem diretamente. Nesta perspectiva as pesquisas da sociologia fiscal devem voltar-se para as “experiências de democracia local direta”, que juntamente com orçamentos participativos valorizam a concepção sociopolítica da tributação. A questão central é “instituir um contrato social fiscal relativo ao estado intervencionista aceito pelos cidadãos em uma lógica de democracia fiscal” (2008, p. 9), sendo que o coração desse contrato “diz respeito à função de redistribuição desejada pelo cidadão”.

Leroy orienta-se por uma avaliação otimista que investe na “evolução da racionalidade cognitiva”, na democracia direta e na cidadania fiscal como recursos políticos de lideranças e cidadãos. Esta abordagem sociopolítica, que coloca o contribuinte como verdadeiro tomador de decisões relacionadas à situação social, tem similaridades com as formas de troca de conhecimentos e partilha pedagógicas gramscianas que buscam explorar a lógica funcional do sistema, não somente no seu sentido econômico, mas também social e político. Posto de outra forma, pesquisas qualitativas e quantitativas que demonstrem, por exemplo, que na fixação de alíquotas de IPTU para residências em bairros pobres e ricos ou na concessão de reduções ICMS para determinados bens de luxo, podem não estar contemplados princípios positivados na constituição federal como progressividade, proporcionalidade e seletividade. Exploradas com

esta profundidade, as pesquisas sociais podem contribuir com parâmetros empíricos para o desejado “contrato social fiscal” de Leroy.

Assim executada, numa forma que não se isola das relações e classes sociais, a pesquisa em sociologia fiscal pode explicitar contradições e antagonismos que contribuem para o fortalecimento de princípios fundamentais como democracia, Estado e sociedade civil organizada.

4. Um território de profundas e variadas hipóteses

A singularidade identificada por Schumpeter é que a política fiscal se constitui num território explorável tanto pelas causas, motivos e projeções que levaram à adoção de um tributo por ator social determinado (o Estado), quanto pelos efeitos e contingências sociais decorrentes da implementação do mesmo tributo.

Como e por que um cidadão de baixa renda catarinense paga 17% de ICMS na compra de um sapato ou calça que seu filho usa para ir à escola pública ou 25% sobre a energia elétrica de sua residência e um outro cidadão de alta renda, residente em Jurerê Internacional, paga 4,25% do mesmo imposto na aquisição de uma embarcação de luxo?⁶ Em que condições e propósitos econômicos os fabricantes de refrigerantes e cervejas, alimentos não essenciais, receberam benefícios fiscais de tributos federais na forma de créditos sobre os insumos para fabricação de seus produtos no montante de R\$13,5 bilhões nos últimos 6 anos tendo como a geração de apenas 216 empregos diretos na Zona Franca de Manaus em 2016?⁷ Quais as lógicas econômica e política fizeram com que o Estado brasileiro concedesse isenção de imposto de renda aos dividendos e lucros a partir de 1995?⁸ Quais os possíveis efeitos para a vida nas cidades resultam da não implementação da progressividade tributária prevista constitucionalmente sobre o patrimônio urbano e seu principal imposto, o IPTU?⁹

A diversidade de perguntas relacionadas à temática fiscal é imensa e quaisquer das questões acima, além de provocativas, podem alavancar pesquisas de incontestável relevância social. Se erguermos o olhar sociológico crítico por sobre o horizonte das finanças públicas e nos lançarmos num campo em que a vegetação é densa somente na aparência, um terreno fértil,

⁶ Secretaria de Estado da Fazenda/SC, RICMs, anexo II, art. 176.

Programa de Incentivo à Indústria Náutica – Pró-Náutica – Regulamento do ICMS/SC – Anexo II. Disponível em: http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/regulamentos/icms/ricms_01_02.htm Acesso em: 30 out. de 2017.

Programa Pró emprego do governo de Santa Catarina chegou a beneficiar 780 empresas catarinenses e, dependendo da atividade, poderia reduzir o ICMS a 1% na importação. <<https://crc-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2537674/pro-emprego-decisao-de-sc-divide-opinioes-de-empresarios>> Disponível em 02 de ago. de 2017.

⁷ RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Nota COFIS 112, de 23/06/2017.

⁸ Lei 9.249/1995.

⁹ Constituição Federal, art. 156, §1º.

que clama por manuseio empírico, se mostrará para as mais diversas possibilidades de investigações sociais. Sobram objetos, questões e indagações de profundo interesse científico. Como a regressiva tributação sobre o consumo impacta em diferentes extratos sociais? Para além dos tributos federais, como a não aplicação de princípios constitucionais na tributação de estados e municípios modelam políticas do Estado? Como a aplicação irrisória do Imposto Territorial Rural (ITR) explica a concentração da propriedade rural no país e contraria o princípio constitucional de função social da propriedade? (BRASIL, CF/88, art. 184) Como a não aplicação de outro princípio constitucional, o da progressividade, num outro tributo sobre o patrimônio, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) explica ou define políticas de moradia, mobilidade e transporte nas nossas cidades? (CF, art. 156, §1º.) Com quais formas de atuação as associações de classe intervêm e definem a tributação na União, nos Estados e Municípios? Que estratégias estatais e campo de ideias orientaram os incentivos fiscais para as universidades privadas nos governos Lula e Dilma? Quais recursos e fontes de financiamento permitiram a expansão, mesmo que tímida, das universidades públicas do mesmo período? O que falar da relação erário, arrecadação fiscal, com dívida pública e os setores econômicos que concentram propriedade e comercialização dos títulos públicos? Que condições políticas e sociais propiciaram a desoneração seletiva do imposto sobre a renda dos rendimentos do capital no governo FHC e que elementos norteiam o debate sobre sua revisão nos nossos dias? Que medidas fiscais impactaram o mundo do trabalho de profissões especializadas alterando substancialmente formas de relação de emprego, sindicalização e garantias sociais, dentre outros? Que reduções na carga tributária estão atreladas à terceirização e quais os reflexos na remuneração e garantias de parte considerável de categorias de trabalhadores? Qual o colchão de recursos fiscais sustenta a estrutura básica da saúde pública brasileira, o SUS, e que mudanças na tributação fortalecem ou fragilizam esse sistema?

Por onde caminharmos nesse imenso território, à sociologia fiscal não faltarão fatos, dados, agentes e espaços sociais que mereçam abordagens empíricas. Mesmo horizontes aparentemente mais distantes não podem escapar da lupa das ciências sociais. Como diferentes políticas tributárias definem os fluxos de capitais entre diferentes nações? Qual o peso do “custo” tributário nas margens de remuneração de capital e como esse aspecto define o deslocamento de plataformas industriais entre países? Qual o papel dos paraísos fiscais e dos planejamentos tributários abusivos no fluxo e na remuneração destes capitais? Como os países, diferentes blocos econômicos e organizações multilaterais (como a OCDE) lidam e buscam soluções para a evasão fiscal? Não é exagero afirmar que a realidade social, econômica e política brasileira nunca necessitou tanto da exploração deste campo de conhecimento!

Apenas para fins ilustrativos, trazemos na sequência uma breve apresentação de temática fiscal e espaço social que buscamos pesquisar e expor sob as luzes da sociologia.

4.1- O contencioso fiscal e as contradições do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF

A instituição

Nossa pesquisa se concentra no contencioso fiscal federal em disputa no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF entre os anos de 2013 e 2017. O contencioso é formado em sua quase totalidade por autuações fiscais realizadas pela Receita Federal do Brasil referentes a tributos que, em tese, deveriam compor o erário público federal, mas são objeto de impugnações pelos contribuintes autuados. O CARF funciona como um tribunal administrativo que julga, em segunda instância, essas impugnações. Todos os julgamentos são realizados por turmas coletivas compostas, paritariamente, por conselheiros representantes do Ministério da Fazenda e conselheiros indicados por confederações empresariais.

Essa instituição estatal concentrava em processos digitais um estoque de contencioso que totalizava, em março de 2016, mais de R\$590 bilhões¹⁰, distribuídos em 118.341 processos. Volume equivalente no ano de 2011 a 10,96% do Produto Interno Bruto – PIB (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2011), essa mesma relação Contencioso Fiscal/PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE representava 1,23% para o mesmo período (OCDE, 2013). Sucessor histórico das Juntas da Real Fazenda e do Tribunal do Conselho da Fazenda, instituições do império português, bem como do Conselho de Contribuintes, criado em 1924, este órgão funciona em Brasília-DF e esteve no centro de escândalo recente conhecido como “Operação Zelotes”¹¹ (MAGALHÃES; MASCARENHAS; ROLLI, 2015).

A pesquisa desenvolvida possui uma abordagem qualitativa, que discute o duplo grau de litigância¹² para o contencioso tributário brasileiro e a concentração da representação dos

¹⁰ Mais precisamente, R\$590.240.178.050,31. <<http://idg.carf.fazenda.gov.br/dados-abertos/relatorios-gerenciais/estoque-processos-por-faixa-de-valores.pdf>> Acesso em 21 set /2016.

¹¹ As apurações envolvem grandes empresas que teriam negociado decisões julgadas por conselheiros do órgão. Informações fartamente divulgadas pela imprensa dão conta de que a investigação se estendia a 74 processos, que alcançam 19 bilhões de reais de dívidas de bancos, montadoras de automóveis, dentre outros importantes setores da economia nacional. Entre as decisões investigadas destacam-se autuações fiscais em grupos econômicos como Banco Santander (R\$3,34 bilhões), Bradesco (R\$2,75 bilhões), Ford (R\$1,78 bilhões), Gerdau (R\$1,22 bilhões), Banco Safra (R\$767,56 milhões), RBS (R\$671,52 milhões), Camargo Correa (R\$668,77 milhões), dentre outras.

¹² O duplo grau de litigância nas disputas do contencioso fiscal significa que o contribuinte pode apresentar recursos administrativos, no CARF, que duram em média 9,04 anos e, posteriormente, se derrotado na disputa pode recorrer à justiça federal. Essa possibilidade de dupla litigância ou jurisdição só existe para os contribuintes, não sendo possível para União, Estados e Municípios.

contribuintes em conselheiros indicados por confederações empresariais em detrimento da representação de confederações de trabalhadores. Uma outra abordagem, quantitativa, analisa dados constantes nos julgamentos e processos administrativos. Pequena parte dos resultados desta análise quantitativa que apresentamos na sequência.

Fontes e os resultados prévios da pesquisa quantitativa

A análise resulta de extração de dados eletrônicos dos sistemas que controlam o estoque de contencioso fiscal dentro da Receita Federal do Brasil. Informações cadastrais, valores, situação, tipos de recursos, resultados de julgamentos, votação de julgadores, tipo de tributo, setor econômico dos contribuintes, dentre outras, constituem-se nas variáveis da extração. Os resultados preliminares da pesquisa relacionada às questões sobre as decisões nos processos ou como votam conselheiros representantes do empresariado são instigantes, mas como nosso propósito é apresentar uma possibilidade específica num vasto campo de exploração em sociologia fiscal, limitamos a exposição à apenas duas outras questões de análise, quais sejam: 1) Duração do contencioso fiscal federal; 2) Resultados arrecadatários após decisões definitivas no CARF.

O CARF se divide em duas instâncias hierárquicas: As seções que, divididas em turmas, julgam de acordo com o tributo e as Câmaras Superiores de Recursos Fiscais (CSRFs) que julgam recursos contra decisões das seções. Para as duas questões de pesquisa que destacamos, a base de dados analisada corresponde aos seguintes números e volumes de processos:

Tabela 01 – CARF - Resumo da base de dados para questões de prazos e resultados arrecadatários (2013, 2014 e 2017)¹³

Instâncias	Decisões	Valores (R\$)
Seções	25.936	287.787.960.003,72
Câmaras Superiores de Recursos Fiscais	4.240	73.894.950.280,05
Total Geral	30.136	361.682.910.283,77

Fonte: Elaboração própria

Para a questão relacionada à duração do contencioso administrativo consideramos os 4.240 processos julgados na última instância, as CSRFs. Para a questão relacionada aos resultados arrecadatários após a decisão definitiva no CARF consideramos os 30.136 processos.

A duração do contencioso administrativo federal

A tabela 2 apresenta o tempo médio para julgamento definitivo no CARF, considerando o ano de início do processo fiscal administrativo e o ano de julgamento do último recurso possível no CARF.

¹³ Apesar da extração completa entre 2013 e 2017, o estudo exclui os anos de 2015 e 2016 em função dos efeitos da operação Zelotes nos volumes, quantidades e julgamentos nestes dois anos.

Tabela 02 - CARF Duração média do contencioso administrativo até decisões das CSRFs

Ano Julgamento	Duração média em anos
2013	8,22
2014	8,77
2017	9,35
Média Geral	9,04

Fonte: Elaboração própria

É relevante destacar que a duração média acima refere-se exclusivamente aos prazos do contencioso fiscal administrativo, interno aos órgãos da administração direta da União. Como já antecipado, sendo opção do contribuinte, essa disputa pode ir para o judiciário e se prolongar por outro longo período.

Os resultados de arrecadação após o CARF

Dos valores da tabela 01, após os julgamentos dos processos nas Seções e nas CSRFs, os montantes de decisões favoráveis ou desfavoráveis ao fisco podem ser assim resumidos:

Tabela 03 – CARF-Montantes e proporções das decisões por Seções e CSRFs - 2013,2014 e 2017

Instância	Desfavorável ao		Favorável ao		Total
	Fisco	%	Fisco	%	
Seções	136.827.669.814,76	47,54	150.960.290.188,96	52,46	287.787.960.003,72
CSRFs	15.151.675.932,19	20,50	58.743.274.347,86	79,50	73.894.950.280,05
Totais	151.979.345.746,95	42,02	209.703.564.536,82	57,98	361.682.910.283,77

Fonte: Elaboração própria

Neste quesito analisamos os resultados de arrecadação efetiva das decisões favoráveis ao fisco nas duas instâncias do CARF.¹⁴ A partir de variáveis constantes na extração que informam a situação e localização dos processos após os julgamentos nas Seções e CSRFs identificamos os resultados de arrecadação após o contencioso administrativo. Ou seja, apresentamos a seguir o quanto dos mais de R\$209 bilhões com decisões favoráveis ao fisco entraram para os cofres públicos. Além disso, demonstraremos qual o perfil dos contribuintes que, obedecendo as decisões da disputa administrativa, efetivam o recolhimento/pagamento daquilo que foi considerado como devido ao erário. As tabelas 04 e 05 apresentam, de forma resumida, o realizado e não realizado do contencioso com decisões favoráveis ao fisco: a primeira com os montantes e percentuais anuais enquanto a segunda especifica por faixa de valores.

¹⁴ Assim como analisa características e formas das decisões e votações nas Seções e CSRFs, a pesquisa também detalha, de forma segregada por instâncias, a realização do contencioso.

Tabela 04 – CARF-Síntese das situações do contencioso favorável ao fisco após julgamentos nas Seções e CSRFs (2013, 2014 e 2017)

Situação do contencioso	2013	%	2014	%	2017	%	Total Geral	% sobre Total
Não realizado	27.384.204.107,95	84,75	42.966.329.526,96	77,91	120.066.639.416,78	98,22	190.417.173.051,69	90,80
Realizado	4.926.637.343,39	15,25	12.184.045.032,27	22,09	2.175.709.109,47	1,78	19.286.391.485,13	9,20
Total por ano	32.310.841.451,34	100,00	55.150.374.559,23	100,00	122.242.348.526,25	100,00	209.703.564.536,82	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 05- CARF-Montantes e percentuais por Faixas de Valores de contencioso realizado após decisões Favoráveis ao Fisco (2013, 2014 e 2017)

Faixas de Valor	NÃO REALIZADO	%	REALIZADO	%	Total Geral
Acima 1 R\$ bilhão	72.384.121.987,12	92,16	6.160.624.878,21	7,84	78.544.746.865,33
Acima de 500 milhões até 1 bi	20.060.074.006,87	100,00	0,00	0,00	20.060.074.006,87
Acima de 300 até 500 milhões	12.345.387.895,12	93,62	840.986.704,88	6,38	13.186.374.600,00
Acima de 200 até 300 milhões	11.446.686.236,71	87,64	1.613.903.752,94	12,36	13.060.589.989,65
Acima de 100 até 200 milhões	17.948.150.284,42	92,81	1.390.276.495,83	7,19%	19.338.426.780,25
Acima de 50 até 100 milhões	15.919.290.936,01	89,61	1.845.072.219,05	10,39	17.764.363.155,06
Acima de 20 até 50 milhões	19.852.146.027,65	88,79	2.506.365.678,48	11,21	22.358.511.706,13
Acima de 5 até 20 milhões	14.712.909.789,95	82,06	3.216.440.485,60	17,94	17.929.350.275,55
Acima de 1 até 5 milhões	4.542.742.444,75	81,08	1.059.889.032,46	18,92	5.602.631.477,21
Acima de 500 mil até 1 milhão	617.335.027,12	71,88	241.491.766,71	28,12	858.826.793,83
Acima de 400 até 500 mil	111.881.377,66	69,34	49.462.686,40	30,66	161.344.064,06
Acima de 300 até 400 mil	141.361.385,18	70,90	58.017.647,94	29,10	199.379.033,12
Acima de 200 até 300 mil	108.209.928,22	57,79	79.021.760,17	42,21	187.231.688,39
Acima de 100 até 200 mil	113.334.694,31	58,98	78.825.018,53	41,02	192.159.712,84
Acima de 50 até 100 mil	58.183.670,76	50,85	56.238.483,07	49,15	114.422.153,83
Acima de 25 até 50 mil	30.283.339,81	41,50	42.688.439,45	58,50	72.971.779,26
Acima de 10 até 25 mil	18.300.845,79	37,68	30.273.703,67	62,32	48.574.549,46
Acima de 5 até 10 mil	4.922.849,75	33,36	9.835.174,60	66,64	14.758.024,35
Acima de 1 até 5 mil	1.850.324,49	20,96	6.977.557,14	79,04	8.827.881,63
Total Geral	190.417.173.051,69	90,80	19.286.391.485,13	9,20	209.703.564.536,82

Fonte: Elaboração própria

Façamos uma breve avaliação dos números e percentuais constantes nas duas tabelas acima. De tudo o que foi decidido favoravelmente à União na disputa do contencioso fiscal administrativo em 2013, 2014 e 2017, que deveria entrar como recursos fiscais no erário público federal, 84,75% 77,91% e 98,22 %, respectivamente, não foram realizados e constituíram objeto de novos recursos dentro do CARF, junto ao judiciário ou encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional para execução por que não foram objeto de pagamento, parcelamentos ou compensações por parte dos contribuintes.¹⁵ Somados, correspondem a mais de R\$190 bilhões e representam 90,8%¹⁶, enquanto somente R\$ 19,28 bilhões ou 9,2% do contencioso favorável ao fisco naqueles três anos foram realizados através de pagamentos, parcelamentos ou compensações de tributos.¹⁷

A análise dos dados por faixa de valor indica que quanto mais elevado o valor decidido favoravelmente ao fisco menor o percentual de realização efetiva do contencioso, pois não alcança 10% dos valores, em contraste com 60% nas faixas de menor valor. Assim, quanto maior o porte dos contribuintes, maior o prolongamento da disputa do contencioso, que passa da fase administrativa e adentra no contencioso judicial através de ações em varas da justiça federal ou na Procuradoria da Fazenda Nacional.

5. Conclusões:

Para os propósitos deste artigo dois tipos de conclusão se fazem necessárias: uma destinada à eventualidade e outro dedicada à essência. Quanto ao que foi apresentado como a eventual pesquisa desenvolvida junto ao CARF, não restam dúvidas sobre a relevância dos resultados à duas questões apresentadas (duração e realização do contencioso fiscal). As respostas à investigação quantitativa dos processos revelam aspectos de profundo interesse social que, expostos à análise crítica de instituições sociais e políticas, devem contribuir para que a sociedade organizada no Estado busque soluções para diversas questões, dentre as quais podemos destacar:

a) É de interesse do Estado brasileiro a manutenção de um tribunal administrativo dedicado exclusivamente ao julgamento do contencioso fiscal em que os prazos médios de julgamento em

¹⁵ Quando considerados somente o contencioso não realizado após os julgamentos nas CSRFs, os percentuais são de 83,68, 79,85 e 98,47 para 2013, 2014 e 2017, respectivamente.

¹⁶ Os 90,8% de contencioso não realizado está assim composto: 67,55% correspondem aos montantes que dão origem a novos recursos no CARF ou no judiciário e 23,26% correspondem aos montantes sem êxito de cobrança pela RFB e, que sem recursos judiciais e realização, são encaminhados à PGFN para execução fiscal.

¹⁷ Dos R\$19.286.391.485,13 considerados como “realizados”, R\$7.110.207.528,76 (36,87%) correspondem a decisões favoráveis ao fisco mas de processos com solicitações de ressarcimento, restituição ou reembolso. Ou seja, nestes tipos de processos os contribuintes não discutiam com a União uma cobrança indevida de obrigações tributárias, mas pleiteavam direitos à devolução de valores já recolhidos aos cofres públicos e pretensamente indevidos.

última instância superam nove anos? b) É tolerável socialmente que, decorridos esses nove anos, os contribuintes possam recorrer a um outro grau de litigância, o judiciário, para disputar o mesmo contencioso? c) São razoáveis os baixíssimos índices de realização contencioso após a disputa administrativa por contribuintes de maior porte econômico quando comparados com os contribuintes de menor porte e poder econômico?

A pesquisa específica cumpre papel apenas ilustrativo para aquilo que é o essencial, a exposição do abundante campo de pesquisa sociológica aberto por Goldscheid e Schumpeter. Nessa perspectiva, contencioso fiscal é apenas uma minúscula fração das inúmeras possibilidades para pesquisas quantitativas e qualitativas que investiguem as formações e mudanças do Estado Fiscal. Causas e efeitos, sociais, políticos, econômicos e culturais estão intimamente ligados a definições sobre as formas de tributação, desonerações, financiamento de políticas públicas (e também privadas), dívidas públicas de todos os entes federativos, dentre outros. Como destacou Schumpeter, “o imposto não é meramente um fenômeno de superfície” (1954, p. 108). Por sua interpretação é possível identificar estruturas e formas de organização social que o precedem ou se originam como resultantes do mesmo. Progressividade ou regressividade do IPTU podem explicar concentração de patrimônio e mobilidade urbana nas cidades, assim como a concessão de benefícios fiscais em municípios, estados e União podem fornecer explicação razoável para relações de poder e domínio político. Efeitos econômicos sobre as diferentes formas de taxação da renda ou do consumo podem contribuir consideravelmente para elucidar abismos sociais. Ou seja, há uma lógica social decifrável pelos caminhos da tributação que explica conflitos e contradições na sociedade.

Referências

- BACKHAUS, Jürgen G. Taxation and Entrepreneurship: An Austrian Approach to Public Finance. **Journal of Economic Studies**, v. 16, n.2, pp. 5–22. (1989). Disponível em <<https://www-emeraldinsight-com.ez46.periodicos.capes.gov.br/doi/pdfplus/10.1108/01443588910134757>> Acesso em 25 ago 2018.
- BACKHAUS, Jürgen G. Fiscal Sociology: What For? In BACKHAUS, Jürgen G; WAGNER, Richard (orgs) **Handbook of Public Finance**, Boston: Springer Science, p. 521-541, 2005.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Balanco Geral da União**. Disponível em <http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/download/BGU_4Trimestre_jan_dez_2011.pdf> Acesso em 02 set 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 01 ago 2018.
- CAMPBELL, J.L. The State and Fiscal Sociology. **Annual Review of Sociology** 19:163-185. Disponível em <[10.1146/annurev.so.19.080193.001115](https://doi.org/10.1146/annurev.so.19.080193.001115)> Acesso em 03 out 2017.
- LEROY, Marc. *Tax Sociology*. **Socio-logos**, la revue de l'Association française de sociologie., v 3, p. 1-37, 2008. Disponível em <<http://sci-hub.cc/http://socio-logos.revues.org/2073>> Acesso em 18 set 2017.
- MAGALHÃES, J.C.; MASCARENHAS, G.; ROLLI, C.: Polícia Federal investiga fraude de ao menos R\$ 6 bi contra cofres públicos. **Folha de São Paulo**, 26/03/2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1608360-pf-faz-acao-contra-suspeitos-de-fraudar-ate-r-19-bi-contra-receita-federal.shtml>> Acesso em 21/09/2015.
- MARTINS, Ana Luísa. **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais: 85 anos de imparcialidade na solução dos litígios fiscais**. Rio de Janeiro: Capivara, 2010.
- OCDE - Tax Administration: Comparative Information on OECD and Other Advanced and Emerging Economies – 2013**. Disponível em <http://www.oecd-ilibrary.org/taxation/tax-administration-2013_9789264200814-en> Acesso em 31 ago 2015
- SCHMIDT, Karl-Heinz. Schumpeter and the Crisis of the Tax State. In BACKHAUS, Jürgen G; **Joseph Alois Schumpeter Entrepreneurship, Style and Vision**, University of Erfurt, p. 337-351, 2003.
- SCHUMPETER, Joseph A. **The Crisis of the Tax State**. London: Macmillan, 1954.
- SERAPIÃO, F. Operação Zelotes: Como Esmagar o Leão. **Revista Carta Capital**, São Paulo, ed. 845, p. 18 a 23, 15/04/2015.



O “CULTO DA PERFORMANCE”: AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE
TRABALHADORES DO SÉCULO XXI

Thiago Alencar da Rocha¹

GT 7 - TRABALHO, MERCADO, ESTADO E SISTEMA FINANCEIRO

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. E-mail: talencardr@gmail.com. Bolsista da CNPq. Orientador: Prof. Dr. João Carlos Zuin

O “culto da performance”: as novas estratégias de gestão de trabalhadores do século XXI

Thiago Alencar da Rocha²

RESUMO: O presente trabalho objetiva identificar empiricamente o fenômeno do “culto da performance”, conceito desenvolvido pelo sociólogo Alain Ehrenberg, dentro de organizações em Araraquara (SP). Pretende-se também discutir as novas ferramentas de gestão orientadas pela motivação e como elas têm propagado mensagens de autonomização aos indivíduos. A nossa hipótese é que este ideal de comportamento laboral tem provocado sofrimentos psíquicos aos trabalhadores, tais como a depressão e a ansiedade. Para comprovar essa transformação subjetiva no mundo do trabalho, reflexo da contemporaneidade, pretende-se entrevistar diferentes trabalhadores a fim de descobrir como eles percebem estes novos modelos de gestão estruturados pela busca constante da alta performance laboral. Este estudo está inserido dentro do campo da Sociologia do Trabalho e trará novos elementos interpretativos para se entender o mundo do trabalho do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia do Trabalho. Culto da performance. Sociologia contemporânea. Depressão no trabalho.

ABSTRACT: This paper aims to empirically identify the phenomenon of the "cult of performance", a concept developed by sociologist Alain Ehrenberg, within companies in Araraquara (SP). It is also intended to discuss the new management tools driven by motivation and how they have propagated messages of empowerment to individuals. Our hypothesis is that this ideal of work behavior has caused psychic suffering to workers, such as depression and anxiety. In order to prove this subjective transformation in the world of work, reflecting contemporaneity, we intend to interview different workers in order to discover how they perceive these new management models structured by the constant search for high work performance. This study is inserted within the field of Sociology of Work and will bring new interpretive elements to understand the world of work of the XXI century

KEYWORDS: Sociology of Work. Cult of performance. Contemporary sociology. Depression at work.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. E-mail: talencardr@gmail.com. Bolsista da CNPq. Orientador: Prof. Dr. João Carlos Zuin.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos tempos complexos. Apesar da dificultosa tarefa de interpretar o atual momento histórico, cabe às ciências sociais um olhar atento e minucioso sobre as principais mudanças sociais, políticas e culturais do século XXI. Apesar da complexidade temporal dificultosa que acentua as características da modernidade, as tentativas de categorização e conceituação são inúmeras dentro da Sociologia. O cientista social está inserido nesse cosmo metamórfico, e assim como em outros momentos da Sociologia como ciência, estar demasiadamente próximo ao objeto estudado requer uma ação minuciosa. Notadamente, “[...] existe alguma coisa elementarmente complexa no ato de explicar a empresa humana, que tende a nos envolver em controvérsias sobre a natureza de sua ação” (GIDDENS, 2011, p. 101)

Sobre precisa cautela, este trabalho pretende realizar uma leitura panorâmica das profundas transformações ocorridas após o ano de 1989. A queda do muro de Berlim, segundo a nossa perspectiva analítica e didática, representa uma ruptura simbólica no senso da vida humana. As últimas três décadas trouxeram novos signos, suscitaram uma cultura global, enfraqueceram os laços institucionais e, acima de tudo, ajudaram a compor um imperativo que se multiplica ininterruptamente na vida dos indivíduos: “viva a sua vida”.

A liberdade individual conquista histórica e recente, principalmente no tocante à negação do discurso de classes. O indivíduo pode ser quem ele quiser, independentemente de sua origem, condição financeira ou escolaridade. Este cenário, melhor discutido nos próximos tópicos, é o pano de fundo da nossa temática. Ele é reflexo direto da atual condição do mundo do trabalho. A flexibilização do trabalho, o aumento da jornada de trabalho, reformas trabalhistas e, principalmente, a perda de direitos conquistados por intensas lutas entre trabalhadores e empregadores, são apenas alguns dos inúmeros elementos que constituem o significado e sentido do trabalho na contemporaneidade.

Enquanto a burguesia é e mantêm-se como a organização histórica mais desenvolvida (MARX, 1999), como podemos interpretar o que é a classe trabalhadora atualmente? Seria a mesma classe que passou intermináveis horas no chão de fábrica na era fordista? Seria ainda um trabalhador em permanente processo de reificação? Essas dúvidas permearam o nosso horizonte quando inicialmente começamos a investigar o mundo do trabalho no século XXI. Sobre breves análises, chegamos em ponto problemático e que parece atravessar incisivamente os diferentes cargos e funções laborais dentro das organizações contemporâneas.

Alain Ehrenberg (2010) percebeu um fenômeno que tem se apresentado constantemente dentro do mundo do trabalho. Para o sociólogo, o “culto da performance” representa um novo ethos frente ao sentido do trabalho, modifica o seu ritmo e altera significativamente a percepção dos trabalhadores sobre a cadeia produtiva. Incentivar desenfreadamente a performance laboral tornou-se uma prática comum dentro das organizações e é uma nova estratégia de gestão que se manifesta como um discurso vigoroso que é facilmente internalizado pelos receptores.

O “culto da performance” é assimilado e disseminado por inúmeros veículos: livros de autoajuda, vídeos motivacionais, jornais, discursos gerenciais, palestras e, sobretudo, no cotidiano do trabalho. Esse modelo de gestão incentiva a figura do “trabalhador-empREENDEDOR”, e permite que, assim como a ascensão do hiperindividualismo, moldar um “trabalhador 2.0” que nunca está satisfeito e buscará das mínimas às máximas ações demonstrar o quanto é talentoso e empregável.

Nas intempéries econômicas e, sobretudo, na crise do capitalismo, ou trabalhador do século XXI se adapta às novas estruturas vigentes ou será condenado à expulsão do mercado de trabalho. Esse desenho laboral orchestra em última instância, conforme Ehrenberg (2010), a crescente onda de doenças psíquicas advindas da atividade do trabalho. A depressão, a ansiedade e a Síndrome de Burnout acometem uma vasta gama de trabalhadores ao redor do mundo e são frutos dessa busca pela constante de alto desempenho.

A proposta deste trabalho é utilizar as principais contribuições realizadas por Ehrenberg (2010) ao analisar o fenômeno do “culto da performance” presente em empresas francesas para realizar um debate dentro da realidade política, social e econômica brasileira. Além disso, atualmente estamos realizando uma pesquisa empírica (qualitativa e quantitativa) na cidade de Araraquara (SP) a fim de evidenciar como o fenômeno em questão se manifesta e quais as suas implicações perante os trabalhadores.

Deste modo, apresentaremos um panorama geral sobre a pós-modernidade, o capitalismo globalizado e o processo de autonomização do indivíduo antes de adentrarmos especificamente ao conceito do “culto da performance” presente no mundo do trabalho. Após a problematização do conceito, exporemos maiores detalhes acerca da pesquisa empírica que atualmente está em desenvolvimento. Essa pesquisa visa contribuir qualitativamente aos estudos que possuem como norte a dimensão subjetiva do trabalho e reconhecem a importância de maiores reflexões acerca do objeto analisado.

2. O MUNDO PÓS-MODERNO: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS

Diversos pensadores buscam interpretar a contemporaneidade, cada um à seu modo. No entanto, há um consenso que perpassa as diferentes análises sociológicas, a de que o nosso tempo é caracterizado principalmente pela instabilidade. As inúmeras conquistas pós-iluminismo culminaram no que seria a base para a constituição da modernidade e pós-modernidade, a centralidade do indivíduo atomizado. Uma nova gramática moral (HONNETH, 2003) começa a ser formulada, moldando novos valores, novos paradoxos que possuem como norte a liberdade. Com a ruptura da fé religiosa como principal horizonte humano, antigas formas de vida tornam-se obsoletas para darem ebulição às novas formas de famílias e interesses múltiplos. A vida pré-determinada então põe-se em situação de extinção para dar lugar à ascensão de um valor que parece crescer abundantemente com o passar dos anos: a liberdade negativa. Em paralelo, vimos o mercado tomar proporções inauditas e hoje orienta sorrateiramente as decisões individuais e é através dele que a grande massa populacional se realiza imaterial e materialmente.

A revolução copernicana, a revolução francesa e industrial ajudaram a compor o que hoje reconhecemos como pós-modernidade ou alta modernidade. Segundo Giddens,

“[...] a alta modernidade é caracterizada pelo ceticismo generalizado juntamente à razão providencial, em conjunto com o reconhecimento de que a ciência e a tecnologia têm dois gumes, criando novos parâmetros de risco e perigo ao mesmo tempo em que oferecem possibilidades benéficas para a humanidade” (GIDDENS, 2002, p. 32)

A pós-modernidade (ou alta modernidade) é comumente caracterizada pelo risco e pela incerteza. As relações frágeis, o desinteresse e identificação dos indivíduos perante os partidos políticos, o Estado-nação, a instituição familiar, compõem esse ideário baseado na inconstância e liquidez (BAUMAN, 2001). Para Bauman, “[...] seria imprudente negar, ou mesmo subestimar, a profunda mundana que o advento da ‘modernidade fluida’ produziu na condição humana” (BAUMAN, 2001, p. 15).

A liberdade apresenta-se como um estado de riscos assumidos em prol de uma situação permanentemente probatória de justificativa à condição de indivíduo singular. Uma vez que o processo de autonomização dos indivíduos tornou-se um lugar comum, propagado universalmente, constitui-se então uma nova ordem social.

As mudanças da pós-modernidade reconfiguraram elementos e criaram novos padrões:

“[...] em virtude do seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico” (GIDDENS, BECK e LASH, 1997, p. 12)

Em busca de progressos técnicos e científicos, assumimos riscos impensáveis em outro período histórico. A destruição de florestas, os efeitos colaterais de drogas farmacológicas, as cíclicas instabilidades do mercado, tornam-se elementos que representam a instabilidade, a vida política, econômica e social em plena condição de risco (BECK, 2010). São riscos que põem à prova a condição de vida como um todo e engendram novas formas de sociabilidade marcadas dolorosamente pelo medo e insegurança (BAUMAN, 2008). Além disso, segundo Beck “[...] tudo o que ameaça a vida neste planeta, estará ameaçando também os interesses de propriedade e de comercialização daqueles que vivem da mercantilização da vida e dos víveres” (BECK, 2010, p. 46).

A partir deste cenário de insegurança, o “espírito” do capitalismo também se reinventou. Em constante processo de mutação, ganhou uma nova roupagem e desterritorializou-se. O capital global transformou as multinacionais em poderosos núcleos de produção que empregam, porém também desempregam mão-de-obra humana em substituição de maquinários originários da dita “4ª revolução industrial”. Neste ponto, “[...] chamamos de espírito do capitalismo a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 39), o que parece ser uma habilidade inerente ao sistema: a capacidade de modificar-se a fim de manter-se vivo e inquestionável sobre a sociedade. Ainda, “[...] não é a crise, mas, repito, as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social” (GIDDENS, BECK e LASH, 1997, p. 13).

Sobre o Estado-nação alastra-se ao redor do mundo políticas neoliberais, assumidamente perfis de extrema direita que incentivam, além do comum plano de privatização de propriedades públicas, disseminar programas que incentivam o livre mercado, considerando-o como instrumento edificante às relações interpessoais. Como compreendemos essa mudança estrutural de valores e normas da vida da pós-modernidade é um desafio constante aos cientistas sociais, mas que não podem ser passíveis de abnegação. Não há como negar as incontáveis benfeitorias provenientes das tecnologias de rede, das conquistas particulares, da representatividade de grupos subalternos, porém deve-se esquadriñar também os riscos dos quais os humanos se sujeitam cegamente pela liberdade negativa. Estariam os valores de ordem

social, de intentos colaborativo entre os semelhantes, fadados a desaparecerem em meio às revoluções tecnológicas?

Perante todos os argumentos e características que dispõem a pós-modernidade, notadamente e aqui foco objetual do texto, o mundo do trabalho também sofrera mudanças severas. Como o mundo do trabalho tem absorvido as novas formas de vida, os interesses mercadológicos e a constituição de novos valores sociais? A partir destes questionamentos adentramos mais especificamente aos reflexos observáveis do mundo do trabalho, buscando dele extrair principalmente elementos de ordem subjetiva.

3. REFLEXOS DA PÓS-MODERNIDADE: O MUNDO DO TRABALHO

O contexto global apresentado revela o atual poder do capitalismo globalizado e da força do neoliberalismo, além de suscitar um quadro de “mercadorização da vida”. A discussão que propomos é refletirmos sobre o papel dos elementos constitutivos da pós-modernidade frente ao mundo do trabalho. O consumo desenfreado, o processo de hiperindividualização e a reconfiguração do tempo e espaço pela globalização política e econômica do século XXI contribuíram para novas dinâmicas dentro da esfera laboral.

Primeiramente destacamos a atual responsabilidade do trabalhador em manter-se empregado. Para além dos discursos fáceis, atualmente esconde-se às forças quaisquer fatores externos que justifiquem a ausência de emprego. Logicamente, a economia possui um papel fundamental na oferta e demanda de vagas ociosas, porém observamos um motivo que parece mais palpável, ao menos à vista midiática: o próprio trabalhador é responsável pelos seu desemprego. Portanto, “[...] a partir do momento em que se coloca sobre os ombros do desempregado a responsabilidade de se tornar empregável, acaba-se por justificar sua exclusão do mercado de trabalho pelo fato de ser inadequado quanto às demandas de qualificação exigidas” (SANTANA e RAMALHO, 2010, p. 26). A corrida pela obtenção de títulos, qualificações certificadas (ou não), retenção de novas técnicas que abarcam a sua área de atuação, sob um espectro multidisciplinar cada vez mais exigido, denunciam um cenário de ampla competitividade.

O trabalhador do século XXI deve estar pronto para disputar incessantemente por uma oportunidade de emprego, retirando de si mesmo toda a potência necessária para demonstrar quão eficiente é, o quanto produz e o quanto não se cansa por essa busca frenética de sua melhor versão, uma vez que “[...] a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas

uma sociedade de desempenho” (HAN, 2015, p. 23). Essa estrutura que imana o poder do “*do it yourself*” está calcada no excesso de positividade e hipertrofia do espírito individualista. Segundo Han (2015), a humanidade não sabe mais reter-se à limitações, comportamentos restritivos e, em última instância, à obediência de ordem superiores. Qualquer ordem que negue o imperativo do próprio indivíduo está sujeita ao não reconhecimento, a não assimilação ou identificação de seu interlocutor. O estereótipo do indivíduo que é capaz de tudo está em pleno fervor e somente contribui para uma ideologia massivamente disseminada dentro das organizações de trabalho.

Para o sociólogo Alain Ehrenberg (2010), o mundo do trabalho da contemporaneidade possui uma característica importante, um culto pela performance. Para que pudesse ser convincente, sedutor e assimilado pela classe trabalhadora, foi preciso uma mudança estrutural da primeira para a segunda modernidade (ou pós-modernidade).

Bauman expõe precisamente o contexto do trabalho na primeira modernidade:

“[...] entre os principais ícones dessa modernidade estavam a *fábrica fordista*, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual; a *burocracia*, afim, pelo menos em suas tendências inatas, ao modelo ideal de Max Weber, em que as identidades e os laços sociais eram pendurados no cabide da porta da entrada junto com os chapéus, guarda-chuvas e capotes, de tal forma que somente o comando e os estatutos poderiam dirigir, incontestados, as ações dos de dentro enquanto estivessem dentro [...]” (BAUMAN, 2001, p. 33).

Porém ao adentrarmos à realidade da contemporaneidade, observamos uma imensa mudança na figura do trabalhador. Com as significativas vitórias da classe trabalhadora na conquista de direitos, benefícios e leis mais claras, novas formas de exercício do trabalho também surgiram. A flexibilização de leis trabalhistas, as organizações deram maior liberdade aos seus funcionários, mulheres conquistaram cargos e funções historicamente inauditas, são apenas alguns dos elementos que encenam as principais mudanças estruturais do trabalho.

O “culto da performance” surge para dar suporte às necessidades produtivas das organizações e à ânsia do trabalhador na busca incessante por metas, segundo Ehrenberg (2010). Se na primeira modernidade as tarefas laborais eram mecânicas, típicas de um trabalhador “robotizado”, vemos na pós-modernidade um trabalhador que é estimulado a

empreender a si mesmo, a torna-se ativo em sua biografia. Logo, “[...] não se exige mais do pessoal subalterno que execute, mecanicamente ordens ou que siga as regras, mas que se implique comportando-se como o empreendedor de sua própria tarefa” (EHRENBERG, 2010, p.78). Após observar essa realidade, as organizações começaram a utilizar nas últimas três décadas alegorias esportivas para desenvolver em seus trabalhadores um espírito de colaborador, de indivíduo autônomo dentro da rotina laboral.

Segundo Ehrenberg,

“[...] há algumas décadas, eram tão pouco comuns os que utilizavam o esporte como símbolo da competitividade de uma empresa que ninguém jamais teria pensado em emprega-lo como método de gestão pessoal. Hoje, a referência ao esporte está baseada na banalidade mais degradante, e sua inserção nas técnicas de motivação dos empregados não causa nenhum espanto” (EHRENBERG, 2010, p. 10).

A partir da narrativa de “trabalhador-empendedor”, as organizações têm implantando narrativas de sucesso e conquistas por meio da alta performance e rendimento laboral. Tendo visto o cenário de ampla concorrência, esse novo modelo de trabalhador irá correr em busca do autodesenvolvimento, autogerenciamento. O grande problema é que essa corrida parece não ter uma linha de chegada.

O modelo heroico exemplar do nosso tempo é o empreendedor. O arsenal produtivo destes heróis contemporâneos permeiam uma idealização: a do “empendedor-herói”. Os multimilionários empreendedores frequentemente estão presentes nos veículos de comunicação, são criativos, possuem discursos potentes e parecem não ter um minuto de descanso. Com esse ethos de trabalho acentuado, cria-se uma narrativa de que se o trabalhador se esforçar a fim de superar todos os seus próprios limites (interiores e exteriores), conseqüentemente será bem sucedido pessoal e profissionalmente, angariando com isso grande prestígio social.

O “[...] esporte, em nossa época (...) é um estilo vida, um estado de espírito; é o gosto do desafio e da aventura, quer seja individual ou coletivamente” (EHRENBERG, 2010, p. 17), e será através das ferramentas de motivação, alegorias, símbolos e histórias de superação que as organizações irão se basear para motivar o conjunto de trabalhadores. Vídeos motivacionais são apresentados então em reuniões, mensagens de perseverança disseminadas pelas redes sociais e, uma gramática específica para estimular os indivíduos a renderem mais, aperfeiçoarem-se mais surgem como frutos dessa ideologia.

O vocativo “trabalhador” paulatinamente vem sendo substituído por “colaborador” pelos gestores para proteger as reivindicações individuais de autonomização, tão típicas do nosso tempo. Desse modo, o trabalhador sente-se parte essencial e integrante de toda a cadeia produtiva, admitindo a responsabilidade (idealizada ou não) perante o sucesso ou fracasso da organização por via de uma dita parceria entre ambos.

Por meio dessa profunda mudança de posicionamento, seja estimulada pelo próprio trabalhador ou pela organização da qual ele está inserido, ocorre uma alteração dramática na subjetividade do trabalho. O trabalhador do século XXI então luta cotidianamente contra o paradoxo da busca pela estabilidade em um mundo de incertezas e, além disso, nega quaisquer possibilidade de falha, de ser retirado na zona de competitividade. Deste modo, cria-se um problema estrutural dentro dessa lógica de gestão organizacional, uma vez que para todos os fracassos, muitas vezes inevitáveis e advindos de agentes externos, serão inevitavelmente atribuídos aos “colaborador”.

4. O ADOECIMENTO PSÍQUICO E O TRABALHO

A negação da falha, da tristeza, da não produtividade e, em última instância, do não descanso, ou seja, um estilo de vida baseado pelo “culto da performance”, tem provocado efeitos danosos à saúde dos trabalhadores. Na relação entre o excesso de liberdade e cobrança por maiores resultados (laborais ou não), Han diz:

“[...] agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal” (HAN, 2014, p. 30)

Deste modo, o “culto da performance” transforma-se numa estratégia de gestão que simultaneamente pode desencadear melhores índices de produtividade, motivação à permanência do trabalhador na organização, mas pode corroer sua subjetividade perante suas atividades cotidianas e, em última instância, leva-lo a manifestar sintomas de desordem psíquica. Portanto, há um paradoxo que está paulatinamente se acentuando em nossa

contemporaneidade, uma vez que “[...] ao mesmo tempo em que milhares de pessoas sofrem pela falta de uma vaga, outras sofrem pelo fato de terem que trabalhar excessivamente” (MORIN, 2001, p. 9).

Ehrenberg (2010) identificou que o “culto da performance” pode ser efetivamente danoso à vida do trabalhador. Neste cenário, “[...] daqui para frente, os erros se pagam de pronto. O florescimento pessoal e a singularização de cada um em uma sociedade em que a concorrência não tem um lado de fora se pagam com a depressão nervosa generalizada” (EHRENBURG, 2010, p. 132). Han complementa:

“[...] a violência neuronal não parte mais de uma negatividade estranha ao sistema. É antes uma violência sistêmica, isto é, uma violência imanente ao sistema. Tanto a depressão quanto o TDAH ou a Síndrome de Burnout apontam para um excesso de positividade. A Síndrome de Burnout é uma queima do eu por superaquecimento, devido a um excesso de igual” (HAN, 2015, p. 21)

Essa autorresponsabilidade leva o indivíduo ao esgotamento de si mesmo. No entanto, é necessário destacar que “o que causa a depressão do esgotamento não é o imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a pressão de desempenho” (HAN, 2015, p. 27). Não há alternativas de apoio, ajuda ou orientação ao indivíduo a não ser ele próprio. Logo, os sistemas de gestão do século XXI têm assimilado essa narrativa em meio aos “colaboradores” e apropriou-se desse mecanismo para reter seus funcionários, motivá-los diariamente e, acima de tudo, obterem maior volume de produção conforme dão à eles um senso de autonomia e parceria.

A partir desse reforço positivo, Ehrenberg (2010) problematizou que as alegorias de “herói-empresendedor” e “trabalhador-colaborador” podem estar intimamente ligada ao aumento de doenças psíquicas advindas do labor. Como meio de suportar essa nova dinâmica, os trabalhadores recorrem ao uso de psicotrópicos legais, que são “[...] substâncias dopantes para o indivíduo que, na sociedade concorrencial, tem de ir ao fim de si mesmo, como o esportista deve superar seus limites em uma competição” (EHRENBURG, 2010, p. 135).

Pelo cenário caótico apresentado por Ehrenberg (2010), faz-se necessário mais pesquisas que tragam maior esclarecimento sobre o “culto da performance”. Seria esse fenômeno algo corriqueiro em qualquer tipo de organização dentro do mundo do trabalho? Todos os trabalhadores, independentemente do nível hierárquico dentro da organização, sofrem

os efeitos danosos do “culto da performance”? Quem são os trabalhadores que não conseguem lidar com o excesso de cobrança e qual a sua percepção sobre o sentido do trabalho dentro da cadeia produtiva? A partir destas perguntas iniciais, formulamos nosso interesse de pesquisa, que é clarificar como o fenômeno se manifesta (ou não) empiricamente e quais têm sido suas implicações no mundo do trabalho.

5. A VERIFICAÇÃO EMPÍRICA DO “CULTO DA PERFORMANCE”

Atualmente o Brasil é o país mais deprimido da América Latina (BAIMA e GRANDELLE, 2017). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), são onze milhões e meio de brasileiros que sofrem de depressão. Notadamente, as causas da depressão e da ansiedade possuem inúmeros fatores, por isso nossa pesquisa objetiva relacionar as doenças psíquicas estritamente provenientes da rotina laboral, sobretudo influenciada pelo “culto da performance”.

Segundo pesquisas do International Stress Management Association no Brasil (ISMA-BR, 2017) realizadas em 2015 os dados são alarmantes: 72% dos brasileiros economicamente ativos estão estressados, sendo que 30% sofrem de Burnout³; os níveis de fobia ou pânico no ambiente laboral subiram de 8% para 13% entre 2014 e 2015.

A partir desse preocupante cenário, a nossa pesquisa pretende realizar a verificação empírica a fim de comprová-lo (ou não) no cotidiano das organizações conforme a realidade política, social e econômica do Brasil.

O recorte empírico contempla a cidade de Araraquara (SP), onde está em andamento⁴ a etapa de entrevista com trabalhadores. O nosso objetivo é identificar qualitativamente quais as percepções dos trabalhadores frente ao fenômeno do “culto da performance, se eles o percebem ou não, como lidam com a contínua exigência de aperfeiçoamento (técnico e pessoal)

³ Segundo Pereira, o termo Síndrome de Burnout foi cunhado para significar aquilo, ou aquele, que chegou ao seu limite e, por falta de energia, não tem mais condições de desempenho físico ou mental” (PEREIRA, 2002, p. 22). No Brasil incluiu-se na Portaria Nº 1.339, de 18 de novembro de 1999 da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (Grupo V da CID-10) a Sensação de Estar Acabado (“Síndrome de Burn-out”, “Síndrome do Esgotamento Profissional”) (CID 10 - Z73.0).

⁴ A pesquisa teve início em início de março de 2018 e está programada para ser concluída em meados de dezembro de 2019.

e cobranças por resultados cada vez maiores, e, acima de tudo, se sofrem ou já sofreram psicologicamente devido às estratégias de gestão⁵.

O repertório de entrevistas visa obter informações de trabalhadores que atuam em de três de áreas distintas: varejo, serviço e indústria. O objetivo desse recorte é verificarmos como o fenômeno do “culto da performance” se dá (ou não) nas três áreas e qual a sua intensidade. Essa pesquisa é importante para trazermos o debate para contexto brasileiro, uma vez que ainda há poucos escritos acadêmicos acerca do “culto da performance” sob o contexto nacional.

Em conversas com psicólogos e psicanalistas da cidade de Araraquara (SP) obtivemos relevantes informações preliminares sobre o nosso estudo. Segundo Amanda Ardisco que atua como psicóloga na cidade, “ao menos 50% dos meus pacientes chegam no consultório alegando problemas relacionados ao trabalho”. Sobre as razões que levaram o indivíduo a procurar ajuda, “é difícil avaliar, pois muito se dá a partir da estrutura da pessoa para lidar com o ambiente, com o trabalho. É claro que existem outros fatores que vão muito além do trabalho e também devem ser investigadas”, afirmou a psicóloga.

Dessa forma, o nosso estudo está situado dentro de um micro contexto, no caso a cidade de Araraquara (SP), como proposta inicial às considerações acerca do objeto investigado teórico e empiricamente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo pós-moderno trouxe consigo novas dinâmicas, novas formas de vida e relacionamento que alteraram significativamente a ordem social. Da mesma forma, tal condição tem influenciado o mundo do trabalho e, conforme objetivamos problematizar com o nosso texto, desencadeado novas estratégias de gestão para a retenção de mão-de-obra, ressignificação da atividade laboral e aumento gradativo dos resultados produtivos. Os trabalhadores submetidos às narrativas do “culto da performance” estão condicionados a uma busca incessante de melhoria e aperfeiçoamento, o que conforme alertou Ehrenberg (2010), está

⁵ Tendo visto a imensa gama de elementos que desencadeiam as doenças psíquicas, a nossa pesquisa limita-se a investigar casos em que o indivíduo sofreu ou sofre por conta do trabalho desempenhado, do clima organizacional ou dos discursos de gestão.

relacionada diretamente ao crescente número de casos de adoecimento psíquico no mundo do trabalho.

Observando o contexto proporcionado pelo “culto da performance”, é de suma importância maiores investigações para que possamos compreender os motivos pelos quais tornam esse comportamento tão sedutor, seja por iniciativa dos próprios trabalhadores ou mediato pelas organizações. As investigações desse lado subjetivo do trabalho proporcionará um entendimento ainda pouco explorado pelas Ciências Sociais, aumentando consideravelmente o arcabouço teórico à compreensão das dinâmicas do mundo do trabalho do século XXI. Ao trazermos o debate para o Brasil, além de suscitar novas discussões acerca das profundas mudanças ocorridas nos direitos trabalhistas, também provocar reflexões sobre as estratégias de gestão pós-modernas.

7. REFERÊNCIAS

- BAIMA, Cesar; GRANDELLE, Renato. **Brasil é o país mais deprimido da América Latina, aponta OMS**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-o-pais-mais-deprimido-da-america-latina-aponta-oms-20969009#ixzz5QeLRiQKQ>>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. São Paulo: Editora Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **O medo líquido**. Rio de Janeiro: Editora Zahar Zahar, 2008.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo. Ed.: 34, 2010.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. 2009. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Martins Fontes.
- EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010
- GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia. Ensaios, interpretações e trélicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich & LASH, Scott. 1997. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo. Ed. UNESP.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo. Editora 34, 2003.

ISMA-BR. **Bateria Esgotada**. <http://www.ismabrasil.com.br/img/estresse86.pdf>> Acesso em 25 de julho de 2017.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da Economia Política**. Editora Nova Cultural Ltda. 1999. São Paulo – SP.

MORIN, Estelle M. **Os sentidos do trabalho**. Revista de administração de empresas, v. 41, n. 3, p. 08-19, 2001.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **OMS registra aumento de casos de depressão em todo o mundo; no Brasil são 11,5 milhões de pessoas**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/oms-registra-aumento-de-casos-de-depressao-em-todo-o-mundo-no-brasil-sao-115-milhoes-de-pessoas>> Acesso em 10 de maio de 2017.

PEREIRA, Ana Maria T. Benevides. **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2010.



Descobrimo a Legalidade Neoliberal: A Reconfiguração do Estado de Direito na Era do Neoliberalismo

Ana Catarina de Alencar¹

GT 7: Trabalho, Estado e Sistema Financeiro

¹ Mestranda em Teoria e Filosofia do Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC). Advogada especialista em Direito Digital & Compliance. Tem experiência em Filosofia do Direito, Teoria do Direito e Filosofia Política. E-mail catarinahalencar@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6485258455018753>

RESUMO: Esta pesquisa pretende analisar e compreender a relação entre Direito e neoliberalismo demonstrada na reconfiguração do Estado de Direito pela racionalidade neoliberal. O estudo tem como hipótese principal que a emergência do neoliberalismo ensejou grandes transformações na compreensão do que é o Estado de Direito. O Direito assume um papel importante no projeto neoliberal como um todo, na medida em que a lei concebe, constrói e dá coerência à ordem neoliberal através de instituições e normas. Sem isto, o neoliberalismo não poderia ser um projeto jurídico além de econômico, político e ideológico. A pesquisa consiste em responder às seguintes indagações: o que é a racionalidade neoliberal e qual o seu ideal de Estado de Direito? e, como o neoliberalismo transforma o Estado de Direito atual? A partir da obra de Friedrich A. von Hayek, analisa-se como este ideal jurídico-político reconfigura o Estado de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Estado de Direito; Legalidade.

ABSTRACT: This research aims to analyze and understand the relationship between law and neoliberalism demonstrated in the reconfiguration of the rule of law by neoliberal rationality. The main hypothesis is that the emergence of neoliberalism led to great changes in the understanding of the rule of law. Law assumes an important role in the neoliberal project as a whole, insofar as the law conceives, constructs and gives coherence to the neoliberal order through institutions and norms. Without this, neoliberalism could not be a legal project beyond economic, political and ideological. The research consists of answering the following questions: what is neoliberal rationality and what is its ideal of rule of law? and how does neoliberalism transform the current rule of law? From the work of Friedrich A. von Hayek it is analyzed how this legal-political ideal reconfigures the rule of law.

KEY WORDS: Neoliberalism; Rule of law; Legality.

I. INTRODUÇÃO - O NEOLIBERALISMO COMO RAZÃO NORMATIVA²:

Neoliberalismo³ é um termo que remonta à década de 1930 e representa uma gama de compreensões e abordagens.⁴ Ele pode indicar uma forma de organização do próprio sistema capitalista; uma ideologia; uma doutrina ética⁵ ou uma razão normativa capaz de produzir novas relações sociais e subjetividades.⁶

O presente estudo se assenta na compreensão de que o neoliberalismo constitui uma racionalidade normativa ou “razão de mundo”⁷, operando para além do campo estrutural e institucional: “É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”.⁸

Segundo Laval e Dardot, o neoliberalismo é uma lógica normativa global⁹ que assume uma dupla representação: ideológica que acompanha a implantação de suas políticas e de uma

² “Razões normativas” podem ser de tipo moral ou ético em filosofia. No texto de Laval e Dardot, o neoliberalismo como “razão de mundo” não é explicitamente tratado como uma razão de tipo moral ou ético. Entretanto, a obra permite uma leitura geral no sentido de que se trata de uma razão normativa de tipo ético, ou seja, onde subjaz uma concepção de vida boa (uma doutrina sobre o que é uma boa vida). Esta questão será tratada na pesquisa ao longo do desenvolvimento do primeiro capítulo da dissertação que pretende discutir o que é o neoliberalismo. Cfr: ALVAREZ, Maria, **Reasons for Action: Justification, Motivation, Explanation. The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edward N. Zalta (ed.), 2017. Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/reasons-just-vs-expl>. Acesso em 06.05.2018.

³ A existência deste fenômeno é reconhecida por seus defensores e críticos, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI) que reconheceu expressamente o neoliberalismo como fenômeno da sociedade contemporânea em artigo no qual questiona sua “eficiência” enquanto modelo de governo. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm> Acesso em: 24.03.2018.

⁴ Em uma perspectiva crítica, abrindo uma terceira forma de abordagem, Wacquant defende a via média marcada pela articulação entre Estado, mercado e cidadania: “Embora Hilgers retrate a antropologia do neoliberalismo como organizada numa configuração triádica, formada pelas abordagens cultural, de governamentalidade e sistêmica, eu a vejo como polarizada entre uma concepção econômica hegemônica, ancorada em variantes (neoclássicas e neomarxistas) de domínio de mercado, por um lado, e uma abordagem insurgente, alimentada por derivações frouxas da noção foucaultiana de governamentalidade, pelo outro. (...) Curiosamente, essas duas concepções convergem para obscurecer o que é “neo” no neoliberalismo, a saber, a reengenharia e a reestruturação do Estado como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante”. WACQUANT, Loïc. **Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente**. In: Caderno CRH, 25/06, 2012, 505-518, p. 507.

⁵ Nesta esteira, se a compreensão do neoliberalismo como razão normativa de tipo ético é correta, coloca-se a questão sobre se o Estado de Direito estaria (ou não) impondo uma particular cosmovisão sobre toda a sociedade quando legítima e atua em consonância com a racionalidade neoliberal de forma totalizante e autoritária. Em outros termos, a questão que se coloca é a de pensar sobre o que o neoliberalismo como razão normativa de tipo ético significa para o campo do Direito e do Estado. Denunciar o neoliberalismo como doutrina ética, implica em várias considerações sobre o papel do teórico crítico da ideologia dominante e das formas de legitimação e justificação presentes nas instituições de nossa sociedade. Pretende-se elucidar esta questão ao longo do desenvolvimento do primeiro capítulo da dissertação. Para uma compreensão do neoliberalismo enquanto doutrina ética vide PINZANI, Alessandro. **Uma vida boa é uma vida responsável: o neoliberalismo como doutrina ética**. In: Rajobac, Raimundo; Bombassaro, Luiz Carlos; Goergen, Pedro. (Org.). *Experiência formativa e reflexão*. 1ed. Caxias do Sul: Educs, 2016.

⁶ “(...) Outro uso, mais interessante, vê o “neoliberalismo” como o nome de uma ampla formação cultural global característica de uma nova era do “capitalismo milenar” - uma espécie de meta-cultura global (...). E finalmente, o “neoliberalismo” pode ser indexado a um tipo de “racionalidade” no sentido foucauldiano, ligado menos a dogmas econômicos ou projetos de classe do que a mecanismos específicos de governo e modos reconhecíveis de criar sujeitos”. (tradução nossa). FERGUSON, James. **The Uses of Neoliberalism**. In *The Point is to Change it* (eds N. Castree, N. Castree, P. Chatterton, N. Heynen, W. Larner and M. W. Wright), Wiley Online Library, 2012, p. 171, 170.

⁷ Sentido usado por Christian Laval e Pierre Dardot em LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

⁸ *Id. Ibidem*, p. 7.

⁹ *Id. Ibidem*, p. 17.

normatividade prática que se estende para todo o corpo social. É uma “razão do mundo, mas, ao mesmo tempo ‘razão-mundo’,”¹⁰ visto que ela produz o mundo, mas, também é produzida por ele:

(...) o neoliberalismo antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. (...) é a razão do capitalismo contemporâneo (...) plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida¹¹.

Logo, o neoliberalismo não é meramente um conjunto de políticas de ajuste do capitalismo financeiro global.¹² Neoliberalismo é o nome de uma premissa que, discretamente, passou a ordenar tudo o que se pratica e a acredita em sociedade.

Nesse sentido, também é possível vislumbrar a existência de uma “visão ética” subjacente às tecnologias econômicas e de governo do neoliberalismo. A concepção de “vida boa” inscrita em seu núcleo ético se revelaria através da noção de indivíduo e de liberdade que adota, especialmente, na filosofia de Hayek, na qual todos os indivíduos são considerados livres pela ausência de coerção, completamente responsáveis por suas ações e obedientes à racionalidade econômica.

A racionalidade neoliberal organiza a atividade humana tendo como base a distorção de uma lei biológica que, posteriormente, veio a ser nomeada nas ciências sociais de “concorrencialismo”:

Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada (...) ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.¹³

Consoante explanam Laval e Dardot, alguns temas do utilitarismo empírico introduzidos por Herbert Spencer no século XVIII se tornaram, posteriormente, importantes para o desenvolvimento das ideias neoliberais, sendo eles a concorrência nas relações sociais e o evolucionismo biológico¹⁴ ou “darwinismo social”.¹⁵ A dinâmica concorrencial descrita no evolucionismo biológico de Spencer marca, então, a passagem de duas fases; do liberalismo clássico para o neoliberalismo.

¹⁰ *Id. Ibidem*, p. 17.

¹¹ *Id. Ibidem*, p. 17.

¹² Ver em BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

¹³ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, p. 18.

¹⁴ *Id. Ibidem*, p. 52.

¹⁵ O evolucionismo biológico de Spencer foi uma teoria inspirada na obra de Richard Darwin “A origem das Espécies” e denominada, de forma muito imprópria, de “darwinismo social”, posteriormente. Isso porque, Darwin sustentava que a civilização se caracterizava sobretudo pela prevalência de ‘instintos sociais’ capazes de neutralizar os aspectos eliminatórios da seleção natural e acreditava que o sentimento de simpatia estava destinado a estender-se indefinidamente. *Id. Ibidem*, p. 52.

Na primeira fase, tendo como expoentes teóricos, especialmente, Adam Smith e David Ricardo, o cerne da racionalidade econômica é a livre troca e a especialização do trabalho. A consequência deste modelo consiste no aumento geral da produtividade, tendo em vista que “essa não é uma lógica eliminatória do pior dos sujeitos econômicos, mas uma lógica de complementaridade que melhora a eficácia e o bem-estar do pior dos produtores”.¹⁶

Na segunda fase, pelo contrário, os menos aptos ou mais fracos na “grande luta pela seleção natural” serão eliminados pelos mais adaptados. Não se trata de uma lógica de promoção da produtividade geral, mas, de “um processo de eliminação seletiva”,¹⁷ onde a troca de mercadorias não é uma forma de melhorar a sociedade, mas, uma prova de sobrevivência; “a concorrência (...) é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos”.¹⁸

A lógica do concorrencialismo surge novamente no comentário feito por Michel Foucault à teoria do capital humano de Gary Becker que afirma que o indivíduo é uma espécie de investimento pessoal permanente. Seguindo esta compreensão, os sujeitos são instados a pensar sobre si mesmos a todo tempo como empreendedores de seus próprios talentos e iniciativas, cabendo a eles conceber formas inovadoras para competir e se adaptar. A linguagem da eficiência econômica incluindo vocábulos como competição, comportamento racional, informação perfeita, etc, são incorporadas a todas as qualidades da vida humana.

Nesse sentido, a ideia central de teóricos e figuras políticas claramente neoliberais¹⁹ como Milton Friedman, Friedrich Hayek e Margaret Thatcher era a de moldar a sociedade em um tipo de mercado universal regulado pela livre competição (e não de uma “polis” ou esfera civil pública de deliberação), bem como de produzir sujeitos como calculadoras humanas de perdas e danos (e não de sujeitos portadores de dignidade, direitos e deveres).²⁰ “Não existe essa coisa chamada de sociedade”²¹ é o mote principal do neoliberalismo proferido em uma das falas de Margaret Thatcher; uma lógica que ganhou fama e adeptos a partir da afirmação de que “não há alternativa”.²²

¹⁶ *Id. Ibidem*, p. 53.

¹⁷ *Id. Ibidem*, p. 53.

¹⁸ *Id. Ibidem*, p. 53.

¹⁹ Vide STEDMAN JONES, Daniel. **Masters of the Universe. Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

²⁰ FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. The Fortieth Anniversary Edition. Chicago: Chicago UP, 2002.

²¹ Margaret Thatcher, em entrevista para *Woman's Own* em 23 de setembro de 1987. Disponível em: <http://www.margaretthatcher.org/document/106689>. Acesso em: 24.03.2018.

²² *Id. Ibidem*.

Portanto, o neoliberalismo procura fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens quanto do governo de si, desenvolvendo essa lógica como uma normatividade generalizante que vai do Estado à subjetividade humana.²³

II. THESIS E NOMOS NA “ORDEM ESPONTÂNEA”:

O conceito de liberdade presente no pensamento neoliberal de Hayek informa as bases de sua formulação do Estado de Direito. A liberdade é, neste sentido, “aquela condição do ser humano na qual a coerção que alguns exercem sobre outros se encontra reduzida, tanto quanto possível, no âmbito da sociedade”. Por isso, a tarefa última de uma política da liberdade “deve consistir em minimizar a coerção ou seus efeitos negativos, ainda que não possa eliminá-la completamente”.²⁴

Assim, a liberdade individual representa a “verdadeira liberdade” que se contrapõe à liberdade política, interior e como poder.²⁵ Trata-se de uma liberdade puramente negativa no sentido de ausência de um obstáculo determinado, ou da “coerção do homem pelo homem”.

Exemplificando a liberdade com os direitos conferidos na Grécia Antiga por ocasião da emancipação de escravos, Hayek afirma que ela consiste nos seguintes aspectos: (i) uma situação legal de proteção de um membro da comunidade; (ii) uma imunidade contra a prisão arbitrária; (iii) o direito de se dedicar ao trabalho desejado; (iv) o direito de ir e vir de acordo com a própria escolha e, (v) o direito à propriedade privada.²⁶

Desse modo, para instaurar este regime de liberdade, é necessário que o Estado detenha a ameaça da coerção, deixando os indivíduos livres para que possam utilizar de sua própria inteligência e meios para perseguir seus fins. Isto só é possível na medida em que o Estado reconhece e assegura uma esfera privada aos indivíduos, através de condições nas quais eles possam se pautar por normas de previsibilidade das ações do governo em diferentes cenários.²⁷

Nesse sentido, a aplicação de normas gerais e previsíveis pelo Estado de Direito limita a coerção do indivíduo por outros e preserva o principal aspecto que compõe a esfera privada: o direito à propriedade. Logo, a liberdade individual com fundamento na propriedade privada se torna o valor máximo e elemento civilizatório das sociedades humanas:

²³ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, p. 18, p. 34.

²⁴ HAYEK, Friedrich A. von. **Os fundamentos da liberdade**. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983, p. 1.

²⁵ Crf: “Liberdade no sentido de poder, liberdade política e liberdade interior não são condições da mesma natureza que a liberdade individual: sacrificar parte de uma, a fim de obter uma parcela maior de outra, não nos permitirá ganhar um elemento comum de liberdade”. *Id. Ibidem*, p. 5.

²⁶ *Id. Ibidem*, p. 6.

²⁷ *Id. Ibidem*, p. 7.

O reconhecimento da propriedade privada é evidentemente o primeiro passo na delimitação da esfera privada de atuação que nos protege contra a coerção; (...) A moderna antropologia confirma que ‘a propriedade privada aparece claramente em sociedades primitivas’ e que ‘as raízes da propriedade como princípio legal que determina as relações físicas entre o homem e seu ambiente, natural e artificial, são os pré-requisitos de qualquer ação ordenada no sentido cultural’²⁸.

A liberdade para Hayek consiste na delimitação da esfera privada²⁹ que é preservada pela ausência de coerção, ou seja, pela não ingerência do Estado na criação de obstáculos e embaraços aos fins desejados pelos indivíduos. A lei servirá para o cumprimento deste papel de preservação, assim como as ações de governo. Por conseguinte, a certeza ou previsibilidade da atuação estatal será o tema central de toda a formulação do Estado de Direito neoliberal.³⁰

Em “Lei, Legislação e Liberdade”,³¹ Hayek faz uma distinção fundamental entre o que ele chama de *thesis* enquanto “legislação”, e *nomos*³² como “lei da liberdade”. O vocábulo *thesis* implica na legislação imposta pelo soberano “de cima para baixo” segundo um processo hierarquizado e coercitivo; já *nomos* indica a lei que nasce de uma evolução espontânea da sociedade numa abordagem “de baixo para cima”.

Embora *thesis* reflita, principalmente, interesses do Estado ou da classe dominante, *nomos* surge como um aspecto externo à vontade de algum ente, oriunda da interação natural entre indivíduos que procuram resolver suas disputas pacificamente. *Nomos* constitui, então, o

²⁸ *Id. Ibidem*, p. 11.

²⁹ Cfr: “Um conceito como ‘interferência arbitrária’ só terá significado preciso em uma sociedade que já tenha tentado impedir a coerção com algum tipo de demarcação de uma esfera privada protegida. (...) É recomendável que os próprios indivíduos tenham participação na determinação da esfera pessoal protegida de cada um, para que possam utilizar melhor seus conhecimentos, aptidões e capacidade de previsão. A solução que os homens encontraram para esse problema baseia-se no reconhecimento de normas gerais que regem as condições nas quais objetos e circunstâncias se tornam parte da esfera protegida de uma ou mais pessoas (...). Não devemos supor que essa esfera consista exclusivamente, ou principalmente, em bens materiais. Embora em nosso meio, a distinção entre o que é meu e o que pertence a outro seja o principal objetivo das normas que delimitam as esferas privadas, elas também garantem muitos outros ‘direitos’, tais como a segurança quanto ao uso de certas coisas ou meramente a proteção contra a interferência nas nossas ações”. *Id. Ibidem*, p. 10.

³⁰ Cfr: “A maioria dos objetivos humanos só pode ser alcançada por uma cadeia de ações interligadas, estabelecidas como um todo coerente e baseadas no pressuposto de que os fatos serão aquilo que se espera que sejam. Somente conseguimos realizar algo porque, e na medida em que, podemos prever os eventos ou pelo menos conhecemos as probabilidades”. *Id. Ibidem*, p. 8.

³¹ HAYEK, Friedrich A. von. **Law, Legislation and Liberty**. Vol. I: Rules & Order. Chicago: University of Chicago Press, 1981, p.36.

³² Em *Law, Liberty and State: Oakeshott, Hayek and Schmitt on the Rule of Law*, o professor Martin Loughlin analisa os desenvolvimentos históricos do termo *nomos*, indicando que, atualmente, sua compreensão se funda no debate entre a institucionalistas e normativistas. “No institucionalismo, a ordem não é primariamente o produto de um conjunto de regras. Normas ou regras não criam ordem; elas produzem uma função regulatória apenas em uma ordem já estabelecida. O normativismo permanece atrativo, especialmente, em comparação ao caráter pessoal do decisionismo, primeiramente porque ele pode apelar em ser objetivo e impessoal. Schmitt argumenta que nas várias formulações que emanam do *Nomos Basileus* de Píndaro, incluindo *Rex*, *Lex* e a ideia de *Rechtstaat*, os normativistas promovem o “estado de direito” sobre o “estado dos homens”. Mas, ele explica que *nomos* não quer dizer estatuto, regra ou norma, mas, pelo contrário, quer dizer Direito, que é norma, assim como é uma decisão acima de qualquer ordem (...). Ele enfatiza que só se pode falar de *nomos* como poder real na medida em que *nomos* signifique precisamente o conceito de Direito (*Recht*) abarcando um ordenamento concreto e uma comunidade (*Gemeinschaft*)”. DYZENHAUS, David; POOLE, Thomas. **Law, Liberty and State: Oakeshott, Hayek and Schmitt on the Rule of Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 85. (tradução nossa).

aspecto importante e crítico da teoria jurídico-política do neoliberalismo. Assim como o mercado, a lei é vista como uma “ordem espontânea” que se desenvolve a partir da interação humana e não de uma intenção ou *design* humano.³³

Nesse sentido, o ideal de Estado de Direito neoliberal de Hayek tem como fonte a distinção entre *nomos* e *thesis*. A isto corresponde uma outra distinção feita por Hayek entre *cosmos* como ordem espontânea e *taxis* – a ordem planejada.³⁴ Um exemplo de ordem planejada é aquele representado por uma guerra liderada por um general. Assim, qualquer organização que seja o resultado de uma ação deliberada pertence à *taxis*.

Entretanto, o que é central para o pensamento neoliberal é a “descoberta de outras estruturas ordenadas que são o produto da ação de muitos indivíduos, mas não são o resultado do *design* humano”.³⁵ Como exemplo deste tipo de “ordem em evolução” tem-se a linguagem humana que não foi inventada por algum indivíduo, mas, teria surgido em múltiplas formas e que continua se desenvolvendo.

Para manter o bom funcionamento desta ordem espontânea na vida social, a lei é necessária a fim de auxiliar a criação de expectativas estáveis para a conduta dos indivíduos. Por isso, a distinção de *cosmos* e *taxis* aplica-se, também, ao Direito.

Algumas leis são deliberadamente criadas por indivíduos sendo produto do planejamento humano. Este tipo de lei é denominado “legislação”³⁶ ou *thesis*. Entretanto, o Direito seria anterior à “legislação” e haveria também um aspecto dele que implica na existência de uma lei “autogerada” ou *nomos*, fruto de uma “ordem espontânea” que possibilita a coexistência dos membros da sociedade. O exemplo mais claro deste fenômeno, segundo Hayek, é a *common law*, pois, traduz um conjunto de práticas evoluídas que permitem a resolução pacífica dos litígios através da interação humana e não do produto da legislação ou planejamento deliberado.

Na *common law*, o que é justo está revelado na prática atual e os juízes devem seguir precedentes como guias de decisão que preservam a ordem espontânea. Nesse sentido, Hayek fala de uma “lei feita por juízes” como algo diferente da legislação. As decisões judiciais só têm força de lei na medida em que fazem parte de uma tradição em desenvolvimento no seio da própria *common law*. É esta tradição que autoriza a aplicação da decisão judicial com base no precedente.

³³ FESER, Edward. **The Cambridge Companion to Hayek**. Cambridge University Press: New York, 2006, p. 171-173.

³⁴ HAYEK, Friedrich A. von. **Law, Legislation and Liberty**. Vol. I: Rules & Order. Chicago: University of Chicago Press, 1981, p. 36-38.

³⁵ *Id. Ibidem*, p. 37.

³⁶ FESER, Edward. **The Cambridge Companion to Hayek**. Cambridge University Press: New York, 2006, p. 174.

Assim, o regime da *common law* seria estável e vital nesta “ordem” uma vez que contém os elementos que perduram ao longo do tempo, permitindo às pessoas ter expectativas razoáveis sobre ações futuras e, deixando em aberto a possibilidade de que procedimentos e políticas se adaptem às mudanças da sociedade.

Portanto, a *common law*, sem ser o produto de qualquer planejamento intencional, é espontânea e preserva a ordem viva do *nomos* (lei da liberdade), ou seja, compõe o cerne do Estado de Direito propício os valores de uma sociedade neoliberal.

Para Hayek, a legislação como *thesis*, ou seja, a lei planejada é abertamente coercitiva e sujeita à tirania por ser “de cima para baixo”. Esta seria a “lei” menos compatível a um regime de liberdade, em que pese seja necessária para o estabelecimento de normas de arranjo constitucional. Além disso, enquanto o juiz na lei como *nomos* decide de acordo com o desenvolvimento evolutivo das normas existentes, o legislador, na lei como *thesis*, sempre corre o risco de ultrapassar um consenso previamente alcançado em razão do apelo das maiorias.

Em suma, *thesis* e *nomos* corresponderiam a dois tipos de ordens sociais no pensamento de Hayek que podem ser chamadas de “teleocracia” e “nomocracia”³⁷. A controvérsia travada por Hayek com Hans Kelsen sobre o positivismo jurídico ilustra bem esta contraposição: haveria dois tipos de sistemas jurídicos, sendo o sistema romano-germânico com base no Direito codificado e o sistema dos países da *common law* com base no precedente.

Para o autor, os primeiros, devido à sua forte dependência da codificação haviam sido vítimas do modo de raciocínio elaborado pelo positivismo jurídico. Hayek afirma que o juspositivismo de Hans Kelsen teria sido responsável pelo totalitarismo nazista e comunista,³⁸ tendo levado cidadãos a pensar que o conteúdo da lei “é sempre uma expressão da vontade do legislador”.³⁹

No sistema da *common law*, por sua vez, a lei estaria limitada ao estabelecimento de regras de conduta justa, e no âmbito de tais regras uma “ordem espontânea” surgiria em consonância com o movimento do mercado⁴⁰ ou “catálaxia”.⁴¹

A influência desta lógica evolucionista de sociedade no pensamento jurídico remonta ao século XIX e aparece em autores como Holmes Jr., Arthur L. Corbin e mais recentemente

³⁷Cfr: “Uma ordem teleocrática, em que a mesma hierarquia de fins é obrigatória para todos os membros, é necessariamente uma ordem feita ou organização, enquanto uma ordem nomocrática é aquela que forma uma ordem espontânea”. HAYEK, Friedrich A. von. **Law, Legislation and Liberty**, Vol. II: The Mirage of Social Justice. London: Routledge & Kegan Paul, 1976, p.15. (tradução nossa).

³⁸ *Id. Ibidem*, p. 48-56.

³⁹ *Id. Ibidem*, p. 46.

⁴⁰ *Id. Ibidem*, p. 107-132.

⁴¹ HAYEK, Friedrich A. von. **Law, Legislation and Liberty**. Vol. I: Rules & Order. Chicago: University of Chicago Press, 1981, p. 35-53.

em Richard Posner e Hayek. Em linhas gerais, as explicações evolutivas do Direito consistem em dizer que os conceitos jurídicos dominantes seriam aqueles “selecionados” na livre competição de ideias da “evolução jurídica”.⁴²

O Direito seria um produto não intencional da evolução dos sistemas normativos da sociedade, onde as instituições jurídicas mais eficientes sobreviveriam na disputa travada longo do tempo. Assim, o Direito evoluiria através das decisões judiciais e da evolução das leis que responde ao ambiente econômico com especial relevância dada ao papel dos juízes como os principais agentes desta seleção.⁴³

Destarte, a compreensão de Hayek do Direito como *nomos* corresponde à sua abordagem do fenômeno jurídico segundo um processo evolutivo que ocorre na sociedade. Ao projetar a distinção entre *nomos* e *thesis* como um problema central na tradição jurídica, Hayek defende que *nomos* assume o real significado de Direito sendo a expressão universal das normas de conduta justa. Já o Direito como legislação (*thesis*), aponta para a emergência do direito público em contraposição ao direito privado, como inimigo da liberdade, razão pela qual deve ser restringido.

Criticando o positivismo jurídico, Hayek dirá que o erro desta corrente intelectual foi traduzir os anseios da maioria através da legislação (*thesis*). Neste contexto, o autor propõe uma Constituição política que delinear apenas atributos gerais e nunca o conteúdo substantivo das regras universais de conduta justa.

A fim de evitar que o direito privado da ordem espontânea seja convertido em um construtivismo racionalista, Hayek defende a criação de uma assembleia legislativa separada e eleita para preservar o *nomos* espontâneo do Estado de Direito e não uma “legislação social” planejada, detendo, assim, a “tendência contemporânea” da ditadura das maiorias refletidas na legislação votada pelo povo.⁴⁴

⁴² Holmes explica a história da responsabilidade civil na tradição da common law, mostrando como as normas jurídicas mudavam ao longo do tempo em razão de sua seleção pelas decisões judiciais. O autor assumia alguns elementos da teoria da seleção natural de Richard Darwin como a variação, competição e reprodução. Crf: HOLMES JR., Oliver Wendell. **The Common Law**. New York: Dover, 1991.

⁴³ Richard Posner também pode ser considerado representante das teorias evolutivas do Direito. Para o autor, o Direito é um mecanismo relevante para compreensão da evolução cultural das sociedades arcaicas. Crf: POSNER, Richard A. **A Theory of Primitive Society, with Special Reference to Law**. The Journal of Law & Economics 23, no. 1, 1980: 1-53. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/725284>. Acesso em 02.04.2018.

⁴⁴ HAYEK, Friedrich A. von. **Law, Legislation and Liberty**. Volume III: The Political Order of a Free People. Chicago: University of Chicago Press, 1979, p. 97-127.

III. CONCLUSÃO: O IDEAL DE ESTADO DE DIREITO DO NEOLIBERALISMO

O termo “Estado de Direito” é um conceito disputado na teoria e filosofia do Direito.⁴⁵ Pode ser utilizado para referir-se à conformidade da atuação dos agentes estatais ao “Império da Lei”, à vedação da ilegalidade e a um conjunto de restrições processuais.⁴⁶ De forma geral, o “Estado de Direito” engloba uma série de mecanismos legais, tais como o devido processo, acesso à justiça, neutralidade estatal, justiça procedimental, separação dos poderes, etc.

O Estado de Direito requer que a lei seja relativamente “certa” ao normatizar a conduta humana conquanto estabeleça limites claros à discricionariedade política e judicial. Por isso, visa regular internamente a esfera de ação das funções do governo, delimitando o âmbito público em contraposição ao âmbito privado.

Hayek argumenta que o foco do Estado de Direito deverá ser na “justiça procedimental”, em vez de substantiva, reduzindo a interferência estatal ao mínimo, de modo a permitir que os indivíduos tomem decisões econômicas privadas de acordo com a eficiência do mercado.

Por isso, o Estado de Direito, nesta concepção, exigiria que a legislação não faça mais do que fornecer uma estrutura formal para iniciativas privadas, na medida em que um Estado voltado à justiça social e redistribuição de riqueza recairia na discricionariedade e arbitrariedade legal, ameaçando “engolir” a esfera privada.

Assim, quaisquer esforços em prol da igualdade substantiva dos sujeitos em um sistema capitalista estariam em conflito com a ênfase que o Estado de Direito deveria ter em restrições majoritariamente processuais. O argumento de Hayek salienta a incompatibilidade do Estado de Direito com o Estado de bem-estar social ou do Estado de Direito com a redistribuição de riqueza.

Contudo, a defesa de Hayek não leva em consideração que o Estado de Direito é um valor entre muitos de um sistema legal e políticas de “bem-estar” podem constituir princípios de aplicação em situações concretas, na medida em que o Estado de Direito prima pela igualdade nas relações sociais e políticas⁴⁷. Além disso, para Hayek, a “justiça” do Estado de

⁴⁵ DYZENHAUS, David; THORBURN Malcolm. **Philosophical Foundations of Constitutional Law**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 201.

⁴⁶ DYZENHAUS, David. **Recrafting the Rule of Law: The Limits of Legal Order**. Oregon: Hart Publishing, 1999, p. 183-185.

⁴⁷ Em crítica a concepção neoliberal, Charles Reich pontua que os direitos ao bem-estar social deveriam ser vistos, também, como uma espécie de direitos de propriedade, reforçando a ideia de que uma distribuição equitativa de recursos facilita o gozo igual pelas pessoas dos direitos ligados ao domínio privado. REICH, Charles. **The New Property**. Yale Law Journal and C.B. Macpherson. “Human Rights as Property Rights” in Rise and Fall of Economic Justice and Other Essays. Oxford: Oxford University Press, 1985.

Direito deve ser processual para não acarretar uma concepção particular e substantiva de Direito referendada pelo Estado, objetando seu “papel ideológico”.

Entretanto, a posição de Hayek, por si só, não é neutra e pretende colocar o valor (substantivo) da liberdade calcada no direito de propriedade privada como fundamento último de sua concepção neoliberal de Estado de Direito. Assim, as exigências de generalidade, abstração e certeza da lei no Estado de Direito neoliberal têm em vista garantir a segurança das relações jurídicas para as operações do mercado em detrimento de outros possíveis objetivos.

A compreensão neoliberal do Estado de Direito consiste no respeito e na aplicação pelo Estado de um conjunto de regras que vale para toda pessoa privada. Isso porque, segundo Hayek, a sociedade inteira se alicerça em relações econômicas que formam uma “Grande Sociedade”⁴⁸ de direito privado. Este princípio de autoaplicação pelo Estado de regras do direito privado corresponderia ao conceito de Estado de Direito.⁴⁹

Conforme afirma Hayek, além de integrar um amplo conjunto de regras, o Estado de Direito constitui, também, uma regra metalegal ou um ideal político:

Sendo o Estado de direito uma limitação de toda legislação, segue-se que ela não pode ser uma lei no mesmo sentido das leis feitas pelo legislador (...). O Estado de direito, por conseguinte, não é uma regra estabelecida pela lei, mas uma regra que diz respeito ao que deveria ser a lei, uma regra metalegal ou um ideal político.⁵⁰

Por conseguinte, a fim de satisfazer as condições desta regra metalegal, as leis promulgadas deveriam ter “atributos da lei verdadeira”, ou seja, deveriam ser dotadas de generalidade e certeza.

A primeira consequência que se extrai da extensão do direito privado ao Estado como um todo é que “toda a ação coercitiva do poder político deve ser definida sem ambiguidade dentro de um quadro jurídico permanente, que permita ao indivíduo gerir com confiança seus projetos e reduza as incertezas inerentes à existência humana”.⁵¹

A certeza que o quadro jurídico fixo proporciona deve superar a dúvida do sujeito que atua dentro da ordem espontânea e dinâmica do mercado. Assim, o Estado de Direito se refere mais à preservação da “eficiência da ordem do mercado”⁵² do que à salvaguarda da ordem jurídica e da democracia. O atributo da certeza é a marca distintiva do projeto neoliberal, indo muito além do mero controle da discricionariedade. Nos comentários de Laval e Dardot:

⁴⁸ Hayek conceitua “Grande Sociedade” como o conjunto de instituições humanas integrada pelos organismos e organizações.

⁴⁹ HAYEK, Friedrich A. von. **The constitution of liberty**. The definitive edition/ edited by Ronald Hamowy. Chicago: Chicago University Press: 2011, p. 299.

⁵⁰ *Id. Ibidem*, p. 311.

⁵¹ *Id. Ibidem*, p. 311.

⁵² LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p.178.

Desses três atributos da lei (generalidade, certeza e igualdade), o terceiro é inegavelmente o que evidencia melhor que, no pensamento de Hayek, o ideal do Estado de direito confunde-se com o ideal de uma sociedade de direito privado. É nesse ponto que o pensamento do neoliberalismo vai muito além do princípio do controle da autoridade política enunciado por toda uma corrente do liberalismo clássico (...). Uma coisa é obrigar o poder a fazer as leis segundo a regra forma da estabilidade e da igualdade, outra coisa é exigir dessas leis que se alinhem em sua substância às regras do direito privado.⁵³

Logo, a ideia de justiça social ou distributiva não pode fazer parte das atribuições do Estado de Direito, na medida em que este intento constituiria uma obtenção de “resultados particulares para pessoas particulares”⁵⁴ por meio do Estado. Portanto, a busca pela justiça social estaria em contradição com a própria regra de Estado de Direito, pois um sistema planejado de “fins comuns” seria arbitrário e discricionário.⁵⁵ Por outro lado, Hayek afirma que o governo poderá ofertar medidas de proteção contra miséria “fora do mercado”, desde que isso não implique na coerção dos indivíduos pela forma de impostos ou pela criação de um monopólio estatal em um serviço público prestado, colocando a economia em risco.⁵⁶

Nota-se que o neoliberalismo de Hayek não exclui, mas, autoriza a intervenção do governo na medida em que ela seja necessária para salvaguardar o ideal de uma sociedade de direito privado. Conforme pontuam Laval e Dardot, essa intervenção é feita pela via judicial, pois quanto maior as ocasiões de litígio entre os agentes econômicos, maior o campo de intervenção judicial. Segundo esta concepção, o fim do Direito passa a ser a própria manutenção do mercado. A lei constrói a “arquitetura” do mercado, desenhando apenas seu enquadramento legal e não regulando a sociedade de forma intencional e deliberada, de forma que no neoliberalismo a questão central é determinar “quais as ações governamentais apoiam; quais impedem a atividade de mercado e, quais priorizam e ordenam o apoio ao mercado da maneira mais efetiva”.⁵⁷

A metáfora de Hayek da sociedade civil como uma grande fábrica ilustra o papel da lei em seu pensamento. Ele enfatiza a importância da lei, afirmando que sua função coercitiva faz com que seja mais do que a mera “engrenagem da fábrica”: a lei serve como condição para a

⁵³ *Id. Ibidem*, p.178.

⁵⁴ *Id. Ibidem*, p.180.

⁵⁵ HAYEK, Friedrich A. von. **The constitution of liberty**. The definitive edition/ edited by Ronald Hamowy. Chicago: Chigago University Press: 2011, p. 315.

⁵⁶ Foucault ao examinar a noção de Estado de Direito presente em Hayek afirma que ela consiste, basicamente, no oposto de um plano ou planejamento. O Estado de Direito teria a possibilidade de formular medidas gerais e formais, que nunca podem chegar a perseguir um fim público: “Não é tarefa do Estado dizer que a diferença de renda deve ser reduzida. Não é tarefa do Estado dizer que ele quer o aumento de certo tipo de consumo. FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no College de France (1978-1979) Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 236-237.

⁵⁷ KENNEDY, David. **The ‘Rule of Law,’ Political Choices, and Development Common Sense**, in *The New Law and Economic Development: A Critical Appraisal* 95, David M. Trubeck & Alvaro Santos. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 132.

preservação e otimização da ordem neoliberal.⁵⁸ Essa é a métrica central para medir a eficácia e legitimidade do Estado e da lei no neoliberalismo.⁵⁹

Seguindo este entendimento, no ensaio *The Administrative Law Goes To Market*⁶⁰ aponta-se para três aspectos centrais nos quais o Estado teria ido para o mercado:⁶¹ neoliberalismo, globalização e inovação intelectual: o resultado teria sido uma completa transformação do direito administrativo do Estado nas últimas décadas.⁶² Esta seria uma das reconfigurações do Estado de Direito que envolve o surgimento de um discurso global em torno do novo constitucionalismo, dos direitos humanos e do próprio *Rule of Law*.

O ensaio salienta a emergência de um novo paradigma institucional no qual os tribunais estão localizados em um plano acima de todas as outras instituições públicas: “A lei, ao que parece, não pode governar sem os tribunais; as constituições não podem moldar os valores públicos das instituições se os tribunais não puderem interpretá-las e aplicá-las; os direitos não sobreviverão se os tribunais não forem seus principais fiadores”.⁶³

Conforme enfatiza David Kennedy, os juízes e tribunais confiáveis parecem boas ideias a ordem econômica por diversas razões: para reforçar acordos privados, apoiar processos criminais, combater a corrupção e rever ações judiciais com respeito aos direitos humanos, especialmente, ao direito à propriedade privada.⁶⁴

⁵⁸ HAYEK, F.A. *Law, Legislation and Liberty*. Vol. I: Rules & Order. Chicago: University of Chicago Press, 1981, p. 47, 48.

⁵⁹ Conforme elucida Agamben: “Ao eclipse da experiência messiânica do cumprimento da lei e do tempo, corresponde uma hipertrofia inaudita do direito, que pretende legislar sobre tudo, mas trai com um excesso de legalidade a perda de toda a legitimidade verdadeira. Afirmo, aqui e agora, medindo as palavras: hoje, sobre a terra não há mais nenhum poder legítimo, e os próprios poderosos do mundo são todos reis de ilegitimidade. A jurisdicção e a economização integral das relações humanas, a confusão entre aquilo que podemos crer, esperar, amar e aquilo que somos levados a fazer ou a não fazer, dizer ou não dizer marca não apenas a crise do direito e dos Estados (...)”. AGAMBEN, Giorgio. **Cristianismo como religião: a vocação messiânica**. Tradução de Moisés Sbardelotto. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/28959-cristianismo-como-religiao-a-vocacao-messianica-artigo-de-giorgio-agamben>, acessado em 16.07.2016, páginas 1-5, p.4.

⁶⁰ ARTHURS, H. W. *The Administrative State Goes to Market (and Cries 'Wee, Wee, Wee' All the Way Home)*. The University of Toronto Law Journal, vol. 55, no. 3, 2005, pp. 797–831. JSTOR, disponível em: www.jstor.org/stable/4491666. Acesso em 24.03.2018.

⁶¹ Richard Posner analisa a derrocada do Direito Administrativo do Estado no neoliberalismo: POSNER, Richard. *The Rise and fall of the Administrative Law*. Chi-Kent Review. 953, 1997.

⁶² ARTHURS, H. W. *The Administrative State Goes to Market (and Cries 'Wee, Wee, Wee' All the Way Home)*. The University of Toronto Law Journal, vol. 55, no. 3, 2005, pp. 797–831. JSTOR, disponível em: www.jstor.org/stable/4491666. Acesso em 24.03.2018, p. 802.

⁶³ *Id. Ibidem*, p. 824.

⁶⁴ “Na última década, no entanto, a lei tornou-se um fim em si mesma. A forma da lei tornou-se a forma de desenvolvimento. O “estado de direito” define o bom estado desenvolvido. “Direitos humanos internacionais” define a liberdade humana e o florescimento humano. (...) Projetos de injeção de Estado de Direito têm sido geralmente promovidos em termos vagamente instrumentais - conforme necessário para que os mercados operem de forma eficaz e atraiam investimento estrangeiro para o desenvolvimento”. KENNEDY, David. *The ‘Rule of Law,’ Political Choices, and Development Common Sense*, in *The New Law and Economic Development: A Critical Appraisal* 95, David M. Trubeck & Alvaro Santos. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 159.

Muitos investidores teriam se convencido da importância da reputação dos juízes nacionais nos últimos anos como baliza para decisões relacionadas aos investimentos. Assim, ter um judiciário interno com poderes de revisão judicial tornou-se algo extremamente atrativo para resguardar seus interesses e aumentar o desenvolvimento econômico, permitindo inclusive a repatriação de lucros.⁶⁵

Nesta dinâmica concorrencial, “decisões de investir ou liberar crédito têm relação direta com as garantias das condições de contratação em operações financeiras e atividades negociais”,⁶⁶ ou seja, com a segurança jurídica que investidores procuram nas formas de resolução de eventuais problemas jurídicos que possam vir a ter. Quando esta confiança é frágil e os resultados de transações não são previsíveis, os investidores tendem a se proteger encarecendo o valor do empreendimento, antecipando-se aos problemas jurídicos que podem enfrentar.⁶⁷

Nesse sentido, um dos aspectos principais da política neoliberal é o processo de institucionalização da economia de mercado na forma de uma constituição econômica, ela própria integrante do direito constitucional positivo do Estado. O direito econômico da concorrência é uma das partes mais importantes do sistema jurídico estabelecido pelo legislador e pela jurisprudência. Isto é feito através de princípios que constituem a ordem como estrutura formal.⁶⁸ Dentre estes princípios estão: estabilidade política econômica, princípios dos mercados abertos, princípio da propriedade privada, liberdade dos contratos, responsabilidade dos agentes econômicos, etc.⁶⁹

O conjunto de normas produzidas pelos “costumes, pela interpretação dos juízes e pela legislação, com a garantia do Estado, evolui por um trabalho constante de adaptação, por uma reforma permanente que faz da política liberal uma função essencialmente judiciária”.⁷⁰

Para preservar a eficiência num sistema econômico em permanente evolução, a lei deve ser modificada rapidamente ampliando o protagonismo judicial. “O modelo mais puro é, pois,

⁶⁵ *Id. Ibidem*, p.159.

⁶⁶ FARIA, José Eduardo. **O sistema brasileiro de Justiça: experiência recente e futuros desafios**. Estudos Avançados 18, (51), 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/download/10002/11574>. Acesso em 24.03.2018, p. 112.

⁶⁷ *Id. Ibidem*, p. 112.

⁶⁸ De acordo com Röpke, esse enquadramento apoia-se em “instituições e disposições que garantem à concorrência esse quadro, essas regras do jogo e esse aparelho imparcial das regras do jogo, das quais a concorrência tem tanta necessidade quanto um torneio, sob pena de transformar-se em uma rixa feroz. De fato, uma ordenação de concorrência genuína, justa, legal, flexível em seu funcionamento, não pode existir sem um quadro moral e jurídico bem concebido, sem uma vigilância constante das condições que permitem à concorrência produzir seus efeitos enquanto verdadeira concorrência de rendimento”. LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p.114.

⁶⁹ *Id. Ibidem*, p.113.

⁷⁰ *Id. Ibidem*, p. 96.

o da *common law*, em oposição ao direito romano-germânico, do qual provém a teoria moderna da soberania”.⁷¹

Assim, o neoliberalismo se propõe a “menos positivismo e soberania legislativa” e mais “direitos privados e neoformalismo sobre os limites do direito público”.⁷² Logo ao invés de subordinar o Direito aos objetivos sociais públicos, ele é relegado à execução de tarefas muito bem definidas, relacionadas, especialmente, à propriedade e aos contratos de direito privado.⁷³

De acordo com Wendy Brown,⁷⁴ no neoliberalismo, quando a intervenção estatal acontece, mesmo que seja feita em nome do capital, não é gestado um processo de crise ou crítica: “(a independência dos poderes sociais e econômicos) é o critério de legitimidade que o neoliberalismo supera ao lançar o Estado como uma extensão do mercado (...) ou uma forma de mercado”.⁷⁵

Ademais, a lógica neoliberal diverge do modelo de Estado de Direito clássico no qual o poder do Estado deriva do consentimento e da representação dos cidadãos. No neoliberalismo, a autoridade Estatal começa a ser gradativamente derivada de sua capacidade de garantir e assegurar condições adequadas para a atividade econômica e o enriquecimento individual.⁷⁶ A vontade democrática do povo se torna irrelevante ou trivial para os assuntos econômicos e, prejudicial quando mobilizada para intervir na busca de objetivos sociais que desajustem as condições espontâneas do mercado.

As leis da ordem econômica devem permanecer estritamente formais, concebidas *a priori* na forma de regras fixas dentro de uma infraestrutura na qual os agentes econômicos possam fazer suas decisões livremente e aplicadas ao Estado da mesma forma em que se aplicam aos indivíduos. O fundamental nesta noção de Estado de Direito é que todos devem saber como as autoridades públicas irão proceder.⁷⁷

O “ajuste do mercado” que não é apenas eficiente, mas maximiza a liberdade e a oportunidade dos sujeitos para fazerem “livres” escolhas sobre suas próprias vidas. Assim, o neoliberalismo cria um quadro jurídico claro e preciso para a atuação de agentes econômicos e

⁷¹ *Id. Ibidem*, p. 96.

⁷² KENNEDY, David. **The ‘Rule of Law,’ Political Choices, and Development Common Sense**, in *The New Law and Economic Development: A Critical Appraisal* 95, David M. Trubeck & Alvaro Santos. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁷³ BROWN, Wendy. **American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization**. *Political Theory*, 34/6, 2006, 690-714, p.1.

⁷⁴ *Id. Ibidem*, p. 690-714.

⁷⁵ *Id. Ibidem*, p. 690-714.

⁷⁶ BROWN, Wendy. **Neoliberalism and the End of Liberal Democracy**, in *Edge Work: Critical Essays on Knowledge and Politics*, Princeton University Press, 2005, p.37, 40.

⁷⁷ *Id. Ibidem*, p. 236-237.

a isto dá o nome de “Estado de Direito”; trata-se da conversão da estrutura formal do Estado na salvaguarda da ordem econômica.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Cristianismo como religião: a vocação messiânica**. Tradução de Moisés Sbardelotto. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/28959-cristianismo-como-religiao-a-vocacao-messianica-artigo-de-giorgio-agamben>. Acesso em 24.03.2018.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

ALVAREZ, Maria, **Reasons for Action: Justification, Motivation, Explanation. The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edward N. Zalta (ed.), 2017. Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/reasons-just-vs-expl>. Acesso em 06.05.2018.

ARTHURS, H. W. **The Administrative State Goes to Market (and Cries 'Wee, Wee, Wee' All the Way Home)**. The University of Toronto Law Journal, vol. 55, no. 3, 2005, pp. 797–831. JSTOR, disponível em: www.jstor.org/stable/4491666. Acesso em 24.03.2018.

ASSMANN, Selvino José; BAZANELLA, Sandro Luiz. **A vida como potência a partir de Nietzsche e Agamben**. São Paulo: LiberArs, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Documento Técnico nº 319. O Setor Judiciário na América Latina e no Caribe: Elementos para a Reforma**. Maria Dakolias. Tradução de Sandro Eduardo Sardá. Washington DC: Banco Mundial, 1996. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24400/00003439.pdf>. Acesso em 02.05.2018.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BROWN, Wendy. **American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization**. Political Theory, 34/6, 2006, 690-714.

BROWN, Wendy. **Neoliberalism and the End of Liberal Democracy**, in Edge Work: Critical Essays on Knowledge and Politics, Princeton University Press, 2005.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution**. First edition. New York: Zone Books, 2015.

DIMOULIS, Dimitri. **Positivismo Jurídico: introdução a uma teoria do direito e defesa do pragmatismo jurídico-político**. São Paulo: Método, 2006.

DYZENHAUS, David. **Recrafting the Rule of Law: The Limits of Legal Order**. Oregon: Hart Publishing, 1999.

DYZENHAUS, David; POOLE, Thomas. **Law, Liberty and State: Oakeshott, Hayek and Schmitt on the Rule of Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

DYZENHAUS, David; THORBURN Malcolm. **Philosophical Foundations of Constitutional Law**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FARIA, Eduardo José. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiros Editores. São Paulo, 1999.

FARIA, José Eduardo. **Direito e Globalização Econômica: Implicações e Perspectivas**. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

FARIA, José Eduardo. **O sistema brasileiro de Justiça: experiência recente e futuros desafios**. Estudos Avançados 18, (51), 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/download/10002/11574>. Acesso em 24.03.2018.

FERGUSON, James. **The Uses of Neoliberalism**. In **The Point is to Change it** (eds N. Castree, N. Castree, P. Chatterton, N. Heynen, W. Larner and M. W. Wright), Wiley Online Library, 2012.

FLEMING, James E. **Getting to the rule of law**. New York: New York University Press. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**, 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979) Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **The Subject and Power**. Critical Inquiry, Vol. 8, No. 4, Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e Poder**. In: **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 24ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2003.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. The Fortieth Anniversary Edition. Chicago: Chicago UP, 2002.

GILL, Stephen. **Market civilization, new constitutionalism and world order**. In S. Gill & A. Cutler (Eds.), **New Constitutionalism and World Order** (pp. 29-44). Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/new-constitutionalism-and-world-order/market-civilization-new-constitutionalism-and-world-order/4FE84DF19E10B103C615DA7B3129D395>. Acesso em 02.05.2018.

GILL, Stephen. **New constitutionalism, democratisation and global political economy**. Toronto: Pacifica Review: Peace, Security & Global Change, p. 25. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14781159808412845>. Acesso em: 02.05.2018.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**. Vol 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Published in the United States by Oxford University Press Inc., 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral and Maria Stela Gonçalves. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich A. von. **Law, Legislation and Liberty**. Vol. I: Rules & Order. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

HAYEK, Friedrich A. von. **Law, Legislation and Liberty**, Vol. II: The Mirage of Social Justice. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

HAYEK, Friedrich A. von. **Law, Legislation and Liberty**. Volume III: The Political Order of a Free People. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

HAYEK, Friedrich A. von. **Normas e ordem. Vol. 1 de Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política**. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1985.

HAYEK, Friedrich A. von. **Os fundamentos da liberdade**. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983.

HAYEK, Friedrich A. von. **The constitution of liberty**. The definitive edition/ edited by Ronald Hamowy. Chicago: Chigago University Press: 2011.

HIRSCHL, Ran. **Towards Juristocracy: The Origins and Consequences of the New Constitutionalism**. Harvard: Harvard University Press, 2004.

HOLMES JR., Oliver Wendell. **The Common Law**. New York: Dover, 1991.

KENNEDY, David. **The ‘Rule of Law,’ Political Choices, and Development Common Sense**, in *The New Law and Economic Development: A Critical Appraisal 95*, David M. Trubeck & Alvaro Santos. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

LAZZARATO, Maurizio. **The Making of the Indebted Man. An Essay on the Neoliberal Condition**. Translated by Joshua David Jordan. Amsterdam, Published by arrangement with Agence litteraire Pierre Astier & Assochs, 2011.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PETERS, Michael A. **Poststructuralism, Marxism and Neoliberalism: Between Theory and Politics**. New York: Roman & Littlefield Publishers Inc. 1948.

PINZANI, Alessandro. **Uma vida boa é uma vida responsável: o neoliberalismo como doutrina ética**. In: Rajobac, Raimundo; Bombassaro, Luiz Carlos; Goergen, Pedro. (Org.). *Experiência formativa e reflexão*. 1ed. Caxias do Sul: Educs, 2016.

POSNER, Richard A. **A Theory of Primitive Society, with Special Reference to Law**. The Journal of Law & Economics 23, no. 1, 1980: 1-53. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/725284>. Acesso em 02.04.2018.

POSNER, Richard. **The Rise and fall of the Administrative Law**. Chi-Kent Review. 953, 1997.

REICH, Charles. **The New Property**. Yale Law Journal and C.B. Macpherson. “Human Rights as Property Rights” in Rise and Fall of Economic Justice and Other Essays. Oxford: Oxford University Press, 1985.

SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho**. Belo Horizonte: Fórum, 2012

STEDMAN JONES, Daniel. **Masters of the Universe. Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

WACQUANT, Loïc. **Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente**. In: Caderno CRH, 25/06, 2012.

WORLD BANK. **World Development Report 1997: The State in a Changing World**. Washington DC: World Bank, 1997. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5980>. Acesso em: 02.05.2018.



ANÁLISE DA TENTATIVA DE CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL NO BRASIL ENTRE OS ANOS 2016 E 2018

Mauri Antônio da Silva¹

GT 7 – Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹ Doutor em Serviço Social (UFSC). Professor Substituto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Questão Social na América Latina (NEPTQSAL/DSS/UFSC). E-mail: mauri.silva19@gmail.com.

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho foi a análise crítica da tentativa de contrarreforma da previdência que se materializou na Proposta de Emenda Constitucional n. 287/2016. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica e o método foi o materialismo histórico. Os resultados da pesquisa mostraram que a ofensiva liberal conservadora pela retirada dos direitos previdenciários está ligada aos interesses do capital financeiro para aumentar seus lucros à custa do Orçamento da União. O estudo mostrou que os movimentos sociais e sindicais conseguiram por meio de greves e mobilizações deter a votação da contrarreforma da previdência.

Palavras-Chave: Crise do Capital, Financeirização; Reforma Previdenciária; Direitos Sociais.

ABSTRACT: This article aims a critical analysis from social-security reform emerged from the Proposal of Constitutional Amendment n. 287/2016. The methodology used is based on theoretical-bibliographic research and the method is a historical materialism. The research results present that the conservative-liberal attack to remove the social-security rights is linked to financial interests to increase profit at the expenses of Union budget. The study revealed that social and Trade Union's movements managed to stop the social-security reform voting by social mobilization and strike promotion.

Keywords: Economic Crises; Financialisation; Social-Security Reform; Social Rights.

Introdução

Depois de vinte e um anos sob a ditadura civil-militar o Brasil passou por um processo de redemocratização com a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988). A Constituição Federal de 1988 assegurou os direitos sociais como direitos fundamentais em seu Artigo 6º, constituindo as bases legais para o desenvolvimento de um novo marco civilizatório. A partir de então, ficou definido que são direitos sociais constitucionalizados, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 2002).

Desde o início dos anos 1990 esses direitos foram limitados pela hegemonia do capital financeiro na economia brasileira. Reformas previdenciárias foram realizadas reduzindo o alcance dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal, constituindo se em verdadeiras contrarreformas, considerando que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, além de um aspecto realmente regressivo “nas condições de vida e de trabalho das maiorias” (BEHRING, 2008, p. 57).

Neste artigo sustentamos a hipótese de que a Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016, que trata da reforma da previdência, faz parte de uma estratégia de manutenção dos ganhos do capital financeiro, que se apropria de uma parcela extraordinária do orçamento público, por meio do sistema da dívida pública.

Financeirização e regressão social

A financeirização mundial corresponde a atual fase do capitalismo que se iniciou durante a crise global dos anos 1970 para acumulação de riquezas baseado no excessivo poder do setor financeiro mundial². Esse poder do capital financeiro se consolidou pela expansão desmedida de instrumentos financeiros gerados principalmente por dívidas sem a correspondente entrega de recursos, emissão de títulos, moeda e de produtos financeiros sem respaldo, usualmente chamados de “tóxicos” (FATORELLI, 2013). A esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelos investimentos produtivos e pela exploração da força de trabalho em escala global (CHESNAIS, 1996).

Na década dos anos 1980, os Estados Unidos da América do Norte, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a preconizar reformas neoliberais para os países latino-americanos, que foram denominadas de *Consenso de Washington* (SOARES, 2003). Nos anos 1990, estas reformas liberais e conservadoras foram implantadas no Brasil, conduzindo a um amplo processo de privatização de empresas públicas que tinham sido fundamentais no desenvolvimento industrial e econômico do país, envolvendo diversos setores e serviços estratégicos controlados pelo Estado, como telecomunicações e energia elétrica (CANO, 2000).

As políticas neoliberais aprofundaram o processo de captura do Estado brasileiro pela burguesia financeira por meio dos seus órgãos associativos de classe que organizavam suas demandas junto ao Estado (MINELLA, 1997). Uma estrutura legal foi instituída para consolidar esse controle, tal como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); as Metas de Superávit Primário; uso de recursos das privatizações para o pagamento da dívida; e Disposições Constitucionais, como o Artigo 166, parágrafo 3º, II, b, que exclui os gastos com dívida financeira pública da regra geral aplicada aos demais gastos públicos. Isto é, no caso deste tipo de gasto não se faz necessário indicar ou definir a fonte dos recursos, quando da elaboração orçamentária da União (BRASIL, 2002; FATORELLI, 2013).

O orçamento público é um espaço de luta política, onde as diferentes forças da sociedade buscam assegurar a satisfação de seus interesses (SALVADOR, 2010). No Brasil, o fundo público ganhou contornos restritivos, tanto pela ótica do financiamento como pela dos gastos sociais. Este país latino-americano, com imensas riquezas naturais, ficou muito longe das já

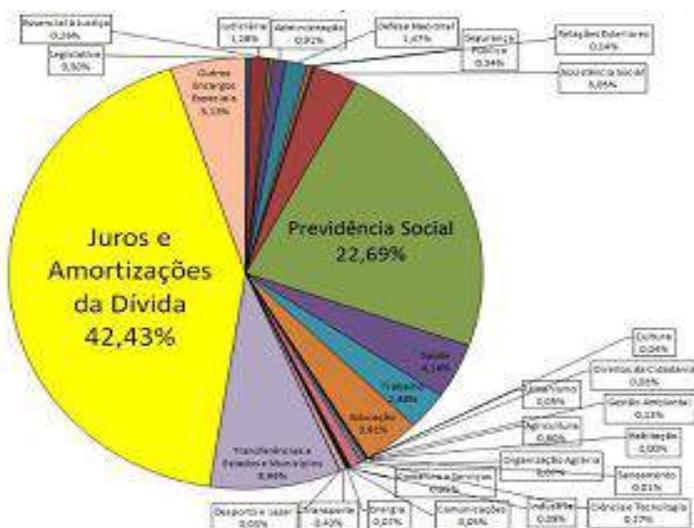
² O predomínio do capital financeiro na economia resulta no aumento das desigualdades econômicas e sociais, sobretudo em tempos de manifestação das crises capitalistas (HARVEY, 2011).

limitadas conquistas da socialdemocracia ocorridas nos países desenvolvidos. O fundo público que poderia ser utilizado para diminuir as desigualdades sociais vem sendo aprisionado pelo capital financeiro. Em 2008, em meio a uma crise capitalista internacional, cerca de 70 bilhões foram desviados para o capital financeiro, por meio da Desvinculação das Receitas da União – DRU e por incentivos fiscais aos empresários (SALVADOR, 2012).

Segundo Sader (2016, p.22), durante os governos de Lula e Dilma, em lugar dos tratados de livre comércio, o Brasil priorizou as políticas de integração regional e o intercâmbio Sul-Sul, redirecionando o comércio internacional do Brasil e a sua inserção no mundo. Para o autor, o papel do Estado mudou, passando a ser um agente ativo de indução do crescimento econômico e de garantia dos direitos sociais. Porém, os governos Dilma e Lula não conseguiram romper com as amarras estruturais do país: o domínio do capital financeiro sobre a economia e os valores neoliberais na cultura. Dilma tentou no segundo mandato baixar as taxas de juros, mas, sob duros ataques da mídia, recuou, e atualmente o país vive uma combinação perversa de estagnação com inflação, e as mais altas taxas de juros do mundo, na contramão dos países que combatem a crise com taxas de juros de até mesmo 0% (SADER, 2016, p. 24).

Os estudos da Auditoria Cidadã da Dívida sobre o Orçamento Geral da União (Executado em 2015), conforme o Gráfico 1, mostram o privilégio dado ao capital financeiro. Em 2015, se gastou 42,43% do orçamento da União com juros e amortizações da dívida. Verifica-se, ainda, o pouco investimento em políticas sociais. Na saúde o governo gastou 4,14% do orçamento e na educação 3,31%. A política previdenciária ficou com 22,6%.

Gráfico 1 - Orçamento Geral da União (Executado em 2015) – Total = R\$ 2,268 trilhões



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida (2015).

A reforma da Previdência do Governo Temer

Após o Golpe de Estado, consumado em 31 de agosto de 2016 contra o mandato democrático da presidenta Dilma Rousseff, as ofensivas contra os direitos sociais foram aceleradas no parlamento (JINKINGS, 2016).

Os velhos ataques aos direitos sociais que remontam a ofensiva neoliberal iniciada mundialmente nos anos 1970 ressurgiram com força num cenário de desaceleração econômica da economia brasileira, desde o ano de 2014, quando a opção pela austeridade econômica foi apresentada por economistas neoliberais como saída para a crise (SINGER, 2016).

Para o pensamento conservador era necessário a adoção de uma política econômica mais austera, que fosse capaz de desaquecer a economia, através da diminuição do consumo, dos salários e do gasto público, e elevar a taxa de desemprego, “criando assim cenário favorável para o recuo da inflação, aproximando-a do centro do regime de metas”, e ao fim e ao cabo, “o crescimento econômico seria retomado, uma vez que o aumento da confiança dos agentes econômicos impulsionaria o consumo e os investimentos privados”. (DIEESE; ANFIP, 2017, p. 13).

Para pavimentar esse caminho, foram cortados os gastos públicos, inclusive as políticas sociais e os investimentos. A política monetária foi marcada pelo aumento das taxas de juros e por restrição severa do crédito, que contribuíram para transformar uma desaceleração em uma depressão econômica, com graves consequências sociais.

Segundo o Dieese e a Anfip (2017, p.12) o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 3,8% em 2015 e 3,49% (estimativa) em 2016. Uma queda por dois anos consecutivos que é inédita na série histórica do IBGE. E mais, um aumento abrupto de impostos e tarifas públicas, no final de 2014, em uma situação de rápida desvalorização cambial, impulsionou as taxas de inflação, que quase dobraram de tamanho ao longo de 2015. As taxas de desemprego, por sua vez, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do IBGE, avançaram de 6,5% no último trimestre de 2014, para 11,8% no terceiro trimestre de 2016. A dívida pública acelerou a sua trajetória de crescimento, passando de aproximadamente 56,0% do PIB ao fim de 2014 para mais de 70,0% em 2016.

Desde então se vive no Brasil um círculo vicioso de medidas de austeridade, com cortes dos gastos e dos investimentos públicos, que aprofundaram a recessão e debilitaram as receitas do Estado, tornando o ajuste fiscal um processo sem fim, que para ser alcançado, necessita, no entendimento do governo, da execução das reformas trabalhista, previdenciária e fiscal.

O discurso que apresenta os direitos sociais como causa da crise esconde a questão global da apropriação dos fundos do Estado pelo rentismo ou capital financeiro. Para o Dieese

e a Anfip (2017, p.14) a austeridade econômica piorou de forma generalizada os principais indicadores econômicos do país. O desajuste fiscal é de natureza essencialmente financeira, como consequência dos juros altos e das inconsistências do regime fiscal e macroeconômico.

O governo não faz referência aos gastos com juros sobre a dívida pública que, em 2015 (R\$ 502 bilhões), foram maiores que os gastos previdenciários (R\$ 486 bilhões); às desonerações tributárias que somaram R\$ 280 bilhões em 2015 (o governo federal abre mão de cerca de 20% das suas receitas); e ao fato de que anualmente o governo deixa de recolher cerca de R\$ 452 bilhões (2015), por falta de combate à sonegação fiscal.

A proposição da contrarreforma da Previdência se articula com a Proposta de Emenda Constitucional 95/2016³ que instituiu o “Novo Regime Fiscal” originado pelas críticas liberais e conservadoras ao modelo social da Constituição Federal de 1988 (DIEESE, 2016) e com a ampliação da desvinculação de recursos constitucionais garantidos para o gasto social. O Congresso Nacional aprovou em 2016 a ampliação de 20% para 30% da Desvinculação de Receitas da União (DRU) (DIEESE; ANFIP, 2017).

A Emenda Constitucional 95 congela os investimentos sociais por 20 anos, limitando seus reajustes a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), numa inédita regressão social estabelecida no país, tendo em vista o cenário de crescimento de 9% da população e de aumento significativo dos idosos, que trará demandas crescentes ao sistema de seguridade social (SALVADOR, 2016)⁴.

Esta Emenda Constitucional 95 (antiga PEC 241/55) estabeleceu para os próximos 20 anos, o teto dos gastos públicos primários, isto é, de todas as despesas governamentais, *exceto das financeiras que estão voltadas para o pagamento dos encargos e serviços da dívida*.

Ao final de 2016, foi enviado ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 287 (PEC 287/16), que afetará o direito de milhões de brasileiros a uma aposentadoria digna e aos benefícios assistenciais, como têm ocorrido em todas as reformas realizadas desde a década dos anos 1990⁵.

³ BRASIL. *Emenda constitucional nº 95*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=251058&norma=270459>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

⁴ Ver JACOULD (2017). Sobre a inconstitucionalidade do NRF ver VIEIRA JÚNIOR (2016). Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol53>>.

⁵ BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição 287/2016*. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016>. Acesso em: 08 dez.2016.

Fazio (2016) ensina que um dos efeitos das reformas neoliberais foi o achatamento do benefício previdenciário por meio da instituição do fator previdenciário⁶ que força o trabalhador a trabalhar mais tempo para obter uma melhor aposentadoria. No Brasil são 5,7 milhões de aposentados (28,14% do total) entre os 20,3 milhões de aposentados que continuam exercendo atividades laborais.

A reforma está sendo deliberada pelo Congresso Nacional mais conservador desde a redemocratização do País (BOULOS, 2015), num contexto de recessão econômica que ocasionou a existência de mais de 14 milhões de desempregados, segundo o IBGE⁷. A situação dos trabalhadores no mercado de trabalho se agravou muito após 2015. A política recessiva foi funcional para a recuperação da taxa de lucros com base na superexploração do trabalho. Estudos mostram que “houve contração do rendimento médio do trabalho entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2016 de 3% e redução da massa de salários em 4,8% no mesmo período” que, por sua vez, trouxeram impactos negativos na arrecadação previdenciária (GENTIL, 2017, p. 91-2).

A justificativa do Governo Federal para defender a reforma se ancora na tese de que a Previdência Social brasileira se tornou insustentável financeiramente, apresentando sucessivos déficits orçamentários, sendo necessárias medidas para garantir sua sustentabilidade através do “aperfeiçoamento de suas regras”. O Governo Federal vem atribuindo como principal causa desta “crise de financiamento” as mudanças demográficas na população brasileira, sobretudo o envelhecimento populacional. Além disso, afirma que existem algumas distorções e inconsistências do modelo previdenciário brasileiro, que criariam diferenciações entre os modelos do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs) e entre os diversos segmentos da população. A proposta também altera regras da Assistência Social, reduzindo a rede de proteção social constituída nas últimas décadas (DIEESE, 2017, p.2).

Quanto ao suposto déficit, o fato é que a Seguridade Social é financiada por contribuições sociais previstas na Constituição, para garantir os direitos de previdência, saúde e assistência social de todos os cidadãos. As análises criteriosas da economista Denise Lobato Gentil mostram que a Seguridade Social é superavitária. O superávit estimado com base em

⁶ O fator previdenciário é tanto maior quanto maior forem a idade e o tempo de contribuição do segurado e quanto menor for a expectativa de vida do segurado na época da concessão da aposentadoria por tempo de contribuição (ATC) (Lei 9.876, de 26 nov. 1999).

⁷ Informação disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10000-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-em-abril.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

dados das receitas e despesas do governo foi de 56,7 bilhões de reais em 2010, 78,1 bilhões em 2012, 56,4 bilhões em 2014, e 20,1 bilhões em 2015 (DRUMMOND, 2016).

As receitas da Seguridade Social compreendem a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL); o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); impostos sobre exportações; impostos sobre as loterias, entre outros.

Na verdade, sobram recursos que são desviados para a aplicação em outras finalidades do governo. A Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada pelo Governo Cardoso na década de 1990, desviava 20% do orçamento da Seguridade Social para garantir a sobra de recursos orçamentários para o pagamento dos serviços da dívida pública brasileira. Em 2016, por meio de uma alteração da lei, o governo prorrogou a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2023, e ampliou para 30% o percentual do orçamento que pode remanejar livremente (SALVADOR, 2016).

A Proposta de Emenda Constitucional nº 287 (PEC 287/16), em sua versão original, altera diversas regras referentes aos benefícios da Previdência e da Assistência Social. Entre as principais alterações estão: extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição; estabelecer uma idade mínima única para aposentadoria (aos 65 anos) para praticamente todo o conjunto dos trabalhadores (urbanos e rurais; do setor público e do privado; professores; homens e mulheres);⁸ mudar o cálculo e reduzir o valor dos benefícios previdenciários em geral; proibir acúmulo de benefícios, como pensões e aposentadorias; e desvincular benefícios assistenciais e pensões do salário mínimo. A proposta, portanto, promove o endurecimento das regras de acesso e o rebaixamento no valor médio dos benefícios. Para tanto, propõe amplas mudanças na Constituição, as quais minimizam o alcance e a importância da Previdência pública que é constituída pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs) (DIEESE, 2017; FAZIO, 2016).

A PEC 287 estabelece que a concessão da aposentadoria passa a requerer do segurado pelo menos 65 anos de idade e o mínimo de 25 anos de contribuição mensal (o correspondente a 300 contribuições). Isso é uma regra geral tanto para o RGPS quanto para os RPPSs. Caso a PEC seja aprovada, essas regras passam a ser aplicadas a todos os futuros ingressantes no mercado de trabalho brasileiro e aos trabalhadores (do sexo masculino) com idade inferior a 50

⁸ Atualmente, existem três tipos de aposentadoria no sistema previdenciário brasileiro: por idade, por tempo de contribuição e por invalidez.

anos e às trabalhadoras com menos de 45 anos de idade. Desse modo fica extinta a aposentadoria por tempo de contribuição de 35 anos.

A PEC 287 propõe que o valor do benefício de aposentadoria passe a ser equivalente a 51% do salário de benefício mais um ponto percentual a cada ano de contribuição, limitado a 100% do salário de benefício e ao teto do RGPS. Para a aposentadoria, continua vigorando o piso de um salário mínimo⁹. Em síntese, a PEC 287 reduz o patamar inicial do valor da aposentadoria como percentual do salário de benefício de 70% para 51% e impõe o teto de 100% do salário de benefício para todos os contribuintes. Com esta fórmula o trabalhador brasileiro terá que trabalhar 49 anos ou quase meio século para poder ganhar uma aposentadoria integral (DIEESE, 2017).

A contrarreforma desestrutura o modelo de proteção social brasileiro, que beneficia 24,5 milhões de aposentados e pensionistas, sendo que deste total, 8,6 milhões vivem no campo e dois terços recebem apenas um salário mínimo por mês (DRUMMOND, 2016).

A equiparação entre trabalhadores urbanos e rurais desconsidera as enormes diferenças das condições de trabalho no campo e na cidade. A proposta desconsidera também as especificidades da inserção das mulheres no trabalho assalariado. Os estudos mostram que 70% da extrema pobreza se concentra na zona rural do Nordeste, não se justificando que se aplique de modo uniforme os mesmos critérios de aposentadoria que são aplicados em países desenvolvidos (FAGNANI, 2016).

Entre outras mudanças previstas estão a proibição de acumulação de aposentadorias, com exceção das já previstas em lei, e o fim da paridade e a integralidade para todos os funcionários públicos que não tenham o direito adquirido na data da promulgação da Emenda pela Presidência da República (QUEIROZ, 2016).

Os benefícios sociais poderão sofrer um profundo retrocesso. Atualmente, o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS), paga um salário mínimo mensal ao idoso com mais de 65 anos ou a pessoa que tem deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo. Ambos devem pertencer a famílias com uma renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo vigente (Lei 8.742/1993 com a redação dada pela Lei 12.435/2011)¹⁰. Segundo a proposta inicial do governo, o benefício será desvinculado do salário

⁹ A PEC 55, aprovada em turno final no dia 13 de dezembro de 2016 e promulgada como Emenda Constitucional nº 95, abre a possibilidade de não concessão de aumento real ao salário mínimo, caso as despesas primárias ultrapassem o teto imposto a elas pela variação da inflação.

¹⁰ BRASIL. Presidência da República – Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 07 dez.2016.

mínimo. A idade mínima passará de 65 anos para 70 anos, e será pago à pessoa cuja renda familiar per capita seja inferior a um valor a ser ainda definido em lei. Ou seja, poder-se-á estabelecer um valor ainda inferior ao atual, impossibilitando aos pobres de terem uma renda garantida pelo Estado.

Com a pressão dos empresários sob o governo e o parlamento a reforma da Previdência (PEC 287/16) foi aprovada na Comissão Especial, no dia 9 de maio, em forma de substitutivo. Em seguida foi enviada para ser votada em dois turnos, no plenário da Câmara.

Entre as principais mudanças relacionadas à proposta inicial está a mudança na Constituição da diferença de idade para aposentadoria entre homens e mulheres (mas não em todos os casos). A idade mínima foi estabelecida em 62 anos para a mulher e 65 anos para o homem, na regra permanente. Nas regras de transição, foi mantida a idade de 55 e 60 anos para os servidores públicos, e 53 anos para a mulher e 55 anos para o homem, no Regime Geral da Previdência Social. Foi mantido o direito dos trabalhadores rurais ao benefício de 1 Salário Mínimo com idade menor (57 anos para as mulheres, 60 para os homens), mas desde que comprove 15 anos de contribuição. Passa a exigir 40 anos de contribuição, e não mais 49 anos, para a aposentadoria “integral”. Ficou também garantido que nenhum benefício de pensão ou assistência social será inferior ao Salário Mínimo (SM), afastando, desse modo, a ameaça do rebaixamento do BPC e das pensões (SANTOS, 2017).

Aspectos problemáticos da proposta original foram mantidos, ou até mesmo agravados, no texto aprovado pela Comissão Especial, podendo-se citar, entre outros: a manutenção de idade mínima elevada para a aposentadoria, com o fim da aposentadoria por tempo de contribuição; a manutenção da carência de 25 anos; o aumento da idade da mulher para a aposentadoria rural de 55 para 57 anos; manutenção da contribuição individual sobre o Salário Mínimo para os trabalhadores rurais que sobrevivem da economia familiar e a manutenção de restrições para uso de tempo rural em aposentadoria urbana (SANTOS, 2017).

Observa-se que frente à mobilização de centrais sindicais, partidos de oposição, e movimentos sociais contra a proposta, o governo fez pequenas concessões para tentar tornar a reforma menos agressiva e injusta, mas permanece o seu caráter regressivo contra as condições de vida das classes subalternas¹¹.

Em 22 de novembro de 2017 o governo apresentou um novo texto à reforma da Previdência, seguindo a premissa que é “melhor alguma reforma, do que reforma alguma”. O texto foi apresentado aos deputados por Arthur Maia (PPS-BA), relator da reforma da

¹¹ No dia 28 de abril, cerca de 40 milhões de trabalhadores cruzaram os braços contra as reformas da Previdência e Trabalhista, bem como a Lei das Terceirizações que havia sido aprovada recentemente (SILVA, 2018).

Previdência, durante jantar com o presidente Michel Temer no Palácio da Alvorada, numa tentativa de votar a matéria, em 1º turno, até o dia 6 de dezembro.

De acordo com o Diap (2017), saíram do novo texto, uma Emenda Aglutinativa Global à PEC 287-A/16, que foi resultante da aglutinação do texto original (governo) com o substitutivo adotado pela comissão especial e emendas, bem como, todas as alterações que diziam respeito ao segurado especial (pequeno produtor rural) que continuará aposentando-se aos 60 anos de idade, se homem, e 55 anos, se mulher, ambos com 15 anos de tempo de contribuição; e continuará contribuindo a partir de um percentual sobre a comercialização de sua produção.

Todas as alterações que diziam respeito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) também saíram do texto. E, assim, continua se garantindo o valor de 1 salário mínimo mensal aos portadores de deficiência e aos idosos que não possuam meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por seus familiares.

Quanto às alterações no texto da emenda aglutinativa, foi informado que as contribuições sociais não serão mais submetidas à DRU. Acrescente-se que o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) foi diminuído de 25 para 15 anos. No caso dos servidores públicos, o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria, no Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) continuou em 25 anos.

O novo texto consolida a unicidade de tratamento entre servidores públicos e demais empregados, nos seguintes quesitos – com vigência a partir da publicação da PEC – A-16: a) idades de aposentadoria equivalentes (sendo inclusive mais rígidas para o servidor público durante a fase de transição); b) regras equivalentes para pensão e acumulação de pensão; c) regras equivalentes para o cálculo dos benefícios por invalidez; d) fórmula de cálculo pela média das contribuições para servidores e demais empregados, inclusive para os servidores que entraram antes de 2003 (a não ser que se aposentem com 62/65 anos (DIAP, 2017).

Diante da mobilização das centrais sindicais anunciando uma greve geral para dezembro de 2017, o presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, transferiu a votação da reforma para o dia 19 de fevereiro de 2018 (SILVA, 2018).

O Governo Federal buscou criar condições para aprovar a reforma da Previdência na Câmara, apresentando em 7 de fevereiro, uma nova Emenda Aglutinativa Global à proposta em debate na Casa. Era um texto que reunia o texto original com o substitutivo adotado pela comissão especial e com as emendas apresentadas à PEC 287/2016.

Entre as principais alterações anunciadas pelo relator da PEC 287/16, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), a Emenda beneficiava viúvo ou viúva de policial morto em atividade, que passariam a receber pensão integral e não mais percentual do salário, como na última versão apresentada em final de 2017. Com esta mudança, o governo pretendia obter o apoio de deputados da bancada da segurança pública. A mudança valeria para cônjuges de policiais rodoviários federais, policiais federais e policiais civis, exceto os policiais militares que ficaram da reforma da Previdência.

O texto mantinha os mesmos critérios da última emenda aglutinativa, como a exigência dos 25 anos de contribuição para aposentadoria dos servidores públicos. Estabelecia também a autorização para os governos federal, estaduais e municipais, contratarem mediante licitação, planos de previdência complementar de entidades abertas de previdência complementar para seus servidores, numa clara concessão ao mercado privado de previdência.

De resto fazia mudanças pontuais para avançar na conquista de votos para sua aprovação. De acordo com o DIAP (2018), o novo texto se resume a 4 pontos-chave: “1) a retirada de qualquer menção a trabalhadores rurais, 2) a garantia da manutenção do benefício de prestação continuada, o chamado BPC, 3) a redução do tempo mínimo de contribuição de 25 para 15 anos [RGPS] e 4) a inclusão do novo artigo que beneficia viúvas de policiais”¹².

Com uma greve geral realizada pelas centrais sindicais e movimentos sociais no dia 19 de fevereiro, com paralisações e protestos em agências do INSS, em todo o país, os trabalhadores conseguiram pressionar o Governo Federal, que já havia recuado da votação tendo em vista que nenhuma alteração constitucional poderia ser votada em face da intervenção federal decretada sobre a segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, que passou ao comando das Forças Armadas.

Para Santos (2017), a reforma retira da Previdência seu papel de garantia de renda para os trabalhadores e busca transferir a poupança previdenciária para o setor privado. Não será a sua substituição pelo sistema financeiro, que aumenta seus lucros dentro da mais grave crise econômica vivida pelo País, que assegurará ao trabalhador uma aposentadoria digna e sustentável.

¹² Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Governo apresenta nova Emenda Aglutinativa à reforma da Previdência. Brasília/DF, 07 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/27861-governo-apresenta-nova-emenda-aglutinativa-a-reforma-da-previdencia>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

Conclusão

A contrarreforma previdenciária apresentada em 2016 pelo governo federal promove profunda regressão nas condições de vida da classe trabalhadora. Quem ganham são os capitalistas hegemônicos pelo capital financeiro, com a abertura de mercado para a previdência privada e a manutenção dos lucros derivados do sistema da dívida pública. O alongamento do tempo de contribuição permite a ampliação do exército industrial de reserva pressionando os salários para baixo e, deste modo, proporciona o aumento da exploração do trabalhador para garantir a lucratividade do capitalismo dependente brasileiro. Neste contexto, as centrais sindicais de trabalhadores têm construído greves gerais e mobilizações unificadas com os movimentos sociais da cidade e do campo para impedir que o desmonte da Previdência Social seja aprovado pelo Congresso Nacional. Consideramos que foram as mobilizações dos trabalhadores em todo o país que fizeram com que a contrarreforma fosse temporariamente suspensa, mas é preciso manter-se organizados contra futuras iniciativas de desmonte dos direitos sociais.

Referências Bibliográficas

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Orçamento Geral da União (Executado em 2015)*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/08/grafico-2015-2.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma – desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOULOS, G. *De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2015.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 07 dez.2016.

BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição 287/2016*. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filenome=PEC+287/2016>. Acesso em: 08 dez.2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 19 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. (Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 38, de 2002, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994).

CANO, W. *Soberania política e econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES (DIAP). *Governo apresenta novo texto à reforma da Previdência*. Brasília, 23 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/27710-governo-apresenta-novo-texto-da-reforma-da-previdencia>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). *Previdência: reformar para excluir?* Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira - Brasília: DIEESE/ ANFIP, 2017 48p. (Documento síntese). Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/livro/2017/previdencia Sintese.html>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *PEC nº 241/2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos*. DIEESE, São Paulo, 2016. (Nota Técnica n. 161).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *PEC 287: a minimização da Previdência pública*. São Paulo: DIEESE, 2017. (Nota Técnica n. 168).

DRUMMOND, Carlos. *Manipulações e desrespeito à Constituição ocultam saldos positivos da Previdência*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/904/o-deficit-e-miragem>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

FAGNANI, E. *Previdência social: reformar ou destruir?* In: JINKINGS, I.; DORIA, K., CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe?* São Paulo: Boitempo, 2016.

FATORELLI, M. L. *Auditoria cidadã da dívida dos Estados*. Brasília: Editora Inove, 2013.

FAZIO, L. *O que é Previdência Social*. São Paulo: Loyola, 2016.

GENTIL, D. L. *A Previdência Social “paga o preço” do ajuste fiscal e da expansão do poder financeiro*. Revista da ABET, v. 16, n. 1, Janeiro/Junho de 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/36026/18554>>. Acessado em: 03 dez. 2017.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

JACOULD, L. *A igualdade ainda é um valor a ser perseguido?* In: OXFAM; Le Monde Diplomatique Brasil. *Desigualdade em movimento*, São Paulo, jan. 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/desigualdade_em_movimento.pdf. Acesso em: 14 fev. 2017.

JINKINGS, I.; DORIA, K., CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe?* São Paulo: Boitempo, 2016.

MINELLA, A. Elites financeiras, sistema financeiro e governo FHC. In: OURIQUES, N.D.; RAMPINELLI, W.J. (orgs). *No fio da navalha*. Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

POCHMANN, M. *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

QUEIROZ, A. A. *O que diz a reforma da Previdência do governo Temer*. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/26586-o-que-diz-a-reforma-da-previdencia-do-governo-temer>. Acesso em: 09 dez. 2016.

REDE BRASIL ATUAL (RBA). *Centrais marcam novo protesto contra reforma da Previdência*. São Paulo, 31 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/01/centrais-marcam-novo-protesto-contrareforma-da-previdencia>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SALVADOR, E. Ajuste fiscal e a captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: RAMOS, Gustavo Teixeira... [et.al.] (orgs.). *A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

SALVADOR, E. *Fundo público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, E. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Revista Serviço Social*. Londrina, v. 14, n.2, p. 5 04-22, jan. /jun. 2012.

SANTOS, L. A. *A Reforma da Previdência do Governo Temer e o Desmonte da Previdência Pública no Brasil*. Apêndice: O Parecer da Comissão Especial da PEC 287 - Resumo das Principais Mudanças e seus Impactos. Brasília: DIAP, 16 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.diap.org.br/images/stories/reforma_previdencia_governo_temer_apendice.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2017.

SADER, E. Do Brasil que temos ao Brasil que queremos. In: SADER, Emir (org.). *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2016.

SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Mauri Antônio. *A Contrarreforma da Previdência Social no Brasil: análise crítica da estratégia do capital financeiro e da resistência da classe trabalhadora*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Curso de Serviço Social, Florianópolis, 2018.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

VIEIRA JUNIOR, R. J. A. *As inconstitucionalidades do “Novo Regime Fiscal” instituído pela PEC nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados)*. Boletim Legislativo. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. 53. Senado Federal, novembro de 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol53>>. Acesso em: 14 fev. 2017.



A assistência externa dos Estados Unidos na América Latina: influências através de redes de organizações da sociedade civil

Letícia Cristina Bizarro Barbosa¹

GT 7 – Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹ Doutora em Sociologia Política CFH/ UFSC-Brasil. Filiação: FLACSO-Ecuador e Pesquisadora do NESFI/UFSC. Agência financiadora: CAPES. Email: leticiacristinabarbosa@gmail.com

Resumo

Propõe-se analisar o papel da NED (*National Endowment for Democracy*) como instrumento dos EUA na promoção de um modelo de democracia na América Latina. Objetivos específicos: Entender o modelo de democracia promovida na política externa dos EUA na América Latina; Descrever a agenda de assistência externa; Identificar as ações da NED e sua rede de relações sociopolíticas. Utilizou-se uma triangulação de métodos de pesquisa: a) pesquisa documental e bibliográfica, b) pesquisa de campo e c) análise de redes sociais (ARS). Partiu-se da perspectiva teórica de William Robinson sobre o poder de penetração da NED com o discurso de ajuda externa política em situações de instabilidade política. Argumentou-se sobre o modelo de democracia impulsionado na política externa de baixa intensidade.

Palavras-chave: Política externa. Sociedade civil. Organizações não governamentais. Análise de redes sociais.

Introdução

Propõe-se analisar o papel da NED (*National Endowment for Democracy*) como instrumento dos EUA na promoção de um modelo de democracia na América Latina. Como objetivos específicos tem-se: Entender o modelo de democracia promovida na política externa dos EUA na América Latina; Descrever a agenda de assistência externa; Identificar as ações da NED e sua rede de relações sociopolíticas. Utilizou-se uma triangulação de métodos de pesquisa: a) pesquisa documental e bibliográfica, b) pesquisa de campo e c) análise de redes sociais (ARS). Partiu-se da perspectiva teórica de William Robinson sobre o poder de penetração da NED com o discurso de ajuda externa política em situações de instabilidade política.

A NED é uma fundação de caráter privado, mas financiada com recursos governamentais, e age tendo em vista a promoção da democracia e do livre mercado ². Dentre as várias agências de Estado que prestam assistência externa, a NED aparece como uma subagência vinculada ao Departamento de Estado e é responsável pela articulação com os diversos setores da sociedade através de quatro organizações: National Democratic Institute for International Affairs (NDI), International Republican Institute (IRI), Center for International Private Enterprise (CIPE) e Solidarity Center (SC).

Os dois primeiros institutos atuam junto às organizações políticas e organizações não governamentais e foram criados pelos partidos políticos Democrata e Republicano,

² Ary Cesar Minella, "Construindo Hegemonia: Democracia E Livre Mercado (Atuação Do NED E Do CIPE Na América Latina)," *Revista CRH, Salvador* 22, no. 55 (2009).

respectivamente. O CIPE, sob comando da American Chamber of Commerce (AMCHAM), opera especialmente com associações empresariais, industriais e *think tanks*³, e o SC, por outro lado, controlado pela Federação Americana do Trabalho-Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO), atua com organizações e sindicatos de trabalhadores. Através desses institutos, o governo e as corporações empresariais dos EUA podem exercer influência sobre as políticas públicas, de alguma forma, e apoiar diferentes organizações e forças políticas em muitos países.

William Robinson⁴, publicou suas pesquisas sobre a atuação da NED na Nicarágua no livro *A Faustian Bargain* (1992). Em sua obra *Promoting polyarchy globalization, US intervention, and hegemony*, publicada em 1996 e reeditada em 1998 (ROBINSON, 1998), pode-se compreender melhor o alcance das políticas de promoção da democracia dos EUA e o trabalho da NED no Continente; o que fez esta obra servir de base bibliográfica fundamental para a presente pesquisa.

Argumenta-se sobre o modelo de democracia impulsionado na política externa de baixa intensidade. Além disso, discute-se sobre a hipótese de não aleatoriedade nas relações sociais entre os atores por haver uma identidade política e articulação entre os mesmos. De maneira a formar uma estrutura relacional de influência em políticas públicas.

Democracia para América Latina

A América Latina e Caribe é uma região importante geopoliticamente para os Estados Unidos, e este país sempre esteve presente no continente americano exercendo sua influência.

A promoção da democracia pode ser identificada como parte da política externa dos Estados Unidos desde o governo de Thomas Woodrow Wilson (1913-1921), que buscou “tornar o mundo seguro para a democracia” promovendo um internacionalismo democrático liberal americano, como descreve Smith (2012). Porém, é no governo de Ronald Wilson Reagan (1981-1989) que se constituíram estratégias de implementação da democracia calçadas nos princípios liberais estadunidenses e executadas com uma

³ São organizações independentes, privadas e sem fins lucrativos, orientadas politicamente. Entre estas organizações estão os *think*, criados por políticos ou partidos. Possuem funções compartilhadas com os partidos políticos, como o desenho de agenda de políticas, intermediação política e social entre cidadãos e políticas públicas, e promoção de acordos sobre políticas públicas (BELLETTINI; CARRIÓN, 2009).

⁴ William Robson é professor de sociologia na Universidade da Califórnia em Santa Barbara, que esteve em meio aos conflitos na Nicarágua e presenciou os procedimentos operacionais de intervenção dos EUA na Nicarágua na década de 1980, passou a pesquisar sobre esse tema e sobre a assistência externa política dos EUA, por meio da NED, nas eleições naquele país, no final dos anos 1980.

estrutura pensada para uma intervenção concedida com base em instituições governamentais e privadas (CAROTHERS, 2010; RALPH, 2010).

O wilsonismo significou uma virada na concepção de democracia e o primeiro impulso em direção à promoção de um “American Liberal Democratic internationalism” espelhado no “american way of life”, de acordo com Smith (2012). A América Latina não ficaria de fora do radar do Presidente Wilson ao pensar em manter o mundo a salvo para a democracia (SMITH, 2012).

Com o governo Reagan, a política de promoção de um modelo de democracia começou a se tornar o foco da política externa dos Estados Unidos e consolidou-se como um dos pilares para suas relações com o continente latino-americano, marcando assim a maioria das administrações de governo dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria. Tony Smith (2012) explica que a política externa voltada para a América Latina era norteadada pela iminência de levantes comunistas, de acordo com a Casa Branca. O propósito era moldado em torno de manter inviolada a zona de influência dos EUA na América Latina (SMITH, 2012).

Dessa forma, a política externa dos Estados Unidos de promoção da democracia na América Latina se divide em dois momentos históricos (ROBINSON, 2010). Na primeira fase, a “promoção da democracia” e outras formas de intervenção dos Estados Unidos serviram para apoiar a implementação de regimes autoritários e conter as lutas por uma democratização popular e contra estes regimes; e alcançar “resultados poliárquicos” para as transições. O envolvimento dos EUA na implementação dos regimes autoritários na América Latina, como lembra Robinson (2010), teve como objetivo barrar os processos de democratização popular ou “socialista”, além de proteger os interesses econômicos dos Estados Unidos (ANDERSON, 2015; PURDY, 2014; ROBINSON, 2010, 1998).

O desafio, como explica Robinson, era preparar o campo para receber as democracias poliárquicas, após remover as ditaduras (ROBINSON, 2010). Portanto, a intervenção americana precisava ser sincronizada com diversas frentes de ação, que compreendiam os “programas de assistência políticos com operações secretas militares, ações econômicas de ajuda ou sanções, diplomacia formal, programas de governo para governo, e assim por diante” (ROBINSON, 2010, p. 314).

Na segunda fase, a política externa dos Estados Unidos buscou consolidar as democracias poliárquicas⁵ por meio de uma vasta “assistência democrática” e programas governo-a-governo implementados pelo canal diplomático e programas multilaterais

⁵ Os modelos de democracia e a concepção de Poliarquia serão vistos no próximo capítulo.

(ROBINSON, 2010). Para consolidar este modelo de democracia, segundo Robinson, estes programas visavam “[...] treinar as novas elites nos procedimentos de poliarquia, inserir uma cultura política poliárquica e reforçar um ambiente institucional poliárquico como um complemento para a reestruturação econômica sob a superintendência ou as agências financeiras internacionais” (ROBINSON, 2010, p. 314).

É nesta segunda fase que entraram em cena aparelhamentos como a NED e um novo conjunto de diretrizes que norteariam a atuação da USAID.

George Bush e a Guerra ao Terror

Um estudo interessante de Fleck e Kilby, de 2010, apresentou as variações de orçamento da assistência externa dos Estados Unidos, ao longo do tempo. O orçamento variou de acordo com o envolvimento do país em conflitos estrangeiros e, conforme se constatou, há um forte vínculo entre essa ajuda externa e as guerras. Nesta pesquisa, realizada sobre a ajuda externa dos Estados Unidos a países mais pobres, Fleck e Kilby (2010) analisaram a tendência da ajuda estadunidense em três períodos de tempo diferentes: o período da Guerra Fria, o período entre guerras e o período chamado de Guerra ao Terror, conforme o gráfico 1.



Fonte: Fleck e Kilby (FLECK; KILBY, 2010).

Historicamente, a ajuda externa teve seu destino intensificado aos países que poderiam estar sofrendo influência da União Soviética no período da Guerra Fria, segundo Fleck e Kilby (2010). A América Latina foi um destes importantes destinos. E, após o atentado de 11 de setembro de 2001, o destino foi reorientado para o Oriente Médio. A administração de George W. Bush reformulou e reorientou muitos aspectos

da política externa dos EUA ao implementar a Guerra contra o Terror. A política de assistência externa, como ferramenta geopolítica, foi direcionada para as áreas de maior conflito político e militar, e não tanto pela necessidade de regiões e países mais pobres (KIM, 2014, p. 2).

Verifica-se que a ajuda ao desenvolvimento, e outras políticas com esse mesmo propósito, é um instrumento de geopolítica dos Estados Unidos. Os autores mostraram que a Guerra contra o Terror desempenhou um papel significativo na formação das políticas de ajuda externa dos EUA, que forneceram mais ajuda externa a países estrategicamente importantes como Afeganistão, Iraque e Paquistão (KIM, 2014). Bush deu pouca atenção à América Latina durante sua administração (COHN, 2001). No entanto, a Colômbia se manteve como alvo de ação e com maior importância devido ao evento do ataque de 11 de setembro; e as atenções se voltaram para a América Latina principalmente através do prisma do terrorismo internacional e do combate ao narcotráfico.

Através das “práticas de incentivo ao fortalecimento democrático”, Bush reproduziu a política e as estratégias implementadas desde o governo Reagan, através da estrutura criada a partir da NED, para a promoção da democracia de livre mercado. Pelas pesquisas de Jonas Wolff (2006). Com isso, a América Latina teria saído do radar dos EUA, mas os relatórios já levantados sobre as ações desenvolvidas pela NED, por exemplo, indicam que a forma de atuação dos Estados Unidos, através de sua política externa, mudou a estratégia e o país não deixou de atuar na região. Mesmo afirmando isso, Wolff (2006) aponta que algumas questões teriam sido motivos que justificaram a manutenção de um braço das organizações e agências da Casa Branca estrategicamente junto aos atores políticos no continente, como por exemplo, o movimento da "virada à esquerda" política, o surgimento de novos líderes de esquerda populista que se configuraram com atitudes antiestadunidenses e a rejeição generalizada do Consenso de Washington (BARREIRO-SANTANA, 2002; CAROTHERS, 2007).

Obama e sua política de boa vizinhança

Enquanto Bush utilizou a promoção da democracia em sua luta contra o terrorismo, Barak Obama a assumiu com outra postura. Diferentemente de Bush, a administração de Obama assumiu uma postura com uma “doutrina da paciência e persistência estratégica” como declarado no NSS de 2015 (OBAMA, 2015). A partir

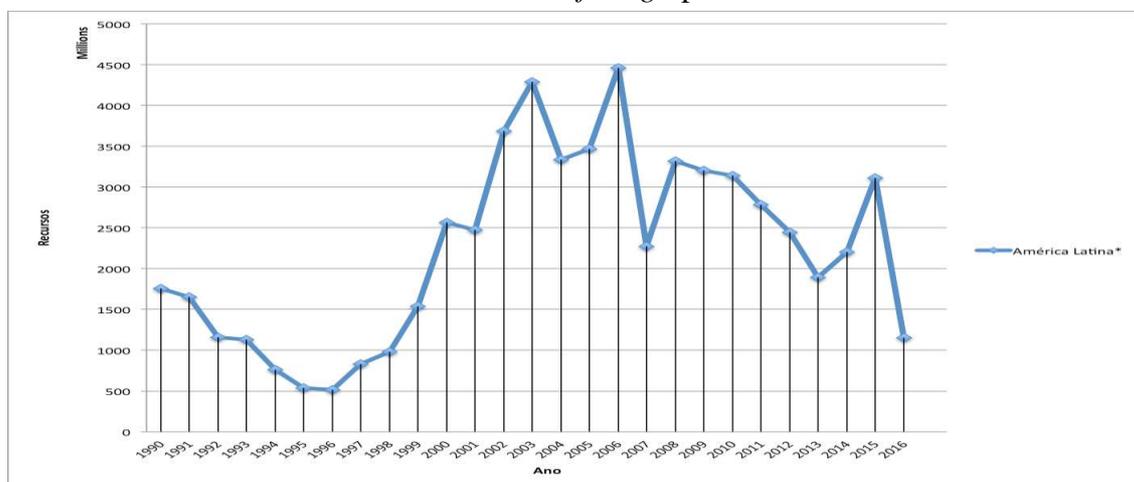
desta doutrina, a ênfase passou a ser em parceria e sustentabilidade nos esforços para construir um cenário propício para a liberdade, a paz e a prosperidade. De acordo com o então presidente Obama, este trabalho foi pensado levando-se em conta as instituições preexistentes, como a USAID, a NED e outras instituições que já possuíam esta função na política externa de promoção da democracia. Teve uma atuação cirúrgica, adotando políticas específicas para cada evento. De qualquer forma, Obama buscou romper com o velho pensamento político de Guerra ao Terror, generalizada (ALESSANDRI; HASSAN; REINERT, 2015).

Como Obama prosseguiu no combate ao terrorismo, o MENA (Médio Oriente e África do Norte) continuou sendo o foco da política externa, no entanto, o modo como ele atuou na região mostrou suas particularidades frente ao seu antecessor.

Uma das diferenças da administração Obama era o posicionamento da democracia dentro de uma política maior de desenvolvimento. Isso ficou claro, segundo Carother (2012, p. 3), no lançamento da primeira Diretriz de Política Presidencial sobre Desenvolvimento Global e reformas institucionais na USAID, em 2009.

Na Cúpula das Américas em 2009, o Presidente Obama propôs "lançar um novo capítulo de engajamento" de forma a deixar claras as intenções dos EUA com relação à América Latina, reforçando o teor de parceria igualitária: "Não há parceiros sênior e sócio júnior em nossas relações; simplesmente é um compromisso baseado no respeito mútuo e interesses comuns e valores compartilhados" (OBAMA, 2009, p. 1) (Tradução Nossa). Este discurso mostra que a estratégia mudara: para facilitar a penetração no país, a cooperação internacional era um meio; e isso somente seria possível se houvesse relações pacíficas. Estava-se frente a uma política externa mais branda em que não se falava mais em adversários, mas em países dispostos à cooperação multilateral e levando em conta a opinião internacional, de acordo com Wolff (WOLFF, 2011, p. 9).

Gráfico 2 – Recursos de *Aid foreign* para América Latina



Fonte: A autora (2018), com base em dados da (U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID), 2017).

Mesmo o foco sendo o MENA, a assistência externa para América Latina coincide com os acontecimentos do 11 de setembro que envolveram a política externa dos EUA no governo de Bush. A Guerra ao Terror alcançou o Continente Latino-Americano por conta do narcotráfico, por exemplo, e pode-se ver a sensível mudança no gráfico de recursos destinados para a América Latina após o atentado de 2001. A administração de Obama continuou não tendo como foco principal a América Latina na política externa, mas o continente não ficou descoberto da assistência externa dos EUA. No entanto, teve-se um período de implementação de políticas neoliberais no continente americano na década de 1990 e a confiança de que os rumos econômicos seguiam um caminho que favorecia os EUA. Pode-se identificar no gráfico 2 que a assistência externa foi muito baixa em relação a outros períodos.

Decifrando a NED

Durante os primeiros anos após a criação da NED em 1983, o principal foco de ação na promoção da democracia foi a América Latina; e aproximadamente 50% dos fundos foram destinados para a esta região. No final dos anos 1980, o foco começou a mudar para a Europa Oriental e União Soviética. No início dos anos 1990, a China e África atraíram as atenções e houve um aumento no orçamento destinado a essas regiões. O Oriente Médio apareceu como um grande desafio a ser encarado, tendo o islamismo como um fator motivador, de acordo com a NED (NED, 1992, p. 12).

Essas mudanças no foco e na prioridade não significam que a NED abandonou regiões onde ocorreram avanços. Os avanços não significam que os objetivos de uma

democracia plena foram alcançados, mas que pelo menos o obstáculo de um regime ditatorial foi removido (NED, 1992, p. 13).

A NED surgiu com o propósito de substituir ações já realizadas pela CIA e compor um quadro de interação internacional, com a finalidade de cobrir uma lacuna de relacionamento com a sociedade civil organizada, em outros países, para a promoção da democracia de acordo com o *The Democracy Program*⁶ (LOWE, 2008).

Segundo Robinson, a relação da CIA com grupos políticos na criação, no financiamento e na orientação desses grupos aliados nos países alvos, compreendia ações junto à mídia, partidos políticos, sindicatos, empresas e organizações da sociedade civil (ROBINSON, 1998, p. 86). A CIA possui um histórico de intervenções políticas na América Latina e contribuiu com os golpes militares no Chile, Guatemala e Brasil, entre outros (KARNAL et al., 2014; ROBINSON, 1998).

Carl Gershman, presidente da NED, explicou várias questões em torno dos motivos da fundação da NED em 1983, em entrevista a David Shipler, do *The New York Times* (SHIPLER, 1986). Gershman esclareceu que a CIA promovia a democracia financiando desde partidos opositores até organizações da sociedade civil, jornalistas e outros meios de comunicação, mas, ainda de acordo com o ele, não era bem-visto ser uma organização vinculada à CIA e, muito menos, subsidiada por ela. Após os anos 1960, essa política da CIA foi desativada, porém, os interessados nessa política externa conseguiram pelo menos continuar, com a criação da NED. Gershman explicou ao jornalista do *The New York Times* que uma lista de organizações que recebiam recursos da NED era analisada pela CIA, para se ter certeza de que não eram receptoras de outros fundos secretos.

Com a NED, o que antes eram ações secretas passaram a ser ações abertas e públicas por parte de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, levando a bandeira da promoção da democracia e considerando o comunismo como algo a ser combatido.

Segundo artigo publicado no *Washington Post*, Allen Weinstein, cofundador da NED, aliou-se a ativistas de outros países pró-democracia para combater os regimes antidemocráticos. "O fenômeno de rede é uma das coisas em que nos especializamos",

⁶ *The Democracy Program* foi estudo que recomendou a criação de uma corporação bipartidária, sem fins lucrativos, não governamental, mas funcionando sob supervisão do Congresso Nacional dos Estados Unidos (THE DEMOCRACY PROGRAM, 1982). Em 1981, a Casa Branca aprovou o Projeto Democracia. O conselho executivo deste programa era composto por uma seleção de atores que participavam da política americana e na elaboração de políticas externas (LOWE, 2008). Inicialmente, o Programa Democracia foi vinculado ao National Security Council (NSC) e ficou a cargo de Walter Raymond Jr., um especialista em comunicação e difusão da CIA (ROBINSON, 1998). Esta corporação bipartidária referia-se à NED.

explicou Weinstein para Ignatius (IGNATIUS, 1991). E essa experiência foi introduzida na nova fundação, tornando-se uma das suas principais estratégias de atuação.

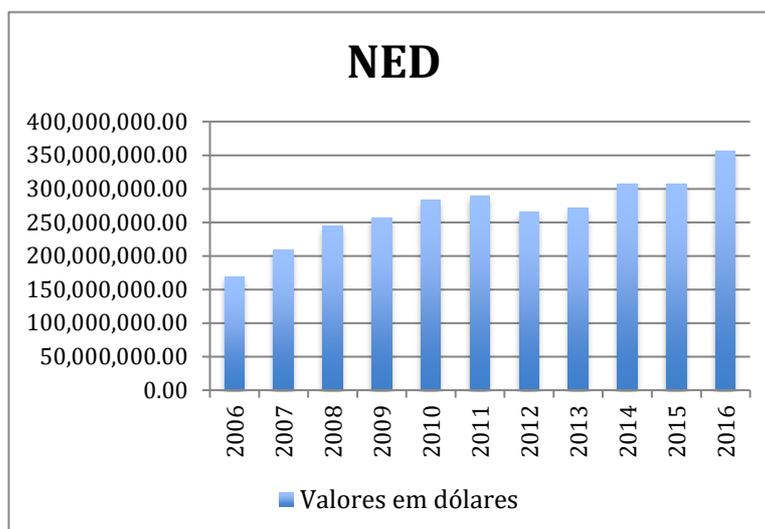
A NED apresenta diversas estratégias de acordo com a situação política do país e envolve a sociedade civil de forma a atingir seus objetivos da melhor maneira. Leva em consideração a diversidade cultural e econômica e o grau de abertura democrática de cada país onde desenvolve suas ações. Por exemplo, em países que são democráticos, mas com um grau de debilidade, a melhor estratégia é melhorar a credibilidade e eficiência da governança democrática e fortalecer a cultura institucional do setor privado. Em outro exemplo, a NED explica que, em países que “estão em transição para a democracia, é o próprio processo de transição que deve ser assistido por medidas para ampliar a confiança no processo democrático e para reforçar os grupos comprometidos com a democracia” (NED, 2016).

Segundo a NED, em casos mais complicados, onde a democracia se torna uma meta de longo prazo, ela auxilia na constituição de entidades como organizações empresariais independentes, sindicatos livres, imprensa livre e um sistema judicial independente. Em países em que, mesmo democráticos, essas instituições independentes são proibidas ou sofrem restrição severa, o objetivo imediato da NED é ampliar os espaços de manifestação do pensamento independente, expressão e atividade cultural (REAGAN, 1984).

A política de submissão de solicitações de subsídios explicita que a NED outorga subsídios diretos somente a organizações não governamentais que trabalhem para o avanço das metas democráticas e o fortalecimento das instituições democráticas em todo o mundo (NED, 2016). Dentre as organizações para as quais a NED financia projetos, incluem-se organizações cívicas, associações empresariais, igrejas, imprensa independente e universidades, por exemplo, tanto estadunidenses como estrangeiras. Essas organizações são originárias de países onde a democracia acabou de ser estabelecida, ou de países semiautoritários, ou então de países onde a sociedade vive situações altamente repressivas, além de países que estejam passando por transições democráticas (NED, 2016). Os partidos políticos que recebem recursos, não os recebem diretamente da NED, mas sim dos institutos IRI e NDI.

Nos últimos dez anos, a NED tem apoiado instituições da sociedade civil organizada ao redor do mundo, e este investimento variou de US\$ 169.298.312,00, em 2006, até a quantia de US\$ 355.544.408,00, em 2016, como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Recursos da NED no total

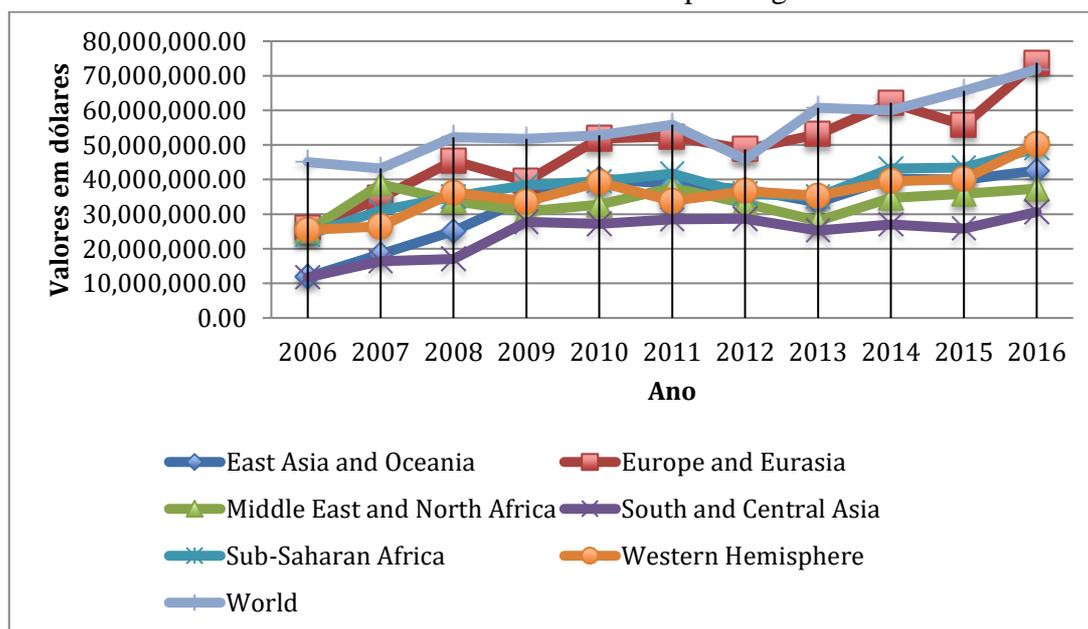


Fonte: A autora (2018), com base em dados da (U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID), 2017)

Estes valores foram distribuídos entre as quatro instituições partes da NED e entre as organizações da sociedade civil que apresentaram projetos. As entidades IRI, NDI, CIPE e Solidarity Center são as que receberam maiores recursos, os quais, ao longo destes dez anos (USAID, 2017).

No gráfico abaixo, tem-se os valores por região e identifica-se uma forte atuação na Eurásia por conta das relações com a Rússia e sua forte influência na região.

Gráfico 4 – Recursos da NED por Região



Fonte: A autora (2018), com base em dados da (U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID), 2017)

Para decifrar a NED, é preciso conhecer o seu quadro de diretores da gestão consultada em 2017. Carl Gershman, já mencionado anteriormente, sempre foi o presidente da NED desde 1984, e é membro do Council on Foreign Relations (CFR). Além dele, aparecem outros três membros do CFR como diretores da NED: Vin Weber (Vice-presidente do conselho de diretores da agência), Elliott Abrams e Stephen Sestanovich. Judy Shelton (Presidente do Conselho de Diretores da NED) é consultora da Casa Branca e do Pentágono, e atua como Senior Fellow da Atlas Network (Também conhecida como Atlas Economic Research Foundation) desde 2010, uma Think Tank que possui como parceiros think tanks e organizações de direita no mundo e na região em estudo, como o Instituto Equatoriano de Economia Política (IEEP), por exemplo, que é financiado pela NED.

Outros nomes chamam a atenção, como o do diretor Robert B. Zoellick, que é presidente do Conselho do Goldman Sachs Group, Inc., um grande banco de investimento. O diretor William J. Burns é presidente da Carnegie Endowment For International Peace, e Michele Dunne é da mesma organização. Uma das fontes teóricas consultadas nesta pesquisa é Thomas Carothers, que é vice-presidente da Carnegie Endowment For International Peace. E, por fim, a diretora Marne Levine, que atua como Chief Operating Officer da empresa Instagram, Inc. Antes disso, ela foi Vice-Presidente de Políticas Públicas Globais do Facebook. Segundo informações da página da NED, Levine “supervisionava os esforços do Facebook para educar governos e organizações não-governamentais em seus planos, produtos e políticas para promover o entendimento e o suporte a tecnologias inovadoras como o Facebook” (NED, 2016) (Tradução Nossa). Esta diretora da NED também foi Chefe de Gabinete do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca.

A NED possui entre seus diretores uma variedade de atores, num arco que abrange desde a representação governamental a grupos econômicos transnacionais, fortalecendo a tese de uma íntima vinculação com os interesses das grandes corporações em influenciar as demais economias desde outra via que não a do mercado, mas sim a da sociedade civil. Tem-se, portanto, a representação de uma importante think tank e a participação de forças sociais tecnológicas como o Instagram e o Facebook.

A análise de redes sociais: o caso da NED no Equador

Analisar as relações sociais de certos atores e saber se suas ações e projetos teriam vinculação com a NED foi uma etapa da pesquisa desafiadora, devido a um contexto de

efervescência de disputas entre governo e determinados atores da sociedade civil organizada. A grande dificuldade, portanto, recaiu sobre a falta de transparência dessas entidades, que se encontram em meio a campos de conflitividade política (RAMÍREZ GALLEGOS; STOESSEL, 2105), nos quais uma das reivindicações é o reconhecimento de representatividade política e liberdade de atuação.

A discussão se forma em torno do papel social dessas organizações locais, na reivindicação de *accountability*, de controle social e liberdade de expressão, ou no uso dessas bandeiras para afrontar o governo como oposição.

O principal resultado desta pesquisa sobre a NED é a visualização do sociograma de relações sociais das organizações e a constatação de vínculos. Porém, a visualização gráfica das relações sociais com base em uma matriz one-mode⁷, com todas as relações efetivas dos atores sociais financiados pela NED, amplia e aprofunda a observação de um campo de interações tão complexo, como este que se apresenta no Equador.

As organizações com maior grau de centralidade encontram-se na Tabela 1, indicando, portanto, entre as financiadas pela NED, aquelas mais atuantes e articuladoras no Equador. O grau de centralidade confirma as organizações identificadas como mais relevantes a partir da pesquisa documental, com uma identidade de ideais e de projetos políticos.

Tabela 1 – Rede de organizações financiadas pela NED no Equador (período de 2006-2016) - Atores com maior grau de centralidade (*Freeman Degree Centrality*)

Ordem (Pelo <i>Outdegree</i>)	Organizações	Grau de saída (<i>Outdegree</i>)	Grau de Entrada (<i>Indegree</i>)
1	NED	58.000	3.000
2	PC	43.000	43.000
3	Esquel	41.000	24.000
4	CIPE	30.000	29.000
5	FUNDAMEDIOS	29.000	13.000
6	FCD	29.000	18.000
7	Grupo FARO	29.000	39.000

Fonte: Relatórios anuais da NED. Elaborado pela Autora através do UCINET 6.

Ao se aplicar a métrica de centralidade, a NED aparece como alto outdegree, por se tratar do ponto de partida. Vê-se que as oito primeiras entidades que aparecem são financiadas pela NED. Seu alto outdegree e indegree indicam o quanto estas entidades são importantes e centrais dentre as demais, haja vista sua capilaridade e relações com outros atores e, o mais importante, a articulação entre elas.

⁷ Matriz *one-mode* significa uma matriz quadrática, linha e coluna com mesmo número de elementos, e considerando os mesmos atores tanto na linha como na coluna.

A metodologia compreende a aplicação da métrica de Freeman Degree Centrality que fornece, para esta pesquisa, o grau de influência e de importância dos atores na rede. O número de laços que outros atores buscam estabelecer com o objeto (indegree) indica popularidade ou receptividade, e o número de conexões que um ator estabelece com outros atores (outdegree) indica influência, alcance ou expansividade (FREEMAN, 1979; HANNEMAN, 2005; LAGO JÚNIOR, 2005; SCOTT, 2000).

A organização Participación Ciudadana é uma organização importante no cenário político do Equador e vem se destacando como agente de transparência e acompanhamento das eleições como observadora. Além desta, a Fundação Esquel e demais organizações possuem muitas conexões, e suas ações não são isoladas, possuem muitas parcerias em projetos. Por outro lado, a PC e o Grupo FARO mostram maior reconhecimento ao receberem apoio e recursos de várias outras instituições. Para melhor visualização dessas conexões, geraram-se sociogramas por meio do software NetDraw (BORGATTI, 2002), os quais serão apresentados a seguir.

No Sociograma 1, em anexo, pode-se observar todas as relações sociais possíveis e publicamente divulgadas das organizações financiadas pela NED no período de 2006 a 2016. Este sociograma apresenta uma ampla rede e nele é possível constatar a teia de relações existentes entre estes atores sociais. O sociograma mostra uma rede não intencional, em que os atores se conectam por vários meios, seja por projetos financiados ou repasse de recursos (*ties* em rosa), seja por realização de parcerias, alianças e ações/projetos em conjunto (*ties* em azul). As redes formais, que são compostas pelos atores sociais muitas vezes com constituição jurídica, estão presentes com muita força neste contexto (*ties* em verde).

Em meio a um amplo conjunto de coalizões instrumentais (TARROW, 2010) que se observou, estas organizações apresentam-se dentro de coalizões em torno de uma campanha, conforme explica Tarrow (2010); neste caso a promoção da democracia. Isso devido à sua alta implicação no contexto sociopolítico e porque vem sendo executada durante anos. Esta seção foca na análise das relações sociais dessas organizações de alto impacto que são consideradas, como resultado da pesquisa, um núcleo mais efetivo de ações coordenadas.

No mesmo sociograma, encontram-se as organizações dos Estados Unidos: Departamento de Estado, Congresso Nacional, National Endowment for Democracy (NED), International Republican Institute (IRI), National Democratic Institute for International Affairs (NDI), Center for International Private Enterprise (CIPE), Solidarity Center, United States Agency for International Development (USAID), e as

redes criadas pela NED: Center for International Media Assistance (CIMA), Network of Democracy Research Institutes (NDRI) e World Movement for Democracy (WMD).

Além destas, nota-se outro conjunto de redes, formadas a partir da sociedade civil organizada da qual fazem parte: Democracia en Red (DemRed) e o projeto Mucho con Poco, que foram iniciativas criadas pela ADS. Estas duas, juntamente com a Red de Innovación Política, fazem parte de um movimento por inovação política na América Latina. Outra rede que aparece nas métricas a seguir é Pacto Ético. Criada pela PC, Pacto Ético é uma iniciativa que envolve as organizações locais mais influentes, segundo a métrica Freeman, que são: PC, Grupo FARO, Esquel, FCD e Fundamedios, como já mencionado.

A NED está em posição de ator influente, pelo seu alto outdegree, mas não de importância na rede, por ter baixo indegree. O nível de influência é alto no Equador por manter relações com organizações muito bem articuladas e com alto poder de influência, financiando seus projetos. Desta forma, a NED atua indiretamente no país. Ou seja, a NED não executa projetos e ações diretamente no Equador, e isso explica seu baixo indegree.

A apresentação gráfica do sociograma não foi arbitrária, ou seja, não houve a manipulação da pesquisadora na localização dos nós no espaço. Com a ferramenta MDS (*multidimensional scaling*), o software dispôs os atores de acordo com seu grau de centralidade e os aproximou de acordo com a intensidade de suas relações. Pode-se observar, portanto, que no centro do sociograma está a NED, por seu alto grau de saída (outdegree), e juntamente com este ator, aparecem as organizações identificadas pelo Freeman degree centrality: PC, FCD, Grupo FARO, Fundamedios e Esquel. Observando-se os laços (ties), pode-se verificar que há maior intensidade no 1º e 2º quadrantes, onde há maior quantidade de laços azuis, juntamente com rosa e verdes.

A rede transnacional, apresentada no Sociograma, é na verdade uma parte de uma grande rede transnacional, que envolve diversos movimentos sociais e atores de origens e naturezas diversas, em torno da promoção da democracia e dos direitos humanos. As coalizões são muitas e geram atividades que não estão isoladas. A partir da atuação da NED no Equador, pode-se identificar a estrutura que é mobilizada, consciente e inconscientemente, e as relações que são traçadas direta e indiretamente. No caso das relações/laços traçados retamente, estes se referem aos laços firmados pelas organizações que receberam recursos da NED. As conexões feitas com os mesmos propósitos de atuação, na *accountability*, transparência, Direitos Humanos etc., somam esforços e potencializam forças em uma mesma direção.

Considerações Finais

Este estudo propõe-se a contribuir com os estudos sobre cooperação internacional e política externa de países receptores de ajuda externa. Busca-se com esta pesquisa a necessidade de se pensar criticamente sobre as relações bilaterais de cooperação as relações transnacionais entre organizações e sua participação na cooperação internacional e a função desta para o desenvolvimento do país receptor, atentando para as diretrizes de desenvolvimento definidas internamente e respeitando a soberania sem intervenção ou influência nas políticas públicas nacionais.

O fenômeno de atuação em rede, assim com Allen Weinstein declarou como estratégia tomada pela NED, ficou evidente na pesquisa. Constatou-se a ação articulada entre atores sociais locais no âmbito de influência da NED. A National Endowment for Democracy (NED) não tem o poder de influenciar a ponto de se alterar significativamente a realidade sociopolítica de um país. Ela é somente um instrumento, a ponta de um iceberg de operações psicológicas e políticas no exterior.

O Departamento de Estado dos EUA precisa manter funcionando um sistema econômico dentro das premissas que beneficiem sua economia doméstica. Desde sua perspectiva, a economia é globalizada, o sistema financeiro é internacional, e assim, é de suma importância que a sociedade entenda que o liberalismo econômico é o melhor caminho.

A poliarquia aparece como o modelo ideal utilizado pela política externa americana na contenção do comunismo e expansão do capitalismo. Desde o governo do Presidente Thomas Woodrow Wilson, a democracia é um pilar fundamental para a política externa dos EUA. No entanto, desde o governo de Ronald Reagan este pilar toma formas estratégicas de ação geopolítica.

Analisando-se, portanto, todos os dados apresentados nos relatórios que gerou as informações para a análise de redes sociais, pôde-se observar as ações de promoção de democracia e evidenciou-se o poder de penetração dos agentes estadunidenses na diversidade de ações e de atores sociais envolvidos que compartilham dos mesmos preceitos e trabalham em rede. Esse poder de penetração é crucial quando se busca construir hegemonia e mostra que o *soft power* está presente e facilita a dominação sem recorrer muitas vezes a intervenções militares ou uso da força, muito menos a pressões econômicas.

Esta hegemonia dos EUA apresenta-se não mais como dominação pela força coercitiva, mas sim como um constructo de liderança, uma dominação por consentimento. Consentimento através da cooperação internacional, por exemplo, ou a simples parceria livre firmada entre atores transnacionais sem relação direta com o Estado, como se viu em Nye Jr. e Keohane.

Nesse sentido, chegou-se à conclusão de que, ao financiar um rol de organizações no Equador que possuem como objetivos a accountability, a transparência no poder público, o controle social, a defesa dos direitos humanos e a liberdade de expressão e de associação, além do empreendedorismo e inovação política, a NED está colocando em prática seus objetivos institucionais. Em nenhum caso se encontrou a defesa de projetos políticos de inclusão e justiça social ou a defesa de instâncias de participação deliberativa populares. Não foram identificadas, entre as financiadas, organizações com tendência à esquerda, ainda que se declarando apolíticas, e é difícil encontrar, entre estas organizações, alguma que tenha apoiado o governo de Rafael Correa.

Neste caminho, verifica-se como a sociedade civil é concebida como um espaço de constituição de hegemonia; e a atuação da NED, ao difundir suas práticas culturais, está reproduzindo sua cultura e ideologia.

Referências

- ALESSANDRI, E.; HASSAN, O.; REINERT, T. U.S. Democracy Promotion from Bush to Obama. **Euspring**, 2015.
- ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BARREIRO-SANTANA, R. K. **Una Agenda de las Relaciones entre Ecuador y los Estados Unidos**. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Ecuador), 2002.
- BORGATTI, S. **Netdraw Network Visualization**. Harvard Analytic Technologies, 2002.
- CAROTHERS, T. During and After Bush. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2007.
- CAROTHERS, T. Taking Stock of Democracy Assistance. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Eds.). **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- COHN, E. Bush “Realists” Say Goodbye to Democracy Promotion. **NACLA**, 2001.
- FLECK, R. K.; KILBY, C. Changing aid regimes? U.S. foreign aid from the Cold War to the War on Terror. **Journal of Development Economics**, v. 91, n. 2, p. 185–197, 2010.
- FREEMAN, L. C. Centrality in Social Networks. **Social Networks**, v. 1, n. 1968, p. 215–239, 1979.
- HANNEMAN, R. A. **Introducción a Los Métodos Del Análisis De Redes Sociales**. California: Departamento de Sociología de la Universidad de California Riverside, 2005.
- IGNATIUS, D. Innocence Abroad: The new world of spyless (Weinstein, Allen). **The Washington Post**, 22 set. 1991.
- KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.
- KIM, Y. How NGOs Influence US Foreign Aid Allocations. **Foreign Policy Analysis**, n. April, p. n/a-n/a, 2014.
- LAGO JÚNIOR, M. W. DO. **Redes Sociais Informais Intraorganizacionais e os Processos de Mudanças Organizacionais: Estudo em uma Empresa de Tecnologia da Informação**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2005.
- LOWE, D. **Idea to Reality: NED at 25**. Disponível em:

<<http://www.ned.org/about/history>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

NED. **Strategy Document 1992**. Washington, D.C.NED, , 1992.

NED. **National Endowment for Democracy**. Disponível em: <<http://www.ned.org>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PURDY, S. O Século Americano. In: KARNAL, L. et al. (Eds.). . **História dos Estados Unidos: das origens ao Século XXI**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014. p. 173–276.

RALPH, J. G. “High Stakes” and “Low-Intensity Democracy”: Understanding America’s Policy of Promotion Democracy. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Eds.). . **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RAMÍREZ GALLEGOS, F.; STOESSEL, S. Campos de conflitividade política e movimentos sociais no Equador da Revolução Cidadã. **Plural**, v. 22.1, p. 4-29, 2015.

REAGAN, R. **Statement of Principles and Objectives - NED**. 1984. Disponível em: <<http://www.ned.org/publications/statement-of-principles-and-objectives>>. Acesso em: 9 out. 2015.

ROBINSON, W. Promoting Capitalist Polyarchy: The case of Latin America. In: COX, M.; IKENBERRY, C. J.; INOBUCHI, T. (Eds.). . **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

ROBINSON, W. I. **Promoting polyarchy Globalization, US intervention, and hegemony**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

SCOTT, J. **Social network analysis: A handbook**. London: SAGE Publications, 2000.

SHIPLER, D. K. Missionaries for Democracy: U.S. Aid for Global Pluralism. **The New York Times**, 1 jun. 1986.

SMITH, T. **America’s Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy**. Oxford: Princeton University Press, 2012.

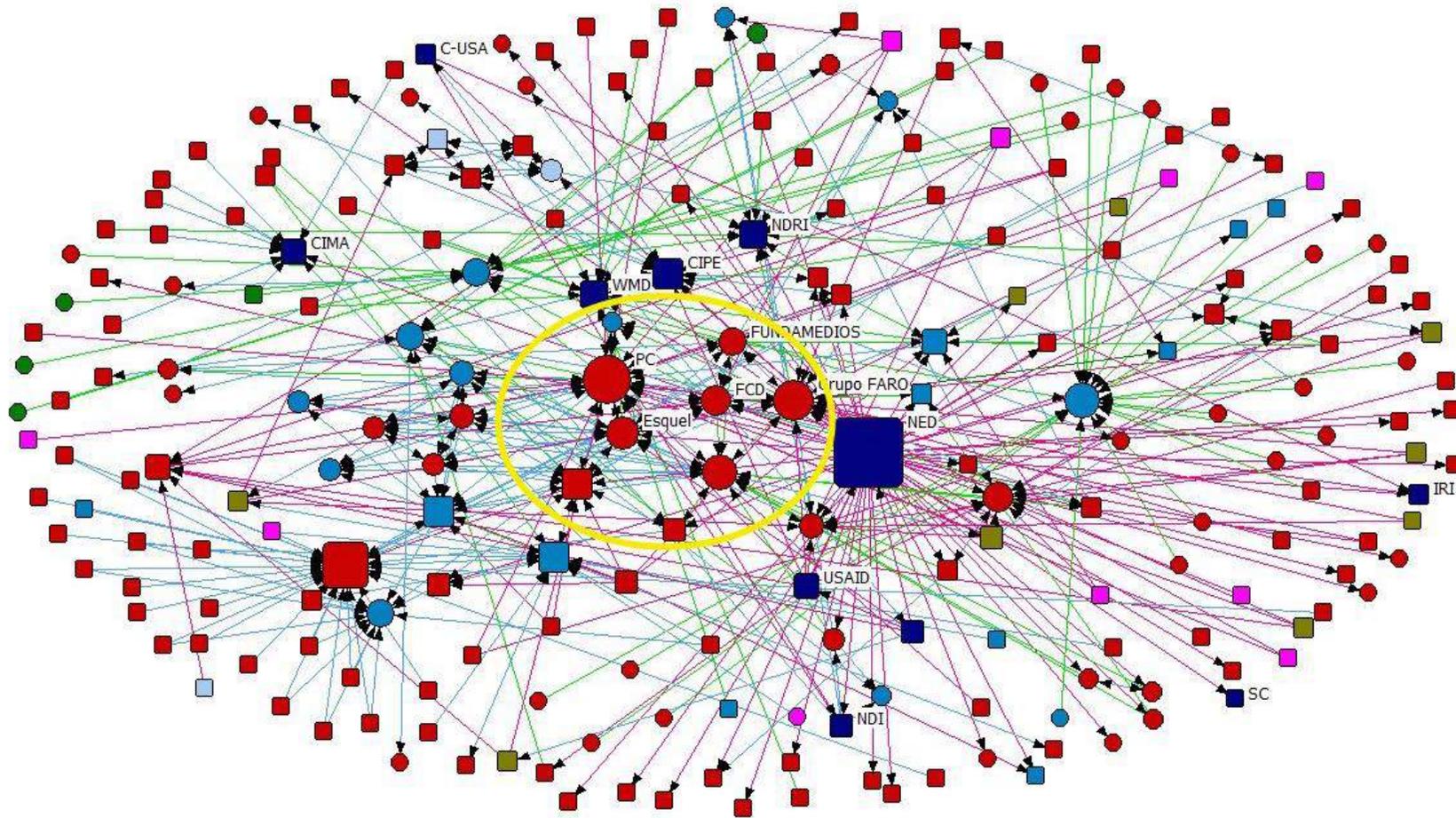
TARROW, S. **El nuevo activismo transnacional**. Barcelona: Editorial Hacer, 2010.

THE DEMOCRACY PROGRAM. Washington: APF, 27 de julho de 1983.

U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Foreign Aid Explorer: The official record of U.S. foreign aid**. Washington, D.C.: USAID, 2017.

WOLFF, J. What Role for Democracy Promotion? US Reactions to Contemporary Political Developments in South America. **47th Annual ISA Convention: The North-South Divide and International Studies**, n. March, 2006.

ANEXO: Sociograma 1 – Mapa de relações sociais das organizações financiadas pela NED no Equador de 2006 a 2016



Legenda Nodos:

■	Org. da Sociedade Civil	■	Org. Governamental	□	Org. Não Local
■	Org. dos EUA	■	Org. Internacional	○	Org. Local do Equador
■	Empresa	■	Universidade		
■	Rede				

Legenda Ties:

—	Financiamento
—	Pertencimento a redes
—	Parcerias e alianças

Fonte: Elaborado pela Autora com base em dados da pesquisa e uso do *software* UCINET6 e NetDRAW



A Reforma Trabalhista brasileira de 2017 e a superexploração da força de trabalho

João Pedro Vazquez¹
Daniel da Cunda Corrêa da Silva²

GT7 Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹Mestrando em Sociologia Política (PPGSP/UFSC). E-mail: jpvazquezz@hotmail.com. Agência financiadora: CAPES

²Professor de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: danicorreadasilva@gmail.com

Resumo: Este trabalho investiga como a Reforma Trabalhista de 2017 contribui para o aumento da superexploração da força de trabalho. Faz-se uma recuperação da Teoria Marxista da Dependência e suas principais atualizações, mobilizando, sobretudo, as categorias de transferência de valor e de superexploração da força de trabalho. A Reforma Trabalhista almeja dar viabilidade ao ciclo de acumulação de capital na economia dependente brasileira, afligida pela alta transferência de valor e pelos impactos da crise econômica, por meio da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

Palavras-Chave: Reforma Trabalhista; superexploração da força de trabalho; Teoria Marxista da Dependência.

Introdução

O fim do século XIX e os primeiros anos do século XX coincidem com a vinda para o Brasil de um significativo fluxo de investimentos e imigrantes europeus. Capital e trabalho, uma vez importados massivamente para o País, também significaram a importação do conflito entre estas duas grandezas da Economia. Como consequência de muitos embates e lutas, o Brasil aprovou em 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho. Ainda que transformada desde o seu início, a legislação balizou as relações entre trabalhadores e capitalistas no País por mais de setenta anos.

Este texto tem como objetivo compreender a Reforma Trabalhista aprovada no Brasil em 2017 desde a perspectiva da teoria marxista da dependência. Toma-se como hipótese que, uma vez acentuada a crise econômica brasileira desde 2012 e acelerado o processo de transferência de valor em direção ao centro, a burguesia lança uma ofensiva em direção aos trabalhadores, reformando profundamente a legislação trabalhista e acentuando os mecanismos de superexploração da força de trabalho, com o objetivo de compensar as perdas internacionais que sofre com o esgotamento do modelo que vigorava desde a consolidação do Plano Real.

Inicialmente, será feita uma recapitulação teórico-histórica desse arcabouço teórico com o intuito de apresentar seus fundamentos e suas principais atualizações, no fluxo de retomada de teoria marxista da dependência no século XXI e reforçando a importância da categoria da superexploração da força de trabalho.

Na segunda seção, expõe-se como os governos FHC contribuíram com a acentuação da superexploração da força de trabalho mediante as medidas instituídas pelo Plano Real. Na

terceira seção, os governos Lula são apresentados como períodos que viabilizaram uma atenuação da superexploração da força de trabalho.

Por fim, abrangendo o cenário político mais recente, pretende-se analisar as movimentações e os interesses que levaram à cabo a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, no intuito de entender esse processo a partir do prisma da teoria marxista da dependência (TMD).

A teoria marxista da dependência e o debate contemporâneo

A teoria da dependência surge em meados dos anos 60 dentro do contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial capitaneado pela hegemonia estadunidense (AMARAL, 2013a)

Seu surgimento se faz como crítica à ideia de subdesenvolvimento enquanto ausência de desenvolvimento, que enxergava o “atraso” dos países subdesenvolvidos como fruto dos obstáculos existentes ao pleno desenvolvimento ou modernização. Essa visão compreendia que os países “avançados” estavam na “frente” de uma suposta linha evolutiva contínua do desenvolvimento, de forma que os países “atrasados” estariam num estágio “inferior” de desenvolvimento (DOS SANTOS, 2000) (AMARAL, 2013b).

Um dos pontos levantados pela teoria da dependência é que o subdesenvolvimento está estreitamente vinculado com a expansão dos países industrializados, de forma que o desenvolvimento e subdesenvolvimento constituam como aspecto distintos, mas constituintes de um mesmo todo. Essa concepção rechaça a ideia de que o subdesenvolvimento seja uma condição prévia e primeira de um processo evolucionista cujo o fim é o estado de desenvolvimento (AMARAL, 2013b).

Historicamente, esse processo se conforma pela inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, inaugurando a configuração da dependência, isto é, “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, cujas relações de produção da(s) nação(ões) subordinada(s) são modificadas ou recriadas para a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2008 [1973], tradução livre).

Através da conquista e do colonialismo que a acompanha, a América Latina se vincula ao mercado mundial de maneira subordinada desde o princípio, desde sua constituição mesmo enquanto continente latino-americano. A conquista e o saqueio da América Latina serão as

bases da criação da grande indústria moderna, ou seja, a expansão comercial transforma a vida dos povos da América Latina e esta transformação, sua existência enquanto colônia, altera por sua vez a dinâmica social em solo europeu, criando a grande indústria (BARCELLOS, 2014).

Marcelo Carcanholo (2005) identifica três condicionantes histórico-estruturais da situação de dependência. Em primeiro lugar, há a transferência de valor (deterioração dos termos de troca) no processo de redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes (produtos primários e com baixa densidade tecnológica) em relação ao preço dos produtos industriais ou com maior densidade tecnológica importados dos países centrais. Em segundo lugar, por conta da importação do capital dos países centrais, há a transferência de valor (por meio da remessa de excedentes) (dos países dependentes para os centrais, na figura de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties. Aqui, adotamos essa forma de transferência de valor para operacionalização do trabalho. Por último, a dependência é marcada pela instabilidade dos mercados financeiros internacionais, em geral implicando altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes periféricos, colocando estes à mercê do ciclo de liquidez internacional.

Ademais, Amaral e Duarte (2010) apontam para três formas históricas da dependência. Primeiro, a dependência colonial, caracterizada pela tradição de exportação de produtos naturais em que o capital comercial e o financeiro aliados aos estados colonialistas dominam as relações entre Europa e colônias.

Segundo, a dependência “financeiro-industrial” (final do séc. XIX), marcada pela dominação do grande capital nos centros capitalistas e sua expansão por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo, num processo em que a produção dos países dependentes é destinada à exportação e ao atendimento da demanda dos países centrais, consolidando uma estrutura produtiva interna marcada pela especialização e a monocultura regional a (AMARAL; DUARTE, 2010).

E, terceiro, a dependência tecnológico-industrial, baseada nos investimentos das corporações multinacionais nas indústrias voltadas para o mercado interno dos países dependentes. No entanto, a efetivação desses novos investimentos requer recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida internamente, sujeitos a duas limitações: “i) o limite de recursos gerado pelo setor exportador; e ii) as limitações de monopólios e patentes.” (AMARAL; DUARTE, 2010, p.117).

Todas essas formas históricas de dependências condizem com situações referentes às relações internacionais entre países, mas também dizem respeito às estruturas internas uma vez que condicionam a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e a estrutura social e política (AMARAL; DUARTE, 2010). Essas constatações consolidaram a ideia de que há um capitalismo *sui genesis* na América Latina (MARINI, 2008).

Essa formulação foi pioneiramente tecida por Ruy Mauro Marini (2008) em “Dialética da Dependência”, trabalho que inaugura o que as discussões posteriores iriam nomear de teoria marxista da dependência. A teoria marxista da dependência foi baseada em dois processos históricos: de um lado, a crescente integração do processo produtivo das economias latino-americanas ao capital estrangeiro, que colocou fim à ilusão do desenvolvimento de um capitalismo autônomo na região, gerando a crise do pensamento cepalino e da Teoria do Desenvolvimento; e de outro, a Revolução Cubana e a abertura de possibilidades de desenvolvimento autônomo sem a “necessidade” de desenvolvimento do teor capitalista (AMARAL; DUARTE, 2010).

A teoria marxista da dependência, sob as formulações de Marini (2008), aponta que a deterioração dos termos de troca é a expressão do intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e não industriais, imposta pela divisão internacional do trabalho, em que há a depreciação dos bens primários diante da relativa estabilidade dos produtos industriais. Nesse sentido, as transações entre nações que trocam diferentes mercadorias (como manufaturas e matérias-primas) permitem que as nações industriais contornem a lei do valor, ao venderem seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando um intercâmbio desigual (MARINI, 2008) (AMARAL; DUARTE, 2010). Em outras palavras, ao invés de conformar uma troca de equivalentes, estabelece-se uma série de mecanismos de transferência de valor da periferia em direção ao centro.

Os principais mecanismos de transferência de valor, como mencionados anteriormente sob a forma de condicionantes histórico-estruturais, são dois: primeiro, sob o nível da esfera de produção interna; segundo, no âmbito da concorrência entre diferentes esferas que se inter-relacionam. O primeiro ocorre num processo em que os países centrais realizam suas mercadorias por um valor superior ao custo de produção, (porque dispõem de padrões de produção superiores aos países periféricos) ao mesmo tempo as mercadorias tendam a ser vendidas pelo preço de mercado. Como consequência, há uma transferência de valor das

periferias ao centro pelo “processo de concorrência entre capitais internos e externos na mesma esfera de produção” (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 119).

O segundo vigora pela existência de monopólio na produção de bens de alta densidade tecnológica por parte dos países centrais, possibilitando “que estes comercializem seus produtos a preços superiores àqueles que prevaleceriam com iguais taxas de lucro, o que implica que as nações periféricas sejam obrigadas a ceder gratuitamente parte do valor que produzem” (*Idem*).

A reação à transferência de valor é a compensação na produção interna pela maior exploração do trabalhador por parte da economia dependente. Marini (2008) destaca um procedimento que consiste na redução do consumo do trabalhador (salário) além do limite normal para sua reprodução, significando que a força de trabalho (necessário/salário) é remunerada abaixo de seu valor. Isso consiste em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente, ou seja, elevar o grau de exploração, que junto às mais-valias relativa e absoluta, constituem os três mecanismos que conformam o que Marini caracteriza como superexploração da força de trabalho.

Não se pode confundir superexploração com uma maior exploração. Apesar de abarcar uma maior exploração por meio dos três mecanismos citados, a superexploração da força de trabalho consiste numa compensação da transferência de valor da periferia ao centro, traço característico latino-americano, que não pode ser resumido e restringido apenas ao maior do grau de exploração.

Desde o último quarto do séc. XX, experiencia-se o processo de financeirização do capital, caracterizado pela hipertrofia da esfera financeira, em que essa adquire uma autonomia relativa perante a esfera produtiva, em seu processo de valorização, de teor especulativo (CHESNAIS, 2001). Diante desse cenário, a fragilidade financeira, colocada a partir da necessidade estrutural de atrair capitais para correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, e a vulnerabilidade externa, caracterizada pela baixa capacidade de resistência a choques externos se tornam os condicionantes estruturais da nova fase da dependência sob a financeirização do capital (AMARAL; DUARTE, 2010) (CARCANHOLO, 2004).

Os anos FHC e o Plano Real

Estas transformações mundiais que apontam para a financeirização ocorreram largamente no Brasil ao longo dos anos 90. Nesse contexto, o combate à hiperinflação foi

fundamental, pois era preciso garantir o mínimo de corrosão do retorno sobre o capital investido dos capitalistas. O Plano Real, ao eliminar a hiperinflação da economia brasileira, foi o elemento que organizou e preparou o País para a era contemporânea de predominância do capital fictício no centro da acumulação mundial.

A primeira grande mudança imposta pelo Plano refere-se a um aumento fantástico da taxa de juros. Em termos reais, ela chega ao patamar de 40% na implantação do novo programa (SOUZA, 2007, p. 224). A partir disto, havia um novo desafio a ser enfrentado: era preciso acumular uma receita extraordinária para remunerar os rentistas com valores 40% acima da inflação. Para dar conta desta tarefa, foram criados o Fundo Social de Emergência, que desvinculou 20% das receitas do orçamento em 1994 e destinou-as à especulação³; elevou-se a carga tributária⁴; e realizou-se um profundo programa de privatizações de empresas públicas federais e estaduais⁵ (SOUZA, 2007, p. 240-241).

Neste momento, está pavimentado o caminho para que o capital estrangeiro especulativo – mediante a remuneração dos investimentos de curto prazo – e produtivo – a partir das remessas de lucros, o aluguel de equipamentos e o pagamento de royalties e licenças – passasse a ocupar a centralidade no processo de transferência de valor da periferia para o centro, substituindo o papel cumprido pela dívida externa e a hiperinflação nos períodos anteriores.

Como durante os primeiros anos do Plano Real havia paridade cambial⁶, o desempenho das exportações brasileiras caiu vertiginosamente, enquanto as importações avançaram. O desequilíbrio das contas brasileiras ensejou a entrada de empréstimos conduzidos pelo Fundo Monetário Internacional, cujas habituais condicionalidades implicaram a exigência de um conjunto de reformas. Entre as alterações mais significativas, estão aquelas que atacam o sistema previdenciário e permitem que serviços públicos possam

³ O Fundo Social de Emergência (FSE) foi estipulado em 1994. Posteriormente, em 1996, passou a se chamar Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Finalmente, em 2000, passou a se chamar Desvinculação das Receitas da União (DRU). Logo após a destituição da presidente Dilma, em 2016, o patamar de desvinculação de receitas para que fossem destinadas à remuneração dos detentores de títulos da Dívida Pública Brasileira passou de 20 para 30%.

⁴ Em 1994, a carga tributária era de 24% do PIB; em 1999, ela chega a 30% do Produto. (SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, 2018).

⁵ Operação realizada mediante o Programa Nacional de Desestatização. Cerca de 76% do patrimônio público nacional foi vendido ao setor privado e os recursos destinados sobretudo ao pagamento dos investidores estrangeiros no Brasil.

⁶ Com R\$ 1,00 comprava-se US\$ 1,00.

ser terceirizados. A deterioração da condição dos trabalhadores aprofundou o processo de superexploração da força de trabalho (SOUZA, 2007, p. 262)

Durante os anos 90 predominaram a informalidade e os custos do trabalho foram relativamente reduzidos, com queda salarial e crescente grau de flexibilização laboral. Admitiu-se que parte da remuneração dos trabalhadores pudesse ser de natureza variável, entrou em vigor o contrato a tempo parcial, foram eliminados encargos sociais sobre a folha de pagamento, regulamentou-se o banco de horas e o trabalho aos fins de semana e feriados. (SANTOS e GIMENEZ, 2017, p. 87 *apud* KREIN, 2013; FILGUEIRAS, 2012). Experimenta-se a acentuação de contratos atípicos – a tempo determinado, parcial, com estagiários e aprendizes (SANTOS e GIMENEZ, 2017, p. 88 *apud* SANTOS, 2006; KREIN, 2007).

De acordo com Costa (2013), o poder de compra do salário mínimo brasileiro sofreu três décadas de acentuado declínio durante e após o golpe militar articulado pela burguesia brasileira em 1964. Desde 1994, o salário mínimo foi fixado em um patamar extraordinariamente baixo, e em cima dela vem ocorrendo uma lenta recuperação, que ainda não logrou sequer atingir o patamar que vigorava antes da ditadura civil-militar⁷. (COSTA, 2013, P. 46).

Em busca da estabilização monetária, a partir de 1999, o governo FHC adota três medidas que vigoram na economia brasileira até os dias atuais: o regime de metas de inflação, o sistema de câmbio flutuante e o programa de austeridade das contas públicas por meio das metas de superávit primário – o conhecido tripé macroeconômico. A partir de 1999, portanto, o Plano Real consagra-se como o plano econômico que redefiniu a inserção do Brasil na era da financeirização mundial, colocando a dívida pública na centralidade do processo de acumulação de capital, fazendo do rentismo o principal meio de transferência de valor dos trabalhadores aos capitalistas nacionais e estrangeiros, acompanhado da superexploração da força de trabalho, atualizada pelas alterações no mundo do trabalho.

Tal centralidade da Dívida Pública pode ser comprovada em termos tanto qualitativos, pela garantia do tripé macroeconômico como imperativo máximo da política de Estado (VAZQUEZ, 2018), quanto quantitativos, em que após convertida boa parte da dívida externa

⁷ De 1964 a 2002, o salário mínimo perdeu 67,42% do seu poder de compra. (COSTA, 2013, p. 47).

em dívida interna, em 1994, ela passa de R\$ 64 bilhões para mais de R\$ 800 bilhões no início do governo Lula (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

A economia dependente e a atenuação da superexploração

Os anos 2000 no Brasil foram de profunda regressão industrial, aumento do agronegócio e da reprimarização da pauta exportadora. Desde meados de 2003, os preços internacionais de commodities iniciaram um movimento de forte valorização, sem precedentes em termos de magnitude, abrangência e duração (BLACK, 2015 *apud* UNCTAD, 2011). Na média, durante o período 2003-2011, os termos de troca no Brasil se valorizaram em 40% (BLACK, 2015).

De outro lado, houve significativa perda de valor entre 2003-2011 na economia brasileira. Para efeitos de ilustração, são destacadas apenas as três contas em que mais se transferiu valor em pagamento de serviços e rendas aos capitalistas estrangeiros: a saber, pagamento de *royalties* e licenças e propriedade intelectual (avanço de US\$ 1,1 para US\$ 3,5 bilhões); aluguel de equipamentos (aumento de US\$ 2,3 para US\$ 16,6 bilhões) e remessas de lucros ao estrangeiro (crescimento de US\$ 4 para US\$ 27 bilhões).

A despeito disto, o desempenho absolutamente peculiar das exportações brasileiras – em função dos termos de troca altamente favoráveis – foi capaz de mitigar alguns dos principais efeitos da superexploração da força de trabalho no Brasil. De acordo com Costa (2013), o salário mínimo brasileiro de R\$ 622,00 em 2012 representava valorização real de 54,58% em relação a 2002 (COSTA, 2013, p. 47).

No entanto, o referido avanço não representa alteração estrutural da renda no Brasil. O estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que em 2009 redefiniu o conceito utilizando como critério principal a matriz de consumo da população, constatou que os mais de 50 milhões de brasileiros que tinham ascendido à classe média possuíam renda per capita entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009). De acordo com a PNAD Contínua do IBGE, em 2016, dentro da ordem crescente de rendimento médio mensal real para todos os trabalhos, 50% dos trabalhadores com menores rendimentos receberam menos de um salário mínimo (R\$747) (IBGE, 2017), enquanto o DIEESE calcula o salário mínimo necessário, atualmente, em R\$ 3.800,00⁸

⁸ Referência: junho de 2017.

Conjuntura brasileira e a Reforma Trabalhista de 2017

A partir de 2012, com o salto da média de greves por ano, que passou de 300 por ano para quase 900 (maior número de paralisações desde 1997) (DIEESE, 2013), a superexploração da força de trabalho se acentua e se manifesta por meio do acirramento do conflito de classes. Junto a isso, 2013 marca o retorno dos protestos populares contra o aumento do custo de vida nas cidades, sobretudo o preço das passagens de ônibus, alugueis e alimentos. Ambos fenômenos foram respondidos pelo governo Dilma Rousseff sem o enfrentamento do caráter rentista que sacramenta a austeridade como política de Estado e sustenta a superexploração da força de trabalho.

Nomeado ministro da fazenda após a reeleição de Dilma em 2014, Joaquim Levy inicia um programa de austeridade que conta com forte ataque aos direitos trabalhistas no Brasil. São duas as principais frentes de atuação: o corte de 40% dos gastos públicos previstos para 2015 e uma série de restrições no acesso a direitos trabalhistas para poupar recursos do governo⁹. Como consequência, enfrenta-se uma disparada no desemprego de 4% para 10% e uma profunda recessão econômica, que levou à queda de 3,8% no PIB.

Ainda que seguindo as diretrizes políticas da classe dominante diante da crise econômica, Dilma e o PT são apeados do poder não por suas virtudes, mas sim por suas limitações na condução do projeto burguês para o país diante de uma nova conjuntura, em que não há mais espaço para realizar uma política conciliatória. Era certo que o PT sinalizava que faria os acordos necessários para atender às demandas da classe dominante, mas o bloco no poder não admitia mais que isso fosse feito no lento ritmo de negociação petista.

Os dados de transferência de valor em direção ao centro reforçam a tese de que pouco de estrutural se alterou nas administrações petistas. Somados os montantes de 2003 a 2016, o pagamento de royalties e licenças de propriedade intelectual ao estrangeiro, por exemplo, totalizou aproximadamente US\$ 40,3 bilhões; o aluguel de equipamentos estrangeiros pelo Brasil representou envio de US\$ 168,3 bilhões; por fim, a remessa de lucros das empresas estrangeiras que operam no Brasil atingiu a impressionante marca de US\$ 219,7 bilhões desde o início do Plano Real. Em suma, apenas nestas 3 rubricas do Balanço de Pagamentos brasileiro, *meio trilhão de dólares foram drenados da economia nacional em direção ao centro*¹⁰ (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

⁹ Pensões por morte e no seguro-defeso, extensão do tempo para requerer o seguro-desemprego pela primeira vez, entre outras.

Ao mesmo tempo, entre 2010 e 2018, a dívida pública brasileira salta de R\$ 1,5 trilhão para mais de R\$ 5 trilhões, um expressivo aumento de 4 vezes em apenas 8 anos e R\$ 4,15 trilhões a mais em termos absolutos desde 2002¹¹ (CORRÊA DA SILVA, 2017, p. 43). Além da já mencionada expansão em 10 pontos percentuais da Desvinculação das Receitas da União, a ofensiva burguesa sobre o orçamento, para garantir a remuneração do capital fictício, na figura dos investidores nacionais e estrangeiros, recorre ao expediente do congelamento dos gastos primários do governo por 20 anos (VAZQUEZ, 2018).

Nestas condições, a crise que se abate sobre o Brasil é incompatível com o modelo de acumulação do capital que vigorava até então. Uma vez que segue a transferência de valor em escala ampliada para o centro e não há mais a renda da terra para garantir a remuneração do rentismo como havia sido na década anterior, é preciso recorrer ao mecanismo mais seguro que a burguesia brasileira detém para compensar suas perdas: acentuar a superexploração da força de trabalho.

Após massiva campanha institucional e midiática, acompanhada de habitual leniência da esmagadora maioria do poder legislativo, conivência da maior parte do judiciário e endosso pelo poder executivo, ocorre o maior ataque aos direitos trabalhistas da história recente. No quadro abaixo, elaborado pela Secretaria de Comunicação da CUT/SP (2017), podem ser observadas as principais alterações promovidas pela nova regulamentação trabalhista:

Direitos Trabalhistas	Antes	Depois
Negociado sobre o legislado	Direito dos trabalhadores estavam garantidos pela CLT	Pontos do contrato, como jornada de trabalho, participação nos lucros da empresa e banco de horas poderão ser negociados livremente entre patrões e empregados
Banco de Horas	Teria que ser definida por acordo ou convenção coletiva. Os sindicatos impediam os abusos	Libera a criação do banco de horas por acordo individual
Trabalho Intermitente	Não existia	Empresas poderão contratar funcionários sem horário fixo, assim, o trabalhador não terá garantia de jornada mínima semanal. Nesse item, também poderá ser contratada a Pessoa Jurídica (PJ) e a oficialização do "bico"
Trabalho de gestantes e lactantes	A legislação determina o afastamento de qualquer atividade em local insalubre	A trabalhadora gestante só será afastada do trabalho caso tenha atestado médico. Já a lactante, poderá trabalhar em ambientes insalubres de qualquer grau
Terceirização	Não era permitida na atividade-fim da empresa	Em todos os setores, as empresas, inclusive as públicas, poderão terceirizar qualquer atividade
Horário de almoço	Uma hora para quem trabalhasse mais de seis horas diárias	Passa a ser negociado com o patrão, que poderá diminuir o tempo para 30 minutos
Demissão em comum acordo	Trabalhador demitido sem justa causa recebia FGTS e seguro-desemprego pelo tempo que ficou na empresa	A multa que a empresa hoje paga cairá de 40% para 20%. Além disso, se o trabalhador quiser ficar com 80% do FGTS, terá que abrir mão do seguro-desemprego

Elaboração: SECOWCUT-SP

O

elemento central que organiza a nova legislação é a possibilidade de que as negociações entre capitalistas e trabalhadores sejam realizadas sem a interferência dos sindicatos – inclusive

¹⁰ Valores nominais

¹¹ Apenas entre 2012 e 2017, os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) apontam que foram gastos em pagamentos de juros, amortizações e refinanciamentos da dívida pública federal um montante equivalente a R\$ 2,3 trilhões. (CORRÊA DA SILVA, 2017, p. 42). Sendo assim, num curto horizonte de 6 anos (2012-2017) o equivalente a um terço do atual PIB brasileiro foi utilizado para remunerar os detentores da dívida pública federal.

pautando o fim da contribuição sindical obrigatória. Nota-se a dimensão do ataque desde a disputa aberta pelo fundo de salários dos trabalhadores e o que era destinado a financiar suas lutas (FGTS/seguro-desemprego e contribuição sindical¹²); até a expansão direta do mais-valor absoluto (redução do horário de almoço e desregulamentação dos bancos de horas). Dados do Tribunal Superior do Trabalho apontam para uma redução da ordem de 45% nas ações trabalhistas após a aprovação do novo texto¹³, além do saldo líquido de geração de empregos ser negativo desde a aprovação da Reforma.

O que a burguesia busca com a reforma é garantir um regime jurídico que seja compatível com o aumento do grau de exploração da força de trabalho que a dinâmica da crise do capitalismo dependente brasileiro exige. Em outras palavras, devido à crise econômica e a conseqüente redução das lucratividades dos capitais, aliado à robusta transferência de valor do Brasil para o centro cuja tendência é de se manter ou se acentuar, a superexploração da força de trabalho é o expediente recorrido, na forma do aumento do mais-valor absoluto e da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, para dar dinâmica ao ciclo de acumulação na economia brasileira dependente.

Considerações Finais

A reforma trabalhista de 2017 não significa um incidente histórico isolado, mas sim a aplicação concreta de um projeto político neoliberal ao que tange as questões trabalhistas. A partir da crise de 2008, a Troika (articulação entre Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI) obrigou a Espanha, Grécia, Itália e Portugal a implementar políticas de austeridade, ajuste de gasto público, privatização de bens públicos e flexibilização trabalhista (LEDESMA, 2017).

A consolidação da política ortodoxa neoliberal no continente latino-americano se faz com o retorno de governos neoliberais na Argentina e no Brasil e os esforços de desestabilização dos países não alinhados aos interesses dos EUA, mediante ofensiva do FMI e do Banco Mundial, auxiliados com as campanhas midiáticas de desinformação e as articulações com as direitas nacionais. Todos os países da região, sobretudo Argentina,

¹² Lembrando que, segundo o entendimento da Receita Federal do Brasil, os trabalhadores intermitentes devem ser os responsáveis pelo pagamento complementar do INSS, caso suas horas trabalhadas não configurem a contribuição mínima dos segurados, o que também representa uma apropriação do fundo de salários dos trabalhadores.

¹³ Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/apos-reforma-numero-de-novas-aco-es-trabalhistas-cai-quase-45-no-1-trimestre.ghtml>

Panamá, El Salvador, Peru e República Dominicana, estão sendo pressionados pelo FMI para racionalizar o gasto público, flexibilizar as legislações laborais, limitar o aumento dos salários e aumentar a idade de aposentadorias e a taxa de contribuição, em termos de seguridade social (LEDESMA, 2017).

Como perspectivas, o cenário que se vislumbra para os trabalhadores, caso não reajam em luta, é assombroso. As evidências indicam que devem se aprofundar as terceirizações e os contratos intermitentes e por tarefa. Além disso, é provável que formas variáveis de remuneração se tornem cada vez mais frequentes, num ambiente de “livre” negociação. Os níveis de acidentes de trabalho tendem a aumentar, no entanto, há tendência de que sejam ainda mais subnotificados. Deve-se fortalecer também o trabalho intermitente, naquilo que alguns analistas passaram a nomear como “uberização”, em cenários cuja disposição deve ser integral, mas o trabalho não. É possível que se acentue também a categoria do teletrabalho, através de negociação individual que registre o mínimo possível como tempo de trabalho a ser remunerado. Neste cenário, também deve haver reduções de função da Justiça do Trabalho, na medida em que os litígios passam a ser resolvidos cada vez mais na relação direta e desigual entre capitalistas e trabalhadores, sem contar a possibilidade que a Reforma abriu de que os trabalhadores tenham que arcar com os custos processuais do empregador em caso de derrota judicial. É possível vislumbrar o fim do modelo de sindicalismo de Estado vigente desde a Era Vargas, podendo significar tanto a fragilização da organização sindical quanto o surgimento de um sindicalismo independente e combativo, mais orientado pelos interesses da classe do que pela lógica eleitoral e parlamentar.

Nesse sentido, sob a crise econômica brasileira, a burguesia lança mão da Reforma Trabalhista com o objetivo de aumentar a taxa de mais-valor, em busca da restauração das lucratividades dos capitais (ALVES, 2017). Portanto, a Reforma Trabalhista cumpre o papel de acentuar a superexploração da força de trabalho no Brasil, num contexto de elevada transferência de valor para o centro que, aliado à grave crise econômica, exige o aumento da mais-valia absoluta e da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor para manter a viabilidade do ciclo de acumulação da economia dependente brasileira.

Referências bibliográficas

ALVES, GIOVANNI. *O Minotauro Brasileiro: Reforma Trabalhista e Desenvolvimento do Capitalismo Histórico no Brasil*. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, v. 1, p. 97-108, 2017.

AMARAL, Marisa. S.. *Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo*. In: **Pensata Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 3, p. 80-96, 2013a.

_____. *A teoria marxista da dependência como interpretação do capitalismo periférico*. In: CALHEIROS, Alex; GONÇALVES, Anderson e MARI, Marcelo (Orgs.). **Marxismo e produção simbólica: periferia e periferias**. São Paulo: Nankin, 2013b.

AMARAL, M. S.; DUARTE, P. H. E. *Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência*. **Leituras de Economia Política (UNICAMP)**, v. 13, p. 111-138, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais – Balanço de Pagamentos**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERBALPAG>> Acesso em: 03 ago 2018.

_____. **Séries Temporais – Dívida Mobiliária Federal: estoque, perfil de investimentos e participação por indexador**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/seriehistDLSPDivMobFed.asp>> Acesso em: 02 ago 2018.

BARCELLOS, Tomás de Siervi. **A Questão Regional no Capitalismo Dependente: crítica a “elegia para uma re(li)gião”**. Florianópolis, 2014, 92pp.

BLACK, Clarissa. *Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000*. In: **Indicadores Econômicos – Faculdade Estadual de Economia**. Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 27-44, 2015.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: Seminário Internacional REGGEN 2005 - Alternativas à Globalização: potências emergentes e os novos caminhos da modernidade, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do Seminário Internacional REGGEN 2005 - Alternativas à Globalização: potências emergentes e os novos caminhos da modernidade, 2005**

CHESNAIS, François. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. In: **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

CORRÊA DA SILVA, Daniel da Cunda. *Santa Catarina e o Rentismo: a dívida pública do Estado na crise econômica brasileira*. **Revista do NECAT**. v. 6, n. 12 (2017). pp. 36-53.

COSTA, Arland T. de Bruchard. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013)**. Florianópolis, 2013. 86pp

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Balço das Greves em 2012**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>> Acesso em: 28 jul 2018.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. 5ª Ed. México, Siglo XXI, 1978 [1965].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD Contínua 2016: Rendimento e Todas as suas Fontes**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=18386&t=resultados>> Acesso em: 05 ago 2018.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia* (1973). En publicación: **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Séries Históricas – **Intensidade Tecnológica das Exportações e Importações**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>> Acesso em: 31 jul 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: <<http://obtrabalho.mte.gov.br/index.php/noticias2/1265-ministerio-do-trabalho-divulga-dados-do-caged-de-dezembro-2017>> Acesso em 04 ago 2018.

PORTAL G1. **Após reforma, número de novas ações trabalhistas cai quase 45% no 1º trimestre**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/apos-reforma-numero-de-novas-acoes-trabalhistas-cai-quase-45-no-1-trimestre.ghtml>> Acesso em: 05 ago 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Economia e emprego**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/05/governo-diz-que-nova-classe-media-tem-renda-entre-r-291-e-r-1.019-familiar-per-capita>> Acesso em: 31 jul 2016.

SANTOS, Anselmo Luis dos; GIMENEZ, Denis Maracci. *Desenvolvimento econômico, mercado de trabalho e reforma trabalhista no Brasil. Carta Social e do Trabalho*. Campinas, n. 35, p. 71-107, jan/jun 2017.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Carga Tributária no Brasil**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-1999/view>> . Acesso em 30 jul 2018.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

VAZQUEZ, João Pedro. **Estado e capital fictício: o Novo Regime Fiscal no Brasil**. CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 26, 2018.



O FIM DA “INDÚSTRIA DO DANO MORAL” OU O SILÊNCIO DOS
TRABALHADORES?

Análise dos impactos da Lei nº. 13.467/17 na demanda judicial por violências psicológicas no
trabalho

Mateus Bender¹

GT 7 - Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹ Doutorando em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail:
mateusbender@hotmail.com.

O FIM DA “INDÚSTRIA DO DANO MORAL” OU O SILÊNCIO DOS TRABALHADORES?

Análise dos impactos da Lei nº. 13.467/17 na demanda judicial por violências psicológicas no trabalho

INTRODUÇÃO.

Até o final do ano de 2017 as demandas judiciais por reparações de danos morais, ocasionados por violências psicológicas no trabalho, cresciam e solidificavam o entendimento judicial de que essas práticas perversas deviam ser coibidas e seus danos ressarcidos. Por outro lado, empregadores passaram a argumentar que a responsabilidade civil do empregador em razão de danos morais foi banalizada nas demandas judiciais trabalhistas, existindo na Justiça do Trabalho uma “indústria do dano moral”. Com essa e outras reivindicações, e diante de um complexo contexto social e econômico, setores empresariais passaram a exigir mudanças na legislação trabalhista, o que ocorreu no Brasil no ano de 2017.

A reforma trabalhista, instrumentalizada pela Lei nº 13.467/17 e vigente desde Novembro de 2017, a qual alterou inúmeros dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), está associada a fatores distintos que movem questões centrais da economia e da sociedade global. As mudanças legislativas são oriundas da organização do capital e das formas de exploração do trabalho inseridas em um contexto de financeirização da economia no ambiente da globalização neoliberal. Nesse sentido, o objetivo de reformar a legislação do trabalho se traduz no contexto global de flexibilização, desregulamentação e desjudicialização das relações de trabalho, tendência que se harmoniza com um Direito do Trabalho ajustado aos imperativos da competitividade da empresa e do livre mercado, característicos do atual capitalismo.

Mas quais serão os impactos da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17) sobre a demanda judicial por violências psicológicas no trabalho? Se no início deste século houve uma crescente judicialização de situações de violência psicológica no trabalho, existindo, segundo setores empresariais uma “indústria do dano moral” na Justiça do trabalho, será que as alterações legislativas irão diminuir as ações “aventureiras”, ou seja, irão acabar as reclamações

infundadas e sem credibilidade? Ou será que a nova legislação irá impor dificuldades na caracterização de situações reais de violência psicológica no trabalho?

Esta pesquisa, iniciada recentemente no doutorado em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, busca analisar os impactos da reforma trabalhista (Lei nº. 13.467/17) na demanda judicial por situações de violências psicológicas no trabalho. Aproximando-se do marco teórico de Pierre Bourdieu, as violências psicológicas no trabalho serão consideradas como formas de violência simbólica, ou seja, violências suaves, insensíveis, invisíveis, que são exercidas essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento (BOURDIEU, 2003, p.3). Nesses termos, enquadram-se situações denominadas como estresse ocupacional, síndrome de *burnout*, assédio moral, atos discriminatórios, gestão por estresse, entre outros (CALVO, 2014; DEJOURS, 2013; HIRIGOYEN, 2012a, 2012b; SOBOLL, 2008). Juridicamente, essas situações de violências psicológicas no trabalho, se comprovadas, poderão gerar indenização por dano moral, ou como denomina a lei nº 13.467/17, dano extrapatrimonial.

Em um primeiro momento, convém verificar o argumento de que há uma “indústria do dano moral” nas ações trabalhistas, ou seja, será que é verdadeira a hipótese da banalização dos pedidos de dano moral na justiça do trabalho? Para isso, torna-se necessário avaliar a demanda judicial de situações de assédio moral no trabalho. Em um segundo momento, propõe-se analisar os primeiros impactos da reforma trabalhista na demanda judicial em situações de violência psicológica. Diante dessas análises, buscar-se-á verificar se é possível falar em “silêncio dos trabalhadores”, ou seja, se a reforma trabalhista causou uma diminuição na demanda judicial por situações de violência psicológica, e se é possível indicar uma redução nos casos de violências.

1. É POSSÍVEL CONFIRMAR A HIPÓTESE DE “INDÚSTRIA DO DANO MORAL” NO JUDICIÁRIO TRABALHISTA BRASILEIRO?

A indenização por dano moral está consagrada no texto constitucional (CF, art. 5º, incs. V e X). Em todo tipo de interação social, seja nas relações entre vizinhos, entre fornecedor e consumidor, no âmbito do trabalho ou em qualquer outro espaço de convívio social, podem ocorrer situações em que alguém se sinta desrespeitado em seus direitos, tanto de ordem

material quanto no aspecto psicológico, hipóteses em que eventualmente pode surgir um dano de natureza moral.

Até a reforma trabalhista, trazida à luz pela lei 13.467/17, o discurso empresarial – e, em parte pelos próprios Tribunais – era de que havia uma crescente demanda judicial por danos morais nas relações de trabalho e que isso caracterizaria uma “indústria do dano moral”. Propagado como um dos motivos para a necessidade da reforma trabalhista, a banalização dos pedidos de danos morais é uma suposição, ou melhor, uma hipótese oriunda de agentes que, provavelmente, são demandados judicialmente por situações de violência psicológica no trabalho. Ainda não há pesquisas ou estudos científicos que comprovem esse discurso ou, ainda, que essas demandas são realmente deferidas judicialmente, porém, é possível analisar alguns números fornecidos pelo Judiciário Brasileiro.

No ano de 2017, as Varas do Trabalho de todo o Brasil receberam 2.648.463 novos casos judiciais. O assunto mais recorrente no judiciário trabalhista foi o pedido de aviso prévio em razão da rescisão contratual, com 742.771 novos casos no ano de 2017. Aliás, dos dez assuntos mais recorrentes, os sete primeiros versaram sobre rescisões de trabalho, ou seja, direitos pleiteados em razão do término do contrato. O primeiro pedido de indenização por danos morais que aparece na lista de assuntos mais recorrentes ocupa somente a 26ª posição: com 155.883, demandas relativas ao assédio moral. Depois, aparece o pedido genérico de responsabilidade civil por danos morais em outras relações de trabalho, com 108.532. Indenizações por danos morais em razão de acidentes de trabalho, condições degradantes, limitações ao uso do banheiro, assédio sexual, danos morais coletivos, também aparecem em posições inferiores na lista de assuntos mais demandados nas Varas do Trabalho de todo o Brasil (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2017a; 2017b).

Os números acima apontam uma pequena representatividade das ações de indenizações por danos morais, ou seja, é possível afastar a hipótese de existência de uma “indústria do dano moral” no Judiciário Trabalhista Brasileiro. Considerando o número de casos novos que ingressaram nas Varas do Trabalho de todo o Brasil no ano de 2017 (2.648.463), o assunto mais demandado, aviso prévio, com 742.771, representou 28% do total de novos casos. O pedido de indenização por dano moral em razão de assédio moral (155.883) foi responsável por 5,8% da demanda total; enquanto o pedido genérico de responsabilidade civil por danos morais em outras relações de trabalho (108.532 novos casos), representou apenas 4,09% da demanda total. Se calcularmos todas as demandas por indenizações por danos morais que ingressaram nas Varas do Trabalho de todo o Brasil, o total irá se aproximar de 10% de todos os casos novos

que chegaram em 2017 no Judiciário Trabalhista Brasileiro (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2017a; 2017b).

Os números apresentados acima colocam em xeque o argumento da “indústria do dano moral” na justiça do trabalho. Pode-se perceber que os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho foram relacionadas às férias, remuneração, verbas resilitórias e horas extras, perfazendo cerca de 49% das novas ações, ou seja, a maior parte das demandas foi ajuizada apenas para que o trabalhador consiga receber sua rescisão. A responsabilidade civil do empregador pela indenização por danos morais representou uma parcela muito pequena das novas ações judiciais trabalhistas versaram sobre indenização por danos morais. Além disso, cabe ressaltar que os números apresentados referem-se às demandas judiciais, o que não acarretará necessariamente em condenação pelas práticas, dependendo da instrução de provas e demais requisitos processuais. Portanto, ainda que a pesquisa se apresente limitada, os números apresentados não permitem confirmar a hipótese de existência de uma “indústria do dano moral” no judiciário trabalhista brasileiro.

2. PRIMEIROS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA DEMANDA JUDICIAL.

Em menos de um ano de vigência da Lei nº. 13.467/17 já é possível identificar os primeiros efeitos da reforma trabalhista sobre a demanda judicial de situações de violências psicológicas no trabalho. Em uma breve pesquisa realizada em um dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT-12, de Santa Catarina), mediante o sistema de pesquisa e-Gestão², foi possível identificar uma queda na demanda judicial de 1º grau nos quatro primeiros meses do ano, em relação ao ano anterior no que tange à algumas situações de violências psicológicas no trabalho:

² Ferramenta institucional da Justiça do Trabalho que fornece dados atualizados sobre a estrutura administrativa e a atividade judicial em primeiro e segundo graus.

Período de referência: 01/01/17 à 31/12/17				
Mês/Ano	Indenização por Dano Moral Coletivo	Indenização por Dano Moral	Assédio Moral	Atos Discriminatórios
Jan-17	7	558	633	170
Fev-17	5	667	646	201
Mar-17	22	868	909	225
Abr-17	28	644	591	174
Mai-17	14	850	733	225
Jun-17	9	671	720	181
Jul-17	16	757	737	175
Ago-17	16	694	728	227
Set-17	8	565	721	176
Out-17	9	607	941	253
Nov-17	12	787	1072	349
Dez-17	1	80	75	30
Total ano	147	7.748	8.506	2.386
Total jan/abr-18	62	2.737	2.779	770

Fonte: Sistema e-Gestão

Período de referência: 01/01/18 à 30/04/18				
Mês/Ano	Indenização por Dano Moral Coletivo	Indenização por Dano Moral	Assédio Moral	Atos Discriminatórios
jan-18	4	88	126	42
fev-18	6	129	322	52
mar-18	1	160	232	58
abr-18	4	173	188	52

Total jan/abr- 18	15	550	868	204
------------------------------	-----------	------------	------------	------------

Fonte: Sistema e-Gestão

No mesmo sentido, em uma rápida pesquisa nos Relatórios do Tribunal Superior do Trabalho, no ano de 2016, a Justiça do Trabalho (1º Grau de Jurisdição) recebeu em todo o país 677.597 novos processos sobre o tema de responsabilidade civil do empregador em razão de danos morais de qualquer natureza, incluindo violências psicológicas no trabalho, ou seja, o equivalente a 56.466 processos mensais sobre o tema. No ano de 2018, após a reforma trabalhista, nos meses de janeiro e fevereiro, a Justiça do Trabalho recebeu 22.069, ou seja, cerca de 11.039 processos mensais. Se simplesmente compararmos os anos de 2016 e 2018, observa-se uma queda de 80,45% na demanda judicial por responsabilidade civil do empregador em razão de danos morais³⁴.

Segundo dados oficiais do Tribunal Superior do Trabalho (2018), os três primeiros meses deste ano registraram queda de 45% no número de processos trabalhistas em relação a 2016 e 2017. De acordo com o tribunal, 243 mil pessoas entraram com novas ações em outubro do ano passado, um mês antes da entrada em vigor da lei. O número subiu para quase 290 mil processos em novembro, um recorde para a série histórica, motivado pela tentativa dos trabalhadores de se anteciparem ao início da vigência da lei. Em dezembro e janeiro, houve grande queda, com uma leve recuperação nos meses de fevereiro e março.

Obviamente, os números apresentados pelos Tribunais (tanto pelo Tribunal Superior do Trabalho, como pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, delimitado ao Estado de Santa Catarina) são frágeis metodologicamente, podendo incorrer em conclusões equivocadas acerca dos impactos da reforma trabalhista na demanda judicial de situações de violências psicológicas no trabalho. Porém, os dados instigam para uma análise complexa e detalhada.

³ TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Assuntos mais recorrentes na Justiça Do Trabalho. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/18640430/e7ddf77f-6e8d-9349-7b4e-411b0a91fc7e>>. Acesso em: 09 Jun. 2018.

⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números indica os assuntos mais demandados em 2016 nos tribunais. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85421-justica-em-numeros-indica-os-assuntos-mais-demandados-em-2016-nos-tribunais>>. Acesso em: 09 Jun. 2018.

3. A REFORMA TRABALHISTA “SILENCIOU OS TRABALHADORES”?

Como afirmado anteriormente, a vigência da Lei nº. 13.467/17, que provocou a reforma trabalhista, ainda é recente. Diversos fatores podem ser relacionados à diminuição da demanda judicial nos primeiros meses de vigência da Lei nº. 13.467/17. Novos procedimentos processuais foram exigidos, como a indicação expressa do valor requerido sob determinado título; a possibilidade de pagamento de despesas processuais à parte vencedora em caso de indeferimento dos pedidos; novos requisitos para a concessão da justiça gratuita; entre outras medidas. Diante dos números apresentados anteriormente, é possível identificar um primeiro recuo nas demandas judiciais nos primeiros meses após a vigência da reforma, para um posterior aumento da demanda judicial nos meses subsequentes. Isso pode significar, em um primeiro momento, um receio dos trabalhadores e advogados no ajuizamento das ações, especialmente em razão da insegurança jurídica trazida pelos novos requisitos para ingresso no judiciário.

Por outro lado, cabe destacar também a prudência dos empregadores. À época da tramitação da reforma trabalhista no Congresso Nacional argumentava-se que ela traria maior segurança jurídica para os empregadores, o que equivaleria a dizer menor segurança jurídica aos empregados. No entanto, a reforma contém inconsistências do ponto de vista jurídico. Aponta-se para a inconstitucionalidade de diversos artigos nela contidos, como, por exemplo, o desrespeito ao salário mínimo por meio da contratação de autônomos e intermitentes. Ademais, houve, no meio do caminho, o percalço da MP 808/2017, emitida em 15 de novembro de 2017, que alterou diversos pontos da reforma até 23 de abril. Sem ser aprovada pelo Congresso Nacional, contudo, a MP findou seu período de vigência e caducou. Isso implica retorno ao texto anterior. Por essa razão, as empresas podem estar cautelosas na aplicação da reforma.

Com isso, a tese de que a reforma trabalhista prejudicou os trabalhadores no acesso ao Judiciário ainda é frágil sob o ponto de vista metodológico, podendo incorrer em conclusões equivocadas. É possível identificar um “silêncio dos trabalhadores” apenas nos primeiros meses após a vigência da reforma trabalhista, mas isso não significará, necessariamente, que os trabalhadores permanecerão calados frente às situações de violências psicológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, ainda que de forma provisória, a hipótese de que havia uma “indústria do dano moral” na justiça do trabalho não se confirmou. Da mesma forma, ainda que precária, a previsão de que a reforma trabalhista poderia “silenciar” os trabalhadores também não se confirmou. Em poucos meses de vigência, foi possível identificar que a demanda judicial por situações de violência psicológica no âmbito laboral diminuiu apenas nos primeiros meses após a vigência da reforma trabalhista. Nos meses mais recentes, o número de processos começou a aumentar novamente, o que afasta, provisoriamente, a hipótese de “silêncio dos trabalhadores”.

Um dos argumentos sustentados pelos apoiadores da reforma trabalhista, de que há uma “indústria do dano moral” na Justiça do Trabalho, não se confirma pelos dados apresentados. Tal hipótese não pode ser invocada para justificar a imposição de uma reforma trabalhista nos moldes da lei apresentado sob nº 13.467/17. Tal medida, tampouco irá “silenciar os trabalhadores”. Reduzir o número de processos é o objetivo de qualquer país civilizado. Porém, esse objetivo só é positivo quando ele é alcançado pela evolução social a partir do cumprimento espontâneo da lei. Quando isso ocorre através da vedação de acesso à Justiça e do impedimento da busca à reparação dos danos sofridos, principalmente dos mais pobres, torna-se retrocesso social, um ato de opressão e de impedimento da plena cidadania do trabalhador.

REFERÊNCIAS.

- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CALVO, Adriana. **O direito fundamental à saúde mental no ambiente de trabalho: o combate ao assédio moral institucional**. São Paulo: LTr, 2014.
- DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2013.
- HIRIGOYEN, M.-F. **Assédio Moral: A Violência Perversa no Cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a.
- HIRIGOYEN, M.-F. **Mal-Estar no Trabalho: Redefinindo o Assédio Moral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b.
- MENEZES, Mauro de Azevedo. Danos Extrapatrimoniais na Lei N. 13.467/2017: o mesquinho cerceio da dignidade. *In* SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto (Org.). **Resistência: aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SOBOLL, L. A. **Assédio Moral/Organizacional**: Uma Análise da Organização do Trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho (casos novos) no ano de 2017**. Brasília/DF, 2017a, 101p.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Recebidos e julgados na Justiça do Trabalho no ano de 2017**. Brasília/DF, 2017b, 3p.



DA “DESPRECARIZAÇÃO” À CRISE: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA NAVAL NO MERCADO DE TRABALHO EM RIO GRANDE/RS.

Rafaella Egues da Rosa¹

GT 7 – Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel e graduanda em Ciências Sociais pela mesma universidade. Email: rafaegues@hotmail.com

1. Introdução

O presente trabalho foi gerado com forte apoio nas reflexões e estudos feitos pela autora juntamente com os demais membros da equipe do Observatório Social do Trabalho da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)². O monitoramento e a elaboração de diagnósticos dos mercados locais de trabalho é uma das atividades do Observatório e sua atenção volta-se principalmente para os municípios de Pelotas e Rio Grande, localizados no extremo sul do Rio Grande do Sul.

A intenção, neste artigo, é analisar o mercado de trabalho de Rio Grande atentando-se para o período iniciado a partir dos anos 2000 até os dias atuais. Busca-se salientar os avanços ocorridos bem como a precariedade e as desigualdades persistentes. A reflexão envolve prioritariamente os impactos no âmbito do trabalho causados pela implantação de um Polo Naval na cidade, em 2006, bem como pela sua dissolução, iniciada em 2014. A retração econômica do país somada à crise da Petrobrás tiveram repercussão direta sobre Rio Grande e o mercado de trabalho deste município, dada a sua especificidade.

Essa cidade, historicamente portuária, tornou-se palco de instalação desse Polo Naval, voltado para a construção de plataformas petrolíferas, cascos, navios sonda e Estaleiros. Este megaempreendimento da indústria naval, foi capaz de impactar a estrutura setorial do mercado de trabalho e propiciar um aumento exponencial do estoque de empregos formais em um curto espaço de tempo (VARGAS; FABRES, 2015), mas a partir de 2014, apresentando sinais de decadência, passou a se tornar o principal motivador dos desligamentos de vínculos empregatícios na cidade. É diante deste cenário de transformações estruturais e conjunturais da dinâmica do mercado de trabalho de Rio Grande que verifica-se quais avanços ocorreram e de que forma a precariedade e as desigualdades persistiram.

Para isto, em termos metodológicos, utiliza-se de dados estatísticos que compreendem o período entre os anos 2000 e 2016. Num primeiro momento, para tratar dos aspectos mais estruturais do mercado de trabalho de Rio Grande são utilizados dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise estrutural permite observar o fenômeno a longo prazo e observações algumas modificações ocorridas no período de dez anos. Nesse sentido, foca-se comparativamente em dados de populações em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada do período em questão. Além disso, através da base de dados dos registros administrativos do

² Projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas e integrante da Rede Observatórios do Trabalho, coordenada pelo Ministério do Trabalho (MTb). Site: <https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foi possível verificar a modificação da quantidade de vínculos empregatícios formais presente em Rio Grande anualmente, realizando algumas desagregações para ver as transformações de modo mais específico.

Para tratar dos anos 2010 e poder, de fato, abordar dimensão da crise instaurada em meados desse século, metodologicamente, é feita uma divisão: considera-se o período de crescimento (2010 a 2014) e o período de crise (2014 a 2016). Este recorte possibilita uma análise do trabalho na crise da atualidade tendo como contraponto o momento anterior, de expansão econômica e crescimento do emprego na indústria naval. Assim, o foco na dimensão conjuntural, considerando indicadores no curto prazo, objetiva captar a dinâmica mais recente do mercado de trabalho, possibilitando um mapeamento das mudanças ocorridas.

O presente trabalho está dividido em três seções. A primeira que visa apresentar, a partir de uma abordagem sociológica, algumas questões que permeiam o fenômeno do trabalho na contemporaneidade e trata-las a partir do contexto brasileiro. Também são apontadas algumas características presentes na história mais recente do trabalho no Brasil e estas já criam certo diálogo com a realidade local que pretende-se analisar. Na segunda parte passa-se a abordar especificamente o município de Rio Grande, evidenciando principalmente a expansão do mercado de trabalho ocorrido na cidade a partir dos anos 2000. Na terceira e última seção o enfoque recai sobre as mudanças ocorridas no âmbito do emprego ainda mais recentemente com a crise ocorrida. Nas conclusões são feitas algumas considerações mais gerais que tem como base a análise dos dados apresentados nas seções anteriores.

2. A precariedade e o mercado de trabalho no Brasil

Nas sociedades contemporâneas, o trabalho, realizado na esfera pública, carrega sentido na medida em que pode ser útil para a sociedade. A utilidade externa e o reconhecimento social são elementos importantes na construção do sentido subjetivo de cada ser humano com o seu trabalho. Além disso, o trabalho permite o acesso à uma remuneração e à direitos, tornando-se a principal forma de pertencimento social. A centralidade adquirida pelo trabalho remunerado e protegido permite dizer que se está diante de uma “sociedade de trabalhadores” (GORZ, 2005) ou de uma “sociedade salarial” (CASTEL, 2000).

No entanto, no que tange ao âmbito da estruturação do mercado de trabalho brasileiro, verifica-se que nunca se consolidou no país tal “sociedade salarial” teorizada por Castel, ou seja, uma sociedade com trabalho assalariado estável generalizado e onde a relação salarial é pautada por direitos e proteções trabalhistas. Em países europeus, tal relação se solidificou

como uma base fundamental de acesso à direitos, mas no Brasil a expansão do assalariamento apresenta-se instável e restrita, atingindo somente determinadas parcelas da população.

Sem adentrar em questões específicas sobre a história do trabalho no Brasil e visando a aproximação com o cenário mais recente, cabe salientar que, nos anos 1980, foram criadas as primeiras políticas públicas de geração de emprego e renda (POCHMANN, 2008). No entanto, nesta mesma década, as relações de trabalho começaram a ser marcadas pelo processo de reestruturação produtiva. A busca por uma maior produtividade e lucratividade característica desse modelo acabou por impactar o mundo social de forma geral e, conseqüentemente, o mundo do trabalho. O efeito do modelo de acumulação flexível não restringiu-se ao âmbito dos processos produtivos. Nesse sentido, transformações culturais significativas vem ocorrendo, com globalização intensificada de uma forma jamais vista anteriormente e com todos os impactos causados pelos avanços tecnológicos.

No que tange ao trabalho, Harvey (1993) salienta que são produzidas novas relações e formas de trabalho, mas estas não excluem as antigas. Pelo contrário, ambas coexistem e a desigualdade dentro do mundo do trabalho se intensifica, no sentido de que reduz ainda mais o grupo de trabalhadores melhores remunerados e mais estáveis, ampliando assim a camada de indivíduos em trabalhos instáveis, rotativos e aqueles sujeitados à novas formas de contratação, como o trabalho temporário e o terceirizado (HARVEY, 1993). As dimensões globais desses fenômenos não significam uma homogeneização das suas conseqüências locais, tendo em vista que eles chocam-se com realidades particulares. Trazendo a concepção de Harvey para o contexto brasileiro, ressalta-se que esses processos capitalistas de acumulação flexível e as políticas públicas de cunho neoliberal se inseriram no país num cenário já problemático, tendo em vista que por aqui ainda estava-se longe de ter um Estado de Bem Estar Social.

Na década de 1990, convivia com o alto índice de desemprego no Brasil a intensificação do processo de reestruturação produtiva das empresas. No âmbito do trabalho isso acarretou a sua flexibilização e terceirização e acabou por redesenhar as bases do precariado do país. Neste sentido, “se até meados dos anos 1990 a dinâmica nacional de emprego concentrava-se na faixa de três a cinco salários mínimos, com a indústria respondendo por 40% das novas vagas, entre 1994 e 2008 a dinâmica do emprego deslocou-se para os serviços” e boa parte da massa desempregada foi inserida em trabalhos sub-remunerados (BRAGA, 2016).

Os governos de Luís Inácio Lula da Silva e o primeiro governo de Dilma Roussef foram de grande ampliação da economia do país articulada a investimento em políticas sociais e o

resultado da atuação dos governos petistas neste período chegou a ser descrito por André Singer (2018) como “milagre” lulista. Até 2010, 2,1 milhões de empregos formais foram criados, uma ampliação estratosférica do emprego protegido. No entanto, dentre as várias contradições presentes no “milagre” lulista, uma delas envolve o próprio processo de crescimento do emprego tendo em vista que não necessariamente ele se traduziu em diminuição da precariedade ocupacional (BRAGA, 2016).

O aumento da formalização do emprego, que pressupõe a proteção do trabalhador, por si só seria uma dimensão da “desprecarização”, porém, a nova dinâmica do trabalho e das formas de contratação acarretaram, mesmo no âmbito formal, a instabilidade do emprego e a baixa remuneração. Portanto, houve a precarização dos contratos e dos salários, o aumento da rotatividade e a piora das condições de trabalho, sobretudo, para os terceirizado - que são as maiores vítimas dos acidentes de trabalho. Expandiu-se consideravelmente a quantidade de trabalhadores em empregos com direitos assegurados, mas estes direitos foram, e continuam sendo, constantemente flexibilizados ou propriamente retirados.

Fortes desigualdades e elevada precariedade caracterizam o mercado de trabalho brasileiro desde a sua constituição (POCHMANN, 2002). No entanto, se, anteriormente, a precariedade estava vinculada à informalidade do trabalho e às atividades econômicas periféricas, na contemporaneidade ela passou a permear o centro dinâmico das atividades capitalistas organizadas. No Brasil, a “velha” precariedade, nunca superada, passou a conviver com a nova precarização ocupacional (VARGAS, 2016) oriunda das novas formas de trabalho, cada vez mais flexíveis.

Mesmo diante de contradições, os avanços ocorridos foram inegáveis. No entanto, o lulismo foi acometido pela crise política e econômica iniciada em 2014. A partir deste ano, verificou-se, dentre outras coisas, a intensificação da perda dos postos de trabalho formais e o aumento do desemprego. Em 2015, 2,7 milhões de brasileiros tinham voltado a miséria, mais de 3 milhões a pobreza e o desemprego chegou a casa dos 11% (SINGER, 2018, p. 13). No primeiro trimestre de 2017, os dados da PNAD registraram uma taxa de 13,7% de desocupação, o que significa mais de 14 milhões de brasileiros em situação de desemprego aberto no período.

Contudo, o pincelamento do histórico do mercado de trabalho brasileiro a partir das modificações do modelo pós-fordista, sobretudo, do cenário mais recente torna-se importante para a compreensão da situação nesta esfera vivenciada pelo município de Rio Grande/RS - foco deste trabalho. Embora as mudanças ocorridas em âmbito local acompanhem uma tendência nacional, Rio Grande apresenta especificidade em sua economia, na dinâmica

setorial de emprego bem como na produção de desigualdades de relações de trabalho, como será visto seguir. Além disso, tanto a fase de desenvolvimento quanto a posterior crise enfrentada assumiram contornos que são, em parte, particulares.

3. A retomada da indústria naval em Rio Grande/RS

O município de Rio Grande, situado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, localiza-se entre a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos e o oceano Atlântico. É uma cidade peninsular e esta característica geográfica em boa medida orientou a forma que Rio Grande se desenvolveu, ligado direta ou indiretamente às atividades hidroviárias. Nesse sentido, ocorreu ao longo dos anos a consolidação e ampliação de atividades portuárias e o desenvolvimento da indústria naval. A posição estratégica de Rio Grande e sua atuação portuária, que favorecem a interligação do município com as demais regiões do estado, incentivaram também o desenvolvimento da indústria de modo geral na cidade.

Dois momentos são significativos no que se refere ao desenvolvimento de políticas nacionais de ampliação da indústria que impactaram o setor naval no município. A primeira foi entre as décadas de 1960 e 1970 com a ampliação do Superporto³ durante o regime militar e a segunda com a consolidação do Polo Naval, a partir de 2006. Entre os anos 80 e sobretudo nos 90 a região sul do Estado enfrentou uma grande crise econômica até vivenciar a próxima guinada de desenvolvimento. Em Rio Grande, ela se deu ligada novamente ao desenvolvimento da indústria naval e foi fortemente incrementada a partir dos anos 2000, como referido acima, com a presença do Polo Naval.

A construção do Polo Naval no município tem como motivador a política de revitalização da indústria naval do governo Lula. Sua efetivação ocorreu quando esta política foi inserida nas metas do Programa de Aceleração do Crescimento. O que marca o início do Polo Naval foi a construção do primeiro estaleiro (Honório Bicalho), na época de responsabilidade do consórcio QUIP S.A (em 2013 houve a extinção desse consórcio e o estaleiro foi ocupado pelo consórcio QGI Brasil). Em 2007 teve início a construção da primeira plataforma petrolífera no Polo de Rio Grande, a plataforma P-53. Em 2010 foi inaugurado o Estaleiro Rio Grande, possuindo o maior dique seco da América Latina (FABRES, 2014)

A expansão do mercado de trabalho local foi notória e contou também com a contribuição de outros investimentos instalados no município. Rio Grande, neste cenário, foi

³ O Porto de Rio Grande é separado em três instâncias: Porto Velho, Porto Novo e Superporto.

impactado com a chegada de diversos operários de outras localidades do Brasil, com experiência no setor naval, que migraram para atuar na indústria naval rio-grandina. Ocorreu também uma mobilidade intersetorial, devido entre outras coisas, pelo salário atrativo do segmento naval aliado as políticas de qualificação profissional, que foram implantadas tanto em Rio Grande quanto em municípios próximos à cidade, como São José do Norte e Pelotas (VARGAS, FABRES, 2015, p.3). Os dados de evolução do emprego formal evidenciam o impacto das modificações ocorridas neste período, no entanto, antes de se deter sobre esta análise mais específica e esmiuçada, cabe apresentar algumas características demográficas e estruturais do mercado de trabalho de Rio Grande, a partir dos dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Comparando os dois períodos, nota-se que, entre 2000 e 2010, a população total do município cresceu 5,7%, passando de 186.544 habitantes em 2000 para 197.228 em 2010. Houve também aumento no período de 10,9% da população em idade ativa (PIA), que foi de 154.739 para 171.530 e de 11,5% da população economicamente ativa (PEA), que passou de 73.988 pessoas para 81.526.

Crescimento ainda mais expressivo é identificado quando observa-se a ocupação e o emprego formal neste período. Enquanto no ano 2000 a população ocupada era de 65.363 pessoas, em 2010 ela chegou a 82.230, o que significa um aumento de 25,8% nesta categoria. Em relação ao emprego formal, o aumento foi de 45,7%, acompanhado de um baixo crescimento do emprego sem carteira, de 9,3%. No ano 2000 a população de empregados com carteira assinada era de 27.112 pessoas e passou para 39.509 pessoas em 2010 (acréscimo de 12.397 pessoas). Em relação aos empregados sem carteira, a população passou de 12.880 para 14.078. O crescimento da ocupação e, sobretudo, do emprego protegido, criou uma condição de expansão do mercado de trabalho formal jamais vista no município.

Além disso, nesse mesmo período, a população desocupada, que era de 15.288 pessoas em 2000, reduziu praticamente pela metade (-49,5%) e a taxa de desocupação foi de 19,1%, em 2000, para 8,6%, em 2010. Apesar de Rio Grande ter seguido uma tendência nacional de redução do desemprego, em termos relativos a taxa de desemprego apresentada em 2010 mostrou-se superior à taxa do Brasil, que foi de 6,7%, no referido período. Já as taxas de informalidade⁴ e precariedade⁵ diminuíram de 36,9% para 29,9% e de 49,0 para 35,9%

⁴ Taxa de Informalidade: percentual dos ocupados que não contribuem para previdência social em relação ao total da população ocupada.

⁵Taxa de Precariedade: equivale à soma dos ocupados que não contribuem para previdência social com os desocupados, dividido pela população economicamente ativa e multiplicado por cem.

respectivamente. Nota-se que apesar da involução significativa ocorridas nestas taxas, elas ainda se mantiveram altas. Rio Grande, neste sentido, também continuou seguindo a tendência do mercado de trabalho nacional, que conta com uma forte presença da informalidade e da precariedade dos vínculos.

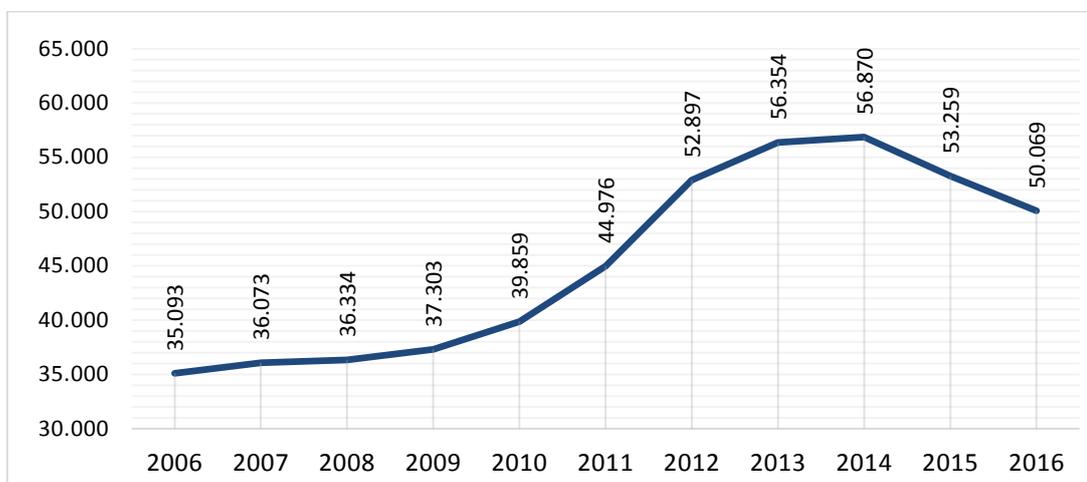
Observando-se especificamente o emprego formal a partir da implantação do Polo Naval no município, percebe-se que houve um aumento contínuo do estoque do emprego formal até o final da década de 2000. O estoque que em 2006 era de 35.093 vínculos passou para 39.859 em 2010, o que significa um aumento de 13,6%. O setor da Construção de Embarcações contava com a participação de apenas algumas dezenas de trabalhadores nos primeiros anos da década de 2000, sendo seu estoque em 2016 de apenas 71 vínculos. Com as atividades do Polo Naval, este subsetor teve aumento substancial e seu estoque teve aumento de mais de 700% até 2010. Esse crescimento foi intensificado ainda mais no início dos anos 2010, tendo em vista que entra em atividade mais um estaleiro (o Estaleiro Rio Grande). A seguir é apresentada a evolução do estoque de empregos formais (também a partir da RAIS) para o período de 2010 a 2016. São realizadas algumas desagregações que possibilitam uma ideia mais aprofundada do cenário no período mais recente.

4. Anos 2010: Expansão e crise do mercado de trabalho em Rio Grande.

Nesta parte do trabalho, analisa-se conjuntamente o mercado de trabalho de Rio Grande, entre os anos de 2010 e 2016. Tal lapso temporal abrange um período de crescimento econômico (2010 a 2014) e um período de crise e recessão (2014 a 2016), o que possibilita dimensionar os níveis de crescimento e retração do emprego ocorridos.

Durante os anos 2000, o mercado de trabalho, sobretudo o formal, expandiu-se significativamente em Rio Grande. A segunda década deste século intensificou os avanços ocorridos no emprego, conforme o gráfico 1, até 2014. Se, como referido anteriormente, o aumento do estoque de vínculos formais havia sido de 13,6% pós período de instalação do Polo Naval (2006-2010), entre 2010 e 2014, o crescimento do estoque atingiu 42,7%. A partir de 2010 tem início uma fase de intensa atividade no setor naval e que impacta a dinâmica econômica e empregatícia da cidade como um todo. O estoque que era de 39.859 vínculos formais em 2010 passou para 52.897, o que significa um aumento de 32,7% em apenas dois anos. Em 2013, o aumento foi de 6,5%, como estoque chegando a 56.354 vínculos e em 2014 há praticamente uma estabilização do emprego formal, com crescimento apenas de 0,9% (o que corresponde a 516 vínculos a mais do que no ano anterior).

Gráfico 1 – Evolução anual do estoque de empregos formais, vínculos ativos em 31/12, Rio Grande/RS, 2006 a 2016.

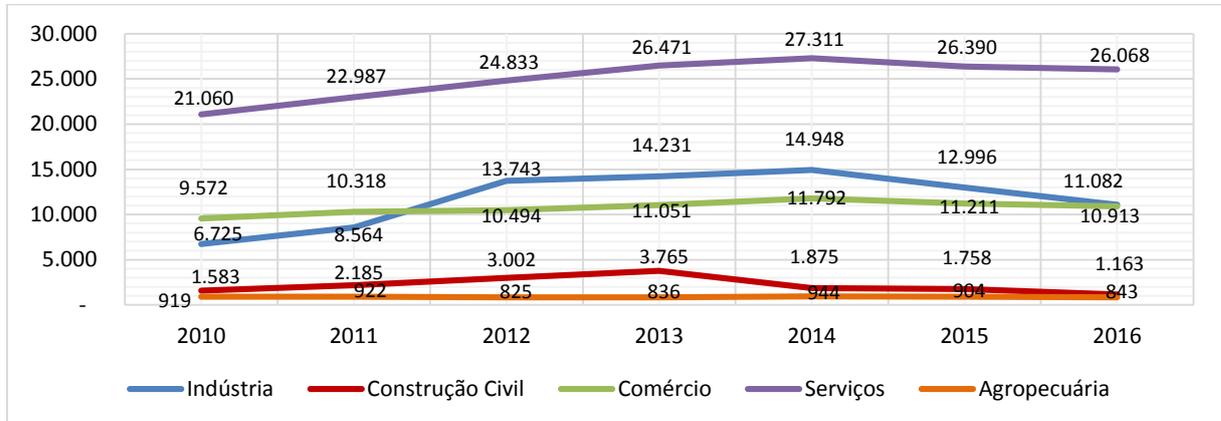


Fonte: RAIS/MTE

Observando-se a evolução desses estoques setorialmente, conforme o gráfico 2, constata-se que, a indústria, mesmo sendo somente o terceiro setor em termos de participação na composição total do estoque (ficando atrás de serviços e comércio), foi o setor que apresentou o maior crescimento em termos absolutos e relativos entre 2010 e 2014. Foram 8.223 vínculos a mais, um aumento de 122,3%, com o estoque passando de 6.725 para 14.948. Quando olha-se especificamente para o subsetor de construção de embarcações, nota-se que é deste subsetor que decorre boa parte do crescimento do emprego industrial: seu estoque passou de 517 para 7.479 vínculos no período, um aumento de mais de 1200%, o que expressa o impacto da expansão da indústria naval em Rio Grande.

Os setores de serviços e comércio também tiveram um aumento exponencial ao longo desses cinco anos, de 6.251 vínculos (29,7%) e 2.220 (23,2%), respectivamente. Até mesmo os setores que vinham oscilando ao longo do período, tiveram variação total positiva, de 292 vínculos (18,4%) na construção civil e 25 vínculos (2,7%) na agropecuária.

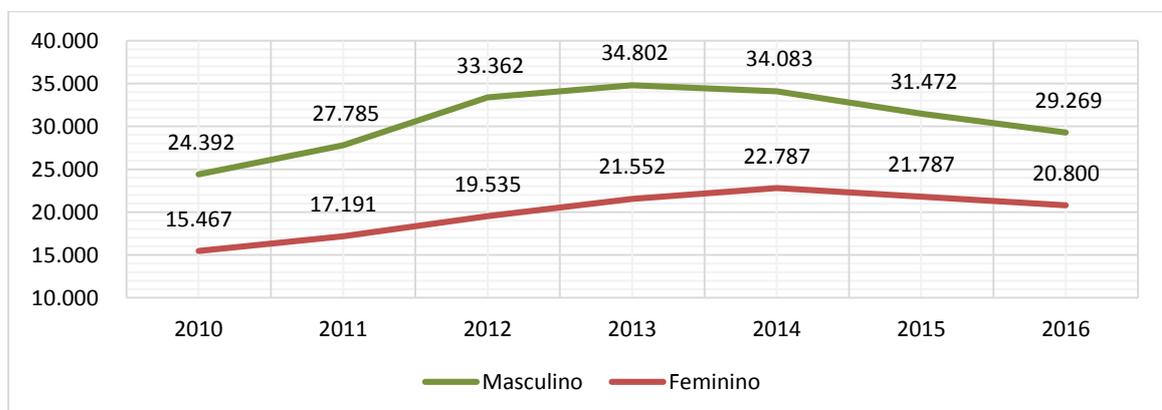
Gráfico 2 – Evolução anual do estoque setorial de empregos formais, vínculos ativos em 31/12, Rio Grande/RS, 2010 a 2016.



Fonte: RAIS/MTE

Quando se analisa a evolução dos estoques por sexo, observa-se que o estoque masculino teve um crescimento de 9.691 vínculos (39,7%) entre 2010 e 2014, passando de 24.392 vínculos para 34.083 e o estoque feminino um aumento de 7.320 vínculos (47,3%) no período, passando de 15.467 vínculos para 22.787. A participação masculina foi de 61,2% e a feminina de 38,8% em 2010. Em 2014, esta participação foi de 59,9% e 40,1%, respectivamente. Portanto, houve um aumento no período de 1,3% do peso das mulheres na composição do estoque.

Gráfico 3 – Evolução anual do estoque de empregos formais, por sexo, Rio Grande/RS, 2010 a 2016.



Fonte: RAIS/MTE.

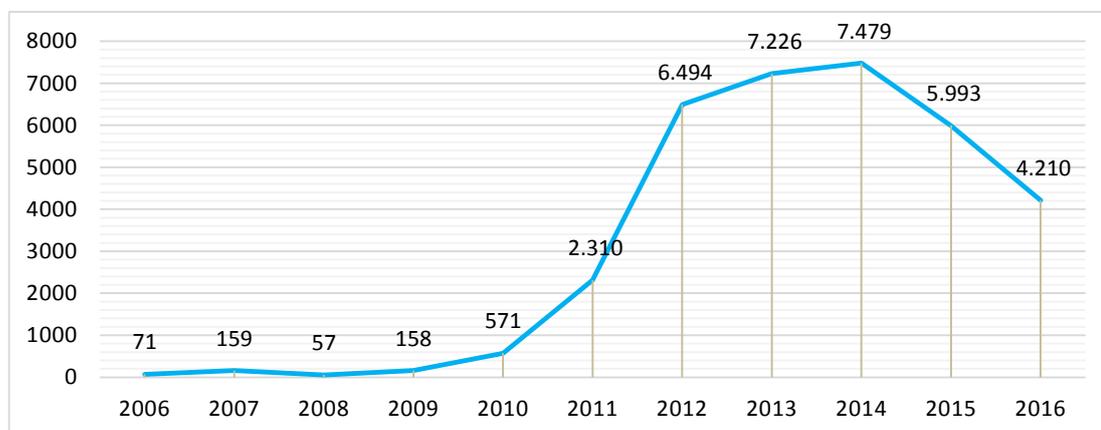
Em relação ao rendimento, em Rio Grande, no período de crescimento há também aumento da desigualdade salarial. Em 2010, o rendimento médio masculino era de R\$

1.943,76 e o das mulheres de R\$ 1.305,89, uma diferença de R\$ 637,86. O rendimento médio feminino, portanto, representava 67,2% do rendimento médio dos homens neste ano. Em 2014 há um aumento considerável do rendimento de ambos os sexos, no entanto cresce a desigualdade entre eles também. O rendimento médio masculino passou para R\$ 3.191,14 e o feminino para 1.986,26. Houve uma intensificação da diferença e o rendimento médio das mulheres passou a equivaler a 62,2% do rendimento médio dos homens.

O quadro de crescimento generalizado no município tem seu fim no ano de 2014. Com o início da crise econômica no país, os indicadores estatísticos passam a registrar queda dos níveis de emprego a partir de então. A recessão e a crise no emprego foi particularmente intensa na região sul do Rio Grande do Sul devido ao desmonte do setor naval. A realização da operação lava-jato, que atinge o esquema de corrupção na Petrobrás, provocou a suspensão dos projetos de construção de plataformas petrolíferas em diversos polos navais do Brasil, dentre eles o de Rio Grande. Nesse cenário, os dados da RAIS evidenciam que entre 2014 e 2016 houve a perda de 12% do estoque de empregos formais, o que significou 6.801 vínculos a menos. O estoque que era de 56.870 vínculos em 2014 passou, em 2016, para 50.069.

Setorialmente foi a indústria que sofreu o maior impacto, com a diminuição de 3.866 vínculos, o que representa uma diminuição de 25,9% do seu estoque. O estoque que em 2014 era de 14.948 vínculos formais passou para 11.082 em 2016. Desta perda de 3.866 vínculos, praticamente 85% ocorreu dentro do subsetor de construção de embarcações, pois este registrou sozinho a diminuição de 3.269 vínculos. O estoque da construção de embarcações era de 7.479 vínculos em 2014 e passou para 4.210 em 2016 (gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução anual do estoque de empregos formais no grupo construção de embarcações, vínculos ativos em 31/12, Rio Grande/RS, 2006 a 2016.



Fonte: RAIS/MTE

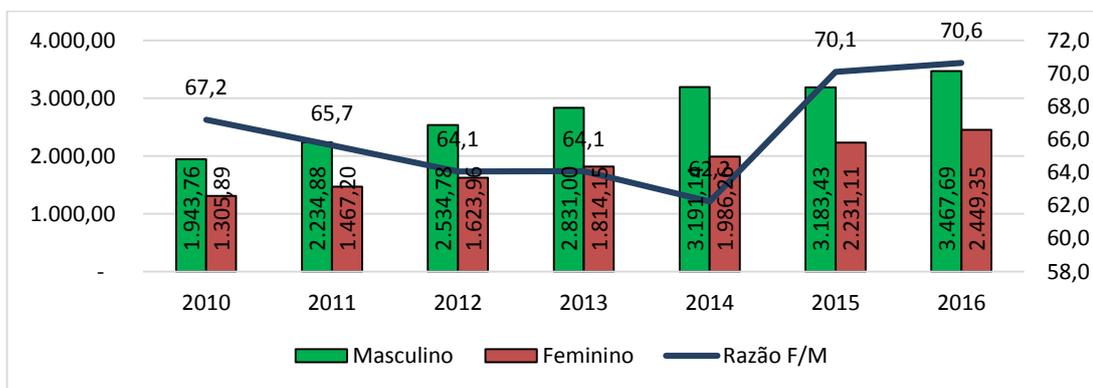
Os serviços tiveram perda de 1.243 vínculos formais (-4,6%) no período, com o estoque passando de 27.311 para 26.068 vínculos e o comércio perda de 879 vínculos (-7,5%), com o estoque indo de 11.792 em 2014 para 10.913 vínculos em 2016. A construção civil, com diminuição de 712 vínculos, apresentou o decréscimo relativo mais significativo (-38%), enquanto a agropecuária teve perda de 101 vínculos (-10,7%).

Em relação a composição do estoque por gênero nota-se que a perda de empregos afetou tanto os homens como as mulheres, ela foi maior entre os homens no período de 2014-2016. Em 2014, eram 34.083 vínculos masculinos no estoque e houve uma diminuição de 4.814 vínculos nestes dois anos, fazendo com que a quantidade de vínculos masculinos em 2016 fosse de 29.269 (-14,1%). Já entre as mulheres a diminuição foi de 1.987 vínculos (-3,5%), com o estoque feminino passando de 22.787 para 20.800.

Diante disto, a participação dos homens na composição do estoque diminuiu 1,5% em Rio Grande enquanto a das mulheres cresceu na mesma proporção, mas isso não foi o suficiente para modificar a situação das mulheres enquanto menos presentes no mercado de trabalho formal. O aumento da sua participação no estoque não decorreu de um crescimento dos vínculos feminino, pois estes também reduziram no período, sendo apenas consequência de uma maior perda de empregos entre os homens.

No que se refere aos rendimentos, conforme o Gráfico 5, o masculino passou de R\$ 3.191,14 em 2014 para R\$ 3.467,69 em 2016 enquanto o rendimento médio feminino foi de R\$ 1.986,26 para R\$ 2.449,35. Neste sentido, houve uma diminuição da diferença por gênero dos rendimentos no período de crise. O rendimento das mulheres, em 2014, representava 62,2% do rendimento dos homens, como já referido, e em 2016 passou a equivaler 70,6%.

Gráfico 5– Rendimento médio nominal dos vínculos empregatícios formais, por sexo, Rio Grande/RS, 2010 a 2016.



Fonte: RAIS/MTE

Cabe reforçar que os dados da RAIS compreendem o estoque total de vínculos empregatícios formais, os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e aqueles regidos pelo estatuto dos servidores públicos. Portanto, salienta-se que a diferença entre rendimentos médios mostra-se intensa mesmo com estes dados abrangendo os vínculos estatutários, que provavelmente amenizem tal diferença.

5. Considerações Finais

Os dados analisados evidenciam que o mercado de trabalho de Rio Grande acompanhou a tendência nacional de crescimento do emprego ocorrido até 2014. Tratando-se do emprego formal, nota-se que o crescimento verificado significa um aumento do universo de empregados com acesso e garantia de direitos, universo que historicamente no Brasil sempre foi bastante restrito. Essa evolução propiciou um processo de “desprecarização” do trabalho, ao menos no sentido de expansão do trabalho protegido pelo Estado. A contribuição do setor industrial, sobretudo da indústria naval, é inegável, tendo em vista que foi o setor que contou com maior expansão no período. Essa expansão se deu em decorrência da consolidação do Polo Naval de Rio Grande e foi mais intensa a medida que houve a ampliação das atividades executadas neste ambiente.

Trabalhadores de outras localidades do estado do Rio Grande do Sul e do país foram atraídos pelas oportunidades de emprego que este megaempreendimento gerou direta e indiretamente. Houveram investimentos em diversos setores, no comércio, na área de serviços, no ramo imobiliário, etc. A construção civil, apesar de contar com pouca participação na composição do estoque total de vínculos também foi um setor de aumento exponencial no período em decorrência da implantação de novos investimentos.

Neste trabalho buscou-se também apresentar alguns dados de estoque de vínculos formais a partir da desagregação por gênero. Notou-se que o período de crescimento e de melhoria de alguns indicadores não chegou a compreender melhorias no que se refere a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho de Rio Grande. No município, a participação masculina no estoque é superior a feminina e as mudanças ocorridas ao longo do período considerado são muito sutis, estando longe de evidenciar um equilíbrio do peso de ambos os gêneros na composição do estoque. Além disso, o que nos revela de maneira mais evidente uma dimensão de desigualdade entre os sexos são as diferenças salariais identificadas entre homens e mulheres ao longo dos anos. Mais mulheres passaram a compor o mercado de trabalho em Rio Grande, em termos absolutos e relativos, entre 2010 e 2014, mas a desigualdade salarial aumentou.

Assim, sem chegar a superar a elevada precariedade estrutural nem os altos níveis de desigualdades, o período de melhoria dos indicadores de mercado de trabalho foi interrompido por um novo cenário de crise, evidenciado pelos dados de 2014 a 2016. O município de Rio Grande, que foi positivamente afetado pelas políticas desenvolvimentistas num primeiro momento, também foi fortemente impactados com a crise instaurada no país e com o desmantelamento do Polo Naval. Este importante setor, depois de gerar um grande volume de empregos industriais em sua fase de expansão, foi responsável também pelo elevado desemprego na conjuntura recente de crise. A conjuntura atual vai na contramão do observado na primeira década dos anos 2000.

Enfim, os dados evidenciaram a perda de vínculos em todos os setores da economia, principalmente a partir de 2014. A diminuição do estoque foi muito intensa se tratando de um período de recessão de apenas dois anos. Como esperado, o setor que sofreu maior impacto foi o industrial, a perda de mais de 3 mil vínculos entre 2014 e 2016 foi quase em sua totalidade decorrente do subsetor de construção de embarcações. Salienta-se neste sentido a demissão em massa ocorrida por uma única empresa de construções oceânicas, responsável pelo Estaleiro Rio Grande, em dezembro de 2016. Contudo, nem mesmo a desprecarização no âmbito da ampliação do emprego formal se efetivou por muito tempo e atualmente o futuro da industrial naval, que afeta localmente Rio Grande, depende dos rumos políticos que o país irá tomar.

6. Referências Bibliográficas

BRAGA, R. Terra em transe - o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. SINGER, A; LOUREIRO, I (Org). **As Contradições do Lulismo: a que Ponto Chegamos?**, 1 Ed., São Paulo: Boitempo, 2016, p. 55-92.

CASTEL, R. **As transformações da questão social**. In: Belfiore-wanderley, M. et al. (Org.), **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 2000

FABRES, A. C. **Indústria Naval de Rio Grande: modelo de trabalhadores da base produtiva**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2014. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2013/01/TCC-CIENCIAASSOCIAISVERSAO-FINAL-13-MAR-2014.pdf>

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho. Crítica à razão econômica**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2002.

POCHMANN, M. Rumos da política do trabalho no Brasil. IN: SILVA E SILVA e IAZBECK (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Cortez; São Luis, MA, FAPEMA, 2008.

SINGER, A. **O lulismo em crise** – Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VARGAS, F. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, Aug. 2016, p. 313-331.
Cvex

VARGAS, F., FABRES, A. C. Mercado de Trabalho e Relações de Gênero em um Contexto de Desenvolvimento Regional: O Caso do Polo Naval de Rio Grande-RS. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 39, 2015. Anais... Caxambu-MG: 26 a 30 de outubro de 2015.



I Seminário Sociologia e Política - UFSC

Florianópolis - SC

GT 7 – Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro

Migração e Trabalho: o Debate Sobre os Refugiados Sírios no Brasil¹

Melissa Gabriela Lopes B. Coimbra²

¹ Este artigo foi elaborado com base na pesquisa de doutorado (em andamento) em Sociologia Política, na UFSC, intitulada: Refúgio, Trabalho e Esperança: um estudo sobre as trajetórias laborais dos sírios no Brasil, sob orientação da professora Dra. Maria Soledad Etcheverry Orchard.

² Possui Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É especialista em Educação, Sociedade e Cultura pela Universidade de Blumenau - SC (FURB) e Mestra em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é Doutoranda em Sociologia Política pela mesma Universidade. (Possui Bolsa CAPES) E-mail: melissagbarcellos@hotmail.com

Resumo:

Este artigo tem o objetivo de apresentar o debate e as reflexões sobre a presença dos refugiados sírios no Brasil a partir de 2011, levando em consideração a inserção laboral (Trajetórias), a integração no tecido social brasileiro, as redes de acolhimento, as principais conquistas e dificuldades encontradas por esse grupo. Pesquisamos teses, dissertações e artigos nos principais acervos digitais das universidades brasileiras, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no banco de dados da Scielo, nos sítios da Anpocs e da Sociedade Brasileira de Sociologia SBS, além de outros materiais produzidos em encontros e congressos das Ciências Sociais e Humanas. Mediante essa consulta, inferimos que a produção de pesquisas sobre a inserção laboral dos refugiados sírios no Brasil ainda é incipiente, apesar de a nacionalidade síria corresponder a 39% do total de refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) no território brasileiro.

Palavras-Chave: Inserção laboral; xenofobia; racismo; estado da arte.

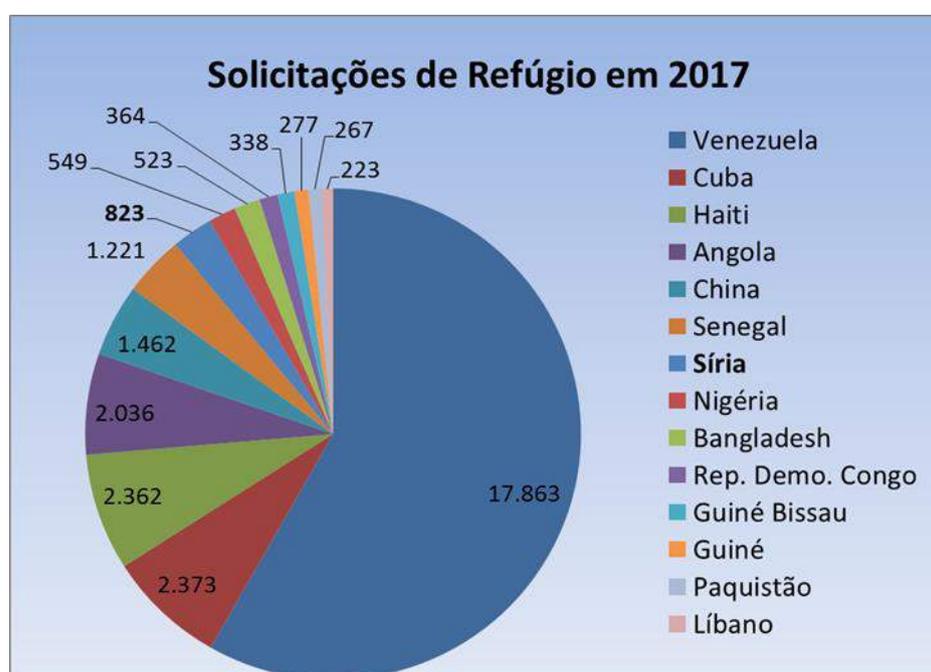
1. Introdução

Este artigo tem o objetivo de apresentar o estado atual do debate sobre presença dos refugiados sírios no Brasil, levando em consideração a sua integração no tecido social brasileiro, com destaque para a inserção laboral, para as redes de acolhimento e os principais percalços trilhados por esse grupo nessa trajetória. Como recurso metodológico, elaboramos um estudo bibliográfico sobre o atual estado das discussões produzidas nas universidades brasileiras em relação aos refugiados sírios no país. Entendemos que a migração constitui um “fato social total”, isto é, um fenômeno complexo que engloba todos os aspectos da existência dos migrantes. Conforme Abdelmalek Sayad (1998, p.15:16), o fenômeno migratório está inserido num “fato social completo”. Trata-se de um “itinerário epistemológico, que se dá no cruzamento das ciências sociais”. Assim, reforça Sayad, “falar da imigração é falar da sociedade como um todo”. Ou seja, partilhamos da argumentação que devemos estar atentos a uma multiplicidade de fatores para compreender a dinâmica desse processo.

A guerra da Síria perdura mais que a Segunda Guerra Mundial, em 2018, o conflito já completou sete anos. Conforme o Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), denominado “*Global Trends, Forced Displacement in 2017*”, 68,5 milhões de pessoas realizaram migrações forçadas (internas e externas) por conta de guerras e conflitos. Deste número, os refugiados somam 25,4 milhões. Na última contagem realizada

pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ, 2017), o total de refugiados reconhecidos no Brasil era de 10.1 mil, Já os pedidos de reconhecimento na condição refugiados em tramitação no Brasil somam 86 mil e no mundo 2,8 milhões. Portanto, no Brasil há muito mais solicitações de refúgio do que refúgios reconhecidos, enquanto no mundo essa relação se inverte, há muito mais refúgios reconhecidos do que solicitações de refúgio. Essa diferença decorre especialmente da vinda recente de venezuelanos e, conseqüentemente, da burocracia e da morosidade no reconhecimento dos novos refugiados no Brasil. Conforme o Gráfico 1 a seguir, a nacionalidade venezuelana representa mais da metade dos pedidos de refúgio no Brasil. Já a nacionalidade síria representa apenas 2,43% dos pedidos de refúgio.

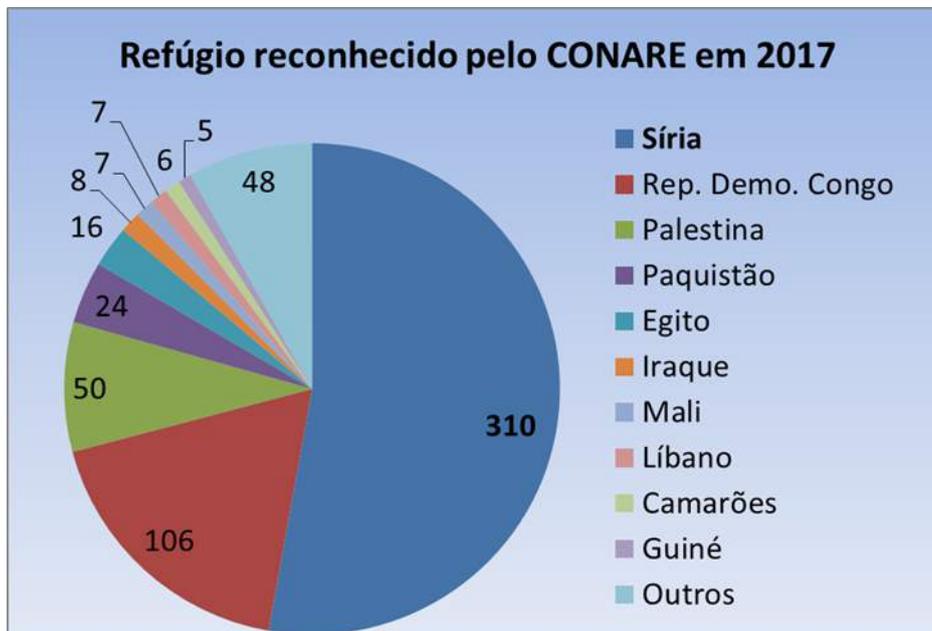
Gráfico 1



Fonte: (Secretaria Nacional de Justiça – SNJ - 2017). Elaboração própria.

No ano de 2017, a nacionalidade venezuelana encontrava-se em primeiro lugar em solicitação de reconhecimento de refúgio, seguida por Cuba, Haiti, Angola, China e Senegal. Em sétimo lugar vinha a Síria, com 823 pedidos. Embora os venezuelanos constituam a nacionalidade com a maior quantidade de solicitações de refúgio, a que possui o maior número de reconhecimento de refúgio é a dos sírios, tanto no Brasil (39%), quanto no mundo (31%). Vejamos o Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2



Fonte: (Secretaria Nacional de Justiça, 2017). Elaboração própria.

Dentre os pedidos de refúgio reconhecidos pelo Conare em 2017, a nacionalidade síria encontrava-se em primeiro lugar, com 310 refugiados reconhecidos, seguida pelos congoleses, palestinos, paquistaneses, egípcios, iraquianos, malineses, libaneses, camaronenses e guineenses. Observa-se que os venezuelanos e cubanos, as principais nacionalidades solicitantes de refúgio, não figuravam na relação de refúgios concedidos pelo Conare.

2. Metodologia: o “estado da arte” da produção acadêmica no Brasil

Nossa estratégia para construir esse “estado da arte” da produção acadêmica no país consistiu na investigação detalhada dos bancos de teses, dissertações e artigos nos principais acervos digitais das universidades brasileiras, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no banco de dados da Scielo, nos sítios da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), além de outros materiais produzidos em encontros e congressos das Ciências Sociais e Humanas. Mediante essa consulta, inferimos que a produção de pesquisas sobre a presença e inserção dos refugiados sírios no Brasil ainda é incipiente. Encontramos pesquisas que datam de 2012 até 2018. As palavras-chave que foram aplicadas na consulta foram: “refugiados sírios”, “refugiados sírios no Brasil”, “refugiados e redes”, “trajetórias laborais e refugiados”. Cabe

ressaltar que este tema não se encontra esgotado, pois se trata de situações sociais que estão acontecendo e que estão distantes de ainda terem um desfecho.

Verificamos um total de 26 publicações, sendo dez dissertações: USP (5), Unicamp (2), UFSC (1), PUC-SP (1) e UFES (1). Das três teses consultadas, duas são da UFSCAR e uma da Unicamp, sendo que duas delas se encontram em andamento. Entre os 13 artigos consultados, um foi encontrado no repositório da ANPOCS (41°), outro no sítio da SBS (18°), dois em repositórios de encontros “Encontro Regional Sul da História da Mídia” (15 e 17 de junho de 2016, Ponta Grossa - PR) e “Seminário Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas” (12 de abril de 2016 - SP) e os demais nas seguintes revistas: “Dignidade” (PUC-RJ), “Revista de Estudos Internacionais (REI)” (UEPB, Campina Grande - PB), “Revista Argumentum” (UNIMAR - SP), “Revista Diáspora: Oriente Médio e Norte da África” (Revista eletrônica- NEOM, PPGA/UFF), “Revista *Oikos*” (UFRJ) e “Projeto História: SP” (PUC-SP).

Considerando as áreas de publicação, temos o seguinte levantamento: áreas de Letras e Letras Orientais e Saúde Pública, com duas dissertações cada; áreas de Ciências Sociais, Administração, Serviço Social, Direito, Relações Internacionais, Demografia, Ciência Política, com uma dissertação cada; áreas de Letras (Estudos linguísticos), Demografia e Sociologia, com uma tese cada. Quanto aos artigos, os mesmos encontram-se nas respectivas áreas: Sociologia (4); Relações Internacionais (3); Jornalismo e Antropologia (2); Direito e Economia Política Internacional (1).

As pesquisas de mestrado e doutorado, assim como os artigos supracitados discutem, em âmbito geral, como são configuradas as redes (étnicas, sociais, religiosas e institucionais) de apoio aos refugiados (BARBOSA, 2017). Outros assuntos verificados foram: os processos de integração; o acolhimento e a inserção social dos refugiados na sociedade brasileira; os processos de adaptação à nova vida no Brasil; as políticas e acordos internacionais para os refugiados; as condições de vida da população imigrante e refugiada síria e as suas configurações familiares; a questão sobre novo contexto social, linguístico, cultural e político desses imigrantes (CALEGARI, 2014; CASTRO, 2016; PUCCI, 2017; SÃO BERNARDO, 2016; ANUNCIACÃO, 2017). Outras pesquisas trouxeram análises de gênero, trabalho e saúde; o cuidado da saúde bucal e corporal dos refugiados e exilados; a discussão da inserção laboral de mulheres imigrantes e refugiadas; itinerários e “modos de fazer a vida” de várias nacionalidades na cidade de São Paulo (WEINTRAUBI, 2012; ALVES, 2013; ANDRADE, 2013).

As metodologias aplicadas nas pesquisas, identificadas nas fontes consultadas, foram, em maior parte, as de tipo qualitativo, constituindo-se de estudos em fontes bibliográficas, documentais, etnográficas, observação participante, grupos focais, histórias de vida, aplicação de questionários, entrevistas em profundidade e semi-estruturadas.

3. Resultados e discussão

3.1 O caso Mohamed

Entre as informações coletadas nas fontes que consultamos, um caso nos chamou a atenção, o que nos permitiu refletir sobre as questões que nos interessavam na nossa pesquisa, isto é, as estratégias, percalços e possibilidades de inserção social, com destaque para a questão laboral e redes de acolhimento. Trata-se do caso de Mohamed, um refugiado sírio que atua no mercado de alimentos na cidade do Rio de Janeiro. No dia 03 de agosto de 2017, um brasileiro que não foi identificado verbalizou as seguintes palavras: “saia do meu país! Eu sou brasileiro e estou vendo o meu país ser invadido por esses homens-bomba miseráveis, que mataram crianças, adolescentes. São miseráveis, vamos expulsar ele!” Disse o homem. Mohamed sofreu agressão de um trabalhador ambulante, que carregava um bastão na mão. O homem que o agrediu chamou-o de “homem bomba”, desferindo golpes em seu carrinho de esfirras, de forma exaltada e fora de si. O caso gerou grande repercussão midiática³.

No dia 12 de agosto, várias pessoas organizaram um ato de solidariedade para comprar as esfirras de Mohamed, tanto que o mesmo necessitou da ajuda de alguns compatriotas para atender a fila. O ato, organizado pelas redes sociais, foi denominado “esfirraço”, e contou com a participação de pessoas que se deslocaram de bairros diferentes da cidade do Rio de Janeiro. Além do ato, também foi feita uma arrecadação de fundos para Mohamed adquirir um “food truck”, que era um de seus sonhos, segundo fontes locais. No mesmo dia, outro ato foi organizado na capital carioca, por um grupo de aproximadamente 20 pessoas que protestavam contra os muçulmanos. Os manifestantes carregavam cartazes com os seguintes dizeres: “muçulmanos assassinos, sequestradores, estupradores”, “diga não à pedofilia, diga não ao islamismo”, “meu Deus não é pedófilo”.⁴

³ Cariocas se mobilizam em defesa do Sírio, vítima de xenofobia no Rio. Disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-08/cariocas-se-mobilizam-em-defesa-de-sirio-vitima-de-xenofobia-no-rio>. Acesso em 18/12/2017.

⁴ Esfirraço: caso Mohamed Ali. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/418-empregadores-tem-preconceito-e-pouca-abertura-a-refugiados>. Acesso em 18/04/2018.

No bojo dessa problemática, a Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul - Países Árabes e África (BibliAspa), produziu um curta intitulado “Brasil Cordial: Corações e Refúgios”, em que foram apresentados depoimentos de refugiados de várias nacionalidades, como sírios, palestinos, senegaleses, congolese e bolivianos. As pessoas relataram situações discriminatórias em entrevistas de emprego no Brasil. Um refugiado sírio apresentou o seguinte relato: “(...) ao saber que se trata de um refugiado ou imigrante é recorrente que o entrevistador dispense a pessoa, pois há dificuldade de abrir conta no banco, de validar diploma e de ser tratado dignamente” (FARAH, 2017, p.15).

Os fatos acima elencados demonstram que a sociedade brasileira reage de forma diversa: alguns solidários, outros hostis aos refugiados. Trata-se de xenofobia quando o ódio é dirigido à nacionalidade síria e de racismo quando o ódio é dirigido ao povo árabe. Guimarães (1999, p.37) observa que o racismo no Brasil é tido como um tabu, porque “(...) de fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial”. O Brasil constitui-se pela sua diversidade étnica, propiciada pelo encontro muitas vezes conflituoso entre indígenas, colonizadores portugueses e povos africanos submetidos ao trabalho escravo durante o processo de colonização. Este processo de diversificação étnica na formação do povo brasileiro se intensificou com as ondas de imigrações (principalmente europeias) incentivadas pelo governo brasileiro entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Entretanto, como observam Simai & Baeninger (2011, p.2), “este fato histórico foi elaborado em um discurso de justificativa e levou à construção do mito de receptividade que trabalha para negar a presença da xenofobia na sociedade”. Não obstante, a pauta do racismo, assim como a da xenofobia, encontra-se em ascensão nacional e internacionalmente. Não é raro também, em muitas sociedades, o qual “o corpo estrangeiro” é tido como uma ameaça à nação, e que estes só seriam “reconhecidos” pelo seu estatuto jurídico e não como cidadãos (TIJOUX & RETAMALES, 2015, p. 136). A partir do ato de agressão ao refugiado sírio, nos perguntamos: exceto o caso heroico de Mohamed - atacado e depois contemplado por uma rede de ajuda formada de maneira repentina na internet - como é o dia a dia dos demais refugiados sírios que já se encontram e chegam ao Brasil? Frente a esse cenário de amplitude multidimensional, destacamos a relevância sociológica das pesquisas teóricas e empíricas sobre a inserção laboral e as relações sociais dos refugiados sírios no Brasil, partindo do pressuposto que estas relações também são permeadas por atos discriminatórios de racismo e xenofobia.

3.2. Migração forçada e refúgio

Nossa preocupação de estudo é sobre um tipo específico de deslocamento, a migração forçada, que caracteriza a migração dos refugiados. Conforme Jubilut e Apolinário (2010), os processos migratórios são classificados em dois aspectos: as migrações voluntárias e as migrações forçadas. As migrações voluntárias decorrem de uma decisão individual de uma pessoa, motivada pela busca de melhores condições sociais e de vida, para si e para a sua família. Já as migrações forçadas ocorrem por motivações diversas, na qual os indivíduos se encontram em situações distintas, como o temor da guerra, de uma catástrofe natural ou da fome. Patarra (2006, p. 9) aponta para a diversidade de fatores que motivam as migrações internacionais na contemporaneidade. Trata-se de um fenômeno social multifacetado. Em termos teórico-conceituais, são “(...) diversas e complexas as interligações de instâncias sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais, envolvendo movimentos de pessoas que cruzam fronteiras de um Estado-nação”.

Baeninger (2017, p.87) fala em “migração transnacional de refúgio”. Esta temática se encontra no escopo das discussões sobre “crise migratória” porque lida com as questões sobre o Estado e as políticas migratórias advindas destes. Patarra (2005, p 24.) considera necessária a construção de uma agenda de luta de organismos internacionais como a ONU, através do ACNUR, na garantia dos direitos humanos às populações que imigram no território brasileiro. Tais organizações também teriam a função de promover debates em torno do papel político e social dos Estados Nacionais, em relação à distribuição e ocupação da população nas sociedades receptoras, muitas delas marcadas pela exclusão social. Por sua vez, Lima (2017, p. 198) observa que é necessário “institucionalizar” os mecanismos de proteção, respondendo às especificidades dos grupos étnicos na condição de refugiados, a fim de construir estratégias políticas e de acolhimento por parte do governo e das instituições que fazem parte da sociedade civil.

3.3. A dimensão do trabalho

Entendemos que a dimensão do trabalho é central na constituição das identidades pessoais e sociais (CASTEL, 1990; DUBAR, 1998; 2005). As representações sociais que os imigrantes elaboram no seu percurso laboral e na sua integração na sociedade brasileira são recursos teóricos e metodológicos importantes para registrar seus próprios testemunhos,

valorizando dessa forma o valor atribuído à reflexividade dos agentes na criação de estratégias diante das pressões estruturais (GIDDENS, 2003). Assim, dá-se a importância de contextualizar os percursos sociais e individuais nas atuais condições do capitalismo global e da reestruturação produtiva, com todas as restrições e exigências que isso traz para o mundo do trabalho, como a precarização, a flexibilização, a terceirização, o auto-emprego e o desemprego (ANTUNES, 1997; CASTELLS, 1999; RAMALHO, 2000; BRAGA, 2017).

No Brasil, após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer passou a realizar os ajustes fiscais afetando diretamente à classe trabalhadora. As medidas de austeridade, as reformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização e a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, têm contribuído para o aprofundamento da crise. Em maio de 2018, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a taxa de desemprego era de 12,2%.⁵ Como observa Lopes (2015, p. 224), “a entrada de imigrantes pode ser vista como um fato que venha a desestabilizar o mercado de trabalho e o precário equilíbrio do Estado Social e, por isso, até mesmo sem pretender adotar uma perspectiva a priori excludente, pode novamente a atuação dos bem-intencionados voltar-se contra a ‘imigração’”. Sobre esta questão apontada por Lopes, podemos mencionar os recentes acontecimentos acerca da agressão e expulsão dos venezuelanos em Roraima por brasileiros da cidade de Pacaraima. Casos como este, de extrema hostilidade e xenofobia, podem se intensificar em épocas de crise social e econômica. Conforme os dados do Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCRE) (Baeninger, 2017, et.al., p.89), 1230 sírios imigraram para o Brasil entre 2000 e 2015, sendo 912 homens e 318 mulheres. Baeninger destaca que 64% das mulheres sírias imigrantes se encontravam em idade reprodutiva. Nesse mesmo período, de um total de 930 imigrantes sírios em idade laboral (população economicamente ativa), 239 encontravam-se sem ocupação e 162 em ocupação não identificada. Portanto, 42% dos imigrantes sírios estavam sem ocupação ou em ocupações precárias. Este perfil etário ilustra um grande contingente de mulheres sírias em idade reprodutiva, o que reforça a necessidade de políticas públicas e sociais na área da saúde, educação e trabalho. Há evidências de que os imigrantes sírios possuem um nível de escolaridade superior ao de outros imigrantes, como por exemplo, os refugiados do continente africano. Não obstante, esse maior credenciamento escolar, uma parcela dos imigrantes sírios com ensino superior entraram no mercado de alimentos, se

⁵ Taxa de desocupação PNAD Contínua. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20150-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro.html>. Acesso em 18/04/2018.

tornando proprietários de restaurantes de comida árabe. Essa realidade ocorre também pela dificuldade e morosidade no processo de revalidação dos diplomas no Brasil (BAENINGER, *Ibid.*, p. 91; CALEGARI, 2015).

4. Conclusão

Após a consulta aos repositórios das universidades brasileiras é legítimo argumentar que a produção bibliográfica sobre a temática dos refugiados sírios no Brasil deve ser ampliada, tendo por foco investigações que abordem as condições de integração no tecido social brasileiro, identificando suas estratégias de sobrevivência, sobretudo os itinerários seguidos de inserção laboral. Ainda, nesse percurso investigativo, um tema que deve também ser alvo de novas pesquisas é o do racismo e xenofobia, dando maior visibilidade a essas situações que aparecem através das relações de convivência na sociedade brasileira. Trata-se, afinal, de construir um olhar sobre o Brasil, criando uma perspectiva sobre quais valores ganham maior comparecimento nas trajetórias vivenciadas pelos refugiados em questão, os de acolhimento e tolerância ou de exclusão e intolerância.

5. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. São Paulo, Boitempo, 1997.

ALVES, J, S. **Sorrisos em Trânsito**: modos de fazer a vida e praticar cuidado com o corpo e com a saúde refugiados exilados na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, USP, 2013.

ANDRADE, M. **Mulheres Refugiadas e o Mercado de Trabalho**: um Estudo no Município de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 187 p., 2013.

ANUNCIÇÃO, R, F, M. **Somos mais que isso**: práticas de (re) existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – SP - Instituto de Estudos da Linguagem. – UNICAMP, 2017.

BRAGA, Ruy. **A Rebelião do Precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

CALEGARI, M. S. **Felicidade Clandestina**: refúgio e família no Brasil. Dissertação. (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, SP, 128 p., 2014.

_____, Marília. **Refugiados sírios no Brasil**: notas de pesquisa. In: IX Encontro Nacional sobre Migrações, 2015, Campinas. IX Encontro Nacional sobre Migrações.

BAENINGER, Rosana. **Migrações Transnacionais de Refúgio**: a imigração síria no Brasil no século XXI. Fluxos Migratórios e Refugiados na atualidade - NEPO – UNICAMP, 2017.

BARBOSA, R, F. **Vidas Refugiadas**: integração de sírios ortodoxos no Rio de Janeiro. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas e Naturais – Universidade Federal do Espírito Santo. ES, 114 p, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, A, A. *As-salamualaykum!* Compreendendo o sistema de atividade de acolhimento, inserção e adaptação dos refugiados sírios ao Brasil. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós- Graduação em Administração, 98 p., 2016.

DUBAR, Claude. **Trajétórias sociais e formas identitárias**: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Educ. Soc., Campinas, v. 19, n. 62, p. 13-30, abr. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-14/06/18. Acesso em 14/06/18.

_____, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARAH, Paulo Daniel. **Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância**. Revista USP São Paulo. n. 114. p. 11-30 – Setembro – 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Elementos da teoria da estruturação**. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 01-46.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINARIO, Silvia Menicucci. O. S. **A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração**. Rev. direito GV, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, June 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-13/06/2018>. Acesso em 13/06/2018.

WEINTRAUBI, A, C, M. **Itinerários percorridos por mulheres migrantes estrangeiras na cidade de São Paulo**: modos de fazer a vida. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo – USP, 2012.

LIMA, João Brígido Bezerra. Et al. **Refúgio no Brasil**: caracterização dos Perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: IPEA, 2017.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho**. In. Migrações e trabalho. Orgs: Erlan José Peixoto do Prado, Renata Coelho – Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

RAMALHO, José Ricardo. **Trabalho e sindicato**: posições em debate na sociologia hoje. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 00, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582000000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14/06/2018.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo**: volumes, fluxos, significados e política. São Paulo em Perspectiva, V. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

_____, Neide Lopes. **Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais**. Estud. av., São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, Aug. 2006. .Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103- Acesso em 13/06/2018.

PUCCI, Fábio Martinez Serrano. **A Integração dos Refugiados Sírios em São Paulo**. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF).

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo. Editora. Universidade de São Paulo - Edusp, 1998.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Refúgio em números 3º Edição. Ministério da Justiça, 2017.

SÃO BERNARDO, M, A. **Português como língua de acolhimento e pessoas em situação de refúgio no Brasil**. Tese de Doutorado. Centro de Educação e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, 206 p., 2016.

SIMAI, Szilvia & BAENINGER, Rosana. *The national myth of receptivity in Brazil*. Disponível em: <http://ejournals.library.vanderbilt.edu/index.php/ameriquests/article/view/245/1338>, 2011.

TIJOUX, Maria Emilia, RETAMALES, Hugo Sir. *Trayectorias Laborales de Inmigrantes Peruanos en Santiago*. El Origen de Excepción y la persistencia del “lugar aparte”. Latin American Research Review, Vol. 50, No. 2. © 2015 by the Latin American Studies Association.

Cariocas se mobilizam em defesa do Sírio, vítima de xenofobia no Rio. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/cariocas-se-mobilizam-em-defesa-de-sirio-vitima-de-xenofobia-no-rio>. Acesso em 18/12/2017.

Esfirraço: caso Mohamed Ali. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/418-empregadores-tem-preconceito-e-pouca-abertura-a-refugiados>. Acesso em 18/04/2018.

Global Trends, Forced Displacement in 2017. Disponível em: <http://www.unhcr.org/globaltrends2017/>. Acesso em 30/08/2018.

Taxa de desocupação PNAD Contínua. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20150-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro.html>. Acesso em 18/04/2018.

ERRATA

**TRABALHOS COMPLETOS
COMPLEMENTARES:**

GT 4 - GT 5 - GT 6



**A ideia de Estado no pensamento sociológico de Karl Marx, Emile
Durkheim e Max Weber**

Julio Marinho Ferreira¹

G-T 4 TEORIA SOCIOLOGICA

Pelotas, setembro de 2018

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas. Email: juliomarferre@hotmail.com



Introdução

Ao falarmos sobre o conceito “Estado”, nos vemos frente a inúmeras possibilidades teóricas, que podem remeter ao pensamento filosófico ou ao pensamento político, no entanto, aqui nos propomos a discutir o pensamento sociológico sobre a formação do Estado moderno pelo prisma de três dos clássicos da Sociologia: Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber.

A sociologia em seus passos iniciais enquanto disciplina de conhecimento, no século XIX, possibilitava uma visão de Estado, podemos dizer um tanto aberta, muito em função de sua herança teórico/economicista, no entanto, devido a prefiguração de algumas nações que surgiam há pouco tempo, como Itália e Alemanha, e outras fragilizadas por golpes de Estado, como a França da Terceira Republica, podemos enxergar esse problema teórico de delimitação de um Estado moderno como enraizado no próprio cerne dessa disciplina.

O capitalismo e seus desdobramentos progressistas a partir da Revolução Industrial, que mudaram a percepção social do trabalho e da individualidade, trazendo possibilidades reivindicatórias para uma sociedade em mutação, junto com a afirmação de uma noção de Estado como um espaço de ação, de uma coletividade e de reconhecimento de agentes sociais, foi o que apareceu nos estudos iniciais de sociologia, isso já no final do século XIX. Com isso, deixando um caminho em aberto para os teóricos do período.

A perspectiva sociológica, e política, de Estado do século XIX estava carregado de alternativas, sejam elas inicialmente de caráter positivistas ou cientificistas para depois agregarem outras possibilidades de discussão, tendo em vista, que a sociologia ainda de mostrava como um embrião teórico. Dessa forma, se torna complicado fazer um revisionismo de todas as teorias sociais acerca do que seria o Estado, e são inúmeras, o que nos coloca frente aos três principais teóricos da sociologia, sendo dois deles figuras alemãs e um francês, que carregavam os problemas, e a filosofia, de seus locais de nascimento dentro de seus escritos.

Nesse sentido, cumpre apresentarmos a visão da sociologia clássica de Marx, Durkheim e Weber para essa ideia de Estado, cada qual com suas peculiaridades



teóricas, que tanto influenciaram o pensamento social ao longo do século XX, chegando até os nossos dias, como um objeto de estudo e de problematização.

O Estado em Karl Marx: espaço burguês de dominação

O pensamento social de Karl Marx, podemos pensar, se volta mais para o econômico do que para o “social em si”, suas ideias partem de analisar os desdobramentos capitalistas e como os mesmos influenciam as sociedades, isso através do que ele cunhou como “o motor da história”, ou seja, a luta de classes.

A luta de classes, entre burgueses e proletários, só pôde tomar corpo dentro de uma ideia de Estado, que representava, acima de tudo, o ideal das classes dominantes, os burgueses detentores dos modos de produção que influenciavam a máquina social com seu poder sobre os proletários.

Marx, em sua juventude, foi um estudante das teorias do filósofo alemão Georg Hegel (1770-1831), na qual surge e figura do Estado como realização da razão e do espírito (*Geist*), sendo dessa forma, uma classe geral. Esse Estado hegeliano, no qual podemos perceber um favorecimento e predileção pela burguesia prussiana, seria o espaço para o reconhecimento, já que nada estaria acima dele, com isso promovendo uma ampla coletividade.

Marx, diferente de Hegel, percebeu o Estado como um ente capitalista e não como uma teoria em si, nos levando a perceber que o aparato estatal só poderia emergir dos meios de produção, que estariam nas mãos de uma elite burguesa e capitalista. Em Hegel o Estado seria um ente eterno, já em Marx seria algo histórico e material, ou seja, criado por condições de dominação social.

O Estado não seria o responsável por moldar a sociedade, como em Hegel, mas o oposto, seria a sociedade quem moldaria o Estado, ou melhor, o Estado é um instrumento dentro de uma lógica de dominação de classes presente em um modelo de sociedade capitalista.

Na obra “18 de Brumário de Luís Bonaparte”, lançada em 1852, no entanto escrita uns anos antes, vemos Marx junto de seu parceiro de escrita e ideias Engels, propondo um debate sobre o golpe de Estado perpetuado por Luís Bonaparte em 1851,



tanto como suas raízes e como seria algo inevitável em um modelo de sociedade capitalista e burguesa.

Ao longo desse trabalho são descritas etapas de um ensaio de golpe, que segundo os dois, pareceria inevitável devido a infiltração burguesas nos grupos revolucionários de esquerda do período, como a famosa Comuna de Paris. Além disso, surge o problema do Estado, em como o mesmo tenderia a sempre se tornar um mecanismo de imposição burguesas para sobre a classe trabalhadora, ou proletariado.

A noção de Estado, que Marx via como uma representação de uma ordem burguesa de dominação, tinha no modo de produção, como um conceito e não como objeto concreto, precisava de um objeto real e complexo para ser usado como análise, nisso surge a França de Luís Bonaparte como um exemplo temporal de análise.

O exemplo de Paris/1851, contexto de onde parte a discussão de Marx, na qual os revolucionários frente a um golpe em prol de um Estado se viram novamente enganados, antes por uma pequena-burguesia falida (como em 1848), e com Luís Bonaparte, que depois foi chamado Napoleão III, dentro da Segunda República Francesa, de caráter extremamente liberal e depois transformada em Segundo Império Francês (1852-1870).

Na obra acima mencionada, Marx fez uma cronologia desde 1848 até o fatídico golpe de 1851, em que podemos perceber a tradicional e conhecida discussão marxiana sobre uma evolução cíclica de uma ordem de dominação, seja pelo papel desempenhado pelas comunidades até a transformação em um Estado burguês, na qual podemos perceber o choque de uma superestrutura sobre uma infraestrutura.

Como percebemos, o Estado surge de interesses presentes na contradição entre o que os indivíduos buscam e o que seria o interesse comum, podendo ser muitos, e o exemplo do golpe transformado em República e depois Império, o que difere do Estado ideal de Hegel, que o via algo já dado, algo voltado ao bem de um coletivo.

Na figura central de um Estado autoritário houve uma latente necessidade de manipulação das massas, pela burguesia, que como percebeu Marx, precisava de formas de legitimação de um poder que poderia deixar de existir, e a aceitação de Luís Bonaparte seria apenas mais um dos sintomas. Como percebido no prefácio a edição brasileira, escrito por Herbert Marcuse, “A sociedade capitalista precisava incluir as



massas nos âmbitos econômicos e políticos para inclusive até governar” (MARCUSE, 2011).

Na teoria de Marx acerca das relações estruturais, o homem, e apenas ele, é o produtor de sua vida material, e nesse sentido, o papel do Estado seria o de ligar as organizações políticas, sociais e de produção ao aparato de dominação dos meios de produção. Além disso, o Estado seria o principal mecanismo produtor e disseminador de uma ideologia, ou seja, as ideias dominantes representam a expressão ideal das relações materiais dominantes.

Em suma, nas lutas de classes na França do 18 de Brumário, podemos enxergar no proletariado, ou nos camponeses em si, os caminhos e as formas de ação para o desmanche de um Estado burguês, ou seja, os potenciais agentes. Com isso, o golpe de Estado de Luís Bonaparte (Napoleão III) foi o exemplo desse aparato burguês de dominação, que deveria ser suprimido por um levante popular, sendo esse o teor dessa obra específica, escrita por Marx e Engels, sendo até hoje influente nos estudos de Estado, tanto na esfera sociológica quanto política e filosófica.

O Estado e a ordem social em Emile Durkheim

Como uma figura do século XIX, Emile Durkheim via com bons olhos o progresso, como uma forma de curar as sociedades do que ele chamou de anomia – uma falta de regra moral que conduzia às sociedades ao caos – e que dessa forma se poderia ter a chamada solidariedade orgânica, uma forma sublimada de uma sociedade em harmonia ou coesão.

No seu trabalho clássico, “Da Divisão do Trabalho Social”, escrito em 1893, Emile Durkheim, nos apresenta em outros conceitos, a sua acepção de Estado, principalmente como local de uma coletividade, de um órgão na qual os indivíduos deveriam sentir-se inclusos.

Nesse trabalho, Durkheim estava preocupado com a manutenção da ordem social, e como a burguesia deveria proceder – visto que para o sociólogo francês a burguesia era percebida com “bons olhos”. O mundo social de Durkheim estava em



crise², e com isso em mente, procurar através dessa obra formular hipóteses para evitar a desintegração social ou sua transformação.

Durkheim percebeu que havia uma “crise moral” na França, pela falta de instituições sociais capazes de estabelecer regras adequadas à nova sociedade industrial. O mundo moderno, capitalista, era caracterizado pelo enfraquecimento de instituições integradoras, como a religião e a família, visto haver uma nova forma de interação (ou relação) surgida (e dada) mediante o trabalho. Dessa forma, era necessário buscar novos valores que orientassem o comportamento dos indivíduos até a ordem social.

Para Durkheim, o trabalho ocupava um lugar central para reestabelecer a moralidade e a solidariedade necessária para que houvesse a coesão social. Temos a solidariedade mecânica, característica das civilizações “primitivas”, nas quais não haveriam divisão do trabalho, onde o trabalho era separado pela divisão sexual de tarefas, onde haveriam similitudes de ações não complexas, podendo ser identificadas por crenças e sentimentos em comum. Já nas sociedades mais “avançadas”, na fase moderna da humanidade, segundo Durkheim, surge uma divisão social do trabalho, o que diferenciaria os indivíduos, fazendo com que os quais soubessem de suas tarefas, e dessa forma, promovendo uma interdependência, que faria o papel de agente de coesão, de harmonia social, através do conhecimento de suas funções no corpo da sociedade.

A sociedade seria um corpo vivo, um organismo, cuja as partes – cada instituição e cada indivíduo – cumprem papéis determinados e existem em função de um todo, de um coletivo. O Estado seria uma instituição que deveria zelar pela moral, pela harmonia e pelo cumprimento de tarefas.

O Estado moderno cumpre uma dupla função:

- a) Absorve e nacionaliza funções que antes eram preenchidas por outras instancias (associação, parentesco, etc.), o que torna possível o nascimento e desenvolvimento de uma burocracia;
- b) Um instrumento de emancipação em relação às obrigações de fidelidade local (a começar pela Igreja). (p.213).

² A chamada III República, que foi um regime republicano que se estendeu de 1870 a 1940, tendo sido derrubada pela invasão nazista na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).



Além disso, podemos perceber nessas ideias de Durkheim uma latente oposição ao pensamento liberal, visto que o Estado deve “convocar progressivamente o indivíduo à existência moral”. Um Estado forte pode (e deve) colocar-se ao serviço do indivíduo, ser um guia moral, nisso surge a necessidade de fortalecimento dos vínculos sociais.

As formas e os determinantes do vínculo social, podem ser percebidas através dessa obra inicial de Durkheim, que era ainda um pensador que trazia influências positivistas em seu trabalho, sendo um funcionalista-positivista. Nisso, na obra de Durkheim, o Estado se apresentava como um ente problemático, que deveria ser alvo de uma melhoria. Com essa noção de Estado, Durkheim tenderia a ver no capitalismo um meio de unir, de produzir harmonia (coesão), nisso podemos notar uma oposição a visão marxista de capitalismo, em que, podemos observar, seria carregada de pessimismo. O Estado em Marx é um aparelho de dominação a serviço de uma classe que precisa manter o poder, a todo custo.

O Estado *durkheimiano* deveria se aliar a ideia de progresso, presente no capitalismo, para assim, ter uma melhor divisão de tarefas. Nisso podemos notar, um liame teórico que o levam a mudar o rumo de sua problemática inicial para definir a sociedade não como uma máquina de produzir coercitividade, ou opressão, mas como um organismo que transcende os indivíduos e que, à maneira religiosa, eles deveriam adorar como um deus (p.217). Com isso, o capitalismo a serviço de um Estado só tenderia a ser benéfico.

O Estado em Max Weber: dominação e ação política

O sociólogo alemão Max Weber, como uma figura do pensamento sociológico é conhecido por diferir das proposições teóricas de Marx e de Durkheim, em que esses últimos percebiam no coletivo o objeto social reivindicador, só que em Weber, temos o oposto, é no indivíduo que percebemos o agente de reivindicação, no caso, de uma ação social e isso é uma chave para entendermos sua noção de Estado.

Para Weber, o Estado, ou melhor o Estado na forma racional é um produto do ocidente, oriundo de uma luta constante por poder, por uma busca de dominação de uma classe burguesa capitalista, nesse sentido, surge a necessidade de Weber trazer contrapontos para uma melhor elucidação do que seria esse Estado, nesse sentido, temos



o exemplo da formação de Estado chinesa e de seus monarcas que seriam diferentes dos monarcas/burgueses ocidentais.

No Estado chinês, haveria atividades mais voltadas ao humanismo, em contrapartida, no ocidente temos atitudes mais racionais, tendo o capitalismo como finalidade. O aspecto central desse Estado ocidental seria o direito, desde sua origem romana até a alvorada da modernidade capitalista, na qual vimos surgiu uma espécie de aliança entre o Estado e uma jurisprudência formal, que dessa maneira, irá favorecer o capitalismo.

As cidades, na concepção de Weber, desempenharam um papel fundamental no surgimento dos Estados modernos³, desde a Idade Média até o período da formação das ricas Cidades-Estados da península itálica, no entanto, um germe dessa ideia de racionalidade estatal pôde ser percebida na Inglaterra do século XIV, na qual Adam Smith percebeu a origem do que ele chamou de mercantilismo (WEBER, 2007).

O mercantilismo seria a transferência de um empreendimento capitalista para uma área política, surgindo uma forma de eterna enganação, na qual, uma economia voltada ao exterior seria composta de empresários, que os Estados dependiam, que tinham como objetivo passar para trás os concorrentes, ao comprar mais barato e vender cada vez mais caro. Como percebe Weber, a Inglaterra é o berço desse sistema mercantilista, e com isso, seria o primeiro país legitimamente capitalista, tendo uma “máquina” operacional para suste-la, ou seja, a aliança entre empresários e o próprio Estado enquanto embrião capitalista.

Dentro da sociologia, uma associação entre política e Estado deve ser entendida como uma forma de coação física sobre os indivíduos que os compõem, isso dentro de um território, que faria com que um monopólio do uso dessa coação surja. A política é uma distribuição de poder, acima de tudo, que faz com todos possam participar desse tipo específico de poder.

O Estado, por sua vez, é uma relação de dominação calcada na força, ou coação legítima, sendo que para que essa coação exista, é necessário que os indivíduos a

³ Torna-se relevante mencionarmos a palavra alemã *Stadt*, que significa tanto Estado quanto cidade.



reconheçam como autoridade em sua forma estatal. Isso podemos reconhecer no empreendimento de dominação como administração.

Weber percebe que a dominação não seria exercida de fato pelos monarcas nem pelos discursos de parlamentares, e sim pelo cotidiano representado pelos órgãos administrativos, no que ele próprio chamou: “de batalhas de escritório”, protagonizadas pelo funcionalismo (WEBER, 2007).

A dominação, para funcionar, requer uma justiça e uma administração que a reja da melhor forma, e essa forma seria o progresso rumo a um Estado burocrático. A burocratização estatal, dessa forma, surge como uma latência em uma sociedade capitalista.

A partir dessa breve exposição sobre o Estado e seus aparatos de dominação, na teoria weberiana, é importante frisarmos o papel das associações políticas, que nos mostram que os meios administrativos materiais se encontram integral ou parcialmente no poder próprio pode ser vista como uma forma associativa voltada ao Estado. Além disso, temos os partidos políticos, que se mostram como os representantes do querer político e da dominação do poder estatal. No entanto, para que haja esse poder e essa dominação, é necessário que surjam interessados em participar desse lógica política. Surge uma necessidade de recrutamento, de livre vontade em prol de um estabelecimento de vontades em comum.

Um Estado, na ótica weberiana, para se manter precisa do Parlamento, que por sua parte, são o mecanismo de representação dos dominados, há uma relação entre os dois polos em busca de aprovação, seja o Estado ou o Parlamento. A essência de toda ação política é a luta e a conquista de aliados para a formação de um séquito de dominados (WEBER, 2007). Ou como percebe Bianchi: Trata-se, portanto, de uma concepção na qual a política se encontra assentada no domínio das leis e não dos homens, e na qual a autoridade, para ser legítima, deveria ser legal, ou seja, deveria estar amparada na lei (Bianchi, 2014).

Essa formação de seguidores em prol de algo, de uma ação voltada a fins, pode ser percebida como relação surgida entre o parlamentarismo e a democracia, no entanto, não seria isso o que aconteceria dentro do Estado. Uma acabaria por constantemente se



opor à outra. Para ambos exemplos, assinala Weber, há a necessidade de uma figura: o político profissional.

O político profissional é o indivíduo pela qual a burocracia pôde ser formar, isso dentro de um Estado democrático e parlamentarista, essa figura pode ser dividida em:

- a) Naqueles que vivem materialmente do partido e de suas atividades políticas, como aqueles vistos como “empresários” ou *bosses*;
- b) E aqueles que procuram viver a política, fazendo de suas ações exemplos idealizados de comportamento, voltados para uma boa imagem para com seus “eleitores” ou seguidores.

O Estado, em Weber, deve ser percebido como associação política, e devemos entender que ao trazer essa ideia, o sociólogo alemão tinha em mente os acontecimentos de seu período de vida, por exemplo, a revolução bolchevique e a concepção de Estado que era comum nos círculos acadêmicos alemães de sua época, na qual ele se opunha veemente. Weber, além disso, tratava o Estado como uma formação social, na qual poderia ser vista como uma cooperativa, como fundação e como uma sociedade de ações, e nisso, podemos sentir a percepção de indivíduo na sociologia weberiana, já que o Estado poderia ser visto como um feixe de relações entre indivíduos e não apenas um ente individualizante.

Considerações finais

Ao discutirmos a ideia de Estado nos sociólogos clássicos, procuramos explorar suas visões acerca dos desdobramentos do Estado, primeiro como mecanismo de dominação, segundo como uma busca de um bem comum, de uma coesão e uma harmonia social em prol de uma coletividade, e em terceiro, e por último, como monopólio do uso da força/violência física. Com isso explorando o que cada teria de antitético em suas teorias.

A sociologia do século XX e XXI procurou, e procura, a partir desses “pais” do pensamento crítico social discutir e atualizar suas pesquisas, o que podemos perceber nas escolas de pensamentos marxistas, e marxianas, além das durkheimianas, e por último as weberianas. Um exemplo da influência dessas ideias em sociólogos mais contemporâneos se deu no sociólogo e antropólogo francês Pierre Bourdieu, que



escreveu um trabalho sobre a questão acerca do Estado moderno⁴, em que são discutidas questões como: Estado como objeto impensável e como um lugar neutro, e dessa forma, o sociólogo francês expõe as assertivas tanto de Marx, de Durkheim e de Weber para apresentar contrapontos e acrescentar outros.

Referências

BIANCHI, Alvaro. **O conceito de Estado em Max Weber**. Lua Nova. São Paulo, 92: 79-104. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 187-282.

DURKHEIM, Emile. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCUSE, Herbert. **Prólogo à “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”**. IN: MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991. Volume II, seção 8, p. 517-580.

⁴ Na verdade, se trata de uma compilação de aulas apresentadas no College de France, no início dos anos 1990.



DIALÉTICA DA RACIONALIDADE: a sociologia de Max Weber na Teoria Crítica de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno

Bruna Avila da Silva¹
Alexandre Fernandez Vaz²

GT 4 – Teorias Sociológicas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), UFSC, bolsista Capes, email: buavila@gmail.com

² Doutor, membro dos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) e Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), UFSC, bolsista produtividade CNPq nível 1C, email: alexfvaz@uol.com.br

A aproximação entre a leitura marxista e as ponderações weberianas estabelecidas inicialmente por Györg Lukács em seu livro *História e Consciência de Classe* (2003), considerado o texto fundador do *marxismo ocidental* teria sido o responsável por inaugurar uma nova etapa da análise marxista, ou melhor, da análise dialética da sociedade ao introduzir a noção weberiana da racionalidade na sua leitura sobre reificação. Mesmo este sendo um escrito analisado como pertencente ao período do “jovem” Lukács entre os estudiosos de sua obra, sua influência extrapola a sequência ou não de seus escritos (CROCCO, 2009). *História e Consciência de Classe* teve grande repercussão na leitura realizada pelos teóricos da Teoria Crítica da Sociedade, que fez através de Lukács uma interpretação do conceito de racionalidade em Max Weber reestruturando a crítica marxista nas noções de *razão instrumental* e *coisificação da consciência*. Houve, também, certa influência no existencialismo francês, que se deu através de Jean-Paul Sartre e, também Maurice Merleau-Ponty, este último criou o conceito de *marxismo weberiano* demarcando assim uma nova chave de leitura dialética (MERLEAU-PONTY, 2006). Entretanto, por mais nítida que seja a influência de Weber, os desdobramentos que se dão a partir de sua obra são bastante diversos

Apesar de uma aproximação com Weber ser estabelecida como caminho analítico entre diferentes teóricos vinculados à tradição marxista, a receptividade dos escritos weberianos se deu de forma bastante complexa e variada. A vasta gama interpretativa a que inaugura o entrecruzamento entre as leituras de Karl Marx e Max Weber sobre a configuração social capitalista moderna difere tanto em sua forma quanto as consequências teórico e práticas, não solucionadas até hoje. Em estudos sobre o conceito de racionalidade na sociologia alemã o caminho inaugurado por Jürgen Habermas (2012) busca compreender o conceito desde Max Weber, passando por Györg Lukács e a reificação da consciência, e posteriormente a crítica da razão instrumental desenvolvida pelo círculo de intelectuais frankfurtianos como Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, até o desenvolvimento do conceito de razão comunicativa de Habermas³. A interpretação habermasiana sobre a leitura de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e até mesmo de Györg Lukács marcou amplamente a recepção dos escritos destes teóricos, de tal forma que ao referir-se a leitura “frankfurtiana”⁴ alguns

³ Assim o fez Jürgen Habermas em Teoria da ação comunicativa, e outros autores que continuam estudando o conceito de racionalidade atualmente, tal como SCHECTER, Darrow. *The Critique of Instrumental reason from Weber to Habermas*. London: Continuum, 2010.

⁴ O termo “frankfurtiano” faz referência ao que é conhecido entre os intelectuais como “Escola de Frankfurt” para designar o círculo de intelectuais que se abrigam sob a formulação da Teoria Crítica da Sociedade.

intérpretes recorrem à leitura habermasiana como símbolo interpretativo adotado pela Escola de Frankfurt⁵.

No Brasil, pode-se dizer que, ainda existe uma disputa acerca do marxismo weberiano entre aqueles que se vinculam ao marxismo sobre essa possível intersecção influenciados principalmente por duas leituras vinculadas às tradições frankfurtiana e lukácsiana⁶. Se por um lado Michael Löwy interpreta a crítica estabelecida por Weber acerca da configuração capitalista como um estrangulamento do sujeito através de seu conceito de “jaula de ferro”; por outro, uma distinta análise crítica desenvolvida por Celso Frederico (2012) sobre o marxismo weberiano perceberia as aproximações entre as leituras de Karl Marx e Max Weber sobre a sociedade capitalista moderna, tal como propõem Löwy, como “relações perigosas” quando não respeitadas as diferenças epistemológicas nas quais as teorias se desenvolvem.

A leitura weberiana alarga a análise dialética ao desfazer-se dos valores tradicionais que imbricavam ciência e religião nos antigos sistemas filosóficos, procurando compreender na realidade empírica e na subjetividade vicissitudes e especificidades do conceito de racionalidade na sociedade moderna ocidental de configuração capitalista. Os questionamentos levantados e suscitados pela sociologia weberiana sobre os sentidos da ação, o contexto de contingência histórica, e o indivíduo moderno formado por certos valores racionais repercute nas formulações da Teoria Crítica da Sociedade, visivelmente nos intelectuais da “primeira geração” como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin e Herbert Marcuse. Constitui-se então como objetivo deste artigo fazer uma breve análise sobre a repercussão dos escritos de Max Weber para o projeto de crítica à razão do par intelectual Theodor W. Adorno e Max Horkheimer.

Há, entretanto, uma distinção entre o conceito de “razão” e “racionalidade” na tradição do pensamento ocidental que não deve ser ignorada, justamente porque esta distinção atravessa tanto a ideia de racionalidade em Weber quanto à crítica à razão de Adorno e Horkheimer. Uma

⁵ Por entender que essa se constitui como um marco epistemológico que abarca uma pluralidade de autores, que possuem confluências tanto quanto divergências teóricas, alerto aqui, para a má interpretação de homogeneidade e continuidade que o termo “Escola de Frankfurt” pode aludir ao reunir tais autores, não por menos, opto por referir-me à um marco epistemológico distintivo do que ficou conhecido como teoria crítica da sociedade.

⁶ As análises de Michael Löwy estão sendo utilizadas aqui fazendo referência a uma leitura que se aproxima das análises da Teoria Crítica da Sociedade, bem como as de Celso Frederico fazem referência ao campo teórico das análises de Györg Lukács. É sabido que temos muito mais teóricos dentre estes campos que também poderiam ter sido usados como referências e, ainda, tampouco a representação destas vertentes teóricas se esgota nos nomes aqui utilizados. A referência a estes dois autores se dá justamente por possuírem uma produção teórico acadêmica que busca por articular a leitura de Max Weber e a tradição marxista, além de possuírem um diálogo indireto entre si nos seus escritos.

análise lexicográfica⁷ das obras revela não apenas uma divergência entre os termos e sim uma distinção conceitual que separam os usos atribuídos pelos autores. Ainda que na versão em português o termo “racionalidade” seja presente em ambas as obras, nos textos originais em língua alemã há uma distinção conceitual que não é tão evidente nos esforços de traduzir *Vernunft* (razão) e *rationalität* (racionalidade). Portanto, para uma primeira aproximação sobre o conceito de racionalidade chamo atenção para a divergência nos usos destes conceitos, apesar de não ser o objetivo deste artigo, explorar as tradições do pensamento filosófico as quais se vinculam esta distinção conceitual. Esta distinção pode ser atribuída a tradição filosófica que teve no seu desenvolvimento a razão como questão central.

O projeto intelectual weberiano de estudo da racionalidade

Essa transformação impulsionada pela originalidade sem precedentes da sociologia weberiana diz respeito, sobretudo, à postura de Weber sobre a sociedade enquanto um objeto de estudos. Ao fazer o escrutínio da sociabilidade por meio do estudo das práticas sociais, Weber apontava-nos uma imprescindível lição:

O destino de nosso tempo, que se caracteriza pela racionalização, pela intelectualização e, sobretudo, pelo “desencantamento do mundo” levou os homens a banirem da vida pública os valores supremos e mais sublimes. Tais valores encontraram refúgio na transcendência da vida mística ou na fraternidade das relações diretas e recíprocas entre indivíduos isolados (WEBER, 2007, p. 51)

Carlos Eduardo Sell (2012) argumenta que, no fio condutor da sociologia weberiana, o processo chamado de racionalização, que também pode ser entendido a partir do conceito weberiano de desencantamento do mundo (este caracterizado pela rejeição da magia através da religião racionalizada e da ciência moderna), é um dos elementos centrais que contribuem para a compreensão do processo de secularização. Nas palavras de Sell:

[...] as formas de organização social e política não retiram mais sua validade de uma visão de mundo religiosa. A legitimidade do poder político reside na própria capacidade humana de organizar-se a partir de critérios racionais. Secularização não quer dizer o fim da existência das religiões e também não necessariamente que ela perde influência na vida das pessoas. Mas, em uma sociedade secularizada, a religião não é o fundamento da ordem social e, principalmente, da legitimidade da ordem política (SELL, 2012, p. 128).

⁷ Realizar uma análise lexicográfica não é a intenção deste trabalho. Apenas mencionamos essa metodologia afim de elucidar a distinção conceitual existente entre os termos e os usos pelos autores.

A obra de Weber é farta ao tratar do processo de secularização, algumas definições podem ser encontradas em vários momentos. No segundo volume de *Economia e Sociedade* (1999), especificamente nos capítulos dedicado à sociologia do direito, temos uma das mais referenciadas passagens. Neste ponto da obra, Max Weber elabora uma reflexão acerca da racionalização/desencantamento da ordem jurídico-política enfatizando a passagem da heteronomia para a autonomia do direito em relação à religião enquanto consequência do processo de secularização. Para evidenciar esse processo, o autor analisa o percurso histórico de racionalização do direito, processo este que é central nas transformações que fazem com que o direito se torne uma ciência jurídica não mais submetida, em última instância, pelo sagrado ou por seus representantes legítimos (autoridades eclesiais). Ainda que essa transformação não aconteça de forma linear e, assim como todos os aspectos do processo de secularização, se desenvolva de diferentes formas, Weber sintetiza o processo enquanto “etapas de desenvolvimento”.

O desenvolvimento do direito e do procedimento jurídico, dividido em "etapas de desenvolvimento" teóricas, conduz à revelação carismática do direito por "profetas jurídicos" – por meio da criação e aplicação empírica do direito por honorários jurídicos (criação de direito cautelar e de direito baseado em precedentes) –, à imposição do direito pelo imperium profano e 18 por poderes teocráticos e, por fim, ao direito sistematicamente estatuído e à "justiça" aplicada profissionalmente, na base de uma formação literária e formal lógica, por juristas doutos (juristas especializados) (WEBER, 1999, p. 143)

O esforço intelectual de Weber se dá na busca de compreender a sociedade mediante a criação de tipos ideais que objetivam tensionar o objeto sociológico afim de evidenciar processos e acontecimentos que possam explicar fenômenos gerais (ou que se pretendam gerais). Segundo a concepção weberiana de tipos ideais:

A Sociologia constrói – o que já foi pressuposto várias vezes como óbvio – conceitos de tipos e procura regras gerais dos acontecimentos. Nisso contrapõe-se à História, que busca a análise e imputação causal de ações, formações e personalidades individuais culturalmente importantes. [...] Como em toda ciência generalizadora, seus conceitos, devido à peculiaridade de suas abstrações, têm de ser relativamente vazios quanto ao conteúdo, diante da histórica realidade concreta. (WEBER, 1999, p. 12)

Gabriel Cohn (2003, p. 229) ao colocar a crucial questão “de que fala Weber, afinal, quando se refere ao processo de racionalização?” argumenta que Weber não está preocupado em definir seu objeto de estudo, mas, sobretudo, em caracterizá-lo, o que torna a questão mais complexa. Para Cohn (2003, p. 231) é necessário considerar que “a racionalização oferece as condições em que a ação racional tem como exercer-se e expandir-se”. Fica claro que na

interpretação do autor, Weber assume sem sombra de dúvidas uma postura sociológica bastante específica e sempre atual.

Leopoldo Waizbort (1995, p. 28), considera a racionalização um processo de longa duração, nele é operada a separação e autonomização das esferas da vida “pois cada qual passa a se mover de acordo com sua legalidade própria”. Assim, as esferas da vida autonomizadas existem separadamente sem que existam coincidências ou concordâncias com outras esferas, ou entre elas mesmas. São seis as esferas citadas por Weber, a saber: a familiar, a econômica, a política, a estética, a erótica e a intelectual. No que tange a esfera econômica, pode-se afirmar, a racionalização é basicamente o cálculo do capital em dinheiro “junto da organização racional da empresa, com a sua separação entre casa e empresa e a contabilidade racional que lhe é própria” (WAIZBORT, 1995, p. 33). Na esfera política, entretanto, o Estado racional, “o único em que pode florescer o capitalismo moderno”, deve e “descansa sobre um funcionalismo especializado e um direito racional” e previsível sem o qual o capitalismo não pode organizar-se (WEBER, 1999, p. 518). O Estado racional caracteriza-se, desse modo, pela “administração racional-burocrática” encarnada num corpo de funcionários especializados, tendo um sistema fiscal centralizado que dispõe de um poder militar de condução centralizada, além de portar o monopólio da legislação e a coação física legítima (HABERMAS, 2012).

É importante para compreensão e articulação das ideias de Weber em cotejamento com as ideias da Teoria Crítica, a noção de técnica. Weber define a técnica como “a soma dos meios nela empregados, em oposição ao sentido ou fim pelo qual, em última instância, se orienta (*in concreto*)” (WEBER, 1999, p. 38). A técnica racional, ou a racionalidade técnica, portanto, orienta-se pela experiência e pela reflexão e é a prática orientada em que seu grau máximo de racionalização científica. Existe, assim, de acordo com Weber, um conjunto de técnicas para cada ação em um determinado âmbito social, seja na esfera da arte, da política, da economia, da educação, etc. Sell (2011) aponta que técnica não é sinônimo de racionalidade embora seja a ela fortemente associada, conforme o autor a racionalização é a “generalização e institucionalização de uma determinada forma de ação social”. Isso fica mais evidente na passagem de Weber: “Qual a combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na Civilização Ocidental, e somente na Civilização Ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento universal em seu valor e significado?” (WEBER, 2004, p. 01). Nesse sentido, Weber procura mostrar que a racionalização não é uma técnica, mas um movimento histórico de transformações das relações sociais, que no Ocidente possui uma centralidade singular e distinta do resto do mundo.

Isso se torna ainda mais complexo, e talvez seja nesse ponto em que a Teoria Crítica e, principalmente os dois autores que hora me dedico a analisar, quando pensamos que o processo de racionalização não ocorre de forma homogênea. Segundo Habermas, a racionalização ocorre de forma parcial e, é resultado de uma absorção desequilibrada dos elementos racionalizadores pelas diferentes esferas da vida social. Isso explica como a organização da sociedade moderna, a expansão da ordem social e econômica moderna, será marcada por constantes conflitos de dinâmicas sociais pela hegemonia da ordem em processo de implantação (HABERMAS, 2012). Portanto, é interessante notar a advertência de Weber.

Um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (mandato) do dominador ou dos dominadores influi sobre os atos de outros (do dominado ou dos dominados), de tal modo que, em um grau socialmente relevante, estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado por si mesmos e como máxima de sua ação o conteúdo do mandato (obediência). (WEBER, 1999, p. 96)

Teoria tradicional e teoria crítica: a tese weberiana da neutralidade e a tarefa do pensamento dialético

O termo marxismo weberiano também pode encontrar eco na particular posição epistêmica que inaugura a Teoria Crítica nas ciências sociais. É no marco inaugural da Teoria Crítica da Sociedade, a saber, o manifesto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” (1980), escrito por Horkheimer em 1930, que se demarca a ruptura epistemológica apresentada pela Teoria Crítica com as posturas teóricas populares como o positivismo nas ciências sociais, a chamada teoria tradicional, que polemicamente é atribuída à Weber. Nele Horkheimer critica a transposição de parâmetros científicos desenvolvidos pelas ciências da natureza como critérios de cientificidade a serem impressos nas ciências sociais. Posição que, em parte, também fora anos antes adotada por Weber na discussão da sociologia alemã entre as ciências da natureza e as ciências do espírito. Para a concepção weberiana as ciências sociais possuíam um *métier* próprio do seu objeto de estudo – as relações sociais e a vida social – que impossibilitavam a tradução matemática e qualquer tentativa de inscrição previsível por leis⁸, que visassem apenas conceber a quantificação dos fenômenos sociais, e não a sua particularidade.

⁸ “[...] Todavia, e tanto num caso como no outro, tornar-se ia impossível chegar alguma vez a *deduzir* a realidade da vida, a partir dessas ‘leis’ e ‘fatores’. Não porque subsistissem ainda, nos fenômenos vitais, determinadas forças superiores e misteriosas (‘dominantes’, ‘enteléquias’ ou outras) – o que já constitui outro problema – mas simplesmente, porque para o conhecimento da realidade apenas nos interessa a constelação em que esses ‘fatores’ (hipotéticos) se agrupam, formando um fenômeno cultural historicamente *significativo* para nós, e também porque, se pretendemos ‘explicar causalmente’ a outros agrupamentos igualmente individuais, a partir dos quais

A posição de Weber sobre a relação entre as ciências da natureza e as ciências sociais se deu pela distinção entre as abordagens metodológicas, em que, na primeira se procura o caráter repetitivo devido a sua quantidade, enquanto, na segunda o interesse do cientista se dá pelo interesse quantitativo, quer dizer, pelo fenômeno singular, buscando as possíveis relações causais do seu desenvolvimento histórico que o tornaram significativo para o cientista e os seus possíveis significados culturais⁹. Portanto, a preocupação do cientista deveria ser a compreensão dos sentidos da ação social; tentar compreender o que existe na realidade empírica buscando as relações causais que o tornaram historicamente possível. Para isso, Weber, como um bom kantiano, concebe o conhecimento como algo sempre fragmentário e finito do qual se pode apenas estabelecer algumas conexões que permitam formular uma constelação daquilo que é particular em seu contexto universal.

Não há qualquer dúvida de que o ponto de partida do interesse pelas ciências sociais reside na configuração *real* e portanto individual da vida sociocultural que nos rodeia, quando queremos apreendê-la no seu contexto *universal*, em por isso menos *individual*, e no seu desenvolvimento a partir de outros estados socioculturais, naturalmente individuais também. (WEBER, 1992, p. 90).

A intenção de Weber tanto da imputabilidade histórica como da formação de constelações conceituais que permitem iluminar certas características do objeto de estudo, são essenciais para o saber sociológico, porém, como avalia Horkheimer e seus parceiros teóricos, o problema reside no papel atribuído à história na relação com o objeto, ou melhor, na relação indivíduo e sociedade. Na passagem a seguir, Horkheimer apresenta alguns desses elementos para interpretar a posição weberiana, de uma “teoria da possibilidade objetiva”, dentro do espectro da teoria tradicional. Vejamos:

Segundo este autor, do mesmo modo que para o especialista em direito penal, a explicação para o historiador não consiste em uma enumeração mais completa possível de todas as circunstâncias aí presentes, mas em destacar a conexão entre certos componentes do acontecimento, importantes para a continuação do processo histórico, e, por outro lado, os processos individuais determinantes. Esta conexão, por exemplo, o julgamento de que uma guerra foi desencadeada pela ação política de um estadista decidido, pressupõem logicamente que, no caso desta política não ter sido levado a cabo, não se daria o efeito explicado por ela, mas um outro. A afirmação de uma determinada causa histórica implica sempre que, no caso de uma não-realização, devido a regras de experiências conhecidas, e sob circunstâncias vigentes, ocorreria um outro determinado efeito. As regras da experiência, neste caso, não são outra coisa que a formulação do nosso saber a respeito dos nexos econômicos, sociais e psicológicos. Com sua ajuda construímos o percurso provável omitindo ou incluindo a ocorrência que deve servir para explicá-lo. Opera-se com proposições condicionais,

‘explicaríamos’, embora utilizando naturalmente os citados (hipotéticos) conceitos denominados ‘leis’.” (WEBER, 1992, p. 91).

⁹ “A ciência social que *nós* pretendemos praticar é uma *ciência da realidade*. Procuramos compreender a realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados naquilo que tem de *específico*; por um lado, as conexões e a *significação* cultural das diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo” (WEBER, 1992, p. 88).

aplicadas a uma situação dada. Pressupondo-se as circunstâncias a, b, c, d, deve-se esperar a ocorrência de q; desaparecendo p, espera-se a ocorrência de r, advindo g, então espera-se a ocorrência de s, e assim por diante. Esse calcular pertence ao arcabouço lógico da história, assim como ao da ciência natural. É o modo de existência da teoria em sentido tradicional. (HORKHEIMER, 1980, p.121).

No caminho de Horkheimer, a ciência que apenas desempenha sua função na atual divisão do trabalho concebe a abstração, da qual prescinde qualquer pensamento, desassociado do processo vital da sociedade, produz um conhecimento parcial não só alijado do todo social, como conforma sua função do status quo.

Nesse quadro teórico apresentado por Horkheimer, tanto a sociologia compreensiva de Weber e sua tipologia da ação, assim como a sociologia de durkheiminiana dos fatos sociais, são expressões da teoria tradicional. Ao conclamarem pela objetividade das ciências sociais, concebem aos procedimentos metodológicos não só o critério último da cientificidade, como confundem o fazer teoria com a empregabilidade de uma técnica que cada vez mais se assemelha a um processo de tradução da realidade em sua calculabilidade. Ao abstrair o objeto das relações sociais do qual provém, para trata-los em sua forma típico ideal, não só se desqualifica o objeto de estudo, como pressupõem que o cientista tem a mesma capacidade de abstração da sua existência desse processo real. Uma vez que a parte subjetiva da pesquisa estaria restrita à motivação inicial e no desejo de se dedicar a um objeto de estudo específico, exclui-se do processo de produção do conhecimento qualquer interferência de subjetividade.

A crítica de Adorno se insere naquilo que Hegel chamou de ‘movimento do conceito’, presente tanto em uma dialética idealista como também na dialética materialista de Marx, que requer, em um primeiro instante, a utilização de conceitos pelo sujeito a fim de conhecer e, à medida em que o faz, percebe que o conceito não expressa a coisa mesma, mas o tensiona com o objeto, denotando uma não adequação ou não conformação do objeto com o conceito. Dessa forma requer-se do sujeito pensante que modifique o conceito sem que se abandone as determinações originais, pois demonstrar tal inadequação consiste também na tarefa deste pensar e, preserva o momento do não-idêntico. Este também pode ser reconhecido como o momento da crítica imanente, em que a crítica é parte constituinte do pensar o objeto, diferentemente da concepção crítica positivista¹⁰. Assim explica Adorno em sua segunda aula de ID (2013),

¹⁰ A diferença entre a proposta de crítica imanente de Adorno difere em muito da proposta popperiana da crítica no procedimento metodológico. Para este artigo não trataremos desta discussão que pode ser acessada na resposta de Adorno à conferência de Karl Popper. ADORNO, Theodor W, et al. **Disputa do positivismo na sociologia alemã**. São Paulo: Ícone, 2014.

O que na realidade se requer da dialética segundo seu ideal – e eu seria o último a afirmar que este ideal se cumpre sempre e em cada operação dialética – é que utilize de tal modo os conceitos mesmos, perseguir de tal modo sua coisa, antes de tudo ir confrontando o conceito com aquilo que se refere tanto como para que se mostre que entre semelhante conceito e a coisa referida se produzem certas dificuldades que logo obrigam, com o avanço do pensar, a modificar o conceito em certo modo, porém sem permitir renunciar as determinações que o conceito tinha originalmente. (ADORNO, 2013, p. 43).

Essa concepção presente na dialética idealista hegeliana permanece na dialética materialista, que reconhece a temporalidade do movimento na estrutura do objeto, como movimento vivo que existe em relação ao sujeito que conhece. Portanto, pensar dialeticamente implica o reconhecimento da historicidade da objetividade, que requer a compreensão do objeto como movimento de contradições. A história é, portanto, movimento de contradições e consiste na tarefa do pensar dialético “a tentativa de compreender as contraditoriedades objetivas que residem na realidade” (ADORNO, 2013, p. 49). Desta dimensão histórica deriva o conceito dialético de verdade, uma noção benjaminiana que é adotada por Adorno, como uma verdade que possui um núcleo temporal, dinâmica e sempre em movimento de contradição¹¹. Por isso, um pensar dialético se coloca contra verdades atemporais e hipóstases conceituais como falsa totalidade¹²; o mundo coisificado é o ponto de partida para o pensamento dialético que se estabelece também como luta “contra a coisificação do mundo, contra a *convencionalização* do mundo, onde o congelado, o atrasado, o originado historicamente aparece como um algo que é em si mesmo (...) isto é o que constitui, de certa forma, o ponto de partida polêmico do pensar dialético em geral”. (ADORNO, 2013, p. 48)¹³.

A questão para Adorno é que a fim de preservar o movimento dialético de contradições do objeto e do próprio conhecer o objeto - visto que a dialética é sempre uma dupla função, tanto uma forma de proceder o conhecimento quanto algo que está na coisa mesma - é que chama atenção para o momento não conceitual do objeto, aquilo do objeto que escapa ao conhecimento, aquilo que não se deixa ser repreendido pelo sujeito e hipostasiado pelo conceito. É o momento do objeto que não se identifica com o conceito, é o heterogêneo que não se deixa ser igualado e desqualificado, que consiste o momento do não-idêntico como

¹¹ Com esta afirmação sobre o conceito dialético de verdade Adorno abre sua terceira aula sobre a dialética: “A última aula, tratei de dar-lhes, pela primeira vez, uma antecipação da verdadeira dificuldade do pensar dialético, isto é, que o conceito mesmo de verdade que tem o pensar dialético não é um conceito de verdade estático; aqui se produz uma quebra na concepção predominante desde Platão e durante toda a tradição da filosofia, da ideia como permanente, imutável e igual a si mesma, tal como se define a ideia – isto é, a verdade mais alta – na passagem de Diotima no *Banquete*” (ADORNO, 2013, p. 55) [tradução da autora].

¹² Que em última medida, na leitura de Adorno, o fará também Hegel quando por fim defende uma filosofia da identidade.

¹³ [tradução da autora]

preservação do objeto na filosofia da negação determinada. Para preservar a dialética como movimento a não apreensão do não-idêntico preserva a definição conceitual de sua atemporalidade, é o que prende o conceito e a construção do objeto ao seu núcleo temporal. A dimensão histórica contrapõe-se a noção de uma verdade atemporal como postula o pensamento tradicional, ao propor uma compreensão do objeto como algo que é mutável, quer dizer, o regular nesta relação entre sujeito e objeto é justamente a mutabilidade, em que a lei a ser extraída dessa regularidade é o movimento histórico a qual está submetido o sujeito individual, de modo que:

a experiência que todos fazemos, para vincular o mais palpável, a experiência de que nosso destino individual depende de forma decisiva e determinante da grande tendência histórica de movimento na qual desde sempre e continuamente estamos inseridos como sujeitos humanos individuais, esta experiência segundo a qual a lei de nossa existência é muito mas o movimento histórico de nossa época e de todas as épocas que o que chamam ‘determinação fundamental do ser’, é na realidade o impulso proveniente da coisa que, em princípio, pertence a algo assim como a concepção dialética em geral (ADORNO, 2013, p.48).

Meios e fins: a formalização e instrumentalização da razão

Para compreender como é recebida a leitura sobre Max Weber na conhecida Teoria Crítica da Sociedade nos dedicaremos momentaneamente à obra de Max Horkheimer, “Eclipse da Razão” originalmente escrita em 1946, durante seu exílio na Califórnia nos Estados Unidos. O diálogo com Weber é estabelecido já nos primórdios da obra e principalmente em seu primeiro capítulo “Meios e Fins”, o que já revela importante chave de leitura que aproxima o esforço de Horkheimer ao programa weberiano. Logo no início, na primeira nota do texto Horkheimer reconhece o esforço de Max Weber em

A diferença entre esta [subjéitiva] conotação da razão e a concepção objetivista se assemelha, em certo grau, à diferença entre racionalidade funcional e abstrata, tal como essas palavras são utilizadas na escola de Max Weber. O próprio Max Weber, contudo, aderiu de modo tão definitivo à tendência subjétivista que não concebia qualquer racionalidade – nem mesmo uma racionalidade “substancial” – pela qual o homem pudesse discriminar um fim de outro. Se nossos impulsos, intenções e, finalmente, as nossas decisões últimas, devem ser *a priori* irracionais, a razão substancial se torna apenas uma agência de correlação e é pois, em si mesma, essencialmente “funcional”. Embora as descrições do próprio Weber e dos seus seguidores da burocratização e monopolização do conhecimento tenham iluminado muitos aspectos sociais de transição da razão objetiva para a razão subjéitiva (cf. particularmente as análises de Karl Mannheim *in Man and society*, Londres, 1940), o pessimismo de Max Weber em relação à possibilidade de compreensão e ação racional, tal como está expresso em sua filosofia (cf., eg., “Wissenschaft als Beruf”, in *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftlehre*, Tübingen, 1922) é, em si mesmo, degrau básico de renúncia da filosofia e da ciência às suas aspirações de definirem o objetivo final do homem. (HORKHEIMER, 1976, p. 14).

A obra que tem em seu prólogo a definição de seu objetivo, em “indagar desde dentro o conceito de racionalidade subjacente em nossa cultura industrial contemporânea, a fim de descobrir se esse conceito não contém falhas que, essencialmente, o tornam vicioso” (HORKHEIMER, 1976, p. 5), compartilha do interesse weberiano pelo estudo da racionalidade na sociedade ocidental capitalista. Esse empreendimento também demonstra claramente que o projeto intelectual é inebriado pela situação histórico cultural da Alemanha nazista, bem como pela condição na qual se encontra o autor. Assim como Horkheimer, seus pares intelectuais como Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin tiveram suas vidas amplamente marcadas pelo nazismo e pelo exílio. Portanto, compreender como no pensamento e na sociedade se desenvolve a experiência totalitária do nazismo e toda a situação que culmina na Segunda Guerra Mundial se torna a questão central para os intelectuais da Teoria Crítica da Sociedade. Por isso, a pergunta pelo conceito de racionalidade não é menos do que a pergunta pela situação atual da humanidade, quer dizer, se trata de entender como a razão que deveria conduzir o homem à melhor situação possível acabou por levá-lo a sua destruição. Mas a questão que nos interessa aqui, não é somente o projeto intelectual da Teoria Crítica da Sociedade, senão atinar para o crucial distanciamento conceitual entre a leitura de Weber e o desenvolvimento de tal projeto que, por fim, apresenta-se inicialmente na questão dos meios e fins e desenvolve-se como uma relação entre conhecimento e valores. Procurando compreender a especificidade do racionalismo que se desenvolve no ocidente no capitalismo moderno, Weber teria inaugurado, sem dúvidas, um novo horizonte para a sociologia. Sua abordagem antropocêntrica desfaz-se dos principais valores “quase-religiosos”¹⁴ que regiam a ciência no século XX, tal como a crença no progresso e a evolução, permitindo que sua sociologia dê abertura a uma “pluralidade de cosmovisões valorativas como característica da sociedade moderna” (GAMBAROTA, 2014, p. 28).

Em seu primeiro capítulo “Meios e fins” Horkheimer apresenta as duas principais acepções acerca da razão, que ele distingue entre a visão objetiva e subjetiva da razão, que iremos brevemente apresentar aqui. A razão objetiva é atribuída aos grandes sistemas filosóficos, de Aristóteles, Platão, o escolasticismo ao idealismo alemão, na qual desenvolveram teorias objetivas sistêmicas que procuram organizar e sistematizar o mundo objetivo sintetizando racionalmente um conceito de verdade irrefutável. A estrutura objetiva do mundo social é que fornece os parâmetros e critérios sob o qual se deve orientar os fins da ação humana, quer dizer, o nível de racionalidade da vida humana é determinado pela harmonia entre

¹⁴ KALBERG, Stephen. 2010.

a vida individual e a totalidade social. A razão objetiva pressupunha desvendar a estrutura objetiva da totalidade dos seres e que dela se revelaria o destino humano. Ela fornece, através da filosofia e da ciência, a interpretação do mundo humano e com isso determina o fim da ação humana sustentada em sua verdade objetiva.

A razão subjetiva é definida por ele como “o funcionamento abstrato do mecanismo do pensamento” (HORKHEIMER, 1976, p.11), como a capacidade de inferir, deduzir, catalogar e classificar, de estabelecer ações racionais e escolher o melhor meio para atingir determinado fim. Esta razão, que se relaciona com meios e fins, pressupõem que a racionalidade atribuída ao meio é estendida ao fim, quer dizer, se o meio empreendido para obter determinado fim é racional, o fim também é, pressupostamente, racional. Sendo assim, os fins não são objetos da razão, e enquanto tal apenas os meios podem ser discutidos em nível ou grau de racionalidade. Para a razão objetiva, a visão subjetivista era parte constituinte, entendida como razão, como *logos* ou *ratio* designava a capacidade de pensar e relacionava-se diretamente com o sujeito. Na história, ambas as concepções da razão coexistiram, mas apenas tardiamente, consequência de um longo processo histórico, houve a preponderância da visão subjetivista. Horkheimer o entende como um processo duplo e distinto: de formalização e de instrumentalização da razão.

O processo de formalização remete a incapacidade de determinar a racionalidade dos fins, uma vez que ao elevar o sujeito como novo critério de objetividade absoluta¹⁵ no processo de desmistificação dos mitos retira-se a objetividade do mundo social tornando, então, a objetividade uma quimera ou algo infactível: “a atual crise da razão consiste basicamente no fato de que até certo ponto o pensamento ou se tornou incapaz de conceber tal objetividade em si ou começou a negá-la como uma ilusão” (HORKHEIMER, 1976, p. 15). Horkheimer entende que a perda da objetividade do domínio da razão levou um golpe avassalador com a própria crítica da razão objetiva à religião¹⁶. A filosofia, assim como a religião, “se vangloriava de ser o instrumento de explicação e revelação do conteúdo da razão como reflexo da verdadeira natureza das coisas e do correto modelo de vida” (HORKHEIMER, 1976, p. 22). Ela pretendia explicar através da compreensão racional do mundo a verdadeira forma de se viver. A

¹⁵ “A faculdade crítica de pensar foi o agente crítico que dissolveu a superstição. Mas, o denunciar a mitologia como falsa objetividade, isto é, como criação do sujeito, teve que usar conceito que reconheceu como adequados. Assim, desenvolveu sempre uma objetividade em si própria. No platonismo, a teoria pitagórica dos números, que se originou da mitologia astral, transformou-se na teoria das ideias que procura definir o conteúdo supremo do pensamento como uma objetividade absoluta que fundamentalmente ultrapassa, embora esteja relacionada com a faculdade de pensar” (HORKHEIMER, 1976, p. 15).

¹⁶ “O divórcio entre razão e religião marca uma etapa no enfraquecimento do aspecto objetivo da primeira, e um grau mais alto de sua formalização, como se tornou manifesto durante o período do Iluminismo” (HORKHEIMER, 1976, p. 22).

metafísica buscava também a harmonização da vida humana com a natureza, e buscava explicação nos domínios da religião tradicional, desde Deus e a criação. Tanto a metafísica quanto a religião acreditavam na existência de uma realidade a qual se poderia compreender, e a partir desta compreensão revelar a verdade sobre a existência, porém, a desavença era se a verdade seria revelada pela teologia ou pela razão. Nesta disputa por quem determinaria os critérios que regem a vida social e a forma correta de se viver a filosofia ao tentar dotar a verdade objetiva de um novo fundamento acaba por matar não só a religião, mas a própria metafísica:

Os filósofos do iluminismo atacaram a religião em nome da razão; e afinal, o que eles mataram não foi a Igreja mas a metafísica e o próprio conceito de razão objetiva, a fonte de poder de todos os seus esforços. A razão como órgão destinado a perceber a verdadeira natureza da realidade e determinar os princípios que guiam nossa vida começou a ser considerada como obsoleta. Especulação é sinônimo de metafísica, e metafísica é sinônimo de mitologia e superstição. (HORKHEIMER, 1976, p. 27).

As duas forças intelectuais que não entravam nesta disputa eram o Calvinismo¹⁷ e o empirismo que se colocavam de fora das disputas travadas entre a filosofia e as religiões tradicionais. Talvez porque se vinculassem mais fortemente à razão subjetiva do que qualquer ambição sobre os fins da razão objetiva. Isso também explica, como triunfou a razão subjetiva após a ruína da razão objetiva, uma vez que, a razão subjetiva convivia sem embate com a religião.

Esta crise da razão tem consequência teórico e práticas. Ao desfazer-se da objetividade o pensamento não possui mais nenhum alicerce sob o qual poderia legislar sobre os objetivos, considera-los desejáveis ou não. Excluindo os fins da alçada da razão, o critério de racionalidade limita-se ao meio, ao procedimento, ao método empregado para atingir determinados fins. Nas palavras de Horkheimer, “em última instância, a razão subjetiva se revela como a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado” (1976, p. 13). A forma com que a saída dos fins do crivo da razão repercute no mundo social é a incapacidade de estabelecer um critério sob o qual os fins poderiam ser julgados¹⁸, deslocando a atenção para os meios e os empreendimentos técnicos responsáveis por tornar os fins em objetivos racionais. Essa racionalidade formalizada de Horkheimer, é muito semelhante à racionalidade em relação aos fins de Weber, que não é mais um discernimento da razão sobre os fins da ação humana, mas um procedimento de calculabilidade entre meios e fins desejáveis. Aqui revela-se o ponto nevrálgico da leitura de

¹⁷ “(...)através de sua doutrina do *Deus absconditus*” (HORKHEIMER, 1976, p. 25).

¹⁸ “A razão liquidou-se a si mesma como agente de compreensão ética, moral e religiosa” (HOKHEIMER, 1976, p.26).

Horkheimer sobre Weber, ao concebê-lo como um signo do pensamento positivista também em sua acepção sobre racionalidade, uma vez que Weber assume esse procedimento como racionalidade dos meios não se evidencia a dimensão irracional sobre os fins.

Weber em “Economia e Sociedade” no seu terceiro capítulo sobre os “Tipos de dominação” estabelece o procedimento da administração burocrática como a “forma mais *racional* de exercício de dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade – isto é, calculabilidade [...]” (WEBER, 1999, p. 145). A análise deste trecho já revela o que Horkheimer e Adorno procuram criticar e denunciar sobre os procedimentos positivistas desde a obra da “Dialética do Esclarecimento” (1985): a crença no procedimento científico é também mística.

Para além desta distinção, a tese central deste capítulo é que a racionalidade subjetiva triunfa como única racionalidade e, com ela se emancipam os fins da regência da razão. Quando os fins não mais são submetidos ao julgo da razão a humanidade é ameaçada. A razão subjetivista é que permitiu a utilização da capacidade de criação humana com o objetivo de criar uma arma de alta capacidade destrutiva e projetar o extermínio de massa. O paradoxo que subjaz é, que, apesar de todo o progresso técnico e o desenvolvimento das capacidades produtivas, temos simultaneamente, o processo de desumanização causado pela dominação do homem sobre o homem. Nesse processo não é apenas o conceito de racionalidade que perde sua base objetiva, mas a própria realidade.

Se pensarmos em constelações conceituais, termo utilizado tanto por Adorno quanto por Weber, concebemos os mesmos conceitos como formadores desta constelação, a saber, abstração, objetividade, subjetividade e racionalidade. Sem dúvida, Weber teria fornecido importantes parâmetros para repensar a dialética, que até então não teria sido possível. Porém, mesmo que as constelações conceituais possam apresentar aparente semelhança, ocupam posições completamente distintas nas constelações em questão, que jazem na matriz filosófica na qual esses conceitos foram tratados, entre o modelo kantiano e hegeliano. Se em Weber, permanecem fortes os traços do idealismo, em sua formulação dos tipos ideais, para a Teoria Crítica mantém-se a inversão da dialética realizada por Marx do materialismo. Enquanto que para Weber, o estudo da realidade empírica poderia fornecer para o pensamento imaginativo abstrações típico ideais a fim de fornecer ao pensamento um quadro homogêneo sem contradições, é imprescindível à postura do crítico dialético compreender as contradições presentes não só na realidade, mas no próprio processo de conhecimento da realidade a fim de não apagar ou embriagar tais contradições.

Referências

- ADORNO, Theodor W. *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*. In: **Textos Escolhidos** (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- _____. **Introducción a la dialéctica**. 1ª ed. – Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2013.
- ADORNO, Theodor W, et al. **Disputa do positivismo na sociologia alemã**. São Paulo: Ícone, 2014.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- COHN, Gabriel. **Apêndice: Sobre o significado da racionalização**. In: *Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CROCCO, Fábio L.T. **Georg Lukács e a reificação: teoria da constituição da realidade social**. In: *Kínesis*, Vol. 1, nº02, outubro-2009.
- GAMBAROTTA, Emiliano M. **Hacia una teoría crítica reflexiva: Max Horkheimer, Theodor W. Adorno y Pierre Bourdieu**. – 1ª ed. – Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HOKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- _____. **Eclipse da razão**.
- LOWY, Michel. **Figuras do marxismo weberiano**. Disponível em: <http://anti-valor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/lowy_01.html>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **As aventuras da dialética**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- WEBER, M. **Ciência e Política. Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.
- _____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva – volume II**. Brasília: UnB, 1999.
- _____. **“A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política**. In WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1992. 2v.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. **Máquinas petrificadas: Max Weber e a sociologia da técnica**. Scientia Studia, São Paulo, 3(9), 2011, p. 563-83.
- _____. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- SCHECTER, Darrow. **The Critique of Instrumental reason from Weber to Habermas**. London: Continuum, 2010
- WAIZBORT, Leopoldo. **Introdução**. In: WEBER, Max. Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. **Marx, Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Cortez, 2012.

A gênese do liberalismo moderno Thomas Hobbes e Leo Strauss

Iann Endo Lobo¹

¹ Mestrando no curso de Sociologia Política, PPGSP, UFSC.

O estudo da história das ideias políticas para Strauss não é motivado por interesse de antiquário alheio as questões presentes, muito antes, seu retorno com *interesse apaixonado* a tradição do pensamento político se deve ao fato de que o Ocidente em sua avaliação está em crise (CM, p.1). O estudo da história das ideias é o meio para a compreensão da anatomia e formação dessa crise. O liberalismo, enquanto fruto dessa tradição, partilha também de sua corrupção e, em grande medida, encontra-se no centro da crise do Ocidente. De maneiras terríveis o contexto de Strauss reflete esse problema, na República de Weimar, o liberalismo e os princípios iluministas foram desacreditados e duramente atacados, sem encontrar resguardo significativo entre os intelectuais.

É dentro desse projeto de reavaliação crítica-genealógica da tradição do pensamento político que se enquadra o esforço intelectual de Strauss, fato que o levou aos primórdios do pensamento moderno. A maneira dos geólogos que a fim de entender a natureza de certa formação rochosa retornam as causas que originaram o fenômeno. O pensamento moderno, a despeito da reconhecida diversidade interna, é um movimento consciente de ruptura como com a tradição, clássica e medieval. O desejo de afastamento da Idade das trevas por parte do movimento das Luzes, essa cisão radical, foi responsável pela revolução na história das ideias que abalou, por sua vez, os princípios sobre os quais fundavam-se o direito, a lei, as instituições, em suma, a vida política do Ocidente. A essência da querela entre os antigos e modernos ocupou todas as fases da vasta obra de Strauss, e foi no fogo dessa batalha forjado o liberalismo moderno. Quem foi o primeiro filósofo político a rejeitar explicitamente a filosofia política anterior como deficiente? “Não há dificuldades acerca dessa questão”, responde Strauss, “o homem em questão foi Hobbes” (1989, p.94). O vanguardista Hobbes não apenas tem destaque na fundação do pensamento moderno, como também, em função de sua modificação dos princípios do direito natural, logrou o título de “fundador do liberalismo” (NRH, p. 182).

Nesse sentido, a proposta do presente artigo é compreender a interpretação straussiana da filosofia política Hobbes, entendendo que esse projeto se insere no trabalho maior voltado para o entendimento da natureza do moderno liberalismo e sua crise. A fonte principal de pesquisa se encontra na obra *Direito natural e história* (1953). Tal escolha encontra razão no fato de para além de ser um dos principais livros do autor, ele oferece uma visão panorâmica da história do pensamento político, tendo como fio condutor a noção de direito natural, que se estende desde a origem da filosofia política clássica, compreendida como a filosofia antiga grega e romana e a filosofia cristã, passando pela alvorada da modernidade até seu ocaso e crise no pensamento político e social do século XX, culminando no relativismo, positivismo e

niilismo de autores como Heidegger, Nietzsche e Weber. No entanto, o trabalho não se fixou de modo unilateral a esse livro, tendo recorrido a outros escritos quando necessário para a compreensão efetiva dos argumentos.

O artigo pretende, desse modo, contribuir para o debate acerca da fundação teórica do liberalismo, ao passo que traz a tona uma interpretação peculiar e straussiana desse fenômeno. Há que se observar que a visão de Hobbes como precursor da tradição liberal está longe de ser um consenso, John Locke é, de modo geral, mais reconhecido como o precursor do liberalismo. Para Strauss, vale dizer, Locke apenas continua o que Hobbes iniciou. Bobbio, por exemplo, defende que Hobbes não era “nem um escritor liberal, nem um precursor de ideias liberais” (1993, p. 70). Por outro lado, Crawford Macpherson, em cuja interpretação acerca de Locke Strauss admitidamente encontra concordâncias com sua própria (NRH, p. 234), é mais afinado com Strauss na medida em que reconhece o papel primordial de Hobbes nas “raízes” da liberal-democracia moderna (1962, p.1). Seja como for, se o artigo puder enriquecer o debate acerca dessa questão já terá logrado seu intento.

A fim de abrir a ponte de acesso ao liberalismo político de Hobbes, faz-se necessário compreender o escopo no qual ele se encaixa. A tarefa inicial e mais imediata, portanto, passa por buscar entender os princípios do pensamento de Hobbes fundados no seu ateísmo político.

I. O Ateísmo político de Hobbes

O ateísmo em Hobbes não é dado corriqueiro ou secundário, antes ele fundamenta o programa doutrinário e revolucionário do filósofo. Ele representa um movimento decisivo dentro da questão teológico-política, pois, junto de Maquiavel, rompe de modo radical com a postura pré-moderna. O cerne dessa virada trata basicamente de saber se a fonte da legitimidade do direito, da lei e da moralidade, é uma ordem externa ou transcendente ao homem, postura dos clássicos, ou se ela é imanente e dirigida pelo esforço humano. Hobbes toma partido apaixonado pela segunda, em cujo nome seu ateísmo político é mobilizado. Essa doutrina que “tem revolucionado a vida humana em todas as partes em escala jamais aproximada por qualquer outro ensinamento” (NRH, p. 169). Por conta disso Strauss desenrola a reflexão sobre o pensamento político de Hobbes a partir de sua discussão com o ateísmo antigo. O ateísmo moderno, de modo geral, encontra raiz ancestral, segundo Strauss, no solo do antigo hedonismo materialista epicurista.

Com Hobbes não é diferente, porém, ele altera o escopo do ateísmo clássico de Epicuro ao passo que o funde com o horizonte da filosofia política socrática e funda o

hedonismo político. Segundo Strauss, Hobbes o faz, a partir de um acordo que trava com o escopo da filosofia clássica, enquanto filosofia tomada de certo espírito público e prático, ao mesmo tempo que, toma por base os postulados epicuristas da natureza apolítica original do homem, o materialismo, assim como a ênfase hedonista na centralidade do desejo humano. Como se deu esse processo?

Hobbes nutriu relação ambígua com a filosofia política clássica. Por um lado estava convencido de que a filosofia política clássica não passa de um sonho. Por outro lado, aceitou a visão de que ela é possível ou necessária. Hobbes identificou a tradição clássica como aquela originada por Sócrates, “o primeiro que amou a ciência civil” (183, p. 29), e seus prosélitos, Platão, Aristóteles Cícero, Sêneca, Tacito e Plutarco (*ibidem*, p. 148). Além disso, essa tradição se caracteriza, ao ver de Hobbes, pela busca pelo melhor regime ou pela ordem social mais justa e é perpassada por um caráter político, não apenas por lidar com questões de cunho político, mas também por ser motivada pelo espírito público. (NRH, p.167).

Além do mais, Hobbes aliou-se também ao hedonismo. O hedonismo, ao lado da sabedoria sofista e de Carneades, é uma doutrina anti-idealista. Contudo, não caracterizava, ao ver do filósofo inglês, uma filosofia propriamente política. A despeito de preocupar-se com questões que dizem respeito ao conhecimento sobre como o indivíduo deve viver de modo correto e sobre como o indivíduo poderia, e, se deveria, utilizar da vida em sociedade para extrair o máximo de vantagens próprias, tais doutrinas não eram políticas, pois faltava com a espirituosidade pública. “Não era dedicada a preocupação com a ordem correta da sociedade como algo que é bom em si mesmo” (NRH, p.168).

Nesse ponto, Strauss capta o duplo movimento do pensamento que funda o hedonismo político de Hobbes. O filósofo inglês está de acordo com o escopo da filosofia política clássica “idealista”, imbuída de espírito público e preocupada com o problema do melhor regime político. De tal sorte que, argumenta Strauss, Hobbes faz como Cícero e se alinha a Catão contra Carneades². No entanto, o faz na mesma medida em que se alinha com os preceitos hedonistas. Rejeita a ideia clássica de que o homem é o animal político e social por natureza, e toma o modelo epicurista, segundo o qual a natureza humana é fundamentalmente apolítica, assim como identifica o bem com o prazeroso. Em suma, o pensamento político de Hobbes é a síntese entre platonismo e epicurismo, ou, *hedonismo político*.

²Referência ao episódio em que Catão, o velho, propôs ao senado romano a deportação de Carneades de volta para Atenas, por conta dos discursos públicos nos quais relativizava a natureza dos deuses e da justiça (JAMES, 2012). Hobbes se refere ao ocorrido no capítulo XLVI de seu *Leviathan*.

A imensa revolução operada por Hobbes reside em seu ateísmo político. Ele politiza o materialismo epicurista, que em seu sentido clássico e “apolítico”, se assemelhava a vida em regozijo, distante da polis, nos jardins em companhia de poucos amigos em busca da sabedoria - filosofia -, o prazer verdadeiro e supremo. Contudo, os ateístas ou materialistas pré-modernos, incluso os epicuristas, não duvidavam do caráter positivo de Deus ou Deuses para a vida social (NRH, p. 109, 169). Hobbes, por outro lado, visa fundar sua filosofia e seu direito natural justamente sobre as bases dessa filosofia da natureza ateísta. Por isso Strauss pode dizer que a filosofia de Hobbes com um todo pode ser descrita como “o exemplo clássico da combinação tipicamente moderna de idealismo político com uma visão materialista e ateísta do todo” (NRH, p.170).

Poderia se questionar o ateísmo Hobbes. De fato, Strauss reconhece a existência de diversas passagens da obra de Hobbes que endossam a postura de um religioso devoto e bom anglicano. Não obstante, há que se ter em mente o “grau de circunspeção e acomodação” com relação às opiniões aceitas que os escritores “desviacionistas”, de tempos passados, empregavam, em vista de “viver ou morrer em paz”. Desconsiderar esse procedimento metodológico pode levar a “graves erros históricos”, logo, a má interpretação das ideias de um autor (NRH, p. 199). Portanto, por trás das concessões de fachada que habitam a superfície do texto hobbesiano se encontra seu real ensinamento ateísta. Com isso o filósofo inaugura de modo agressivo uma postura propriamente moderna em face ao problema teológico-político, que pode ser formulado como o programa da razão esclarecida que visa tomar o trono da religião. Esse movimento, em termos de história das ideias, não pode ser caracterizado de outro modo, senão pelo termo *revolução* e acompanha, como se argumenta a frente, todos os aspectos da filosofia política de Hobbes.

O contexto intelectual de ascensão da ciência natural influenciou consideravelmente as ideias de Hobbes. Inclusive foi determinante para sua ruptura com o pensamento político clássico. Segue a questão de saber como o filósofo emprega a lógica da ciência natural em sua filosofia política.

II. *O conhecimento a serviço da conquista da natureza*

Hobbes foi, segundo Strauss, o primeiro a pensar o direito natural no contexto de emergência da “moderna ciência natural e da ciência natural não-teleológica” (NRH, p. 166). O impacto desse arcabouço intelectual é enorme e é mais um ponto que o leva a romper com o a tradição clássica. Segundo Hobbes, e seus modernos contemporâneos, a tradição da

filosofia política falhou na tarefa de atualizar a sabedoria, i.e, na efetivação do regime político ideal, pois as bases mesmas do conhecimento não permitiam tal realização. Portanto, buscou construir seu edifício teórico sobre bases seguras, em vista de garantir, de fato, a realização da sabedoria. Tal fundação só poderia se dar sobre os princípios do ceticismo radical³. Apenas após a inquisição incansável da razão, devastadora dos pré conceitos presentes na filosofia até então, seria possível realizar o projeto (NRH, p.171).

No solo do ceticismo pode-se erigir um novo tipo de dogmatismo, confiante no modelo da matemática e geometria, i.e, uma visão do todo mecanicista, em oposição a perspectiva teleológica da tradição. Contra os pré-modernos, afirmou Hobbes, “não existe o *finnis ultimus* (propósito maior) nem o *summum bonum* (bem supremo) de que tratam os livros dos velhos filósofos moralistas” (2009, p.77). Mas, se o universo tomado sobre a base do materialismo demócrito-epicurista é destituído de um sentido último, como lidar com essa avassaladora verdade? Hobbes vislumbrou, segundo Strauss, a seguinte saída, a ciência da natureza destitui o *telos* e o bem supremo que não podem ser conhecidos, contudo, pode-se conhecer absolutamente aqueles fins direcionados pelo arbítrio humano. “O mundo de nossos constructos é, portanto, a ilha desejada que é imune ao fluxo cego da causação sem propósitos” (NRH p. 173).

A descoberta do abismo, portanto, afirma Strauss, não dá lugar ao desespero, mas há uma esperança nova. O fato de que o universo é indiferente, ou que no mínimo não possui um desígnio que possa ser apreendido pelo intelecto humano, garante ao fazer humano o sentido. Dado o caráter ateleológico do todo, cabe aos homens tomar as rédeas de seu destino. A nova ciência como um meio ilimitado de dobrar e conquistar a natureza cega, toma o lugar da antiga filosofia voltada a contemplação e a busca da sabedoria. O centro de gravidade é, portanto deslocado para o âmbito do fazer, realizar e moldar. Vale apontar que o ápice pode ser tomado na célebre sentença de Marx, “Os filósofos até hoje pensaram o mundo, trata-se, agora, de muda-lo”. Passa a ser possível realizar aquilo que os antigos falharam, a *efetivação da sabedoria*.

Em suma, o modo mecanicista como Hobbes concebe a filosofia “tem raiz na convicção de que uma cosmologia teleológica é impossível e no sentimento de que a cosmologia mecanicista falha em satisfazer os requisitos de inteligibilidade”. De modo que o princípio teleológico, que não se encontra no fenômeno em si, pode ser garantido pelo conhecimento humano. Destarte, a ciência política é para Hobbes, como foi para Aristóteles,

³ Strauss indica a proximidade entre o ceticismo metodológico de Descartes e de Hobbes.

“o mais importante tipo de conhecimento”, contudo, o primeiro deposita uma expectativa tremendamente maior sobre a filosofia política

Não se pode simplesmente dizer que Hobbes concorda com a função e o escopo da filosofia política. Sua expectativa com relação à filosofia política é incomparavelmente maior que a expectativa dos clássicos. Nenhum sonho cipiônico iluminado pela verdadeira visão do todo lembra seus leitores da futilidade fundamental de tudo o que o homem pode fazer. A filosofia política assim entendida Hobbes é de fato o criador (NRH, p. 177).

Hobbes inflaciona o escopo da filosofia política, na medida em que pensa nos termos de um saber técnico que em posse do conhecimento dos reais móveis da paixão e desejo humano é capaz de realizar o melhor regime. É preciso partir do que o homem realmente é, e não de como o homem deve ser de acordo com a ordem natural ou ideal, como pensavam os clássicos, a fim de efetivar a sabedoria. Ora, essa mudança de olhar, esse rebaixamento, é fundado sobre o continente que Maquiavel havia descoberto. De modo que a construção teórica hobbesiana é devedora dos ensinamentos de Maquiavel? O florentino descobriu o continente sobre o qual Hobbes pode erigir sua teoria. A imanência.

III. *Maquiavel, o grande Colombo*

A despeito de, como mencionado anteriormente, Strauss afirmar que Hobbes é o fundador da modernidade em seu rompimento radical com a tradição clássica, deve-se notar que o filósofo inglês apenas continua o que fora iniciado por Maquiavel⁴. Hobbes constrói sua teoria sobre o continente descoberto pelo “grande Colombo” florentino (*ibidem*).

O cerne da ruptura inaugurada por Maquiavel em sua virada “realista” reside em sua substituição da ordem transcendente pela qual se orientava a filosofia clássica, para o princípio imanente. Em outras palavras, Maquiavel rejeita a preocupação acerca de como os homens *devem* viver, pela ênfase em como os homens efetivamente vivem. Enquanto a tradição clássica tratava da “busca pela melhor ordem política, ou o melhor regime como o regime mais conducente a prática da virtude ou de como os homens devem viver” (STRAUSS, 1989, p. 84), Maquiavel argumentou, por outro lado, que “a distância entre o como se vive e o como se deveria viver é tão grande que quem deixa o que se faz pelo que se deveria fazer contribui antes para a própria ruína e compromete sua preservação” (2010,

⁴ Tanguay nota que nos primeiros escritos Strauss considerava Hobbes como o fundador da pensamento moderno, contudo, em *Direito natural e história*, Maquiavel já figura como o precursor moderno de Hobbes (2003, p. 227)

p.97). O corolário dessa linha de pensamento é a nova antropologia de Maquiavel (TANGUAY, p. 105). É necessário partir da noção fidedigna acerca da natureza humana ou como ela se expressa na maioria dos homens na maior parte do tempo, apenas desse modo o príncipe pode ter a garantia de governar da melhor maneira.

O esfacelamento da ordem natural operada por Maquiavel dá lugar a lógica política posteriormente radicalizada por Hobbes na fundação do *Liberalismo político*. A tradição clássica acreditava que havia um sentido, um *telos*, derivado do conhecimento da natureza das coisas. O melhor regime é a vida de acordo com os fins naturais do homem, enquanto ser político e racional (NRH, p. 129, 134). Existe uma ordenação do todo no qual o homem é apenas uma parte. O homem não é senhor do todo e não é possível controlar o acaso⁵. A virtude fundamental é a moderação. O florentino rebaixa o olhar e a meta a fim de garantir resultados. O príncipe é capaz de controlar o acaso e transformar a matéria corrupta em boa. Transforma o problema político em um problema técnico. (STRAUSS, 1989, p. 40, 47, 65).

Sob o pano de fundo da visão decaída de Maquiavel, Hobbes fundou sua doutrina do direito natural. Mas, como instaurar o direito na falta da ordem natural externa e prescritiva ao homem? O fundamento seguro encontrou Hobbes não na razão, mas na paixão humana. A mais poderosa paixão humana, o medo da morte. As virtudes hobbesianas enquanto derivadas do fato fundamental, do medo, são radicalmente diferentes da glória heroica de Maquiavel e vão lançar as bases dos valores da civilização moderna. Na bela formulação de Strauss, “a morte toma o lugar do *telos*” (NRH, p. 181).

IV. *O direito do indivíduo e a gênese do liberalismo*

O deslocamento do alicerce do direito natural para a mais forte paixão humana inaugura o evento sem precedentes, que garante a Hobbes, segundo Strauss, o título de fundador do liberalismo político, pois, decorre que o fato fundamental deixa de ser o dever com respeito a ordem externa ao homem, mas sim o direito de *auto-preservação* do indivíduo. Esse direito é a única fonte de princípios de justiça e da moralidade, a função do Estado é a de salvaguardar e proteger esse fato fundamental da política. Desse modo, considerando o

⁵ A tradição clássica contava com o fato de que a realização do melhor regime dependia do acaso tortuoso e incontrollável. No caso de Platão, a coincidência entre a filosofia e o poder político, e para Aristóteles, na disposição de território e de um povo aptos ao melhor regime, de modo que para ambos a efetivação do modelo ideal era altamente improvável. Enquanto, para Maquiavel, a fortuna é mulher e pode ser dobrada pela virtú viril do príncipe, i.e, o acaso pode ser controlado. Assim como, um povo corrupto pode ser transformado por meio de ação extraordinária, em matéria boa, o que era uma impossibilidade para Aristóteles (2010, p. 134; TWM, p.84; NRH, p. 178).

liberalismo como a doutrina política centrada na garantia dos direitos do homem, Hobbes é, de fato seu fundador (STRAUSS, 1989, p. 270; NRH, p. 182)⁶.

A inversão entre direitos e deveres está em perfeita sintonia com a ambição moderna característica de Hobbes de atualizar a sabedoria. A ambição propagandística e revolucionária de seu projeto pode alcançar mais facilmente o coração dos homens ao apelar para a mais poderosa paixão humana e torná-la a fonte de legitimidade da lei. A exortação clássica a busca da perfeição e da virtude, do *finnis ultimimus*, em conformidade com a ordem natural parecia-lhe alta demais e carente em capacidade pervasiva. Por isso foi necessário descender das alturas “imaginárias” dos céus para o medo da morte que a todos toca. Strauss endossa o adágio de Burke que prenunciara “o pequeno catecismo dos direitos do homem é logo aprendido; e as inferências são as paixões” (NRH, p.183). Bastaria, portanto, a propaganda por meio da educação iluminista desse direito natural moderno centrado no indivíduo para garantir, enfim, a efetivação do conhecimento.

O fundamento da inversão entre direitos e deveres tem seu mais profundo alicerce na noção hobbesiana de estado de natureza. Com isso Hobbes deu origem a tradição do contratualismo moderno. Apenas a partir dele a doutrina do estado de natureza se tornou essencial na filosofia política, desde Hobbes a doutrina do direito natural se tornou essencialmente a doutrina do estado de natureza. O filósofo inglês caracterizou o estado que antecede a instauração da sociedade civil como o estado de liberdade plena para agir como quisesse. Contudo, liberdade para Hobbes significa anarquia e a condição lupínea de *bellum omnium contra omnes*⁷, no qual a vida de cada um é “solitária, pobre, embrutecida e curta” (2009, p. 96). Além do mais, os indivíduos, no estado de natureza, antes de serem sociais por natureza, viviam separados e constantemente ameaçados pela iminência de ataque contra sua vida e seus bens. De tal sorte que todos partilhavam do generalizado sentimento de medo da morte, não importando a distinção da força de cada um, desde que dois ou três indivíduos menos dotados de vigor físico poderiam facilmente derrubar aquele mais robusto. A razão filosófica dessa construção, argumentou Strauss, é tornar compreensível a primazia dos direitos sobre os deveres. No estado de natureza existe a liberdade absoluta de cada um, incluindo o direito geral de auto- preservação de cada um, mas não existe dever ou obrigação vinculante (NRH, p.184).

⁶ Harvey Mansfield, nomesmo sentido, argumenta que “by conceiving the idea that rights come before duties, he [Hobbes] laid the foundation for liberalism. All liberal democracies today, though drawing different political conclusions from Hobbes’s formulation, are indebted to him for the foundation (2006, p. 166).

⁷ Guerra de todos contra todos.

Dois pontos são notáveis no constructo hobbesiano, seu pressuposto da natureza humana original como asocial ou apolítica, centrada em indivíduos isolados livres e iguais. O igualitarismo e o caráter apolítico que estão nas origens da natureza hobbesiana vão seriamente contra a tradição clássica, fundada na noção do homem como animal por natureza político e social e no princípio não igualitária de justiça distributiva em respeito as diferenças naturais entre os indivíduos. Para os clássicos os seres humanos não se associam por conta de um interesse particular ou pela mera busca de prazer individual derivada da associação, antes, o homem vive em sociedade por natureza em razão do fato que apenas a vida em sociedade civil pode realizar as qualidades racionais e comunicativas do homem e assim, pode ser atingida a perfeição de sua natureza (NRH, p.129-130). Contudo, assim como as cidades, os homens são compostos por diferentes constituições e inclinações, de modo que alguns são mais aptos para as atividades de guerra, outros para o governo e outros para a filosofia. Surge daí uma hierarquia natural, cujo topo é ocupado pela minoria superior e mais sábia, outorgada com o direito natural de governar a multidão e seus apetites (NRH, p. 135,141). O estado de natureza dos indivíduos livres e iguais,⁸

Tendo delineado os atributos do estado de natureza, Strauss pode passar ao seu desencadeamento no que diz respeito ao estabelecimento da legitimidade política. Segue do direito de auto-preservação o direito aos meios para garanti-lo, de onde desponta a pergunta por quem deve julgar os meios apropriados. A resposta de Hobbes, diz Strauss, é que todos devem ser os juízes dos meios corretos para garantir o direito de auto-preservação. A saída clássica a questão indicava para o primado natural dos homens de sabedoria prática como os juízes. Contudo, a sabedoria não outorga a legitimidade para Hobbes. Ninguém, por mais sábio que seja, é tão preocupado com a preservação de outrem, não importando quão desvairado seja o outro em questão, quanto esse próprio indivíduo. Portanto, a legitimidade natural não deriva da razão, mas do consenso e da vontade de todos os indivíduos (NRH, 185, 228, 266)g. A soberania é, destarte, outorgada por meio do consenso de todos, o contrato social. Ao invés de advir da razão, as leis emanam diretamente do direito individual de cada

⁸ Nesse sentido, explica Laurence Berns, "Hobbes addressed himself directly to Aristotle's idea of distributive justice. The doctrine that some men by nature are more worthy to command and others more worthy to serve is the foundation of Aristotle's political science, Hobbes wrote. The doctrine is false because in the state of nature all men are equal, the inequality found now among men has been introduced by the civil laws. Furthermore, the doctrine is dangerous because it contributes to pride. Distributive justice properly conceived is the justice of an arbitrator and consists not in distributing to each in proportion to his virtues and vices, but in treating all as equal. For, Hobbes said, if nature made men equal, that the equality ought to be acknowledged. Even if nature made them unequal, men will always consider themselves equal and thus will enter into conditions of peace only on equal terms. (...)" (1987, p. 403)

um. Daí a importância de Hobbes em preparar as bases do liberalismo e sua ênfase na questão dos direitos humanos calcados em preceitos igualitários (CITAR A NOTA DE RODAPÉ).

A despeito de conceder poder quase irrestrito ao soberano, superioridade com relação às leis, e proteção contra demandas e protestos dos súditos, além de outras garantias como controle sobre a religião e currículos escolares, características que o classificam como o advogado do absolutismo monárquico, há que se notar a primazia da democracia no constructo hobbesiano. Dado que a soberania emana por princípio da chancela da assembleia de todos, pode-se dizer que em última instância a democracia é o solo no qual pode nascer a soberania nos moldes hobbesianos. “nós apenas temos de nos lembrar”, escreveu Strauss, “do significado prático da doutrina [da soberania de Hobbes] que o único regime legítimo é a democracia” (NRH, p. 193)⁹.

V. A doutrina das virtudes e o doutrinário esclarecido

Além da doutrina da soberania, Hobbes traz à luz, a partir do direito natural de auto-preservação, uma nova tábua de valores, denominada, segundo ele, como a “verdadeira e única filosofia moral” (Leviathan, p.116). Esse movimento não é menos relevante para o escopo do pensamento político de Hobbes quanto os outros elementos de sua doutrina. Naturalmente, tendo como princípio o desejo de auto-preservação, a moral hobbesiana não pode deixar de louvar em mais alto grau aquilo que o pressupõe a garantia desse desejo, a paz). Hobbes polemiza com a tradição moral aristotélica, a justiça, assim como a “igualdade e caridade” permanece como virtude, mas é reduzida ao plano do cumprimento do contrato, sendo excluídos que os atributos da excelência humana que divergentes ou que lhe apresentam algum risco, como a coragem, liberalidade, magnanimidade e a sabedoria. Sendo o maior dos contratos e aquele que possibilita todos os outros o contrato que institui a soberania.

Enquanto a virtude é idêntica ao pacifismo, o maior dos vícios está naquilo que o ameaça, a vaidade, *vainglory*, ou orgulho. A vontade de superioridade sobre os outros e a

⁹ Ver também Berns (1987) p.411. Robert Tuck (2016) também reconhece a importância conceitual, que “tem sido usualmente negligenciada”, da democracia na obra de Hobbes: “So already in Hobbes we find centrally the thoughts which we shall also find in Rousseau: an insistence that the people have no existence separate from the sovereign, and that the clearest example of this is to be found in the fact that the first and most fundamental way in which a people are formed is by the creation of a democratic assembly to which all may come and which is governed by majority voting and not by deliberation. Rousseau went further and argued that such an assembly could not dissolve itself and transfer its sovereignty to (for example) a king, but – at least in this area – that was the only significant difference between his theory and Hobbes’s (p.104)(grifo nosso).

consequente disposição ao domínio do alheio parecem a Hobbes um dos mais fortes móveis da ação humana que pode, inclusive, nublar o medo da morte. Lembremos que Aquiles preferiu pagar com a própria morte por ter seu nome lembrado através dos séculos do que ter vida longa e confortável, mas cair em esquecimento (buscar trecho)¹⁰. Strauss ressalta o fato, por vezes, negligenciado de que Leviathan é a figura bíblica conhecida como “o rei do orgulho”. O Estado é aquele que subjulga o orgulho dos súditos, a entidade a qual todos devem reconhecer a superioridade e legitimidade, com a qual não pode haver a ambição de igualar-se (NRH, 188; PPH, p. 17)¹¹. Enquanto Maquiavel conduz a virtude no sentido da busca de glória, incorporando o espírito republicano de Roma, Hobbes apazigua a virtude e a iguala a vida de conforto e segurança¹² (NRH, 187, WPP, p.67).

Dito isso, Strauss, pode retomar a essência do hedonismo político de Hobbes de modo mais preciso. (Vale lembrar que a repetição de temas com acréscimos é um movimento importante da escrita de Strauss) O filósofo inglês se alinha o hedonismo apolítico de Epicuro nos seguintes termos, o bom é igual ao prazeroso; portanto, a virtude não é valorosa em si mesma, mas apenas enquanto meio de obtenção de prazer e fuga da dor; o desejo por honra e glória é vão, logo, a busca por prazeres sensoriais é em si preferível a honra ou glória. Sobre a cisão entre filósofo inglês e o epicurismo, Strauss já afirmara, como mencionado anteriormente, que Hobbes se alinha ao “idealismo” da teoria clássica contra o epicurismo apolítico. Além disso, acrescenta Strauss, Hobbes opera mais uma mudança com relação ao epicurismo. Este último fazia distinção entre os prazeres naturais. Na hierarquia dos prazeres, a filosofia ocupava o topo. Mas a vida filosófica, a mais prazerosa e verdadeiramente feliz, demanda ascetismo, reclusão e auto-controle (NRH, 110-113; 189). Por isso, a partir do princípio rebaixado de Maquiavel, Hobbes horizontaliza o hedonismo. O fim da sociedade civil deixa de ser a vida de acordo com a excelência humana, e passa a ser a vida cômoda como recompensa do trabalho duro (NRH, p.189).

¹⁰ A própria *Ilíada*, o primeiro registro escrito do Ocidente, abre com o célebre elogio à paixão pela honra e glória ou ira – *thymos* – de seu principal herói, “Canta, ó musa, a cólera (*thymos*) de Aquiles”.

¹¹ Em carta ao filósofo rival e amigo Alexander Kojève Strauss fala sobre a ruptura de Hobbes com a ética aristotélica em sua obra de maturidade. De acordo com ele, Hobbes desferiu uma crítica “de origem puritana” aos princípios aristocráticos da “honra, fama e orgulho”, componentes da virtude aristotélica. Esses valores são “identificados e desvalorizados”. Tal procedimento requiriu “uma revolução dos conceitos morais básicos que resulta na antítese vaidade-medo” (T, p. 278). Mansfield sintetiza esse aspecto da doutrina hobbesiana, não sem certa ironia, do seguinte modo: “You ought to be more afraid than proud, he says; not only do you show yourself wise when you tremble, but you also become a better person, more honest with yourself because you have given up your pretensions”(2003, p. 169).

Ao passo que o direito natural hobbesiano e sua centralidade no princípio de auto-preservação de cada indivíduo ensina o cânone moral da vida confortável e segura, Strauss percebe em Hobbes o fundador do ideal da civilização moderna, tanto em sua forma burguesa-capitalista quanto socialista (TANGUAY, 2003, p. 102). Desse modo, Hobbes, que declarou orgulhosamente ter sido o primeiro a debandar da guerra civil inglesa, visa contrapor-se à virtude aristocrática por excelência, o desprezo da morte, invertendo a hierarquia dos valores e alçando o medo da morte violenta como paixão soberana e universal¹³. Por essa razão, Strauss elenca Hobbes, ao lado de Locke, como os precursores do “espírito do capitalismo”.

Atinge-se nesse ponto um impasse. A problemática se apresenta do seguinte modo, a vaidade, o orgulho e o desejo de preeminência sobre os outros constantemente sobrepujam o interesse esclarecido da paixão pela segurança e pela vida confortável, o que compromete a preservação da vida dos indivíduos e leva ao risco do estado violento da guerra de todos contra todos. Mais, o “medo dos espíritos invisíveis” e do fogo do inferno, ou seja, a religião, torna os homens insensíveis à morte terrena. Como remediar o ímpeto humano por superioridade e a reverência supraterrana aos fantasmas da imaginação? Entender a resposta de Hobbes ao problema, significa compreender o modo como sua doutrina tem “revolucionado a vida humana em todas as partes em escala jamais aproximada por qualquer outro ensinamento” (NRH, p. 169), i.e, seu projeto iluminista.

O esclarecimento é o corolário necessário do projeto hobbesiano, pois as falsas opiniões a que estão submetidos, frequentemente desviam o homem de seu real interesse, a paz, levando-o ao orgulho, vaidade ou auto-sacrifício. Enquanto os homens temem os “espíritos invisíveis”, o medo da morte violenta perde seu apelo, mas o esclarecimento a respeito da realidade e a libertação das ilusões obscurantistas abre o caminho para a real força do medo da morte. Portanto, a abolição da religião é parte central do projeto de Hobbes, segundo Strauss. Ele requer, portanto, “tamanha mudança de orientação que pode ser trazida somente pelo desencantamento do mundo, pela difusão do conhecimento científico, ou pelo esclarecimento popular”. Daí o sentido doutrinário da filosofia política de Hobbes que aponta para a “sociedade a religiosa ou ateísta como solução para o problema político” (NRH, p. 198).

Em oposição à postura clássica que julgava impossível ou muito improvável a coincidência entre o poder político e a filosofia, Hobbes pretende concilia-los. Segundo a

¹³ Ver também Sloterdijk (2000), p. 50-1.

tradição antiga, a filosofia e a cidade encontram-se em tensão permanente; a cidade necessita da crença em concepções compartilhados acerca do bem e da justiça; mas a filosofia consiste necessariamente no questionamento do bem comum e preconceitos da cidade em busca daquilo que é por natureza; portanto, o filósofo é perigoso a cidade; mais ainda, a ameaça é recíproca, a cidade é perigosa para o filósofo, vide a morte de Sócrates; por fim, resulta que a política filosófica, expresso através de um tipo especial e velado de arte de escrever, prescreve cautela e cuidado que a filosofia deve ter com a cidade e suas convenções edificantes. Hobbes, por sua vez, pretendeu abalar essa relação. Sua intenção foi a de fazer a filosofia imperar sobre a cidade e a religião por meio da propaganda filosófica na formação da opinião pública (NRH, p.200). A filosofia pública trataria de divulgar a doutrina do egoísmo esclarecido, sobrepondo o orgulho e a vaidade maléficos. A luz das leis da razão fundadas na doutrina do direito natural de auto-preservação individual, poderia-se propriamente atingir o estado de paz civil. Por isso o escopo e a solução da ciência política de Hobbes torna necessário o Esclarecimento (NRH,)¹⁴.

Há uma aliança, portanto, entre razão e paixão. Ao passo que a razão reconhece o poder das paixões sobre os homens, pode cooperar com a paixão, a fim de garantir a realização da sabedoria.

Considerações finais

A título de fechamento pode-se dizer que o artigo apresentou e analisou a interpretação straussiana da filosofia política Hobbes, sobretudo, a partir do livro *Direito natural e história*. Nesse sentido, citou Hobbes na alvorada na modernidade, demonstrou suas rupturas com o pensamento pré-moderno, reconstruiu os princípios de seu direito natural a luz de seu projeto político mais amplo, assim como localizou as causas que levam Strauss a considerar o filósofo inglês como o fundador do liberalismo político. Com isso intentou contribuir com o debate de teoria política interessado pela história das ideias e pelo pensamento de um dos mais brilhantes filósofos políticos do século XX, Leo Strauss.

Constatou-se que a centralidade do discurso dos direitos do homem caracteriza o âmago daquilo que Strauss identifica como o liberalismo hobbesiano, o próprio constructo do estado de natureza obedece ao fim de ressaltar a primazia do direito individual na fundação da

¹⁴ Ver Berns (1987, p. Ver também BERKOWITZ (1999, p.52), que tem em Strauss uma de suas principais referências, centra sua análise na doutrina das virtudes de Hobbes, argumentando por sua centralidade no todo do projeto político hobbesiano.

legitimidade e fins da política. O compacto social que origina a sociedade civil e o Leviathan são legitimados por meio do consentimento de todos os indivíduos, livres e iguais, portadores do fundamental direito de auto-preservação. A finalidade última da sociedade civil, em sintonia, com a paixão mais poderosa dos homens, o medo da morte, se encontra na busca pelo estado de paz. Posto de outro modo, o fato fundamental da política passa a ser a satisfação da paixão humana, entendida como a paixão mais horizontal e comum a maior parte da humanidade, o medo, o que significa a garantia de conforto e segurança.

Ao cabo, salta aos olhos o fato que muito dificilmente o liberalismo político de Hobbes pode ser compreendido plenamente quando deslocado do panorama mais amplo de seu projeto político. Afinal, a intenção do autor permaneceria ofuscada sem a percepção da proporção que a doutrina liberal assume na formulação de seu programa político esclarecido e na querela travada com o pensamento clássico e com a teologia. O artigo, portanto, adiciona à compreensão da fundação do liberalismo hobbesiano ao passo que situa o conceito no horizonte do amplo escopo que Strauss identifica na obra do filósofo. De modo que ficou demonstrado a íntima relação que o liberalismo originário de Hobbes nutre com sua pretensão moderna de realizar a sabedoria, i.e, concretizar o melhor regime e conquistar o acaso e a natureza, associando-se a visão rebaixada de Maquiavel, assim como; faz parte do propagandismo ateu e iluminista de Hobbes; além de ser o corolário do rompimento de Hobbes com a doutrina do direito natural teleológico dos clássicos.

Vale apontar que a presente pesquisa é um primeiro passo no caminho de desbravar a noção do liberalismo moderno em Leo Strauss. Os próximos passos tendem a avançar naturalmente na direção da interpretação do pensamento político de John Locke, segundo Strauss, o sucessor de Hobbes na primeira onda da modernidade e, por mais que um aparente crítico do antecessor, foi, em verdade, um continuador de seu pensamento.

REFERÊNCIAS

- Allen, James, "Carneades", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/carneades/>>. Acessado em 08/09/2019.
- BERKOWITZ, P. *Virtue and the making of modern liberalism*. New Jersey: Princeton university press. 1999.
- BERNS, L. Thomas Hobbes. IN: CROPSEY, J; STRAUSS, L. *History of political philosophy*. Chicago e Londres: The University os Chicago Press, 1987.
- BOBBIO, N. *Thomas Hobbes and the natural law tradition*. Trad. Daniela Gobetti. Chicago e Londres: The university of Chicago press, 1993.
- HOBBS, T. *De Cive: english version*. Oxford: Oxford University Press. 1983.
- _____. *Leviathan, ou, matéria, formas e poder de um estado civil*. Trad. Rosana D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- MACPHERSON, C. *The political theory of possessive individualism*. Oxford: Oxford University Press. 1962.
- MANSFIELD, H. *Manliness*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad. Mauricio Santana dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2010.
- SLOTERDIJK, P. *O desprezo das massas: ensaio sobre as lutas culturais na sociedade moderna*. Trad. Claudia Cavalcanti. SãoPaulo: Estação Liberdade. 2016.
- STRAUSS, L. *An introduction to political philosophy: Ten Essays by Leo Strauss*. Detroit: Wayne State University Press. Org. Hialil Gildin, 1989.
- _____. *Da tirania*. Trad. Élcio Verçosa Filho. São Paulo: É Realizações, 2014 .
- _____. *Liberalism Ancient and Modern (LAM)*. Londres e Chicago: The university of Chicago Press, 1968.
- _____. *Natural right and history (NRH)*. Londres e Chicago: The university of Chicago press, 1965.
- _____. *The city and man (CM)*. Virginia: The University Press of Virginia, 1964.
- TANGUAY, D. *Leo Strauss: na intelectual biography*. Trad. Christopher Nadon. 1 ed. New Haven e Londres: Yale University Press. 2007.
- TUCK, R. *The sleeping sovereign: the invention of modern democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. 2016.



Mídias Digitais, Feminismo(s) e Reconhecimento: uma proposta de Estudo de Caso

Isadora da Silva Binot¹

GT 6 – Representações Sociais e Produções Simbólicas

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGS - UFRGS. E-mail: isadora.binot@gmail.com

Resumo: O trabalho apresentado trata-se de questões centrais e preliminares de uma pesquisa em andamento. O tema refere-se à publicização de conteúdo feminista produzidos pelas mulheres nas redes sociais, em especial a rede social Facebook. Será feito um estudo de caso da Página Não Me Kahlo por meio de observação e levantamento de dados juntamente com auxílio da análise de conteúdo. A discussão será fundamentada por meio da articulação de autores da sociologia, comunicação e teoria crítica. Os objetivos gerais constituem-se em verificar a relação das redes sociais com o processo de disseminação e visibilidade de questões sobre gênero e feminismo e o reconhecimento gerado entre o ator social formado pelas mulheres e a sociedade. Podemos constatar, de maneira preliminar, o papel da midiatização como mecanismo facilitador de propagação dessas denúncias.

Palavras chave: Redes sociais, feminismo, reconhecimento e midiatização.

1. Apresentação

Este trabalho dá continuidade a uma pesquisa iniciada em 2016² durante a realização de trabalho de conclusão de curso a nível de graduação e visa, neste momento, desenvolver um projeto de pesquisa de dissertação. Dessa maneira, pensando em tratar as redes sociais como algo que vem atingindo ampla notoriedade nas últimas décadas, assim como apontou Castells (1999), as redes como um “novo sistema de comunicação capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais” (CASTELLS, 1999, p. 461). As mulheres, enquanto atores da sociedade civil, sinalizam, nestes espaços, a importância de expressar opiniões e conduzir questionamentos por meio de ações individuais e coletivas. Autores como Manuel Castells nos trazem uma perspectiva otimista ao falar da ação comunicativa na internet. O autor entende que o espaço da rede produz e é produto da horizontalidade. Assim, ele argumenta que as redes favorecem a cooperação e a solidariedade ao mesmo tempo que reduzem a necessidade de liderança formal (CASTELLS, 2012). Castells (1999) indica que por sua própria diversificação e da diversidade de interesses e valores dos atores sociais é que a rede pode representar a expressão de conflitos sociais de modo a permitir discussões mais

² Ver: BINOT, S. Isadora. Feminismo(s), mídias Digitais e reconhecimento: Estudo de Caso a partir da hashtag #meuamigosecreto. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

desinibidas. Por meio desta perspectiva, as redes sociais viabilizam o reconhecimento entre os atores da rede a partir da própria visibilidade que geram entre si. Neste sentido, a falta de reconhecimento, seja por meio da violação, privação ou exclusão, pode deflagrar lutas sociais; assim, a experiência de desrespeito pode representar a base motivacional na qual está ancorada a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003). As mulheres, nesses contextos, tornam-se agentes de muitas denúncias ao encontrar não só espaço de discussão por meio dessas páginas, mas de ter a oportunidade de compartilhar e problematizar o conteúdo reproduzido pelas mesmas. Considerando que as mídias sociais representam novas ferramentas de atuação, identifica-se que saber se comunicar online ganhou status de ferramenta principal para articular ações coletivas (GOHN, 2014).

Nesta pesquisa, o ator coletivo é formado por mulheres jovens e estudantes, que, ao trazerem questões muitas vezes entendidas e aceitas como “privadas”, mesmo que não voltadas a uma mobilização específica ou fora do ambiente virtual, permitem que a manifestação de discursos promova um melhor entendimento de demandas deste grupo, sejam elas coletivas, individuais ou institucionais: “Quando há um potencial crítico disponível, grupos subordinados frequentemente reúnem fragmentos de discursos hegemônicos e produzem contra-narrativas que são elaborados em seus próprios termos e nos espaços que lhe são próprios” (GOMES; MAIA, 2008, p. 210).

O Brasil é um país com alarmantes desigualdades de gênero, uma das maiores expressões deste problema pode ser constatada por meio dos altos índices de violência contra mulher. Em 2013, o país ocupou a 5ª posição mundial representando uma taxa de 4,8 homicídios de mulheres a cada 100 mil habitantes³. Em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Femicídio⁴, classificada como crime hediondo a associada às agressões letais cometidas por pessoas do âmbito familiar em razão da condição de sexo feminino das vítimas. Há críticas em relação à lei entre os membros da sociedade civil e resistências na sua aplicação. No entanto, sua criação pode ser considerada um avanço, já que a violência contra mulher continua sendo tratada por muitos veículos como “crime passional”, inviabilizando, assim, o reconhecimento de problemas culturais e estruturais da sociedade. A

³ Disponível em < https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf >. Acesso em 14 de julho de 2018.

⁴ Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/62399/femicidio-lei-n-13-104-de-9-de-marco-de-2015> >. Acesso em 14 de julho de 2018.

sub-representatividade das mulheres no espaço político, embora as passadas e constantes conquistas, sinaliza construções sociais consolidadas em períodos anteriores que naturalizaram papéis para homens e mulheres. A associação da mulher ao espaço privado reforça a limitação e até mesmo a sua invisibilidade no espaço público/político. Conforme indica Mary Del Priore (2006), sobre o processo de formação da cidadania no Brasil no início do século XX: “Muitas vezes, as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar” (PRIORE, 2006, p. 641). A suposição de que mulheres já têm garantias de direitos nos espaços institucionais da sociedade civil é comum entre aqueles que discordam da importância de temas como feminismo, por exemplo. Nesse sentido, a falta de reconhecimento, como processo que identifica abusos, desigualdades e injustiças cometidos institucionalmente, dificulta a autonomia das mulheres e provoca a sua própria invisibilidade em muitos espaços sociais. Neste sentido, as páginas de cunho feminista tornaram-se principal meio de divulgação/produção de postagens de conteúdos sobre empoderamento feminino no Facebook. Conforme aponta Maia:

A internet vem sendo altamente valorizada por proporcionar recursos para que grupos expressem e atualizem suas identidades, seus valores e interesses. Em casos de grupos que sofrem injustiça distributiva ou de exclusão simbólica, a busca por superação dos obstáculos se inicia com o esforço desses atores para definir, em seus próprios termos, a situação-problema, por meio da contestação de constrangimentos em práticas históricas, cristalizadas em regras formais ou implícitos em convenções culturais da sociedade (GOMES; MAIA, 2008, p. 337).

A passagem da autora contextualiza a situação das mulheres em condições de discriminação e desigualdade tendo, assim, o espaço da rede para se expressar. A contestação de padrões culturais e a possibilidade de trazer experiências do particular para exposição pública promovem o compartilhamento e o reconhecimento de problemas. Neste sentido, as redes sociais atuam de modo que situações de desrespeito são publicizadas. A experiência da injustiça é relacionada à formação identitária (HONNETH, 2003), que é dependente das relações de reconhecimento mútuo:

É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa imputável (HONNETH, 2003, p. 197).

As discussões na esfera informal mobilizam questões importantes visto que somente a

ação de partidos políticos e eleições periódicas não são suficientes para assegurar processo democrático (GOMES; MAIA, 2008). As mulheres, enquanto atores da sociedade civil, sinalizam, nestes espaços, a importância de expressar opiniões e conduzir questionamentos por meio de ações individuais e coletivas. No entanto, nem só de conteúdos igualitários ou revolucionários vive a internet: “Se a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação ou de ridículo, uma variedade maior de pontos de vista pode ser expressa” (GOMES; MAIA, 2008). Assim, há também na rede grande propagação de discursos conservadores e antidemocráticos entre os usuários, os quais geram muitos debates e discussões.

Nesse sentido, mesmo que a internet viabilize uma estrutura horizontal e descentralizada das relações, as relações na sociedade são altamente verticalizadas as quais nos impõe uma série de ambiguidades e conflitos. Característica da mídiatização, a publicação feita por diversas mídias, inclusive as convencionais, que também se utilizam das redes sociais, pode levar à ideia de que a ampla visibilidade de certos conteúdos produz apenas efeitos positivos, como reconhecimento e uma noção equivocada de democracia no espaço midiático. “(...) Por mídiatização da cultura e da sociedade entendemos o processo pelo qual os meios de comunicação nesses espaços se tornam cada vez mais dependentes da mídia e de sua lógica” (HJARVARD, 2014). A mídiatização preocupa-se com os padrões em transformação de interações sociais e as relações entre os vários atores sociais, incluindo os indivíduos e as organizações. O autor afirma que é um processo recíproco entre a mídia e outros domínios ou campos sociais.

Ainda, faz-se necessário salientar que a Internet no Brasil surgiu a partir de 1997, sendo privilégio de classes mais altas, sobretudo na região centro-sul. Embora tenha mudado e diminuído a diferença dessa distribuição, a região continua sendo majoritária no que se refere ao acesso à internet e posse de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)⁵. Partindo desses dados percebemos que uma série de diferenças são postas a partir de um estudo de análise de redes sociais e que o ambiente virtual está longe de ser democrático. A Classe C, por exemplo, não utiliza tanto o Facebook para mobilizações políticas quanto aqueles pertencentes às classes mais altas⁶.

⁵ Disponível em < <http://cetic.br/tics/domicilios/2016/domicilios/A/> >. Acesso em 10 de julho de julho.

⁶ Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/20/politica/1511197107_444639.html >. Acesso em 14 de julho de 2018.

1.1 Problema e hipóteses de pesquisa

A bibliografia a respeito do tema é bastante ampla, mas ao mesmo tempo torna-se necessário fazer um recorte dos estudos presentes. Isso porque o tema perpassa por questões pertinentes tanto da sociologia quanto de áreas como a comunicação, por exemplo. A sociologia ainda apresenta-se relutante em articular essas questões, constitui-se aqui um desafio já que a sociologia digital no Brasil é um campo ainda em consolidação. A construção de discursos viabilizados pelas redes sociais propõe, em tese, o crescimento de discussões acerca de temas restritos ou até mesmo abafados por setores privados e públicos da sociedade, como a problematização de questões sobre gênero, por exemplo.

Nos últimos anos muitas foram as formas de ativismo político e ideológico que as mídias digitais apresentaram no Brasil. Entre elas, discussões a respeito de problemas enfrentados pelas mulheres cresceram nas redes sociais. Os sites de Redes Sociais (SRSs), tais como Facebook, Twitter e Instagram, apresentam-se como plataformas de compartilhamento de opiniões pessoais e coletivas. Por meio de páginas do Facebook, por exemplo, voltadas ao tema do feminismo, muitos conteúdos foram problematizados, entre eles, questões como a contestação de práticas machistas cotidianas, a institucionalização de mecanismos reprodutores da desigualdade entre gêneros, incluindo também a referência de casos mais explícitos, como a violência física contra as mulheres e seus números alarmantes no país. Nesse sentido, a criação de conteúdos autodenominados feministas nos SRSs surge como importante plataforma de propagação do assunto, devido à ampla disseminação de informações que a rede proporciona. As informações produzidas no ambiente virtual – em especial nas redes sociais – costumam ser menos aprofundadas devido à arquitetura deste espaço que fornece ampla variedade e agilidade de informações. Por outro lado, o meio virtual também constitui plataforma de contestação e visibilidade à medida que oferece a disseminação de múltiplos conteúdos. Assim, as SRSs surgem como plataforma de propagação do assunto por meio da publicização. Pode-se ainda inferir que a contestação diária, cotidiana, é pré-pública e que contestar padrões culturais de injustiça pressupõe que os indivíduos cultivem uma consciência crítica (GOMES; MAIA, 2008).

A pesquisa aqui proposta parte da premissa geral da importância de se repensar uma agenda mais igualitária no que tange aos problemas enfrentados pelas mulheres. Faz-se necessário, portanto, mostrar a ação coletiva imbuída na publicização. Se a publicização do

sofrimento não for espalhada, como vai haver reconhecimento? Desse modo, é possível cogitar que as redes sociais promovem reconhecimento não só entre as mulheres, mas de outros setores da sociedade? Em que medida o crescimento desses debates podem promover a consciência crítica das pessoas na medida em que pretendem ampliar noções de respeito e viabilizar uma luta para além do espaço midiático visando garantia de direitos? A rede devido ao seu formato tornou-se um espaço de publicização de denúncias devido à visibilidade e circulação de pautas comuns. A pesquisa parte da hipótese de que uma das condições necessárias para o reconhecimento é a publicização dessas denúncias.

1.2 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é discutir a importância da publicização do sofrimento e da experiência de injustiça como condição para o reconhecimento. Pretende-se, assim, verificar a relação das redes sociais com o processo de disseminação e visibilidade de questões sobre gênero e feminismo articulando, assim, a midiaticização como mecanismo facilitador de propagação dessas denúncias.

2. Revisão preliminar da literatura e fundamentação teórica

2.1. Redes Sociais

A articulação da sociologia com temas referentes à comunicação nos permite fazer recortes para o desenvolvimento de uma análise integradora tendo em vista a presença dessas áreas atreladas às nossas práticas e vivências, seja nas formas de socializar, trabalhar, estudar e até mesmo quando estamos sozinhos. Sendo assim, torna-se inevitável dizer que vivemos a “era da informação” ao mesmo tempo em que a sociologia apresenta-se de maneira relutante em tratar desse tema. Como informa a professora e pesquisadora Deborah Lupton em sua publicação recente (2015) do livro *Digital Sociology*:

Eu argumentaria que a sociologia precisa fazer o estudo das tecnologias digitais central às suas atribuições. Todos os tópicos que os sociólogos agora pesquisam e ensinam estão inevitavelmente conectados às tecnologias digitais, quer eles se concentrem na sociologia da família, da ciência, da saúde e medicina, do conhecimento, da cultura, da economia, do emprego, da educação, do trabalho, do gênero, do risco, do envelhecimento, da raça e etnicidade. Estudar a sociedade digital é se concentrar em muitos aspectos que têm sido preocupações centrais para os sociólogos: individualidade, identidade, embodiment, as relações de poder e as desigualdades sociais, redes sociais, estruturas sociais, instituições sociais e teoria social (LUPTON, 2015, p. 8).

A autora sugere o estudo de alguns campos distintos na sociologia digital, entre eles estão as análises sociológicas de uso de mídias digitais (pesquisar o impacto das mídias e redes sociais para o comportamento dos atores sociais) e a análise de uma sociologia digital crítica (realizar análise das mídias digitais com base nas teorias sociais) (LUPTON, 2015, p. 11). Esses campos aqui destacados serão os condutores da pesquisa que aqui pretende-se realizar. Para isso, bem como se sugere, será necessário articular autores de áreas diferentes do conhecimento.

Maria da Glória Gohn nos apresenta algumas trajetórias e processos dos movimentos sociais apontando para a constante presença de jovens na construção da identidade desses movimentos. A autora, assim como Castells, acredita que os movimentos podem gerar significados positivos em termos de processos de mudanças sociais (GOHN, 2014). Gohn (2014) nos traz a referência da década de 60, especificamente o ano de 1968 para destacar a grande revolução cultural e comportamental do período, já que os movimentos sociais carregavam os jovens como porta-vozes de novas identidades políticas e culturais ao pautarem novos temas, como as questões de gênero, por exemplo.

Autores como Castells e Gohn desdobram suas narrativas fazendo seguidas referências às manifestações que, além de terem ganhado repercussão nas redes sociais, ganharam também as ruas. Ao nos depararmos com discussões próprias da rede e que nem sempre tornam-se movimentos sociais físicos ou pontuais nos deparamos com novas formas de representação. “Quando há um potencial crítico disponível, grupos subordinados frequentemente reúnem fragmentos de discursos hegemônicos e produzem contra-narrativas que são elaborados em seus próprios termos e nos espaços que lhe são próprios” (GOMES; MAIA, 2008, p. 210).

Rousiley Maia (GOMES; MAIA, 2008) indica que a produção midiática, por ser enviada a um público difuso, gera uma produção diversificada, assim, o conhecimento comum no espaço midiático de visibilidade proporciona a criação de um ambiente informativo que pode passar a alimentar diferentes discussões. Maia (GOMES; MAIA, 2008) ainda argumenta que a comunicação nesses espaços convoca as pessoas a se posicionar diante das matérias publicizadas, ainda que isso nem sempre aconteça, já que nem todos os usuários da rede participam ativamente de discussões de cunho político, social ou cultural. Ainda, a autora nos indica que o jogo político continua a ser restrito àqueles que já dispõem de recursos para se

fazer ouvir na esfera pública ou interferir nas instâncias formais de discussão política: “A falta de recursos culturais e de oportunidades torna mais difícil, para aqueles que sofrem desvantagens, apresentarem publicamente suas razões de maneira convincente” (GOMES; MAIA, 2008, p. 183).

A questão da desigualdade de acesso à rede é também tema de discussão: enquanto autores como Castells e Gohn fazem seguidas referências à perspectiva de inclusão nas redes (CASTELLS, 1999; GOHN, 2014), Wilson Gomes nos lembra que nenhuma sociedade distribuiu de maneira igualitária as oportunidades de acesso digital. Inclusive, em sociedades mais desiguais, a falta de oportunidades digitais se institui como uma nova forma de injustiça social (GOMES; MAIA, 2008).

Rousiley Maia sugere um aprofundamento no debate sobre as manifestações em rede no sentido de observar essas discussões por meio da perspectiva de poderem desempenhar um papel de “ensaio” e de “socialização” (GOMES; MAIA, 2008). Isso porque “o engajamento dos indivíduos em conversações políticas é importante para o processamento da informação, no sentido de ampliar o entendimento que os participantes têm sobre determinado assunto” (GOMES; MAIA, 2008, p. 205). A autora identifica a possibilidade de contribuição das pessoas para que confirmem ou reformulem suas opiniões podendo também fomentar a participação e as mobilizações públicas. Na sociedade dos media as discussões públicas na rede proporcionam comunicação massiva permitindo o trânsito de questões políticas e pessoais (GOMES; MAIA, 2008). Essa característica está muito presente nos discursos das redes sociais na medida em que muitos participantes trazem suas experiências pessoais para observações de cunho político, social e cultural.

Ainda que muitos dos conteúdos sejam produzidos pelas próprias usuárias de redes sociais, é preciso ter atenção às publicações das mídias massivas (que também fazem uso de plataformas digitais), já que muitas vezes sustentam e divulgam conteúdos antidemocráticos (GOMES; MAIA, 2008) por terem a atividade comercial como principal função. Conforme identificou Recuero: “a grande diferença entre sites de redes sociais e outras formas de comunicação mediada pelo computador é o modo como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais (...)” (RECUERO, 2014, p. 102). Essa visibilidade a qual a autora se refere torna-se importante para proporcionar contestação, ainda que virtual, e viabilizar muitas formas de fazer denúncia de temas abafados ou tratados como problemas

particulares quando, na verdade, expressam a constituição de um problema também social.

2.2. Feminismo(s)

É rica a produção de diversas autoras a respeito do tema da luta feminista e das questões de gênero. Diferentes análises trazem perspectivas que nos permitem pensar o tema em sua complexidade sem que precisemos excluir um desenvolvimento teórico em detrimento do outro. Judith Butler propõe em seus argumentos a defesa da liberdade da expressão de gênero, questionando a relação linear que foi sendo construída deste com o sexo, por exemplo. A autora pensa em muitos sujeitos na sua categoria de análise ao entender que gênero é algo que fazemos, assim, para a autora, gênero é performativo. No que se refere às mulheres, Butler não pretende propor uma nova denominação dessa categoria, mas alerta para o fato de esta estar sempre mudando. Nesse sentido, as categorias de representação no feminismo podem ser, no entanto, excludentes, caso venham acompanhadas da ideia de que a opressão das mulheres tem uma forma única a todas (BUTLER, 2018). Sendo assim, o foco da discussão da autora é voltado para questões culturais como a construção da ideia de sexo e gênero, já que, para ela, a crítica à regulação da sexualidade desafia também o funcionamento da economia política.

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (BUTLER, 2013, p. 19).

O desenvolvimento feito por Nancy Fraser destaca outras dimensões referentes ao tema. A autora (2005) identifica que a partir da década de 90 houve uma intensificação do discurso feminista voltado a políticas de reconhecimento e centrado em uma dimensão cultural. Desse modo, as pautas passaram a ajustar o foco nas questões de identidade, tirando o foco da pauta antiga, que era redistributiva. Tal fato ocasionou por um lado o avanço nas pautas de reconhecimento mas trouxe pouco enriquecimento nas lutas redistributivas. Fraser aponta que a injustiça de gênero é marcada tanto por problemas de reconhecimento como redistributivos a qual ela denomina de coletividades bivalentes (2006), dilema análogo ocorre, segundo Fraser, na luta contra o racismo.

É identificado, desse modo, a pouca presença feminina em instâncias decisórias de

poder. Flávia Biroli (2014) reforça o argumento de que a esfera pública é definida exclusivamente por aquilo que foge das experiências das mulheres, gerando ainda mais invisibilidade das mesmas nesses espaços. A distinção rígida do público e do privado gera exclusão de temas que foram renegados ao âmbito do privado. A autora sugere o abandono da ideia de que esfera privada e pública correspondem a lugares e tempos distintos e nos convida a discuti-los e entendê-los como um complexo de relações que estão inevitavelmente imbricados (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Como indicou Sandra Harding (1993) as categorias analíticas feministas são, e devem ser, instáveis já que vivemos em um mundo incoerente e permeado por contradições. A autora identifica que as categorias teóricas do feminismo podem ser totalizantes, (sobretudo se produzidas a partir do ponto de vista eurocidental) assim como a visão de mundo da ciência. No, entanto, a ciência foi desenvolvida a partir de um modelo quase que exclusivamente masculinista. Nesse sentido, a dominação sobre as mulheres é reforçada por diversos meios, sejam eles midiáticos, institucionais ou científicos já que a produção do conhecimento foi elaborada em bases androcêntricas. No que diz respeito à construção de uma epistemologia feminista, argumenta-se que essa pretende não se pautar no modelo masculinista no qual a ciência foi desenvolvida, ou seja, não deseja produzir um discurso que anule as experiências vividas pelas mulheres.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (BUTLER, 2013, p. 18).

2.3. Explicando o conceito de midiatização

Conforme indica Andreas Hepp (2014), o termo midiatização sugere a especificidade do processo de mudança na comunicação de mídia. O autor ainda nos aponta sobre a relação da comunicação midiática com a transformação sociocultural. Assim, cabe ressaltar a importância do tipo de mídia usada para cada tipo de comunicação. Hepp também ressalta como diferentes mídias moldam a comunicação de formas diversas e verifica a importância dos atores envolvidos. Em uma narrativa semelhante, Stig Hjarvard aborda a midiatização intensificada da cultura e da sociedade que abrange instituições sociais e culturais como família, trabalho e política (HJARVARD, 2014). Esta midiatização preocupa-se com os

padrões em transformação de interações sociais e as relações entre os vários atores sociais, incluindo os indivíduos e as organizações. O autor afirma que é um processo recíproco entre a mídia e outros domínios ou campos sociais. Característica da midiatização, a publicação feita por mídias convencionais pode levar à ideia de que a ampla visibilidade de certos conteúdos pode produzir apenas efeitos positivos, como o reconhecimento. Mais especificamente, midiatização é o termo empregado para designar de maneira geral o constante crescimento da influência dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, em outros casos, a intenção também foi para desenvolver uma teoria adequada das relações da mídia com a política (HJARVARD, 2014).

O autor também reconhece a possibilidade dos meios de comunicação serem um espaço no qual o indivíduo pode atuar, comunicar-se, produzir-se e, por conseguinte, obter reconhecimento (HJARVARD, 2014, p. 235). As mídias são coprodutoras de nossas representações mentais, de nossas ações e relacionamentos com outras pessoas em uma variedade de contextos privados e semiprivados. Devido ao próprio processo de midiatização, uma teoria da influência da mídia em mudanças estruturais na cultura e na sociedade não pode estar restrita somente às esferas públicas e políticas (HJARVARD, 2014, p. 23-24).

2.4. O Reconhecimento

O filósofo Axel Honneth, ao desenvolver a teoria do reconhecimento, nos ajuda a compreender algumas perspectivas importantes para o entendimento das lutas e conflitos sociais. Honneth (2003) argumenta que a identidade dos indivíduos está diretamente associada ao mecanismo de reconhecimento na sociedade. Este mecanismo, trabalhado pelo autor, por meio de perspectivas como o amor, a justiça e a solidariedade, são fatores motivacionais de conflitos sociais quando se tornam ausentes em determinados grupos. Neste sentido, conforme Honneth, as experiências de desrespeito estão relacionadas primeiramente às vivências afetivas humanas, em seguida, à prática institucional associada à justiça que, quando identificada à exclusão de direitos, pode prejudicar a noção de autorrespeito moral. E, por último, relacionada à dimensão da solidariedade, estão as formas de desrespeito em forma de degradação e ofensa onde o modo de reconhecimento se constitui pela estima social (HONNETH, 2003).

(...) Sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto

de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum. Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis (HONNETH, 2003, p. 210).

Apesar da teoria desenvolvida por Honneth não fazer referência às manifestações em mídias sociais, podemos identificar, de maneira introdutória, a temática da luta do reconhecimento como uma perspectiva que permeia muitas das subjetividades de conflitos de grupos estigmatizados moralmente. Se não há justiça sem reconhecimento, a injustiça de gênero só pode ser reparada quando houver política e práticas culturais de reconhecimento:

Simplesmente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus-tratos físicos, pela privação de direito e pela degradação, os padrões normativos do reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior do mundo da vida social em geral; pois toda realização emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política (HONNETH, 2003, p. 224).

Butler (2013) também nos lembra que a própria definição da categoria “mulher” passou a ser questionada no decorrer de algumas teorias feministas. A autora identifica que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2013, p. 18). A discussão a respeito do que seria de fato a categoria “mulheres” promove, em certa medida, o desmembramento do conceito de mulheres constituído em bases biológicas ou remetidas à construção de papéis sociais naturalizados. O que se sabe é que o reconhecimento na sociedade como categoria que precisa ocupar mais espaços existe de múltiplas formas à medida que identificamos nos processos históricos lutas por emancipação e reconhecimento para tomada de direitos. Hoje, muitas das reivindicações perpassam desde temas como a violência física a formas veladas e sutis de machismo e discriminação. Nesse sentido, a falta de reconhecimento, como processo de identificar abusos, desigualdades e injustiças cometidos institucionalmente dificulta a autonomia das mulheres e provoca a sua própria invisibilidade em muitos espaços sociais.

3. Procedimentos metodológicos

Para responder às perguntas das problemáticas aqui apresentadas, pretende-se realizar um estudo de caso da página do Facebook Não Me Kahlo, que conta, atualmente, com mais um milhão de seguidores. A escolha do estudo de caso para essa investigação empírica se dá pela contemporaneidade do fenômeno em questão. Ainda, o estudo de caso apresenta-se como estratégia de investigação que enfrenta uma situação onde há muitas variáveis de interesse baseando-se em várias fontes de evidência. Os dados precisam convergir em um formato de triângulo e beneficiam-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2005, p. 32-33). Tais proposições pretendem dialogar com os desenvolvimentos teóricos e premissas aqui apresentadas.

A coleta de informações será feita a partir da observação de conteúdos publicados na página Não Me Kahlo. Será investigada a produção de conteúdo e também a resposta (recepção) por parte dos frequentadores da página para a construção de categorias de análise sugeridas na fase de pesquisa exploratória. Também pretende-se realizar entrevista(s) semiestruturada(s) com a(s) produtora(s) de conteúdo da mesma, bem como o auxílio do software Nvivo. Para o levantamento de demais dados serão utilizadas informações disponíveis no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC)⁷. Essa plataforma, criada em 2005, monitora a adoção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) - em particular, o acesso e uso de computador, Internet e dispositivos móveis.

A técnica de análise será a análise de conteúdo, já que essa permite reconstruir indicadores, valores, atitudes e opiniões (BAUER, 2002). A análise será feita a partir de materiais textuais, tratando-se, portanto, de uma construção social.

Quando o foco está no público, o texto é um meio de apelo: uma influência nos preconceitos, opiniões, atitudes e estereótipos das pessoas. Considerando os textos como uma força sedutora, os resultados da AC são variáveis independentes, que explicam as coisas. A modalidade desta influência é ainda controversa; contudo, a AC fornece as variáveis independentes no delineamento de estudos sobre efeito de mídia, sobre o estabelecimento da agenda ou em estudos de desenvolvimento (BAUER, 2002, p. 192).

Devido às dimensões dessa página do Facebook (grande número de seguidores, comentários e publicações) será feito um estudo a partir de uma amostra representativa da

⁷ Disponível em: < <http://cetic.br/> >. Acesso em 15 de julho de 2018.

população.

4. Considerações finais

O presente trabalho buscou apresentar brevemente aspectos centrais a partir de um referencial teórico preliminar, de pesquisas exploratórias já realizadas e em andamento. A variedade de informações e atores sociais na rede permitem muitos objetos de análise assim como de interpretação. Desse modo, identificamos que a observação do meio virtual enquanto plataforma também de contestação e visibilidade de determinados grupos não permite conclusões universalizantes ou que possam prever mudanças pontuais de curto prazo. A vasta quantidade de dados e informações surge como um desafio para esta pesquisa. A utilização de certos recortes em detrimento de outros buscam, assim, contemplar parte de um discurso proferido e suas possíveis ramificações. Os desenvolvimentos feitos por diferentes áreas do conhecimento e aqui apresentados buscam dar conta da atualidade do tema a fim de representar sua complexidade, evitando, assim, uma investigação ingênua.

A visibilidade de certos discursos e, conseqüentemente, de problemas sociais, sugere que a representatividade feminina ganha formato relevante nesses espaços ao fazer uso de relatos das usuárias da rede e de analisar interpretativamente casos veiculados por demais sujeitos da realidade empírica. A possibilidade de maior identificação e reconhecimento de problemas enfrentados pelas mulheres por meio dos discursos produzidos pelas mesmas revela-se como algo pouco consolidado em um país desigual como o Brasil.

5. Referências Bibliográficas

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, F. Luis. **Feminismo e Política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

_____. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FERREIRA, B. C. Carolina. Feminismos Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. Dossiê: Percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades. **Cadernos Pagu**. São Paulo, v. 44, p. 199-228, jan./jun. 2015.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Cadernos de Campo. São Paulo, v. 15, n.14-15, p. 231-239, 2006.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

_____. “Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation”. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition? A political-philosophical Exchange**. Nova York: Verso, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Wilson; MAIA, C. M. Rousiley. **Comunicação e democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas da teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 7-31, jan./jun. 1993.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos mediados: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-64, jan./jun. 2014.

HJARVARD, Stig. **A mediação da cultura e da sociedade**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2013.

_____. Mediação: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-41, jan./jun. 2014.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KETZER, Patrícia. Como pensar uma epistemologia feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos**, Fortaleza, ano 9, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017.

LUPTON, D. **Digital Sociology**. [S.l.]: Routledge, 2015.

MARREIRO, F. **Classe C não usa Facebook para mobilização política, mas a rede motiva o jovem pobre a ler e escrever**. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/20/politica/1511197107_444639.html >. Acesso em 15 de julho de 2018.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

PAUGAN, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica.** Petrópolis: Vozes, 2015.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROSENFELD, L. C; SAAVEDRA, A. G. Axel Honneth e a Teoria do Reconhecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 14-53, mai./ago. 2013.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 2008.

YIN, K. Rober. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.